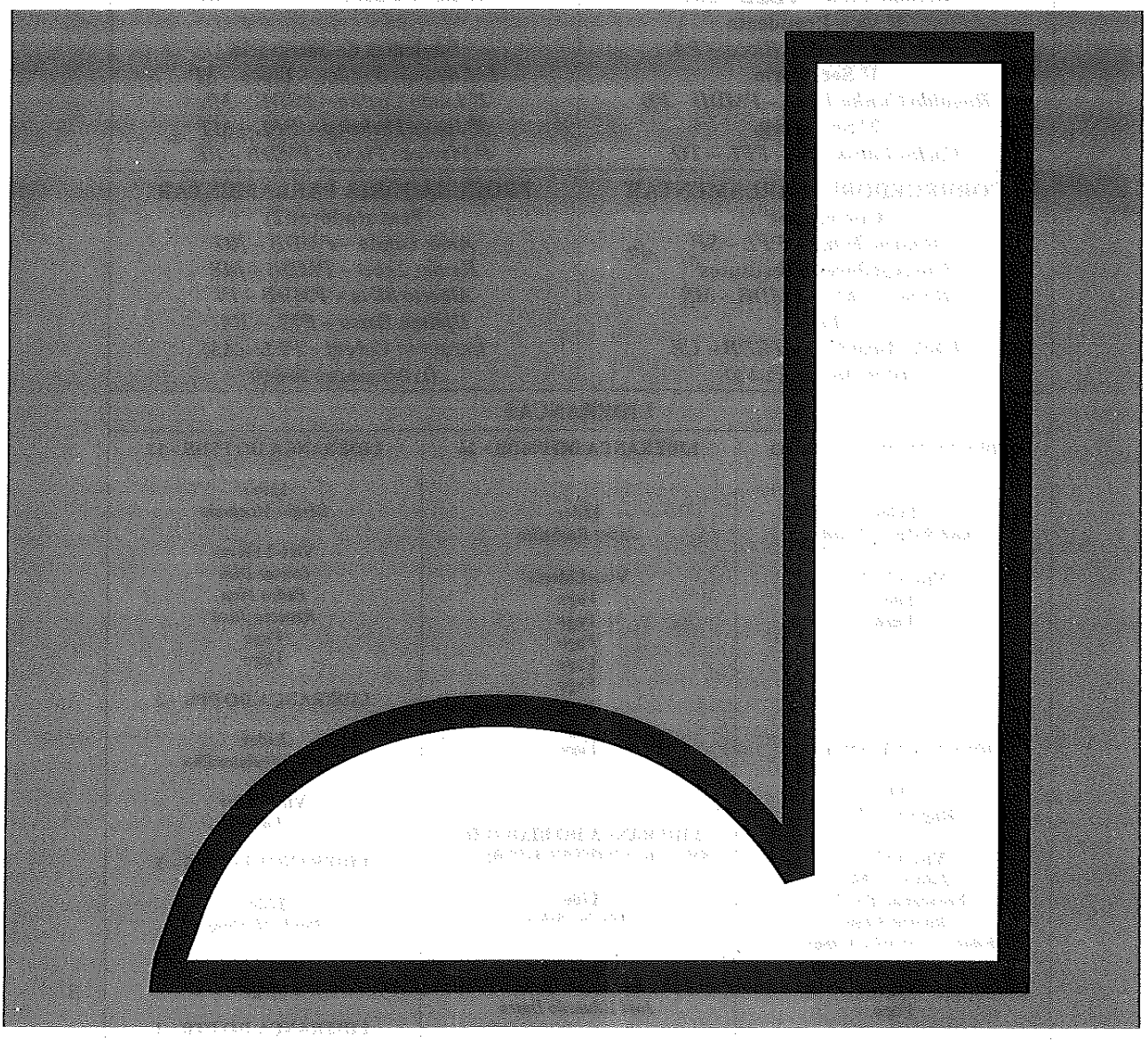
EXEMPLAR ÚNICO

EXEMPLAR ÚNICO

SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Arquivo

República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIV - SUP. "A" AO Nº 202 QUINTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 1999 BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente *Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA* **1º Vice-Presidente** *Geraldo Melo – PSDB – RN* **2º Vice-Presidente** *Ademir Andrade – Bloco – PA* **1º Secretário** *Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB* **2º Secretário** *Carlos Patrocínio – PFL – TO*	**3º Secretário** *Nabor Júnior – PMDB – AC* **4º Secretário** *Casildo Maldaner – PMDB – SC* **Suplentes de Secretário** *1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP* *2º Lúdio Coelho – PSDB – MS* *3º Jonas Pinheiro – PFL – MT* *4º Marluce Pinto – PMDB – RR*

CORREGEDORIA PARLAMENTAR **Corregedor**[1] *Romeu Tuma – PFL – SP* **Corregedores Substitutos**[1] *Ramez Tebet – PMDB – MS* *Vago* *Lúcio Alcântara – PSDB – CE* (1) Reeleitos em 2-4-97	**PROCURADORIA PARLAMENTAR** **Procuradores(2)** *Amir Lando – PMDB – RO* *Ramez Tebet – PMDB – MS* *Alberto Silva – PMDB – PI* *Djalma Bessa – PFL – BA* *Bernardo Cabral – PFL – AM* (2) Designação: 30-6-99

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO GOVERNO **Líder** *José Roberto Arruda* **Vice-Líderes** *Vago* *Vago* **LIDERANÇA DO PFL – 21** **Líder** *Hugo Napoleão* **Vice-Líderes** *Edison Lobão* *Francelino Pereira* *Romeu Tuma* *Eduardo Siqueira Campos* *Mozarildo Cavalcanti* *Vago* *Vago*	**LIDERANÇA DO PMDB – 26** **Líder** *Jader Barbalho* **Vice-Líderes** *Vago* *Vago* *Vago* *Vago* *Vago* *Vago* *Vago* *Vago* **LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB) – 13** **Líder** *Marina Silva* **Vice-Líderes** *Sebastião Rocha* *José Eduardo Dutra*	**LIDERANÇA DO PSDB – 13** **Líder** *Sérgio Machado* **Vice-Líderes** *Osmar Dias* *Pedro Piva* *Romero Jucá* *Vago* *Vago* **LIDERANÇA DO PPB – 3** **Líder** *Leomar Quintanilha* **Vice-Líder** *Vago* **LIDERANÇA DO PPS – 3** **Líder** *Paulo Hartung* **Vice-Líder** *Vago* **LIDERANÇA DO PTB – 1** **Líder** *Arlindo Porto*

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia **Diretor-Geral do Senado Federal** *Claudionor Moura Nunes* **Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações** *Júlio Werner Pedrosa* **Diretor da Subsecretaria Industrial**	*Raimundo Carreiro Silva* **Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal** *Márcia Maria Correa de Azevedo* **Diretora da Subsecretaria de Ata** *Denise Ortega de Baere* **Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia**

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES

13ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizada em 2 de setembro de 1999. 00005

14ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizada em 30 de setembro de 1999. 00010

16ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizada em 17 de outubro de 1999. 00023

17ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizada em 11 de novembro de 1999. 00036

18ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizada em 25 de novembro de 1999. 00049

19ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizada em 2 de dezembro de 1999. 00051

20ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizada em 7 de dezembro de 1999, conjuntamente com as Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos. 00057

21ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizada, em 14 de dezembro de 1999. 00078

31ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 8 de novembro de 1999. 00093

32ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 9 de novembro de 1999. 00111

33ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 10 de novembro de 1999. ... 00148

34ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 17 de novembro de 1999. ... 00166

35ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 24 de novembro de 1999. ... 00202

36ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 30 de novembro de 1999 00213

37ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 1º de dezembro de 1999. ... 00238

38ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 7 de dezembro de 1999, conjuntamente com a 53ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 20ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura 00276

39ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 8 de dezembro de 1999. 00297

40ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 14 de dezembro de 1999. .. 00314

2ª Reunião da Subcomissão Permanente do Idoso da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 9 de novembro de 1999. 00331

3ª Reunião da Subcomissão Permanente do Idoso da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 30 de novembro de 1999. 00345

16ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 23 de junho de 1999. 00360

17ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 3 de agosto de 1999. 00362

18ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 10 de agosto de 1999. 00366

19ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 24 de agosto de 1999. 00371

21ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 1º de setembro de 1999. 00372

22ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 14 de setembro de 1999. 00379

23ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 28 de setembro de 1999. 00385

24ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 29 de setembro de 1999..... 00387

25ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 5 de outubro de 1999. 00395

26ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 13 de outubro de 1999. 00399

27ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 20 de outubro de 1999. 00406

28ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 26 de outubro de 1999. 00436

29ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 10 de novembro de 1999..... 00438

30ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizada em 16 de novembro de 1999..... 00462

31ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 17 de novembro de 1999..... 00499

32ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 24 de novembro de 1999..... 00518

33ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 8 de dezembro de 1999..... 00526

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 13ª Reunião (Extraordinária) realizada em 2 de setembro de 1999.

Às nove horas e trinta minutos do dia dois de setembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Emilia Fernandes, presentes os(as) Senhores(as) Senadores(as) Alberto Silva, Gérson Camata, Marluce Pinto, Mauro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Juvêncio da Fonseca, Arlindo Porto, Osmar Dias, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Cândido, Carlos Bezerra, Jonas Pinheiro, Paulo Hartung, Tião Viana e Roberto Saturnino, reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutu ra. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Gilvam Borges, José Agripino, Paulo Souto, José Jorge, José Roberto Arruda, Luiz Pontes, Romero Jucá, Teotônio Vilela e Roberto Freire. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do Item nº 01– Projeto de Lei do Senado nº 402, de 1999, Terminativo, Ementa: Inclui o Porto Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação. Autor: Senador Gérson Camata. Relator: Senador Paulo Hartung. Relatório: Favorável, à aprovação do projeto com 01(uma) Emenda Supressiva. Iniciada a fase de discussão da matéria e não havendo oradores para discutir, passa-se à fase de votação, oportunidade em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes. Resultado: Aprovado. Item nº 02 – Projeto de Lei do Senado nº 473, de 1999, Terminativo. Ementa: Dispõe sobre o uso do Serviço 0900 nos terminais de telefonia fixa. Autor: Senador Tião Viana. Relator: Senador Roberto Saturnino. Relatório: Favorável, pela aprovação do projeto. Não havendo oradores para discutir a matéria, passa-se à fase de votação, ocasião em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes, Resultado: Aprovado. Item nº 03 – Projeto de Lei do Senado nº 123, de 1999, Não Terminativo. Ementa: Torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos. Autor: Senador Carlos Patrocínio. Relator: Senador Geraldo Cândido. Relatório: Pela aprovação. Na fase de discussão da matéria fazem uso da palavra os Senhores Senadores, Gérson Camata, Marluce Pinto, Antonio Carlos Valadares, que tecem considerações a respeito do assunto abordado. Resultado: Rejeitado o projeto em 24-6-99. Apresentado e lido voto em separado do relator do vencido, Senador Gérson Camata, para ser anexado ao processado. Item nº 04 – Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1996, Não terminativo. Ementa: Obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeitos de petróleo – GLP ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los e dá outras providências. Autor: Deputado Raimundo Santos. Relator: Senador Carlos Bezerra. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Concedido vista pelo prazo regimental de cinco dias para o Senhor Senador Geraldo Cândido. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às onze horas e trinta minutos, lavrado eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senadora **Emilia Fernandes**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a ata da reunião anterior.

A pauta consta de quatro itens, mas antes, Srªs e Srs. Senadores, comunico que esta Comissão recebeu um convite, da Diretoria da Aneel, para a cerimônia de assinatura dos contratos de concessão de serviço público de distribuição e geração de energia elétrica no Distrito Federal a serem celebrados entre a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – e a Companhia Energética de Brasília – CEB. A solenidade realizar-se-á no dia 2 de setembro, portanto, hoje, às 11h, no Palácio do Buriti, em Brasília, Distrito Federal. Estará presente o Ministro Rodolpho Tourinho e o Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz. Assina o convite o Diretor-Geral da Aneel, Dr. José Mário Miranda Abdo. Desde já agradecemos o convite e estaremos providenciando a representação de um parlamentar para, em nosso nome, participar da solenidade.

Queremos também, Srs. Parlamentares, comunicar a esta Casa que todos têm consciência de que, em maio, foi realizada uma audiência pública para discussão e informação sobre o processo de decisão da modelagem de privatização das geradoras federais: Furnas, Chesf e Eletronorte. Essa audiência

atendeu a uma deliberação da Comissão de Fiscalização e Controle e desta Comissão de Infra-Estrutura. Na oportunidade, os Senadores concordaram, em virtude da importância do tema, que deveriam ser realizadas audiências públicas por empresa, objetivando aprofundar mais a discussão, tanto que nós chegamos a fazer uma em relação a Furnas e também à Chesf. Está faltando ser realizada uma audiência pública para se discutir mais especificamente a questão da Eletronorte, uma grande e importante empresa.

Temos a informação, por meio da Federação Nacional dos Urbanitários gostaríamos de registrar a importância da representação, que está aqui no plenário da nossa Comissão, de que a cisão de Tucuruí do restante da Eletronorte está prevista para final de outubro do corrente. Então, consideramos importante podermos agendar a data para a audiência pública dessa empresa a fim de que os parlamentares, os representantes dos sindicatos e o Governo possam aprofundar a discussão em relação a essa questão. E convém salientar que a área de atuação da Eletronorte, caracterizada pela Amazônia Legal, representa 58% do território nacional, compreendendo os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Qualquer decisão sobre o futuro dessa empresa deve, indubitavelmente, ser precedida de um profundo debate nesta Comissão, por meio de seus membros, que conhecem a realidade daquela empresa e daquela região.

Ontem, recebi, na qualidade de Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, representantes dos dirigentes sindicais da Federação Nacional dos Urbanitários e da Intersindical Norte – aqui presentes, como já disse anteriormente –, que apresentaram uma proposta ao Governo, visando à reestruturação societária da Eletronorte, e também uma proposta alternativa, defendida pelos trabalhadores do setor elétrico da Amazônia.

Portanto, temos que providenciar a marcação dessa audiência. Tenho aqui exemplares de revista contendo a proposta dos trabalhadores. Peço à assessoria que os passe aos parlamentares, para que possamos conhecer o seu teor e, o mais breve possível, estarmos definindo um data para essa audiência. Entendemos que se trata de um tema da maior relevância e interesse para o Brasil, atingindo uma área de tão grande extensão como os Estados já citados e a própria Região Amazônica.

Queremos agradecer a presença da Federação dos Urbanitários, que está acompanhando a situação, demonstrando preocupação com o assunto. A Federação traz esse alerta e esse pedido aos parlamentares, a fim de que aprofundemos e conheçamos exatamente a proposta do Governo e dizer que não existe só uma. Há outras alternativas. É assim que nós construímos esse contato direto com a sociedade e os interesses que representa.

Temos 4 itens, Srs. Parlamentares, estamos propondo uma alteração de pauta iniciando pelos itens 3 e 4, posteriormente, voltaremos aos itens 1 e 2.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Acho que não estando presente o Senador Paulo Hartung, qualquer um de nós, com exceção de mim, poderia relatar o 1, seguir a ordem, porque são 3, não vai alterar nada.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – V. Exª propõe que se mantenha a pauta, começando pelo item 1...

O SR. JOSÉ ALENCAR – Exatamente. Então, qualquer um de nós leria o relatório do Senador Paulo Hartung.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Podemos fazer, já temos feito assim, dando o encaminhamento correto. Acatamos, então, a sugestão do Senador.

Iniciamos, assim, pelo item 1, que é o Projeto de Lei do Senado nº 402, de 99. Ele inclui o porto Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo, na relação descritiva dos portos marítimos fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação.

O autor é o Senador Gerson Camata, e o Relator é o Senador Paulo Hartung.

Pedimos à Senadora Marluce Pinto que seja a nossa relatora **ad hoc**, do parecer do Senador Paulo Hartung.

A SRA. MARLUCE PINTO – Relatório:

O Projeto de Lei do Senado nº 402/99 é submetido à apreciação da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em termos de decisão terminativa.

Trata-se de projeto de autoria do nobre Senador Gerson Camata que visa incluir o porto Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação. O referido projeto é composto do art. 1º, que determina a inclusão do porto Barra do Riacho na relação dos portos do Plano Nacional de Viação; do art. 2º, que determina a vigência imediata na data da publicação da lei, e do art. 3º, cláusula revogatória genérica.

À proposição, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

O nobre Senador Gerson Camata submete à apreciação do Senado proposição no sentido de que seja incluída na relação descritiva a que alude o subitem 4.2, do item 4, do art. 1º, da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprovou o Plano Nacional de Viação e deu outras providências.

Justifica a sua proposição pelo fato de aquele terminal portuário, localizado no Distrito da Barra do Riacho, no Município de Aracruz, Estado do Espírito Santo, ser o maior porto do Brasil especializado no manuseio e embarque de celulose. Aduz, ainda, que o Espírito Santo, desde a década de 70, quando ocorreu a implantação do porto de Capoaba e do terminal especializado, exportação de celulose, da Barra do Riacho, não tem recebido nenhum investimento do Governo Federal para a construção de instalações portuárias, e, hoje, o que se constata é o estrangulamento das atividades portuárias no Estado. Em outros Estados, ocorreu exatamente o contrário. O Governo Federal deu apoio à implantação de instalações portuárias, entre elas, Sepetiba, no Rio de Janeiro, Suape, em Pernambuco, e Pecém, no Ceará.

E fecha a sua argumentação asseverando que o porto de Barra do Riacho abre perspectivas para a expansão das atividades portuárias capixabas com geração de emprego e renda em toda a região de sua abrangência, por meio de infra-estrutura necessária para apoio a projetos como o pólo industrial de Aracruz, a ferrrovia Atlântica Norte, estudo de prospecção de jazidas de petróleo na costa marítima do Estado e também o Corredor Centro-Leste, que representa grande potencial de exportação para café, frutas, peças de veículos, produtos químicos, gêneros alimentícios, máquinas e equipamentos.

Tem razão o nobre Senador Camata. O inves- timento federal no setor de transportes está condicionado por força do que dispõe o art. 7º da Lei nº 5.917, de 1973, a inclusão do terminal em programas ou planos oficiais anuais ou plurianuais no respectivo sistema de viação. Tal exigência ou condição, aliás, assume especial relevo em época de escassez de recursos públicos para investimento, haja vista que procura atribuir mais valia à sua aplicação.

Assim, apesar de o presente projeto não assegurar a alocação de recursos no Estado é condição **sine qua non** para viabilizar o investimento público no setor, possibilitando que seja dado um impulso na economia da região.

Voto:

Não vislumbrando qualquer óbice de natureza constitucional e diante da conveniência e oportunidade do mesmo, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 402, de 1999, com a emenda supressiva nº 1 que apresento a fim de adaptar a redação do projeto à técnica legislativa, instituída pela Lei Complementar nº 95, de 1998, cujo art. 9º limita a utilização de cláusula revogatória aos casos onde haja indicação expressa das disposições legais revogadas.

Emenda nº 1: suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 402/99. É o voto do Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto e a emenda supressiva.

Chegou agora o Presidente desta Comissão, Senador Alberto Silva.

(Procede-se à votação.)

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) –

A matéria foi aprovada.

Item 2:

Projeto de lei do Senado nº 473/99, que dispõe sobre o uso do serviço 0900 nos terminais de telefonia fixa.

O autor é o Senador Tião Viana e o Relator é o Senador Roberto Saturnino.

Pedimos que o Senador Geraldo Cândido seja o nosso relator **ad hoc.**

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Vamos ao Relatório.

Chega a esta Comissão para parecer o Projeto de Lei do Senado nº 473 de 1999, que dispõe sobre o uso dos serviços 0900 nos terminais de telefonia fixa.

De autoria do nobre Senador Tião Viana, a proposta em análise proíbe as empresas de serviço telefônico fixo comutado tornar disponível o serviço 0900 nos terminais telefônicos sem a expressa autorização do assinante.

Pretende o autor com a medida evitar que o referido serviço, que tantas vezes se apresenta tão caro quanto atraente, seja utilizado em seus aspectos quantitativos e qualitativos sem o conhecimento do ti-

tular da conta que, em última instância, arcará com as despesas no final do mês.

Esclarece ainda o proponente que a medida constitui um passo além do direito garantido ao assinante de gratuitamente bloquear a utilização desse serviço. Ao invés de requerer qualquer ação no sentido desse bloqueio, requerer-se-á do mesmo a ação deliberada de liberação.

Evita-se por esse mecanismo todo o transtorno oriundo da desinformação a respeito dos direitos do assinante de uma linha telefônica fixa.

O presente projeto, de decisão terminativa, esteve nesta Comissão a espera de emendas, pelo período regimental, não tendo sofrido reparos.

Esse é o voto.

É conhecida de todos a índole do povo brasileiro para deixar para última hora o cumprimento de suas obrigações, bem como sua ainda incipiente capacidade de tomar medidas de autoproteção, com base no conhecimento de seus direitos de consumidor. Esse fato tornara o uso não autorizado por visitantes, parentes, filho ou mesmo empregados da Casa de serviços telefônicos caros, um tormento para grande contingente da população.

Diante da relevância do tema, somos favoráveis à medida; considerando-a adequada e de grande impacto social. Votamos, portanto, pela prosperidade do presente projeto de lei.

É o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – O voto é pela aprovação.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Queremos comunicar ao Senador Paulo Hartung que o seu parecer, que foi incorporado e apoiado pela Senadora Marluce Pinto, recebeu aprovação unânime desta Comissão em relação ao Projeto de Lei do Senado nº 402, que trata sobre o Porto Barra do Riacho, no Estado de V. Exª, o Espírito Santo.

Comunicamos aos demais Membros da nossa Comissão que, no início da reunião, chamamos a atenção para a importância da realização da audiência pública sobre a questão da Eletronorte. A data que está sendo divulgada é dia 30 de outubro para a realização dessa assembléia por parte do Governo. Estamos distribuindo aos Srs. Parlamentares um material que o Sr. Mauro Martinelli, Secretário do Meio Ambiente da Federação Nacional dos Urbanitários e o Sr. Rivaldo Alcântara, Diretor do Sindicato dos Eletricitários do Distrito Federal, Coordenador da Intersindical Norte, presentes na nossa Comissão, estão trazendo como contribuição para o debate que vamos travar brevemente aqui.

Item 3:

Projeto de Lei do Senado nº 123/99, que torna obrigatório o uso do dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos. O autor é o Senador Carlos Patrocínio.

Esclareço que esta matéria já foi votada e rejeitada, na Comissão, no dia 24-6-99. De acordo com o Regimento é necessária a indicação de um Relator para relatar o vencido e designamos o Senador Gerson Camata para nos apresentar o relatório em separado, opinando pela rejeição do projeto.

Com a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Srª Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o projeto é cheio de méritos. Ele introduz um dispositivo para evitar explosão em tanques de combustíveis inflamáveis. Entretanto, naquela ocasião, o Plenário inteiro votou contra porque não acompanha o projeto um estudo dizendo quanto mais caro vai custar o gás, a gasolina e o óleo diesel para o consumidor final.

Conversei com o autor do projeto que disse que, rejeitado na Comissão, vai reapresentar o projeto exatamente com os estudos sobre os custos para o consumidor final e tornando não obrigatório, mas facultativo. O consumidor pode escolher um que não explode e pagar um pouco mais; ou outro, com o qual ele corre o risco, e pagar um pouco menos. Esse é o relatório do vencido.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Em discussão.

A SRA. MARLUCE PINTO – Srª. Presidente, peço a palavra para discutir.

Pelo que ouvi do nobre Senador Gerson Camata, será apresentado um novo, mas não em caráter obrigatório. Entendo que deveríamos aprovar com esse caráter obrigatório, porque recentemente o Globo Repórter, numa reportagem, mostrou que a maioria dos postos de gasolina, em São Paulo, correm risco, pois os seus reservatórios, que ficam enterrados por muitos anos, com o uso, enferrujam, fazendo com que o combustível escape.

Se é mais oneroso, muito pior é um acidente fatal, uma explosão num posto de gasolina. Eu conheço o regulamento. Para um terminal, seja para distribuição de asfalto, seja de produtos claros, que, no caso,

são os combustíveis e o asfalto inflamado, já há a obrigação de se ter esses reservatórios. Hoje há essa exigência. Muitas fábricas de asfalto e de emulsões asfálticas estão substituindo os tanques de chapas de aço por tanques inoxidáveis. Para os tanques que transportam o produto nos caminhões também já há essa exigência, embora ninguém esteja cumprindo na íntegra. E só um projeto de lei tornando obrigatório é que realmente poderá evitar muitos transtornos, não só nos transportes especializados dos combustíveis e dos produtos inflamados, como também dos tanques estacionários que servem de armazenamento nos postos de gasolina.

Eu gostaria que o nobre Senador Carlos Patrocínio tomasse a iniciativa de tornar obrigatória essa exigência, já que S. Exª vai reapresentar o projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – A Comissão reconheceu o mérito da proposta do Senador Carlos Patrocínio. Simplesmente, acreditamos que faltou o detalhamento, talvez nos custos.

Então, foi rejeitado o projeto, mas ele certamente será reapresentado, e é importante, porque está sendo reconhecido o mérito por todos os Parlamentares.

Não sei se mais alguém deseja discutir esta matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Srª Presidente, a matéria foi rejeitada?

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Foi rejeitada. Agora nós estamos no voto do vencido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Posso pedir vista?

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Não cabe vista, de acordo com o Regimento, segundo nos informa a Secretaria.

Mas o autor da matéria, como foi explicado aqui, vai reapresentá-la, inclusive dirimindo as dúvidas que foram levantadas e que, infelizmente, levaram à rejeição do projeto. É um projeto bom, é importante, é necessário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Srª Presidente, eu iria pedir vista justamente para isso, para sugerir ao autor a melhoria do aspecto, por exemplo, dos custos, do que isso representa para o consumidor, o que, aliás, foi motivo de preocupação do Senador Gerson Camata.

Obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – O parecer do vencido, Senador Gerson Camata, será anexado ao processado.

A Secretaria nos alerta que, por um lapso nosso, nós não colocamos em votação nominal o item nº 2. Então, peço escusas aos Srs. Parlamentares e faço a chamada, porque é nominal.

(Procede-se à votação.)

Foi aprovado o parecer.

O item nº 4, último item da nossa pauta, é o Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1996, que "obriga as empresas distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los e dá outras providências". É de autoria do Deputado Raimundo Santos, e o Relator é o Senador Carlos Bezerra, a quem damos a palavra para apresentar seu parecer, que pede a rejeição do projeto.

O SR. CARLOS BEZERRA – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse caso é similar ao anterior, que apreciamos. Não sei se é o caso de suspendermos a votação. Porque a Comissão chegou a uma decisão que, antes de votar a matéria dessa natureza teríamos que ter um estudo do custo. Para sermos coerentes, teríamos que rejeitar a matéria como foi rejeitada a anterior. O meu parecer é favorável à aprovação da matéria, mas eu gostaria de propor que pedíssemos ao autor do projeto que, o mais rápido possível, nos trouxesse o estudo do custo para anexarmos a esse projeto.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – De acordo com o Regimento, peço vista do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Regimentalmente concedemos vista ao Senador Geraldo Cândido, mas a proposta dessa Presidência era a de retirarmos a matéria da pauta e nos mantermos acompanhando a decisão e a discussão em relação ao projeto anterior, consultando o autor desse.

O SR. CARLOS BEZERRA – Tudo bem. Pode ser concedida a vista.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Então, fica mantido o pedido de vista do Senador Geraldo Cândido.

Comunicamos aos Parlamentares que também está à disposição dos membros da nossa Comissão e das pessoas que desejarem uma cópia atualizada da disseminação seletiva de informações sobre minas, energia e transportes. São comunicações e obras públicas que a biblioteca do Senado faz como contribuição da nossa Comissão de Infra-estrutura quinzenalmente. Este é o número 8, de agosto de

1999, com matérias, informações e notícias nacionais e internacionais de interesse dos assuntos pertinentes.

Agradecemos a presença dos Srs. Parlamentares e damos por encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h12min.)

Ata da 14ª Reunião (Extraordinária), realizada em 30 de setembro de 1999.

Às nove horas do dia trinta de setembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Emilia Fernandes, presentes os(as) Senhores(as) Senadores(as) Roberto Saturnino, Marluce Pinto, Juvêncio da Fonseca, José Agripino, Mauro Miranda, Osmar Dias, Geraldo Cândido, Luiz Pontes, Gerson Camata, Jonas Pinheiro, Gilvam Borges, Lúdio Coelho e Arlindo Porto, reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Alberto Silva, Paulo Souto, Mozarildo Cavalcanti, José Jorge, José Roberto Arruda, Romero Jucá, Teotônio Vilela, Antonio Carlos Valadares e Roberto Freire. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do Item nº 01– Projeto de Lei do Senado nº 118, de 1999. Terminativo. Ementa: Institui a tarifa social de energia elétrica para consumidores de baixa renda e dá outras providências. Autores: Senadores Geraldo Melo e José Agripino. Relator: Senador Roberto Saturnino. Relatório: Favorável, pela aprovação do projeto com 5 (cinco) emendas. Passa-se à fase de discussão da matéria, ocasião em que fazem uso da palavra para tecer considerações a respeito do assunto abordado os Senhores Senadores Gérson Camata, Juvêncio da Fonseca, Geraldo Cândido, Osmar Dias, Jonas Pinheiro e Geraldo Melo. Por ocasião da votação da matéria o projeto foi aprovado por unanimidade. Resultado: Aprovado. Item nº 2 – Projeto de Lei do Senado nº 418, de 1999. Terminativo. Ementa: Inclui o Porto de Regência, no Estado do Espírito Santo, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação. Autor: Senador Gerson Camata. Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Favorável, à aprovação do projeto. Aberta a fase de discussão da matéria e não havendo quem queira discutir, passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes. Resultado: Aprovado. Item nº 3 – Requerimento nº 13 de 1999. Assunto: Requer nos termos regimentais, a realização de uma Audiência Pública conjunta, das Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos para que sejam discutidos a utilização do potencial do rio São Francisco e especialmente o projeto de transposição de suas águas. Devendo a audiência contar com a participação dos seguintes convidados: Ministro da Integração Nacional: Senador Fernando Bezerra; Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente: Senhor Raimundo José Santos Garrido; Presidente do CEEIVASF (Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco): Senhor José Theodomiro de Araújo e o ex-chefe da Direção de Recursos Hídricos da Eletrobrás: Sérgio Barbosa de Almeida. Autores: Sen. Geraldo Cândido e Sen. Heloísa Helena. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às onze horas e trinta minutos, lavrado eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. Senadora **Emilia Fernandes**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Havendo número legal, declaro aberta a reunião.

Antes de entrarmos na pauta estabelecida, lembro, e desde já convoco, os Srs. Membros desta Comissão a nossa audiência pública, no dia 5 de outubro, próxima terça-feira, às 18 horas. Teremos reunião conjunta com a Comissão de Fiscalização e Controle, em que estaremos ouvindo esclarecimentos do processo de privatização da Eletronorte, da política governamental em relação a essa área. Estarão presentes: Dr. Firmino Sampaio Neto, Presidente da Eletrobrás, Dr. José Antonio Muniz Lopes, Presidente da Eletronorte, e o Sr. Mauro Martinelli, Secretário do Meio Ambiente da Federação Nacional dos Urbanitários.

Alertamos que a questão da Eletronorte é um tema aprovado por nossa Comissão e é de interesse não apenas dos Parlamentares da região abrangida mas também de todo o Brasil, porque é o encaminhamento, a continuidade dos processos de privatização.

Hoje, lendo, na imprensa brasileira, encontrei no **Jornal do Brasil** uma matéria que trata, exatamente, da questão da Eletronorte. Relata a matéria que, para conseguir privatizar a Eletronorte, o Governo está sa-

neando as empresas de energia elétrica da Região Norte. Disse o Ministro das Minas e Energia, em audiência: "Ele explicou que a Companhia Energética do Amazonas será federalizada. Para garantir o abastecimento de energia no Amapá, será feita a licitação de uma usina hidrelétrica nova. Se não for possível vender a concessão, a Eletrobrás construirá a usina".

Reunido com parlamentares, o Ministro ainda teria dito que os sistemas serão privatizados, mas que a Eletrobrás continuará como sócia das empresas, embora o controle acionário fique com o sócio privado. Está prevista uma reunião no dia 8 de outubro. Uma reunião técnica com parlamentares e com sindicatos, para discutir o modelo de privatização.

O assunto está exatamente na pauta das decisões do Ministério das Minas e Energia. Portanto, considero importante que a nossa Comissão analise, até para mostrar, realmente, a preocupação manifestada constantemente por vários parlamentares, e principalmente, de alguma forma, tentarmos também nos somar a essa mesa de análise, de debate, para conhecer mais profundamente os detalhes, tendo em vista que a política do Governo é essa e, realmente, continuará avançando.

Mas acredito que a Comissão de Infra-Estrutura, órgão representativo do Senado que tem a responsabilidade regimental, precisa acompanhar e analisar as conseqüências para a sociedade brasileira e para a Região Norte.

Pergunto aos Srs. Senadores se há necessidade de lermos a Ata da reunião anterior? (Pausa.)

Aprovada.

Há a solicitação de que iniciemos pelo Item 2? Nossa pauta é pequena.

Item 2:

Projeto de Lei do Senado nº 418, que inclui o Porto de Regência, no Estado do Espírito Santo, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

O autor é o Senador Gerson Camata. Relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti. O parecer é pela aprovação do projeto.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Votaremos este item posteriormente.

Item 3:

Requerimento nº 13, de 1999, em que se "requer, nos termos regimentais, a realização de uma audiência pública conjunta das Comissões de Serviços e Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, para que seja discutida a utilização do potencial do rio São Francisco, especialmente o projeto de transposição de suas águas, devendo a audiência contar com a participação dos seguintes convidados: Ministro da Integração Nacional, Senador Fernando Bezerra; Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Senador Raimundo José dos Santos Garrido; Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Sr. José Teodomiro de Araújo; ex-Chefe da Direção de Recursos Hídricos da Eletrobrás, Sr. Sérgio Barbosa de Almeida; e os autores do Requerimento, Senadores Geraldo Cândido e Heloísa Helena.

Colocamos em discussão a matéria.

Não sei se o autor deseja fazer uso da palavra. Se é pacífico, nós colocaríamos em votação o requerimento.

Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Srª Presidente, acho extremamente importante e muito oportuno o requerimento pedindo essa audiência das autoridades que estão mais afetas ao problema da utilização dos recursos hídricos da bacia do São Francisco.

Sempre resisto à idéia de chamar mais de três pessoas como depoentes. Não sei por que a inclusão desse quarto depoente, o ex-Chefe da Direção de Recursos Hídricos da Eletrobrás, Sr. Sérgio Barbosa de Almeida. Quer dizer, deve haver alguma razão, talvez seja uma pessoa com conhecimento mais aprofundado a respeito do assunto. Mas eu gostaria de saber a razão da inclusão desse quarto testemunho. Eu explico a razão. A minha dúvida é esta: eu resisto à idéia de ter mais de três, porque o tempo fica muito limitado, escasso, e a gente não consegue obter dos depoentes tudo o que se quer. Entretanto, se for importante, eu não vou contestar absolutamente. Penso que os Senadores Geraldo Cândido e Heloísa Helena tiveram razões para colocar esse ex-Chefe da Direção de Recursos Hídricos, e não vou contestá-los; apenas estou fazendo essa ponderação.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Com a palavra, o Senador Geraldo Cândido, um dos autores do requerimento.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Senador Saturnino Braga, eu até compreendo a sua preocupação com isso. Nós até já falamos algumas vezes que as audiências públicas com uma Mesa muito grande, com vários depoentes, acaba sendo, às vezes, improdutivas. Mas, nesse caso específico, esse cidadão, o Sr. Sérgio Barbosa de Almeida, por ser ex-Chefe da

Direção de Recursos Hídricos, e o debate em questão ser em relação à transposição das águas do rio São Francisco, eu acho que é importante o seu depoimento, a sua experiência nessa área de recursos hídricos. Por isso, apesar de a Mesa ficar grande em relação ao tempo, que fica mais limitado para os expositores, compreendemos que é importante a presença do Sr. Sérgio Barbosa de Almeida. Portanto, apesar da preocupação de V. Exª, nós gostaríamos de manter o nome do Sr. Sérgio Barbosa de Almeida, pela importância que ele tem em virtude do seu conhecimento nessa área de recursos hídricos.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – A palavra continua à disposição.

Senador Luiz Pontes.

O SR. LUIZ PONTES – Inclusive, quando o Senador Geraldo Cândido fala nessa reunião, quero dizer que também sugerimos à Senadora Heloísa Helena, na Comissão de Assuntos Sociais, a participação dos Secretários de Recursos Hídricos dos Estados nordestinos que serão beneficiados com a transposição das águas do rio São Francisco. Ficou acertado que essa reunião teria o desdobramento em outras reuniões, porque é importante que tanto a Comissão de Infra-Estrutura quanto a Comissão de Assuntos Sociais acompanhem esse projeto, até com a criação de uma subcomissão, para que possamos acompanhar, para que não haja interesses políticos de Estados — esse aqui leva isso, eu quero aquilo. Então, penso que é importante não só para a Comissão de Assuntos Sociais, mas também para a de Infra-estrutura seja criada uma subcomissão para acompanhar de perto quem está fazendo o projeto, o estudo do impacto ambiental, a vazão do São Francisco, a importância dela para os Estados, porque muitos dizem que a vazão só pode ser de 30 m^3 ou 50 m^3, enquanto outros afirma que só com 100 m^3 há viabilidade do São Francisco. Existe uma série de dúvidas que precisamos dirimir. Sugerimos a criação de uma subcomissão para que possamos acompanhar de perto esse projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Esta Presidência também entende a importância do tema. A Mesa teme que, havendo vários palestrantes temos experiência, o assunto não seja tratado com a profundidade necessária. Tendo em vista essa visão de desdobramento, também é importante que aprovemos os nomes e façamos depois uma avaliação. É preciso saber, inicialmente, quais as pessoas que viriam para que debatêssemos a matéria juntamente com os autores e com todos os integrantes da nossa Comissão.

Considero muito importante a proposta do Senador Luiz Pontes de criarmos uma subcomissão. Eu pediria a S. Exª que providenciasse o requerimento e o enviasse à Mesa para ser votado. Depois cada Partido indicará um representante para constituir um grupo de acompanhamento permanente, pois se trata de assunto da mais alta importância para todo o Brasil. Estamos atentos, porque essa pode ser a solução dos problemas de uma grande região do Brasil.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Posteriormente vamos marcar a audiência.

Aguardamos o requerimento de V. Exª.

Item nº 2:

Solicitamos ao Senador Luiz Pontes que apresente o relatório elaborado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo em vista que S. Exª nos comunicou que talvez não consiga chegar a tempo. Como haverá sessão do Senado, não podemos prolongar demais nossa reunião.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Pontes para relatar o Projeto de Lei do Senado nº 418, de autoria ao Senador Gerson Camata.

O SR. LUIZ PONTES – É submetida à apreciação da Comissão de Serviços de Infra-estrutura o texto do Projeto de Lei do Senado nº 418, de 1999, que inclui o porto de Regência no Estado do Espírito Santo na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação. Para tanto, o autor do presente Projeto de Lei do Senado, em sua justificativa, esclarece que o porto de Regência é hoje, na realidade, um terminal com a finalidade de armazenar e escoar a produção de petróleo do Estado do Espírito Santo. Suas instalações localizadas próximas à foz do rio Doce no Município de Linhares, no Espírito Santo, tem movimentado petróleo cru em um quadro de bóias instaladas em profundidade de 16m dimensionadas para navios de até 53 mil toneladas, mas que operam, no máximo, com carregamento de 30 mil m^3 de petróleo. Em decorrência disso, elevada é a freqüência de navios com granel líquido no terminal de Regência bem como de navios de navegação e de cabotagem.

A inclusão do porto de Regência no Plano Nacional de Viação abre perspectivas para a expansão das atividades portuárias com geração de emprego e renda em toda a sua região de influência por meio de infra-estrutura necessária para a Ferrovia Atlântica Norte, o Corredor Centro-Leste e projetos da Sudene

em 27 municípios do norte do Estado do Espírito Santo.

É nesse sentido, portanto, que o autor busca com a presente proposição a otimização do sistema de transporte da região por meio da redução dos custos operacionais de transporte e o conseqüente barateamento dos produtos gerados numa área já tão carente de um sistema viário alimentador estadual e municipal compatível com as suas necessidades.

No relatório o Senador já explicou o projeto. O voto de S. Exª é favorável ao projeto de autoria do nobre Senador Gerson Camata.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Em votação o relatório, que é pela aprovação do projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item n.º 1:

Projeto de Lei do Senado n.º 118, que institui a tarifa social de energia elétrica para consumidores de baixa renda e dá outras providências. Os autores são os Senadores Geraldo Melo e José Agripino. O Relator é o Senador Roberto Saturnino. O relatório apresenta parecer favorável ao projeto, com emendas.

Passamos a palavra ao Relator.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto em pauta é uma dessas proposições de extrema importância e também de grande complexidade, dada a diferença de especificidade das diferentes regiões do nosso País. Fizemos um esforço para, em contato permanente com o Senador Geraldo Melo, apresentarmos este parecer que pretende introduzir alguns aperfeiçoamentos na proposta original, que, em si, é extremamente positiva.

Em seu primeiro artigo, o projeto assegura aos consumidores de baixa renda suprimento de energia elétrica mediante o pagamento de uma tarifa social, e atribui à Aneel a competência para definir os critérios de enquadramento dos usuários de energia elétrica como consumidores de baixa renda.

O segundo artigo fixa essa tarifa social em R$2,00 pelo prazo de cinco anos. Passados esses cinco anos, a Aneel fixará a tarifa a ser cobrada, que deverá ficar limitada ao valor pago pela empresa distribuidora à geradora, acrescido de uma taxa de administração, cujo valor não será superior a 15%.

O art. 3º inclui, dentre os contemplados pela tarifa social, os beneficiários de programas de eletrificação domiciliar, executados por conta de Governos Estaduais ou Prefeituras Municipais, e todos os consumidores que possam demonstrar um pagamento continuado do equivalente a até R$5,00 mensais, durante pelo menos seis meses.

O art. 4º estende o benefício aos consumidores residenciais servidos por empresas distribuidoras de energia elétrica que tenham sido privatizadas a partir de 1996, ou suas sucessoras, que pagavam continuamente até R$5,00 mensais.

Conforme justificam os autores do projeto, os serviços de distribuição de energia elétrica ao consumidor sempre foram vistos como serviço público e o Estado sempre seguiu uma política de preços que garantia uma tarifa especial para os consumidores de baixa renda. Diante da crescente onda de privatização no setor elétrico, os autores desejam garantir a continuidade dessa política de preços sociais, mesmo após a privatização das distribuidoras. Dizem eles que a privatização dos serviços de distribuição de energia elétrica ao consumidor final não lhes tira o caráter de serviço público. O projeto se destina a evitar uma transição abrupta entre a política de preços sociais que vem sendo praticada e a política eventualmente adotada pela empresa privatizada.

Este é o relatório.

Voto

A medida é muito oportuna, sobretudo nas atuais circunstâncias econômicas, uma vez que procura evitar que muitas famílias, que não têm como pagar um valor mais alto, sejam impedidas de usufruir os benefícios da energia elétrica. Cremos, contudo, que seria conveniente que o Congresso estabelecesse, no corpo do projeto, alguns parâmetros pelos quais a Aneel deverá fixar critérios de natureza mais técnica, isto é, entendemos que a fixação de parâmetros de natureza mais política e social deveria ser feita pelo Congresso Nacional, cabendo à Aneel a fixação dos parâmetros de natureza mais técnica.

Por outro lado, acreditamos que seria igualmente justo conceder um apoio especial aos trabalhadores de baixa renda que ficaram desempregados, inspirados pelo teor da Emenda nº 3, apresentada pelo Senador Geraldo Cândido na Comissão de Assuntos Sociais.

Em decorrência do exposto, e em se tratando de medida de inquestionável mérito, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 118/99, com um aperfeiçoamento na forma das seguintes emendas:

Emenda nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Fica assegurado ao consumidor residencial classificado como de baixa renda o

suprimento de energia mediante o pagamento de uma tarifa social."

Aí é que entra a fixação dos critérios de natureza político-social.

Parágrafo primeiro:

"O consumidor classificado como de baixa renda é aquele cuja renda familiar não exceda 3 salários mínimos e que resida em uma das seguintes categorias de moradia:

1 – favelas: conjunto de moradias populares precariamente construídas, onde o assentamento dos domicílios não obedeçam ao arruamento definitivo;

2 – baixa renda: construções modestas com área construída de até 72m2;

3 – cortiços: habitações caracterizadas como moradias coletivas que apresentam índice de ocupação excessiva e deficiência generalizada em sua infra-estrutura, onde o consumo de energia elétrica é aferido por um único medidor;

4 – Pró-morar: casas tipos embrião, edificadas em série e previamente urbanizadas, vinculadas aos programas sociais de habitação, observando as demais condições exigidas para a baixa renda;

5 – conjuntos habitacionais: habitações edificadas, em série, casas ou prédios, em áreas previamente urbanizadas, vinculadas a programas sociais de habitação, observadas todas as demais condições exigidas para a baixa renda. Isto é, a renda familiar e a metragem até 72m2.

Definidos pelo Congresso esses critérios de natureza político-social, O parágrafo 2º diz:

"A Agência Nacional de Energia Elétrica definirá, no prazo de 60 dias, os critérios técnicos aplicáveis aos consumidores acima definidos como de baixa renda."

A modificação destina-se a fazer uma clara distinção entre os critérios político-sociais e os critérios técnicos que nortearão o enquadramento de um consumidor de baixa renda. Os critérios político-sociais, por refletirem prioridades gerais da Nação, devem ser fixados por uma instituição eminentemente política como o Congresso Nacional. Já o detalhamento técnico de como esses critérios mais gerais serão implementados deve ser atribuição da Aneel, agência de inquestionável capacidade técnica.

Por outro lado, o estabelecimento de critérios político-sociais aplicáveis a toda a Nação confere o mínimo de uniformidade no tratamento dos consumidores de baixa renda em todo o País. Atualmente, conforme estabelece a Portaria nº 437, de 3 de novembro de 1995, cabe às concessionárias definir suas próprias normas de enquadramento de consumidores de baixa renda.

O DNAEE tem a incumbência de aprová-las ou não. Mas, de qualquer forma, essa sistemática permite uma variação enorme de critérios entre concessionárias dentro do País. Segundo estou informado, o DNAEE, em mais de 95% dos casos, aprova a sistemática sugerida pela concessionária.

Diz a Portaria nº 437:

"O Diretor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no uso das atribuições regimentais, considerando a possibilidade de ser estabelecida a classe que identifique, entre os consumidores, aquele de baixo poder aquisitivo, para que se possa aplicar política tarifária mais adequada, resolve:

– alterar o inciso 1 do art. 19 da Portaria nº 222, de 22 de dezembro de 1987, que passa a vigorar com a seguinte redação:

– Residencial de baixa renda: fornecimento para unidade consumidora residencial, caracterizada de baixa renda nos programas especiais de atendimento, mantidos pela concessionária de serviço público de energia elétrica na sua área de concessão. A caracterização das unidades consumidoras a serem enquadradas nessa subclasse deverá ser submetida pelas concessionárias à aprovação do DNAEE.

O DNAEE tem a prerrogativa de aprovação dos critérios apresentados pela concessionária. Todavia, na maioria dos casos, o DNAEE simplesmente aprova, e as concessionárias apresentam critérios e tarifas extremamente diferenciadas, conforme a região a que atendem. Isso tira qualquer possibilidade de um mínimo de uniformidade de tratamento em todo o território nacional, não obstante o reconhecimento das especificidades regionais. O que estamos pretendo com esses critérios, que são muito genéricos porém uniformes, é uniformizar o tratamento em todo o território nacional.

A Emenda nº 2 diz o seguinte: "Dê-se ao art. 2º a seguinte redação: Pelo prazo de 5 anos, a contar da data desta lei, a tarifa social será de R$2,00 fixos por mês, vedado qualquer acréscimo, devendo a Agência Nacional de Energia Elétrica fixar a tarifa a ser cobrada após esse prazo, que, em qualquer hipótese, fica limitado ao valor pago pelo suprimento da energia, acrescido de uma taxa de administração cujo valor não excederá 15%."

O projeto original fixa a tarifa social em R$2,00 por um período de 5 anos. A partir de então a tarifa acompanhará os reajustes no custo de geração e transmissão.

Propõe-se substituir a expressão "a geradora" pela expressão "pelo suprimento de energia", para assegurar às distribuidoras uma margem de 15% acima do valor pago pela geração e transmissão.

A Emenda nº 3 dá a seguinte redação ao art. 3º: "Fica assegurada a inclusão, dentro da categoria de consumidor de baixa renda a que refere o art. 1º, dos beneficiários de programas de eletrificação domiciliar executados por conta dos Governos estaduais ou Prefeituras municipais."

Uma vez que o art. 1º definiu alguns critérios gerais para o enquadramento dos consumidores de baixa renda, cabe explicitar que os consumidores vislumbrados neste artigo terão direito aos mesmos benefícios. Retirou-se a referência aos consumidores que pagavam até R$5,00 mensais, uma vez que eles se encontram plenamente contemplados no art. 4º, o artigo seguinte.

Esse artigo tem por escopo garantir um direito a uma população substancial, que, principalmente nos Estados do Nordeste, foi beneficiada por esse programa de eletrificação domiciliar realizado por Governos dos Estados e Prefeituras.

A Emenda nº 4, no art. 4º, propõe: "Substituir a expressão 'respeitados os critérios defendidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica, Aneel, no art. 1º desta Lei, introduzidos pela Emenda nº 2, da Comissão de Assuntos...' por 'respeitados os critérios definidos no art. 1º desta Lei'." É praticamente uma emenda de redação, para adaptar a nova redação do art. 1º.

Finalmente, a Emenda nº 5 acrescenta um novo art. 5º: "O consumidor de baixa renda que estiver desempregado poderá ter assegurado o suprimento de energia elétrica gratuita pelo prazo de três meses, desde que comprove o recebimento do seguro-desemprego. Findo esse período, o benefício só poderá ser pleiteado novamente decorrido um ano do pleito inicial."

Em tempos de tanta dificuldade econômica, é imprescindível estender o apoio especial às famílias de baixa renda que estão sofrendo o impacto adicional do emprego. Para não onerar demais as concessionárias, o benefício será limitado a três meses, justamente o período em que o desempregado está mais aflito, por ter de se ajustar à nova realidade. Também exige-se a apresentação de documento relativo ao seguro-desemprego, para que não haja fraudes que venham a comprometer a idoneidade do beneficiário.

É este o meu voto Srs. Senadores, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – O parecer, então, é favorável ao projeto, com três emendas.

O SR. ROBERTO SATURNINO São cinco emendas, Excelência. Mas duas delas são de redação.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Duas emendas de redação e três de mérito.

Em discussão.

Tem a palavra o Sr. Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA Srª Presidente, Sr. Relator, primeiro quero dizer que voto favoravelmente, porque essa lei já existe.

Somos políticos e andamos por todos os lugares, então conhecemos a instituição do "gato". O sujeito faz o "gato" e ainda distribui para todo mundo. E alguns ainda cobram mais de R$2,00, mais de R$5,00.

No Espírito Santo, por exemplo, 12% da energia elétrica da Grande Vitória é gasta com "gatos". E a Companhia tem medo de ir a certos lugares e não vai, porque se o funcionário dela for lá, coitado, será eletrocutado.

Voto a favor, mas temo que a proposta irá oficializar o "gato". Deveria haver aqui o limite que ele pode consumir. Se passar de determinado limite, ele deixa de ser consumidor de baixa renda. Eu tenho uma casinha e consigo baixa renda por R$ 2,00, monto uma fábrica atrás, vendo energia para os outros que não conseguiram. Vai ser um comércio danado aí. Então seria bom limitar, até tantos quilowatts.

Mas, talvez, naquele espacinho que ele deixou para Aneel, aí ela pode definir isso. Porque é técnico. O critério é técnico.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Por isso é que nós procuramos definir os critérios políticos sociais e os critérios técnicos deixa que a Aneel fixe.

O SR. GERSON CAMATA – Deixa que fixa. Está bom.

Muito obrigado. Era a minha posição.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Srª Presidente, era justamente essa preocupação. Porque o critério duradouro que quando se aplica realmente esta legislação, que é extremamente social, é que tem se alcançado.

Na Administração de Campo Grande, quando fui Prefeito, nós fizemos a isenção do IPTU, que cor-

responde praticamente a essa tarifa social na descrição. Nós abandonamos o critério com referência à pobreza ou à renda familiar, referência à pessoa e adotamos o critério da natureza da habitação: popular e precária. Porque pouco importa a pessoa que esteja ali habitando. Se está habitando uma precária ou popular é justamente porque é merecedora daquele incentivo, daquela assistência social que se faz.

Então, acho que o aperfeiçoamento desse projeto reside justamente nessa definição. Tenho a impressão que deixar por conta do DNAE vai ser difícil essa definição. Talvez nós demorássemos um pouquinho mais, mas procurássemos aperfeiçoar aqui a definição do objeto em que incide esse projeto.

Na minha avaliação, estou plenamente de acordo. Acho socialmente importante, mas este aperfeiçoamento acho que deveria ser feito aqui entre nós, evitando que o DNAE ou qualquer outra instituição federal, até por morosidade, negligência, deixasse isto às vezes até sem efeito para o futuro.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Se o Senador me permite, nós estamos fixando aqui. O projeto fixa um prazo para o DNAE resolver a questão dos critérios, porque os critérios sociais estão definidos...O tipo de moradia, nós procuramos até ser bastante específicos, aqui no Art. 1º, descrevendo "favela, baixa renda, cortiço, Pró-morar, exatamente dentro do espírito que o Senador quer imprimir ao projeto.

Agora, a questão técnica do quanto de energia consumida, acho que é difícil para nós entrarmos, porque é uma questão mais especificamente técnica. Quer dizer, se produzimos o enquadramento genérico social, o DNAE complementaria apenas dentro de um prazo que está especificado, que é de 90 dias, então a questão dos critérios técnicos.

O SR. GERSON CAMATA – Preocupa-me também, Senador, a questão de 72 metros quadrados, corresponde a oito cômodos e 9 metros quadrados. Então, isso veja bem que pode ser até uma pessoa que não seja tão de baixa renda. Por isso é que a questão bem objetiva do imóvel é importante para evitar injustiça.

E outra coisa também é a questão de conjuntos habitacionais. Todo conjunto habitacional é quase que um programa social da Caixa Econômica. Envolver todos os conjuntos habitacionais até 72 metros quadrados nós vamos estar beneficiando pessoas também que não são de baixa renda.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Está bem. Senador, acho que esses pontos que V. Exª levantou são pertinentes aqui à nossa discussão. Compreendo as suas objeções e não sou refratário a uma alteração nesse sentido. Acho que esses são critérios que nós temos que fixar. Se baixa de 72 para outra metragem mais baixa, se tira os conjuntos habitacionais. Quer dizer, isso nós temos que decidir aqui sim.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – O Senador Geraldo Cândido nos havia solicitado primeiro, depois o Senador Osmar Dias.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Srª Presidente, Srs. Senadores, primeiro quero parabenizar os Senadores Geraldo Melo e José Agripino Maia pela brilhante iniciativa de apresentarem um projeto de grande conteúdo social. No momento em que se discute a questão da miséria no País – e o Congresso Nacional já instalou uma comissão para discutir a erradicação da pobreza no Brasil – um projeto como esse vem justamente ao encontro dessas preocupações. O projeto do Senador Geraldo Melo e o do Senador Eduardo Suplicy da Renda Mínima, o Programa Bolsa-Escola e outros mais vão ao encontro das preocupações do Congresso Nacional e da sociedade como um todo. Vemos agora que até o Banco Mundial e o FMI começam a rediscutir a sua concepção, principalmente em relação à situação da humanidade. Eles, finalmente, conseguem detectar e mostrar que no mundo, realmente, existem 1,5 bilhões de pessoas que vivem com uma renda abaixo do salário mínimo. É uma situação de extrema pobreza e de miséria. Portanto, eu acho que um Projeto neste sentido está, justamente, neste espírito que nós estamos discutindo em relação à dificuldade e à redistribuição de renda no Brasil e no planeta Terra.

Quero, em segundo lugar, parabenizar o Sr. Senador Roberto Saturnino, Relator do Projeto, pelo seu brilhante Relatório. Acho que S. Exª colocou questões importantes para tentar regulamentar essa lei e acho que os Srs. Senadores Gerson Camata e Juvêncio da Fonseca têm razões e algumas preocupações que devem ser vistas. Eu acho que, na verdade, nós temos, inclusive, aí no Projeto – no Relatório do Sr. Senador Roberto Saturnino – em que a regulamentação dessas questões ficaria por conta do órgão regulador que seria a Anel. Eu, então, acho que está colocado. Há o espaço para que a Agência possa corrigir e fazer a regulamentação, aperfeiçoando a aplicação da lei. Eu, inclusive, na Comissão de Assuntos Sociais, ofereci, também, uma Emenda para esse Projeto que, apesar do Relator ter rejeitado foi acatada pelo Plenário e acabou como está, ajudando, inclusive, a colocar algumas definições no Projeto no sentido de contribuir para melhorar o Projeto a fim de que o mesmo tenha um maior alcance.

Portanto, colocadas as devidas preocupações dos Srs. Senadores, o meu voto é pela aprovação do Projeto do Sr. Senador Geraldo Melo.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Obrigado a V. Exª, nobre Senador.

Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Srª Presidente, Srs. Senadores, quero, também, iniciar, cumprimentando o Sr. Senador Geraldo Melo que, durante a discussão desta matéria na Comissão de Assuntos Sociais, prestigiou, também, aquela Comissão e que, hoje, está aqui presente na Comissão de Infra-estrutura na discussão do seu Projeto. Na Comissão de Assuntos Sociais, este assunto, na verdade, foi bastante debatido. Houve até um pedido de vistas e, depois, houve a apresentação de emenda por parte do Sr. Senador Geraldo Cândido aperfeiçoando este Projeto. Mas, nesta discussão que foi feita entre o Sr. Senador Juvêncio da Fonseca e o Sr. Senador Roberto Saturnino, eu quero lembrar que existe um Projeto na Comissão de Assuntos Sociais que, ainda, está sendo relatado – porque não foi apresentado – e que, talvez, pudesse solucionar o problema da definição de quais as famílias que poderão ser contempladas ou classificadas como famílias de baixa renda. É um Projeto de autoria do nobre Senador Eduardo Suplicy e que define a linha da pobreza e da miséria em nosso País, classificando, portanto, aqueles que poderiam ser enquadrados dentro do que este Projeto estabelece mas só que ele ainda não está aprovado e é isto que nós, evidentemente, temos que definir aqui.

Pelo que eu havia entendido dessa Emenda nº 1 do nobre Relator é que esses critério seriam cumulativos, ou seja, a família de baixa renda seria aquela que percebesse uma remuneração mensal menor do que dois salários mínimos – está meio apagado mas parece que são três salários mínimos – e que residisse numa dessas condições abaixo.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – No original está constando que são três salários.

O SR. OSMAR DIAS – Mas só que o que foi levantado, aqui, pelo nobre Senador Juvêncio da Fonseca, quero, também, colocar uma dúvida no que se refere ao titular desta conta que seria o balizamento dessa renda familiar ou haveria um critério capaz de levantar a renda daquela família que reside naquele local e que teria esse benefício? Parece-me que o mais complicado seria o levantamento da renda familiar porque o titular da conta, como nós teremos uma lei que beneficia uma renda mensal menor do que três salários mínimos é evidente que a família escolheria como titular da conta aquele que se enquadrasse nesse critério.

Eu, então, fico, aqui com uma dúvida muito grande de como será feito o levantamento da renda familiar para enquadramento nas condições estabelecidas pelo Projeto de Lei. É só uma dúvida que tenho e que, talvez, seja o maior problema que tenhamos na prática desta lei, que considero de extrema importância e de extremo alcance social.

Era esta consideração e esta dúvida que eu gostaria de deixar.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Senador Jonas Pinheiro, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JONAS PINHEIRO – Srª Presidente, Srs. Senadores, o Senador Osmar Dias esgotou um pouco o argumento que eu teria a respeito do projeto e eu ficaria ainda com mais uma dúvida: quando remetermos à Aneel para que ela fixe a quantidade de quilowatts a ser utilizada, será que não seria mais prudente autorizar também que ela limite a referida quantidade? Porque, aqui, o que se está limitando são as condições técnicas as quais considero mais importantes. Segundo o argumento do Senador Gerson Camata, temos que autorizar explicitamente a quantidade a ser estabelecida tecnicamente também pela Aneel.

Veja, Srª Presidente, Srs. Senadores, aí já estão especificadas as condições técnicas e eu gostaria que fosse especificado um pouco mais: que quantidade de energia seria especificada pela Aneel; além do reforço, a partir da indagação feita pelo Senador Osmar Dias, quem seria o titular da conta dentro da família? De forma que não sei agora como a Comissão irá proceder frente a esse projeto, se algum dos membros da comissão pedirá vista, se volta a discutir na próxima semana, se o projeto volta ao relator para corrigir isso ou se a votação será feita agora.

Sou favorável ao projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Seria interessante que o relator, Senador Roberto Saturnino, fizesse suas considerações em relação ao que o Senador Jonas Pinheiro aponta.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Penso que poderíamos – considerando-se que a Aneel definirá no prazo de 60 dias os critérios técnicos aplicados aos consumidores – acrescentar como critério principal que a própria Aneel defina os critérios técnicos aplicáveis aos consumidores acima definidos como de baixa renda, levando em consideração principalmente o consumo mínimo ou máximo de energia, tendo em vista especialmente o consumo máximo de energia,

embora não fixemos qual seja esse consumo, constando da redação que podemos alterar aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo, um dos autores do projeto e Vice-Presidente da Casa, que nos honra com a presença e que após sua fala poderá chegar com o relator à decisão de manter a presente redação do projeto ou se seria necessário algum acréscimo, para, de certa forma, amarrar um pouco mais a idéia que está sendo aqui apresentada.

O SR. GERALDO MELO – Srª Presidente, muito obrigado.

Eu queria realmente fazer um apelo aos membros desta comissão para que atentassem em relação a algumas considerações que eu desejava fazer antes que a comissão adotasse algum tipo de decisão em relação ao projeto.

Na realidade, penso ser do meu dever agradecer – porque é comovente para mim ver um projeto como este merecer a atenção e a participação de tão eminentes senadores – agradecer em particular as referências e o tratamento que o projeto recebeu da parte do relator, Senador Roberto Saturnino.

Eu desejava pedir à Casa que atentasse para o seguinte: as autoridades ligadas ao setor elétrico sustentam que não há necessidade de se fazer um projeto desse tipo.

Em seu relatório, o Senador Roberto Saturnino faz referência à Portaria nº 437, de novembro de 1995. Essa Portaria, na realidade, está ultrapassada por uma outra, porquanto ainda se refere a uma instituição que não existe mais.

Já temos em vigor uma Portaria nº 466, de 12 de novembro de 1997, que, no art. 17, estabelece o seguinte:

"Ficam estabelecidas as seguintes classes e subclasses:

b) residencial baixa renda: fornecimento para unidade consumidora residencial caracterizada como baixa renda, pelo concessionário de serviço público de energia elétrica em sua área de concessão.

A caracterização das unidades consumidoras a serem enquadradas nessa subclasse deverá ser submetida pelo concessionário a prévia aprovação do órgão regulador do poder concedente."

Em outras palavras, quem define o que é um consumidor de baixa renda é a concessionária. Ela define. E a Aneel, no caso, recebe a definição e aprova ou não, sendo verdade que ela aprova quase sempre. Cabe aqui informar aos Srs. Senadores e à nossa Presidente da experiência que recolhi junto a um técnico da Aneel a respeito de uma inspeção que foi feita precisamente no Estado do Piauí, que, como sabemos, não é propriamente uma das unidades mais ricas da Federação.

Ele me disse que, diante dos critérios estabelecidos pela concessionária, chegou à conclusão de que não existia pobre no Piauí, porque os critérios para que um domicílio fosse considerado de baixa renda eram tais que dificilmente se encontraria, cumulativamente, a casa que tivesse uma cobertura de palha, um piso de barro, mais isso, mais aquilo, de tal maneira que a cobrança da tarifa social ficava algo simbólico.

Há uma experiência recente – infelizmente, não tive tempo de trazer os números exatos – em relação ao que ocorreu no Distrito Federal após a privatização. Houve um trabalho de grande velocidade para instalação de medidores nas residências onde não havia medidores.

Só a instalação de medidores mudou, em média, o volume admitido como volume de consumo daquelas unidades, aumentando em três vezes o volume de referência. E o padrão da conta, por se mudar a faixa de tarifa, elevou-se sete vezes.

Como uma coisa depende da outra, na verdade, essa mudança é cumulativa, havendo uma elevação de 21 vezes em relação ao que era pago pelo consumidor. Isso, portanto, evidencia que poderemos até ter tarifa social, inscrita com muito boa intenção, generosamente, mas, na realidade, o povo não tem. Temos que corrigir isso através da lei.

Se concordamos em que é necessário, precisamos discutir o seguinte: a quem vai ser oferecido o direito de receber energia elétrica, pagando a tarifa social? Como se define que alguém tenha o direito de ser enquadrado como um consumidor de baixa renda para os fins do pagamento da tarifa social?

Aqui há uma diferença no tratamento que foi dado quando elaborávamos o projeto proposto pelo Senador Roberto Saturnino. Qual foi a nossa intenção? Quando não incluímos, à exceção de dois, nenhum outro critério. A intenção foi a seguinte: primeiro, atribuir à Aneel a responsabilidade de definir, mas ela fica obrigada, ao definir, a incluir duas categorias de consumidor. Se ela quiser alterar o que está na lei, vai ter que ampliar, não poderá reduzir. Essas duas categorias estarão incluídas, porque a lei prevê. Quanto às demais, é problema da Aneel ampliar, incluir ou não.

E quais são essas duas categorias? Uma, naqueles Estados onde tenha sido realizado algum programa de eletrificação domiciliar por conta do Poder Público, sabemos que, nesses Estados, o que se fez

foi alcançar aquele consumidor que, tendo energia na sua porta, não tinha recursos sequer para pagar o custo da ligação, para trazer a energia da rua para dentro de casa. Nesses domicílios, foi feito um Programa que, no meu Estado, se chamava Pau Amarelo, pelo simples fato de que o barrote que se coloca na parede da casa, do lado de fora, para nele prender os fios que vêm da rua, era pintado de amarelo. Por conta disso, o programa recebeu do povo a denominação de Pau Amarelo.

Ora, pouco importa saber se uma casa está nos alagados do Recife, nas favelas do Rio de Janeiro, no pé de uma serra no interior do Nordeste. Se a casa tem 70 metros, 20 metros ou 100 metros, mas se é habitada por uma família que não tinha condições sequer de puxar a energia da rua para dentro de casa, parece que aí está um testemunho suficiente de que esta é uma família de baixa renda.

Então, a nossa proposta foi: a Aneel define os critérios, mas fica garantido a quem passou a ser consumidor de energia elétrica, porque foi beneficiado por um desses programas, que será considerado de baixa renda pela Aneel, quando ela for definir os critérios. Essas pessoas, portanto, estavam incluídas. Quem mais estava incluído? Pode haver, e certamente houve, Estados no Brasil onde programas desse tipo não foram realizados. Então, nesses Estados, onde existe população de baixa renda da mesma maneira, não haveria um enquadramento automático de nenhuma categoria.

O que fizemos para resolver essa questão? O projeto propõe originalmente que quem pagava, antes da privatização, até R$5 por mês de conta de luz, que pudesse demonstrar isso, também estaria incluído, existisse ou não programa de eletrificação feito pelos governos.

Entendemos que, garantindo a essas duas categorias de consumidor a sua inclusão no programa, estaríamos, do ponto de vista da população, abrangendo o máximo possível de consumidores de baixa renda, independente da preocupação sobre qual é a renda deles, de que tamanho é a casa e onde ela se localiza.

Expliquei ao Senador Roberto Saturnino, que teve completa sensibilidade para perceber essa questão, o seguinte: fui Governador do meu Estado e lá esse foi um programa realizado com muita prioridade no meu Governo. O que ocorria? Numa determinada rua, sobretudo nos bairros periféricos, havia 150 casas, das quais 120 ou 130 já eletrificadas e, dispersas entre elas, estavam casas de pessoas que não podiam pagar a ligação. O Governo foi lá e ligou essas casas dispersas. Não há como, portanto, se dizer que as casas devem pertencer ou a um conjunto, ou estar em uma favela, ou estar aqui ou ali, porque, na verdade, são candidatos com todas as condições de serem considerados de baixa renda e, apesar disso, não estão em nenhuma dessas situações. Por essa razão, é que o projeto se limitou a assegurar essas duas inclusões e dizer, praticamente, para a Aneel: inclui essas duas categorias de consumidor e poderá aumentar se quiser; diminuir, não. Esse foi o espírito com que se procurou definir, dando à Agência Nacional de Energia Elétrica o poder de definir quem é de baixa renda, mas delimitar o patamar inferior: esses aqui têm que estar dentro do programa. Daí termos considerado desnecessária qualquer forma de definição genérica, de balizamento político do que seria o universo dos consumidores de baixa renda. O Senador Roberto Saturnino propõe alguns balizamentos, que, de certa forma, não há o que contestar na proposta, salvo dois receios que eu desejava assinalar. O primeiro é de algum tipo de exclusão, como o que eu citei agora: as palafitas, os alagados que são comuns em cidades como Recife e Olinda. Evidentemente, como isso é alguma coisa que será colocada não digo que esteja havendo nenhuma reação das concessionárias, mas, o seu interesse legítimo, respeitável, é o de ganhar o máximo possível com o trabalho que fazem. Na verdade, o seu interesse será o de dar a essa lei a interpretação mais restritiva possível, pois, quanto mais restritiva for a interpretação, menor será o universo beneficiado. Além, portanto, do receio de que uma interpretação restritiva considere a enunciação dos tipos de casa, do nível de salário, da localização das habitações, como uma delimitação fora da qual não se tenha a possibilidade de atender. Foi por isso que insisti com o Senador Roberto Saturnino e S. Exª concordou que fosse mantido, explicitamente, aquele consumidor que houvesse sido beneficiado nos Programas de Eletrificação Domiciliar. Mas, ao mesmo tempo em que se fez isso, excluíram-se aqueles que pagavam até R$5,00. Existe uma restrição das empresas distribuidoras a essa regra, porque, com isso, se beneficiará alguém, por exemplo, que tenha um apartamento em Santos, fechado o ano inteiro, paga 10 meses de contas de R$5,00 por mês, ou menos, e vai se apresentar como baixa renda. Aí, concordo que haveria a possibilidade de o projeto beneficiar uns quantos proprietários, que são até de alta renda, e que poderiam, em relação a esses imóveis, ter benefícios indevidos. Mas, apesar de reconhecer isso, do ponto de vista da nossa sociedade, a possibilidade de beneficiar meia dúzia de veranistas é me-

nos grave do que a possibilidade de excluir alguns milhões de não-veranistas que pagavam R$5,00 por mês; não porque tenham um apartamento em Santos, mas porque o seu consumo de energia elétrica era extremamente reduzido. Por essa razão, lamento a exclusão se vier a ser consumada desses consumidores que pagavam até R$5,00.

A outra preocupação que tenho com relação à norma, tem a ver com essa interpretação restritiva. Veja bem, Senador Roberto Saturnino, o art. 1º do projeto, no **caput**, com a redação que V. Exª propõe, assegura o suprimento de energia ao consumidor de baixa renda. Mas o § 1º abre, dizendo o seguinte:

> "O consumidor classificado como de baixa renda é aquele cuja renda familiar não exceda três salários mínimos e que resida numa das seguintes categorias de moradia..."

Portanto, são condições cumulativas. É preciso ter até três salários mínimos e mais: residir em uma dessas habitações.

Em primeiro lugar, nós estamos dando, em última instância, à concessionária distribuidora nos Estados, a autoridade final para se pronunciar até sobre nível de renda familiar dos seus consumidores. Porque, afinal de contas, é ela quem, em última instância, vai cadastrar e quem vai produzir a conta de luz. É ela quem vai cobrar; é ela quem vai cortá-los.

Portanto, a manter o art. 1º, como está proposto pelo Relator, eu me permitiria fazer um apelo a S. Exª, no sentido de que, na sua Emenda nº 3, onde V. Exª diz que fica assegurada a inclusão, dentro da categoria de consumidor de baixa renda, a que se refere o art. 1º, dos beneficiários de programa de eletrificação domiciliar executado por conta de governos estaduais ou prefeituras municipais, fosse acrescentada uma vírgula e mais: as palavras "independente da sua renda familiar". A questão da renda familiar daqueles que foram beneficiados por esse programa foi apreciada no momento em que essas pessoas demonstraram não ter a possibilidade sequer de ligar luz nas suas casas. E, com isso, evitar-se-ia que, para incluir essas pessoas, viesse qualquer concessionária avaliar a situação de renda familiar dessa família, para que se conceda ou não. E evitaria, naquela interpretação restritiva – que temo –, um argumento legal que terminaria massacrando a grande multidão dos beneficiários que temos em vista, que, na verdade, dificilmente terão condições de procurar um advogado para fazer valer os seus direitos depois, ou, ao menos, de entender que seu direito está sendo burlado.

Uma outra observação que faria, já prestes a encerrar a minha intervenção, é de natureza técnica. Eu mesmo propus, nas discussões com a sua assessoria, que a expressão "paga pela distribuidora à geradora" fosse substituída "pelo suprimento".

Por que isso foi proposto? Foi proposto, porque, o processo de produção de energia elétrica, no Brasil, está dividido em três etapas nitidamente: a geração, a transmissão entre a unidade geradora e a ponta onde se vai fazer o consumo, lá se faz o rebaixamento de tensão e distribui. Então se tem a geração, a transmissão e a distribuição. Em alguns casos a transmissão se faz por uma empresa diferente da empresa geradora e, como o projeto falava no pagamento pela distribuidora à geradora, o projeto saltava, passava por cima da etapa da transmissão.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Desculpe, Senador Geraldo Melo, V. Exª propõe uma outra alteração?

O SR. GERALDO MELO – Proponho que na Emenda nº 2, onde fala que pelo prazo de cinco anos o preço será de dois reais, devendo a Aneel fixar a tarifa a ser cobrada por esse prazo, que em qualquer hipótese fica limitado ao valor pago, acrescentaria aí: pela distribuidora, pelo suprimento da energia elétrica que recebe. Para evitar uma confusão com esse conceito de suprimento, porque é um conceito extremamente técnico e que está incorporado ao jargão dos engenheiros eletricistas, mas não está necessariamente incorporado ao jargão dos juristas que amanhã possam ter que interpretar isso aqui.

Uma última observação. Quero agradecer ao Relator por ter mantido a questão que aí está escrito que por cinco anos a tarifa será de dois reais por mês. Surgiram algumas ponderações contra essa sugestão. A ponderação era no sentido de que se amanhã o cenário econômico do Brasil muda, e voltamos a viver uma conjuntura inflacionária, que esse valor fixo perderia o sentido. E eu até concordo. Apenas penso que esse problema é das distribuidoras. Esse problema não é do povo brasileiro. E nem nós podemos continuar com a cultura inflacionária presente em nossas cabeças, ao ponto de quando queremos fixar um valor já nos preocupamos com a sua indexação. A indexação é uma das pragas com as quais este País conviveu muito tempo e não seria eu e tenho certeza de que V. Exª também que iria contribuir para fortalecê-la. Creio que é indispensável que tenhamos um valor fixo, que ao fixá-lo estamos demonstrando um pouco que não temos complexo de inferioridade. Duvido que se fizesse uma lei nos Estados Unidos na qual

constasse algum tipo de valor e lá já se dissesse que se houver inflação nos Estados Unidos, esse valor muda para tanto ou para tanto.

Portanto, agradeço a V. Exª por ter mantido uma tarifa fixa, conforme propusemos.

Em resumo, reafirmo a minha preocupação com relação a essa definição do novo art. 1º, porquanto a interpretação restritiva pode ensejar dificuldades na aplicação prática do projeto.

Terminaria por fazer um apelo final à Comissão. Desculpem-me, deixei de abordar um ponto que considero muito importante que é a questão do limite do consumo. Em primeiro lugar, a referência para a tarifa social hoje, a referência velada, não explícita, é um consumo mensal de 30 quilowatts-horas. Esse consumo é definido exatamente para que ninguém tenha direito, porque afinal de contas, para que nós estamos querendo que o povo tenha energia em casa? É só para acender a luz e não andar no escuro? Isso ele poderia fazer com uma lamparina. Mas, quem sabe, para permitir a aquisição de uma geladeira usada, a prestação, que irá proporcionar à dona de casa fazer picolés ou sorvetes para o filho sair vendendo e com isso aumentar um pouco a sua renda familiar. Conseguir uma máquina de costura elétrica e inventar uma costura que permita aumentar a renda familiar, ou conseguir um ferro elétrico para que, passando roupa, se aumente a renda familiar.

Então, eu nem me preocupo, Senador Gerson Camata, que haja videocassete na casa de alguém beneficiado por isso, eu até desejo que haja. Apenas acho que se nós dizemos que a tarifa mínima é tal que a pessoa não pode ter nem o ferro elétrico, nem a máquina de costura, nem a geladeira porque estoura o volume de consumo mensal, nós estamos apenas cometendo uma hipocrisia, que é a hipocrisia de dizer que estamos defendendo a situação de uma família de baixa renda e criando uma impossibilidade para que ela se beneficie do que nós estamos querendo dar.

Por essa razão, em um país onde tem ainda muitas casas sem medidor, estimular, limitar ou condicionar à aplicação deste projeto a definição de consumo mínimo, seria uma forma de impedir que ele fosse aplicado.

Então, faço um apelo a V. Exª para que se esta Comissão aprovar o projeto, que a Comissão de Infra-Estrutura se dirigisse à Comissão Mista que estuda o problema da pobreza no Brasil, e já que encerrada a tramitação no Senado – esse projeto ainda depende de aprovação na Câmara dos Deputados –, quem sabe poderíamos pedir à Comissão da Pobreza que ela, nas suas recomendações, incorporasse esse projeto como uma coisa palpável e concreta que se faria em favor da população de baixa renda no Brasil.

Desculpe-me pelo tempo que tomei.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Muito obrigada, Senador Geraldo Melo.

A Presidência precisa recuperar e resgatar as considerações que foram feitas e de certa forma emendas que foram sugeridas.

Antes de passar a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, nosso Relator, que deverá se manifestar, eu também gostaria de fazer um alerta ao Relator.

Na Emenda nº 1, no art. 1º, inciso II, § 1º, onde estabelece as categorias de moradia, no inciso II diz: "baixa renda". Acho que a palavra "baixa renda" já não seria necessária, ela pode estar em redundância, porque diz o seguinte: "O consumidor classificado como de baixa renda é aquele cuja renda familiar não exceda os três salários mínimos e que resida em uma das três categorias de moradia: favelas, construções modestas, uma área construída até 72 metros quadrados, cortiços, Pró-Morar e conjuntos habitacionais".

Então, "baixa renda" está de certa forma com uma redundância. Penso que não há necessidade, e acho que o segundo item seria "construções modestas".

Assim, desejo ouvir do Sr. Relator e as manifestações dos Senadores a incorporação dessas modificações. Só tentando colocar o entendimento desta Presidência de que o espírito do substitutivo e da iniciativa do Senador era de que nós estabelecêssemos dois parâmetros: a questão da "baixa renda" e o tipo de moradia para estabelecer se ali deveria ser definido o pagamento da tarifa social.

Mas, com o acréscimo sugerido pelo Senador Jonas Pinheiro no art. 1º , § 2º: A Aneel definirá no prazo de 60 dias os critérios técnicos aplicados aos consumidores acima definidos como de baixa renda, tendo em vista principalmente o consumo máximo de energia, nós estamos incorporando um terceiro parâmetro na minha avaliação. Eu posso estar equivocada, mas eu gostaria de sentir dos Srs. Senadores. Aqui nós estaremos estabelecendo também a questão do consumo de energia dentro desses parâmetros, lógico que esses dois que já estão aqui em cima não podem ser mexidos, mas entrariam um terceiro para a avaliação do enquadramento daquela família ou não na tarifa social.

Eu tenho uma certa preocupação que me parece foge um pouco do espírito daquilo que foi colocado pelo Relator e, inclusive, pelo autor. Então, temos que

esclarecer isso e as propostas que o Senador Geraldo Melo fez em relação ao art. 2º – acredito que o Relator esteja acompanhando – e ao art. 3º.

Em relação ao apelo que o Senador Geraldo Melo faz quanto à Comissão Especial da Pobreza, acredito que esteja correto o encaminhamento. Colocaríamos, depois de aprovado o projeto por deliberação dos membros da nossa Comissão, esta sugestão: que a Presidência incorpora como da Comissão, enviando à Comissão da Pobreza, com a recomendação de agilizar esse projeto como importante à questão debatida naquela Comissão.

Com a palavra o Relator, porque temos que dar o encaminhamento e queremos votar essa matéria.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Srª Presidente, entendi inteiramente o ponto de vista do autor, Senador Geraldo Melo, de não querer entrar nas definições de o consumidor de baixa renda deixar a Aneel e apenas garantir aqueles dois casos que ele menciona e que constam do projeto original. Quer dizer, é um ponto de vista inteiramente respeitável. Apenas achei que, assim como a Aneel pode dar uma interpretação, a Justiça mesmo, as concessionárias ou a própria Aneel podem dar uma interpretação restritiva a essa definição que seria dada pelo Congresso; a Aneel também pode sofrer pressões dessas concessionárias, cujo poder econômico e a influência política são muito fortes. E um organismo regulador, como é o caso da Aneel, está sempre sujeito a esse tipo de pressão e pode acabar fixando critérios muito mais restritivos do que os que estamos pretendendo que o Congresso Nacional estipule. Por isso tentei introduzir essa definição como sendo uma definição política dada pelo Congresso.

Obviamente, compreendo as preocupações do Relator e acho que os Senadores e esta Comissão, em particular, têm que se definir quanto a isso. Quer dizer, o meu ponto de vista é realmente esse, de aceitar diversas sugestões de emendas apresentadas, como a exclusão proposta pela Senadora Emilia Fernandes da expressão "baixa renda" no inciso II. Realmente não tem sentido; ficaria "construções modestas, com área construída de até 72 metros quadrados". Eu também aceito a observação, acho que do Senador Juvêncio da Fonseca, de que 72 metros quadrados é muito generoso. Se os Senadores concordarem, podemos baixar isso para 50 ou 60 metros quadrados, porque... Realmente é muito generosa essa definição. Uma residência de 72 metros quadrados...

A terceira sugestão seria: no art. 2º acrescentar "fica limitado ao valor pago pela distribuidora, pelo suprimento de energia". Acho inteiramente procedente a observação do Senador Geraldo Melo e aceito como emenda. Assim como no art. 3º acrescentar "independentemente de sua renda familiar", para evitar qualquer tipo de pressão por apuração da renda do morador.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Como fica o inciso II?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Tirar a expressão "baixa renda".

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Como fica o art. 1º, § 2º?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Aceito também a ponderação do nobre Senador Geraldo Melo de que se colocarmos como obrigatória a consideração desse limite máximo pode atingir pessoas que tenham uma renda bastante baixa, mas que usam a energia elétrica para uma produção do tipo complementação de renda, o que seria muito justo que, por essa razão, excluíssemos esse tipo de morador. Então, deixaríamos isso também para os critérios técnicos, para a fixação por parte da Aneel e não introduziríamos essa consideração de consumo máximo.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Esse é o relatório, após a discussão.

Está em votação a matéria, com as cinco emendas apresentadas anteriormente e com as emendas apresentadas pela Comissão e acatadas pelo Relator, no que se refere ao art. 1º, inciso II, e ao art. 2º.

S. Exª não acatou a emenda do art. 1º, §2º; só a do inciso. Art. 3º, também tem uma emenda complementar da Redação.

Não havendo quem queira discutir, está em votação a matéria.

Essa matéria é um projeto terminativo e precisamos registrar a votação nominal. Alerto que todos os Srs. Parlamentares que aqui estiveram e que, por força maior, tiveram de se retirar para cumprir com outros compromissos em outras Comissões deixaram registrado, junto à Presidência, o seu voto favorável. Por isso, estamos considerando todos que assinaram o livro.

Está presente o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Acredito que o projeto tem méritos, mas o problema é que não há almoço de graça; a classe média pagará essa conta.

Tenho eleitores pobres e também de classe média. Não tenho delegação de impor a eles um novo tributo em um País que tem a maior carga tributária do mundo, quando não há certos limites. Deveria haver um tipo de especificação.

Surgiu uma outra dúvida: o preço pago à distribuidora ou à transportadora de energia elétrica será com impostos ou sem impostos? Porque se colocarmos ICMS a 27%, a empresa pagará para vender e entregará de graça. Eles irão para a Justiça e essa ação será derrubada lá, porque não pode haver intervenção do domínio econômico está na Constituição a ponto de se obrigar que se produza um bem e o dê de graça aos outros, a não ser que haja um artigo dizendo de onde tirar isso. Cairá na Justiça. Não podemos produzir leis sabendo que irão parar na Justiça. Temos de produzir leis que nunca irão aos tribunais. Os tribunais brasileiros demoram de dez a quinze anos para decidir uma ação. Para que produzirmos leis que irão aos tribunais? Vamos produzir leis corretas, que não cheguem aos tribunais.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Estamos em processo de votação.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Geraldo Melo, para um esclarecimento.

O SR. GERALDO MELO – Farei apenas um esclarecimento. Essa tarifa social justificou um acréscimo na tarifa normal, existente há anos no Brasil, para custear a tarifa social. O que está ocorrendo, hoje, é que o acréscimo na tarifa normal foi mantido e a tarifa social está sendo extinta. Na verdade, esse imposto não é sobre a classe média; é sobre quem, hoje, está ficando com o acréscimo já existente na tarifa normal, que se destina a financiar a tarifa social e que não a está financiando mais, porque ela está sendo extinta.

O SR. GERSON CAMATA – É igual ao salário-educação. Disseram: "Vai resolver o problema da educação no Brasil. O CPMF vai resolver o problema da saúde."

O SR. GERALDO MELO – Mas isso não vai para a classe média.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Continua em votação. Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Senador Roberto Saturnino.

Senadores Gilvam Borges, Mauro Miranda, Juvêncio da Fonseca, Arlindo Porto, Luiz Pontes, Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Desculpe-me, Senador Osmar Dias. V. Exª vota "sim".

Senadores Lúdio Coelho e Jonas Pinheiro também registraram os seus votos.

A matéria foi aprovada.

Colocamos sob apreciação dos membros desta Comissão a solicitação de que esta Presidência oficie ao Presidente da Comissão Especial que trata da pobreza, recomendando que esse projeto seja priorizado por aquela Comissão.

O SR.GERSON CAMATA – Estou inteiramente de acordo com V. Exª.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Aprovado.

Agradecemos a presença de todos e damos por encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h10min.)

Ata da 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizada em 17 de outubro de 1999.

Às dezoito horas e trinta minutos do dia dezenove de outubro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reunião da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sob a Presidência da Senhora Senadora Emilia Fernandes, com a presença dos Senhores Senadores Mauro Miranda, Romero Jucá, Luis Pontes, Osmar Dias, Marluce Pinto, Mozarildo Cavalcanti, Carlos Bezerra, Jonas Pinheiro, Freitas Neto, Geraldo Cândido, Antonio Carlos Valadares e Arlindo Porto. A Senhora Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Com a palavra a Presidente da Comissão Senhora Senadora Emilia Fernandes procede a leitura das sugestões de emendas ao Orçamento da União para o Exercício do ano 2000, Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 20/99-CN. Após discutidas, são colocadas em votação e aprovadas pela Comissão as seguintes Emendas: nº 01-CI, referente a "Apoio ao Desenvolvimento Municipal – SUDAM – Nacional"; nº 02-CI, referente à "Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte no Mato Grosso – Nacional"; nº 03-CI, referente à "Conclusão das Obras da Estação Terrena de Rastreio e Controle de Satélites do INPE no Sul do Brasil – Nacional"; nº 04-CI, referente à "Melhoria da Infra-Estrutura Urbana nos Municípios em Área de Fronteira – Nacional"; nº 05-CI, referente à "Adequação de Trechos da BR-153/PA/TO/GO/MG – Nacional". Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declara encerrada a reunião, lavrando eu, Celso Antony Parente, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada

conjuntamente com as notas taquigráficas. – Senadora **Emilia Fernandes**, Presidente

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Consta da pauta, em princípio, dois itens. Mas antes de iniciarmos a pauta prevista para hoje, quero perguntar aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras se dispensam a leitura da Ata da reunião anterior, para que a colocássemos em votação. (Pausa.)

Não havendo nenhuma manifestação, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a Ata da reunião anterior.

O Item 1 é um Projeto de Lei da Câmara nº 080, de 1996, não terminativo. Tendo em vista que temos buscado não permanecer com projetos quando chegam a esta Comissão, entendemos que é importante colocá-lo em votação. O projeto obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo, GLP, ou de gás natural a lacrarem os botijões e requalificá-los, e dá outras providências.

O autor é o Deputado Raimundo Santos e o Relator é o Senador Carlos Bezerra. O relatório é pela rejeição do projeto.

Tem a palavra o Relator, para apresentar seu relatório, suas justificativas em relação à rejeição do projeto. Concedo a palavra ao Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já apresentei o relatório. Foi pedido vista pelo Senador Geraldo Cândido, que apresentou um voto em separado. Então, o relatório já foi devidamente realizado.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido, que apresentou um voto em separado. Se S. Exª não está presente, é sistemática desta Presidência não colocar em votação quando há posições divergentes. Penso que é a forma mais democrática de desenvolvermos as atividades desta Comissão.

Esta Presidência sugere que não se coloque em votação agora, passando ao item seguinte. Posteriormente, ainda hoje, discutiríamos e votaríamos o Item 1.

O SR. CARLOS BEZERRA – Srª Presidente, acho que a única divergência que há é na questão do prazo de 10 anos.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Esta Presidência propõe que alteremos a pauta.

Vamos para o Item 2, que é a discussão das emendas e depois voltamos, já com as presenças do Senador Carlos Bezerra e do Senador Geraldo Cândido, que apresentou um voto em separado, sendo importante ouvi-lo.

Item 2 da pauta.

Análise e votação das emendas ao PPA e ao Orçamento do ano 2000. Esta Presidência informa aos Srs. Parlamentares que recebeu três propostas ao PPA para apresentar a V. Exªs. Proponho, portanto, iniciarmos por essa questão e, depois, passarmos ao Orçamento, que tem mais emendas. Uma proposta é no sentido de que sejam incluídos, no Orçamento, recursos para a construção de aeroportos.

Esclareço que temos uma proposta apresentando aeroportos no Rio Grande do Sul. Mas, tendo em vista que se poderia ampliar, proponho que se aumente o valor para ser investido na construção de aeroportos. Essa é uma proposta feita de maneira democrática, para que não fiquemos tentando regionalizar.

O SR. MAURO MIRANDA – A proposta é encaminhada por V. Exª, Srª Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – É uma emenda de minha autoria.

Há uma outra emenda de nossa autoria, que ainda não foi distribuídaestou – falando para o PPA –, que dispõe sobre melhorias de infra-estrutura urbana nos Municípios da área de fronteira, abrangendo todo o País e a região de fronteira que é profundamente precária nessas condições. Seria uma proposta de 50 milhões para o PPA.

Quanto à proposta de construção de aeroportos, se ampliarmos, teríamos de ampliar também os recursos. Nossa proposta é a de que coloquemos 50 milhões para aeroportos em geral.

O SR. CARLOS BEZERRA – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. CARLOS BEZERRA – Quanto a essa questão dos aeroportos, existe um fundo no Ministério da Aeronáutica que destina recursos especificamente para isso. O uso desses recursos para os aeroportos é obscuro e tem de ser mais debatido e esclarecido. Mas existe uma verba específica do Ministério da Aeronáutica para isso, que é distribuída para os Estados, e aplicada por meio dos Estados como contrapartida, de acordo com o plano – cada Estado tem de ter seu plano de aeroportos aprovado. Parece-me que são recursos substanciosos, não tão pequenos.

Trata-se de um volume razoável. Não tenho o valor na cabeça, mas sei que é um volume significativo.

No meu Estado, foram desviados alguns milhões. Muito dinheiro! Pedi ao Tribunal de Contas e ao Ministro da Defesa que façam a apuração, porque não foi concluído nenhum aeroporto. Em Tangará da Serra está sendo inaugurado um aeroporto de péssima qualidade, onde o dinheiro não foi bem aplicado. O dinheiro é desse fundo. Mas ninguém quer investigar. Por intermédio da Presidência Nacional do PMDB, encaminhei um pedido de investigação sobre esses recursos.

A emenda tem fundamento. Mas, antes de tudo, devíamos nos preocupar em usar bem os recursos do fundo para aeroportos que há no Ministério da Aeronáutica.

O SR. FREITAS NOBRE – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. FREITAS NOBRE – Pelos avulsos distribuídos pela Secretaria da Comissão, foram apresentadas sete emendas ao PPA. É isso?

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Neste momento, a Secretaria nos passa algumas emendas que talvez tenham chegado agora. (Pausa.)

A Secretaria nos corrige. Mas nos passou uma informação equivocada – está aqui, não vou assumir ônus de equívocos, de trabalho mal-feito na hora – de que seriam três emendas ao PPA e as restantes ao Orçamento de 2000..

Colocaremos a palavra à disposição dos Parlamentares que têm emendas ao PPA neste momento.

O SR. JONAS PINHEIRO – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. JONAS PINHEIRO – Há quantas emendas apresentadas ao PPA?

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Vou tomar conhecimento disso agora. Minhas três emendas estão incluídas aqui? (Pausa.)

São dez emendas ao todo. Não cheguei a citar a emenda ao PPA, de minha autoria, sobre a consolidação do Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais. Essa é uma emenda para o PPA. Depois, há a emenda do Orçamento, outra questão que vou apresentar; uma outra que é para os aeroportos e ainda outra para as regiões de fronteira. Estou defendendo essas três. Também temos para o PPA uma emenda que estabelece uma questão do Senador Jonas Pinheiro.

O SR. ROMERO JUCÁ – Srª Presidente, poderia dar uma sugestão para, talvez, economizarmos tempo de trabalho?

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Pois não.

O SR. ROMERO JUCÁ – O que poderíamos fazer era designar um relator para explicar as emendas, porque essas emendas, pelo caráter de emenda de comissão, precisam ser abrangentes, nacional ou regional, mas precisam ter uma conotação mais ampla, senão corremos o risco de aprová-las e elas não serem consideradas na Comissão de Orçamento, como ocorre todos os anos em alguns casos. Talvez o interessante seja, se formos ler, começarmos pelo PPA, qual é o texto da emenda, e o relator designado diria se a emenda se enquadra para todo o território nacional ou não, e aí iríamos discutindo cada caso e aprovando para ganhar tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Está chegando mais uma emenda. Essa emenda se refere ao Orçamento ou ao PPA?

O SR. MAURO MIRANDA – Srª Presidente, gostaria de sugerir que o Senador Romero Jucá atuasse como relator porque ele tem muita prática com o orçamento e, assim, fizesse um resumo dessas emendas.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Aceitamos a sugestão.

Vejam V. Exªs que temos o cuidado de fazer as coisas e, às vezes, não saem bem porque não fazem como pedimos. Havia solicitado que fizessem um quadro especificando as regiões do País, com o nome, o número de emendas, o assunto e o valor solicitado. A partir daí teríamos um quadro fácil de ser administrado. Pergunto a nossa Secretaria se este quadro está incompleto. Todas são emendas de PPA?

O SR. OSMAR DIAS – Pela ordem, Srª. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Para facilitar, por que V. Exª não cita resumidamente as emendas e o seu autor, para que não fiquemos em dúvida. A minha, por exemplo, nem sei se está aí. Do jeito que a Presidência está colocando, parece-me que há uma certa confusão. Gostaria de saber se a minha está aí.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Vou tentar ler uma por uma, Senador, pedindo escusas mais uma vez.

A primeira que chegou à Comissão – eles acomodaram dessa forma – é a emenda da consolidação

do Centro Regional Sul de Pesquisa Espacial, de minha autoria.

A segunda é do Senador Jonas Pinheiro e se refere à BR-070, 163, 174 e 364, adequação do trecho entre o quilômetro 340 e 360, na serra de São Vicente.

Do Senador Mauro Miranda, há uma emenda para adequação da capacidade da BR-153, que corta vários Estados brasileiros, compreendendo o corredor Norte/Centro-Oeste, corredor São Paulo, corredor Paraná/Santa Catarina e o corredor do Rio Grande do Sul.

Do Senador Mauro Miranda também, a BR-153...

Do Senador Romero Jucá, que solicita melhoria das condições habitacionais de infra-estrutura e de saneamento básico.

Também do Senador Romero Jucá, solicitando construção, implantação e sinalização em hidrovias na Bacia Amazônica. Depois temos outra, para fomento ao transporte hidroviário do interior e de cabotagem.

Esse aqui, o autor é o Senador Mozarildo Cavalcante. Também temos a do Senador Freitas Neto: construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica, adutora do Oeste, Araripina, em Pernambuco, e São Julião, no Piauí. Essas são as que estão aqui. Temos essa para os aeroportos, que eu coloquei a V. Exª, e a proposta das melhorias de infra-estrutura nas regiões de fronteira, que são de...

O Senador Valadares acaba de nos entregar uma: estudos e projetos de obras de infra-estrutura hídrica, canal Dois Irmãos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Envolvendo os Estados da Bahia, Sergipe...

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Bahia, Sergipe...

O SR. FREITAS NETO – Srª Presidente, as medidas que foram lidas, no total, são dez emendas, exatamente (inaudível). É só adequar. E aí o Senador Romero Jucá, como foi sugerido aqui, que tem muita prática em orçamento,...

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Acho que podemos contemplar todas essas. Não há...

O SR. FREITAS NETO – São dez emendas apresentadas...

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Podem ser todas contempladas. Só vamos adequar...

O SR. FREITAS NETO – Gostaria apenas de saber se existe alguma inadequação em alguma emenda apresentada.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – A sugestão do Senador Freitas Neto é que essas dez emendas possam ser devidamente contempladas. Depois, vamos verificar corretamente. Peço já que a Secretaria nos faça isto: separe as emendas do PPA, uma a uma, para que possamos trabalhar correto com esse assunto. São as dez emendas que foram lidas, inclusive a do Senador Antonio Carlos Valadares, que seria incluída aqui.

O SR. JONAS PINHEIRO – Srª Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO – Parece que há um pouco de dúvida a respeito da nossa proposta ao PPA, a localização desse problema da Serra de São Vicente, no Estado de Mato Grosso. Infelizmente, esse problema está no Estado de Mato Grosso e é um dos maiores problemas que temos em termos de rodovia no Brasil. Portanto, Srª Presidente, gostaria de demonstrar o motivo da preocupação com essa rodovia.

Essa rodovia recebe a BR-163, que vem lá do Rio Grande do Sul, passa pelo Paraná, por Santa Catarina e pelo Mato Grosso do Sul; a BR-364, que sai de Minas Gerais, passa por Goiás e vai para o Mato Grosso; a BR-070 e a BR-174. Passa por essa serra e, quando chega em Cuiabá, essa estrada pega rumo diferente: a BR-163 vai para Santarém; a BR-364 vai para Porto Velho, para o Acre e, depois, chega ao Peru; a BR-070 vai a Cáceres e, daí, à Bolívia; e a BR-174 vai a Cáceres, daí, para Manaus e para a Venezuela. Há um acúmulo de 10.000 carros/dia nessa serra. São 20 quilômetros, dos quais 10 estão em construção por meio de duas emendas aprovadas nesta Comissão: a de 1997 e a de 1998.

Portanto, o que estamos propondo, por meio do PPA, é uma emenda aditiva para que essa rodovia seja adaptada. Como disse — e repito —, é um problema nacional, em função da sua importância. São 10 mil carros, muitos dos quais com uma alta tonelagem de madeira, de soja, cereais de um modo geral, que, se cair uma barreira, como já caiu muitas vezes, se houver um acidente, como ocorre quase todos os dias, evidentemente, esse trânsito fica interrompido por horas ou até por dias. Dessa forma, estou trazendo à consideração das Srªs e dos Srs. Senadores, exatamente para discutir esse assunto. Por isso, apresento uma emenda de certa importância ao PPA, para complementar o recurso que essa estrada está a merecer.

O SR. CARLOS BEZERRA – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO – Pois não, Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Só queria dizer que essa questão não é somente de interesse nacional, mas de interesse internacional. O movimento comercial terrestre do Brasil com a Bolívia é, hoje, cada vez mais intenso. E não é só com a Bolívia, com o Chile também. Por exemplo, Mato Grosso exporta carne para o Chile; a Bolívia tem um movimento intenso; o Peru tem um movimento intenso. Hoje, o movimento acontece via rodovias com o Mato Grosso, com São Paulo e com o Brasil todo. Portanto, esse ponto de estrangulamento não é de interesse apenas nacional, mas também de interesse internacional, porque passa por aí toda a nossa transação com a América Latina. Fazemos uma parte com a Argentina, no Rio Grande do Sul, e a outra parte, com a América Latina menos desenvolvida, fazemos por essas estradas que passam pela Serra de São Vicente.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Colocamos a palavra à disposição dos Srs. Senadores que apresentaram emendas. É importante. O Senador Jonas Pinheiro já fez a defesa da sua emenda.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ – Srª Presidente, já tenho condições de oferecer o parecer. O PPA recebeu dez emendas e seria bom lê-las.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – O PPA já está pronto. Ali já definimos. Depois desse trabalho, no qual S. Exª está me auxiliando na Secretaria – pelo qual agradeço muito –, vamos então registrar definitivamente como ficou, quais são. Estamos discutindo uma emenda apresentada ao Orçamento.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. OSMAR DIAS – Srª Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Gostaria de fazer uma sugestão. Se ela for aceita, já faço o pedido para discutir a minha emenda. Já que as emendas do PPA são dez e as dez poderão ser aprovadas, sugiro que seja dado tempo ao Senador Romero Jucá para analisá-las e passemos a discutir...

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Por enquanto, estamos na discussão do Orçamento. É exatamente a minha proposta. Por isso, não temos pressa. S. Exª está fazendo o trabalho e estamos discutindo as emendas do Orçamento. Essa é a minha proposta e assim encarei a palavra do Senador Jonas Pinheiro e a complementação do Senador Carlos Bezerra.

O SR. OSMAR DIAS – Então peço a palavra, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Com a palavra o Senador Osmar Dias, falando sobre a sua emenda, a Emenda nº 15, que chegou à Comissão.

O SR. OSMAR DIAS – A minha emenda, para a qual peço o apoio dos Srs. Senadores, é importante, porque estamos falando da BR-376, que tem como característica ser corredor do Mercosul. Ouvi o argumento do Senador Jonas Pinheiro em relação a uma rodovia por onde passam dez mil veículos/dia; por essa, passam trinta mil veículos/dia. Essa é a artéria principal de escoamento de produção, de transportes de cargas dos Estados do Sul, do Sudeste e também do Centro-Oeste, porque evidentemente as cargas passam por essa rodovia para ganhar o porto de Paranaguá. Se esses quatro viadutos que estou colocando como prioridades não forem construídos, teremos um estrangulamento do tráfego nessa rodovia, com conseqüências sérias no escoamento de cargas de produção dessa região importante, tomando inclusive a própria região Centro-Oeste.

Acredito que essas obras complementariam as obras solicitadas pela emenda do Senador Jonas Pinheiro. Por isso, peço apoio para minha emenda.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Com a palavra o Senador Mauro Miranda, para fazer a defesa da sua emenda.

O SR. MAURO MIRANDA – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, faço uma proposta ao Orçamento de 1999 sobre a BR-153, possivelmente a mais extensa do País, muito mediterrânea, percorre todo o centro do País. Muita gente se preocupa, e com razão, com a BR-101 e com a BR-116, que são artérias vitais, mas elas situam-se praticamente ao lado da nossa costa maravilhosa, quase fazendo uma concorrência com o mar. A BR-101 percorre quase todas as capitais dos Estados litorâneos.

A BR-153 é de vital importância para a integração nacional. Ela começa no Pará e, após 3.569 quilômetros, termina na divisa do Brasil com o Uruguai, na cidade gaúcha de Aceguá. Portanto, é uma estrada importante, especialmente para o Centro-Oeste, porque todo o movimento da Região Norte e de grande parte do Maranhão e todo o movimento da Zona Franca de Manaus, que chega a São Paulo e aos centros consumidores, passa pela BR-153.

A BR-153 percorre todo o Tocantins, todo o Maranhão, grande parte do Pará, Goiás e corta Minas

Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, indo até o Rio Grande do Sul.

A estrada integra o Corredor Norte, que compreende o Maranhão e o Tocantins, com uma malha viária que totaliza 3.000 quilômetros e é a principal artéria do Corredor Centro-Oeste, porque liga o Estado de Goiás inteiro, e ramifica-se, por meio das linhas férreas, em Minas Gerais e no Espírito Santo, alcançando o Porto de Tubarão.

A rodovia integra o Mato Grosso, compreendendo a região a que o Senador Jonas Pinheiro se referiu, vindo de Cuiabá, de Rondonópolis, da BR-070, da BR-364 e de outras estradas. A BR-153 integra também o corredor de São Paulo e o Triângulo Mineiro, passando por Uberaba e Uberlândia, região das mais desenvolvidas do Estado. Após percorrer essa rica região do Estado de São Paulo, a BR-153 prolonga-se até o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Talvez, por isso, seja a estrada da integração nacional, a maior de todas. É chamada Belém–Brasília em determinados pontos, Transbrasiliana, em outros, mas é uma estrada de caráter nacional.

Especifiquei o fluxo de cargas projetado em todos os trechos da BR-153. Ela já consta também do Plano Plurianual, que tem recursos para vários trechos.

Portanto, peço a melhoria dessa estrada e fiz um projeto com várias justificativas.

Faço um imenso apelo aos meus colegas Senadores, porque a BR-153 é vital para o Centro-Oeste. Ela é indispensável, é a via, a artéria principal que dá vida ao Tocantins e a Goiás. Por isso, gostaria de receber a acolhida, a aprovação, o voto "sim" dos meus Pares nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ – Srª Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) V. Exª tem a palavra, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Srª Presidente, todas as emendas e propostas serão importantes para os nossos estados e regiões. Assim, ficaremos defendendo 15 emendas e não terminaremos hoje à noite.

Dessa forma, gostaria de propor que estabelecêssemos um critério e, então, definiríamos politicamente dentro do critério estabelecido.

Recebi as seguintes emendas: duas emendas para o Centro-Oeste, quatro emendas para o Norte, uma emenda para o Sul, uma emenda para o Nordeste e sete emendas nacionais.

Poderíamos definir um critério para, então, discutirmos as emendas, como já foi feito outras vezes.

O SR. JONAS PINHEIRO – Senador Romero Jucá, porque não resolvemos primeiro o PPA, que não tem maiores problemas?

O SR. ROMERO JUCÁ – Quanto ao PPA, estou pronto para proferir o parecer.

O SR. JONAS PINHEIRO – Então, profira o parecer.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Quanto ao PPA, temos de fazer uma revisão.

O SR. JONAS PINHEIRO – Ele já fez isso. Passaria item por item. Primeiro o PPA, que não tem tantas emendas.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Quero discutir a matéria antes de colocá-la em votação.

Acho fundamental que se estabeleçam critérios, Senador Romero Jucá, porque a Comissão só pode apresentar cinco emendas. Temos 15 emendas ao Orçamento e só podemos apresentar cinco. Então, nada mais justo do que estabelecermos um critério.

O SR. ROMERO JUCÁ – Proponho que se faça uma emenda para cada região que está acertada e, a partir daí, se completaria com emendas nacionais que fossem definidas e que pudessem atender a todos.

O SR. JONAS PINHEIRO – Srª Presidente, insisto que, no Orçamento da União, São Vicente seja atendida. E tenho justificativas para isso.

Primeiro, trata-se de um trabalho que já começou, e não há recurso para o próximo ano. Em segundo lugar, vai ser apontado no PPA? Em terceiro lugar, a emenda foi aprovada por esta Casa em outras ocasiões.

No dia 14 de outubro de 1997, sob a Presidência do Senador Freitas Nobre, com a presença dos Senadores Vilson Kleinübing, Regina Assunção, Elcio Alvares, Hugo Napoleão, Romero Jucá, Nabor Júnior, Gérson Camata, Marluce Pinto, Albino Boaventura, Otoniel Machado, Carlos Bezerra, Waldeck Ornelas, Osmar Dias, Roberto Requião, José Eduardo Dutra, Emilia Fernandes, Eduardo Suplicy, Ernandes Amorim, Jonas Pinheiro, aprovou-se uma das emendas, a da duplicação da rodovia BR-364, 63070, no trecho de São Vicente.

De forma que já se trata de uma emenda considerada em nível nacional. Como já foi dito, por dois anos essa estrada recebeu recursos via extracomissão.

Mais uma vez, fazemos um apelo nesta Comissão. Não vou mais comentar sobre a importância da

BR-153, mas apenas registrar que já existe jurisprudência firmada em dois orçamentos, onde essa estrada é contemplada com emenda desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR CARLOS BEZERRA – Srª Presidente, temos 15 emendas ao Orçamento, das quais 4 são de minha autoria. Porém, estou vendo que a situação está complicada, pois temos que escolher 5 emendas dentre 15. Entendo que, para a minha região e para o Brasil, a emenda do Senador Jonas Pinheiro é importantíssima, porque se trata de uma obra que está em andamento. As minhas emendas não versam sobre rodovias, mas sobre outros assuntos. Essa obra já está em andamento, com recursos aprovados há dois anos por esta Comissão.

O SR. ROMERO JUCÁ – Tecnicamente, essa proposição está correta. A emenda do Senador Mauro Miranda, apesar da sua importância, pode ser questionada.

O SR. CARLOS BEZERRA – Para facilitar os nossos trabalhos, Srª Presidente, vou retirar as quatro emendas que apresentei em favor da emenda do Senador Jonas Pinheiro.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Com o bom-senso do Senador Carlos Bezerra, que retirou suas emendas em apoiamento à do Senador Jonas Pinheiro, ficamos com nove emendas para analisar.

O SR. CARLOS BEZERRA – Considero a emenda do Senador Jonas Pinheiro mais importante para o País.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Quero lembrar que a emenda que estou apresentando já foi aprovada no Senado, no Orçamento de 97, 98 e 99, para a construção da estação terrena de rastreio e controle de satélites do Centro Regional Sul de Pesquisas.

Vejam – o Senador Romero Jucá lembrou bem – que não é uma obra para a cidade ou para o Estado, pois o Centro é formado por duas subunidades: a estação terrena e o observatório espacial do sul. Quer dizer, essa obra vai cobrir toda a parte sul do Brasil, inclusive da América, observando os dois oceanos.

O observatório espacial foi concluído com recursos recebidos em 1997 e 1998. No entanto, ainda é preciso terminar as obras da estação terrena, quase concluídas. Assim, não podemos deixar que a obra fique inacabada, pois o dinheiro da União está empatado há três anos, em três orçamentos. E o trabalho foi realizado com a maior seriedade possível. V. Exªs receberam em seus gabinetes duas pastas com material enviado por pessoal vinculado ao instituto de pesquisa.

Essa emenda tem caráter nacional, pois as estações de rastreamento irão abranger todo o País. Já temos três; falta, apenas, a do extremo sul. Essa não é uma obra estadual ou municipal; ela tem uma abrangência muito grande, na medida em que seus objetivos extrapolam o que desejamos em termos de Rio Grande do Sul e compreende questões importantes, como a camada de ozônio e o controle dos fenômenos "El Niño" e "La Niña".

Há consenso quanto à emenda do Senador Jonas Pinheiro, que considero da maior importância e que terá o meu apoio e o meu voto favorável; mas quero pedir o apoio dos Srs. Senadores à emenda do Centro Regional Sul de Pesquisas, que é um órgão de caráter estratégico e cujas obras devem ser concluídas.

Eram essas as minhas argumentações. Não entrarei em detalhes, apesar de tê-los aqui, pois considero-os dispensáveis, tendo em vista que V. Exªs já receberam o material correspondente. Inclusive, há pessoas altamente qualificadas – algumas aqui presentes – que podem explicar o assunto amplamente, caso seja necessário.

Bem, foram retiradas as emendas do Senador Carlos Bezerra, o Senador Mauro Miranda expôs a sua e também há uma emenda da Senadora Marluce Pinto, a quem gostaria de ouvir.

Vários parlamentares solicitaram o uso da palavra, mas sugiro que os S. Exªs analisem as suas emendas. O Senador Romero Jucá apresentou três emendas; o Senador Mozarildo Cavalcanti, uma; o Senador Gilvam Borges, duas; o Senador Sebastião Rocha, uma. Peço a V. Exªs que tentem aglutinar aquelas que tenham maior a abrangência e caráter nacional.

O SR. CARLOS BEZERRA – Nós poderíamos estabelecer um critério por região, para que contemplássemos todas as regiões do País.

O SR. ROMERO JUCÁ – Esse critério facilitaria a definição das cinco emendas. É difícil discutir se é para uma ou para outra região.

Volto a dizer, existem emendas específicas para três regiões: Centro-Oeste, Norte e Sul. Assim, escolheríamos uma emenda para cada uma dessas regiões e sobrariam duas emendas, que são nacionais, e que escolheríamos genericamente. Depois, começaríamos a apreciar, especificamente, por setor. Se não for dessa forma, não chegaremos a um consenso.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Creio que estamos nos encaminhando bem e rapidamente. Mas, não podemos cortar a palavra daqueles Parlamentares que desejam falar. Vamos ouvir a Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Srª Presidente e Srs. Membros da Comissão, os critérios adotados, na escolha das emendas por esta Comissão, eram o de ser a emenda de caráter nacional e de estar presente o seu autor na hora da discussão.

Há um número maior de emendas do que aquele que se pode aprovar. Neste caso, são 15, porém quatro foram retiradas. Assim, há 11 emendas e só podemos aprovar cinco. Creio que V. Exª atenderia muito bem a todos se levasse em consideração o critério que sempre foi adotado nas Comissões. E, também, com a presença dos Parlamentares.

Não quero levantar o meu problema pessoal para aprovar nada, mas estou com um problema seríssimo, como V. Exª sabe. Minha mãe está na UTI, vou viajar logo mais, e vim porque sei que, se eu não estiver aqui para defender a minha emenda, não a aprovarão, pois esse foi o critério adotado nos anos anteriores.

Solicito a V. Exª e aos nobres Colegas que discutamos as emendas do Orçamento, ao invés daquelas do PPA, porque tenho que seguir diretamente para o aeroporto, quando chegar a hora.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Estamos discutindo as emendas para o Orçamento.

Então, acatando a proposta de emendas regionais, o Senador Romero Jucá disse que há, na região Norte, sete emendas. Para o Centro-Oeste há seis emendas, mas, agora, são duas.

Poderíamos ouvir os parlamentares da região Norte, para que pudéssemos chegar a um consenso.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Srª Presidente, o Senador Romero Jucá fez referência ao objetivo da emenda, à ação, não ao autor. S. Exª referiu-se às emendas destinadas a cada região, e não à origem do autor. Por exemplo, a emenda da Senadora Marluce Pinto é nacional, porque é município de fronteira.

A SRA. MARLUCE PINTO – Refere-se a fronteira, especificando, mas é no âmbito nacional.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Pois é. Estou afirmando que é no âmbito nacional.

A SRA. MARLUCE PINTO – Essa emenda é no âmbito nacional. Foi dito aqui que todas as emendas são importantes, e concordo com isso.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – O Senador Gilvam Borges apresentou duas emendas, que são da região Norte.

O SR. ROMERO JUCÁ – O Senador Gilvam Borges tem as seguintes emendas com ação específica na região Norte: construção de pontes no Corredor Fronteira Norte – BR-156; construção de pontes no Corredor Fronteira Norte – BR-156...

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – São duas emendas, são duas propostas....

O SR. CARLOS BEZERRA – Mas o Senador Gilvam Borges não está presente.

O SR. ROMERO JUCÁ – Não, mas estou relatando as emendas propostas. Existem duas de minha autoria: uma, para o Ministério dos Transportes – construção, implantação e aceleração de hidrovias na Bacia Amazônica –, e outra de apoio ao desenvolvimento municipal da Sudam. Essas são emendas que dizem respeito a ações típicas da região Norte.

O SR. MAURO MIRANDA – Sobre o que é a emenda da Sudam?

O SR. ROMERO JUCÁ – Apoio ao desenvolvimento municipal.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Então, V. Exª tem três emendas. Há ações de drenagem e infra-estrutura nacional...

O SR. ROMERO JUCÁ – Não, a outra é nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Sim, mas estou perguntando se V. Exª retira esta aqui ou reconsidera.

O SR. ROMERO JUCÁ – Não, estou referindo-me apenas às emendas relativas à região Norte.

Então, o que poderíamos fazer? A região Norte tem quatro emendas, deveríamos escolher uma através do consenso. O Centro-Oeste tem duas emendas, escolheríamos uma. A região Sul tem duas, escolheríamos uma.

Sobrariam duas nacionais, que seriam escolhidas dentre as sete restantes.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sim, mas se for adotado o critério anterior, as emendas de comissão, no âmbito regional, serão eliminadas. Eu já tive emendas eliminadas por serem regionais.

O SR. ROMERO JUCÁ – São eliminadas emendas como a do Senador Gilvam Borges, adequação do trecho da rodovia, que trata de uma ponte específica no Amapá. Não cabe na Comissão de Infra-Estrutura.

No entanto, um projeto de construção, implantação e aceleração de hidrovias na Bacia Amazônica, apesar de ser da região toda, é uma emenda abrangente. Assim como o projeto da Sudam.

A SRA. MARLUCE PINTO – Mas se formos discutir assim, levaremos desvantagem, porque eu po-

deria ter feito uma emenda específica da região Norte e não o fiz para obedecer ao critério exigido nas comissões.

O SR. ROMERO JUCÁ – Não, mas essa é nacional. Podemos discutir sua emenda, pois ela é boa.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Gostaria de dar uma sugestão:

O SR. ROMERO JUCÁ – O Senador Mozarildo Cavalcanti tem uma emenda nacional, eu tenho, e existem outras. Temos que discutir de acordo com um critério, senão não chegaremos nunca a uma solução.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Certo. Então, de acordo com esse critério, eliminando aquele de o autor não estar presente, e retirando as que o Senador diz que são as de caráter nacional, ficaríamos, na realidade, com duas emendas. No entanto, não podemos deixar de considerar a emenda da Senadora Marluce Pinto, que tem caráter nacional e um peso importante para o País, que é a questão das regiões de fronteiras, profundamente penalizadas de norte a sul.

O SR. ROMERO JUCÁ – A região de fronteira abrange de sul a norte. Não é específica para a região Norte.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Essa emenda será votada quando discutirmos as emendas de caráter nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – A palavra está à disposição.

O SR. MAURO MIRANDA – Temos que decidir entre as duas emendas do Norte.

O SR. ROMERO JUCÁ – Acho que a da Sudam é mais abrangente, pois inclui alguns Estados do Centro-Oeste.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Srª Presidente, primeiro é necessário aprovar o critério de escolher uma emenda para cada uma das três regiões.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Estamos tentando dialogar para definirmos o critério, porque não posso impô-lo.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Se não for aprovado, previamente, o critério de que seja uma emenda para cada região e duas nacionais, não poderemos fazer a triagem.

O SR. OSMAR DIAS – Srª Presidente, pelo que percebi o critério já está definido, não devemos mais discutir o que está definido. Devemos discutir qual emenda será para o Norte, qual será para o Centro-Oeste e qual será para o Sul, além das duas nacionais.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Então, pergunto aos senadores da região Norte qual emenda será escolhida: a da Sudam ou a de Hidrovias da Bacia Amazônica?

Em votação a emenda pelo apoio e desenvolvimento da Sudam.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a emenda da Sudam como sendo a da Região Norte.

Agora, vamos para a Região Centro-Oeste.

Há a emenda do Senador Jonas Pinheiro, referente à rodovia no eixo da Serra São Vicente, e a do Senador Mauro Miranda, relacionada à BR-153.

O Senador Carlos Bezerra retirou suas emendas em apoio às do Senador Jonas Pinheiro.

O SR. CARLOS BEZERRA – Retirei minha emenda em favor da do Senador Jonas Pinheiro, porque ela é de importância nacional e internacional. Só retirei em função disso.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Temos que decidir por uma emenda.

Senador Mauro Miranda, deseja usar da palavra?

O SR. MAURO MIRANDA – Srª Presidente, Srs. Parlamentares, é claro que as emendas que estão sendo votadas estão atendendo regiões, mas talvez nem uma estrada, nem uma obra tenha caráter nacional como a beneficiada por minha emenda, porque a rodovia vai do Uruguai a Belém do Pará. Quer dizer, ela tem o caráter nacional.

No entanto, não há nada que integre mais o País do que a Ferrovia Norte-Sul. Eu optaria por ela. Quem pode ser contra uma ferrovia de integração do País inteiro? É claro que tenho que reconhecer a importância das regiões Norte, Nordeste, mas no sentido nacional, se aqui se está decidindo isso, minha emenda tem mais caráter nacional do que as outras.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Se ninguém mais deseja discutir, vamos colocar em votação.

Vamos iniciar pela emenda do Senador Jonas Pinheiro.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. JONAS PINHEIRO – Devo lembrar que essa emenda é desta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – É uma emenda de todos nós. Todos entendemos que as obras são importantes. Temos um, dois, três, quatro, cinco, seis votos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Gostaria de fazer uma pergunta só para tirar uma dúvida.

Entre as duas emendas, qual representa uma obra já em andamento? A do Senador Jonas Pinheiro?

Talvez seja mais fácil esta ter a aprovação dentro da Comissão.

O SR. JONAS PINHEIRO – De fato, dos vinte quilômetros que V. Exª está vendo no mapa, dez quilômetros estarão sendo concluídos no final deste ano. Depois disso, a obra parará, porque não há recursos.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – É preciso duplicar os outros dez quilômetros.

O SR. JONAS PINHEIRO – Senão duplicar os outros dez quilômetros.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Aprovada a emenda do Senador Jonas Pinheiro.

O SR. MAURO MIRANDA – Srª Presidente, queria deixar registrado que essa emenda do Senador Jonas Pinheiro é de importância vital para o Centro-Oeste. Não tenho dúvida nenhuma disso. No entanto, os critérios não estão bem estabelecidos.

V. Exª não está conduzindo bem esta reunião, porque deveria haver caráter nacional. V. Exª vê que não foi encaminhado. Está-se cuidando de determinados pontos, em vez de haver um caráter nacional maior da emenda.

A minha emenda também está relacionada a uma obra em andamento, um eixo de vital importância. Qualquer pessoa que conheça a infra-estrutura deste País pode dizer que a BR-101 e a BR-116 são importantes V. Exª sempre passa por esta. Porém, a BR-153, talvez de caráter nacional no sentido de integração do País todo, é uma das mais importantes.

Concordo que o resultado atingirá também a minha área, a minha região, que é importantíssima, especialmente para o Mato Grosso do Sul e para o meu Estado de Goiás. Fico feliz com a sua aprovação.

A minha emenda também foi aprovada na Comissão de Infra-Estrutura, inclusive os recursos destinados à construção da rodovia BR-153, neste ano, foram alocados com a aprovação da minha emenda, no ano passado, também nesta Comissão.

Quero também deixar registrado que o critério estabelecido ou a falta de critério que houve na Comissão eliminará talvez a estrada de maior caráter nacional que há.

É claro que terei de aceitar também o veredicto da maioria dos Srs. Senadores. Acato-o, mas deixo registrado que esse foi um critério. Fomos muito dispersos, incompletos e sem critérios nessa decisão. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Agradecemos, Sr. Senador, a sua avaliação. Acredito ser útil, porque isso sempre ajuda as pessoas a crescer.

Pedimos escusas se a reunião não está se encaminhando da forma mais correta. Entretanto, os critérios não foram estabelecidos por mim, e, sim, pela Comissão, que propôs três emendas regionais e duas nacionais. Isso foi o que ficou definido.

Esta Presidência não está votando, inclusive. Talvez possamos estar encaminhando de uma forma que não seja a mais correta, mas por deliberação e amplo espaço democrático de debate na Comissão. Não estamos impondo nada; estamos deixando transparecer a experiência e os argumentos de cada Parlamentar sobre as suas emendas. S. Exªs já falaram duas, três vezes sobre a mesma emenda, e esta Presidência não está impedindo.

Agradeço a crítica de V. Exª, mas quero dizer também que estamos tentando.

Era isso que queria dizer-lhe, Senador Mauro. Ainda definiremos as duas de caráter nacional. As que ficaram de fora, se tiverem uma conotação para a justificativa de que são nacionais, poderão entrar nas outras duas vagas. Então, não estão eliminadas.

O SR. MAURO MIRANDA – Agradeço a V. Exª.

Recomponho-me um pouco. Tenho uma paixão por essa rodovia, que é de vital importância para o Estado de Goiás. Peço a V. Exª e aos meus companheiros me ajudem na aprovação dessa estrada, de caráter nacional, a via mais importante dentro do meu Estado.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Então, no critério região, ficou aprovada a emenda do Senador Jonas Pinheiro para a região Centro-Oeste.

Agora, trataremos da região Sul. Temos duas emendas desta região: uma do Senador Osmar Dias e outra que já apresentei.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Como sou autor de uma das emendas, e V. Exª, como Presidente da Comissão, é autora de outra, em respeito ao fato de V. Exª estar ocupando a Presidência – penso até que devemos considerar essa circunstância para aprovarmos uma emenda de sua autoria – retiro a emenda que apresentei.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Agradeço-lhe, Senador Osmar Dias.

O SR. CARLOS BEZERRA – Pela primeira vez, uma mulher preside a Comissão de Infra-estrutura do Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Talvez um tanto desorganizada, mas com grande intenção de que tudo ocorra do modo mais democrático possível.

O SR. CARLOS BEZERRA – A homenagem é justa.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Poderíamos trabalhar de outra forma, mas votaríamos emendas – como inclusive já vimos – de maneira não muito democrática. Então, agradeço ao Senador Osmar Dias. Toda a região Sul está amplamente contemplada nessa emenda que ofereci. Assim, ele não está abrindo mão de uma emenda, mas simplesmente trocando a prioridade.

Ainda há espaço para duas emendas de caráter nacional. Assim, consulto os Srs. Senadores se desejam fazer uso da palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ – Srª Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra ao Senador para uma questão de ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ – Dessas sete emendas nacionais, uma não se encaixa bem em nível de Comissão. Trata-se daquela referente a ações sociais comunitárias no enfrentamento à pobreza.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Todas as emendas do Senador Carlos Bezerra foram retiradas. Então, quanto às emendas de caráter nacional, há aquelas que abordam o transporte de cabotagem – do Senador Mozarildo Cavalcanti –, ações de drenagem e infra-estrutura nacional, relativas à Secretaria do Desenvolvimento Urbano – do Senador Romero Jucá –, infra-estrutura urbana nos municípios de área de fronteira – da Senadora Marluce Pinto – e a BR-153 – do Senador Mauro Miranda. Pelo que ele expôs e pelas argumentações, essa obra – já em andamento – atinge cinco estados brasileiros ou mais.

Então, na realidade, há quatro emendas e quero retirar duas.

O SR. ROMERO JUCÁ – Como a emenda referente a ações de drenagem e infra-estrutura nacional e a emenda da Senadora Marluce Pinto – melhoria da infra-estrutura urbana nos municípios de área de fronteira – dizem respeito à Secretaria do Desenvolvimento urbano, retiro a minha emenda, incorporando-a à da Senadora Marluce Pinto para que possamos aprová-la.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Então, há uma emenda relacionada à Secretaria do Desenvolvimento Urbano e outra sobre a BR-53. Falta o Senador Mozarildo Cavalcanti manifestar-se a respeito do transporte hidroviário e de cabotagem. Há três emendas e devemos escolher duas.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI – Defendendo a emenda que apresentei, penso que ela é muito abrangente, uma vez que trata da hidrovia em todo o Brasil e ampara qualquer iniciativa em todas as regiões brasileiras. Então, peço o apoio para a sua aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – A palavra continua franqueada. Há três emendas e duas serão selecionadas.

O SR. MAURO MIRANDA – Houve uma fusão da emenda apresentada pelo Senador Romero Jucá com aquela oferecida pela Senadora Marluce Pinto.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Essa questão já está resolvida. Mas ainda há três emendas.

O SR. MAURO MIRANDA – Não. Há duas emendas para serem votadas.

O SR. ROMERO JUCÁ – Minha proposta é a seguinte: votar uma emenda acerca da Secretaria do Desenvolvimento Urbano, na medida em que a emenda que apresentei seria fundida com a emenda oferecida pela Senadora Marluce Pinto. Sobrariam as emendas dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Mauro Miranda para discutirmos.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Então, colocaríamos em votação a emenda de autoria da Senadora Marluce Pinto, que diz respeito à questão da infra-estrutura urbana nos municípios de área de fronteira e conta com o apoio do Senador Romero Jucá, que retirou a emenda de sua autoria.

O SR. CARLOS BEZERRA – Também apoiamos. A maioria dos membros da Comissão concordará com essa proposta. Decidiremos apenas entre as duas emendas – uma de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outra do Senador Mauro Miranda.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Então, está em votação a emenda oferecida pela Senadora Marluce Pinto, que tem o apoio do Senador Romero Jucá.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Devemos decidir, neste momento, entre o fomento ao transporte hidroviário e de cabotagem – objeto da emenda de autoria Senador Mozarildo Cavalcanti – e a questão da BR-153 – tratada pela emenda apresentada pelo Senador Mauro Miranda.

Consulto os Srs. Senadores se desejam fazer uso da palavra. Essa Presidência tem errado por desejar democracia demais e não por cercear o debate.

O SR. ROMERO JUCÁ – Srª Presidente, peço a palavra para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Votarei pela emenda de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti por dois motivos. Primeiramente, não poderia, de modo algum, ficar contra um Parlamentar do meu Estado. Além disso, comparando as duas emendas, entendo que aquela apresentada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti é mais abrangente em nível nacional e, independentemente de referir-se apenas a alguns estados, poderá atender do Norte ao Sul, passando pelo Centro-Oeste, pelo Nordeste e por todas as regiões.

Portanto, voto pela emenda de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – A palavra continua franqueada.

Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

O SR. MAURO MIRANDA – Peço a colaboração dos meus colegas para que me ajudem nesse projeto, que é de vital importância e que tem caráter nacional. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Em votação a proposta do Senador Mauro Miranda relativa à BR-153.

A SRA. MARLUCE PINTO – Essa é uma situação muito difícil. Quando se deu o impasse e V. Exª colocou a matéria em votação, eu estava atendendo um telefonema do Senador José Roberto Arruda, uma vez que estou passando um projeto para S. Exª relatar e que deve ser aprovado amanhã, pois não vou estar presente.

Quando V. Exª se referiu à proposta do Senador Jonas Pinheiro, deixei de votar no meu colega como já havia prometido. Agora, há o caso do Senador Mozarildo Cavalcanti. Assim, vou me abster.

O SR. ROMERO JUCÁ – Não estamos escolhendo entre os Senadores Mozarildo Cavalcanti ou Mauro Miranda, senão votaríamos nos dois. Estamos votando um tema nacional. Trata-se de um projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Em votação a proposta do Senador Mauro Miranda. (Pausa.)

São cinco votos a favor.

Em votação a proposta do Senador Mozarildo Cavalcanti referente ao transporte hidroviário. (Pausa.)

São quatro votos a favor.

Foi aprovada a proposta do Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA – Agradeço aos companheiros por terem-se manifestado a favor da emenda.

Cumprimento o Senador Mozarildo Cavalcanti pela sua proposta. Sou da área de infra-estrutura e fico compromissado com V. Exª porque sei da importância da questão. Estarei na Comissão de Orçamento colaborando com as emendas necessárias para fortalecer o tão importante transporte hidroviário.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – O Senador Romero Jucá passa a ler as dez emendas do PPA, para ver se concordamos com o que foi colocado no início da reunião.

O SR. ROMERO JUCÁ – Srª Presidente, antes de ler as emendas do PPA, seria bom registrarmos as cinco emendas que foram aprovadas, porque a Ata precisa encaminhá-las à Comissão de Orçamento:

– Emenda nº 1. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM. Apoio ao desenvolvimento municipal, no valor de R$25 milhões.

– Emenda nº 2. Trânsito. Adequação de trecho rodoviário no corredor Oeste-Norte, Mato Grosso. Ministério dos Transportes, no valor de R$10 milhões.

– Emenda nº 3. Conclusão das obras de estação terrena de rastreio e controle de satélites, no valor de R$12,8 milhões.

– Emenda nº 4. Melhoria da estrutura urbana dos municípios em área de fronteira nacional, no valor de R$50 milhões.

– Emenda nº 5. Construção e adequação da BR-153, nos Estados do Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais.

Srª Presidente, no tocante ao PPA, recebemos dez emendas. Como existem dez indicações de emendas do PPA, em tese, todas estariam aprovadas. Quero apenas fazer a observação de que algumas emendas aqui poderão ser rejeitadas. Eu apenas vou fazer a observação, mas recomendo a aprovação de todas, porque isso passa a ser uma luta na Comissão de Orçamento com o Relator.

A Emenda nº 1, consolidação do Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais. A Emenda nº 2, BR-070, 163, 174 e 364. Essa emenda, em tese, não será atendida porque engloba várias BR's numa emenda só, o que é tecnicamente incorreto. Vou dar o parecer registrando isso.

O SR. – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. ROMERO JUCÁ – Não, aqui são várias estradas.

O SR. – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. ROMERO JUCÁ – Mas não se aceitam várias BR's numa emenda só. Chega lá, eles cortam. Estou só fazendo uma observação.

Emenda nº 3, adequação da capacidade da BR-153.

Emenda nº 4, BR-153, adequação de capacidade.

Emenda nº 5, melhoria das condições habitacionais de infra-estrutura e saneamento básico nacional.

Emenda nº 6, construção, implantação e sinalização de hidrovias na Bacia Amazônica.

Emenda nº 7, fomento ao transporte hidroviário do interior e cabotagem nacional.

Emenda nº 8, construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica da adutora do Oeste, que vai de Araripina, em Pernambuco, a São Julião, no Piauí.

Emenda nº 9, estudos e projetos de obras de infra-estrutura hidráulica Canal de Dois Irmãos, em Sergipe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Não é em Sergipe, não. Sergipe e Bahia. O autor é sergipano, mas envolve dois Estados: o Estado do Presidente do Senado e o Estado do Senador Valadares.

O SR. ROMERO JUCÁ – Infelizmente, ainda não tenho a premonição de ler o que não está escrito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Mas, Srª Presidente, se não estiver escrito, vamos escrever.

O SR. ROMERO JUCÁ – Emenda nº 10, construção de aeroportos estaduais em nível nacional.

São as dez emendas. Com esse registro e observação, o parecer é positivo para a aprovação das leis.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Faltou aí, Senador, a questão das melhorias de infra-estrutura nas regiões de fronteira. Talvez a folha não esteja aí. Com tanta confusão... Nós estávamos propondo para o PPA, mas não tem problema. Acredito, porém, que a nossa seja mais abrangente e ampla.

O SR. ROMERO JUCÁ – Quando comecei a ler, vi que uma das emendas estava contada em dobro, que é a seguinte: adequação da capacidade da BR-153 e BR-153, adequação da capacidade. Então, há uma vaga.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Era isso que eu estava tentando explicar.

O SR. ROMERO JUCÁ – Há uma vaga. Ela está em duplicata: há duas emendas com o mesmo texto. Cabe, então, a aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Desse modo, acho que podemos incluir a questão das melhorias de infra-estrutura urbana nas regiões de fronteira.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Srª Presidente, só para um esclarecimento. Talvez, pela exigüidade do tempo e a rapidez com que o Relator teve de proferir seu parecer, S. Exª não se tenha debruçado convenientemente sobre a justificativa da nossa emenda.

O SR. – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – S. Exª disse que não tinha premonição para adivinhar. Basta ler no final da justificativa, e V. Exª vai encontrar que o Canal Dois Irmãos visa a atender uma demanda relativa a estudos e projetos de obras de infra-estrutura hídrica nos Estados de Sergipe e Bahia, numa área de 335 quilômetros de extensão. Só para assessorar V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ – Está na justificativa. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Pedimos que o autor torne bem clara a emenda para que a levemos com a máxima clareza à Comissão. Vamos propor que o Item nº 2, que seria aquele projeto de lei da Câmara, seja deixado para a próxima reunião, tendo em vista solicitação do Senador Carlos Bezerra, que tem um compromisso.

Nada mais havendo a tratar, estão aprovadas as dez emendas para o PPA e as cinco emendas...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI – Srª Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI – Eu queria que fosse feita uma consulta à Comissão Mista de Orçamento, uma vez que existem algumas emendas em que ficou a dúvida de serem regionais, ou não. Desse modo, correm o risco de ser rejeitadas pela Comissão. Pediria, assim, que se aproveitasse uma emenda como a minha, que tem característica nacional e que não há como contestar. Para a Comissão não perder nenhuma emenda, eventualmente podemos fazer uma substituição por essa de âmbito nacional .

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Não sei se todos os senhores ouviram a proposta do nobre Senador. Se, por acaso, agora na análise que vamos organizar para passar para a comissão ele terá a emenda nas primeiras suplências. Se houver alguma que evidente de que não há condições incorporaríamos a emenda do Senador.

Todos concordam?(Pausa.)

Agradecemos e damos por encerrada a reunião. Muito obrigada.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h57min.)

Ata da 17ª Reunião (Extraordinária), realizada em 11 de novembro de 1999.

Às nove horas e trinta minutos do dia onze de novembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Emilia Fernandes, presentes os(as) Senhores(as) Senadores(as) Mauro Miranda, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Cândido, Osmar Dias, Lúdio Coelho, José Eduardo Dutra, Alváro Dias, Romero Jucá, Roberto Saturnino, Gilvan Borges, José Roberto Arruda, Gerson Camata, Marluce Pinto, Carlos Bezerra, Gilberto Mestrinho, Iris Rezende, Arlindo Porto e Alberto Silva, reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores José Agripino, Paulo Souto, Mozarildo Cavalcanti, José Jorge, Juvêncio da Fonseca, Luiz Pontes, Teotônio Vilela e Roberto Freire. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do Item nº 01 – Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1996. Não Terminativo. Ementa: Obriga as empresas distribuidoras de gás liqüefeito de petróleo – GLP ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los e dá outras providências. Autor: Deputado Raimundo Santos. Relator: Senador Carlos Bezerra. Relatório: Pela rejeição do projeto. Foi concedida vista ao Senador Geraldo Cândido, que o devolve com voto em separado, opinando pela aprovação do projeto. Resultado: Adiado. Item nº 2 – Aviso nº 34, de 1999. Ementa: Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 690, de 1999, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada nas obras e serviços complementares da Eclusa de Jupiá, no Rio Paraná. Autor: Pres. Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Alvaro Dias. Relatório: Pelo arquivamento do projeto. Passa-se a fase de discussão da matéria, oportunidade em que nenhum senhor senador faz uso da palavra, passando-se a votação, ocasião em que foi aprovado o arquivamento da matéria. Resultado: Aprovado. Item nº 03 – Projeto de Lei da Câmara nº 001, de 1996. Não Terminativo. Ementa: Institui para os estados, Distrito Federal e municípios, compensação financeira pela geração de energia elétrica em centrais nucleares. Autor: Deputado Paulo Portugal. Relator: Senador Geraldo Cândido. Relatório: Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: Concedido vista ao Senhor Senador Mauro Miranda pelo prazo regimental de cinco dias. Item nº 4 – Requerimento nº 14, de 1999. Assunto: Requer nos termos regimentais, o comparecimento do Ministro dos Transportes, Deputado Eliseu Padilha, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para prestar esclarecimentos sobre denúncias constantes no Jornal **Correio Braziliense**, de 4-11-99 pág. 18 e em outros periódicos, dentre os quais **Folha de São Paulo** em que há suspeitas do envolvimento do citado Ministro na cobrança de propinas para a liberação de precatórios no Departamento Nacional de Estradas e Rodagens – DNER. Autor: Senadora Marina Silva, Senador Roberto Saturnino, e outros Senadores (as). Resultado: Adiado. Item nº 05 – Projeto de Lei do Senado nº 284, de 1999. Não Terminativo. Ementa: Dispõe sobre a instalação de telefones especiais para surdos e dá outras providências. Autor: Senador Geraldo Cândido. Relator: Senadora Emilia Fernandes (avocado). Parecer: Pela aprovação na forma do substitutivo que apresenta. Na fase de discussão da matéria faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto abordado o Senhor Senador Gérson Camata. Passa a fase de votação em primeiro turno, ocasião em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes. Resultado: Aprovado em primeiro turno. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às onze horas e trinta minutos, lavrado eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senadora **Emilia Fernandes**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Em primeiro lugar, os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada a Ata.

Há quatro itens na pauta de hoje. Esta Presidência propõe também a inclusão de um item como pauta extra, que, logo após, esclareceremos. Trata-se de uma matéria de autoria do Senador Geraldo Cândido

e da relatoria desta Presidência. Tendo em vista que a Consultoria nos entregou já na última hora de ontem, não foi possível incluí-la na pauta previamente distribuída.

Iniciaremos pela pauta já distribuída aos Srs. Parlamentares.

Esta Presidência propõe ainda uma inversão de pauta. Iniciaríamos pelo Item nº 02, tendo em vista já estar presente o Relator, Senador Álvaro Dias, a quem passamos de imediato a palavra.

O Senador Álvaro Dias apresentará o seu relatório sobre o Aviso nº 34, de 1999; ementa encaminhada ao Senado Federal, cópia da Decisão nº 690, de 1999, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam sobre o levantamento de auditoria realizada nas obras e serviços complementares da Eclusa de Jupiá, no rio Paraná.

Concedo a palavra ao Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS – Srª Presidente, Senadora Emilia Fernandes, o Relator no Tribunal de Contas da União da presente matéria foi o ilustre Ministro Marcos Vilaça. Auditoria feita pela equipe da Cecex, São Paulo, nas obras da Eclusa de Jupiá.

O relatório do Ministro-Conselheiro revela não haver irregularidades na execução da obra, e o voto do Ministro Marcos Vilaça aponta apenas deficiências de planejamento. No entanto, o Ministro considera parcialmente escusável a mencionada deficiência de planejamento, dado que as obras civis da eclusa foram iniciadas há mais de 30 anos, sob responsabilidade de empresa privada. Vejam a dificuldade para a recuperação de todos os projetos originais, bem assim o surgimento de novas necessidades decorrentes de mudanças tecnológicas e do próprio desgaste dos serviços executados.

Portanto, o Ministro Vilaça, considerando a relevância das questões tratadas, indica o arquivamento do processo e o encaminhamento de cópias do relatório a diversos órgãos e autoridades relacionadas à matéria para ciência.

Com base no relatório e voto do Ministro Relator, o Plenário do TCU decidiu, conforme Decisão nº 690, considerar regulares os procedimentos, objetos de análise no levantamento de auditoria de que trata o presente processo, e determinar o envio de cópia da decisão, bem como do relatório e voto que a fundamentam, às seguintes autoridades para ciência: Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Ministro de Estado dos Transportes, Presidente das Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal e o Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio e de Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados. E arquiva o presente processo.

Nesses termos, Srª Presidente, também recomendamos o arquivamento do Aviso nº 34, de 1999, já que não há nenhuma outra providência a se adotar nesse momento.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – O relatório é pelo arquivamento do projeto.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Aprovado.

O projeto vai ao arquivo.

Passamos ao Item nº 03, que trata do Projeto de Lei da Câmara nº 001, de 1996, que institui para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios compensação financeira pela geração de energia elétrica em centrais nucleares. O autor é o Deputado Paulo Portugal e o Relator é o Senador Geraldo Cândido, a quem concedo a palavra.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Srª Presidente, Senadora Emilia Fernandes, nesse projeto, apresentei um relatório com um voto e apresento um substitutivo. Como é um relatório bastante extenso, consulto se é necessário fazer a sua leitura do relatório, ou apenas do substitutivo.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – V. Exª pode fazer a leitura do voto e do substitutivo.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – De qualquer modo, é extenso. Mas posso ler, não há problema.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Não é preciso ler todo o relatório.

O SR. ÁLVARO DIAS – O substitutivo também é extenso?

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Também é extenso.

O SR. ÁLVARO DIAS – Da minha parte, não há necessidade.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – A leitura não será necessária se o Sr. Relator fizer uma síntese do assunto. Todos os Srs. Parlamentares têm cópia tanto do projeto como do relatório. Fique V. Exª à vontade para expor o que entender oportuno.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Na verdade, o que está em votação é o substitutivo. O parecer é favorável ao projeto na forma do substitutivo.

Trata-se de substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 1/96.

Art. 1º A Ementa da Lei nº 7.990, de 28 de setembro de 1989, passa a ter a seguinte redação: "Institui para os Estados, Distrito Federal e Municípios compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, pela geração de energia elétrica em usinas térmicas e dá outras providências."

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 7.990, de 28 de setembro de 1989, passa a ter a seguinte redação: "O aproveitamento de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de recursos minerais para quaisquer regimes previstos em lei e a geração de energia elétrica em usinas térmicas ensejarão compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, a ser calculada, distribuída e aplicada na forma estabelecida em lei."

Art. 3º A Lei nº 7.990, de 28 de setembro de 1989, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos, incisos e parágrafos:

Art. 7º A compensação financeira, no caso de geração de energia elétrica em usinas térmicas, refere-se apenas à localização dessas usinas, não desobrigando seus proprietários de:

I – observarem o cumprimento da legislação ambiental, de segurança e de saúde pública;

II – indenizarem pelos danos causados ao meio ambiente e ao patrimônio público e privado decorrentes da implantação e da operação dessas usinas, dos seus dejetos e custos de descomissionamento das instalações ao final de sua vida útil.

Art. 7º, b – A compensação financeira pela geração térmica será de 1,5% sobre o valor da energia elétrica produzida, a ser paga pelos concessionários de serviços de energia elétrica aos Estados, Distrito Federal e Municípios em cujos territórios se localizem instalações térmicas destinadas à produção de energia elétrica ou que se situem em área para a qual esteja prevista a evacuação de população por ocasião de emergências decorrentes de acidentes em instalações nucleoelétricas, observado, no que couber, o que dispõem o art. 4º e seus incisos.

Art. 7º, c – O percentual de que trata o art. 7º, b, será aplicado aos valores de venda da energia elétrica constantes das faturas emitidas pela usina termoelétrica, excluídos os tributos e empréstimos compulsórios, computando as subvenções do Tesouro Nacional e dos agentes do setor elétrico no custo unitário do quilowatt vendido.

Art. 7º, d – A distribuição mensal da compensação financeira será feita da seguinte forma:

I – 10% ao Estado onde a usina estiver localizada;

II – 75% ao Município onde a usina estiver localizada;

III – 15% aos Municípios limítrofes de onde a usina estiver localizada.

§ 1º Na distribuição mensal da compensação financeira, o Distrito Federal receberá o montante correspondente às parcelas de Estados e Municípios.

§ 2º As cotas destinadas aos Estados, Distrito Federal e Municípios serão empregadas em obras de infra-estrutura ou projetos de desenvolvimento socioeconômico, observado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aplicar 50% de sua cota no aparelhamento e aperfeiçoamento de suas organizações, voltadas para a prevenção de acidentes, controle e fiscalização ambiental.

Art. 7º A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, adotará providências no sentido de que, na aplicação desta lei, não sejam afetados os valores das contas de consumo mensal de até 30 quilowatts/hora, inclusive, que o fornecimento de energia termoelétrica seja feito sob a forma medida, que é sob a forma de estimativa.

Art. 4º O artigo 8º da Lei nº 7.990 passa a vigorar acrescido do artigo 1-A e seu parágrafo único, transformando-se em § 1º, com a seguinte redação:

Art. 8º – §1º O não cumprimento do prazo estabelecido no **caput** deste artigo, no caso de compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, implicará juros de mora de 1% ao mês e multa de 10% aplicável sobre o montante final apurado.

§ 1º-A – O não cumprimento do prazo estabelecido no **caput** deste artigo, no caso de geração de energia elétrica em usinas térmicas, implicará juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% aplicável sobre o montante final apurado.

Art. 5º A – Lei nº 7.990, de 28 de dezembro, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos, incisos e parágrafos:

Art. 9º A – Da compensação financeira paga aos Estados, Distrito Federal e Municípios, estabelecida pela Lei nº 7.990, definida pela Lei nº 8.001, de1990, pela exploração de petróleo, gás natural, recursos hídricos ou outros destinados à produção de energia de

qualquer natureza, 40% serão aplicados diretamente na preservação do meio ambiente.

Parágrafo único. Nas áreas onde a participação de Estados e Municípios provêm da produção de energia de hidrelétrica ou termoelétrica, o percentual dos recursos de que trata esta lei serão aplicados em reflorestamento ciliar com espécies vegetais da região e repovoamento, tanto de mananciais quanto das matas com espécies animais e pisces nativas.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias, contado da data da publicação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação."

Sr. Presidente, proponho a aprovação da lei com o substitutivo que acabei de apresentar.

Este é o voto: pelo substitutivo.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Em discussão o Item nº 3.

O SR. MAURO MIRANDA – Srª Presidente, eu gostaria de pedir vista.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – V. Exª solicita vista coletiva para ambos os Senadores.

O SR. ÁLVARO DIAS – Srª Presidente, creio que é suficiente o pedido do Senador. Faço apenas uma sugestão no sentido de que se analise uma redação mais eficiente para o § 3º, que diz: "15%, aos Municípios limítrofes do Município onde a usina estiver localizada." Parece-me que seria mais eficiente se mudássemos a redação para: "15%, aos Municípios que tiveram parte de sua área alagada que seria talvez mais abrangente, atingindo alguns Municípios que, mesmo um pouco distanciados geograficamente da sede da usina, foram atingidos pelo alagamento da represa. É uma sugestão que tem por objetivo melhorar o texto do substitutivo do Senador Geraldo Cândido, com o qual concordo.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – O Senador está fazendo uma sugestão para o Senador Mauro Miranda?

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Sim, o Senador Mauro Miranda vai analisá-lo.

Concedido o pedido de vista, de acordo com o nosso Regimento, gostaríamos de comunicar ao Plenário que esta Presidência recebeu um convite para o I Congresso de Distribuidores e Revendedores de Combustíveis e do Direito do Consumidor, a ser realizado em Brasília, nos dias 8 e 9 de dezembro. O convite está na secretaria da nossa Comissão e estende-se a todos os Srs. Senadores que tiverem disponibilidade de comparecer ao evento.

Também gostaríamos de indagar se o Plenário concorda em inserir na extrapauta o Projeto de Lei do Senado nº 284, que dispõe sobre a instalação de telefones especiais para surdos, e dá outras providências, de autoria do Senador Geraldo Cândido e de que fui Relatora. A consultoria só nos entregou o projeto no final do dia de ontem, não tendo sido possível incluí-lo na pauta prévia. Se o Plenário estiver de acordo, poderíamos apresentar o relatório aos Srs. Parlamentares, a fim de analisarmos a matéria, que já está pronta. (Pausa.)

Convido o Senador Mauro Miranda para assumir a Presidência, para que eu possa apresentar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) – Concedo a palavra à eminente Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Este projeto de lei, de autoria do Senador Geraldo Cândido, que vem ao exame da nossa Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, busca tornar obrigatória a instalação de telefones especiais para surdos em locais públicos e atribui ao Ministério das Comunicações e às empresas concessionárias de serviços públicos a incumbência de garantir a instalação de tais aparelhos, além de estabelecer que os catálogos telefônicos utilizarão a sigla TS, destinada a indicar o uso do aparelho especial para o assinante.

Na justificativa da proposição, o autor aponta a grande dificuldade de comunicação que os portadores de deficiência auditiva enfrentam, a ponto de tarefas consideradas triviais pela população em geral representarem obstáculos insuperáveis.

Descreve como o aparelho telefônico especial, que dispõe de um teclado, um visor, um alarme luminoso, proporcionará aos portadores de deficiência auditiva a autonomia na comunicação a distância e explica que a utilização da sigla identificadora TS nas linhas telefônicas destina-se a sinalizar aos usuários a necessidade de, para completar a ligação, contatar uma central intermediária das ligações entre os aparelhos comuns e os especiais.

O projeto não recebeu nenhuma emenda no prazo regimental. Fizemos uma análise da matéria e verificamos que é indubitável o mérito, uma vez que, facilitando a comunicação para os deficientes auditivos, realmente o estamos valorizando e integrando à sociedade.

Deixaremos de ler a análise. O Decreto nº 2.592 aprovou o Plano Geral de Metas, entre as quais a universalização, e as concessionárias têm obrigações já previstas, inclusive no que se refere exatamente a telefones adaptados, tanto para deficientes auditivos como para mudos e até mesmo para os que usam cadeiras de roda.

Com base no art. 10 desse Plano Geral de Metas, entendemos que seria importante até que, aproveitando a idéia extremamente relevante do Senador Geraldo Cândido, ampliássemos a proposta e nos adaptássemos ao referido plano, assinado tanto pelo Governo como pelas novas concessionárias. Então, ampliamos esse dispositivo, abrangendo deficientes auditivos, da fala e usuários de cadeira de roda.

Entendemos que com a instalação de telefones especiais para portadores de deficiência e para os que usam cadeiras de rodas, que às vezes têm muita dificuldade para alcançar os telefones, vamos atender uma parcela significativa de uma população que é freqüentemente esquecida.

No substitutivo que apresentamos, dispomos que as empresas concessionárias do serviço de telefonia fixa, comutado, prestado no regime público, ficam obrigadas a assegurar que, nas localidades onde o serviço estiver disponível, pelo menos 10% dos telefones instalados em locais públicos sejam adaptados para uso por portadores de deficiência auditiva e da fala e por usuários de cadeiras de rodas. Ficam obrigadas também a assinalar nas listas telefônicas com a sigla TPDA as linhas que utilizem o telefone especial para deficientes auditivos e trazer no corpo destas listas de modo de fácil visualização a explicação do que a sigla significa – telefone especial para deficientes auditivos –, bem como as instruções de como contatar a central intermediadora de ligações entre telefones comuns e especiais.

Como eu já havia explicado no início, o Ministério das Comunicações regulamentaria esta lei. Nós não estabelecemos prazo e também não estabelecemos a forma, mas, obviamente, seria o Ministério que, junto com as concessionárias, faria esse trabalho.

Nosso parecer é pela aprovação do nosso substitutivo, conforme relatamos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) – Senador Gerson Camata com a palavra para discutir.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, Srª Relatora, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Senador Geraldo Cândido por sua iniciativa. Realmente é uma coisa boba, simples, mas que facilita a vida de muitos deficientes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Parece sim.

O SR. GERSON CAMATA – Parece, não é? Mas é importantíssima. Desculpo-me pelo termo que usei: é algo simples, simplório, mas muito importante – é que as grandes idéias às vezes parecem ser simplórias.

Gostaria de fazer uma sugestão. Lá no Espírito Santo – lá não há lei sobre o assunto, mas já a estão fazendo – há uns telefones tipo orelhão que são baixinhos, para crianças e para quem está em cadeiras de rodas. Há também uns telefones que têm um botãozinho: se a pessoa tem deficiência auditiva, ela aperta aquele botão e aumenta o volume da voz que está ouvindo – um dia apertei aquilo e chegou a doer o ouvido, o som vem tão alto que dói o ouvido. Esse tipo de mecanismo destina-se aos deficiente auditivos. Já há telefones comuns, só com aquele botãozinho. A sugestão que faço é que também sejam colocadas teclas com números em braile. No exterior a gente vê que o cego, quando vai telefonar, tateia o teclado e percebe os números. Deveríamos acrescentar essa facilidade para os deficientes visuais. Com o uso da escrita braile o deficiente visual não precisa pedir a outra pessoa que faça a ligação para ele, como já vi acontecer. Seria interessante fazer esse acréscimo pois assim estaríamos contemplando também o deficiente visual.

Parabéns pela idéia, parabéns pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) – A Senadora Marluce Pinto está inscrita para discutir.

A SRA. MARLUCE PINTO – Quero me solidarizar com o autor desse projeto, com V. Exª, Presidenta, pelo substitutivo aqui apresentado, e também com o Senador Camata, cuja idéia veio complementar o projeto.

Trata-se de iniciativa de grande alcance social, porque são muitos os deficientes no nosso País. Eu até entendo o comentário de nosso colega, ao dizer que é bobo, mas bobo naquela acepção de ser fácil o atendimento, não é isso, Senador?

O SR. GERSON CAMATA – É uma idéia que parece boba, mas é importante.

A SRA. MARLUCE PINTO – Não é difícil para as empresas tomar essa providência, que é de grande alcance social e vai facilitar a vida dos deficientes que já têm dificuldades em todos os setores da vida, não têm a mesma facilidade de locomoção como as pessoas normais têm. Assim, mais do que tudo, esta Comissão tem se preocupado não só com as obras de infra-estrutura, como também com a parte social, porque o projeto é de grande alcance.

Quero parabenizar a todos e dizer...

O SR. GERSON CAMATA – V. Exª me permite um aparte?

A SRA. MARLUCE PINTO – Pois não.

O SR. GERSON CAMATA – Quero dizer que fui o "bobo", porque poderia ter tido a idéia antes do Senador Geraldo Cândido.

A SRA. MARLUCE PINTO – A idéia de apresentar o projeto, mas não resta dúvida de que S. Exª é merecedor dos méritos, tendo em vista a criatividade que teve. Somos coadjuvantes, pois apenas acompanhamos, mas temos a possibilidade de aprovar.

Sendo assim, a aprovação desse projeto é muito gratificante para todos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) – Com a palavra o Relator do projeto, Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, agradeço o apoio de meus colegas. Com relação ao que disse o Senador Gerson Camata, talvez a expressão mais correta fosse uma "idéia simples" e não uma "idéia boba". Além do mais, S. Exª apresentou sugestões que melhoraram o projeto.

Em relação à questão dos deficientes auditivos, que são também beneficiários do projeto, tivemos, inclusive, o apoio da Associação Nacional dos Pais de Deficientes Auditivos, pois sabem ser algo muito importante.

Os surdos não falam porque nunca ouviram um som e não aprenderam a falar. Há um aparelho específico para os surdos-mudos, com um teclado e um visor, que não existe no Brasil e somente as concessionárias de serviço telefônico podem comprar do exterior e adaptar. Com esse aparelho, o surdo-mudo envia a mensagem e a recebe através do visor.

O projeto, sendo aprovado, terá um alcance social importante, pois vai beneficiar um segmento da sociedade que, por deficiência, não tem condição de se comunicar com os demais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) – Alguém mais quer usar a palavra para discutir? (Pausa.)

Esta Presidência quer se manifestar e parabenizar o Senador Geraldo Cândido por esse projeto, que é de uma simplicidade muito grande e que atende aos pequenos, aos deficientes e aos mais sofridos. Parabenizo-o, portanto, pela sua sensibilidade social, já que são essas pequenas coisas que melhoram a qualidade de vida das pessoas.

Parabenizo V. Exª e à Senadora Emilia Fernandes, que é a Relatora do projeto neste momento.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Tem a palavra V. Exª.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Quero acrescentar que ficamos com o projeto, e o analisamos, talvez por um tempo demasiado, porque encontramos algumas resistências, mas insistimos e chegamos a esse compromisso.

Quero reforçar a idéia positiva, social, humanitária e justa do autor do projeto, agora aperfeiçoada pela proposta do Senador Gerson Camata. É importante o debate e o diálogo. Como Relatora, incorporo a sugestão do Senador Gerson Camata, ampliando a adaptação dos telefones especiais para a deficiência auditiva, visual, da fala e usuários de cadeira de rodas.

Lembro que esse projeto deverá ser votado em dois turnos. No segundo turno, já estaríamos com a redação correta. Portanto, de imediato, aceitamos e incorporamos ao nosso relatório.

Este é o nosso parecer, para o qual pedimos a aprovação das Srªs e dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Retomamos a Presidência e damos encaminhamento do Requerimento nº 14, de 1999, que requer, nos termos regimentais, o comparecimento do Ministro dos Transportes, Sr. Eliseu Padilha, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para prestar esclarecimentos sobre denúncias constantes do jornal **Correio Braziliense**, de 4-11-99, página 18, e em outros periódicos, entre os quais **Folha de S.Paulo**, que diz que "há suspeitas do envolvimento do citado Ministro na cobrança de propinas para liberação de precatórios no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER". É de autoria da Senadora Marina Silva, dos Senadores Roberto Saturnino, Eduardo Suplicy e de outros Srs. Senadores.

Esta Presidência quer alertar os membros desta Comissão de que, em 11 de março de 1999, nossa Comissão aprovou o Requerimento nº 3, de

1999, que, nos termos do § 1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 do Regimento Interno, requeria a convocação do Ministro de Estado dos Transportes, Sr. Eliseu Padilha, para comparecer ao plenário da Comissão para discorrer sobre a criação do Imposto Verde, destinado à recuperação de estradas brasileiras, e sobre outros assuntos. O requerimento é de autoria desta Presidência e foi aprovado em 11 de março. Assim como já convidamos e aqui compareceram o Ministro de Minas e Energia e o Ministro das Comunicações, esse pedido, desde o início do ano, já estava aprovado. E porque houve um desdobramento dos debates relacionados às privatizações das hidrelétricas — CHESF, Furnas —, não houve tempo hábil. Portanto, queremos alertar os Srs. Parlamentares de que já há um requerimento aprovado para a vinda do Sr. Ministro dos Transportes.

O que esta Presidência interpreta é que nós, diante dos requerimentos dos Srs. Senadores já enunciados, teríamos que analisar a ampliação do tema, porque a vinda de S. Exª já está definida e aprovada pelos membros da Comissão. Dessa forma, coloco em discussão o que estamos apresentando.

O SR. GERSON CAMATA – Srª Presidente, peço a palavra para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – V. Exª tem a palavra.

O SR. GERSON CAMATA – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho acompanhando o noticiário e os esclarecimentos que o Sr. Ministro tem prestado e vejo que S. Exª já está convocado pela Câmara dos Deputados para tratar desse assunto, reunião que acontecerá na próxima quarta-feira.

Assim, voto contra a extensão, porque S. Exª já vai prestar esclarecimentos na Câmara. No entanto, se o depoimento não atender a esta Comissão, nós o convocaríamos. Observamos que não há necessidade de se tomar tempo do Ministro com duas convocações para o mesmo assunto. Entendo que seria uma perda de tempo da Comissão e uma perda de tempo para o Sr. Ministro.

Então, voto contra.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Continua em discussão.

A SRA. MARLUCE PINTO – Srª Presidente, peço a palavra para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Com a palavra a Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Srª Presidente, pelo mesmo motivo alegado pelo nobre Senador Gerson Camata, também não acho viável que esta Comissão aprove o requerimento neste momento.

Concordo que S. Exª seja convocado para explicação do imposto, e, para isso, já aprovamos o requerimento. Então, é só marcar a data. No entanto, convocar o Sr. Ministro com o mesmo objetivo da Câmara dos Deputados gera ações em duplicidade, atrasando os trabalhos do Congresso Nacional. Ainda mais, S. Exª está com seu tempo voltado para resolver o problema das liberações das verbas para as emendas orçamentárias, que está paralisando os trabalhos e causando até recesso no nosso País. Portanto, acho que não é oportuna a vinda do Sr. Eliseu Padilha.

Porém, como falou o Senador Gérson Camata, se as informações dadas na Câmara não satisfizerem a todos, poderíamos estudar e aprovar na nossa Comissão sua convocação.

Mas, no momento, sou contra a aprovação desse requerimento.

O SR. MAURO MIRANDA – Srª Presidente, peço a palavra para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Com a palavra o Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA – Na mesma direção dos dois Senadores que me antecederam, Srª Presidente, também vejo a questão do Imposto Verde como importantíssima.

A Conferência Nacional do Transporte fez um manifesto muito forte esta semana, com relação à qualidade das nossas estradas. Quantas estradas estão com dificuldades enormes? Ontem, vimos, pela televisão, a questão dos pedágios. As nossas rodovias são um problema muito sério. Há insegurança dos transportadores nas estradas e faltam recursos no Ministério dos Transportes. Acho que envolver dois assuntos desse tema daria uma conotação muito política a esse tema. Acho que a Câmara terá uma função importante de chamar o Ministro para discussão e na minha visão ele já deu umas respostas incisivas pedindo a saída de dois membros da sua equipe, do DNER, e já teve a palavra de apoio do Presidente da República no sigilo das denúncias relativas aos precatórios e acho que o tema central do imposto verde é mais importante ter um caráter de abrangência maior para o País, especialmente para os usuários.

O meu Estado, graças a Deus, está relativamente com boas condições de estradas federais. Agora, o relatório da CNT é assustador, não por culpa do Ministro Padilha – muito pelo contrário – mas pela falta de sintonia na liberação dos recursos na hora apropriada. Começam a liberar recursos justamente na épo-

ca das águas quando as estradas deveriam estar em manutenção no período da seca. Por isso, acho inconveniente a vinda do Ministro e se permanecer o mesmo tema tudo bem. Acredito que poderíamos protelar para não darmos um envolvimento político, como tem acontecido com outros Ministros em outras áreas. Esse negócio de se envolver só no sentido político o povo já está cansado. Precisamos de estradas boas e recapeadas. A BR-101 precisa ser terminada. Por que ela não está num rítimo acelerado como deveria estar.

Essas duplicações como a ligação de São Paulo a Porto Alegre e mais para o sul são ações que essa Comissão tem de discutir com muita propriedade, observando até o cronograma de liberação do Ministério da Fazenda para o Ministério dos Transportes, pontos que têm desgastado muito o Presidente Fernando Henrique Cardoso e, por extensão, o Ministro Padilha.

Por isso, voto contra a extensão desse pleito hoje.

O SR. CARLOS BEZERRA – Srª Presidente, peço a palavra para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Imediatamente passarei a palavra a V. Exª Senador Carlos Bezerra. Apenas quero registrar e dizer aos membros de nossa Comissão que ontem tive a oportunidade de participar de uma mesa de entrevista onde estava o Ministro Padilha dando entrevista para redes do interior do Rio Grande do Sul, a partir daqui de Brasília, juntamente com Deputados, aliás, um serviço muito interessante que foi inaugurado, uma rede de comunidades de rádio que irá atingir mais de 200 municípios do Estado do Rio Grande do Sul e que foi inaugurado aqui em Brasília ontem. O Ministro estava, juntamente com vários parlamentares, o Presidente Michel Temer, enfim, foram feitas várias rodadas e nessa que eu estava participando até comuniquei ao Ministro do desejo e dessa aprovação desse nosso requerimento, desde março, no sentido de que ele viesse à nossa Comissão conversar sobre a questão dos transportes, das ferrovias, das águas, que também tem que ser retomado em termos de navegação no nosso País.

Quero apenas dizer que o Ministro se colocou totalmente à disposição para a hora e o dia. Marquem a hora e o dia que quiserem me convidar na Comissão de Infra-estrutura do Senado que irei com o maior prazer. Ele me respondeu ao vivo e mais de 200 municípios do Rio Grande são testemunhas pois estavam escutando e gaúcho com gaúcho fala coisa realmente séria.

Então, acredito que temos que considerar essa disposição, porque mesmo diante dos problemas que possam ter alguma conotação política, que na minha avaliação não tem, elas têm de esclarecimento. Então, quanto mais formas e oportunidades o Ministro tiver de colocar e esclarecer o que realmente está sendo posto, feito, qual as metas do governo para os próximos 4 ou 5 anos, são canais que se abrem para o esclarecimento e não para se condenar previamente, essa é a avaliação desta Presidência, mas vamos continuar em discussão e o Senador Carlos Bezerra tem a palavra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Nobre Senadora, acho que Ministro se prontificou de ir na Câmara, independentemente de convocação, num gesto altamente democrático. Acontece que estamos vivendo um momento e ele irá se explicar e a Nação ficará sabendo dessa reunião na Câmara, pois a imprensa deverá noticiar, acho que é oportuno aguardarmos isso. Vivemos hoje um momento de muita irresponsabilidade e de muita delação. Esta semana, um Senador denunciou da tribuna o Ministério por uma obra superfaturada na BR-476. Grave! O Senador Álvaro Dias, do Paraná, fez um discurso o mais empavonado possível. Fiquei pasmado. Liguei para a Assessoria do Ministério e soube que a licitação não foi sequer feita. Não existe contrato nenhum.

Esse tipo de leviandade está acontecendo contra o Ministério, contra o Partido. Eu fui vítima disso. Uma advogada em Cuiabá está doente, de cama até hoje – não sei nem se ela vai morrer por causa disso – porque a envolveram, dizendo que ela teria conversado com meu assessor. Não a conheço. Mas sei que ela, que sei que me respeita e vota em mim, está lá prostrada até hoje – é a Drª Zenilde Godim – porque o jornal **Folha de S. Paulo,** sem ouvi-la, publicou que ela teria conversado com meu assessor a respeito de um precatório.

Está havendo – parece-me – um movimento político com o intuito de denegrir o nosso Partido, o PMDB. E o nosso Partido não o merece.

V. Exª, que dirige a Comissão com muito entusiasmo, idealismo e competência e gostaria de travar esse debate aqui, mas eu vou na linha dos outros, ou seja, vou aguardar a audiência da Câmara na quarta-feira que vem, para nós nos posicionarmos. Eu, hoje, votaria contra o requerimento, aguardando as explicações do Ministro, na próxima quarta-feira, para ver qual será o andamento das questões.

De antemão, quero dizer a V. Exª que, pelo que eu conheço e sei, as acusações são superficiais e demonstram uma infantilidade tanto da imprensa como

de certos políticos. Ouvi, em conversa particular, alguns Senadores dizerem que pagaram mais precatórios do que investiram em obras. Gastaram mais com precatórios do que com obras. As acusações são infantis, despreparadas. O homem público para proferir uma palavra, até no corredor – pelo menos, é essa a minha prática – ou em qualquer lugar que esteja, deve ter o máximo cuidado.

Parece que o Ministro é o primeiro e único, é o Luiz XV ou Luiz XIV, absolutista: **L'état c'est moi** . S. Exª manda me tudo. Manda no Ministério. Não há comissão, não há diretorias, não há outros órgãos, não há Procuradoria, não há nada. S. Exª faz tudo ao seu bel prazer. A impressão que se tem, como divulgou a imprensa e disseram da tribuna alguns oradores como a Senadora, é de que não existe ninguém. O Ministro decide tudo sozinho. S. Exª é a primeira e única instância do Ministério.

A **Folha de S. Paulo,** ontem, publicou uma matéria dizendo que, apesar do parecer contrário da Procuradoria, foi pago um precatório para essa Drª Zenilde com o pessoal que citei aqui. Procurei saber e ontem vi o parecer favorável do Procurador. Uma procuradora subordinada ao procurador deu parecer contrário e submeteu seu parecer ao Procurador-Geral, que derrogou o parecer dela e deu um parecer favorável. Mas o jornal não levou em consideração o parecer do Procurador-Geral. Publicou ontem que, apesar do parecer contrário, o precatório foi pago. Não é verdade. O parecer do Procurador-Geral foi favorável.

Então, nós estamos vivendo um momento de muita acusação superficial, equivocada e parece-me que o objetivo é político. A boa prudência nos indica que devemos aguardar. Estou na mesma linha do Senador Gerson Camata e dos demais companheiros que acha que devemos aguardar a reunião de quarta-feira para, depois, então, vermos o que nós vamos fazer.

Essa é a minha colocação.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Srª Presidente, peço a palavara.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Com a palavra o nobre Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, compreendo a solidariedade e o zelo dos companheiros do PMDB em relação ao Ministro Eliseu Padilha. Acho apenas que a preocupação um pouco exagerada, até porque o Ministro já se colocou à disposição para o debate com a Senadora Emilia Fernandes, dizendo que não havia problema em vir ao Senado Federal. Também acredito que não há, pois quem não deve não teme. O Ministro, se viesse ao Senado Federal, certamente prestaria esclarecimentos. Ficaríamos muito mais convictos sobre a não existência de problemas com relação a S. Exª. É muito positiva a sua vinda ao Senado. Mas se todos os Senadores consideram que não é o momento e se há uma certa resistência, não adianta ficarmos discutindo. Como um dos autores do requerimento e diante das dificuldades, proponho que ele seja retirado de pauta. Encaminho à Mesa a proposta de retirada.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Srª Presidente, pelo que sabemos do Ministro Eliseu Padilha, trata-se de um homem público da maior responsabilidade, que veio a público a fim de explicar as providências que seu Ministério estava tomando no sentido de apurar em profundidade todos aqueles acontecimentos denunciados pela imprensa. Trata-se de um Ministro da mais alta responsabilidade, que demonstra lisura quando se dispõe inclusive a demitir assessores do Ministério dos Transportes que foram objeto de desconfiança ou de suspeita.

Por considerá-lo da mais alta responsabilidade, a derrubada do requerimento atingiria, de certa forma, o Ministro, que não deseja isso. S. Exª, ao contrário, deseja explicar à imprensa e ao Poder Legislativo todas as gestões que está tomando no sentido de coibir todo e qualquer abuso que esteja sendo cometido em seu Ministério.

De antemão, não podemos prejulgar ninguém. Até que se prove o contrário, o Ministro Eliseu Padilha conta – por não existir nenhum processo contra a sua atuação – com a confiança do Governo Federal e do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ora, o Senado Federal possui um papel idêntico ao desempenhado pela Câmara dos Deputados. No sentido da valorização legislativa e ética, estamos no mesmo patamar. O fato de um Ministro ir à Câmara dos Deputados não impede, nem no Regimento, nem na Constituição, nem no comportamento ético do Senado Federal, que ele se faça presente em uma das suas Comissões – no caso, a Comissão de Infra-Estrutura –, a fim de discorrer sobre qualquer assunto que foi ventilado na Câmara dos Deputados.

Seria de bom alvitre, até em defesa da honorabilidade do Ministro, sobre quem até o momento não há qualquer suspeita de comportamento, que ele viesse a esta Comissão fortalecer as teses que vem defendendo e a atuação que vem tendo no caso. Quanto

mais explicar, melhor para ele, melhor para o Ministério, melhor para o Governo, porque o caso tornou-se público e S. Exª tomou providências que precisam ficar registradas. Quando for escrita a história do Senado Federal, estará registrada a presença de S. Exª, um Ministro de Estado rebatendo todas as críticas ou possíveis suspeitas de que foi alvo no problema que está sendo objeto de investigação pelo próprio Ministério.

Por outro lado, Srª Presidente Emilia Fernandes, o Senado Federal, por intermédio desta Comissão, certamente ouvirá o Sr. Ministro diante da primeira convocação feita, a fim de tratar de outros assuntos. A aprovação já ocorreu.

Ora, sabemos como funciona esta Casa, Senador Carlos Bezerra. Vindo S. Exª aqui, mesmo que o requerimento não seja aprovado, é impossível que seja proibido tocar no assunto. Alguém tocará. E S. Exª, como democrata, como político da maior competência, não proibirá nenhum Senador de fazê-lo. Assim, não aprovar o requerimento significa desapreço a um Ministro de Estado, embora saiba, em sã consciência, que não é esse o objetivo dos Srs. Senadores. Apenas estou ponderando que seria desonroso para o próprio Ministro, se uma comissão do Senado Federal proibisse que S. Exª viesse aqui para tratar de um assunto que já é público.

Sugiro, então, à Casa que, não podendo atender à sugestão no sentido de convocar o Ministro, colocando-se um adendo ao primeiro requerimento, a matéria seja sobrestada, não derrubada nem retirada; que ela seja adiada e que a votação venha a ocorrer oportunamente, quando, por exemplo, o próprio Ministro, ao ser contatado — e o será — por algum dos Senadores presentes à reunião, poderá até, de modo próprio, dizer que faz questão de vir. E S. Exª virá, sem nenhuma restrição, sem nenhuma limitação, sem nenhuma resistência.

Assim, proponho, em primeiro lugar, que o requerimento seja aprovado. Não o sendo, que seja sobrestado no sentido de aguardar um pronunciamento do Sr. Ministro, porque, tenho certeza, será altamente benéfico para a administração do Governo Federal que S. Exª venha a esta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Muito obrigada, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Srª Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – S. Exª solicita a palavra para uma questão de ordem?

O SR. GERALDO CÂNDIDO – S. Exª fez uma proposta diferente.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Estão colocadas duas propostas. Estamos em discussão. Posteriormente, vamos à análise das propostas apresentadas. Esgotaremos a discussão.

Com a palavra, o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Srª Presidente, eminente Senadora Emilia Fernandes, tenho certeza de que o Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, tem toda a disposição de prestar qualquer esclarecimento. No entanto, gostaria de ponderar à Comissão que não embarquemos nesta onda de "denuncismo", como disse o Senador Carlos Bezerra, e não sigamos aquela filosofia, aquela tese, que o saudoso Nelson Rodrigues tanto falava em seus artigos, de que no Brasil mais importantes são as versões do que os fatos. Ora, qual é o fato? O fato que se alega são os precatórios. O que são precatórios? Precatórios são decisões judiciais, que são cumpridas ou não, sob pena de responsabilidade. Ora, os precatórios, portanto, como decisão da Justiça, são encaminhados ao Ministério do Orçamento e Planejamento, que faz a análise e encaminha ao Ministério da Fazenda, que verifica e libera o recurso, porque não pode ser contingenciado.

O SR. MAURO MIRANDA – V. Exª me permite um aparte?

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Pois não.

O SR. MAURO MIRANDA – O assunto é tão demagógico que acho graça, pois aqueles que mais defendem a propriedade privada, que defendem o capitalismo são os que fazem os discursos mais radicais quanto ao precatório. Então, para mim, isso é conversa para inglês ver.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Assim, depois do Orçamento, vai para o órgão que é objeto da atuação final no cumprimento do precatório; no caso, uma autarquia e não um ministério. Trata-se de uma autarquia que pertence à coordenação, à estrutura do Ministério dos Transportes: o DNER. A autarquia tem gerência própria.

Ministério dos Transportes, que é o DNER.

A autarquia tem gerência própria, tem diretoria própria. Quando esse precatório chega no órgão, tem que seguir uma tramitação que é exclusiva, de verificação de dotação orçamentária própria e o parecer da Procuradoria, dizendo que está de acordo com o Orçamento, e é uma decisão judicial que tem que ser cumprida.

Quer dizer, o Ministro, no caso, não é o ordenador de despesa. O Ministro é apenas o coordenador geral da atividade do Ministério e tem conhecimento dos fatos **a posteriori**.

Assim, se o Ministro viesse a esta Comissão, teria que expor exatamente isso. A Comissão iria ver que o Ministro não tem nada a ver com esse problema. Esse é um problema da Justiça, que foi para o Planejamento, Orçamento e Ministério da Fazenda, e o órgão, objeto do precatório, é apenas o executor da ordem judicial.

Assim, se o Senador Cândido propõe retirar o requerimento, se for mantida a retirada, votamos por ela; se não for mantida, votaremos contra a prorrogação no momento.

A SRA. MARLUCE PINTO – Srª Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, à Senadora Marluce, e, logo em seguida, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

A SRA. MARLUCE PINTO – Pelo que entendi, Senador Gilberto Mestrinho, o Senador Geraldo solicitou não a retirada, mas sim o sobrestamento.

Penso que a Presidente poderá acolher as solicitações e colocar em votação.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Exatamente, esta era a intenção.

A SRA. MARLUCE PINTO – Colocar em votação se será aprovado o requerimento, que é o que queremos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Primeiro, seria o sobrestamento.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, para uma questão de ordem.

A SRA. MARLUCE PINTO – V. Exª pediu apenas para que fosse retirado de pauta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Srª Presidente, a meu ver, o termo talvez não seja retirada do requerimento, mas uma espécie de sobrestamento, visando a oitiva do Ministro na Comissão da Câmara dos Deputados, porque, se porventura o seu depoimento for suficiente para esclarecer as dúvidas, certamente que esta Comissão não terá mais interesse em convocá-lo. Ou, no caso de o próprio Ministro, por sua própria iniciativa, chegar à conclusão que deve vir ao Senado, para tratar do mesmo assunto, então a retirada, pura e simples, ou a derrubada do requerimento, seria, vamos dizer, um ato constrangedor para esta Comissão.

De sorte que proponho, ao invés da retirada pura e simples, que se adie a votação para outra ocasião, ou um sobrestamento. Esse talvez seja o termo mais adequado, regimentalmente falando.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Senador Gerson Camata, é uma das característica dos gaúchos gostar das coisas bem claras. Tenho certeza de que o Ministro se sentiria profundamente honrado em vir à nossa Comissão e a nossa Comissão também se sentiria prestigiada e fortalecida.

Como temos buscado nos reunir apenas para analisar um, dois ou três projetos, estabelecemos um fórum de discussão das grandes questões nacionais que estão sendo debatidas. E esse caso não deixa de ser uma denúncia que chega aos meios de comunicação e se espalha pelo Brasil. E o Ministro tem, tenho certeza – e ontem foi nesse sentido a manifestação de S. Exª –, o desejo de vir aqui, aproveitar mais este espaço para prestar esclarecimentos.

A Senadora Marina, a primeira signatária deste requerimento, comunicou a esta Presidência a sua impossibilidade de estar presente, porque tem um compromisso em São Paulo relativo à Comissão que analisa a questão da pobreza. O Senador Geraldo Cândido também é um dos signatários.

Entendo que não há uma contradição em termos de mérito. Há a questão de que, se já está marcada uma audiência, na semana que vem, na Câmara – entendo que a ida à Câmara não substitui a vinda ao Senado, até porque temos que prestigiar esta Casa que também tem suas atribuições – podemos sobrestar, retiramos da pauta, aguardamos o desenrolar, o debate do Ministro na Câmara, e, depois, com a presença da maioria dos autores na nossa Comissão – estamos apenas com um, são cinco os autores do requerimento –, analisaremos o mérito. A audiência do Ministro nesta Comissão, pela aprovação do primeiro requerimento, está mantida – não vamos definir imediatamente –, mas vamos sobrestar esse tema.

O SR. GERSON CAMATA – Srª Presidente, peço a palavra, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

O SR. GERSON CAMATA – Sugeriria uma proposta um pouco mais radical: derrogar esse requerimento que já convocou, colocá-lo novamente em votação, para sabermos se a Comissão ainda quer que ele venha, e colocar em votação também um segundo requerimento. Essa é a sugestão que faço. Vamos colocar os dois requerimentos em votação. O primeiro que já foi aprovado e o segundo.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Não, neste caso estaríamos contrariando o Regimento.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Isso é regimental? Pode ser assim?

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Não, isso é anti-regimental.

Só um momento, esta Presidência vai explicar.

Senador Gerson Camata, temos Ata, temos assinaturas, temos comprovação. Esse requerimento foi aprovado dia 11 de março deste ano – vejam quantos meses.

O SR. GERSON CAMATA – Mas a Comissão tem poder de aprovar. Ela não pode desaprovar também?

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Não, matéria não. A tramitação foi legal e a matéria foi aprovadA. O que esta Comissão recebe desta Presidência é que não vamos fazer a convocação precipitadamente.

O SR. GERSON CAMATA – Então, quero fazer um outro requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Em consideração e respeito à posição...

O SR. GERSON CAMATA – Então, eu queria marcar a data da vinda do Ministro para o dia 10 de outubro do ano que vem, já que ele está convocado. Peço que esse requerimento seja colocado em votação.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Não, quem decide a data das audiências é a Presidência em comum acordo com os convidados ou convocados. Portanto, mantenho essa atribuição.

O SR. GERSON CAMATA – Mas o Plenário não pode?

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Essa atribuição é da Presidência e garanto aos senhores que não haverá atropelamento em razão de outro assunto. Podem ter certeza de que esta Presidência não trabalha dessa forma. Apenas trouxe ao Plenário, porque era nossa obrigação alertar que já há um requerimento de solicitação de urgência.

Fique bem tranqüilo, Senador Gerson Camata, porque essa Presidência, que procura fazer seu trabalho democraticamente, não agirá de forma impensada.

A SRA. MARLUCE PINTO – Srª Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Tem V. Exª a palavra, para uma questão de ordem.

A SRA. MARLUCE PINTO – Esse requerimento consta da pauta de hoje desta reunião e entrou em discussão. Então, solicitamos que V. Exª siga o Regimento, colocando-o em votação, para ver se o requerimento é aprovado ou não. Se V. Exª inicialmente houvesse nos comunicado que constava da pauta, mas que a Senadora Marina estava ausente e, por isso, seria retirado da pauta, teria sido diferente. Mas houve a discussão. Então, a maioria está querendo votar, favoravelmente a sua aprovação ou não.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Senadora Marluce Pinto, esta Presidência agiu corretamente, de acordo com Regimento: colocou a matéria em discussão e, durante a discussão, veio a solicitação de sobrestamento. Eu não podia me antecipar a algo que desconhecia. Apenas a ausência da Senadora Marina foi justificada a esta Presidência. Então, o que está valendo é o pedido de sobrestamento.

A SRA. MARLUCE PINTO – Mas é exatamente isso, Srª Presidente.

O SR. GERSON CAMATA – Mas ele tem que ser colocado em votação.

A SRA. MARLUCE PINTO – Não. O pedido de sobrestamento é por parte de um Senador, e aqui consideramos muito o Senador que solicitou.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – O autor, que regimentalmente solicita.

A SRA. MARLUCE PINTO – Então, V. Exª coloca em votação o pedido de sobrestamento e, depois, a votação do requerimento, se não for aprovada a solicitação do Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Srª Presidente, por uma questão de ordem e como Líder.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Tem V. Exª a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – A Senadora Marina Silva teve que viajar para cumprir um compromisso do seu partido e da Casa e, como vice-Líder, ela me designou para que eu a representasse nesta reunião. Então, estou falando em nome da Líder Marina Silva.

Eu gostaria que, de acordo com o Regimento, esta matéria não fosse votada nesta reunião, porque, se ela for votada, será derrubada.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – A solicitação é de retirada de pauta, é regimental, qualquer autor pode fazê-la. Automaticamente esta Presidência tem que acatar.

O SR. CARLOS BEZERRA – Srª Presidente, depois dessa discussão, democraticamente, não existe outra possibilidade de qualquer decisão se não for com a consulta da maioria do Plenário. Agora, não. Agora já debatemos.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – A retirada de pauta se dá a qualquer momento durante a discussão.

O SR. CARLOS BEZERRA – Não, depois da discussão não.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – A discussão não está esgotada. Estamos na discussão. Regimentalmente, é o momento de as idéias aflorarem para chegarmos a uma decisão.

Qualquer um dos autores pode, regimentalmente, retirar de pauta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Qualquer proposição pode ter sua discussão adiada.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Adiamento de votação. Pode!

O SR. CARLOS BEZERRA – A matéria já foi discutida.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Estamos na fase de discussão. Estou facultando a palavra, democraticamente, para que façam uso dela todos que o desejarem.

O SR. MAURO MIRANDA – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. MAURO MIRANDA – Srª Presidente, V. Exª pode fundamentar, dizendo qual é o artigo que dispõe que sobrestamento não pode acontecer. Como está, não fica bem para nós.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Se o Relator chegar com seu relatório e disser que quer revisá-lo, ele pode pedir a retirada de pauta.

O SR. CARLOS BEZERRA – Srª Presidente, não quero colocá-la em dúvida. Mas o assessor que lhe deu essa informação, não está assessorando bem a Mesa.

O Regimento é claro. A matéria foi discutida. Para ela sair de pauta, é necessária a autorização da maioria do Plenário. Não há, regimentalmente, outro caminho.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Estamos pedindo que a assessoria nos ajude. A retirada de pauta é o que entendemos...

O SR. CARLOS BEZERRA – Prevalece o Regimento do Plenário, que é superior a qualquer regimento. O Presidente não toma uma decisão sem consultar o Plenário. O requerimento é submetido ao Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – O regulamento do Plenário tem outra forma.

O SR. CARLOS BEZERRA – O Regimento do Plenário é superior ao da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – É superior.

O SR. CARLOS BEZERRA – Se lá é assim, imagine aqui. Não há outro modo. Depois de discutida a matéria, ela só pode sair da Ordem do Dia, se a maioria do Plenário concordar.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – De acordo com a orientação que estamos recebendo, esta Presidência entende que o autor pode retirar a matéria na hora em que bem entender.

Retiramos a matéria de pauta e deixamos aberta a discussão...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Srª Presidente, eu gostaria de saber se há **quorum** neste momento para a votação desse requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – O Senador Antonio Carlos Valadares, está-nos solicitando verificação de **quorum.**

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Eu quero saber se há número legal para votação.

A SRA. PRESIDENTE. (Emilia Fernandes) – Esta Presidência comunica que não há **quorum** suficiente.

Quanto ao sobrestamento, passarei a ler a informação da assessoria: "O estudo de qualquer proposição poderá ser sobrestado temporariamente a requerimento de comissão ou de Senador para aguardar a decisão do Senado, o estudo de comissão sobre outra proposição, o resultado de diligência, o recebimento de uma outra proposição sobre a matéria."

O SR. CARLOS BEZERRA – Não enquadra. Não é isso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Adiamento de votação cabe.

O SR. CARLOS BEZERRA – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Não havendo **quorum**... Não há **quorum**.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – O art. 315 do Regimento Interno dispõe: "O adiamento da votação obedecerá aos mesmos princípios estabelecidos para o adiamento da discussão. O § 1º:" O requerimento deverá ser apresentado e votado como preliminar ao ser anunciada a matéria.

Como votaremos se não há número?

O SR. CARLOS BEZERRA – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

Sem querer desmerecer o assessor, sua informação não tem nada a ver com o que estamos

discutindo. Ele está lendo o artigo que dispõe sobre sobrestamento.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Lemos para verificar todas as discussões que se travaram aqui.

O SR. CARLOS BEZERRA – A decisão sobre o sobrestamento é do Plenário. Ele não mencionou a questão da decisão. Ele está falando sobre sobrestamento, que é isso mesmo. Queremos outra coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – É a retirada de pauta, Senador.

O SR. CARLOS BEZERRA – A matéria discutida aqui, assim como no Plenário, só pode ser retirada depois da votação em plenário. Não há outro encaminhamento. Qualquer outro encaminhamento é antidemocrático. Por isso, o Regimento faz essa previsão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Srª Presidente, o Senador Carlos Bezerra tem toda razão. Não há número.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Não há número para votar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – O adiamento da discussão pode acontecer com a aprovação do Plenário. Não há dúvida, mas não há número legal para garantir a votação do requerimento de adiamento.

A SRA. MARLUCE PINTO – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra a V. Exª.

A SRA. MARLUCE PINTO – Srª Presidente, eu gostaria que fosse lido o artigo que diz quantos Parlamentares precisam estar presentes para votação de requerimento. Deve haver número porque a reunião teve início; caso contrário, V. Exª não teria aberto a reunião nem a discussão da matéria se não tivesse o número suficiente. Da mesma maneira que tivemos condição de discutir, temos condição para a aprovação desse requerimento. Não é projeto de lei, que exija **quorum** qualificado.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – A solicitação de revisão de **quorum** pode ser feita a qualquer momento e foi feita neste momento.

A SRA. MARLUCE PINTO – Mas requerimento não é **quorum** qualificado. Então, estamos em 9 Senadores. Nove Senadores presentes a esta sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Senador Carlos Valadares, eu o consulto se deseja acrescentar alguma questão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Eu gostaria de formalizar o requerimento de adiamento. Eu formalizo e V. Exª coloca em votação. Lógico que havendo número legal.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Não temos número suficiente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Se não há número, então, não há por que...

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Então, consultamos ao Plenário o seguinte: há o item nº 1, porque alteramos a pauta no início porque o Senador Carlos Bezerra ainda não havia chegado e gostamos que sempre esteja presente o Relator. Então, perguntamos ao Plenário, é decisão de Plenário, porque senão, esta Presidência, tendo em vista que foi pedido neste momento a questão da revisão de **quorum**, se o Plenário quiser analisar este item 1, continuaremos a reunião. Se não, encerramos, de imediato, a reunião, tendo em vista que não temos **quorum**. Consulto ao Plenário se analisamos esse item nº 1. Então, a proposta é de que se interrompa tudo. Esta Presidência obedece. Agradecemos.

A SRA. MARLUCE PINTO – Srª Presidente, uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Uma questão de ordem para a Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Gostaríamos de saber qual é o **quorum** para a aprovação do requerimento. Pelo meu conhecimento, não é **quorum** qualificado.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Teríamos que ter 12 Senadores presentes, de acordo com a informação do Regimento. Dessa forma, agradecemos a presença e damos por encerrada a reunião. Obrigada.

(Levanta-se a reunião às 11h35min.)

Ata da 18ª Reunião (Extraordinária), realizada em 25 de novembro de 1999.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de novembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Emilia Fernandes, presentes os(as) Senhores(as) Senadores(as) Alberto Silva, Marluce Pinto, Mauro Miranda, Gilvan Borges, José Agripino, Jonas Pinheiro, Arlindo Porto, Osmar Dias, Juvêncio da Fonseca, Gerson Camata, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Cândido, Roberto

Saturnino e Romero Jucá reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Souto, Mozarildo Cavalcanti, José Jorge, José Roberto Arruda, Luiz Pontes, Teotônio Vilela e Roberto Freire. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do Item nº Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1996. Não Terminativo. Ementa: Obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo – GLP – ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los e dá outras providências. Autor: Deputado Raimundo Santos. Relator: Senador Carlos Bezerra. Relatório: Pela rejeição do projeto. Concedida vista ao Senador Geraldo Cândido, que o devolve com voto em separado, opinando pela aprovação do projeto. Resultado: Adiado. Item nº 02 – Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1996. Não Terminativo. Ementa: Institui para os estados, Distrito Federal e municípios, compensação financeira pela geração de energia elétrica em centrais nucleares. Autor: Deputado Paulo Portugal. Relator: Senador Geraldo Cândido. Relatório: Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: Concedido vista ao Senhor Senador Mauro Miranda pelo prazo regimental de cinco dias, que o devolve sem voto em separado. Resultado: Adiado. Item nº 03 – Projeto de Lei do Senado nº 284, de 1999. Não Terminativo. Ementa: Dispõe sobre a instalação de telefones especiais para surdos e dá outras providências. Autor: Senador Geraldo Cândido. Relator: Senadora Emilia Fernandes (avocado). Parecer: Pela aprovação na forma do substitutivo que apresenta. A Senadora Emilia Fernandes passa a Presidência, ao Vice-Presidente Senador Alberto Silva, para que possa relatar a matéria. Na fase de discussão, não havendo quem queira discutir a matéria, passa-se a fase de votação em turno suplementar, ocasião em que a matéria foi aprovada por unanimidade. Resultado: Aprovado em Turno Suplementar (2º Turno). A Presidência da reunião retorna a Senhora Senadora Emilia Fernandes. Item nº 04 – Requerimento nº 14 de 1999. Assunto: Requer nos termos regimentais, o comparecimento do Ministro dos Transportes, Deputado Eliseu Padilha, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para prestar esclarecimentos sobre denúncias constantes no Jornal **Correio Braziliense**, de 4-11-99 pág. 18 e em outros periódicos, dentre os quais **Folha de São Paulo** em que há suspeitas do envolvimento do citado Ministro na cobrança de propinas para a liberação de precatórios no Departamento Nacional de Estradas e Rodagens – DNER. Autor: Senadora Marina Silva, Senador Roberto Saturnino, e outros Senadores (as). A Presidência comunica o recebimento de Requerimento da Senhora Senadora Marina Silva e outros Senhores Senadores, solicitando a retirada em caráter definitivo do Requerimento nº 14, de 1999. Resultado: Retirado de Pauta. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às onze horas e trinta minutos, lavrado eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senadora **Emilia Fernandes**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Neste momento, então, damos por aberta a reunião da Comissão de Infra-Estrutura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata. Esclareço aos Srs. Senadores que a pauta que foi distribuída a cada membro desta nossa Comissão consta de quatro itens, mas alerto que, por solicitação do Senador Geraldo Cândido, relator do Item nº 02, esta Presidência atende à solicitação do relator que, não podendo estar presente, pede que esse item seja retirado de pauta. Defiro a retirada de pauta e sugiro que iniciemos pelo Item nº 03, que é o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 1999, não terminativo, que dispõe sobre a instalação de telefones especiais para surdos e dá outras providências. O autor é o Senador Geraldo Cândido e o relator foi esta Senadora. O parecer é pela aprovação, inclusive com a incorporação de sugestões apresentadas no plenário desta Comissão, e o presente projeto já foi aprovado em primeiro turno na reunião anterior da nossa Comissão de Infra-Estrutura e agora ele precisa apenas ser colocado em votação em segundo turno, em turno suplementar. Perguntamos se alguém deseja ainda falar sobre essa matéria. Se não, colocaríamos, de imediato, em votação o Item nº 03. Em votação. Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 284. Esta Presidência, antes de retomar o Item nº 01, gostaria de comunicar aos membros da nossa Comissão que, nos termos regimentais, no dia 3 de dezembro, na próxima quinta-feira, portanto, a partir das 9 horas, e estamos planejando que seja exatamente de 9 às 11 horas da manhã, realizemos

uma audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura para que sejam discutidos a utilização do potencial do Rio São Francisco e especialmente o Projeto de Transposição de suas Águas. Nessa audiência serão convidados o Ministro da Integração Nacional, Senador Fernando Bezerra, o Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, o Sr. Raimundo José Santos Garrido, o Presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Sr. José Teodomiro de Araújo e o ex-Chefe da Direção de Recursos Hídricos da Eletrobrás, Sérgio Barbosa de Almeida. Então, essa audiência já foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, na última reunião, e a definição dessa data foi uma definição em conjunto das Presidências das Comissões, tendo em vista que temos que correr contra o tempo porque estamos nos aproximando do final dos trabalhos legislativos. Esse é um assunto de fundamental importância para as populações daquela região semi-árida do Nordeste e que exige, sem dúvida, medidas emergenciais. Acredito que uma audiência pública dessas três Comissões será de fundamental importância. Então, convocamos a todos os membros da nossa Comissão para que dia 3, às 9 horas, pontualmente, possamos iniciar essa audiência, tendo em vista que a partir de 11h teríamos plenário com votação. Precisaria ser uma coisa muito objetiva e observando o horário. Colocamos à apreciação dos membros desta Comissão. Se desejarem fazer alguma manifestação... Se não, consideramos aprovada essa data e esse horário e estaremos, conjuntamente com os demais presidentes, convocando, convidando as pessoas que já relacionei. Se não há manifestação, está aprovado. Dia 3, às 9 horas da manhã, estaremos fazendo essa audiência pública. Alerta-me a Secretaria que quinta-feira é dia 2. Estou falando em 3. Talvez esteja equivocada. É na quinta-feira, dia 2 de dezembro, às 9h a audiência pública. Queremos comunicar que recebemos um requerimento, nos termos do art. 256, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, solicitando a retirada em caráter definitivo do Requerimento nº 14, de 1999, de autoria da Senadora Marina Silva. Deferimos a solicitação de retirada de pauta do requerimento. Vamos então ao Item nº 1, Projeto de Lei da Câmara nº 80, que obriga as empresas distribuidoras de gás, liquefeito de petróleo, GLP ou gás natural, a lacrar os botijões, requalificá-los e dá outras providências.

De autoria do Deputado Raimundo Santos, o Relator é o Senador Carlos Bezerra. O relatório foi pela rejeição do projeto, mas foi concedida vista ao Senador Geraldo Cândido, que devolveu com voto em separado, opinando pela aprovação do projeto. Também queremos alertar que o Senador Geraldo Cândido, tendo em vista compromissos inadiáveis, ele não está presente, então acho mais correto que não votemos o projeto, tendo em vista que há duas posições contrárias.

Retiramos de pauta e traremos numa nova reunião.

Recebemos aqui um requerimento, nos termos regimentais, de comparecimento do Ministro dos Transportes Deputado Eliseu Padilha, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para prestar esclarecimentos relativos aos procedimentos para liberação de precatórios no Departamento Nacional de Estradas e Rodagens. Assinado pelo Senador Antonio Carlos Valadares. S. Exª também teve compromissos e não pode comparecer na nossa Comissão. Tendo em vista que o autor não se encontra...

A SRA. MARLUCE PINTO – Eu pedi a retirada porque na vez anterior estávamos com oito Senadores e não aprovamos por ter número insuficiente. Estamos só em três.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Exatamente, seria deliberação desta Presidência, mas aceito a manifestação de V. Exª. Vamos manter na pauta e se pudermos fazer uma nova reunião, será discutido e analisado.

Nada mais havendo a tratar, queremos agradecer a presença dos Senadores e damos por encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h38min.)

Ata da 19ª Reunião (Extraordinária), realizada em 2 de dezembro de 1999.

Às nove horas e trinta minutos do dia dois de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Emilia Fernandes, presentes os(as) Senhores(as) Senadores(as) Alberto Silva, Gerson Camata, Marluce Pinto, Mauro Miranda, Gilvan Borges, Arlindo Porto, Osmar Dias, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Cândido, José Sarney, Romero Jucá, José Agripino e Roberto Saturnino reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Gilvan Borges, Paulo Souto, Mozarildo Cavalcanti, José Jorge, Juvêncio da Fonseca, José Roberto Arruda, Luiz Pontes,

Teotônio Vilela, e Roberto Freire. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do Item nº 01 – Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1996. Não Terminativo. Ementa: Obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo – GLP – ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los e dá outras providências. Autor: Deputado Raimundo Santos. Relator: Senador Carlos Bezerra. Relatório: Pela rejeição do projeto. Concedida vista ao Senador Geraldo Cândido, que o devolve com voto em separado, opinando pela aprovação do projeto. A Presidência comunica ao Plenário, recebimento de requerimento do Senhor Relator, solicitando a retirada de pauta para reexame, do referido projeto. Resultado: Retirado de pauta. Item nº 02 – Projeto de Lei do Senado nº 590, de 1999. Terminativo. Ementa: Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação BR-433. Autor: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatora: Senadora Marluce Pinto. Relatório: Pela aprovação do projeto. Na fase de discussão da matéria não havendo quem queira discutir, passa-se a fase de votação, oportunidade em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Resultado: Aprovado. Item nº 03 – Projeto de Lei do Senado nº 549, de 1999. Terminativo. Ementa: Altera a descrição da BR-156 constante da Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973. Autor: Senador Sebastião Rocha. Relator: Senador José Sarney. Parecer: Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. Na fase de discussão da matéria não havendo Senhores Senadores a fim de discuti-la, passa-se à fase de votação, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Resultado: Aprovado. Item nº 04 – Requerimento nº 15, de 1999. Assunto: Requer nos termos regimentais, o comparecimento do Ministro dos Transportes, Deputado Eliseu Padilha, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para prestar esclarecimentos relativos aos procedimentos para liberação de precatórios no Departamento Nacional de Estradas e Rodagens – DNER. Autor: Senador Antonio Carlos Valadares. Resultado: Adiado a votação por falta de quorum. Passa-se a apreciação, com a concordância da maioria dos membros presentes em plenário, de matéria Extra-Pauta. Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1999. Não Terminativo. Ementa: Autoriza o uso do gás natural ou do gás liquefeito (GLP) como combustível para os veículos que especifica. Autor: Senador Carlos Patrocínio. Relator: Mauro Miranda. Parecer: Pela aprovação do projeto. Na fase de discussão da matéria, nenhum Senhor Senador faz uso da palavra, passando-se à fase de votação, ocasião em que o mesmo foi aprovado pela maioria dos membros presentes em primeiro turno. Resultado: Aprovado em primeiro turno. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às onze horas e trinta minutos, lavrado eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senadora **Emilia Fernandes** Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Declaro aberta a presente reunião da Comissão de Infra-Estrutura.

Se os Srs. Senadores estiverem de acordo, dispensaremos a leitura da Ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada a dispensa da leitura.

Quero comunicar aos membros desta Comissão que recebemos da Associação Nacional de Serviços Municipais de Saneamento convite, dirigido não só a esta Presidência, mas também a todos os membros da Comissão, para a 29ª Assembléia Nacional, que será realizada às 20h30min do dia 7 de dezembro no Grande Hotel Serra Negra, em Serra Negra – SP.

A Assemae, entidade que congrega 1.200 municípios brasileiros, administra de forma autônoma seu serviço de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e limpeza pública, com o objetivo de promover a capacitação técnica do setor.

O tema dessa Assembléia Nacional será: "15 anos em defesa do saneamento e da cidadania". Lá profissionais liberais, serviços municipais e companhias estaduais de saneamento, universidades, comunidade e autoridades de todo o País vão discutir aspectos técnicos, administrativos, gerenciais, e as políticas públicas para o setor.

Dessa forma, encaminhamos aos gabinetes de cada um dos Srs. Senadores o convite e registramos

aqui a importância de algum membro da nossa Comissão estar presente.

A pauta da nossa reunião tem quatro itens. O Item nº 01 é o Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1996. Trata-se de projeto não terminativo. É uma emenda que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo, GLP, ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los e dá outras providências. O autor é o Deputado Raimundo Santos. O Relator é o Senador Carlos Bezerra.

Recebemos na data de ontem o requerimento, nos termos do art. 235 e 256 do Regimento Interno do Senado, solicitando a retirada de pauta pelo Relator.

Então, deferimos a retirada do Item nº 1.

O Item nº 02, que é o Projeto de Lei do Senado nº 590, de 1999, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal a rodovia que especifica sob a designação de BR-433. Autor: Senador Mozarildo Cavalcanti. A Relatora é a Senadora Marluce Pinto, que justificou a sua ausência.

Então, solicitamos ao Senador Gerson Camata que substitua a relatoria.

Com a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou ler o parecer da Senadora Marluce Pinto, que é favorável ao projeto de lei de autoria do ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti, que objetiva incluir no Plano Nacional de Viação a Relação Descritiva das Rodovias no Sistema Rodoviário Federal a Rodovia chamada de BR-433.

É bom registrar que este parecer foi enviado por **e-mail**. É o primeiro que vejo aqui passar pela Comissão e pelo Senado. É um avanço tecnológico que a Senadora Marluce Pinto coloca na Comissão.

O projeto objetiva apenas que se cumpra aquilo que determina a legislação. Que toda rodovia para receber recursos federais tem que ser incluída no Plano Nacional de Viação. Ele apresenta o projeto que inclui e justifica que essa rodovia, que é a RR-202 de Roraima, tem 183km e liga a BR-401 a BR-174, na fronteira do Brasil com a República da Guiana e Venezuela. Essa situação vem atender plenamente as exigências dos planos diretores e estudos de viabilidade técnica e econômica, e busca a seleção de alternativas mais eficientes de transporte.

Em face do exposto, e considerando todos os aspectos envolvidos, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 590, de 1999.

É o parecer.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – O parecer é pela aprovação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 03: Projeto de Lei do Senado n.º 549, de 1999, que altera a descrição da BR-156, constante da relação descritiva das rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 setembro de 1973. O autor é o ilustre Senador Sebastião Rocha e o Relator, o ilustre Senador José Sarney, a quem concedemos a palavra.

O SR. JOSÉ SARNEY – Srª Presidente, Srs. Senadores, o presente projeto de lei, de autoria do Senador Sebastião Rocha, pretende atualizar o traçado da rodovia BR-156, que está, na sua maior parte, no Estado do Amapá.

Basicamente, o projeto pretende trazer para a realidade atual o traçado feito de uma maneira empírica quando da relação das rodovias no Plano Nacional de Viação – Lei n.º 5.917, de 10 de setembro de 1973.

Naquele tempo, aquela região, evidentemente, não contava ainda com os índices de povoamento que atualmente se verificam. Então, foi traçada, como disse, de maneira empírica, a BR-156, ligando a Cachoeira de Santo Antônio a Macapá e de Macapá ao Oiapoque. Simplesmente, a Cachoeira de Santo Antônio é hoje um lugar inacessível, onde não existe nenhum povoamento. Já à beira do Rio Jari encontramos a terceira maior cidade do Estado do Amapá, Laranjal do Jari, com mais de 30.000 habitantes, frente a Monte Dourado, onde se localiza o Projeto Jari, de grande importância para a região.

Então, o projeto do Senador Sebastião Rocha se destina a corrigir esse traçado que, ao invés de começar na Cachoeira de Santo Antônio, para o que não há qualquer justificativa, sendo isso praticamente impossível, comece em Laranjal do Jari.

Neste sentido, o parecer conclui favoravelmente ao projeto, apresentando uma emenda da Comissão, na qual fazemos justamente a descrição do traçado da rodovia: Monte Dourado, Laranjal do Jari, Marzagão, Santana, Macapá e Oiapoque. Com isso, a lei que trata do assunto, que data de 1973, fica atualizada diante da realidade econômica atual.

Portanto, o parecer é favorável com essa emenda substitutiva.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – O parecer, então, do Senador José Sarney é pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta.

Em votação o parecer.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Recebemos, neste momento, o Projeto de Lei do Senado n.º 115, de 1999, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, tendo como Relator o Senador Mauro Miranda.

Consulto os integrantes da nossa Comissão, tendo em vista que é a nossa última reunião de votação e que, na próxima semana, certamente, teremos uma audiência pública já aprovada e prevista, se concordam que coloquemos em pauta extra o referido Projeto nº 115, de 1999, que autoriza o uso do gás natural ou do gás liquefeito de petróleo como combustível para os veículos que especifica.

O parecer é do Senador Mauro Mirando, que está presente.

Consulto se há alguma objeção quanto a colocarmos em discussão e posterior votação o projeto. (Pausa.)

Então, serão providenciadas cópias do parecer.

Com a palavra o nobre Senador Mauro Miranda para apresentar o seu relatório. Em seguida, verificaríamos a possibilidade de votação com vistas à agilização da nossa pauta.

O SR. MAURO MIRANDA – Tendo em vista, Srª Presidente, que não foram ainda distribuídas as cópias, tomo a liberdade de ler o relatório desse projeto de autoria do Senador Carlos Patrocínio.

Consultando a Petrobras, que não se manifestou forma nenhuma, e considerando o caráter social dele e a pouca poluição do gás natural, optamos pela aprovação desse projeto.

Penso que vale a pena ler o relatório e o voto para os Senadores presentes:

É submetida à apreciação desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com base nos arts. 91 e 99, respectivamente, do Regimento Interno do Senado Federal, texto de Projeto de Lei do Senado que autoriza o uso de gás natural ou de gás liquefeito de petróleo como combustível para os veículos que especifica. Para tanto, o presente projeto de lei do Senado objetiva autorizar o uso do gás natural e do gás liquefeito do petróleo, GLP, como combustível para os veículos destinados ao transporte de produtos hortigranjeiros e de leite. Apesar de sua ilegalidade no Brasil, muitos proprietários rurais e transportadores autônomos, geralmente de pequeno porte, fazem adaptações clandestinas em seu veículo para o uso de GLP, muitas vezes de forma precária, pondo em risco suas próprias vidas e a de seus empregados.

Diante dessa situação, o § 2º do art. 1º do Projeto define que a autorização será concedida somente a veículo com 7 ou mais anos de fabricação, beneficiando, assim, aqueles usuários.

O art. 2º estipula a necessidade de credenciamento dos fabricantes de equipamentos destinados ao emprego do gás e das empresas prestadoras do serviço de adaptação de veículos pelo órgão oficial incumbido da fiscalização, para assegurar os imprescindíveis padrões técnicos de segurança e eficiência.

O art. 3º estabelece as penalidades para os casos de utilização indevida dos veículos convertidos ao uso do gás.

Ao justificar a iniciativa do Projeto de Lei nº 115, de 1999, o autor da proposição esclarece que o subsídio à agricultura embutido na utilização do GLP é de pequena monta para se limitar a veículos com mais de 7 anos e empregados no transporte de leite e hortifrutigranjeiros.

O nosso voto é o seguinte, Sr. Presidente:

O Decreto nº 1.787/96 dispõe sobre a utilização de gás natural para fins automotivos e determina que a atividade de revenda para veículo seja exercida pelo posto revendedor de gás natural veicular, sendo considerado de utilidade pública.

O mesmo Decreto, ao disciplinar o seu uso, teve em conta que o gás natural prima como energia não poluente, sendo altamente recomendável seu uso como combustível alternativo. O gás liquefeito do petróleo, GLP, é uma mistura de propano e butano obtida geralmente de sua separação do gás natural associada ao petróleo, donde sua denominação, gás liquefeito de petróleo, visto que os componentes de tal mistura facilmente se liquefazem ao contato com a atmosfera. Mesmo em sua forma gasosa, ao contrário do gás natural que dilui rapidamente no ar, o GLP por ser mais denso oferece sérios riscos em caso de vazamento. Por outro lado, a legislação também não permite que o GLP seja utilizado como carburante alternativo, em face de seu atual perfil de refino e do seu uso doméstico prioritário. O GLP está diretamente ligado à produção de óleo cru e as suas possibilidades como substituição limitada. Acresce-se a isso o fato de que, atualmente, a produção brasileira é bastante inferior ao consumo. O gás natural, além da vantagem econômica, apresenta ainda significativa vantagem ambiental, é constituído basicamente por metano que possui apenas um átomo de carbono por molécula, não apresentando risco de intoxicação em caso de vazamento, por diluir-se rapidamente na atmosfera.

Nos países desenvolvidos, a contribuição do gás natural à matriz energética é, em média, da ordem de 20%. O índice de aproveitamento do gás natural produzido pela Petrobras foi de apenas 29% em 1970, subindo para 87% em 1992. O desperdício, porém, ainda foi da ordem de 2,5 milhões m^3 por dia, em 1995. Tal volume teria sido suficiente para abastecer 26.150 ônibus, trafegando em sistema de transporte coletivo de cidade de grande porte, que dispõe de infra-estrutura de gasoduto necessária à implantação do fornecimento do gás natural em grande escala.

É importante observar ainda outras vantagens do gás natural sobre o gás liquefeito do petróleo, GLP.

Subsídio:

A interdição legal ao uso do GLP como combustível automotivo deriva do subsídio com que é favorecido por sua destinação primordial à cocção de alimentos.

Segurança do combustível:

O gás natural, ao contrário do GLP, é mais leve do que o ar.

Segurança do veículo:

O gás natural não oferece riscos aos veículos automotores. Atualmente, 40% do GLP é importado adicionalmente com a utilização do gás natural para o fim preconizado, no projeto ora sob análise.

A tendência das refinarias brasileiras é a de diminuir a produção do GLP.

Considerando, portanto, que a utilização do gás natural como combustível automotivo mais que autorizada deve ser incentivada, diante de seu baixo custo social, a sua utilização como combustível no transporte urbano de passageiro e até de carga está sendo adotada e tende a se expandir ainda mais, a atual importação do gás boliviano é outro advento importante que deve ser considerado nessa análise.

São essas as razões de caráter econômico e social que nos levam a apresentar o presente substitutivo, excluindo o uso do GLP e criando mecanismo que possibilite o acesso ao gás natural em todo o território nacional, onde houver demanda.

Creio que hoje, do gás natural, só os estados da região mediterrânea não terão gás natural, em função da nova política de construção de dutos.

Assim sendo, Sr. Presidente, somos favoráveis a essa proposição e apresentamos o projeto que se resume:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – O gás natural poderá ser utilizado como combustível, em veículos automotores, em todo o território nacional.

Art. 2º – O Poder Executivo, através de seu órgão competente, é responsável pelo credenciamento e fiscalização dos fabricantes de equipamentos e das empresas executoras dos serviços de adaptação e conversão para o uso do gás previsto nesta lei, para assegurar padrões técnicos e de segurança.

§ 1º – A atribuição prevista no **caput** poderá ser delegada a empresas estaduais de gás, no âmbito do respectivo Estado.

§ 2º – Os órgãos estaduais de trânsito promoverão as atualizações necessárias nos certificados de veículos adaptados, mediante apresentação do certificado de conformidade, expedida pela empresa credenciada, executora da adaptação e conversão para uso do gás natural.

Essa lei entra em vigor na data da sua publicação.

Eram essas as minhas palavras, Srª Presidente, votando favoravelmente ao projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Está em discussão o parecer que é favorável, com o substitutivo que apresenta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência comunica aos membros desta Comissão que este projeto precisará ser apreciado em segundo turno, em uma outra reunião. No primeiro turno está considerado aprovado.

Temos como item nº 04 o requerimento nº 15, de 1999, que é de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares que requer, nos termos regimentais, o comparecimento do Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, para prestar esclarecimentos relativos aos procedimentos para liberação de precatórios, no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Em discussão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Srª Presidente, Srs. Senadores, esse requerimento foi apresentado em substituição de um outro de autoria da Senadora Marina Silva, Líder do Bloco das Oposições e tem a finalidade de ouvir do Ministro os esclarecimentos necessários e devidos à atuação do Ministério quanto ao pagamento dos precatórios do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Sabemos que esse assunto foi ventilado não só no âmbito do Legislativo como foi motivo de um amplo noticiário na imprensa nacional, inclusive com co-

mentários que atingiriam o Ministério do ponto de vista da prática de irregularidades.

Ora, cabe a esta Casa, no seu dever constitucional de não só investigar como ouvir das autoridades competentes todos os assuntos relativos a gastos públicos e à Comissão de Infra-estrutura a quem cabe cuidar dos assuntos relativos às obras de infra-estrutura, as quais o Ministério dos Transportes está ligada, tem o dever e a obrigação e a competência legal para ouvir, para receber do Ministro os esclarecimentos necessários ao assunto a que se refere o requerimento.

Srª Presidente, somente para esclarecimento da Casa, da Comissão, o requerimento da Senadora Marina Silva foi substituído; em última análise, foi retirado, a pedido da própria autora, porque, conforme reunião anterior, alguns dos Srs. Senadores acharam que os termos incluídos no requerimento não estavam adequados para a convocação de um Ministro de Estado.

Instada pelos Srs. Senadores Antonio Carlos Valadares e Geraldo Cândido, do Partido dos Trabalhadores, a Senadora Marina Silva, que é uma Senadora equilibrada, entendeu as nossas ponderações, e tomei a iniciativa de substituir aquele requerimento, que não estava elaborado nos termos parlamentares exigidos pelos nossos companheiros. Resolvi, então, apresentar este requerimento, que recebeu o número 15, para a convocação do Ministro, para S. Exª aqui prestar os devidos esclarecimentos.

Era esta a minha intervenção, para apresentar as devidas explicações sobre o Requerimento nº 15, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Está em discussão a matéria.

Estamos com dificuldade de **quorum.** Vamos manter o requerimento na pauta da reunião, alertando todos que já foi aprovado um requerimento solicitando a presença do Ministro dos Transportes nesta Comissão, de minha autoria.

Vamos chamá-lo. Logicamente não vai ser agora. Independentemente desse assunto, ele será o primeiro a ser convidado no ano 2000, tendo em vista que nesta Comissão estiveram o Ministro das Minas e Energia e o Ministro das Comunicações. Transportes é uma área fundamental, diretamente ligada à nossa Comissão. Então, S. Exª será o nosso primeiro convidado no ano 2000.

Quero apenas lembrar aos Srs. Senadores que no dia 7, portanto, terça-feira que vem, às 18h, nesta sala, estaremos realizando audiência conjunta das Comissões de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Infra-Estrutura, na qual estaremos discutindo a questão da utilização do potencial do rio São Francisco, especialmente o projeto de transposição de suas águas. Inicialmente estava prevista a presença do Ministro Fernando Bezerra. Nós, Presidentes, diante da dificuldade do próprio Ministro, entendemos que vamos fazer a reunião com a presença do Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, o Sr. Raimundo José Santos Garrido, do Presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do São Francisco, José Teodomiro de Araújo, do ex-Chefe da Direção de Recursos Hídricos da Eletrobrás, Sérgio Barbosa de Almeida, e acrescentamos o Dr. Aírson Lócio, Presidente da CODEVASF, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

Desde já, convidamos todos os membros da Comissão. Está presente o Senador Osmar Dias, que é o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Será um trabalho conjunto, a ser realizado, certamente, nesta sala.

Para concluir, Srs. Senadores, quero, desde já, agradecer a cooperação que recebemos durante este ano, o primeiro ano das nossas atividades à frente da Comissão de Infra-Estrutura, dando ciência dos números que obtivemos do trabalho concentrado e cooperado que recebemos dos membros.

As reuniões convocadas da Comissão de Infra-Estrutura, no período de março a dezembro foram 21, sendo que 14 foram reuniões ordinárias e 6 foram audiências públicas. Total de reuniões realizadas: 20. Projetos de lei da câmara que foram apreciados pela nossa Comissão, 3, sendo que todos foram aprovados. Projetos de lei do Senado: aprovados 17, rejeitado, 1; total de projetos apreciados, 18. Requerimentos examinados pela nossa Comissão, 15, sendo que todos foram aprovados; Indicações, diversos ou avisos e mensagens, recebemos uma, e que foi dado o parecer pelo arquivamento. Então, o total de projetos recebidos e distribuídos: 34; total de projetos apreciados: 22; total de outras matérias apreciadas: 16; e total geral: 38 matérias. Dessa forma, damos ciência do trabalho realizado pelos membros da Comissão de Infra-Estrutura nesse período de março a dezembro de 1999.

O SR. GERSON CAMATA – Srª Presidente, permite-me uma intervenção?

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Senador Gerson.

O SR. GERSON CAMATA – Apenas para registrar o empenho que V. Exª teve na melhoria e na qualidade da condução dos trabalhos desta Comissão. V.

Exª teve uma atuação que registro muito importante, eu vinha da Comissão já do ano anterior, vi como V. Exª se empenhou em trazer os grandes assuntos nacionais na área da Comissão ao debate aqui, empenhou-se na busca de matérias que às vezes estavam escapando por fora da Comissão para virem até aqui, e, no trabalho que V. Exª desenvolveu, pela presença dos Srs. Parlamentares na Comissão. De modo que atribuo essa melhoria das condições de trabalho, a evolução da Comissão, a melhoria do desempenho da Comissão, atribuo em 99% a V. Exª e 1% àqueles que, muitos, puxados pela orelha, aqui vieram também trazer a sua contribuição a esse trabalho que V. Exª fez, principalmente naquilo que não era o trabalho normal da Comissão, mas que V. Exª se empenhou em trazer a ela o debate dos grandes temas nacionais, ligados às atribuições da Comissão, como esse, que V. Exª já anuncia, que é esse grande debate nacional da Transposição do Rio São Francisco. A Comissão virá aqui, trará os técnicos e colocará a opinião pública para debater esses assuntos. De modo que cumprimento V. Exª e acho que V. Exª, como sempre faz em todas as suas atribuições como Senadora, desempenhou-se com muito brilho, com raro brilho, com muito empenho à frente da Comissão neste primeiro ano e espero que repita no segundo ano, o que tenho certeza acontecerá.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Muito obrigada, Senador Gerson Camata. Realmente, atribuo o desempenho, veja que convocamos 21 reuniões e 20 foram realizadas. Somente uma reunião não conseguimos realizar por falta de **quorum**. Então, o mérito é dos membros da nossa Comissão, que responderam ao chamado que fizemos de realmente extrapolar o trabalho que vinha sendo realizado e principalmente cumprir com as nossas atribuições. Temos temas da mais alta importância, que são pertinentes à nossa Comissão e nada mais justo do que avocarmos a responsabilidade e provocarmos as grandes discussões. Vamos continuar fazendo desta Comissão um fórum atento aos projetos que chegam ao Senado e também os grandes temas que estão sendo tratados e discutidos em nosso País. Uma outra coisa que também estamos consultando é que agora parece que foi percebido que a lei permite que se coloque nomes em estradas federais, e esses projetos estão sendo designados pela Mesa para a Comissão de Educação. Então, o que estamos entendendo é que esse tipo de matéria é atribuição nossa, porque nós é que temos que fazer. Não é simplesmente dar um nome. É fazer toda uma análise da correção, até consultando técnicos do DNER em relação a essa questão, para ver se não causa transtornos maiores, até do ponto administrativo. Sem falar no mérito do homenageado, mas eu acho que extrapola inclusive, porque não podemos sair dando nomes de trechos, pois, de repente, pegaremos uma mesma rodovia e a cada 200 ou 300km haverá um nome diferente. Não sei se isso é o melhor. Então, vai ser mais uma atribuição que agora, para o ano que vem, vamos chamar para a nossa Comissão discutir essa questão.

Senadora Marluce Pinto nos pede a palavra.

A SRA. MARLUCE PINTO – Srª Presidente, Senadora Emilia Fernandes, Srs. Senadores, realmente, quero me congratular com a nossa Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, tendo em vista o desempenho da Comissão, bastante produtivo, este ano. No decorrer das Comissões, muitos projetos importantes foram aprovados.

A Senadora Emilia Fernandes falou sobre a cooperação dos membros desta Comissão, mas, se não estivesse à frente da Comissão uma Presidente tão atuante, assídua e cumpridora de seus deveres, realmente a nossa produtividade não teria obtido um alcance tão satisfatório.

No término dos trabalhos de 1999 desta Comissão, quero que fique registrado que realmente o povo do Rio Grande do Sul está de parabéns pelo desempenho da nossa Senadora. Não falo isso por ser mulher, mas sim porque realmente Emilia Fernandes tem demonstrado que veio para este Senado para bem representar o povo do Rio Grande do Sul e de todo o Brasil.

Parabéns, Senadora Emilia Fernandes!

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Muito obrigada, Senadora Marluce Pinto.

Agradeço a todos pela sua colaboração, presença e participação. Agradeço também à imprensa, que sempre nos deu cobertura. Agradeço ao **Jornal do Senado**, à TV Senado e à Rádio Senado, que sempre divulgaram o trabalho desta Comissão.

Damos por encerrado os trabalhos de hoje.

Muito obrigada.

(Levanta-se a reunião às 10h02min.)

Ata da 20ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada conjuntamente com as Comissões de Assuntos Sociais, e de Assuntos Econômicos no dia 7 de dezembro de 1999.

Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, do dia sete de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão de Serviços

de Infra-Estrutura, sob a Presidência da Senadora Emilia Fernandes, reúnem-se as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais, e de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Pedro Piva, Juvêncio da Fonseca, Heloísa Helena, Antonio Carlos Valadares, Luiz Pontes, Osmar Dias, Geraldo Cândido, José Eduardo Dutra, Ney Suassuna, Jefferson Péres, Paulo Souto, Carlos Patrocínio, Alberto Silva, Maria do Carmo Alves, Gerson Camata, Tião Viana e o Deputado Clementino Coelho. Deixam de comparecer os demais membros das Comissões. A Senhora Presidente declara abertos os trabalhos. A presente reunião destina-se a audiência pública com os Senhores Presidente da Codevasf, Senhor Aírson Bezerra Lócio e com o Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Raimundo José Santos Garrido. Os demais convidados, o Presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CEEIVASF), Senhor José Theodomiro de Araújo e o ex-Chefe da Direção de Recursos Hídricos da Eletrobrás, Senhor Sérgio Barbosa de Almeida, tiveram suas ausências justificadas pela Senadora Heloísa Helena. A finalidade da presente audiência pública é a discussão da utilização do potencial do Rio São Francisco e especialmente o projeto de transposição de suas águas. Após as explanações fazem uso da palavra as Senadoras Heloísa Helena e Emilia Fernandes e os Senadores Geraldo Cândido, Antônio Carlos Valadares, Paulo Souto, Alberto Silva, Ney Suassuna e o Deputado Clementino Coelho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e quinze minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhora Presidente da Comissão e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Emilia Fernandes**, Presidente da C.I.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Declaro aberta a reunião. Damos início, então, à audiência pública conjunta das Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais do Senado, atendendo requerimento das Senadoras Heloísa Helena e Maria do Carmo e do Senador Geraldo Cândido, que a propôs, e aprovado por essas Comissões. A audiência visa iniciar, introduzir o debate em relação à questão relacionada ao potencial hídrico do rio São Francisco e às alternativas que estão sendo propostas e debatidas. Inclusive os meios de comunicação noticiam que seriam ainda concluídas propostas vindas do Poder Executivo neste mês de dezembro.

Estamos com a presença do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Ney Suassuna, da Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Heloísa Helena. Queremos registrar inicialmente que a proposta da Senadora incluía o Ministro da Integração Nacional, Senador Fernando Bezerra, na pauta dos nossos convidados. Tendo em vista problemas colocados por parte do próprio Ministro, que alegou que gostaria de participar de uma reunião onde estivessem aqui Ministros e não apenas pessoas da área técnica, entendemos por bem estar mantido o convite a S. Exª, mas estamos chamando então nesta reunião os senhores Dr. Airson Bezerra Lócio, Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, a quem convido para que já componha a mesa conosco, o Dr. Raimundo José Santos Garrido, Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que também convido para que nos acompanhe, na Mesa, os trabalhos. Registro ainda que foram convidados o Dr. José Theodomiro de Araújo, Presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e o Dr. Sérgio Barbosa de Almeida, ex-Chefe de Direção de Recursos Hídricos da Eletrobrás.

Queremos aqui registrar, inclusive manifestar a nossa preocupação, e por que não dizer até o nosso repúdio, tendo em vista a ausência dessas duas pessoas, porque regimentalmente a Casa, quando convida alguém, oferece-lhe a oportunidade de se deslocar de seu local de residência, com passagem, diária, etc, para que, no mínimo, ela possa permanecer e vir atender o chamado do Senado. Infelizmente, por questões burocráticas do Senado, não foram liberadas em tempo hábil, não quero até nem dizer se foram negadas, mas não foram liberadas em tempo hábil condições para que essas duas pessoas viessem a nossa Comissão. Então, como vamos iniciar um debate sobre o assunto, eu acredito que posteriormente todas as pessoas que não estejam aqui, pelo motivo que seja, oportunamente virão.

Queremos também chamar a atenção aos Srs. Senadores de que se encontra nas suas Bancadas um trabalho que é realizado na Biblioteca do Senado e passado aos membros da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, buscando sempre abordar os temas pertinentes a nossa Comissão. E mais precisamente

neste material que está sendo distribuído a todos os Srs. Parlamentares, constam exatamente as matérias que ultimamente saíram na imprensa em relação à questão das águas.

No **Jornal do Brasil**, por exemplo, li uma matéria do Sr. Gerson Kelman, que é o assessor especial do Ministro de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e ex-Presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, e é importante que se chame a atenção apenas para dois pontos que esta matéria contém: que o Brasil possui 13% do escoamento total dos rios do planeta, ou seja, trata-se de um patrimônio capaz de despertar a cobiça dos sem-água de todos os quadrantes, e, mais adiante, que a experiência internacional bem-sucedida no manejo dos rios demonstra ser necessário respeitar uma série de regras, mas eu só leria a primeira, porque está à disposição aí, quem desejar pode pegar:

"A prioridade para o uso da água deve ser o abastecimento humano e a dessedentação dos animais".

E mais adiante há uma matéria da **Gazeta Mercantil**, que diz que o projeto de transposição do rio São Francisco começa a sair do papel e diz que o Ministério da Integração Nacional estará concluindo até dezembro os estudos da viabilidade do trabalho, bem como o estudo de impacto ambiental, que esse material terá noventa dias para ser analisado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, e depois ainda dá mais uma série de dados, dizendo até que a transposição terá um custo de dois milhões e deve demorar aproximadamente cinco anos para ser realizada. É apenas uma introdução, para provocar nossos convidados, para que possam, depois, se manifestar.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, que são os que queremos ouvir, passo a palavra ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Ney Suassuna, e, posteriormente, à Senadora Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Srª Presidente desta Comissão, nobre Vice-Presidenta da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Heloísa Helena, minhas senhoras e meus senhores, esta primeira frase dita pela Senadora, no artigo que acaba de citar, para nós, da Paraíba, basta. São vários estados no Nordeste, mas nenhum tem a condição tão difícil quanto à Paraíba em relação à água. Quando falamos em transposição, pensamos em água para beber para milhões de pessoas. Não queremos, de maneira alguma, água para irrigação. Temos, no Cariri e no Curimataú paraibano, bem como seus correspondentes nos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, falta de água para consumo humano e animal.

O rio São Francisco tem 60%, e peço que V. Exªs, depois, que me corrijam se eu estiver errado, tem 60% das águas do Nordeste, tem uma vazão, por segundo, de 2.063 metros cúbicos. Queremos tirar 70 metros cúbicos por segundo. Isso não é nada. Esses 70 metros cúbicos são suficientes para regularizar a água em quatro Estados: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e parte do Ceará. São dezesseis milhões de pessoas, sendo que, no caso da Paraíba, hoje, se V. Exªs chegarem a Campina Grande, dos 250 milhões de metros cúbicos que tem em Boqueirão, só temos 70, para tomada d'água com 50. Salinidade excessiva e para tomada d'água com 50. As indústrias que lá estão — inclusive o Senador José Alencar tem uma indústria lá — um custo excessivo, porque está tendo que reciclar a água. Não tem como concorrer. Ele fazia uma camisa de malha a R$0,70, concorria com os chineses. Agora, com a falta d'água, não consegue concorrer com os chineses. São quatro milhões de pessoas que, se não forem atendidas lá no local, virão para São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, formar os anéis de miséria. São pessoas de pouca escolaridade. Dói dizer isso do meu estado.

Quando falamos de transposição e vemos alguém contra, ficamos pensando: "Não está passando sede". Ele não está tendo 96 cidades, das 223 da Paraíba, sem um pingo d'água nos reservatórios há dois anos, na região do Brejo inclusive. Transposição, para uns, é fato de fazer exposição bonita, a favor ou contra, para nós é bebida, é água, é vida. Então, nós, da Paraíba, estamos extremamente preocupados. E nesta semana a Bancada da Paraíba foi ao Presidente da República. E a resposta de Sua Excelência foi: "O projeto já começou. Já fizemos a viabilidade econômica, estamos concluindo a viabilidade técnica. Vamos fazer esse projeto". Saímos de lá exultantes. No entanto, vemos bispos, padres, em outros Estados se mobilizando contra. Tomara que desta discussão, Srªs Presidentes, saia algum caminho.

A Bancada da Paraíba, junto com a Bancada do Rio Grande do Norte, com a Bancada do Ceará, está convidando a Bancada de Pernambuco e depois vai convidar a Bancada de Alagoas, de Sergipe e, por último, a da Bahia para trocarmos idéias. E vamos dizer isso, é um preceito bíblico. Todos têm direito a ter suas aspirações, e acho que este é o momento. Sergipe, Alagoas, Bahia, têm direito a ter suas aspirações

atendidas. Mas no caso da Paraíba, queremos água para beber, nada mais. Tomara, realmente, que tenhamos sucesso e consigamos mais dados, porque nada me convence de que nos 300 últimos quilômetros — e tomara que eu não esteja errado — do rio São Francisco não tem nada, a não ser a água correr para o mar, e para quem é contra, deve ser importante para fazer o oceano Atlântico, porque essa água vai para o mar e não serve para mais nada. Para nós, esses quatro Estados que se encontram na miséria, principalmente em recursos hídricos, especialmente a Paraíba, significam uma redenção.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Senadora Heloísa Helena, pela Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. HELOÍSA HELENA3 – Em primeiro lugar, embora me sinta motivada a entrar no debate propriamente dito, vou, à luz do Regimento, esperar a oportunidade de intervir, pois desejo fazê-lo da forma mais solidária e respeitosa, sob o ponto de vista técnico, à capacidade de recursos hídricos do Nordeste.

Gostaria apenas, Srª Presidente, de deixar nosso protesto em relação à ausência dos outros dois convidados que, infelizmente, não estão presentes em função talvez da inoperância ou falta de vontade política no sentido de possibilitar a vinda dessas duas pessoas, dois técnicos qualificados, que poderiam estabelecer um debate plural. Desejo, também, deixar meu protesto em relação à ausência do Ministro, especialmente diante dos argumentos colocados por V. Exª, onde a síndrome da vaidade passa a ser estabelecida de tal forma nesta Casa que Ministro é um "deus" e não pode discutir com quem está aqui na Terra.

Portanto, é o meu protesto e me reservo a fazer as observações que desejo sobre o projeto e sobre as circunstâncias globais do aproveitamento dos recursos hídricos do Nordeste no tempo que me for regimentalmente concedido.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Assim sendo, de imediato passamos a palavra ao Dr. Airson Bezerra Lócio, Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Regimentalmente, para as disposições iniciais, daríamos de 10 a 15 minutos, com prorrogação, se necessário. Posteriormente, iniciaríamos o debate a fim de que os palestrantes não esgotem, em um primeiro momento, suas considerações. Podem complementá-las à medida que questionados pelos Parlamentares. Assim, torna-se mais ágil o trabalho. Quinze minutos com um tolerância de mais cinco seria então a proposta. Todos concordam? (Pausa.)

Aprovado.

O Dr. Airson Bezerra Lócio está com a palavra.

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – Excelentíssima Senadora Emilia Fernandes, Senadora Heloísa Helena, Senador Ney Suassuna, Dr. José Luiz Perez Garrido, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores, não sei se a escolha foi a melhor para uma palestra. Atualmente dirijo a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, e a preocupação, na verdade, é provocar o desenvolvimento do próprio Vale. Atuamos em uma infinidade de atividades do Vale do rio São Francisco, desde a pecuária, a piscicultura, etc. Mas o instrumento maior de desenvolvimento daquela região está sendo a irrigação pelo fato de gerar maior emprego, maior renda e dar uma estabilidade maior ao trabalhador para poder garantir seu emprego quase o ano todo. Ou seja, não há problemas climáticos. Creio que a irrigação é um dos instrumentos mais importantes de desenvolvimento do semi-árido. Ocorre que dentro do Vale do rio São Francisco existe uma área vasta de semi-árido, aproximadamente 58% encontra-se dentro da Bacia do rio São Francisco.

Tenho proferido palestras a respeito do desenvolvimento do Vale do rio São Francisco e do semi-árido. É um problema tão grave e tão complexo que jamais poderia ser feito em quinze horas, quantos mais em quinze minutos. Mas o assunto aqui me parece que é o problema da capacidade hídrica do rio São Francisco e o problema da transposição. A Codevasf não tratou ainda da transposição porque pertencia a outro ministério. Somente agora passou a integrar o Ministério da Integração Nacional, ao qual o projeto está diretamente ligado. Mas diria que não há solução, dentro dos estudos da Codevasf, para a região do semi-árido em termos sustentáveis de emprego, de renda, de manter uma região rica, fica sem a participação do rio São Francisco. Não há como resolver o problema do Semi-Árido sem a participação das águas do São Francisco. O problema de barragens e de poço dessalinizador são medidas paliativas que não têm dado resultados. São trezentos anos de repetição de erros. São barragens que não suportam dois, três anos de seca. As águas ficam de má qualidade, salinizadas. Há que se ter uma participação do São Francisco para se garantir essa água.

Esse é o primeiro passo que se está dando, dentro do Semi-Árido e dentro do Governo, para uma solução praticamente definitiva. Eu não concordaria muito com o Senador Ney Suassuna, ou seja, de que

o problema é só de abastecimento. O abastecimento humano, na Paraíba, é insignificante em termos de consumo de água. Para que se possa ter uma idéia, no Projeto Senador Nilo Coelho, em Petrolina, a quantidade de água que é gasta em irrigação dá para abastecer duas áreas metropolitanas de Recife. Assim, o volume de água para consumo humano é insignificante. Na hora em que levarmos a água do São Francisco para atender, complementar as barragens e os reservatórios já existentes, a fim de darmos essa garantia de água para a população, verificaremos que o tirar água para o consumo humano é muito pouco. Agora, sem ter nada...É isso que está acontecendo realmente. Nós estamos acompanhando muito o problema da Paraíba.

Assim, este "levar água", como nós chamamos na Codevasf, interligação de bacias – o próprio termo de transposição da água tem sido muito desgastado em razão das reclamações...O Ministério está concluindo os estudos de viabilidade, de meio ambiente, de RIMA etc, para dar esse primeiro grande passo de um projeto que tem que atingir também outras regiões do Semi-Árido, como o Piauí. Nós temos áreas no Piauí em que não há como fazer água de superfície, a não ser levar um pouco dessa água do São Francisco para garantir o abastecimento. Levar para outros Estados também. Pernambuco é apenas uma travessia das águas que vão para esses outros Estados, mas seria também muito beneficiado. O Ministério já se comprometeu a fazer os estudos – isso já vem sendo estudado – sobre canais em Alagoas. Isso porque lá, próximo ao rio São Francisco, não há como desenvolver isso em razão dos próprios solos. É preciso um canal acima do São Francisco.

Em Sergipe, o Projeto Xingó já foi estudado. Trata-se de um canal para levar água e garantir a sua disponibilidade nos reservatórios e na região.

Assim, nós somos favoráveis a esse projeto de levar água para o Semi-Árido. Isso porque não encontramos outra solução a não ser esse paliativo. Quando se fala em um projeto como esse as pessoas dizem que há outras formas mais baratas de se fazer isso. É verdade, há, só que elas não resolvem. Isso já está comprovado. Há 100, 200 anos que se faz barragens, até barragens excessivamente grandes, e elas não prestam. Eu daria aqui o exemplo de uma barragem no Semi-Árido: 30% dessas águas que são acumuladas em barragens, principalmente quando a barragem tem uma lâmina de água muito grande, evaporam. Os outros 30% poderiam ser utilizados, e os outros 33% seriam como uma reserva técnica, no primeiro ano tudo bem, mas se tivermos uma seca não teremos mais os 30%. Teremos os 30% dos 30 que sobraram. É uma dificuldade. É preciso haver essa interligação com o São Francisco para haver uma garantia. A irrigação é realmente o suporte que dá a sustentabilidade econômica.

Quero chamar a atenção para o fato de que nunca houve um plano de desenvolvimento dessa região semi-árida. Houve sempre ações pontuais, ações paliativas. Fala-se muito em seca. O Sémi-Árido é a própria seca, a palavra já diz isso. Lá chove 800 milímetros e 2.000 milímetros são evaporados. Esse déficit hídrico é permanente. Há anos mais ruins, há anos melhores. Às vezes chove de uma vez só, às vezes chove aos pouquinhos. Há aquele tipo de seca verde. É preciso conhecer o Semi-Árido. Há muitas pessoas que falam do Semi-Árido sem ter conhecimento algum. Eu já vi muitas pessoas falarem que lá há muito latifúndio. O que eu sei é que lá há uma terra que não presta para coisa nenhuma. As terras boas constituem os minifúndios. É o contrário. É preciso ter uma grande atenção com relação a isso. Fala-se até em desertificação. O Semi-Árido nordestino não tem desertificação. Afirmo e comprovo que não existe essa desertificação. Existe desertificação no sentido de fome, de desemprego, de miséria. Fala-se até em desapropriar para fazer reforma agrária para colocar outras pessoas na próxima seca, na próxima emergência, na próxima irregularidade climática.

Então, se vai fazer reforma agrária, tem que ter suporte econômico, que dê estabilidade econômica a essas pessoas. O principal é irrigação. Agora, para fazer irrigação, precisa de água. O Vale do São Francisco, como disse o Senador, tem regularizado, em Sobradinho, dois milhões e sessenta metros cúbicos por segundo. Isso é o que está regularizado. Entretanto, há os períodos de seca, em que a água diminui substancialmente, ele não se mantém permanente. Hoje, a Barragem de Sobradinho chegou a ter 11% das suas águas, secou praticamente. Portanto, a liberação dessas águas já era bem inferior à necessidade; até bombas de irrigação já não alcançavam mais a água, porque diminuiu.

Sobre essa diminuição, a Codevasf propõe que se faça um plano de recuperação do rio São Francisco. Não no sentido de recuperá-lo, porque ele está desgastado, acabado – não existe isso. O que existe é pensar no futuro. É aumentar a capacidade hídrica do rio São Francisco, para garantir a navegabilidade. Esse é o primeiro ponto. Garantindo a navegabilidade, vai-se ter excedente de água para irrigar, para levar água a outros Estados, para garantir a energia elétrica. Hoje, a Bacia do São Francisco, segundo da-

dos levantados pela Codevasf, tem cerca de 30 milhões de hectares irrigáveis. Oito milhões estão próximos ao rio, cerca de 60 quilômetros, a uma altura máxima de 100 metros. Mas, a capacidade hídrica do rio São Francisco, hoje, só permite irrigar 800 mil hectares. Já temos cerca de 330 mil irrigações públicas e privadas. Então, há um excedente para irrigação.

Esses 800 mil hectares foi uma negociação feita entre a Codevasf e Chesf, para atingir esse patamar de 800 mil hectares. Mesmo assim, há necessidade de ter uma geradora de energia térmica, para garantir esses períodos mais difíceis, que é um índice de insegurança de 5%.

Essa é a situação.

Apresentamos um plano para aumentar a capacidade hídrica do rio, fazendo aquilo que deveria ter sido feito antes das gerações de energia de Xingó, de Paulo Afonso, que era mais fácil. Deveria ter sido feita a eletrificação em cima, nos tributários, porque aí a água estava disponível. Então, a capacidade de geração de energia do rio São Francisco, o potencial, é da ordem de 22 mil megawatts e hoje tem mais ou menos 11 megawatts. Portanto, esse restante tinha que ser feito acima, e na maioria das localidades não é mais possível, porque há populações, há problemas ambientais, tem que realocar essas barragens e aumentar essa capacidade hídrica do rio São Francisco.

Outra solução seria trazer água de bacias vizinhas, a exemplo do Paranã, até do rio Tocantins, se assim fosse possível e já existem alguns estudos nesse sentido.

Ainda tenho alguns minutos para dizer que com esse plano de levar água hoje, se considerarmos 70 a 75 metros cúbicos por segundo – e a Codevasf, no caso, até defende que seja permanente e não como algumas pessoas têm dito, que é para fazer quando tiver cheias ou tiver muita água, etc., porque, para se criar atividades econômicas, ela tem que ter permanência, tem que ser o tempo todo –, esses 70 metros cúbicos não seriam um grande prejuízo no momento. Mas, já pensando que tem que aumentar a capacidade hídrica do rio São Francisco.

Imaginamos que o rio São Francisco tem que ter cinco atividades básicas, que são: navegabilidade, eletrificação, irrigação, turismo e agroindústrias, em geral, e um excedente para atender à região semi-árida. Então, essa é a posição que defendemos, porque todos os estudos, vou repetir, mostram que não há solução para as regiões semi-áridas em que não tenha condições de águas subterrâneas. Não é o caso, por exemplo, de parte do Piauí, de uma parte do Rio Grande do Norte, de algumas bacias na Bahia, tipo Tucano, uma pequena bacia em Pernambuco, que é a Bacia do Jatobá. O resto é um semi-árido montado em uma pedra, é embasamento cristalino. Não há água no subsolo. Então, tem que levar água de superfície, através de barramentos, canais reservatórios. Não defendemos grandes barragens, somos até contra. São barragens médias e essa interligação com o São Francisco, que é da maior importância. É o primeiro passo para dar uma solução apresentar um plano de desenvolvimento do semi-árido. O Plano da Codevasf não se prende à parte hídrica. Achamos que o problema não é exclusivamente água. Água é um componente. Temos que ter ali educação, saúde, estrada, eletrificação, preservação ambiental, um conjunto de um plano que seja realmente de desenvolvimento, e, dentro dele, está essa interligação com o São Francisco, que é o que dá o suporte no que se refere à parte hídrica. A Codevasf já tem experiência na parte educacional com um Plano chamado "Projeto Amanhã", que é a organização e capacitação de jovens rurais. Temos que mudar, criar uma nova geração, dentro desses novos patamares. Temos um Projeto Caatinga, aprovado inclusive com recursos japoneses, faltando apenas passar pelo Senado, que é a preservação da Caatinga com o suporte econômico através da pecuária. Agora, temos que deixar de plantar milho e feijão, que são atividades de subsistência, que o cidadão vai plantar no fundo de casa. Isso não é atividade econômica. O que se produz no hectare irrigado de feijão em 90 dias, ali, naquela região de Sagueiro, passa 10 anos para produzir a mesma coisa. Recomendamos, na área irrigada, não plantar feijão, podendo plantar outras que têm um agregado econômico melhor. De forma que não tem como manter, e isso vai demorar ainda muito, os governos distribuindo milho e feijão para produzir coisa nenhuma. Ao contrário. Queima-se a Caatinga, faz a chamada "broca" para plantar, para não produzir coisa nenhuma. E hoje está globalizado. Não tem como produzir algodão no semi-árido porque não concorre mais com Mato Grosso, com Goiás, com Paraná, Santa Catarina. A mamona teve o seu preço lá em baixo; a cera da carnaúba não interessa mais porque hoje é tudo sintético. Então, essa é a grande discussão, Senador, que o pessoal de pesquisa das universidades deve travar: quais são as atividades econômicas possíveis dentro do semi-árido, para transformá-lo numa região rica, e identificamos algumas, que são a piscicultura, a pecuária. A pecuária desde o caprino, do ovino, do bovino, do suíno, da ave. Temos uma produção no

Nordeste, no Piauí, no Maranhão e no resto da Bahia de soja e milho e para ir para onde? Vamos trabalhar dentro do próprio semi-árido e criar uma pecuária com essa soja e esse milho, para concorrer com qualquer parte do mundo, porque o clima dá essas condições. Temos a piscicultura que pode-se desenvolver, antes de gastar água na irrigação, utiliza-se na criação de piscicultura e a Codevasf tem um plano disso. Inclusive, o baixo São Francisco pode ser o maior polo de piscicultura do Brasil. O maior déficit que existe neste País é de peixe. A China cria 16 milhões de toneladas de peixe. Temos 70 mil, e o nosso clima é muito melhor. Não tem frio, não tem neve. Então, esse plano de desenvolvimento prevê também levar essa água para outras regiões, em todos os Estados, naturalmente. Mas o primeiro passo que está avançado e que devemos fazer um esforço para que as coisas aconteçam é justamente essa parte do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, e naturalmente de Pernambuco.

Estou à disposição para qualquer indagação.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Muito bem. Obrigada, Dr. Bezerra.

Antes de passarmos a palavra ao Dr. Raimundo, registramos a presença do Deputado Clementino Coelho, de Pernambuco, que agradecemos.

Dr. Garrido, com a palavra.

O SR. RAIMUNDO SANTOS GARRIDO – Obrigado, Srª Presidenta, Senadora Emilia Fernandes, Srª Vice-Presidente da Comissão, Senadora Heloísa Helena, Sr. Senador Ney Suassuna, Dr. Lóscio, Srªs e Srs. Senadores, demais participantes desta audiência pública, já me antecipei, Srª Presidenta, mostrando que vou fazer uso de projeção de transparências.

A SRA. PRESIDENTA (Emilia Fernandes) – Pedimos, Dr. Garrido, que permaneça próximo ao microfone, porque está sendo gravado. Pediria ainda um segundo de escusas porque gostaria de convidar o Senador Alberto Silva, que é o nosso Vice-Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, que assumisse temporariamente, uma vez que preciso atender a um compromisso, mas retornarei. Obrigada. Está com a palavra o Dr. Garrido.

O SR. RAIMUNDO SANTOS GARRIDO – Vou trazer para o debate a visão que o Ministério de Meio Ambiente, com a sua especialidade na questão ambiental e de planejamento e gerenciamento de recursos hídricos, o que regimentalmente tem que ter. Sob esse aspecto, preciso abrir um pouco mais a discussão sobre o tema da transposição de bacias hidrográficas deixando que o afunilamento venha ao final e muito provavelmente com os debates, uma vez que transposição de bacias, sendo um tema por excelência da gestão de recursos hídricos, nos obriga a dar uma abordagem que seja tão completa quanto possível para que permita trazer a esta Casa Legislativa elementos que sejam úteis na avaliação, seja do potencial hídrico do São Francisco para atendimento a regiões fora da bacia, seja para avaliação do projeto que o Ministério da Integração Nacional hoje oferece, e de outras alternativas que já foram postas em público, até mesmo pela própria Codevasf, cujas palestras do Dr. Lóscio tive oportunidade de assistir em outras ocasiões.

Vou procurar, na abordagem dos 15 minutos, tratar inicialmente do enquadramento geral do problema, justificar a abordagem que o MMA e, em particular, a Secretaria de Recursos Hídricos confere ao problema de transposição de bacias, vou trazer, à título de alerta, pontos relativos a custos que estão atrelados a um projeto de transposição de bacias. Vou procurar também trazer ao debate o que são pontos que sustentam um projeto de transposição, onde se deve lastrear um projeto de transposição para que efetivamente ela possa receber o mérito da aprovação. Falo em abstrato ainda nesses itens. Relacionarei impactos ambientais que são objeto da nossa maior preocupação, sobretudo o projeto que há pouco S. Exª, o Sr. Senador Ney Suassuna, mencionava será apresentado ao Ministério do Meio Ambiente para que, no curso de noventa dias, o aprecie e emita o seu julgamento.

Não posso deixar de tratar do que é a nossa obrigação legal, de prestar obediência absoluta aos termos da Lei nº 9.433, foi sancionada por Sua Excelência, o Senhor Presidente, em oito de janeiro de 1997, depois de cinco longos anos de tramitação na Câmara e uma meteórica passagem de trinta dias pelo Senado Federal. E, havendo tempo, trarei à lume algumas experiências concretas que possam servir de comparação para a questão específica do rio São Francisco.

Como enquadramento geral do problema, o primeiro ponto a ponderar é que uma transposição entre bacias hidrográficas é um empreendimento que se reveste de uma série de características outras que não apenas a de uma obra de construção civil, ainda que seja obra de construção pesada. Uma transposição de bacias é um empreendimento que precisa, ao longo de sua vida útil, contar com um critério de operação, manutenção e revisão a respeito das vazões que venham a ser distribuídas e que foram ali definidas no projeto original.

Basicamente, trataremos, em todo o tempo, de todos os aspectos técnicos, econômicos e políticos que tenham ocorrido nas experiências concretas de outros países, sobretudo para as transposições de grande calibre, ou seja, aquelas que perpassam as linhas de fronteiras de Estados ou Províncias, em países que já viveram a experiência, tem sido a dificuldade, não raro encontrada, para se decidir pela aprovação ou até mesmo para se dizer não a um projeto de transferência de água entre bacias.

O Governo Federal é único e tem o projeto, embora a Codevasf apresente um projeto mais extenso na sua contextura, mas é verdade que os técnicos de cada Ministérios, tendo suas especialidades, se obrigam a debater com maior firmeza, maior cuidado e maior vigilância aqueles pontos que serão, **a posteriori**, cobrados da função inerente àquele Ministério.

Portanto, a transposição é a transferência de um volume de água que vai da bacia para fora, portanto para outras bacias, fazendo com que a quantidade de água que uma bacia recebe é exatamente igual àquela que a primeira perde, deduzidas as perdas no trajeto, por evaporação e por outras fugas que, certamente, ocorrem nesse tipo de projeto.

Ora, isso implica dizer que as duas regiões têm em jogo interesses que precisam ser discutidos. Ali, aludo à transfusão sangüínea como que querendo trazer ao debate o fato de que uma transposição é tema de interesse de uma área doadora e de uma área receptora, tal como um doador de sangue e o paciente que o recebe, e que ambos precisam se colocar de acordo para que haja sucesso naquela pequena cirurgia.

Por outro lado, a região que vai receber águas é uma região que vê o superávit de vazão, naquela região que se coloca como provável candidata a exportadora de águas, o qual pode vir para ela e, com isso, resolver o seu problema de escassez ou minorá-lo. A sociedade dessa região, candidata à importadora, percebe estar ansiosa ante a possibilidade de minorar, ou mesmo resolver seu problema de déficit hídrico.

Por outra parte, a região que exportará água, se vê ansiosa porque a sociedade daquela região pensa que, ao abrir mão de vazões que hoje lhe são supervitárias, em verdade, estará abrindo mão de desenvolvimento futuro, porque água é elemento comum a várias etapas, a várias nuanças do processo de desenvolvimento sócio-econômico. Por isso, como em vários países que realizaram transposições de grande porte, suscitam-se debates acalorados e mesmo passionais entre as partes envolvidas. Não é outra coisa que temos visto no Brasil, no que diz respeito ao que se anuncia quando se fala em transposição do rio São Francisco.

Sr. Presidente, talvez eu queira protestar pelo uso da prorrogação concedida.

O MMA está ocupado com a formulação e a implementação da política nacional do meio ambiente e, portanto, a política de impactos ambientais diz respeito ao papel do MMA em face de um projeto de transposição. Particularmente, a SRH da estrutura centralizada do MMA formula e implementa a política nacional de recursos hídricos, que visa essencialmente à utilização racional da água, no que tem a ver também, diretamente, com um problema de transposição.

Futuramente, após a tramitação na Câmara e no Senado, do Projeto de Lei nº 1.617, teremos, vinculada ao Ministério, a futura agência nacional de águas, que se ocupará da implementação, remanescendo, portanto, a formulação da política no âmbito da Secretaria de Recursos Hídricos.

Quais são os custos envolvidos com uma transposição? Como disse, a transposição não é uma simples obra de engenharia, tem custos que dizem respeito à realização das obras, às medidas mitigadoras dos impactos ambientais, sobre os quais falarei um pouco à frente, os custos operacionais e os custos com a manutenção. A experiência internacional, sobretudo a americana, demonstrou que, sempre que os custos com a compensação da área exportadora foram satisfeitos via negociação entre essas áreas interessadas, a exportadora e a importadora, que se agregam ao custo de uma transposição, via de regra, fazendo com que os custos das obras dupliquem ou sejam mais do que o dobro quando se toma todo esse total, com um peso maior para os custos da compensação que, certamente, as áreas que hoje estão como candidatas a exportar água, pugnarão na discussão que se travará. Ali só detalho obras tronco, obras de derivação primária e redes de distribuição. O próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso fala: transposição do São Francisco, água de beber. Não fará sentido, se a água não chegar à torneira. Por isso implica incluir nos custos as redes de distribuição, onde forem necessárias. Isso tudo é custo, são parcelas de custo que se agregam ao projeto.

As montagens, as obras e serviços de mitigação de impactos, que separo de medidas gerenciais mitigadoras e as obras relativas à compensação das áreas exportadoras, também separando o item 5 de outras formas de compensação que possam ser colocadas sobre a mesa.

A parcela 2 é relativa à atenuação dos impactos ambientais, o que implica considerar a área de exportação, a área de importação e a área de trajeto da transposição. Mais ainda, subdividem-se em impacto sobre o meio físico, biótico e antrópico que uma transparência rapidamente demonstrará adiante.

Custos operacionais com amortização dos ativos, consumo de energia, mão-de-obra, serviços, etc., e os da manutenção preventiva, corretiva e sistemática.

O que seriam pontos de sustentação de uma transposição entre bacias hidrográficas? O problema comporta dois níveis de abordagem: o primeiro deles é o aspecto do desenvolvimento nacional e o segundo, a ótica regional de que também se reveste o problema.

Ora, quanto ao primeiro ponto, se na inequação o valor econômico da água na região de destino é maior que o valor econômico da água na origem, mais os custos com o transporte dessa água, isso significa dizer os custos da transposição e a sua operação e manutenção, sob a ótica nacional, não há dúvida, um projeto de transposição deve ser feito sob a ótica estritamente nacional, porque estaremos levando água de uma região onde ela é menos produtiva para uma região onde ela é mais produtiva, ainda acrescidos os custos com transporte.

No entanto, se a inequação é o contrário, sob a ótica nacional nenhum projeto de transposição se justifica, mas é preciso que olhemos a ótica regional. E, sob a ótica regional, é preciso que observemos se a área que vai importar água está preparada para receber a vazão transporta. Os rios têm calhas que a natureza lhes deu, por ali passam vazões hoje existentes e, ao se agregarem mais 60, 80, 100, às vezes ao se duplicar a vazão de um rio, é necessário se fazer a ampliação da seção transversal, muitas vezes com problemas de cidades ribeirinhas, que seriam de outra forma inundadas, aí exigindo-se, talvez, obras de custo pesado para que a região, ao menos sob o aspecto físico, esteja preparada para receber a vazão transposta.

A capacidade de pagamento de beneficiários: pode parecer esdrúxulo trazer para a região mais pobre do Brasil o tema ali relacionado – capacidade de pagar – mas é preciso que olhemos que alguém pagará pela utilização de uma água, talvez a própria região. Está demonstrado que os preços da água bruta são ínfimos. Algumas leis estaduais dizem "cobrar-se-ão preços módicos", então, esse não é um item que chegue a pesar na conta final, qualquer que seja a natureza do usuário de água bruta, e, portanto, tem sentido o parecer. Além disso, procura-se tentar alterar o perfil da economia da região importadora, e lá embaixo da região exportadora, para que ambas, dependendo menos de água, possibilitem que um projeto de transposição seja feito pela menor vazão possível que venha a equacionar o problema da região importadora sem danificar a economia e a demanda por água da região exportadora.

Por fim, naquele item 4.2.2, a compensação pela redução de vazão. Eu dizia que tive oportunidade de, juntamente com o Secretário Rômulo Macedo, visitar o Sr. Ministro Fernando Bezerra três dias antes de S. Exª tomar posse, e S. Exª perguntou-me e a outro colega, Dr. Gérson Telma, que também nos honra com a sua presença, sobre os pontos de vista relativos à transposição. Com muita clareza, eu disse ao então futuro Ministro que, vestindo a indumentária do Governo, era e sou Governo. Embora meu coração seja baiano, essa não era a questão que se punha ali, mas a discussão sobre a compensação que as áreas menciono Sergipe, Alagoas, o próprio Estado de Pernambuco, Minas Gerais e Bahia – certamente colocariam sobre a mesa era uma questão em que S. Exª precisava pensar em encarar num futuro próximo, como quero crer que seja um problema que não será deixado de lado no debate sobre a transposição.

Por último, nacionalmente, aquele item 4.1.2 apenas visa a buscar saídas, com projetos alternativos, quando se percebe que não somente a transposição é a saída única e exclusiva para o problema da escassez numa região. Uma transposição só deve ser feita quando, e somente quando, as soluções com mananciais locais estiverem prestes à exaustão. Enquanto eles não estiverem prestes a serem exaurido, a transposição é sempre uma cirurgia que se deve adiar.

Quanto aos impactos ambientais, como não quero ocupar espaço da audiência, trouxe cópias das transparências para entregar à Presidência da Comissão. Os temas são sobre o meio físico, meio biótico e meio antrópico.

No São Francisco, há um destaque a ser feito na questão do setor elétrico, relativa à redução que se vai ter, colocando-se em ociosidade um patrimônio que custou ao País US$15 bilhões, quando vai ser necessária energia para se fazer a transposição no trecho Caprobó–Jati, com uma elevação eu não sei a de hoje, porque não vi a última versão do projeto que, tempos atrás, era bastante grande e que implicava consumo de energia. Na época, quando pude estudar com maior detalhe, sob o ponto de vista regional, o problema, o consumo equivalia à carga instalada em

Alagoas e Sergipe, somadas. Hoje, eu não sei exatamente quanto está.

Portanto, todo esse conjunto de impactos certamente virá no projeto que será analisado pelo Ibama.

A Lei nº 9.433 estabeleceu, entre seus princípios, que a bacia hidrográfica é uma unidade de planejamento. Os usos múltiplos da água devem ser, tanto quanto possível, respeitados. A água escassa é bem econômico e, como tal, é dotado de valor econômico, que, aliás, lhe serve de base para a cobrança por sua utilização.

Sobretudo, a gestão de recursos hídricos deve ser descentralizada e participativa. Ao redor da mesa do comitê de bacia eu saltei o conselho para falar do comitê, estarão os Governos, nos três níveis de Poder Executivo, sempre que uma bacia tiver rio de domínio da União, os usuários da água, a sociedade civil organizada, todos em conjunto para debater naquele que é o parlamento das águas na região da bacia, para se decidir a repartição das vazões dessas águas. Aí, entra a repartição com uma transposição que se anuncia. É preciso que consideremos o papel relevante que tem a Cedevasf, nesse caso do São Francisco, o comitê da bacia hidrográfica, para que a análise sobre toda decisão que se vai chegar não deixe de considerar tudo quanto pensa quem melhor entende do problema, a sociedade local, o usuário da água local, as Prefeituras, os Vereadores. O Senador Ney Suassuna fazia alusão aos prelados da região, mas eles também devem se manifestar porque estão olhando os interesses do rebanho de que se ocupam. Enfim, o comitê da bacia é um foro em que não se pode desperdiçar a experiência que reúne, para que ele se manifeste sobre a oportunidade de uma transposição.

Por último, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, de que eu devia ter falado antes, é, na instância administrativa, o órgão integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que dirime contendas, avalia questões em que estão em jogo interesses de comitês de bacias, de conselhos estaduais, de representações dos usuários, enfim, de todos que estão interessados na questão de uma transposição.

Há alternativas que não usamos ainda no Brasil, eu não diria que por falta de dedicação, eu não diria isso. O setor de recursos hídricos é nascente, o Ministério que se ocupa da questão se tem debruçado sobre o problema. Os Governos Estaduais, sobretudo os do Nordeste eu citaria os do Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, têm dado exemplo de como fazer gestão de recursos hídricos, mas o passivo vem de longa data. O passivo ambiental e o passivo sobre a base de recursos hídricos não são de duas ou de três décadas, é um passivo que vem de muito tempo.

E muito do que se pode exercitar, buscando-se formas de induzir-se o usuário a uma utilização racional dos recursos hídricos, ainda está por se fazer. Aí, cito o reuso, só existe experimentalmente e na capital de São Paulo, no Brasil. Água com que lavamos as mãos pode transitar para a caixa de descarga, por exemplo, com isso economizando-se no seu gasto.

A recirculação, que é a mesma palavra para o setor industrial, setor produtivo. A pratica da irrigação noturna, já exercitada em várias partes do Brasil, via o estímulo da tarifa privilegiada de energia a partir das 18 horas. A recarga de aqüíferos, uma prática que, lamentavelmente, no Brasil ainda não ganhou corpo, mas que é a forma de se guardar, em acumulações subterrâneas favoráveis águas que fiquem imunes ao fenômeno da evaporação, largamente utilizada em outros países e uma prática que vem dando certo. A utilização combinada de águas de superfície com águas de subsuperfície. É verdade que as nossas formações sedimentares que dão volumes mais favoráveis estão em apenas cerca 40% a 45% do território, formações com areias, argilas e calcárias. Mas é verdade também que estudos para as formações cristalinas, onde há a presença de granitos, gnaisse, micas e basaltos não permitem uma vazão de retirada favorável desses recursos, mas já há experiências feitas em alguns Estados brasileiros, para melhor se aproveitar essas formações cristalinas.

Então, quanto às soluções combinadas ainda não nos ocupamos de fazer a toda prova, com toda nossa capacidade. A dessalinização, projeto do nosso Ministério, por que o Ministro Sarney Filho tem grande apreço e carinho: retiradas de águas em pequenas quantidades para pequenas comunidades. São águas salobras, beirando o salgado, que são dessalinizadas, com isso, amenizando-se a pressão dos mananciais dessas regiões. Hoje são cerca de 800 dessalinizadores no Nordeste já instalados e funcionando. Vale dizer, alguns Estados, como a Bahia, foram pioneiros, há mais de 20 anos, iniciando a prática da dessalinização. O uso de tecnologias limpas nas indústrias para evitar que a poluição dos recursos hídricos seja um fator de que resulte a redução das vazões disponíveis. Os reservatórios estratégicos, que tenham uma relação entre o espelho d'água e a altura média baixa para que a pequena exposição aos raios solares não permita tanta evaporação. Então reservatórios estratégicos são um ponto que ainda precisa ser melhor aproveitado. Tanto quanto possível fazer adutoras por tubulações, evitando-se os canais

abertos e, com isso, perdendo-se o mínimo de água nesses transportes entre regiões. Educação ambiental. Obviamente que essa é uma prática que resultará em efeitos positivos no longo prazo. E a cobrança pela utilização dos recursos hídricos, como instrumento que é capaz de harmonizar os interesses entre as forças que dominam a oferta e a demanda em uma bacia hidrográfica.

Peço licença ao Sr. Presidente para, nesses 5 minutos, em lugar de eu apresentar a última transparência que fala de experiências que são de outros países posso até falar ao final, apenas fazer referência ao Pró-água Semi-Árido, programa que foi contratado pelo Governo brasileiro junto ao Banco Mundial, em meados do ano de 1998. É um programa que vai a um investimento total, na sua configuração final, de 1 bilhão de dólares, cuja primeira etapa é de 330 milhões de dólares e que já está em franco andamento. Na configuração total do programa, estamos aumentando o horizonte para 10 anos, para que ele seja transformado no programa decenal de recursos hídricos para o Nordeste. Aliás, com a defesa do Sr. Senador Paulo Souto, que em várias ocasiões se tem manifestado sobre a questão, já colhe frutos com obras que têm o maior apelo na questão do abastecimento da região nordestina, em particular dos semi-áridos, que são as adutoras e eu cito obras que já se vão inaugurar proximamente, como Tricitauá(?) e Cascavel, no Estado do Ceará, a adutora de Mossoró, a maior delas, levando águas do Açude Armando Ribeiro Gonçalves para Mossoró, região que tinha problemas sérios com a depressão do aqüífero açu daquela região. A adutora do Cariri, na Paraíba; a adutora de Arcoverde, em Pernambuco; as adutoras de Amélia Rodrigues e Feijão, na Bahia. Tudo isso juntamente com o programa de fortalecimento institucional tem sido um trabalho que certamente, se procurarmos avaliar os resultados que esse trabalho é capaz de produzir, é possível que avaliemos com uma cautela maior os grandes programas das transposições de grande calibre.

Aqui não me ponho, absolutamente, contrário ao projeto. Aliás, como servidor do Governo Federal, devo me ater, devo me cingir àquilo que é obrigação regimental do Ministério do Meio Ambiente, mas Gestor de Água opina sobre transposição. Gestor de Água é responsável por repartição de vazões dentro e fora da bacia. Gestor de Água, no Brasil, tem que prestar obediência estrita ao que está estabelecido na Legislação Federal e nas Legislações Estaduais para os rios de domínio dos Estados, para que com isso, prestando-se obediência ao princípio básico da unidade hidrográfica, possamos dar a satisfação à sociedade daquela bacia hidrográfica sobre o destino que se vai dar aos seus recursos hídricos.

De modo que o nosso Ministério, em conjunto com a Secretaria de Infra-Estrutura, analisa os termos do projeto que ali vem sendo discutido. No passado, analisamos o projeto que a Codevasf também apresentava, mas temos uma obrigação regimental essencial da qual não podemos arredar pé, segundo afirma claramente o Ministro Sarney Filho, que tem sido quase que um cobrador diuturno da preocupação em relação a impactos ambientais e a repartições de vazões que são objeto da sua pasta ministerial. Portanto, projeto só ecologicamente correto e vazões só adequadamente negociadas e definidas é que devem ser objeto de um sinal verde no que concerne ao papel da pasta do MMA, em particular através da SRH, relativamente a essas propostas.

Peço desculpas pela demora, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, demais participantes, mas era imperioso que eu colocasse questões com essa visão estratégica que o Ministério tem, para que com isso o nosso debate sobre o potencial do São Francisco, em particular sobre a transposição, resulte enriquecido.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Muito bem. Agradecemos ao Dr. Garrido. Ele é um técnico de larga experiência, é conhecido por todos. Deu-nos aqui uma noção muito clara do que é gestão das águas.

Agradecemos e passamos a palavra agora para o nosso outro convidado, Dr. José Teodomiro de Araújo, Presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica... (Pausa.) Não?

A SRA. HELOÍSA HELENA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Um minuto, por favor.

Dr. Sérgio Barbosa de Almeida, ex-Chefe da Direção de Recursos Hídricos da Eletrobrás. (Pausa.) Não veio?

Estão inscritos seis companheiros que vieram aqui e pessoas convidadas. Pergunto aos senhores se desejam fazer as suas perguntas aos dois expositores, que já fizeram as suas exposições, ou se pretendem fazer a sua pergunta ao Dr. Garrido ou ao Presidente da Codevasf. A primeiro inscrita é a Senadora Heloísa Helena. V. Exª deseja perguntar ao Dr. Garrido ou ao Presidente da Codevasf?

A SRA. HELOÍSA HELENA – Aos dois.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Então V. Exª só tem três minutos para um e três minutos para o outro.

O SRA. HELOÍSA HELENA – Impossível.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Então, ótimo. Melhor ainda.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Bom, primeiro, quero mais uma vez justificar a ausência do Dr. José Teodomiro e a do Dr. Sérgio, que não estiveram presentes não por falta de... vontade pessoal. Pelo contrário, estiveram disponíveis todo o tempo para vir, mas, infelizmente, por falta de vontade política da Casa e da Comissão, poderemos efetivamente procurar quem são os responsáveis, eles não vieram porque o PTA não chegou a tempo para que eles pudessem estar aqui participando deste debate.

Primeiramente, gostaria de acabar com esta conversa de que todas as vezes que tratamos da questão da utilização das águas, dos recursos hídricos do Nordeste ou qualquer outro nome que seja dado, como transposição, mobilidade de águas etc. imediatamente aparece alguém para dizer que há uma briga entre os Estados que têm o rio São Francisco e os outros do Nordeste, que é um egoísmo muito grande das pessoas que estão lá com as suas águas, onde têm acesso à água, ao alimento, em relação às outras que não têm.

Vamos acabar com essa história, porque, em nenhum momento em que esse debate foi feito no Plenário desta Casa, por qualquer organização social, não vi esse debate, por duas questões: primeiro, porque seria uma gigantesca mediocridade técnica, porque, em todo o lugar do mundo, faz-se transposição, existe a possibilidade de se fazer mobilidade de águas. O minúsculo rio Jordão irriga o Deserto de Israel; a Califórnia é irrigada com água captada do rio São Joaquim a centenas de quilômetros; nas regiões secas da Espanha, que atormentam os produtores de frutas da França, em função da disponibilidade de água; nos Estados Unidos, há redes de canais navegáveis; no Egito; no Brasil, sabemos que a conversa é muita antiga, desde que D. Pedro II prometeu dar as jóias da Coroa para resolver o problema.

A discussão que insistimos em fazer, até com a responsabilidade que o Senado, como representante da Federação, tem que ter, não é a briga dos Estados que têm um rio contra que os não o têm. Primeiramente, isso seria uma falta gigantesca de solidariedade nossa com os nossos irmãos e, em segundo, não podemos aceitar que essa transposição seja apresentada como uma panacéia que venha a resolver os problemas do Nordeste.

Não é verdade, porque, se assim o fosse, na utilização das águas do rio São Francisco, onde esse corta, inclusive no Vale do São Francisco, estão os piores Municípios em relação aos indicadores sociais, nos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas. Os piores Municípios em condições sociais estão justamente lá.

Então, não vamos dizer que isso é a panacéia, que vai resolver todos os problemas do nosso Nordeste, que nós queremos resolver.

Há uma série de perguntas que gostaria de fazer. Gostaria que os ilustre convidados pudessem anotá-las, porque, como são muitas perguntas, talvez haja uma dificuldade no sentido de que eles possam fazer a anotação. Não posso passar, porque só tenho uma cópia.

Primeiro, qual o potencial hídrico subaproveitado no semi-árido? Em 1983, as informações que temos era que se estimava que, nas bacias dos rios Jaguaribe, Piranhas e Apodi, apenas um terço das vazões utilizadas nos açudes existentes eram utilizadas na irrigação; os dois terços restantes permitiriam irrigar cerca de 60 mil hectares que correspondiam ao dobro de toda a irrigação pública do Nordeste.

É importante lembrar também que, com a implantação do açudé do Castanhão, as vazões regularizadas foram significativamente ampliadas. Essa informação é verdadeira? Qual a disponibilidade de águas subterrâneas no semi-árido, especialmente das bacias sedimentadas do Cariri, ao sul do Ceará, Tucano, na Bahia, e em todos os outros Estados que seriam beneficiados com a transposição? Com esse potencial de águas subterrâneas do semi-árido, o que efetivamente pode ser aproveitado para as populações locais?

Por que diversos projetos de irrigação, já programados pelo DNOCS, pela Codevasf e por muitos governos estaduais, utilizando a capacidade de recursos hídricos locais, não foram implantados? Quais as medidas adotadas para compatibilizar os objetivos socioeconômicos da transposição, geração de postos de trabalho, emprego e renda com a realidade fundiária atual, onde predominam latifúndios com baixa utilização racional dos recursos naturais de água e de solo. Do que tem sido pensado e apresentado até agora, o que existe em relação ao zoneamento ecológico, à questão agrária, à questão de possibilidades agrícolas? O que, efetivamente, tem para ser apresentado?

O Governo pretende desapropriar, antes de promover a transposição, as terras que seriam beneficiadas com o projeto e utilizá-las para fins de reforma agrária? Se deixar para tomar essa medida depois de efetuada a transposição, é evidente que o custo será altíssimo, embora sejam áreas que constitucional-

mente podem ser desapropriadas. Caso o projeto preveja a implantação de canais nas encostas das diversas bacias hidrográficas receptoras, isso com certeza irá se alterar.

De acordo com o relatório do projeto de transposição de águas do rio São Francisco para o Nordeste Setentrional – o que tem sido apresentado até agora, que não é o projeto completo.... Infelizmente, o Ministro não veio até aqui para possibilitar nossa intervenção no debate e na elaboração do projeto. A principal meta do projeto, que está apresentado textualmente, diz: "Eliminação dos constrangimentos no acesso à água de boa qualidade por parcela expressiva da população brasileira. Em um investimento dessa dimensão, com área geográfica, população envolvida – certamente 7 milhões no ano 2000, 10 milhões em 2025 – com uma inversão financeira, a diversidade de setores usuários com interesses em jogo. Como é a meta? É fundamental direcioná-la para reduzir as enormes desigualdades regionais entre habitantes dessa região?

Há outro destaque que gostaria que fosse discutido: a cobrança do usa da água. Apresenta um viés economicista, mas o próprio relatório, síntese do projeto, diz, na sua página 7, que "parcela expressiva dessa água terá que ser paga pelos beneficiários, garantindo a sustentabilidade operacional do projeto da transposição". Se for junto com a privatização da Chesf, fica mais complicado.

Outra questão é a inexistência, de acordo com as informações que foram passadas até agora, de complementaridade hidrológica entre as bacias do rio São Francisco. Quero saber o que foi pensado em relação ao fato. Porque um projeto que inclusive pensava nisso, com a transposição das águas do rio Tocantins para o aumento da vazão das águas do rio São Francisco, está na Internet como de autoria da Codevasf. O projeto assegura não só o abastecimento de água, mas irrigação, desenvolvimento econômico, geração de emprego e de renda, dinamização da economia local.

Finalizarei, Sr. Presidente. Considerando o projeto de transposição – não sabemos exatamente qual é – gostaríamos de saber da projeção de investimentos necessários para realizar as obras de transposição. Muitas obras já foram iniciadas neste País. Certamente projetistas e empreiteiros ganharam dinheiro com obras inacabadas que, efetivamente, não asseguraram melhores condições para as populações das regiões. Queremos saber qual é a projeção de investimentos em todos os sentidos: desapropriação de terras, assistência técnica, obras de infra-estrutura, financiamento da produção e da comercialização, implantação de agroindústrias, instalação da infra-estrutura regional para armazenagem e escoamento de produção. Enfim, todos os estudos que dão conta, realmente, da finalidade a que se propõe o projeto.

Outra questão que é de fundamental importância são os estudos realizados em relação aos benefícios e limitações de uma operação que prioriza o bombeamento nos períodos de águas altas na bacia do São Francisco em relação ao valor econômico da água e da energia. O que efetivamente está sendo feito em relação ao projeto, que não conhecemos e queremos conhecer antes de a imprensa informar.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Obrigado, Senadora.

A Senadora fez uma exposição de 12 minutos, conferidos, excelentes as perguntas. Para responder às indagações, com a palavra, primeiramente, o Dr. Garrido, por 5 minutos.

O SR. RAIMUNDO SANTOS GARRIDO – Em relação ao potencial hídrico subaproveitado do Nordeste, ainda temos a cultura da abundância no País, e ainda há muito o que se aproveitar de mananciais locais em várias regiões do Nordeste. A Senadora fez referência ao Castanhão, que o Estado do Ceará, hoje, tem um estoque d'água, quando os volumes estão normais, de quinze bilhões de metros cúbicos. Com o Castanhão, ele se eleva a 21,7 bilhões de metros cúbicos. Então, é óbvio que isso melhora as condições de disponibilidade naquele Estado.

O Estado do Rio Grande do Norte dispõe, por um modelo excepcional que ali se estabeleceu e pelas dimensões convidativas do território, 44 mil quilômetros quadrados, de um açude quase no centro do território. Armando Ribeiro Gonçalves, que acumula 2,5 bilhões de metros cúbicos d'água, e que irradia para o Siridó, para o sertão central, para Mossoró e para a região do Apodi, águas num projeto modelo que aquele Estado vem desenvolvendo.

O Estado da Paraíba é mais sofrido, quero dar razão ao Senador Ney Suassuna. Ele tem Coremas – Mãe D'água, tem Boqueirão e tem pouca opção de obtenção de água, sendo que, em termos de recursos hídricos subterrâneos, é praticamente inexistente a capacidade de resposta naquele território.

Então, numa resposta mais genérica, ainda há muito o que se aproveitar de recursos hídricos, tanto superficiais quanto subterrâneos, no Nordeste. E creio que o Estado da Paraíba, que tem um índice um pouquinho acima de 1.500 metros cúbicos por pessoa, por ano, só ficando em segundo lugar,

porque Pernambuco consegue ter um índice menor ainda, de mil trezentos e pouco, é uma situação de estresse hídrico que precisa ser melhor pensada. Mas, ainda assim, Sr. Senador Ney Suassuna, soluções com mananciais locais ainda podem ser produzidas naquele estado. É questão de avaliar um pouco melhor.

Eu pediria para não responder sobre o Projeto de Irrigação do DNOCS e Codevasf. O Dr. Lócio, pelo menos quanto à Codevasf, está mais habilitado a oferecer resposta.

O que tem sido apresentado no que concerne a zoneamento ecológico, questão agrária etc., no corpo do projeto da transposição, efetivamente não vi, nos textos que pude compulsar, dados a esse respeito. Mas, certamente, as preocupações do Ministério da Integração Nacional sobre essas questões são relevantes no contexto do projeto.

Por igual, ofereço a mesma resposta sobre a desapropriação das áreas, com vistas a se ter a questão agrária devidamente equacionada de forma apriorística.

Desigualdades regionais.

Nas desigualdades regionais, quero, Srª Senadora, Sr. Presidente, apostar no Projeto Pró-Água Semi-Árido. O Pró-Água Semi-Árido, um projeto que tem como objetivo central fazer com que a água deixe de ser um fator limitante ao desenvolvimento do semi-árido brasileiro, certamente já é capaz de produzir ações que vão reduzir as distâncias entre o mais rico e o mais pobre daquela região.

A cobrança pelo uso, e a Srª Senadora faz uma ligação com a privatização da Companhia Hidroelétrica do São Francisco. A cobrança pelo uso, juntamente com a outorga, em nosso jargão, o licenciamento pelo uso da água, certamente vai ser um elemento que, custando muito pouco, é capaz de trazer resultados econômicos e sociais de muito grande alcance. Por quê? Porque está mostrado – e é da essência da própria experiência brasileira – que onde não havia outorga e passou a existir, os conflitos ou cessaram ou se reduziram drasticamente. A experiência única de cobrança, que é aquela que existe no Estado do Ceará, já mostra que combinando-se cobrança com outorga é capaz de se produzir resultados altamente satisfatórios, e não é isso que temos assistido na política de recursos hídricos daquele Estado. Refiro-me ao Estado do Ceará, que é o único Estado do Brasil hoje onde já se pratica ambos os instrumentos, outorga e cobrança.

Não me sinto, Senadora, autorizado de conhecimento para falar sobre a privatização da Chesf nesse contexto. Não conheço bem a questão **vis-à-vis** a cobrança e a outorga. Posso dizer que mesmo não privatizada, mas uma vez privatizada, a cobrança é elemento essencial para harmonizar os interesses entre quem precisa de água e aqueles que estão fazendo a gestão da água.

A existência da complementaridade hidrológica entre a Bacia do São Francisco e o rio Tocantins, – trata-se da questão da transposição do Tocantins, e V. Exª fez referência ao projeto que está na **internet** da Codevasf –, realmente é uma saída que traz 65 metros cúbicos por segundo para o São Francisco, dando-se uma apontabilidade hídrica favorável a uma transposição. No entanto, é preciso que observemos o seguinte: a transposição do rio Tocantins que vem pelo rio do Sono, entrando na Bahia pelo rio Sapão, daí desaguando no rio Preto, onde tem algumas cidades ribeirinhas e algumas de porte médio como Formosa do Rio Preto, como Santa Rita de Cássia Barreiras já está um pouco mais na bacia principal que é a Bacia do Grande , certamente exigiria obras de aumento da seção transversal do rio e de proteção das margens onde estão situadas essas cidades, sem o que não teríamos condição de fazer essa transposição.

Então, é importante observar que a transposição implica esses cuidados com a seção transversal dos rios que vai receber uma vazão adicional. E digo a V. Exª que a vazão média no rio Preto é de 45 a 48 metros cúbicos por segundo; passaria para mais 65, dando 110 metros cúbicos por segundo, o que convenhamos é um grave problema ambiental que teria de ser mitigado já na fase de projeto.

Mais duas indagações da Srª Senadora sobre os investimentos necessários, incluídas desapropriações de terras, financiamento da produção e todo um conjunto de ações que, se não estiverem concomitantemente implantadas, certamente não darão condição a que o projeto alcance o sucesso esperado. Quero outra vez dizer que, certamente, está no conjunto de preocupações do projeto que está sendo produzido, em sua fase final, pelo Ministério da Integração Nacional, esses itens que são importantes no contexto da transposição.

Por fim, a Srª Senadora se refere aos estudos já realizados em relação aos benefícios do bombeamento. Eu agrego que no projeto de transposição, que tem como ponto de partida Cabrobó até Jati, há todo um conjunto de preocupações com a questão das vazões e aquilo que se requer para que a vazão seja implementada, seja posta em prática, aquela travessia daquela garganta de Pernambuco e a preocupação

central. Quero fazer esta referência porque acho importante no contexto do projeto: não é a de abastecer os reservatórios do Nordeste setentrional, pelo simples fato de abastecer; é tanto mais para se fazer a sinergia sazonal que se pode tirar proveito, porque quando as vazões estão mais elevadas no rio São Francisco coincide que costumam estar mais baixas nas bacias do Ceará e nas bacias do Piranhas-Açu e outras bacias que se candidatam a receber essas águas e vice-versa.

Portanto, esse estudo de sincronização, esse estudo de sinergia do qual se pretende tirar proveito pela garantia contra a escassez em um determinado ano seco, seguido de outro ano seco, é objeto da preocupação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Eu pergunto à Senadora se as respostas do Dr. Garrido a satisfizeram, porque há outros companheiros inscritos. (Pausa.)

Dr. Aílson , a Senadora gostaria de ouvir alguma coisa sobre a Codevasf.

V. Sª tem 5 minutos.

O SR. AILSON BEZERRA – Eu diria à Senadora que eu tenho feito algumas palestras sobre o desenvolvimento do semi-árido do Vale do São Francisco; não aceitei nenhum compromisso que não fosse no mínimo de duas horas. De forma que eu não vim aqui realmente fazer uma palestra, vim dar opinião.

No que se refere à irrigação, a Codevasf, hoje, tem 25 perímetros de irrigação, 3 em implantação e 22 que estão em pleno funcionamento, totalmente ocupados e dirigidos pelo próprios irrigantes. A Codevasf não tem um palmo de terra nesses projetos. Ele implantou e disponibilizou. Como a infra-estrutura comum pertence à União, a Codevasf tem cuidado dessa infra-estrutura comum, principalmente no que se refere à modernização dos projetos mais antigos ou reabilitando aqueles em que houve alguma degradação na infra-estrutura comum; o resto é todo administrado. Podia haver o dobro desses projetos, mas o problema é orçamentário, é financeiro. Nunca houve recursos capazes de desenvolver mais rápido essa necessidade. Mesmo porque essa irrigação tem hoje 30 anos, é muito recente. O Egito tem 5.000 anos de irrigação; a Espanha, mais de mil anos, desde a invasão árabe. Nós estamos aprendendo. Agora é que há uma conscientização para essa irrigação e esse desenvolvimento de tecnologia que foi adaptado. É o momento, agora, de de intensificar a velocidade de implantação desses projetos, porque trazem desenvolvimento e riqueza para a região.

Se houver recurso, com certeza, o DNOCS, a Codevasf, os próprios Estados farão isso mais rápido, porque a tecnologia está à disposição e a consciência da população está muito forte em termos de irrigação. Quando iniciou-se, era preciso convidar as pessoas para participar; hoje a licitação é até uma guerra.

Tenho consciência de que o Semi-Árido não pode continuar com ações pontuais, ações que eu chamo de manutenção da miséria. Há muitos recursos hídricos que precisam ser aproveitados, tem o Proágua com as adutoras para levar água, as águas vão para as cidades, e as cidades vivem em função do campo. As cidades têm umas bodeguinhas, umas fojinhas e vivem em função do campo. Quando há irregularidade climática, o povo que chamo povo do mato, meu povo lá das caatingas morre de fome, e água não mata fome. Há água para beber, porém quero água para produzir, para dar renda. Então, tem-se de criar atividades sustentáveis: mineração, piscicultura, irrigação, pecuária, atividades que dêem sustentabilidade ao homem do sertão, ao homem do campo. Às vezes, discordamos de algumas posições. Reutilização da água: reutilizar o que não existe. Se não há água, como vou reutilizá-la? Esse é um problema. O problema de lá é água na terra ou atividades que não dependam disso.

Há muito assunto para se discutir, mas isso é coisa para um seminário de uma semana, porque o problema é de 300 anos.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Muito obrigado, Doutor.

O próximo inscrito é o Senador Geraldo Cândido, que dispõe de cinco minutos. Escolha para qual dos dois palestrantes V. Exª deseja fazer a sua pergunta, porque há outros inscritos, e o nosso tempo é curto.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, farei algumas perguntas aos dois palestrantes. Se houver tempo, poderão respondê-las.

Antes, gostaria de tecer algumas considerações. Primeiro, é sempre bom avaliarmos a situação da seca no Brasil, que é um fenômeno antigo. Por exemplo, desde 1847, época do Império, um deputado cearense, Marcos Macedo, já havia proposto um projeto para a transposição do rio São Francisco para o rio Jaguaribe.

Eu queria fazer uma pergunta ao Dr. Ailson Bezerra. No mês passado, em Recife, houve um encontro, com a participação de mais de 100 países, para discutir o fenômeno chamado desertificação. O senhor afirmou que isso não existe. Gostaria que o senhor explicasse que fenômeno é esse quando a terra

começa a ficar sem vegetação e arenosa. Parece que esse fenômeno começou a aparecer no Brasil.

Um outro detalhe interessante é a questão da água no Nordeste. Pelo que sabemos, o Nordeste tem cerca de 20 bilhões de metros cúbicos de água em açudes, conforme o próprio Dr. Raimundo Santos Garrido afirmou. O problema do Nordeste não é tanto de seca. O problema do Nordeste é a democratização da água, porque a água está lá armazenada, estocada em açudes. São 20 bilhões de metros cúbicos. É muita água. Só o Ceará, como S. Sª afirmou, é verdade, tem mais de 15 bilhões de metros cúbicos de água estocados. O Rio Grande do Norte, que é um Estado menor, tem lá a sua quantidade. Então, o problema é democratizar a água. Essa é a grande realidade do Nordeste.

Ao apresentarmos isso aqui, não estamos querendo dizer que somos contra a questão da transposição. O Dr. Ailson tem razão, é preciso discutir profundamente.

Vou passar às perguntas.

Alguns especialistas em recursos hídricos afirmam que os lençóis de água do Nordeste poderiam irrigar um milhão e meio de hectares. O Governo tem estudos sobre isso?

Como fica a situação dos agricultores que vivem da agricultura de vazante de rios como o Jaguaribe?

Como ficará o sistema de açudes que atualmente vai até o pé do rio Araripe?

Como se dará a industrialização do Semi-Árido proposta no projeto e como será o controle de migração para a área, uma vez que a industrialização é sempre um chamariz, principalmente nesse período de desemprego crescente? Megaprojetos como o da transposição geram grande contingente de trabalhadores temporários. O projeto do Governo prevê alguma política específica para essa população?

Como ficará o arcabouço regulatório da transposição, tendo em vista o fato de que a Agência Nacional de Águas – ANA – ainda não foi sequer criada?

O projeto que cria a ANA, no caso do gerenciamento dos reservatórios de usinas hidroelétricas, prevê que o Operador Nacional do Sistema – ONS – tenha os mesmos poderes da referida Agência.

Num período de estiagem, quem definiria a prioridade entre a geração de energia e uso da água, irrigação, abastecimento das cidades, etc.?

Finalmente, o Nordeste, que é abastecido pela energia elétrica gerada pelo rio São Francisco, enfrenta problemas sérios de racionamento. Qual será o custo energético adicional com a implantação da transposição? O sistema Chesf suportará esse acréscimo?

São essas as minhas questões.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir a V. Exª e à Comissão, uma vez que há apenas dois inscritos, que estes fizessem logo as suas perguntas, e, posteriormente, os debatedores dariam as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Acato sua sugestão.

Nesse caso, concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, sabemos atualmente que o projeto mais debatido e polêmico – pelo menos em relação ao Nordeste – é o da transposição das águas do rio São Francisco, importante para vários Estados da nossa Rogião que têm projetos em andamento ou em fase de execução. Nos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia, por exemplo, há projetos que considero da mais alta relevância para o seu desenvolvimento e que poderiam ser prejudicados se a transposição não fosse devidamente estudada sob o ponto de vista do impacto ambiental causado pela sua execução.

O Estado de Alagoas tem um projeto grandioso – denominado Canal do Sertão –, iniciado em outras gestões, que se constitui hoje numa obra inacabada. Há necessidade de injeção de recursos dos Governos Federal e Estadual para a sua continuidade. Naturalmente, a Bancada de Alagoas deve ter-se interessado por esse projeto e proposto alguma emenda no sentido da sua continuidade.

O Estado de Sergipe tem um projeto – chamado Califórnia – em plena execução, outro recentemente implantado – o Platô de Neópolis – e, ainda, um a ser executado, que, tenho certeza, constará do do PPA, que é o Projeto Xingó, levando a água do rio São Francisco para a cidade de Poço Redondo, uma das cidades mais pobres do Nordeste dentre aquelas citadas pela Senadora Heloísa Helena.

A Bahia tem um interesse conjugado, simultâneo, com o Estado de Sergipe, que é o Projeto Dois Irmãos. É um canal de trezentos e tantos quilômetros de extensão que sai de Itaparica, percorre uma vasta extensão do Estado da Bahia, penetra no Estado de Sergipe, e esse projeto, se devidamente executado, daria a oportunidade ao surgimento de um amplo projeto de irrigação, proporcionando mais de

cento e cinqüenta mil empregos na região, juntamente com o Xingó.

Antes porém da minha pergunta, eu diria o que outros já disseram: não há egoísmo da nossa parte de transferir para os demais Estados que precisam de água aquilo que o rio São Francisco puder transferir. Acho que só damos o sangue quando temos sangue. No caso do rio São Francisco, ele, em matéria de água, está ficando pálido, ou seja, sem aquelas células vermelhas, com anemia crônica, como falou a Senadora Heloísa Helena.

A pergunta é a seguinte: em face desses interesses que são comuns – nós temos interesse na transposição, não há dúvida, mas, em primeiro lugar, até dentro da lógica regional, temos interesse na execução desses projetos –, como compatibilizar a transposição do rio São Francisco sem os devidos cuidados, atendendo o que determina a própria Constituição – que preserva o meio ambiental por meio de estudos de impacto para a realização de qualquer projeto de recursos hídricos? Como conciliar os interesses desses Estados que querem a transposição e os interesses dos Estados que desejam continuar os seus projetos e executar novos projetos, que já estão inclusive no PPA, sem o perigo de que eles tenham continuidade e possam ser executados os novos? Esta era a pergunta que eu gostaria de fazer, principalmente ao Dr. Raimundo Santos Garrido, que está na área do meio ambiente e recursos hídricos, sem desprezar a participação do presidente da Codevasf.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Com a palavra, o Senador Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, rapidamente quero reafirmar o que muitos Senadores disseram, ou seja, que o único propósito que temos é o de conhecermos bem esse projeto, de vermos o que ele significa, sob o ponto de vista global, para o Nordeste. Como realmente não o conhecemos, às vezes essas posições são confundidas com posições preconcebidas, mas a pergunta é rápida e mais ou menos na linha da que fez o Senador Valadares.

Eu gostei muito da imagem da transfusão, que significa um doador e um receptor. Geralmente, o doador é um sujeito que tem saúde, que passou por todos os exames; ele é submetido a uma bateria de exames para ver se essa doação não vai prejudicar a sua saúde já debilitada, e a pergunta que faço é a seguinte: esse doador é hígido, é saudável? Pode fazer isso sem risco para a sua saúde?

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Muito bem. Eu gostaria de colocar a questão da seguinte maneira: creio que todos gostariam de estar bem informados ao sair daqui.

Estou substituindo a Senadora Emilia, que agora está chegando, e, se S. Exª me permitir, eu faria uma colocação para o Dr. Garrido: V. Sª já fez uma exposição completa do que pensa, do que pensa o Ministério, do que pensam as leis brasileiras que estão aí para serem aprovadas. Mas, na verdade, para a pergunta que se faz neste instante, creio que o senhor já tem a resposta na ponta da língua. Ele está perguntando se o rio São Francisco tem água suficiente para atender aos projetos desses Estados – um canal com 300 quilômetros requer muita água e aquela idéia de V. Sª de que a gestão de água dos Estados seria um primeiro passo. À pergunta, eu creio que o senhor poderia responder, e dispõe de cinco minutos.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Com a palavra a eminente Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Como estamos administrando duas Comissões praticamente ao mesmo tempo e como o debate se inicia hoje será aprofundado posteriormente, com a audiência de outras pessoas, abro mão dos meus questionamentos. Mas indagaria a V. Exª se concorda que, ao invés de uma possível inscrição minha, cedamos o espaço para o Deputado por Pernambuco que nos honra com a sua presença, que também poderia fazer um questionamento depois de todos os Senadores falarem, e, logo após, os nossos convidados fariam suas exposições com base nas perguntas feitas.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Muito bem colocado, Senadora.

Com a palavra o Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sou de Pernambuco, Petrolina, Bacia do São Francisco, divisa com a Bahia.

O tema "Transposição do São Francisco" é místico, emocional. O que o Senador Paulo Souto disse aqui é apropriado. Doar só se o doador estiver em plenas condições.

Antes de fazer a minha pergunta, eu pediria ao Sr. Presidente que possibilitasse ao Dr. Raimundo Garrido falar sobre outras experiências de transposição de bacias, para podermos entender o **habitat**, quando aconteceu, a conjuntura, para que possamos comparar.

Parece-nos que – o Presidente da Codevasf disse também – no Nordeste a falta que a água faz é justamente na produção. A pessoa não morre por inani-

ção de sede, por falta de beber um caneco d'água, um copo d'água.

Quando o Presidente diz que a transposição é só humanitária, para matar a sede, é uma contradição, porque, de acordo com a Senadora, os grotões mais pobres em índice de desenvolvimento social estão à beira do rio. O polígono da maconha no Nordeste está na beira do São Francisco por falta de ocupação econômica. Então, existe uma contradição nisso, com que temos de tomar cuidado.

Há uma outra alternativa naquela matriz, e o Dr. Garrido colocou, que é a questão do custo-benefício. Existem nordestinos no Rio Grande do Norte, na Paraíba, no Ceará nas mesmas condições degradantes que na Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Temos de ver também o custo-benefício de tudo isso. Há também a questão do percurso. Como V. Sª disse, o maior custo é o da compensação. Temos conversado com alguns técnicos que assessoram a Cesp, a hidrovia Tietê–Paraná, todo esse conjunto de lá, e concluímos que há um caminho alternativo que custa mais caro, mas o custo social talvez seja mais compensatório. A questão da elevação encarece muito essa obra e beneficia muito pouco. Há um outro roteiro, que é a saída de Sobradinho, passando pela Bahia, com 50 mil ha o Projeto Casa Nova , Pontal/Sobradinho, o Canal/Sertão de Pernambuco e, antes de entregar essa água para beber, beneficia-se quase 300 mil hectares do eixo Bahia/Pernambuco. Todavia, não concebo uma transposição dessas, quando estamos discutindo Chesf e vinculando 90% da água para energia, por 35 anos. Essa transposição a que o Presidente se referiu é um início desse processo revolucionário de mudar a face do Semi-Árido, e não é levar a água para beber, mas para operar a mudança mediante essa cadeia de negociação que é a irrigação. Gostaria de ouvir sobre outras experiências e tecer comentários. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Dr. Garrido, pelo avançado da hora, eu me permitiria solicitar ao nosso Deputado por Pernambuco, que, com muito brilhantismo abordou essa questão, que V. Sª se limitasse, por exemplo, a responder, porque praticamente a pergunta é a mesma, mas se o senhor for fazer uma exposição sobre o êxito de outras transposições – e nós teríamos o maior prazer – levaria mais de uma hora aqui porque são vários – eu conheço pelo menos três, pois já visitei, como engenheiro, os três, e sei que para descrever isso eu levaria muito tempo.

Penso que, se o senhor pudesse, passaria um documento para o Deputado, com todas as informações, a fim de que não houvesse, digamos assim, maior extensão do nosso tempo; o senhor teria cinco minutos para responder.

O SR. RAIMUNDO SANTOS GARRIDO – Obrigado, Sr. Presidente. Ficarei, portanto, com duas dívidas. Uma é a do trabalho que, com muito gosto, enviarei ao Deputado Clementino Coelho, e enviarei também para a Comissão sugestão da Senadora Heloísa Helena; e a outra é com o próprio Senador Geraldo Cândido, na sua primeira pergunta sobre se os lençóis do Nordeste dão para 1.500 hectares. Eu não sei com exatidão o que é possível alcançar com os lençóis do Nordeste. O que é importante observar é que vastas porções do Piauí ocidental; o aqüífero-açu, no Rio Grande do Norte; a formação tucano, na Bahia; São Sebastião e praticamente todo o litoral nordestino são regiões de onde se pode sacar água abundantemente.

Algumas capitais são servidas quase, numa percentagem razoável, por água subterrânea. Recife, que apresenta a situação mais preocupante entre as capitais brasileiras, toma mais ou menos 25% a 30% de água do subsolo, só para abastecimento urbano.

Mas a pergunta de V. Exª faz referência à irrigação, e o número exato eu peço vênia para enviar a V. Exª **a posteriori.** Pagarei as duas dívidas em conjunto à Comissão.

Sobre a agricultura de vazante, eu quero oferecer a mesma resposta: como ficarão os vazanteiros? – e o senhor parece que fez referência a uma bacia cearense. Há situações as mais diversas. Agrego, por exemplo, o Baixo São Francisco, que serve de fronteira entre Alagoas e Sergipe. Os vazanteiros são outro problema, que para nós já são um conflito entre esta utilização e a própria hidroenergia – Chesf e Codevasf têm-se encontrado seguidamente, buscando soluções para essa questão da agricultura do vazanteiro. Mas para essa pergunta e para a questão da ANA, em relação aos reservatórios hidroelétricos e o papel do operador nacional, o ONS, que V. Exª alude ter os mesmos poderes que a ANA, eu diria o seguinte, Senador: a palavra-chave nesse contexto é o comitê de bacia. Comitê de bacia como foro de discussão dos problemas da bacia tem lugar para o vazanteiro, para o representante do Governo Federal, para o representante dos setores usuários da água, e não se encontrou outra forma tão mais adequada para se repartir a água de maneira harmônica entre os usuários senão pela negociação, negociação essa que não exclui evidentemente os instrumentos de política que citei anteriormente, como, por exemplo, a outorga e a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Particularmente, quanto ao gerenciamento que a ANA fará dos reservatórios, no caso dos reservatórios de geração de energia hidroelétrica, o Projeto nº 1.617, ou talvez 1.616, do Governo, ele realmente impõe uma consulta ao operador, ao ONS. Essa consulta, essa articulação, aliás, que ali está proposta, tem sido objeto de comentários e de críticas, inclusive, da própria sociedade civil organizada. Mas eu quero defendê-la neste primeiro momento. O setor de recursos hídricos, sendo um setor novo no Brasil, impõe que, até que o nosso aprendizado se complete, algumas ações que o Governo Federal tem, pelo caráter estratégico daquela ação, a obrigação de não permitir que dê errado – e é o caso da geração de energia elétrica –; ele precisa efetivamente ter o domínio da decisão até que o comitê ganhe maturidade, até que o comitê atinja sua maioridade, e certamente ONS, ANA e todos os demais elementos presentes ao Comitê estarão decidindo em franco processo de negociação. Mas quero, pessoalmente, defender o artigo do projeto de lei que coloca a articulação e, mais do que tudo, a consulta ao operador nacional, porque isso faz parte, neste primeiro momento, do aprendizado pelo qual está passando o setor de recursos hídricos no Brasil.

Não tenho condições de responder a algumas perguntas de V. Exª, porque dizem respeito a aspectos mais específicos do projeto. Terei imenso prazer em encaminhá-las e trazer respostas depois de entendimento com os meus colegas do Ministério da Integração Nacional, mas tenho absoluta convicção de que questões como o racionamento de energia, **vis-à-vis** custo com a transposição, foi tema pensado ali naquele projeto; a questão do trabalho temporário, que acho da maior relevância e que foi preocupação de V. Exª, sei que isso faz parte das oportunidades de emprego durante o período da implantação do projeto.

V. Exª se referiu à indústria no Semi-Árido e ao controle da migração para a área. Não vi isso, mas terei o cuidado de fazer essa verificação para uma resposta **a posteriori**. Absolutamente, não sei responder sobre os açudes ao pé do rio Araripe, a que V. Exª faz referência.

A última das suas indagações. O arcabouço regulatório sem ANA. Devo dizer que a ANA é uma questão de tempo. A pauta das duas Casas Legislativas, em particular da Câmara, não permitiu a votação, o entendimento a ponto de ser votada a matéria na Câmara, mas tenho a mais nutrida esperança de que no retorno dos trabalhos legislativos, aí não sei dizer se inclusive ou exclusive a convocação extraordinária que a imprensa vem dando conta de que ocorrerá, mas, certamente, ANA é uma questão de poucos meses para que tenhamos nossa agência implantada e que será, juntamente com o SRH, um casamento que acrescenta, porque divide as atividades de formulação de política, que remanescerão com o SRH, daquelas de implementação dessas mesmas políticas que serão da alçada da ANA, com isso dando-se condição de maior flexibilidade para que esse arcabouço melhor funcione, inclusive no que concerne à avaliação do projeto da transposição.

O Senador Antonio Carlos Valadares faz um cotejo e eu avanço, algo que não fiquei de responder, por orientação do Sr. Presidente, entre o projeto polêmico e outros projetos importantes de interesse comum entre várias unidades federadas, e V. Exª citou duas a duas em cada caso.

É da história das transposições no oeste americano que, em geral, as transposições de grande calibre, as que perpassaram as fronteiras estaduais, foram parar exatamente na Casa Legislativa daquele país – como aqui nos encontramos, no Senado Federal –, porque é a casa legislativa que termina por dirimir os conflitos e articular os interesses das unidades federadas.

A história dá conta de que nas transposições do Arizona e do Novo México entre si, a maior parte delas levando água à Califórnia, muitos projetos foram discutidos no Senado americano, e levou-se em conta o conjunto do projeto transposição objeto daquele debate formado com outros projetos de interesse das unidades federadas ali envolvidas.

Quero dizer a V. Exª que, se a história costuma se repetir em ocasiões, ainda que em países distintos, e esse aprendizado americano vier a aqui prevalecer, certamente, num contexto global da questão do Semi-Árido, aí incluído o Proágua Semi-Árido, a idéia da transposição do São Francisco, os projetos individualizados em cada Estado ou de interesse comum a Estados que dividem fronteiras entre si, certamente poderão ser tomados num todo para que daí resulte uma decisão que consulte a avaliação de conjunto e menos a avaliação individualizada desses projetos.

Ao Senador Paulo Souto, que pergunta sobre a higidez do São Francisco, eu respondo que o São Francisco, Sr. Senador, está na UTI. O São Francisco, se fizermos uma visita. E V. Exª tão bem conhece os trechos médio e baixo do rio São Francisco. Mas se verificarmos, desde o alto, nas cabeceiras, na região da capital do Estado de Minas Gerais, com o descarte de substâncias tóxicas, produto da atividade industrial sem o devido tratamento dos afluentes, se

verificarmos que qualquer cidade de médio porte, já que as pequenas talvez não influam tanto na vazão passante do rio, por não terem estação de tratamento de afluentes urbanos, estão contribuindo nocivamente para diminuir a qualidade das águas, pois a lixiviação de produtos fitossanitários, praguicidas, herbicidas e outros tantos utilizados na irrigação forte no oeste da Bahia, em vastas áreas no norte de Minas Gerais, sobretudo no trecho de Juazeiro e Petrolina, estão danificando a saúde do rio, o episódio de assoreamento a que V. Exª alude, questões da erosão verificada em vários pontos do rio, tanto quanto a questão quantitativa mesmo da água, que vem formando bancos de areia em várias regiões do rio, veremos que precisamos promover a recuperação do rio São Francisco.

Nesse sentido quero fazer referência a uma comissão do Senado Federal, que se iniciou em 1995, presidida pelo Senador Renan Calheiros e que teve como Relator o Senador Waldeck Ornelas, Ministro da Previdência e Assistência Social. O relatório que hoje se encontra na Biblioteca do Senado Federal mostra o tanto que se precisa fazer pela bacia do São Francisco a fim de que possa efetivamente se colocar na condição de uma doadora em potencial.

Senador Alberto Silva, se tem água suficiente, acho que a resposta foi um pouco no meio das perguntas. E fiquei de enviar ao Deputado Clementino Coelho a questão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Muito bem.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Pela ordem, Sr. Presidente. Então, pelo que V. Sª afirmou, não há água para a transposição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Srs. Senadores, estou inscrito como um dos inquisidores. Gostaria de aproveitar a oportunidade, com a licença da Presidente, e ao invés de fazer uma pergunta, faria uma pequena exposição. Fui governador de Estado duas vezes e tive a oportunidade de várias vezes ir a Petrolina e conhecer o projeto, a vila Coelho, tudo que há lá, o êxito da Codevasf, conheci tudo isso bem de perto. Mas o que me chamou a atenção agora foram as palavras do Dr. José Luiz Perez Garrido, que diz que temos que cuidar urgentemente do São Francisco. Nesse caso, cara Presidente, ele fala que houve uma Comissão dirigida pelo Senador Renan Calheiros cujo Relator era o Senador Waldeck Ornelas, se não me engano. Vamos transformar nossa comissão talvez em uma comissão como essa. E fazemos uma proposição aos órgãos que cuidam do assunto no sentido de que passemos a cuidar já do São Francisco antes de cuidar de tirar sua água, que já é tão pouca. Então vamos trabalhar em cima disso, cara Presidente, pois creio que assim estaremos contribuindo para garantir ao País a geração de energia que o São Francisco tem nos dado até hoje. Mas se ele vai ficando sem água, assoreado e poluído, acabaremos não tendo nem água para o próprio rio nem para energia elétrica.

O Dr. Garrido conhece uma proposição que fiz, um tanto polêmica. Ele mesmo tratou de me corrigir quando eu disse que estamos tratando de vazões de 60, 70m³ por segundo. Sou engenheiro da área de construção de usinas hidrelétricas, é a minha especialidade. Sei exatamente o que significa 70, 100m³. Mas depois de Xingó são 2.000m³ e a água que vai para o mar. Depois de ter gerado energia, depois de ter passado pela Codevasf, vão para o mar 2.000m³/s de água do São Francisco.

Na ocasião, em um debate que tivemos na TV Senado, e foi uma honra para mim estar ao lado do Dr. Garrido, um excelente técnico, assombrou-me ele dizer que, para levantar essa água no ponto que está sendo escolhido, precisa-se da energia correspondente a dois Estados. Então, nesse caso, o custo dessa água vai ficar altíssimo, porque se tem que gastar energia equivalente ao que se gasta em dois Estados; esse número é assustador.

Nesse caso, depois da barragem de Xingó, têm-se 2.000m³/s e essa água vai para o mar. Quantos quilômetros têm da última barragem até chegar ao mar? Mais ou menos uns 150 quilômetros? Talvez. Que 50 quilômetros ainda sofram a influência do mar e a possa ser considerada salinizada. Mas um pouco acima disso, o Dr. Garrido, que tem outros consumos de cidades que estão depois da barragem, nesse caso talvez seja tão pouco o consumo que possamos nos aventurar a dizer por que não tirar 200m³/s depois da barragem e chegarmos à praia, ao nível do mar? O nível da água ou o nível do terreno na foz do rio São Francisco é o mesmo de Recife, Fortaleza – João Pessoa não, porque fica mais para dentro –, mas Cabedelo, Natal.

Se eu não tenho nenhum acidente a transpor e na praia vou ao mesmo nível, o consumo de energia para levar essa água pelo mar ou pela praia, em dutos – hoje em dia se fabricam tubos com um grau de resistividade tão pequeno que a água desliza por dentro –, com estações de rebombeamento nos devidos lugares, e essa água chega às capitais, V. Exªs já prestaram atenção? Ela chega em Recife, vem pelo mar, pela praia. Chega em Natal. Se bem que não vamos

dar aquela volta. Segundo o Dr. Garrido, o Ceará parece que já está com o seu problema de gestão de água resolvido. Então, teríamos Pernambuco, Paraíba – o Senador Suassuna não está aqui –, mas se a adutora vai pelo litoral, sem recalques para subir ou para descer, vai de nível, chegaríamos com essa água a um custo muito baixo. É polêmico, mas é real, quem está falando aqui é um Engenheiro desta área. Calcar no nível é muito mais fácil do que subir ou calcar contra a gravidade.

Por último, gostaria de dizer a V. Exªs que estamos fazendo uma experiência que nasceu no meu Governo. A tal roça, a que se refere aqui o Dr. Airson, queimada, devastando a mata, produzindo nada, produzindo feijão para comer, que não vale nada... Temos um projeto, e eu convidaria os companheiros Senadores para conhecê-lo. Agora em dezembro vamos colher feijão e milho para semente, não para comer. Um quilo de feijão para semente custa R$2,50; um quilo de milho para semente custa R$1,20. Com o auxílio da Embrapa e uma tecnologia que praticamente inventamos, estamos tendo uma safra de milho com 200mm de chuva e uma safra de feijão com 100mm de chuva artificialmente, que fizemos lá na Embrapa, com aspersores, mas com uma quantidade enorme de pluviômetros, marcando a chuva que cai, e tensiômetros no chão marcando o que acontece com o grau de umidade do terreno naquela soalheira em que o chão fica com 40º, por conseguinte a evaporação seria violenta, mas nós conseguimos, digamos assim, um milagre de agüentar, sem chuva, 20 dias entre uma chuva de 30mm e uma outra de 30mm. Somando chuvas de 30mm, de vinte em vinte dias, no período chamado de seca no Semi-Árido – tenho experiência própria como Governador, e o nosso companheiro Valadares também foi Governador à mesma época e se esqueceu de dizer... V. Exª fez uma adutora no seu Governo, não foi?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADRES – Foi no Governo de Augusto Franco. E os projetos de irrigação que falei, como o Califórnia, foi no Governo de João Alves. A implantação desses projetos é que foi no meu Governo.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Lembro-me disso.

Eu quero concluir dizendo que essa experiência no Semi-Árido que estamos desenvolvendo, com o apoio da Embrapa e do Ministério da Ciência e Tecnologia, pode se transformar numa solução para o homem que mora lá no Semi-Árido – esse a que o Dr. Airson acaba de se referir –, que é um coitado, que mora lá no campo e que a roça dele não dá para nada.

A renda prevista – quase podemos garantir – desse lavrador, com um hectare, é de R$450,00 por mês – por mês, senhores! –, vendendo feijão para semente e milho para semente. O projeto está pronto para quem quiser ver, já convidei o pessoal da Embrapa e convido os nobres Srs. Senadores. A partir do dia 15 próximo até o fim do mês, vamos colher o feijão que foi produzido com 100 milímetros de chuva e o milho, que deu uma safra precoce, com 200 milímetros. Em qualquer seca do Nordeste chove mais de 300 milímetros. E tem um barracão que recolhe água de uma chuva de 300 milímetros. Temos dois sacos plásticos dentro do armazém que recolhem 30 mil litros cada um. Então, temos 60 mil litros e já fizemos os cálculos. O sistema de fossa do nosso projeto tem reciclagem de água, ela vai e volta. Então, o lavrador tem à sua disposição 60 mil litros de água, com verão, inverno ou o que for, de 300 milímetros, e tem uma roça ao lado que lhe garante, seguramente, um salário de R$400,00 a R$450,00 por mês, vendendo sementes que o Brasil não tem e compra da Monsanto, da Cargil e de outras multinacionais. Não temos sementes, na verdade. Esse projeto pode produzir semente e dá uma renda ao lavrador; além do mais, ele tem energia solar ligada à casa, todo o conforto e pode ter uma professora para ensinar a duas roças daquela, porque o salário dele é suficiente.

Eu queria prestar essas informações, agradecendo à Senadora Emilia, nossa Presidente, a oportunidade que me deu de presidir. E agradeço aos companheiros e aos expositores a lição que recebemos deles sobre o São Francisco.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, quero fazer uma pergunta sobre a presença do Ministro da Integração, uma vez que S. Exª foi convidado e não pôde comparecer, em duas oportunidades, para tratar desse assunto. Eu gostaria de saber quando S. Exª estará presente, porque temos o maior interesse, uma vez que a execução do projeto de transposição ficará a cargo daquele Ministério.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Eu gostaria também de agradecer a presença dos convidados, em nome também da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e dizer da importância do tema, do quanto o Brasil precisa aprender sobre a região Nordeste, sobre o rio São Francisco, sobre o problema da seca e sobre a angústia em que vive o povo daquela região. Temos a obrigação – recebo como obrigação, embora Senadora pelo Rio Grande do Sul, longe da região Nordeste – de nos aprofundarmos nesse tema.

Desde logo, proponho à nossa Comissão, estendendo às outras Comissões, a criação, urgente-

mente, de uma subcomissão para acompanhar e aprofundar a discussão desse tema, que considero de fundamental importância. Aí construiríamos, a partir da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Assuntos Econômicos, uma grande proposta para a Região Nordeste, com o compromisso de todos os Senadores se debruçarem sobre o tema, que, tenho certeza, é do interesse de todos.

É o início de um debate o que está se travando hoje e daremos continuidade posteriormente.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Pela ordem, Sr. Presidente.

Em nome da Presidência da Comissão de Assuntos Sociais, gostaria de explicar, tanto para a Senadora Emilia como para o Senador Valadares, que quando aprovamos o requerimento na Comissão de Assuntos Sociais e estendemos o convite tanto para a Comissão de Infra-Estrutura como para a Comissão de Assuntos Econômicos, foi inclusive diante de um debate que se realizou na CAE, entre Senadores de Estados que não têm o rio São Francisco e outros Estados também. Já existe uma proposta, inclusive, de um seminário, e há também a Comissão, cuja instalação foi requerida ao Plenário pela Senadora Maria do Carmo, por mim e pelo Senador Valadares. Então, a Mesa Diretora já tem um requerimento para a instalação da Comissão e existe também aprovado um seminário sobre o tema, com a participação de vários técnicos. Em resposta ao Senador Valadares, quero dizer que o Ministro encaminhou à Comissão de Assuntos Sociais, e certamente encaminhará também às outras Comissões, uma agenda para que se possa coletivamente escutá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h56min.)

Ata da 21ª Reunião (Ordinária) realizada em 14 de dezembro de 1999.

Às quatorze horas do dia quatorze de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Emilia Fernandes, presentes os(as) Senhores(as) Senadores(as) Mauro Miranda, Ludio Coelho, Luis Pontes, Teotônio Vilela Filho, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Souto, Jonas Pinheiro, Osmar Dias, Juvêncio da Fonseca, Gérson Camata, Geraldo Cândido, Roberto Saturnino e Romero Jucá reúne-se, extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marluce Pinto, Gilvan Borges, José Agripino, Alberto Silva, Arlindo Porto, José Jorge, José Roberto Arruda, Antonio Carlos Valadares e Roberto Freire. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do Item nº 01 – Mensagem nº 239, de 1999. Ementa: Submete a apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Eloi Fernández Y Fernández, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Gerson Camata. Relatório: Favorável a Indicação. Na fase de interpelação, os Senhores Senadores sabatinam o interpelado, tecendo considerações sobre o assunto abordado fazem uso da palavra os Senhores Senadores: Osmar Dias, Roberto Saturnino, Mauro Miranda, Juvêncio da Fonseca e Geraldo Cândido. Na fase de votação por escrutínio secreto, o Senhor Eloi Fernández Y Fernández obteve 13 votos favoráveis, 0 contrário e 1 abstenção. Resultado: Aprovada a Indicação. Item nº 02 – Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1999. Não Terminativo. Ementa: Autoriza o uso do gás natural ou do gás liqüefeito (GLP), como combustível para veículos que especifica. Autor: Senador Carlos Patrocínio. Relator: Senador Mauro Miranda. Parecer: Pela aprovação na forma do substitutivo que apresenta. Na fase de discussão, não havendo quem queira discutir a matéria, passa-se a fase de votação em turno suplementar, ocasião em que a matéria foi aprovada por unanimidade. Resultado: Aprovado em Turno Suplementar (2º Turno). Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às onze horas e trinta minutos, lavrado eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senadora **Emilia Fernandes,** Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Neste momento, damos início aos trabalhos da Comissão de Infra-estrutura do Senado da República.

Consulto os Srs. Senadores se estão de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A Presidência sugere inversão de pauta, embora já esteja aqui o Dr. Elói Fernándes y Fernández, Di-

retor da ANP e candidato à reeleição. A ANP é o objetivo maior da nossa reunião.

Está na pauta o Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1999, que autoriza o uso do gás natural ou do gás liqüefeito como combustível para os veículos que especifica, de autoria do Senador Carlos Patrocínio. O Relator foi o Senador Mauro Miranda, e o parecer foi pela aprovação do Projeto com o substitutivo que apresentou.

Votação em turno suplementar desta matéria. Se não houver objeção ou se nenhum Senador desejar usar da palavra, em votação.

Aprovado em turno suplementar o Item nº 2.

Passaremos ao Item nº 1, que é a Mensagem nº 239, de 1999, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Elói Fernández y Fernández para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo. É da Presidência da República. O Relator é o Senador Gerson Camata.

Antes de passar a palavra ao Relator, queremos dizer que o Dr. Elói Fernándes y Fernández vem ocupando a função de Diretor da ANP, órgão regulador da indústria de petróleo no Brasil, desde janeiro de 1998. O mandato de dois anos concluir-se-á em 15 de janeiro de 2000. A renovação que, hoje, está sendo proposta abrangerá os anos de 2000 e 2001.

Nessa função, o referido Diretor é responsável pelas atividades de desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, controle das participações governamentais, transporte de petróleo, derivados e gás natural e movimentação e comercialização de gás natural.

Heloísa H exigem grande responsabilidade e conhecimentos específicos. Naturalmente, o vínculo de tais atividades com as atribuições da Comissão de Infra-Estrutura justifica, sem dúvida, a importância dos Srs. Senadores analisarem o pedido submetido a esta Comissão, ou seja, a recondução do Sr. Elói Fernández y Fernández ao cargo de Diretor da ANP.

Cabe ainda destacar que a recondução deve basear-se na análise do currículo do Sr. Elói Fernández y Fernández, mas também, acredito eu, na análise do desempenho do mesmo, tendo em vista que está no cargo há dois anos. Pode, portanto, tranqüilamente, responder às dúvidas e esclarecer sobre as metas e atividades realizadas nos dois anos em que foi diretor e as propostas para os próximos dois anos .

É fundamental que busquemos cotejar as metas planejadas para o período 98/99 e sua efetiva consecução, de maneira a que o País tenha bem claro, bem patente que o processo em tela não se resume a um simples formalismo. É isso que temos buscado mostrar à sociedade brasileira. Nossa Comissão cumpre com seu papel regimental, atende aos chamados do Governo e, acima de tudo, serve como um momento em que a sociedade brasileira pode acrescentar conhecimentos em relação ao tema debatido.

Lamentamos profundamente que o prazo para apreciação tenha sido tão pequeno. Aliás, pedimos que o Governo tenha um pouco mais de cuidado ao enviar as próximas indicações e mensagens de seu interesse, para que todos os membros da Comissão possam fazer uma análise mais detida do assunto tratado, para que se possa realmente dar à reunião a importância que ela merece.

Damos as boas-vindas ao Dr. Elói Fernández y Fernándes.

Passamos a palavra ao Relator, Senador Gerson Camata, posteriormente, ao nosso entrevistado e, em seguida, aos Parlamentares para questionamentos complementares.

Senador Gerson Camata com a palavra.

O SR. GERSON CAMATA – Muito obrigado, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Eloi Fernández y Fernández.

Srª Presidente, está anexo ao meu parecer o currículo do Dr. Eloi Fernández y Fernández. Os nossos companheiros Senadores, na leitura sucinta desse documento, constatarão que S. Sª é um especialista na área onde ele trabalha e na qual irá trabalhar, se aprovado nesta Comissão. É um homem profundamente ligado à cultura do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro, com cursos de mestrado no Brasil e no exterior, com vários títulos **honoris causa** de universidades estrangeiras, inclusive de Cuba. É um homem que tem uma atuação na área pública brasileira em vários setores, com uma convivência muito grande com o mundo científico brasileiro, tem trabalhos escritos, artigos publicados na grande imprensa brasileira. De modo que é um nome sobejamente conhecido, que vem praticamente já com a recomendação da sua grande folha de serviços prestados à vida pública brasileira, perante esta Comissão.

Então, apoiado no art. 52 da Constituição Federal, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, o Senhor Presidente da República submete à consideração dos Srs. membros do Senado Federal a escolha que deseja fazer do nome do Sr. Eloi Fernández y Fernández para ser reconduzido ao cargo de Diretor da

Agência Nacional de Petróleo – ANP. Dispõe o art. 52, III, da Carta Magna ser competência privativa do Senado, entre outras prerrogativas, aprovar previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha de titulares de outros cargos que a lei determinar. Por outro lado, esclarece o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto, que a ANP será dirigida em regime de colegiado por uma diretoria composta de um Diretor-Geral e quatro diretores.

Do currículo fornecido pelo indicado presidencial, consta seu nascimento na cidade do Rio de Janeiro, sendo filho de Joaquim Noé Fernández Enriquez e Soledad Fernández Rodriguez. Quanto à sua formação, tem graduação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em Engenharia Mecânica, sendo pela mesma instituição pós-graduado como mestre e doutor em ciências na citada especialidade com igual título pela University of California, em Berkeley, nos Estados Unidos. Exerceu também o magistério em várias instituições no Brasil, além de ter participado em estágios técnicos, ensino e pesquisa em nível de graduação e pós-graduação. Foi orientador de teses técnicas e autor de projetos de pesquisas nos vários campos de sua especialidade, além de haver exercido também atividades administrativas e acadêmicas, ocupado igualmente cargos importantes e variados em várias instituições técnicas e científicas nacionais e prestado consultoria especial à ONU e ao Equador.

O Sr. Eloi Fernández y Fernández é autor de livros técnicos e teses profissionais em sua especialidade, relatórios, projetos e pesquisas e inúmeros outros trabalhos publicados na imprensa nacional e estrangeira. Ofereceu também palestras em sua especialidade a inúmeros órgãos públicos (folhas 15 e 16). Foi homenageado por várias entidades públicas e particulares (folha 16) e, por outro lado, é membro de várias associações classistas brasileiras e estrangeiras (folha 16 do currículo).

Diante do acima exposto, entendemos que os Srs. Senadores membros da Comissão de Serviços de Infra-estrutura do Senado Federal já possuem os elementos suficientes e necessários à apreciação do nome do Sr. Eloi Fernández y Fernández, indicado pelo Senhor Presidente da República para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo.

Nosso voto é pelo acolhimento da indicação do Senhor Presidente da República.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Neste momento, passamos a palavra ao Dr. Eloi Fernández y Fernández para as suas considerações iniciais.

O SR. ELOI FERNÁNDEZ Y FERNÁNDEZ – Ex.ma Sr.ª Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, Senadora Emilia Fernandes, Ex.mo Sr. Relator, Senador Gerson Camata, ilustres Senadores e Senadoras, membros da Comissão de Serviços da Infra-Estrutura do Senado Federal, Senhoras e Senhores, é com muito orgulho que compareço a esta Casa para submeter-me à argüição dos Ex.mos Senadores e Senadoras desta Comissão, em atendimento à mensagem de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que acolheu do Ex.mo Ministro de Estado de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, a indicação do meu nome para continuar a integrar a Diretoria da Agência Nacional de Petróleo, por um período adicional de quatro anos, aos quais agradeço a confiança depositada.

Agradeço as cordiais palavras do ilustre Relator, Senador Gerson Camata, bem como agradeço a indicação do parecer de V. Exª.

Tendo sido nomeado para a primeira diretoria da ANP, por decreto de 10 de janeiro de 1998, para um mandato de dois anos, conforme o disposto no art. 75 da Lei nº 9.478, tenho em conta que a recondução do meu nome, ora analisada, é um reconhecimento ao trabalho realizado com severo esforço e dedicação por toda a equipe da ANP, sob a competente Liderança de nosso Diretor-Geral, Dr. David Zylbersztajn, a quem especialmente saúdo nesta oportunidade.

No próximo dia 15 de janeiro, a Agência completará dois anos de existência. Nesse curto espaço de tempo, podemos constatar as enormes transformações ocorridas no plano material, em decorrência da sua atuação de forma a tornar realidade a reforma do setor de petróleo e gás natural.

Iniciada com a promulgação da Emenda Constitucional nº 9, de 1995, a modificação do arcabouço jurídico foi completada pela edição da Lei nº 9.478, a chamada Lei do Petróleo, a qual fixou as bases para o exercício do monopólio do petróleo pela União, dispôs sobre a política energética nacional, criou o Conselho Nacional de Políticas Energéticas e a ANP.

Essa reforma, marcada pela união de esforços entre os Poderes Executivo e Legislativo, representa a concepção de uma nova política pública para a exploração de nossas reservas naturais. Uma política pública consistente, que além de dispor sobre a forma de aproveitamento do recurso em si, dá tratamento a

outras importantes questões dessa atividade, tais como a pesquisa, tecnologia, formação de recursos humanos, segurança, meio ambiente, fortalecimento da indústria nacional, atração de capitais internacionais e, principalmente, a defesa dos interesses do consumidor.

Nesse período de atividade da Agência, a nossa atuação foi pautada pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade. Mas o eixo principal dessa reforma não é outro senão o do incremento do desenvolvimento econômico e social do País. E os resultados já são visíveis.

Nesses quase dois anos de existência, a ANP registrou importantes conquistas, entre as quais, a liberação, depois de quarenta e cinco anos, das importações de petróleo pelas refinarias privadas. Autorizamos a construção de uma nova refinaria privada no Ceará, cujos investimentos estão estimados em R$2 bilhões.

No âmbito do transporte, o objetivo da ANP é o de assegurar a expansão da infra-estrutura existente, como forma de reduzir os custos do recebimento e estocagem de petróleo, gás e produtos refinados. O transporte por gasodutos já conta com portaria regulamentando livre acesso e, no caso do petróleo e derivados, a regulação do livre acesso nos sistemas dutoviários será objeto de implementação nos próximos dias. Também foram ratificados, na forma da lei, os direitos das empresas proprietárias de equipamentos e instalações de transportes marítimo e dutoviário.

Na área do abastecimento, a Agência tem realizado esforços significativos no sentido de combater a adulteração de produtos, por meio de operações de fiscalização da qualidade dos combustíveis, controle da distribuição, importação e revenda de combustíveis e solventes. Novas rotinas de fiscalização foram introduzidas, envolvendo a reestruturação da atividade, por meio da descentralização, do planejamento e do treinamento de pessoal. Outras estão sendo implementadas, tais como: procedimento de fiscalização inteligente e informatizada, possibilitando ações investigativas.

A ANP também está concluindo um estudo para a implantação de um novo modelo para o abastecimento nacional. Objetivando ampliar a abrangência do monitoramento dos combustíveis, a Agência está investindo em tecnologia mediante a aquisição de equipamentos e na celebração de convênios com as escolas de química de diversas universidades no País, visando estabelecer uma rede nacional de laboratórios para o controle da qualidade.

Recentemente, mais um avanço foi possível com o apoio do Congresso Nacional, mediante a conversão em lei da medida provisória que estabeleceu as infrações e punições para aqueles agentes do setor que infringirem as regras destinadas à manutenção de uma competição que, acima de tudo, respeita os direitos do consumidor.

Como determinado pela Lei do Petróleo, a Agência passou a ser responsável pela outorga, em nome da União, de todos os direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural em território nacional e também pela regulamentação dos setores de transporte, refino e distribuição de derivados. Suas atribuições englobam desde a definição de uma política voltada para o uso racional de derivados e gás natural à promoção de licitações para concessão de programas exploratórios nas bacias sedimentares brasileiras.

Neste sentido, o primeiro grande esforço foi o de ratificar os direitos da Petrobras nos prazos e na forma previstos pela Lei do Petróleo. Para tal foi necessário analisar os programas de exploração e desenvolvimento e produção daquela empresa e, em conseqüência, elaborar, negociar e celebrar 397 contratos de concessão. Foram ainda ratificadas as titularidades da Petrobras sobre suas instalações em todas as atividades que constituem a cadeia do petróleo.

O segundo grande passo foi realizar, em junho deste ano, a primeira licitação para a oferta de 27 blocos para exploração e produção de petróleo, marco histórico na flexibilização do monopólio, uma vez que tivemos a entrada de dez novas empresas nesse setor dentre as grandes companhias petrolíferas do mundo. A ANP arrecadou R$340 milhões com esse leilão. Além disso, em função do programa exploratório mínimo fixado nos contratos, as empresas vencedoras estão obrigadas a levantar 43 mil quilômetros de linhas sísmicas nos próximos três anos e a perfurar, nos próximos nove anos, 58 poços exploratórios, o que equivale a investimentos da ordem de mais de um bilhão de reais. Os resultados desse leilão foram altamente satisfatórios para a Agência, para o Governo e para a sociedade, haja visto o número significativo de novos empregos especializados a serem gerados e as perspectivas de investimentos. Dados do setor estimam que esses investimentos devem superar, durante os próximos dez anos, a quantia de US$40 bilhões.

Em continuidade a este exitoso evento, já se encontra em andamento a segunda rodada de licitações de áreas para exploração e produção de petróleo e

gás natural. Nesta nova rodada, serão oferecidos 23 blocos, sendo 10 em terra e 13 no mar, representando 59 mil quilômetros quadrados de área, distribuídos por nove bacias sedimentares.

A Agência está programando para o final do primeiro semestre do próximo ano a entrega das propostas pelas empresas interessadas. Uma das características principais desta licitação é, a exemplo da primeira rodada, estarmos oferecendo blocos nas chamadas "novas fronteiras exploratórias", as quais podem vir a se transformar em importantes fontes de petróleo e gás natural, além da já tradicional bacia de Campos, que agora se estende de forma promissora na direção das bacias do Espírito Santo e de Santos.

Outra característica dessa nova licitação é a oferta de blocos em áreas maduras, onde já existe toda uma infra-estrutura de produção, como nos Estados do Espírito Santo, da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará. Procura-se, assim, incentivar a participação de empresas de menor porte, com capital nacional, o que vem de encontro a sugestões ofertadas por membros desta Comissão em sessões anteriores desta natureza.

Ainda na direção do incentivo à participação de pequenas empresas no segmento de produção de petróleo, a ANP participou, no final do mês passado, em Salvador, de um seminário organizado pelo IBP e pela Unifax, destinado a discutir o aproveitamento de campos maduros e marginais que, em razão da escala de sua produção, possam vir a constituir um nicho de mercado atrativo para estas empresas. Também estamos estudando mecanismos para estimular que os recursos humanos competentes e disponíveis no País contribuam na formação dessas empresas, visando à participação nesse tipo de empreendimento.

Sob a ótica das finanças públicas, a reforma do setor também tem seus impactos. Quantias substanciais serão arrecadadas pelo Tesouro, uma vez que, alcançada a fase de produção de petróleo e gás, cerca de 55% da receita líquida obtida nos blocos é repassada ao Governo por meio de tributos como **royalties**, participações especiais e aluguéis de área, além do Imposto de Renda entre outros. Já para este ano, a receita de **royalties** será superior a um bilhão de reais. E, para o ano de 2000, mantidos os atuais preços internacionais, esperamos arrecadar cerca de um bilhão e seiscentos milhões de reais. Para termos uma idéia do impacto desses valores, cabe destacar que a receita de **royalties** no ano de 1997, último exercício, sob a égide das antigas regras, foi de R$194 milhões.

Da arrecadação total de **royalties**, mais de 70% dos recursos são transferidos aos Estados e Municípios produtores. Não por acaso, o setor petrolífero é o grande responsável pelos resultados positivos da economia do Estado do Rio de Janeiro, maior Estado produtor, que vem registrando um crescimento muito acima da média nacional.

Como todos sabem, o petróleo é um recurso natural não-renovável. Assim, a receita de **royalties**, embora expressiva por um determinado período de tempo, tende a se esgotar no longo prazo. Isso implica elevada responsabilidade para os gestores desses recursos no âmbito municipal e estadual, pois o seu emprego deve estar direcionado para a criação de infra-estrutura e o desenvolvimento de novas fontes de renda, de forma a que no futuro a natural diminuição de produção dos campos não tenha um impacto tão significativo sobre essas comunidades.

Talvez essa questão esteja a requerer a atenção do legislador federal, no sentido de melhor balizar as possibilidades de aplicação de tais recursos. Vale ressaltar aqui que a elaboração de políticas de infra-estrutura, em consonância com as orientações federais, se faz necessária para otimizar a utilização dos recursos oriundos do setor no âmbito regional.

Apraz-me anunciar que, desta forma, o conjunto das receitas criadas ou alteradas pela Lei do Petróleo alcançará, neste ano de 1999, o patamar de R$1,5 bilhão.

Ainda no segmento das receitas públicas, vale registrar que, a partir de janeiro próximo, será iniciada a cobrança da chamada participação especial, receita incidente da exploração de campos, com elevada produção ou rentabilidade. Passarão a recolher nos campos de Marlin e Albacora, no Estado do Rio de Janeiro. Novamente teremos benefícios para os Municípios e Estados produtores. Para se ter uma idéia da dimensão dessa nova receita, está previsto para o ano de 2000 um recolhimento equivalente a R$300 milhões, sendo que este valor se amplia consideravelmente durante os próximos anos, atingindo uma soma líquida de R$5 bilhões nos próximos cinco anos.

Do lado do Governo Federal, a participação especial será destinada ao Ministério do Meio Ambiente, para o financiamento de projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pela atividade da indústria do petróleo e para a própria ANP, para o finan-

ciamento de estudos e serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e gás natural. Assim, a nova política pública estatuída busca a mitigação de riscos ambientais naturalmente associados à exploração de petróleo e gás natural, bem como a ampliação do nível de reservas do País mediante o reinvestimento de parte dos recursos arrecadados em esforços para descobertas de novas áreas petrolíferas.

O Ministério da Defesa, por intermédio do Comando da Marinha, ampliou consideravelmente sua parcela nos **royalties**. No ano de 2000, estão previstos R$170 milhões para este órgão.

O Ministério da Ciência e Tecnologia também foi contemplado pela nova política, por meio da destinação de uma parcela dos **royalties**, para atender ao objetivo do financiamento de programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicado à indústria do petróleo. A previsão de recursos destinados ao Ministério de Ciência e Tecnologia, para os próximos cinco anos, é de US$500 milhões, sendo que, no mínimo, 40% deverão ser investidos em programas nas regiões Norte e Nordeste, conforme previsto na Lei do Petróleo.

Outra ação adotada pela ANP é a exigência dos contratos de concessão da destinação de recursos para pesquisas e desenvolvimento tecnológico em instituições nacionais previamente credenciadas pela agência, que representarão cerca de US$330 milhões nos próximos cinco anos.

Convém salientar que esta parcela de recursos será aplicada diretamente pelas empresas concessionárias em projetos de seu interesse. Sabendo que a capacitação humana é condição inexorável para o desenvolvimento nacional no setor, foi criado um programa de recursos humanos da ANP para o setor de petróleo e gás, que concede bolsas de estudo e apoio financeiro para cursos acadêmicos com ênfase em áreas que sejam do interesse desse segmento.

Para o início do próximo ano, o programa prevê um total de 540 bolsas, distribuídas por 30 instituições em todo o País.

Com essas ações e as expectativas de investimento em ciência e tecnologia por parte do Ministério de Minas e Energia e do Ministério, com recursos provenientes da participação especial prevista na Lei do Petróleo, deverão ser aplicados, em pesquisa e desenvolvimento de interesse da indústria do petróleo, valor superior a US$1 bilhão no período de 2000/2004.

A ANP acompanha e fornece apoio técnico a essas ações, orientando-as sobre os interesses estratégicos da indústria do petróleo, promovendo estudos para identificar as demandas do setor produtivo e para definir sistemas de acompanhamento e avaliação dos recursos aplicados de forma a contribuir para a sua adequada aplicação e a maximização dos seus resultados.

O conhecimento do potencial das bacias sedimentares brasileiras e das reservas são fatores indispensáveis para definição e cumprimento de uma política energética que assegure o abastecimento nacional e impeça o extrativismo predatório das reservas.

Para que o País possa, em curto período de tempo, dispor de informações sobre seus recursos naturais não-renováveis, a Agência, a quem cabe a responsabilidade de regular a execução dos serviços de levantamento de dados técnicos destinados à comercialização em bases não exclusivas, já autorizou 11 empresas a obterem dados em 10 diferentes bacias sedimentares brasileiras. Essas empresas se comprometeram a pesquisar, nos próximos três anos, dados sísmicos em mais de 2 milhões de quilômetros. Atualmente, o Brasil é o país com o maior número de navios sísmicos em atividade no mundo.

Outra vertente da nova política pública para o setor é a questão dos estímulos à indústria nacional. O setor de petróleo e gás é altamente indutor de desenvolvimento, uma vez que é um forte agente demandante de bens e serviços especializados, de tecnologias e de mão-de-obra capacitada. Para que a sociedade possa se beneficiar de forma mais otimizada do desenvolvimento dessa indústria é fundamental a existência de um mercado interno consumidor que se utilize dos bens energéticos produzidos. Outro aspecto relevante diz respeito ao estabelecimento de uma cadeia industrial que esteja apta a participar na oferta dos bens e serviços para o mercado interno e para a conquista de novos mercados no exterior.

A preocupação com o setor industrial nacional norteou as ações da ANP no processo licitatório para concessão do direito de exploração de petróleo e gás. No primeiro semestre de 1998, poucos meses após sua instalação, a Agência encomendou à PUC do Rio um estudo sobre a capacitação da indústria nacional de fornecimento de bens e serviços voltados para o setor de petróleo e gás, além de uma avaliação das experiências internacionais de países que passaram por processo semelhante de flexibilização do mono-

pólio estatal nas duas últimas décadas, entre os quais a Inglaterra, a Noruega, o Canadá, a Austrália e a Argentina. O objetivo foi estimular a participação dos fornecedores nacionais no atendimento das demandas resultantes da entrada de empresas estrangeiras e nos segmentos de exploração e produção de petróleo.

A análise da universidade indicou que deveria ser perseguida uma política de estímulos à competitividade da indústria nacional, com investimentos em tecnologia, garantia de financiamentos e tributação fiscal em condições similares aos disponíveis aos competidores externos, de tal forma a proporcionar uma produção com preço, qualidade e prazo nos padrões internacionais. O estudo diagnosticou também que a indústria nacional tem capacidade de atender satisfatoriamente a 60% da demanda do setor, quando a exploração e produção se derem em áreas **off shore**. O segmento de engenharia nacional, por sua vez, está habilitado a suprir 100% desses pedidos.

A ANP criou, então, mecanismos inéditos para estimular o desenvolvimento da indústria nacional. A Agência introduziu na licitação a possibilidade de as empresas concessionárias obterem pontos ao se comprometerem a adquirir equipamentos, materiais e serviços no mercado nacional. O que garantiu à indústria nacional um patamar mínimo de contratação próximo a 30%, sem nenhum tipo de reserva de mercado compulsório.

Fique claro, contudo, que este é apenas o patamar mínimo. Muito mais pode e deve ser contratado na medida em que se estreite o relacionamento entre o Parque Nacional e as principais operadoras internacionais e na medida em que as empresas supridoras invistam na competitividade e na qualidade de seus serviços.

Paralelamente, a ANP incentivou a criação da ONIP, Organização Nacional da Indústria do Petróleo, sob o lema "Cooperar para Competir". A instituição mobilizadora se propõe a atuar como catalisadora de ações de cooperação visando ao desenvolvimento da indústria nacional fornecedora de máquinas, equipamentos e serviços para o setor de petróleo.

No âmbito do Governo Federal, ações foram implementadas para garantir isonomia fiscal ao produto nacional. O Governo, seguindo as melhores práticas internacionais, está optando por taxar a produção, em detrimento do investimento, como forma de estimular a exploração dos campos e o desenvolvimento do setor.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES criou o Programa de Apoio a Investimentos em Petróleo e Gás – Propag, com linha de crédito especial para garantir a participação da indústria fornecedora local no setor.

O estudo encomendado previu, para daqui a cinco anos, a entrada, no País, de US$4 a 5 bilhões por ano. A Petrobrás sozinha pretende investir R$30 milhões nos próximos dez anos, segundo anunciou recentemente. O impacto na economia pode ser avaliado pela criação de cento e cinqüenta mil empregos diretos e quinhentos mil indiretos, desenvolvimento tecnológico, redução das importações complementares à produção local e criação de possibilidade de exportação num prazo de cinco anos.

Outra medida estabelecida pela ANP é a garantia da participação da indústria e da engenharia nacional nos projetos e na construção de dutos de transporte e de refinarias, o que também estimula a ampliação das oportunidades para a contratação de material e de mão-de-obra especializada no País.

Além do desenvolvimento de importantes tarefas de caráter técnico, cabe destacar que outra parte de nossa missão, nesses dois últimos anos, foi dedicada à estruturação da ANP, mediante a disponibilização de espaço físico, a transferência dos acervos do extinto Departamento Nacional de Combustíveis, a formação das equipes de trabalho e a busca dos demais meios necessários ao pleno funcionamento da Agência.

Olhando para o futuro, muitos desafios ainda estão pela frente. A completa formação e consolidação da cultura regulatória é um deles. Outro seria a busca da tão propalada auto-suficiência na produção de petróleo. Mas aquele que mais estará a requerer de nossa capacidade técnica, em virtude de seu histórico no País, é a regulação do setor de gás natural. A proposta governamental de que o gás natural alcança, até o ano 2010, uma participação de 12% na matriz energética nacional é desafiadora.

Questões como a falta de cultura do uso do gás natural, incertezas quanto à evolução dos preços relativos, falta de dinâmica de mercado, malha de transporte e de distribuição incipiente, o comportamento do modelo de concessão adotado pelos Estados, a possibilidade de barreiras erigidas em função da competição gás natural versus óleo combustível, a dificuldade de harmonizar cláusulas do tipo **take your pay** de contratos de fornecimento de gás, com otimização hidrotérmica do sistema elétrico e a importação direta de energia elétrica necessitarão ser superadas, mas de nenhuma forma impedirão o crescimento da indústria de gás natural no País, pois são

próprias de um setor em surgimento, que tem vastíssima possibilidade de expansão.

A Agência Nacional do Petróleo vem dedicando-se com empenho a esse tema. As autorizações para importações de gás natural já alcançaram a marca de 58 milhões de m^3/dia, mediante projeto, e iniciar-se-ão até janeiro de 2004. As autorizações concedidas pela ANP para a construção e a operação de gasodutos somam uma rede de 3844 quilômetros. Já se encontra em andamento estudos sobre o modelo tarifários para gasodutos, o desenvolvimento de metodologias de resolução de conflitos em relação ao livre acesso, as participações cruzadas na cadeia de gás, a localização dos **gates**, a segurança dos gasodutos, a locação de capacidade e o centro de controle de despacho de gás, entre outros.

A ANP também tem colaborado com o Ministério de Minas e Energia visando à elaboração de uma política de preços para o gás natural que leve em conta os aspectos ambientais, a diminuição das queimas e a separação da tarifa de transporte do preço da **commodity**.

As iniciativas promovidas pela ANP são apenas alguns dos muitos exemplos existentes na esfera estatal de adequação e cooperação à política e às diretrizes econômicas do Governo Federal, visando a reestruturação do Estado, a promoção do desenvolvimento nacional, a estabilização da moeda e o benefício geral da sociedade.

Finalizando esta apresentação, gostaria de abrir um espaço para adotar um procedimento que raramente os entes reguladores se permitem. Quero tecer alguns comentários sobre uma empresa regulável. Gostaria de reportar-me à Petrobrás. Numa época em que tanto se fala de agências reguladoras, do novo papel do Estado e da globalização das relações econômicas, devo dizer que é obrigação minha reconhecer a importância da Petrobrás no desenvolvimento do setor petrolífero e na economia do País. A história dessa empresa representa um vastíssimo elenco de contribuições ao desenvolvimento do parque industrial nacional, à formação de recursos humanos e ao desenvolvimento científico e tecnológico. Quero registrar a efetiva colaboração do seu corpo técnico e do seu quadro de dirigentes para a concretização das ações da agência e da nova política para o setor. Mais do que uma empresa regulada, a Petrobrás tem revelado-se uma extraordinária parceira nas tarefas desses últimos dois anos. Srªs e Srs. membros da Comissão de Serviços e Infra-Estrutura do Senado Federal, feitas essas ligeiras considerações sobre esse importante processo histórico, do qual tenho profundo orgulho e honra de estar participando, e na qualidade de responsável pelas áreas de desenvolvimento da produção, das participações governamentais e de comercialização e movimentação de gás natural da ONP, coloco-me à inteira disposição de V. Exªs para responder às perguntas que entenderem por bem elaborar. Agradeço a atenção. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Pergunto ao Sr. Senador Relator se gostaria de acrescentar alguma consideração. Então, vamos para a lista de inscrição. Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Srª Presidente, quero cumprimentar o Dr. Elói Fernández y Fernándes, principalmente pelo currículo que apresenta, que, sem sombra de dúvidas, deixa-me a mim e aos Senadores – acredito – tranqüilos em declarar desde já o meu voto favorável à recondução. Não temos sempre a oportunidade de escolher ou referendar nomes para ocupar funções públicas com uma especialização técnica tão importante quanto a do nosso entrevistado de hoje. Fico pensando que talvez o Executivo fosse muito mais eficiente se esse fosse o critério para a nomeação e ocupação dos cargos públicos deste País. Talvez os ministros tivessem melhor desempenho, se fosse escolhidos de acordo com a sua especialidade e não apenas para atender alguns interesses partidários. Em alguns Ministérios que exigem conhecimento técnico, tem sido uma grande decepção o critério político na nomeação dos Ministros. Talvez isso explique a falta de políticas setoriais neste País que possam promover o desenvolvimento nacional, aproveitando as nossas potencialidades.

Adianto aqui o meu voto. Cumprimento o Relator, Senador Gerson Camata, pelo seu relatório, que foi sucinto, mas bastante amplo no que se refere a esclarecimentos. Gostaria de fazer rapidamente três perguntas ao Dr. Elói, aproveitando o vasto conhecimento que ele tem dessa área. Evidentemente, para algumas das perguntas eu tenho a resposta, mas como a TV Senado vai retransmitir esta reunião e tenho certeza de que muitos dos espectadores gostariam de ouvir a resposta para uma dessas três perguntas, vou fazê-las.

Primeira: qual é o percentual de dependência externa que o Brasil tem em relação ao petróleo? Ou seja, quanto, em relação ao total do que consumimos, importamos de outros países?

Segunda: por que neste período – ao que tenho conhecimento – não houve aumentos que explicassem o aumento tão grande do petróleo? Estou falan-

do do óleo diesel e da gasolina. Por que houve esse aumento muito acima do aumento da inflação do período nesses tempos do Real, e principalmente acima do aumento da matéria prima da gasolina e do óleo diesel? Aliás, esse aumento tem significado um grande pesadelo para alguns setores produtivos. Eu destaco aqui novamente a agricultura como um setor que tem reclamado muito do aumento do óleo diesel acima da inflação e acima do aumento do petróleo.

A terceira pergunta é para satisfazer uma curiosidade, porque sempre me fazem essa pergunta. Talvez eu tenha a resposta, mas eu gostaria de ouvir a resposta do Dr. Elói. O Brasil importa petróleo, portanto, importa gasolina e óleo diesel para abastecer a indústria, enfim, o seu consumo. Por que, então, o Brasil exporta, para países como o Paraguai e Argentina, gasolina? E por que o preço do produto colocado aos paraguaios e argentinos é muito inferior ao do colocado à disposição dos brasileiros? Por que o Brasil coloca à venda gasolina, nos países vizinhos, a um preço inferior ao que coloca internamente? E por que faz isso se somos importadores de petróleo? São essas as questões sobre as quais gostaria de ter o esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Pergunto aos Srs. Senadores e ao nosso sabatinado da tarde se dois Parlamentares fariam suas intervenções e o senhor, Dr. Eloi, posteriormente, faria as considerações que achasse importantes. Assim, agilizaríamos o trabalho. (Pausa.)

Então, o próximo a fazer uso da palavra é o Senador Roberto Saturnino e, depois, o Dr. Eloi está com a palavra.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Srª Presidente, Dr. Eloi, realmente fico muito satisfeito em ser membro desta Comissão e poder votar favoravelmente à indicação do Dr. Eloi, um homem que orgulha a todos nós, fluminenses, pelos trabalhos que tem desenvolvido, pela sua conduta, sempre, de homem público exemplar nos muitos cargos públicos que exerceu e por ser um pesquisador, um cientista que tem trabalhos que honram todo o esforço da Ciência brasileira.

Vou também ser breve nas perguntas. Gostaria de indagar muito mais, mas temos a Ordem do Dia chegando. Vou me limitar, aqui, a três ou quatro perguntas ao Dr. Eloi.

Nessa licitação, na primeira rodada, a NP introduziu uma pontuação que gerou encomendas, à indústria nacional, da ordem de 30%. Entretanto, considerando que o diagnóstico feito pela equipe da PUC apontava para a capacidade de produção da ordem de 60%, indago se nas próximas licitações há intenção da NP de modificar essa pontuação, de modo a forçar um pouco mais ou até colocar mesmo, como exigência mínima, um patamar superior a esses 30%.

Segunda indagação: como resultado das licitações, houve ágios muito elevados em relação às previsões iniciais. Queria uma explicação, uma notícia das razões pelas quais o resultado superou tanto as expectativas iniciais e se esses ágios, como em outros casos de licitação de serviços públicos, também foram considerados créditos tributários para as empresas vencedoras, como ocorreu em outros casos, de acordo com a informação do Dr. Everardo Maciel, da Receita Federal – créditos tributários para efeito de Imposto de Renda.

Terceira pergunta: é verdade que a agência estipula prazos diferentes para o desenvolvimento dos campos, dando à Petrobrás prazos menores, que seriam de três anos, enquanto para as empresas estrangeiras esse prazo pode ir até oito anos?

Finalmente, uma quarta pergunta sobre essa liberdade de exportação por parte das empresas produtoras e concessionárias que ganharam as licitações. Quer dizer, isso acontece em outros países que têm feito licitações análogas? E quais os resultados? Essa cláusula, essa liberdade é decisiva para, digamos, a atração de interesses de empresas internacionais capazes de desenvolver, efetivamente, a nossa produção? Enfim, uma palavra sobre essa liberdade de exportação.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Com a palavra o Dr. Eloy.

O SR. ELOY FERNÁNDEZ Y FERNÁNDEZ – Antes de mais nada, agradeço as palavras tanto do Senador Osmar Dias, quanto do Senador Roberto Saturnino.

Quanto ao percentual da dependência da produção, hoje, o Brasil produz entre 1,1 e 1,2 milhão de barris de petróleo/dia e tem um consumo entre 1,6 e 1,7 milhão de barris/dia. Quer dizer, produz-se algo em torno de 70% do que é consumido. As previsões são que, nos próximos cinco anos, em função da capacidade de investimento demonstrada nos últimos dois anos, não só pela Petrobrás mas pelas parcerias que ela vem realizando, e também pelos processos licitatórios em curso, sejamos auto-suficientes em petróleo. Há avaliações com prazo menor, mas ainda se depende dos campos em exploração e das dimensões das reservas encontradas. As estimativas mais conservadoras são da ordem de cinco anos.

Em relação à questão da exportação da gasolina, vou ser sincero, desconheço os preços que são

praticados nos países vizinhos. Quanto ao preço dos combustíveis no Brasil, em particular da gasolina, ela é mais cara do que nos Estados Unidos, mas mais barata do que na Europa. Há dois fatores decisivos para o aumento no preço dos combustíveis este ano: a taxa de câmbio e o preço do barril de petróleo que subiu de US$10, em janeiro de 1999, para US$25 a US$26, hoje. Então, esses dois fatores são fundamentais no equilíbrio financeiro da realidade do nosso consumo.

Senador Roberto Saturnino, quanto à primeira licitação e ao índice das encomendas nacionais, nós tivemos o cuidado de elaborar todo um estudo, que foi encomendado à universidade, para estruturação de uma política voltada para a defesa da indústria nacional, pois não queremos ser puramente um país produtor de petróleo, sem que isso traga outro benefício adicional ao nosso mercado interno, à distribuição de renda, etc. Assim, temos a preocupação de trazer benefícios à sociedade, daí a necessidade de fazer esse diagnóstico e identificar como é que essa relação do parque industrial, fornecedor de bens e serviços para a indústria de petróleo, poderia abastecer esse mercado, imenso no mundo, que é o das operadoras de petróleo.

Identificamos que a Petrobrás, nos últimos anos, vinha diminuindo consideravelmente a participação na indústria nacional nas suas encomendas. O resultado desse estudo nos indicou que a indústria nacional tinha competência e tem condições de participar de forma efetiva dessa nova realidade da indústria do petróleo no Brasil.

Mas percebemos também que, se voltássemos às formulações que ocorreram no passado em termos de se estabelecer uma reserva de mercado, não colocaríamos a nossa indústria em condições de competitividade com essa indústria estrangeira, extremamente competitiva, relativamente a questões de fornecimento dessa indústria para a de petróleo, que também é uma indústria extremamente exigente, tanto em termos de tecnologia quanto em termos de prazo, qualidade do produto e preço.

A maneira que identificamos junto com esse estudo de que isso se efetivasse de fato era de garantir à indústria nacional competitividade. Então, buscamos o que daria à indústria nacional a garantia dessa competitividade. Identificamos que seriam questões de financiamento, de tributos e de tecnologia. Buscamos ações concretas por parte de articulações do Governo que visassem a concretizar condições que possibilitassem à indústria nacional ter essas condições de igualdade.

Por outro lado, ofertamos, no processo licitatório, uma condição de que as empresas poderiam colocar ofertas, o que pesaria no cômputo do processo do leilão, o compromisso que elas assumiriam na compra da indústria nacional, compra de equipamentos, de bens ou de serviços da indústria nacional. Não quisemos estabelecer nenhum piso, nenhuma reserva de mercado, para garantir que houvesse realmente competitividade. Houve ofertas interessantíssimas, se observarmos as propostas realizadas durante o leilão. A média que atingimos, tendo em vista essas propostas, gira em torno de 30% de compromisso, que consideramos como ponto de partida. Nisso criamos também a UNP. O papel da UNP é o de ser um instrumento facilitador de busca, tanto da indústria nacional, quanto das empresas operadoras que vêm de fora para participar desse processo, no sentido de que, onde há indústria nacional, existe possibilidade de fornecimento daqueles equipamentos ou daqueles serviços para essa indústria que desconhece esse mercado no País. Então, estamos partindo de um patamar de 30%, e estamos mobilizando as federações de indústrias, as associações, tipo Abdib, Abimaq, com o sentido de mostrar a esses novos operadores a competência e a capacitação que a indústria nacional tem, para garantir que esse fornecimento seja feito aqui. E nós, como ente regulador, temos cláusulas nos contratos de concessão que fazem com que essas empresas tenham que dar prioridade, em condições de competição, à indústria nacional. Isso nós faremos! Portanto, há um conjunto de ações que visa a colocar a indústria nacional em condições de competitividade, até para que ela venha buscar, logo à frente, esse mercado no exterior. Esse mercado, no mundo, hoje, representa 300 bilhões de dólares por ano, é um grande mercado.

Quanto ao final da sua pergunta, se estamos prevendo uma mudança nesses critérios em relação à segunda licitação, quando ao conceito, não. Estamos estudando pequenas modificações, mas não com relação ao conceito. Por princípio nosso, não estabeleceremos uma reserva de mercado. Brigaremos para que haja condições de competitividade da empresa nacional **vis-à-vis** a empresa estrangeira fornecedora da indústria do petróleo.

Quanto à questão dos ágios, na indústria do petróleo, isso é muito diferente da privatização. Não estamos participando de um processo de privatização na flexibilização do monopólio. Estamos disponibilizando para as empresas interessadas determinados blocos e áreas para que, com número de informações de levantamentos sísmicos, procurarem petróleo e só

encontrem depois de furar e encontrar ou não, para saber se há ou não.

A questão do ágio é diferente da compra pelo processo de privatização, de uma empresa que já tem um mercado estabelecido, já tem uma tarifa determinada, já tem um preço estabelecido por um órgão qualquer, seja nacional ou estrangeiro. São conceitos diferentes. Estabelecemos um valor com patamar mínimo no processo de leilão e não consideramos em momento nenhum, inclusive nas declarações do Diretor-Geral, Dr. David Zilbersztajn, de que aqueles ágios atingidos seriam algo super ou subdimensionado. Não consideramos o valor do patamar mínimo como sendo uma oferta típica do processo de privatização, mas sim um patamar de custos relativos aos dados referentes àquelas áreas disponibilizadas pelos interessados.

Eu acho que o conceito de uma licitação numa área para exploração de petróleo é diferente do conceito de uma privatização de uma empresa com os seus ativos já perfeitamente determinados.

A terceira é sobre os prazos de exploração. Os prazos de exploração da Petrobrás são os mesmos das outras empresas. No início das ações dos contratos de concessão feitos entre a INP e a Petrobrás, a Lei nº 9.478 estabeleceu que isso teria que ser feito para as áreas de exploração para a Petrobrás num prazo máximo de três anos. No próximo processo licitatório, onde a Petrobrás foi vitoriosa em algumas áreas, ela teve o direito a prazos iguais às outras empresas que participaram daquele leilão. Mesmo assim, em determinadas áreas relativas a esses contratos iniciais feitos com a Petrobrás, os prazos também foram ampliados, tendo em visto o reconhecimento do interesse público e do interesse nacional. Então, não existe nenhuma diferenciação nesse comportamento da agência em relação à Petrobrás ou a outra empresa.

E a última questão do senhor é relativa à exportação e à liberdade de exportação. A lei prevê que o concessionário é dono do óleo na medida em que ele o extrai e o retira da reserva que, até então, é propriedade da União. No momento em que o retira – e ele tem a concessão para fazer isso –, ele passa a ser proprietário daquele bem. No nosso entendimento, ele pode fazer o que desejar com esse bem, à medida em que for dada a ele a concessão para produção daquele bem. Essa é uma regra geral no mundo.

Também está previsto na nossa Lei que será facultado ao Presidente da República, em caso de estratégia ou necessidade nacional, de impor condições restritivas à exportação. Imagino que isso dá ao País todas as salvaguardas necessárias à garantia da soberania nacional na extração do petróleo.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA – Srª Presidente, Dr. Elói, eu tenho duas questões a fazer. Primeira: gostaria que V. Sª dissesse quais são os projetos, especificamente para a nossa área, que é o Centro Oeste, da ampliação dos dutos tanto de gás natural como de GLP. V. Sª lembra, agora, quais são os projetos de expansão?

Havia um projeto de expansão de Goiânia até Cuiabá. Não sei como está. Não estou percebendo o andamento, porque estava programado para o ano 2.002. Pelo menos, até agora não tenho notícia.

Segunda: como está a briga com o transportador de petróleo? Por exemplo: no nosso caso, o duto sai de Paulínia e chega a Goiânia e nós percebemos o nosso gasoduto trabalhando o mínimo possível, porque o transporte pelo gasoduto está muito mais caro do que o transporte por caminhões. Eu não sei se o preço fica ou se existe algum outro mecanismo de os transportadores ganharem para transportar. Isso é péssimo, por causa do enorme desgaste da nossa malha rodoviária, o custo alto, a poluição e vários inconvenientes como a grande quantidade de veículos – a nossa malha é superlotada. E ainda temos que cobrir com esse transporte, especialmente o de Paulínia a Cuiabá. O duto está trabalhando muito aquém de sua capacidade – apenas 20% – porque o pessoal acha que o transporte do duto é caro e tudo vai pelo transporte rodoviário.

Eu gostaria de saber qual o dilema, a dificuldade que o senhor está tendo para revolver este caso. Para nós, parece uma coisa arranjada, talvez um acordo de transportadoras. Se o duto está pronto, tem que haver uma negociação capaz de viabilizar o transporte de 100% da capacidade do duto. Por que continuar gastando pneus? Não há economia e há desgastes dos veículos, das instalações todas.

Então, são estes os dois pontos que gostaria de expor: a perspectiva de crescimento da malha futura, que considero importantíssima e quero apoiar; e a dificuldade de negociação com as transportadoras rodoviárias que estão fazendo o negócio. Na nossa região, isso cheira muito mal. Por isso, gostaria de pedir uma palavra firme de V. Exª.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Dr. Elói, a presença de V. Sª aqui muito nos honra, por seu trabalho realizado em favor da Nação brasileira.

Gostaria de um esclarecimento: qual é a verdadeira política nacional com referência ao álcool? Se temos uma produção de 1,1 milhão de barris/dia de petróleo para 1,6 milhão de barris de consumo, por que não foi adotada a política nacional do álcool efetivamente? Há alguma coisa impedindo que isso seja feito?

Como o Senador Mauro Miranda, tenho dificuldade para entender esse processo. Essa é uma tecnologia altamente desenvolvida no País, que traz um grande desenvolvimento para o interior, a mão-de-obra utilizada na indústria do álcool é extensa, e o Brasil se debate justamente por não ter uma posição para essa mão-de-obra. No entanto, a política nacional do álcool caminha devagar. Além disso, a imprensa está noticiando que os Estados Unidos, adotando a nossa tecnologia, podem acabar produzindo álcool – não é uma tecnologia muito difícil – e o Brasil vai-se encontrar numa situação difícil.

É incompreensível que o Proálcool não caminhe, quando temos terras agricultáveis, produção de cana-de-açúcar à vontade e gente precisando trabalhar. Isso é incompreensível para os brasileiros até este momento. Eu gostaria de um esclarecimento mais amplo a respeito dessa questão.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Tem a palavra o Dr. Elói.

O SR. ELÓI FERNÁNDEZ Y FERNÁNDEZ – Responderei, primeiramente, a pergunta do Dr. Mauro Miranda sobre a rede de dutos de transportes na Região Centro-Oeste.

Penso que convém, antes de mais nada, esclarecer que a lei do petróleo faz uma diferenciação entre o processo de concessão e o processo de autorização. Os processos de concessão são relativos à atividade de exploração e produção de petróleo. As demais atividades resultam da flexibilização do monopólio, ou seja, transporte, refino, distribuição e importação são processos autorizativos. Então, isso faz uma diferença muito grande no papel da Agência relativo à implementação das políticas elaboradas por parte do Estado.

No caso do processo de concessão, a agência identifica quais as áreas que devem ser colocadas em licitação para que os interessados façam as suas propostas e possam tornar-se concessionárias para exploração e produção de petróleo naquela área. Isso não acontece no processo autorizativo. Quer dizer, a Agência, periodicamente, não diz onde será construído um gasoduto. Em outros países, a realidade do processo regulatório é diferente. Na Argentina, por exemplo, o transporte de gás natural se dá por um processo de concessão e não por um processo de autorização. Na nossa realidade, na nossa lei do petróleo, essa questão de os gasodutos e o transporte serem um processo autorizativo limita o papel da Agência a conceder a autorização por um interessado que identificou a existência de um mercado. Conceitualmente, isso nos põe num papel completamente diferente de ser um processo concessionário. Dessa forma, ficamos limitados à ação da autorização relativa às solicitações.

Considerei importante fazer essa introdução para explicar que negociações entre interesses comerciais de empresas para construção de gasodutos, em qualquer região, não são de conhecimento anterior da agência, necessariamente. Os que são de conhecimento oficial da agência são aqueles que deram entrada na autorização para a construção de um determinado gasoduto ou oleoduto ou poliduto.

No caso da Região Centro-Oeste, em relação a pedidos, na agência, de autorização relativos a gasodutos, foi concedida a autorização para o gasoduto Brasil-Bolívia, que já entrou em operação. O que existe, além disso, é um pedido também de autorização para construção de dois gasodutos, um na Região Amazônica, de Urucum a Porto Velho, e um outro que vem da Bolívia e vai até Cuiabá, o denominado Lateral Cuiabá, que tem como objetivo atender a uma térmica em início de construção em Cuiabá. São esses dois que existem nas Regiões Norte e Centro-Oeste, os que são do nosso conhecimento. Isso não quer dizer que não existam negociações entre empresas e que, em função do resultado dessas negociações, elas possam nos solicitar autorização para construção de gasoduto.

O SR. MAURO MIRANDA – Por exemplo, o duto que temos hoje de Paulínea, que estava programado de Goiânia até Cuiabá. Aí já não é uma autorização.

O SR. ELOI FERNÁNDEZ Y FERNÁNDEZ – Vou falar desse agora. Estou falando de gás natural.

O SR. MAURO MIRANDA – Nesses casos de gás natural, concordo com V. Exª. Mas estou discutindo a vinda para Brasília e para Goiás. Pedimos à Petrobrás um estudo conjunto. Estamos acompanhando, olhando as térmicas e os projetos. Tudo isso está sendo analisado. Concordo com V. Exª que isso só vai sair se tiver retorno econômico para as firmas que estiverem interessadas no serviço.

Estou falando em relação ao outro que penso que até hoje é da Petrobrás é de Paulínea e depois de Goiânia também, até Cuiabá. Não sei se agora, com a chegada do gás natural, se haveria interesse em continuar.

O SR. ELOI FERNÁNDEZ Y FERNÁNDEZ – Essa é outra questão. Essa é relacionada à malha de gás natural. Os dutos, os polidutos, os dutos de transporte de petróleo e/ou derivados são diferentes. No caso, no momento, estamos num procedimento, na agência, de estabelecer regras. Espero que elas possam vir a mudar a realidade das tarifas do setor de transporte para derivados de petróleo, principalmente nesta região.

Penso que V. Exª tem absolutamente toda razão no questionamento sobre as tarifas que existem, sobre a viabilidade de trazer derivados de petróleo via poliduto, de Paulínea até Brasília, em função das tarifas cobradas, e em como isso incentiva o transporte via caminhão.

No meu pronunciamento, comentei que, nos próximos dias, a agência deve estar liberando uma nova portaria que estabelece os procedimentos relativos ao livre acesso em dutos de transporte de derivados, porque os de gás natural já têm essa portaria. A portaria dos dutos de derivados vão dar possibilidades da fixação de tarifas por parte da ANP.

O que novamente diz a lei do petróleo? A lei do petróleo não dá à agência nem ao Governo a possibilidade de definições prévias de tarifas de transporte. Quem faz isso são os agentes econômicos. O que a lei permite e é isso que essa nova portaria vai possibilitar à atuação da ANP é que, não havendo acordo entre os agentes econômicos interessados naquele processo, eles podem solicitar a intervenlência da ANP na fixação de tarifas referentes àquele meio de transporte. Esta é a nova etapa em que vamos entrar agora, possibilitando que a ANP venha a fixar tarifas para esses dutos relativos a transporte de derivados de petróleo. Aí, acredito na possibilidade de que essa realidade possa se modificar.

Há ainda a pergunta do Senador Juvêncio da Fonseca, sobre a política nacional do álcool. Primeiro, estamos falando da ANP. A Agência Nacional do Petróleo não tem uma política para o álcool. E mais: a agência, inclusive, não é responsável pela elaboração de políticas no conceito do papel das agências reguladoras, mas ela é uma implementadora de ações que visam a uma determinada política. A política do álcool é estabelecida por órgãos do Governo pelo CIMA, pelos diferentes Ministérios que têm envolvimento direto com esse setor.

Como já disse várias vezes o Dr. Davi, é grande a importância do álcool, a importância do Programa do Álcool para o País e para o futuro. Existe um desequilíbrio razoável entre as diferentes reivindicações dos setor dos agentes econômicos envolvidos e a relação com o consumidor e com o próprio Estado. Tem que se buscar um entendimento, para dar credibilidade à política do álcool. E essa credibilidade não passa só por ações do Estado; passa por ações do Estado e passa, também, por ações dos responsáveis pela produção e pela distribuição do álcool. Não nos cabe a definição de uma política como esta. Acreditamos na importância dela não para o momento atual, em função de várias circunstâncias, mas também para o futuro. Nós não gostaríamos de, no futuro, ter de comprar tecnologia do álcool para implantá-la no País.

Era o que eu poderia dizer neste momento.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Informamos aos Srs. membros da Comissão que nós temos, no máximo, 15 minutos para concluir os trabalhos, pelo meu relógio.

Concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca e, logo em seguida, ao nobre Senador Geraldo Cândido. Depois, encerraremos com a participação do Dr. Eloi Fernández y Fernández.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Dr. Eloi Fernández y Fernández, com o Gasoduto Brasil-Bolívia e a equalização, que é a filosofia que está-se implantando, Corumbá que tem, no seu município, manganês e minério de ferro e como o valor do gás fica muito alto, o pólo siderúrgico e metalúrgico ficará do lado da Bolívia. Nós, então, estamos propondo no PPA um gasoduto paralelo pequeno da Bolívia até Corumbá, para que, com a importação do gás só para Corumbá, possa ser viabilizado o pólo siderúrgico e metalúrgico e até mesmo outras indústrias em Corumbá.

Qual a sua visão a respeito? É tão importante que estamos propondo isso no PPA. Para complementar, quero dizer que mais uma vez é na defesa dos interesses nacionais. Desejamos a produção siderúrgica e a industrialização do nosso lado da fronteira – não do lado de lá. Não é possível: manganês e minério de ferro à vontade nos morros de Urucum, em Corumbá, e a equalização do gás joga o investidor para o lado de lá! Só porque nós, brasileiros, não colocamos, como prioridade, a atividade do lado de cá.

Então, a minha emenda ao PPA de apenas R$18 milhões de reais – tão pequenininha numa rubrica de mais de cem bilhões de reais – para implantar esse pequeno gasoduto, viabilizando o gás do nosso lado mais barato porque do lado de cá é 100% mais caro. O que está fazendo Cuiabá? Cuiabá, em Mato Grosso, está com o gasoduto diretamente. Com isso, vai ter muito mais facilidade na implantação de um pólo industrial do que Mato Grosso do Sul, que tem minério de ferro, o que não existe em Mato Grosso.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Obrigada a V. Exª, nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

Com a palavra o nobre Senador Geraldo Cândido. Em seguida, encerraremos a reunião.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Srª Presidente, nobre Senadora Emilia Fernandes, Srs. Senadores, Dr. Eloi Fernández y Fernández, eu já irei direto às perguntas dado o avançado da hora.

Gostaria de saber do Dr. Eloi Fernández y Fernández como se compõe o novo modelo de abastecimento nacional de derivados, cuja implantação estaria vinculada a um programa de estudos em andamento, que contaria com a colaboração de consultoria internacional. Foi de fato contratada uma consultoria internacional para colaborar? Que empresa de consultoria é essa? Caso seja verdade, qual o valor e o tipo de colaboração?

Outra pergunta: o art. 26 da Lei nº 9.478, de 1997, quebra, efetivamente, o monopólio da União na medida em que dispõe que toda a concessionária que produzir petróleo passa ser a sua única e exclusiva proprietária.

O art. 60 dessa mesma Lei permite que elas exportem o petróleo por ela produzido. Estrategicamente, isso tem sido um desastre para os países subdesenvolvidos produtores de petróleo, como atestam os casos do México, Venezuela, Nigéria, Angola e outros.

O art. 177 da Constituição Federal, que não foi emendado, esclarece que constitui monopólio da União:

1º) a pesquisa, a lavra das jazidas de petróleo e gás e outros hidrocarbonetos fluidos;

3º) a importação e a exportação dos produtos e derivados básicos, resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores.

Pergunto: Como Diretor da ANP, como V. Sª se posiciona diante desta contradição?

O art. 5º, inciso II, da Constituição Federal estabelece que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei". Entretanto, a Portaria nº 169 da ANP, da qual V. Sª é Diretor, determina que a Petrobrás será obrigada a investir na ampliação da sua malha de dutos, sempre que houver demanda de terceiros.

Pergunto: Como V. Sª, na qualidade de Diretor da ANP, cuja missão precípua é defender a sociedade frente a possíveis violações do interesse público, encara essa flagrante violação dos preceitos constitucionais?

Por último, a ANP divulgou recentemente, em sua página na Internet, resultado de estudo sobre o "preço justo" para os derivados de petróleo ao consumidor em diversas capitais brasileiras. No Rio de Janeiro, por exemplo, o preço da venda da gasolina ao consumidor seria, segundo a ANP, de R$1,325 o litro. A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) mostrou, com dados concretos que esses preços estavam inflados em até 15%, afirmando que o preço justo, no Rio de Janeiro, seria, no máximo, de R$1,21 por litro. Os preços praticados atualmente oscilam em torno desse valor.

A pergunta é: Como Diretor da ANP, que participação teve V. Sª no estudo da ANP acima mencionado e como se explica esse favorecimento explícito ao setor de distribuição, já que no Brasil a margem de distribuição é reconhecidamente uma das maiores do mundo?

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Acrescentaríamos, até para suas conclusões, Dr. Eloy, que iniciamos aqui, sem dúvida, neste momento, com a presença de V. Sª, sendo sabatinado pela nossa Comissão, o início de um grande debate, que vamos aprofundar a partir do ano 2000 em relação à questão do petróleo.

Temos algumas questões para serem respondidas, neste País, principalmente olhando do ponto de vista do consumidor. Acrescentaria à pergunta do Senador Geraldo Cândido, no que se refere ao novo modelo de abastecimento, não apenas a preocupação quanto ao fato de haver a interferência de uma empresa internacional – e acho importante saber o custo disso e a política –, mas muito mais se poderia adiantar-nos algo em termos de princípios e políticas que vão nortear esse novo modelo de abastecimento.

Por outro lado, V. Sª iniciou também ressaltando a importância do papel da agência nesse novo modelo que o País construiu e impôs. Perguntaria a V. Sª também se, nesses dois anos, com o trabalho e a experiência que tem, também não teríamos que travar neste País – de repente, somos questionados nesse sentido – uma discussão em relação às próprias agências reguladoras, porque temos na comunicação, na energia, na questão da água, na questão do petróleo.

Então, digo que, a partir do ano que vem, a nossa Comissão vai fazer um grande debate em relação ao papel e ao desempenho das agências reguladoras no País. Desde já fica a ANP convidada para participar do debate para que se estabeleça essa questão.

Certamente o Dr. David Zylbersztajn também está convidado.

Gostaria de saber exatamente quais os princípios desse novo modelo e discutir, nesta Comissão, a petroquímica no País, porque parece que ela não está vinculada diretamente à Agência Nacional do Petróleo. Desde já, quero colocar esse tema na nossa pauta de trabalho, porque a sociedade precisa ter um pouco mais de visibilidade da nova política, enfim, dos novos propósitos do Governo Federal.

Com a palavra o Dr. Eloi, para as suas considerações finais.

O SR. ELOI FERNÁNDEZ Y FERNÁNDEZ – O Senador Juvêncio da Fonseca perguntou sobre a questão do gás natural na região de Corumbá. Senador, não cabe à Agência fazer estudos de viabilidade econômica. E sua questão se coloca como uma questão de viabilidade econômica, de negócios, empresas e agentes econômicos daquele setor, ou de elaboração e de estruturação de políticas, que são atividades dos governos federal, estaduais e municipais, mas não da Agência em si.

A Agência tem que analisar questões relativas à concentração econômica, à regulação de tarifas, à regulação dessas atividades, e tentar implementar e contribuir com a efetivação dessas políticas. Mas essas políticas têm que ser definidas previamente por parte do Governo.

A importância da sua proposta e implementação dela podem ter o auxílio da ANP, por exemplo, na autorização de construção de um gasoduto que leve a esse tipo de objetivo. Porém, a implementação e a viabilidade financeira e econômica de um projeto dessa natureza têm que ser feitas por parte dos agentes econômicos envolvidos ou por parte dos agentes políticos – governos federal, estaduais ou municipais.

O Senador Geraldo Cândido referiu-se à questão do novo modelo de abastecimento nacional. Foi contratado um consórcio e realizada uma licitação no final do primeiro semestre do ano passado. Durante um ano, foi feito um estudo para a elaboração e estruturação desse novo modelo. Isso está sendo analisado pela superintendência e pelas diretorias responsáveis por esse setor dentro da ANP. Acredito que, a curto prazo, uma nova proposta de modelo regulatório para o setor de abastecimento será discutida com os agentes econômicos envolvidos nessa área.

Sobre a questão da quebra do monopólio e das exportações, Senador Geraldo Cândido, em parte, respondi essa pergunta ao Senador Saturnino Braga. No entanto, vale à pena acrescentar – porque V. Exª trouxe dados adicionais importantes na sua pergunta – que, no nosso ponto de vista, a exploração de petróleo, por si só, não leva ao desenvolvimento de um país, de uma nação, se não houver envolvimento de um mercado interno e de uma competência nacional. Por exemplo, estamos sugerindo – e estamos trabalhando nessa direção, foi objeto de outras indagações aqui – o fortalecimento da indústria nacional e da competência nacional fornecedora para essa indústria.

As experiências dos países subdesenvolvidos que exportavam ou exportam petróleo, sem conseqüências maiores para o seu desenvolvimento interno, não estão associadas ao desenvolvimento nacional. A nossa realidade, em termos de Brasil, é muito diferente da dos outros países: o nosso mercado interno é forte, a demanda é significativa por parte dessas empresas e todas as políticas, por parte dos governos Federal e estaduais, nessas regiões têm sido no sentido de se incentivar o desenvolvimento local e o desenvolvimento nacional, gerando com isso riqueza, gerando emprego, gerando novas oportunidades.

Com relação à questão relativa à obrigatoriedade para a Petrobrás de investir em gaseodutos, a Portaria nº 169 diz que não é para a Petrobrás, é para qualquer empresa do setor de transportes. E ela regula a questão do livre acesso a gasodutos. E essa questão de livre acesso a gaseodutos, em função de questões relativas a ser um monopólio natural e ao desperdício que seria sair construindo linhas e linhas de gaseodutos, em paralelo existe o termo da obrigatoriedade do investimento, caso exista demanda para isso. O negócio de um proprietário de gaseoduto é transportar gás. Se ele se recusar a transportar gás de um terceiro, fere a questão do monopólio natural e passa a ser uma função da agência reguladora, e, no caso, da ANT.

Então isso existe na portaria, existe conscientemente, existe também a discussão de que isso venha ser colocado nas portarias relativas ao livre acesso na área não só de gaseodutos, mas na área de polidutos, o mesmo tipo de conceito. Mas não é uma coisa exclusiva para a Petrobrás, ou mesmo para a Transpetro, que é a nova empresa subsidiária da Petrobrás que veio a substitui-la nesse setor, mas é para qualquer empresa instalada no Brasil e que tenha como objetivo o transporte de gás.

Sobre a última questão relativa aos preços justos, eu queria colocar o seguinte: essa questão relativa aos preços, o preço na bomba no Brasil hoje é um preço livre. Ele é praticado de forma livre, quer dizer, por parte das distribuidoras e por parte dos postos. O que hoje é prefixado é o preço na refinaria. Quer dizer, qualquer tentativa de definição do preço justo, quer dizer, esse preço justo tem que passar por uma discus-

são bem ampla, não pode ser uma coisa de uma pessoa. Tem que envolver setores onde haja uma compreensão clara do que é aquele preço praticado em relação ao consumidor. Tem que envolver não só agência, tem que envolver Procon, SDE, CADE, quer dizer, todos aqueles que dizem respeito a concentração econômica. Ou outros tipos de possibilidade de tratamento da questão econômica que venha prejudicar o consumidor.

Em relação as questões colocadas pela Senadora Emilia Fernandes, queria dizer que, em primeiro lugar, a questão da petroquímica realmente a lei do petróleo em momento algum fala da petroquímica. Quer dizer, a petroquímica não está inclusa na regulação e nas ações da ANP. Agora sobre o papel das agências reguladoras, quer dizer, as agências reguladoras no Brasil é uma coisa nova, recente, faz parte da reforma do Estado e acho que elas têm que ser avaliadas pelo Congresso e pela sociedade Brasileira. E temos à disposição do Senado, inclusive na semana passada tive oportunidade de representando o Dr. Gavi na Câmara dos Deputados, numa comissão especial que trata da elaboração da lei da Agência Nacional de Transportes, que tivemos as três agências prestando depoimento sobre a experiência desses dois anos, tanto da ANP, quanto da Aneel, quanto da Anatel. Quer dizer, todas três de área de infra-estrutura e essa quarta também numa área de infra-estrutura. Mas nos colocamos à disposição do Senado para virmos prestar todos os esclarecimentos e informações para qualquer tipo de avaliação.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Senadora Emilia Fernandes, pela ordem, eu falei em relação ao preço justo porque a ANT publicou na sua página na **internet** informação falando sobre isso. Ela que disse que os preços da gasolina eram chamados preço justo. É afirmação da própria ANT. A questão da primeira pergunta que fiz em relação a empresa de consultoria para o modelo dos derivados. V. Sª esqueceu-se de falar sobre a questão do valor do contrato. Eu lhe perguntei sobre isso.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – A Presidência alerta que a Ordem do Dia já se iniciou e não podem ocorrer reuniões de comissões simultaneamente à votação de matérias no plenário da Casa.

Porém, concedo a palavra a V. Sª, se entender que é necessário acrescentar alguma coisa, brevemente.

O SR. ELOI FERNÁNDEZ Y FERNÁNDEZ – Não me lembro exatamente do valor dos contratos. A firma era um consórcio de várias empresas. A líder desse consórcio era a Arto Delito(?). Não me lembro exatamente do valor, quer era um pouco mais de R$1 milhão, se não me engano. Porém, isso teria que ser verificado. V. Exª pode consultar a Agência quando quiser.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Dr. Eloi, obrigada pela sua presença nesta tarde.

Convido os Senadores Geraldo Cândido e Juvêncio da Fonseca para apurarem os votos. (Pausa.)

Houve 13 votos SIM e uma abstenção.

Portanto, foi aprovado nesta Comissão o nome do Dr. Eloi para ocupar a diretoria da ANP.

Meus cumprimentos ao Dr. Eloi.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a sessão às 16h13min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da 31ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada dia oito de novembro de 1999.

Às quinze horas, do dia oito de novembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Carlos Bezerra, Juvêncio da Fonseca, Geraldo Cândido, Heloísa Helena, Tião Viana, Emilia Fernandes e José Eduardo Dutra. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a audiência pública com a presença do presidente da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência – ANFIP, Senhor Antônio Neto e com o representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP, Senhor Ulisses Riedel, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1999, que "Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências". Após a explanações, fazem uso da palavra as Senadoras Heloísa Helena e Emilia Fernandes e os Senadores José Eduardo Dutra, Geraldo Cândido, Juvêncio da Fonseca e Carlos Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Osmar Dias**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se a audiência pública com o Presidente da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência – ANFIP, Sr. Antônio Neto e com o representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP, Sr. Ulisses Riedel.

Com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1999, que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivo das Leis nºs 8.212. e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991,e dá outras providências.

Esta audiência pública foi resultante de um requerimento apresentado pela Senadora Heloísa Helena, Vice-Presidente desta Comissão, que também requereu a participação do Ministro da Previdência, Waldeck Ornelas. A reunião com o Ministro está agendada para amanhã, após a Ordem do Dia, podendo começar, portanto, às 17 horas, caso a Ordem do Dia tenha sido concluída.

Na audiência de hoje, vamos ouvir, portanto, esses dois representantes convidados pela Senador Heloísa Helena. Conforme acordo firmado aqui na última reunião, somente após essas audiências é que nós colocaremos o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1999, em votação, o que pode acontecer na próxima quarta-feira, ou seja, depois de amanhã.

Estão presentes nesta audiência pública a Srª Rosane Lupini, Presidente da Fenafisp – Federação Nacional de Fiscais de Previdência, e José Fabrito, representante da Frente Parlamentar de Defesa da Previdência Social.

Nós vamos passar a palavra ao primeiro convidado, que terá 20 minutos para fazer a sua exposição. Na seqüência, vamos ouvir o segundo convidado, para depois passarmos a palavra aos Srs. Senadores que queiram fazer alguma manifestação.

O primeiro convidado que usará da palavra neste momento é o Presidente da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência – ANFIP –, Sr. Antônio Neto .

O SR. ANTONIO NETO – Sr. Presidente, Srª Senadora Heloísa Helena, autora do requerimento que culminou com a instalação dessa audiência pública, prezado companheiro colega Ulisses Riedel, demais Senadores presentes, colegas representantes de entidades de classe aqui presentes, meus senhores e minhas senhoras, penso que o Senado Federal aproveita essa oportunidade para fazer um debate, que, a meu ver, precisa não é só deste momento. Há muito tempo nós, servidores públicos, e as pessoas envolvidas com a temática da Previdência estamos a cobrar essa discussão. A nossa entidade nacional, a Anfip, a qual estou representando aqui, durante todo esse período de reforma do setor previdenciário no Brasil, tem participado e tem buscado contribuir na discussão de um tema da maior relevância, porque envolve milhões de brasileiros.

Então, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos aqui com o intuito único e exclusivo de colaborar, de ajudar, no sentido de que esta Casa, ao votar o projeto que trata da reforma da previdência do setor privado, do regime geral de previdência e que altera dispositivos da Lei 8.212 e Lei 8.213, possa, efetivamente, compreender algumas questões. Talvez, pela exiguidade do tempo e pelo açodamento da forma como a proposta foi encaminhada, alguns aspectos tenham passado despercebidos.

Nós da Anfip, ao tomarmos conhecimento desse projeto e com o compromisso maior da entidade de defender a seguridade social e a previdência pública neste país, ficamos extremamente preocupados, em primeiro lugar, com a forma como o projeto foi colocado; em segundo lugar, com algumas questões que, a nosso ver, podem trazer alguns prejuízos draconianos, graves, para a maioria dos trabalhadores brasileiros. Ficamos preocupados porque esse projeto hoje não está sendo discutido de forma transparente, mais aberta pelo conjunto dos trabalhadores dos setores que realmente serão atingidos por ele.

Um dos pontos que, à primeira vista, o projeto apresenta e pode ferir é exatamente a quebra do princípio geral da universalidade do sistema de previdência, ou seja, na medida em que se faz uma capitalização num regime básico, na previdência pública do INSS, o setor que atende a parcela mais sofrida da população, quando se restringe a cobertura do benefício e introduz algumas variáveis como a expectativa de vida, a idéia do seguro individualizado, começamos a nos preocupar, porque o grande avanço da Constituição de 1988 foi exatamente a criação de um sistema universal de previdência que pudesse, com as suas reformas mais profundas, proteger social-

mente a grande maioria dos trabalhadores no País. Esta questão nos preocupa.

Outro aspecto com relação a princípios imediatos que nos preocupa é que não há uma uniformidade. O princípio da uniformidade das regras para todos os tipos de benefícios está sendo quebrado, porque se está criando um sistema, um fator previdenciário sobre o tempo de contribuição que agregará outras variáveis, outros dispositivos, como a idade, o tempo de contribuição, o valor da aposentadoria e, com isso, criam-se regras diferenciadas.

Além disso, um outro aspecto que nos preocupa muito e que é exatamente o grande ponto positivo da previdência pública no Brasil – o INSS, o regime geral – é, exatamente, a questão da distributividade, ou seja, a capacidade que a Previdência tem de gerar um mínimo de cidadania para 18 milhões de trabalhadores neste País.

Na medida em que se coloca de forma até tecnocrática que a Previdência está falida, está um caos e, a partir daí, quer-se introduzir um sistema que vai, na verdade, criar a figura do caráter individual, ou seja, vai-se introduzir uma regra extremamente draconiana de capitalização em que o trabalhador só terá direito ao seguro nos limites do valor que ele tiver lá depositado. O sistema de previdência público é um sistema mais aberto, um sistema mais solidário, porque, quando se quebra a solidariedade, que é exatamente a coisa mais cara que a previdência pública possui no Brasil, poder-se-á estar criando um sistema de perversidade que trará prejuízo para milhares de trabalhadores neste País.

Sei que os teocratas internacionais de alguns segmentos não se conformam com o fato de haver no Brasil um sistema que distribui R$50 bilhões por ano; eles pensam que esse dinheiro tem que estar no mercado, que não pode ser movimentado nas contas dos trabalhadores nesses rincões do Brasil, na conta dos trabalhadores rurais, na renda mensal vitalícia e outras formas de benefício. Eles acreditam que isto deve ser capitalizado. Só que, hoje, mesmo um sistema de capitalização, como o do Chile, que foi o grande modelo, também já está em crise. Hoje, todos estão vendo que a questão da capitalização, em si, não significa desenvolvimento, geração de emprego e renda. Então, esta questão é muito séria.

Além disso, um outro aspecto que precisa ser questionado no projeto diz respeito a vícios de inconstitucionalidade. Todos sabemos que, quando se coloca numa fórmula duas variáveis – idade e expectativa de vida –, está-se introduzindo um mecanismo que, na prática, coloca uma idade limite, uma idade mínima. Este, um dos pontos que, por ocasião da apreciação da Proposta de Emenda Constitucional n.º 20, na reforma da Previdência, que foi derrubado na Câmara e não consta da Constituição. Esta matéria, certamente, suscitará uma discussão do ponto de vista constitucional, indo terminar no Judiciário e, talvez, tenha um desiderato igual àquela votação por 11 a 0 no Supremo Tribunal Federal, quando aquela Corte apreciou a questão dos aposentados.

Por fim, do ponto de vista dos princípios que gostaria de expor, existe um aspecto no projeto que nos preocupa bastante: é o que chamo de questão da acessibilidade. Como é que um trabalhador compreenderá daqui para frente a forma da sua aposentadoria? Fico imaginando um motorista de ônibus de São Paulo que começou a trabalhar com 17 anos, pois normalmente ele começa a trabalhar com 17 anos como aprendiz na garagem. Quando ele completar 35 anos de contribuição, naquele trânsito louco e estressado de São Paulo e calcular sua aposentadoria, perceberá que terá que trabalhar mais 5 anos, que terá que reduzir seu benefício em 20% ou 30%, dependendo da fórmula. Como ele conseguirá fazer isso? Hoje o sistema é mais simples: faz-se a média aritmética e o trabalhador tem idéia. Além disso, estão sendo agregados aspectos técnicos dos quais a maioria dos trabalhadores do Brasil não têm compreensão. São aspectos relacionados à demografia, à questão de tábuas de cálculos atuariais que sempre ficarão na mão de alguém que pode manipular isso porque nós e a grande maioria dos trabalhadores não têm acesso às informações. Então, parece-me que essa questão, do ponto de vista de uma reforma da Previdência que viesse a atender os interesses dos trabalhadores, deveria ser vista com muito cuidado pelo Senado para que se pudesse estabelecer fórmulas mais transparentes, mais claras, mais cristalinas para que o trabalhador, ao terminar seu tempo de contribuição, tivesse clareza de como ele poderia se aposentar.

A idéia clara que está embutida no Projeto é a de que há uma redução clara dos valores das aposentadorias, principalmente no que se refere à questão das mulheres, onde está sendo colocado um adicional. Mesmo com o bônus colocado na Câmara as mulheres continuarão a perder. Enfim, o que percebemos de forma geral é que esse Projeto precisa ser melhor discutido. Se ele funcionará como valor de redutor de benefício, por que esse corte violento, extremamente draconiano em cima do setor privado e em cima dos trabalhadores?

Parece-me que nós na ANFIP contribuímos para o debate e para a discussão. Temos o maior interesse em defender a Previdência pública neste País, mas acreditamos que essa questão do cálculo atuarial, daqui a 5 anos, que é exatamente o período de transição, trará muitas dificuldades e muita dor de cabeça. O trabalhador não perceberá muito porque a própria a transição vai minorando os efeitos. Todavia, a partir do período de transição dos 60 meses, o trabalhador brasileiro sentirá bastante e penso que nós, que temos a responsabilidade social e política, e os Srs. Senadores, que têm o papel de representantes do povo brasileiro, precisaríamos analisar isso com muito cuidado para que no futuro a classe trabalhadora, os setores mais pobres da população não viessem a ser penalizados por uma reforma que poderia trazer ganhos, melhoria de qualidade de vida e não uma reforma que pudesse retirar direitos e garantias dos trabalhadores.

Por outro lado, é importante aproveitarmos este espaço e este momento para questionarmos outro prisma da reforma da Previdência no Brasil que nunca conseguimos ver implementada. Desde a reforma da PEC nº 33 até a emenda Constitucional nº 20, sempre se viu a reforma da Previdência do ponto de vista da redução da despesa, nunca do ponto de vista do acréscimo da receita. Temos um papel importante a cumprir, pois nós, enquanto fiscais de contribuições previdenciárias, somos um instrumento difícil que busca a contribuição previdenciária do setor privado.

Ficamos preocupados e angustiados, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quando vemos o País caminhar a passos largos sem ter uma política de combate à informalidade. Nesses últimos anos, perdemos no Brasil mais de um milhão de empregos formais. Ora, todos nós sabemos, qualquer pessoa que tenha o mínimo de conhecimento de economia sabe que a Previdência depende fundamentalmente de formalização de geração de empregos. Então, é preciso que possamos estabelecer em qualquer projeto de reforma da Previdência no Brasil uma política de atração, de geração de emprego. Além disso, evidentemente, sem a mudança de um modelo econômico que possa, gerando renda e distribuição de renda e gerar mais empregos, não se vai melhorar as contas da Previdência Social no Brasil.

Um outro aspecto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que nós, da fiscalização, temos sempre levantado – e a Anfip tem sido uma das pioneiras nessa discussão –, é a grave questão do grande estoque de dívidas que a previdência pública tem no Brasil. Ou seja, hoje, o INSS tem um estoque em torno de R$56 bilhões. Recentemente, o próprio TCU, o Tribunal de Contas da União, confirmou esses dados, ou seja, a Previdência tem em estoque – não é dinheiro que precisemos levantar, é dinheiro que está dentro da casa, que só falta cobrar – em torno de R$56 bilhões. O que significa um ano de arrecadação da Previdência. Ora, o déficit que o próprio Governo apresenta é de R$10 bilhões. Mas nós não conseguimos, ou seja, o INSS como um todo não conseguiu ainda elaborar um sistema ou melhorar a sua gestão para atacar esse grave e sério problema. O INSS só consegue arrecadar em torno de 1% dessa dívida.

No ano passado, por exemplo, a fiscalização levantou R$1 bilhão em dívidas e o INSS somente arrecadou R$1 milhão. E para onde vai isso aí? Perde-se com as reiteradas anistias, as brechas na legislação, a remissão. O próprio Secretário da Receita Federal, nos depoimentos aqui nesta casa, demonstrou claramente que é a mesma a situação da Receita. No Brasil, hoje, há sonegação de R$800 bilhões, um PIB por ano, e a Previdência tem uma sonegação, tem um estoque de dívida de R$56 bilhões.

Questões como a brecha da sonegação precisam também ser colocadas, ou seja, precisamos fazer, estabelecer aqui uma legislação extremamente punitiva com o sonegador, para que o mau empresário, aquele que sonega, aquele que se apropria indevidamente dos recursos dos trabalhadores e não os repassa à Previdência possa ser efetivamente punido. E o bom empresário, aquele que cumpre a Lei, seja realmente premiado. O que acontece hoje, na prática, é que o mau empresário está sempre esperando um processo de anistia, até uma mágica, uma lógica, uma questão que se coloca hoje, uma prática comum que diz: "Dívida velha não se paga e a dívida nova se deixa ficar velha, se deixa envelhecer." Porque se está sempre esperando um processo de anistia.

Recentemente, na semana passada, apareceu essa situação, o Refis(?), um projeto que vai, na prática, criar uma forma de anistia, porque estabelece diferenciação entre quem está pagando e quem vai reparcelar seus débitos de agora para a frente. Ou seja, está embutida uma taxa de juros diferenciada. Então isso significa o quê? Mais uma vez, penaliza o bom empresário, aquele que pagou em dia suas contribuições.

E, por fim, Sr. Presidente, uma outra questão que nos parece ser muito importante ser colocada aqui, e que a Anfip defendeu reiteradamente durante a reforma da Previdência, da Emenda nº 20, é o sigilo bancário fiscal. A flexibilização do sigilo bancário fiscal é um instrumento importantíssimo. O sigilo, hoje, impede, como está configurado, a investigação das

contas bancárias e dos bens dos sonegadores e dos fraudadores. Além disso, há a indisponibilidade dos bens. Os países evoluídos, hoje, todos, têm essa figura jurídica. Na hora em que o débito é levantado os bens são tornados indisponíveis, o que dá a garantia de que o sonegador não suma, que os bens não desapareçam, que a empresa entre em processo de falência, essas coisas todas, essas brechas que existem. E quando a Procuradoria ou a Previdência ou o Governo vão atrás já não há mais o sonegador, que sumiu, abriu uma nova empresa e deixou um parcelamento no escaninho.

E, por fim, para concluir, eu gostaria de chamar a atenção para o número insuficiente de fiscais. Hoje somos em torno de 3.800 fiscais para um contingente de três milhões de empresas. Só conseguimos, na prática, hoje, fiscalizar 200 mil empresas por ano. Dez anos atrás éramos sete mil fiscais, éramos o dobro do que somos hoje. Então é preciso, além de aumentar o número de fiscais, aparelhar a fiscalização, instrumentalizar e melhorar a qualificação do nosso sistema de cobranças, que é extremamente debilitado hoje do ponto de vista de equipamentos. A Dataprev, o nosso sistema, tem deixado muito a desejar. E, por fim, é importante colocar que no Congresso Nacional há um projeto de lei que trata dos crimes da Previdência, cuja votação precisa ser urgentemente apressada, porque estaremos criando um instrumento mais efetivo para que se possa, com muita segurança e firmeza, fazer um combate vigoroso à sonegação e ao desvio dos recursos da Previdência Social no Brasil.

Estamos preocupados com os rumos que este projeto poderá tomar, entrentanto, mais do que isso, estamos preocupados com a forma da discussão do modelo previdenciário brasileiro, que, ao longo de toda a sua vida, tem sido baseado no modelo da repartição simples, da solidariedade, em que há um sistema de participação do setor público.

Percebemos uma tendência cada vez mais séria no sentido de retirar a função do Estado, de levar isso para o setor privado. Penso que a Previdência Pública, do INSS, é a que mais projeta um mínimo de cidadania neste País. Para se ter uma idéia, fizemos um levantamento, recentemente, na entidade. Em cerca de 70% dos municípios brasileiros, o valor que é pago com os benefícios previdenciários é maior do que o Fundo de Participação dos Municípios. Isso significa dizer que a Previdência Pública, essa do INSS, que alguns apregoam que está falida, é o maior instrumento de distribuição de renda do Brasil, seguramente, é um dos maiores programas de renda mínima que já se estabeleceu no Brasil, é um instrumento efetivo de combate à exclusão e à pobreza.

Imaginamos que isso só aconteça nos Estados pequenos, mas não é verdade. Para se ter uma idéia, a cidade de Feliz, no Rio Grande do Sul, é considerada pela ONU a cidade com maior índice de desenvolvimento humano e lá o Fundo de Participação é menor do que a despesa paga com benefícios, da mesma forma, isso acontece nos Estados pequenos.

Então, essa questão da Previdência, como distribuição de renda, temos que aprimorá-la, temos que trabalhar para transformar essa Previdência em algo muito mais efetiva, distribuidora de renda, saudável, fazendo com que se deixe de tratar a Previdência como algo que não tem retorno social. Ela tem retorno social, sim; ela não é seguro; ela é Seguridade Social, é geração de vida, é garantia de vida.

Recentemente, o Jornal **Folha de S.Paulo** fez um trabalho com os idosos e mostrou, em algumas cidades deste País, que aquele aposentado que recebe um valor pequeno, sim, R$136,00, faz com que haja a irrigação do mínimo de dignidade numa cidade. Por exemplo, numa cidade do interior do Nordeste, no dia em que a Previdência vai pagar, o comércio é fechado, e não se deixa ninguém entrar de outro lugar para vender. O cartão da Previdência, muitas vezes, é deixado como um cheque em branco, como uma garantia do fiado, numa bodega da esquina.

Lembro-me de uma situação, no interior do meu Estado, o Piauí, um lugar muito longínquo que eu estava fiscalizando. Havia dois velhinhos sentados no banco. Um recebeu a aposentadoria e a passou para o outro. O velhinho olhou para velhinha e disse: Ah! minha velha, (nesse tempo, a aposentadoria era de R$100,00), com esses R$50,00 a gente compra a comida e com esses outros R$50,00, nós vamos comprar o seu remédio da pressão, para você não precisar mais pedir a ninguém.

Quer dizer, isso é dignidade, isso é o mínimo que a Previdência faz neste País. E não podemos deixar que um instrumento tão importante como esse possa ser destruído, desmontado de uma forma que venha atender a interesses que, na verdade, não refletem a grande maioria do nosso povo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Amanhã, estará o Ministro Waldeck Ornelas aqui e S. Exª vai colocar números, o déficit da Previdência Pública, o déficit do INSS. Eu gostaria que o Sr. Antônio já fosse pensando se é possível fornecer os seus dados para que possamos cotejar com os dados do Ministro a respeito de qual é o verdadeiro déficit projetado para 1999, da Previdência Pública, do INSS e dos Militares

Se esta questão puder ser respondida pelo Sr. Antônio, eu já a deixaria, passando a palavra ao Sr Ulisses Riedel de Resende. Peço-lhe que na sua exposição ele possa , também, se for possível, fornecer esses dados, porque eu vou anotar para fazer a mesma pergunta, amanhã, para o Ministro.

Com a palavra o Sr. Ulisses Riedel de Resende, que é o Representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP. S.Sª dispõe de 20 minutos.

O SR. ULISSES RIEDEL DE RESENDE – Sr. Presidente, Senadora Heloísa Helena, meu companheiro Antônio Neto, demais participantes desta audiência, em primeiro lugar, em nome do DIAP, quero agradecer ao convite formulado pela Senadora e aprovado pela Comissão, para que possamos tratar de matéria que consideramos da maior relevância. Consideramos extremamente séria a matéria que está aqui em debate. Fez-me reportar, em minha mente, aos debates ocorridos no Século passado, quando havia dois grupos que defendiam posições antagônicas: os abolicionistas e os escravistas, em que vemos que a Abolição foi conquistada, a duras penas, como que por fórceps, num momento a Lei do Ventre Livre, num outro momento os mais idosos, até, que, finalmente, se conseguiu aquela Abolição direta dos escravos.

Digo isso porque a visão do DIAP é de que é extremamente, perverso o projeto. Ele simplesmente leva uma grande maioria, quase que a totalidade dos trabalhadores deste País, milhões deles, a que venham morrer, sem nunca gozarem a aposentadoria . Eles serão levados a trabalhar, até seus últimos dias, sem saber o que é aposentadoria. Porque é muito simples se ter presente uma consulta formulada ao Ministério da Previdência Social pelo ex-Deputado Miguel Rossetto. Em 1998, o INSS informou que a média da idade de falecimento do segurado do INSS, é de 60.3 – da mesma forma, isso acontece em Estados pequenos. Essa é a média. E, se essa é a média, na verdade, os mais pobres, os mais humildes, aqueles que começam a trabalhar aos 15 ou 16 anos, quando não aos 8 anos de idade, morrem muito mais cedo do que isso. E essa média é alcançada porque nós, privilegiados, morremos com 70 ou 80 anos de idade.

Diante dessa média e do projeto que, na prática, estabelece que ninguém poderá aposentar-se, com a integralidade da sua contribuição, com menos de 59 anos, vemos que todos os trabalhadores brasileiros, especialmente os mais pobres, são empurrados, para que deixe de existir efetivamente a aposentadoria, a não ser para as classes mais abastadas, que vão viver 70 ou 80 anos e que vão gozar da aposentadoria. Mas os mais pobres vão morrer, realmente, trabalhando. Nasceram trabalhando, desde a mais tenra idade, e vão morrer trabalhando.

Fico até um pouco assustado. Estive lendo os debates ocorridos na Câmara dos Deputados, e inúmeros parlamentares dizem que não há prejuízo algum para a classe trabalhadora e que, pelo contrário, esse é um prêmio que é dado ao trabalhador. Que prêmio é esse? É eticamente condenável essa colocação, que nos parece uma mistificação. É um falso prêmio. Seria como se o patrão dissesse para o empregado de uma atividade particular: "Agora, pela nova lei, a hora será de 70 minutos, com um redutor de 30% dos seus salários. Mas, como prêmio, a lei autoriza que seja suprimido o redutor, desde que você trabalhe doze horas por dia e não oito". Ou seja, o falso prêmio obriga o trabalhador a trabalhar um número de horas maior por dia para manter o seu salário, e a hora continua com 70 minutos.

É um absurdo total o que está sendo feito com o povo mais humilde, com os trabalhadores mais humildes desta Pátria. Está sendo imposta a eles uma situação de redução do quase nada que eles não têm, para que, realmente, possam estar numa condição de trabalho, recebendo muito menos do que aquilo a que eles teriam direito.

Alguém poderá dizer: "É o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP – que está dizendo isso!". Quero mencionar aqui uma publicação recente, um artigo escrito e assinado pelo ex-Ministro da Previdência Reinhold Stephanes, membro do Partido da Frente Liberal, que lidera a base de sustentação política do Governo, e correligionário do atual Ministro da Previdência. No jornal **A Gazeta do Povo**, de Curitiba, do mês de outubro, ele destacou: "Pelo critério atual, o segurado que completar 35 anos de contribuição tem direito a receber 100% do salário de benefício, o qual corresponde à média dos últimos 36 salários de contribuição para a Previdência. No novo critério, esse segurado com 35 anos de contribuição e 53 anos de idade, para que tenha o mesmo benefício, terá de contribuir por mais sete anos". Essa é a palavra insuspeita do ex-Ministro da Previdência Social, uma pessoa capacitada, gabaritada, que entende do assunto e que mostra, de uma forma muito clara, muito absoluta e verdadeira, que existe um grande prejuízo.

Só que esse prejuízo é dado para quem? Exatamente para a categoria dos trabalhadores mais humildes, que nem vão conseguir entender a complexidade deste cálculo: para a apuração do fator previden-

ciário, multiplica-se ITC por A, e, em seguida, divide-se por ES, cujo resultado é multiplicado pelo resultado da fórmula 1 + ID + TC, multiplicado por A sobre 100, onde "F" é o correspondente ao fator previdenciário; "TC" é o tempo de contribuição até a data da aposentadoria; "A" expressa a alíquota da contribuição correspondente a 0,31; "ES" representa a expectativa de sobrevida média do segurado, considerando a sua idade na data da aposentadoria; e ID, a idade do segurado na data da aposentadoria.

Tenho certeza de que muitos dos eminentes Parlamentares, mais competentes e inteligentes, aos quais respeitamos, terão muitas dúvidas em fazer esses cálculos e chegar à conclusão do que representa, realmente, esse benefício.

Mas precisamos verificar devo dizer que é a esperança da classe trabalhadora que o projeto é nitidamente inconstitucional. Politicamente, é um equívoco o Governo encaminhar um projeto como esse, perverso, que se pauta numa mistificação de dizer que é um prêmio para a classe trabalhadora. É um equívoco para o Governo, porque, certamente, terá um grande desgaste eleitoral e, certamente, será derrubado no Supremo Tribunal Federal.

E por que será derrubado? Porque a inconstitucionalidade é flagrante. E ainda podemos nos apoiar no que disse o próprio Ministro Reinhold Stephanes quando ressalta que se trata de uma forma de tentar burlar o princípio constitucional – o que foi rejeitado nesta Casa e no Supremo Tribunal Federal – do limite de idade. É uma fraude mistificada, é uma tentativa de obrigar que aquilo que foi rejeitado pelo Congresso, aquilo que não foi aceito pelo Supremo Tribunal Federal venha agora, sob uma forma disfarçada, trazendo essa questão do limite de idade.

Por certo, o Supremo Tribunal Federal não aprovará, não acolherá aquilo que for aprovado nesta Casa no sentido dessa submissão ao Fundo Monetário Internacional, submissão a interesses que não são os verdadeiros desta Pátria.

O projeto é inconstitucional também porque estabelece uma disparidade de tratamento entre os próprios trabalhadores. Os trabalhadores mais humildes terão de trabalhar mais tempo para conseguir a sua aposentadoria em relação aos trabalhadores que começam a trabalhar com 25 ou 30 anos de idade, filhos bem nascidos. Eles terão de trabalhar um número muito maior de anos. Portanto, há um tratamento diferenciado que acaba se estabelecendo em relação à classe trabalhadora, o que se configura em mais uma nítida inconstitucionalidade.

Sr. Presidente, V. Exª nos pergunta sobre o déficit. Mas, para analisarmos o déficit, temos que ir mais fundo, temos que analisar as causas da crise. Quais são as causas da crise? Sabemos que mais ou menos na década de 30 começamos com a questão da organização da previdência social mais efetiva no Brasil, nos moldes que conhecemos. Há aspectos anteriores, mas, a partir daí, vemos que se estabeleceu um regime de capitalização e não um regime de repartição. Qual o regime de capitalização? É que se deveria recolher importâncias dos empregados, dos empregadores e do Estado, formar um fundo – que não teria ainda aposentadorias a pagar porque elas ainda não existiriam – , cujos recursos seriam aplicados, investidos no mercado financeiro; e, quando se começasse a usar esses recurso, eles seriam usados parcimoniosamente, de maneira que houvesse sempre uma reserva técnica a fim de que, quando chegasse a época das aposentadorias, existissem recursos suficientes para esse pagamento.

O que ocorreu? Até 1960, o Governo nunca recolheu um centavo. Há um documento do PAEG, Plano de Ação Econômica do Governo Castelo Branco, de 1964/1966, em cuja página 221, do capítulo 23, lê-se:

"É inegável a grave situação em que se encontra a previdência social. Em primeiro lugar, ressalta a disparidade entre os vultosos compromissos assumidos pelo sistema previdenciário e as fontes de recursos, não obstante serem elevadas em si as taxas de contribuição. A atual situação da previdência social pode ser ilustrada mediante a reprodução de alguns dados isolados, constantes do balanço consolidado de fins de 1963. Naquela ocasião, a dívida da União para com a previdência social alcançou um total de R$288 bilhões e a dos empregadores, de R$77 bilhões, atingindo, assim, as partes não realizadas do balanço com o acréscimo de alguns outros itens num total de R$369 bilhões. O déficit técnico para o ano em curso, que era o ano de 1964, já foi calculado em R$178 bilhões. Esse bilhões foram pagos, reverteram para os cofres do fundo que compõe a previdência social? Não, jamais. Ao contrário, mudaram-se as regras, exatamente até para não mostrar o rombo que existia e passou-se para o regime de repartição. E do dinheiro que existia cuja maior parte era recolhido dos empregados e uma parte substancial dos empregadores, e ainda se construiu Brasília e a Ponte RioNiterói, que vergonhosamente entregamos para a privatização, algo feito com os recursos do Estado, dos trabalhadores. Também construíram-se casas de Ministros aqui em Brasília ou outras coisas. Ao invés de que

aqueles recursos com uma destinação específica fossem utilizados dentro dessa destinação específica, o que houve foi uma atuação completamente despropositada, acabando com esses fundos. Vem a crise, e o problema é quem vai pagar a conta da crise.

Quero mencionar aqui outro ponto que consideramos importante. Instalou-se uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados para estudo do Sistema Previdenciário, cujo Relator foi outro nome insuspeito para o Governo, Antônio Britto, do PMDB governista. Vejam bem o que o Deputado Federal da época apresentou, pois para falar de déficit, temos que saber as causas da crise, de onde ela vem. Destacou em seu relatório:

"O Governo deixou que as empresas brasileiras beneficiadas pela falha de legislação extinguissem na prática o Finsocial, fonte de 20% das receitas da seguridade social. O Governo desindexou os débitos com a Previdência, o que estimulou a que pelo menos 20% da arrecadação bancária apenas se realizasse na metade de cada mês e não no início. O Governo conseguiu reduzir o valor das multas pagas por quem deve a Previdência. O Governo não conseguiu implantar a contribuição dos produtores rurais em regime de economia familiar. O Governo fracassou em montar um sistema elementar de computação para acompanhar o pagamento das quatro mil Prefeituras e Governos Estaduais e seus débitos com a Previdência Social. O Governo não conseguiu implementar o capítulo de modernização da nova lei de custeio da Previdência Social que lhe conferia poderes totais em matéria de fiscalização de débito e na revisão de todos os benefícios concedidos. O Governo não conseguiu encaminhar ao Congresso, apesar do prazo fixado em lei, o projeto de regulamentação das aposentadorias especiais." Tudo isso, obviamente, no momento em que ele estava apresentando o relatório.

E continua: "O Governo não conseguiu instalar os Conselhos Estaduais e Municipais da Previdência Social, essenciais para que a sociedade possa ajudar e fiscalizar as fraudes. O Governo não conseguiu redigir e enviar ao Congresso o projeto que organiza a Previdência Pública Complementar. O Governo não conseguiu, apesar da determinação legal, fazer funcionar a Ouvidoria Geral da Previdência Social. O Governo, a partir de uma reforma administrativa desastrada, acabou com os setores encarregados de estudos, cálculos atuariais, estatísticas, pesquisas no Ministério do Trabalho e Previdência Social. O Governo não conseguiu acelerar a implantação do Cadastro Nacional do Trabalhador, essencial para que um dia se saiba quantos são os trabalhadores e quantas as empresas . O Governo não conseguiu cumprir os prazos previstos em lei para a venda dos imóveis da Previdência Social. O Governo não conseguiu cumprir com os seus próprios prazos e promessas constantes do plano de metas do Ministério do Trabalho e Previdência Social para a automatização dos postos de benefício e a implantação dos cartões magnéticos para os aposentados e pensionistas. O Governo não conseguiu fazer funcionar sequer satisfatoriamente a Procuradoria-Geral do INSS, medida essencial para que se volte a cobrar o que é devido à Previdência Social. O Governo não conseguiu dar seqüência aos entendimentos com o Banco do Brasil para que este assuma o sistema de cobrança das dívidas parceladas junto à Previdência Social.

O Governo não conseguiu organizar uma lista confiável de devedores e não firmou qualquer convênio, conforme o determinado pela Lei de Custeio, para intercâmbio dos cadastrados com os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como não conseguiu revisar benefícios por acidente de trabalho e por invalidez, fonte confirmada de fraudes. O Governo não conseguiu colocar em vigência dispositivos legais que obriguem os cartórios de registro civil, sob pena de pesadas multas, a informar os óbitos ocorridos.

Como se vê pelo relatório da Comissão Especial do Sr. Relator Antonio Britto, há um caos total na Previdência Social por culpa dos governantes e que agora, quando se encontram situações de déficits, situações difíceis e que é preciso resolver, vai-se procurar quem vai pagar a conta e quem vai pagar a conta? Os mais humildes, os mais pobres? Vamos fazer com que eles trabalhem até o fim da existência, que morram trabalhando e vamos aliviar o déficit de caixa. Ao mesmo tempo, vamos separar bilhões para pagar banqueiros para pagar juros das dívidas externa e interna?

Há todo um descalabro. Aliás, a História do Brasil é uma história de descalabro, de escravidão. O Brasil tem quase quatro séculos de escravidão nas costas. Estamos aí comemorando os 500 anos, mas, durante pelo menos quatro séculos era o nosso irmão negro que estava fazendo as estradas, as plantações, as colheitas, a roupa, o transporte, enfim, tudo. E parece que nos acostumamos com essa mentalidade e ainda nos mantemos dentro de uma idéia de que é possível pisotear mais aqueles mais humildes e os que passam pelas situações mais difíceis.

Quero concluir citando ainda o Ministro Reinhold Stephanes, que diz:

"O novo projeto de cálculo da aposentadoria é uma prova de que mudança tardia e incompleta do sistema previdenciário foi insuficiente para restaurá-lo atuarial e doutrinariamente.

O pior, no entanto, é que o projeto reativa antigas práticas de criar alternativas para driblar os problemas em vez de enfrentá-los."

Aí vem aquele trecho que já li mas repito:

"Pelo critério atual o segurado que receber 35 anos de contribuição tem direito de receber 100% do salário-benefício, o qual corresponde à média dos últimos 36 salários de contribuição para a Previdência. No novo critério, esse segurado com 35 anos de contribuição e 53 de idade, para que tenha o mesmo benefício, terá que contribuir por mais 7 anos."

Ora, essa nova fórmula surge como uma maneira mágica para substituir a falta de idade mínima do sistema e não acreditem que o Supremo Tribunal Federal vai engolir essa farsa, de que doura de uma certa forma a pílula e então desta maneira mágica se consegue fraldar aquilo que é o princípio constitucional.

É mais uma invenção brasileira, já que não há referência nos 130 países que têm previdência organizada.

Outro ponto que merece ser apreciado em relação ao fator previdenciário é que não foram considerados os critérios adotados no regime de serviço público, no qual o cálculo para a aposentadoria obedece à integralidade. Assim, na prática, os segurados do Regime Geral da Previdência Social, o INSS, vão diminuir ainda mais o valor dos seus benefícios. Para recuperar a diferença precisarão trabalhar mais 7 ou 8 anos, no mínimo. Para um país que já pensou em equiparar as regras dos regimes, vamos aumentar a distância entre o setor público e o privado."

Conclui no seu artigo:

"A conclusão é de que o fator previdenciário proposto, além de não atender à boa técnica e à doutrina universal, não cumprirá o seu objetivo, além de contrariar o princípio constitucional da eqüidade."

Diz ele concluindo:

"Torço para que o bom senso e a lógica prevaleçam sobre os velhos hábitos de contornar os problemas sem resolvê-los na sua origem".

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Quero lembrar que quarta-feira teremos a votação na Comissão de Assuntos Sociais do projeto, caso, evidentemente, tenhamos a realização da audiência pública com o Ministro Waldeck Ornelas amanhã – que imagino teremos, já que está confirmada –, e a Comissão de Constituição e Justiça também estará votando na quarta-feira após análise da constitucionalidade e da jurisdicidade. Estamos, evidentemente, na Comissão de Assuntos Sociais a analisar o mérito do projeto. Portanto, como houve a solicitação de audiência da CCJ, teremos obrigatoriamente que atender à decisão daquela Comissão antes de levarmos o projeto ao Plenário.

Concedo a palavra à autora do requerimento de convocação dessa audiência pública, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Em princípio, quero saudar o Dr. Antonio Neto, o Dr. Ulisses Riedel, saudar as outras entidades aqui presentes. É um prazer muito grande contar com a participação dos senhores na tarde de hoje, num momento tão importante quanto este.

Primeiramente, registro minha profunda indignação pela ausência de membros importantes da Bancada do Governo nesta comissão. Não pretendo desmerecer dois ilustres Senadores presentes que são da base do Governo e que, estando aqui, mostram compromisso em discutir o tema, mas, de uma forma muito especial, registro a ausência do Senador José Roberto Arruda, Líder do Governo, e a ausência do Relator do projeto.

Fizemos um esforço muito grande na última reunião da Comissão de Assuntos Sociais no sentido de possibilitar que essa audiência pública fosse realizada com a presença do ministro, até no sentido de que pudéssemos estabelecer o contraditório.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Mas na reunião de amanhã eles vão estar, Senadora, com certeza.

A SRA. HELOÍSA HELENA – É exatamente por isso que eu gostaria que estivessem aqui, estabelecendo o contraditório, porque, apesar da arrogância do Ministro – de quase todos os Ministros – e o fato de não comparecerem à audiências públicas, temos a síndrome de senzala branca e mansa do Governo Federal e dos seus representantes, especialmente do Ministro, que foi dar explicações ao Fundo Monetário Internacional antes de fazê-lo aqui, nesta Comissão de Assuntos Sociais.

Então, espero que os Senadores, especialmente o Líder do Governo, estando na Casa, possam vir a esta Comissão para contribuir com o debate, até porque muitas das considerações que foram feitas pelos senhores, que trouxeram informações extremamente importantes, e muitos dos questionamentos que poderíamos fazer foram respondidos pelos dois ilustres debatedores. Quem tem que responder aos demais questionamentos que devemos fazer é o Governo Fe-

deral, pois não consigo entender o déficit ou o rombo da Previdência Social, porque quando se fala em rombo, necessariamente se tem que falar nos arrombadores da Previdência. Para que se trabalhe o déficit, é necessário que se mostrem os dados. Em todos os dados, gostaríamos, se for possível, que os senhores ajudassem.

Por isso, era importante que o Senador José Roberto Arruda estivesse aqui para colaborar com o debate, porque, nos relatórios de execução orçamentária da própria Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, quando observamos as parcelas que são desviadas pelo Fundo de Estabilidade Fiscal, realmente, é algo estarrecedor. Todos os desvios que foram feitos, tanto os que foram feitos através das considerações do DIAP, desde o início da década de 60, a sonegação da própria União em relação à composição do Fundo da Seguridade enquanto empregador da sua participação também, ficam realmente muito difíceis de serem respondidos.

Alguém do Governo Federal tem que responder a questões tais como as medidas necessárias para que se evite a sonegação fiscal, sobre responsáveis pelo não recolhimento de contribuições de mais de R$50 bilhões, porque, em termos de contribuições sociais, cerca de R$8 bilhões correspondem a renúncias fiscais. Alguém do Governo tem que vir a esta Comissão responder a essas questões, além do demonstrativo que está para o Orçamento 2000. Neste, o próprio Governo Federal estabelece um superávit de mais de R$10 bilhões. Então, era de fundamental importância que alguém estivesse aqui para debater conosco.

Digo aos ilustres senhores que contribuem com o debate que não consigo rir da fórmula do fator previdenciário. Quando tive a oportunidade de assistir a uma entrevista do Ministro, juntamente com vários jornalistas, e, depois, tanto o Ministro quanto os jornalistas caíram em risada, não consegui fazer o mesmo, porque acho uma indecência, uma injustiça tão grande, um representante do Governo Federal ter a ousadia de dizer para a opinião pública, para o trabalhador brasileiro, que ele pode chegar na Previdência e estabelecer se quer com ou sem fator, ele escolher se quer que seja com ou sem fator no sentido de não ter prejuízos com relação à contribuição feita durante toda a sua vida.

Portanto, não tenho perguntas a fazer. Quero apenas parabenizar os senhores e agradecer muito a presença dos dois representantes. Gostaria muito que os senhores e as outras entidades pudessem também estar aqui amanhã, durante o debate que vai ser feito, infelizmente apenas com a presença do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Gostaria apenas de lembrar que, amanhã, teremos o Ministro Waldeck Ornelas, quando, então, a Senadora Heloísa Helena terá oportunidade de fazer as suas perguntas, que evidentemente não quis fazer hoje, para que fossem feitas diretamente ao Governo. O Ministro Waldeck Ornelas estará atendendo aqui a convite feito por esta Comissão, por meio da Senadora Heloísa Helena.

Pergunto se algum Senador quer fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, depois ao Senador Carlos Bezerra e, em seguida, ao Senador Geraldo Cândido.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, Dr. Antônio Neto, Dr. Ulisses Riedel de Resende, esse projeto foi distribuído inicialmente apenas para a Comissão de Assuntos Sociais, depois, por acordo, foi aprovado um requerimento para que a matéria fosse submetida também à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, espero sinceramente que esta Comissão, quando votar o projeto, faça de acordo com suas prerrogativas de analisar a matéria sob o ponto de vista da constitucionalidade e da juridicidade. Tenho certeza de que, assim o analisando, esse projeto só pode ter um destino: o arquivo.

Uma das questões foi levantada pelo Dr. Ulisses Riedel de Rezende, e vou abordá-la daqui a pouco. O projeto chega ao absurdo de, em seu último artigo, revogar lei complementar. Assim, vamos poder revogar artigo da Constituição com medida provisória. Depois, o Congresso reclama de o Supremo revogar decisões nossas. O fato é que a maioria desta Casa está votando muito mal. Trata-se de um projeto que, infelizmente, foi aprovado na Câmara, depois de ser analisado por sua Comissão de Constituição e Justiça, mas possui esta excrescência: a revogação de uma lei complementar por uma lei ordinária.

Outro ponto é a questão da idade mínima, que está colocada como contrabando. Os Srs. Senadores que fizeram parte da legislatura passada devem lembrar-se de que quando a reforma da Previdência estava em discussão no Senado, insisti em uma emenda que estabelecesse, para a definição dos critérios da aposentadoria, três pontos: a idade, a contribuição e a renda. Creio ser perfeitamente razoável que se introduza um critério de idade para evitar algo que acontece muito no Brasil: cabeças coroadas da República, no vigor dos seus quarenta, quarenta e cinco ou cinqüenta anos, aposentados. Em um país como o

Brasil, necessariamente, há que se introduzir o critério de renda combinado com idade, para evitar que os que entram no mercado de trabalho, com menor tempo, que normalmente ganham menos, que normalmente são submetidos a condições de trabalho mais degradantes e possuem, consequentemente, expectativa de vida menor, em um País como este, necessariamente, o fator renda deveria ser introduzido. A emenda foi rejeitada pela maioria da Casa, que optou apenas pelo princípio da idade mínima, mas esse critério foi derrubado na Câmara. Então, se a Constituição, por decisão expressa dos membros do Congresso Nacional, rejeitou incluir a idade mínima como fator determinante de aposentadoria, não se pode, de forma contrabandeada, introduzir o fator idade na definição de benefícios da Previdência. É o que está sendo feito. Espero, sinceramente, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania levante essas questões.

O projeto mostra, mais uma vez, a falácia do Governo. Quando estava em discussão a reforma previdenciária, o Governo sempre dizia que o problema era a Previdência Pública. No entanto, agora, vem com um projeto de reforma da Previdência dos trabalhadores da iniciativa privada, do Regime Geral da Previdência Social, que tem claramente o objetivo de tentar contornar os problemas de caixa da Previdência Social, mais uma vez atacando os de baixo. É falácia do Governo no sentido de querer fazer um grande debate com os governadores, com os agentes públicos, com a situação, com a Oposição, para resolver o problema da Previdência. Temos sempre dito que não fugiríamos de um debate dessa natureza. Mas, se o Governo tivesse realmente a intenção de promover esse debate, a primeira atitude seria a de retirar esse projeto, porque aí caminharíamos, no sentido de realmente discutir, fazer um grande debate sobre a previdência, de forma a resolver os seus problemas, que existem, mas não da forma como está sendo proposto.

Também não tenho pergunta alguma, e quero saudar os palestrantes. Gostaria realmente que aqueles que defendem tanto o projeto viessem debater com os dois palestrantes. Não ouvi a exposição do Dr. Antônio Neto, mas ouvi a do Dr. Ulisses Riedel de Resende, e não tenho perguntas, porque concordo com a exposição deles. Gostaria que aqueles que defendem o projeto viessem debater a matéria.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Renovo, aqui, as esperanças de V. Exª, de que, amanhã, todos estarão.

Senador Carlos Bezerra com a palavra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, o Senador já adiantou um pouco, aqui, o que penso em relação a essa matéria. Creio que estamos cometendo, aqui, um grave equívoco. Essa matéria teria que passar, primeiro, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Não tinha por que ter vindo, primeiro, para cá. Até porque o que o Dr. Ulisses afirmou ali – e já ouvi até Ministro do Supremo Tribunal Federal afirmar em matéria veiculada na imprensa nacional – que a proposta é inconstitucional.

E o Dr. Ulisses até ampliou o raciocínio, com relação à questão da inconstitucionalidade. Ele apresentou mais alguns pontos, além daqueles que a imprensa já havia veiculado, com relação à inconstitucionalidade.

Então, Sr. Presidente, não sei se isso pode ser feito. Parece que querem votar essa matéria meio que a toque de caixa.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Em regime de urgência constitucional. Já veio assim. Teria que o Presidente retirar.

O SR. CARLOS BEZERRA – Acredito, Presidente, que poderíamos examinar, fazer um esforço, aqui, no sentido de que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado apreciasse essa matéria, antes da nossa comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador, deixe-me só colocar o cronograma que ficou estabelecido. Até, aqui, no dia, houve um debate acalorado, com a participação do Senador José Roberto Arruda. Combinamos o seguinte cronograma, com a participação da Oposição e do Líder do Governo: hoje, teríamos esta audiência, como estamos tendo; amanhã, teremos audiência pública com o Ministro Waldeck Ornelas, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e, na quarta-feira, enquanto a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania estiver votando a matéria, na comissão, estaremos votando, aqui, por uma simples razão: essa matéria está com urgência constitucional, e o prazo dessa urgência expira dia 13. Teremos, portanto, só esta quarta-feira como oportunidade de votar, porque, se não votarmos, será pior. Se não votarmos na comissão, ela irá direto para o plenário, e, aí sim, é que vejo o risco de o Senado cometer equívocos. Da forma como estamos fazendo, vamos ter a oportunidade de votar o mérito da matéria na Comissão de Assuntos Sociais e, evidentemente, lá na Comissão de Consti-

tuição, Justiça e Cidadania, como disse o Senador José Eduardo Dutra, que dela faz parte e estará lá para levantar esses pontos de inconstitucionalidade, de não-jurisdicidade, que foram levantados aqui. Esses assuntos serão temas de debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Vamos cumprir, na comissão, o prazo constitucional imposto a esta comissão.

O SR. CARLOS BEZERRA – Pois é, Sr. Presidente, mas é lamentável, porque uma matéria dessa complexidade, uma matéria dessa relevância, você votar atabalhoadamente, a toque de caixa, com indagações constitucionais graves, é uma temeridade, é uma imprudência.

Penso que a nossa Bancada, por exemplo, não se reuniu, ainda, para discutir esse assunto. Vou cobrar do Líder da Bancada amanhã cedo. S. Exª não está, hoje, aqui em Brasília. Mas o meu Partido não sentou, ainda, para avaliar isso. E será que esse verdadeiramente é o caminho? Não existem outros caminhos? E foram apontados, aqui, principalmente pelo Dr. Antônio Neto, um quadro de que a questão não é tão preta quanto se pinta e que há outra solução. Eu disse aqui que há um crédito de 56 bilhões e o déficit é de 10 bilhões. É preciso fazer com que a máquina funcione para cobrar esse débito e combater outros tipos de evasão da contribuição que existe.

Então, Sr. Presidente, infelizmente, vou conversar amanhã com o Líder do nosso Partido para ver se amanhã mesmo a Bancada tem condições de fazer uma reunião para discutir essa matéria **interna corporis**. Quer dizer que vou acompanhar a decisão da maioria do meu Partido, porque sou homem de Partido, mas vou provocar essa discussão lá internamente amanhã. A audiência será que horas?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Após a Ordem do Dia, às 17 horas. Mas é audiência pública ainda, não é a votação.

O SR. CARLOS BEZERRA – Talvez consigamos reunir ainda amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Carlos Bezerra, V. Exª levanta um ponto de extrema importância. Não é a primeira vez, aliás, que isso acontece. Temos que votar no Senado matérias de relevância em regime de urgência, de forma a permitir o debate suficiente, para que todos os Senadores tenham todas as suas dúvidas esclarecidas, até tomar uma decisão muito mais de acordo com a sua convicção, com a sua consciência, depois dos debates. E muitas vezes se vota aqui sem o tempo necessário para se conhecer profundamente o assunto.

De nossa parte, quero que V. Exª procure entender, vejo que não há outra alternativa para a presidência desta Comissão. Aqui está a vice-Presidente da Comissão que concorda comigo. Só há uma forma de esse projeto não ser votado na Comissão nesta quarta-feira: se o Presidente da República resolvesse solicitar o projeto de voto e cancelar desta forma a urgência constitucional. De outra forma, teremos que votar. Até porque se não votarmos na Comissão a situação, como disse, é pior, porque vai a plenário sem ouvir a Comissão.

Creio que é prudente por parte desta Comissão votar na quarta-feira, analisando o mérito, mas evidentemente acompanhando a votação da Comissão de Constituição e Justiça. Há uma solicitação até para que a audiência seja conjunta. De nossa parte não há problema em que ela seja conjunta, precisamos apenas fazer um acordo com a Comissão de Constituição e Justiça. Mas também, se não for conjunta, estaremos aqui a votar esta matéria sobre o mérito e aguardaremos a decisão da Comissão de Constituição e Justiça que, segundo levantam aqui os nossos convidados, poderá ser até com um parecer contrário à matéria, não sei. Mas vamos aguardar.

Agora, peço compreensão de V. Exª em relação à decisão desta Mesa. Concordo que não há como, a não ser que o Presidente peça de volta este processo.

O SR. CARLOS BEZERRA – Estou entendendo, Sr. Presidente, o problema é que o vício é inicial. Penso que esta proposta foi pouco discutida, pouco debatida, ficou no âmbito do Ministério da Previdência que saiu com essa fórmula de uma hora para outra. Essa é uma matéria tão importante que, antes de vir para cá, deveriam sentar os Líderes de todos os Partidos e a sociedade para debater profundamente. Existe uma crise da previdência? Existe. Como vamos sair da crise? Vamos encontrar os caminhos mais adequados para isso. Vamos promover um debate mais amplo, que se encontrará certamente um rumo que seja menos penoso para o trabalhador. Talvez esse que estamos apontando nessa proposta.

De modo que isso é lamentável. Mas vou, de qualquer modo, conversar amanhã com o nosso Líder de Bancada para ver se nos reunimos ainda amanhã para debater internamente esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Carlos Bezerra, pela compreensão.

Com a palavra o Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Em primeiro lugar, quero saudar o Sr. Ulisses e o Dr. Antônio Neto pela brilhante exposição.

Lamento também, igualmente à Senadora Heloísa Helena, a ausência dos representantes do Governo aqui no debate, porque isso iria criar o contraponto. Enfim, eles que viessem aqui, inclusive o Relator da matéria, para enriquecer o debate. Eles se omitiram, não vieram hoje e amanhã, com certeza, estarão aqui quando estiver o Ministro. De qualquer maneira valeu pela explanação dos dois brilhantes expositores.

Se não estou enganado, a Previdência Social usava como base de cálculo para aposentadoria, a média dos doze últimos meses, inicialmente. Depois, houve uma mudança, passou a ser baseado nos 36 últimos meses. O critério dos doze últimos meses durou bastante tempo, desde quando eu comecei a trabalhar era assim o cálculo. O fato é que hoje o Governo está propondo alteração. Quando ele estava propondo a alteração à Reforma da Previdência, dizia: "Olha, quem está no mercado, quem já está com o direito adquirido não será afetado". Isso não está sendo respeitado. Na verdade, essas mudanças podem afetar menos quem está hoje já próximo a se aposentar, mas já vai sofrer alterações, embora vá ser menos prejudicado. Para quem está no mercado de trabalho há pouco tempo e os novos vão ser prejudicados tremendamente; as pessoas vão trabalhar até enquanto resistirem, porque, na verdade, a maioria vai morrer durante o trajeto, porque não vai conseguir chegar a se aposentar por idade.

Estava olhando um documento do Professor Onofre Cristo Pinto. Achei-o interessante porque ele faz uma crítica à Reforma da Previdência, elogiando a decisão do STF. Há um parágrafo em que ele diz o seguinte, falando em relação à Previdência: "Neste último caso é que reside o mais delicado e importante aspecto da inacreditável celeuma que se criou nos bastidores da insanidade. De fato, usando o bom senso, chega-se a admitir, não a se convencer, que as regras precisariam ser mudadas porque muitos não contribuíram regularmente para a Previdência. Fraudaram-na, roubaram-na, assaltaram-na, desviaram os seus recursos, mentiram para ela, fizeram-na de tola ou de conivente ou de cúmplice e, assim, tornaram-na ora inocente ora culpada, de vez em quando séria e, às vezes, estelionatária, freqüentemente cuidadosa ou outro tanto displicente". Então ele faz um comentário interessante sobre a Previdência, mostrando aqui a sua indignação em relação ao que se faz com ela, a falta de respeito com a instituição e com o trabalhador, evidentemente.

O documento do Governo tem algumas coisas interessantes, tem até uma parte em que eles fazem o seguinte: aposentadoria da boa morte. Até isso é usado. Imaginem a aposentadoria da boa morte! Infelizmente – Heloísa Helena diz que não acha graça –, mas é até meio cômico esse negócio.

A SRA. HELOÍSA HELENA – É auxílio-funeral, melhor dizendo.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Veja só, com o propósito de iludir os trabalhadores, alguma vantagem é apresentada. Por exemplo: para quem tendo começado a trabalhar aos quinze anos chegue aos 65 anos de idade, após 50 anos de contribuição, esse trabalhador terá um fator previdenciário de 2,2, ou seja, o seu benefício apurado com base na média sofrerá um acréscimo de 102%. Então essa é a aposentadoria da boa morte. Imaginem só um cidadão que tem que trabalhar e contribuir por 50 anos... Isso é o que estão propondo para tentar enganar o trabalhador.

Em síntese, é isso que eu queria colocar, só esse comentário. Gostaria de parabenizar o Dr. Ulisses e o Dr. Antônio Neto.

Amanhã vamos aguardar aqui o Ministro para podermos fazer um debate mais acirrado e fazer as perguntas para ele.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Tem a palavra a Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Ao cumprimentar os nossos palestrantes, Sr. Antônio Neto e Sr. Ulisses, queremos dizer que o espírito que moveu esta Comissão, a partir da proposta de uma audiência para discutirmos esse projeto que chega a Casa e nos dar praticamente quinze dias para ser votado – tendo em vista que a Câmara o discutiu, se é que se pode dizer que o discutiu, mas ficou com o projeto tramitando por aproximadamente dois meses e meio; ele chegou em agosto no Congresso Nacional –, era que realmente se fizesse aqui um debate, em que o Ministro da Previdência viesse aqui expor as suas idéias. Talvez conseguisse aplicar a fórmula do cálculo, que hoje está sendo apresentado pelo Governo, tendo em vista que o Relator, na Câmara, não conseguiu aplicá-la concretamente e dá um exemplo de como seria atingida a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras deste País. Certamente o Ministro aplicará essa fórmula. No entanto, isso deveria ocorrer em um espaço de debate.

Há determinados momentos em que esta Casa se torna totalmente antidemocrática e é movida por interesses. Se não fosse assim, na minha avaliação, com todo o respeito aos ausentes e à própria presença do Ministro, amanhã, S. Exª estaria aqui debatendo, assim como os que são a favor e contra a matéria. E as pessoas que têm um conhecimento profundo,

como V. Sªs, teriam a oportunidade de expor as diferenças de pensamento em relação ao que o Ministro disser.

Hoje está aqui praticamente apenas a Bancada de Oposição. Amanhã, virá a Bancada do Governo aplaudir o que o Ministro disser. Essa é uma forma muito feia e muito hipócrita de mostrar à sociedade brasileira que estamos interessados em discussão. Há interesses mil predominando no espaço de debate da Casa.

Por outro lado, estamos diante de uma proposta que o próprio povo brasileiro não consegue entender e não vem entendendo. O Governo se submete às determinações do FMI, tornando, portanto, cada vez mais claro o colonialismo que implanta por intermédio da sua política, pressionando o Congresso Nacional ao dizer que as dificuldades do País serão sanadas à medida que modificações forem efetuadas.

Assim foi a modificação em toda a Constituição no que se refere à questão das instituições privatizadas e da abertura ao capital internacional. Agora, está desmontada e desmentida a política de salvamento do Brasil, já que, durante quatro anos, não houve nenhuma alteração. Muito pelo contrário. Houve um agravamento da questão social, do desemprego, da falência, da quebradeira dos nossos empresários e dos nossos produtores rurais. Dessa forma, surge mais uma alternativa salvadora para este País, que atinge exatamente aqueles que o construíram, que são os trabalhadores; e, de forma muito cruel, os funcionários públicos e também os aposentados.

Não fosse já a agressão verbal sofrida, ao serem chamados de vagabundos pelo Presidente da República, Sua Excelência agora tenta mostrar ao Congresso Nacional e à sociedade que, se essas medidas não forem aprovadas, os nossos idosos, os pobrezinhos dos nossos velhinhos, serão profundamente atingidos, quando, na realidade, é o inverso.

O Governo quer, além de penalizar os aposentados, aqueles mais idosos que já deram a sua parcela de contribuição, manifestar aquilo que é mais grave: impedir que as gerações atuais consigam chegar à merecida aposentadoria. Assim, estabelece um fator previdenciário onde estipula a idade, além do tempo de contribuição, que modifica e penaliza. O povo brasileiro precisa saber disso. O Congresso Nacional disse que não queria estipular a idade para fazer a aposentadoria; aceitou até o tempo de contribuição, substituindo o tempo de serviço. Entretanto, eles ainda colocam uma palavra que realmente expressa toda a falta de sensibilidade com o ser humano que trabalha: a questão da sobrevida.

Essa é uma questão muito grave e uma postura muito evidente da falta de respeito com o ser humano, instituída por essa política que o Governo Federal defende, que tem agredido os trabalhadores de toda a forma.

Temos aqui um levantamento de portarias, decretos e mudanças na lei que ele instituiu, chegando, inclusive, a atingir e contrariar a questão da licença-maternidade, que também foi uma conquista das mulheres. O Governo estabeleceu aquele limite para o salário-maternidade de R$1.200. Precisou o Supremo Tribunal Federal derrubar essa matéria e dizer que essa era uma garantia constitucional de todas as mulheres, independentemente do salário que ganham, até porque a conquista dos melhores salários também faz parte da nossa luta, porque normalmente as mulheres têm salários mais baixos. E assim por diante.

A aposentadoria especial é uma vergonha. Já não se consegue mais. Realmente houve todo um ataque no que se refere a isso.

Eu também não tenho perguntas. Infelizmente, não ouvi a exposição do Dr. Antônio Neto, pois eu não estava no plenário em decorrência de outro compromisso, mas tenho certeza de que a linha foi aquela que entende, realmente, a questão da Previdência precisa ser analisada, porque, em primeiro lugar, não há falta de recursos; há, sim, a questão da impunidade, da sonegação, do desvio e da falta de compromisso dos governos, que não dão a sua parte.

Gostaria que os nossos expositores abordassem a questão da aposentadoria das mulheres e dos professores e eu estou incluída nesses dois campos, pois sabemos que serão os mais prejudicados. A vergonha é tanta que o Governo, quando quer, encontra formas de dar uma aparência diferente e burla o tal fator previdenciário, a tal fórmula, colocando um fator fictício o que, para mim, é, no mínimo, inconstitucional em relação à aposentadoria da mulher.

Gostaria, também, que algum dos senhores abordasse esse assunto e dissesse ao povo brasileiro não apenas para nós , realmente, qual é a situação dos idosos dentro desse contexto. Será que é a salvação ou o desrespeito total o que está posto aqui com a aprovação deste projeto?

Dentro dessa linha, realmente, há a questão da aplicação da fórmula, porque o Relator, na Câmara, não conseguiu calcular. Dizer que cada um deve calcular ou procurar informações, porque vai haver informações sobre a forma de cálculo e sobre o que empregar ou não, é uma falta de respeito total.

Então, gostaria que V. Sªs nos dissessem mais alguma coisa sobre isso, até para que eu possa aprender mais. De qualquer forma, vou recorrer às notas taquigráficas, pois tenho certeza da contribuição dos senhores. Trata-se da submissão e do ataque, principalmente, àquela parte mais frágil, já que eles venderam tudo, privatizaram tudo e continuam sustentando as empresas estrangeiras, para que estas depois venham comprar com o dinheiro que tinha de estar sendo dado para as nossas empresas nacionais se capitalizarem e continuarem empregando. Agora, atingem a Previdência.

Será que a Previdência e o Brasil, realmente, têm saída com este projeto que está sendo posto?

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Antes de os ilustres debatedores responderem aos questionamentos, passo a palavra, primeiramente, ao Senador Juvêncio da Fonseca. Em seguida, os Srs. debatedores poderão responder em bloco.

Com certeza, Senadora Emilia, amanhã, o Ministro estará treinando em uma planilha eletrônica e, então, ele fará muito direitinho.

Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Srª Presidente; Srªs e Srs. Palestrantes, Dr. Ulisses e Dr. Antônio Neto, sou da base do Governo e estou, aqui, como indez, neste final de audiência pública, muito mais pela assiduidade do que representando o Governo.

Por outro lado, considero isso aqui muito importante. Não penso que esteja faltando diálogo nem discussão pública. Isso está acontecendo, com ou sem a presença de Ministro, mas com a inteligência de V. Exªs. Com os conhecimentos que estão trazendo, estamos sendo esclarecidos, e o povo brasileiro está sendo esclarecido por meio da TV Senado. Esta é uma instituição democrática de alta representatividade para o Brasil inteiro. O ruim seria se V. Exªs não estivessem aqui: porque o Ministro não veio, ninguém vem. Aí seria ruim. Mas, amanhã, teremos o Ministro aqui. Tenho certeza de que ele, inteligente como é, trará, na verdade, os contra-argumentos ao que foi abordado aqui. Não sei em que nível. Estarei, presente na Comissão de Assuntos Sociais, mais uma vez, como assíduo e como combatente, porque aprendo muito, como advogado e como Senador novato. Estou em meu primeiro ano no Senado, apreciando esse momento tão democrático de debates, sim, com questões tão importantes para a Nação brasileira, que, inclusive, definem o destino de nossos aposentados. Não sou tão negativista assim. Sou otimista para o debate. E ele está acontecendo. E vai continuar, amanhã. Tudo indica que esse projeto terá um destino; bom ou mau, terá um destino. E será plenamente debatido. Creio que o tempo constitucional adotado para o Congresso Nacional é suficiente para se discutir, principalmente em uma segunda-feira como esta, porque, às segundas, quase ninguém aparece nas Comissões do Senado. Então, este projeto ser colocado em uma segunda-feira já é um empecilho para um bom debate.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Apenas justificando, Senador Juvêncio da Fonseca, isso só foi abordado na segunda-feira, porque V. Exª teve a oportunidade inclusive de assistir ao debate caloroso entre mim e o Líder do Governo, que não admitia que o Ministro estivesse presente na mesma audiência, e, como o prazo da urgência constitucional estava estabelecido, até para proporcionar a presença dos debatedores, tivemos que fazer a discussão no dia de hoje. Mas, evidentemente, V. Exª, como assíduo participante desta Comissão, sabe que tem a obrigação de estar aqui também na segunda-feira, como todos os Senadores. É só um registro.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Perfeito. O fato foi esse. Não há o que contra-argumentar. Mas volto a dizer que o debate está em aberto. Ele está sendo importante demais para todos nós e continuará amanhã, quando estaremos aqui, de novo, assiduamente. Esperamos avançar no sentido de dar melhor peça possível para este País, que está tão dolorosamente sofrido com a Previdência Social, como todos nós sabemos. Erros terríveis do passado, do presente e talvez do futuro. Mas o importante é que estamos aqui discutindo, conversando e dialogando a respeito do destino dos nossos irmãos que haverão, de uma forma ou de outra, de receber as benesses ou não dessa nossa atividade tão importante, o diálogo, para a feitura de uma boa peça legislativa.

Era isso o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – O pior é "ou não".

Com a palavra o Dr. Antonio Neto. Em seguida concederei a palavra ao Dr. Ulisses.

O SR. ANTONIO NETO – Agradeço pelos questionamentos, Srs. Senadores.

Ao respondê-los, inclusive o Presidente o fez em relação à questão do déficit, digo que a nossa entidade, a Anfip, tem, durante todo esse processo de reforma, desde a Constituição de 1988, um compromisso, quase que inalienável, exatamente com a construção de uma Previdência que possa realmente ser saudável. Nesse sentido, não desconhecemos os graves problemas estruturais por que passa a Previdência deste País. Apresentamos, durante o proces-

so de emenda à Reforma da Previdência, PEC nº 33, a idéia de um projeto substitutivo, onde, em vários pontos, não foram implementados, mas, na verdade, atacavam-se os problemas estruturais. Na época, discutimos, por exemplo, essa questão do servidor público. Lembro-me de que um dos pontos que nossa entidade defendeu, até, de certa forma, contrariando alguns interesses corporativos que o servidor público, oriundo da iniciativa privada, tivesse permanência de dez anos no cargo – pois, o que acontece normalmente é que o trabalhador da iniciativa privada tem uma remuneração inferior, e, uma vez aprovado em concurso público, ingressa no setor público, levando, porém, a maior parte de sua vida profissional, percebendo um salário baixo e, por ocasião de sua aposentadoria, conta-se todo aquele tempo de serviço. Daí por que defendemos 10 anos no setor público. O Congresso Nacional, porém, aprovou cinco. Defendemos um projeto, no que se refere à questão dos desvios da Previdência, das receitas da seguridade, de extrema importância. E aí está uma das grandes controvérsias da questão do déficit. Hoje há divergência em relação ao déficit. O Governo fala de um déficit, as entidades, de outro. Mas, primeiramente, é preciso dizer que, quando se fez a Constituição de 1988, no art. 194 se fez o pilar da Seguridade, com previdência, saúde e assistência. Mas, no 195, foram criadas as fontes, de onde nasceu toda essa controvérsia em relação ao déficit, cuja grande questão é esta: o Governo, o Ministério da Previdência, temos tido uma polêmica democrática e salutar. em relação a isso, pois trabalhamos de forma democrática, pluralista, defendendo todas as concepções de que não é possível bancar o pagamento dos benefícios da aposentadoria do servidor da iniciativa privada somente com a folha de pagamento. Daí por que o Constituinte criou a contribuição adicional do Cofins e a do lucro. Mas isso não vem sendo mantido. Então, na prática, ao analisar o orçamento da Seguridade Social, a execução da Secretaria do Tesouro Nacional, o fluxo de caixa do INSS de 1999, por exemplo, conclui-se que a receita líquida da Previdência foi de 20 bilhões; a da Cofins, 11 bilhões; a da contribuição sobre o lucro, 3 bilhões; a da CPMF, que também faz parte, 1 bilhão, perfazendo um total de receitas em torno de 38 bilhões só no primeiro semestre de 99, isto é, até o primeiro semestre de 99 tem-se R$38 bilhões de receita, e os valores que foram pagos com os benefícios previdenciários, aí incluído os rurais, que é uma outra questão à parte, as assistenciais, que é a LOAS, a renda mensal vitalícia, a saúde e outras despesas previdenciárias, o INSS, a Previdência pagou R$37 bilhões. Portanto, se arrecadou R$38 bilhões e pagou R$37 bilhões até julho de 99, não há que ter déficit, tem um superávit de R$641 milhões, é o fundo de caixa da Previdência, está lá no Ministério da Previdência. Isso precisa ser explicitado. Qual é o problema que acontece? É que a contribuição, o Cofins, a contribuição sobre o lucro são utilizados para outras finalidades. Tem saneamento neste País feito com o dinheiro da Previdência, ainda, empréstimos, essas coisas todas.

Além disso, é preciso se colocar uma questão importante em relação a isso, que diz respeito à questão dos chamados benefícios assistenciais. Temos, hoje, em torno de milhões, mais ou menos, de rurais, que são pagos com dinheiro da seguridade. Só que esse segmento não contribuiu com a Previdência. Então, tem que ser recurso do Tesouro, é recurso da asssistência social e não é dinheiro da Previdência. Só que o Governo coloca isso como responsabilidade também da folha de pagamento. Daí por que o déficit da Previdência todo é, de certa forma, controverso porque não existe. Os 10 bilhões são exatamente esse valor que é o pagamento dos rurais e o pagamento das rendas mensais dos outros, que não é contribuição, são benefícios assistenciais, não têm o caráter contributivo como colocamos.

A outra questão que precisa ser pontuada, só para finalizar a minha exposição, diz respeito à necessidade de se fazer uma discussão profunda em relação a essa questão da Previdência. Realmente a questão demográfica no Brasil colocou um adicional a mais. A questão da reestruturação produtiva, do mercado de trabalho, essas coisas todas, tudo isso são elementos novos que, no modelo previdenciário antigo, não foi colocado. Essa questão do aumento da qualidade de vida, da mortalidade infantil, da globalização como um todo precisa ser discutido dentro desse projeto de modelo da Previdência. E poderíamos pegar a experiência de outros países. A Itália está fazendo a reforma da previdência e discutiu durante muito tempo com todos os servidores, sindicatos, associações e se chegou a um modelo de consenso, votado pelo Congresso num consenso com as centrais sindicais e tudo. Aqui, no Brasil, estabelecemos uma disputa, às vezes, até antidemocrática, que não leva a construir um modelo. Precisa ser gerado um pacto no Brasil entre os trabalhadores, o Governo e o Congresso Nacional, que poderia ser o grande avalista desse acordo, desse pacto, para que se pudesse viabilizar um novo sistema de previdência social no Brasil.

Imagino, Srs. Senadores, que, hoje, a grande maioria dos sindicatos, centrais sindicais e sindicatos do Brasil não estão acompanhando isso aqui, a gran-

de maioria dos trabalhadores brasileiros não está sabendo o que se está delineando para daqui a 5 anos, porque esse projeto só vai começar a ter problemas daqui a 5 anos. Então imagino que nós, que estudamos, que estamos tentando discutir a matéria, os Srs. Senadores, que eu sei têm um compromisso e uma responsabilidade social muito grandes, deveríamos abrir um grande debate nacional, no sentido de se formatar, quem sabe, um modelo previdenciário, tanto para o setor público quanto para o setor privado, que viesse a alcançar o grande anseio da sociedade brasileira, porque não dá para continuar tendo um modelo de previdência, onde só têm acesso aqueles que têm um maior poder aquisitivo; é, na verdade, pensar um modelo de previdência que possa atingir a grande massa de trabalhadores que contribuem e que possa ter essas características específicas do Brasil, que tem uma realidade social muito complexa. E quando se colocam alguns elementos – inclusive defendemos uma dessas teses – agregar a questão da idade, a questão da contribuição e a questão da renda, sim, porque está provado que as pessoas que têm mais renda têm mais qualidade de vida e vivem mais, quem ganha menos, evidentemente, está vivendo menos, esses aspectos todos, quem sabe, poder-se-ia mudar.

Lembro-me que o projeto, quando chegou na Câmara, era muito mais perverso e, com o debate que ocorreu, foi melhorado. Por exemplo, a questão do salário-maternidade para as trabalhadoras avulsas tinha uma carência, era mais rígido, era mais perverso. A questão, por exemplo, do trabalhador avulso, estou falando do segurado especial. Quando o projeto chegou na Câmara, ele tratava o trabalhador avulso como contribuinte individual, ou seja, quebrando a relação trabalhista que hoje têm os portuários e esses segmentos todos.

E avançou até na própria fórmula. Se começarmos a discutir mais essa questão da fórmula... quando se começa a fazer algumas simulações, cada vez se encontram mais equívocos e mais aspectos que foram ignorados. Quem sabe, como foi melhorado na Câmara, poderia ser melhorado no Senado. Por meio do debate e da discussão, é possível agregar-se outra realidade, outro aspecto social e econômico.

Então, como entidade de classe que representa os interesses dos fiscais da Previdência, fazemos um trabalho técnico há muitos anos. Temos várias publicações acerca da Previdência, porque entendemos que nós, como servidores, não temos de fazer um trabalho meramente corporativo o corporativo insalubre, que não leva a absolutamente nada. Nós precisamos defender um sistema de proteção social rigorosamente identificado com a grande massa dos trabalhadores. Por isso, vamos para o debate democrático, discutimos com o Ministro, discutimos com todos os segmentos, sempre de forma imparcial, respeitando os poderes constituídos das autoridades, mas apresentando alternativas, soluções para os problemas. A partir daí, é possível formular um projeto melhor para o Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Concedo a palavra ao Dr. Ulisses.

O SR. ULISSES RIEDEL – Bem, eu gostaria de começar referindo-me à pergunta feita pela Senadora, esclarecendo que o DIAP, por intermédio de seu boletim, que não sei se chegou às suas mãos, fez um amplo levantamento das várias situações, com quadros e análises detalhadas da situação, não só do trabalhador normal, da mulher, do professor e da professora. E a primeira coisa que se verificou dentro do próprio DIAP, que é um órgão especializado, foi a dificuldade de elaboração. Até os próprios técnicos do DIAP viram que não era uma coisa simples, que havia dificuldades na elaboração desse documento. Então, isso nos faz perceber que a maior parte das pessoas – e é por isso que possivelmente entidades sindicais importantes estão distanciadas – não estão entendendo nada do que está acontecendo, porque é uma questão extremamente complexa.

Eu quero até passar para as mãos de V. Exª, mas esse quadro aqui mostra que o homem, cumprindo apenas o tempo constitucionalmente exigido, em que, portanto, teria direito a 100% da sua contribuição e 100% com cálculos de uns 36 meses corrigidos mês a mês , tem uma perda de 30% do seu benefício, caso se aposente antes de 59 anos. Para a mulher, aplicado o fator previdenciário, a perda vai até 41%. Para o professor, até 41,5%; e para a professora, também 41,5%. Portanto, uma perda extremamente significativa, com grande prejuízo para a classe trabalhadora.

E o que é que está por de trás de tudo isso? Por que tudo isso?

Para responder, vou ler um texto do Dr. Gilson Dantas, que embora não seja um texto recente, a situação não mudou absolutamente nada. Ele dizia assim:

"Segundo Antônio Almeida, o patrimônio dos fundos de pensão, fechados e abertos, isto é, incluindo os das estatais, que são as maiores, chega a US$50 bilhões, sendo que a maioria das empresas privadas ainda não organizou o plano de previdência privada, um filão e tanto, principalmente se conside-

rarmos que as seguradoras privadas, a do Bradesco, por exemplo, a maior delas, não chegou a girar nem R$3 bilhões. Haja olho gordo!"

Eles estão vendo que podem abarcar dezenas e dezenas de bilhões de reais, um mercado de capitais com potencial de mais de US$150 bilhões de dólares, que é o valor da dívida externa.

Justifica para esses setores, para os credores internacionais, a pressa atual e muito mais. Ou seja, apesar da decisão constitucional, apesar de a Constituição ter afastado o limite de idade, por diversas vezes eles vêm tentando dentro do Congresso Nacional. Já tendo sido rejeitado pelo Congresso, tiveram que enfrentar o Supremo Tribunal Federal, mas estão com pressa. É muito dinheiro que está em jogo atrás de tudo isso.

Há publicação que diz que S. Exª, o Ministro Malan, em uma conferência no Chile, informou da intenção da privatização, como é no Chile, que tem a sua previdência totalmente privatizada.

Quantos e quantos bilhões de dólares giram dentro de uma previdência, onde sempre há importâncias significativas, às vezes mais significativas do que muitos outros setores, do que muitos outros Estados. É por isso há tanta pressa, há tanto açodamento, por isso é que se quer decisões rápidas, e é por isso que o debate não deve ser demorado.

Mas estamos em debate, Senador Juvêncio da Fonseca. E é impressionante o número de parlamentares que não sabe que existe prejuízo. Alguns enfrentam a verdade e dizem que há uma quebra de caixa, que a Previdência está passando por um momento difícil, que se tem que pensar no futuro, etc. Mas a grande maioria não imagina o prejuízo que existe, continuando a pensar que deve haver um prêmio para o trabalhador.

Portanto, somos de opinião que deve haver um debate mais aprofundado sobre essa questão tão importante, tão fundamental, que levará, com certeza, milhões de trabalhadores neste País aprovado o projeto como está a terem que trabalhar até a morte, sem que possam se aposentar. Para tanto, consideramos importante que o Presidente da República retire essa pressa, esse açodamento na apreciação do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Consulto se ainda há Senadores que queiram fazer algum questionamento, alguma observação. (Pausa.)

Não havendo nenhum Senador que peça a palavra, passo-a aos nossos debatedores para que façam as considerações finais.

O SR. ANTÔNIO NETO – Em nome da Anfip, entidade que aqui represento, gostaria de agradecer o convite desta Comissão para participar deste debate e nos colocar sempre à disposição para o debate de qualquer outro assunto que se considerar importante, pois temos absoluta certeza de que só vamos construir, neste País, uma previdência pública de qualidade e que represente os maiores interesses do nosso povo através da discussão democrática. Temos absoluta certeza de que não há outro caminho a não ser o de discutir, uma vez que o assunto é extremamente complexo e envolve milhões de trabalhadores. Um grande professor especialista em Previdência, Celso Barroso Leite, diz que a Previdência brasileira vai do ventre ao túmulo, portanto abarca toda uma geração e uma geração futura. Estamos construindo, pelo debate, a possibilidade de manter em nosso País o grande sistema de proteção social, que foi criado há mais de setenta e cinco anos.

Assim, a previdência pública de qualidade efetiva é aquilo que a ANFIP* sempre defendeu e vai continuar defendendo dentro do princípio maior da seguridade social.

Agradeço a oportunidade que nos foi dada e estaremos sempre à disposição de V. Exªs na ANFIP.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Dr. Antônio.

Passamos a palavra ao Dr. Ulisses, representante do DIAP, para suas considerações finais.

O SR. ULISSES RIEDEL – Ao mesmo tempo em que o DIAP agradece a oportunidade de apresentar suas considerações, queremos fazer das nossas palavras finais as palavras do Ex-Ministro da Previdência Dr. Reinhold Stephanes, em publicação assinada por ele:

"A conclusão é a de que o fator previdenciário proposto, além de não atender à boa técnica e doutrina universal, não cumprirá seu objetivo, além de contrariar o princípio constitucional da equidade". E, conclui: "Torço para que o bom senso e a lógica prevaleçam sobre os velhos hábitos de contornar os problemas, sem resolvê-los em sua origem".

Quando S. Exª refere-se ao hábito de contornar os problemas, certamente também está se referindo a outro trecho de seu pronunciamento quando afirma: "Ora, essa fórmula surge como uma maneira mágica para substituir a falta de idade mínima do sistema".

Ocorre que as mágicas feitas contra a Constituição Federal, normalmente são derrubadas pelo Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradecemos a presença do Dr. Antônio, do Dr. Ulisses, das Srªs e dos Srs. Senadores.

Convido todos para participarem da audiência pública que contará com a presença do Ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, amanhã, após a Ordem do Dia, quando se cumprirá mais uma etapa do requerimento da Senadora Heloísa Helena.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a sessão às 17h12min.)

Ata da 32ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada dia nove de novembro de 1999.

Às dezessete horas e trinta e seis minutos do dia nove de novembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Carlos Bezerra, Maguito Vilela, Juvêncio da Fonseca, Djalma Bessa, Geraldo Althoff, Moreira Mendes, Maria do Carmo Alves, Eduardo Siqueira Campos, Mozarildo Cavalcanti, Lúcio Alcântara, Sérgio Machado, Geraldo Cândido, Marina Silva, Heloísa Helena, Tião Viana, Jader Barbalho, José Roberto Arruda, Emilia Fernandes, José Eduardo Dutra, Romeu Tuma, Arlindo Porto, Casildo Maldaner, Luiz Otávio e Francelino Pereira. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a audiência pública com o Ministro de Estado da Previdência Social e Assistência Social, Waldeck Ornélas, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1999, que "Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências". Após a exposição, fazem uso da palavra as Senadoras Heloísa Helena, Maria do Carmo Alves, Marina Silva e Emilia Fernandes, e os Senadores Djalma Bessa, Geraldo Althoff, Jader Barbalho, Juvêncio da Fonseca, Arlindo Porto, Casildo Maldaner, José Eduardo Dutra, José Roberto Arruda e Geraldo Cândido. É aprovada sugestão das Senadoras Heloísa Helena e Marina Silva para que a Deputada Jandira Feghalli possa fazer uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Osmar Dias,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Declaro aberta a 31ª reunião da Comissão de Assuntos Sociais da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Qüinquagésima Legislatura, propondo que seja dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Conforme pauta a mim distribuída, a presente reunião destina-se à audiência pública com o Ministro de Estado da Assistência e Previdência Social, Sr. Waldeck Ornélas, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 99, que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivo das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de junho de 1991 e dá outras providências.

Ontem, realizamos aqui audiência pública, oportunidade em que ouvimos depoimentos e foram indagados pelos Senadores presentes os Srs. Ulisses, representante do Diapa e o Sr. Antonio Neto, representante dos fiscais da previdência.

A audiência de hoje atende o mesmo requerimento de autoria da Senadora Heloísa Helena para que possamos concluir a fase de audiências que amanhã, quarta-feira, por isso deixo esse comunicado aos Senadores da Comissão, estaremos votando esse projeto devidamente instruído com essas audiências públicas.

Vamos passar a palavra ao Sr. Ministro Waldeck Ornélas para que depois os Srs. Senadores possam, inscrevendo-se evidentemente, fazer suas indagações ao Ministro a respeito do assunto referido no requerimento. Portanto, estamos discutindo o assunto referido no requerimento para que possamos objetivar, lembrando que o relator desse projeto é o Senador Geraldo Althoff.

O Ministro terá 30 minutos para fazer sua exposição e depois passaremos a palavra aos Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Waldeck Ornélas.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Srª Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, inicialmente, desejo agradecer a oportunidade que esse

convite representa, ao mesmo tempo também a esta Comissão da qual tive a honra de ser membro, na primeira parte do meu mandato nesta Casa e a qual retorno com satisfação para discutir um assunto que é da maior importância para o nosso País e da maior relevância do ponto de vista da temática desta Comissão.

Com efeito, trata-se de discutir aqui a Previdência Social, mais particularmente, no âmbito da previdência, a previdência básica. Essa que é a definição social, previdência social é pública para proteger indistintamente todos os trabalhadores. Por ser básica é também compulsória.

Lamentavelmente, contudo, o fato de que a previdência básica seja pública e seja compulsória, não tem feito com que ela tenha ou haja alcançado, ao longo da sua existência já de 76 anos, a universalidade desejada e a proteção ao trabalhador brasileiro. Ao contrário, temos uma taxa de cobertura de apenas 43% da população ocupada no Brasil.

Começo citando esse dado exatamente porque a percepção comum é de que a Previdência proteja todos os trabalhadores, mas isso não é verdade. O propósito do Governo do Presidente Fernando Henrique, nesse seu segundo período, é exatamente o de desencadear uma proposta de ação social que objetive ampliar a cobertura da Previdência.

Nós não podemos continuar com algo como 37 milhões de trabalhadores brasileiros que trabalham a vida toda e nem sequer sonham em se aposentar porque não têm qualquer vínculo previdenciário.

O objetivo desse projeto que estamos aqui discutindo é exatamente poder abrir os braços da Previdência para que acolham 20 milhões de trabalhadores por conta própria, que não se aposentam jamais. E por que isto ocorre? Exatamente pelo caráter excludente da nossa Previdência. Ela favorece poucos em detrimento dos demais. Só que esses demais constituem a grande massa dos trabalhadores brasileiros.

Ela é também clientelista na medida em que beneficia alguns, de preferência melhor aquinhoados. E todos nós nos indignamos justamente quando os estudos das agências multilaterais, por exemplo, de crédito e de cooperação, dizem que, no Brasil, o dinheiro das políticas sociais não chega aos mais pobres.

Pois bem, esse é o projeto que quer fazer com que a Previdência Social no Brasil chegue finalmente aos mais pobres, que estão hoje excluídos da Previdência Social.

Eu quero mostrar a V. Exªs alguns dados, e vou fazê-lo rapidamente, porque só tenho 30 minutos, para que possamos entender o que seja a problemática da Previdência Social. A questão da Previdência decorre do fato de que a população está envelhecendo e é preciso, por conseguinte, adotarem-se medidas que objetivem definir o custeio da Previdência.

O que é que ocorre com a transição demográfica brasileira? De um lado, uma queda na taxa de fecundidade. Em 1960, cada mulher tinha, em média, 6,2 filhos; em 1996, esse indicador caiu para 2,3; deveremos chegar ao ano 2000 com 2,2. A taxa de crescimento da população tem-se reduzido brutalmente ao longo das últimas décadas, dos últimos 30 anos. De outro lado, paralelamente, há um processo de envelhecimento da população decorrente da melhoria geral das condições de vida. A expectativa de vida, na década de 40, era de 42 anos; passou para 68 anos em 96; será de 76 anos no ano 2020.

Aqui nós temos a evolução da taxa de fecundidade na população brasileira, sendo de observar-se que, com uma taxa de 2,2% a população pára de crescer. Com isso, é evidente que as questões previdenciárias se avolumam e se agravam.

De outro lado, se em 1940 nós tínhamos menos de 1 milhão de idosos na população brasileira, em 2020 teremos 18 milhões de pessoas, com uma participação de 8,9%. Vejam só a evolução da pirâmide etária. O Brasil, que há 30 anos discutia o risco da explosão demográfica, o Brasil, que se considerava o país jovem, tem uma pirâmide etária que evoluiu desta forma que nós estamos vendo aqui, em 1996 e em 2020. Vejam que a nossa pirâmide etária assume o perfil de uma população envelhecida, como é, por exemplo, o perfil da pirâmide etária dos países europeus.

Aqui nós temos um primeiro reflexo: a relação entre contribuintes e beneficiários da Previdência Social, que, em 1950, era de 7,9%; hoje, é de 1,7% a relação entre contribuintes e beneficiários.

E, aqui, o resultado em termos financeiros: o déficit que é hoje da ordem de 1% do PIB, chegará a 2,4% em 2020. Esse é o cenário que se precisa obstaculizar, do ponto de vista do déficit previdenciário.

Aqui, uma outra relação que nos chama a atenção. Há os trabalhadores com carteira assinada. Como todos sabem, a Previdência foi criada com base na filosofia da carteira assinada. Mas mudanças no mercado de trabalho, mudanças irreversíveis, causaram a queda da participação da carteira assinada no mercado de trabalho. Assim, em 1989, havia 59% de trabalhadores com carteira assinada. Dez anos depois, apenas 45% de trabalhadores possuem carteira assinada. É preciso que haja ações no sentido de modernizar e atualizar a Previdência a fim de que

possa envolver, proteger e beneficiar os que trabalham com carteira assinada, que já são a maioria no mercado de trabalho brasileiro.

É necessário, por conseguinte, aumentar a proteção social dos trabalhadores autônomos, que atualmente são 19,4 milhões de potenciais contribuintes individuais legalmente habilitados a se filiar à Previdência Social e que não são filiados, não possuem vínculo com a Previdência. No futuro, tais pessoas terão dois destinos: ou viverão às custas de seus familiares ou, se não amealharam nada durante suas vidas, dependerão do benefício assistencial do Estado, que é a pensão de um salário-mínimo que o Estado fornece a idosos com mais de 67 anos e a pessoas portadoras de deficiência, ambos sem renda.

Devo dizer que o programa, iniciado no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em março de 1996, alcançou, em setembro último, mais de um milhão de beneficiários. Por conseguinte, já existe um milhão de pessoas, dos 163 milhões de brasileiros, que vivem do benefício assistencial pago mensalmente pelo Estado. E aqui vai uma observação importante: os benefícios assistenciais são administrados pelo INSS mas custeados diretamente com recursos do Tesouro Nacional. Ou seja, para eles não são carreados recursos da contribuição de trabalhadores ou de empregadores que financiam a Previdência Social.

Aqui, um dado que mostra que dos trabalhadores por conta própria, que são 15 milhões e 700, 740 mil, apenas 13,3% estão filiados à Previdência Social. Entre os empresários, que são 2 milhões e 800 mil, 45% são filiados. Entre os trabalhadores domésticos, 5 milhões e 200, apenas 20% são filiados. Ou seja, de cada cinco trabalhadores domésticos no Brasil apenas um tem a proteção da Previdência Social.

Qual é o objetivo do projeto de lei? Aumentar a cobertura do sistema, incorporando os trabalhadores sem Previdência, e premiar segurados que posterguem suas aposentadorias. Que medidas estamos propondo no projeto com esse objetivo? A eliminação da escala de salário base de contribuição, a redução da contribuição para contribuintes individuais quando contratados por empresas, a extensão da cobertura do salário-maternidade a todas as mulheres seguradas, a redução de 50% dos juros na indenização do tempo de serviço passado. Por que eliminar a escala de salário base de contribuição? Atualmente, as pessoas são obrigadas a percorrer todas as classes, cumprindo os interstícios, começando sobre o salário-mínimo para, ao final de 30 anos, chegar ao teto previdenciário. Isso é feito por quê? Porque como o atual método de cálculo do benefício previdenciário da aposentadoria – e por isso o estamos mudando – contempla apenas a remuneração nos últimos 36 meses de atividade. Isso fez com que a Previdência tivesse de se prevenir no sentido de evitar que as pessoas contribuíssem a vida toda pelo piso e, ao final dos 36 meses, passassem a contribuir pelo teto, levando o que não contribuíram para com a Previdência.

Mas vejam o que ocorre quando fazemos um confronto. Hoje, na Classe 1, 79% dos filiados à Previdência Social são contribuintes individuais, o que corresponde a 4,4 milhões de pessoas. Acontece que, com base na PNAD, vemos que, no mercado real, apenas 23,8% ganham com base no salário-mínimo. Já na Classe 10, no ISS, são apenas 0,6% dos filiados, e, no mercado real, são 14,9%. Isso é tanto mais em relação à categoria de empresários, onde há 1,3%, quando são, de fato, 53,1%.

Essa prática demonstra uma subdeclaração que é compulsória e que é também desestimulante das filiações, porque uma pessoa que ganha mais não quer deixar uma pensão de um salário-mínimo, não quer receber um auxílio-doença de salário-mínimo e, por conseguinte, não se filia à Previdência Social.

Com o novo método de cálculo do benefício da aposentadoria, poderemos eliminar essa escala de salário de contribuição. E aqui entra um outro elemento inovador: as pessoas poderão definir com quanto querem contribuir para a Previdência Social, ou seja, que seguro querem comprar para a sua idade avançada, para a sua velhice, para quando haja a perda da capacidade de trabalho.

Esse é um conceito que precisa mudar no Brasil. O Brasil não tem tradição de seguro social, não tem cultura de seguro social. As pessoas pensam que a aposentadoria é um direito cujo dinheiro sairá do Tesouro. Não é assim. Pensam que a Previdência é uma extensão do Tesouro e que a contribuição previdenciária é um imposto. Não se trata disso. Trata-se de uma contribuição que a pessoa faz para acumular reservas para a sua aposentadoria, e é isso que precisamos reverter com esse projeto de lei que estamos fazendo. Ao dar liberdade para as pessoas programarem que aposentadoria querem, estamos começando a criar instrumentos e mecanismos para permitir a mudança dessa cultura.

Hoje o segurado individual contribui com 20% da sua remuneração. Daremos a ele a opção, quando prestar serviço à empresa, de pagar apenas o que o trabalhador com carteira assinada paga.

Aqui há um outro ponto que estamos discutindo. Queremos que todos sejam iguais perante a Previdência Social. Queremos que a Previdência Social seja neutra do ponto de vista do mercado de trabalho, que ela não direcione as empresas a evitarem funcionários com carteira assinada, a usarem serviços terceirizados ou de autônomos. Então, estamos estabelecendo que o segurado terá a sua contribuição reduzida de 20% para 8%, e a empresa pagará os 20% sobre a sua contribuição.

A outra proposta básica é a extensão da cobertura do salário-maternidade a todas as mulheres seguradas. Hoje, as autônomas, as empresárias, não têm direito a esse benefício. Com isso, haverá de imediato a extensão do direito ao salário-maternidade a 1,374 milhão de mulheres que já são contribuintes da Previdência Social e que não têm direito ao salário-maternidade. Refiro-me apenas a mulheres na idade fértil. Se considerarmos, no universo da população, as trabalhadoras autônomas, mais 2,5 milhões de mulheres poderão ser beneficiadas, totalizando, assim, 3,9 milhões de mulheres, que passarão a poder contar com o benefício do salário-maternidade.

A nossa outra proposta é a redução dos juros de mora de 1% ao mês para indenização de tempo passado, tempo efetivamente trabalhado. Mas, na época, não era permitido ao trabalhador autônomo filiar-se à Previdência. Então, hoje ele paga 1% ao mês. Estamos reduzindo isso a 0,5% ao mês. São medidas, por conseguinte, que objetivam estimular a filiação dos trabalhadores por conta própria à Previdência Social.

Estamos adotando também neste projeto duas outras medidas, duas outras providências complementares: uma, é a multa em dobro para os sonegadores. Temos, hoje, condições de fazer isso, porque a partir de janeiro deste ano foi implantada a guia do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço com informações à Previdência Social. Essa guia tem caráter declaratório. Então, vamos poder separar o sonegador do inadimplente e punir, com multa em dobro, o sonegador, para desestimular a sonegação.

A outra medida que estamos adotando é a de exigir comprovação da matrícula e da freqüência escolar da criança entre 7 e 14 anos daqueles que recebem o salário-família.

Vejam, V. Exªs que já temos uma taxa de matrícula da ordem de 96%. Mas o Governo do Presidente Fernando Henrique está empenhado em ter toda a criança na escola. Então, no próprio Ministério da Previdência, que é também da Assistência Social, temos o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, para tirar do trabalho e colocar nas escolas aquelas crianças que hoje exercem atividades perigosas, insalubres ou degradantes. Está inclusive nesta Casa, no Congresso Nacional – e agora se tornou possível fazer isso – a Convenção da OIT a esse respeito, para ser ratificada. E o Presidente quer, até o final do seu Governo, aplicar um bilhão de reais para possibilitar a erradicação desse tipo de trabalho em nosso País. Inclusive, na semana passada, em Washington, tive a oportunidade de ir ao Banco Mundial apresentar a carta consulta para um financiamento com essa destinação.

Dessa forma, como um mecanismo adicional, vamos exigir que o recebimento do salário-família comprove a matrícula e a freqüência escolar da criança.

Finalmente, esse projeto contém também a nova regra de cálculo do benefício previdenciário. O que ocorre atualmente? Hoje se calcula o salário-benefício pela média atualizada dos últimos 36 salários de contribuição. Esse sistema é profundamente injusto do ponto de vista social, por quê? Primeiro, beneficia os que aumentam a remuneração no final da carreira. Sabemos que só se beneficiam de aumento de remuneração no final da carreira os homens de escolaridade média superior. Mesmo as mulheres, com o mesmo nível de escolaridade, não se beneficiam de aumento de remuneração no final da carreira.

Por outro lado, pessoas que tenham tempo de contribuição diferente, desde que tenham a mesma remuneração nos últimos 36 meses, percebem benefícios iguais, ou seja, contribuíram diferentemente, mas percebem remunerações iguais.

De outro lado, pessoas que vão ter tempo de recebimento de benefício diferente, se tiveram também a mesma remuneração dos últimos 36 meses, partilharão o benefício do mesmo valor.

Aqui está o gráfico do que eu dizia, somente os homens com escolaridade média e alta, que chegam a ultrapassar o teto do benefício do INSS, têm uma carreira salarial ascendente. Todas as demais categorias, as mulheres inclusive, têm uma queda abrupta de remuneração no final da vida economicamente ativa. E as outras categorias também de modo marcante.

Bom, qual a proposta que estamos fazendo do novo método de cálculo do benefício? Estamos estendendo a média do salário de contribuição para a partir de julho de 1994. Por que julho de 1994? Porque é o momento de implantação do Plano Real, é o momento a partir do qual o Brasil passou a contar com a estabilidade monetária. E acrescenta-se a isso um fator previdenciário, que é a função da relação en-

tre a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição, tendo a permanência em atividade como prêmio.

Esta é a fórmula: o alongamento do período de cálculo vezes o fator, onde o fator introduz, pela primeira vez, senhores! Isso é inacreditável! –, pela primeira vez, na previdência brasileira, critérios atuariais – e a atuária é a base da Previdência. No Brasil, sempre se desconheceu olimpicamente esse princípio elementar do critério previdenciário. E adiciona-se a isso um prêmio pela permanência em atividade.

Aqui temos o tempo de contribuição, vezes a alíquota de contribuição, dividido pela expectativa de sobrevida.

Uma outra fórmula para demostrar isso seria dizer que o benefício corresponde ao fundo escritural individual, ou seja, as reservas acumuladas pela pessoa ao longo de sua vida laboral com a contribuição – não nos esqueçamos que essa contribuição, por ser a aposentadoria um seguro caro, é paga parte pelo empregado e parte pelo empregador –, dividido pela expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria, mais o bônus que a pessoa terá pela permanência em atividade. Essa regra se aplica apenas e tão-somente à aposentadoria por tempo de contribuição, e é opcional, é facultativa às aposentadorias por idade.

As aposentadorias por invalidez, as aposentadorias especiais, o salário-maternidade, o auxílio-doença, o auxílo-acidentário, todos os outros benefícios que são pagos pela Previdência Social – e algumas pessoas pensam que a Previdência paga só aposentadoria –, nenhuma delas tem a incidência ou a aplicação do fator-previdenciário.

Este gráfico mostra como evolui a questão do fator. Ela evolui transversalmente, considerando a idade na hora da aposentadoria e o tempo de contribuição. Dessa forma, em vez de a pessoa passar desse, de 50 para 52, de um número para outro, ela passa dessa forma, dando índices de acréscimo, que são crescentes ao longo da permanência em atividade, o ganho em porcentagem, que é cumulativo.

Este é o coeficiente de transição, que foi introduzido na discussão na Câmara dos Deputados pelo Relator na Comissão de Seguridade, Deputado Jorge Alberto, que está aqui presente, do PMDB de Sergipe, que possibilitou que tenhamos, a cada mês, 1/60 (um sessenta avos) da incidência do fator.

De outro lado, para manter a sistemática constitucional, embora não houvesse, do ponto de vista legal, a necessidade de se fazer isso – e isso também se introduziu na Câmara –, optou-se por um bônus de cinco anos para o cálculo em relação às mulheres, e, em relação aos professores, de cinco anos para os homens e dez anos para as mulheres, em relação ao tempo de contribuição à Previdência, para possibilitar a equalização e a manutenção do tratamento diferenciado que a Constituição dá às mulheres em relação aos homens e aos professores de ensino fundamental e médio.

Aqui, temos a questão da incidência do fator. O fator será aplicado apenas a uma minoria dos benefícios. O INSS concede, por mês, cerca de 200 mil benefícios. Desses, apenas 11 mil, ou seja, 5,5% terão a incidência do fator-previdenciário. De outro lado, em relação às mulheres em particular, temos a incidência do fator em relação a apenas uma em cada dez mulheres. Porque, ao contrário do que muitos pensam, as mulheres, em sua grande maioria – 67,5% –, aposentam-se por idade e não por tempo de contribuição. De modo que, desta forma, temos um critério que busca exatamente dar um tratamento equânime a todos.

Aqui, apenas para dar uma idéia das aposentadorias por tempo de serviço ou por tempo de contribuição. Vejam que com um salário mínimo se aposentam apenas 9,3%, que corresponde a 2,14%. Ora, dos 18.700.000 (dezoito milhões e setecentos mil) beneficiários da Previdência Social, 12 milhões, dois terços, dois em cada três beneficiários percebem um salário-mínimo. Quando se trata, contudo, das aposentadorias por tempo de contribuição, a equação se inverte e as pessoas que ganham um salário-mínimo são apenas 9%. Os que se beneficiam da aposentadoria por tempo de contribuição, ao contrário do que o senso comum imagina, são as pessoas de rendas mais altas. Por isso, temos aqui uma forte concentração de mais de 85% entre três e dez salários-mínimos da aposentadoria por tempo de contribuição.

Este, ao contrário, diz respeito às aposentadorias por idade. Veja o paradoxo. Temos 38% em quantidade e 70% do valor em um salário-mínimo. É o que nos leva a propor a mudança no método de cálculo para fazer justiça social, para permitir que possamos incorporar à Previdência Social esses 37 milhões de brasileiros que hoje estão inteiramente desassistidos, deixados ao relento pela Previdência Social.

Finalmente, mostrarei de uma outra forma o que disse no início da exposição. Na população economicamente ativa do setor privado, segundo dados de 1997 da PNAD, há 64,8 milhões de pessoas. Filiadas à Previdência Social, contudo, apenas 27,9 milhões, das quais 8,7 milhões estarão sujeitas à incidência do fator. Vejam que são apenas 13% do total dessa po-

pulação. Mais 19,17% não têm e mais 36,9% sequer são filiadas à Previdência Social.

Esses são dados gerais que deixo à consideração de V. Exªs não sei se cumpri o prazo de 30 minutos para permitir que possamos, nos debates, aprofundar discussões sobre os aspectos específicos de interesse dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª ainda tinha dois minutos.

Após a exposição do Ministro Waldeck Ornélas, passaremos a palavra, em primeiro lugar, à autora do requerimento, Senadora Heloísa Helena; na seqüência, ao relator do projeto, Senador Geraldo Althoff e, posteriormente, atenderemos à lista de inscrição.

Pelo Regimento, cada Senador poderá usar da palavra por três minutos. Mas, evidentemente, em função da importância do assunto, avisarei quando os três minutos estiveram vencidos e darei uma tolerância de até cinco minutos para que cada Senador possa fazer sua interpelação ao Ministro. Temos de cumprir o prazo porque já há um lista enorme de inscritos.

Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Em primeiro lugar, saúdo a presença do Ministro Waldeck Ornélas. Com certeza, a Mesa flexibilizará o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Anuncio a presença do Deputado Jorge Alberto, do PMDB – SE, Relator do projeto na Câmara dos Deputados.

Informam-me que ele está ausente. Mas fica o registro. Quando S. Exª voltar, avisem-no que eu anunciei. (Risos.)

Continua com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Com certeza, a Mesa possibilitará alguma flexibilidade no tempo. Senão iríamos diretamente ao serviço médico talvez enfartados. Depois de S. Exª falar quase meia hora, fica difícil, regimentalmente, termos três minutos.

Saúdo a presença do Ministro Waldeck Ornélas. Lamento muito, mas muito mesmo, que a presença e a exposição de V. Exª não tenham se dado ontem, ou que os debatedores de ontem não pudessem estar aqui hoje. Digo isso porque as informações apresentadas tanto pelo representante dos fiscais da Previdência como pelo representante do DIAP divergem das informações dadas por V. Exª Seria realmente muito importante que o Governo, certamente não é V. Exª, mas a representação do Governo nesta Casa, tivesse possibilitado a participação neste debate. O contraditório é de fundamental importância e deve efetivamente ser estabelecido. Portanto, lamento profundamente que o debate não tenha acontecido, garantindo o princípio do contraditório, porque toda a exposição de V. Exª difere totalmente da exposição feita ontem por alguns técnicos, que, imagino, igualmente competentes, mas talvez com uma visão diferenciada da de V. Exª

Primeiro V. Exª discutiu aqui a questão do déficit da Previdência. Ontem, alguns Senadores aqui presentes pediram maiores informações sobre esse assunto, e os dois técnicos apresentaram amplos argumentos, mostrando claramente que o chamado déficit da Previdência – não vou falar em rombo, porque é um termo muito pesado, se eu falar em rombo, tenho de mostrar os arrombadores –, estaria sendo proporcionado efetivamente pela União. Eles apresentaram dados publicados pelo IPEA em abril de 1999, e um estudo dimensionando a dívida acumulada da União com a Previdência Social. Eles diziam que apenas com a cota de Previdência, portanto, sem falar da contribuição empregados/empregadores, sem falar da omissão da União em relação à sonegação de muitos empregadores, mas só da cota de Previdência a cargo da União, essa dívida já estava acumulada, até 1962, em 4,8 bilhões. Depois, o mesmo estudo do IPEA, portanto do Governo Federal, identifica que vários investimentos feitos com recursos da Previdência Social, inclusive em empresas que hoje estão privatizadas, jamais retornaram a seus cofres. As despesas administrativas da Previdência, segundo o estudo do IPEA, criaram legal e obrigatoriamente encargos da União que acumularam no período de 1967 a 1981 mais de 22,8 bilhões. Posteriormente, essa dívida foi acrescida de mais de 10 bilhões até 1991. Tudo isso em função da responsabilidade da União apenas em relação à cota de previdência.

Depois, segundo dados da ANFIPE, uma entidade que representa os fiscais da Previdência, de 1981 em diante acumulou mais de 33 bilhões em face do pagamento com recursos oriundos de contribuições sobre a folha de pagamento e de empregadores dos benefícios assistenciais e rurais. Esses recursos, se houvessem sido capitalizados, poderiam estar disponíveis para hoje fazer frente aos benefícios atuais e futuros. Como isso não ocorreu, gostaria que V. Exª explicasse essa questão.

Também foi apresentado ontem aqui que a União se omitia diante de uma sonegação de mais de 50 bilhões, e já havia um montante quase que praticamente definido, identificado, e a União não fazia essa cobrança. Foi apresentado também, ontem, aqui, através de vários relatórios de execução orçamentária da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério

da Fazenda, a arrecadação efetivada nas principais contribuições sociais e várias parcelas desviadas pela União em relação ao Fundo de Estabilidade Fiscal.

Dois técnicos mostraram dados e documentos segundo os quais não havia déficit na Previdência. O déficit da Previdência seria, segundo esses dados, determinado pela União e não por outros dados, outras variáveis, que V. Exª, como professor de demografia – formou-se nessa área – apresentou aqui. Há várias outras questões que foram apresentadas, mas em três minutos é impossível abordá-las.

Foi falado também que o próprio Governo Federal encaminhou, na proposta orçamentária para o exercício do ano 2000, a receita da contribuição de empregadores e trabalhadores para a seguridade social e estabeleceu o total de recursos da Fonte 154 para o Projeto Atividade, que V. Exª conhece, para o pagamento de benefícios. O Governo Federal apresentou, segundo documentos mostrados ontem, um superávit de mais de R$10 bilhões, portanto, muito além da perda que é declarada pelo Governo.

Outro ponto muito discutido ontem aqui foi o fator previdenciário. Primeiro, houve a discussão da inconstitucionalidade. Até seria bom que V. Exª trabalhasse sobre a expectativa de sobrevida, até porque imagino que o Governo Federal tem a responsabilidade de respeitar a Constituição e a ordem jurídica vigente. Nesse caso, certamente terá uma boa apresentação constitucional, uma desculpa constitucional com relação ao fator previdenciário. Sabe-se – e V. Exª o sabe bem porque é conhecedor de demografia – que o fator previdenciário, embora haja uma alteração em relação à expectativa de sobrevida no País, é uma variável que, além de inconstitucional, é extremamente injusta. V. Exª, conhecedor de demografia, sabe que essa expectativa de sobrevida não se apresenta perante a Nação brasileira com uniformidade. V. Exª, se fizer qualquer estudo – e certamente já o fez – sabe disso. Não falo dos estudos apresentados pela Previdência em relação à expectativa de sobrevida, mas de estudos outros de que certamente V. Exª tem conhecimento. Às vezes, há na mesma cidade ou no mesmo Estado expectativa de sobrevida diferenciada.

V. Exª apresentou, inclusive, a proposta do Governo de, não para corrigir completamente as perdas de professores, assegurar – houve acordo na Câmara – o chamado, como V. Exª chamou, "bônus". Seria uma nova variável que entraria na contagem do tempo, portanto na contagem de tempo fictício, de serviço. Imaginávamos que isso seria vedado. Inclusive, legalmente, havia uma vedação de utilização de requisitos e critérios diferenciados para a aposentadoria no regime geral da Previdência Social. E do mesmo jeito foi tratada a questão de que o fator previdenciário pode ser optativo em relação à velhice. Realmente, fico extremamente surpresa com a possibilidade de ser o fator optativo, porque eu gostaria muito de ver determinadas pessoas, que durante toda a sua vida contribuíram, chegar ao balcão e fazer a opção, ou seja, dizer se querem ou não o fator previdenciário. V. Exª tem conhecimento, sabe que trabalhador algum chega à porta do INSS se não tiver devidamente todos os carimbos em dia. Ocorre diferentemente com os previdenciários da União, com o empregador e com todos os outros que têm gigantescas possibilidades de sonegação. O trabalhador não. Realmente, eu gostaria de ver uma pessoa simples, uma pessoa comum, chegar ao balcão do INSS e dizer que quer com ou sem fator previdenciário. Não. Ou ele vai diretamente acreditar na palavra do técnico, que vai mostrar que com fator ele terá perda e sem fator ele não terá perda, ou então ele terá de estar acompanhado de uma planilha eletrônica para que possa calcular o fator previdenciário e saber se terá ou não perda. Eu gostaria que V. Exª analisasse as perdas. Todos os dados que foram apresentados ontem, perdas extremamente elevadas, especialmente aos trabalhadores que começam a trabalhar muito mais cedo. Aquele que começa a trabalhar cedo, mesmo com o tempo de contribuição maior, esse, efetivamente, será muito mais penalizado, porque talvez para muitos neste País a expectativa de sobrevida signifique auxílio funeral. Muitos, neste País, que começaram a trabalhar com 16, 18 anos ou muito mais cedo, com certeza... e V. Exª conhece demografia, sabe que as frias estatísticas oficiais, os dados oficiais podem esconder muito mais elementos e outras variáveis também.

Eram algumas das considerações que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Ministro Waldeck Ornélas.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Senadora Heloísa Helena, V. Exª começou lamentando que eu não estivesse aqui com outros debatedores, mas debater com V. Exª nunca será um monólogo. V. Exª tem efetivamente a capacidade de tomar todo o tempo, e até se não fosse a Mesa sequer deixar falar o debatedor.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Bem menos que o tempo de V. Exª.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Mas vale observar que o objetivo dessas audiências públicas deve ser o de permitir aos Senadores que ausculteem as di-

versas opiniões e possam formar seu juízo, e, formando seu juízo, decidir sobre a matéria.

Quero comentar os dois aspectos a que V. Exª se referiu. A questão relativa ao déficit previdenciário. Devo dizer que, efetivamente, V. Exª tem razão. A tradição brasileira é de confundir a Previdência como uma extensão do Tesouro e, por isso, o dinheiro da Previdência sempre ficou na geléia geral da conta única, nunca foi apartado. Agora, Senadora Heloísa Helena, a partir do Governo do Presidente Fernando Henrique, com a Emenda Constitucional nº 20, a contribuição dos trabalhadores e a contribuição dos empregadores sobre a folha passou a ser vinculada única e exclusivamente ao pagamento de benefícios previdenciários. Dessa forma, depois do Governo Fernando Henrique, a partir de agora, jamais se ouvirá dizer que o dinheiro da Previdência Social foi desviado para isso ou àquilo, ele será sempre, apenas e tãosomente para o pagamento dos benefícios previdenciários.

Mas nós, do Governo, queremos ir mais longe. Quero, de logo, pedir o apoio de V. Exª e dos demais Senadores e Senadoras aqui presentes, para uma regra que está no Projeto de Lei de responsabilidade fiscal, que me parece da maior importância, ou seja, a criação do Fundo do Regime Geral de Previdência Social. Isso vai nos permitir dar transparência e visibilidade e, com isso, ampliar o controle social sobre as contas previdenciárias.

Essas duas que V. Exª citou, eles geralmente confundem o todo do orçamento da Seguridade com o orçamento da Previdência. Sabemos que a Seguridade compreende a Previdência, a Assistência e a Saúde. Certamente, esta Casa vai votar, daqui mais uns dias, uma PEC que vincula recursos à Saúde. V. Exª é da área da Saúde e eu lhe pediria que, ao votar essa PEC, examinasse com atenção para não ficar espremida, entre a Previdência e à Saúde, a verba da assistência social, que é exatamente a verba dos desvalidos, a verba que deve atender aos desassistidos, aqueles que, em bom número, estão fora da Previdência Social e que o Governo quer ver incluídos na Previdência Social para que não tenham de ir para o benefício assistencial.

De modo que, com relação ao déficit, diria a V. Exª que, este ano, vamos arrecadar algo como R$48,7 bilhões com essas duas contribuições e vamos ter pagamentos de benefícios previdenciários de R$58 bilhões, perfazendo um déficit, este ano de 1999, de R$9,3 bilhões. E aqui quero ligar com a questão da sonegação a que V. Exª se referiu.

No início do ano, as estimativas indicavam que o déficit previdenciário devesse ficar em torno de R$10,7 bilhões, e vamos fechar o ano com R$9,3 bilhões. Isso se deve, Srª Senadora, exatamente às medidas gerenciais e administrativas que temos implementado com o apoio do Congresso Nacional, que aprovou mudanças legais da maior importância para que pudéssemos cobrar dos sonegadores.

Vou dar um exemplo a V. Exª: aprovamos, no final do ano passado, V. Exª não tem conhecimento porque não estava nesta Casa, uma medida que estabeleceu a sub-rogação, a retenção de 11% sobre as faturas de prestação de mão-de-obra. Hoje, estamos trabalhando com incremento de arrecadação da ordem de 20% nesse setor, e a cada doze meses estaremos recolhendo adicionalmente 460 milhões para a Previdência Social. Isso mostra que havia uma sonegação nessa área e que foi coibida com a medida legal, que teve a aprovação desta Casa. Também adotamos uma série de outras medidas gerenciais e administrativas, que têm feito com que a arrecadação previdenciária tenha crescido e a sonegação tenha reduzido.

E por isso, nesse mesmo projeto de lei, Senadora, peço o apoio de V. Exª para o dispositivo que dobra a multa para os sonegadores.

Precisamos ter instrumentos legais que permitam fechar o cerco aos sonegadores. Implantamos na Previdência Social um sistema de gerenciamento por segmentos econômicos. Hoje, monitoramos as dez mil maiores empresas contribuintes que respondem por 70% da arrecadação. E quantas vezes ao ir, no mesmo mês, em tempo real, à porta da empresa, o fiscal ouve dizer "podem notificar que vamos preferir pagar na Justiça".

Por isso temos também na Câmara dos Deputados projeto de lei de crimes contra a Previdência, para, exatamente, desestimular e inibir a sonegação ou a postergação das contribuições previdenciárias. São medidas que estamos tomando no sentido de fazer com que a sonegação se reduza.

Devo dizer mais a V. Exª Somos responsáveis por cerca de 530 mil processos na Justiça de cobrança de créditos previdenciários. E o fato de que haja uma dívida ativa da ordem de R$56 bilhões, longe de ser um indicador de negligência ou de leniência por parte da Previdência Social, é um indicador de que a sua fiscalização é efetiva e de que a cobrança é eficiente.

Precisamos sim, e esta Casa, o Congresso Nacional está discutindo uma reforma do Judiciário, para que esses processos tramitem com mais rapidez e

possamos ter o recebimento desses créditos previdenciários.

Para que V. Exª ou qualquer outra pessoa não confunda, quero deixar claro que o recebimento desse crédito altera o fluxo de caixa, mas não resolve o problema estrutural do déficit previdenciário, porque o déficit é atuarial, dá-se pelo desequilíbrio estrutural da Previdência, não pelo fato de não estar ingressando, como eu desejaria, esses créditos que a Previdência tem de terceiros.

O que precisamos ver e entender é a Previdência como um seguro, que é feito para o trabalhador, pelo trabalhador e que tem a contribuição da empresa e do empregado. E que não deve ter, defendo aqui, a participação do Estado, porque essa deve ser uma conta apartada do Tesouro. O dinheiro arrecadado dos impostos é para o bem comum, não é para o benefício individual da aposentadoria. A aposentadoria tem que ser custeada pelo próprio beneficiário. O trabalhador contribui, cada um de nós contribui, ao longo da sua vida laboral, para que, ao nos aposentarmos, possamos receber a nossa aposentadoria. O Governo administra a previdência básica exatamente por que tem que ser homogênea, uniforme, democrática e para todos, mas, na verdade, não é isso que está ocorrendo no Brasil. Por isso, precisamos do novo método de cálculo do benefício previdenciário para tratar de colocar critérios atuariais no sistema e para poder permitir ampliação da cobertura social da previdência para todos.

A nossa segunda questão é relativa ao fator previdenciário. Não sou demógrafo, sou bacharel em Direito, por isso devo dizer a V. Exª que não há qualquer inconstitucionalidade na questão do fator, embora não seja matéria da órbita desta Comissão, sei que o projeto está também tramitando na Comissão de Constituição e Justiça, cujo relator é o ilustre Senador Romeu Tuma. O projeto atende plenamente aos critérios estabelecidos na Emenda Constitucional nº 20, que fixou as condições para a obtenção da aposentadoria na forma da lei e desconstitucionalizou o prazo de 36 meses que estava aí computado. De maneira que direito à aposentadoria decorre dos requisitos que a Constituição estabelece. O valor da aposentadoria depende da lei ordinária que deverá ser aprovada, que é essa que estamos discutindo aqui e que estabelece o método de cálculo transparente, objetivo e fixa co-relação entre contribuições e benefícios previdenciários.

É importante desmitificar a argumentação falaciosa, essa de que o trabalhador que ganha pouco começa a trabalhar cedo e se aposenta por tempo de contribuição. Os dados da Previdência Social estão inteiramente à disposição de V. Exª ou de quem mais queira para mostrar que o trabalhador que se aposenta com salário mínimo – são dois terços dos trabalhadores brasileiros – se aposenta, nobre Senadora, por idade, porque não tem instrução superior, não tem vida laboral estável, passa períodos no desemprego, passa períodos no mercado informal e por isso se aposenta por idade. Assim estabelecemos a opção de que esse trabalhador vai ser beneficiado com o fator previdenciário, ao contrário do que se tenta impingir; o que ocorre é que os trabalhadores que ganham menos, ao se aposentarem, na média aos 62 anos, mas individualmente aos 65 anos, boa parte aos 65 anos, terão com o fator previdenciário, o direito ao benefício acima do salário mínimo. A previdência, não tenha dúvida, Senadora, fez uma opção preferencial pelos pobres, por isso está corrigindo essas distorções e retirando, sim, retirando caridosamente os subsídios que existem para os poucos que são de nível superior e dos mais altos salários.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O seguinte.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, Senadora Heloísa Helena, mas pediria que houvesse uma colaboração com o tempo, senão os outros Senadores não vão poder fazer as suas indagações.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Claro, até por que as indagações nós poderemos fazer novamente nos inscrevendo para possibilitar que os outros Senadores possam falar.

Gostaria apenas, Sr. Presidente, até em nome da relação do sistema democrático entre as duas Casas, tanto a Câmara Federal como o Senado, em vários momentos tiveram oportunidade de participar de comissões na Câmara Federal e tiveram a oportunidade de usar da palavra também, que V. Exª pudesse, após a fala do relator, conceder a palavra à Deputada Federal Jandira Feghali e para o Deputado Federal Jorge Alberto, que também se encontra na Casa, no sentido de que possam contribuir também com o debate nesta Casa. Embora entenda que regimentalmente não está permitido, mas como não está proibido, para que nós possamos garantir o espírito democrático e a relação entre as Casas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – O mesmo apelo que a Senadora Heloísa Helena está fazendo, gostaria de

fazer, acrescentando que, em várias oportunidades, nesses cinco anos de mandato, sempre que compareço às audiências que acontecem na Câmara dos Deputados, eles têm dado a mim a oportunidade de manifestar-me, principalmente em se tratando de temas na área que tenho uma militância ativa, que é o meio ambiente.

Então penso que se os colegas deputados estão aqui, e já que por várias vezes tenho recebido essa deferência, faço apelo para que votássemos a possibilidade de que eles possam se manifestar dentro do tempo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Marina, temos uma lista de inscrição de senadores e acredito ser de bom senso ouvi-los em primeiro lugar, já que eles têm a preferência regimental. Posteriormente, colocaríamos o tempo à disposição dos deputados, mas acredito que, em respeito aos senadores que têm a preferência, precisaríamos atender a lista de inscrição constituída.

O próximo inscrito é o relator do projeto, a quem dou a palavra.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente quero transmitir os meu cumprimentos a V. Exª, Sr. Ministro, que nos honra com sua presença em nossa Comissão, para que juntos possamos avaliar, poderia dizer, este momento importante porque passa a Previdência no País, exatamente porque saímos do momento de reflexão e passamos à ação.

A minha primeira pergunta já foi respondida por V. Exª, porque iria lhe perguntar qual a sua atividade profissional e V. Exª respondeu que não era demógrafo, mas sim bacharel. Queria deixar bem claro que, se V. Exª fosse demógrafo, mereceria da Casa e desta Comissão, com certeza, respeito e consideração à atividade que porventura viesse a exercer.

A minha segunda pergunta, na qual gostaria de me ater um pouco, é a respeito de um dos aspectos que podemos considerar polêmico e é com relação a este projeto de lei que trata do chamado fator previdenciário. É sabido que três aspectos agem de maneira efetiva e direta no cálculo do chamado fator previdenciário: o tempo de contribuição, a idade do segurado ao se aposentar e a expectativa de vida do segurado no momento em que se aposenta.

O que se questiona, e gostaria que V. Exª pudesse nos responder, é se essa criação do chamado fator previdenciário não representaria uma forma disfarçada, enrustida do restabelecimento da idade mínima para aposentadoria, como ontem teria sido proposto.

Dentro dos três minutos de que disponho, a minha segunda pergunta seria exatamente no sentido de saber de V. Exª se, na visão do Ministério, a aplicação do chamado fator previdenciário não vai reduzir o valor do salário de benefício no momento da aposentadoria do segurado?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Ministro Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS – Veja V. Exª, Senador Geraldo Althoff, a introdução do fator previdenciário no cálculo do benefício corresponde exatamente à introdução de critérios atuariais, como bem disse V. Exª. Não se trata ainda de um cálculo atuarial puro, mas haveremos de chegar lá, porque o Governo defende claramente, objetivamente, que tenhamos um regime único de previdência para todos os trabalhadores brasileiros, sejam do setor privado ou do setor público. Para isso, o próprio Presidente da Republica conclamou não apenas a oposição, mas toda a sociedade para discutir esta questão. Estamos com este projeto, já trazendo para o contexto do regime previdenciário da previdência básica dos trabalhadores do setor privado critérios atuariais.

De modo algum se torna dispensável, com o fator previdenciário, a introdução do critério da idade mínima na regra previdenciária brasileira, no sistema previdenciário brasileiro. A idade mínima já foi introduzida no setor público e foi introduzida a regra de transição, mas deixou de ser aprovada na regra permanente do regime geral. Nosso entendimento é o de que a idade mínima é indispensável, a idade mínima é fundamental, mas não é urgente nesse momento. Com a fixação do teto de contribuição, que antes não havia, teremos um espaço de dois ou três anos, durante o qual será possível ao sistema sobreviver sem a fixação da idade mínima. Por isso, essa questão está sendo abordada para um momento politicamente mais oportuno.

Mas, de nenhuma maneira, o fator substitui a idade mínima, até porque o fator não está posto na lei como critério de elegibilidade para aposentadoria, e a idade mínima é critério de elegibilidade para a idade mínima. A aposentadoria se dará nos termos da Constituição. O fator incide apenas no cálculo do benefício previdenciário e apenas – repito, sublinho, saliento – no cálculo do benefício por tempo de contribuição.

O fator reduz o valor do benefício da aposentadoria? Minha resposta é não, porque o fator vai corresponder exatamente a se considerar as reservas que cada pessoa acumulou ao longo da sua vida laboral, ao longo da sua contribuição, a sua parcela e a

da empresa, dividida pela expectativa de sobrevida. Então, a pessoa receberá exatamente aquilo com que contribuiu, as reservas que acumulou ao longo da sua vida de trabalho. Se ela quiser um benefício maior, há um outro componente importante, inovador.

Chamei a atenção para o fato de estarmos introduzindo um grau de liberdade para os trabalhadores autônomos escolherem com quanto querem contribuir à Previdência Social. Pois bem, vale para todos. As pessoas também poderão escolher o momento da sua aposentadoria. Peguemos o caso de um trabalhador autônomo, que não é filiado à Previdência Social. Ele trabalharia até não poder mais. Ao parar de trabalhar, sua renda cairá a zero, e ele viverá às custas de seus filhos, rebaixará a renda média de sua família ou irá procurar o benefício assistencial ao completar 67 anos de idade, se não tiver nada. Ora, esse cidadão poderá, a partir de agora, com a lei, não apenas definir com quanto quer contribuir para a Previdência. Por exemplo, ele ganha R$300 por mês, mas só quer contribuir com R$150. É essa a aposentadoria que ele quer comprar. Então, poderá definir esse valor. Por outro lado, também poderá, depois de preenchido o requisito dos 35 anos de contribuição, se for homem – ou 30 anos, se for mulher, que é a regra vigente –, permanecer em atividade e dizer que ainda se considera em condições de trabalhar e permanecerá mais 6 meses, um, três ou cinco anos. Por quanto tempo ele quiser e, talvez, as pessoas possam planejar suas vidas.

O Estado deixará de impor às pessoas uma regra rígida, uniforme, que hoje faz com que as pessoas, ao preencherem o requisito, peçam o seu desligamento da empresa por meio da aposentadoria e voltem ao mercado de trabalho sem se beneficiar dessas contribuições adicionais. A partir de agora, as pessoas poderão continuar no emprego, poderão continuar contribuindo e receberão um valor de benefício adicional correspondente ao tempo em que permanecerem em atividade. Dessa forma, o fator previdenciário corrigirá as injustiças que o atual método de cálculo dos 36 últimos meses de contribuição traz embutido no seu conceito. Era um critério legal, mas havemos de convergir para o entendimento de que é um critério vigente profundamente injusto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Bem, temos aqui 14 inscritos para interpelar o Ministro. Se o Plenário não fizer objeção, vou usar o seguinte critério: Ouvir 2 Senadores e depois o Ministro. Pedir para que o Ministro também sintetize a resposta porque senão ele vai permanecer aqui por muito tempo porque temos, pelo visto, 14 ainda inscritos.

O SR. WALDECK ORNELAS – Estou inteiramente à disposição, Sr. Presidente, para ouvir os Senadores e os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O próximo orador é o Senador José Roberto Arruda. Não estando no momento em plenário, chamo a Senadora Maria do Carmo.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvi do meu gabinete a explanação do Sr. Ministro, uma explanação clara, muito objetiva. Apenas gostaria de fazer um questionamento: A mulher não terá prejuízo, Sr. Ministro, com a utilização do fator previdenciário, já que ela tem direito à aposentadoria por tempo de contribuição com 30 anos, enquanto o homem só com 35 anos de contribuição? Esse fator previdenciário não irá prejudicá-la?

O SR. WALDECK ORNELAS – De modo algum, Senadora Maria do Carmo. Foi exatamente por isso que, embora não houvesse um imperativo legal, se incluiu um bônus de 5 anos para as mulheres no tempo de contribuição. Assim, a mulher continuará tendo direito a requerer a sua aposentadoria aos 30 anos de contribuição, e se adicionará, para efeito de cálculo do fator, mais 5 anos, como se ela tivesse trabalhado 35, de modo a homogeneizar o seu tratamento em relação ao fator **vis-a-vis** ao homem. Com isso, os tempos de contribuição ficaram equalizados. Então, não há nenhum tratamento discriminatório em relação às mulheres. E fez-se isso exatamente para manter o critério que a Constituição estabelece, de dar 5 anos a menos para a mulher, seja na área urbana, seja na área rural. E, pela mesma razão, se estabeleceu que no caso de professor de ensino fundamental médio daremos também a ele 5 anos e no caso da mulher 10 anos, porque está estabelecida a aposentadoria especial aos 25 anos para essa categoria que foi mantida na Constituição.

De fato que houve na elaboração do projeto e nos entendimentos que foram mantidos, na Câmara dos Deputados, o claro objetivo de, com a contribuição que foi dada pelos Parlamentares, se adotar critérios que não causassem qualquer tratamento discricionário em relação ao que a Constituição estabelecia, já que a Constituição dá esse tratamento diferenciado à mulher.

Os dados estatísticos, ao contrário, aconselhariam o sentido inverso, porque a expectativa de sobrevida das mulheres é maior do que a dos homens. E em vários países do mundo hoje já se adota a idade

igual para o homem e para mulher. Em outros países, onde existe esse tratamento, como ocorre hoje no Brasil, está sendo equilibrado, a mesma idade para ambos os gêneros. De modo que nós mantivemos inteiramente o que a Constituição brasileira prescreve.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Ministro, acabei de quebrar o sistema que estabelecemos, de ouvir dois Senadores e depois o Ministro, mas não tem problema, já está respondida a Senadora Maria do Carmo. Vamos então ouvir o Senador Djalma Bessa e, na seqüência, o Senador Mozarildo e depois o Ministro.

O SR. DJALMA BESSA – (Inaudível) e ficou demonstrado o objetivo do Governo, que é facilitar ao máximo o contribuinte, o operário, com um mínimo de sacrifício. Esse é o objetivo e a filosofia do projeto. Haverá de se dizer que tem imperfeições, mas isto é natural, é comum, e que o processo seria outro. Mas, o certo é que o projeto está na Casa, está sendo debatido – e até é de se parabenizar a Senadora Heloísa Helena pelo cuidado, pela atenção, pelo tempo que dispôs para examinar o projeto perante à sociedade. De maneira que as observações de V. Exª até ajudam, porque, examinando sob um outro ângulo, e que o Ministro, não tem dúvida nenhuma, V. Exª percebeu, deu toda a atenção.

Mas, Sr. Ministro, serei breve, e limitar-me-ei a formular três perguntas.

A primeira: O projeto de lei é realmente necessário ou é imprescindível? Ele precisa ser votado agora? Em quanto contribuirá para a redução dos desequilíbrios do Sistema? É claro, é evidente que esse desequilíbrio não pode prosseguir e deve ser, o quanto antes, cortado e eliminado.

A segunda indagação: Qual razão da alteração do período básico de cálculo para a concessão de benefício de 36 meses para 80% de todo o período contributivo?

Terceira e última pergunta: Qual a razão da equalização da contribuição das empresas em 20%?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos passar a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira. (Pausa.)

Com a palavra ao Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO – Exmº Sr. Ministro Waldeck Ornelas; Srªs e Srs. Senadores; Srªs e Srs. Deputados, em primeiro lugar, cumprimento o Ministro da Previdência Social pelo trabalho oferecido ao Congresso Nacional que, de fato, é uma engenharia para o enfrentamento desta questão grave chamada Previdência Social.

Eu manteria, e peço o Ministro que me releve, uma pergunta específica sobre o projeto, que diz respeito ao quadro que aí está.

Uma das preocupações do Governo é a questão do déficit da Previdência que, evidentemente, vem forçando a todo esse exercício de busca de equilíbrio. Daí a minha indagação, em que pese não ser pertinente no que diz respeito especificamente ao projeto, mas tem toda uma correlação, ao Ministro Waldeck Ornelas, caso V. Exª possa me informar, gostaria de saber quantos, exatamente, são os inativos do Serviço Público Federal os responsáveis pelo déficit? Quantos inativos do Serviço Público Federal recebem além dos limites previstos pelo art. 37º, inciso XI, da Constituição Federal, no Poder Executivo, no Poder Legislativo e no Poder Judiciário? Não sei se o Ministro teria condições de me informar. Isto é: quem recebe acima do valor dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal?

Não estou falando aqui do regime geral da Previdência Social, porque o regime geral da Previdência Social, está claro, são 10 salários mínimos. Eu quero saber, exatamente, porque a grande polêmica neste momento é o déficit que o Governo apresenta, de cerca de 20 bilhões, entre o que arrecada e o que gasta com a Previdência dos servidores federais. Quanto representa, em reais, tais aposentadorias e pensões? Quanto isto significa?

Para esclarecer, diz o dispositivo: "A remuneração e subsídios dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos e pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos ministros do Supremo Tribunal Federal." Isso é o que diz a Constituição. E, por último, a Constituição, nas Disposições Transitórias, deixa bem claro que não se alegará a questão do direito adquirido em relação a esse dispositivo naquela Constituição elaborada. Eu não estou falando em direito adquirido em sentido mais amplo. Estou falando em relação a esse dispositivo. Eu quero saber se a Previdência Social no Brasil tem esse levantamento, qual é esse universo, e o que isso significa.

O art. 17 das Disposições Transitórias diz que será feito um estorno constitucional. E eu indago se o Poder Público no Brasil — no caso, a União — providenciou o estorno constitucional, isto é, pagar apenas até o valor correspondente a Ministro do Supremo Tribunal Federal. Quero saber se a União tomou, em algum momento, essa providência, já que o universo dessas aposentadorias seria comprometedor desse déficit. É a indagação que eu faço ao Ministro Ornelas, se puder me responder neste momento: que providências serão tomadas pela área jurídica do Governo Federal para coibir a infringência desses dispositivos constitucionais, que estão em vigor e que, portanto, independem de qualquer emenda constitucional a ser apresentada pelo Governo? Saber se o Governo tomou essas providências, e se a área jurídica tem o levantamento.

E uma curiosidade: quantos países cobram a contribuição dos aposentados e inativos? Por último: qual a opinião do Ministro sobre a apresentação de emenda à Lei de Responsabilidade Fiscal, responsabilizando ou apenando o agente público ou o ordenador de despesa que efetive o pagamento das aposentadorias e pensões além dos limites constitucionais?

Era a curiosidade que eu gostaria de ter satisfeita, se o Ministro pudesse me responder.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Ministro Ornelas fica à vontade, se quiser começar respondendo ao Senador Jader Barbalho ou ao Senador Djalma Bessa.

O SR. WALDECK ORNELAS – Vou seguir pela ordem, Sr. Presidente.

Caráter de imprescindibilidade do projeto de lei de que estamos tratando. Ele é imprescindível e, por isso, veio a esta Casa com o regime de urgência constitucional. Exatamente porque, Senador Djalma Bessa, estamos preocupados com o fato de que a cobertura da Previdência Social no Brasil é vergonhosa. Como disse, temos atingidos pela Previdência Social apenas 43% da população ocupada em nosso País. Precisamos ampliar isso. A Previdência é o primeiro item do estado de bem-estar, a Previdência é um fator de estabilidade social. Então, o fato de que o País tenha 37 milhões de pessoas desassistidas da Previdência Social deve constituir uma preocupação de todos. Constituem uma preocupação do Governo, e o Governo pediu ao Congresso a aprovação dessa lei, exatamente para poder ampliar essa taxa de cobertura. É preciso, por conta disso, avançar-se no sentido de reduzir o desequilíbrio do sistema também. E a pergunta de V. Exª me permite abordar algo de que não tratei aqui, mas que tanto V. Exª quanto o Senador Jader Barbalho tratam: a questão do déficit do regime geral de Previdência Social.

O Senador Jader Barbalho foi Ministro da Previdência em uma época melhor do que essa e, sem dúvida alguma, é um profundo conhecedor dessa questão, o que demonstra a pergunta que formulou. Estamos reconhecendo que a Previdência da nossa geração está comprometida, que a Previdência da nossa geração tem um déficit, mas não é justo que empurremos esse déficit para a geração dos nossos filhos. É preciso por um paradeiro nele. É preciso criar condições para que nasça no Brasil uma nova Previdência. Seria como estabelecer uma linha de corte entre a Previdência atual e a Previdência futura.

O déficit aí existente, da ordem de 1% do PIB, vai permanecer. Não se quer nem que a nossa geração, diretamente cada segurado, pague esse déficit. A sociedade como um todo vai continuar pagando. Que isso não seja passado para a geração futura. Esse déficit vai-se esvair ao longo dos próximos 30 ou 35 anos, à medida em que cessem os benefícios que ele suporta. Agora, é preciso – e a nova lei está estabelecendo isso – que as novas aposentadorias deixem de gerar déficit adicional; ou seja, à medida em que há correlação entre contribuições e benefícios, não haverá déficit adicional. O déficit estabiliza-se, portanto. O que se deseja no regime geral de Previdência Social – a meta do Governo é muito clara – é estabilizar o déficit previdenciário. Dessa forma, caminhamos para uma nova realidade e podemos buscar esses 37 milhões de brasileiros que estão fora do sistema previdenciário, porque as suas filiações à Previdência agora deixarão de gerar déficit. Ou seja, suas aposentadorias não provocarão desequilíbrio no sistema.

Por que se adota a ampliação do período de cálculo do benefício? Já expliquei que deixamos os 36 meses por serem justos. Consideramos todo o tempo de contribuição. O que se faz hoje? Mesmo no critério dos últimos 36 meses, se a pessoa não tiver trabalhado nos últimos 36 meses, retroage-se mais doze meses – a 48, portanto – para preencher os vazios, para completar o tempo. Ou, se não tiver tempo a mais, reduz-se e consideram-se apenas 24 meses.

O critério dos 80% corresponde exatamente a isso, porque não seria justo que, na média da contribuição do trabalhador, fosse atribuído valor igual a zero para os meses em que ele esteve involuntariamente, por exemplo, desempregado. Então, havia duas alternativas técnicas: ou se considera todo o tempo, a partir de julho de 1994, permitindo-se expandir até 20% para trás, ou se considera o tempo de ju-

lho de 1994 para frente, adotando-se apenas as 80% melhores contribuições. Com isso, admite-se implicitamente que a pessoa possa ter tido 20% do tempo sem contribuição para a Previdência – desempregado ou por alguma outra razão.

O outro aspecto que V. Exª pergunta diz respeito à atualização da contribuição das empresas. Estamos buscando tornar a Previdência neutra do ponto de vista do mercado de trabalho. Então, no caso de a empresa utilizar o serviço de um trabalhador por conta própria, de um trabalhador autônomo, esse trabalhador terá direito de pagar de forma igual ao trabalhador com carteira assinada, ou seja, pagar só 11%, ao invés dos 20% pagos como autônomo, já que paga sozinho a sua Previdência. E a empresa, então, responderá pela parte do empregado, pela parte do empregador, do mesmo modo que responde boa parcela correspondente ao empregado com a carteira assinada. Dessa forma, dá-se o tratamento isonômico ao trabalhador com carteira assinada e ao trabalhador autônomo, reduzindo o custo previdenciário do trabalhador.

Quero chamar a atenção para um outro aspecto importante. O trabalhador contribui com 8%, 9%, 11% até o teto de R$1.255,32, que é o valor hoje desse teto de R$1,2 mil que a Constituição estabeleceu e que será atualizada anualmente.

Ora, a empresa contribui com 20% mais 1, 2, ou 3% do Seguro de Acidente de Trabalho. De modo que nós estamos entendendo que essa sistemática corresponde, de um lado, à cobertura dos benefícios não programados e, de outro lado, que a médio prazo nós deveremos trabalhar com o cálculo atuarial puro, reduzir inclusive o custo para as empresas da contribuição previdenciária, de modo a que se tenha uma contribuição adequada, rigorosamente atuarial, das partes envolvidas nessa questão.

O Senador Jader Barbalho fez uma pergunta específica relativa à questão do serviço. Quero dizer a V. Exª, começando de trás para frente, que concordo plenamente com a inclusão, no Projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, de dispositivo que puna o não-cumprimento das regras constitucionais relativas ao teto de pagamentos de remuneração. Devo dizer, inclusive, que o Projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, além da criação do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, introduz também um quadro novo, que é correspondente às receitas e despesas previdenciárias. O balanço previdenciário vai aparecer na peça orçamentária. Isso vai permitir, inclusive, acabar com esse burburinho que ainda hoje existe quanto se a Previdência é deficitária ou não; se conta o dinheiro da Seguridade Social como um todo ou se conta só o dinheiro da Previdência. Devo dizer que eu só conto o da Previdência – o meu jogo é muito claro. E com isso, nós vamos ter total transparência e controle social sobre essas questões da conta previdenciária.

Obtive aqui – porque não havia trazido – informações sobre os inativos do serviço público. Como sabe V. Exª – e, aliás, salientou –, esse projeto está tratando da parte do Regime Geral de Previdência Social. Mas, segundo boletim do MOG, 3.672 inativos ganham acima de R$8,5 mil, consumindo cerca de R$400 milhões por ano do Governo Federal.

O SR. JADER BARBALHO – Três mil?

O SR. WALDECK ORNELAS – Três mil seiscentos e setenta e dois inativos ganham acima de R$8,5 mil, consumindo cerca de R$400 milhões por ano do Governo Federal.

Devo dizer a V. Exª que, no Executivo, o teto feito é de R$8,5 mil, que é a remuneração do Presidente da República.

Nós aplicamos, no dia 16 de dezembro de 1998, tão logo entrou em vigência a Emenda Constitucional nº 20, ao INSS, o teto de R$8 mil correspondente à remuneração de Ministro de Estado, que é o teto definido em lei federal para o Executivo. Com isso, acabamos no INSS com aquelas aposentadorias de R$43 mil ao mês, de práticos do Porto de Santos, de pensionistas de práticos do Porto de Santos do tempo da guerra. Aquelas leis que estabeleciam benefícios extraordinários que se somaram ao longo do tempo, ora por via judicial, ora por via administrativa.

Dessa forma, no Regime Geral de Previdência Social, o teto dos benefícios anteriores, mesmo quando pagos à conta do Tesouro, é de R$8 mil e o teto do próprio INSS é de R$1.255,32.

No que diz respeito ao setor público, ao Poder Executivo, devo dizer a V. Exª que há, sim, o estorno constitucional. O Governo lança no contracheque, mas não paga os valores excedentes. Como devo dizer a V. Exª que existem decisões judiciais que estabelecem que o teto não se aplica às vantagens pessoais? Por outro lado, é importante observar que as instruções do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre esse assunto consideram cada um dos vínculos do servidor público.

Entendo que o alcance da pergunta de V. Exª, no caso da fixação do teto, implica que o conjunto das remunerações fiquem vinculadas a um teto único. Isso, hoje, não é aplicado, porque não é possível aplicar dessa forma. Somente a partir do teto será possível tratar o assunto dessa maneira e consolidar o conjunto das remunerações do serviço público pagas a uma mesma pessoa, a um mesmo cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Terminou, Ministro? (Pausa.)

Os Senadores Jader Barbalho e Djalma Bessa estão satisfeitos com a resposta?

O SR. JADER BARBALHO – Só quero confirmar com o Ministro Ornellas um dado. Eu anotei aqui 3.672 servidores. Esses servidores são...

O SR. WALDECK ORNELAS – Do Executivo. Posso depois enviar formalmente a V. Exª uma nota, respondendo integralmente a sua pergunta.

O SR. JADER BARBALHO – Se pudesse me informar sobre o Legislativo e sobre o Judiciário...

O SR. WALDECK ORNELAS – Creio que não terei esses dados. Mesmo no Executivo isso é administrado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Essa, aliás, é uma coisa interessante. A pergunta de V. Exª me permite chamar atenção para o seguinte fato. Sei que V. Exª conhece o assunto, mas ele não é muito claro para a maioria das pessoas e como temos também a TV Senado é importante aproveitar essa oportunidade. Temos no Brasil três regimes de previdência: o regime geral de previdência social para os trabalhadores do setor privado, o regime de previdência para os servidores públicos e o regime de previdência complementar.

O Ministério da Previdência administra o regime geral de previdência social – o regime do INSS – e exerce, através da Secretaria da Previdência Social, o controle normativo sobre a previdência do setor público. A execução da política de pessoal e de previdência, por conseguinte, é feita pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Enviarei esses dados com detalhes a V. Exª.

O SR. JADER BARBALHO – Eu agradeceria, Ministro Ornelas.

Se me permite o Presidente, acho que estamos diante de uma questão relevante para toda a sociedade brasileira. Essas questões devem ficar claras. Se a Constituição estabelece dessa forma, não é possível que servidores, tanto da União como dos Estados e Municípios, percebam além do que percebe o Ministro do Supremo Tribunal Federal. A própria Constituição estabelece a obrigatoriedade para a Administração Pública de zelar por isso. O Congresso deve se interessar por essa questão. Inclusive, sabe V. Exª que nela não é só de natureza jurídica, é também de natureza política.

Concordo, por exemplo, que se possa imaginar que o dispositivo conhecido popularmente como a perseguidora – o servidor aposentado leva para a aposentadoria todos os direitos e vantagens – engloba também os encargos, que ele possa levar também o encargo, já que ele não terá nenhum abalo em relação à questão financeira. Acho até que se poderia estabelecer que os que estão aposentados ou os pensionistas pagassem uma alíquota diferenciada, porque está havendo uma mudança nas regras do jogo. Quem entrasse no jogo, se vai levar toda a remuneração e a vantagem, que fique com o encargo – agora, que houvesse uma mudança. Daí a minha preocupação e o levantamento disto, porque eu creio que não pode, absolutamente, a sociedade brasileira desconhecer que há pessoas neste País que ganham 20, 23, 25. Aqui mesmo, no Senado, temos na Assessoria desta Casa servidores que ganham mais do que Senadores. Não que não mereçam. Até merecem pela competência. Eu apenas acho que este dispositivo não pode ficar como letra morta. Isto tem que ser uma questão clara. Penso que esse debate deve ser no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. Esta é a questão do estorno constitucional – não poder ganhar mais do que o Ministro do Supremo Tribunal Federal e, por outro lado, se examinar se não seria possível fazer isto – se estabelecer uma regra de transição. Quem já se aposentou pagaria uma alíquota diferenciada de quem vai se aposentar daqui para frente porque quem vai se aposentar, daqui para frente, está levando toda a sua remuneração e todas as vantagens e todas as vezes em que houver aumento, ele terá direito ao aumento. Então, que ele leve o encargo mas quem já está aposentado nesta mudança – por isso a minha provocação é no sentido de que se levante esses números para verificar de que forma essas pessoas contribuem para o déficit da Previdência pública do Brasil.

Daí a minha indagação com o meu pedido de escusa mas eu não resisti à curiosidade, neste momento, de provocar e ficarei muito grato se puderem me enviar esses dados.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Eu, também, como Presidente da Comissão, gostaria de receber uma cópia desses dados que poderia oferecer a todos os membros da Comissão posteriormente, por isso solicito ao Ministro.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Presidente, apenas um breve comentário.

Nobre Senador Jader Barbalho, eu entendi, perfeitamente, o caráter e a intenção da sua pergunta. Ela faz grande sentido e remete, imediatamente, à discussão da PEC do Subteto que está na Câmara Federal e que virá para esta Casa. Por conseguinte, o tema é oportuno. Ainda ontem eu me manifestava no sentido de que deve haver um limite em cada Estado

e em cada Município com relação à remuneração do Chefe do Executivo porque, se do ponto de vista processual é preciso preservar a condição de que cada Poder estabeleça a sua regra de remuneração, é preciso fixar um subteto único. Não seria justo, por exemplo, que o Estado do Acre da nobre Senadora Marina Silva estivesse obrigado a cumprir o mesmo teto da União. Trata-se – e nós temos um grave desequilíbrio de desenvolvimento, de renda em nosso País e de capacidade fiscal dos diversos Estados. Não podemos tratar o Acre igual a São Paulo ou todos iguais à União. Não. Isto seria inteiramente indesejável.

Mas V. Exª me fez uma pergunta que eu não respondi que era a de que, sem bem entendi, quantos países adotam a contribuição de inativos? E devo lhe dizer que nenhum, pois em país algum do mundo ocorre essa regra que temos no Brasil, permitindo que o inativo se beneficie – e isto só no caso do setor público. Não tem nada a ver com os do INSS – que teriam direito a levar os benefícios e os ganhos do trabalhador na atividade. De modo que, por isto, também, defendo, com muita clareza, que tenhamos um regime previdenciário único para todos os trabalhadores e que os servidores públicos, os funcionários públicos, tenham o mesmo tratamento previdenciário dos trabalhadores do setor privado para evitar que ocorram essas distorções a que V. Exª se referiu.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Sr. Ministro – antes da pergunta eu gostaria de dar o testemunho. No primeiro semestre deste ano eu fui até ao Gabinete do Ministro para, ali, preocupar-me ou desanuviar o espírito quanto à extinção das Superintendências do INSS de todo o País e lá pude testemunhar que havia um trabalho de qualidade total que teve a estrutura administrativa do Ministério que me agradou demais, principalmente porque o Ministro levou ao computador e demonstrou, materialmente, o funcionamento de uma unidade do Estado de Mato Grosso do Sul, de onde sou Senador, como está funcionando naquele instante, quantas pessoas estavam esperando, quantas já haviam sido atendidas naquele dia, qual a média de atendimento diário daquela unidade do INSS, cujo trabalho de qualidade total, de eficiência e eficácia estava em franco progresso.

Daqui a certo tempo, esse carimbinho que se multiplica nos papéis do INSS se acabará, porque, na verdade, vi uma iniciativa muito importante que me trouxe a certeza de que realmente há uma revolução administrativa no INSS.

No entanto, Sr. Ministro, o projeto me traz uma preocupação, qual seja, o excessivo volume de multas. Penso que quando a multa é confiscatória, como está aqui, e por demais excessiva, tolhe o recebimento da dívida ativa; o débito torna-se insuportável, impagável e pode concorrer para o crescimento da dívida junto ao INSS.

Como prefeito de Gambirante(**??**), que tinha uma dívida ativa bastante grande, extingui multas e beneficiei bastante, com desconto, inclusive, o pagamento de dívidas não confessadas anteriormente, e até de sonegação, o que fez com que o potencial de arrecadação municipal crescesse. Penso que 120% de multa é algo inacreditável. Não irá concorrer para o crescimento da dívida ativa do INSS e nem para evitar a sonegação, já que esta se evita com a estrutura de qualidade como está sendo montada pelo INSS.

Sinceramente, sinto-me estarrecido e uso esta expressão para ficar bem caracterizada a minha inconformidade com essa multa que chega a 120% sobre os sonegadores. Para aqueles que não são sonegadores a multa é de 50% sobre os 120%, ou seja, 60%. Penso, então, que uma multa dessas, tanto para os inadimplentes quanto para os sonegadores, não traz um bom desempenho de arrecadação para o INSS.

Gostaria que V. Exª tecesse algumas considerações a respeito disso, inclusive respondendo por que não terceirizamos a cobrança dessa dívida ativa de 56 bilhões do INSS, não digo a execução fiscal, mas aquela fase inicial de cobrança amigável através de empresas fortes, conceituadas e com credibilidade em todo o País, fazendo com que se alcance um bom resultado, pois sei que a cobrança da dívida ativa ajuizada só poderia ser feita através dos procuradores.

São essas as minhas questões, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Arlindo Porto. (Pausa.)

Com a palavra a Senadora Marina Silva. (Pausa.)

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Embora já houvesse chamado a próxima oradora, vamos conceder a palavra à Senadora Marina Silva, que está inscrita.

A SRA. MARINA SILVA – Como estou tendo que articular dois assuntos ao mesmo tempo, teria que ter o dom da onipresença.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o colega do Senado, Ministro Waldeck Ornelas, com quem ti-

vemos oportunidade de partilhar o trabalho na Casa durante o período em que estava cumprindo a sua função de Senador, tendo assumido depois o cargo de Ministro. Também gostaria de dizer que uma série de pontos, já abordados pelos colegas que me antecederam, principalmente pela Senadora Heloisa Helena, estão bastante claros, não havendo necessidade de repeti-los.

No entanto, essa discussão tem tomado corpo e um dos aspectos a que se refere diz respeito à Previdência e à Seguridade Social. Portanto, vou-me ater a ele de uma forma mais particular, até porque, Sr. Ministro, como participante da Comissão Mista de Combate à Pobreza, tive oportunidade de visitar os bolsões de miséria no Estado de Alagoas, representado pela Senadora Heloísa Helena, nos três Municípios mais pobres do País e em outras regiões que também são do nosso conhecimento.

Assim, pude verificar que principalmente no caso da Amazônia, do Norte e do Nordeste, um dos elementos mais importantes de circulação de moeda nos vários Municípios dessas regiões é a aposentadoria rural. Em várias prefeituras, o que entra através da aposentadoria é anual. Movimentando o comércio e a atividade produtiva, é maior do que os recursos que entram com o FPM em qualquer atividade produtiva naquele Município.

Recentemente, por exigência de lei do Governo Federal, exigiu-se do trabalhador rural que comprovasse 10 anos nessa condição, por meio de nota fiscal ou recibo ou titulação da terra. No entanto, pelo menos na Amazônia, a maioria dos trabalhadores rurais não têm como fazer essa comprovação.

O que ocorreu então? Recentemente, juntamente com o Senador Nabor Júnior e toda a Bancada do Acre estivemos nos vários Municípios do interior do Estado, que vivem uma situação de calamidade. Inclusive, tenho tentado marcar uma audiência com V. Exª, mas ainda não foi possível, e aproveito para tentar reafirmá-la aqui.

A Bancada do Acre está atuando não apenas em nome do Estado, mas em nome de todos os aposentados rurais que não conseguem fazer essa comprovação e que, conseqüentemente, foram deletados do sistema, sem que tivesse sido feita a devida averiguação. É fundamental que se faça uma investigação, para que se comprove se o trabalhador rural tem ou não direito à aposentadoria. E isso não foi feito. Portanto, há milhares e milhares de pessoas que passaram a não receber o benefício.

Ora, estamos aqui enquanto pessoas responsáveis, enquanto Governo, enquanto Congresso, e não podemos tratar as pessoas dessa forma. Elas sobrevivem disso. Aliás, entrei em um local em uma cidade de Alagoas, onde 20 pessoas estavam dependendo de duas aposentadorias rurais. Elas estavam praticamente em desespero, porque o benefício havia sido cortado. Como o trabalhador não apresentou nota fiscal nem titularidade, foi considerado que ele não existia. Porém, ele existia e estava sem comida, sem água, sem cesta básica, sem condição de sobrevivência, em situação de calamidade.

Posso dizer isso a V. Exª com conhecimento de causa. O que existe em Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Feijó, Mansolina? Em Santa Rosa é uma calamidade, porque a maioria dos seus moradores sobrevivem dessas aposentadorias. Logo, o comércio e tudo o mais acabou, pois não há renda, não circula dinheiro nessas cidades.

O próprio Ministro Pedro Malan, em audiência pública realizada na Comissão Mista de Combate à Pobreza, no dia 21 de outubro de 1999, afirmou que "a aposentadoria rural é o grande projeto de renda mínima do Governo para beneficiar 6 milhões de pessoas". Por que, então, o Executivo enviou o PLC nº 1.737, de 1999, que altera as regras de contribuição dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em regime de economia familiar?

Esse projeto revoga o art. 39 da Lei de Benefícios, o qual garante a aposentadoria por idade e a essa categoria, sem o requisito de contribuição ou de carência, mas apenas com a comprovação do exercício da atividade. Ou seja, essa comprovação já é um problema, porque temos que compreender que existem vários Estados, pelo menos na Amazônia, em que o intercâmbio é praticado. Assim, as pessoas não vêem dinheiro – elas trocam borracha por leite, óleo e sal – e não há nota fiscal, até porque os preços são altos. A maioria dessas pessoas são posseiros, ou vivem em reservas do Governo. Se vivem em reservas do Governo, não há que comprovar titularidade.

Se o Governo admite que 6 milhões de pessoas sobrevivem dessas aposentadorias, que esse é um projeto de renda mínima, então, esse projeto está sendo deletado, Sr. Ministro.

Esse aspecto tem-me tocado sobremaneira, porque está criando uma situação de miséria e desgraça na vida de milhares de brasileiros que não estão recebendo o benefício. Que tipo de tratamento o Governo pretende dar para esse problema?

No caso do Acre, estou tentando marcar uma audiência com V. Exª, pois, mesmo sendo de Oposição, essa foi sempre a minha forma de agir. Primeiramente, buscamos a conversa e o entendimento – V.

Exª me conhece – e depois vamos apresentar alternativas para que possamos construir juntos. Estou pedindo o apoio do Governo do Acre e dos outros governadores da Amazônia para que tragamos todos os velhinhos para a frente do Ministério. Essas pessoas estão morrendo de fome. Não é uma ameaça. É um ato de desespero de pessoas cujo rosto foi apagado. Não têm titularidade nem nota fiscal. Dez anos atrás? Imaginem, se um seringueiro, se um agricultor teria nota fiscal de dez anos atrás! Não existe documento; ainda se pratica o escambo. O Governo está cometendo um crime com a vida dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Quero comunicar que em seguida concederei a palavra ao Senador Casildo Maldaner e à Senadora Emilia Fernandes.

Com a palavra o Ministro Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS – Senador Juvêncio da Fonseca, quero agradecer o testemunho que V. Exª deu sobre o trabalho de modernização administrativa que está sendo feito no INSS. Na verdade, durante algum tempo, vão conviver os velhos postos do INSS e as modernas agências da Previdência Social. Pouco a pouco, esse processo vai avançar no sentido da total modernização da Previdência Social em nosso País, acabando com as filas. Acabar com as filas significa acabar com o sofrimento de nossos trabalhadores. Não falo apenas das filas externas, das filas físicas que se formam na porta dos postos da Previdência, mas também das filas internas, que são pilhas de papéis nas mesas da burocracia. E isso tem a ver com a pergunta que a Senadora Marina Silva acaba de fazer.

Em 1997, foi feita uma nova lei que reduziu, e muito, as multas da Previdência Social, adequando-as à realidade de um período de estabilidade monetária. As multas começam em 4% e chegam ao máximo de 60%, graduando-se crescentemente de acordo com o avanço do processo de cobrança da dívida. Se o débito é pago no mesmo mês, a multa é de apenas 4%. Se o débito depende de uma cobrança, de uma execução judicial, não é justo que a multa seja a mesma.

Estamos agora dobrando o valor das multas – que era de 4% a 60% – para 8% a 120% no caso do sonegador, do mau-caráter. Não estou falando do inadimplente. Este diz: tenho essa fonte salarial, mas não estou em condições de pagar a Previdência Social. O sonegador omite a informação. Temos que dar tratamento distinto a essas duas categorias. Pela primeira vez, isso é feito por projeto de lei.

Devo dizer, Senador Juvêncio, que o Governo Federal acaba de lançar o Refis – o Programa de Recuperação Fiscal, que, mediante a fixação de uma parcela mínima de 10% sobre o faturamento, permite às empresas o recolhimento de seus débito e, por conseguinte, a recuperação de sua condição de regularidade, independente do tempo que transcorra para o pagamento da dívidas para com a Previdência. Concordo plenamente com a sugestão de cobrança terceirizada da dívida. Contudo, atualmente, na Previdência Social a cobrança administrativa não ultrapassa os cento e cinqüenta dias. Realmente, nesse processo de modernização, a cobrança administrativa é muito pequena, e é compatível com o valor dos recebimentos. Foi isso que provocou a eficiência na cobrança administrativa. E, no tempo dos processos, foi isso que levou a uma multiplicação por três da dívida ativa dos últimos anos.

Esse é o trabalho que vem sendo feito, visando dar eficiência ao trabalho da Previdência e poder cobrar, o mais rapidamente possível, essas dívidas.

Desejo marcar com a Senadora Marina Silva uma audiência para a próxima quarta-feira, para que possamos discutir as questões do Estado do Acre.

Efetivamente, a Previdência tem importância social muito grande. A Previdência é o primeiro item do Estado no que se refere ao bem-estar, é um fator de estabilidade social. E esse projeto pretende exatamente possibilitar que possamos trazer, para dentro da Previdência, 37 milhões de brasileiros que estão hoje inteiramente desassistidos. Este é o sentido, a razão de ser do projeto. Tiram-se os subsídios daqueles que se aposentam por tempo de contribuição para exatamente para poder atender esses mais pobres a quem a Senadora Marina Silva dedica a sua intervenção nesta reunião e o seu trabalho parlamentar.

Na verdade, vamos corrigir isso fazendo o cadastramento dos segurados fiscais. Esse problema a que V. Exª se refere ocorre porque, hoje, o INSS deve fazer uma pesquisa, indo a campo e verificando o evento, a cada três anos, que comprove o exercício da atividade rural. E sabemos – concordo plenamente com V. Exª – o quanto é difícil recuar 10, 12 anos para identificar eventos, embora se considere, por exemplo, a matrícula do filho, se o pai é lavrador, se há certidão de batismo, em suma, todos os meios possíveis são válidos para que se possa comprovar a atividade rural.

A legislação pretende, com essa pesquisa, exatamente evitar também a fraude de quem não tem o tempo rural, de quem vive na cidade, de quem tem a

sua vida laboral na cidade, e apresenta, lá atrás, uma parcela de tempo rural que tem de ser contabilizada.

Com o cadastramento que faremos no início do próximo ano, teremos o registro das pessoas que vivem na condição de segurados especiais.

Esse projeto de lei que está no Congresso Nacional objetiva exatamente isso. Trata-se de um projeto negociado com a Contag, que vem acompanhando, por meio do Grito da Terra, em sucessivas reuniões com o Ministério, esse processo. Não temos pendências na Previdência em relação à pauta de demandas do Grito da Terra. Temos sempre estado a par com o encaminhamento dessas questões, e esse cadastramento, essa individualização, essa identificação dos segurados serão feitas em favor do segurado especial.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Ministro, como V. Exª pretende marcar uma audiência para a próxima semana, depois entro em contato com sua assessoria para saber o horário. Mas, até esse cadastro ser realizado, como ficará a situação dessas pessoas? É isso que temos de resolver. Correto talvez tivesse sido primeiro fazer a pesquisa, identificando quais pessoas que porventura estivessem fraudando e que não fossem efetivamente trabalhadores, sem fazer, portanto, um corte máximo.

Só em Cruzeiro do Sul, há 500 pessoas idosas que saltam os altos rios, que se dirigem ao município, que levam três, quatro, cinco dias andando de canoa, para receber o benefício. Não conheço a estrutura necessária para fazer esse cadastro. Mas desafio que, em menos de dez anos, vocês alcancem o número de pessoas para fazer esse cadastro com a eficiência que, com certeza, V. Exª deseja.

A solução deve ser dada, porque o ônus da prova de que eles não merecem o benefício é do Governo Federal. Foi feito um processo inverso. Eles foram cerceados do benefício, estão sem receber o benefício, e não se sabe o que fazer com essas pessoas. Mas o que V. Exª pretende fazer é muito difícil.

Com relação à contribuição de trabalhadores rurais, à Contag e a outros aspectos, o processo também é delicado. Conheço pessoas, e não são poucas. Na Amazônia são cem mil famílias de extrativistas só na área de seringa. Então, V. Exª vai pegar a contribuição dessas pessoas, que têm uma renda anual de no máximo R$1.000,00. Há algumas que chegam a ter renda anual de R$600,00. Elas sobrevivem, porque existe peixe e caça e também porque fazem agricultura de subsistência. Como essas pessoas conseguiriam fazer essa contribuição? Dentro de um processo social, talvez até pelo projeto de renda mínima, essa aposentadoria poderia ser, mas é uma questão delicada. Temos que nos debruçar sobre o problema atual e sobre a proposta que está em tramitação.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Senadora Marina Silva, gostaria muito de me estender sobre essa matéria, até porque é a menina dos meus olhos no Ministério da Previdência Social.

Temos, efetivamente, um programa de renda mínima que é o maior do mundo. Não é um dos maiores, mas o maior do mundo! E eu atualizaria até dados que o Ministro Malan citou. Não são seis milhões de aposentadorias rurais, mas, se agregamos a renda mensal ao balancete da renda mensal do País, se agregamos os benefícios essenciais, são sete milhões e seiscentos e sessenta mil brasileiros que recebem por mês um salário mínimo da Previdência Social. De modo que este é efetivamente o maior programa de renda mínima do mundo. O que estamos buscando é exatamente criar condições para que esse tipo de problema a que V. Exª se refere não se repita, porque hoje esses segurados já contribuem. Eles contribuem com 2,1% da comercialização de sua produção, tenha ela o valor que tiver. O que não sei é se recebem esses 2,1%. E é por isso que vamos individualizar e identificar essa contribuição.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – É exatamente pelos velhinhos da Previdência que vamos conseguir aprovar amanhã, no Senado, o diferencial da expectativa de sobrevida, porque, do mesmo jeito que o Ministro está autorizando que haja subtetos diferenciados para os Estados, com certeza poderemos também trabalhar a expectativa de sobrevida diferenciada.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – V. Exª está presidindo ou defendendo tese?

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Mas V. Exª também, pelo Regimento, só fala quando lhe passamos a palavra, Sr. Ministro. **(Inaudível.)**

A SRA. MARINA SILVA – Peço a palavra pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Senadora Marina Silva, gostaria de solicitar autorização do Senador Casildo Maldaner, da Senadora Emilia Fernandes, do Senador José Eduardo Dutra e do Senador Geraldo Cândido para, se houver possibilidade, a Deputada Federal Jandira Feghali usar da palavra neste momento, em função de ter que se ausentar para participar de uma votação na Câmara.

Se houver consenso entre os Senadores, a Deputada poderá usar da palavra. (Pausa.)

Muito obrigada.

Concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Em primeiro lugar, quero agradecer a anuência da Comissão por essa relação democrática. O meu interesse não era falar, apenas acompanhar o debate, na medida em que, como Relatora na Comissão de Seguridade da Câmara, acumulei certo grau de dados; gostaria de ouvir, até para que, de alguma forma, mesmo que individualmente com os Senadores, eu pudesse trazer alguma contribuição ao debate.

Gostaria de cumprimentar o Ministro. Também quis ouvi-lo, porque não tivemos essa oportunidade na Comissão de Seguridade da Câmara. Pela urgência constitucional, os prazos foram muito atropelados, e as duas marcações anteriores do Ministro, por razões obviamente alheias a S. Exª, foram canceladas; portanto, não conseguimos ouvi-lo no debate da questão previdenciária.

Como o tempo é curto, gostaria de assinalar dois aspectos para reflexão dos Senadores desta Comissão: um é a questão do déficit e do rombo previdenciário; outro, que tem vários aspectos, diz respeito ao cálculo do benefício.

A Constituição de 1988 — esta Comissão não tem por definição o mérito da constitucionalidade, mas nenhum Parlamentar pode desconhecer a Constituição ao analisar o conceito e o mérito dos projetos.

A Constituição de 1988 dá um passo muito largo nas definições dos direitos do sistema previdenciário brasileiro, à medida que ela construiu um sistema de proteção social, chamado seguridade social. Estou na Comissão de Seguridade da Câmara há nove anos, e esse sistema é o que faz – e isso aí é fato – com que a Previdência até aqui tenha conseguido garantir o pagamento de benefícios, porque exatamente a pluralidade de fontes que se estabeleceu na Constituição é o que faz com que a Previdência continue sendo um sistema contributivo, só que não apenas individual; ele é um sistema contributivo individual e social.

Hoje uma empresa completamente automatizada continua contribuindo para a Previdência Social, mesmo que ela não tenha um só empregado, que é exatamente o que pode garantir a extensão, a abrangência de benefícios, inclusive a própria extensão aos trabalhadores rurais – que foi uma enorme conquista, após 88, de um salário mínimo, independentemente da sua contribuição. Foi exatamente esse conceito de seguridade que garantiu essa possibilidade de abrangência e a manutenção do sistema previdenciário até hoje solidário e mantendo o pagamento de benefícios.

É por isso mesmo que é uma coisa a se enfrentar – e eu gosto de um bom combate, do alto nível do embate, com todo o respeito que tenho ao Ministro –, se confrontar o que é trazido pelo Governo a esta Casa, porque, na verdade, o raciocínio de déficit não é o que está posto na Constituição. Ou mudamos a Constituição, e aí passamos a ter o raciocínio de que a única fonte é do empregado e do empregador e, do outro lado, está o sistema. Por isso, temos que mudar a Constituição ou temos que considerar que a arrecadação da Previdência é muito mais ampla do que apenas essa única fonte. Então, ou tratamos a seguridade ou tratamos o seguro; ou mudamos Constituição e dizemos que a única fonte da Previdência é o empregado e o empregador ou então não podemos falar em déficit da Previdência hoje.

A própria mensagem orçamentária do ano 2000 tem uma seguridade superavitária em R$10 bilhões: a arrecadação é de R$130 bilhões; o gasto é de R$120 bilhões, considerando tudo, até a aposentadoria do servidor público. Hoje, é uma falsa contradição, Ministro, afirmar que isso significa contradição entre a Previdência, a saúde e a assistência. Não é verdade. Estamos aprovando uma emenda constitucional para a saúde que, com todo o dinheiro da emenda constitucional, ainda sobra dinheiro para complementar os benefícios. A previsão de arrecadação só da Cofins é de R$35 bilhões, e já foi utilizado pela Previdência R$11 bilhões para pagar benefícios, complementando a fonte do empregado e do empregador. Ou mudamos a Constituição ou a Previdência não pode considerar apenas uma fonte arrecadadora.

O discurso de déficit tem que ser refeito; temos que reavaliar o processo para poder discutir. Creio que as saídas atuariais para a Previdência – aliás quero saber até se já existe uma nova secretaria atuarial no Ministério, porque esta tinha acabado, até porque é importante que tenhamos as previsões atuariais do Ministério que nunca chegaram para nós –, precisamos observar o seguinte: do ponto de vista da própria sustentação do projeto, vamos ter que olhar se há problema na Previdência. Claro, claro que há. Primeiro, a informalidade do mercado de trabalho. As relações de trabalhos são cada vez mais precárias, reduzindo as contribuições. Segundo, nesta Casa, há uma emenda constitucional, para qual pediria a sua ajuda nesta Casa; de manutenção do Fundo de Estabilização Fiscal que poderia, pelo menos isso, não incidir sobre o INSS. Este ano, conseguimos retirar por uma proposta do Deputado Sérgio Miranda aprovada na Comissão de Orçamento, mas na projeção orçamentária do ano que vem o FEF incide sobre o INSS, sobre a CPMF, sobre o Cofins e sobre o lucro. E é exatamente no INSS que se está dizendo que terá

déficit, só que só o FEF retira R$26,2 bilhões da seguridade no ano que vem e R$14 bilhões claramente colocados como um dinheiro para entrar para o superávit primário dos acordos com o Fundo Monetário.

Então, fica difícil a autoridade do Governo falar em déficit com esse grau de desvio do dinheiro do contribuinte brasileiro. Essa premissa precisamos rever, a não ser que se mude a Constituição. A segunda, é o cálculo do benefício.

Mas, antes, retomarei a pergunta do Senador Djalma Bessa: qual é, em números, à economia imediata deste projeto para os cofres da Previdência? Perguntamos isso aos técnicos, o que não foi respondido à época; perguntamos no Plenário e na Comissão, e nunca conseguimos obter esses dados. Qual é a economia imediata da aplicação do projeto?

Em segundo lugar, o projeto original que aqui chegou, Sr. Ministro, do seu Ministério, com a sua assinatura, colocava uma redução clara de benefício para a mulher, em média, de 45% e para os homens, de 30%. É bom dizer que não estamos discutindo aqui a Previdência dos ricos; estamos discutindo aqui a Previdência do INSS, que tem, portanto, na média de benefícios, de três a quatro salários mínimos. Estamos discutindo a questão dos pobres, pelos quais V. Exª diz que fez a opção, não é verdade?

O SR. DJALMA BESSA – Três salários mínimos e alguma coisa.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Ou isso, sendo que quase 50% é de um salário.

Acredito que realmente estejamos discutindo a questão dos pobres deste País. Nesse ponto, está incidindo a redução de benefício. E há redução. Depois do chamado bom combate, houve uma outra mexida no projeto e fez-se uma transição do fator previdenciário. A própria base do Governo disse o seguinte: "Há perda, sim". Para evitar a aposentadoria precoce, teremos uma perda para o segurado não sair, mesmo que cumpra as exigências constitucionais, como o tempo de contribuição, e o fator da perda é usar a idade. E, nesse caso, é inconstitucional mesmo. Por isso, acredito que sofreremos uma enorme derrota no Supremo Tribunal Federal. Então, há uma redução clara para obrigar o segurado a ficar.

Apresentamos uma proposta do fator previdenciário que evitaria a aposentadoria precoce, não oneraria a Previdência nem reduziria benefícios. O Governo não quis sequer discutir. Então, há redução. Isso foi admitido pela própria base dos Parlamentares do Governo na Câmara dos Deputados no debate que fizemos.

Em segundo lugar, há quatro inconstitucionalidades no projeto, inclusive afirmadas por V. Exª aqui; afirmação esta com que encerro a minha intervenção, fazendo uma última pergunta. Quando o projeto foi novamente submetido à análise com vistas ao acordo, haja vista que fui derrotada na Comissão, sendo nomeado relator do vencido o Deputado Jorge Alberto, o que foi feito ali? Uma composição de texto que, objetivando diminuir a perda, manteve-a. Assim, tivemos mais duas inconstitucionalidades.

A primeira reduz benefícios usando um critério não-constitucional: a idade, porque, se aposentar-se com o critério constitucional, não reduzirá – reduzirá na medida em que se usar a idade. A contribuição fictícia, o tempo fictício, o chamado bônus, para as mulheres, é uma inconstitucionalidade. Encerrarei com duas perguntas. Na medida em que faço a contribuição fictícia para igualar homens e mulheres, estou negando o direito constitucional da aposentadoria diferenciada. Na verdade, há quatro inconstitucionalidades para poder garantir o conceito do fator previdenciário.

Tenho aqui duas perguntas. A primeira é que na medida em que na regra geral ficou os 80% – e a questão das melhores contribuições foi uma idéia dessa humilde Relatora, que se utilizasse isso e não a forma original. A regra geral é utilizar 80% das melhores contribuições, 80% do total, tentando utilizar. Não dá para escapar dos 80%. Vai rebaixar mesmo.

Entretanto, quanto à chamada regra de transição, para quem já está, gostaria que V. Exª explicasse como se calcula o benefício, porque, como está escrito, nem o Relator da Câmara nem a assessoria conseguiram explicar. Aprovamos um projeto sem saber calcular o benefício, que está exposto no art. 3º, § 2º, que calcula os benefícios dos que já estão no sistema.

Lá foi aprovado um projeto sem compreender como se calcula; ninguém soube explicar, nem o próprio Relator.

A segunda questão, Sr. Ministro, trata de um artigo revogatório. Quero, com isso, demonstrar um pouco a perversidade do projeto. No artigo revogatório, revoga-se um parágrafo de uma lei, que agora não sei de cabeça, porque, hoje, quem tem dois meses de benefícios não recebidos, o Governo os coloca em uma conta especial até que se averigúe o que aconteceu. Com essa revogação do parágrafo, dois meses sem receber o benefício, cancela-se o mesmo. Isso está na lei; é o último parágrafo do artigo revogatório. Fizemos, inclusive, uma emenda para essa matéria. Por exemplo, se um cidadão, que não tem família, se

interna com um acidente vascular cerebral, ficando no hospital por dois meses, quando sair, não terá como receber o benefício. Se essa não for a interpretação correta, ficarei muito feliz. Tentamos, inclusive, suprimir esse parágrafo, mas não conseguimos.

Objetivamente, é o confronto quanto à questão da premissa do déficit, considerando a Constituição, e, segundo, as inconstitucionalidades, quarto cálculo do benefício, e como se calcula. Esse assunto precisa ficar claro para que os Senadores possam votar esse projeto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradecemos à Deputada Jandira Feghali. Comunico que este Plenário havia acordado que usariam da palavra a Deputada Jandira Feghali e o Deputado Jorge Alberto. No entanto, o Deputado Jorge Alberto comunicou que não estará presente a esta reunião, porque está acompanhando o Governador do seu Estado em uma audiência.

Por isso, a Deputada usou também o tempo do Deputado Jorge Alberto.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Muito obrigada pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Passo a palavra ao Senador Casildo Maldaner; depois falará a Senadora Emilia e, na seqüência, o Ministro.

O SR. CASILDO MALDANER – Senador Osmar Dias, que preside esta reunião; Ministro Waldeck Ornélas; prezados colegas, sei que não é fácil para o Ministro encontrar uma saída perene para o Brasil nesse campo. Imagino-o, neste momento, tentando contornar esse debate nacional. Há alguns dias, eu o vi participar de um debate em um canal de televisão em São Paulo. Sei que os debates devem ser abertos, transparentes. É preciso encontrar o melhor caminho para a Previdência no Brasil; disso não há a menor dúvida.

Confesso que vejo com muita simpatia esse regime geral da Previdência, porque hoje existe o teto de 10 salários mínimos. Agora, vai-se universalizar o sistema. Sinto que no meu Estado, Santa Catarina, a recepção em relação a isso está sendo muito boa, Ministro. Há um debate sobre a universalização disso no setor público e em todos nos Poderes Judiciário e Executivo, incluindo também os militares e assim por diante. Ficaria, depois, a outra parte, que é a complementação. Isto é básico no Brasil. Então, é claro que esse debate vai demorar; disso não há a menor dúvida.

Agora, há também a idéia – e aí a minha pergunta, talvez não seja nem inserido neste projeto, mas diz respeito a isso – de estimular, em decorrência do fator previdenciário, a pessoa a permanecer mais tempo na função, na atividade, em função até da longevidade e assim por diante. Então, há esse estímulo por parte do Governo. Há poucos dias eu discutia com o relator aqui no Senado sobre essa matéria. O teto de 10 salários está previsto no regime geral da Previdência.

Vamos supor que algumas pessoas, pelo sistema atual, aposentaram-se com 3, 4 ou 5 salários mínimos. Aposentaram-se com essa média, Ministro – talvez não esteja nem inserido – e depois voltaram ao trabalho, porque ainda têm condições de trabalhar. Agora, em face do trabalho que estão executando, estão contribuindo, vamos supor, com 8 salários mínimos. Estão aí há 4 ou 5 anos trabalhando e vão trabalhar mais 10 anos.

Eu consulto o Ministro: se eles se aposentaram com 5 salários e vão contribuir ainda durante 10 anos sobre 8 salários, não existiria uma maneira de quando saírem não perderem esse tempo que contribuíram? Não poderiam agregar à aposentadoria essa contribuição que deram após se tornarem inativos? Claro que seria respeitado sempre o teto dos 10 salários.

Talvez não esteja dentro da matéria, talvez não haja um estudo sobre isso ainda. Ocorre que muitas pessoas me questionam se, voltando à ativa, voltando a trabalhar, poderiam aproveitar esse tempo em que contribuiu novamente para aumentar sua aposentadoria. Talvez se pudesse criar um fator, respeitando-se o teto, para quando ele parar de trabalhar agregar novo valor aos 5 salários, vamos supor, que ele estava recebendo. Saiu com 5 salários, trabalhou mais 10 anos contribuindo sobre oito; como agregar isso? Talvez se deva encontrar um fator que agregasse, sempre se respeitando o teto.

Essa é a indagação que faço ao Ministro. Se ainda não houver esse estudo, o Ministério poderia fazê-lo. Sei que haverá demanda por grande parte da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Na seqüência, concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Ministro Waldeck Ornélas, temos escutado atentamente os questionamentos e as posições. Vimos a participação qualificada da Deputada Jandira Feghali, que, sem dúvida, travou um brilhante embate na Câmara que, realmente, mostra visões diferentes das que estamos discutindo.

Evidentemente, pensamos, Ministro, em seguridade social como um compromisso da União com

aqueles que após um período de trabalho, ou por doença, ou por qualquer coisa que estejam concluindo uma etapa da sua vida e que, no pensamento e na ação que o Estado vai dar a sua garantia não apenas como uma coisa pensando que está no fim da vida e, sim, como um retorno, após uma contribuição, que um trabalhador dá, seja ele funcionário público ou da iniciativa privada, ao seu país, ao desenvolvimento. E, a partir daí, ele, merecidamente, tem o direito de usufruir de um período da sua vida com tranqüilidade e, principalmente, com justiça e respeito.

Então, discordo de como o Governo está analisando hoje a questão da Previdência Social. E, a propósito, eu olhava aquela transparência que está projetada, onde se fala da regulamentação da Reforma da Previdência, e pude perceber que a palavra "social" realmente foi retirada. E está correto, porque social é tudo aquilo que tem essa visão coletiva, ou ainda, daquilo que as pessoas poderão usufruir porque construído coletivamente.

Também não concordo com a forma como é feito o cálculo. Seguridade Social a nossa Constituição já estabelece claramente o que é.

De outro lado, também tenho preocupação com o fato de que, hoje, os desvios que ocorrem em relação à Previdência se dão, sim, pela informalidade, pelo desemprego, pela sonegação. E aí eu perguntaria também se alguém aplaude o fechamento de agências do INSS em nome da modernidade? Temo que seja exatamente a mesma reforma que está sendo, por exemplo, feita no Banco Central, na Receita Federal, caminhando no sentido oposto à fiscalização, com o fechamento, inclusive, de delegacias do Banco Central.

Temos de buscar realmente projetos que visem combater essa sonegação, e não é o que, de fato, tem sido feito atualmente, apesar desta nova proposta que V. Exª sugeriu aqui.

Por outro lado, o projeto que veio era tão perverso eu diria que as perdas seriam terríveis. E, se falássemos em relação às mulheres e aos professores, seriam muito maior ainda. E não concordo com que, embora tenham amenizado as perdas, todos perdem; principalmente, no tocante aos professores e às mulheres, estabelece-se um tempo de serviço fictício, do que particularmente discordo. Falar para as mulheres e para os professores que há um bônus! Quer dizer, é sempre um espírito de um sentimento de desvalorização, de desprestígio inclusive, tanto dos professores como das mulheres. Por que não dão bônus para os homens, deixando as mulheres com os seus direitos.

Um outro aspecto com que fico profundamente preocupada é quanto à visão do Ministro de que a aposentadoria o trabalhador quer comprar. Fica definitivamente claro que não é uma questão social de compromisso humanitário e justo de um país com a sua gente. Então, vai fazer, sim, quem pode mais. É aquela questão. E vamos chegar a um enxugamento tal que, talvez amanhã ou depois, teremos a privatização até do sistema previdenciário. E, quando escuto que será a ampliação de um tratamento igual, considero uma contradição a toda a prova.

Muitas questões que gostaria de apontar já foram respondidas e questionadas, inclusive muito bem pela Deputada Jandira Feghali. Portanto, abrevio. Mas há dois aspectos de que quero tratar, para encerrar minha intervenção. Em primeiro lugar, a Emenda Constitucional n.º 20, que promoveu a Reforma da Previdência, acrescentou um inciso ao art. 167 da Constituição, dispondo que:

> "É vedada a utilização de recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, **a**, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de Previdência Social de que trata o art. 201".

Agora, vem o Orçamento desvincula 20% da arrecadação prevista. Há uma PEC em trâmite sobre o assunto, mas não foi analisada ainda. Então, como é que se desvincula, com base numa proposta de emenda constitucional que não foi avaliada? Pode o Governo, pergunto, já fazer o seu orçamento baseado em algo que não existe, do ponto de vista legal no País, que ainda está tramitando, e não foi analisado ainda pelo Congresso? Essa é a minha pergunta. Quer dizer, o Governo faz as adaptações de acordo com os interesses, e ele está pressionando o Congresso.

Na minha avaliação, a discussão dessa questão da Previdência Social está equivocada. Em primeiro lugar, não vi até agora alguém que me aplicasse essa fórmula claramente para que qualquer trabalhador a compreendesse. Ainda podemos recorrer a um técnico e ter essas explicações. Então, reafirmo essa necessidade. O discurso de que estamos estimulando a permanência no trabalho não é correta. Só se estimula alguma coisa quando não se tiram direitos, e nós estamos tirando direitos. Estimular é assim: se hoje tenho os meus direitos. Agora, se eu quiser ficar 10, 15, 20 anos, ou morrer trabalhando, vou acrescentar aos meus direitos alguma coisa.

Há uma contradição muito grande de V. Exª, quando afirma que a aposentadoria continua de acordo com a Constituição, mas o fator é pré-cálculo da

aposentadoria. A Constituição é clara: é tempo de contribuição, não tem a questão da idade e se aposenta com os direitos adquiridos. Há uma contradição, mas atribuo isso à política que está sendo desenvolvida de realmente apenar os trabalhadores, que não têm noção do que vai acontecer. Precisamos saber qual é mesmo a arrecadação para o País, se não é uma imposição de fora para dentro.

Sr. Presidente, há uma contradição tão grande nos discursos e na proposta do atual Governo que tomei o cuidado até de pegar o discurso do Presidente da República, quando ele se despediu desta Casa, em 15-12-94. E ele tratou da questão da Previdência. Só vou ler dois parágrafos de Sua Excelência: "Ressalvo, embora seja óbvio, que nada afetará os atuais aposentados cujos direitos adquiridos serão preservados. Como há tempo, podemos fazer uma mudança sem atentar direitos e expectativas de direitos".

Então, como é que realmente ficam as expectativas de direitos? Será que as regras alteradas no meio do jogo não é um desrespeito para com as pessoas? Poderíamos estabelecer novas regras para quem está ingressando no mercado de trabalho, para quem vai começar a fazer a sua contribuição. Não seria muito mais justo?

Eram essas as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Ministro Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Sr. Presidente, acho que a intervenção da Deputada Jandira Feghali, de várias maneiras e por via transversa, confirma o que eu havia dito em vez de contestar, como ela pretende. Ela diz que, este ano, já foram R$11 bilhões da Cofins para a Previdência Social, ou seja, confirma que a Previdência Social é deficitária. A seguridade, não, mas a Previdência, sim. Estou usando números que V. Exª citou.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Mas isso é fonte legal.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Ela confirma também o que eu disse, quando me pergunta pelos cálculos atuariais e diz que nunca conheceu os cálculos atuariais do Ministério. E o que foi que eu disse aqui? Que nunca se usou critério atuarial na Previdência brasileira, o que é uma vergonha, um descalabro. Então, a Deputada Jandira Feghali, mais uma vez, confirma efetivamente o que eu disse: não há cálculos atuariais na Previdência brasileira. Estamos agora, pela primeira vez, introduzindo critérios atuariais na Previdência brasileira, que é o que a Senadora Emilia Fernandes não entende, quando diz do direito de usufruir. O direito de usufruir, Senadora, decorre para as pessoas que não tenham amealhado nada durante a sua vida economicamente ativa. Elas têm direito ao benefício assistencial – o idoso aos 77 anos, e a pessoa portadora de deficiência.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Isso é outra coisa.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Esse é que é o direito assistencial. A política assistencial do Estado é feita através da Lei Orgânica.

Aqui, estamos falando de Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora, V. Exª falou e o Ministro ouviu. Agora V. Exª ouça.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Eu peço réplica, porque ele também...

O SR. WALDECK ORNÉLAS – V. Exª tem direito a réplica.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias)– Senadora, eu acredito que na sua Comissão V. Exª faz respeitar o Regimento. Aqui nós gostamos que seja respeitado o Regimento. V. Exª, por favor, respeite o Regimento.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Eu estou respeitando. Ele entendeu mal a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Mas estou falando que não está só desrespeitando o Regimento. Estão faltando até com a educação.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Mas, Presidente, eu acho que ele entendeu mal a minha pergunta, eu tenho direito ...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias.) – Mas V. Exª já usou da palavra e vai poder usar da palavra depois.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Mas eu acho que é um direito esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Ministro continua com a palavra, se V. Exª permitir. V. Exª permite que o Ministro use da palavra?

O SR. WALDECK ORNÉLAS – A Senadora Emilia Fernandes está acostumada a votar nesta Casa orçamentos – eu também estou – com receitas condicionadas. Então, V. Exª faz um jogo de palavras, de que a emenda constitucional não está aprovada, já o orçamento desvincula, o Governo não pode fazer isso, se está entre as receitas condicionadas do orçamento.

Quando V. Exª fala em fechamento de agências, V. Exª não está se referindo à Previdência que eu administro. A que eu administro está ampliando o número de agências no País e está buscando métodos de atendimento mais fácil ao contribuinte. Nós atendemos hoje a 600 mil contribuintes por mês via telefone, por ligação gratuita, via serviço 0800. V. Exª pode anotar aí: 0800 780191. Pode ligar, que vai lhe dispen-

sar de ir a uma unidade de atendimento da Previdência Social.

Outra coisa que não admito, não aceito, é o argumento da privatização da Previdência. Isso é um argumento insustentável. Quando o Governo colocou no texto contitucional que a Previdência tem um público, que a Previdência básica tem um teto de R$1.200 é porque definiu que a Trai, que equivale a nove vírgula alguns por cento dos salários mínimos, é o valor da Previdência Pública. Esse é o teto da Previdência básica do Brasil. Está no texto da Constituição. Então vamos parar com essa coisa de fazer discurso teórico, e dizer objetivamente o que é que nós estamos discutindo aqui.

O que nós estamos discutindo aqui é se nós devemos ter uma Previdência que seja capaz de incorporar mais 37 milhões de brasileiros ou se nós devemos continuar condenando 37 milhões de irmãos nossos a permanecerem fora do sistema de Previdência Social? Ora, não é possível que a gente discuta dessa forma.

Quero dizer à Deputada Jandira Feghali que ela, efetivamente, não teve, nem vai ter uma resposta sobre qual é a economia que esse projeto faz, porque esse projeto, Deputada Jandira Feghali, não foi feito para combater o déficit da Previdência Social. Esse projeto foi feito para fazer política social. Esse projeto foi feito para ampliar a cobertura da Previdência Social. Lamento que seus óculos não lhe permitam que a senhora enxergue essa proposta do Governo. Porque ela é uma proposta de política social, mas os óculos de V. Exª lhe impedem de ver essa realidade, só lhe permitem fazer uma outra leitura das propostas do Governo. V. Exª pratica o princípio de que algo **a priori** eu sou contra, mesmo que o Governo fosse do partido de V. Exª.

Então, o que nós temos que considerar é que nós estamos aqui discutindo um projeto que tem o objetivo de fazer política social, que tem o objetivo de ampliar a cobertura da Previdência, que quer proteger os milhões de trabalhadores brasileiros que estão desassistidos pela Previdência Social. O que eu quero é atender a essa preocupação que a Senadora Marina Silva aqui levantou, e é por isso que nós queremos trabalhadores rurais dentro do sistema previdenciário e não dentro do sistema assistencial. Não vamos discutir com filigrana, nós não estamos considerando tempo fictício, porque nós não estamos contando o bônus para efeito de aposentadoria. Nós estamos contando o bônus para efeito do cálculo do valor do benefício, é outra coisa. A aposentadoria se adquire com os trinta anos de contribuição, esse é o direito, o valor do benefício é uma outra coisa. Para esse é que nós estamos o bônus que se adota neste particular. De modo que essa questão é que precisamos ter presente. Precisamos ter o alcance social da medida em vista, ter o alcance do que se deseja considerar. Isto é que é o fundamental na proposta do Governo.

O Governo do Presidente Fernando Henrique, no seu primeiro período, abriu a caixa preta das contas da Previdência Social. Neste segundo período, quer ampliar a cobertura da Previdência Social. Essa é a política. Estamos modernizando a Previdência, transformando os velhos postos do INSS em modernas agências, que sejam capazes de atender o segurado sem filas, que sejam capazes de fazer o cálculo do benefício previdenciário.

E aí, Presidente Osmar Dias, eu pediria a V. Exª que recolhesse os dados dos Senadores que desejarem, e mandarei fazer o cálculo do valor, a simulação dos valores dos benefícios a que teriam direito pela lei que está sendo discutida. Isso será feito, evidentemente, por computador. Não sou eu quem vai fazer, pessoalmente. De modo que, tendo os dados de cada pessoa, faremos os cálculos necessários e os devolveremos, com a informação, inclusive, do cálculo adicional do bônus do ganho a que terá direito se permanecer em atividade por mais tempo.

Quero pedir, inclusive, a atenção de V. Exªs. Por que, mais uma vez, repisar isto? Porque 50% da razão social do Ministério que dirijo é a Assistência Social. E fico muito preocupado quando se diz que há dinheiro sobrando para a Previdência e se quer mais dinheiro para a Saúde. Fico muito preocupado com a pobre da Assistência Social, que tem um orçamento menorzinho.

Eu gostaria que a Deputada Jandira Feghali fizesse os cálculos de quanto eu deveria ter para a Assistência Social, porque estou precisando de mais recursos para a Assistência Social no âmbito do Ministério.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, após V. Exª conceder tempo à Senadora Emilia Fernandes, solicito a V. Exª que conceda igual tempo à Deputada Jandira Feghali, em função da menção desrespeitosa e preconceituosa que foi feita a ela pelo Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vou cumprir o Regimento e dar direito a réplica, por três minutos, à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, em primeiro lugar quero dizer que em nenhum momento tive intenção de desrespeitar e de usar de falta de educação nesta reunião. Entendi que no momento em que se faz questionamentos e a pessoa que está sendo ouvida interpreta mal uma colocação, uma pergunta, poderíamos corrigi-la imediatamente. Esta foi a minha intenção ao tentar interpelar no momento em que o Ministro estava usando a palavra.

Porque, da forma como ele colocou, ele tentou passar uma certa dose também de desrespeito, pois falou como se esta Senadora não soubesse o que é benefício em relação à Assistência Social, neste País – por sinal, é uma vergonha o que se paga aos idosos que não conseguem comprovar o seu tempo de trabalho; é uma vergonha o que se paga às pessoas portadoras de deficiência –, com a questão da aposentadoria.

A forma como foi colocado foi clara, apenas há distorção na resposta, como se querendo intimidar esta Senadora ou dizer que ela desconhece o que está falando. Estamos falando do espírito, do princípio, da filosofia da aposentadoria neste País, que, a partir de agora, com todas essas medidas, portarias, decretos, leis – e com as próximas que vão ser jogadas para o Congresso aprovar, como desconto de aposentado e aquela coisa toda –, descaracteriza a Previdência Social. Ela passa a ser tratada como uma Previdência que tem as regras, mas regras muito pouco claras, tanto que o Ministro não soube nos mostrar aqui a aplicação da fórmula, mais uma vez. Ou não quer responder – é um direito dele.

Mas o que quero apenas dizer, Sr. Presidente, Sr. Ministro, é que as considerações aqui colocadas reforçam o pensamento que tenho. Eu não quis distorcer palavras. Quero que me respondam, sim, se há uma proposta de emenda constitucional não analisada dentro do Congresso e, isso, a população brasileira tem que saber. E, no caso, vem uma outra, vem o orçamento baseando-se nessa proposta de emenda constitucional e a pergunta que fiz é se é possível o Governo se basear em uma modificação que ainda não foi feita.

O que está valendo e, por isso é que não concordo com esse déficit, é que na Constituição está claro de onde vem o dinheiro para a Previdência Social, para a seguridade social. Não podemos ficar alterando sob o argumento de que falta dinheiro. Falta dinheiro se formos fazer um cálculo diferente, ilude-se primeiro a Constituição e, depois, diz-se "olha, sou trabalhador e o empregador pagando não conseguem manter". Mas não é o que está valendo em nosso País.

Por isso, fiz a pergunta e também porque tenho certeza de que, além de prejudicar os trabalhadores, de dificultar a sua aposentadoria e que verão nem hoje nem amanhã e, sim, nos próximos anos conforme as pessoas chegarem ao INSS para se aposentarem. Vem, então, a questão dos postos. Eu talvez tenha dito agências, mas muitos postos de cidades do interior, inclusive no Rio Grande do Sul foram desativados...

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Não, não e não.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Por que houve pressão...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Ministro...

A SRA. EMILIA FERNANDES – Eu acho bom o senhor respeitar o Regimento. Isto é falta de educação.

(Apartes cruzados. Gravação ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se a reunião continuar assim, vou suspendê-la.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Quero apenas dizer que muitos postos do Rio Grande do Sul – posso trazer a nominata – foram ameaçados de fechar e, graças às mobilizações das comunidades e das forças vivas, é que as coisas não modificaram, mas isso não quer dizer que não houve. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Sr. Presidente, respeitando a Comissão e com muita tranqüilidade, quero dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Peço à Senadora Emilia Fernandes para que, quando outras pessoas estiverem usando da palavra, respeite, porque se todos se comportassem como V. Exª seria uma bagunça.

Talvez V. Exª queira transformar a Comissão em uma bagunça, mas ela não o será. Seja educada e respeite os outros quando estiverem usando da palavra. Que seja pelo menos educada.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Muito obrigada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Quero dizer que já conheço a forma como o Sr. Ministro responde às questões. Quando não tem confronto no argumento, tenta desqualificar o argumentador. Como a tática da boa ética e do bom combate não é essa, Ministro, não lhe devolverei na mesma moeda, porque o desrespei-

to à história e à luta das pessoas não faz parte da minha prática política.

Quero dizer que quando o projeto aqui chegou em urgência constitucional e o Ministro usa o principal argumento que é o déficit para justificar o seu projeto, pergunto: se o argumento é o déficit, qual é a economia com o **spread** alto, se ele diz que o problema não é o déficit, é a política social, desculpe-me, V. Exª acaba de derrotar o projeto.

Se esses Senadores tivessem a rèflexão tranqüila sem a pressão governamental de maioria e sem o rolo compressor diriam para retirar a urgência constitucional, avaliar corretamente o significado disso, aguardar os cálculos atuariais que o senhor admite que não os tem e não se faz uma reforma de previdência sem cálculo atuarial, isso é uma irresponsabilidade. Assim, eu diria que a política social que estamos discutindo não tem urgência porque não estamos combatendo o déficit na medida em que o projeto não é para combatê-lo, o que foi o argumento central de toda a discussão política dentro do Congresso Nacional.

Em segundo lugar, é bom que se diga que a opção pelos pobres, o acolhimento dos aposentados não vai se fazer quando analisamos em cima de benefícios de dois salários. Isso é uma opção de benefício do que ganha dois salários de benefício. Vi V. Exª, Sr. Ministro, ficar preocupado com a opinião do Presidente do Supremo Tribunal Federal porque estava com medo da reação dos organismos financeiros internacionais. V. Exª tem muita tranqüilidade para discutir lá fora, mas não a tem para discutir no Congresso com o respeito devido às argumentações e às preocupações que são postas.

Peço para V. Exª explicar as regras de cálculo dos benefícios, porque penso que ninguém, em sã consciência, vai conseguir calcular o benefício. Penso que nem o Governo vai conseguir fazê-lo. E não estou pedindo para V. Exª fazer conta, mas sim para dizer quais são os critérios desse artigo. Na Câmara, o Relator, seus técnicos e sua assessoria não conseguiram explicar esses critérios. E estamos aprovando um projeto de um novo cálculo, mas não vamos saber calcular!

Não estou pedindo para V. Exª fazer continha, não. Se V. Exª não sabe explicar, tudo bem. Mas admita isso, então! Admita que V. Exª vai recorrer ao computador para ver como é que se faz.

É uma irresponsabilidade aprovarmos um projeto que estabelece uma regra de transição de um cálculo cujos critérios – que estão no art. 3º e no § 2º – o Sr. Ministro não sabe explicar!

E, se queremos discutir aqui a questão da pobreza, Sr. Ministro, vamos parar de destinar 44% do Orçamento vivo deste País para o pagamento de juros da dívida! Vamos discutir como é que se pode empregar aqui dentro esse dinheiro, inclusive na área de Assistência Social!

Quero, inclusive, informar aos Senadores que, na proposta orçamentária do Governo, era destinado zero de orçamento para a Assistência Social no ano passado. Quem apresentou uma emenda para destinar dinheiro para a Assistência Social fomos nós da Comissão.

Sr. Ministro, se V. Exª quer negar um fato, posso apresentar-lhe os números de que disponho. Tenho os números, o papel, tudo! V. Exª pode negar, mas eu, que estudo o Orçamento todo dia, não estou aqui levianamente apresentando essas questões.

Neste ano, uma das emendas da Comissão de PPA e de Orçamento foi feita para aumentar os recursos para não interromper o Programa de Benefício de Ação Continuada do Ministério. E nós, aqui, apresentamos essa emenda há dez dias, porque o Orçamento era muito abaixo, e essa era a proposta original do Governo.

Se se quer discutir a questão da pobreza, vamos discuti-la seriamente. Vamos discutir as questões que estão postas aqui. Agora, votar um projeto inconstitucional, desmoralizando o Congresso diante do Supremo; votar um projeto de redução de benefício, agredindo a mulher, o professor, o trabalhador que ganha dois salários; e ainda não saber explicar como é que se calcula isso, sinceramente, é um desrespeito para com a sociedade e este Congresso Nacional!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Waldeck Ornélas.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Quanto ao parágrafo único, V. Exª também não deu a sua resposta. É o que tira a mesma conta. Está aqui escrito.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Perdão. Vou lhe responder.

Eu queria pedir à Senadora Emilia Fernandes que me encaminhasse, diretamente ou por meio do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, a identificação de qualquer unidade de atendimento da Previdência Social no Estado do Rio Grande do Sul ou em qualquer parte do Brasil que esteja sendo fechada. Quero que V. Exª me mande isso, e eu lhe darei também a resposta oficialmente, por meio da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, porque a minha política, a política que executo no Ministério da Previ-

dência Social, é a de ampliar as unidades de atendimento da Previdência Social.

Eu queria dizer à Deputada Jandira Feghali que S. Exª faz um jogo de palavras. S. Exª insiste nisso. Não é possível discutir-se assim. S. Exª disse aqui, Srs. Senadores, que, se fosse para cobrir o déficit, o projeto deveria ter urgência, mas que, para fazer política social, o Governo deveria retirar a urgência do projeto.

V. Exª afirmou isso, Deputada. Eu não sou surdo, como também não o são os Srs. Senadores e os demais participantes desta reunião. V. Exª afirmou isso. Isso está gravado aí. É só assistir. Depois, V. Exª pode assistir, na sua casa, com tranqüilidade, a uma cópia da fita da TV Senado. Isso é muito bonito para fazer teatrinho, mas não é bom para discutir, para construir o Brasil.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Sr. Presidente, isso é desrespeitoso demais. Não estou aqui para ouvir isso.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – O que eu disse... Eu ouvi V. Exª calado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Isso é brincadeira. Sr. Ministro, eu não o ofendi.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Eu não a estou ofendendo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Deputada Jandira, V. Exª foi convidada. Demos oportunidade a V. Exª de falar, de fazer a réplica.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Sr. Presidente, eu lhe agradeço, mas isso não permite que S. Exª me trate dessa forma. Fazer teatrinho?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agora vamos ouvir o Ministro. Cabe ao Ministro decidir se vai ou não responder a pergunta que V. Exª fez e a forma como vai responder. O Presidente não pode ditar o comportamento do convidado, nem o dos Senadores e Deputados. Aliás, hoje está muito difícil o comportamento de certas pessoas.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – O que afirmei é que esse projeto de lei faz com que as novas aposentadorias deixem de gerar déficit adicional e que o déficit existente permanece correspondente a 1% do PIB. Ao invés de ele crescer para 2,4 pontos percentuais do PIB em 2020, ele é estagnado agora, com a nova regra do método do cálculo previdenciário. Então, o projeto de lei não faz a economia, Deputada Jandira Feghali. Ele impede que o déficit continue crescendo pelo desequilíbrio atuarial das contas. Com isso, teremos uma nova Previdência que poderá absorver os trinta e sete milhões de brasileiros desassistidos e para os quais o Governo faz questão de olhar. Essa é a realidade da lei que estamos discutindo.

V. Exª fez referência e ontem dei declarações à imprensa dizendo que, efetivamente, as declarações de membros da Justiça causam desinvestimentos no Brasil. Não me referi a FMI, Banco Mundial, BID, mas a investidores. A economia brasileira deixa de receber investimentos na hora que, mediante declarações, põe-se em dúvida determinada política. Se fosse uma decisão, eu não comentaria, simplesmente cumpriria; mas, declarações, qualquer cidadão pode e deve comentar.

Estou preocupado – e tenho razões para assim estar, porque me preocupo com o meu País – com possíveis danos na nossa economia num momento de saída de crise; crise que o Brasil viveu e da qual conseguiu sair galhardamente num curto lapso de tempo. Até compreendo que alguns da Oposição fiquem nervosos porque estão vendo que o Brasil está avançando e que vai vencer, o que nem sempre é bom para alguns que adotam a política do quanto-pior-melhor.

O SR. CASILDO MALDANER – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Casildo também tem direito à réplica.

O SR. CASILDO MALDANER – Nem me cabe réplica.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Terminei não comentando...

O SR. CASILDO MALDANER – V. Exª pode ter esquecido em função dos dois debates, que foram muito acalorados. Mas, se não houvesse estudos, gostaria de insistir, Ministro, em função da questão básica de dez salários. Se a pessoa se aposentou com três salários e trabalha mais dez anos, gostaria de saber se não há como agregar mais alguma coisa respeitando-se esse teto. Claro que esse estudo não pode existir, não está nesse projeto, mas por que não se pensar nisso?

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Ocorre o seguinte, a regra é a seguinte: se a pessoa já se aposentou, ao voltar ao mercado de trabalho, ela volta a contribuir, sem acumular uma nova aposentadoria. O sistema atual – como disse na minha exposição inicial – expulsa a pessoa do sistema, ele obriga a pessoa que preencheu os requisitos a requerer imediatamente a sua aposentadoria, embora volte novamente ao mercado de trabalho para buscar um novo emprego. Com essa nova regra, isso desaparecerá.

O passo seguinte, após aprovarmos essa lei, é acabarmos com essa história das carências para os

benefícios programáveis, de modo que a pessoa, ao interromper a sua contribuição, não tenha que recomeçar de novo, como é hoje, mas possa dar continuidade, retomando o seu fluxo de contribuição. Na hora em que ela for se aposentar, ela vai trabalhar com a combinação de várias variáveis: tempo de contribuição, alíquota e expectativa de sobrevida, que alguns não entendem como fazer a conta, mas que é muito simples.

De modo que, dessa forma, poderemos retirar essa quebra do vínculo que existe hoje com a Previdência Social. Poderemos fazer isso a partir dessa lei que estamos agora submetendo ao Senado Federal.

Gostaria também de esclarecer à Deputada Jandira Feghali que a retirada do artigo a que S. Exª se referiu, do parágrafo único, da questão dos 60 dias, explica-se porque, hoje, o banco mantém o dinheiro durante 60 dias em conta corrente. Daí ele recolhe o dinheiro, se não for retirado. Hoje é assim. Estamos mudando exatamente para permitir que possamos pagar prontamente por contas correntes e, dessa forma, reduzir as filas dos bancos da Previdência.

Não há nenhuma hipótese de cancelamento do benefício ou a retirada do prazo de 60 dias para o recolhimento pelo banco deixa de existir. O dinheiro continuará à disposição do segurado. É o contrário do que V. Exª entendeu.

O SR. CASILDO MALDANER – De acordo com a nova regra, Ministro, se bem entendo, vai se abrir uma expectativa. A pessoa vai ter a expectativa e não vai pedir mesmo para sair. Se ela quiser continuar, ela vai.

Eu gostaria que o Ministério elaborasse um estudo, talvez tenha até que se mexer na Constituição, para as pessoas que com 3, 4, 5 anos saíram ganhando dois salários. E conseguiram na vida, com um pouco mais de estudo, voltar a trabalhar e estão na condição de 5, 6 e 7 e vão ficar mais 10 anos trabalhando, e elas estão descontando sobre isso. Será que depois de 65, 70 anos, não podem mais trabalhar e vão voltar a ganhar dois salários? Não tem como agregar o valor? Sempre respeitando o seu teto de 10 anos. Esse estudo é para quem já saiu, para quem já está trabalhando há 5, 6, 7 recolhendo alguma coisa.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – A pergunta de V. Exª é bastante didática e pedagógica, porque mostra exatamente o que era a incorreção e a injustiça do sistema anterior. Muitas pessoas, aposentando-se precocemente, voltavam ao mercado de trabalho e tinham um tempo para cumprir todo o período de contribuição novamente. Isso ocorria inclusive em universidades onde a pessoa se aposentava aos 25 anos e voltava a fazer novamente um concurso para a mesma cátedra e acumulava, duas vezes, uma aposentadoria numa mesma cátedra. Esse é o absurdo que está sendo corrigido.

A partir dessa nova lei, as pessoas terão uma continuidade ao longo de sua vida de trabalho. Se a pessoa parar de trabalhar por alguma razão ou por vontade própria, ou por desemprego involuntário, ela poderá depois voltar a contribuir sem perda do período anterior. Esse tempo de contribuição vai entrar a fórmula do cálculo do benefício previdenciário. De modo que com a nova regra nós beneficiaremos exatamente as pessoas que têm essa vida irregular no mercado de trabalho. Não poderemos e não deveremos ressuscitar essa situação do sistema anterior porque é injusta.

O SR. CASILDO MALDANER – Quero respeitar essa decisão, sei que precocemente se aposenta e não com até 10 salários, porém com mais. Há muito disso.

Quero entrar numa questão bem básica e bem social, que é de quem, respeitando as regras dos seus 30, 35 anos, saiu com dois salários. Ele conseguiu e voltou a recolher em novo serviço e está sobre 5 ou 6. É esse estudo que eu gostaria, respeitando o seu teto sempre, nunca ultrapassar isso. Longe de querer que esse privilégio tenha acontecido.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Entendi perfeitamente a questão de V. Exª. O problema é que essa aposentadoria anterior não foi conquistada com base no tempo de contribuição, mas com base no tempo de serviço; não foi com base em outros critérios.

De modo que fica incompatível um momento com outro momento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Temos ainda 3 inscritos: os Senadores José Eduardo Dutra, Geraldo Cândido e a autora do requerimento, Senadora Heloísa Helena que se reinscreveu. Vamos ouvir o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, não tive oportunidade de ouvir a exposição inicial do Ministro e a sua resposta às primeiras perguntas, porque estava na CPI do Judiciário. Como o Ministro é testemunha, eu me envolvi, dediquei-me bastante a essa questão da Previdência quando a PEC da Previdência estava em tramitação no Senado. Ouvi o Ministro na resposta, se não me engano ao Senador Jader Barbalho, dizer que ele era a favor do subteto nos Estados e do regime único. O Ministro, como Senador, perdeu uma boa oportunidade de agilizar esse processo, já que ele apresentou emenda nos dois casos, quando a refor-

ma administrativa passou por aqui e a reforma previdenciária também passou. Mas, tudo bem; sempre se pode reconhecer os erros; há sempre tempo para isso.

Ministro, preciso fazer alguns comentários, não vou fazer nenhuma pergunta.

V. Exª fez alguns questionamentos, algumas reclamações contra o Supremo Tribunal Federal. Particularmente, não morro de amores por todas as pessoas daquela Casa. Houve uma liminar de um dos Ministros daquela Casa relativa ao TRT de São Paulo que, particularmente, considero um absurdo. Mas infelizmente, Ministro, para o Governo e para o Congresso – tudo indica que o Congresso vai aprovar esse projeto como está – mais uma vez, o Supremo Tribunal Federal vai ser convocado a manifestar-se sobre uma lei malfeita pelo Congresso Nacional. E vai tomar essa decisão da inconstitucionalidade. Estou convencido de que esse projeto é inconstitucional. Talvez se V. Exª e a base do Governo nesta Casa tivessem votado favoravelmente a uma emenda que apresentei – não era uma emenda ao Regime Jurídico Único, mas substitutivo do Senador Beni Veras – tivesse sido melhor. A emenda estabelecia três critérios para a aposentadoria, uma combinação de três critérios na forma da lei: idade, tempo de contribuição e renda. Talvez, se V. Exª tivesse aprovada aquela emenda, o projeto não seria inconstitucional. Só que a emenda foi rejeitada sob a alegação de que isso era impossível de se calcular.

Tenho certeza de que a fórmula que seria utilizada para combinar esses três critérios seria até mais simples do que fórmula do fator previdenciário que sugere o projeto. Essa fórmula do fator talvez nem os previdenciários matemáticos que estudam a chance de o Botafogo não ser rebaixado seriam capazes de explicar.

Mas o fato é que V. Exª e a maioria desta Casa rejeitaram aquela emenda que introduzia a idade como um dos critérios para se conceder a aposentadoria e calcular os benefícios. Porque a proposta seria analisar tempo de contribuição, idade e renda. V. Exªs rejeitaram.

Sou a favor de uma reforma da Previdência. Defendi isso aqui, no Senado não pelos motivos de caixa, não por pressão do FMI. Sou a favor de uma reforma da Previdência pública brasileira, porque considero que o atual sistema da Previdência é injusto. Agora, o problema é que o Governo sempre acena quando está em dificuldades, quando perde alguma coisa no Supremo. Nessa hora, sempre diz: "vamos convocar a Oposição, o Projeto do Eduardo Jorge é melhor, vamos chamar a sociedade, vamos debater". Mas o problema é que o Governo apresenta um projeto que vai na direção exatamente oposta do discurso. V. Exª diz que é a favor do regime único, mas esse projeto que está em discussão aumenta o fosso da Previdência dos velhinhos que V. Exª diz que adotou e do sistema de Previdência para o servidor público. Então, como é que o Governo diz que quer discutir essa questão de forma ampla com a Oposição e com a sociedade? As práticas do Governo caminham no sentido diametralmente oposto.

A questão do regime único não passa de discurso do Governo, porque o Governo não tem a coragem de enfrentar as corporações que realmente têm força. Dizem que é o PT. Lembro-me de que, quando da PEC da Previdência, o Sr. Reinhold Stephanes veio a uma audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de disse: "Não, o PT propõe regime único só para inglês ver, porque, se o Governo quisesse ou bancasse, o PT votaria contra porque tem medo das corporações do servidor público." Eu disse:" Olha Ministro, está feito o desafio. Já que sobre a questão Previdência não vai valer no Senado a lógica das outras reformas, porque ao Governo interessa mexer na proposta que veio da Câmara, então, está feito o desafio. Vamos atacar o regime único. Vamos fazer uma reforma radical da Previdência e estabelecer a fase de transição. A saída para o problema da Previdência brasileira é uma reforma radical com uma transição mais atenuada. Mas o Governo tem medo da reforma radical porque não quer enfrentar as corporações. Um exemplo muito claro: não sei há quanto tempo ouço falar que será modificado o regime dos militares, o que até hoje não ocorreu, desde que a proposta foi para a Previdência. A modificação será feita, primeiro, no INSS. Os militares aguardam. Quando os números demonstram que, no caso da Previdência pública, do servidor público, se há dote, em termos relativos, o dos militares é muito maior do que o dos civis. E V. Exª sabe disso. Mas o Governo não tem coragem de enfrentar essa questão. Sempre acena com um mero discurso.

Sr. Ministro, eu gostaria de travar esse debate. Mas prefiro travar esse debate com V. Exª, porque acredito que o Governo Fernando Henrique Cardoso perdeu a credibilidade nesse processo de negociação. Quando a reforma estava na Câmara dos Deputados, o Governo passou por cima do Congresso Nacional e resolveu estabelecer uma "negociação" com as entidades sindicais. Posteriormente, não cumpriu o que negociou com as entidades sindicais e nem com o Congresso Nacional. Assim, penso que o Go-

verno Fernando Henrique Cardoso perdeu a credibilidade de estabelecer o debate, que considero necessário, sobre a reforma da Previdência Social. Volto a dizer, não por questões de caixa, embora estejamos atentos também a discutir questões de caixa. Mas se realmente é a questão, então a prioridade seria aumentar a eficiência da arrecadação, atacar os dotes, atacar os sonegadores e não aprovar sempre nesta Casa, desde que aqui estou já votei duas vezes, projetos de anistia para sonegadores da Previdência. Houve um em que se chegou ao absurdo de anistiar até a parcela do empregador, que foi descontada e não repassada para a Previdência. Então, se é uma questão de caixa, é por aí que se ataca.

Quanto às questões de injustiça do sistema, que considero que existem, e por isso não defendo a manutenção do regime como está, estamos querendo discutir o assunto. Pena que o Governo tenha perdido credibilidade para estabelecer esses debates. E vou votar contra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania porque tenho absoluta convicção de que é inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não ouvi a exposição inicial do Ministro, mas tenho algumas preocupações com o projeto que está tramitando na chamada urgência constitucional. Ouvi o Ministro mencionar os benefícios que o projeto poderia trazer, ao ser aprovado, à medida que poderia ser mais abrangente e trazer um apoio amplo a todos os que se encontram fora do sistema previdenciário, cerca de 3 milhões e 700 mil pessoas que se encontram na economia informal, e que poderiam ser beneficiadas a partir da aprovação do projeto.

Vejo que há problemas no projeto. E tenho algumas preocupações. Por exemplo, com relação à questão da ampliação da anuidade. Ou seja, o Governo, ao não conseguir aprovar no Congresso Nacional a ampliação do tempo da aposentadoria, de 60 anos para homens e 55 para mulheres, volta com o projeto. E, na verdade, acaba usando outras formas, o chamado fator previdenciário. Se não for por esse caminho, o cidadão, com 35 anos de contribuição, vai se aposentar com uma perda considerável em seu salário. Portanto, ele se obriga a permanecer no mercado de trabalho, contribuindo para poder conseguir uma aposentadoria melhor. Isso significa que acaba trabalhando até os 60 anos ou mais, podendo chegar aos 65. Acredito que o Governo se baseia no raciocínio de que a expectativa de vida aumentou. Existe essa tese, que pode até valer para alguns segmentos da sociedade, mas não para todos. A classe média com certeza aumentou sua expectativa de vida. Mas existem segmentos, e são milhões, não são poucos, operários que trabalham em condições insalubres, em locais sem a menor condição de higiene, que se alimentam muito mal, em função dos baixos salários que ganham, e essas pessoas ainda têm uma expectativa de vida muito baixa. A expectativa de vida, ou de sobrevida, está numa média de 62,3 anos. De qualquer maneira, se a renda ainda for baixa, o cidadão, para conseguir se aposentar com 100% do seus proventos, terá que trabalhar até os 65 anos, pelo chamado fator previdenciário. Há até um projeto da chamada "aposentadoria da boa morte". Quem começar a trabalhar aos 15 anos, quando chegar aos 65 anos, após 50 anos de contribuição, terá um fator previdenciário de 2,02%, ou seja, seu benefício, apurado com base na média, sofrerá um acréscimo de 102%**(?)**. É verdade, mas ele já estará com 65 anos e já trabalhou 50 anos. A minha preocupação é que, com a qualidade de vida dessas pessoas, dificilmente elas tirarão proveito dessa aposentadoria. Por isso que é a "aposentadoria da boa morte", porque é muito mais um auxílio-funeral do que uma aposentadoria.

Tem a questão dos trabalhadores rurais, que a Senadora Marina Silva falava, que também é um segmento sacrificado; sabemos das suas dificuldades. Com o projeto, terão que passar a fazer uma contribuição nem que seja simbólica.

Todas essas questões são preocupantes, Sr. Ministro. A base de cálculo da aposentadoria hoje é o último mês de contribuição, e isso será alterado. Certamente, ela passará a ser pelos últimos 60 meses de contribuição. Se não é assim, V. Exª pode me corrigir, mas a modificação no art. 203 da Constituição Federal foi simplesmente com relação à previsão de que o salário de benefício corresponderia à média dos últimos 36 salários de contribuição. Assim, a supressão dessa regra do texto constitucional permite ao Governo, por meio de simples lei ordinária, tentar adotar um novo critério de cálculo, com o objetivo de restringir o acesso ao benefício previdenciário.

Por último, V. Exª falou que o sistema atual expulsa o cidadão. Não entendi muito bem, porque me parece que o cidadão não seria obrigado a se aposentar. Mesmo que ele tenha conseguido completar os 35 anos de contribuição, não seria obrigado. Acho que é opcional. Conheço muita gente que completou e continua trabalhando. Portanto, gostaria de receber essa explicação de V. Exª, se seria expulso o cidadão do sistema. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Em primeiro lugar, gostaria de fazer comentários a respeito de algumas explicações do Ministro. É claro que, se eu tiver entendido errado, S. Exª fará a correção, ou, então, depois as notas taquigráficas poderão fazê-lo.

Sr. Ministro, a Associação dos Fiscais da Previdência, o DIAP, e vários Senadores e Deputados alertaram sobre dados que são apresentados nos relatórios de execução orçamentária do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, que, diante da arrecadação efetivada nas principais contribuições sociais, mostram parcelas que são subtraídas pelo Fundo de Estabilização Fiscal. Parece-me que V. Exª disse que não havia parcelas desviadas dessa arrecadação efetivada nas principais contribuições. Se V. Exª reafirma isso, apresentarei também um requerimento por escrito, para que possamos solicitar justamente o relatório de execução orçamentária da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, dos últimos 10 anos, para que possamos detectar se houve o desvio de parcelas, quer seja em relação ao FEF, quer seja em relação a alguns outros desvios que foram apontados ontem pelo DIAP e pela Associação dos Fiscais.

Segundo, eu gostaria também de confirmar o nome com o Ministro. Tinha falado sobre o Projeto de Lei do Orçamento da União para exercício de 2000, que está aqui no Congresso Nacional, um dos dados que nós tínhamos havia uma apresentação tanto da receita de contribuição de empregadores e trabalhadores para a Seguridade Social, depois a utilização da Fonte 154, por projeto atividade, e pela conta aqui feita há um superávit de mais de 10 bilhões. A informação do Ministro que não há esse superávit. Quero saber se ele confirma que realmente disse isso.

Terceiro, concordo inteiramente quando o Ministro disse que sonegador é mau caráter. Trata-se de uma palavra forte, mas que deve ser dita. Entendemos sonegador mau caráter aquele que não cumpre com a sua obrigação frente ao caixa da seguridade social. Portanto, quer seja o empresário sonegador, quer seja a União que não cumpre com a sua quota previdenciária, até entendo que esse termo forte deve ser realmente colocado.

Gostaria de perguntar ao Ministro se S. Exª confirma ou não os dados que foram apresentados pelo IPEA na publicação que falei no início, na publicação do IPEA, onde este fez todo aquele estudo, dimensionando a dívida acumulada da União, em que o IPEA e também a ANFIP – Associação dos Fiscais da Previdência, apresentam que só a dívida da União para com a Previdência acumula mais de 33 bilhões. Gostaria que V. Exª me dissesse se esse dado, apresentado pelo IPEA, é verdadeiro e também os dados que foram apresentados ontem, tanto pelo DIAP quanto pela Associação do Fisco, que havia supostamente um montante de mais de 50 bilhões em relação à questão da sonegação.

Um outro ponto. V. Exª falou que há perspectiva de universalizar a milhões de trabalhadores, que não estavam contemplados, V. Exª verbalizou que era exatamente por isso que se tirava de alguns setores para possibilitar que outros venham a ganhar.

Gostaria de saber se "o tirar" que V. Exª está trabalhando, sem vários exemplos de perda com o fator previdenciário, que já foram apresentados tanto pelo DIAP como pela Associação dos Fiscais da Previdência, onde vários exemplos de perdas são demonstráveis, homem com de 35 anos de contribuição real, mulher com 30 anos de contribuição real, se isso que V. Exª disse, que vai tirar de alguns para que possa universalizar a milhões, se são os exemplos de perda com o fator previdenciário. É um ponto para não cair na provocação da oposição que o Ministro fez.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Ministro Waldeck Ornélas.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Talvez antes de o Ministro fazer uso da palavra, eu possa fazer duas observações muito rápidas, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro, a primeira observação que faço, com todo o respeito à condução dos trabalhos de V. Exª e dos Senadores que estavam aqui presentes, é quanto à participação nesta sessão da Deputada Jandira Feghali.

Na última reunião da Comissão de Assuntos Sociais, este assunto foi discutido e votado. Como ao final da reunião e depois da votação pairavam dúvidas e a Senadora Emilia Fernandes, especificamente, saiu da sala, achando que a Deputada Jandira Feghali estaria também convocada ou convidada, eu levantei uma questão de ordem que V. Exª prontamente respondeu, inclusive respondendo de forma dura a uma insinuação de que V. Exª poderia ter conduzido a votação errada. Isso está registrado nos Anais da Comissão. Não tenho nada contra um Senador eventualmente ser convidado e participar de uma sessão de trabalhos da Câmara e vice-versa, desde que isso seja, de acordo com o Regimento, discutido e apreciado pela Comissão.

Muito bem, a partir do momento em que foi colocada a sugestão e foi negada, no dia da sessão, a Deputada comparece e aí se estabelece, por acordo ou por qualquer que seja o processo, uma visão diferente daquela votada antes, na minha opinião, isso fere a forma harmônica de trabalho desta Comissão.

Isto foi apenas o primeiro registro que eu gostaria de fazer.

O segundo registro que me parece importante – em função da fala do Senador José Eduardo Dutra, que acho que sintetizou muito bem o pensamento – é que é o pensamento de uma parcela importante – a meu juízo, por favor, considerem isso a meu juízo – da oposição responsável no Brasil, que há muitos representantes aqui e que querem efetivamente buscar uma reforma da Previdência otimizada.

Quero falar, aqui, não em nome do Governo, mas em meu nome pessoal – e não há duas palavras nisso –, que considero a proposta da reforma da Previdência do Deputado Eduardo Jorge, do PT, e do Senador Roberto Freire, do PPS, melhor que todas as reformas propostas pelo Governo. E acrescentaria: melhor e muito mais radical. Porque, quando a proposta do Governo é um salário, por exemplo, de R$6 mil reais, e pegar uma contribuição, por exemplo, de 11%, há uma grita danada. O projeto do Deputado Eduardo Jorge, do PT, limita em dez salários mínimos, ou em R$1,3 mil, o maior salário pago para a Previdência. Pena que o PT tenha punido o Deputado Eduardo Jorge por ter tido a coragem de apresentar o projeto.

Tenho, aqui, um desafio político a colocar, que é muito simples. Se o Deputado Eduardo Jorge conseguir a aprovação do partido dele do seu projeto original, não vejo por que, com seriedade, sem partidarismos, discutirmos essa questão. Considero o Deputado Eduardo Jorge, independente de divergências, um Parlamentar da maior seriedade, experiente, e que elaborou uma proposta importante, ainda que, muitas vezes, mais dura e mais radical do que a proposta apresentada pelo Governo.

Agora, quanto às propostas encaminhadas pelo Governo, vou ser claro numa coisa: especificamente, é a primeira que percebo da parte dos técnicos que a produziram, do Ministro que a conduz, uma coisa importante – e acho que o Governo errou nisso, estou aqui fazendo uma autocrítica. Porque sempre que se fala em reforma da Previdência, dá-se a impressão de que é uma coisa que tem que pegar, trucidar quem aposentou, perseguir as pessoas. E não é nada disso! Esta é a primeira reforma que vê o mesmo problema pelo sinal contrário. O que fazer para premiar mais ou para premiar aquele que trabalhar mais. Tenho exemplos, Srs. Senadores, de amigos meus, novos, com menos de 50 anos de idade, que desejavam continuar contribuindo com seu trabalho e são obrigados a se aposentar, porque, se ficarem trabalhando, serão apenados, porque na aposentadoria ganham mais. Por que não premiar essas pessoas para que elas possam trabalhar mais? O que esse fator introduz? Esse fator introduz, na verdade, o tempo de contribuição, ou seja, quanto mais você contribui, mais você ganha na aposentadoria; ele coloca expectativa de vida – e é verdade o Senador José Eduardo Dutra já mencionou essa questão antes. Quer dizer, é importante que nós brasileiros trabalhemos para que todas as gerações futuras tenham uma maior expectativa de vida, e é claro que isso tem que pesar na aposentadoria. E mais, há um outro fator – porque muitas vezes a pessoa não vê o segundo termo da mesma forma: tanto a idade como o tempo de contribuição aparecem aí como prêmio. Ou seja, quanto maior o tempo de contribuição e quanto maior a idade da pessoa que vai se aposentar, mais ele é premiado neste fator que multiplica seu salário-base. Quer dizer pela primeira vez, na minha opinião, busca-se uma forma efetivamente criativa, acrescenta-se ao invés de retirar.

Penso que isso é extremamente positivo, é uma sinalização importante para o trabalhador brasileiro e para o trabalhador do setor privado – porque o trabalhador do setor privado, na maioria das vezes, aposenta-se mais tarde –, porque esse acréscimo de esforço que ele dá ao seu trabalho e ao País vai ser premiado na sua aposentadoria.

Então, são essas as considerações que, pedindo vênia aos demais companheiros, eu gostaria de deixar registradas.

Antes de concluir, concedo o aparte ao Senador José Eduardo Dutra que está me solicitando.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não quero aparte. Estou pedindo a palavra. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de conceder a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, acho-me na obrigação de responder à indagação feita pelo Senador José Roberto Arruda.

O fato de V. Exª ser Líder do Governo é evidente que lhe dá não só o direito, mas até o dever de colocar sua posição em defesa do Governo. Mas isso não inclui a possibilidade de V. Exª ser injusto com esta Presidência. V. Exª acabou de cometer uma grande injustiça com esta Presidência, que está tendo um enorme trabalho para conduzir esta reunião. Com as agressões que partiram ora pela iniciativa de Senadores da

Oposição, ora pela iniciativa do próprio Ministro, dificultando, portanto, a condução dos trabalhos.

Pena que V. Exª não estivesse presente no momento em que foi deliberado o assunto. Na outra reunião, V. Exª estava presente e foi testemunha de que fui acusado por uma Senadora da Oposição de ter praticado uma manobra para impedir o depoimento da Deputada Jandira Feghali. A injustiça que V. Exª comete é exatamente nesse sentido. Todo esforço foi feito por esta Presidência para que esta reunião se limitasse à presença do Ministro convidado e dos Srs. Senadores. No início desta reunião, a Senadora Heloísa Helena mesmo fez um protesto pelo fato de eu ter convocado a reunião separadamente dos convidados e do Ministro.

Talvez com boa vontade, V. Exª pudesse entender qual o papel que desempenha nesta Comissão e pudesse entender que a decisão tomada na outra reunião não pode evidentemente impedir que outra decisão seja tomada nesta reunião. Naquela oportunidade, questionou-se se a Deputada Jandira Feghali faria parte ou não do requerimento da Senadora Heloísa Helena. Eu disse: "Não!" Porque o requerimento da Senadora Heloísa Helena foi apresentado sem o nome da Deputada Jandira Feghali. Iríamos votar o requerimento e não aceitei que se colocasse outro nome. Assim foi votado e a presença de S. Exª não foi aprovada.

No entanto, hoje houve uma proposta da Senadora Heloísa Helena, que foi pedido para ser colocada em votação pela Senadora Marina Silva. E assim foi feito sem nenhuma manifestação contrária do Plenário desta Casa. Se V. Exª estivesse aqui, como Líder do Governo, poderia ter levantado a questão para que a base do Governo votasse contra. Sendo a maioria da Base do Governo, a Deputada Jandira Feghali não teria falado.

Como Presidente, não posso decidir pelo Plenário da Comissão e tive de aceitar o que decidiu este Plenário: que a Deputada Jandira Feghali falaria, assim como o Deputado Jorge Alberto, exatamente para que se estabelecesse o contraditório. No entanto, o Deputado Jorge Alberto comunicou-nos que não poderia permanecer nesta reunião em função de ter compromisso com o Governador do seu Estado.

Portanto, embora V. Exª tenha o direito de dar sua opinião, também tenho o direito de considerar que, neste caso, a opinião de V. Exª foi muito injusta com esta Presidência.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, quanto ao desempenho de V. Exª, registro meus elogios. Mas era preciso verificar-se regimentalmente. O fato já aconteceu, estou apenas fazendo um registro. Atendi a uma emergência de uma outra comissão e, infelizmente, isso ocorreu. Tenho a impressão de que, se qualquer um dos membros desta Comissão quiser indicar qualquer Deputado, de qualquer partido ou qualquer pessoa que possa trazer uma contribuição importante, pelo Regimento, apresenta um requerimento, o requerimento é votado e, numa outra reunião, ele comparece. No entanto, numa reunião em andamento, convocada com fim específico, acrescer-se um depoimento não me parece regimentalmente aceitável.

De qualquer maneira, reconheço as circunstâncias e dificuldades que V. Exª teve de enfrentar para presidir esta reunião. O importante é que a reunião está-se realizando democraticamente e todos nós, inclusive eu, estou tendo o direito de fazer meu registro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª disse que não consultou o Regimento. Se consultar, verá que a Deputada Jandira Feghali poderia ter participado como ouvinte desta reunião. Mas o Plenário é soberano para decidir e, se o Plenário quiser também um jornalista para prestar um depoimento aqui, decidirá assim e o jornalista prestará um depoimento. Se for decidido que ele vai participar aqui também o Plenário decide. Não vejo porque a preocupação de V. Exª...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Queria propor a V. Exª que este ponto regimental discutamos em outra reunião. Discordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vejo que V. Exª demonstra preocupação excessiva com o depoimento da Deputada Jandira. Isso como Senador do PSDB me deixa preocupado também com relação ao projeto.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Queria apenas fazer algumas correções na intervenção do Senador José Roberto Arruda, que tenho certeza foram objeto de desinformação sua.

Primeiro o Deputado Eduardo Jorge apresentou essa emenda constitucional em 1993, a emenda do Regime Único. Em 1995, quando o projeto do Governo chegou à Câmara, o Partido dos Trabalhadores apresentou como proposta oficial do Partido, proposta de emenda que era absolutamente igual a do

Deputado Eduardo Jorge. Na verdade, o PT assumiu como sua a proposta do Deputado Eduardo Jorge. A diferença entre a proposta original, a do Deputado Eduardo Jorge apresentada em 1993, e a proposta do PT apresentada em 1995 estava na regra de transição. Nessa última era muito mais lenta e na do Deputado Eduardo Jorge era uma transição mais curta.

Quando o projeto chegou ao Senado, o Senador Roberto Freire apresentou uma emenda também da mesma linha do Deputado Eduardo Jorge e com uma regra de transição mais próxima da proposta do PT oficial do que da proposta do Deputado Eduardo Jorge. Eu apresentei um substitutivo, também da mesma linha e com uma regra de transição mais próxima da proposta original do Deputado Eduardo Jorge do que da proposta oficial do PT. Quero, então, deixar bem claro que o PT assumiu como sua a proposta do Deputado Eduardo Jorge.

Segundo, aí também uma correção que tenho certeza que é baseada na desinformação do Senador José Roberto Arruda, o Deputado Eduardo Jorge foi suspenso pela Bancada do PT pelo fato de em duas ocasiões ter votado contra a orientação da Bancada. Houve um fechamento em duas questão: na CPMF, que foi debatida...Quero registrar inclusive que a questão da CPMF, com a qual eu inclusive concordava e anunciei no plenário, foi objeto de decisão da Bancada do PT, houve recurso do Deputado Eduardo Jorge ao Diretório Nacional, que manteve a decisão da Bancada, mas, mesmo assim, o Deputado Eduardo Jorge votou contra a decisão da Bancada. Essa foi a primeira vez. A segunda vez foi a votação da dívida dos ruralistas. Nesse caso também houve uma decisão, o Deputado Eduardo Jorge votou contra e a Bancada adotou a posição de suspendê-lo, posição essa que não contesto e disse inclusive publicamente que, na condição de Parlamentarista, ele entende que é correto que a Bancada, tendo firmado uma posição, estabeleça sanção àquele Parlamentar que não votar de acordo com a orientação. Portanto em momento algum contestou punição alguma.

Apenas para deixar isso bem claro para que não caiamos mais uma vez, tenho certeza de que não foi a intenção do Senador José Roberto Arruda, naquela máxima de que uma mentira repetida muitas vezes se torna uma verdade.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, só para complementar os questionamentos que fiz ao Ministro. Havia esquecido de fazer um.

Na semana passada tivemos conhecimento pelo **Diário Oficial** da visita do Ministro e dos outros técnicos ao Banco Interamericano, ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional. Gostaria que o Ministro nos informasse também sobre a avaliação e a discussão realizadas nessa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Ministro Waldeck Ornellas.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Senador Eduardo Dutra, não vejo como os projetos que estão em tramitação aumentem o fosso entre o regime geral e o regime de Previdência Social, entre o regime geral e o regime de previdência dos funcionários públicos. Na verdade, o que se trata é de adotar medidas emergenciais. A contribuição, no caso, dos inativos e pensionistas dos funcionários públicos, torna-se indispensável em face do fato, conhece muito bem V. Exª, de que os funcionários contribuíram o tempo todo pelas regras do INSS e a partir da Constituição de 1988, com a implantação do Regime Jurídico Único, somente entre 1992 e 1994, a União apresentou 250 mil servidores que iam se aposentar pelo INSS com o valor da última remuneração. De modo que eles sequer pediram até para serem beneficiados por esse critério, mas gerou um passivo que toda a sociedade tem sido chamada a contribuir, toda a sociedade tem custeado. De modo que a participação deles no custeio do sistema, que é a PEC que está sendo discutida na Comissão de Constituição e Justiça, inclusive neste momento, torna-se indispensável para corrigir uma distorção que está custando muito caro à sociedade brasileira. Sobre o ato, quero dizer a V. Exª que não ataquei o Supremo Tribunal Federal. *(fora do microfone)* declarações, não decisões. Não reclamei do Supremo; reclamei de membros do Supremo que têm manifestado posições fora dos autos e quando o Magistrado despe-se da toga ele se torna um cidadão comum, e, por conseguinte, sobretudo quando vem para a seara política, e aí acho que é preciso ter um cuidado muito grande para que o País não insida numa síndrome de inconstitucionalidade e isso não venha a castrar o próprio poder ligeferante, inibindo a iniciativa legislativa, inibindo o Poder Legislativo. É preciso que tenhamos presente a necessidade de que o que se está discutindo é controle externo do Judiciário, não é um controle externo do Legislativo. De modo que essa questão me parece fundamental esclarecer. Tenho o maior respeito pelo Supremo Tribunal Federal, acato todas as suas decisões sem discutir. Agora, quero di-

zer que V. Exª reitera aqui o que até já conversamos a bordo de um avião em viagem de Brasília a nossos Estados: o propósito e a identidade de os objetivos em relação à existência de um regime único de previdência para os trabalhadores brasileiros, sejam trabalhadores do setor privado, sejam trabalhadores do setor público, funcionários públicos. De modo que creio que aqui se estabelece uma condição, e posso falar em nome do Governo, para que comecemos a construir, quem sabe pelo Senado, uma emenda nova que seja capaz de, sem prejuízo da tramitação das medidas emergenciais, podermos construir uma regra nova de previdência única para todos. V. Exª bem o disse. A discordância está na regra de transição. Então, vamos construir a regra definitiva e vamos discutir as regras de transição. O Senador José Roberto Arruda, na condição de Líder do Governo, pode ser um interlocutor com V. Exª. Eu me disponho a estar nesse esforço e realmente lamento que, embora com base em outras razões, o Partido de V. Exª só tenha punido o Deputado Eduardo Jorge depois que ele se reuniu comigo e com o Ministro Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não é verdade, Ministro.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Senador José Eduardo, depois concederei a palavra a V. Exª.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Estava punido em segredo, como o Papa faz quando nomeia cardeais, que guarda sob reserva, de modo que creio que o caminho está aberto. A manifestação de V. Exª de que tenhamos um regime único coincide plenamente com o que quer, com o que deseja e com o que está caminhando o Governo. Veja bem. Quando estabelecemos 11% para os funcionários que ganham até 1.200 reais, foi por analogia com o trabalhador do setor privado. Quando estabelecemos a relação de 2 para 1 na contribuição do Estado enquanto ente empregador visa à contribuição do empregado, foi por analogia ao setor privado, ao trabalhador do setor privado. De modo que o Governo está, a duras penas, e com a oposição renitente e consistente do Partido de V. Exª, buscando construir o regime único. Sei que o desejo é de que se tome uma providência, que comece a partir de agora. Essa é a posição que tem sido por alguns ilustres membros da Oposição.

Acontece que não é justo que transfiramos para a geração dos nossos filhos, muito menos para a geração dos nossos netos, esse problema que está aí, que é a questão fiscal brasileira, a questão previdenciária.

Senador Geraldo Cândido, tenho que repetir mais uma vez que a aprovação dessa lei não torna dispensável uma emenda que estabeleça idade mínima no sistema previdenciário do nosso País. Não se trata aqui de substituí-la. O cálculo do benefício previdenciário não tem nada a ver, não há nenhuma conexão com a aquisição do direito à aposentadoria. A aquisição do direito à aposentadoria, pelo regime geral de Previdência Social, se dá aos 30 anos de contribuição para a mulher e aos 35 para o homem. Isso está mantido. Mas precisa ser introduzida a idade mínima.

O que estamos discutindo em relação a esse projeto é o método de cálculo do valor do benefício. E como o sistema expulsa? O sistema expulsa porque, no momento em que a pessoa preenche o requisito, ela quer logo sair do sistema. O Senador Arruda citou casos de colegas dele que, aos 50 anos de idade, tiveram de sair porque era melhor ser aposentado do que ficar em atividade nas empresas em que se encontravam empregados.

Por outro lado, Senador, o fator previdenciário – apesar de V. Exª não crer, não tenho culpa de que V. Exª não tenha fé – vai beneficiar os trabalhadores que ganham salário mínimo, pois vão receber, como V. Exª disse, até duas vezes, o dobro, quase o triplo do valor a que aqui estariam condenados se não houvesse esse novo método de cálculo.

Veja, V. Exª! A nossa posição é tão correta, tão decente que dissemos que a aposentadoria por idade, a adoção do fator é opcional. Cada trabalhador brasileiro escolhe; cada trabalhador brasileiro decide de acordo com o seu interesse pessoal, com a sua conveniência pessoal. Não pode haver regra mais transparente, mais clara do que essa e não há maior demonstração de confiança de que o fator vai beneficiar o trabalhador.

Quero dizer à Senadora Heloísa Helena que a execução orçamentária do Tesouro não precisa ser requerida. O seu gabinete pode acessar a Internet, a **home page** do Ministério da Fazenda e extrair de lá todos esses dados, que são publicados religiosamente todo o mês. Os balanços anuais das contas do Tesouro são submetidos ao Congresso Nacional. Não é preciso pedir de dez anos para trás, e as deste ano já estão na Internet, disponíveis no seu próprio gabinete do Senado.

Desejo entender um pouco o que está por trás da cabeça de V. Exª. Sr. Presidente, permita-me fazer uma pergunta à Senadora. Vou-me colocar de acordo com V. Exª para efeito de raciocínio. Ao longo de 76 anos, temos Previdência no Brasil. Esse dinheiro

sempre esteve junto com o do Tesouro, etc. Então, como esse dinheiro era uma conta única, era um bolo só, foi utilizado – ouço sempre dizer – para construir Brasília, para fazer a ponte Rio-Niterói, a Transamazônica. Aí, V. Exª diz: "É preciso cobrar esse dinheiro; é preciso recuperar isso para a Previdência Social". É esse o raciocínio de V. Exª? Se é, pergunto a V. Exª: cobrar de quem? Quem paga essa conta além do povo, por intermédio de impostos? Se o Tesouro está vivendo de déficit, vai buscar esse dinheiro aonde? Endividando-se mais? E aí vem o discurso: "Ah, mas o Governo endividou o setor público". Endividou para honrar os benefícios previdenciários, seja dos trabalhadores, seja dos funcionários públicos.

A União, este ano, coloca R$5,1 para cada real dos funcionários públicos. Então, vejam bem, a não ser que V. Exªs estejam imaginando que o Governo vai voltar a usar a maquininha, a produzir dinheiro e a gerar aquela inflação, porque aquela, sim, era contra os pobres; aquela, sim, punia os que não tinham meios para competir, porque não tinham reservas para depositar nos bancos, nas contas remuneradas, e assim por diante.

De maneira que eu gostaria, efetivamente, só para entender, que V. Exª explicasse a lógica desse raciocínio. Essa conta atribuída ao IPEA é muito bonita. Até imagino que no IPEA tenha sido feita, mas pergunto: como ela é cobrada – vamos admitir que ela exista –, Senadora? Cobrar de quem? Do povo?

A SRA. HELOÍSA HELENA – Pela ordem, Sr. Presidente. Posso falar, porque eu não vou responder ao Ministro. Vou contraditar o que o Ministro disse. Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Iniciamos esta reunião às 17 horas, já são 21 horas e 5 minutos, portanto, com quatro horas que estamos reunidos neste debate que permitiu que cada falasse o que pensa.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – São dez segundos, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Também posso, pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Heloísa Helena, quantos segundos?

A SRA. HELOÍSA HELENA – O mesmo tempo que o Ministro usou para a provocação.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Não foi provocação, Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Claro, não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena, que pediu antes; depois o Senador José Eduardo Dutra.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Primeiro, Ministro, claro que todos sabemos que estão disponíveis, via Internet, vários dados relacionados ao Relatório de Execução Orçamentária. Quando solicitei a V. Exª foi exatamente pelo fato de que o Relatório de Execução Orçamentária da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda mostra parcelas desviadas pelo FEF, justamente do total arrecadado da arrecadação efetiva das diferentes contribuições da Previdência. Como V. Exª na sua fala disse que em todo o Governo do Presidente Fernando Henrique não houve esse desvio, e o Relatório que tenho mostra claramente que o desvio foi feito pelo Governo Federal de dinheiro do FEF, e está aqui no Relatório que foi levantado, exatamente, da Execução Orçamentária do Tesouro Nacional.

Então, a discussão é a de se fazer uma nova consulta justamente enfocando a informação do que V. Exª disse, para que possamos saber se quem não está entendendo direito ou que está faltando com a verdade é V. Exª ou o Relatório da Execução Orçamentária do Tesouro Nacional.

Segundo, os dados apresentados do mau-caratismo, conforme palavras de V. Exª, tanto de sonegadores, quanto da União, que foram demonstrados pelo IPEA, pela Associação dos Fiscais da Previdência e Diape, através de vários dados que foram aqui apresentados, apenas solicitei a V. Exª que confirmasse ou não se esses dados que foram apresentados pelo IPEA, portanto, pelo Governo Federal, que mostram que a União hoje deve mais de R$33 bilhões, apenas com a conta previdenciária, são verdadeiros e que também V. Exª nos esclarecesse qual é a dívida do setor dos sonegadores empresariais.

É claro que não vou entrar no debate com V. Exª, para dizer de onde é que, detectando o rombo ou mau-caratismo, vamos tirar dinheiro, porque não temos condições... *(incompreensível)*. Claro que V. Exª, sendo um homem inteligente, sabe exatamente que isso não se faz nem com uma maquininha de fazer dinheiro, nem aumentando a contribuição, nem aumentando impostos.

V. Exª diverge da opinião que tenho, mas nós sabemos de onde se pode tirar dinheiro, onde é que se pode achar dinheiro, recursos, dentro da própria máquina do Governo Federal, se não fizer a opção pela agiotagem internacional e pela subserviência de, simplesmente, pagar os juros de serviços da dívida.

Então, claro que temos elementos diferentes. Agora, que se pode cobrir isso, se pode. A única coisa que estou solicitando de V. Exª é se confirma a informação do IPEA que a União deve mais de R$33 bilhões. Se V. Exª não tem condições de dizer isso, estabeleceremos oficialmente uma solicitação para que V. Exª possa nos informar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Queria dizer que, efetivamente, o projeto retira subsídios que hoje são pagos às aposentadorias por tempo de contribuição. Espero que, nesse particular, a CUT tenha atualizado os dados na Câmara, e a Senadora Heloísa Helena esteja com o número que corresponda efetivamente à aplicação do fator previdenciário, porque, na Câmara, a CUT usou dados errados para isso, manipulando indevidamente informações, e tive oportunidade, na ocasião, de esclarecer. É preciso que, efetivamente, acabemos, no País, com essa idéia de que se o dinheiro da Previdência foi usado para construir Brasília, vamos raciocinar por hipótese, esse dinheiro foi usado para uma coisa pública e, por conseguinte, é preciso que se resolva esse problema hoje e não anteontem. Não se vai cobrar agora de Juscelino Kubitschek de Oliveira que reponha esse dinheiro à Previdência Social.

Finalmente, respondendo ao adendo que fez a Senadora Heloísa Helena, quero dizer que tive a oportunidade, na semana passada, de deslocar-me a Washington, onde fizemos um **workshop**, no Banco Mundial, atualizando, discutindo as questões previdenciárias, mostrando o que o Brasil tem feito no sentido de corrigir as distorções que o seu sistema previdenciário acumulou, e trocando idéias com todos, como tenho feito sempre, sobre esse aspecto. Depois fui a Nova Iorque, onde me reuni com investidores que aplicam no Brasil e fiz uma palestra na Câmara de Comércio Brasil – Estados Unidos, onde tive a oportunidade de mostrar o direcionamento da Reforma da Previdência no Brasil e o caminho que estamos seguindo, no sentido de corrigir as distorções que se acumularam ao longo do tempo, e manifestar também, o que reitero aqui, o propósito do Governo de que caminhamos no sentido de um regime único de um regime de previdência para todos os trabalhadores brasileiros.

Quero, Sr. Presidente, como acredito que esta é a minha última intervenção, agradecer a V. Exª, agradecer a esta Comissão a oportunidade que me deu de aqui voltar, de aqui poder explanar essas propostas e dizer que o Governo tem efetivamente o firme propósito de executar uma política social ambiciosa na área da Previdência, fazendo com que todo esse contingente de trabalhadores brasileiros que hoje está desprotegido possa contar com o seguro social em nosso País. E este projeto de lei, para o qual peço o apoio e a aprovação dos Srs. Senadores, é o instrumento através do qual vamos poder realizar esta política.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Ministro Waldeck Ornélas havia pedido ainda os trinta segundos do Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Já que a questão não pode ser com declarações de intenções mas com gestos, o Ministro fez uma proposta de que nós fizéssemos um amplo debate sobre a questão da Previdência na direção do regime único no Senado. Eu aceito a proposta. O Governo retira esse projeto, e nós estabelecemos essa outra discussão.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Ou seja, V. Exª quer um diálogo que não é diálogo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – O Governo que não quer.

(Fora do microfone.)

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Quem tem poder para impor é o Governo, não somos nós, que somos minoria.

(Fora do microfone.)

O SR. WALDECK ORNÉLAS – O Presidente sequer promulga a emenda constitucional; ela é promulgada pelo Congresso Nacional.

(Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradecemos ao Ministro Waldeck Ornélas por haver debatido aqui o assunto durante mais de quatro horas e aos Senadores que participaram, durante todo o tempo, desta reunião.

Amanhã estaremos com este projeto na pauta para ser votado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h12min.)

Ata da 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada dia dez de novembro de 1999.

Às nove horas e trinta e cinco minutos, do dia dez de novembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Carlos Bezerra, Gilvam Borges, Luiz Estevão,

Marluce Pinto, Pedro Simon, Juvêncio da Fonseca, Djalma Bessa, Geraldo Althoff, Moreira Mendes, Maria do Carmo Alves, Eduardo Siqueira Campos, Mozarildo Cavalcanti, Antero Paes de Barros, Luiz Pontes, Lúcio Alcântara, Sérgio Machado, Romero Jucá; Geraldo Cândido, Marina Silva, Heloísa Helena, Tião Viana, Luzia Toledo, José Roberto Arruda e Emília Fernandes. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a **item um: Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1999,** que "Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências". **Autor:** Presidência da República. **Relator**: Senador Geraldo Althoff. **Parecer:** pela aprovação, com uma emenda de redação. **Observação**: no prazo regimental foram apresentadas duas emendas de autoria dos Senadores Renan Calheiros e Jonas Pinheiro (dependendo de parecer). Na reunião do dia 20-10 foi concedida vista coletiva, pelo prazo de cinco dias (art. 132, § 1º – R.I), às Senadoras Marina Silva, Emília Fernandes, Heloísa Helena e ao Senador José Roberto Arruda, devolvido com voto em separado da Senadora Heloísa Helena, concluindo pela rejeição do projeto na sua forma original e pela sua aprovação na forma do substitutivo apresentado. Na reunião do dia 27-10, foi adiada a apreciação do projeto, em vista de requerimento aprovado, no plenário do Senado Federal, para audiência da CCJ. **Discutiram a matéria** a Senadora Emília Fernandes e o Senador Geraldo Cândido. **Resultado**: aprovado o parecer do relator, com votos contrários das Senadoras Emília Fernandes e Heloísa Helena e dos Senadores Geraldo Cândido e Tião Viana, rejeitadas as emendas apresentadas dos Senadores Renan Calheiros e Jonas Pinheiro e prejudicado o voto em separado da Senadora Heloísa Helena. **Item sete: Aviso nº 31**, de 1999, que " Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 635/99, adotada pelo Tribunal de Contas da União na sessão ordinária do Plenário de 15-9-99, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam (Tc nº 014.640/97-0 e outros). **Autor**: Tribunal de Contas. **Relator:** Senador Djalma Bessa. **Parecer**: que a Comissão tome conhecimento da decisão, oficiando ao TCU que tomou ciência do conteúdo do trabalho realizado; acompanhamento da implementação das determinações e recomendações a serem comunicadas às autoridades referidas na decisão e pelo arquivamento do processo. **Resultado:** aprovado. **Item oito: Aviso nº 5, de 1999,** que "Encaminha ao Senado Federal cópia das Decisões nºs 545 e 546, de 1999, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que as fundamentam, referentes, respectivamente, a auditorias operacionais realizadas nas administrações do serviço nacional de aprendizagem comercial – SENAC nos Estados do Paraná, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia, e nas administrações do serviço social do comércio – SESC nos Estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Distrito Federal, Espírito Santo e Rio Grande do Norte". **Autor:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador Juvêncio da Fonseca. **Parecer**: que a Comissão delibere sobre: o arquivamento da matéria; encaminhamento de ofício ao TCU comunicando que a comissão tomou conhecimento da realização das auditorias, considerando de grande relevância o controle efetuado, esperando a sua intensificação recomendação que o TCU diligencie no sentido de que sejam implementadas as recomendações e determinações feitas. **Resultado**: aprovado. **Item nove: Diversos nº 20, de 1998,** que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 512/99, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes ao cumprimento, pela Caixa Econômica Federal, da resolução CCFGTS nº 279/98 (alterada pela de nº 295/98, do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). **Autor:** Tribunal de Contas da União. **Relator**: Senador Moreira Mendes. **Parecer**: que o Tribunal de Contas da União informe a esta Comissão sobre o cumprimento das Decisões nºs 121/96 e 445/98 , por parte da Caixa Econômica Federal e seja submetida consulta à CCJ, sobre a validade jurídica das resoluções nºs 279/98 e 295/98, do Conselho Curador do FGTS. **Resultado**: aprovado. **Item dez: Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1999,** que "Acrescenta dispositivos à CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, instituindo o procedimento sumaríssimo no processo trabalhista. **Autor**: Presidência da República. **Relator:** Senador Moreira Mendes. **Parecer**: pela aprovação, com onze emendas. **Observação:** no prazo regimental foi oferecida uma emenda aditiva de autoria do senador Leomar Quintanilha, dependendo de parecer do relator. **Resultado:** retirado para reexame do Relator. **Item onze: Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 1995,** que "Dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa e dá outras providências. **Autor**: Deputado Paulo Paim. **Relator:** Senador Moreira Mendes. **Parecer**: pela aprovação, com uma emenda de redação. **Resultado:** concedida

vista à senadora Heloísa Helena pelo prazo de cinco dias (art. 132, § 1º – R.I). **Item doze: Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1997,** que "Revoga o parágrafo único do art. 442 da – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Autor:** Deputado Aloysio Nunes Ferreira. **Relator:** Senador Geraldo Cândido. **Parecer:** pela aprovação do projeto na sua forma original. **Discutiu a matéria** o Senador Pedro Simon. **Resultado:** concedida vista coletiva aos senadores Pedro Simon e Moreira Mendes pelo prazo de cinco dias (art. 132, § 1º – R.I). Os demais itens da Pauta foram adiados. São aprovados os Requerimento nºs 24 e 25, de autoria do Senhor Presidente, para a realização de audiências públicas com os Procuradores da República do Distrito Federal, Luiz Francisco Fernandes de Souza e Guilherme Zanina Schelb e com os Senhores Paulo Joaquim de Araújo e André Manfredini, ex– funcionários da Conab com a finalidade de informarem à Comissão sobre o esquema de corrupção relacionado com a abertura de salões de bingos eletrônicos no país. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Osmar Dias,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Conforme pauta previamente distribuída, a reunião destina-se à analise das seguintes proposições: Projetos de Lei da Câmara nº 113, de 1995; 31, de 1997; e 46, de 1996. O de nº 28, de 1999, foi retirado de pauta para reexame do Relator, conforme retificação enviada pela Secretaria da Comissão, no dia 4 de novembro. Também constam da pauta os Projetos de Lei do Senado nº 155, 258, 322, que tramitam em conjunto com os de nº 324, 434 e 494, todos de 1999, e os Avisos nº 5 e 31, de 1999.

Como os Senadores sabem, há hoje, além da pauta normal, um item na pauta extra, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1999, que trata do procedimento sumaríssimo no processo trabalhista e tem como Relator o Senador Moreira Mendes. A pauta tem, portanto, 13 itens, mais dois requerimentos que estão sobre a mesa, que serão colocados em votação.

Depois do que aconteceu ontem, peço ao Plenário que se manifeste, porque acredito que o fato deixou uma lição para a Comissão.

A Deputada Jandira Feghali, sob proposta das Senadoras Heloísa Helena e Marina Silva, foi convidada a participar da audiência pública de ontem, com o Ministro Waldeck Ornelas. No momento em que as Senadoras colocaram essa proposta, eu consultei o Plenário da Comissão se havia alguma objeção. Não houve objeção, portanto ela participou.

O Senador José Roberto Arruda, que não estava na reunião no momento em que houve a proposta, chegou muito tempo depois. E, quando pensei que o Senador contestaria o que havia dito a Deputada Jandira Feghali, S. Exª tomou a palavra para contestar a participação da Deputada, o que considero injusto com esta Presidência, porque, evidentemente, o Plenário permitiu a participação da Deputada — o que, aliás, foi muito importante, porque uma audiência pública é realizada exatamente para oferecer a possibilidade do contraditório, do debate. Agora, se não se quer debater, é melhor que não se faça audiência pública.

Penso que a audiência pública de ontem, apesar de as provocações de ambas as partes terem sido em um clima quente, foi uma das melhores que tivemos. Houve a oportunidade de debater um assunto que interferirá diretamente na vida de praticamente todos os brasileiros. Esteve presente, do início ao fim, o Relator do processo, que pôde ouvir as opiniões contrárias e favoráveis. Considero que foi muito importante o debate de ontem. Não há motivo para se protestar contra a presença de uma pessoa que veio oferecer a sua contribuição, a sua opinião.

O que este Presidente não pode fazer é determinar que todas as pessoas que venham aqui dêem sua opinião em uma mesma direção, porque, senão, evidentemente, não se estará estabelecendo o contraditório.

De qualquer forma, quero sempre consultar e ouvir a manifestação do Plenário. E gostaria que a taquigrafia deixasse sempre registrado que estamos consultando o Plenário, como fizemos ontem. Consultamos o Plenário, que não se manifestou. Se estivesse aqui o Líder do Governo, talvez S. Exª tivesse manifestado sua opinião. Não estava, portanto perdeu o direito de protestar depois.

V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Ouço V. Exª, Sr. Presidente, e gostaria, em primeiro lugar, fazer uma colocação.

Ontem, exatamente às 17h45min, recebi um telefonema do Presidente da Comissão de Orçamento, Senador Gilberto Mestrinho, avisando-me que previamente, antes da reunião às 18 horas, teríamos uma discussão para homologar um acordo de liderança, promovido entre as duas Casas, tendo em vista a questão do orçamento e também a do PPA.

Portanto, tive que deixar a audiência pública desta Comissão. Estava aqui presente. Mas quero, de imediato, mesmo sem ter estado presente ao debate, concordar com V. Exª com relação à participação de parlamentares, porque tive o cuidado de, ao perceber a presença do relator do projeto na Câmara e por achar oportuna sua participação e a de outros parlamentares, enfim, numa audiência pública com representantes de outros Estados, de outra Casa do nosso Parlamento. Por isso, só posso concordar.

Trouxe a V. Exª o cartão, com o nome do Deputado, dizendo que imaginava que fosse facultado a ele as suas opiniões, porque tendo sido ele o relator, e estando aqui, o Senador Geraldo Althoff, nosso Relator, que teríamos o enriquecimento deste debate.

Portanto, mesmo sem ter tido a oportunidade, em função do compromisso com a votação na Comissão de Orçamento, quero concordar, de pronto, com esta Presidência e que essa seja, realmente, uma prática. Numa audiência pública, não vejo por que não ter a participação de outros parlamentares.

Com relação ao contraditório e até o calor da discussão, é um fato natural, o assunto é realmente polêmico. Todos os excessos são lamentáveis. Mas, sem dúvida nenhuma, a notícia que tive é que, realmente, o debate foi aprofundado. Enfim, que esta Comissão só tem a ganhar e V. Exª, Presidente desta Comissão, no meu entendimento, age corretamente, não só ao consultar, mas por ter decidido da forma como decidiu.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Eduardo Siqueira Campos, sua palavra não é só confortante, mas é de absoluto bom senso. Não quis citar, mas agradeço o fato de V. Exª ter aqui colocado o cartão e pedido para que eu apresentasse o Deputado Jorge Alberto. Não quis incluir V. Exª nessa discussão, mas agora agradeço a sua gentileza de ter demonstrado que houve também um pedido para que a participação daquele Deputado fosse possível. Só não foi porque S. Exª tinha um outro compromisso, inclusive com o Governador do seu Estado, que esteve ontem em Brasília.

Agradeço muito a sua elegância.

Informo ao Plenário que temos, no mínimo, dois itens hoje extremamente complicados e teremos que debatê-los. Um deles é o item 1, como todos sabem, o Projeto de Lei da Câmara nº 46, que dispõe sobre o cálculo benefício da Previdência; o outro é o item da pauta extra, retirado para reexame do relator, mas que volta para a pauta hoje.

Senador Moreira Mendes...

O SR. MOREIRA MENDES – Ainda não, Presidente, porque faltam os últimos ajustes e pretendo colocá-lo na pauta da próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª pede que retire de pauta, então?

O SR. MOREIRA MENDES – Sim, até porque tenho certeza de que o debate será tão acalorado com relação àquele assunto quanto o item 1 da pauta. Então, seria prudente que se discutisse hoje o item 1 e, na próxima semana, o outro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A pedido o Relator, vamos retirar esse item de pauta, ficando os doze restantes.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, o Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, peço a V. Exª a inversão de pauta, para que seja colocado em discussão, como segundo item, o de número 12. Em primeiro lugar, o item 1, pela ordem e, em seguida, o item 12.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como não temos **quorum** para votar e o item 1 ensejará uma grande discussão, proponho que comecemos pelo item 7, que não exige decisão terminativa e cujo Relator está presente, Senador Djalma Bessa e, desse modo, limparmos a pauta.

Assim que haja **quorum**, atenderemos ao pedido de inversão, colocando o item 12 após o item 1.

Essa providência atende ao pedido de V. Exª ou não? Da última vez V. Exª não gostou da decisão da Mesa.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Também considero esse item importante. Penso que haveria uma certa discussão. Mas, tudo bem, fica de acordo com o encaminhamento da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Fica o item 12, então, na seqüência do item 1 da pauta. Estamos de acordo?

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sim, Sr. Presidente, estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Passamos ao item 7:

Aviso nº 31, de 1999, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 635, de 1999, adotada pelo Tribunal de Contas da União na sessão ordinária do plenário de 15-9-99, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam. Tribunal de Contas nº 014.640/97-0 e outros. Autor Tribunal de Contas; Relator Senador Djalma Bessa, que está com a palavra.

Pediria a S. Exª que resumisse o relatório.

O SR. DJALMA BESSA – Sr. Presidente, este é o segundo trabalho que o Tribunal de Contas da União encaminha à esta Comissão. É realmente um trabalho minucioso, útil, conveniente e que merece a atenção e a consideração, sobretudo, desta Comissão.

O relatório examina vários itens, como a visão geral do sistema de saúde pública, as constatações do Tribunal. Por último, há a análise do Tribunal de Contas. Esse trabalho é, sobretudo, minucioso e examina também as alterações impostas pela Constituição Federal de 1988.

A análise do Tribunal tem o seguinte teor: cumpre-nos felicitar a Corte de Contas pela qualidade do trabalho apresentado, tendo alcançado os objetivos a que se propôs. O resultado final confirma a qualidade do corpo técnico lotado naquela Instituição. A leitura do relatório permite a formação de um juízo bem fundamentado acerca dos problemas enfrentados pela saúde pública no País. Foram analisados diversos aspectos relativos ao setor, alguns de forma minuciosa, bem como sugeridas algumas correções de rumo para as políticas desenvolvidas. Trabalhos dessa natureza devem ser estimulados de forma a alterar o enfoque preponderante no Tribunal de Contas da União de privilegiar processos de prestações de contas em prejuízo de ações fiscalizatórias e auditorias de natureza operacional. A contribuição do Tribunal para o aprimoramento da administração pública envolve também a instituição de canais informativos de retroalimentação junto aos gestores públicos, tecendo-se sugestões construtivas e acompanhando sua efetiva implementação.

A Decisão nº 635/99 determinou o encaminhamento do relatório final a autoridades federais, estaduais e municipais relacionadas à saúde pública. Ademais informou às autoridades que as determinações e recomendações oriundas do trabalho serão efetivadas oportunamente por ocasião da apreciação dos processos apartados gerados nas unidades técnicas a partir das constatações das auditorias efetuadas.

Voto

Diante das considerações expostas, votamos por que esta Comissão tome conhecimento do teor de Decisão nº 635/99, adotada pelo Plenário do Tribunal de Contas da União; oficie ao Tribunal de Contas da União que esta Comissão tomou ciência do conteúdo do trabalho realizado, considerando-o de grande valia e visualiza a necessidade de acompanhamento da implementação das determinações e recomendações a serem comunicadas às autoridades referidas na Decisão e, afinal, que determine o arquivamento do presente processo.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão o parecer do Senador Djalma Bessa.

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 8: Aviso nº 5/99, que encaminha ao Senado Federal cópia das Decisões nºs 545 e 546, de 1999, bem como dos respectivos relatórios e votos que as fundamentam, referentes, respectivamente, a auditorias operacionais realizadas nas administrações do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC – nos Estados do Paraná, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia, e nas Administrações do Serviço Social do Comércio – SESC – nos Estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Distrito Federal, Espírito Santo e Rio Grande do Norte. Autor: Tribunal de Contas da União; Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

V. Exª está com a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o art. 70 da Constituição de 1988 identifica o Congresso Nacional como titular do controle externo. O artigo determina que tal controle será exercido pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas. Para execução dessa tarefa, o Congresso é auxiliado pelo Tribunal de Contas da União, conforme dispõe o art. 71 da Lei Maior.

As auditorias operacionais no Senac e Sesc revelaram que o objetivo finalístico dessas instituições, qual seja, servir ao cidadão, está sendo prejudicado

por uma série de fatores, mediante as Decisões nºs 545, 546/99, o Tribunal de Contas da União recomenda a adoção de medidas pelo Senac e Sesc, a fim de sanar estes problemas. A Corte de Contas estabelece ainda um prazo de 90 dias para que as entidades auditadas prestem informações acerca do tratamento dispensado às recomendações propostas.

Dessa forma, as auditorias operacionais, como as que ora são analisadas, em muito contribuem para o aprimoramento do serviço das instituições. Torna-se fundamental que o Senado Federal incentive esse tipo de controle superando a visão do controle como a simples análise de contas.

Voto

Tendo em vista a análise acima exposta, sugere-se a esta Comissão que tome conhecimento das Decisões nºs 545 e 546/99 do Tribunal de Contas da União acerca das auditorias operacionais do Senac e Sesc e delibere sobre:

1. o arquivamento da matéria;

2. o encaminhamento de ofício ao Tribunal de Contas da União, comunicando que a Comissão de Assuntos Sociais:

2.1 – tomou conhecimento da realização das auditorias;

2.2 – considera de grande relevância este tipo de sistemática de controle externo e espera que seja intensificada no futuro e

2.3 – recomenda que o Tribunal de Contas diligencie no sentido de que sejam implementadas as recomendações e determinações feitas.

Esse é o voto, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Senadores que concordam com o parecer do Senador Juvêncio da Fonseca permaneçam como estão.(Pausa.)

Aprovado.

Item 9: Diversos nº 20, de 1998, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da decisão nº 512/99, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referentes ao cumprimento, pela Caixa Econômica Federal, da Resolução CC-FGTS nº 279/98, alterada pela de nº 295/98 do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O autor é o Tribunal de Contas da União. O Relator é o Senador Moreira Mendes.

S. Exª tem a palavra.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de decisão do Tribunal de Contas da União, dada ao conhecimento desta Comissão, relacionada com o rendimento das aplicações do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço por parte da Caixa Econômica Federal.

Conforme entendimentos, peço a dispensa da leitura do relatório e passo diretamente ao voto.

Em face do discorrido e aos argumentos anteriormente expendidos, já do conhecimento de todos, propomos:

a) solicite-se ao Tribunal de Contas da União que informe a esta Comissão de Assuntos Sociais sobre o cumprimento, por parte da Caixa Econômica, das Decisões nºs 121/96 e 445/98 do Plenário deste Tribunal no tocante às obrigações do agente operador de garantir o retorno das operações de crédito contratadas anteriormente a 12-12-89, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, bem como acerca dos valores atuais desse passivo;

b) seja submetida, com fulcro no art. 101, V, do Regimento Interno do Senado Federal, consulta a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a validade jurídicas das resoluções nºs 279/98 e 295/98, ambas do Conselho Curador do FGTS, diante da Lei nº 8.036, de 11-5-90, relativamente à fixação de percentuais para rateio dos ganhos obtidos na aplicação pela Caixa Econômica Federal das disponibilidades do FGTS.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Cometi um equívoco quando disse que esse item era de pauta extra, mas, na verdade, tratava-se do item 10, que estávamos retirando da pauta, ou seja, aquele processo do rito sumaríssimo solicitado pelo Senador Moreira Mendes. Como chegou aqui uma pauta retificada, entendi que seria uma pauta extra. Não seria o item 3, mas o item 10, que foi retirado de pauta.

Consulto a Secretaria da Mesa se já temos **quorum**. (Pausa.)

Então, de acordo com o que tínhamos combinado, voltaremos ao item 1 da pauta.

Antes, porém, gostaria de submeter dois requerimentos à Comissão. O primeiro convidando os Pro-

curadores da República do Distrito Federal Luiz Francisco Fernandes de Souza* e Guilherme Zanina Shelb* com a finalidade de informar à Comissão sobre o esquema de corrupção relacionado à abertura dos salões de bingos eletrônicos no País. Como há uma ação cautelar desses dois Procuradores na Justiça, penso que esta Comissão precisa ouvi-los em função de termos aqui o Projeto que autoriza a liberação dos jogos no País. Esses dois Procuradores estão sendo convidados por requerimento, o qual estou submetendo a esta Comissão, bem como que se convoque os Srs. Paulo Araújo* e André Manfredini*, ex-funcionários da Conab, com a finalidade de informarem à Comissão sobre o esquema de corrupção relacionado à abertura de salões de bingos eletrônicos no País, já que há um relatório da Polícia Federal que dá conta da participação desses dois funcionários da Conab na elaboração da Portaria nº 23, que regulamentou a liberação das casas de bingo no País.

Esses dois ex-funcionários da Conab estão sendo convocados, assim como o Sr. Luís Antônio Buffara*, cujo convite a vir a esta Comissão já foi aprovado. Todavia, este último está sob licença médica, que vence hoje, devendo, pois, também comparecer perante esta Comissão.

Submeto esses dois requerimentos à Comissão.

Em discussão.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – V. Exª disse que eles têm uma apuração?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Esses dois Procuradores receberam uma denúncia do Ministério Público italiano de que havia a participação da máfia italiana na elaboração da Portaria que regulamentou...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Trata-se do mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sim, Excelência.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Porque, como V. Exª falou em regulamentação do jogo, fiquei...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Penso que esse assunto precisa ser esclarecido.

Continua em discussão.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, também a título de consulta, há alguma previsão por parte da Presidência ou desta Comissão com relação à data em que votaríamos o mérito desse Projeto que trata dessa questão dos jogos no País?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Romero Jucá, que é o Relator, impõe uma condição para a apresentação de seu relatório: que essas denúncias sejam esclarecidas. Em função disso, estamos propondo o esclarecimento desse assunto. Acredito que, ouvindo essas pessoas, poderemos esclarecer esse assunto e então colocar o projeto em votação.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Satisfeito, Sr. Presidente, com as informações, encaminho pelo Partido da Frente Liberal nosso posicionamento favorável a todas essas convocações e ao mais amplo esclarecimento desse assunto. Portanto, somos a favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados os dois requerimentos.

Item 1. Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1999, que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Autor: Presidente da República; Relator: Senador Geraldo Althof. O parecer é pela aprovação, com uma emenda de redação.

No prazo regimental, foram apresentadas duas emendas, de autoria dos Senadores Renan Calheiros e Jonas Pinheiro, que dependem de parecer.

Na reunião do dia 20-10, foi concedida vista coletiva pelo prazo de 5 dias (art. 132, § 1º do Regimento Interno) às Senadores Marina Silva, Emília Fernandes, Heloísa Helena e ao Senador José Roberto Arruda, devolvido com o voto em separado da Senadora Heloísa Helena, concluindo pela rejeição do projeto na sua forma original e pela sua aprovação, na forma do substitutivo apresentado.

Na reunião do dia 27-10 foi adiada a apreciação do projeto, em vista requerimento aprovado no plenário do Senado Federal para audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Volto a informar à Comissão que estamos sob regime de urgência constitucional, devendo, portanto, esse projeto ser votado obrigatoriamente hoje. Devemos concluir a discussão e votar, já que o assunto também foi amplamente discutido nas audiências públicas da segunda-feira próxima passada, a última segunda-feira, e a última terça-feira, portanto, ontem.

Devemos agora iniciar com a apresentação do relatório pelo Sr. relator, Senador Geraldo Altroff, de-

pois abrir para discussão e imediatamente votar esse projeto.

Com a palavra o Sr. Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, chega ao exame desta Casa, em regime de urgência constitucional, o projeto de lei da Câmara nº 46, de 1999, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

A proposição promove diversas modificações nas leis de custeio e de benefícios do Regime Geral da Previdência Social, adequando-as ao novo desenho nascido com a reforma da Previdência, a Emenda Constitucional nº 20, de 1988, além de ajustá-las às alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais nºs 18 e 19, de 1998.

Essencialmente, são as seguintes as alterações feitas pela proposta no Regime Geral da Previdência Social:

1) homogeneização das categorias de segurados, reduzindo-as das atuais sete categorias para quatro categorias;

2) ampliação do período de referência para o cálculo do benefício – os maiores salários de contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo do segurado, observando-se uma regra de transição, considerando-se no cálculo, inicialmente, os salários de contribuição posteriores a junho de 1994;

3) introdução de um fator previdenciário na forma de cálculo de salário e de benefício. Pretende-se estreitar a vinculação entre benefício e contribuição prévia ao considerar expectativa de sobrevida e tempo de contribuição do segurado no momento da aposentadoria, com um período de transição de 60 meses para a sua implantação paulatina;

4) eliminação gradativa da escala de salário base como referência para contribuição do contribuinte individual, passando este a contribuir sobre a remuneração efetivamente percebida, igualmente ao segurado empregado;

5) equalização das contribuições da empresa, uniformizando-se a alíquota de contribuição em 20%, quer quando contrate um empregado, quer quando contrate um contribuinte individual, tornando a Previdência Social neutra, sob o ponto de vista da formalização da mão-de-obra;

6) diferenciação nas multas de mora entre o contribuinte que declarar as suas contribuições na guia de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e informações à Previdência Social e àquele que se furtar a tal obrigação;

7) limitação dos juros de mora a 0,5% ao mês para indenização do tempo de serviço passado;

8) exigência de que o contribuinte individual somente tenha o tempo de serviço computado mediante a correspondente contribuição, independentemente do período a que se refira;

9) vinculação do pagamento do salário-família à apresentação de comprovante de presença do filho à escola;

10) extensão do salário-maternidade a todas as seguradas e instituição de um período mínimo de dez meses de carência para este benefício para as seguradas individuais, especiais e facultativas, de modo a coibir as fraudes.

O Sr. Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social assim justifica a proposição na exposição de motivos que a acompanha;

"O Projeto de Lei proposto procura aprimorar o sistema previdenciário dos trabalhadores da iniciativa privada em relação às mudanças no mercado de trabalho e à evolução demográfica criando, concomitantemente, maiores atrativos para a incorporação de trabalhadores autônomos e outros não assalariados à previdência social e estreitando a relação entre contribuições e benefícios.

Acreditamos que o atual modelo de previdência social baseado na repartição e na solidariedade intra e intergeracional estará dando céleres espaços na sua adequação às novas realidades do mercado de trabalho e da evolução demográfica da sociedade brasileira por meio das medidas ora propostas. No conjunto, pensamos que elas consolidam e desenvolvem o regime geral de previdência social, fortalecendo-o para melhor poder cumprir também no futuro sua precípua função de proteger a população segurada nas diversas contingências de perda da capacidade de ganho do seu próprio sustento. Aprovado na Câmara dos Deputados, vem a proposição à revisão desta Câmara Alta.

É este o relatório, Sr. Presidente.

Voto

"A proposição atende ao pressuposto de constitucionalidade, tendo em vista tratar de matéria que deve ser disciplinada em Lei Ordinária da União, conforme os arts. 24, inciso XII, e 201 da Constituição.

A proposição igualmente não contém qualquer vício nos aspectos de sua juridicidade e regimentalidade e vem vazada na melhor técnica legislativa. Ressalve-se aqui tão-somente a necessidade de

adaptação do texto de proposição à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1988, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal e estabelece normas para a consolidação dos autos normativos que menciona, mediante acréscimos da sigla NR, significando nova redação, ao final de cada artigo alterado nas Leis nºs 8.212, 8.213, ambas de 1991, bem como de promover correção material na alteração feita no art. 21 da citada Lei nº 8.212 de 1991, para não restar dúvida que a modificação tem lugar apenas no **caput** do dispositivo, restando intocado o seu parágrafo único.

No tocante ao mérito, também nos manifestamos pela aprovação do projeto em análise, que representa um passo fundamental no sentido da garantia do equilíbrio financeiro e autoarial do regime geral de previdência social, dando cumprimento ao que estabelece o **caput** do art. 201 da Carta Magna, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998.

A importância não pode ser exagerada. A questão da previdência social é hoje, sem dúvida, um dos mais graves problemas das contas públicas. Trata-se de despesa que deverá se aproximar de R$60 bilhões, ainda no presente ano, para uma receita que não deverá ultrapassar a casa dos R$50 bilhões. Temos aí, então, uma necessidade de financiamento por parte do Tesouro Nacional de quase R$10 bilhões; e o que é mais grave: com tendência de crescimento que será estancada com a aprovação do presente projeto.

No restante do meu voto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, faço uma análise dos 10 itens previamente mencionados, baseado naquilo que coloquei no próprio relatório.

Todas essas medidas representam um conjunto harmônico no sentido da adequação da legislação previdenciária tanto à nova realidade constitucional quanto às mudanças que têm lugar na sociedade e no mercado de trabalho.

Assim sendo, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1999, conforme aprovado na Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

Emenda nº 1 Dê-se à alteração feita no art. 21 da Lei nº 8.212, de 1991, pelo art. 1º do PLC nº 46, de 1999, a seguinte redação:

Art. 21. A alíquota de contribuição dos segurados, contribuinte individual e facultativo, será de 20% sobre o respectivo salário de contribuição.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, este é o relatório e o voto que apresento ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1999, que também leva o número 1. 527, de 1999, na origem.

Era esse o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado ao Senador Geraldo Althoff. Relembro que houve o pedido de vista coletivo pelos Senadores Marina Silva, Emilia Fernandes, Heloísa Helena, José Roberto Arruda e houve apresentação do voto em separado pela Senadora Heloísa Helena. Regimentalmente, portanto, S. Exª tem de apresentar o voto em separado, para que depois possamos discutir a matéria.

Foram apresentadas duas emendas e V. Exª, Senador Geraldo Althoff, precisa também emitir parecer sobre elas.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O Projeto de Lei nº 46, de 1999, citado e em discussão, recebeu duas emendas. A Emenda nº 1, de autoria do ilustre Senador Renan Calheiros, pretende alterar o art. 150 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Com a mudança, o autor quer restabelecer a aposentadoria excepcional do anistiado. Segundo ele, esse benefício foi extinto implicitamente pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e explicitamente na Ordem de Serviço nº 623, de 19 de maio de 1999, do Instituto Nacional do Seguro Social.

A Emenda nº 2, de autoria do eminente Senador Jonas Pinheiro, pretende suprimir o inciso IV do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, alterado no art. 1º do projeto em análise. O autor afirma que a supressão do inciso é necessária para evitar que haja dualidade na incidência de taxação, pois, além da incidência prevista de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que lhes são prestados por cooperados, por intermédio de cooperativas de trabalho, as cooperativas, dada a sua equiparação com as empresas, também teriam de recolher contribuição de 15%.

É o relatório, Sr. Presidente.

Voto

No que diz respeito à Emenda nº 1, opinamos pela sua rejeição. Seu nobre autor, o Senador Renan Calheiros, afirma que os dispositivos legais citados afrontam o texto do art. 150 da Lei nº 8.213, de 1991, além de contrariar dispositivos constitucionais e a jurisprudência de tribunais superiores.

Em nosso entendimento, a matéria não guarda relação direta com a temática e com os objetivos gerais do projeto de lei. De qualquer forma, na hipótese de haver conflito entre a lei e normas de hierarquia inferior a solução para o problema não deve ser buscada na alteração da lei mas mediante os remédios judiciais pertinentes ou decreto legislativo dentro da com-

petência exclusiva do Congresso Nacional para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, **ex vi**, do inciso V, do art. 49, da Constituição Federal.

Quanto à Emenda nº 2, também manifestamo-nos pela sua rejeição. De fato, não haverá duplicidade de contribuição. A equiparação prevista no parágrafo único do art. 14 da Lei nº 8.213, de 1991, para os fins previstos naquele diploma legal não é novidade, já constando de sua atual redação. Somente haveria duplicidade na hipótese de ser mantida a contribuição prevista no inciso II do art. 1º da Lei Complementar nº 84, de 18 de janeiro de 1996. Essa lei, no entanto, que, materialmente, é lei ordinária, está sendo revogada no texto do projeto, suprimindo-se, assim, a contribuição a cargos das cooperativas. Contribuição de mesmo percentual passa a ser de responsabilidade das empresas tomadoras de serviço. Dessa forma, aumentam as garantias de que haverá efetivamente recolhimento das contribuições e é desestimulada a criação de cooperativas de trabalho sem solidez e sem patrimônio nas quais proliferam as relações de trabalho informais ou precárias. Assim sendo, opinamos pelas rejeições das Emendas nºs 1 e 2 apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1999.

Era esse o relatório e o voto com relação às emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Geraldo Althoff. Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena para apresentação do seu voto em separado.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tivemos a oportunidade, nesse últimos dias, de realizar um grande e importante debate acerca do projeto que tramita na Casa. Tanto na segunda-feira como ontem, participamos de um amplo e democrático debate com os representantes da associação dos fiscais da Previdência, com os representantes e técnicos do DIAP e com o Ministro da Previdência.

Com surpresa ou indignação, durante todo o debate feito com o Ministro, tivemos a oportunidade de ver que tudo que tinha sido afirmado tanto pelos fiscais da Previdência como pelos estudos apresentados pelo DIAP, estudos apresentados pelo próprio IPEA, portanto, por técnicos economistas do próprio Governo Federal, além de não resolver o problema da Previdência, impõe muito mais perdas a milhões de trabalhadores que estão para se aposentar tanto, agora, no período de transição como especialmente daqui a cinco anos.

Insistentemente fizemos questionamentos, mas o Ministro não respondeu em relação a vários estudos. Aliás, o Ministro usou um termo muito interessante para se referir aos sonegadores. Ele disse que sonegador é mal caráter. Eu realmente entendo que aqueles que não cumprem com suas obrigações são realmente mal caráter. E nesse caso, o malcaratismo, conforme palavras do Ministro, tanto seria empregado no caso dos empresários sonegadores, como também na União, que não cumpre nem ao menos com a sua parcela da cota previdenciária.

Discutimos ontem vários estudos feitos por economistas do IPEA, os quais analisaram dívidas da União, contraídas desde 1962. Foram 4,5 bilhões em 1962; no período de 1967 a 1981, mais 22 bilhões; e, depois, a dívida é acrescida de mais de 10 bilhões. Segundo os dados dos economistas do próprio Governo – o IPEA é do Governo –, a dívida da União, apenas com a cota da Previdência, já está em mais de 33 bilhões.

Também tivemos a oportunidade de discutir com o Ministro é claro que S. Exª não negou, porque não poderia fazê-lo as dívidas de sonegação, que foram apresentadas aqui tanto pelos técnicos do DIAP, como pelos técnicos e fiscais da Associação de Fiscais da Previdência. As dívidas da União e as dívidas dos sonegadores da Previdência totalizam mais de 50 bilhões.

Observamos também, por meio de vários relatórios de execução orçamentária da própria Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, dados que mostram os desvios patrocinados pelo Governo em relação à arrecadação efetivada nas principais contribuições sociais e a parcela subtraída especialmente pelo Fundo de Estabilidade Fiscal, em vários outros momentos, em relação a outros desvios.

Portanto, além da sonegação, da omissão diante da sonegação, do não cumprimento por parte da própria União com a parcela da cota da Previdência, dos desvios patrocinados pela União na arrecadação efetivada nas principais contribuições sociais, além de tudo isso, discutimos ontem o projeto de lei do Orçamento da União para o exercício de 2000. Embora o Ministro tenha dito que o orçamento está deficitário, tivemos a oportunidade de, no próprio Orçamento, observar que, na proposta do Governo, existe um superávit de 10 bilhões, partindo do pressuposto apenas da fonte 154, que é a fonte da receita da contribuição empregadores e trabalhadores para a Seguridade Social. Analisamos também todas as despesas nas fontes – todos sabemos quais são – por projeto ou atividade. Mostrou-se isso.

Ontem também foi mostrado, de forma concreta, que existem perdas. E o próprio Ministro reconheceu isso, ao dizer que estava tirando de alguns setores para supostamente ampliar em diversos outros setores. O Ministro repetiu ontem que há perdas. Realmente, há perdas. Existem vários exemplos de perdas; vários cálculos foram apresentados pelas mais diversas entidades.

É claro que ontem o Ministro disse que não iria fazer o cálculo, que iria fazê-lo no computador da Previdência e que depois o encaminharia, conforme os exemplos que estávamos apresentando. Mas muitas pessoas que lidam com algumas planilhas eletrônicas, com uma máquina de calcular maior, fazem esse cálculo. O coitado do beneficiário, especialmente o aposentado por velhice, ao chegar ao INSS e ser perguntado pelo técnico se quer que o cálculo seja feito com ou sem fator como existem perdas na aplicação do fator, o Ministro diz que ele pode fazer essa opção, vai ter de confiar na informação dada por alguém do INSS, porque jamais poderá calcular isso. Se nem o Ministro pôde fazer o cálculo e disse que o faria no computador da Previdência, imaginem o beneficiário comum!

Então, existem perdas que foram efetivamente reconhecidas pelo Ministro ontem, nesta Casa.

Em função disso, Sr. Presidente, apresentamos várias alterações ao projeto. A primeira delas é relativa à licença-maternidade. Tivemos a oportunidade de discutir com várias entidades que, durante toda a sua trajetória de vida, lutam pelos direitos das mulheres. Tivemos a oportunidade de discutir com toda a bancada feminina as questões relacionadas à licença maternidade, especialmente no que se refere à alteração da fonte pagadora do benefício. Todos sabemos a gigantesca burocracia que será criada na vida das mulheres, passando inclusive por novas investigações dentro do próprio INSS, antes de ela ter assegurado o seu benefício. Hoje, a gestante imediatamente tem acesso ao incentivo, à licença maternidade na sua própria empresa. A modificação da fonte pagadora concretamente cria constrangimentos, empecilhos e mais burocracia, sem qualquer alteração significativa do ponto de vista do tão cantado em verso e prosa déficit da Previdência.

Uma outra questão que buscamos alterar refere-se ao salário-família. Pelo amor de Deus, todos sabemos o significado do salário-família! Todos sabemos que esse nome deveria até ser modificado, porque atribuir a um pai ou uma mãe de família R$9 e dizer que isso é salário-família é uma vergonha muito grande! A adversidade imposta ao trabalhador e à trabalhadora torna-se maior ainda pois, além das restrições atuais – importantes, é verdade –, relacionadas à questão da apresentação do cartão de vacinação, para ele terem acesso ao salário-família, conforme a modificação, precisarão ainda mostrar que seus filhos estão matriculados nas escolas.

Ora, o Governo quer efetivamente garantir que as pessoas tenham direito à escolaridade – e acho uma reivindicação justíssima, pois todos sabemos que só o acesso à educação possibilita ao ser humano ser senhor ou senhora de seu próprio destino –, mas atrelar isso à possibilidade de garantia do salário-família é de uma perversidade e de uma crueldade gigantescas. O Governo Federal tem um projeto de renda mínima – de baixo valor, mas é um projeto de renda mínima –, o Governo Federal tem um projeto de bolsa-cidadã justamente para possibilitar escolas para as crianças que estão submetidas ao trabalho. É pouco? É, mas já existe um incentivo oficial com relação à questão da inclusão na escola. Pois bem, incluir esse fato como obrigatoriedade para o salário-família, só se aprovássemos algumas das modificações que estamos propondo. Para se incentivar isso, que pelo menos se dobre o salário-família. Apresentamos, inclusive, um substitutivo definindo de onde virão os recursos, propondo até a criação de uma nova fonte de custeio para a seguridade no sentido de possibilitar o aumento para R$18. Ou seja, já estamos apresentando uma nova fonte de custeio para que a desculpa do déficit não seja apresentada.

Uma outra questão. A questão tanto da ampliação do período básico do cálculo como em relação ao fator previdenciário. Tivemos a oportunidade de discutir esse assunto durante vários dias nesta Casa. Embora a discussão do mérito deva ser feita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, é claro que todas as Comissões têm também a obrigatoriedade de discutir a constitucionalidade, e tivemos a oportunidade de discutir a inconstitucionalidade da expectativa de sobrevida, a nova variável criada no chamado fator previdenciário.

A expectativa de sobrevida está mergulhada na inconstitucionalidade, mas ainda existe algo muito mais grave: a injustiça da expectativa de sobrevida. A partir do momento em que se estabelece, enquanto variável para a concessão do benefício, a expectativa de sobrevida, todos sabemos que é extremamente injusto, especialmente nós, da área da saúde, que lidamos com dados demográficos, com indicadores sociais, com estudos epidemiológicos. É injusto porque não podemos dizer que a expectativa de sobrevida de alguém que come, tem onde morar, tem estudos e

vive em uma condição social melhor é igual à expectativa de vida do favelado, do pobre, do miserável, do desempregado. Não é igual!

Ontem, o Ministro, na discussão do subteto – porque sabemos onde está o problema da Previdência, além da sonegação, além da omissão, além da irresponsabilidade do Governo, sabemos onde está o problema da Previdência, inclusive dos Estados e dos Municípios, dos altos salários, desses que não são tocados, nos altos salários, daqueles que têm aposentadoria de Governador, de Senador, de Deputado, de não sei o que mais. Esses é que estouram efetivamente muitas das Previdências estaduais. Esses continuam absolutamente intocáveis.

E ontem o Ministro dizia que achava importante se estabelecer subtetos diferenciados para os Estados, inclusive citava o exemplo ontem de que, claro, as condições de São Paulo não são as mesmas do Acre. Portanto, ele propôs ontem que os Estados tivessem a autonomia de estabelecer subtetos diferenciados. Se o subteto vale para a questão financeira, a expectativa de sobrevida tem de valer também em relação às condições de vida da população, que se altera significativamente. Muitos, especialmente aqueles que estão inclusive em todos os cálculos apresentados pela Previdência. Muitos desses cálculos mostram as frias estatísticas oficiais de vida dos beneficiários estão muito abaixo, inclusive, da expectativa de sobrevida formalmente apresentada nacionalmente.

Então, auxílio-funeral?! Será que isso irá se transformar em auxílio-funeral, especialmente para os mais pobres, para aqueles que começam a trabalhar muito mais cedo, para aqueles que em função da sua condição de miserablidade, acabam contribuindo muito mais tempo, acabam trabalhando muito mais tempo, começando a contribuir muito mais cedo, e no momento em que ele for buscar a aposentadoria, muitos sequer poderão chegar lá para buscar a aposentadoria e milhões não chegaram a gozar efetivamente dessa aposentadoria.

Isso além das perdas que foram apresentadas pelo Ministro ainda bem que o Ministro afirmou em duas oportunidades que existem perdas. Existem perdas, sim. Em relação a todos os setores existem perdas. Existem vários cálculos apresentados. O Diap fez um gigantesco trabalho, apresentou para todos os Senadores. O Ministro não conseguiu fazer qualquer exemplo ontem e, portanto, não conseguiu desmentir qualquer dos cálculos que haviam sido apresentados nesta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, espero que possamos neste momento de muita dificuldade nacional, em que sabemos da precarização das relações de trabalho praticamente 60% da nossa população economicamente ativa que está realmente fora da realidade de mercado, no mercado informal. Sabemos que isso é um complicador muito grande, inclusive, para a questão do caixa da Previdência, que sem estabelecermos a real cobrança daqueles que sonegam o dinheiro da Previdência, aqueles que não assumem, como a União, a sua cota previdenciária, aqueles que desviam dinheiro da Previdência, não é possível que seja mais uma vez o trabalhador brasileiro punido em relação a isso. Nós sabemos que nenhum trabalhador brasileiro pode sequer se aproximar da porta do INSS para falar em benefício se ele não tiver todos os carimbos efetivados. Se ele não os tiver, jamais pode se aproximar da porta do INSS.

Então não é justo que, mais uma vez, a corda arrebente do lado mais fraco. Não é justo que mais uma vez, para cumprir superávit do Fundo Monetário Internacional, tenhamos que prejudicar a gigantesca maioria da população brasileira.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos abrir os debates, colocando em discussão o parecer do Senador Geraldo Althoff, que tem preferência sobre o voto em separado.

Está em discussão.

Eu gostaria de sugerir à Comissão, já que de praxe são 3 minutos para a discussão, como o assunto é importante, 5 minutos para cada Senador. Indago se a Comissão concorda com esse tempo para cada Senador que se inscreva para discussão, se é suficiente esse tempo. (Pausa.)

Se todos concordam, vamos estabelecer esse tempo.

Que fique registrado que eu consultei e que a Comissão concordou, porque ontem foi assim também.

Está em discussão o parecer do Senador Geraldo Althoff. (Pausa.)

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra a Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos analisando nesta Comissão, embora cumprindo o prazo regimental, sem dúvida, estamos votando de uma forma bastante rápida dentro do Senado Federal.

Este projeto do Poder Executivo chegou em agosto na Câmara e, praticamente, está nesta Casa não mais do que dez dias, se não me falha a memória, embora tenhamos tido dois momentos que considero importantíssimos para a discussão e a compreensão e, principalmente, o posicionamento de cada Parlamentar em relação ao tema, que foram as audiências públicas, realizadas na segunda, que tivemos aqui, assim, como outros Senadores, embora com um **quorum** menor, mas alguns estiveram. Praticamente a base do Governo não esteve presente. E ontem, com a presença do Ministro, onde o **quorum** já foi mais alto. E tivemos a oportunidade de reforçar a idéia que temos em relação a este projeto. Realmente, ele é profundamente pernicioso à medida que ele busca alterar os regimes de custeio da Previdência, na tentativa de aumentar arrecadação da Previdência e reduzir gastos com os benefícios. Ele, sem dúvida, chega de uma forma perversa e aplica uma fórmula – que já foi dito aqui e muito bem colocado – que dificilmente o trabalhador – e o trabalhador simples, porque esse projeto vai atingir os mais humildes, aqueles que recebem salários menores – vai saber como realmente vai ser a sua vida daqui para frente.

Então, o que vimos? Não vou me deter, aprofundando algumas questões, até porque a Senadora Heloísa Helena já o fez com muita propriedade e, inclusive, quero cumprimentá-la pelo substitutivo que apresentou, porque também pensávamos nesse sentido. Mas, tendo em vista que S. Exª apresentou, entendemos que já era suficiente apenas manifestar o apoio, pedir o voto e buscar sensibilizar os Srs. Senadores e Srªs Senadoras de que esta Casa também pode, assim como a Câmara fez, buscar diminuir – porque não vai ser um bom projeto nunca – as conseqüências que trarão aos trabalhadores deste País.

Se falarmos no cálculo do benefício, aqui já foi falado. Nele estão postas duas situações: uma, para os que ainda não cumpriram as exigências para concessão do benefício, e aos que se filiarem.

Realmente, os novos filiados, infelizmente, nem saberão como é feito esse cálculo. Tenho certeza que vai ser muito complicado para eles entenderem.

As perdas, no que se refere à aplicação do Fator Previdenciário, sabemos que essa fórmula foi colocada de uma maneira, primeiro lugar, resgatando alguma coisa que consideramos inconstitucionalidades. O Congresso Nacional disse que não queria para o modelo brasileiro a consideração da idade do trabalhador ao se aposentar. Até porque sabemos que neste País há uma diferença muito grande. Até pela extensão, pelas características sociais, econômicas, pessoas que começam com 15 anos, enfim, então não se colocou a idade. O que está se buscando? Introduzir na fórmula a idade, para calcular o salário que a pessoa vai receber quando atingir o seu tempo de contribuição. Então, isso é uma inconstitucionalidade e contraria, inclusive, a posição do Congresso Nacional.

A própria política de redução de benefícios. Porque sabemos que, tendo todos os trabalhadores completados o seu período de contribuição, por exemplo, um homem com 35 anos de contribuição, que tenha 50 anos de idade, ele, pelo que diz na Constituição, já cumpriu o tempo de contribuição e já poderia se aposentar. Se ele chegar no INSS e pedir a sua aposentadoria, ele só vai levar 70% do seu salário.

Então, dizer que é um projeto que favorece, que busca a igualdade, que busca a justiça e que busca arrecadar recursos para a Previdência, considero altamente enganosa essa afirmação. Esse homem, e prestem atenção, com 35 anos de contribuição, com 50 anos de idade, só pode pegar 70% do seu salário. Ele vai ter ali, se ele quiser garantir o que diz na Constituição, 30% a menos do seu salário. Ele vai ter que ir a 59 anos de idade trabalhando, portanto, nove anos mais da sua vida para ele chegar àquele salário que a Constituição já lhe garante pelo tempo de contribuição que tem. Por exemplo, uma mulher com 45 anos e 30 anos de contribuição receberia 58% do seu salário. Teria que chegar a 59 anos. Vejam que a mulher é ainda mais penalizada. E assim vai o professor, a professora, também com esses problemas.

Falar sobre os dois pontos abordados pela Senadora Heloísa Helena – licença maternidade e salário-família –, é redundância, mas é importante, e particularmente não posso deixar de me associar à proposta e às emendas do substitutivo da Senadora.

Quanto à licença maternidade, no momento em que se busca alteração da fonte pagadora, estamos prejudicando a mulher, dificultando e burocratizando um direito que foi uma conquista, uma luta das mulheres, com a compreensão inclusive dos homens quando da Constituição de 1988. Hoje, a empresa constata que sua funcionária está grávida, teve o filho e lhe concede o benefício. Pela nova proposta, ela terá que ir ao INSS, se submeter a exames periciais, uma série de dificuldades. Imaginem a dificuldade para a mulher grávida que mora no interior do Brasil ou nos grandes centros urbanos, como São Paulo e outras capitais, conseguir o seu direito à licença maternidade.

Do salário-família nem se fala. É uma vergonha o valor de R$9,05 por filho. Precisamos de projetos mais ousados, com a renda mínima, a bolsa-escola.

No momento em que se desvincula, o que é inconstitucional, 20% para o FEF, se obedecermos ao que diz a Constituição, não há déficit.

Sr. Presidente, esta Comissão deixa uma lição para todos nós no sentido de que, cada vez mais, temos que ter o direito a nossas posições diferenciadas, fazer o nosso debate. A presença da Deputada Jandira Feghale foi excelente como contribuição.

Peço licença para registrar nos **Anais da Casa** a posição do Dr. Reinhold Stephanes, publicada na **Gazeta do Povo**, em Curitiba. Considero importante observarmos no mínimo dois parágrafos, Sr. Presidente. S. Srª diz que "o novo projeto de cálculo da aposentadoria é uma prova de que a mudança é tardia e incompleta e o pior, no entanto, é que o projeto reativa antigas práticas de criar alternativas para driblar os problemas, ao invés de enfrentá-los". Mais adiante, o ex-Ministro diz que "a nova fórmula do fator previdenciário surge como uma maneira mágica para substituir a falta de idade mínima no sistema, que é uma invenção brasileira, já que não há referência dela nos 130 países que têm uma previdência organizada". Ainda diz que "na prática, os segurados do regime geral da Previdência Social terão o valor dos seus benefícios ainda mais diminuídos e que, para recuperar a diferença, terão que trabalhar mais 7 ou 8 anos no mínimo". Observa que "para um país que já pensou em equiparar a regra dos regimes, está se aumentando a distância entre o setor público e o privado". E conclui dizendo que "o fator previdenciário proposto, além de não atender à boa técnica e doutrina universal, não cumprirá seu objetivo, além de contrariar o princípio constitucional da equidade. Torço para que o bom senso e a lógica prevaleçam sobre velhos hábitos de contornar os problemas sem resolvê-los na sua origem. A idade mínima é o fundamento correto e justo, sob o ponto de vista social, e nos pouparia de novas invenções sem certificado de garantia".

Perguntaria à Mesa se, regimentalmente, não temos como encaminhar o pedido de preferência do substitutivo da Senadora Heloísa Helena, já manifestando que voto com o substitutivo da Senadora e, caso rejeitado, voto contra a matéria porque a considero profundamente injusta com os trabalhadores deste País.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não há necessidade, Senadora Emilia Fernandes, pois quem quiser votar com o substitutivo vai votar contra o parecer do Senador Geraldo Althoff. Portanto, fica mantida a preferência para votação do parecer do Senador Geraldo Althoff.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido por 5 minutos.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, parabenizar a Senadora Heloísa Helena pelo seu brilhante voto em separado, pelas suas convicções e pela explanação que fez, com cujo conteúdo concordo integralmente.

Esse projeto, já discutimos aqui em audiência pública com representantes da Anfip, do DIAP e finalmente, ontem, com o Ministro da Previdência. A verdade é que o Governo Federal, quando encaminhou sua proposta de reforma previdenciária, dizia que as pessoas que já têm direito adquirido e que estão no mercado de trabalho podiam ficar tranqüilas porque não haveria qualquer prejuízo para elas. E quando as centrais sindicais, os sindicatos, as entidades e associações de aposentados e pensionistas questionavam isso, ele reafirmava que não se preocupassem porque quem já está no mercado de trabalho e com direitos garantidos não seria afetado. Mas essa não é a verdade.

Vimos, posteriormente, que o Governo apresentou ao Congresso uma proposta de definição de idade mínima para a aposentadoria, sendo 60 anos para o homem e 55 para a mulher, vindo a ser derrotada pelo Congresso. Como foi derrotada, o Governo agora vem com outro projeto, que, usando artifícios – eu diria: um contrabando –, tem a finalidade de aumentar a idade para aposentadoria. Quer dizer, não diretamente, mas de forma indireta, é isso que está proposto. Ele prejudicará o cálculo para a aposentadoria. Por exemplo, se um trabalhador for se aposentar após cumprir seus 35 anos de contribuição perderá até 50% dos seus proventos como aposentado, o que o obriga a permanecer no mercado de trabalho até morrer ou até chegar aos 65 anos, quando receberá a chamada "aposentadoria boa-morte". É isso que está no texto da proposta governamental, e representa mais um engodo para a população. E agora, com esse novo projeto do Governo, até os trabalhadores rurais vão ter que contribuir por 180 meses, para terem direito à aposentadoria. Dessa forma, não só os trabalhadores urbanos, mas também os rurais, estarão incluídos nessa proposta do Governo.

Portanto, considero essa proposta cruel com os trabalhadores e, mais uma vez, verificamos que ela só traz prejuízos. Quando é dito ao Ministro que os trabalhadores serão prejudicados no tocante ao cálculo de seus benefícios, ele argumenta dizendo que eles têm o direito de fazer opção. Claro que têm direi-

tol Mas como fazer se o cidadão vai se sentir altamente prejudicado na sua mísera aposentadoria?

Quanto à expectativa de vida, é verdade – e já falamos sobre isso várias vezes – que para a população de baixa renda, aqueles que vivem na miséria, ganham salário mínimo e vivem em situação precária, a expectativa de vida não chega aos 60 anos de idade, sendo superior a essa idade para a classe média, os mais abastados e com melhor qualidade de vida. Portanto, o que estamos vendo é esse projeto trazer ao trabalhador, ao segurado da Previdência Social o auxílio-funeral.

Diante desses argumentos, meu voto é pelo substitutivo da Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão o parecer do Senador Geraldo Althoff. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com os votos contrários da Senadora Heloísa Helena, da Senadora Emilia Fernandes, do Senador Geraldo Cândido e do Senador Tião Viana.

Quero deixar claro que o relatório do Senador Geraldo Althoff, aprovado, contém uma emenda de redação do próprio Relator, com as duas emendas que foram apresentadas e rejeitadas.

Portanto, está aprovado o parecer do Senador Geraldo Althoff.

Item 2:

Aliás, tínhamos um acordo com o Senador Geraldo Cândido de invertermos a pauta e colocarmos o item 12 da pauta.

Item 12:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 1997

Revoga o parágrafo único do art. 442 da CLT, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O autor é o Deputado Aluízio Nunes Ferreira. O Relator é o Senador Geraldo Cândido.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1997 (nº 2.226, de 1996, na Casa de origem), que revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O Diploma Legal em apenso apresentado ao Plenário da Câmara dos Deputados, em 6 de agosto de 1996, pelo Deputado Aloysio Nunes Ferreira, revoga a Lei nº 8.949, de 9 de dezembro de 1994, que instituiu o parágrafo único no art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho, com a seguinte redação deste:

> Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativista, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviço daquela.

Na Câmara, foi apreciado pelas Comissões de Trabalho, de Administração, de Serviço Público e de Redação, tendo sido seus Relatores os Deputados Ildemar Kussler e Nilson Gibson, respectivamente.

Em ambas as Comissões, recebeu parecer favorável, aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em junho de 1997, e foi encaminhado a seguir ao Senado Federal e despachado à audiência da Comissão de Assuntos Sociais.

Em 18 de setembro de 1997, foi aprovado pelo Plenário requerimento do Senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 31/97 com o PLS nº 156/97, de autoria do Senador Júlio Campos, que propõe nova redação ao parágrafo único do art. 442 da CLT.

Em janeiro de 1998, o Senador Jonas Pinheiro, como Relator da Comissão de Assuntos Sociais, apresentou seu parecer na forma de um substitutivo e neste mantém a revogação da Lei nº 8.949, de 9 de dezembro de 1944 e do parágrafo único do art. 442 da CLT e, nos mesmos termos do projeto aprovado na Câmara, acrescenta um novo capítulo referente às cooperativas de trabalho.

A Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo. Em fevereiro do mesmo ano, o Senador Beni Veras apresentou voto em separado, no qual altera a redação da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e mantém o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho, renumerando-o como §1º, e acrescentava outros parágrafos.

O PLC nº 31, de 1997, recebeu ainda uma emenda de autoria do Senador Carlos Bezerra como substitutivo, a qual acrescenta parágrafos no art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Este é o Relatório.

Voto

A inclusão de um parágrafo único no art. 442 na CLT se deu através de Projeto de Lei do Deputado Adão Pedro, do PT do Rio Grande do Sul, o qual

transformou-se na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1997. Com seu projeto, o Parlamentar gaúcho atendia a um pedido do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que vinha sofrendo sérios problemas com ex-associados de cooperativas de produção dos assentamentos rurais. Dos quais, ao se retirarem das mesmas, ajuizavam na Justiça do Trabalho reclamações trabalhistas. Logo se verificou, porém, que esse dispositivo abria uma brecha perigosa na legislação trabalhista. Dela, muitos se aproveitaram para criar falsas cooperativas, as chamadas gatos-cooperativas ou fraudes-cooperativas, cujo único objetivo era burlar a legislação trabalhista privando os trabalhadores, os empregados de seus direitos e se beneficiando das isenções tributárias concedidas às cooperativas tradicionais. Cedo se fizeram ouvir protestos não apenas de sindicatos, federações e confederações de trabalhadores, mas também da própria Justiça do Trabalho.

Diz acertadamente o Deputado Aluísio Nunes Ferreira na justificativa de seu projeto: "Tal norma tem gerado, na realidade, interpretações distorcidas, o que tem trazido inúmeros problemas notadamente nas áreas rurais, onde muitas justificativas fantasmas têm sido criadas, a fim de burlarem a legislação trabalhista".

Cabe observar que desde quando essas justificativas foram escritas, o problema se agravou, multiplicando-se também nas cidades, aproveitando a onda de terceirização. Rebatendo o argumento de que o parágrafo que pretende suprimir não altera norma trabalhista, diz o Deputado, mais uma vez, acertadamente: "Se há cooperativas formalizadas, mesmo provada, a prestação de trabalho caberá ao reclamante convencer o juiz de que, por uma razão ou outra, trabalhava subordinadamente". E prossegue: "Não podemos, nesse situação, aceitar uma ficção jurídica como a presunção, pois colocamos sobre os ombros do empregado o ônus de comprovar não só que trabalhava subordinadamente mas, em muitos casos, se a cooperativa a qual está associado, foi criada e funcionava dentro dos parâmetros legais, tendo em vista que nem sempre há fiscalização suficiente dos órgãos públicos, a fim de comprovar qualquer ilegalidade".

O Senador Jonas Pinheiro, na qualidade de Relator do PLC nº 31, de 1997, teve oportunidade de manter entendimentos com a liderança do Movimento Cooperativista, representantes sindicais de trabalhadores e prestadores de serviços, membros da Justiça do Trabalho, representantes do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, bem como com especialistas e estudiosos do assunto, concluindo que, na realidade, o texto constante da Lei nº 8.949, de 1994, objeto de revogação pelo PLC nº 31, de 1997, estabeleceu uma generalização de prestação de trabalho cooperado sem a observância de quaisquer limites ou pré-requisitos. Entendo que essa condição afronta os princípios consignados na legislação trabalhista; de maneira particular, o dispositivo específico que caracteriza a condição de empregado estabelece a subordinação e o vínculo empregatício". Prossegue: "Daí se conclui que o parágrafo único do art. 442, da CLT, teve o efeito de desmontar o arcabouço trabalhista, especialmente de anular o que é previsto nos arts. 2º e 3º da CLT".

Há um consenso no Congresso de que o problema existe e deve ser resolvido. Como se pode deduzir das emendas e substitutivos apresentados, tanto no Senado quanto na Câmara, mesmo os que procuram manter o parágrafo, acrescentando-o ao art. 442, da CLT, busca eliminar seus efeitos daninhos, inserindo parágrafos adicionais que reafirmam a prevalência da relação trabalhista, quando for o caso. Um exemplo disso é o substitutivo apresentado pelo Senador Beni Veras, cujo parágrafo 4º propõe adicionar ao mesmo artigo da CLT o seguinte parágrafo: "Ficará caracterizado o vínculo empregatício do associado com a cooperativa e solidariamente com o tomador do serviço, quando se verificar na prestação de serviços". Concomitantemente aos pressupostos da subordinação jurídica, da não eventualidade, da pessoalidade e da onerosidade, a respeito dessa formulação, em particular, cabe observar que ela não resolve a inversão do ônus da prova criada pelo atual parágrafo único do art. 442 da CLT, como tão acertadamente apontou o Senador Jonas Pinheiro. Ainda a respeito do substitutivo apresentado pelo Senador Beni Veras, os parágrafos 2º e 3º não dizem respeito aos objetos da CLT, não sendo, portanto, adequado que sejam a ela adicionados. "Concordo, mais uma vez, com o Senador Jonas Pinheiro."

Conclui também que esses princípios e condições de vinculação de trabalho não devem constar da Consolidação das Leis do Trabalho, por constituírem matérias específicas, alheias, portanto, aos objetivos da Consolidação.

Muitas dessas distorções e desvirtuamentos assentam-se, sobretudo, na inexistência de dispositivo que contemple, na legislação específica que versa sobre a política nacional de cooperativismo de maneira particularizada, as cooperativas do trabalho com definição de princípios para seu enquadramento e funcionamento, bem como relações de vínculo que

elas teriam com seus associados e com os contratantes de seus serviços.

Porém, como legisladores, temos que levar em conta a celeridade processual. Oportuno se faz lembrar que esse projeto foi apresentado à Câmara dos Deputados em agosto de 1996, estando no Senado Federal, desde julho de 1997. Caso o PLC nº 31/97 seja aprovado, como veio da Câmara Federal, sem modificações, irá diretamente à sanção presidencial. O necessário disciplinamento das cooperativas de trabalho não ficará prejudicado, pois nada impede que este seja apresentado por esta Casa, de forma independente.

O que ganharíamos se adicionássemos dispositivo para disciplinar as cooperativas de trabalho? Quase nada, mas teríamos que aguardar nova tramitação na Câmara Federal, continuando em vigência o parágrafo único do art. 442 da CLT, que ninguém defende. Que fique como está. Qualquer alteração feita só atenderia àqueles que querem sempre encontrar meios para driblar a legislação trabalhista, conforme notou o Deputado Ildemar Kussler, Relator na Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.

Diante do exposto, o voto é pelo não-acolhimento da emenda apresentada como substitutivo pelo Senador Carlos Bezerra; segundo, pelo não-acolhimento da emenda apresentada como substitutivo pelo Senador Beni Veras; terceiro, pelo não-acolhimento da emenda apresentada como substitutivo pelo Senador Jonas Pinheiro, sugerindo que os dispositivos que disciplinam as cooperativas do trabalho sejam reapresentados a esta Casa de modo a terem tramitação independente. Pela aprovação do PLC nº 31/97, na sua forma original.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a partir da aprovação desse parágrafo único do art. 442 da CLT, como todos nós sabemos, já existe, no Brasil, principalmente no interior, a precarização dos direitos trabalhistas. Cada vez, aumentou mais, de forma acentuada, na medida em que esse artigo propicia que as cooperativas chamadas Ford Cooperativa ou a Coopergato se organizem e, com isso, os trabalhadores são contratados, sem nenhum direito trabalhista, quer dizer, então a precarização aumenta de forma acentuada.

Só para termos uma idéia, nos últimos cinco anos, a partir da criação do artigo, da aprovação dele na CLT, foram criadas 149 cooperativas de trabalho no Estado de São Paulo, cerca de 90% das quais montadas apenas para burlar a legislação trabalhista.

Em 1994 havia 42 cooperativas no Estado, e esse número quintuplicou, chegando, hoje, a 191 identificadas.

Segundo, essas organizações apresentam-se aos empresários como alternativa barata e legal de terceirização;

Terceiro, nas regiões Norte e Noroeste de São Paulo, onde estão os laranjais mais produtivos do mundo, cerca de 45 mil colhedores de laranja foram obrigados a se dobrar ao contrato de trabalho por meio de cooperativas. O mesmo ocorre com cerca de 100 mil trabalhadores na indústria de construção civil nos estados da região Sudeste do País.

O maior hotel do litoral cearense, o Praia das Fontes Parque Hotel, não tem nenhum empregado na sua folha de pagamento. Todos os seus funcionários pertencem a uma cooperativa criada sob medida para os serviços do empreendimento. Todo um pólo de indústrias de calçados no Ceará, cujos produtos são destinados a exportação, foi montado sob o regime das cooperativas de trabalho.

Foi um erro imperdoável do Congresso aprovar uma lei explicitando na CLT que o trabalhador contratado por uma empresa sob o guarda-chuva de uma cooperativa não teria vínculos com seu empregador. Deve-se destacar que muitas cooperativas fraudulentas não estão filiadas à OCB, pois elas não querem nenhum vínculo orgânico e sobrevivem graças a esse parágrafo único do art. 442 da CLT.

Recebi documentação – está em meu gabinete – da fiscalização do Ministério do Trabalho, da CNTC Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, do Ministério Público, contendo denúncias, que se eu fosse trazer seria uma pilha enorme; fitas de vídeo do Ceará, de São Paulo, sobre esse tipo de trabalho precário que podemos considerar como trabalho escravo.

Existe uma preocupação das cooperativas, o pessoal da OCB e de outras cooperativas, no sentido de que, ao revogar o artigo, eles ficariam descobertos, sem nenhuma proteção. Já criamos uma comissão que está discutindo com representantes da OCB, com nossa assessoria, representantes do Ministério do Trabalho, da Fiscalização, com representantes da Previdência Social e do Ministério Público, que está propondo a criação de uma portaria interministerial do Ministério da Previdência e do Trabalho, para que ela atue nesse período enquanto poderemos aprovar no Congresso uma lei que regulamente as cooperativas de trabalho. Criar uma lei dentro da lei das cooperativas, porque não se pode legislar sobre cooperativas de trabalho dentro da CLT.

Então, já houve a segunda reunião dessa comissão e a proposta é revogar o parágrafo, publicar a portaria interministerial do Ministério do Trabalho e Previdência Social – essa cooperativa com leis normativas que funcionaria nesse intervalo enquanto se aprova uma lei que regulamente as cooperativas de trabalho. Sobre isso estamos discutindo e está tendo um acordo sobre essa questão.

É esse o relatório que encaminho como voto pela revogação do art. 442 da CLT.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedido vista ao Senador Moreira Mendes.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, também estava pensando nisso. A Deputada Federal Luiza Erundina pediu a minha assessoria que eu também desse uma olhada nesse projeto.

Trata-se de um projeto muito importante e temos que analisar as suas conseqüências. Gostaria, inclusive, de conversar com V. Exª, que é um dos que mais entendem da matéria, porque são duas posições e considerando que o Relator não aceitou nenhuma das emendas, creio que vamos ter que analisá-lo nas suas conseqüências com relação ao cooperativismo.

As duas posições são absolutamente injustas. Se analisarmos o projeto, verificaremos, como disse o Relator, que se trata de um assunto da maior importância e do maior significado. O projeto tem conteúdo. Agora, temos de ver qual o resultado disso com relação ao cooperativismo; se diz respeito a essa fórmula ou não.

Fico até encabulado quando o Relator diz que esse projeto está na Câmara há não sei quantos anos, e não sei também há quantos anos aqui no Senado. Fica até ridículo. Mas assumo a responsabilidade de dizer que, depois do projeto estar há não sei quantos anos no Senado, estou tomando conhecimento disso agora. Sabia que o projeto estava tramitando, mas só fiquei sabendo que havia essa divergência quando a Deputada Luiza Erundina fez chegar ao meu gabinete a solicitação para eu fazer um estudo maior sobre a matéria. Infelizmente esta Casa é assim. É culpa de todos nós. Nesta Casa, ou o projeto tramita rapidamente ou fica engavetado. Não conseguimos ainda aquele meio-termo, ou seja, nem o de votá-lo rapidamente – até sem lê-lo –, nem o de deixá-lo na gaveta. Estou apenas assumindo a responsabilidade; não estou culpando ninguém, a não ser a mim próprio. Deveria estar preparado para vir a esta reunião com o estudo feito, mas já é a quarta Comissão a que compareço, e agora estou indo para a quinta reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Por causa desse pedido da Deputada Luiza Erundina* estou aqui, senão não teria vindo, porque está sendo apresentado o relatório final na Comissão da Pobreza. Acredito que o ilustre Relator concordará com a proposta de pedirmos vista.

Sr. Presidente, essa é uma forma de analisarmos e ficarmos prontos para votar com mais tranqüilidade esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Pedro Simon, V. Exª tem toda a razão. As matérias, nesta Casa, ou demoram demais ou são colocadas, às pressas, em votação.

Nesta Comissão, temos procurado corrigir exatamente esses dois extremos. Acordamos com todos os Srs. Senadores – e isso tem sido cumprido por todos eles –, que, assim que chega um projeto, eu o distribuo para o Relator, e este tem um prazo regimental para devolvê-lo. Aqueles que não o devolverem no prazo regimental receberam um ofício desta Presidência solicitando que o façam. Portanto, estamos tentando cumprir exatamente, e com rigor, o Regimento, tendo o bom senso de não deixarmos nenhuma matéria arquivada. Aliás, não há, hoje, no âmbito desta Comissão, nenhum projeto de lei, nenhuma matéria aguardando o Relator. Apenas estamos aguardando que o Relator entregue à Comissão para que possamos colocar em votação. Estamos rigorosamente em dia na votação de todas as matérias nesta Comissão e V. Exª faz bem em alertar.

Consulto V. Exª se também pede vista do projeto.

O SR. PEDRO SIMON – Recebi um telefonema da minha assessoria, informando-me que foi a ex-Deputada Irma Passoni* que me fez o pedido, e não a Deputada Luiza Erundina.

Sr. Presidente, também peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, fica concedida a vista.

O SR. PEDRO SIMON – Quero fazer justiça à V. Exª e à Vice-Presidente pelo ritmo impressionante que estão dando a esta Comissão, a qual, antigamente, se reunia de vez em vez, pedindo por favor. Neste ano, creio, está-se batendo o recorde de assistência, de presença e de debate. Realmente fico muito emocionado ao ver o trabalho de V. Exª Quando criarmos, no Senado, a Comissão de Agricultura, imagino o que V. Exª fará na Presidência desta futura Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Fica concedida vista coletiva.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Como sou nomeado sub-Relator de um dos temas do PPA, e tenho uma reunião marcada para às 11 horas já são 11 horas e 20 minutos, pediria a inversão da pauta para colocar o Item nº 11, a fim de que pudesse relatá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Submeto, ao Plenário, se não houver contestação...

O SR. MOREIRA MENDES – Como a Senadora Heloísa Helena anunciou que pedirá vista, dou por lido o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se o Relator considera lido o parecer, aceitamos a sua posição.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. Heloísa HELENA – Sr. Presidente, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pedido de vista do Item nº 11 da pauta, que trata do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1995.

Todos os outros projetos são terminativos. Há evidente falta de **quorum**. Portanto, agradeço a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h23min.)

Ata da 34ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada dia dezessete de novembro de 1999.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia dezessete de novembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Carlos Bezerra, José Alencar, Marluce Pinto, Djalma Bessa, Geraldo Althoff, Moreira Mendes, Maria do Carmo Alves, Eduardo Siqueira Campos, Antero Paes de Barros, Lúcio Alcântara, Romero Jucá, Geraldo Cândido, Marina Silva, Sebastião Rocha, Heloísa Helena, Tião Viana, José Roberto Arruda, Álvaro Dias, Roberto Requião e Eduardo Suplicy. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a Audiência Pública com os Procuradores da República do Distrito Federal Luiz Francisco Fernandes de Souza e Guilherme Zanina Schelb, com a finalidade de prestarem informações sobre a ação cautelar preparatória da ação de improbidade e ação civil pública, contra o Senador Luiz Antonio Buffara, ex-Diretor do INDESP – Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, e outros, acusados de participação em esquema de corrupção relacionado com a abertura de salões de bingos eletrônicos. Após os depoimentos, fazem uso da palavra os Senadores Roberto Requião, Álvaro Dias, Heloísa Helena, Marina Silva, Geraldo Cândido, Eduardo Siqueira Campos e José Roberto Arruda, que solicita a inserção em Ata de projeto de lei que pretende apresentar sobre a extinção dos bingos no País. Os Senhores Procuradores entregam à Comissão cópias de diversos documentos amealhados no decorrer da investigação que procederam para impetrarem as ações em questão. São aprovados os Requerimentos nºs 26 e 27, de autoria do Senador Roberto Requião, para oitiva, respectivamente, dos Senadores João Elias Cardoso, ex-funcionário do INDESP e do delegado da Polícia Federal Luiz Fernando Ayres Machado, responsável pelo inquérito que apura as irregularidades no referido Instituto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos notas taquigráficas. Senador **Osmar Dias**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª sessão legislativa ordinária da 51ª legislatura.

A presente reunião destina-se à audiência pública com os Procuradores da República do Distrito Federal, Srs. Luiz Francisco Fernandes de Souza e Guilherme Zanina Schelb, com a finalidade de prestar informações sobre ação cautelar preparatória da ação de improbidade e ação cível pública contra o Sr. Luís Antônio Buffara e outros; e análise do Projeto de Resolução nº 1, de 1999.

Para esta reunião da comissão de Assuntos Sociais, vamos iniciar ouvindo os procuradores que aqui se encontram.

Mas antes eu gostaria de comunicar que a Comissão havia aprovado um requerimento de minha autoria, convocando os Srs. Paulo Araújo e Manfredini, ex-funcionários da Conab que, segundo denúncias, foram convidados a participar da elaboração da Portaria nº 23 que, na verdade, tem suscitado todas as denúncias que se encontram diariamente na imprensa, dando conta de irregularidades praticadas

pelo Ministério dos Esportes na concessão das autorizações para a instalação de novas casas de bingos. As denúncias já são conhecidas e envolvem inclusive a máfia italiana, dinheiro de narcotráfico. E é por isso que nós precisamos apurar. Mesmo porque os Srs. Procuradores aqui presentes têm uma ação cautelar que deve ser julgada, provavelmente ainda esta semana, contra o Indesp e o Sr. Luís Antônio Buffara e outros envolvidos citados naquela ação.

Também foi convocado para esta reunião novamente o Sr. Luís Antônio Buffara, que já não compareceu na primeira audiência que havia sido convocado porque apresentou atestado médico. Logo após a nossa convocação, ele se internou na Santa Casa de Curitiba, apresentou esse atestado médico de 15 dias, que venceu no dia 9 próximo passado. No entanto, nós tentamos para esta semana a sua convocação, mas não conseguimos encontrar nem o Sr. Luís Antônio Buffara, nem o Sr. Paulo Araújo, e sequer o Sr. Manfredini. Portanto, estes, para a Comissão, se encontram desaparecidos. Nós não conseguimos localizá-los, o que frustou, portanto, a presença deles aqui.

Assim sendo, nós continuaremos, já que há um requerimento aprovado, houve o vencimento da licença médica do Sr. Luís Antônio Buffara. Nós vamos consultar a Assessoria Jurídica do Senado para ver quais as providências que nós podemos adotar contra aqueles que, convocados, não compareceram e, sequer, deram qualquer satisfação a esta Comissão. É possível, portanto, investigar. Isto também revela uma certa suspeita de que todas essas denúncias têm um forte fundamento, já que evitam comparecer para se livrarem evidentemente da investigação.

Também devo comunicar que esta audiência só está sendo realizada porque o requerimento que apresentei para a instalação de uma CPI que investigaria esses fatos, o documento continha trinta e três assinaturas. No entanto, um dia depois, o requerimento apresentava apenas vinte e seis assinaturas. Houve a retirada, portanto, de sete, o que impossibilitou a realização da CPI. Infelizmente, temos que dar seqüência aos trabalhos da Comissão, que deve votar um projeto que pretende liberar os cassinos e os jogos no Brasil. Mas esse projeto só será colocado em votação após esclarecermos as denúncias e as dúvidas que cercam o caso.

A CPI não foi realizada, o que impossibilita uma investigação mais profunda, porque, com a CPI, podemos ter a quebra de sigilo e a convocação de elementos que devem comparecer, sob pena de serem responsabilizados caso não o façam. Perdemos a oportunidade. Pena que o Governo não tenha se empenhado para a realização da CPI. Pena que tenha feito o contrário, o que nos deixa também com uma grande dúvida a respeito do assunto e da sua relação com o Governo.

Como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, lamento não apenas que tenham os Senadores retirado a assinatura, mas também que líderes partidários e do Governo tenham se esforçado para que fossem retiradas. Pode parecer estranho eu estar falando aqui na Presidência da Comissão, mas as coisas precisam ser ditas com franqueza e com abertura. Foi o que ocorreu.

Cumprindo então a primeira etapa da reunião, vamos ouvir os Srs. Procuradores. Consulto qual seria a ordem. Fala primeiro o Sr. Guilherme Zanina Schelb, Procurador da República do Distrito Federal, está com a palavra.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Excelentíssimo Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, demais Senadores, para nós do Ministério Público Federal é uma honra comparecer a esta Casa para colaborar com a investigação e com o esclarecimento de um caso dessa envergadura, como é o caso dos bingos eletrônicos. Num plano maior, envolve também a questão do jogo ilegal e dos bingos, de maneira geral.

Gostaria de fazer uma breve exposição sobre os antecedentes legislativos que possibilitaram a instalação dos jogos de bingo no Brasil, pois é de suma importância compreendê-los. A chamada Lei Zico, de 1993, foi, sem sombra de dúvidas, a origem ao jogo de bingo no Brasil. Foi inclusive uma expressão plantada no texto da lei que possibilitou a proliferação dos bingos eletrônicos. Quando se referiu às modalidades de obtenção de recursos para fomento do desporto, a Lei Zico estabeleceu que entidades desportivas poderiam angariar recursos através do denominado bingos ou similares. A expressão "similares" gerou uma interpretação dúbia, possibilitando então que, com interesses escusos, proliferasse no Brasil a utilização do bingo eletrônico. Vamos explicar mais tarde exatamente o que configura o bingo eletrônico.

É interessante observar que a expressão foi colocada pelo ex-Deputado paranaense Onaireves, e já foi objeto inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Procurador, só um reparo: é um ex-Deputado cassado do Paraná.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Sim, é bastante importante salientar esses dados, porque, posteriormente, veremos também no Projeto da Lei Pelé que as alterações legislativas em projeto de lei envolvendo os bingos sempre foram fruto de iniciativas questionáveis por parte de alguns Parlamentares. Nesse caso específico, os bingos já foram inclusive

objeto de uma CPI na Câmara dos Deputados, onde se constatou, nessa oportunidade, uma estreita relação entre as casas que exploravam o bingo e o jogo do bicho.

Posteriormente, em função dessa norma dúbia que permitiu as máquinas eletrônicas, que não são jogo de bingo, a Lei Pelé veio com o objetivo salutar de estabelecer normas inclusive em prol dos desportistas em geral, e ela pretendeu, inicialmente, extinguir os bingos. Essa foi uma proposta clara no transcurso do processo legislativo da Lei Pelé. Inclusive, o próprio Relator do projeto, o Deputado do PFL, indicado pelo Deputado Inocêncio de Oliveira, o então Deputado Tonigel – não sei se ainda é Deputado Federal –, expressava-se de uma maneira bem clara sobre essa finalidade inicial da Lei Pelé, de extinguir os bingos. Ele se referia de uma forma clara. Transcrevo o que ele afirmou: "Os bingos criados por um artigo colocado pelos Parlamentares na tramitação da Lei Zico trouxeram mais problemas do que benefícios. A maioria dos bingos é um trambique". Essa é a expressão do Relator do Projeto da Lei Pelé. No entanto, por uma emenda apresentada pelo Deputado Eurico Miranda, permitiu-se a criação dos bingos pelas entidades desportivas.

Exatamente em função da norma legal da Lei Pelé, a lei foi bastante clara. Permitiu-se apenas duas modalidades de bingos no País: o bingo permanente e o bingo eventual. A definição de bingo já poderia ser possível obter somente pelo uso comum social, que é aquele jogo coletivo em que há extrações sucessivas de números de 1 a 90, por meio de cartelas; esse é o bingo. O próprio Aurélio, na sua definição, traz essas características do bingo.

O decreto presidencial, quando regulamentou a Lei Pelé, fez exatamente essas considerações. Colocou bem claramente o que caracteriza o jogo de bingo: é um jogo coletivo; um jogo com extrações sucessivas, através de cartelas de números de 1 a 90. Esse é o jogo do bingo. Ele pode ter a modalidade permanente ou eventual. Permanente são as casas de jogo do bingo, que conhecemos comumente, nos diversos locais. São locais fixados, permanentes, onde se exerce essa extração coletiva do jogo do bingo. E os bingos eventuais são aqueles autorizados, em determinados momentos, a exercer a extração para a finalidade de premiação eventual.

O que aconteceu é que houve por parte da Administração Pública Federal, pelo Indesp, a elaboração de uma portaria de natureza extremamente dúbia e contrária à lei que permitiu o jogo do bingo no Brasil, que permitiu, por um expediente ardiloso da interpretação da lei e do decreto, a implantação do jogo eletrônico. Entramos aí na definição do que é o bingo eletrônico. A expressão bingo é apenas um artifício que se utiliza para legitimar um outro jogo, considerando que o bingo está permitido. Então, utiliza-se a expressão bingo, mas não tem nada de bingo. O bingo eletrônico nada mais é do que a máquina caça-níqueis, a **slot machine** americana. O jogador escolhe uma seqüência determinada, apostando que aquela seqüência será escolhida numa única utilização da máquina. E se essa seqüência, a combinação escolhida, for vencedora, ele terá o ganho correspondente ao percentual de aposta que ele fez. Podem ser utilizados como critério para a utilização dessas máquinas tanto frutas (maçãs, bananas, laranjas) como números. Daí a utilização dos números. Nos Estados Unidos, usam-se muito as figuras. Ardilosamente, para a introdução do jogo do bingo eletrônico no Brasil utilizaram-se os números, para dizer que é bingo. Mas, na verdade, não há nada de bingo, escolhe-se uma seqüência prévia e essa seqüência será ou não obtida pela máquina numa única extração.

Essa portaria, evidentemente, viola flagrantemente a lei, a Constituição, primeiro, porque a portaria não pode criar figura nova, ao arrepio da lei. A Lei Pelé é clara em relação à questão das máquinas eletrônicas, quando prevê, em seu art. 81:

"Manter nas salas de bingo máquinas de jogo de azar ou diversões eletrônicas.

Detenção: de seis meses a dois anos."

E mais, em seu art. 73, a lei é taxativa:

"É proibida a instalação de qualquer tipo de máquinas de jogo de azar ou de diversões eletrônicas nas salas de bingo."

No art. 74, a lei reitera:

"Nenhuma outra modalidade de jogo ou similar que não seja o bingo permanente ou eventual poderá ser autorizada com base nessa lei."

É evidente, portanto, que a Portaria nº 23, que será desenvolvida posteriormente à influência da máfia italiana e da máfia espanhola, diretamente na elaboração dessa portaria... Temos as documentações, demonstrando que representantes da máfia espanhola, especialistas em jogos eletrônicos, e da máfia italiana participaram efetivamente das reuniões na Conab relativas à elaboração da Portaria nº 23.

Diante desses elementos flagrantes, que já seriam suficientes para a ação, pela questão da ilegalidade, da inconstitucionalidade, ainda acrescentamos alguns aspectos importantes, concernentes às máquinas caça-níqueis.

Em primeiro lugar, é importante salientar que essas máquinas são de dificílima fiscalização, porque podem ser alteradas facilmente no percentual de ga-

nho ou perda do jogador; podem ser alteradas inclusive eletronicamente. Quando a fiscalização chega, coloca-se o percentual que seria admissível; quando a fiscalização vai embora, altera-se aquilo com a maior facilidade.

Portanto, a fraude ao consumidor seria um segundo elemento muito importante, considerando que as pessoas, entendendo possível ganhar no jogo daquela máquina, na verdade, estão submetidas à quase impossibilidade de ganho.

O terceiro elemento, além da fraude ao consumidor e da dificuldade de fiscalização, é também importante do nosso ponto de vista, porque essas máquinas se dirigem à exploração das camadas populares, se dirigem exatamente a obter recursos daqueles que menos chances têm de ascensão econômica e social. No momento em que o País vive dificuldades econômicas e sociais, o jogo, nessa modalidade, se alastra, porque para muitas pessoas ou talvez para a maioria das pessoas seja a única possibilidade de uma real mudança de qualidade de vida. Então, o jogo vem com essa característica. Esse jogo do caça-níqueis tem essa característica.

Há um segundo elemento muito importante: o potencial lesivo das máquinas caça-níqueis. Se compararmos o jogo com as drogas seria muito facilmente enquadrável a máquina de caça-níqueis com o crack, com características que os dois têm muito parecidas: em primeiro lugar, a máquina de caça-níqueis tem um potencial de lesividade enorme, exatamente pelo fato de que se precisa de muito pouco para jogar. Esse é um potencial de lesividade. Vou explicar mais tarde o potencial de lucratividade dessas máquinas, e vamos observar que exatamente por ser o mínimo, por exemplo, R$0,25, é que se possibilita o gasto de R$30,00 em uma hora e, em duas horas, R$100,00. Essa pequena quantidade, se multiplicada pelo número de máquinas e pela duração do seu uso, dará lucros astronômicos. Vamos verificar isso.

Outra relação entre a máquina caça-níqueis e o crack é a questão do vício imediato. A máquina caça-níqueis provoca no jogador um furor no jogo, ele se torna uma pessoa viciada porque, a cada instante, a cada 15 segundos, ele pode concorrer a um ganho de R$10 mil. Imaginem vocês essas camadas populares, com R$1,00, a cada 15 ou 20 segundos, podendo concorrer a R$5 mil. Observem o potencial de lesão.

Para se ter uma idéia desse potencial, em São Paulo, observou-se o seguinte fenômeno: Como o valor mínimo de jogo é de R$0,25, o que aconteceu? A moeda de R$0,25 passou a valer R$0,35. Isso é uma prova concreta, real. Conversamos com o Procurador-Geral do Ministério Público em São Paulo, Dr. Marrei(??), e tivemos a oportunidade de conversar com outros Promotores de Justiça, que nos trouxeram esse elemento. Em São Paulo, portanto, a moeda de R$0,25 não era mais moeda, não era mais unidade monetária, transformou-se em ficha de máquina caça-níqueis, tal a procura que se gerou por ela. Como a procura é muito maior, porque há essa corrupção e o vício imediato, a moeda de R$0,25 passou a valer R$0,35.

Existe um elemento muito mais importante, do nosso ponto de vista. Segundo as próprias estimativas de uma grande empresa americana especialista na montagem de cassinos e distribuidoras de equipamentos de cassino, orça-se em 80%, hoje, a contribuição das máquinas caça-níqueis nos recursos obtidos em cassinos em todo o mundo. A idéia de cassinos como gerador de empregos, por meio de **shows** e de carteados, não existe mais. As máquinas caça-níqueis são a estrutura do jogo de cassinos. Isso se dá no mundo todo.

Esses elementos vieram a colorir a nossa ação, porque são importantes, elementos que demonstram uma lesão à economia popular, ao consumidor, a dificuldade para a fiscalização dessa área. Mas houve ainda outros elementos para a ação cautelar.

No Brasil, houve uma relação imensa entre o jogo de bingo e o jogo do bicho. Ou seja, as estruturas que administravam o jogo do bicho, a contravenção penal, apropriaram-se do permissivo legal do jogo de bingo e passaram a administrar, em sua maioria ou em grande parte, o jogo de bingo. Só para se ter um exemplo, das seis casas de bingo em Brasília, a sua maioria ou grande parte – duas – são diretamente propriedades do Sr. Manoel Durso, que é claro e notório, está envolvido como contraventor do jogo do bicho.

No caso específico de São Paulo, obtivemos, a partir da investigação realizada pela Justiça italiana, elementos diretos de relação entre as máquinas caça-níqueis, o sistema de importação e administração de máquinas caça-níqueis ou bingo eletrônico – para lembrar da utilização que foi feita pela Portaria nº 23 –, ou máquinas eletronicamente programadas. Mas houve uma relação direta entre a importação, a administração dessas máquinas e o Sr. Ivo Noal. A partir de interceptações telefônicas – teremos que fazer uma breve introdução sobre a máfia italiana e a espanhola. Vou abrir um parêntese, para entendermos quem são os agentes aqui desse fenômeno. Na Itália, a máfia Corleonezzi(?), na Sicília, é comandada pelo Sr. Fausto Pellegrinetti, um italiano fugitivo, com pri-

são preventiva decretada pela Justiça italiana. Para se ter uma idéia da dimensão da estrutura criminosa de Pellegrinetti, em duas operações, a Polícia italiana observou que houve a importação, num caso, de 900 quilos de cocaína e num outro, de 5 toneladas. É uma organização muito poderosa. O Pellegrinetti é o **capo di tutti capi**, na expressão conhecida. Ele tinha como assessor direto na lavagem, não na atividade criminosa típica, extorsão mediante seqüestro ou tráfico, mas na estrutura de lavagem de dinheiro – **reciclággio** em italiano – ele tinha o Sr. Lillo Rosario Lauricella, que está preso na Itália por envolvimento com a máfia do Sr. Pellegrinetti. Ele era o administrador da lavagem.

Portanto, verificou-se, por meio das ligações telefônicas realizadas na Itália e também no Brasil, que o Sr. Lauricella manteve contatos diretos com os Srs. Alejandro Ortiz Fernandes e François Filipedou **(?)**, um francês. Nas conversações entre eles, o nome de Ivo Noal era constantemente referido como parceiro na importação e na administração das máquinas de caça-níqueis em São Paulo. Mencionam a existência de contratos entre Lauricella e Ivo Noal.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Escuta telefônica do Ministério Público italiano?

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Da Justiça italiana.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Foi comprovado por escuta telefônica?

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Tudo comprovado. Existem as transcrições das conversas.

Temos farta documentação da ligação entre o Sr. Lauricella e Ivo Noal, com algumas passagens pela denominada máfia espanhola, porque temos indícios veementes, e estamos apurando isso; mas a grande parte das máquinas até agora apreendidas vem da mesma Empresa Recreativos Franco, da Espanha. Nessas ligações telefônicas interceptadas pela Justiça italiana, há constante referência à Manuela Jimenes, advogada da Recreativos Franco, tratando do número de máquinas que a Recreativos Franco traria para o Brasil, importada pela Firma Nevada a que vamos nos referir mais adiante , em que se demonstra a comunicação ao próprio Pellegrinetti, o **capo**, do número de máquinas que efetivamente vieram para o Brasil. Na verdade, as máquinas caça-níqueis vieram para o Brasil numa operação denominada Operação São Paulo, empreendida pela máfia italiana para lavar dinheiro do crime.

Abro um parêntese: segundo apuração da Justiça italiana, a máfia italiana tinha três mecanismos de lavagem de recursos: um, por meio de comércio de metais, que não envolveu o Brasil; o segundo, por meio do comércio de frutas exóticas, em que compravam frutas no Caribe e remetiam sobretudo para a Arábia e Oriente Médio, que também não envolveu o Brasil; e a terceira base para lavagem de dinheiro da máfia italiana, já especificada, foram as máquinas de jogo no Brasil. Era o terceiro elemento e o primeiro a ser implementado.

Quando fomos investigar as empresas que efetuaram a importação e a administração das máfias de jogo, leia-se bingo eletrônico, observamos três grandes empresas envolvidas: a Betatronic, a Bingomatic e a Nevada. Três firmas aparentemente diferentes uma da outra. Quando analisamos a composição societária de cada uma dessas empresas, qual não é a surpresa ao vermos que na Betatronic um dos quotistas é o Sr. Lillo Rosario Lauricella, que está preso na Itália, e o Sr. Joseph Aronica (?), que vamos descobrir, mais tarde, o envolvimento dele com o capo. Na Bingomatic quem são os sócios? Os Srs. Alex e Alejandro Ortiz de Viveiros e Joseph Aronica, de novo. Na empresa Nevada, o Sr. Paulo Zilhão (?) e o Sr. Vítor Manoel Frango. Quanto a esses, não se apurou nada. A polícia italiana, a justiça italiana, não vou ler para economizar o meu tempo, narra com detalhes quem é Joseph Aronica. Ele é irmão, a expressão italiana é ligada sentimentalmente. Para não cometer nenhum engano, vamos falar assim, mas acho que vamos entender que ele é irmão de uma pessoa ligada sentimentalmente ao Sr. Pellegrinetti, que é o **capo di tutti capi** . O Sr. Fausto Pellegrinetti, fugitivo da justiça italiana, líder da máfia siciliana, tem uma amante cujo irmão integra essa sociedade de importação de máquinas caça-níqueis. Essas três empresas, teoricamente independentes uma da outra, porém, possuem o mesmo endereço. A Bingomatic e a Betatronic têm o mesmo endereço. Na mesma rua, no mesmo prédio, no mesmo andar. Eles não falam a sala. Mas, no mesmo andar, no mesmo prédio e na mesma rua, portanto, no mesmo corredor, existe uma outra empresa chamada Astra Turismo, que a polícia italiana, a justiça italiana constatou ser o braço financeiro do grupo mafioso italiano em Miami. O dinheiro da Máfia faz vários percursos nos bancos. Vai para Andorra, para a Suíça, para a Espanha e aparece na conta da Astra Turismo em Miami. O dinheiro dessa empresa, da máfia italiana a que nos referimos. Num contrato firmado para a prestação de serviços advocatícios, a Betratronic, talvez por um erro, mas, enfim, consta na prestação de serviços advocatícios, embora firmado pela Betatronic com um advogado, que aquele contrato se estende à prestação de serviços às demais empresas

do grupo e menciona a Nevada e a Bingomatic. Isso deixa claro, portanto, que havia uma associação de índole criminosa tendente à exploração do jogo ilegal no Brasil. Para se ter uma idéia...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Esse contrato foi obtido aqui ou na Itália?

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Aqui, no Brasil.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – A apreensão? Apreendido pela Polícia Federal?

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Não sei onde ele foi apreendido. Consta na ação cautelar. Temos a cópia dele na ação cautelar proposta. Só para se ter uma idéia do volume de máquinas que a máfia pretendia instalar no Brasil, eles pretendiam atingir em doze meses o total de três mil máquinas por mês de produção. Por tudo isso, ficou evidente, procurando ser singelo por uma questão de tempo, mas deixando de fazer comentários talvez um pouco mais explicativos de tudo o que afirmei, compreendemos claramente que a Portaria nº 23 tinha uma finalidade clara, que era criar uma situação de fato. Portanto, criar uma situação de um número tal de máquinas caça-níqueis pelo país inteiro, a partir do qual, a partir dessa constatação social, far-se-ia mais do que necessário regulamentar, porque já é um fato social. Pretendeu-se, portanto, violando a lei, a Constituição, criar a possibilidade do bingo eletrônico para, apesar da ilegalidade, obtendo o fato social de 100 mil, 200 mil máquinas no País, praticamente impossibilitar a retirada dessas máquinas.

Observamos que esse intento chegou a tal ponto que a própria Portaria nº 23 é ardilosa, quando exige, sub-repticiamente, ao se referir aos fabricantes dessas máquinas, ela exige representantes comerciais exclusivos. Cada fabricante só pode ter um representante comercial no Brasil. É claro que uma norma dessa natureza está querendo criar um monopólio, evidente. Para que exigir um representante comercial exclusivo? Todas as vezes que a Portaria se refere a fabricante ou a seu representante comercial exclusivo, fica claro o interesse da máfia em deter o controle, porque não bastava a legalização das máquinas caça-níqueis, eles tinham o controle dos fabricantes na Espanha e queriam ter o controle do seu comércio no Brasil. Isso é evidente. Pouco se falou com relação ao volume financeiro que está envolvido sobre a utilização das máquinas caça-níqueis.

Fazendo um exercício aritmético bastante singelo, portanto, apreciando sob o ponto de vista mínimo qual seria a lucratividade de uma máquina de caça-níqueis, partindo do pressuposto de que seria exercido o percentual de devolução de pelo menos 75% do dinheiro apostado. Ou seja, a cada R$1 (um real) que eu jogar, no mínimo, teria de volta R$0,75 (setenta e cinco centavos), o que é uma estimativa, vamos dizer assim, inglesa, suíça, partindo do pressuposto de fiscalização plena de total controle das máquinas. Partindo desse pressuposto, o lucro por minuto de R$0,25 (vinte e cinco centavos) de uma máquina geraria um lucro por hora de R$15 (quinze reais). Se partíssemos do pressuposto de doze horas de utilização média de uma máquina, o que não é um absurdo, considerando a natureza do jogo, do vício, da proliferação etc., teríamos um lucro diário de R$180, o que equivaleria a R$5.400 mil por mês. Se considerarmos o volume mínimo e seguro de que pelo menos 20 mil máquinas estavam instaladas, antes da ação pelo menos, no Brasil, temos um lucro mensal de R$108 milhões ou um lucro anual de R$1.296 bilhão. Esses valores talvez sejam, estão sendo calculados no mínimo, para não cometer erro, mas há estimativa de até cem mil máquinas, pelo menos 30 mil, parece-me hoje bastante provável, considerando a dimensão em que as apreensões vão se sucedendo no País.

Bom, cuidando de um volume financeiro dessa natureza, considerando a lesividade, a economia popular ao consumidor, a ilegalidade, a inconstitucionalidade, todos esses elementos que procuramos sintetizar, como funcionava o órgão fiscalizador do jogo de bingo? Não havia órgão fiscalizador, havia apenas o Indesp, com três funcionários para fiscalização.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Uma só observação. Se partimos do pressuposto de que 20 mil máquinas dão uma arrecadação de R$100 milhões por mês, e que o custo de médio de uma máquina é de US$5 mil, no câmbio anterior, cerca de R$5 mil teríamos amortização do capital investido em trinta dias.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Na Itália, segundo conversações obtidas da própria máfia, eles falam em valor de US$2.500.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – R$5 mil, R$100 milhões, em trinta dias estariam amortizados.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Tanto que eles pagam para o local onde fica a máquina, o que teoricamente não teria nenhum lucro, R$500 por semana. Esses valores podem variar. É uma estimativa, mas uma estimativa bastante real, inclusive partindo de valores que os próprios mafiosos utilizavam em suas conversações.

Por exemplo, já em 1997, segundo Lauricella, numa intercepção telefônica ocorrida em outubro, ele se refere na disponibilidade de oito mil máquinas no

Brasil. É interessante notar que, por exemplo, o Sr. Lauricella recebia fax dessa Manuela Jimenes, da Recreativos Franco, da Espanha, comunicando que estava para ser introduzida no Brasil, isso em 1997, uma nova legislação sobre lavagem de dinheiro e, portanto, deveria ser tomada alguma atitude.

O Sr. Lauricella recebia constantemente ligações referidas à Nevada, a Bingomatic, a Betatronic, informando sobre a gestão comercial dessas empresas. Esqueci de mencionar que o filho do Sr. Ivo Noal trabalha na empresa Nevada – apenas um elemento a mais.

Mas, voltando à questão do bingo eletrônico, há uma outra faceta que fugiu à atenção. A máquina de caça-níqueis também serve para lavar dinheiro. Essa é uma dimensão das mais importantes: como lavar dinheiro? No Porto de Vitória foram apreendidas máquinas caça-níqueis e se observou que havia três sistemas de devolução de recursos: um fácil, um médio e um dificílimo. O dificílimo significa que você joga R$1,00 e perde um R$1,00. O fácil significa, você joga R$1,00 e pode ganhar R$1 mil.

E por que a máquina teria essa finalidade de possibilitar alguém que não é do jogo, não é da loja, tanta facilidade para ganhar recursos? Não sei se os senhores conhecem o bingo eletrônico ou a máquina de caça-níqueis, mas há possibilidade de, por exemplo, dependendo do valor e do tipo de aposta, que se logre, numa aposta de R$5,00, a obtenção de R$5 mil.

Então, essa apreensão de máquinas – e isso inclusive foi uma informação obtida diretamente com o Dr. Everardo Maciel, Secretário da Receita Federal... exatamente por que uma máquina estaria regulada para dar lucro para o jogador? E aí entra a dimensão das mais preocupantes: vinte mil máquinas possibilitando a lavagem de recursos sem nenhum controle.

Observe-se que os ditos bingos permanentes de cartela etc, somente recentemente tiveram a obrigação de registrar os dados pessoais dos jogadores, seja ele quem for, porque os bingos permanentes são a grande fonte de lavagem de recursos. Não tendo as pessoas que participaram do jogo coletivo, você pode, tranqüilamente, usando recursos próprios, fraudar, simular um jogo para que tenha o ganho daquele jogo. E esta é a grande função, hoje, onde a máfia se dedica: a lavagem de dinheiro, para legitimar os recursos ilícitos através de um mecanismo, a porta de entrada para a licitude.

Então, os bingos permanentes, na verdade – digo isso, sem sombra de dúvidas, com apoio da Receita Federal e da Polícia Federal –, servem como a grande porta de entrada para a lavagem de recursos. Observem que, mesmo que se deixassem um fiscal, um auditor da Receita por vinte e três horas e trinta minutos na porta de um bingo, dentro da administração, bastaria que ele fosse ao toalete, para que, em quinze, dez minutos, dissessem que entraram e jogaram cem mil reais. Isso pode acontecer porque não há controle de quem jogou. Para se ter uma idéia da dificuldade de fiscalização dos bingos. Mas máquina caça-níqueis é impossível!

Então, além da fraude à economia popular, ela serve também para a lavagem de dinheiro. E toda a estrutura existente no País para a fiscalização ... quanto tempo eu tenho?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Sª já falou 35 minutos, poderia caminhar para a conclusão, porque temos que ouvir ainda...

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – E toda a estrutura existente no Indesp para a fiscalização, como já vimos, é pífia: três fiscais. Isso não foi à-toa, foi proposital. Uma estrutura movimentando recursos dessa natureza que não possui quadro de fiscalização não é possível.

Vamos ver agora com o Dr. Luís Francisco que essa afirmativa não é em vão. Na verdade, toda a gestação da portaria, vamos quem participou da reunião. Houve a participação direta de representantes da máfia.

Portanto, passo a palavra ao Dr. Luís Francisco para desenvolver os aspectos ligados à participação da máfia diretamente no Indesp.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Procurador Luís Francisco Fernandes de Souza.

O SR. LUÍS FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Eu gostaria de saudar os Srs. Senadores.

A explanação será a complementação do que o colega já falou.

Acima de tudo, temos que ter claro na questão dos bingos o escândalo nacional, na medida em que é um setor descontrolado. Temos um setor que movimenta possivelmente bilhões, mais de US$1 bilhão; um setor que hoje, infelizmente, pelos doze depoimentos que temos, é movido por critérios políticos.

O Indesp tem 150 funcionários; destes, três são destinados à fiscalização.

Existem cinco mil bingos no País. A maior parte dos membros do Senado conhece bem a história do País e sabe como fortunas podem ser feitas por meio de favores políticos.

Temos de deixar bem claro que, hoje, um candidato a Deputado Federal, por exemplo, se tiver bom

trânsito no Indesp, pode obter financiamento de sua candidatura por intermédio de sete ou oito bons bingos. O setor dos bingos não financia o esporte; os recursos que vão para o esporte são pífios. Por exemplo, devemos ter 100 mil máquinas no País; destas, 40 mil são coreanas. São pequenas máquinas, principalmente da Minimário; Caveirinha; Hellfire, Fogo do Inferno, e Copa 98, que totalizam 50%. E deveremos ter cerca de 60 mil máquinas, sendo que 40% é da Recreativos Franco. Vamos chegar ao que é a Recreativos Franco na Espanha. Devemos ter 30% da Cisa, também da Espanha; a outra é a Fabama, a Aristocrata e a IGT.

Nas pesquisas que fizemos, vamos demonstrar, com minúcias, que há plena interferência da máfia, de pessoas, de dinheiro da máfia italiana. Não é um dos ramos de Nápoles, Camorra. Estamos falando da Coisa Nostra, a máfia de Palermo. Não é o principal chefão, mas é uma das maiores famílias que há lá. Pegam cocaína, toneladas de cocaína da Colômbia e heroína do Oriente Médio. Abastecem o mercado europeu, lavam esse dinheiro e introduzem máquinas caça-níqueis no País. Isso está sendo feito com total omissão do Poder Público.

Esse problema está acontecendo porque a estrutura central dos cassinos são as máquinas caça-níqueis. Qualquer pessoa que vai a Las Vegas encontra um cassino médio. Há 30 ou 40 mesas de jogo. Há black jack, pôquer, roleta e há 400 máquinas caça-níqueis. Oitenta por cento do faturamento de um cassino são os caça-níqueis.

Vejam que, nos Estados Unidos, só se permite abrir cassinos em locais longe da classe trabalhadora, longe dos trabalhadores. Podem ser abertos apenas em locais para turismo, para pessoas que têm dinheiro e que, nas férias, podem gastar o seu dinheiro.

No Brasil, há milhares de cassinos espalhados pelas grandes cidades, atuando como uma bomba de sucção da economia popular, drenando as parcas economias de pessoas viciadas, das que têm problemas psicológicos, destruindo famílias. E, ao mesmo tempo, na outra ponta, temos os clientes **vips,** aqueles ligados ao tráfico, à máfia e à lavagem de dinheiro.

Dessa estrutura, por exemplo, as loterias, que são geridas pela Caixa Econômica Federal e pela União, que financiam a Seguridade, captam em torno de R$1,6 bilhão, enquanto que os cassinos captam bem mais de R$1 bilhão. Ocorre que, nas loterias, uma boa quantia vai para a Seguridade, enquanto que nos cassinos – e isso está previsto em lei – 7% deveriam ser destinados para os esportes. Quanto ao Ministro Rafael Greca, serei bem franco, vejo a situação muito esquisita: é feito um pintor que, depois de pintar um quadro, pula para o outro lado e vira um crítico, dizendo que o quadro é ruim, que não presta para nada. É uma bonita contradição, porque se bifurcarmos a personalidade em dois, um criticaria a gestão do mesmo. Portanto, enquanto o Indesp não tiver fiscais – o certo seria não se autorizar a instalação de bingos no País, porque o esporte só entra nisso como Pilatos entra no credo, ou seja, o esporte entra nisso como um pretexto para permitir literalmente que grandes pessoas ligadas... Lerei parte de um texto que diz que muitos dos principais bicheiros do País estão ligados aos bingos. Temos, de acordo com documentos enviados da Itália pela Divisão de Investigação Antimáfia, órgão policial que foi um dos pólos centrais da Operação Mãos Limpas e do Combate Eficaz à Máfia – que é ligada à Procuradoria da República Antimáfia, que possui uma procuradoria específica, é distrital, criada também em 1992/93 –, de acordo com estes estudos técnicos feitos pela Procuradoria Distrital de Roma, que é a maior, temos os nomes de Ivo Noal, de Messias Ribeiro, em Goiás, sendo que o filho deste senhor domina a Lego, uma loteria estadual; temos Castor de Andrade, enquanto vivo ele era ligado à Cisa, no Rio de Janeiro; temos, aqui em Brasília, o Druso, então, é querer esconder o sol; é negar que os bingos, no Brasil, estão ligados ao jogo do bicho.

É verdade que há pequenos conflitos de interesse, mas os bicheiros tentam dominar as loterias estaduais, articulados com os jogos de cassino. Inclusive contando também com a total omissão da fiscalização, pois não existem fiscais. Temos três funcionários no Indesp, nenhum deles está atrás das grades. No serviço público não existe o cargo de fiscal do Indesp. Não existe alguém que tenha autoridade para aplicar-lhes multas; simplesmente o setor está aberto. Quando o esporte vai obter algum recurso disto? Nunca. Se cada bingo deste, e acredito que primeiro tem que banir totalmente, de forma veemente e clara, as máquinas caça-níqueis, porque não são bingos, já que a estrutura do bingo é centenária, e está definido no Aurélio como extração sucessiva, e as máquinas caça-níqueis não encaixam, em nada, à essa definição. Na verdade, as máquinas são de jogos de azar, batizadas com rótulos falsos, propagandas falsas, dizendo que são bingos eletrônicos, tal como vídeo pôquer ou qualquer outra coisa, mas, no fundo, trata-se de uma bomba de sucção da economia popular, como um dos meios mais fáceis de lavar dinheiro.

Nós, da Procuradoria da República – somos dois Procuradores –, é verdade que estamos estendendo a nossa ação aos demais Procuradores do

País, pedindo abertura de procedimentos investigativos em toda a parte – no Acre já derrubamos, em São Paulo também e vamos apreender todas as máquinas caça-níqueis, e, se possível, tratorá-las, como pretende o Secretário da Receita Federal, Dr. Everardo Maciel. E por que pretende tratorá-las? Porque a importação delas foi feita de forma **contra legem**. Por quê? Porque foi usada uma alíquota como se fossem máquinas de diversão eletrônica, colocando valores pífios, irrisórios, aquém da realidade. O que é crime, podendo ter penas de três a dez anos, assim como também justifica a pena de perdimento.

O último ponto da explanação é sobre os critérios políticos.

Apresentaremos depoimentos que mostram que os critérios para concessões de bingos são absolutamente políticos, usando a palavra de forma equivocada, tanto que a palavra política o é à medida que infringe todos os critérios técnicos, jurídicos e dá prioridade a mecanismos de apoio.

Ora, a organização do Sr. Fausto Pellegrinetti, que está foragido, juntamente com Sr. Primo Ferraresi, que são traficantes de peso na Itália, daqueles que pegam cinco toneladas de cocaína, depois 900 quilos e depois 500 quilos de cocaína e leva para a Europa. Lembremos que em 1987 houve o encontro internacional em lives datlher steling**???**, especializada em máfia e que até trata disso, da máfia globalizada.

Este livro é muito importante, explica que, com a unificação da Europa e com a queda do Muro de Berlim em 1989, a Europa se transformou num paraíso porque a transposição das fronteiras estava aberta, então os cartéis colombianos se articularam com a máfia italiana, que é bastante preparada, principalmente para lavagem de dinheiro – são especialistas em lavagem de dinheiro – e têm ramificações nos Estados Unidos. A partir de 1987, com todo mecanismo de investigação, isso foi desvendado pela operação gelo verde, que é de 1993, e foi uma das maiores apreensões, mostrando como os cartéis colombianos se associam com a máfia italiana, principalmente para fazer a introdução de talvez 300 toneladas de cocaína por ano na Europa, da mesma forma que 360 toneladas nos Estados Unidos. Aqui pelo Brasil devem passar mais de 100 toneladas de cocaína.

Mas, ao mesmo tempo em que esses dois senhores se articularam com os cartéis colombianos, articularam-se também com a tríade, de Hong-Kong e de outros países, para pegar heroína e abastecer a Europa. Ou seja, ia a droga para lá, a máfia fazia a lavagem e o dinheiro oriundo desse tráfico, em boa parte, era carreado nas máquinas do Brasil. Então o Sr. Fausto Pellegrinetti e o Sr. Primo Ferraresi, articulando-se também com a Camorra, que é uma ramificação da máfia no sul, na bota da Itália, que é ligado ao grupo Senese e o grupo Barbaro-Papalia, que é da Calábria, ou seja, são três grupos que se associaram e são os traficantes especializados em lavagem para pegar a droga. Eles repassam esse dinheiro para um grupo de pessoas que faz a lavagem. Criaram uma empresa **holding** Homich, na Holanda, que é Stefano Rubini e outras pessoas. Eles entraram no grupo Burgon**?**, utilizaram-se do Sr. Lauro Lauricella, como lavador-mor, especialista em lavagem de dinheiro. O Sr. Fausto Pellegrinetti vive com a Srª Ângela Emanuela Arenica**?**, cujo irmão é Giusepa Arenica**??**. Então temos que fixar Giusepa Arenica**??**, um, e Lauricella, dois, dois nomes ligados intrisecamente à máfia, isso é irrefutável, sendo que Lillo está preso e esses dois aqui estão foragidos.

Esses senhores construíram um verdadeiro quadro de empresas aqui no Brasil, por exemplo: eles tinham parte na Bingomatic, que havia Alex de Viveiros, Alejandro Fernandez, que é o pai, e Giusepa Arenica**??**. Na Betatronic estavam Aronica**?** e Lillo. Na Nevada, que depois mudou de nome para Pefaro**?**, havia pessoas ligadas diretamente à máfia e associadas ao pessoal do Ortiz. Na BNP**?** era gerente a Manuela Xímenes Molina**?**, que é diretora comercial da Recreativos Franco, a Inter Joegos**?**, a Dimares, a Neojuegos, a Startec**?** e um grupo do Sr. Alessandro Figueira**?**, que detém coisas de festa, Olímpia e Palace.

Não podemos dizer, por hora, que o Sr. Ortiz integra a máfia, não podemos afirmar isso. O que podemos afirmar, com certeza cristalina e irrefutável, é que o grupo do Sr. Ortiz associou-se totalmente a um bando de mafioso, sendo que esse dinheiro dos mafiosos, de acordo com esta prova, veio do tráfico. Isso aí é irrefutável, e se o Sr. Ortiz quiser me processar, ele pode fazê-lo quantas vezes quiser, porque vai perder em todas.

Agora, só um dado para que V. Exªs vejam o que é o Grupo Ortiz. Vamos lembrar que o Grupo Ortiz representava Recreativos Franco aqui no Brasil, com exclusividade. Por quê? Porque a malfadada Portaria nº 23 tinha um dispositivo, como o Dr. Guilherme colocou, que dizia assim: "A firma que produz a máquina tem que ter um representante exclusivo aqui no Brasil". A representante exclusiva aqui no Brasil, da Recreativos Franco, era o Grupo Ortiz.

Tenho aqui um documento do Grupo Ortiz, que tem procurações de quase cem bingos que ele representa lá no Indesp. Vamos lembrar que o Indesp não tem controle de absolutamente nada. A gente tem cin-

co mil bingos no País, ou mais, e ele só tem controle de quinhentos e poucos bingos. Quanto ao resto, eles nem sabem onde existem. Eles não têm nem o nome, nem o registro. Não sabem que entidade esportiva representa, não sabem nada. Eles têm quinhentos e oitenta e poucos bingos registrados lá, e vou ser bem franco, quase todos são irregulares. Aqui do DF todos eram irregulares, porque não tem fiscal.

Agora, vamos para outra questão: desses quinhentos e oitenta e poucos, o próprio Ministro Greca afirmou que praticamente todos sonegam tributos. Todos. Então o setor é um caos completo, com a confissão do responsável-mor. Quer dizer, o fato também é irrefutável. E, se for legalizado o cassino no Brasil, a alegria maior de todos vai ser de todas as pessoas...

Antes, eu vou só fechar a questão aqui da máfia, porque depois vou para outro ponto.

A empresa Astro Turismo, empresa de turismo dos Ortiz, também está associada ao Sr. Lillo Rosario Lauricella. E quase todas têm, diretamente, o Sr. Giuseppe Aronica (?), que é irmãozinho da Angela Aronica (?), companheira do Fausto Pellegrinetti, que está foragido. Ou seja, é um lindo de um cartel, que está muito bem organizado, e que detém, de acordo com os dados que pegamos, talvez 40% do mercado de caça-níqueis do Brasil, sendo que foram eles os introdutores, por intermédio da firma Nevada. E esse grupo entrou aqui, de acordo com documentos da carta rogatória, porque eles contavam com proteção policial aponta-se que esse seria um dos papéis do Ivo Noal. Eles tinham estudos sobre a lei de lavagem, para poder controlar bem. E mencionam também perspectiva de apoio dentro dos órgãos públicos, que aqui no Senado não devemos desprezar.

O próprio Grupo Ortiz, de acordo com este documento aqui, diz que abastece 850 bingos. É afirmativa deles, assinada pelo próprio Sr. Ortiz só para V. Exªs verem o poder, esse mesmo Ortiz que está associado às empresas da máfia. E outra coisa: este documento é de 9 de setembro de 1998. Aí eles dizem que é necessário ter uma legislação complementar ao decreto, que regularize os bingos os bingos eletrônicos, bem entendido. Ou seja, para V. Exªs verem como eles estão trabalhando nisso desde antes. E aqui mencionou 850. E aqui tem até a lista. Além de eles abastecerem 850 bingos, aqui há a lista dos bingos que eles também representavam junto ao Indesp. E não é só esse senhor que representava. Ao mesmo tempo que a gente tinha o Ortiz representando e abastecendo tantos bingos, sendo representante exclusivo da Recreativos Franco... Outro ponto é que não dá para se afirmar de forma clara e irrefutável que Recreativos Franco é totalmente financiada pela máfia. Isso ainda não conseguimos levantar, mas o que sabemos é que o Sr. Fausto Pellegrinetti, nas conversas de telefone, se faz...

O SR. CARLOS BEZERRA – Desde quando esse pessoal tem relações com o Indesp. O senhor tem o ano aí? A partir de quando eles têm relação com o Indesp?

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Final de 1998, mas acredito que é um pouco antes.

Agora, aprofunda-se com a Portaria nº 23, sobre a qual falarei em breve.

A Recreativos Franco está ligada a firmas – há o Grupo Bourbon(?) no Panamá. São mencionados também nesse esquema sete paraísos fiscais – claro, essas empresas da máfia não gostam de pagar tributos. É importante apontar isso.

Eles também estão ligados... Tem a Empresa Gebra, de Franco Nardutti (?), que é irmão de Felipo Nardutti (?), que é amigado com a Mônica Onali (?), que é filha de Ângela Aronica (?). Ou seja, uma boa organização.

Temos ainda outras fontes de pesquisa, outros pontos que devem ser aprofundados. Por exemplo: a mão direita do Sr. Ivo Noal se chama Luigi Romano (?) – é um nome bastante sugestivo, convenhamos, mas não dá para afirmar de forma alguma que ele teria ligação. Isso tem que ser pesquisado, porque ele se apresenta como contador, como assessor, como mão direita, como porta-voz, como tudo.

Recreativos Franco. Se o capital inteiro não é da máfia, pelo menos parte dele tem essa origem. Isso podemos afirmar. Foram injetados recursos da máfia. Não dá para afirmar que o total do capital social seja da máfia; isso seria impossível afirmar, por hora.

Outra coisa que é importante trazer ao Senado: os bingos eventuais. Esse é outro escândalo que existe. Sobre eles não se tem o menor controle. Temos o caso do Poupa Ganha: daqui a pouco, ele vai superar uma loteria. Agora, o detalhe: quase nada vai para a seguridade.

A propósito dessa questão do esporte: tem que ser feita uma investigação aprofundada. Não pode ser conduzida pelo Indesp, porque eles não têm nenhum fiscal – de 150, tem três no órgão e nenhum deles é fiscal, ou seja, não existe um cargo de fiscal na grade de servidor público. O Ministério Público só têm dois. Vamos ter um grupo de procuradores – já sondamos colegas –, mas a CPI seria necessária. E esse é um dos motivos pelos quais aceitamos o convite para vir aqui. Seria ótimo que o Senado pudesse, para o ano

que vem, propor uma CPI para examinar a lavagem de dinheiro, se possível mista, convidando os integrantes da CPI do Narcotráfico. Se fosse criada essa CPI da lavagem, seria das CPI mais importantes. O dinheiro oriundo da corrupção, do tráfico, de contrabando, de droga, de tudo o que não presta, todos os meios ilícitos de enriquecimento seriam investigados.

Imaginemos uma pessoa que ganhe, com o crime, vinte mil por mês ou trinta mil. Bolas, com trinta mil por mês, ela vai querer comprar uma casa, vai querer comprar um carro, vai querer se estabelecer, casar, ter seus bens. Para isso, ele tem que lavar o dinheiro. E o Brasil, pelas leis que a gente tem, é um paraíso para a lavagem, literalmente, é um grande paraíso – além de ser o paraíso dos bingos, é, por extensão, o dos cassinos.

A propósito da questão dos bingos, há um texto da CNBB. Nós nos encontramos com o Secretário Geral da CNBB e ele nos falou sobre uma carta que redigiu e dirigiu ao povo brasileiro sobre a questão dos bingos. O que ele disse? Os cassinos proliferam no País sob o rótulo enganoso de bingos e as máquinas caça-níqueis proliferam – estrutura central financeira – com o rótulo, também enganoso, de bingo eletrônico. Ou seja, essa situação cada vez se difunde mais e, ao mesmo tempo em que temos isso, temos as loterias estaduais, com máquinas de jogo instantâneo, o que também é jogo de azar. E ainda tem o jogo ligado ao turfe.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Eu gostaria apenas de fazer uma indagação curta e oportuna. É que talvez não seja necessária a criação de uma outra CPI. A CPI do Narcotráfico está em pleno funcionamento na Câmara dos Deputados e trata predominantemente de lavagem e de narcotráfico e, certamente, como já demonstrado pelo excelente trabalho realizado por V. Sªs, há uma interligação com essa questão do jogo – isso não é só aqui no Brasil, é no mundo inteiro.

Eu sugeriria que nós nos utilizássemos desse poderoso instrumento da sociedade brasileira que está em vigor, apurando assunto correlato. Que fossem enviadas à CPI essas indagações, essas preocupações ao relator, Deputado Moroni Torgan, que certamente adotará providências de imediato. Essa é uma sugestão.

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Penso que essa sugestão é extremamente válida e oportuna. Haveria apenas um problema: o prazo da CPI está praticamente terminando, há pouco volume de trabalho, portanto, acredito que ela pode dar início nas investigações, mas para ir a fundo nessa área, penso ser de imensa valia que se aprofunde isso. E se vocês verificarem que temos, no País, uma situação caótica nessa área e, principalmente, em relação à lavagem de dinheiro, que é o fator alimentador do crime, pois é o crime dos milionários, o crime dos colarinhos brancos, que não abastece os presídios, que está impune e que é como um câncer...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Peço a V. Sª que vá concluindo a sua manifestação. Parece-me que faltou falar sobre a questão da ingerência política na elaboração da Portaria nº 23, e é importante que V. Sª trate desse assunto para encerrar.

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Temos 12 depoimentos, vou ler os três principais. Por exemplo, a Srª Vera Maria da Silva Walter. Ela prestou um depoimento, dizendo: "Encontrava-me na ante-sala do gabinete do Diretor do Diafi, que é a Divisão de Administração Financeira, quando chegou um prefeito e um vereador da cidade, se não me engano, de Bento do Sul,..." — aqui aponta Santa Catarina, mas deve ser Rio Grande do Sul — "... e o Sr. Buffara perguntara o que os levara ali. Responderam que queriam saber o procedimento para conseguir recursos para a construção de um ginásio na sua cidade. E antes mesmo de convidá-los a entrar na sua sala, tamanho o açodamento, o Sr. Diretor Buffara perguntou a que partido os dois políticos pertenciam. Quando responderam PPB ou PTB, aí o Diretor convidou-os a entrar em seu gabinete, alegando que os critério ali eram políticos". Quer dizer, não sai da cabeça de nenhum procurador.

Mas há vários depoimentos. Elza Maria Leão Braga, servidora também. Perguntada: "V. Sª confirma ter participado de reunião promovida pelo Coordenador-Geral de Administração, Sr. Clodomiro Russomano, onde o mesmo expôs 'Estamos aqui para eleger o Ministro, Governador do Paraná"? Respondeu: "Sim, eu participei de uma reunião que ele fez com as divisões de coordenação, onde falou que a missão dele no Indesp era eleger o Ministro Greca, Governador do Paraná e mesmo, acrescentou, que nós trabalhássemos, porque ele ia embora, e nós íamos ficar". Ou seja, ia embora depois, para trabalhar com o futuro Governador.

O Sr. João Elias Cardoso, da Secretaria Federal de Controle, que considero vital até que vocês convidem, porque na verdade é a Fonte nº 1, que tem mais informação e que foi de extrema coragem, dado que pediu exoneração por "não ter estômago" quando ele viu diversas coisas lá. Penso que seria de extrema importância o depoimento dele, simplesmente seria bem maior do que o nosso e muito mais elucidativo.

Perguntado: "Qual o motivo, na sua opinião, do procedimento especial determinado pelo diretor de dar critério político?" "Indaguei a ele frontalmente qual o motivo disso" — disse o Sr. João Elias — "quando o mesmo me respondeu que tudo se resumia a apoio político ao Sr. Ministro da área." Quer dizer, critérios jurídicos praticamente não existem, até porque, nas barbas do Indesp, todos os bingos estavam funcionando irregularmente. Acredito que analisamos um por um. Praticamente todos, na análise, têm irregularidades.

Outro ponto: o Indesp se permite fazer convênios que são verdadeiras cartas brancas, cheques em branco. Doze convênios com Estados, onde o Indesp, que dá autorização, entrega para o Governador e diz "Sr. Governador, o senhor decide". Juridicamente, isso não é possível. O Dr. Everardo Maciel, no tempo dele, tinha um dispositivo da Lei Zico que permitia expressamente fazer tais convênios. O Dr. Everardo Maciel, espontaneamente, entrou com uma representação na Procuradoria-Geral da República, acatada pelo então Dr. Aristides Junqueira, que entrou com uma ADIN, pedindo a declaração da inconstitucionalidade daquele dispositivo. Por quê? Porque é possível, sim, fazer convênio com os Estados. Mas convênio neste sentido: eu faço convênio com o governador tal, ele pode botar a equipe lá para atendimento, recebe toda a documentação, autua, pode dar até parecer, tudo, mas depois remete para o Indesp, e o Indesp é quem vai assinar, dando autorização. E, dentro do Indesp, tem que ser alguém que ocupe um cargo que lhe dê poderes para tanto. Essa tarefa é indelegável, ou seja, quem tem que dar autorização, do jeito que está disposto hoje, é o Indesp. Tais convênios representam, simplesmente, falta absoluta de controle, porque é uma autorização federal, como uma concessão, permissionários ou autorizatários federais, sobre o que não há controle algum. Basta entregar a um Governador. Há doze convênios sobre os quais o Indesp não tem absolutamente controle algum.

Temos outros depoimentos. Não vou lê-los, mas V. Exªs receberão uma cópia de todos e poderão constatar que há influência política, aberta e confessada. Isso, somado ao caos, é grave, pois não há fiscalização e o critério é político.

Por último, o setor de loteria federal, atualmente ligado à Racimec, também não tem controle é uma caixa preta. Recebemos uma carta do jornalista Hélio Fernandes – V. Exªs receberão uma cópia – em que ele narra a desorganização do setor. É correto que a Caixa Econômica trabalhe em Loteria Federal. No entanto, embora ela seja uma empresa seriíssima, o contrato com a Racimec tem que ser investigado melhor. Estamos falando de R$1,6 bilhões, que não pode ficar como caixa preta. No mínimo, seria interessante que V. Exªs convocassem os funcionários da Caixa para darem amplas explicações.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Encerrado o depoimento, agradecemos ao Dr. Luiz Francisco.

O Senador Roberto Requião apresentou o seguinte requerimento:

"Requeiro a oitiva do Sr. João Elias Cardoso pelas razões expendidas pelo Dr. Procurador Luiz Francisco Fernandes de Souza."

Em discussão o requerimento do Senador Roberto Requião. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, oportunamente faremos o convite ao Sr. João Elias Cardoso.

Entraremos em contato com os outros convocados e tentaremos marcar todos os depoimentos para o mesmo dia do Sr. João Elias Cardoso, até para que possamos fazer uma acareação, o que seria importante.

Antes de passar a palavra ao Senador Roberto Requião, quero fazer algumas perguntas – que podem ser respondidas por qualquer um dos dois depoentes – para orientar os Senadores que vão fazer as suas indagações. Qual foi a primeira empresa brasileira ou o primeiro bingo a ser liberado? E a quem foi? Essa empresa ou pessoa física estava efetivamente colocada em primeiro lugar na fila? Qual o critério utilizado para contemplar, como primeira colocada nessa licença, determinada empresa? Qual a empresa e qual o critério utilizado? Os Procuradores têm conhecimento disso?

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – A empresa das máquinas foi a Neo Juegos, que tem ligação direta com a Máfia é só ver a participação societária dela , e o bingo e a outra empresa que representa, que também está ligada, é a Nevada. Basicamente, Nevada e Neo Juegos. A primeira foi Neo Juegos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então só para confirmar, a primeira empresa a obter a licença foi a Neo Juegos, que tem a sociedade com a Nevada. A Nevada é de propriedade de quem?

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Também é do Grupo do Ortiz, ligado a Lillo.

Outro ponto: a Neo Juegos furou a fila, ou seja, é costumeiro, devido aos critérios políticos, furar fila. Esse ponto também está nos depoimentos. Quer dizer, além de confessar que estamos aqui para eleger o Ministro e o Governador, ainda há mecanismos de preterição sistemática da ordem cronológica do protocolo temos ampla documentação. A Neo Juegos furou fila também.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Vou dirigir as perguntas sempre aos dois Procuradores. Quem tiver as melhores condições para responder, deve fazê-lo.

Antes, eu gostaria de estabelecer uma preliminar, para minha informação. Quando, na legislação – na lei, no decreto presidencial ou na portaria – as máquinas de caça-níquel se transformaram em bingo eletrônico? Quando a legislação abriu a porta para as máquinas? Em que momento exatamente?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Dr. Guilherme.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – No sistema, a partir da Portaria nº 104, de 1998. Posso fornecer-lhes a portaria.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Temos a portaria.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Não foi no decreto presidencial de 1998?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Sr. Francisco.

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – No § 2º do art. 74 do decreto, havia a referência "máquina eletrônica". Nossa interpretação dessa referência porque penso que é a interpretação mais em conformidade com a lei, porque a lei tem quatro dispositivos, art. 74, art. 76, art.81, vedando máquina de jogo eletrônico é que jamais esse pequeno texto que está no § 2º sobre máquina eletrônica poderia referir-se a uma máquina de jogo de azar. Teria que se referir, por força, à máquina que faz a extração dos números.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – O sorteio.

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – É, a que faz o sorteio dos números. No entanto, eles pegaram aquela expressão "máquina eletrônica" e criaram até uma sigla bonitinha MEP – máquina eletrônica programada.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – O decreto não poderia estar abrindo a porta para isso? A intenção não poderia ser essa?

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Eu poderia fazer a leitura?

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sim.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – O **caput** do art. 74 do Decreto nº 2.574, de 29 de abril de 1998, diz o seguinte:

"Art. 74. Os jogos de bingo são permitidos em todo o território nacional, nos termos da Lei nº 9.615, de 1998 e deste decreto, especialmente das normas regulamentares de credenciamento, autorização, fiscalização expedidas pelo Indesp.

§1º Jogo de bingo "aí está a definição de jogo de bingo" constitui-se de loteria em que se sorteiam, ao acaso, números de 1 a 90, mediante sucessivas extrações até que um ou mais concorrentes atinjam o objetivo previamente..."

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Logo, ele fecha. Não é o decreto que abre, então?

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Vejam bem. Aqui pode ser tanto a premiação da cartela, da linha etc.

O § 2º vou explicar uma complementação dizia o seguinte: "Somente serão permitidas a instalação e a operação, em salas próprias, de máquinas eletrônicas programadas, única e exclusivamente para a exploração do jogo de bingo, nos termos do disposto no parágrafo anterior."

Portanto, o § 2º, que é a primeira menção a máquinas eletrônicas programadas, remete ao parágrafo anterior, que define o que é jogo de bingo e diz "sucessivas extrações" e "números de 1 a 90". Portanto, a expressão "máquinas eletronicamente programadas" refere-se à extração do bingo como o conhecemos. O bingo eletrônico não é... Aí que vem o ardil. Tanto que o decreto presidencial revogou recentemente o § 2º. A partir da ação proposta, o Presidente revogou esse § 2º.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Não caberia uma interpretação flexível?

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Jamais. É claro que ele se refere ao jogo de bingo na definição do § 1º, tanto que, no final, diz assim: "Máquinas eletrônicas programadas única e exclusivamente para exploração de jogo de bingo, nos termos do disposto no parágrafo anterior".

O que dizia o parágrafo? "Jogo de bingo constitui-se de loteria em que se sorteia, ao acaso, números de 1 a 90, mediante sucessivas extrações, até que um dos concorrentes..." Está certo?

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Está claro. Por que fiz essa pergunta? Porque, numa entrevista a uma televisão do Paraná, o Ministro deu a entender que, a partir desse decreto, o Presidente da República teria sido induzido ao erro e aberto a porta para as

máquinas eletrônicas no País. Então, eu quis discutir o assunto porque o meu entendimento é exatamente o dos Procuradores. Esse decreto de 1998 do Presidente da República, no seu art. 74, não abre. Ele veda, simplesmente admite que as tradicionais bolas do sorteio sejam substituídas por um método eletrônico que sorteie números de 1 a 90.

Segunda preliminar: o Ministro chegou a apresentar – ele declarou isso à imprensa – uma medida provisória liberadora do jogo à Casa Civil. Posteriormente, essa medida provisória foi abandonada, não foi assinada pelo Presidente em função das denúncias do Ministério Público italiano e da ação do Ministério Público brasileiro, dos dois Procuradores que estão hoje presentes à Comissão de Assuntos Sociais. Mas essa medida abria de forma absoluta o jogo.

Gostaria de saber se o Ministério Público brasileiro tem uma cópia dessa medida do Ministro Rafael Greca.

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Essa cópia foi-nos enviada de forma anônima. Ela é confessada pelo próprio Ministro, que chegou a dizer que os bingos eletrônicos são um fato e, como tal, devem ser regulamentados. Como contradição, alegamos que homicídio é fato, espancamento é fato, tráfico é fato e outras infrações são fatos. Às vezes brigar e gritar com outros é fato, e nada disso deve ser regulamentado, mas vetado, proibido. No entanto, ele disse ser "de uma grande ilusão querer; temos que regulamentar". Foi esse o mote que ele usou, falando para a imprensa.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – O Ministério Público tem essa cópia e poderia deixá-la com a Comissão?

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Podemos encaminhá-la hoje, no começo da tarde.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Perfeitamente.

Obtive algumas informações a respeito dessa manobra e da ligação do Ministério do Turismo com o Indesp.

Quando o Eugênio Stefanelo foi nomeado Superintendente da Conab, alguns Deputados fizeram indicações para a Conab. Indicaram o Sr. André Manfredini e o Sr. Paulo Araújo. É do conhecimento do Ministério Público a origem dessa indicação?

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Pelas informações que temos, inclusive sem depoimento – mas podemos formalizá-las –, houve indicações do Deputado Abelardo Lupion e de alguns outros. O Deputado Abelardo Lupion tem ligação com fazendeiros e com a Conab.

É um verdadeiro acinte produzir uma portaria – a Portaria nº 23 – em reuniões secretas na Conab. Temos as informações sobre os dias inteiros de reuniões e quem participava delas era o Sr. Tiago Loureiro, o mesmo Tiago Loureiro que é advogado da Recreativo Franco e que representa várias empresas ligadas aos Ortiz.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – E que confessou, em uma audiência com a Polícia Federal, que representava, nas reuniões, o interesse dos bingos.

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Sim. Temos um depoimento colhido na Procuradoria da República no qual ele diz a mesma coisa. É importante entender que o mecanismo das habilitações das máquinas deveria ser feito por três universidades – a USP, a PUC de São Paulo e a Unicamp –, mas, na verdade, elas contrataram um instituto, o Instituto de Jogos e Loterias, cujo sócio fundador é Tiago Loureiro. O Tiago Loureiro, além de representar no Brasil o Grupo Ortiz e várias firmas ligadas à máfia, além de ele pleitear e dar entrada a pedidos de habilitação, ele corre para o outro lado, no instituto, e dá o laudo favorável. Está nas duas pontas. Ou seja, o controle da habilitação das máquinas eletrônicas caça-níqueis é centrado no Instituto de Jogos e Loteria do Tiago Loureiro.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Portanto, não era centrado no pessoal técnico das universidades. Era uma terceirização?

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Eles eram sócios. Isso, às vezes, é um artifício para o professor universitário ampliar a renda. Eles criam uma entidade, porque, dessa forma, têm dupla remuneração. Não vou nem entrar com um pouco de crítica, porque lá há pessoas sérias. Agora, o que nos importa é que o Instituto de Jogos e Loterias, que tem como sócio-fundador Tiago Loureiro, é que controlava a habilitação das máquinas.

Outro ponto que também é muito importante: além de ele controlar a habilitação das máquinas, com a cláusula, como o Dr. Guilherme colocou, da exclusividade — tem de haver exclusividade; isso estava na Portaria nº 23 —, a grande firma teria que ter um representante exclusivo. Então, eles descentralizavam de tal forma, que as empresas da máfia tinham um belo monopólio aqui no Brasil, porque tinham exclusividade, só elas podiam representar. Esse mesmo Tiago Loureiro, ligado à empresa, ligado à máfia, representando o principal grupo recreativo Franco, que tem ligações, sim, com a máfia.

Quer dizer, nas duas pontas: da produção das máquinas ao fato de espalhar as máquinas, dentro do

mecanismo de habilitação das máquinas e dentro da Conab, gerando a Portaria nº 23.

E não era só ele que participava. Há o Turno Portugal(?), representantes do Poupa Ganha, do Tota Bola, e ainda há um cidadão aqui que tem um nome falso, que participava também: João Paulo T. Silva Tavares tem lá assinado na porta, coisa de entrada. Ele dá uma identidade. Nós vamos atrás da identidade, que não bate com o nome. Vamos à base de CPF — e são mais de 100 milhões, o que é um absurdo, inclusive, porque são 100 milhões de nomes —, e não existe nenhum cidadão com esse nome, João Paulo T. Silva Tavares. Resultado: há uma pessoa com nome falso, participando, dentro da Conab, para gerir essa Portaria, com o Tiago Loureiro, com o pessoal do Buffara e outros. É o quadro que se tem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Os Procuradores têm conhecimento de que eu, tendo recebido uma informação de um cidadão de São Paulo a respeito da participação de políticos e de um caixa de campanha desse esquema do Indesp, mandei-a ao Presidente da República e que Sua Excelência considerou o documento consistente e o enviou para a Polícia Federal e para o Ministério Público.

Não quero fazer um questionamento, mas uma relação interativa com o Ministério Público nesta reunião. As considerações são as seguintes: participaram no Indesp e na Conab duas figuras que são chaves nesse processo: o Sr. Luís Antônio Freitas — que deve ter Buffara no nome; deve ser o nome da mãe, e não sei se consta do nome dele —, conhecido também como Buffará, colega, no Colégio Medianeira, em Curitiba, de ensino primário e ginasial, do Ministro Rafael Greca, colega de faculdade de S. Exª — inclusive, existem fotografias de formatura que circulam por Curitiba. Esse Sr. Luís Antônio Buffara foi tesoureiro da campanha do Ministro Rafael Greca em Curitiba; era o caixa, o que arrecadava e cuidava dos recursos.

Esse cidadão tinha um irmão, que se chamava Sérgio Buffara, que foi sócio do Pelé em uma firma de que participava ele, o Pelé e outro curitibano, cuja conduta não tenho nada que desabone e que era sócio e se chamava Faruk Alcatib (?).

Eles tiveram um negócio com o Pelé, e esse Sérgio Buffara, ou Sérgio Freitas, morava em um apartamento na Vieira Souto, no Rio de Janeiro. Dentro do esquema ele tinha o codinome de Vieira, em função do apartamento em que morava.

Esse Sr. Sérgio Vieira é também, notoriamente, o coordenador da campanha de um Deputado Federal do PFL no Paraná, irmão do Luís Antônio Buffara.

Pelas informações que me chegam, esse Sr. Sérgio, que havia trabalhado com o Pelé anteriormente, tinha contato com esse esquema de jogo. E, quando o Ministro Rafael Greca assumiu, o Sr. Sérgio Buffara estabeleceu um contato com o Indesp, um jogo de domínio do Indesp, para viabilizar favorecimentos especiais à máfia italiana e à espanhola, aos bingueiros de uma forma geral e, com isso viabilizar, um caixa.

Entra também, via nomeação, para a Conab o Sr. André Roberto Manfredini, um advogado de Curitiba, que passa a participar das reuniões, para redigir uma medida provisória que liberaria, de forma absoluta, o uso das máquinas caça-níqueis no Brasil.

Tenho até descrições de algumas reuniões com o Sr. Alejandro Ortiz em São Paulo, em que o Sr. André Roberto Manfredini, que é um sujeito enorme, de quase dois metros de altura, fortíssimo, batia na mesa e teria dito: "Ajoelhou, tem que rezar. Agora, quem não pagar se ferra!" Então, estabeleceu uma soma de US$150 mil por maquinista – não é por máquina, mas por maquinista – para que eles participassem da redação dessa medida provisória que liberaria o jogo e que foi, posteriormente, apresentada pelo Ministro Rafael Greca ao Presidente da República. Ela foi levada à Casa Civil, e não foi assinada em função do escândalo ter estourado.

Além disso, eles cobravam US$15 mil por licença de bingo. E como é que funcionava? Sete mil e quinhentos dólares na frente e o mesmo valor depois que a licença provisória, para os bingos provisórios e para aquelas casas, fosse concedida. Além disso, temos a participação do Sr. Paulo Araújo, que também funcionava no Indesp, que, por coincidência, tem a sua esposa, a sua senhora, a Srª Mercedes, trabalhando no gabinete de um Deputado Federal – que seria o Deputado Federal que fez as indicações do André Manfredini e do Paulo Araújo para a Conab.

Então, temos o esquema montado desta maneira: a arrecadação foi feita em São Paulo; o caixa 2 foi ativado desta forma, mas o fundamental é o Ministério Público ter em mãos a portaria que foi vendida. O Sr. Tiago, por exemplo, declarou que participou das reuniões. E como essas reuniões eram feitas?

Inicialmente, eram feitas no apartamento funcional de um parlamentar, em Brasília. E, posteriormente, quando foram a São Paulo arrecadar os US$15 mil por bingo, eles se hospedavam e se reuniam no escritório de Alejandro Ortiz, mas se hospedavam num hotel – que, se o Ministério Público ou a CPI, se formada, poderá verificar com facilidade que é o **Pathernon**. Existem dois **flats Pathernon** em São Paulo.

Um, na Bela Cintra, por ali, e o outro, numa rua que tem nome de índio. Eu não me recordo agora qual é o índio. Nesse **flat** que tem nome de índio se hospedavam o Sr. Buffara, André Manfredini, Paulo Araújo e Sérgio Buffara, Luís Antônio, com a tarefa de contactar e tomar dinheiro dos bingueiros.

Então, essas ações ficam extraordinariamente claras. Seria esclarecida a corrupção no Ministério do Turismo em 30 dias. Para isso, bastaria a instalação de uma CPI e que fosse quebrado o sigilo telefônico, principalmente o telefônico, para ver quem falava com quem, quem fazia contato com o Alejandro Ortiz, com os bicheiros, com o Lauricella, quem falaria com quem. Não acredito muito, dado ao grau de profissionalismo desse pessoal que já opera no caixa de campanha há muito tempo, que conseguíssemos os depósitos em contas bancárias. Acredito, sim, que poderíamos verificar um padrão de vida completamente fora dos rendimentos dos salários funcionais. Mas isso tudo deve ser viabilizado com entesouramento de dólares, depósitos de dólares em contas externas, mas jamais com recursos depositados em nome de cada um deles. De qualquer forma, a quebra do sigilo bancário e a quebra do sigilo telefônico rapidamente daria consistência a essas informações.

Essas informações me foram passadas por um cidadão de São Paulo, com o qual me comprometi não expor seu nome – por motivos óbvios. O que ele me disse foi o seguinte: "Senador Requião, se você entregar o meu nome e não vivo 48 horas".

Eram os dados. Mas acrescento que gostaria de receber informação do Ministério Público da posse desta medida provisória. Creio que isso deixa a responsabilidade do Ministro exposta de forma absoluta. Se existiu uma medida provisória, ou vamos colocar em termos mais claros e francos: o Presidente da República foi vendido pelo Ministério do Esporte e Turismo e os funcionários da Conab – a sua assinatura foi vendida, cada maquinista pagou US$150 mil. E o Ministro do Esporte e Turismo entregou a medida provisória na Casa Civil da Presidência da República para ser assinada, tendo declarado nos jornais – e isso também é público e notório – que o jogo de caça-níquel no Brasil já estava institucionalizado e que cabia, agora, diante desta concretude, regulamentar o processo.

Portanto, penso que não resta dúvida alguma do nível das responsabilidades. Nós precisávamos apenas aprofundar um pouco mais a investigação com a quebra do sigilo bancário e telefônico, com a verificação da indicação desses cidadãos na Conab – eu acho que existem algumas denúncias que recebi, mas não posso tomá-las como absolutas. Elas teriam que ser verificadas – as reuniões no apartamento funcional, a hospedagem no **flat Pathernon** em São Paulo. Penso que estamos a um passo desse processo.

Eu só não consigo entender – e esta pergunta eu já não faço ao Ministério Público – por que o Presidente da República ligou, pessoalmente, para Senadores solicitando que não viabilizassem a CPI e que retirassem a assinatura. Todavia, no momento em que enviei a denúncia, o Presidente da República tomou a atitude correta: através do Ministro da Casa Civil, Sr. Pedro Parente, enviou a minha denúncia para a Polícia Federal.

O que está parando esse processo? Por que esta vontade inicial do Presidente Fernando Henrique Cardoso, de esclarecimento da denúncia, se diluiu a ponto de, de forma violenta, retirar oito nomes da CPI, foram oito nomes. O Senador Geraldo Melo foi o primeiro que retirou e, depois, mais 7 – assinaram e retiraram – por pedido do Líder do Governo. Hoje, pela manhã, na CBN, com o objetivo de impressionar a opinião pública, o mesmo Líder se dizia favorável à CPI quando, na verdade, fez o trabalho sujo de pressionar os Parlamentares para que retirassem o nome e inviabilizasse a CPI. Temos também – para usar aquela sua figura – a figura do pintor. O Líder do Governo que é Senador José Roberto Arruda que trabalha no Plenário para desmontar a CPI, mas que, depois, se apresenta como um artífice e um defensor da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Sr. Luiz Francisco.

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Nós temos depoimento, colhido pela Polícia Federal, que comprova a presença desse Sr. André Roberto Manfredini nas reuniões da Conab. Nós já temos prova....

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sim, ele era funcionário da Conab. Ele foi contratado pela Conab juntamente com o Sr. Paulo Araújo.

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Sim. Mas os dois por serem funcionários – o outro era Procurador-Geral – não assinavam, lá, a entrada. Eles, então, estavam na Conab. Eles podiam dizer que estavam no prédio. Mas temos depoimento que comprovam que eles participavam das reuniões, o que corrobora com o que o V. Sª falou. A Polícia Federal e o Ministério Público também têm limites. À medida que aparecem indícios de participação do Ministro, não podemos – exceto em ato de improbidade – mas em crime, nós não podemos atuar. Temos que remeter o caso para o Dr. Geraldo Brindeiro. No que

tange à questão de improbidade, podemos avançar muito.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – O Sr. Paulo Araújo tem a esposa no Gabinete de um Deputado e tem o filho como funcionário do Ministério da Agricultura – com DAS – não freqüenta o Ministério da Agricultura, mas é nomeado com DAS.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Nobre Senador Roberto Requião, a respeito da CPI, eu não ouvi a entrevista do Líder do Governo, mas como fui o autor do requerimento que continha já as assinaturas suficientes e que, pelo trabalho do próprio Líder do Governo e de outros Líderes, acabou sendo derrubado pela retirada de sete assinaturas, após a apresentação dele.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Inclusive, o Líder do meu Partido, numa atitude para mim inexplicável porque a Bancada não discutiu isso – o nobre Senador Jader Barbalho e o nobre Senador Ney Suassuna pressionaram, também, os Senadores para que S. Exªs retirassem o nome e S. Exªs retiraram.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Roberto Requião, eu não acredito que o nobre Senador José Roberto Arruda faria um trabalho para retirada de assinaturas e daria uma entrevista em outra direção, dizendo que apoia. Talvez, S. Exª tenha mudado de idéia. Então, vou refazer o requerimento da CPI e pedir o apoio do Senador José Roberto Arruda, já que S. Exª apóia a CPI, para que S. Exª me ajude, então, a recolher as 33 assinaturas que eu já havia conseguido. S. Exª mudou de idéia – só pode ser isto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Penso que há dois Senadores Arruda: o da CBN e o do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não, penso que ele mudou de idéia, Senador Roberto Requião. Vou pedir a ajuda dele.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Dupla personalidade é problema psiquiátrico.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não concordo com V. Exª; penso que ele mudou de idéia.

Vamos fazer outro requerimento hoje.

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Posso levantar uma questão?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra a V. Sª

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Lembro a possibilidade de incluir o tema loterias, uma vez que uma CPI pode ter até 18 temas e V. Exªs depois podem se aprofundar à medida que surgirem indícios. Se pudesse também incluir lavagem, encontrariam muitas informações.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos cuidar disso.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nobres representantes do Ministério Público Federal, existe no meu nordeste um termo muito utilizado que, embora quando eu o digo no plenário irrite muito o Presidente do Congresso, caracteriza como nós, nordestinos, avaliamos a desordem, a ilegalidade e a moralidade. O termo é "esculhambação". Talvez esse seja o único termo que eu possa verbalizar depois da exposição de V. Sªs na manhã de hoje.

Quero, a princípio, saudá-los pelas observações legítimas e relevantes sobre aspectos legais, éticos e morais de atos que vêm sendo patrocinados ilegalmente, atos lesivos à economia popular, ao consumidor e, de forma muito especial, a milhões de famílias pobres do nosso País, as quais nem imaginam que, usando aquelas "maquininhas" estão fortalecendo uma estrutura infame do narcotráfico, estrutura essa que vem e arranca seus filhos, pobres, de suas respectivas casas e de suas respectivas famílias.

Chefões da máfia são sempre muito interessantes no cinema. No mundo real, representam a escória de uma sociedade e deveriam representá-la de fato. Geralmente são muito bem vestidos, são festejados nos salões da alta sociedade, têm ótimas relações políticas, relações com o aparato de segurança pública, com o Judiciário, com o poder político, com o poder econômico e, embora saltitem alegremente nos salões da alta sociedade e sejam muito bem festejados, a opinião pública sabe o que significam; embora não possa identificá-los, uma vez que são acobertados pelo manto protetor de cargos públicos, de cargos políticos. A sociedade, a população em geral, sabe que essa estrutura interessante no cinema, a questão da máfia e especialmente do narcotráfico e da lavagem de dinheiro, no mundo real significa extorsão, corrupção, seqüestro, vigarice, bandidagem. O que há de mais abominável é a lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico internacional. Então a opinião pública, a sociedade de forma geral, abomina a lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico, que é abominável, e a sociedade a vê dessa forma.

É exatamente por isso que quero parabenizar V. Sªs e dizer-lhes que fico muito feliz de vê-los, homens públicos, jovens, representantes do Ministério Público Federal, numa atitude corajosa, tentando desvendar os mistérios sujos do narcotráfico. Quero dizer também publicamente que me sinto profundamente envergonhada de estar no Congresso Nacional, que se-

quer cumpre com suas simplórias obrigações constitucionais de fiscalizar o Poder Executivo e tem uma atitude deplorável como essa de impedir uma comissão parlamentar de inquérito. Quero dizer publicamente que me senti envergonhada, mas não desesperançada porque efetivamente sei que um dia conseguiremos mudar esse estado de coisas.

Quero fazer apenas dois simples questionamentos já que muitos dos questionamentos V. Sªs já tiveram oportunidade de revelar e muitos dos debates que foram feitos nesta Casa pelos Srs. Senadores, Roberto Requião, Álvaro Dias, Osmar Dias e vários outros Parlamentares que já tiveram a oportunidade de fazer esses questionamentos na Casa.

Primeiramente, gostaria de perguntar aos senhores quais as informações sobre o inquérito que a Polícia Federal abriu para apurar as irregularidades; inquérito este que, inclusive, foi mencionado pelo Senador Roberto Requião. Então, quais as informações, quais os principais pontos de convergência entre esses inquéritos e as investigações feitas pelo Ministério Público Federal?

Se isso não impedir a liberdade das investigações, gostaria de saber qual o apoio de fato que as autoridades da Divisão Distrital Antimáfia da Itália têm dado ao Ministério Público Federal. Se é ou não uma cooperação, ou como isso efetivamente se tem dado. Para terminar, gostaria de saber quais os próximos passos da investigação do Ministério Público.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Dr. Luiz Francisco Fernandes de Souza.

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Tanto a Polícia Federal, como o Ministério Público, são instituições relegadas no País. Por exemplo – e vou abrir aqui um pequeno parêntese –, agora mesmo se está tentando passar o mecanismo nº 1 de controle da sociedade sobre o Estado, que é a informação, o controle social sobre o Estado. Thomas Jefferson* e grandes pessoas afirmavam que se poderia até fechar o Congresso, ainda que fosse um crime a chicana de tiranos etc.; porém, mais importante do que o Congresso, que é o pivô da democracia, é a liberdade de imprensa.

Bem, está tramitando pelo Parlamento agora um projeto que visa calar a boca dos promotores, dos juízes, dos policiais e de tudo. Qualquer membro do Ministério Público, da Polícia Federal, servidor público judiciário, servidor público federal e estadual que abrir a boca sobre qualquer investigação a que esteja incumbido pode perder o emprego e ficar inabilitado por três anos para o Serviço Público e ainda comete crime. No dia em que isso passar, vou ser bem franco, na minha opinião estará decretado o código da Máfia: não declare, não diga nada e faça silêncio absoluto. O certo seria a imprensa poder protocolar um pedido – e termos que dar satisfação à mesma – para que haja o controle por parte da mesma imprensa e do cidadão. Procura-se o inverso. Agora, toda e qualquer investigação vai dar-se de forma sigilosa. Isso vai ser muito bom para a impunidade, porque se trata de um projeto que está passando.

Quero chegar a um ponto em que a Polícia Federal tem

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Qual a procedência desse projeto?

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES SOUZA – Acho que esse projeto é da Casa Civil, do Sr. Gilmar Ferreira Mendes, que, há muitos anos, tenta fazer passar esse projeto. Agora, ele se encontra na Câmara dos Deputados, na questão da Reforma do Judiciário. Se esse projeto passar, o cidadão não tem controle. Quer dizer, o delegado que está incumbido, não vai dar nenhuma satisfação. Literalmente, vai estar tudo sigiloso, e ninguém chega perto, porque, se chegar, vou ter que dar adeus à minha profissão, ainda vou ser preso e não vou poder exercer outro cargo público por três anos.

Para que serve um projeto desse? É o código da Máfia implantado na Administração do Estado. Ao invés de o Estado se tornar cristalino, transparente, que é o que destrói qualquer corrupção, vão ser encobertas as provas sobre o estado do código da máfia implantado como regra.

Na Loman, os juízes dão satisfação do que fazem sempre; os bons juízes não podem dizer o que vão prejulgar, mas têm que dizer, mais ou menos, como é que está o processo. Por que não pode? A sociedade não tem direito? A maior parte dos juízes nem recebem imprensa e mantém tudo a sete chaves, porque há um dispositivo dentro da Loman, que eles querem ampliar para dentro do Ministério Público, para a Polícia e para todas as entidades estatais.

Com relação à Polícia, a Divisão de Combate ao Crime Organizado é um grupo de elite da Polícia Federal. Parece que só há 53. Eles quase não têm recurso também. Essa é a divisão que poderia combater a corrupção dentro do órgão público, que destruiria fraudes de bilhões de dólares. Então, valeria a pena injetar alguns poucos milhões, se podemos obter resultado de ...

Então, a Polícia Federal está fazendo um inquérito, a duras penas. O delegado está acatando a representação do Senador Roberto Requião e abriu o

inquérito. O delegado foi para São Paulo e está fazendo uma oitiva de mais de 40 pessoas. Os poderes que tem o delegado são limitados. Hoje, quando um delegado requisita uma informação de um órgão público, não há um mecanismo coercitivo. A lei deles é extremamente precária. Têm que quase mendigar que outros órgãos dêem informação. Por vezes, chegam à ameaça; se não entregarem o documento vira desacato. Tudo isso porque não há um instrumento coercitivo que lhes permita obter informações. O inquérito está avançando, mas jamais substituiria uma CPI que, acreditamos, é o único mecanismo que desvendaria, que deixaria bem claro o setor, permitindo carrear recursos para o esporte.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Gostaria de saber mais sobre a questão da Divisão Antimáfia da Itália. Existe uma cooperação? Se isso não puder ser dito não há qualquer problema.

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – O Ministério Público também está estrangulado. Não temos mais qualquer cargo no País e quase não temos convênios. Infelizmente é bastante estanque. Não há um convênio apropriado e convivemos com muitas precariedades. Conseguimos a carta rogatória porque já era pública, já estava sendo espalhada, mas sequer tinha sido encaminhada para nós. O grupo Ortiz procura interferir para tentar ganhar um álibi. Articulados, estão tentando interferir para ver se ganham um atestado de idoneidade para escapar. Por isso, também, há urgência e necessidade de uma CPI.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Quais são os próximos passos?

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Da nossa investigação?

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Na verdade, a ação cautelar será desenvolvida com a propositura da ação principal. Embora a Portaria nº 23 tenha sido revogada, o que legitimaria os bingos eletrônicos em todo o País, nosso intento é responsabilizar todos os administradores e todos os potenciais agentes políticos que participaram desse ato. Em relação aos bingos, será realizada a apreensão de todas as máquinas para a realização de perícias que interessam à análise de todo o envolvimento da máfia, a origem das máquinas e se estavam fraudadas. E em relação aos bingos em geral e aos bingos de Brasília, nenhum está com o certificado...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Senadora, à guisa de aparte, gostaria de um esclarecimento. A apreensão desses bingos e sua destruição se suporta na importação ilegal, na alíquota fraudada e no superfaturamento.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Também. É o crime em si. A questão da importação gera uma crise de falsidade na indicação do objeto que está sendo importado e na colocação em alíquota diferente da que seria permitida. Em relação aos bingos em geral, temos uma limitação. O Dr. Luiz Francisco colocou bem. Na verdade, as ações do Ministério Público dependem muito da abnegação dos procuradores. Nossa estrutura para esse tipo de ação é mínima. Faço **mea-culpa** da instituição, que não está aparelhada devidamente. Ao mesmo tempo, quero mostrar que não se trata só de bingos. Estamos pensando em uma grande alavancagem que a máfia estava urdindo, já há dois anos no Brasil, para lavagem de recursos, contaminando o Estado Brasileiro. A máfia italiana elaborou a Portaria nº 23, e, portanto, não podemos nem saber as dimensões em outras esferas.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – A Portaria nº 23 e a medida provisória que não foi assinada.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – O texto que possuímos, realmente, mostra que o artifício de uma mera medida provisória teria sido a complementação perfeita para o projeto da máfia no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Osmar dias) – Solicito aos Srs. Procuradores que ainda hoje encaminhem o texto da medida provisória que está sendo referida a todo o momento.

Com a palavra o Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Procuradores, creio que o dever número um desta Comissão é contribuir para que se apurem responsabilidades dos agentes públicos, das autoridades governamentais em relação às denúncias que começaram no interior do próprio Indesp, por meio de dois dos seus funcionários, um deles, aqui, presente, o João Elias, e que prosseguiu, por meio da imprensa nacional.

Dois pontos fundamentais creio que devam ser elucidados em profundidade: o primeiro – e eu indago dos Srs. Procuradores se houve uma preocupação em relação a essa questão na elaboração da ação principal que dá seqüência a essa ação cautelar referida – a alteração da estrutura do Indesp, para que todos os poderes ficassem a cargo do Sr. Buffara, cuja ligação com o Ministro Rafael Greca é conhecida, não me necessito referir, já que o Senador Roberto Requião fez referência a ligações antigas e recentes. Eu apenas acrescentaria o fato principal, o de ter sido o Sr. Buffara sempre o caixa de campanha do Ministro Rafael Greca, em todas as campanhas eleitorais.

O SR. *(fora do microfone)*

O SR. ÁLVARO DIAS – Exato. Buffara. Esse Buffara que estava exercendo as funções principais do Ministério dos Esportes, por meio do Indesp. Também ele foi o auxiliar direto do Prefeito Rafael Greca no pagamento a empreiteiros de obras realizadas pela prefeitura de Curitiba, especialmente no Programa BIRD, ele fazia o contato preliminar que antecedia ao pagamento pelos serviços prestados em obras executadas por empresas empreiteiras de obras públicas em Curitiba.

Acrescento mais esses dois fatos às referências já feitas pelo Senador Roberto Requião. Fatos que demonstram ser indissociáveis. É impossível dissociar a figura do Sr. Buffara da figura do Ministro Greca. Os atos praticados pelo Sr. Buffara evidentemente são da inteira responsabilidade do Ministro Greca. E a primeira indagação que formulo é exatamente esta: se essa alteração promovida evidentemente por ordem do Ministro Rafael Greca da estrutura, do regimento do Indesp, a alteração de toda a sua estrutura, para passar as responsabilidades principais ao Sr. Buffara, se esse fato é considerado na ação principal pelos procuradores, aqui, presentes? Essa é a primeira indagação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Dr. Luiz Francisco.

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – O regimento foi alterado, todos os poderes foram concentrados no Buffara, foi criado quase que um contrapoder, uma hierarquia paralela, onde Tubino foi totalmente alijado, quer dizer, a todo o minuto, o Buffara ameaçava: "Vou-me reportar diretamente ao Ministro." Quer dizer, o Ministro é quem decide, a cada minuto, ou seja, passando por cima da autoridade do Sr. Tubino. Então, temos já uma análise de que tendemos a colocar o Sr. Greca como réu na ação. Mas decidimos, dado que ele vai depor amanhã, ouvir o depoimento dele, ter o depoimento, e, se ele não conseguir provar por A mais B, refutando-os – porque, veja, aqui, não se presume a inocência, porque, na verdade, quando...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Desculpe interromper. A intenção, então, é incluir o Ministro Rafael Greca como réu na ação principal?

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Por quê? Porque, quando temos provas, a prova cria uma presunção de verdade, então a presunção de inocência vai até o minuto em que haja uma prova. No minuto exato em que há duas pessoas que dizem que aquele ali matou alguém ou roubou é ele que tem que oferecer, agora, a prova, porque também ele vai ser incriminado pelo depoimento dos dois, ou seja, à medida que temos prova, se não houver, então, uma contraprova eficaz e que demonstre.

Agora, nesse ponto, temos um tipo de coordenação na Procuradoria da República do DF. Temos 17 procuradores no DF, vamos fazer uma reunião coletiva, vamos discutir o tema. A tendência, por hora, é de colocar o Sr. Greca...

Devemos entrar com a ação principal na sexta-feira, porque é o prazo limite da decadência da liminar. Mas a decisão vai ser tomada sexta-feira. Por ora, temos elementos para colocar o Ministro como réu.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Dr. Guilherme.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – A reestruturação das atribuições do Indesp foi urdida na Conab também, conforme depoimento do próprio Sr. Buffara.

Agora, é interessante observar que havia caos no Indesp, havia uma situação de legitimação de uma atividade criminosa. Essa legitimação ocorreu através da atuação de funcionários do Indesp, do Sr. Buffara, que foi indicado pelo Ministro, que, através de um pedido de exposição de motivos enviado ao Presidente da República tentou legitimar, pelas suas próprias declarações, essa atividade ilícita através de uma medida provisória.

Portanto, em face desses elementos, esse quadro deixa mais do que caracterizada a participação do Ministro. A sua modificação posterior de opinião, inclusive posteriormente à propositura dessa ação cautelar, não altera a sua responsabilidade já caracterizada anteriormente. Esses indícios são muito veementes.

Em relação ao Sr. Buffara, é importante salientar que esse tráfico de influências, essa relação promíscua com a máfia, colore a ação de uma maneira veemente. Mas o objeto central da responsabilização da cautelar, que portanto está vigente, foi a omissão desse servidor em face da situação caótica do setor e da fiscalização e do próprio reconhecimento, através de ofícios enviados à Procuradoria, de que ele tinha conhecimentos das irregularidades e, ao mesmo tempo, não comunicou, não agiu de ofício, como é dever do servidor público; e em função da atuação dele também na elaboração da portaria, que deixa claros os interesses escusos ali presentes. Demonstra-se, então claro, o ato de improbidade praticado por ele.

Eu gostaria até de citar o art. 10 da Lei de Improbidade, que capitula uma das hipóteses, um dos grupos de hipóteses de atos de improbidade. Ele diz as-

sim, só para deixar bem clara essa irresponsabiliade do Sr. Buffara e do Ministro também: "Constitui ato de improbidade administrativa, que causa lesão ao erário, qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º, a União, autarquias etc." E, notadamente, o inciso XII diz: "Permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente". Especificamente em relação ao caça-níqueis este inciso se aplica.

Teríamos em relação também à omissão desses agentes públicos o enquadramento no art. 11 da Lei de Improbidade, que diz: "Retardar ou deixar de praticar indevidamente ato de ofício constitui ato de improbidade. As sanções para esses atos de improbidade são desde a aplicação de multa à perda da função pública". Enfim, seriam basicamente esses.

Vou listar: proibição de contratar com o poder público, receber benefício de qualquer natureza, suspensão dos direitos políticos, variando conforme o tipo de crime, de 8 a 10 anos, ressarcimento integral do dano, quando houver dano ao erário público, e perda dos bens ou valores acrescidos em razão do ilícito.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua com a palavra o Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS – É evidente que o Ministro Greca, no depoimento que fará amanhã ao Senado, não acrescentará absolutamente nada de novo, a nosso ver, principalmente pela modalidade de interrogatório que se faz no plenário do Senado, que é diferente, inclusive, desse que fazemos na Comissão. Creio que não se acrescentará nada além, já que esses indícios fortíssimos sinalizam para a presença do Ministro, na ação principal, como réu.

É bom ouvir procuradores que não tenham aquele cuidado, que muitos imaginam, possam ter ainda autoridades do Poder Judiciário ou do Ministério Público, no sentido de imputar responsabilidades apenas a menores e não a maiores, imputar responsabilidades a subalternos, como se fossem sempre os únicos responsáveis pelos males que ocorrem no País.

A exemplaridade de uma ação principal que não omite a presença do responsável maior deve merecer os nossos aplausos nesta Comissão.

Esse é o primeiro ponto que considero fundamental e que implica a responsabilidade direta do Ministro em todos os atos praticados pelo Sr. Buffara, já que ele determinou essa alteração para enfeixar poderes em mãos do seu principal assessor que trouxe de Curitiba.

O segundo ponto que considero fatal é a "portaria da burla", a Portaria nº 23, que burla a Lei Pelé para facilitar o ingresso dessas máquinas perversas para a lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico, especialmente da máfia italiana, e, no segundo plano, parece-me, da máfia espanhola.

Essa portaria, como ficou claro aqui, foi elaborada por figuras estranhas à área técnica do Indesp. Apenas para confirmar, a elaboração dessa portaria contou com a participação do grupo que tem origem em Curitiba e dos representantes da máfia que têm origem na Itália, evidentemente. Essa conexão Curitiba-Itália é uma conexão bastante perigosa.

Indagaria aos senhores procuradores se há indícios de endereço do Sr. João Paulo Silva. Se nas investigações feitas, constata-se que ele é originário também de Curitiba. Se não for de Curitiba, ele é homônimo de um curitibano que conheço.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Dr. Guilherme Zanina Schelb para relatar sobre o Sr. João Paulo Silva.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Ele está sob investigação, mas trata-se exatamente da pessoa indicada, em várias reuniões, na elaboração da Portaria nº 23. Os dados pessoais não batem com nenhuma pessoa existente. O João Paulo T. Silva Tavares.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Só para confirmar: esse é o que apresentou nome falso?

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Isso. A pessoa anônima, porque essa pessoa não existiria, segundo as investigações.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Deve ter múltipla identidade, especialmente se for quem imagino possa ser.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Só complementando, é interessante observar que, em uma das reuniões, ele esteve com o Sr. Buffara e, na seguinte reunião, esteve com o representante do Bingo Poupa Ganha, Toto Bola. Portanto, uma pessoa do conhecimento dos representantes desses bingos e do Sr. Buffara.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Só para esclarecer, essas reuniões a que V. Sª se refere são as reuniões realizadas para a elaboração da Portaria nº 23?

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Exatamente. A Portaria de nº 23 que legitimou os bingos eletrônicos ilegalmente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – E que permitiu que o principal formulador da portaria, pelos documentos anexados à ação cautelar, fax dirigidos da

sede da Conab a elementos ligados à máfia, o principal articulador dessa portaria, o Sr. Alejandro Ortiz, fosse o primeiro beneficiário dela com a permissão recebida para a **Neojuegos**.

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Esse senhor, no final das reuniões da Conab, era um dos que mais participavam. Praticamente, ele não saía da Conab. Em termos de participação, possivelmente...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Alejandro Ortiz.

O SR. LUIZ FRANCISCO – O nome da pessoa não é esse. A identidade que está lá é de Pernambuco. Fomos atrás dele. É um tal de Mário. Não tem nada ver. Ou seja, nem o nome existe na base de CPF, nem a identidade que ele forneceu é a dele. São dois crimes.

Apenas para completar o quadro, há uma informação recente de que, dos Ortiz, um deles também tem dois CPF.

Mas, quanto a esse cidadão que participou, basicamente seu nome não é João Paulo Silva Tavares, porque, se ele existe, não está na base de CPF. Que cidadão brasileiro não está nessa base? O número de pessoas que devem colaborar com a Receita está por volta de 20 milhões, e, na base, há 100 milhões.

O Cameli, por exemplo, tinha sete CPFs, e ainda havia 33 nomes semelhantes. Trata-se de uma base que prima por ter muito mais nomes do que pessoas que realmente existem. E esse cidadão não existe na base. Logo, a dedução mais lógica é que seu nome é falso – possivelmente, pertence à máfia ou qualquer coisa assim. A CPI poderia desvendar isso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Registro apenas que, além das pessoas que participaram das reuniões na Conab, pelo que se constata da ação cautelar, havia outras pessoas que também participavam delas à distância, já que tomavam conhecimento das propostas e das sugestões em discussão por meio de fac-símiles remetidos da sede da Conab, conforme o Ministério Público pôde concluir.

Enfatizo também a questão do Instituto de Jogos e Loterias, do Sr. Tiago Loureiro. O Professor Tubino, quando depôs nesta Comissão, disse que a área técnica do Indesp tentou propor o fim do oligopólio dos laboratórios, que, na verdade, pelo que se vê agora, eram restritos à ação desse Instituto de Jogos e Loterias. Parece-me que esses laboratórios da USP, da Unicamp e da PUC do Rio de Janeiro faziam apenas uma fachada. Por trás dessa fachada – aliás, interessante –, utilizavam essas siglas de reputação inquestionável no País para agir de forma desonesta.

Esse Instituto de Jogos e Loterias, do Sr. Tiago Loureiro, na realidade, coordenava toda a ação desses laboratórios para a aprovação de permissões para a utilização das máquinas e para a definição dos modelos dessas máquinas, que se tornaram caça-níqueis no País. Essa é a constatação. Na verdade, houve uma tentativa da área técnica, que foi frustada, entretanto, pela ação do grupo instalado na Conab.

Concedo a palavra ao Dr. Luiz Francisco.

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – No que tange a esse Instituto – não coincidentemente, mas de forma bastante intencional –, quase todas as habilitações da Macro foram para o grupo dos Ortiz, aquele mesmo grupo que é constituído de oito ou mais firmas e que está recheado por Giuseppe Aronica **(???)** e Lillo, dois mafiosos. Falo do Lauricella e do Giuseppe Aronica **(???)**.

Repito: não dá para dizer que esse mesmo grupo Ortiz é da máfia, mas é possível falar que ele é casado com a máfia, porque basicamente toda a constelação empresarial deles ganhou essas habilitações para máquinas por meio desse Instituto. Além disso, sendo esse mesmo Tiago Ortiz ligado ao referido Grupo Ortiz e também ao Recreativos Franco, está tudo bem ligado e bem amarrado.

O SR. ÁLVARO DIAS – Embora o Ministro Rafael Greca tenha orgulho de ter podido visitar a Itália 40 vezes, eu não ouso afirmar que o Ministro tenha qualquer ligação com a Máfia, mas, sem dúvida, ele tem todas as ligações com esse grupo que se associou à Máfia na elaboração dessa portaria da Conab: o Sr. Buffara, o Sr. Paulo Araújo, o Sr. Manfredini e o Sr. Russomano, aquele mesmo que afirmou que a missão dele era trabalhar para eleger o Ministro Greca Governador do Paraná.

Então, evidentemente, eu gostaria de ouvir dos procuradores se a opinião é aquela mesma que tenho: que é impossível defender a ausência do Ministro na elaboração dessa portaria, já que foram as figuras que ele trouxe de Curitiba, seus amigos, seus companheiros, seus aliados, as pessoas da sua inteira e irrestrita confiança que participaram, associando-se a representantes da Máfia, da elaboração dessa portaria.

Portanto, as mãos do Ministro Greca estavam presentes ao ato de redação dessa portaria por intermédio dos seus mais leais seguidores lá instalados.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Sr. Procurador deseja fazer alguma consideração?

Com a palavra o Dr. Guilherme.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – O Ministério Público atua com base em indícios, provas. Nós temos indícios veementes dessa participação, considerando, além dos argumentos colocados, a dimensão da questão envolvida, os valores inclusive que mencionei, que estavam envolvidos na legalização dos bingos eletrônicos. E, sem sombra de dúvida, a participação do Sr. Buffara, conforme os depoimentos já colhidos, colocando-se como representante do Ministro, e em face da participação até mesmo do Ministro na legitimação dos bingos eletrônicos, conforme até declarações por ele mesmo prestadas, na legalização disso por meio de medida provisória, deixam evidente que havia uma participação conjunta do Ministro com outros servidores, seus subordinados, para esse evento, que é a legalização, a legitimação, inclusive, como ele próprio afirmou, que parece claro que a portaria era ilegal e inconstitucional, mas pretendia, a pretexto de uma "legalização", "habilitação de máquinas" propiciar um fato social, que seria a dimensão nacional, a banalização das máquinas de jogo eletrônico, possibilitando criar um fato social.

E ele mesmo disse: "Ora, isso já é um fato; agora, vamos legalizá-lo." E aí relembro todas as repercussões para a economia popular, para o consumidor, para a questão da lavagem de dinheiro que está envolvida com o bingo eletrônico.

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Há um dado também que considero de extrema importância: temos o depoimento do jornalista Juca Kfouri, que, no começo deste ano, ligou para o Ministro Greca, começou a fazer perguntas sobre o esporte, e o Ministro Greca falou: "Tenho aqui, ao meu lado, um especialista, um homem que domina tudo sobre esse assunto. Vou passar para você, que ele pode elucidar os fatos. E é de minha inteira confiança: é o Sr. Paulo Araújo". Ou seja, o Procurador-Geral da Conab, onde foi gerida a portaria, cidadão que é ligadíssimo ao Sr. Sérgio Buffara e que tem também as suas ligações com aquele Deputado Federal, Abelardo Lupion.

Agora, vamos à questão: o mesmo Sr. Buffara, em depoimento, nega conhecer o Sr. Paulo Araújo; e o próprio Ministro, em data recente, quando interpelado, negou, dizendo que não conhecia o Sr. Paulo Araújo... que, no começo do ano, era um grande especialista e um homem que podia resolver qualquer problema e estava ao lado dele.

O SR. ÁLVARO DIAS – Há um dado interessante que se levantou aqui, com a presença do Prof. Manoel José Gomes Tubino. O Sr. Paulo Araújo só foi contratado pelo Ministério do Esporte e Turismo depois de ter participado da elaboração da Portaria nº 23. Portanto, enquanto participou dessa elaboração, era de tal confiança do Ministro que realizou uma atividade da maior importância para o Ministério sem sequer ter ligações funcionais com o Ministério do Esporte e Turismo. Ele participou da elaboração dessa portaria, coordenando-a, antes de ser contratado para prestar serviços ao referido Ministério, o que também agrava a situação e ressalta a ligação estreita entre o Ministro Rafael Greca e o Sr. Paulo Araújo. Aliás, o Ministro Rafael Greca é useiro e vezeiro em desmentir o que mentiu, porque, na verdade, a imprensa nacional toda divulgou a afirmativa do Ministro de que apenas três bingos haviam sido liberados. E, posteriormente, constatou-se que cerca de cem ou mais bingos haviam sido liberados na sua gestão. Portanto, amanhã, certamente ouviremos aqui muitos desmentidos do Ministro na tribuna do Senado. Mas, sem sombra de dúvida, os indícios fortíssimos alentam uma ação cautelar e especialmente uma ação civil pública por improbidade administrativa, que dificilmente deixará de imputar responsabilidades ao Sr. Ministro. Aliás, este País começa a mudar, quando percebemos que homens públicos localizados, por exemplo, no Ministério Público passam a agir com o intuito de punir os principais responsáveis, e não aqueles que são utilizados pelas autoridades públicas, como se diz popularmente, como "laranjas", para a prática de improbidade administrativa. Quando as denúncias acontecem, eles pagam caro, e, muitas vezes, pagam muito mais do que deveriam pagar para isentar de responsabilidade os seus superiores. Sem dúvida, o Brasil começa a mudar com essa ação do Ministério Público.

Já estou concluindo a minha intervenção, Sr. Presidente, até em respeito aos colegas que desejam indagar. Considero fundamental – aproveito até a oportunidade para fazer essa sugestão à CPI do Narcotráfico, da Câmara dos Deputados, que vem realizando um trabalho extraordinário a presença dos dois procuradores aqui presentes nesta manhã na CPI do Narcotráfico, já que possuem informações, sem dúvida, robustas para fortalecer os trabalhos já realizados por aquela CPI, atinente ao narcotráfico no Brasil. Considero, pois, da maior importância que os dois procuradores possam ser ouvidos na CPI da Câmara dos Deputados. Nós consideramos relevante também e aqui está o Senador José Roberto Arruda angustiado para fazer uso da palavra, já que foi citado aqui, e realmente é ótimo que esteja presente neste momento, principalmente agora, depois do depoimento dos dois procuradores, indispensável a instala-

ção da CPI já proposta e arquivada, para que possamos investigar em profundidade, não as ações do Ministro Rafael Greca, mas a lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico no nosso País e esta conexão espúria entre representantes do Governo brasileiro e a máfia italiana. Esperamos poder contar agora com o apoio do Líder do Governo, aqui presente, para a instalação desta CPI. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Procuradores.

Eu pretendia indagar sobre aquele balcão de atendimento especial, mas prefiro aguardar a presença aqui do ex-funcionário João Elias, para que ele se reporte à existência de um balcão de um atendimento especial que tinha por objetivo constituir um caixa de campanha para o Ministro Rafael Greca, conforme denúncias oriundas do próprio Ministério. Portanto, quando aqui vier o ex-funcionário João Elias, que, aliás, teve uma postura de hombridade, dignidade e ousadia, ao denunciar e pedir demissão, a sua presença aqui será da maior importância, e nós indagaremos a respeito dessa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente e prezados colegas.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está inscrita na ordem a Senadora Marina Silva. V. Exª pede a palavra pela ordem para se manifestar a respeito...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Eu peço a palavra pela ordem para manifestar-me a respeito da citação do meu nome na minha ausência. Agora, não sei como, regimentalmente, o Presidente pode me atender. Também serei muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª tem a palavra. Não precisamos consultar o Regimento.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Então, que bom. Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, manifesto os meus cumprimentos a essa Comissão por estar ouvindo os dois Procuradores. Penso que isso instrui o depoimento que vai dar aqui amanhã o Ministro Rafael Greca. Além disso, ao trazer a ação cautelar que prepara uma possível ação de improbidade e de ação civil pública, os Srs. Procuradores estão trazendo aqui já o que seria – não sei se juridicamente o termo é esse – o resultado de um processo de investigação, não é isso?

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – De forma alguma, porque o pior modo de destruir uma investigação é tirar conclusões rápidas. A ação conclui alguns fragmentos de investigação, mas a questão dos bingos está recheada de outras falcatruas. Vamos gastar meses nesse e em outros casos em que nos devemos aprofundar. Ou seja, o caso não fecha com o ajuizamento da ação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Enfim, esse é só o começo.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Mas, de qualquer maneira, o que quero dizer aqui é que me parece que já há elementos – ainda que não na sua totalidade – que formaram uma convicção dos Srs. Procuradores para a proposição de uma ação. Portanto, trata-se de pelo menos um resultado parcial de investigação, que tem que ser respeitado pelo Congresso, porque isso me parece um fato. Isso aqui não é opinião, isso é fato concreto.

Mas quero manifestar-me, Sr. Presidente, dizendo que eu estava num outro compromisso que a Liderança do Governo me impôs e – o Ministro da Agricultura inclusive está neste momento em meu gabinete, recebendo alguns Senadores – e não pude estar presente para ouvir as declarações que foram feitas na minha ausência. Há dois postulados que fazem parte da tradição da Casa os quais procuro seguir. O primeiro é de só fazer citação de Senador que esteja presente. E o segundo, de que, quando citado, rapidamente procurar fazer as observações que essas colocações provocaram. Parece-me que o que foi tratado aqui foram considerações do Senador Roberto Requião, do Senador Osmar Dias, que preside a Comissão, e da Senadora Heloísa Helena, em função de uma entrevista que dei hoje na CBN. Então eu gostaria de...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Senador, me permite uma observação?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Logo depois que fizer a minha.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Eu estou disposto a repetir na sua presença as observações que fiz.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Então ouço, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Fiz observações no sentido de que V. Exª...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Ouço como aparte, se V. Exª me permite.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sim, V. Exª está concedendo um aparte.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – V. Exª procurou os Senadores, pedindo que retirassem o nome do requerimento para a criação da CPI do Bingo. Isso é notório – conversamos com os Senadores que o retiraram. E hoje pela manhã fez uma declaração – e só tenho motivos para elogiar – dizendo que era a favor da

instalação de uma CPI para apurar, de uma vez por todas, o processo do bingo. Se V. Exª merece um cumprimento meu, tenho ainda que cumprimentá-lo pela iniciativa, que acabou sendo minha, de propor a extinção do bingo no Brasil. Eu apresentei o projeto, V. Exª anunciou que iria apresentar. Mas, de qualquer forma, temos dois comportamentos: um comportamento como Líder do Governo, tentando impedir a CPI – aliás, impedindo, o que fez em parceria com o Senador Jader Barbalho e o Senador Ney Suassuna, do PMDB, e ainda o PFL, que não assinou. Posteriormente, essa retratação pública, a mudança de opinião e o apoio à instalação de uma CPI, o que é louvável. Foram essas as observações.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Muito bem. Então, respondendo às observações do Senador Roberto Requião, eu colocaria de forma muito clara o seguinte: o que me foi perguntado pela CBN ontem, em primeiro lugar, foi se sou favorável ou se descarto uma CPI dos bingos. Eu disse textualmente, não sei em qual trecho que foi ao ar, que, em primeiro lugar, não tenho nada contra uma CPI, já tivemos duas no Senado. E eu dizia ainda: logo que a CPI dos bancos e a CPI do Judiciário concluírem seus trabalhos não há nenhuma razão para não termos uma nova CPI. No entanto, sou contrário a que haja três CPI simultaneamente. Isso poderia atrapalhar o andamento normal das matérias e esta manifestação já fiz em público e em privado.

Em nenhum momento fiz qualquer consideração, Senador Roberto Requião, nem em caráter privado ou público, sobre este episódio. E por uma razão. Digo aqui e disse ontem na CBN: estou tendo um comportamento de aguardar a presença do Ministro Rafael Greca no plenário. Qualquer coisa eu fale antes pode significar um prejulgamento, favorável ou contra. Até este instante, contribuí com o meu rigoroso silêncio, estou ouvindo tudo o que se diz.

Se eu tivesse dito alguma coisa, por exemplo, anterior à presença do Ministro Rafael Greca, outras pessoas poderiam dizer que como sou do mesmo Partido dos Senadores Osmar Dias e Álvaro Dias, e como sou deles amigo pessoal, poderia estar tendendo para esse lado por razões partidárias, o que não seria o caso, nem eles precisam dessa contribuição. Continuo na mesma posição, aguardo a presença do Ministro Rafael Greca no plenário do Senado amanhã. Dependendo desse depoimento, obviamente teremos várias posições a tomar, mas qual o depoimento dos Procuradores hoje? E já tenho uma súmula deles e vou me adiantar um pouco mais nisso, Senador Requião, que é o seguinte: parece-me claro – não tenho aqui elementos; os Procuradores já têm vários, podem não ter todos, mas já têm muitos – que atrás de cada bingo há uma malandragem. Mais do que isso, os Srs. Procuradores trazem elementos para dizer que há ligações muito evidentes, ainda que não comprovadas, de ligação do crime organizado, do tráfico de drogas e do jogo, ou seja, do bingo. Se isto for verdade e se isto ficar comprovado a partir do depoimento de amanhã, já vou adiantar a minha posição aqui.

Serei favorável a que o Senado, da forma que couber regimentalmente, trabalhe para que a CPI do Narcotráfico – que age na Câmara com grande sucesso até porque cassou um Deputado e pela coragem de Procuradores, alguns dos quais aqui presentes, está fazendo coisas que ninguém acreditava – à transformação dessa Comissão numa eventual Comissão Mista, incluindo-se os bingos.

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Posso fazer um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Claro.

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Se fosse uma CPI dos bingos, loteria e lavagem de dinheiro, e Mista, aproveitando o pessoal da Câmara, os senhores dariam quase que um golpe de mestre no crime organizado em grandes canárias que obtém 20 ou 40 mil por mês e que precisam lavar, reforçariam todo o arcabouço legislativo e, ao mesmo tempo, aprofundariam e detonariam muito do crime organizado no Brasil na questão da lavagem.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Recolho o aparte do eminente Procurador como parte integrante da minha fala, porque ele está colocando nos termos mais devidos, uma vez que conhece o assunto melhor e conhece o aspecto jurídico.

Não quero ainda firmar uma posição – o farei amanhã. Mas, em princípio, confirmando esses indícios que estamos tendo conhecimento, a minha posição pessoal – e trabalharei no sentido de que o Governo também tenha essa posição – é no sentido de que a CPI da Câmara, que já existe, seja ampliada para uma CPI Mista e seja ampliada no seu objeto. Se queremos de verdade dar uma paulada no crime organizado, cortar pela raiz o tráfico de drogas – e aqui vou dizer o disse na CBN, Senador Requião –, estou convencido que atrás de cada bingo neste País tem uma malandragem. E fui o primeiro Senador a levantar publicamente a idéia de um projeto de lei para acabar com o bingo no Brasil. Aí tem um problema. O Senador Requião me dá notícia de que apresentou um projeto nessa mesma direção. Aí poderíamos ter, talvez, o aconselhamento dos Srs. Procuradores. Acon-

tece que levei essa idéia ao Presidente, que ficou inteiramente de acordo. Aliás, tomou a iniciativa de me ligar o Ministro José Sèrra para dizer: "É isso, Arruda. Tem é que acabar com o bingo de uma vez por todas".

Há uma dúvida, levantada inclusive no Ministério do Esporte, que eu não sei responder juridicamente, que é a seguinte: como foram dadas, de acordo com a Lei Pelé, aproximadamente mil autorizações, temporárias ou permanentes, para funcionamento de bingo, esses bingos que obtiveram essas autorizações, aprovada uma lei acabando com o bingo, poderão recorrer para buscar indenizações, ou não?

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Eu poderia responder?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Por favor.

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Quase tudo é irregular. Eles são tão acintosos que sequer seguem o dispositivo normal. Talvez, no máximo, trezentos poderiam ter algum direito. Quanto aos bingos eletrônicos, Senador, eles não podem pleitear direitos **contra legem**. É a mesma coisa de um traficante colocar um ponto de drogas e, porque houve um dispositivo legal qualquer, uma portaria, alguma coisa assim, depois querer indenização do Estado. Criminoso não tem direito.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Perfeito.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Eu poderia fazer uma complementação? Em relação aos bingos permanentes, que me parece serem objetos dessa proibição, deveríamos deixar claro que o bingo eventual, hoje, seguramente – e essa é uma afirmação sobre a qual não temos dados perfeitos –, talvez tenha volume de recursos superior ao permanente; só num dos casos, o Poupa Ganha, tivemos o volume de trezentos milhões. Então, para os eventuais, fica claro: uma vez proibido pela lei, não há direito algum a ressarcimento. Mas em relação aos permanentes, poder-se-ia pensar em alguns poucos casos de legitimidade e legalidade. Ou seja, aqueles que seguiram a lei, que são pouquíssimos, num universo de cinco mil, talvez trezentos, e que essa autorização é renovada anualmente.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Bastaria esperar vencer.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Exato.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Mas isso precisaria estar previsto em lei.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Nem precisaria.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Entendi o raciocínio dos Srs. Procuradores: dando a alguns deles o benefício da dúvida. Vamos imaginar que haja um bingo, que não esteja ligado a crime organizado, que não esteja ligado a tráfico de droga, que esteja correto, de acordo com a lei, ainda assim, minha opinião é que deve acabar com eles.

Só para terminar, Sr. Presidente, desculpe-me estar tomando mais tempo do que deveria, quero dizer que quanto a este meu projeto de lei, o próprio Presidente gostaria de encaminhá-lo. A dúvida que ficou é sobre essa indenização. De qualquer maneira, eu, como Parlamentar, vou apresentá-lo e depois, obviamente, se discute algum aprimoramento legal. Ainda não conheço o texto do Senador Requião. Se for diferente, nada impede que os dois tramitem juntos.

A questão factual é esta: na minha opinião, há um problema remanescente. Os bingos dão 7% para o esporte, e vários líderes do esporte, líderes respeitáveis, começaram a me ligar, dizendo: "Arruda, com isso...". Estou disposto a suscitar, aqui no Congresso, uma discussão de onde vai sair o dinheiro para financiar o esporte. Mas, de cada R$100,00 que recebem, sete vão para o esporte. Pergunto: e os outros noventa e três?

Disse-me o Ministro da Saúde que já há casos de senhoras idosas sendo tratadas psiquicamente pelo vício do jogo do bingo. Quer dizer, não dá para cruzar os braços quanto a isso. Minha opinião, portanto, é uma só: sou pela extinção total dos bingos. Segundo, que essa investigação vá até o final. Terceiro, comprovados os indícios que estão sendo trazidos aqui, eu serei contrário a uma CPI específica no Senado sobre este caso. E a alguns Senadores que pediram minha opinião, eu a dei. Sou a favor de se complementar uma CPI que já está dando certo, ampliando seus números com Senadores e ampliando seu objeto, até porque – e aí é a última consideração que faço – não estou falando apenas como Senador, acho que é indissociável a figura do Senador e a do Líder do Governo, que são a mesma pessoa e a mesma figura. Quero dizer a V. Exªs que não dá mais para tapar o sol com a peneira. O problema existe, doa a quem doer, e tem que ser investigado.

Senadores Osmar Dias, Roberto Requião e Álvaro Dias, V. Exªs têm o meu respeito. Em nenhum instante partiu da minha parte qualquer insinuação no sentido de que esse esforço de V. Exªs nessa investigação pudesse nascer de interesses políticos regionais – eventualmente até legítimos. Nunca disse isso.

Da mesma forma, não aceito que colocações minhas sejam modificadas para serem trazidas aqui com uma eventual duplicidade de posicionamento sobre o mesmo tema, que não tenho, nem sobre este tema e nem sobre nenhum outro.

Gostaria que registrasse na Ata desta reunião, Senador Osmar Dias, que o meu projeto de extinção total dos bingos – que também já dei entrada, da mesma forma que deu também o Senador Roberto Requião – ganha agora este parecer, que me parece absolutamente apropriado, que era a única restrição que se tinha ao projeto, de que basta que o Governo, ao aprovar o projeto, não renove as permissões daqueles que têm validade de um ano.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador José Roberto Arruda, como V. Exª fez referência ao meu nome e ao da Senadora Heloísa Helena, acho justo que, tanto S. Exª quanto eu, possamos nos pronunciar a respeito deste episódio.

Em primeiro lugar, o Senador Roberto Requião já repetiu o que disse de forma resumida, mas S. Exª trouxe a notícia de que V. Exª, na CBN, hoje ou ontem, afirmou ser favorável à instalação da CPI, em que, evidentemente, não estava sendo coerente com a conduta do Governo e desse Líder do Governo no momento em que apresentei o requerimento. Claramente, o Governo se posicionou contra a instalação da CPI e pediu – não adianta negar – a retirada das assinaturas, como assim aconteceu. Nenhum Senador teria assinado e retirado por sua livre vontade. Houve, sim, pressão para que houvesse a retirada, e V. Exª sabe. Estou afirmando que houve.

Segundo, como V. Exª, como Líder do Governo, participou desse esforço – o primeiro que acabo de citar – e deu uma entrevista dizendo que era favorável à CPI, eu me animei, tanto que pedi para que fosse feito um outro requerimento, porque eu sabia que V. Exª estaria presente e solicitaria que fosse o primeiro a assiná-lo, a fim de que, novamente, colhêssemos as assinaturas para instalação da CPI.

Fiquei com muita esperança de que, desta vez, o Governo fosse querer investigar uma denúncia de corrupção contra ele próprio, que não interessa ao Paraná. Trata-se de uma denúncia de corrupção. Pena que V. Exª não tenha ouvido o pronunciamento do Senador Roberto Requião, o que me faz pensar que também não ouviu o pronunciamento dos procuradores. Se tivesse ouvido, jamais teria trazido essa insinuação de que três Senadores do Paraná estariam tentando transformar politicamente um caso que não merece a atenção do Governo ou dos Senadores da República e de todo o País. Não, Senador José Roberto Arruda, esse é um caso que envolve um Ministro de Estado em uma denúncia não apenas de corrupção, de constituição de caixa de campanha, mas sobretudo da lavagem do dinheiro do narcotráfico, que teria origem na máfia e destino no caixa de campanha de um Ministro.

Se esse é um fato que não merece investigação do Senado ou do Governo, não sei o que estamos fazendo aqui. Dessa forma, estaríamos aqui brincando de Senador. Não quero brincar de ser Senador. Quero ser um Senador representando o Paraná, mais: um Senador do Brasil, que merece muito mais do que alguém chegar e querer transformar, reduzir um fato de interesse nacional e internacional num de interesse político estadual. É muito medíocre e ridícula essa pretensão. Aliás, essa pretensão é do Ministro e não poderia ser de V. Exª.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Osmar Dias?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª não poderia ter, assim, retirada essa pretensão do Ministro que nós já desmascaramos com esses dois depoimentos.

É evidente, Senador Arruda, que o depoimento de amanhã do Ministro Rafael Greca, ele não vai dizer que tudo isso que os Procuradores disseram aqui é verdadeiro. E V. Exª sabe que os Senadores terão muito pouco tempo, principalmente porque eles serão barrados pela campainha de colocar aquilo que sabem e aquilo que ouviram aqui. V. Exª sabe que o depoimento que foi colocado amanhã para o Ministro Greca foi exatamente para que não houvesse a CPI. Esse depoimento está substituindo a CPI. Ele não trará nada de novo ao Senado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Permita-me V. Exª um aparte, nobre Senador Osmar Dias?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Eu vou dar o aparte, Senador Arruda, mas deixe-me concluir.

Nós não temos nenhuma esperança de que ele possa acrescentar nada de novo, porque nós já tivemos a demonstração de que não há – e V. Exª usou estas palavras – clima para investigação. V. Exª disse que não havia clima para a instalação de uma CPI. Eu li na imprensa, Senador Arruda. Eu li pela imprensa nacional de que não havia clima para a instalação.

O que é clima? O que mede a temperatura do Senado para a instalação da CPI? Não são as 27 assinaturas regimentais? O que se mede o clima não são as assinaturas?

Então, Senador Arruda, não temos esperança, mas temos aqui a convicção de que nós estamos tratando de um assunto de extrema gravidade que envolve da máfia italiana a um ministério do Governo. E o Governo deveria ser o primeiro. Aliás, deveria ser iniciativa de V. Exª pedir que a CPI fosse instalada para investigar esse fato grave, aqui no Congresso

Nacional. Eu jamais ocuparei a posição de Líder aqui do Governo. Não tenho essa pretensão, nem a capacidade que V. Exª tem para ocupar essa função. Mas se eu fosse Líder do Governo, eu pediria e assinaria esse requerimento de CPI que está pronto.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador, já que V. Exª toma a liberdade de me dar conselhos na minha função – e eu não os pedi –, eu vou pedir licença a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Eu não estou dando conselhos. Eu disse o que eu faria.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Mas deu! Então, eu gostaria que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Mas se V. Exª gritar... Eu não vou gritar, Senador Arruda; V. Exª vai perder a razão no momento em que gritar. No instante que gritar, perde a razão.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – A perda de razão, Senador Osmar Dias, é o julgamento dos outros. Eu espero que V. Exª também me ouça.

V. Exª preside aqui uma Comissão. Quando V. Exª for fazer observações com o meu nome eu lhe pediria que em nome da boa ação parlamentar e da nossa boa convivência, com o uso do telefone – e estou a menos de cinco minutos daqui, caminhando – porque eu não posso estar presente em todas as Comissões. Agora, eu não queria entrar nesse detalhe e V. Exª me obriga. Mas V. Exª não ficou em dúvida sobre o meu comportamento. V. Exª, como Presidente de Comissão, fez ironia e isso, V. Exª me desculpe, mas eu não permito. Porque eu tenho, igual a V. Exª, uma vida pública. Eu fui eleito igual a V. Exª e da mesma maneira que eu lhe respeito eu exijo que seja respeitado.

Agora, é o seguinte, Senador Osmar Dias, para que não fique claro sobre os detalhes. Há dúvida, sim, se é que V. Exª deseja escutar, sobre a parcialidade, sobre a coincidência de três Senadores do Paraná terem tanta disposição de investigar o Ministro do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª, de novo, não está falando a verdade.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, eu estou falando a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como não falou na CBN, V. Exª não está falando a agora. Como falou publicamente, não está falando agora.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Na opinião de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Trinta e três Senadores assinaram o requerimento da criação da CPI...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Muito bem!

O SR. OSMAR DIAS – Se trinta e três Senadores assinaram....

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – É muito fácil...

O SR. OSMAR DIAS – ...não são três Senadores, Senador Arruda. Sua ânsia em defender um Ministro do Governo está transformando V. Exª num Senador injusto. E eu sei que V. Exª não é injusto.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – V. Exª assistiu, por acaso, antes desta ironia que fui vítima, hoje, na ausência, coisa que eu seria incapaz de fazer com um companheiro...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Mas repeti na presença, Senador. Fica difícil fazer na sua presença, porque V. Exª nunca comparece a esta reunião.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Basta me chamar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Só comparece a esta reunião quando há um assunto que interessa muito ao Governo. V. Exª não comparece...V. Exª não tem dado a honra da sua presença aqui.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Nobre Senador Osmar Dias, as responsabilidades que tenho me fazem estar presentes em todas as Comissões. É muito difícil estar presente em todas as reuniões desta Comissão, eu teria o maior prazer. Mas como V. Exª tinha uma dúvida acerca do meu posicionamento, em plenário, em relação a uma entrevista, e iria se posicionar como Presidente desta Comissão e, mais do que isso, como meu colega de Partido, seria de bom tom que tivesse antes me avisado. Como farei com V. Exª quando citar seu nome.

Muito bem, Senador, mas vou repetir a fim de que não reste dúvidas. Estou absolutamente convencido: primeiro, de que há que se aprovar uma lei extinguindo todos os bingos, inclusive os que já obtiveram autorização do Governo; segundo, sobre o envolvimento ou não de servidores do Governo Federal no episódio, mais especificamente, nas falcatruas – aguardo a presença do Ministro amanhã em plenário, até aqui não disse uma letra nem a favor nem contra, V. Exª é testemunha disso –; terceiro, se a partir de amanhã forem confirmados os indícios que se têm até o momento, já adianto qual será a minha postura. E aí, V. Exª, se tivesse me ouvido, poderia facilitar a redação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Estou ouvindo muito bem. Só não ouvi a entrevista à CBN.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Foi uma pena. Porque se pronunciou sobre ela mesmo sem ter ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não. Eu me pronunciei a respeito do que disse um senador da República que merece todo o meu respeito, pois nunca o vi mentir.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Merece o meu também. Como também nunca vi mentir V. Exª e espero que V. Exª também não tenha me visto mentir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continue, Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Por último, Senador Osmar Dias, se confirmados todos os indícios, que são de ligações do crime organizado com tráfico de droga com influências políticas com o bingo, serei favorável – e o eminente Procurador colocou com mais razões do que eu – a que a atual Comissão Parlamentar de Inquérito que com sucesso desenvolve suas atividades na Câmara seja ampliada para Comissão Mista e seja ampliada nos seus objetos. Pois então não restará dúvida sobre nada. Não tenho dúvida de que, a partir daí, desbancaremos a vergonha do crime organizado, da jogatina e das drogas. Acredito que é o caminho. Até porque, Senador Osmar Dias, as duas CPI que funcionam no Senado Federal já apresentam seus relatórios. Estão em fase de encerramento. Nada impediria que alguns senadores se envolvessem ativamente no trabalho dessa CPI Mista. Eram essas as minhas observações.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Gostaria apenas de deixar claro ao Senador José Roberto Arruda que não preciso falar quando um senador está ausente. Falo na presença, do microfone e pessoalmente o que eu quiser porque costumo falar o que penso, Senador.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – E vai ouvir também o que eu desejar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O que penso.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Com uma única diferença. Sempre levarei, neste relacionamento, a boa educação. Portanto, nunca falarei em sua ausência.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não, não é falta de educação. É sinceridade, sobretudo porque V. Exª tem sido muito ausente na Comissão. Gostaria de ter por mais vezes a presença do Líder do Governo aqui, até para orientar outras matérias que não têm tanta importância para o Governo, aquelas, por exemplo, que tratam da geração de empregos, a discussão da Previdência...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Senador Osmar Dias, gostaria de destacar aquele velho conselho do ex-Presidente Tancredo Neves: "Falar pela frente é falta de educação".

A SRA. HELOÍSA HELENA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – A princípio, gostaria de deixar claro ao Senador José Roberto Arruda que compartilho inteiramente da preocupação que traz à Comissão no sentido de que possamos tecer considerações necessárias sobre qualquer parlamentar na presença desses parlamentares. É claro que é difícil que consigamos fazer, em todas as matérias que tramitam em todas as comissões, observações sobre posições de outros senadores necessariamente quando estejam presentes. Fiz uma consideração que revejo como absolutamente imprópria. A informação da suposta dupla personalidade, pois respeito muito os portadores de problemas psiquiátricos e dupla personalidade é um problema de psiquiatria, jamais poderia trazê-lo. Deveria ter usado outro termo. Deveria ter usado o termo "dupla moral", em que a moral do discurso é uma e a do mundo real, do Governo, é outra. Refaço a afirmação, dizendo que seria um problema de dupla moral. Mas entendo que o debate que V. Exª traz à Casa...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Desculpe, Senadora. V. Exª está falando da minha moral?

A SRA. HELOÍSA HELENA – Dupla moral do Governo em relação ao discurso e o mundo real do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Arruda, V. Exª tem que prestar atenção. Preste atenção à reunião.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Desculpe-me, Senador Osmar Dias. Prestarei toda atenção. Estou achando que realmente as coisas estão piores do que eu imaginava.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª está tentando piorar, Senador Arruda, porque, ou V. Exª está ausente ou não está presente aqui de espírito. V. Exª está longe.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Osmar, desculpe. Mais uma vez estou tentando ser cavalheiro com a nobre Senadora. Na dúvida, procurei dizer que não estava prestando atenção, mas ouvi muito bem.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, gostaria de concluir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Senador Arruda, V. Exª está me solicitando um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Depois que V. Exª concluir o seu raciocínio e o esclarecer, gostaria de fazer um aparte.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Não preciso retornar ao início, porque já foi deixado muito claro. Compartilho inteiramente da preocupação que V. Exª traz a essa Casa, de que o debate seja feito no momento em que as pessoas que são parte do debate possam responder. V. Exª sabe que, em muitos momentos, isso fica extremamente difícil, até em função de dezenas ou centenas de atividades de cada um dos parlamentares.

Desculpei-me por uma afirmação que considero imprópria, que é a questão da dupla personalidade, porque envolve problemas dolorosos pessoais de psiquiatria. Eu disse que deveria ser utilizado um outro termo de dupla moral, que é a moral do discurso e a moral do mundo real do governo. Em relação a isso, não há nenhum problema de especificidades pessoais, mas do duplo discurso da moral, porque o discurso do governo é algo diferente da realidade objetiva; do mundo real das apurações. Entretanto, como V. Exª traz a essa Casa a possibilidade de fazermos uma Comissão Mista, penso que é realmente de fundamental importância não apenas para essa Casa, mas para a sociedade.

Tivemos a oportunidade de discutir, e o que esperamos do Líder do Governo, do Vice-Líder do PFL e de todas as pessoas que fazem parte da base de sustentação do Governo – e falo isso porque têm maioria nesta Casa – é que possamos apurar as relações terríveis, abomináveis, com o narcotráfico, com o crime organizado, com essa estrutura monstruosa de lavagem de dinheiro no nosso País, que foi fartamente demonstrada pela presença do Ministério Público Federal, pelas denúncias feitas anteriormente pelo Sr. João Elias.

Realmente espero que, independentemente do depoimento do Ministro Greca, possamos fazer essa Comissão Parlamentar de Inquérito, que é um esforço gigantesco de toda a sociedade, até no sentido de que o Congresso Nacional não tenha a chamada **culpa in vigilando**, que é de não cumprir as suas simples obrigações constitucionais de fiscalizar e de apurar irregularidades fartamente demonstradas pelo Ministério Público Federal.

Entendo que independe do depoimento do Ministro, até porque a centralidade em uma única personalidade não resolve o problema. E a Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, conforme sugestão de V. Exª e do requerimento do Senador Osmar Dias, dá conta da necessidade gigantesca que temos de averiguar essa estrutura covarde, perversa, cruel do narcotráfico e da lavagem de dinheiro.

Todos nós aqui sabemos que essa estrutura só é preservada e se mantém intacta, impune, no nosso País, pela sua relação com o poder político, com o poder econômico, com o Poder Judiciário, com o aparato de segurança pública, porque, se não tivesse essas veias malditas, certamente esse ser horroroso que é o narcotráfico, a lavagem de dinheiro, não estaria preservado vivo neste País. Portanto, é um apelo que faço a todos os Senadores, inclusive a V. Exª, como Líder do Governo, para que possamos efetivamente garantir a Comissão Parlamentar de Inquérito.

V. Exª sabe que, além da corrupção, da extorsão, do assassinato, da vigarice, do banditismo, da lavagem de dinheiro, existem milhares de pessoas nesse País que estão sendo arrancadas da sua vida, da sua juventude. São famílias que têm sido destruídas por problemas relacionados aos jogos e muito especialmente relacionados ao narcotráfico.

Concedo o aparte a V. Exª, Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Gostaria de dizer que concordo totalmente com as palavras de V. Exª. Claro está que o Governo, todas as vezes que agir em sentido contrário ao que pensa V. Exª, poderá, eventualmente, sofrer de V. Exª acusações como essa. Da mesma forma que, quando a Oposição também age com dubiedade, nós nos reservamos o direito de fazer essas considerações. Pelo que V. Exª diz, no entanto, neste instante e neste caso específico, não há diferença entre os nossos pontos de vista. A Liderança do Governo reserva-se o direito de não se pronunciar sobre esse assunto até amanhã, até em respeito a uma autoridade que será ouvida no Plenário da Casa, mas já adianta – como já fiz numa entrevista de rádio – que, com esses indícios que aí temos, de um lado, e com o belíssimo trabalho que a CPI do Narcotráfico vem fazendo na Câmara, eu me coloco, em princípio, favorável à ampliação desta Comissão para uma Comissão Mista e à ampliação também do seu objeto, para investigar também a questão dos bingos, a questão de lavagem do dinheiro e tudo o isso. Não há outro caminho, até porque agora no Senado temos que ter muita humildade. A grande realidade é que a Câmara dos Deputados, neste assunto específico, está indo a fundo e está obtendo resultados que merecem o aplauso de toda a sociedade.

Então, temos é que contribuir, acrescer mais força, ainda mais autoridade, ainda mais poder de investigação, ver o problema como um todo, como nos recomenda o Ministério Público, que entrou neste assunto com profundidade. Penso que é o caminho que, em princípio, está sendo indicado para nós. Claro que me reservo o direito de fazer um pronunciamento definitivo sobre isso amanhã.

Mas são essas as colocações, Senadora Heloísa Helena, que fiz, sempre com muito cavalheirismo, sem nenhuma adjetivação, de nenhum companheiro, foi a que fiz na entrevista e que repito aqui.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Agradeço o aparte de V. Exª Certamente as suas preocupações com relação à Comissão Parlamentar, que já funciona na Câmara, serão prontamente resolvidas com a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, inclusive com a possibilidade de participação dos membros da CPI do Narcotráfico.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos passar a palavra ao Senador Geraldo Cândido, que já está inscrito há tempo. Depois V. Exª pode, na resposta dele, fazer referência ao assunto que estamos tratando.

Com a palavra o Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Srs. Procuradores, Srªs e Srs. Senadores, quero fazer alguns breves comentários e depois uma pergunta aos Procuradores.

No meu Estado, o Rio de Janeiro, existe uma atuação forte jogo de bicho, os bicheiros têm um poder incrível, dominam escolas de samba, entidades importantes do ponto de vista da participação da sociedade; clubes de futebol, em que há influência dos bicheiros nas diretorias. Certa época tivemos um tal vídeopôquer, com envolvimento de delegados de polícia. Isso acabou sendo disseminado. Houve um período em que surgiu uma lista enorme de um bicheiro, Castor de Andrade, com nomes de personalidades, artistas, intelectuais, pessoal da imprensa, radialistas, atletas, enfim, muitas pessoas da sociedade em geral.

Quer dizer, tivemos, na época da Alemanha nazista, a **Lista de Schindler**, uma lista que tinha como objetivo salvar vidas, salvar os judeus do extermínio nazi-fascista. No entanto, a Lista do Castor era o contrário, envolvia pessoas em corrupção, nesse poder que é o jogo de bicho. Tenho certeza de que o jogo de bicho atua junto ao narcotráfico, estão interligados, entrelaçados.

Não sei se há indícios ou alguma denúncia em relação à atuação no Rio de Janeiro do narcotráfico com a questão do bingo eletrônico, se há alguma vinculação ou denúncia sobre isso. Suponho que, pela sua atuação, é também utilizado por vários segmentos para a lavagem de dinheiro, porque o narcotráfico atua paralelamente com o jogo de bicho. Inclusive, há denúncias de seqüestros e assaltos com envolvimento de bicheiros com o narcotráfico.

Queria saber de há alguma denúncia com relação ao envolvimento deles com a questão dos bingos eletrônicos.

Era só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Com a palavra os procuradores.

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – O que sabemos e que é até chato de falar é que, recentemente, o dono dos dois maiores bingos de lá, do País inclusive, o Sr. Homem de Carvalho, tornou-se Presidente da loteria, da Loterj. Quer dizer, o dono dos dois maiores bingos, principalmente o maior de todos, se tornar presidente da Loterj! É chato! Claro que não quero desmerecer a figura do Governador, mas que vemos isso com tristeza imensa, vemos!

A relação que existe entre o jogo do bicho, o narcotráfico e os bingos é imensa. Concordamos em gênero e número. Temos bons procuradores no Rio de Janeiro, principalmente o Dr. Artur Gueiros, que inclusive está no núcleo de combate, que foi criado junto ao Ministério da Justiça recentemente. Ele também está indicado para tratar desse assunto.

Primeiro, o Rio de Janeiro é uma das maiores cidades do mundo, extremamente complexa. É o núcleo cultural do País. Então, não temos muita informação sobre o envolvimento dos bingos eletrônicos do Rio, exceto a ligação do Castor com a Cisa; ou seja, temos um contrato social onde o finado Castor é sócio da Cisa para introduzir máquinas caça-níqueis.

Sabemos também que a questão da lavagem é o ponto número um, porque, além de haver o narcotráfico, há a corrupção. Nunca devemos esquecer que corrupção, seqüestro, todos os crimes que dão dinheiro precisam da lavagem. O "bagrinho', o criminoso pobre, miserável não precisa. Mas se a pessoa tem 20, 30, 40 mil por mês em rendimentos oriundos do crime, ele tem que lavar esse dinheiro, porque ele não aceita viver na periferia e ser um "laranja". Ele quer ter um palácio ostensivo. Para isso, ele tem que lavar.

Por isso que a CPI que aborda o problema da lavagem é vital. Mexeríamos um pouco com a estrutura, creio, fiscal, que é extremamente precária no País; com a questão do dispositivo da Polícia Federal, que, a meu ver, também traria recursos. Por exemplo, a venda de armas, que também aflige muito e está liga-

da ao tráfico, dá dinheiro e está acoplada à lavagem. O comércio de armas, mundialmente, está calculado em 0,5 trilhão para o comércio de narcotráfico e mais de 0,5 trilhão para o comércio de armas clandestinas. E mata pessoas, dizima pessoas. A lavagem realimenta isso.

Por isso, sinto informar que não podemos afirmar muita coisa sobre o Rio de Janeiro. Mas a preocupação do senhor é válida. Acreditamos que o senhor está coberto de razão em se preocupar, porque o setor é preocupante.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Não havendo mais oradores inscritos, V. Exª pede a palavra?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Sim, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – V. Exª tem a palavra, Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Ilustre Presidente, Srs. Procuradores, meus nobres Pares Senadores, eu gostaria de dizer, preliminarmente, que, na manhã em que o Presidente Osmar Dias colocou o requerimento e procurou marcar, sempre colocando à aprovação desta Comissão, a vinda dos procuradores, estavam aqui – e notei isso casualmente naquela manhã, comentei isso com o Presidente depois – sete Senadores do PFL e dois Senadores da Oposição. E a votação foi unânime.

Bem no início dessas considerações, fiz um comentário que quero repetir agora: não se tem mais nenhuma dúvida sobre o alcance, o poder, a eficácia e a legitimidade da iniciativa e da atuação da CPI do Narcotráfico da Câmara dos Deputados. Ela tem agido indistintamente.

Para nosso orgulho, o Deputado Moroni Torgan, que é um policial federal e de quem já fui Líder na Câmara – ainda quando Líder do PDC, eu tinha orgulho de tê-lo em meu partido –, já naquela oportunidade fez uma primeira CPI e não mereceu a atenção e o apoio naquela época. Ele o está recebendo agora, comprovando o seu alcance. Não poderíamos, em absoluto, desperdiçar a oportunidade de começar a funcionar.

Todos sabemos que esta Casa terá o Orçamento da União daqui para o final de dezembro e a exiguidade de prazo para o PPA. Vejo que seria realmente muito mais eficaz o envio imediato de todas essas informações para a CPI do Narcotráfico, que está apurando lavagem de dinheiro como um tema específico, que será prorrogada.

Portanto, acredito que será extremamente útil que esta Comissão, que se tem a este assunto, envie para lá, estabeleça um canal de comunicação formal, porque, afinal de contas, Parlamentares Federais, membros daquela Casa foram citados. A Câmara dos Deputados tem sido diligente na apuração de todo ilícito, quando se trata de Parlamentar. Este exemplo a Câmara tem dado. E quero crer que aquela Casa terá o mesmo comportamento, ou seja, apurará a participação de Parlamentar, de assessor, de indicados, pois esta tem sido a praxe na Câmara dos Deputados, e ninguém pode questionar essa posição e duvidar daquela Casa.

Portanto, em primeiro lugar, reafirmo que sou absolutamente contrário à existência dessas máquinas em nosso País. Vi isso com muito tristeza. Isso fez parte de documentos que nosso Partido lançou, nessa oportunidade, na Câmara, contra a presença dessas máquinas em nosso País. Não há dúvida nenhuma de que foi um erro. Essas máquinas não chegaram aqui na gestão do Ministro Rafael Greca. Elas chegaram anteriormente. Que não se coloque o Ministro não estou dizendo que alguém está colocando, é importante que a opinião pública, que acompanha os trabalhos desta Comissão, saiba que essas máquinas chegaram aqui nos anos de 1997/88. Todas essas empresas apontadas por V. Sª, inclusive fornecendo os endereços, não foram constituídas em 1999. As ligações estabelecidas com a máfia italiana, e que estão sendo investigadas, para nossa felicidade, agora com nossa ação integrada com o Ministério Público, está há algum tempo em nosso País.

Sr. Presidente, já deixei claro a V. Exª, e por mais de uma oportunidade: discordo apenas em se desprezar a vinda do Ministro como um fato que nada acrescentará. Este é um princípio do Direito. Aquele que recebe uma acusação, tanto o seu depoimento à Polícia Federal ou a esta Casa, para mim, é de fundamental importância. Por que pressupor ou prejulgar que não será importante, que será de menor importância, que nada acrescentará? Não, Sr. Presidente, não parto desse princípio. Até porque ouvi, na oportunidade em que esteve aqui o Professor Manoel Tubino, S. Sª dizer que havia instalado uma sindicância à revelia do Ministro – tinha em minhas mãos um documento que precedia à iniciativa dele em mais de uma semana, em papel timbrado, onde assina como executivo do Ministério, sugeri-lhe que abrisse imediatamente para averiguar aqueles fatos. Disse-lhe: "Há de se estabelecer que há contraditório nas opiniões e nos comportamentos." Ora, se quem não assinou pode ser incluso como réu numa ação, imagine-se quem assinou. Aí, ele assinou, dizendo: "Mas eu não conhecia, mas eu não sabia!" Homens públicos não

agem assim. Assinam aquilo que podem confirmar. Não estou também prejulgando. Não é de bom alvitre que prejulguemos o Ministro antes que S. Exª venha aqui e nos dê as informações. Renovo minha posição de que, estando em curso uma CPI de grandes êxitos como a do Narcotráfico na Câmara, o assunto envolve lavagem de dinheiro, crimes e essa figura repugnante do caça-níquel, do jogo, portanto, não podemos perder essa oportunidade. Tenho acompanhado os trabalhos, procurando estar presente na medida do possível como membro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – como bem disse a Senadora Heloísa Helena, como todos nós, Parlamentares, com muitas atividades. Isso é muito importante para o nosso País. Registre-se que o fato se completa amanhã com esse depoimento.

Espero que o depoimento de S. Exª seja proveitoso para o próprio Ministério Público, que siga em frente na tarefa de dar a este País um novo rosto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

A bem da verdade, confirmo suas palavras e registro que V. Exª, de fato, estava presente no momento em que foi votado o requerimento de convite aos procuradores, que além de o apoiar, também orientou alguns companheiros do PFL a fazerem o mesmo. V. Exª disse-me, pessoalmente, que é favorável no aprofundamento das investigações para que possamos chegar a uma conclusão sobre o fato. Concordo com V. Exª Exagerei quando disse que a presença do Ministro não acrescenta em nada. Acrescentará. Pelo menos o direito que o próprio Senador Roberto Requião já reconheceu: o de se defender dessas denúncias e também da sua publicação. É preciso que fique claro que as denúncias não partiram de nenhum Senador do Paraná. Eu ia dizer, já que do Senador (ininteligível), mas não vou dizer, porque não vou ao telefone chamá-lo. Não vai dar tempo. Todas as vezes em que dele falar, terei de chamá-lo ao telefone. Como ele não está presente, não vou ao telefone, então não falarei dele. Passo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Gostaria de parabenizar a iniciativa desta Comissão em trazer os procuradores para esta audiência, dizer que, num país em que se convive com a impunidade, onde há um grau de degradação social e também de degradação política, nos mais diferentes aspectos, é gratificante podermos observar o empenho de pessoas que fazem da sua causa a causa da justiça. Tenho observado isso em diversas ações da Procuradoria, seja de alguns procuradores, tanto agindo no plano federal quanto no âmbito dos Estados, com exemplos que eu poderia citar aqui, simbolicamente, na pessoa abnegada, na figura do Dr. Luís Francisco, contemplando a todos, inclusive o recente episódio que tive com o Dr. Aurélio Rios, também numa ação, enfrentando uma multinacional que queria fazer passar goela abaixo os transgênicos para o povo brasileiro. Esse registro, para mim, é importante.

Teremos amanhã a presença do Ministro Greca e vários colegas já disseram que o debate será prejudicado em função da ritualística do processo da argüição em Plenário. Havia o desejo dos Srs. Senadores de que essa argüição fosse realizada no âmbito desta Comissão, porque teríamos um espaço maior de réplica, de tréplica, onde poderíamos ter, digamos assim, os resultados esperados pela liderança do Governo para um possível convencimento de uma possível CPI. Mesmo num espaço limitado, acredito que os Srs. Senadores Requião, Osmar Dias, Álvaro Dias e os demais Senadores que estão liderando esse processo, não acredito ser por uma questão regional, e se fosse uma denúncia de cunho meramente regional ou se fosse apenas de um Estado ou de um Município, por acaso o Brasil não se importa com as demais Regiões da Federação? Nenhum crime pode ser amenizado em função da sua geografia local. Pelo contrário; se esse crime inclusive tem repercussão de âmbito nacional; e, quanto à regionalidade, não fiquemos preocupados, porque o crime já é internacional. Se é por isso, então, está mais do que justificada uma CPI, dadas as conexões com a máfia italiana.

As perguntas que faço, a título até de colaboração com os trabalhos desta audiência, até por que já me sinto contemplada com as que foram feitas pela Senadora Heloísa Helena e com as que ouvi dos Senadores Álvaro Dias e Requião, vou fazê-las muito no sentido de perceber até que ponto estamos realmente agindo em parceria entre as instituições que buscam fazer essas investigações tão importantes para a sociedade brasileira, como é o caso de alguns Senadores, por enquanto, no Congresso. Espero que possa ser o Congresso como um todo a partir da criação da Comissão Mista para investigar não apenas os narcotraficantes, o crime organizado, mas também a lavagem de dinheiro, como muito bem colocaram aqui os nossos ilustres procuradores.

A primeira pergunta: quais seriam as providências que estão sendo adotadas pela Receita Federal na fiscalização da importação de máquinas ilegais de bingo?

A segunda: qual o apoio que vem sendo dado pelo Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, às investigações do caso?

A terceira: os senhores têm conhecimento da abertura de processo administrativo, disciplinar, para apurar as denúncias do Ministério Público e punir administrativamente os infratores?

Essas são as perguntas, mais adicionais, que considero importantes, já que muitas vezes, principalmente essa terceira, diz-se que o agente público diretamente com a responsabilidade maior pode escudar-se na ação de funcionários. Quando isso ocorre, a primeira coisa que se faz é exatamente punir aqueles que estão diretamente ligados a qualquer tipo de improbidade que venha a comprometer o nome ou a ação do agente que tem maior responsabilidade, no caso, o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Aproveito para acrescentar mais uma pergunta nessa linha. Se os procuradores têm conhecimento se foi ou não consumada a demissão do Sr. Luis Antônio Buffara, já que a imprensa noticiou sua demissão, mas oficialmente não temos essa confirmação.

São as três perguntas da Senadora Marina Silva, mais essa que faço.

Com a palavra o Procurador Guilherme Zanina Schelb.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Obrigado.

Gostaria de acrescentar, e já estava para fazê-lo quando da manifestação do Senador José Roberto Arruda: na verdade, em relação aos bingos permanentes quanto aos bingos eletrônicos não há dúvida nenhuma, a posição do Ministério Público Federal, no que diz respeito a ser um antro de corrupção e criminalidade ou que propicia que a criminalidade, por seu intermédio, se valha para a lavagem de dinheiro escuso... O Dr. Everardo Maciel, com quem conversei longamente ontem à tarde, externou claramente a posição da Receita Federal, e pessoalmente dele, no sentido de que os bingos permanentes se constituem, na verdade, num objeto de fiscalização impossível. O que se tentar fiscalizar no âmbito de bingos permanentes terá um custo tal que praticamente se inviabiliza esse objeto, pelo custo da fiscalização.

Então, a Receita Federal, sem sombra de dúvidas, está empenhada em coibir a importação dessas máquinas eletrônicas. Inclusive o próprio Secretário da Receita já determinou a apreensão dessas máquinas, com pena de perdimento, e a destruição das máquinas.

Temos algumas questões a serem abordadas quanto a seu âmbito. Por exemplo, até que ponto isso está sendo executado no Brasil inteiro? Acreditamos, pelos contatos mantidos com a Receita Federal, que isso está sendo realizado. Recentemente, no Porto de Santos, foram apreendidas, salvo engano, duas mil máquinas e foram destruídas, por ser objeto ilícito. Ninguém tem o direito de importar para o País objeto cuja circulação e utilização não seja permitida em lei. Então, essa natureza permite que a Receita Federal, sob esse fundamento, aplique pena de perdimento e destruição do bem.

A princípio, gostaria de acrescentar uma breve questão: não estamos tratando a questão de bingos. A questão de bingos é apenas a porta de passagem para a grande lavagem de recursos da máfia organizada não é uma criminalidade qualquer, seja espanhola, seja italiana, e essa questão aparece com esse evento envolvendo políticos do Paraná. É interessante observar que não é uma questão do Paraná é importante salientar isso, mas uma questão nacional, até porque os bingos estão no Brasil inteiro. Os bingos não estão em determinados Estados; eles proliferaram de maneira absurda.

Em relação à postura que o Ministério Público tem em conjunto com a Receita Federal, inclusive recentemente, enviaremos um ofício à Receita Federal solicitando o encaminhamento de todas as importações. Temos várias operações em conjunto com a Receita Federal e vamos enviar um ofício ainda esta semana solicitando os nomes de todos os importadores dessas máquinas para verificação relativa à sonegação fiscal. Em relação aos laudos das máquinas, já os solicitamos à Receita Federal em conjunto com a Receita do Distrito Federal, único ente federativo que acumula os impostos estaduais e municipais.

Então, o ISS seria teoricamente um imposto devido em função da utilização das máquinas, devido não só em função do uso da máquina, mas em função da contratação do uso da máquina. São duas alíquotas diferentes e duas hipóteses tributárias diferentes. É tecnicamente meio enfadonho, mas é importante, porque pode envolver um volume muito grande de sonegação fiscal – é um outro tema envolvido: sonegação fiscal. Então, as máquinas serão periciadas conjuntamente pela Receita Federal e pela Receita do Distrito Federal para apuração de eventuais sonegações fiscais.

Sobre a Receita Federal seria isso. As outras perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Procurador Luiz Francisco pode complementar.

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Senador, o Dr. Everardo Maciel tem boas posições. Rezo, no entanto, para que essas boas posições fiquem mais concretas e que ele lance os seus leões, os seus auditores. É bonito ter uma posição e ele está de parabéns pelo seu posicionamento. Ele tem, inclusive, uma posição histórica nesse sentido, mas Deus queira que ele abra fogo, porque cada bingo desse é mais do que uma mina de ouro – eles dão mais do que um milhão por mês de dinheiro, dinheiro que é drenado da economia popular. Além de ser uma bomba de sucção da economia popular, ainda têm os clientes **vip** ligados à cocaína, à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Também para o Dr. Brindeiro vivemos rezando, como procuradores, para que seja um homem cada vez mais aberto, que encampe e apóie a ação dos procuradores, até por que isso só vai engrandecê-lo. Toda vez que o Dr. Brindeiro recebe e apóia a luta dos procuradores se sai bem. Tudo o que queremos é que nosso Procurador-Geral marche com a base da entidade, que é quem mais entra com processos. Pelo menos ele tem melhorado – falando bem criticamente – e vemos com bons olhos algumas atitudes recentes dele.

Quanto à questão da sindicância: temos uma sindicância que foi feita no Indesp. Ontem tivemos que mandar quatro ofícios para requisitar essa sindicância. Esgotou o prazo no dia 9. Eles deram férias, mandaram o pessoal todo embora, para não entregarem essa sindicância, evitando, assim, que a trouxéssemos aqui. A sindicância está sendo escondida a sete chaves – na certa para que seja mostrada amanhã. A sindicância ainda não nos foi encaminhada, mas acredito que ela vá desvendar toda a responsabilidade do Buffara – acredito, inclusive, que possa provar ser ele o homem de confiança do Sr. Greca.

Outro ponto que gostaria de levantar diz respeito à demissão do Sr. Buffara. Ele pediu exoneração. O problema é que ele ficou doente. A comissão de sindicância o encontrou na casa de sua mãe e não no hospital. Ele, ao ficar doente, esquivou-se de vir aqui. E, estando doente, não sai a sua demissão – pelo que sabemos, ainda não saiu. Ele continua recebendo seu salário. Acredito que quando ele ficar sadio – talvez quando as investigações diminuírem –, o seu pedido de exoneração vá ser acolhido. Já requisitamos duas vezes e eles disseram que não têm o documento. Só têm o pedido de exoneração, mas não saiu publicado nada e, para todos efeitos, ele ainda é funcionário público. Ele não foi exonerado, porque só vai ser exonerado na hora que sair publicado. Funcionário doente não pode ser exonerado, ou seja, ele está recebendo com a maior tranqüilidade.

Abro parêntesis agora para falar sobre a CPI do Narcotráfico. O Ministério Público trabalha direto com o Deputado Moroni, que é o principal deputado, arquiteto ao lado de outros, mas é o mais preparado, acredito – tem o Presidente, tem grandes deputados ao lado dele –, mas ele é muito preparado. O Deputado Moroni colocou-nos que tem enfrentado dificuldades devido ao volume de trabalho na CPI e devido também à falta de colaboração do Governo Federal, principalmente por parte do Banco Central, que não envia a movimentação bancária. Por exemplo: só no Acre foi pedida a quebra de sigilo bancário de 140 pessoas e acredito que não tenha sido analisado sequer um caso ainda.

Para chegar aos grandes financiadores do narcotráfico, seria necessária a realização de uma CPI mista para examinar a lavagem de dinheiro, aproveitando todas as pessoas bem treinadas, excelentes deputados da CPI do Narcotráfico. Com a criação dessa CPI, acredito que o Governo Federal cooperaria mais. A Receita Federal, apesar da posição que merece parabéns do Secretário Dr. Everardo Maciel, seria interessante que a Secretaria da Receita Federal desse mais apoio ao trabalho da CPI do Narcotráfico, porque pegamos o traficante que é rico pela sonegação, igual ao Al Capone. Mas se pega como? Se requisitamos auditoria. Só enquanto eu estava no Acre, requisitamos uma auditoria contra o Sr. Orleir Cameli e as suas empresas e pegamos R$18 milhões de sonegação tributária tenho o auto , sem quebrar o sigilo bancário dele e nem das empresas dele. O Sr. Narciso Mendes, que é um outro lá do Acre, foram R$65 milhões de sonegação, o grupo empresarial. Se quebrarmos o sigilo do Sr. Orleir Cameli e a Receita fizer uma auditoria, pode-se chegar a R$100 milhões de sonegação tributária.

A Receita Federal, cooperando com a CPI Mista da Lavagem do Dinheiro penso estar me metendo na autonomia do Senado, peço mil desculpas, mas, às vezes, ficamos um pouco empolgados... Se tivesse a CPI...

A SRA. HELOÍSA HELENA – Quem tem que pedir desculpas é o Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se tivesse a CPI, poderíamos, por exemplo, ter acesso a esse relatório de sindicância do Indesp sem ter que mandar quatro ofícios; se tivesse a CPI, iríamos provar aos medíocres que querem transformar esse assunto em assunto de política estadual, que dizem que é da província, que esse assunto é grave. Só se for da pro-

víncia da Sicília que estamos querendo transformar esse assunto, porque do Paraná efetivamente é, como é de todo o Brasil, e os Procuradores conseguiram, com o seu depoimento, deixar bastante avançado esse conceito que hoje já domina o pensamento da maioria dos Senadores. E espero que isso possa, inclusive, ensejar e levar à abertura de uma CPI. Já que querem esperar o depoimento do Ministro Rafael Greca, insistirei sobre esse assunto depois que o Ministro fizer o seu depoimento, apresentando novamente um requerimento à CPI.

Continua com a palavra a Senadora Marina Silva. Em seguida, passo a palavra para que os Procuradores possam finalizar.

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – Para concluir, posso falar só uma coisinha bem miúda. Se sair essa CPI Mista... gostaria que pudesse ser encaminhado ao Líder do Governo na Casa, Senador José Roberto Arruda, porque a colocação de S. Exª foi que, se ficasse comprovada a participação da Máfia italiana na questão dos bingos e em reuniões, votaria favorável a esse ponto. Não foi bem a questão do Ministro Rafael Greca, a colocação foi mais em relação à Máfia. Aqui existem amplas provas que seria importante....

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Encaminho com muito prazer.

O SR. LUIZ FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA – São irrefutáveis as provas. Basta ler para verificar que está amplamente provado. No entanto, mais perigoso do que uma família mafiosa, talvez sejam os grupos dos crimes organizados aqui no Brasil, principalmente no ponto da corrupção, que, infelizmente, somos os campeões mundiais. E uma CPI da Lavagem detonaria o ponto que faz com que o crime compense, pois passaria a não compensar se fechássemos mais o arcabouço na questão da lavagem, haja vista que atingiria o narcotráfico, os bingos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra a Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Concluindo, Sr. Presidente, e esclarecendo também a razão da minha ausência, porque estava sendo concluído o relatório da CPI do Judiciário, e eu, como Líder da Oposição, não poderia estar ausente no momento em que estavam sendo feitas as conclusões finais.

Gostaria de dizer que foram bastante elucidativas as colocações feitas pelos Procuradores. Com certeza, a documentação que será encaminhada ao Líder do Governo lhe dará elementos para apoiar a abertura da CPI Mista, e o Congresso Nacional poderá trabalhar nisso, dando uma grande contribuição à CPI do Narcotráfico, agindo em parceria com o Ministério Público, com a Polícia Federal, enfim, com aqueles segmentos que querem fazer as nossas instituições funcionarem para, assim, acabar com a impunidade, mas que, dada a sua impotência, até pela falta de estrutura, não conseguem fazê-lo. Aproveitando a experiência que tenho em relação ao meu Estado, também gostaria de dizer que muitas coisas que aparentemente eram acusações de perseguição política, hoje se configuram como sendo um escudo falso, um sofisma da realidade, para aqueles que praticam crimes e improbidades tentarem desqualificar as ações que são feitas no sentido de investigá-los. Durante muito tempo ouvimos o Deputado Hildebrando, ouvimos várias figuras altamente envolvidas com o crime, com o narcotráfico, com quadrilhas, com bandos organizados, dizer que eram perseguições políticas. Não sei como é que aqueles que estavam fora do poder tinha condições de fazer investigações que vinham sendo feitas há anos. Graças a Deus, em função da não obstrução da Justiça, esta juntamente com a CPI puderam realmente esclarecer o fato.

De sorte que parabenizo a Comissão, pois considero altamente relevante a ação de V. Exªs. Fico feliz de saber que hoje há um apoio, pelo menos em termos das teses políticas, à ação da cúpula do Ministério Público Federal. Jesus dizia: "Pedi e vos será dado"; portanto, continuemos rezando para que possa ser dado um apoio concreto às estruturas.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Não deixemos uma tarefa tão pesada para o nosso Companheiro Deus; ajudemos no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Marina Silva, de fato ouvi o Deputado Hildebrando Pascoal afirmar, várias vezes, que aquilo era um assunto da política do Acre.

A SRA. MARINA SILVA – Que era perseguição do PT.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Exato. O fato parece estar se repetindo.

O Senador Roberto Requião apresentou o seguinte requerimento: "Requeiro a oitiva do Delegado da Polícia Federal encarregado do inquérito que teve origem em minha denúncia ao Presidente da República".

Em discussão o requerimento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – O Delegado é o Sr. Luís Fernando Aires Machado. Coloquei o número de seu telefone no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em votação.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Na próxima semana, conforme requerimento da Senadora Heloísa Helena, deverá ser marcada uma audiência pública com o Ministro do Orçamento e Gestão e com representantes do Brasil junto ao Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, ou os representantes, e com o representante da Rede Brasil de Instituições Financeiras Multilaterais. Esse requerimento data de 15-9-99 e precisa, portanto, ser cumprido, e faremos isso na próxima reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

Agradeço a presença dos dois Procuradores, os Srs. Luiz Francisco Fernandes de Souza e Guilherme Zanina Schelb, que atenderam o nosso convite muito gentilmente. Cumprimento-os pela coragem, pelo espírito público e, sobretudo, pela disposição em combater o crime de narcotráfico e as irregularidades que os jogos estão permitindo em nosso País, além da coragem de citar os nomes daqueles que estão envolvidos nesses fatos.

Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a sessão às 13h03min.)

Ata da 35ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada dia vinte e quatro de novembro de 1999.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos, do dia vinte e quatro de novembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Carlos Bezerra, Luiz Estevão, Marluce Pinto, Jonas Pinheiro, Juvêncio da Fonseca, Djalma Bessa, Geraldo Althoff, Moreira Mendes, Eduardo Siqueira Campos, Mozarildo Cavalcanti, Antero Paes de Barros, Luiz Pontes, Romero Jucá, Heloísa Helena, Tião Viana, Leomar Quintanilha, Luzia Toledo, Álvaro Dias e Emilia Fernandes. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando a ausência a Senadora Maria do Carmo Alves e o Senador Lúcio Alcântara. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente comunica o cancelamento da audiência pública com os senhores Martus Tavares, Ministro de Estado do Orçamento e Gestão, Aurélio Vianna Júnior, representante da Rede Brasil, Antônio Cláudio Soachaczewski, Diretor-Executivo do Brasil no Banco Interamericano de Desenvolvimento e Murilo Portugal, Diretor-Executivo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, em vista de expedientes recebidos justificando suas ausências. É aprovado o Requerimento nº 28, de autoria do Senador Álvaro Dias, para audiência pública com o jornalista Juca Kfouri, com a finalidade de informar a Comissão sobre o esquema de corrupção relacionado com a abertura de salões de bingos eletrônicos. A presente reunião destina-se a: **Item um: Projeto de Resolução nº 1, de 1999 – CN,** que regulamenta os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.506, de 1997, que "Dispõe sobre o valor da pensão do dependente do segurado, do extinto IPC, a ser concedida ou mantida pela União Federal". **Autor:** Câmara dos Deputados. **Relator:** Senador Carlos Bezerra. **Parecer:** pela aprovação, com uma emenda. **Resultado:** concedida vista à Senadora Heloísa Helena pelo prazo de cinco dias (art. 132, § 1º – R.I.). **Item dois: Aviso nº 13, de 1999,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 308, de 1999, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre a auditoria realizada na Secretaria de Políticas de Saúde e Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, referente ao processo de planejamento da aquisição de medicamentos destinados ao Programa Nacional de Controle de Tuberculose". **Autor:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc":** Senador Tião Viana. **Parecer:** que a Comissão delibere no sentido de: determinar ao TCU que mantenha esta Comissão informada acerca dos desdobramentos da matéria aqui tratada, especialmente no que se refere ao cumprimento das recomendações do Tribunal, e pelo arquivamento do presente processo. **Resultado:** aprovado. **Item três: Aviso nº 11, de 1999,** que "Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 226, de 1999, adotada pelo TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria de desempenho na alocação de recursos do programa da dengue para os municípios mediante convênio (TC nº 929.718/98-4). **Autor:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc":** Senador Tião Viana. **Parecer:** que a Comissão delibere no sentido de: determinar ao TCU que mantenha esta Comissão informada acerca dos desdobramentos da matéria aqui tratada, especialmente no que se refere ao cumprimento das recomendações do Tribunal e pelo arquivamento do

presente processo. **Discutiu a matéria** o Senador Tião Viana. **Resultado:** aprovado. **Item quatro:** Projeto de Lei do Senado nº155, de 1999 – Decisão Terminativa, que "Altera o artigo 4º, da Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998". **Autor:** Senador Luiz Estevão. **Relator "ad hoc":** Senador Eduardo Siqueira Campos. **Parecer:** pela aprovação, com uma emenda de redação. **Resultado:** concedida vista à Senadora Emilia Fernandes pelo prazo de cinco dias (art. 132, § 1º R.I.). **Item cinco:** Projeto de Lei do Senado nº 522, de 1999 – Decisão Terminativa, que "Dispõe sobre o contrato de trabalho rural simplificado, por prazo determinado, e dá outras providências. **Autor:** Senador Arlindo Porto. **Relator:** Senador Carlos Bezerra. **Parecer:** pela aprovação. **Resultado:** concedida vista à Senadora Emilia Fernandes pelo prazo de cinco dias (art. 132, § 1º R.I.). **Item seis:** Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1995, que "Disciplina os anúncios de oferta de emprego". **Autor:** Deputado José Vicente Brizola. **Relator:** Senador Geraldo Cândido. **Parecer:** pela aprovação, com duas emendas. **Resultado:** retirado de pauta a pedido do Relator, antes do início da Reunião. **Item sete:** Projeto de Lei do Senado nº 258, de 1999 – Decisão Terminativa, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica, e de defeitos físicos, genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho. **Autor:** Senador Gilvam Borges. **Relatora:** Senadora Marluce Pinto. **Parecer:** pela aprovação, na forma do substitutivo apresentado. **Observação:** sendo aprovado o substitutivo, a matéria será apreciada em turno suplementar, na próxima reunião (arts. 92 e 282 do R.I.). Na reunião do dia 22-9-99, foi concedida vista ao Senador Romero Jucá. Devolvido sem manifestação. **Resultado:** adiado. **Item oito:** Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1999, que "Proíbe o funcionamento de bombas de auto-serviço nos postos de abastecimento de combustíveis, e dá outras providências". **Autor:** Deputado Aldo Rebelo. **Relatora:** Senadora Heloísa Helena. **Parecer:** pela aprovação. **Discutiram a matéria** o Senador Carlos Bezerra e as Senadoras Heloísa Helena e Emilia Fernandes. **Resultado:** concedida vista ao Senador Moreira Mendes pelo prazo de cinco dias (art. 132, § 1º R.I.). **Item nove:** Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1999, que "acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, instituindo o procedimento sumaríssimo no processo trabalhista". **Autor:** Presidência da República. **Relator:** Senador Moreira Mendes. **Observação:** no prazo regimental, foi oferecida uma emenda de autoria do Senador Leomar Quintanilha. **Parecer:** pela aprovação, na forma da redação aprovada na casa de origem. **Discutiu a matéria** o Senador Carlos Bezerra. **Resultado:** concedida vista ao Senador Tião Viana pelo prazo de cinco dias (art. 132, § 1º R.I.). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte trinta e cinco minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Osmar Dias,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à audiência pública com pauta anexa e análise das seguintes proposições: Projetos de Lei do Senado nº 155, 258 e 522, de 1999; Avisos nºs 11 e 13, de 1999; Projeto de Resolução nº 1/99 e os Projetos de Lei da Câmara nºs 72/95, 28 e 51, de 1999.

Quanto à audiência pública, que atende a requerimento da Senadora Heloisa Helena, recebemos ofício de Antônio Carlos Pojo do Rego, assessor do Ministro do Planejamento com o seguinte teor:

> "Sr. Senador, refiro-me ao Ofício nº 114, de 1999, para informar da impossibilidade do Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Martus Tavares, na Comissão de Assuntos Sociais, no dia 24 de novembro de 1999, conforme convite expresso no documento em referência.
>
> Os motivos que impedem a presença do Sr. Ministro estão afetos a sua viagem a Santiago do Chile para participar da reunião da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e do Caribe, Cepal, devendo retornar ao Brasil na madrugada desta quarta-feira, assim como os compromissos anteriormente agendados para a mesma data."

O Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Martus Tavares, portanto, não poderá compa-

recer a esta reunião já que está chegando ou chegou agora pela manhã de uma viagem oficial ao Chile.

Do representante do BID:

> "Sr. Senador, em resposta ao Ofício nº 112, de 1999, gostaria de informar a V. Exª que, por motivos alheios a minha vontade, não poderei ausentar-me de Washington no dia 24 de novembro próximo para participar da audiência pública solicitada pela Senadora Heloisa Helena.
>
> Aproveito a oportunidade para manifestar minha irrestrita disposição de comparecer perante a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal em uma data futura a ser determinada por essa Comissão.
>
> Assina: Daniel Ribeiro de Oliveira, Diretor Executivo."

Portanto, comunica a impossibilidade de sua presença aqui hoje, mas nos facultando a marcação de uma nova data.

O representante do Banco Mundial, Murilo Portugal, não enviou correspondência a esta Comissão e, portanto, não justificou sua ausência. O representante da Rede Brasil justificou também sua ausência.

Portanto, temos hoje a pauta que foi definida. Tomei a precaução de colocar pauta porque já previa dificuldades nessas audiências solicitadas pela Senadora Heloísa Helena. De qualquer forma, poderemos realizá-la em outra oportunidade.

Há um ofício do Gabinete do Senador Lúcio Alcântara, comunicando:

"Sr. Presidente, nos temos do art. 39, inciso I, parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, informo a V. Exª que o Excelentíssimo Sr. Senador Lúcio Alcântara se ausentará do País no período de 23 a 25 de novembro corrente, quando estará na Inglaterra, participando de encontros com Membros do Parlamento Inglês, Professores da London School of Economics e de Oxford, Secretários de Governo e representantes de instituições político-partidárias.

Quem assina é seu chefe de Gabinete, comunicando, portanto, sua ausência a esta reunião.

Temos ainda a Mensagem nº 218, de 1999: Srs. Membros do Senado Federal, nos termos da Resolução nº 53, de 28 de outubro de 1999, desta Casa, encaminho a V. Exªs a documentação referente à contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a US$2,2 bilhões, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o BID, destinada a garantir a locação orçamentária do Programa de Reforma e Proteção Social no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional ao Brasil, de conformidade com a inclusa exposição de motivos do Sr. Ministro de Estado da Fazenda interino.

Esta mensagem do Presidente da República foi objeto de audiência pública e já foi votada pela Comissão de Assuntos Sociais. Por isso estamos aqui, na verdade, encaminhando esta mensagem para conhecimento dos Srs. Senadores, já que ela se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos, onde deverá ser votada também.

Há sobre a mesa um requerimento:

Requeiro, nos termos dos incisos IX e XI, do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a comparecer perante esta Comissão o Sr. Juca Kfouri, jornalista, com a finalidade de informar à Comissão sobre o esquema de corrupção relacionado com a abertura de salões de bingos eletrônicos no País.

Assina o Senador Álvaro Dias.

Está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra o Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, tenho conhecimento de que vai ser pedido vista de um dos projetos de lei que sou Relator, eu queria pedir a inversão de pauta e assim já relataria sucintamente. É o segundo item da pauta extra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Consulto a Senadora Heloisa Helena. V. Exª não gostaria também de já pedir a inversão de cujo item é Relatora? Dessa forma iniciaríamos pela pauta extra.

A SRA. HELOISA HELENA – Concordo inteiramente. Agradeço a sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos começar pela pauta extra invertida. Como houve a preferência do pedido de inversão pelo Senador Moreira Mendes, iniciaremos pelo item 9 da pauta extra.

Senador Carlos Bezerra tem a palavra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, há uma matéria que é de alto interesse dos Congressistas, trata-se do item 1: projeto de resolução, já aprovado na Câmara dos Deputados, e do qual sou o Relator. Não havendo objeção e como tenho sido cobrado insistentemente por muitos Parlamentares que têm interesse nesse projeto, e

estão aguardando a sua aprovação, eu gostaria de pedir que o apreciássemos em primeira mão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Consulto o Senador Moreira Mendes, porque há um apelo do Senador Carlos Bezerra para que apreciemos antes da pauta extra o item 1 da pauta do dia.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, esse projeto também faz parte da pauta extra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É por isto que eu não estava entendendo, Senador Carlos Bezerra, porque aqui está escrito pauta extra, mas na verdade, vamos considerar o seguinte: esta pauta é a normal e a pauta extra é a segunda; é considerada pauta extra em relação à audiência pública. Então, as duas são pautas extras.

A pauta extra nº 1, a que V. Exª se refere, é que tem o item 1 e que trata deste projeto de lei sobre o IPC e do qual V. Exª é o Relator.

Consulto o Senador Moreira Mendes, que fez a solicitação, se concorda que apreciemos o item 1 da pauta extra nº 1, para depois apreciarmos a pauta extra nº 2, por completo.

O SR. MOREIRA MENDES – Concordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a concordância dos Senadores Moreira Mendes e Heloisa Helena, vamos apreciar em primeiro lugar o Projeto de Resolução nº 1, de 1999, no item 1, da pauta extra nº 1, que regulamenta os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.506, de 1997, que dispõe sobre o valor da pensão do dependente do segurado do extinto IPC a ser concedida ou mantida pela União Federal.

O autor: Câmara dos Deputados;

Relator: Senador Carlos Bezerra, parecer pela aprovação, com uma emenda.

Com a palavra o Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta matéria foi aprovada, por unanimidade, na Câmara dos Deputados. Em resumo, visa a devolver aos contribuintes a contribuição relativa ao IPC. Não são recursos da União, mas, sim, daqueles que contribuíram, porque o IPC entregou para o Governo Federal uma quantidade enorme de recursos.

Vou ler apenas o voto final. Esta matéria é pacífica, foi pacífica na Câmara e entendo que será também pacífica no Senado.

Voto

Como se evidencia do seu articulado e das razões apresentadas pelo órgão, que deram impulso inicial à tramitação da matéria, trata-se de proposição que visa a sanar lacuna legal resultante da vigência da Lei nº 9.506, que estabelece parâmetros genéricos para a transição de regimes de previdência, mas não podendo definir critérios e procedimentos de caráter operacional, passíveis de orientar a boa gestão dos benefícios. Assim sendo, entendemos que o Projeto é relevante e oportuno, já que as normas jurídicas dele decorrentes ensejarão a transição ordenada entre os regimes previdenciários e a concretização dos direitos concedidos por equiparação legal aos servidores públicos civis da União. Nesse passo, considerando pertinente apontar uma imprecisão na relação do projeto. Trata-se do teor do art. 5º, que é resultante da Emenda apresentada na Câmara dos Deputados. Segundo pudemos apurar, o objetivo do novo dispositivo é possibilitar o ressarcimento nele previsto a todos os congressistas que exerceram mandato na 50ª Legislatura, não só os que exerceram mandato após a publicação da Lei nº 9.506. Parece-nos, entretanto, que a redação adotada não foi muito feliz, pois acabou restringindo ainda mais o conjunto de beneficiários, já que atribuiu direitos somente aos Parlamentares em exercício na data da promulgação da referida lei, excluindo os titulares de mandato exercido em período anterior e posterior a 30 de outubro de 1997. Nesse sentido, estamos apresentando emenda modificativa, dando ao dispositivo a redação que julgamos mais compatível com o escopo desejado.

Em face do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Resolução nº 1, de 1999, com a seguinte emenda: estendem-se as disposições do inciso I do § 5º do art. 1º da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, aos Parlamentares eleitos em exercício do mandato na 50ª Legislatura.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão o parecer do Senador Carlos Bezerra.

A SRA. HELOISA HELENA – Solicito a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra à Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA – Solicito vista do processo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedida vista à Senadora Heloísa Helena. Esse processo estará na pauta na próxima semana, cumprindo o prazo regimental de vista.

Item 9 da pauta extra nº 2, para cumprir a inversão solicitada pelo Senador Moreira Mendes. Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1999, que acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do

Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, instituindo o procedimento sumaríssimo no processo trabalhista. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Moreira Mendes. Observação: no prazo regimental foi oferecida uma emenda de autoria do Senador Leomar Quintanilha. O Parecer é pela aprovação na forma da redação aprovada na Casa de origem.

Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com a permissão de V. Exª e de todos os integrantes desta douta Comissão, me permitirei apenas ler o voto porque já sei antecipadamente que...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Peço a atenção de todos os Senadores porque esse é um projeto de extrema importância e que merece a atenção de todos, principalmente na hora de votar. Ele ficou por um período na Comissão de Assuntos Sociais e distribuímos ao Senador Moreira Mendes. Várias reuniões foram feitas com ministros, há um interesse muito grande na aprovação desse projeto por parte do Governo e me parece que a própria Oposição tem uma opinião positiva a respeito desse processo, veremos isso durante a discussão, talvez esteja enganado. É um processo de extrema importância para os trabalhadores brasileiros, sobretudo para desburocratizar a Justiça do Trabalho no Brasil. Portanto, retorno a palavra a V. Exª.

O SR. MOREIRA MENDES – Diante da colocação de V. Exª, vejo-me obrigado a ler o relatório na sua íntegra, até por diante da colocação de V. Exª, vejo-me obrigado a ler o relatório na sua íntegra. Concordo plenamente com tudo o que foi dito pelo Presidente. Este projeto efetivamente é de grande alcance social, na medida em que dá celeridade às decisões da Justiça do Trabalho, que, em última instância, é a casa do trabalhador brasileiro, onde ele vai buscar seus direitos. Portanto, o projeto trata da instituição, no âmbito da Justiça do Trabalho, do procedimento sumaríssimo com vista a acelerar as decisões judiciais daquela Justiça especializada.

Em análise nesta Comissão, proposta do Poder Executivo que acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, instituindo o procedimento sumaríssimo no processo trabalhista.

Nos termos da proposição inicial, seriam submetidos a esta modalidade de procedimento os dissídios individuais cujo valor não exceda a 50 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.

O projeto analisado traz, entre outros, dispositivos sobre o conteúdo dos pedidos, veda citação por edital nesse tipo de procedimento e fixa prazo para apreciação da reclamação. A audiência será única e nela todas as provas serão produzidas. O juiz usará os bens adequados à persuasão para obter a conciliação do litígio. Há também norma sobre o conteúdo mínimo da ata de audiência e sobre os procedimentos recursais relativos ao recurso ordinário, recurso de revista e embargos declaratórios.

Nos termos da Exposição de Motivos nº 508, de 28 de julho de 1998, segundo os Srs. Ministros de Estado da Justiça e do Trabalho, o procedimento sumaríssimo no âmbito do processo do Trabalho para as demandas de valor até 50 salários mínimos permite a solução de reclamações trabalhistas numa única audiência pela simplificação da instrução e fixação de prazos mais exíguos para a realização das audiências, de forma a dar rápida resposta às demandas de pequena monta.

A Justiça do Trabalho, na motivação do Poder Executivo, será desafogada, pois os processos urgentes ao procedimento sumaríssimo passariam a ter a via recursal limitada, admitindo revisão apenas com base em demonstração de violação da lei ou desrespeito à jurisprudência sumulada do TST.

Na Câmara dos Deputados, o valor máximo das ações sujeitas ao procedimento sumaríssimo foi reduzido para 40 salários mínimos e o prazo para apresentação de quesitos, na hipótese de realização da perícia, foi ampliado de 24 para 72 horas. Foi alterada também, além disso, a redação do **caput** do art. 1º do projeto.

É o relatório.

Sr. Presidente, passarei direto ao voto.

Em face de todos os argumentos e do alto alcance da medida, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1999, na forma da redação aprovada pela Casa de origem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de passarmos à discussão, pergunto para que o Relator nos esclareça: o projeto original era de até 50 salários mínimos?

O SR. MAGUITO VILELA – Até 50 salários mínimos, foi reduzido na Câmara para 40 salários, depois de uma ampla negociação com todos os setores envolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O prazo para apresentação de quesitos, na hipótese de realização de perícia, foi ampliado de 24 para 72 horas?

O SR. MAGUITO VILELA – Para 72 horas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Faço essa observação para que a taquigrafia corrija o que foi dito: V. Exª disse que eram 78 horas.

O correto é 72 horas.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. TIÃO VIANA – Faço o pedido de vista ao projeto em função de, mesmo considerando sua importância ao primeiro horizonte em que se vislumbra isso, um grande benefício ao trabalhador, entendemos que há outras implicações embutidas no projeto. Por uma atitude de cautela, faço pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concederei vista ao Senador Tião Viana.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. CARLOS BEZERRA – Faço uma indagação ao Relator: no item 2 do art. 852, **b**, "não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado."

Não entendi, pois está meio obtuso. Dispensa a licitação?

O SR. – 852B?

O SR. CARLOS BEZERRA – Só com a presença das partes. Tudo bem. Já compreendi.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Satisfeito, Senador?

O SR. CARLOS BEZERRA – Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedido vista ao Senador Tião Viana, passamos ao item nº 8 da pauta extra.

PLC nº 51, de 1999, que proíbe o funcionamento de bombas de auto-serviço nos postos de abastecimento de combustível, e dá outras providências. Autor: Deputado Aldo Ribeiro. Relatora: Senadora Heloísa Helena. O Parecer é pela aprovação.

Também chamo atenção para este projeto, que é de alta importância. Peço atenção dos Srs. Senadores para a leitura do relatório que será feita pela Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Do relatório, Sr. Presidente:

"Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1999, que tem por finalidade proibir o funcionamento de bombas de auto-serviço nos postos de abastecimento de combustíveis.

Ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição alega: o manuseio de combustíveis requer prática, além de um treinamento específico no tocante ao conhecimento das características e das normas de segurança na sua manipulação. Isso é imprescindível para o resguardo da saúde e da segurança dos que trabalham com tais produtos e para a população em geral.

Vale lembrar que as últimas alterações da mistura álcool-metanol, bem como sua composição em termos percentuais, exigiram determinadas providências adicionais para o controle do seu manuseio tais como a obrigatoriedade do uso de luvas de proteção, máscaras e tampões de nariz, porque o metanol, como se sabe, possui efeitos altamente nocivos para a saúde do homem, e a gasolina, além disso, contém benzeno, que é comprovadamente cancerígeno.

Se não bastassem todos os riscos inerentes ao manuseio de combustíveis por pessoas desqualificadas, o sistema de auto-serviço, se implantado, provocará desemprego aos trabalhadores desse setor, uma verdadeira injustiça social no momento de crise econômica e recessão, além de proibir a instalação de bombas de auto-serviço nos postos de abastecimento de combustíveis."

Ao projeto não foram apresentadas emendas na Câmara.

É o relatório.

Voto

Recentemente, em solenidade realizada no dia 3 de setembro último no Palácio do Planalto foi firmado protocolo de intenções entre a Agência Nacional de Petróleo, o Sindicato Nacional de Distribuidores de Combustíveis, o Sindicato das Distribuidoras Regionais Brasileiras e a Federação Nacional do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes, com a interveniência do Ministro das Minas e Energia no sentido de suspender pelo prazo de um ano a implantação de novos sistemas **self-service** nos postos revendedores de todo o território nacional. Embora esse tenha sido um passo importante para salvaguardar os postos de trabalho dessa laboriosa categoria funcional, não nos podemos esquecer que a suspensão da instalação do sistema é transitório e, já no próximo ano, poderá ser adotado. Assim, faz-se necessária a adoção de

medidas mais duradouras como a que propõe o projeto em tela.

Não é demais lembrar que, em todo o território nacional, existe cerca de 25 mil postos de serviços operados em média por mais de 250 mil abastecedores, também chamados frentistas. Esses postos de serviço desenvolvem outras atividades empregando, ainda, lavadores, enxugadores, lubrificadores, chefes de pista, caixa, gerente, além do pessoal das lojas de conveniência.

Como se vê, tais estabelecimentos são importantes na absorção de mão-de-obra direta e indireta. Segundo dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, apresentados na análise mensal de mercadoria de trabalho no mês de abril de 1999, havia uma expectativa de crescimento do nível de emprego no setor de serviços ao estimar um crescimento de 0,14% após dois meses consecutivos de queda.

A implantação do sistema **self-service** nos postos de gasolina acarretará a elevação dos níveis de desemprego bem como atingirá o promissor comércio varejista de combustíveis de lubrificantes, trazendo de imediato desemprego a milhares de trabalhadores, além de, evidentemente, destruir novos postos de trabalho que possam ser alavancados.

Outro aspecto a ser considerado, já salientado pelo autor da proposição em sua justificativa, são os riscos que a implantação do **self-service** poderá acarretar aos consumidores. Ademais, está comprovado que o consumidor brasileiro prefere o atendimento personificado pela segurança e excelência dos serviços adicionais que lhe são oferecidos.

Ressalte-se, por último, que a Constituição Federal, ao mesmo tempo que consagra o princípio da livre iniciativa, enfatiza a valorização do trabalho humano e dos direitos dos usuários. Assim, a livre iniciativa não pode ignorar o interesse social. Quanto ao direito dos usuários, cabe-nos enfatizar que os postos de atendimento, de abastecimento e as distribuidoras de combustível compreendem uma atividade exercida mediante autorização do Poder público e, desse modo, o fornecimento de seus produtos deve, antes de tudo, respeitar os usuários que serão prejudicados, se não for mantido o atual sistema.

Além disso, há, evidentemente, a questão da possibilidade de preservação de praticamente trezentos mil postos de trabalho no Brasil e a possibilidade de alavancagem da criação de novos postos de trabalho.

Assim sendo, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1999.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, nos termos do Regimento, requeiro vista.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Moreira Mendes acaba de pedir vista, mas está com a palavra o Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Creio que essa matéria é esdrúxula. Realmente, a questão do desemprego é gravíssima e temos de combatê-la. Porém, o caminho não é segurar a modernização do País em setores da nossa economia. Creio que o caminho é fazer com que o Ministério do Trabalho seja mais ágil na reciclagem desses trabalhadores para o aproveitamento deles na mesma área ou em outras. Temos de fazer uma ofensiva grande nesse sentido, já que se trata de um contingente grande, como disse a Senadora, de trezentos mil trabalhadores, que estão sob a ameaça de desemprego com a modernização do setor. Mas não podemos abrir mão de modernizar o setor, proibindo que se faça essa modernização no País. Penso que isso, inclusive em parte, depõe contra nós.

Sou favorável a que esses trabalhadores sejam protegidos, e o Ministério do Trabalho tem um programa para isso. Só que este Ministério, infelizmente, vem trabalhando a passos de tartaruga na questão da reciclagem dos trabalhadores. Poder-se-ia diminuir muito o desemprego no País, apenas com a reciclagem. Esse pessoal, por exemplo, pode ser reciclado, para ser aproveitado na própria área ou em outra.

O Senador Moreira Mendes pediu vista do projeto. Vamos voltar a discuti-lo, para votarmos a favor ou contra a matéria.

Esta Comissão poderia convocar o Ministro do Trabalho ou poderia ir até o Ministério do Trabalho, para propor que ele agilize um trabalho para o setor, para não deixar esse pessoal na rua da amargura e que faça um amplo programa de reciclagem para o setor.

É apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Já houve pedido de vista, mas, como houve uma contestação à Relatora, evidentemente daremos o direito da palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Eu só gostaria de contraditar uma expressão dita pelo Senador, quando disse que o projeto é esdrúxulo. Não é esdrúxulo. O entendimento do Deputado Aldo Rebelo e de todas as forças políticas que votaram o projeto, inclusive sem emendas, na Câmara dos Deputados, dá conta

da preocupação que esta Comissão tem que ter sobre o desemprego.

Se não conseguirmos criar alternativas de compatibilizar o advento tecnológico, a modernidade com a possibilidade de preservação de postos de trabalho e com a geração de emprego, é impossível que o Ministério do Trabalho consiga capacitar todos os trabalhadores, porque não é só nesse setor. Estamos buscando a preservação de alguns postos de trabalho nesse setor, porque estamos vendo efetivamente o que tem acontecido no setor bancário, no setor agrícola e em vários outros setores. Então, se não criarmos possibilidades, prazos, mecanismos para conseguirmos garantir a preservação de alguns postos de trabalho, cada vez mais vai aumentar a massa de miseráveis, de desempregados, de famintos no Brasil. Não há Ministério do Trabalho nem aqui nem em lugar algum do mundo que consiga, por intermédio de cursinhos de capacitação e de reciclagem, criar postos de trabalho, porque isso não se cria.

É importante que esta Comissão discuta a questão, inclusive trazendo vários dados de outros setores, porque existe, definitivamente, a incompatibilidade no setor agrícola com a mecanização, como por exemplo, no setor canavieiro, no meu Estado; com a mecanização da colheita da cana crua, com a mecanização do plantio, com o uso de agrotóxicos, que sequer possibilita a geração de emprego para a limpa da cana. Quem fará isso? Será que teremos condições suficientes para possibilitar criação de novos postos de trabalho e absorção dessa mão-de-obra? Efetivamente não teremos condições para tal. Então, pelo menos, em alguns setores, onde promovem risco ao usuário, pois o benzeno e o metanol, há estudos científicos nesse sentido, demostrando a possibilidade da contração de doenças crônico-degenerativas e de cânceres.

Então, é de fundamental importância que, neste momento, possamos estabelecer mecanismos concretos para, ao menos, conseguirmos preservar alguns postos de trabalho e compatibilizá-los. Há tantos setores no Brasil que precisam de modernidade; há tantos setores no Brasil que precisam de adventos tecnológicos. Não é possível que não consigamos compatibilizar isso!

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Passemos para o próximo item da pauta, já que foi concedida vista.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Para uma questão de ordem, tem a palavra V. Exª.

A SRA. EMILIA FERNANDES Sr. Presidente, tendo sido lido o relatório e solicitada a vista o que é um direito regimental, embora desejássemos que a discussão avançasse na direção da definição, quero registrar que, inclusive, tendo as mesmas preocupações da Senadora Heloisa Helena, exposta no relatório e na sua manifestação, nós as tivemos também exatamente no momento em que ela chegou ao Senado, oriunda da Câmara dos Deputados. Tanto que na Comissão de Infra-Estrutura, chegamos até a redigir um requerimento, de minha autoria, solicitando que este projeto também fosse ouvido e analisado pela Comissão de Infra-Estrutura.

Então, diante da importância de agilizarmos o debate e a conseqüente votação – aliás, retiramos esse requerimento, que estava em Plenário –, concordo com a idéia do Senador Carlos Bezerra ao se preocupar com essa modernidade, tendo em vista que países avançados como os Estados Unidos e a Europa se utilizam desse serviço. Quero dizer que, além dos cuidados fundamentais ligados ao fator segurança e saúde das pessoas que lidam com esse serviço por se tratar de um produto de alta periculosidade, temos de analisar – por isso pedi essa audiência – a aceitação por parte do consumidor, porque havia uma manifestação desses consumidores, os quais não o aceitavam, quer no que se refere à segurança, quer em relação à sua praticidade, principalmente quando esse usuário for uma pessoa idosa, que, ao chegar a um posto de gasolina, terá que sair do seu carro para o abastecer. Aliás, há um estudo sendo feito no Rio Grande do Sul nesse sentido, demonstrando que antigos freqüentadores de postos de gasolina, no momento em que foi instalado esse tipo de serviço, buscaram um outro estabelecimento – contudo, ainda não temos a sua conclusão.

Portanto, era nesse sentido que tencionávamos trabalhar a idéia dentro da Comissão de Infra-Estrutura, já que considero este projeto bastante importante, é que devemos analisá-lo com os olhos voltados para o social e também com a relação à responsabilidade no campo da saúde dos usuários.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado.

Hoje, não conseguimos votar nenhuma matéria, tendo em vista que todos os projetos colocados em discussão foram submetidos à vista, e, portanto, terão de voltar na próxima semana.

Comunico que teremos duas semanas antes de encerrarmos o ano legislativo. Portanto, proponho à

Comissão, se possível, promovermos pelo menos duas reuniões por semana, nessas duas próximas, para que possamos limpar a Colocaremos em pauta, impreterivelmente na semana que vem, principalmente esses projetos que são de interesse da Oposição ou do Governo, para que sejam aqui apreciados pela Comissão. Dessa vez, eles terão de ser votados.

As Senadoras Heloísa Helena e Maria do Carmo apresentaram um requerimento, propondo o convite a algumas autoridades e a realização de reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, Econômicos e Serviços de Infra-Estrutura, com o objetivo de discutir a utilização do rio São Francisco e o projeto de transposição das águas do rio São Francisco.

Está sendo difícil o cumprimento desse requerimento, exatamente pela dificuldade de se reunirem as três Comissões ao mesmo tempo. Então, a Senadora Heloísa Helena está propondo à Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Senadora Emilia Fernandes, a realização de uma audiência pública na próxima quinta-feira, com o que já concordamos.

Então, os membros da Comissão de Assuntos Sociais estão convidados a comparecer à reunião da Comissão de Infra-Estrutura, quando, no mesmo horário, já estaremos iniciando o debate sobre a transposição das águas do rio São Francisco. Convidaremos, então, aqueles que constam no requerimento das Senadoras Heloísa Helena e Maria do Carmo, que são: o Ministro Fernando Bezerra, o Secretário de Recursos Hídricos, Raimundo José Santos Garrido, o Presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, José Theodomiro de Araújo, e o ex-Chefe da Direção de Recursos Hídricos da Eletrobrás, Sérgio Barbosa de Almeida.

Fica esse comunicado então.

Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes pela ordem.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Gostaria apenas de alertar aos membros da nossa Comissão de Assuntos Sociais que quinta-feira é dia de Plenário pela manhã a partir das 10 horas; as votações se iniciam por volta das 11 horas. A Comissão de Infra-Estrutura normalmente é convocada a partir das 9 horas. Se conseguirmos iniciar a audiência exatamente às 9 horas, teremos condições de ir ao plenário às 11 horas, quando se iniciar a votação. Precisamos, no entanto, observar o horário, para que possamos ter uma audiência de qualidade, com oportunidade de manifestação de todos.

Apenas gostaria de fazer esse lembrete, esse alerta, porque consideramos importante o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, fica para 5ª feira próxima, às 9 horas, a primeira audiência para que se cumpra esse requerimento.

Item nº 3 da pauta.

Aviso nº 11, de 1999.

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 226/99, adotado pelo TC da União, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre a autoria do desempenho na alocação de recursos do programa do dengue para os Municípios mediante convênio.

O autor é o Tribunal de Contas da União. O Relator é o Senador Sebastião Rocha, que emitiu o seguinte parecer:

> "Que a Comissão delibere no sentido de determinar ao Tribunal de Contas da União que mantenha esta Comissão informada acerca dos desdobramentos da matéria aqui tratada, especialmente no que se refere ao cumprimento das recomendações do Tribunal, e pelo arquivamento do presente processo."

Como se trata de um processo simples, em que o Relator sugere que a Comissão determine o acompanhamento dos desdobramentos da matéria, sugerindo também o arquivamento, pediria para o Senador Tião Viana ler o voto, para que pudéssemos tirar da pauta esse item também.

O voto está na página 39. É o Item nº 3. Ele começa na página 31.

O SR. MOREIRA MENDES – (fora do microfone – inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Acabamos de apreciar o Item nº 2. Foi aquele em que V. Exª pediu vista.

O Senador Moreira Mendes tem razão. Anotei no lugar errado e acabei-me confundindo. Peço desculpas.

Agora, vamos apreciar o Item nº 3 e, em seguida, voltamos ao Item nº 2.

O SR. TIÃO VIANA – Somente a leitura do voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, votamos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Decisão nº 226/99 do Tribunal de Contas da União, plenária, e delibere no sentido de:

a) determinar ao Tribunal de Contas da União que mantenha esta Comissão informada acerca dos desdobramentos da matéria aqui tratada, especialmente no que se refere ao cumprimento das recomendações e determinações do Tribunal;

b) determinar o arquivamento do presente processo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

O SR. TIÃO VIANA – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, gostaria de enfatizar que essa situação, que se refere a controle de recursos a serem aplicados, deveria servir como ponto de partida para uma reflexão do Ministério da Saúde no sentido de rever a extinção dos auditores da saúde deste País. Tem sido uma ação progressiva, equivocada, e pode trazer graves danos ao controle dos recursos públicos. Acredito que deva ser um estímulo para uma nova reflexão por parte do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Fica o registro de V. Exª.

Coloquei a matéria em votação, mas não apurei o resultado.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

V. Exª pode fazer o mesmo em relação ao item 2 da pauta. Trata-se do Aviso nº 13/99, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 308/99, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam sobre a auditoria realizada na Secretaria de Políticas de Saúde e Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, referente ao processo de planejamento da aquisição de medicamentos destinados ao Programa Nacional de Controle da Tuberculose. O autor é o Tribunal de Contas da União. O Relator é o Senador Sebastião Rocha, que sugere a mesma decisão do item anterior.

Com a palavra, para substituir o Relator, o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Ante o exposto, votamos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Decisão nº 308/99 do TCU, plenária, e delibere no sentido de:

a) determinar ao Tribunal de Contas da União que mantenha esta Comissão informada acerca dos desdobramentos da matéria aqui tratada, especialmente no que se refere ao cumprimento das recomendações do Tribunal;

b) determinar o arquivamento do presente processo.

O SR. PRESIDENTE – (Osmar Dias) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 4 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 155/99, com decisão terminativa, que altera o art. 4º da Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1988. Autor: Senador Luiz Estevão. Relator: Senador Sebastião Rocha. O parecer é pela aprovação, com uma emenda de redação.

Pergunto ao Senador Eduardo Siqueira Campos se pode colaborar com a Comissão no sentido de ler o relatório do Senador Sebastião Rocha. Está na página 46.

Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos.

Estamos com um problema claro de falta de **quorum**, pois a votação é terminativa. Sugiro a V. Exª que resuma a leitura do relatório para ganharmos tempo.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Atenderei à solicitação da Mesa.

Trata-se de parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei do Senado nº 155/99, que altera o art. 4º da Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998.

Voto

Diante do relatório e da análise que apresentamos, concluímos que não há óbices quanto à constitucionalidade e à juridicidade que possam justificar a rejeição do Projeto de Lei nº 155/99.

Quanto ao mérito, opinamos pela aprovação com a emenda que apresentamos a seguir, que visa a reformulação do texto – do parágrafo único –, para a sua atualização diante da legislação editada em data posterior à apresentação do projeto.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. Temos o **quorum** no livro, só não o temos

para votação nominal. É bom registrar esse fato. Por isso, estávamos votando até agora. A decisão é terminativa, portanto, suspenderemos a votação e passaremos ao item 5, aproveitando a presença do Relator, Senador Carlos Bezerra.

Projeto de Lei do Senado nº 552/99, que dispõe sobre o contrato de trabalho rural simplificado por prazo determinado, e dá outras providências. O autor é o Senador Arlindo Porto e o Relator é o Senador Carlos Bezerra, que dá o parecer pela aprovação.

Com a palavra o Senador Carlos Bezerra.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Como gostaria de solicitar vista desse projeto, pediria que se abreviasse a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como já houve essa comunicação, V. Exª pode, se preferir, resumir e deixar para discutir na próxima reunião.

O SR. CARLOS BEZERRA – Exatamente. Vou considerar lido. Só gostaria que houvesse a extensão do contrato simplificado do trabalho para os trabalhadores da zona rural, que hoje já vem sendo adotado para trabalhadores urbanos. Portanto, Sr. Presidente, considero lido o relatório, de parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O relatório foi considerado lido. Concedo vista do item nº 5 à Senadora Emilia Fernandes.

Comunico que o item nº 4 foi colocado em discussão, tendo sido suspensa a votação porque não há **quorum** qualificado para a votação terminativa.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Em relação ao nº 4, também gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não é possível, porque já foi colocado em discussão.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sim, mas é possível o pedido de vista antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sim. No entanto, vamos perder mais uma semana.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Como não posso pedir hoje, já apresento o meu pedido de vista para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Regimentalmente, já vencemos essa etapa da matéria, já discutimos, mas vou submeter ao Plenário. Se o Plenário concordar, ganharíamos uma semana.

Pergunto se o Plenário concorda com o pedido. (Pausa.)

Aprovado.

V. Exª, então, pede vista do item nº 4?

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedida vista do item nº 4. Com relação ao item nº 5, já foi concedida vista.

Com relação ao item nº 6, vou retirá-lo de pauta, a pedido do Relator, Senador Geraldo Cândido, que comunica estar em Belo Horizonte, participando de uma reunião de seu partido, não podendo estar presente. Como ele gostaria de fazer o relatório pessoalmente, pede que se retire de pauta, no que vamos atendê-lo.

Item nº 7, o último item da pauta: Projeto de Lei do Senado nº 28/99, decisão terminativa, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirurgia e de defeitos físicos, genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho. O autor é o Senador Gilvam Borges. A Relatora é a Senadora Marluce Pinto. O parecer é pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo que apresenta.

Na reunião do dia 22-9, foi concedida vista ao Senador Romero Jucá, que devolveu sem manifestação escrita.

Pergunto se o relatório já foi lido por V. Exª, Senadora Marluce Pinto, se ele já foi apresentado.

Em caso afirmativo, está em discussão.

Com a palavra a Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Antes de entrar em discussão, Sr. Presidente, quero entrar com uma emenda verbal para suprimir o art. 6º, pois houve um lapso de minha parte, tendo em vista que somente ontem constatei que a Lei nº 997 foi aprovada recentemente, por unanimidade, nesta Comissão.

Embora o projeto seja abrangente, o que estamos discutindo não é específico nesse caso. Portanto, solicito dos nobres colegas e da Presidência suprimirmos o art. 6º. A seguir, V. Exª poderá colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª pode apresentar emenda de supressão, porque não poderemos votá-lo agora, já que a decisão é terminativa. V. Exª terá, então, uma semana, pois só colocaremos em votação na próxima semana.

A SRA. MARLUCE PINTO – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não havendo possibilidade de votar esse projeto, agradecemos a presença de todos os Senadores e encerramos a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h31min.)

Ata da 36ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada dia trinta de novembro de 1999.

Após a Ordem do Dia, do dia trinta de novembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Carlos Bezerra, Luiz Estevão, Maguito Vilela, Marluce Pinto, Jonas Pinheiro, Juvêncio da Fonseca, Djalma Bessa, Geraldo Althoff, Moreira Mendes, Maria do Carmo Alves, Eduardo Siqueira Campos, Antero Paes de Barros, Luiz Pontes, Lúcio Alcântara, Sérgio Machado, Romero Jucá, Geraldo Cândido, Marina Silva, Sebastião Rocha, Heloísa Helena, Tião Viana, Leomar Quintanilha, João Alberto Sousa, José Fogaça, Emilia Fernandes e Eduardo Suplicy. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a: **Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1995,** que disciplina os anúncios de oferta de emprego. **Autor:** Deputado José Vicente Brizola. **Relator**: Senador Geraldo Cândido. **Parecer**: pela aprovação, com duas emendas. **Resultado**: aprovado. **Item 2: Diversos nº 28, de 1998,** que encaminha ao Senado Federal expedientes propondo os anteprojetos do código deontológico de instrumentadores cirúrgicos – CODIC, e sugestão no sentido de que o dia 6 de maio seja considerado o dia nacional do instrumentador cirúrgico. **Autor:** Sindicato Nacional de Instrumentadores Cirúrgicos. **Relator**: Senador Sebastião Rocha. **Parecer**: pela proposição de um Projeto de Lei do Senado de iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado**: aprovado. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1999 – Decisão Terminativa,** que institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas ao longo do tempo de progressiva erradicação da pobreza, diminuição de desigualdades socioeconômicas, e dá outras providências. **Autor:** Senador Eduardo Suplicy. **Relator**: Senador Luiz Pontes. **Parecer**: pela aprovação, com alterações introduzidas pelas Emendas de nºs 1 a 7-CCJ e subemenda à Emenda nº 3-CCJ. **Discutiram a matéria** os Senadores Eduardo Suplicy, Luiz Pontes e Sérgio Machado. **Resultado**: concedida vista coletiva aos Senadores Sérgio Machado e Geraldo Cândido e à Senadora Emilia Fernandes pelo prazo de cinco dias (art. nº 132, § 1º – R.I). **Item 4: Projetos de Lei do Senado nºs 322 e 324, de 1999 – Decisão Terminativa (tramitação conjunta),** que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Autor**: Senador Lúcio Alcântara. **Relator**: Senador Geraldo Althoff. **Parecer**: pela aprovação do PLS nº 324, na forma do substitutivo apresentado e pela prejudicialidade do PLS nº 322. **Discutiram a matéria** os Senadores Tião Viana e José Fogaça e a Senadora Emilia Fernandes. **Resultado**: aprovado o substitutivo, com emenda apresentada oralmente pelo Senador José Fogaça, acatada pelo Relator, a matéria vai a Turno Suplementar na próxima reunião (arts. nºs 92 e 282 – R.I). **Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 434, de 1999 – Decisão Terminativa,** que altera o art. 354 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para aumentar, em cada atividade, a proporcionalidade de empregados brasileiros, e dá outras providências. **Autora**: Senadora Luzia Toledo. **Relator**: Senador Gilvam Borges. **Parecer**: pelo envio à Comissão de Constituição e Justiça para pronunciamento quanto a juridicidade e constitucionalidade do projeto. **Observação**: o Parecer foi lido pela Senadora Heloísa Helena. **Resultado**: aprovado o envio à Comissão de Constituição e Justiça, com voto contrário da Senadora Heloísa Helena. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 494, de 1999 – Decisão Terminativa,** que dispõe sobre o exercício da profissão de taxista e dá outras providências. **Autor:** Senador Sebastião Rocha. **Relator**: Senador Juvêncio da Fonseca. **Parecer**: pela rejeição. **Resultado**: concedida vista à Senadora Emilia Fernandes pelo prazo de cinco dias (art. nº 132, § 1º – R.I). **Item 7: Aviso nº 30, de 1999,** que encaminha ao Senado Federal cópia das Decisões nºs 612 a 617, de 1999, adotadas pelo Tribunal de Contas da União na sessão ordinária do plenário de 8-9-99, bem como dos respectivos relatório e voto que as fundamentam (TC nº 200.088/97-1 e outros). **Autor**: Tribunal de Contas da União. **Relator**: Senador Luiz Estevão. **Parecer**: pelo arquivamento da matéria e pelo envio de ofício ao TCU comunicando que a comissão tomou conhecimento da realização das auditorias, considerando de grande relevância o controle efetuado e recomendando diligências no sentido de que sejam implementadas as recomendações e

determinações. **Resultado**: aprovado. **Item 8: Projetos de Lei do Senado nºs 495 e 496, de 1999 – Decisão Terminativa (tramitação conjunta),** que dispõe sobre o benefício previdenciário complementar às vitimas e aos dependentes dos motoristas profissionais de veículos automotores de carga ou de passageiros, vitimados por ações tipificadas como crimes, e dá outras providências; dispõe sobre o benefício previdenciário complementar às vitimas e aos dependentes dos motoristas profissionais de veículos automotores de carga ou de passageiros, decorrente de acidente de trânsito, e dá outras providências. **Autor**: Senador Sebastião Rocha. **Relator**: Senador Juvêncio da Fonseca. **Parecer**: pela rejeição dos projetos. **Resultado: concedida vista à Senadora Emilia Fernandes pelo prazo de cinco dias (art. nº 132, § 1º – R.I). Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 347, de 1999 – Decisão Terminativa,** que exclui do salário-de-contribuição para a Previdência Social os valores recebidos a título de salário-maternidade e salário-educação. **Autor**: Senador Carlos Bezerra. **Relatora**: Senadora Marina Silva. **Parecer**: pela aprovação, com emenda de redação. **Resultado**: retirado de pauta. **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 553, de 1999 – Decisão Terminativa,** que altera o art. 1º da Lei nº 9.092, de 1995, e dá outras providências (dispõe sobre a destinação de renda da Loteria Esportiva Federal a entidades de assitência à pessoa portadora de deficiência). **Autor**: Senador Moreira Mendes. **Relatora**: Senadora Marluce Pinto. **Parecer**: pela aprovação, com quatro emendas. Discutiram a matéria as Senadoras Emilia Fernandes e Heloísa Helena e os Senadores José Fogaça, Leomar Quintanilha, Geraldo Althoff e Moreira Mendes. **Resultado:** aprovado, com abstenção do Senador Moreira Mendes. **Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 200, de 1999,** que dispõe sobre a apuração de falta grave para efeito de dispensa do empregado sindicalizado e determina outras providências. **Autor**: Senador Geraldo Cândido. **Relator**: Senador Eduardo Siqueira Campos. **Parecer:** pela aprovação, na forma do substitutivo apresentado. **Resultado**: retirado de pauta a pedido do Relator. **Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 572, de 1999 – Decisão Terminativa,** que dispõe sobre a gratuidade do transporte coletivo urbano para crianças nos casos que especifica. **Autor:** Senador Sebastião Rocha. **Relatora:** Senadora Marluce Pinto. **Parecer**: pela aprovação. **Resultado**: aprovado, com abstenção do Senador Sebastião Rocha. **Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 542, de 1999 – Decisão Terminativa,** que altera o art. 20 da Lei nº 8.742, Loas, e dá outras providências (dispõe sobre benefício a pessoa idosa ou portadora de deficiência). **Autor:** Senador Luiz Estevão. **Relator**: Senador Juvêncio da Fonseca. **Parecer**: pela rejeição. **Resultado**: concedida vista coletiva pelo prazo de cinco dias às Senadoras Emilia Fernandes e Heloísa Helena (art. nº 132, § 1 – R.I). **Item14: Projeto de Lei do Senado nº 258, de 1999 – Decisão Terminativa,** que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirurgia, e de defeitos físicos, genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho. **Autor**: Senador Gilvam Borges. **Relatora:** Senadora Marluce Pinto **Parecer**: pela aprovação, na forma do substitutivo apresentado. **Observação:** Na reunião do dia 22-9-99, foi concedida vista ao Senador Romero Jucá. Devolvido sem manifestação. **Resultado:** aprovado o substitutivo, com voto contrário do Senador Tião Viana, a matéria vai a Turno Suplementar na próxima reunião (arts. nºs 92 e 282 – R.I). **PAUTA EXTRA: Item um: Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1999,** que acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, instituindo o procedimento sumaríssimo no processo trabalhista. **Autor**: Presidência da República. **Relator**: Senador Moreira Mendes. **Observação:** no prazo regimental, foi oferecida uma emenda de autoria do Senador Leomar Quintanilha. **Parecer:** pela aprovação, na forma da redação aprovada na casa de origem. **Discutiram a matéria** a Senadora Emilia Fernandes e os Senadores Eduardo Siqueira Campos, Tião Viana, Juvêncio da Fonseca, Leomar Quintanilha e Moreira Mendes. **Observação**: na reunião do dia 24-11-99, foi concedida vista ao Senador Tião Viana pelo prazo de cinco dias (art. nº 132, § 1º – R.I). Devolvido sem manifestação. **Resultado**: aprovado o parecer, com abstenção da Senadora Emilia Fernandes. O Senador Leomar Quintanilha retira a emenda apresentada. **Item dois: Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1999,** que proíbe o funcionamento de bombas de auto-serviço nos postos de abastecimento de combustíveis e dá outras providências. **Autor**: Deputado Aldo Rebelo. **Relatora**: Senadora Heloísa Helena. **Parecer:** pela aprovação. **Observação:** na reunião do dia 24-11-99 foi concedida vista ao Senador Moreira Mendes pelo prazo de cinco dias (art. nº 132, § 1º – R.I). Devolvido sem manifestação. Discutiram a matéria as

Senadoras Marluce Pinto, Emilia Fernandes, Heloísa Helena e os Senadores Carlos Bezerra, Leomar Quintanilha, Moreira Mendes, Geraldo Cândido e Eduardo Siqueira Campos. A Senadora Heloísa Helena registra a presença dos Deputados Gervásio Silva e Simão Sessim. **Resultado:** aprovado. **Item três: Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1999, tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 154 e 208, de 1999,** que altera e acrescenta artigos à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre as comissões de conciliação prévia e permitindo a execução de título executivo extrajudicial na justiça do trabalho; dispõe sobre a criação de câmaras intersindicais de conciliação (CICS) e dá outras providências; institui a comissão paritária de conciliação, com a atribuição de harmonizar os interesses envolvidos nos dissídios individuais do trabalho. **Autores:** Presidência da República e Senadores Arlindo Porto e Jefferson Péres. **Relator:** Senador Moreira Mendes. **Parecer:** pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1999 e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 154 e 208, de 1999. **Observação:** incluído em pauta, a pedido do Relator, no decorrer da reunião. **Resultado:** concedida vista coletiva pelo prazo de cinco dias às Senadoras Emilia Fernandes e Heloísa Helena (art. nº 132,§ 1º – R.I). È aprovado o Requerimento nº 29, de autoria do Senador Sebastião Rocha, para a constituição da Subcomissão da Saúde. A Senadora Heloísa Helena comunica o adiamento da reunião conjunta das Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, que se realizaria dia dois de dezembro, para a próxima terça-feira, às 18: horas, com a finalidade de tratar, em audiência pública, a utilização do potencial do Rio São Francisco e especialmente o projeto de transposição de suas águas, com a presença do Presidente da Codevasf, Senhor Airson Bezerra Lócio, o Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Senhor Raimundo José Santos Garrido, o Presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CEEIVASF), Senhor José Theodomiro de Araújo e com o ex-Chefe da Direção de Recursos Hídricos da Eletrobrás, Senhor Sérgio Barbosa de Almeida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos notas taquigráficas. – Senador **Osmar Dias**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Conforme pauta distribuída previamente, a presente reunião destina-se à análise das seguintes proposições:

Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1995; Diversos nº 28, de 1998, Aviso nº 30, de 1999; Projetos de Lei do Senado nºs 66, 200, 258, 347, 434, 494, 542, 553 e 572, de 1999, nºs 495 e 496, de 1999, com tramitação conjunta e nºs 322 e 324, de 1999, também tramitando conjuntamente. Ainda foram incluídos na pauta extra os Projetos de Lei da Câmara nºs 28 e 51, de 1999.

Comunico ainda que, dos projetos que a Comissão já tem relatados, incluímos todos na pauta de hoje. Se conseguirmos votar todos na pauta de hoje, seguramente limparemos a pauta deste ano. Evidentemente, há mais alguns projetos que entrarão até o dia 15. Faríamos mais uma reunião e conseguiríamos então fechar o ano com pauta totalmente limpa e a Comissão tendo esgotado todas as matérias à sua disposição, além de todas as audiências públicas realizadas.

É apenas uma comunicação.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena... Senão, solicito ao Senador Moreira Mendes...

O SR. MOREIRA MENDES – Igualmente, assumo o compromisso de que, se não estiver aqui, devolvo na primeira reunião nossa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Limparemos a pauta até o dia 15.

O SR. MOREIRA MENDES – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como houve a inversão de pauta, começaremos pela pauta extra da reunião.

Pauta extra, item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1999, que acrescenta dispositivos à CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, instituindo o procedimento sumaríssimo no

processo trabalhista. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Moreira Mendes. No prazo regimental foi oferecida uma Emenda do Senador Leomar Quintanilha. O parecer é pela aprovação na forma da redação aprovada na Casa de origem. Na reunião do dia 24/11/99 foi concedida vista ao Senador Tião Viana pelo prazo de cinco dias, de acordo com o art. 132, § 1º do Regimento Interno, devolvido sem manifestação.

O Senador Tião Viana deseja fazer uso da palavra?

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, apenas para prestar um esclarecimento à Comissão de que havia uma intenção da minha parte de fazer uma reflexão mais ampla sobre o mérito desse Projeto, sobre a forma como ele estava sendo estabelecido, em função de que quando ele tramitou na Câmara dos Deputados sofreu uma contribuição por parte dos trabalhadores, por meio de sua representação parlamentar, de duas Emendas que objetivavam dar mais amplitude e mais segurança ao trabalhador naquilo que aparentemente é extremamente favorável ao trabalhador e não traria prejuízo próprio ao patrão, ao próprio empregador. Tivemos uma derrota na Câmara dos Deputados dessas duas Emendas apresentadas pelo Deputado Jair Meneguelli e, em função disso, solicitei vista do Projeto para revê-lo e ver se poderíamos contribuir com o processo legislativo. O Deputado Jair Meneguelli refletiu juntamente comigo e concluiu que a melhor maneira de contribuirmos para um avanço da proteção ao trabalhador neste momento seria não acrescentar, dentro do Senado Federal, dentro da Comissão de Assuntos Sociais as Emendas que haviam sido derrotadas na Câmara ou emendas afins. Então, na tentativa de contribuir para que seja operacionalizado do ponto de vista legislativo esse Projeto é que não trouxemos nenhum acréscimo e concordamos com ele.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Tião Viana.

Consulto o Relator da matéria, Senador Moreira Mendes, se deseja fazer uso da palavra agora ou se esperará a discussão para usá-la posteriormente, após todos Senadores terem se pronunciado.

O SR. MOREIRA MENDES – Sim. Aguardo a discussão.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra a V. Exª.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, sendo que o Senador Tião Viana pediu vista do projeto, há possibilidades de eu também fazê-lo?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Regimentalmente, isso é impossível, Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Esse projeto será analisado pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça? Esta foi um deliberação da Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não, esse projeto está sendo analisado pela Comissão de Assuntos Sociais. Não há nenhuma decisão e nenhuma solicitação para que seja ouvida a CCJ, pelo menos até agora.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Na deliberação feita pela Mesa referente ao encaminhamento já não constavam as duas Comissões?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A Senadora Emilia Fernandes consulta se o Projeto de Lei da Câmara nº 28 foi distribuído à CAS e à CCJ ou somente à CAS. Estamos sendo informados que o despacho foi para as duas Comissões.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Após a análise nesta Comissão, o projeto iria à Comissão de Constituição e Justiça automaticamente?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Temos que analisá-lo quanto ao mérito; depois, o projeto irá para a CCJ.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Haverá, então, um outro espaço para debate, para análise. Ontem, houve uma ampla reunião no Estado do Rio Grande do Sul para a qual fui convidada. Discutimos exatamente esse projeto, e foram levantados vários dados. Estou aqui com toda a documentação, inclusive correspondências. Cheguei hoje e ainda não pude analisá-la. Há uma série de levantamentos de problemas constitucionais do projeto. Gostaria de fazer uma análise precisa, mas, regimentalmente, não posso mais pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª terá oportunidade de analisar o projeto na Comissão de Constituição e Justiça.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Seria, então, o único espaço que ainda teríamos antes do Plenário. É o que gostaria de saber de V. Exª. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão a matéria.

Não havendo quem peça a palavra, consulto o Senador Moreira Mendes se deseja fazer uso da palavra.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, é de extrema importância a análise desse projeto em discussão porque ele tem um grande alcance social à medida que vai desafogar as Juntas de Conciliação e Julgamento. A sua aprovação é de fundamental importância sobretudo para aqueles que buscam a Justiça do Trabalho. Peço aos demais Pares que encontremos a possibilidade de colocar em votação esse projeto ainda hoje.

Comunico à Presidência que o relatório de um outro projeto, de igual importância e relevância, que estava sob a minha relatoria e que estabelece critérios e cria as Câmaras Intersindicais de Conciliação, também acaba de chegar às minhas mãos. Estou pronto para emitir o parecer, e, se houver concordância da Presidência e dos demais Pares, também podemos colocá-lo em pauta hoje.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Depois voltaremos ao Plenário para consultá-lo a respeito dessa proposição de V. Exª. Agora, vamos continuar discutindo o Projeto de Lei nº 28.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, com relação à dúvida levantada pelo Senador Geraldo Cândido, o projeto a que ele se referiu, que estaria em meu poder já foi devolvido com o voto em separado, e está sob análise o requerimento na Mesa do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Essa informação do Senador Moreira Mendes é a que recebemos da Secretaria.

Senador Geraldo Cândido, o Projeto de Lei nº 31, de interesse de V. Exª, não está na pauta, porque está à disposição da CAE, por solicitação. Foi um requerimento aprovado em plenário para audiência da CAE, então, não podemos colocá-lo em pauta aqui. Assim que estiver resolvido lá, colocá-lo-emos na pauta.

Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Senador, sinto-me na obrigação, em favor deste e do outro projeto, o de nº 2, extrapauta, de dar a informação aos meus nobres Pares e companheiros desta Comissão de que fui orientado na Liderança do PFL de que havia, para essas duas matérias — a do rito sumaríssimo e a do item nº 2, que versa sobre a questão relatada pela eminente Senadora Heloísa Helena —, um entendimento político e de que, aprovada uma, votaríamos também a outra, porque entendemos que as duas são de grande interesse para os trabalhadores. Trata-se da questão da Justiça do Trabalho e da proibição de bombas automáticas.

Agora, devo dizer aos Senadores desta Comissão, sem querer suprimir a discussão ou até mesmo qualquer orientação com relação a voto, que, não aprovado ou analisado hoje este projeto, por orientação da Liderança do nosso Partido, faremos o mesmo procedimento com o segundo item. Digo isso, para que os Senadores tenham a informação de que houve um acordo nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Mas vamos votar.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Não quero, com isso, evitar a discussão nem a votação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Votaremos os dois projetos hoje, porque já foram submetidos à vista. Não há nenhuma possibilidade de eles não serem votados.

Continua em discussão a matéria.

Senadora Emilia Fernandes, V. Exª tem a palavra.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço questão de dizer que não aprofundamos a análise, porque a reunião foi ontem à tarde. Já estamos discutindo o projeto, e o material é vasto. No entanto, gostaria de apresentar, para registro nos Anais, as considerações que recebemos nessa reunião dos advogados trabalhistas, do Estado do Rio Grande do Sul.

O projeto, que já foi aprovado na Câmara e hoje está sendo analisado, prevê o procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho para causas que não excedam 40 salários mínimos, vigentes na data do ajuizamento da reclamação. Hoje, elas representam algo em torno de R$5,44 mil.

O projeto revela problemas do ponto de vista do direito do trabalho, dos princípios básicos de processo, do funcionamento da justiça e dos princípios constitucionais, esses últimos, inclusive, atropelados no próprio texto.

Prevê que o pedido deverá ser certo ou determinado, indicando o valor correspondente. Imagine-se um pedido de horas extras e integrações de um contrato de trabalho que teve a vigência de cinco anos, sem que o reclamante tenha acesso a cartões-ponto ou sequer tenha recibo dos pagamentos.

Prevê que não haverá citação por edital, devendo o autor indicar corretamente o nome e o endereço do reclamado; havendo o arquivamento da reclamação, se o reclamante não apresentar o pedido certo ou não indicar o endereço correto. E mais: condenação em custa sobre o valor da causa.

O juiz terá liberdade para determinar as provas que entender necessárias, podendo limitar ou excluir as que julgar excessivas.

Prevê que serão julgados de plano todos os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da audiência e estabelece que o julgamento deverá ocorrer no prazo máximo de 15 dias, a contar do ajuizamento, o que é humanamente impossível. Essa foi a argumentação.

Prevê que todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.

Então, em síntese, ele é inexeqüível. Quanto a essa argumentação as pessoas estão tentando com que se faça uma reflexão.

O projeto institui uma justiça de segunda classe, privando as partes da ampla produção de provas e ampla defesa, cerceando o contraditório, assegurado na Constituição, atropelando as normas mínimas de garantia jurídica dos cidadãos. Se o objetivo é a agilizar o processo trabalhista, acontecerá exatamente o contrário, pois, pelo valor de 40 salários mínimos, o que representa 80% das demandas em tramitação na Justiça do Trabalho, em breve espaço de tempo as juntas estarão completamente abarrotadas com pautas para meses.

Aqui há uma série de argumentações. Se o projeto for aprovado, a análise feita em debate do qual participei, estará sendo prestado um enorme desserviço à Justiça do Trabalho e criando um engodo, especialmente, para os trabalhadores.

Entende-se que, ao invés de se atropelar a Constituição criando leis que, aparentemente, dão uma solução para o problema, seria importante buscar soluções baseada em quatro aspectos: socioeconômico, desenvolvimento econômico do País, buscando a geração de empregos; administrativos, a fiscalização efetiva por parte do Ministério do Trabalho; aspectos institucionais da Justiça do Trabalho, melhor aparelhamento das secretarias, maior número de juízes, para que o controle realmente fosse feito; e aspectos processuais, a eliminação da audiência inaugural, de forma que se agilizasse.

Do ponto de vista constitucional, o alerta que nos foi feito é de que o projeto fere o **caput** do art. 5º, que diz que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza. O art. 1º do projeto estabelece essa questão dos 40 salários mínimos. Quanto aos pobres, a Justiça parecerá, em termos, mais ágil, com uma redução, inclusive, de produção de provas e limitação de recursos, automaticamente, o trabalhador terá um retorno negativo em relação ao amparo dessa lei.

Quanto ao inciso XXXV do mesmo artigo: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito", o projeto estabelece que não se fará citação por edital, e, se o reclamante, o trabalhador no caso, não indicar corretamente – aqui que vejo um problema muito sério – o endereço do reclamado, o processo será arquivado, ficando o mesmo responsável pelo pagamento das custas processuais. Isso significa que, além de ficar proibido de reclamar quando o patrão estiver em lugar desconhecido – uma empresa fecha e o patrão está em lugar desconhecido –, o reclamante será penalizado ainda com o pagamento de custas.

Esse dispositivo fere o art. 769 da CLT, que estabelece que, nos casos omissos, o Direito Processual Comum será forte subsidiária do Direito Processual do Trabalho, exceto naquilo que for incompatível com as normas, e o mesmo quanto ao Código Civil.

Sr. Presidente, quero alertar que há estudos nesse sentido que estão alertando, no que se refere ao inciso XXXVIII, letra **a**, quanto à plenitude da defesa. O projeto estabelece que o juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas. A prova é direito de parte. Não é o juiz que vai determinar nem pode ficar a critério dele. A produção da prova está diretamente ligada ao preceito de plenitude de defesa. Então, parece-nos que, de certa forma, isso também atinge a própria Constituição Brasileira. E também fere ainda outros artigos, no que se refere aos litigantes, em processo judicial administrativos, acusados em geral, que lhes são assegurados o contraditório, a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Então, o projeto além de limitar a produção de provas ao livre arbítrio do juiz, ainda limita totalmente as possibilidades de recurso. Isso significa que qualquer tipo de cerceamento, indeferimento de prova, má apreciação da prova e inúmeros outros incidentes que possam ser levantados estarão irrecorríveis.

Para finalizar, é apresentada aqui a argumentação de que fere o princípio fundamental inserido na Carta Magna, no art. 1º, quando diz que a República Federativa do Brasil tem por fundamentos os valores sociais do trabalho. Para o projeto, é valorado o trabalho do obreiro melhor remunerado.

Essas são, rapidamente, as inconstitucionalidades que foram apontadas e que, de certa forma, na minha avaliação – já que não sou

advogada mas leiga em termos de constitucionalidade – entendo que deveríamos ter outro parâmetro da discussão. Mas, as questões estão postas.

Diante desse fato, se necessário, porque sou suplente nesta Comissão, vou me abster de votar, esperando uma análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para, assim, conhecermos a fundo essas questões. Todas as pessoas que nos procuraram no Rio Grande do Sul, onde fizemos essa reunião para documentar esse projeto – achávamos que não iria ser votado hoje ainda – indagaram a respeito desses assuntos. Abordei apenas algumas questões aqui, mas tenho documentação mais aprofundada, inclusive de outras pessoas do Estado de São Paulo, que fizeram uma análise dessa questão do rito sumário, como, por exemplo, Luiz Carlos Moura, Presidente da Associação Trabalhista de São Paulo. Então, não é um assunto localizado, do Rio Grande do Sul.

Essas são as minhas considerações e o meu alerta Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Temos que votar analisando o mérito do projeto. Como já disse, a constitucionalidade e juridicidade serão analisadas na CCJ, para onde evidentemente estará indo este projeto. Vamos votar aqui analisando o mérito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha para discutir.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, Sras e Sr^s^ Senadores, apresentei uma emenda a esse projeto que julgo pertinente, já que se trata de uma questão delicada e que contribui sobremodo para agilização no julgamento dos processos trabalhistas. Trata-se da possibilidade de movimentação das Juntas de Conciliação e Julgamento.

No entendimento prévio com o nobre Relator e para agilizar a votação desse processo, entendemos que essa propositura de minha autoria poderá ser apresentada e discutida em outro momento ou instrumento. Por essa razão, retiro a emenda que apresentei a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, nobre Senador Leomar Quintanilha.

Concedo a palavra ao nobre Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, reafirmo apenas que o contido no relatório e no voto já proferido na sessão anterior, no sentido de que este projeto é da mais alta importância par ao trabalhador brasileiro, para agilidade da Justiça do Trabalho, em que pese todos os argumentos expendidos pela ilustre Senadora Emilia Fernandes, que me antecedeu.

Quero relembrar aqui, tal qual disse o Senador Siqueira Campos, esse projeto foi objeto de ampla discussão e negociação na Câmara dos Deputados, envolvendo inclusive os Partidos do Bloco da Oposição, havendo um consenso inclusive às modificações que foram feitas na Câmara, com base nesse entendimento, que persiste aqui também no Senado.

Portanto, mantenho o voto e peço aprovação do projeto na forma que veio da Câmara.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, pelo texto do projeto, o rito sumaríssimo não exclui o rito ordinário do processo trabalhista. Se o pedido não for certo e determinado e se a citação for por edital, outras circunstâncias que não estejam dentro do requisito do processo sumaríssimo, o processo será ordinário. Jamais o trabalhador deixará de ter o suporte da prestação jurisdicional trabalhista. Apenas escolherá outro rito que não esse sumaríssimo.

É importante para a Justiça Trabalhista, socialmente falando, que dentro dos requisitos do processo sumaríssimo, atendendo a esse rito, tenhamos a celeridade da prestação juridiscional nesses casos, isento de qualquer complexidade que procrastine o feito trabalhista.

Voto favoravelmente ao projeto como está, porque o acho muito social, oportuno e não exclui o rito ordinário.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr ^as^ e os Sr^s^. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado, com a abstenção da Senadora Emilia Fernandes.

O projeto será analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Item 2 da pauta extra: Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1999, proíbe o funcionamento de bombas de auto-serviço nos postos de abastecimento de combustíveis e dá outras providências.

O autor é o Deputado Aldo Rebelo, a Relatora é a Senador Heloísa Helena, cujo parecer é pela aprovação.

Na reunião do dia 24, foi concedido vista do projeto ao Senador Moreira Mendes, pelo prazo de cinco dias, de acordo com o art. 132, § 1º, do Regimento Interno, e o projeto foi devolvido sem manifestação.

Portanto, já que o relatório foi apresentado, está em discussão o parecer da Senadora Heloísa Helena.

Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o funcionamento de bomba de auto-serviço, no meu entendimento, revela-se como um avanço e vem ao encontro dos anseios e das necessidades dos usuários, uma vez que promove, de certa forma, redução de gastos, já que ele pagará no posto o combustível mais barato em razão de utilizar pessoalmente o serviço do posto.

Entretanto, Sr. Presidente, tendo em vista a quadra em que vivemos, as circunstâncias que enfrentamos, quando a robótica e a informática têm sido de uma crueldade imensurável para com o emprego, colocando muitos pais de família na rua, entendemos que o auto-serviço não é oportuno.

Portanto, voto favoravelmente à sua proibição no momento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Leomar Quintanilha.

Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, nobres Colegas, as circunstâncias nos obrigam a votar desfavoravelmente a esse projeto, para impedir a instalação dessas bombas já que vivemos um momento preocupante de desemprego, o qual é o problema número um não só do Brasil como do mundo.

O Presidente da Associação dos Postos do meu Estado, que poderia ser uma pessoa interessada em que não fosse aprovado esse projeto, pediu-me que fizesse um esforço para aprová-lo, porque ele reconhece que mesmo a população do Estado sendo pequena a instalação de bombas de auto-serviço vai causar sério desemprego.

Hoje até os empresários se preocupam com a dispensa de funcionários, porque sabem que gera um problema social muito grande. Por isso muitas empresas fazem o maior sacrifício para manter o seu número de empregados. Chegam até a reduzir outras despesas para manter o seu quadro funcional intacto e os empregados recebendo salários.

Como representantes do povo, não poderemos nunca aprovar esse projeto. Se até num Estado pequeno chamou a atenção, imaginem a celeuma que isso poderá causar nos Estados em que o número de postos é bem maior,. Sei que quase todos os congressistas, de acordo com os contatos que fizemos, estão de acordo, mas se há alguém que não deseja essa aprovação peço-lhe que dê esse benefício ao povo pobre do país.

Era isto que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senadora Marluce Pinto.

Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, quero manifestar, em nome da vice-Liderança do Partido da Frente Liberal, o acordo que há em torno deste projeto. Não poderia deixar também de fazer uma homenagem ao mérito desta proposta, originária da Câmara e relatada pela Senadora Heloísa Helena, cujo relatório afasta qualquer dúvida com relação ao benefício que está sendo estendido aos 250 mil frentistas, essa categoria tão popular, tão conhecida da nossa população. Há ainda a informação, que me foi agora trazida, de algumas iniciativas de distribuidores e de postos que abrigam deficientes físicos, cuja deficiência não implica risco. Portanto, são muitas as iniciativas.

O Projeto é, acima de tudo, louvável. Eu gostaria, pois, de deixar aqui meu voto favorável e, inclusive, manifestar a V. Exª que, dada a obrigação que tenho de relatar agora uma matéria na Comissão de Planos e Orçamentos, cuja reunião se inicia às 18h, terei que me ausentar dos trabalhos, não sem antes, repito, deixar meu voto favorável aposto a essa matéria, com meus elogios à Relatora, pelo seu empenho, e a toda a Comissão, por sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador.

O SR. CARLOS BEZERRA – Solicito a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, posicionei-me contra este Projeto na reunião passada e expus aqui, inclusive, meu ponto de vista. Porém, nesse final de semana, fiz uma longa reflexão a respeito desse assunto e penso que, em condições normais, esse Projeto deveria ser rejeitado, mas vivemos, no Brasil, uma condição de anormalidade. O desemprego, hoje, é o grande problema deste País; problema este que tem que ser enfrentado por todos os meios e de todos os modos.

Assim, Sr. Presidente, esclareço a V. Exª que estou pedindo a palavra apenas para dizer que estou retificando minha posição para votar favoravelmente ao Projeto, porque penso que, neste momento, ele é o mais adequado à realidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A Mesa cumprimenta V. Exª por essa postura assumida aqui.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Solicito a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CANDIDO – Sr. Presidente, quero parabenizar a Senadora Heloísa Helena pelo brilhante relato que fez desse Projeto, que considero muito importante neste momento em que o desemprego é a grande chaga social do nosso País.

A implantação do chamado sistema **self service** nos postos de combustíveis começaria, de fato, a desempregar os frentistas. Recebi em meu gabinete, inclusive, a manifestação de várias entidades, de sindicatos de trabalhadores e de pessoas solicitando apoio ao relatório e ao voto da Senadora Heloísa Helena, inclusive, pedindo solidariedade e apoio a S. Exª votando favoravelmente ao projeto.

Sr. Presidente, não se trata apenas da questão do desemprego, mas também da segurança nos postos de gasolina, uma vez que há pessoas desavisadas e despreparadas; há pessoas que podem chegar a fumar em um posto de gasolina, por esquecimento ou mesmo por já ter ingerido bebida alcóolica. Isso pode causar um acidente grave. Quer dizer, além da questão do desemprego, há o problema da segurança nos postos de gasolina, inclusive o uso de telefone celular. Acredito que, em boa hora, a Senadora apresentou a proposta de rejeitar a instalação do chamado posto **self service** no Brasil.

Parabéns à Senadora. Acredito que nosso voto evitará um problema muito sério: o aumento do desemprego no Brasil.

O SR. MOREIRA MENDES – Solicito a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sou, por definição, favorável à modernidade, mas entendo que, nesse caso, a modernidade deve andar ao lado do social, e estaríamos, portanto, cometendo um desatino se não aprovássemos essa matéria tal qual foi proposto o objeto do relatório da Senadora Heloísa Helena.

Assim, quero dizer que, complementando as palavras de Senadores que me antecederam, o Brasil vive um momento que não nos permite qualquer possibilidade de restringir o emprego; o momento exige o contrário: mais emprego, mais renda. É nesse sentido que devemos caminhar.

Portanto, quero antecipar meu voto no sentido de acompanhar, não apenas porque foi um acordo entre os partidos envolvidos, mas porque realmente é uma questão de convicção. Penso não ser o momento de restringir o emprego mas, de alguma forma, colocarmos toda nossa inteligência no sentido de encontrarmos solução para o grave problema do desemprego no País.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Solicito a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, Senadora Heloísa Helena, Relatora, desnecessário será repetir aqui as considerações positivas a esse Projeto e a esse relatório de V. Exª, bem como minha posição favorável ao que estamos agora discutindo. É importante que se ressalte que, além da questão da segurança, da possibilidade de geração de mais desempregos ainda neste País, se por um lado a Constituição garante a questão da livre iniciativa, também garante a valorização dos trabalhadores e os direitos dos usuários.

Vejo que foi importante a provocação de discussão e até o seu adiamento. Vários parlamentares foram mais a fundo nesse assunto e, democraticamente, estão até reconsiderando seus votos.

Sr. Presidente, recebi duas manifestações, uma por escrito e outra via telefone, diretamente no meu gabinete, do Sindicato Patronal do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal. Tenho em mãos o fax. Na correspondência, assinada pelo presidente, diz-se que o projeto, que já foi aprovado na Câmara e está sendo discutido aqui, recebe o apoio também da classe empresarial do comércio de combustíveis e de lubrificantes: "Tendo em vista que embora reconheçamos que o **self service** reduz custos, o País não está preparado para absorvê-lo, uma vez que gera um desemprego intensivo no nosso setor, pois cada bomba de gasolina **self service** instalada gera quatro desempregados. Concluímos que não somos obrigados a seguir sempre os padrões de países desenvolvidos. E todos, empregadores, políticos, governo e sociedade, estamos empenhados em

gerar emprego e, com isso, estabilidade econômica e social."

Vejam que é uma manifestação do ponto de vista patronal. O Sindicato Patronal do Estado do Rio Grande Sul também se manifestou favorável ao projeto. Tendo em vista que antecipadamente já tínhamos assinalado as nossas considerações, o nosso voto é favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena. Depois, vamos votar.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria apenas de louvar a iniciativa do Deputado Aldo Rebelo, saudar os deputados federais Gervásio Silva, que teve oportunidade de relatar essa matéria também na Câmara; Simão Sessim, Jair Meneguelli, vários deputados dos mais diversos partidos, refletindo a pluralidade da Câmara, que fizeram um acordo para que pudéssemos beneficiar mais de 300 mil, praticamente 300 mil frentistas. Agradeço também a atitude do Senador Moreira Mendes, que tinha pedido vistas do processo; e ao Senador Carlos Bezerra também. Tivemos a oportunidade de discutir aqui, mas chegamos a um senso comum da nossa responsabilidade em relação ao combate do desemprego; ao Senador Maguito Vilela, que tantas vezes, junto à Comissão da Pobreza, tivemos a oportunidade de discutir a questão do desemprego, que sem dúvida é a marca mais perversa de uma sociedade, humilha, joga pais e mães de família na marginalidade como último refúgio. Devemos buscar alternativas para a convivência com a revolução tecnológica, o advento tecnológico, mas acima de tudo preservando a vida do próprio usuário. Todos nós sabemos que o usuário não iria receber nem periculosidade nem insalubridade, ia estar em contato direto com algo que vários estudos científicos já mostraram a sua relação com as doenças crônicas degenerativas. Mesmo assim, famos fazer o que de pior pode ser feito, que é proporcionar a possibilidade de 300 mil desempregados no nosso país.

Portanto, quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras que nos ajudam neste momento a aprovar o projeto do Deputado Aldo Rebelo e, acima de tudo, dar a nossa colaboração para preservar o que uma sociedade tem de mais importante, que é a questão do emprego.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Encerrada a discussão.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Tendo em conta que o item 3 tem caráter terminativo e, portanto, precisa ser votado com verificação nominal, e dado que alguns senadores em breve terão que se ausentar para a Comissão de Orçamento, pediria a gentileza, se for possível, dado que se trata de assunto consensual, de ser considerado o próximo item.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Consulto o Plenário se concorda com a proposta do Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Não havendo objeção, passamos a apreciar o item 3 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1999, que tem decisão terminativa. Institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas ao longo do tempo de progressiva erradicação da pobreza. Diminuição de desigualdades socioeconômicas, e dá outras providências.

De autoria do Senador Eduardo Suplicy.

Relator, Senador Luiz Pontes.

O Parecer é pela aprovação, com alterações introduzidas pelas Emendas nºs 1 a 7/CCJ e subemenda à Emenda nº 3/CCJ

Com a palavra o Relator, Senador Luiz Pontes.

O SR. LUIZ PONTES – É submetido à apreciação desta Comissão de Assuntos Sociais, em regime de decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1999, que estabelece normas que permitam a identificação do segmento social no Brasil, que se encontra em situação de pobreza. Para tanto, o projeto incorpora categorias conceituais que têm embasado ações públicas em diferentes países orientadas para sua erradicação. Determina que o Executivo, por intermédio da Fundação, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, proceda o estabelecimento da linha oficial de pobreza, cujo levantamento, demarcação e conhecimento deverão ser procedidos por intermédio da definição do padrão de renda anual mínima necessária, a que uma família ou indivíduo possa suprir suas necessidades vitais.

As políticas públicas voltadas a sua superação, deverão estar manifestadas nos diversos

instrumentos operacionais que o Poder Executivo dispõe para intervir na sociedade.

1) Definição de metas regionais e erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades socioeconômicas, já por ocasião da primeira Mensagem Presidencial enviada ao Congresso Nacional, após a posse.

2) A elaboração dos Planos Plurianuais das Leis de Diretrizes Orçamentárias, dos Orçamentos Anuais e dos Planos e Programas Nacionais, Regionais e setoriais, balisados pela linha de pobreza e orientados para a redução do número de famílias ou pessoas abaixo dessa.

3) Utilização das mensagens e planos encaminhados ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura de cada sessão legislativa, no sentido de expor os progressos, as restrições e as providências que se fazem necessárias à consecução das metas propostas para a erradicação da pobreza e para a diminuição das desigualdades socioeconômicas.

Ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição alega que não há um critério oficial estabelecido para medir a pobreza em nosso País, o que torna difícil colocar em prática políticas sociais com metas claras e parâmetros definidos. Assim sendo, cabe estabelecer a linha oficial de pobreza e definir metas para a erradicação da miséria no Brasil.

Esse projeto de lei foi preliminarmente apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, que o aprovou considerando-o constitucional e jurídico, embora a ele tenha sido oferecidas Emendas de nºs 1 a 7, além de Subemenda à Emenda de nº 3, da CCJ, com vistas a sanar deficiências quanto a sua técnica legislativa. Como se sabe, o Brasil, ao longo do seu processo de desenvolvimento mais especificamente a partir dos anos 30, logrou substantivo avanço na estruturação e no crescimento de sua base produtiva, notadamente no seu setor industrial, sem que, contudo, transformações semelhantes ocorressem no plano social.

Na verdade, todo esse processo foi acompanhado por expressiva concentração da renda, com nítida e clara marginalização de parcela expressiva da população, mantida sob a condição de pobreza e miséria.

A despeito de toda uma série de políticas sociais levadas a efeito, o fato é que a pobreza e a miséria persistem quanto tendência intrínseca a esse processo de desenvolvimento que, em verdade, privilegia ora o crescimento econômico, ora a estabilização monetária. É reservado àquelas políticas sociais de natureza dependente, subordinado e marginal ao se entender que a questão da pobreza e da miséria possa ser equacionado e resolvida, como decorrência do processo de crescimento econômico.

Não se desconhece que o processo de crescimento econômico contribui de forma direta para a redução e diminuição da pobreza e da miséria, sobretudo, pelo que enseja de criação de emprego e renda. Diversos são os estudos que demonstram que esses fatores, em particular a renda, são determinantes das condições de vida das populações que as auferem. É através da renda que são definidas as possibilidades

É através da renda que são definidas possibilidades de acesso de segmentos sociais a bens e serviços que demarcam e dão conteúdo à sua qualidade de vida. Todavia, de igual forma, não se ignora, também, que a simples prevalência do mercado como mecanismo determinante do processo de alocação do recursos faz da concentração da renda um traço característico de economias em desenvolvimento. Não surpreende o fato de que, dentro dessa perspectiva, a pobreza e a miséria aparecem como subprodutos do próprio crescimento econômico, trazendo e impondo a necessidade de demarcação de espaço próprio e independente para as políticas sociais.

Nas economias organizadas e estruturadas, com ênfase no mercado, função estratégica há de se reservar às políticas públicas voltadas para a atenuação daquela tendência à concentração de renda. Obviamente, assume as mais variadas formas as ações públicas relevantes para contraporem-se a este processo de concentração de renda, previdência social, programas de complementação de renda e o denominado imposto de renda negativo. Essas são iniciativas que demarcam com clareza a necessidade e a oportunidade de programas e projetos que reservem e atribuam às políticas sociais espaço próprio imprescindível no combate àquela tendência concentradora.

Nesse contexto, a definição e demarcação de uma linha oficial de pobreza, a vinculação e comprometimento dos vários instrumentos de ações públicas com sua erradicação, com a diminuição das desigualdades socioeconômicas representa fator imprescindível para a construção de uma política social autônoma e eficaz para o combate daquela tendência concentradora inerente ao processo de crescimento econômico brasileiro.

A linha de pobreza a ser criada pelo Projeto de Lei nº 66, de 1999, pode vir a constituir-se uma ferramenta que dará objetividade e permitirá conferir resultados a mais, variadas modalidades de política social. Assim, a adoção de uma linha oficial de pobreza, a obrigatoriedade de que os planos, os programas e os orçamentos públicos da União incluam metas tendentes à sua erradicação e diminuição das desigualdades sociais constitui procedimento operacional que certamente contribuirá para uma maior eficiência e eficácia dos gastos sociais no Brasil. Por outro lado, é patente o fato de que as emendas oferecidas ao projeto pela CCJ aprimoram seu texto, conferem-lhe redação mais clara, sem implicar qualquer alteração material que restrinja e modifique seu conteúdo e seus objetivos. Ao contrário, a maior clareza redacional que essas emendas conferem ao projeto são pertinentes e necessárias para que os fins objetivados sejam passíveis de efetivo alcance.

Por se tratar de iniciativa que certamente conferirá unidade, autonomia, eficiência e eficácia aos gastos públicos na área social com repercussões favoráveis e sustentáveis na erradicação da pobreza e na diminuição das desigualdades socieconômicas somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1999, de autoria do eminente Senador Eduardo Suplicy com as alterações introduzidas pelas Emendas de nºs 1 a 7 e Subemenda à Emenda nº 3 oferecidas pela CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado ao Senador Luiz Pontes.

O SR. SÉRGIO MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sérgio Machado, que pediu vista, regimentalmente. Concedida a vista.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Permita-me, Sr. Presidente, transmitir um apelo ao Senador Sérgio Machado, porque, é claro, que S. Exª tem todo o direito regimental de pedir vista, mas, antes da sua decisão final, eu gostaria de fazer um apelo, porque se trata de projeto que foi bastante discutido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde obteve o parecer consensual, depois de ter sido pedido vista. Houve aperfeiçoamento, o Senador Alvaro Dias melhorou o projeto, aperfeiçoou-o do ponto de vista da técnica legislativa, concordando plenamente. O Deputado Roberto Brant, Relator da Comissão Mista de Combate á Pobreza disse que estes projeto era inteiramente consistente com os objetivos e recomendações da Comissão Mista de Combate à Pobreza. O próprio Líder em exercício do PFL, que aqui estava há pouco, o Senador Eduardo Siqueira Campos, disse que não tinha qualquer óbice com respeito a esta matéria. Tenho a convicção de que o braço do Governo do PSDB provavelmente já terá feito os devidos estudos a respeito, mas, de qualquer maneira, eu gostaria de ressaltar que o conteúdo desse projeto leva em consideração as recomendações de eminentes economistas laureados com o Prêmio Nobel de Economia, como o Prof. James Tobin, que tem ressaltado que, à medida que se instituam linhas de pobreza nos diversos países, maior é a conscientização de todos a respeito de quanto cada governo Executivo e Congresso Nacional tem avançado na direção de se erradicar a pobreza em nosso País.

Eu gostaria de citar que inúmeros países têm levado em consideração metas desta natureza. Eu poderia citar, por exemplo, a Irlanda, que, no período de 1997 a 2007, estabeleceu que a estratégia nacional contra a pobreza deverá reduzir o número daqueles que são constantemente pobres, pela medida ali registrada, de 9% a 15% para menos de 5% a 10%, de acordo com a medida de pobreza irlandesa. Isso foi só para dar um exemplo, Sr. Presidente.

Obviamente respeitarei o pedido de vista do Senador Sérgio Machado, mas eu gostaria de deixar esse apelo a S. Exª.

O SR. LUIZ PONTES – Sr. Presidente, como Relator, eu gostaria de fazer um apelo ao nobre Senador Sérgio Machado, já que S. Exª pediu vista do projeto do eminente Senador Suplicy, para que possamos, já na próxima reunião da Comissão, votar essa matéria, que considero de extrema importância para o País e principalmente para o Nordeste. Como cearenses e o Senador Sérgio Machado, como bom cearense , conhecemos as desigualdades regionais. Elas existem e estão aumentando. A miséria e a pobreza estão aumentando, e o Governo não tem nenhum critério para combatê-las. V. Exª dá ao Executivo a oportunidade de um critério, de colocá-lo nos orçamentos, nos planos do próximo Presidente, e, chegando a mensagem ao Congresso, de nós, agora, com esse projeto, podermos realmente combater as desigualdades regionais do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Luiz Pontes.

Com a palavra o Senador Sérgio Machado.

O SR. SÉRGIO MACHADO – Senador Eduardo Suplicy, o projeto é importante, e estamos vivendo um momento de discussão muito rica em torno do

combate à pobreza. Acabamos de encerrar o relatório da Comissão, e ali não prevaleceu qualquer interesse partidário. Foi uma discussão coletiva, tendo sido o relatório aprovado por unanimidade. Acredito que, na próxima semana, sem dúvida nenhuma, o projeto estará aqui, vamos discuti-lo e votá-lo. Se houver algum ponto para aperfeiçoar, o faremos durante a semana. Isso é importante, e a luta pelo combate à pobreza deve fazer parte de uma vontade coletiva de todos os Partidos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, tenho três questões. A primeira é que, em nome do PFL, quero assumir o compromisso de, na semana que vem, votar esse projeto, que julgamos também de relevância para o País.

A segunda questão é uma solicitação a V. Exª para que votemos o pedido de inclusão na pauta de hoje do projeto cujo relatório eu já trouxe pronto, projeto de igual importância e para o qual sei que haverá um pedido de vista. Nessa hipótese, feito o relatório hoje, teremos condições de colocar o projeto na pauta da semana que vem é um compromisso assumido pela Senadora Heloísa Helena, que vai pedir vista.

Terceiro, na hipótese de V. Exª aceitar a solicitação, peço inversão de pauta para apreciá-lo logo agora – porque tenho compromisso na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania –, juntamente com o item nº 10 da pauta, um projeto de minha autoria, terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Encerramos a discussão.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista coletiva para esse projeto. Eu me incluo no pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedido, então, vista coletiva.

Gostaria agora de submeter ao Plenário duas propostas do Senador Moreira Mendes. Primeiro a inclusão na pauta de mais um item, que é o Projeto de Lei nº 50, que tem por finalidade dispor sobre as comissões de conciliação prévia e permitir a execução de título executivo extrajudicial na Justiça do Trabalho. Se aceita a inclusão na pauta, vamos...

A SRA. EMILIA FERNANDES – Peço vista, Sr. Presidente, se for incluído.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Primeiro vamos votar a inclusão na pauta...

A SRA. EMILIA FERNANDES – Mas estou alertando para que já saibamos que vamos pedir vista para esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vou me lembrar do alerta de V. Exª.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em votação a inclusão na pauta deste item.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos incluir na pauta.

Há também uma proposta de inversão para que esse item tenha preferência e seja analisado agora.

Em votação. (Pausa.)

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço vista, mas não sei qual é o momento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Só um minuto, Senadora.

Se não há contestação, vamos colocar, então, esse item agora e o item nº 10, segundo proposta do Senador Moreira Mendes.

O Senador Geraldo Althoff pede que, na seqüência, seja colocado o item nº 4.

Vamos colocar, então, esse item, o item nº 10 e, na seqüência, o item nº 4.

Concedo a palavra ao nobre Senador Moreira Mendes, que é o Relator desse processo.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, como sabemos antecipadamente que há inúmeros pedidos de vista, vou permitir-me a dispensa da leitura do Relatório, circunscrevendo-me apenas aqui à parte final.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1999, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 154, de 1999, e nº 208, de 1999. É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Moreira Mendes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, agora é o momento certo?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Certo.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Então peço vista, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pelar ordem, o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Apenas para saber se o Senador Moreira Mendes oferece substitutivo ou opta por um dos projetos em tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Opto pelo de nº 50, da Câmara.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedido vista, então, à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Solicito vista também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vista coletiva.

O item nº 10 da pauta: Projeto de Lei do Senado nº 553, de 1999, que também tem decisão terminativa, alterando o art. 1º da Lei nº 9.092, de 1995, e dá outras providências. Dispõe sobre a destinação de renda da loteria esportiva federal a entidades de assistência a pessoa portadora de deficiência. É autor o Senador Moreira Mendes e relatora a Senadora Marluce Pinto, que proferiu parecer pela aprovação com quatro emendas.

Com a palavra a Relatora, Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, creio que é dispensável a leitura do Relatório, pois todos estão com ele em mãos. Lerei apenas o voto, pois a pauta de hoje está muito extensa.

Não vislumbra em inconstitucionalidade ou em juridicidade o projeto. No mérito, concordo com a proposição pautada por elevado sentido social. A possível argüição de que, ao dispor sobre a concessão de serviços públicos, a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabeleceu que a criação de encargos legais implicaria revisão tarifária, art. 9º, §3º, deixa de prevalecer diante da exigência imposta pelo mesmo dispositivo de prévia comprovação do impacto. Na verdade, se o benefício proposto para as crianças atrair, como supõe o autor do projeto, Senador Sebastião Rocha, novos usuários adultos, poderá haver até mesmo vantagem para os concessionários na implantação da medida.

Voto, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 572, de 1999.

Então, Sr. Presidente, esse projeto, como é do conhecimento de todos, que isenta o pagamento de passagem na área urbana para criança até os 12 anos, o que eqüivale exatamente à ida da criança à escola...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Há um equívoco aqui, há uma confusão...

A SRA. HELOÍSA HELENA – Mas não tem problema.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Aliás, essa é a questão...

A SRA. HELOÍSA HELENA – Esse é o 12º...É que V. Exª é Relatora de dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) Mas é que o projeto que foi solicitado agora era o item 10.

A SRA. MARLUCE PINTO – Então, vamos votar o nº 12, que está na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se há concordância do Plenário, V. Exª pode concluir o relatório sobre o item 12 e depois voltamos ao item 10.

A SRA. MARLUCE PINTO – Está em votação, porque eu já concluí, lendo só o voto...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se V. Exª concluiu está em discussão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação, que é nominal.

Vejamos: Senadores Calos Bezerra, Gilvam Borges, José Alencar, Luiz Estevão, Maguito Vilela, Marluce Pinto, que é a Relatora.

Tem a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Voto favoravelmente, Sr. Presidente, apenas ressalvando que isso pode ter um cunho de inconstitucionalidade, que deverá ser examinado por outra Comissão, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está registrada a observação de V. Exª.

Tem a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE – (Osmar Dias) – Senador Djalma Bessa.

O SR. DJALMA BESSA – Sim.

O SR. PRESIDENTE – (Osmar Dias) – Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE – (Osmar Dias) Maria do Carmo, Eduardo Siqueira Campos, Mozarildo Cavalcanti, Antero Paes de Barros, Luiz Pontes, Lúcio Alcântara, Sérgio Machado, Romero Jucá, Geraldo Cândido...

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Marina Silva, Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Tião Viana, Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Com o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está aprovado o projeto.

Voltamos ao item 10.

Com a palavra a Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a iniciativa do Senador Moreira Mendes visa alterar o art. 1º da Lei nº 9.092, de 1995, tornando possível a Federação Nacional das Sociedades Pestalozzis fazer jus à renda líquida de um teste da loteria esportiva federal a cada ano.

O texto original do dispositivo que se pretende modificar concede semelhante benefício à Federação Nacional de Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise da matéria.

Dados fornecidos pela Caixa Econômica Federal, referentes aos meses de janeiro a agosto de 1999, apresentam uma arrecadação total com apostas na loteria esportiva federal no valor de R$56.681.380,00, correspondendo à distribuição de R$18.702.084,00 em prêmios líquidos. Isso significa uma média mensal de R$2.337.760,50 em prêmios líquidos, ou seja, R$584.440,00 por concurso.

Distribuição financeira da loteria esportiva federal de janeiro a agosto.

Há toda essa tabela cujos resultados os nobres Senadores já devem ter verificado a importância, para que possamos aprovar este projeto.

Composição da renda líquida. A Lei nº 9.092, de 12 de setembro de 1995, destina à Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais a renda líquida de um teste da loteria esportiva federal ou o teste que a suceder.

Entende-se por renda líquida o somatório das destinações à seguridade social, 7% nos termos da Lei nº 8.212, de 1991; às entidades de práticas desportivas, 10%, nos termos da Lei nº 9.615, de 1998; ao crédito educativo, 4,5%, nos termos da Lei nº 9.288, de 1986; e ao Fundo Penitenciário Nacional de 3%, nos termos da Lei Complementar nº 79, de 1994.

Existe uma nova tabela também, que eu vou me omitir a ler porque é do conhecimento de todos.

Fonte da Caixa Econômica Federal.

No período de janeiro a agosto de 1999, ou seja, os oito primeiros meses do ano, assim constituída a renda líquida da Loteria Esportiva Federal, somou R$ 13.188.625,00, eqüivalendo a uma média R$ 1.648.578,00 por mês ou R$ 412.144.000,00 por concurso. Esse valor seria, em tese, o quinhão anual da Federação Nacional das APAE, apurado no teste especial a ela destinado.

A Loteria Esportiva Federal realiza outros concursos específicos. A Cruz Vermelha Brasileira, o Comitê Olímpico Brasileiro e o Comitê Pré-Olímpico Brasileiro recebem cada um anualmente a renda líquida de um concurso, conforme determinam as Leis nº 6.905, de 1981, e a de nº 9.615, de 1998.

Além disso, nos anos de realização de jogos olímpicos ou de Jogos Pan-Americanos, os Comitês Olímpicos e Pré-Olímpicos contam com os recursos de um teste adicional.

O projeto em análise pretende instituir um teste especial também para a Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi como forma de proporcionar-lhe recursos adicionais ao desempenho de sua missão assistencial. Tal como as APAE, as Sociedades Pestalozzi constituem-se entidades de indiscutível utilidade pública, inclusive por reconhecimento legal conferido pela Lei nº 3.162, de 1957.

Trata-se de instituições modelares de apoio ao deficiente mental que se utilizam de princípios pedagógicos orientados pelo chamado neo-humanismo social. Sua Federação Nacional, com sede no Rio de Janeiro, congrega 130 Sociedades, assim distribuídas:68 na Região Sudeste, 25 na Região Nordeste, 19 na Região Centro-Oeste, 11 na Região Norte e 7 na Região Sul. As Sociedades mantêm educandários orientados por um processo pedagógico específico para o portador de deficiência mental, tendo em vista o desenvolvimento integral do indivíduo, trabalhando sentimento, vontade e razão, conscientizando-o de seu papel ativo, crítico e construtivo na sociedade.

Os custos educacionais por força de sua especialização bem superiores ao da escola tradicional, devem fazer face também ao atendimento

ao aluno carente. Por essa razão, os recursos naturalmente escassos por força das contingências vêm requerendo constantes aportes de fontes estatais e privadas. A sensibilidade do Legislador pode fazer com que as APAE, em tudo portadora de necessidades similares as suas Sociedades Pestalozzi, fossem beneficiadas com recursos da Loteria Esportiva Federal.

Por força inclusive de características isonômicas, a presente proposição busca corrigir uma lacuna facilmente sanável, sem o que, com isso, sejam acarretado prejuízos aos portadores e as demais entidades habilitadas por lei a obter aportes financeiros provenientes daquele concurso de prognósticos.

O mérito da iniciativa é coisa indiscutível. Cumpre registrar, por fim, porque não consta da base de dados do Senado Federal a existência de iniciativa similares em tramitação nesta Casa.

Terceiro voto. Diante do exposto, o voto é favorável ao PLS nº 553, de 1999, com emendas destinadas a aprimorar o seu texto e acordá-lo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Tem a primeira emenda, que é da Casa – dessa emenda do PLS nº 553, de 1999 –, a seguinte redação:

Altera o art. 1º da Lei nº 9.092, de 1995, e dá outras providências, dispondo sobre a destinação de recursos da Loteria Econômica Federal a entidades de assistência a pessoa portadora de deficiência.

.....

Emenda nº 2:

"Dê-se ao **caput** do art. 1º da Lei nº 9.092, de 12 de setembro de 1995, nos termos do art. 1º do PLS nº 553/99, a seguinte redação:

Art. 1º Anualmente a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais e a Federação Nacional das Associações Pestalozzi receberão cada uma a renda líquida de um concurso de prognósticos da Loteria Esportiva Federal ou teste que a suceder.

Emenda nº 3

"Substitua-se a expressão "de excepcionais", constante do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.092, de 1995, nos termos da redação oferecida pelo art. do PLS nº 553/99, por "dos excepcionais".

Emenda nº 4:

"Suprima-se a sigla APAEs, constante do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.092, de 1995, nos termos da redação oferecida pelo art. 1º do PLS nº 553/99, e acrescente-se ao final do dispositivo a indicação NE.

Então, meus nobres Pares, Sr. Presidente, ocupei mais tempo fazendo essa leitura por entender que esse projeto realmente tem um alcance social muito grande, muito abrangente e, muitas vezes, precisamos nos conscientizar, cada vez, mais da importância dessas doações. Consciente de quão comum hoje é o pedir doações, principalmente de loterias, e como tivemos tantos problemas recentemente com casos de bingo, queríamos que ficasse claro na consciência de cada um a importância desse projeto que tem um alcance social bastante abrangente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senadora Marluce Pinto.

Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes, autor do projeto.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a ilustre Relatora, Senadora Marluce Pinto, foi de tamanha sorte e hábil no seu relatório que me tira até a oportunidade de aqui defender algo mais. S. Exª foi muito ampla e se houve muito bem no seu relatório, pelo que quero até agradecer-lhe, na qualidade de autor do projeto. As emendas por ela oferecidas são irretocáves e só vêm aperfeiçoar o projeto. Portanto, apenas quero ratificar o relatório. Dizer aqui da importância do alcance social de se estenderem os benefícios já assegurados às APAEs, à Sociedade Pestalozzi, é desnecessário porque está ali com muita profundidade contido no relatório citado.

Conheço pessoalmente o trabalho das Sociedades Pestalozzi em meu Estado, Rondônia, e aproveito a oportunidade aqui também para prestar uma homenagem à Prof. Margarida Rocha, no Estado de Rondônia, pessoa que dirige os trabalhos da Sociedade Pestalozzi naquele Estado e presta um significativo serviço na condução e educação dessas crianças excepcionas.

Quero, na oportunidade, solicitar aos demais Pares que votem favoravelmente a esse projeto, dado o seu grande alcance social.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a princípio quero saudar o

Senador Moreira Mendes, a Senadora Marluce Pinto pelo projeto. É claro que se trata de um projeto extremamente importante e relevante no sentido de possibilitar a destinação de mais recursos a centenas de pessoas espalhadas por este Brasil que a natureza marcou seus corpos de forma diferenciada.

Sei que não são apenas essas duas entidades que trabalham com essas crianças, mas como essas duas são entidades que se organizam nacionalmente e no tocante à própria gestão dos recursos talvez haja maior possibilidade inclusive de fiscalização – sabemos também que parte dos recursos da loteria já é destinada a outros setores e, certamente, aumentarão a ter fatias desse bolo que será repartido por outras entidades. Mas não posso deixar de votar a favor e de agradecer ao Senador Moreira Mendes e à Senadora Marluce Pinto por um projeto tão importante e que pretende destinar recursos para o atendimento das nossas crianças e dos nossos adolescentes que tiveram seus corpos marcados de forma diferente pela natureza, mas que são cidadãos brasileiros que merecem toda a atenção.

Parabenizo-os pelo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, congratulo-me com o Senador Moreira Mendes principalmente por ter a coragem de retirar de outros segmentos para privilegiar este. Este é o momento de fazer a opção, quando percebemos que, no recálculo, por exemplo, clubes e federações, vão perder. O Programa de Crédito Educativo, o Fundo Penitenciário Nacional, o Indesp vão perder algo. Mas vão perder em favor dos excepcionais. Isso é o que chamo de opção política, que se deve fazer de maneira consciente.

À medida que essa opção é feita conscientemente, ela torna-se evidentemente muito mais valiosa do ponto de vista moral. Por isso, aplaudo, apóio e aprovo o projeto do Senador Moreira Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é fundamental que tenha o reconhecimento desta Casa essa política de valorização, de reconhecimento e principalmente de destinação de recursos para aquelas instituições que já demonstraram o seu trabalho ao longo da história deste Brasil.

O projeto do Senador Moreira Mendes trata de um montante da renda líquida dos concursos da loteria esportiva que vem sendo distribuído hoje entre algumas atividades e instituições. Se ele propõe a inclusão de outra instituição, é claro que haverá um recálculo e que algumas vão perder. Mas, no conteúdo, no mérito, é importantíssimo estarmos mostrando o trabalho realizado pela Sociedade Pestalozzi com pessoas portadoras de deficiências, principalmente mental.

Sr. Presidente, a nossa Comissão deve aprofundar a discussão do tema referente às APAEs. Temos informação de que estas instituições, neste País, estão passando por um de seus momentos mais difíceis, com a retenção de recursos e com a não-destinação de emendas, que deveriam ser colocadas no Orçamento como forma de reforçar o caixa dessas instituições. O mais grave é que não estão sendo repassadas as parcelas a que as APAEs têm direito por acordo e por convênios firmados com o Governo Federal devido ao endividamento das Prefeituras junto à União Federal.

Isso é gravíssimo porque, se vamos penalizar as instituições que prestam serviços relevantes e reconhecidos, estaremos penalizando a comunidade das pessoas portadoras de deficiências. Algumas Prefeituras municipais deste País, por problemas administrativos ou econômicos, acabam utilizando a forma mais injusta para resolver seus problemas: cortando o dinheiro que deveria ser destinado àquelas instituições.

Assim como a merenda escolar não é cortada, sendo repassada mesmo que a Prefeitura esteja com dificuldades, devemos encontrar uma forma de não permitir que se corte o recurso destinado ao atendimento de pessoas portadoras de deficiência.

Trago essa denúncia, Sr. Presidente, fazendo um apelo ao membros desta Comissão para que façam uma análise em seus Estados com relação às APAEs. Já tenho a denúncia do Estado do Rio Grande do Sul. É um trabalho concreto. Se não repassarem os recursos urgentemente, as APAEs de determinados Municípios vão fechar suas portas, inclusive no Estado do Rio Grande do Sul. Faço esse gancho, porque entendo ser oportuno, já que estamos tratando de instituições que trabalham com um tipo específico de clientela. Estamos fazendo inúmeras gestões junto ao Governo Federal, mas não obtivemos respostas para que se encontre uma forma de liberar os recursos. Não só as emendas estão retidas, mas o convênio, o acordo. Duas partes assinaram um acordo, e uma delas foi apenada, porque a Prefeitura está em dívida com o Governo Federal. É injusto, profundamente injusto. Devemos

achar, com urgência, outra forma de canalizar o recurso.

Cumprimento o autor da matéria e também a Relatora, que fez um brilhante trabalho, com dados que o tornam acessível a todos. O relatório mostra onde a Sociedade Pestalozzi* está instalada e afirma que só há sete no Rio Grande do Sul. Gostaria que houvesse mais. Sabemos que é um trabalho qualificado.

Votamos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, votarei favoravelmente ao projeto. Cumprimento o autor pela pertinência e oportunidade da proposta apresentada. Parabenizo a nobre Relatora pelo extenso trabalho que trouxe a esta Comissão e que nos facilitou a análise e a compreensão do problema. Gostaria de fazer pequenas considerações a uma observação que apresentei e que foi objeto de registro por parte do nobre Senador Moreira Mendes.

A sociedade brasileira, de fato, tem procurado buscar soluções para os problemas que surgem no cotidiano. Ampliar a área de ação de um dos mecanismos de assistência a uma entidade de realce nacional, que presta inestimável serviço à sociedade, talvez não seja mais do que nossa obrigação. É importante lembrar, assim registrou o Senador autor do projeto, que se pratica uma injustiça com outras instituições que se dedicam a atividades tão relevantes, quanto as praticadas pela Apae e pela Sociedade Pestalozzi. Pessoalmente, conheço várias, entre as quais destaco uma que recentemente obteve o reconhecimento de utilidade pública e que se dedica ao tratamento da dupla síndrome, ou seja, de crianças brasileiras portadoras de deficiência mental e física. São pessoas que não têm qualquer chance de recuperação. É preciso que haja um esforço para dar educação — o que exige profissionais qualificados — e melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

Infelizmente, não há mecanismos que contribuam para que tenham um reforço de orçamento para satisfazer seus compromissos diários. Entendo que se trata de um caso sobre o qual a Comissão de Assuntos Sociais deve pensar, a fim de buscar meios de ajudar. São instituições legalmente constituídas que prestam um serviço inestimável à sociedade, principalmente às famílias mais pobres. Nestas os principais membros são obrigados a trabalhar, e, por vezes, há um filho deficiente que acaba absorvendo um tempo maior, a quem nem sempre é dispensado o cuidado mínimo necessário para que tenha uma vida condigna.

Voto favoravelmente ao projeto, mas deixo esse alerta, já registrado pelo Relator. Devemos refletir sobre a necessidade de buscar meios para financiar outras instituições que praticam atos nobres e significativos, como os praticados pela Sociedade de Pestalozzi e pela Apae.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, o último inscrito, o Senador Geraldo Althoff, depois, vamos colocar em votação.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Parlamentares, o projeto é oportuno e pertinente. Oportuno porque, como bem lembrou a Senadora Emilia Fernandes, também tenho o conhecimento e o sentimento diário das dificuldades por que passam as APAEs* em todo o Brasil. Ele é extremamente oportuno porque, com certeza, viabilizará meios para que as APAEs se mantenham de uma maneira digna e responsável. Ele é pertinente porque a redistribuição financeira que se pode fazer do processo lotérico é para uma causa justificável.

Apresento o voto de louvor, não só ao Relator mas principalmente ao autor da matéria, dizendo que essa valorização da sociedade civil organizada, no Brasil, cada vez tem que ser com maior intensidade. E devemos tirar, muitas vezes do próprio Governo Federal, dos governos estaduais e municipais, essa prerrogativa, e dar à sociedade civil organizada, que, na maioria das vezes, o faz com muito mais seriedade, com muito mais responsabilidade e com muito mais sensibilidade.

Voto favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está encerrada a discussão.

Em votação. É terminativo.

Procede-se à votação.

Aprovado.

Passamos agora ao item 4 da pauta, e pediria ao Senador Geraldo Althoff que já apresentasse o seu relatório.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, são dois projetos, ambos de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que vieram a esta Comissão para avaliação e decisão terminativa. Ambos, basicamente, tratam de situações a serem avaliadas na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – Rename.

No primeiro projeto, o Senador Lúcio Alcântara propõe que se acrescente a expressão "distribuição gratuita" em rótulos e embalagens de todos aqueles

medicamentos e produtos que sejam colocados à disposição da rede pública. No segundo projeto, S. Exª recomenda, pela necessidade, que o uso dos produtos do Rename seja exclusivo do Sistema Único de Saúde, fato que já vem acontecendo.

As duas proposições demonstram, obviamente, grande sensibilidade e senso de oportunidade, pois vão facilitar sobremaneira a qualificação do atendimento final do usuário do Sistema Único de Saúde.

O primeiro projeto, ao obrigar a oposição da frase "distribuição gratuita", vai dificultar sobremaneira o desvio desses medicamentos de dentro das farmácias, dos pronto atendimentos, dos postos de saúde, dos ambulatórios, enfim, por todo o Brasil.

O segundo projeto tenta impor a necessária racionalidade à assistência farmacêutica. Isso já vem acontecendo, porque o Rename já vem vigorando no SUS através de portaria do próprio Ministério da Saúde. Parece-nos importante que a obrigatoriedade da adoção da Rename seja estimulada por lei.

Por essa razão, é oportuno e pertinente o projeto apresentado pelo eminente Senador Lúcio Alcântara.

Em vista do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 324, na forma do substitutivo abaixo apresentado e pela declaração da prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 322, de 1999, do qual será aproveitado um dispositivo no projeto anterior.

Então, o Projeto de Lei nº 324 passaria a ter a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, fica acrescido o seguinte parágrafo e seus incisos:

§ 4º Entende-se por assistência farmacêutica, no âmbito de competência do SUS, a utilização em caráter exclusivo dos medicamentos constantes na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, abrangendo,

I – edição, regulamentação e revisão periódica da RENAME pelo órgão competente;

II – nos casos em que haja necessidade excepcional de utilização de outros medicamentos, obrigatoriedade de justificação pelo profissional responsável e pelo diretor clínico, inclusive para fins de ressarcimento à instituição.

III – a obrigatoriedade de os rótulos e as embalagens dos medicamentos utilizados apresentarem de forma visível expressão que informe sua distribuição gratuita no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Art. 2º Essa lei entra em vigor no prazo de 120 dias a partir da data da sua publicação."

Era esse o voto e o substitutivo que nós gostaríamos de apresentar a esses dois projetos de lei, extremamente pertinentes, de autoria do eminente Senador Lúcio Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, já passou a fase de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª pode encaminhar a votação.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, gostaria de louvar o projeto do Senador Lúcio Alcântara no sentido de que é um projeto de enorme importância porque traz um controle de fluxo de medicamentos e insumos dentro da rede hospitalar.

Mas ele tem um lado triste, enquanto projeto, enquanto uma contribuição para a sociedade, porque confirma a corrupção que se pratica dentro da rede de saúde deste País, especialmente na rede pública de saúde. Eu lamento profundamente que nós tenhamos que conviver com a sociedade que não consegue através das administrações públicas, de uma maneira geral, controlar o desvio de medicamentos tão importantes, tão fundamentais para a garantia da vida humana.

Mas ficam o mais absoluto louvor e respeito ao projeto e ao voto do Relator pela compreensão que S. Exªs têm de uma realidade dramática vividas pelos profissionais de saúde na rede pública.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

Com a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa denúncia de desvio de medicamentos chegou ao Congresso há alguns anos. Até eu fico realmente estupefato de ver a nossa lentidão. Imaginei que isso já tinha sido coibido através de legislação. É mais que urgente essa lei, é absolutamente urgente. De fato, já houve registro de venda de medicamentos extraídos dos ambulatórios, dos postos de saúde e até colocados em farmácias e estabelecimentos com características de estabelecimentos comerciais. Então, a lei é ultra-urgente, Sr. Presidente.

Apenas indagaria do Relator sobre "a obrigatorieade dos votos e embalagens dos medicamentos utilizados apresentarem de forma visível expressão que informe sua distribuição gratuita". Então, alterando o original que dizia: "Em caracteres de igual dimensão aos da denominação do produto".

V. Exª poderia explicar?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Procuramos inserir, dentro de um teor único, os dois projetos de lei. Entretanto, com a sua observação sobre a visualização, V. Exª está lembrando a possibilidade de manter algo do texto original.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Exatamente.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Penso ser pertinente a sua observação cujo objetivo é fazer com que a visualização realmente seja mais evidente, mais visível.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador José Fogaça, V. Exª continua com a palavra.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, se é que ainda estamos na discussão, apresentaria essa emenda, que entendo ser acatada pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª poderia repetir a emenda para que os Srs. Senadores pudessem entendê-la?

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Apenas reproduzindo que a expressão que informa a distribuição gratuita tenha a mesma dimensão da denominação do produto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Relator acata essa emenda?

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu a acato, porque no momento em que fizemos a redação não percebemos que estávamos desqualificando um pouco o projeto em si, porque é muito mais pertinente da maneira como foi apresentado inicialmente.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Agradeço ao Sr. Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª concluiu?

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Concluí.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador José Fogaça.

Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Apenas para ficar bem claro, no inciso III, ao final da frase, "Sistema Único de Saúde", entrará: ",(vírgula) em caracteres de igual dimensão aos da denominação do produto". É essa a expressão que será incluída no § 3º?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Essa é a emenda do Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Exatamente.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Concordo plenamente com o projeto, louvo a iniciativa e voto favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Colocaremos o projeto em votação, ficando claro que se trata do parecer do Senador Geraldo Althoff com a emenda do Senador José Fogaça.

Em votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Aprovado o projeto do Senador Lúcio Alcântara.

Aproveitamos a oportunidade para cumprimentá-lo, já que S. Exª está presente.

Já que não há nenhum outro pedido de inversão, voltamos ao Item nº 01 da pauta, que ainda não foi analisado.

Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1995, que disciplina os anúncios de oferta de emprego. Autor: Deputado José Vicente Brizola*. Relator: Senador Geraldo Cândido, pela aprovação com duas emendas.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Geraldo Cândido.

Peço a S. Exª que, se possível, resuma o seu pronunciamento.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, para agilizar, passarei para o penúltimo parágrafo do voto e depois para as emendas.

O penúltimo parágrafo diz o seguinte: "Procurando contribuir com o aperfeiçoamento do projeto, oferecemos duas emendas. A Emenda nº 01, modificando o inciso III do art. 2º, que diz respeito ao mérito, e a de nº 02, de ordem formal, suprimindo o art. 6º, e atendendo ao que determina a Lei Complementar n.º 25, de 26 de fevereiro de 1998. Diante do exposto, manifestamo-nos favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n.º 72, de 1995, com as duas emendas que apresentamos.

Dispõe a Emenda nº 1: "Dê-se ao inciso III do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara n.º 72, de 1995, a seguinte redação: Art. 2º, III – quando houver a terceira reincidência, será cassado o alvará de funcionamento, no caso de empresa, e aplicada multa de 1.500 UFIRs, no caso de pessoa física ofertante." A Emenda n.º 02 estabelece: "Suprime-se o art. 6º do Projeto de Lei da Câmara n.º 72, de 1995."

Esse é o nosso voto favorável, com as duas emendas que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 2. Diversos n.º 28/98, encaminhando ao Senado Federal expedientes propondo os anteprojetos do Código Deontológico de Instrumentadores Cirúrgicos – CODIC – e sugestão no sentido de que o dia 6 de maio seja considerado o Dia Nacional do Instrumentador Cirúrgico, sendo autor o Sindicato Nacional de Instrumentadores Cirúrgicos e Relator o Senador Sebastião Rocha, cujo parecer é pela proposição de um projeto de lei do Senado de iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha, a quem peço, se for possível, que faça um resumo.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, serei breve em minha manifestação, considerando primeiramente que a adoção do Código Deontológico é uma decisão interna da corporação e prescinde, portanto, de lei federal para instituí-lo. Destarte, cabe simplesmente ao órgão interessado elaborar e aprovar esse Código Deontológico. Optamos, assim, que a Comissão tome a iniciativa de apresentar um projeto de lei que institui o Dia do Instrumentador Cirúrgico com o seguinte texto: "O Congresso Nacional decreta instituído o Dia do Instrumentador Cirúrgico, a ser comemorado em todo o território nacional no dia 6 de maio de cada ano; esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

Concluindo, o parecer recomenda ainda, quanto à instituição por lei ordinária do referido Código Deontológico – como já foi falado –, que não é cabível nem necessário tal procedimento mediante lei e sugere oficiar ao Presidente do SINIC, com as recomendações constantes da análise acima observada. No que tange à instituição do Dia do Instrumentador Cirúrgico, a ser comemorado todos os anos em 6 de maio, propomos, portanto, o projeto de lei já mencionado.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Recebi a comunicação de que a Senadora Emilia Fernandes pedirá vista dos projetos constantes dos Itens 6, 8 e 13.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, como já agilizamos, quero colaborar com a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Então, proponho a inversão dessa seqüência.

Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Como a Senadora Emilia Fernandes pedirá vista desse projeto, poderíamos submeter à votação o Item 12?

A SRA. EMILIA FERNANDES – Regimentalmente, teríamos que conceder a palavra ao relator de cada projeto, que o considera lido. Devemos cumprir esse ritual.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, o Item 12 já foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Então, passaremos para o próximo item.

Item 6. Projeto De Lei do Senado n.º 494, de 1999, em decisão terminativa, que dispõe sobre o exercício da profissão de taxista e dá outras providências, sendo autor o Senador Sebastião Rocha e relator o Senador Juvêncio da Fonseca)

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto – que relatarei rapidamente – dispõe sobre o exercício da profissão de taxista e dá outras providências. Os táxis, hoje, no País são uma concessão pública do município para o autônomo, que dispõe de uma licença para exploração do serviço de transporte público, do transporte de passageiros.

Ora, regulamentar a atividade de taxista pode entrar em contradição com a denominação do que seja realmente taxista. Pela leitura do projeto, o que se pretende é regulamentar a profissão do auxiliar de taxista e não do taxista.

A doutrina atual diz que, com relação à regulamentação de profissão, devemos ficar restritos à educação, à saúde e à segurança.

Considero bastante social a pretensão do nobre Senador Sebastião Rocha, tentando fazer a regulamentação dessa profissão. Porém, no meu relatório está bem claro o seguinte: hoje, já existe o

auxiliar de taxista. Nas horas vagas, no descanso, na doença e nas férias do dono do táxi, ele utiliza o táxi e ganha comissão. Já está regulamentada, inclusive, a contribuição previdenciária do auxiliar do taxista por lei federal, reconhecendo essa atividade eventual.

Se hoje formos regulamentar essa profissão, estabelecendo que o seu salário mínimo mensal não será inferior a três salários, ainda mais com a participação de três por cento do faturamento do táxi, vamos extinguir a profissão, inclusive trazendo um problema social bastante grande para essa atividade, porque ela é eventual, é circunstancial, não é permanente. Creio até que favorece, também, a criação de frota de táxis por "laranjas", trazendo, inclusive, dificuldade na execução da própria lei, que diz que o transporte coletivo de passageiros individual é feito por meio de táxi.

Se regulamentarmos essa profissão como está, com três salários mínimos mais uma percentagem, vamos trazer uma série de dificuldades para o exercício dessa função, para esses homens e mulheres que estão trabalhando como auxiliares de táxi, porque eles estão ganhando um determinado valor diário ou mensal que satisfaz a sua renda familiar. A partir do momento que isso for regulamentado e colocadas obrigações para o dono do táxi, ele simplesmente não vai deixar que aconteça o trabalho do auxiliar de táxi, porque é uma atividade não rentável. Fui prefeito, por isso sei da dificuldade que temos até de fazer com que essa atividade fosse bem regulamentada no município. Houve reclamações absurdas, na verdade, daqueles que exercem a função de auxiliar, porque o rendimento das comissões realmente é pequeno.

Por outro lado, temos também a questão da regulamentação das profissões, que está adstrita hoje à saúde, à educação e à segurança. E a boa doutrina legislativa diz isso.

Portanto, em razão dessas considerações, somos contra a tramitação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra a Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, temos que fazer a discussão depois que pudermos estabelecer o contraditório e aperfeiçoar o projeto. Esse é o objetivo. Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedida vista à Senadora Emilia Fernandes.

Passemos ao item 8 da pauta:

Projetos de Lei do Senado nºs 495 e 496, de 1999, com tramitação conjunta. Dispõem sobre benefício previdenciário complementar às vítimas e aos dependentes dos motoristas profissionais de veículos automotores de cargas ou passageiros vitimados por ações tipificadas como crime, e dá outras providências. Dispõem sobre o benefício previdenciário complementar às vítimas e aos dependentes dos motoristas profissionais de veículos automotores de cargas ou passageiros decorrentes de acidente de trânsito, e dá outras providências.

Autor, Senador Sebastião Rocha; Relator; Senador Juvêncio da Fonseca.

Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, vou apenas ler o final do meu voto, que é pela rejeição do projeto, porque ele contempla apenas determinados segmentos da comunidade. A violência que existe nas estradas e nas cidades não contempla apenas o castigo para aquele que é motorista de caminhão ou de táxi, mas, sim, a

todos nós somos vítimas. E privilegiar somente essas duas categorias em detrimento das demais não seria justo, não seria social. Por isso, somos contra a tramitação do projeto.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concede-se vista à Senadora Emilia.

Item 13:

Projeto de Lei do Senado nº 542/99, com decisão terminativa, que altera o art. 20 da Lei nº 8.742, da LOAS, e dá outras providências; dispõe sobre benefício à pessoa idosa ou portadora de deficiência.

Autor: Senador Luiz Estevão.

Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Eu vou pedir vista também, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho a impressão de que, na distribuição dos projetos, aqueles que são evidentemente não sociais e não constitucionais estão caindo na minha mão. Não sou homem rigoroso nessa análise, mas, como bom advogado, não posso, de forma nenhuma, dar parecer contrário à minha consciência social ou à minha formação cultural.

Votei também contra a tramitação deste projeto pelas razões apontadas. Já que se pediu vista, não há necessidade de expor.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª recebeu o projeto como bom advogado.

Com a palavra a Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Como já havíamos dito, estamos também pedindo vista. Parece-me que há uma solicitação de vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, vista coletiva, porque solicitaram vista do projeto as Senadoras Heloísa Helena e Emilia Fernandes.

Item 5:

Projeto de Lei do Senado nº 434/99, que altera o art. 354 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para aumentar, em cada atividade, a proporcionalidade de empregados brasileiros, e dá outras providências.

Autora: Senadora Luzia Toledo.

Relator: Senador Gilvam Borges.

Como nenhum dos dois está presente, vou tirar o item de pauta, pois há projeto que fica difícil para um Relator nomeado na hora explicar.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, como o parecer dado pelo Senador Gilvam Borges foi no sentido de que fosse encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para pronunciamento quanto à juridicidade e constitucionalidade do projeto, se não houver nenhum impedimento de algum parlamentar presente, proponho-me a lê-lo, no sentido de que ele seja encaminhado à Comissão, até porque significa a proteção de um mercado de trabalho de brasileiros. Proponho-me a fazê-lo para adiantar a tramitação da matéria, já que o Senador Gilvam Borges sugere o encaminhamento para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Consulto o Plenário se há alguma objeção.

Todos estão de acordo.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena, para ler o relatório.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, passarei a ler o voto.

Em 1919, a Conferência de Washington recomendou que cada membro da Organização Internacional do Trabalho deveria assegurar, com base na reciprocidade, nas condições reguladas de comum acordo entre países interessados no trabalhado dos estrangeiros, os benefícios das leis de proteção operária, assim como o direito de associação dentro dos limites concedidos aos próprios trabalhadores.

O princípio da igualdade de tratamento foi também objeto de conferência de imigração, de Roma, assim como o Congresso Operário e também os países desenvolvidos adotaram medidas legislativas restritivas à atividade do trabalhador estrangeiro.

No Brasil, a questão da proporcionalidade de empregados brasileiros após o advento da Constituição de 1988 tem gerado diversas discussões, no que diz respeito à eficácia dos dispositivos legais que tratam do assunto, em especial os arts. 352 a 358 da CLT.

Vale lembrar que a Carta Política de 69, ainda que colocasse em pé de igualdade estrangeiros e brasileiros, no seu art. 165 continha uma exceção a esse princípio, determinando as porcentagens, por intermédio da Lei de Empregados Brasileiros nos serviços públicos concedidos e nos estabelecimentos de determinados ramos comerciais.

A seguir, o Relator fala do que está exposto na Lei, art. 165, das porcentagens de empregados brasileiros nos serviços públicos, dados em concessão e nos estabelecimentos de determinados ramos comerciais, e conclui dizendo que claro que não é o que eu penso não caberia nenhuma restrição legal à contratação de trabalhadores estrangeiros. E, por se tratar de questão controversa, julgamos que a matéria deva ser analisada no que tange a sua constitucionalidade e juridicidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Portanto, opinamos pelo envio do Projeto de Lei do Senado n.º 434, de 1999, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que ela se pronuncie sobre a sua juridicidade e constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs. e os Srs. os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Há uma solicitação da Senadora Marluce Pinto, e consulto o Plenário sobre colocar agora em discussão o item 14, porque S. Exª é Relatora desse item e tem um compromisso na Comissão de Orçamento.

Consulto o Plenário, se não houver objeção. (Pausa.)

Não havendo objeção, passa-se ao item 14 da pauta:

Item 14: Projeto de Lei do Senado n.º 258, de 1999, com decisão terminativa, que dispõe sobre a

obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirurgia e de defeitos físicos genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho.

O autor é o Senador Gilvam Borges e a Relatora é a Senadora Marluce Pinto, pela aprovação, apresentando um substitutivo. Sendo aprovado o substitutivo, essa matéria será apreciada em turno suplementar, na próxima reunião. Na reunião do dia 22, foi concedido vista ao Senador Romero Jucá e foi devolvido sem manifestação.

Com a palavra a Senadora Marluce Pinto.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, vou ler o terceiro voto e o restante:

"O Projeto de Lei n.º 58 atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, possuindo, no referente ao mérito, os atributos de conveniência, utilidade e oportunidade, pelo que somos pela sua aprovação, atendido o disposto no art. 12 da Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, na forma do substitutivo.

Art. 1º As pessoas portadoras de defeitos físicos congênitos ou adquiridos, inclusive aqueles decorrentes de cirurgias causadoras de sofrimento moral ou psicológico relevantes, terão acesso ao tratamento plástico-cirúrgico necessário e adequado, segundo os meios e técnicas disponíveis à Ciência médica, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Parágrafo único. A avaliação do grau de sofrimento moral e psicológico decorrente do defeito físico levará em consideração principalmente a relevância a ele atribuída pela pessoa portadora e obedecerá às normas regulamentares editadas pelo Poder Executivo, ouvido o Conselho Nacional de Saúde e os representantes dos usuários do SUS diretamente interessados.

Art. 2º As despesas decorrentes da implementação desta lei serão financiadas com recursos do orçamento da Seguridade Social da União, dos Estados e Municípios, conforme o regulamento.

Art. 3º A inobservância do disposto nesta lei por parte do servidor público configura crime de prevaricação, sujeitando os infratores às penalidades cominadas no art. 319 do Código Penal Brasileiro, assim como à instalação do processo administrativo competente, em consonância com o disposto nos títulos 4.º e 5.º da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e da Lei 6.437, de 20 de agosto de 1977.

§ 1º Para os efeitos desta lei, considera-se servidor público todo e qualquer agente envolvido na prestação de serviços de assistência à saúde em estabelecimento próprio ou credenciado pelo SUS.

§ 2º Independentemente das sanções civis, penais e administrativas, o agente político responsável pelo inadimplemento do disposto nesta lei sujeitar-se-á às penalidades previstas na Lei 1.079, de 10 de abril de 1959, por cometimento de crime de responsabilidade.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Então, meus nobres Pares, já aprovamos anteriormente aquele projeto de autoria da Deputada Maria Elvira sobre câncer de mama, reconstituição. E esse projeto, agora, é mais abrangente. Admito que todos temos a sensibilidade de considerar que realmente as pessoas carentes que não têm poder aquisitivo para fazer uma reconstituição no seu corpo após uma cirurgia plástica É um sofrimento terrível, cria um complexo. Em muitos casos, a pessoa deixa de trabalhar por conta da deficiência. Enfim, além de ficar mutilada, é afetada psicologicamente pela deficiência não corrigida.

Por isso solicito aos meus nobres pares, mais uma vez, darmos uma oportunidade à comunidade carente do nosso País nesses casos tão deprimentes à vida humana.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal.)

Aprovado.

Temos ainda dois projetos a serem apreciados, mas comunico que vamos retirar o item 9 da pauta, porque a Relatora é a Senadora Marina Silva e o autor é o Senador Carlos Bezerra e ambos estão ausentes.

Item 7: Aviso nº 30, de 1999, que encaminha ao Senado Federal cópia das decisões nºs 612 a 617, de 1999, adotadas pelo Tribunal de Contas da União na sessão ordinária do Plenário de 08/09/99, bem como dos respectivos relatório e voto que as fundamentam. O autor é o Tribunal de Contas da União e o Relator é o Senador Luiz Estevão, que está com a palavra.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, após a votação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª terá a palavra.

O SR. LUIZ ESTEVÃO – Sr. Presidente, passo ao relatório.

O Tribunal de Contas da União encaminhou ao Senado Federal, em 20 de agosto de 1999, mediante o Aviso nº 807/99 do TCU, cópias das Decisões nºs 612/99, 613/99, 614/99, 615/99, 616/99 e 617/99, bem como dos relatórios e votos que as fundamentaram. Consiste basicamente em auditorias operacionais realizadas no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, no Departamento Nacional e dos Departamentos Regionais de Alagoas, Bahia, Paraíba, Rio de Janeiro e Roraima.

A realização das auditorias foi determinada pela Decisão nº 334/96 do TCU, sigilosa, ante a denúncia de Parlamentares na imprensa nacional acerca de irregularidades que estariam ocorrendo nos serviços sociais autônomos. Nesse sentido, essas auditorias visaram avaliar o cumprimento dos objetivos das entidades e examinar o desempenho quanto à estrutura organizacional, recursos humanos, materiais e financeiros. Tendo sido realizadas, o Tribunal de Contas proferiu as decisões em exame, cujos principais elementos podem se resumir nos seguintes tópicos:

Recomendar ao Departamento Nacional do SENAI providências no sentido de orientar os departamentos regionais, orientar o Departamento Regional do Estado de São Paulo, evitar transferir recursos, mesmo que indiretamente, à CNI e às Federações das Indústrias, aperfeiçoar o sistema de indicadores do desempenho institucional, recomendações ao Departamento Regional do SENAI em Alagoas, idem ao Departamento Regional do SENAI na Bahia, inclusive com as providências no sentido de estabelecer indicadores que mostrem com clareza o grau de eficiência e eficácia dos processos aprovados e adotados pela instituição, dotar a entidade de instrumentos eficientes para o trânsito de informações e recomendar ao Departamento Regional do SENAI na Paraíba empreender gestões junto à Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, com vistas ao retorno aos seus quadros funcionais dos servidores a elas cedidos.

Seguem-se diversas outras recomendações e, em seguida, a análise do Tribunal de Contas, onde é dito que o TCU vem encaminhando ao Senado Federal diversas decisões sobre auditorias operacionais realizadas no sistema de serviços autônomos. A análise da matéria nesta Casa fundamenta-se na competência constitucional atribuída ao Congresso de exercer, com o auxílio do Tribunal de Contas, o poder de fiscalização.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

De acordo com a análise, sugere-se a esta Comissão que tome conhecimento das decisões enumeradas acerca da auditorias operacionais no Senai, nos departamentos nacionais e regionais de Alagoas, Bahia, Paraíba, Rio de Janeiro e Roraima e delibere pelo:

1. arquivamento da matéria;

2. encaminhamento de ofício ao Tribunal de Contas da União, comunicando que a Comissão de Assuntos Sociais tomou conhecimento da realização das auditorias, considera de grande relevância esse tipo de sistemática de controle externo e espera que seja intensificada no futuro e recomenda que o Tribunal de Contas diligencie no sentido de que sejam implementadas as recomendações e determinações feitas.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Luiz Estevão.

Está em discussão o parecer do Senador Luiz Estevão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Este não é terminativo.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Mais um minuto da atenção de V. Exªs, pois o Senador Sebastião Rocha pediu a palavra pela ordem e apresentou um requerimento.

Com a palavra o Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, apenas para solicitar a V. Exª, se for possível, colocar em votação, ainda na noite de hoje, esse requerimento que propõe a criação da Subcomissão da Saúde dentro da Comissão de Assuntos Sociais. Temos assuntos relevantes para debater na área da saúde e a pauta da Comissão está extremamente congestionada. Esta Comissão é muito abrangente, inclui assuntos de grande complexidade em sua composição, entre suas atribuições. Portanto, considerando a saúde também como uma área extremamente relevante, havendo, inclusive, pendência de várias audiências públicas já aprovadas aqui na Comissão, estou propondo a criação da Subcomissão da Saúde e gostaria de ter o apoio dos ilustres Senadores para que nós pudéssemos aprovar a criação desta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como o Senador Sebastião Rocha já apresentou o

requerimento, está em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Está criada a Subcomissão. Quero comunicar, desde já, que ela fica criada com sete membros e vou solicitar, por ofício, aos Líderes partidários que façam a indicação obedecendo à proporcionalidade, para que possamos cumprir com o Regimento. Vamos verificar qual o número de suplentes que o Regimento recomenda.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tínhamos aprovado, na última reunião, uma audiência pública, juntamente com as Comissões de Infra-Estrutura e de Assuntos Econômicos, para que pudéssemos discutir sobre a utilização das águas, dos recursos hídricos disponíveis no Nordeste. Infelizmente, não será possível fazer essa reunião na quinta-feira. Agradecemos antecipadamente à Senadora Emilia Fernandes, que, inclusive, retirou os projetos que estavam para ser votados, para garantir a audiência pública, mas não será possível fazê-la. Propomos que seja feita na próxima terça-feira, após a Ordem do Dia, para podermos contar tanto com o Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente quanto dos representantes da sociedade civil, e gostaria, ainda, Sr. Presidente, de substituir a presença do Ministro Fernando Bezerra pela do Presidente da Codevasf, para podermos fazer esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Fica a comunicação.

Comunico que amanhã teremos, às 9 horas, audiência pública com a presença do Delegado da Polícia Federal e do ex-funcionário do Indesp Sr. João Elias, para continuarmos aqui as audiências públicas que tentam esclarecer as denúncias de corrupção na liberação das casas de jogos no Ministério do Ministro Rafael Greca, que também está sendo acusado de participar dessas irregularidades. Estaremos, portanto, aqui amanhã às 9 horas para continuar com essas audiências públicas.

Agradeço a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h47min.)

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada dia primeiro de dezembro de 1999.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos, do dia primeiro de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Maguito Vilela, Djalma Bessa, Geraldo Althoff, Maria do Carmo Alves, Eduardo Siqueira Campos, Luiz Pontes, Geraldo Cândido, Sebastião Rocha, Heloísa Helena, Tião Viana, Álvaro Dias, Emilia Fernandes, Ernandes Amorim, Eduardo Suplicy e Roberto Requião. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à audiência pública com os Senhores João Elias Cardoso, ex-funcionário do INDESP, Luiz Fernando Ayres Machado, Delegado da Polícia Federal e o Jornalista Juca Kfouri, que justifica a impossibilidade de seu comparecimento, com a finalidade de prestarem informações sobre o esquema de corrupção relacionado com a abertura de salões de bingos eletrônicos no país. Após as explanações fazem uso da palavra os Senadores Roberto Requião, Ernandes Amorim, Álvaro Dias, Eduardo Siqueira Campos, Eduardo Suplicy, Osmar Dias e as Senadoras Heloísa Helena e Emilia Fernandes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Osmar Dias**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srs. Senadores, nós vamos dar início à 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura deste dia 1º de dezembro de 1999.

A pauta é uma audiência pública com o Professor João Elias Cardoso, ex-funcionário do Indesp; Dr. Luíz Fernando Ayres Machado, Delegado da Polícia

Federal. E nós teríamos ainda a presença do Jornalista Juca Kfouri, que por telefone justificou não sendo possível o seu comparecimento nesta data, ele se coloca à disposição para que esta Comissão possa ouvi-lo em data a ser marcada.

A audiência pública tem a finalidade de colhermos informações sobre o esquema de corrupção relacionado com a abertura de salões de bingos eletrônicos no País.

Nós vamos ouvir, em primeiro lugar, o Delegado da Polícia Federal, Dr. Luíz Fernando Ayres Machado. E ao passar a palavra para o Delegado Luís Fernando Aires Machado, comunico que ele terá até trinta minutos para fazer a sua exposição; depois nós ouviremos o Professor João Elias Cardoso, que também terá trinta minutos e, em seguida, passaremos às indagações dos Srs. Senadores.

Ao passar a palavra ao Dr. Luís Fernando Aires Machado, eu faço uma pergunta que eu gostaria que ele, ao iniciar o seu depoimento, já me desse a resposta. Se o inquérito que nós estamos nos referindo está correndo em segredo de justiça ou não? E se a resposta for negativa, se é possível esta Comissão obter uma cópia desse inquérito?

Com a palavra o Dr. Luízs Fernando Ayres Machado.

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – ... tudo que fui determinado pelo Ministro da Justiça para presidir o inquérito sobre as irregularidades que porventura foram cometidas dentro do Indesp. À primeira pergunta de V. Exª, eu gostaria de frisar que o inquérito não está ainda sob segredo de justiça. Mas **a posteriori** é pensamento desta autoridade policial solicitar o segredo de justiça, sim. Cópias do depoimentos, cópia do inquérito policial, inclusive com a Portaria, não teria problema nenhum em sem remetidas a V. Exª.

O inquérito está em andamento. Estamos investigando. Está tendo um desenvolvimento muito bom. As investigações estão sendo processadas não somente no Estado ou no Distrito de Brasília, como em outros Estados também.

Voltei agora do Estado de São Paulo, mais precisamente da cidade de São Paulo, apenas para fazer parte desta Comissão. Estou ainda com viagem marcada a São Paulo a fim de continuar as minhas investigações. Essas investigações estão sendo consubstanciadas com provas materiais e provas testemunhais. E o que eu posso dizer é que o relatório conclusivo ainda não foi iniciado. Tenho em mente e no inquérito constam algumas medidas – inclusive o inquérito não está em minhas mãos, está no MPF porque eu pedi a dilação de prazo. E até que o inquérito volte, eu estarei no Estado de São Paulo tomando alguns depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Sª tem trinta minutos, se já fez a sua exposição nós vamos ouvir o Sr. João Elias, mas V. Sª pode ficar à vontade e usar os trinta minutos que tem regimentais.

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – Eu gostaria apenas de ressaltar que o Ministro da Justiça, juntamente com o nosso Diretor da Polícia Federal, pediu e determinou a máxima isenção dentro do inquérito. Inclusive eu presidia outros inquéritos e fui determinado a que desse extrema prioridade a esse inquérito ventilado aqui, na Comissão.

E, no mais, estarei disposto a responder as perguntas de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª não tem condições de fazer um relato sobre o curso das investigações, aquilo que já foi concluído ou, pelo menos, que tenha sido levantado com provas sobre essas investigações?

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – São vários os caminhos que estamos seguindo, e para que haja alguma prova palpável é necessário fazer diligências minuciosas, diligências que, às vezes, levam algum tempo para serem comprovadas. Como o Ministério Público bem sabe, a Polícia Federal tem o poder de apenas solicitar documentos, que às vezes demoram um pouco a chegar a minhas mãos. Se eu tivesse o poder de requisitá-los seria melhor e o andamento teria uma maior celeridade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Sª então prefere responder as indagações posteriormente à exposição do Sr. João Elias, não é isso?

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – Prefiro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos passar a palavra, então, ao Professor João Elias Cardoso, ex-funcionário do Indesp, que dispõe de 30 minutos. E, evidentemente, como tivemos a utilização de tempo menor pelo Delegado Luiz Fernando Ayres Machado, poderemos levar em consideração e prorrogar o tempo a S. Sª, se for necessário.

Concedo a palavra ao Professor João Elias Cardoso.

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Bom-dia, Sr. Presidente, Osmar Dias, Srª Vice-Presidente, Senadora Heloísa Helena, demais Srs. Senadores, Srªs e Srs., em primeiro lugar gostaria de dizer que,

com muito orgulho, pertenço aos quadros da Secretaria Federal de Controle, que me cedeu ao Indesp por requisição do Ministro Rafael Greca ao Ministro Pedro Malan. Em segundo lugar, eu gostaria de falar sobre um juramento que não houve em depoimentos a que assisti aqui, talvez pela ritualística da Comissão, mas, de qualquer maneira, eu gostaria de falar sobre esse juramento.

(Ruídos. Desculpe pelos transtornos. Isso é prova de que não houve ensaio como em outros depoimentos a que assisti.)

Na verdade há três versões: a minha, a sua versão e a verdade propriamente dita. Eu gostaria de invocar neste momento a proteção, a orientação e a luz divinas para que o que pairasse aqui fosse apenas a verdade na versão da verdade.

São princípios constitucionais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. Este deve ser o grande pano de fundo das ações dos gestores públicos. Na visão da Secretaria Nacional de Controle, infelizmente esses princípios são desrespeitados, para a tristeza do cidadão e do contribuinte.

Dois conceitos que devem estar sempre presentes e que são aprovados no plano da Câmara de Reforma do Estado da Presidência da República são os referentes à governabilidade e à governança. Todos devemos entender que a governabilidade é a capacidade política de intermediar as decisões de interesses públicos para assegurar a sua legitimadade; e a governança é a capacidade administrativa e financeira de assegurar a implementação das decisões políticas do Governo.

Na minha ótica – e posso estar com a percepção errada –, isso não vinha acontecendo como regra geral no Indesp e no Ministério do Esporte e Turismo, com exceção da Embratur, órgão do qual não tenho conhecimento, embora tenha boas recomendações.

Transparência e legalidade. Esta foi a encomenda do Sr. Buffara na nossa primeira conversa: transparência e legalidade. São expressões bonitas, palavras que realmente enchem o nosso peito de orgulho, de determinação e de vontade para cumprir uma tarefa que nos é destinada. Porém, houve uma grande decepção da minha parte, porque a conclusão a que cheguei é que a transparência e a legalidade seriam um revestimento de ação escusa. lamentavelmente.

Confiei – digo isso olhando para todos os presentes – profundamente no Sr. Buffara quando ele me falou que gostaria das minhas ações. Fui convidado não para assumir a área de bingo, mas para assumir a área de convênios do Indesp, porque foi solicitado ao Secretário Federal de Controle o nome de um especialista em convênios. E fui para isso.

Apresentando alguns sistemas de nossa criação, deparei-me com uma mudança nos rumos. Ele disse-me que haviam mudado a proposta e que eu era calibre muito maior do que eles imaginavam. Assim, uma pessoa que iria dirigir a área de bingo ficaria na área de convênios com o meu apoio e eu passaria a coordenar a área de bingos, para buscar a transparência e a legalidade. E eu ainda disse: "É verdade, mesmo? Porque, se não for, vocês vão se arrepender, porque eu sou da linha dura". Responderam que era verdade.

Desejei, então, conversar com a secretária executiva, que enfatizou que se tratava de transparência e de legalidade. E, da mesma forma, indaguei: "É verdade? Porque, se não for, se for apenas para revestir, como alguns ordenadores de despesa gostam de fazer, vocês vão se arrepender, porque eu não presto para isso". E ela disse que era verdade. Aceitei a empreitada com base nessa mudança de paradigma de transparência e de legalidade.

Comecei a trabalhar com o Sr. Buffara estranhando, de antemão, a concentração de poder no organograma que estava sendo elaborado. Não sabia que o organograma estava sendo elaborado na Conab. De lá, então, vinha o modelo. Quando cheguei, o modelo já estava andado. Inclusive, pelos depoimentos no Ministério Público

Pelo que li, a reestruturação do Indesp estava sendo urdida na Conab pelo advogado Paulo Araújo, a pedido do Ministério do Esporte e Turismo, com a concentração de poder na Diretoria de Administração e Finanças.

Estranhei e cheguei a comentar que não tem nada a ver uma área-meio de administração e finanças com bingo – que, na minha opinião, seria uma outra diretoria – e com convênios e que eu não poderia, a partir desse instante, advogar essa causa, porque poderiam pensar que eu estava advogando em causa própria. Ou seja, na realidade, formaram-se dois Indesps, um, da tecnicidade do esporte, o esporte como ciência, como entretenimento e como meio social de tirar o garoto da rua; outro, de poder, porque o orçamento – infelizmente o poder do gestor público é medido pelo tamanho do orçamento – é muito pequeno.

Então, o poder estaria no poder de conceder e liberar recursos financeiros por meio de convênios.

Entendi, achei que era uma estratégia política e disse que me colocava como um técnico da área para resolver problemas técnicos. Não me cobrem soluções políticas, embora eu entenda da necessidade de governabilidade. Já fui, inclusive, gestor e ordenador de despesas em outras ocasiões e não me saí mal, tendo sempre essa visão que apelido de visão teclítica, um pouco técnica e um pouco política. Agora, na hora de decidir, tenho que fazer à luz dos princípios constitucionais já enumerados.

Esse, então, foi o meu início de atividades no Indesp com o Sr. Buffara.

Depois, no próximo **slide** – e é até meio estonteante a apresentação; chocou a todos nós, principalmente aos servidores do quadro do Indesp –, a declaração do Sr. Buffara na imprensa de que, após a minha saída, ele teria chegado à conclusão de que o Indesp teria evoluído de prostíbulo à bagunça. Bagunça foi o que fizeram após a minha saída, isso eu posso lhes afirmar.

Preocupados não em moralizar, e sim em continuar com o esquema de balcão de atendimento a clientes especiais, que foi montado, eles estavam preocupados em saber como o Procurador estava obtendo tantas informações e começaram um verdadeiro tiroteio. Afasta fulano, tira beltrano, "Mariazinha" sai daqui, perde a FG, perde o DAS, é devolvida para o órgão de origem, e as informações continuavam a fluir ao Procurador, porque maior que a vontade deles — como costumo repetir sempre, estamos vivendo a época dos desmascaramentos — é a vontade dele, e tudo será desmascarado.

Não estou aqui para acusar ninguém; não devemos acusar, como está na própria Bíblia. Agora, se tiver que ser instrumento de um plano divino para ser utilizado no desmascaramento, irei com arrojo e destemor até o final, inclusive com fotografia na imprensa e amigos brincando comigo, afirmando que já tenho o alvo na testa. Como deboche, nas reuniões da Conab que chegaram ao meu conhecimento, chamavam-me de "Cisetão", que é o apelido que se dá para o pessoal da Ciset, já que sou da Secretaria Federal de Controle que coordena as Cisets. "Tadinho do Cisetão, Chevetinho 91". Até a minha declaração do Imposto de Renda pegaram.

Tenho orgulho de dizer que tenho um Chevette 91, com defeito, pois não posso mandar consertar; devo aos meus pais ainda uma parcela, mas durmo com a consciência tranqüila, com honradez, ao contrário de outros, que, como se ouvia falar, "Alfa zerinho". O Sr. Davi contava as histórias lá que viajou para Curitiba num Alfa zerinho do sogro. Não dizia quem era o sogro. Era o Sr. Paulo Araújo. Marea zerinho. Ótimo. Se pôde comprá-lo, ótimo. Agora, se foi com dinheiro escuso, com certeza, o desmascaramento virá depois. Eu até brinco com os colegas: "Olha, se quiserem me alvejar, avisem-me para eu abrir as portas do Chevette para que as balas não o perfurem, porque eu tenho muito ciúme e orgulho dele". Bagunça?. Porque é muito fácil colocar a culpa no mordomo. Eu saí, virei mordomo. A afirmação do Sr. Ministro de que foram distribuídas apenas três autorizações, tiraram do sistema que eu tinha criado junto com dois servidores do Indesp, a duras penas.

Trabalhando de quinze a dezoito horas por dias, criamos um sistema de controle, porque não existia, e com dificuldade de alimentação dos dados. Tiraram dali, não souberam usar a ferramenta – é como eu desse uma motosserra informatizada para o mateiro que vai usá-la desligada, ele vai achar mais pesada a ferramenta – e colocaram a culpa no mordomo. Foi do sistema dele – aquela porcaria. Pensávamos que ele era muito melhor, que ele bom de serviço e não era. Ou seja, o mordomo foi culpado pela bagunça. Quando, na realidade, qualquer criatura de bom senso ou com um pouquinho de memória saberia que não eram três autorizações.

Quem coordenou a elaboração desse documento do Ministro foi o Sr. Luís Antônio Buffara . É possível que ele tenha assinado, devido ou indevidamente, mais de 50 autorizações. Então, como preparar uma resposta de apenas três? Ele coordenou essa elaboração, mas as mãos que fizeram foram aquelas que não entendem de serviço público, não entendem da gestão de informação. Eu vou me reportar mais adiante aos nomes dessas mãos. Essas mãos não deveriam estar no serviço público, pois não servem de exemplo para o servidor público. Aliás, pelo contrário, maculam a sua imagem.

Mas dessa vez a culpa não foi do mordomo. Dessa vez, o mordomo era laureado. Trouxe aqui para mostrar para V. Exªs o Prêmio Hélio Beltrão que eu ganhei em 1998 com dois sistemas: o Insap e o Sigeconve, criados em 98. São de utilização inicialmente pela Secretaria Federal de Controle.

O Insap para controle de despesa e cadastro de pessoal, concepção de um colega da Federal de Controle que, com uma equipe da Siset/Agricultura , fez a versão inicial. Coordenei essa segunda versão e contei com a participação de um colega da Siset, também da Presidência da República: a transformação para ambiente Windows e linguagem

Delphi , ferramenta de ponta, sem um tostão de consultoria. Horas de fim de semana.

O outro é o Sigeconve – Sistema de Gerenciamento de Cadastro de Convênio, que contempla a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 99. A súplica da Câmara e do Senado foi tão forte que o Presidente do Congresso, Senador Antonio Carlos Magalhães, disse: "Está resolvida a questão. Vamos incluir a obrigatoriedade de disponibilizar esse sistema para o Congresso na LDO/99" (art. 70 da LDO/99).

Pela primeira vez, um sistema criado pela Secretaria Federal de Controle é instado a ser disponibilizado para o Congresso Nacional. Há um ofício do Ministro Marcos Vilaça , à época, Presidente do Tribunal de Contas da União, instando a Secretaria Federal de Controle a disponibilizá-lo.

O discurso do Senador Ney Suassuna, elogiando a nova roupagem do relatório de atividade do Poder Executivo, criado pela Secretaria Federal de Controle na Coordenação Geral da Área de Fiscalização, de que eu era o titular; Divisão de Contas do Governo, pelo colega Homero, discurso do Senador Ney Suassuna, está aqui.

Para não me delongar, para não parecer que estou jogando confete para o alto, só queria mostrar que não adianta falar mal pelas costas, dizer que eram incompetentes, têm que provar a competência. Mas está difícil, estão perdidos, não têm competência técnica, dirigentes que eu chamo de alienígenas passantes. Há alguns alienígenas que vêm e colaboram com o órgão; outros não, sugam dos órgãos e por vias indiretas, às vezes, dos contribuintes. Mas esses, com certeza, não estão tendo nada que emprestar aos órgãos, só tirando carga de bateria.

A reestruturação do Indesp. Volto a esse ponto, para dizer que o Sr. Paulo Araújo, em depoimento ao Ministério Público, diz que era custo zero, era uma obra gratuita, porque o homem deve fazer três coisas na vida antes de morrer: ter netos, plantar uma árvore e escrever um livro. Ele estava fazendo isso: reestruturação, legalização, negou a portaria – já se tem comprovação de testemunhas, que depuseram na Polícia Federal, no Ministério Público, e testemunha material, inclusive. Ele negou! Mas a terceira coisa seria um livro. Não recomendo a leitura desse livro. Não poderia adjetivá-lo, porque me faltam adjetivos. Não recomendaria. Inclusive, contratado como colaborador eventual pelo Ministro, conforme o Sr. Buffara me anunciou, um assessor do Ministro à época, num segundo momento seria um assessor da Consultoria Jurídica do Ministério e depois como colaborador eventual, pessoa que já esteve indiciada no art. 171, que os senhores sabem qual é, na 2ª Delegacia Policial de Brasília.

Então, não recomendo esse livro. Reparem – vou reafirmar – esteve indiciada, o desdobramento eu não, mas esteve indiciada por dois artigos: o 129 e o 121. O art. 129 – se não me engano – trata de lesão corporal grave.

Bom, a custo zero ele promoveu a concentração de poder do Sr. Buffara. Evidentemente, hoje pode-se concluir, não se tem certeza, porque somente uma CPI para a quebra de sigilo fiscal, bancário ou telefônico vai comprovar isso ou dar a chance de defesa. Todo mundo é inocente, até prova em contrário. Os indícios – aprendi isso – são provas indiciárias, são provas. Uma prova, embora seja tênue, seja débil, vamos ver se ela se converte em prova mais robusta ou se ela se apaga como prova e fica então caracterizada a inocência. Mas até que se prove o contrário, penso que uma CPI deve quebrar o sigilo de uma lista de mais de cem telefones de participantes. Temos dossiês inclusive de laranjas utilizados.

Vou, ao final, entregar ao Presidente da Comissão um dossiê de laranjas, as contas bancárias utilizadas. Tem que ser quebrado o sigilo. Não é o Brasil que nós queremos se houver uma camuflagem dos fatos. Isso eu gostaria de deixar bem claro.

O segundo momento da reestruturação: colaboração da Fundação Getúlio Vargas. Nos sistemas corporativos não tem nada oficializado. A que custo? Ouve-se falar de 400 a 500 mil reais a reestruturação de um órgão pequeno. Para se concentrar, não se lê ali embaixo, onde o poder? Na Presidência do Indesp ou transformar o Indesp em sua Secretaria, para concentrar o poder mais em cima? Não sei. E a que custo? Vejam quanto o contribuinte vai pagar por uma consultoria. Segundo ouvi, repito, ficará em torno de 450 mil reais. É um absurdo

Esquema oculto urdido na Conab, sobre a Portaria 23 do INDESP e a vinculação com a máfia. Esse item me faria falar horas a fio, tal a robustez da visão que se tem com o estudo da carta rogatória da Justiça italiana. Os senhores, se não sabem, tomem conhecimento de que a Justiça italiana autoriza a quebra de sigilo telefônico com extrema rapidez e quebra de sigilo ambiental, que é permitido para a divisão antimáfia. Então, têm **fax** e telefones do Brasil, montagem do esquema por intermédio das três empresas. São três mafiosos: o Sr. Lillo Rosario

Lauricella, o Sr. Franco Pelegrinetti e os dois irmãos franceses – Julien e François Filippeddu. Esses três estiveram no Brasil para montar o esquema de lavagem de dinheiro do narcotráfico. Tudo está comprovado aqui. A carta rogatória chegou ao Supremo em janeiro. O depoimento dos Procuradores – quem assistiu soube disso – foi vastamente ampliado. Gostaria de lembrar que a premeditação é de tal ordem que eles tinham de achar alguém, político ou administrador, para obter a legalização das máquinas eletrônicas, das caça-níqueis, das caça-moedas, como eles chamam. Eles tinham que obter, e obtiveram, como mostra a leitura atenta – está aqui, em italiano –, a associação de malfeitores, **malfattore**, pela qual se procede a concurso. Numerosos empreendimentos têm que se juntar a uma **joint venture** de grupos brasileiros, na qual tem que haver o consentimento de conceder a necessária autorização administrativa. Está aqui, em italiano, a carta rogatória da Justiça italiana. Ou seja, a criação das empresas do Sr. Ortiz e filhos, associando-se, sabendo ou não – só uma CPI pode averiguar isso –, a mafiosos. Pelegrinetti, que era o **capo**, está preso na Itália e não é uma máfia fraca não; é a mais poderosa do mundo, é a **cosa nostra**, que está na **terra nostra**, mas em outro sentido. Então, a máfia se infiltrou, formou empresas, os recursos eram passados – temos as contas inclusive – para a Astro Turismo, do Sr. Ortiz. Os dólares eram lavados. Uma diretora comercial da Recreativos Franco – não se tem a comprovação da ligação dela com mafiosos – em conversa cujo sigilo foi quebrado, mostrava-se preocupada com a nova legislação que estava em tramitação no Congresso brasileiro para dificultar a lavagem de dinheiro. Foi interceptado o **fax** dessa senhora, que se associou e veio gerenciar empresas aqui no Brasil. Vinculações? Não sei. Pode-se ter ilação, mas nós queremos ir aos fatos.

Quanto ao esquema urdido na Conab, o Sr. Paulo Araújo, em seus depoimentos, negou que tenha tratado da Portaria 23. O Sr. Buffara negou, os Srs. Paulo Araújo, Antonio Carlos Portugal, Alexey Predtechensky também negaram. Houve depoimentos de mais um participante, afirmando, em depoimentos dentro da Conab, a obtenção de provas dentro da Conab e, antes, a obtenção de indícios veementes, quais sejam, a comprovação de registro de entrada e saída na portaria da Conab. Vinha a "patota" à Procuradoria-Geral, saía, reuniam-se a portas fechadas, de vez em quando, segundo depoimentos, o chefe do gabinete do Presidente da Conab, o Sr. André Manfredini, era chamado a participar. Outra servidora, então assessora do Presidente da Conab, era chamada a participar. Aliás, essa servidora está, desde o dia 30 de agosto, após minha saída, foi designada assessora do Sr. Buffara. Está dentro do Indesp, na área de bingos, e participava de reuniões.

Há que se tomar uma providência; não é possível continuarmos varrendo o lixo para debaixo do tapete ou, até mesmo, com desfaçatez, tirando o tapete e mostrando o lixo, como mais me parece.

Então, quanto às reuniões na Conab, já não há mais como defender; elas existiram, e houve a participação. Está sendo apurado – e só para V. Exªs perceberem o nível de sofisticação a que se está chegando na apuração – que alguém com identidade falsa, por exemplo, João Paulo T. Silva Tavares, número de identidade e nome, sempre os mesmos, nos últimos dias, pelo fecho da portaria obtida na Conab, praticamente saía para almoçar rapidamente e voltava, às vezes chegava antes das oito; entrava e saía. Quem será? Não sei; está parecendo até novela de televisão. Quem será João Paulo da Silva Tavares? E outros nomes estão sendo investigados. Esse João Paulo da Silva Tavares não consta na base de CPFs da Receita, onde há mais de cem milhões de contribuintes, alguns, inclusive, com CPFs dobrados, como é o caso de alguns envolvidos aqui no cenário. E a identidade, levantada pelos sistemas, mostra um Mário de tal de Recife.

Então, surge a incógnita, para quebrar a monotonia de horas e horas de estudo em italiano, de digitação, de elaboração de planilhas, de cruzamento de dados, consultas a sistemas: quem será João Paulo T. Silva Tavares?

A formalização da portaria do Indesp. Eu gostaria de enfatizar, como depus à Comissão de Sindicância e depus ao Ministério Público... E, digo de passagem, fui intimado a depor; não me apresentei como quiseram e, inclusive, quiseram mover uma ação contra mim por quebra da ética do servidor público. Aliás, se houver a quebra de ética nesse sentido, a meu ver, há que se mudar a legislação – e falo na Casa dos Legisladores. Porque, se o servidor público for punido por denunciar um caso desses, tenho que mudar de País; eu não quero morar num País desses. Então, tem que mudar; o servidor público deve denunciar.

A Lei n.º 8.112 diz que devo denunciar, respeitada a hierarquia. Eu ia denunciar a quem? Ao Sr. Buffara? Só rindo. Não. Então, o código de ética tem que ser mudado. Mas fui intimado a depor, porque o sindicato fez uma denúncia. Fui intimado a

depor e, nos meus depoimentos, afirmei e reafirmei, como fiz também na Comissão de Sindicância, que não sabia nada de bingos; aliás, como falei fui para a divisão de convênios. Eu não sabia nada de Portaria n.º 23, de máquina caça-níquel; nunca tinha entrado num bingo.

Quando universitário, na PUC do Rio, no diretório, jogava pôquer; gostava muito de jogar pôquer, que acho ser um entretenimento espetacular. Parei por anos e, depois, num grupinho aqui em Brasília, de pessoas seletas, em casa de família, voltei a jogar pôquer, sempre conflitando com os princípios divinos. Em dezembro, resolvi, contra o meu prazer, parar de jogar pôquer; em fevereiro, sou convidado e acabo indo para uma área de jogo. perguntava: meu Deus, o que o Senhor quer de mim?

Se for para moralizar, para a legalidade e transparência, eu aceito o desafio. Se for diferente... Há depoimentos de colegas na Comissão de Sindicância comprovando que eu dizia, em alto e bom som: aqui não tem jeitinho, enquanto eu estiver aqui não tem jeitinho. Lutávamos para implantar um sistema que mostraria, como começou a mostrar, para o técnico qual o próximo a analisar, respeitando a ordem cronológica de entrada. Até então era "um prostíbulo", uma expressão pesada que alguém utilizou. Não gosto a que se refiram às colegas de trabalho dessa maneira.

Afirmei e reafirmei nos meus depoimentos que, em lendo a legislação relativa a bingo – lei , decretos, portarias –, deparei-me com a Portaria 104, de 1998, de máquinas eletrônicas. Como disse o ministro Rafael Greca: em 98, onde eu estava? Eu também pergunto: onde eu estava? Na Secretaria Federal de Controle, dando aula na Esaf, na Enap – era essa a minha vida –, jogando o meu futebol, que eu gosto. Arte marcial tive que parar por hérnia de disco. Eu estava numa vida de cidadão comum, com uma carga de trabalho intensa, como Coordenador-Geral na Secretaria Federal de Controle, mas vida honrada.

Li a Portaria 104, e a minha primeira colocação para o Sr. Buffara foi: tem jabuti na árvore. Essa expressão aprendi com um coronel. Trabalhei muitos anos atrás com ele. Jabuti não sobe em árvore. Se eu olho algum jabuti numa forquilha de árvore, alguém colocou esse jabuti na forquilha. Os dois maiores são oligopólio de laudos, por quê? Não sei, não tenho resposta, mas temos que buscar. O outro era representante comercial exclusivo de fabricante estrangeiro. Eu não consegui entender. Hoje, com essa percepção de **feeling** de jabuti na árvore, com os estudos da Carta Rogatória da Justiça italiana e com a elucidação que os fatos, por si só, estão trazendo, concluo que o jabuti foi vendido para permanecer na árvore, na Portaria 23. Descobri que tinha jabuti, e segundo eles, também não sabiam. Então, houve um conluio urdido na Conab para que o jabuti permanecesse na árvore. Essa é a percepção mais próxima da realidade. Somente uma CPI vai mostrar se isso é realidade concreta.

Por que isso? Porque a minha primeira minuta de proposta de alteração foi: o requerente deverá apresentar dois laudos dentro dos laboratórios credenciados pelo Indesp. Comentei que podemos credenciar dez, depois vinte. E para credenciar, temos que nos cercar de apoio técnico necessário. Inclusive, falava para o professor Tubino, eu dava exemplo do Ita, Instituto Tecnológico da Aeronáutica. O professor Tubino falava no IME, na Capes, na Cope, do Rio de Janeiro, no Inmetro, para quê? É impossível eu dizer que tem que credenciar um laboratório para fazer exame de sangue se não tenho técnica para dizer que se o laboratório é credenciável ou não. Eu teria que firmar um convênio com algum órgão público, alguns chamam idôneo. Eu nunca vi órgão público inidôneo, porque senão tem que fechar. Com um órgão público, para que esse órgão venha avalizar essa necessidade de outro órgão público, que seria o Indesp. No rodapé, coloquei a observação: retirar a palavra "exclusivo" de toda expressão "representante comercial exclusivo".

Na minha opinião, o orçamento pífio e uma enorme vantagem, ou seja, a configuração em torno de uma moeda de troca, isso gerou a Portaria 23 sendo urdida na Conab. Há aspectos do colocar um artigo, colocar um parágrafo de minha conveniência, é como disse um senador há poucos dias, na imprensa, fizesse uma oitiva pública, que é a participação do grupo empresarial, que acho válido, no modelo que se vive, vamos fazer uma audiência pública, colher as opiniões, remeta até o dia "x". Não um grupo seleto. E aliás faço um parêntese para indagar: Como foram descobrir que o Sr. Antonio Carlos Portugal era representante do Bingo Totó-Bola, do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, porque ninguém no Indesp sabia disso, ninguém. Ele tinha um procurador, o Sr. Azambuja, que estava quase que diuturnamente no Indesp, em razão do bingo ser eventual, mas Antonio Caros Portugal, que é um lobista famoso aqui em Brasília, ninguém sabia. Como foram descobrir? Talvez a quebra de sigilo telefônico leve a isso. Mas eu não teria como provar que a minha primeira proposta de alteração da Portaria nº 104 era essa. Eu ia dizer que era, eu tinha

impressa, como eu chamo, no meu lixo técnico, não conseguia aprovar. Deus quis que viesse à tona um **fax** saído da Conab para o Sr. Antonio Carlos Portugal, retransmitido para outro membro nas reuniões, por **fax**, com aquela minha primeira proposta, senhores, do jeitinho que propus. A comissão de sindicância, inclusive, concluiu pela veracidade da minha assertiva. De fato existia. Eu estava desde 28 de fevereiro, nessas conversas com o Indesp, mas a tramitação da papelada custou a sair. Fui nomeado oficialmente dia 20 de abril, mas no dia 16 de março o Sr. Buffara me levou para o primeiro despacho com o Presidente do Indesp. Eu já estava ociosamente no Indesp. De manhã na Federal de controle, à tarde lá e à noite na Federal de Controle. O Sr. Buffara me levou ao presidente. Prepara um pauta. Eu tenho aqui, impressa, a original, que imprimi, vou deixar com a comissão. Posso ter impresso depois, a perícia técnica pode comprovar no **winchester** do computador que usei que isso estará gravado. Hoje tem programas sofisticados a tal ponto que nem deletando isso é apagado do **winchester**, estará lá essa memória. Um dos itens: Oligopólio dos laudos sobre bingo; visão de processo; banco de dados, que concebi naquela semana; a tramitação interna, que tinha que acertar. E sobre Imepe, que eu tinha acabado de estudar, a Portaria nº 104. Oligopólio; prazo para laudos. Eu detectei que o prazo não era controlado. Isso aí gerou em mim a suspeição de corrupção nos laboratórios que emitiam laudo. Ou seja, era a pressão. Quem comparecer primeiro retira primeiro, ou seja, quem conversar fora do preço oficial. Era a minha suspeição, repito. E a necessidade de inspeção inopinada aos laboratórios. Três itens sobre Imepe. Dia 16 de março de 1999, às 9 horas, reunião. Esses foram os itens da pauta.

A formalização da Portaria nº 23, ou seja, depois desse esquema, que até dá repugnância a quem não está acostumado, de tanto eu ler, de tanto eu ver esse assunto não estou sentindo mais repugnância, isso até me estarrece. É como o médico no hospital, de tanto ver politraumatizado entrando, ele não sente mais a dor do politraumatizado. Infelizmente, fiquei curtido por toda essa sujeira, essa ilicitude, essa quebra dos princípios constitucionais.

O meu pedido de exoneração foi apresentado no dia 13 de agosto, propositalmente escolhido. Resolvi pedir exoneração no dia 9 de agosto. Vou formalizá-lo na sexta-feira, 13 de agosto, para jamais ser esquecida. E até houve uma entrevista do Ministro, no Rio de Janeiro, numa ocasião, na CBN, em que ele dizia que uma escandalosa exoneração do Sr. João Elias, numa sexta-feira, 13, então, marcou; era o que eu queria, pra não esquecer, mesmo. O meu pedido de exoneração não levaria a nada; a Secretária Executiva informou ao Jornal **O Globo**, de que era crise de ciúmes, estava com ciúme do Sr. Paulo Araújo. Lamentável. Eu ali, dizia: Quem, o quê? Ou seja, o objeto e o praticante, mas nenhuma providência foi tomada.

Lamentável. Fizeram uma reunião, que aliás, sobre essa reunião, eu tenho a lamentar; chegaram a conclusão disso, na segunda feira à tarde; na sexta-feira, à noite, eu com o grupo ,a maior parte do grupo que resolveu pedir exoneração e afastamento da área, remanejamento da área, estávamos sentados num bar, tomando uma cerveja, quando recebemos uma ligação da assessora do Professor Tubino, a Professora Marieta, dizendo: O Professor Tubino consultou o advogado dele, no Rio de Janeiro, que recomendou que ele se apresentasse, segunda-feira, ao Ministro, já com a Portaria de constituição da Comissão de Sindicância , assinada e encaminhada para a publicação.

Infelizmente, nesse ponto, o Professor Tubino resolveu conversar antes com a Secretária Executiva. E ela o dissuadiu dessa ação, e já havia comentários de que o Sr. Aluízio Viveiros assumiria a Presidência do INDESP, no início de agosto já havia esse comentário pelos corredores, de que o Professor Tubino seria exonerado na segunda ou terça. Então, ele ganhou uma sobrevida e depois, foi instado a pedir uma Carta de Exoneração, ou seja, uma sobrevida que na minha opinião, ele foi utilizado como gelo sobre a fogueira. Porque, era impossível qualquer pessoa de bom-senso, arquivar um pedido de exoneração daquele nível.

Uma folha eu tenho aqui, vou passar à Comissão também, eu não podia citar , não podia indicar mais coisas, porque a minha astúcia como elemento da Secretaria Federal de Controle recomendava, pra não sofrer uma ação de calúnia e difamação. Imaginem, que quiseram se apegar ao Código de Ética? Imaginem se eu denuncio alguma coisa em que os indícios estavam saltantes aos meus olhos, eu ia ser preso e nem dinheiro para pagar o advogado eu teria.

Bom. Mas, a formalização da Portaria, eu falei para o Sr. Burffara: Escuta, o Sr. andou no momento, inclusive, estive até convencido da competência técnica, e me parece que tem mesmo, e me parece que tem mesmo, mas a competência utilizada pro mal dos professores, realmente, currículos monstruosos no bom sentido, espetaculares, eu fiquei convencido

no momento, mas em momento nenhum, abri mão, da necessidade do convênio técnico para nós consagrarmos os laboratórios credenciados e abrirmos. Porque, essa era a medida que o bom-senso recomendava.

Mas, disse pra ele, que depois de marchas e contra-marchas, tinha que ser formalizado o processo nessa Portaria. Não pode ser rascunho. Eu fiz uma proposta de Memorando, ele rejeitou. Aí, eu disse: Então, diga como é o Memorando, porque, esse eu não assino. Assina você. Estou passando às mãos da Comissão também, cópia desse processo – aliás, o Procurador pediu oficialmente cópia desse processo – mas até hoje o INDESP não atendeu como não atendeu a diversos outros itens. Eu falo, de cadeira, porque o Procurador me requisitou oficialmente para ajudar na elucidação desse caso.

Sei o que eles estão devendo, ou não. Então, mão atenderam; eu tenho cópia, porque tinha no meu lixo técnico, como eu costumo chamar, vou passar, reparem que nasce a Portaria do Sr. Buffara, do Procurador-Geral, o Procurador Geral é uma novela a parte – participou de reuniões na Conab e negou; depois, fez uma carta retificando; participou de uma de 2 horas e 33 minutos. Bom, e disse que era uma breve visita.

Tem o parecer favorável do Procurador e depois ao Professor Tubino, que, numa sentada, discutimos; ele descartou isso veementemente. Ele e o Sr. Buffara foram à Secretária Executiva, e o depoimento do Professor Tubino aqui e no pedido de exoneração dele retratam isso claramente. A secretária executiva pediu 24 horas para deliberar o assunto e deveria conversar como Ministro Greca.

No dia seguinte, criaram um parágrafo no art. 12, dizendo que o Indesp poderá credenciar outros laboratórios, desde que atendidos os requisitos técnicos "x" e "y" autorizados pelo Ministério. Nesse momento foi cassada a autonomia da autarquia que o Ministro Greca tanto propalou no seu depoimento aqui no Senado. Que autarquia é essa que não tem autonomia para credenciar laboratório para fazer laudo de máquinas eletrônicas? É lamentável. Boris Casoy diria diferente. Eu digo: é lamentável.

Então, foi cassada a autonomia. Como vamos ver mais adiante, não existe, pelo que tudo indica, autonomia administrativa, orçamentária e financeira. Vamos ver mais adiante, não existe também. Então, não tem autonomia. Que restruturação vai se chegar com autonomia? Por isso o Sr. Buffara estava incrustado, infiltrado no Indesp, abaixo do Presidente, que não era Presidente do Ministro – todos sabiam disto –, num mal-estar terrível. Ele estava lá como braço direito. O Sr. Buffara me disse isso: "É para – quando da transparência e legalidade – para que a gestão do Ministro não sofra mácula, porque ele quer ser Governador do Paraná. E estamos aqui para apoiá-lo". O Sr. Russomano – e tenho depoimento no Ministério Publico – fazia reunião com todo o grupo de servidores da área administrativa e dizia: "Nós estamos aqui para eleger o Ministro Governador do Paraná". O Sr. Buffara me disse inclusive – isso não posso provar, mas fica a minha palavra contra a dele: "Governador do Paraná e, quem sabe, depois..." Deus me livre! Deus nos livre!

Tenho aqui, então, a formalização da Portaria do Indesp. Vou passar à Comissão, com essa tramitação: "Envio para publicação do Ministério"; não voltou ao Indesp, do Ministério foi para publicação. Está OK?

Outro item, não aparece lá embaixo. O que está escrito ali, por favor?

Autarquia sem autonomia. Já falei. Autonomia está grifada ali. Já falei sobre isso.

Autarquia sem autonomia, senhores. Ou seja, era um faz de conta que é autarquia.

Pode passar o próximo, por favor.

O Indesp, então, pode-se concluir, ter a convicção de que é uma ferramenta para alavancagem política, que esse era o propósito, dito pelo Sr. Buffara – o depoimento do Sr. Tubino diz isso. O Sr. Lars Grael, cuja a credibilidade ninguém contesta, o repreendeu em determinada reunião de diretoria. Consta no depoimento do Professor Tubino. Tenho cópia aqui.

O Sr. Buffara disse que estava lá para cumprir a vontade do Sr. Ministro. E tanto o Professor Tubino, como o Sr. Lars Grael disseram que o esporte era mais importante que isso. Que não se aviltasse a coisas menores. Inclusive sugiro que a Comissão estude a possibilidade de colher oitiva do Sr. Lars Grael. Até mesmo porque tenho certeza de que ele está incomodado. Porque é muito peixe fora d'água ao lado dele. Pessoas que não entendem de esporte estão incomodando, inclusive querendo solapar o projeto "Pintando a Liberdade", para administrar sob outra diretoria, com fins políticos, uma diretoria que é um reduto; já que o Sr. Buffara saiu, a Diretoria de Ciências Aplicadas ao Esporte hoje está sob a direção do Sr. Alexandre Teixeira, jornalista, que veio do Paraná. Como disse o Prof. Manoel Tubino: "Se o Ministro é analfabeto em esportes, imagine esse aqui em Ciências Aplicadas ao Esporte!". E, além do mais, o Sr. Russomano, que foi para a área administritiva, um dos que quiseram me crucificar como mordomo,

saiu da área administrativa, o que de fato representou um ganho enorme para a área, entrou uma pessoa que entende da área, não sei a parte de probidade, mas uma pessoa que tecnicamente conhece a área, graças ao bom Deus e para alívio dos servidores do Indesp, uma dificuldade terrível, o Sr. Russomano foi assumir uma das coordenações técnicas dessa diretoria, junto ao Sr. Alexandre Teixeira. E nos corredores do Indesp o Sr. Russomano se referiu a uma pessoa que pode comprovar, me autorizou a falar isso aqui: "Agora, sim, estou feliz, porque saí da área administrativa; agora estou numa área política". Imaginem os senhores Ciências Aplicadas ao Esporte como uma área política! É porque quem quer fazer politicagem faz na área fim o que bem entender. Ele inclusive, no mês de julho, fez uma viagem ao interior do Paraná, representando o Sr. Ministro de Estado, nem presidente, nem diretor, nem outro diretor do Indesp, o Sr. Russomano, Coordenador de Administração do Indesp. Ou seja, era realmente um esquema de apoio político como o que antecedeu o Sr. Russomano nessa coordenação, o Sr. Carlos Robert, também do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Prof. João Elias, infelizmente, tenho que cumprir o Regimento e pediria que V. Sª já partisse para a conclusão.

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Vou para o gerúndio da conclusão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está certo.

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Concluindo, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Sª dispõe de 5 minutos.

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Pois não, vou acelerar.

O Sr. Alexandre Teixeira e o Sr. Russomano fizeram recente viagem a Guaíra no dia 15 de outubro, como diretor da Diretoria de Ciências Aplicadas ao Esporte e Coordenador Geral de Difusão da Ciência do Esporte para assistirem aos jogos indígenas em Guaíra, um evento ligado à comemoração do Brasil 500 anos. Hospedaram-se no Hotel De Ville, o melhor hotel, não pagaram o hotel, pediram ao hotel que cobrasse da prefeitura, porque a prefeitura tinha recebido recursos do Indesp. Essa daí eu não agüento. É uma vergonha. 15 de outubro, não pagaram. Até sexta-feira, não haviam pago. O que é que o hotel fez? Mandou uma cartinha fazendo a cobrança, só que o funcionário do hotel esqueceu de assinar, mas estão aqui as faturas. Não pelo valor, mas pelo gesto deplorável. Isso desnuda o caráter. Estão aqui as faturas. Sexta-feira, o hotel mandou uma cartinha reafirmando a posição de aberto o pagamento, não honrado ainda, com a assinatura. É uma vergonha. Isso aqui tinha que ser expulso do Indesp a bem do serviço público, todos dois e quem mais faça isso.

Dois critérios para composição de equipe: ou é tecnicamente muito bom para revestir de transparência e legalidade ou é amigo do rei para apoiar o esquema político. Aqui não dá para ver bem. Há um quadro que mostra que são 67 servidores que o Ministério do Esporte tem. Esse é um dos sistemas que foram criados por nós. Os 67 servidores são ocupantes de função de confiança. Não há índio, só cacique. Não dá para ver bem, mas são DAS-5, DAS-4, função gratificada em natureza especial. Todos os 67. Já no Indesp, que é o próximo quadro, dos 149 servidores, 80 são carregadores de piano, não têm função de confiança. Estão revoltados. Não têm coragem de falar porque têm medo de represálias. Outros, ocupantes de DAS, têm medo de perdê-lo. Inclusive gente graúda, como o Sr. Luiz Fernando Zuglianni, que está participando da reestruturação do Indesp, está prestando-se a fazer relatório falseado, com números falsos, com medo de perder o DAS-4 e voltar para a biblioteca lá do Rio de Janeiro. Isso é lamentável que exista no serviço público.

O ofício do Procurador elogia e não estou aqui para colher elogio, porque acho que isso é um ato ligado à dignidade de cada um. Na fase econômica em que estamos vivendo, com aperto geral, e eu sei do meu aperto, tive que abrir mão do DAS. Estou aqui com as faturas de colégio atrasadas das minhas filhas, mas a dignidade está inteira. Digo isso para você que está lá no Indesp com medo de perder o DAS.

Terminando, Sr. Presidente. Distribuição Geopolítica dos Recursos do Indesp – isso é tirado pela CGConve Coordenação-Geral de Convênios, aquele sistema com que eles ficaram encantados, que falei no início. Tirei alguns dados, com pouco tempo, mas dá para ter uma noção ligeira, da distribuição dos recursos do Indesp.

Transferência a Municípios até novembro – Municípios do Estado do Paraná receberam recursos até novembro de 1998 num montante de R$685 mil, arredondando. E assim por diante, mais um indício veementíssimo.

Estados – Transferência de Recursos Financeiros para Estados. Eu propositadamente fiz uma quebra, porque quem criou o CGConve fui eu e eu o utilizo da forma que quiser. Isso aí é a palavra de

ordem na Secretaria Federal de Controle, e chamamos de sagacidade. Se de repente eu olhar o todo, posso perder uma visão importante de uma parte. E verifiquei que a parte importante de ser vista era essa daí.

De janeiro a julho, recordista: Piauí. Coincidentemente, não sei se minha percepção foi certa, vi uma fotografia na imprensa de Parlamentar do Piauí saindo do gabinete do Ministro onde discutiram o depoimento dele, chequei com algumas pessoas conhecidas e amigas e deu-me a impressão de que o Ministro Greca lia a resposta no improviso e a resposta que o Senador do Piauí fazia era lida.

Um milhão, duzentos e trinta e cinco, se não me falha a memória. Isso de agosto a 15 de novembro.

Rio Grande do Norte: quase quatro milhões. Se eu voltar o **slide** anterior, vou verificar o seguinte: que eu ia perder a visibilidade da escala, por isso coloquei apenas alguns Estados. Naquele em que o Piauí aparece com um milhão, duzentos e trinta e cinco, sabem quanto tem o Rio Grande do Norte? Nem R$16 mil.

Programa Esporte para Todos.

De agosto a 15 de novembro, o Rio Grande do Norte saiu de R$16 mil para quase R$4 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Apenas aproveitando o gráfico anterior: essa liberação para Rio Grande do Norte e para Piauí ocorreram depois do depoimento do Ministro ou antes?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – De agosto a novembro, inclusive depois.

O que está dentro desses R$4 milhões? A Caixa Econômica manda uma planilha de arrecadação de loterias. O percentual vai para o Indesp para repassar aos Estados.

O Rio Grande do Norte recebeu em agosto, setembro, outubro e novembro; se não me engano, em novembro, saiu para São Paulo, depois do dia 15.

Neste **slide** vemos aqui o espelho de uma nota de empenho; está no Siafi. E digo, aqui na Casa, que se tem de controlar, não estou vazando informações: R$ 680 mil. A entidade é a Associação Comunitária de Desenvolvimento do Trairi, está ali o CGC. aonde? Em Natal. Para um convênio que vai ser firmado: R$ 680 mil a mais. E não há algo semelhante para outros, não; só esse.

Reparem o seguinte neste **slide**: esse convênio é para o Programa Esporte e Cidadão do Amanhã, para os meses de novembro e dezembro: R$340 mil por mês.

Vamos ao próximo **slide**:

Temos um empenho anterior de R$185 mil para o mesmo programa, para a mesma instituição, de maio a setembro; ou seja, eram R$55 mil por mês, de maio a setembro. De repente, de novembro a dezembro, passou a ser R$340 mil por mês.

Finalmente, é óbvio que o Indesp está sendo utilizado como uma ferramenta para alavancagem, mas se não há autonomia, que foi roubada, quem aciona esse braço de ação da alavanca? Das duas, uma: ou alguém está enganado... Vou falar no mesmo tom que foi dito no plenário. Ou "talvez eu esteja enganado", o Ministro falou quase em um sussurro. Se ele estiver enganado, estou alertando; se não, estou alertando ao Presidente da República do meu País, para que ele não seja enganado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos passar, agora, para a fase da indagação dos Srs. Senadores.

A primeira inscrita é a Senadora Heloísa Helena, a quem concedo a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Primeiramente, saúdo o Procurador da República, Dr. Luiz Francisco, e saúdo, também, o Professor João Elias. Claro que o depoimento do Professor João Elias nos dá mais ainda a certeza da necessidade de instalarmos uma Comissão Parlamentar de Inquérito, inclusive diante dos dados que foram, agora,

objetivamente colocados que se não for tráfico de influências entre o poder político e a liberação de recursos é, no mínimo, extremamente suspeito.

Gostaria de dirigir minhas perguntas ao Dr. Luís Fernando Aires Machado, dizendo da ansiedade que, certamente, toda a sociedade tem em relação a esse momento que todo o Brasil passa de tentar desvendar parte dos mistérios sujos que envolvem o narcotráfico e a lavagem de dinheiro em nosso País. É evidente que neste momento, como V. Sª ocupa um espaço dentro do aparato de segurança importante na investigação de casos que têm sido fartamente divulgados pelos jornais, eu não cheguei àquele momento do professor João Elias que disse que não se angustia mais, ainda sou daquelas que continua se angustiando diante da dor do politraumatizado e tendo gigantesca indignação diante da questão do narcotráfico, até porque todos sabem o que significa isso, a destruição de relações familiares, do futuro de crianças e adolescentes, essa forma monstruosa que empurra milhões de pessoas para a marginalidade, como último refúgio e a nossa ansiedade muito grande neste momento, inclusive, no inquérito de V. Exª.

Existe uma ansiedade tanto de membros desta Comissão como da sociedade, de forma geral, no sentido de que possamos identificar os bandidos que não são pequenos e que não são aqueles que o aparato de segurança chega arromba suas portas, arranca seus filhos e sua esposa, arrasta pelas ruas das favelas, joga dentro do camburão, metralha, atira e mata. Não são esses bandidos que estamos querendo que através desse processo se possa desvendar.

Os bandidos que a sociedade tem vontade de ver são os bandidos políticos, empresários, na justiça, na segurança pública, porque V. Exª e qualquer uma pessoa de bom-senso, neste País, sabe que o narcotráfico só age do jeito que age porque, com certeza, existem pessoas que são louvadas, festejadas, protegidas, certamente nos salões oficiais da alta sociedade e espalhadas pelas instâncias de poder neste País.

V. Sª conhece, até como pessoa da Polícia Federal, que com tanto aparato tecnológico, radar, rastreamento, é quase inadmissível que milhares, dezenas de pessoas instalem o narcotráfico e a lavagem de dinheiro. Sabemos que a lavagem de dinheiro se dá também através da agiotagem internacional e como o nosso país é subserviente ao Fundo Monetário Internacional, se faz isso também.

Imaginem quantas toneladas de cocaína aparecem neste País e qual é a justificativa de que um radar, com tecnologia, com possibilidade de rastreamento se transitam pelos céus do Brasil aviões com toneladas de drogas e ninguém saiba, o que me deixa extremamente impressionada.

Também fiquei impressionada quando a CPI do Narcotráfico chegou na Bahia e foram informados de que não poderiam mais ir até lá porque no morro há pessoas que estão com fuzil armado e ninguém foi lá para saber exatamente o que estava acontecendo.

Então, só acontece isso no Brasil, lavagem de dinheiro, narcotráfico, confraria de bingueiros imorais, porque infelizmente tem bandidos na política, na justiça, na segurança e em setores econômicos poderosos, porque senão nenhuma lógica, nem o bom senso formal consegue explicar a existência do narcotráfico.

Gostaria de fazer alguns questionamento a V. Sª. Primeiro: os especialistas da Divisão Distrital Antimáfia, claro que é conhecida no mundo toda a sua larga experiência na identificação das relações entre o crime organizado e o aparelho de Estado naquele País. Questiono a V. Sª se estão contando com o apoio dessa divisão e qual é o tipo de cooperação.

Segundo, a Divisão Distrital Antimáfia da Itália confirmou que o Sr. Alejandro Ortiz de Viveiros é o testa-de-ferro de Lillo Rosario Lauricella, apontado como o chefão da máfia italiana no Brasil? Isso foi confirmado para V. Sªs?

A revista **IstoÉ** desta semana afirmou que o mafioso Lillo Rosario Lauricella teria vinculado em depoimento, em 1º de setembro, distribuidoras brasileiras de máquinas de jogos com os Grupos Ortiz e Recreativos Franco ao processo de lavagem do dinheiro do narcotráfico. V. Sª tem conhecimento desse depoimento e do seu conteúdo? A Polícia Federal está seguindo essa linha de investigação? A Polícia Federal tem mais informações sobre essa vinculação? Essas informações podem ser passadas ou criam complicações no sentido do prosseguimento das investigações na Polícia Federal? As investigações que a Polícia Federal tem feito até o momento encontram algum indício de relações entre a máfia italiana e a equipe do Ministro Rafael Greca, notadamente, em relação ao licenciamento de bingos? V. Sªs têm algum dado, algum indício que leve a essa conclusão? As investigações feitas pela Polícia Federal apontam para alguma relação direta ou indireta entre a máfia italiana e os bicheiros brasileiros? Quais?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Heloísa Helena, o Delegado Luiz Fernando solicita que V. Exª faça as suas perguntas uma de cada vez.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Os especialistas da Divisão Distrital AntiMáfia, como todos sabemos, têm larga experiência em identificar as relações do aparato do Estado com o crime organizado, especialmente com o narcotráfico. V. Sªs estão contando com o apoio dessa Divisão e qual é o tipo de cooperação?

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – Primeiramente, concordo com as palavras de V. Exª, com o inteiro teor da sua explanação.

O inquérito que estou presidindo destina-se a apurar irregularidades dentro do Indesp. Tenho conhecimento, agora que estive no Estado de São Paulo, de que há um inquérito específico para apurar a questão da máfia italiana.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Na Polica Federal?

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – Na Polícia Federal.

A SRA. HELOÍSA HELENA – V. Sª pode fornecer o nome do delegado responsável?

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – O assunto foi comentado comigo. Mas parece-me que esse inquérito está em segredo de Justiça. Então, procurei nem tomar conhecimento porque não sou presidente desse inquérito. Ele encontra-se na SR de São Paulo. Posso assegurar isso a V. Exª.

A respeito do inquérito que eu estou presidindo sobre irregularidade dentro do Indesp, posso dizer que já foram ouvidas 40 pessoas. E foi diagnosticado o que o Dr. João Elias explanou a respeito da confecção de certas portarias dentro da Conab. Isso já está comprovado dentro do meu inquérito.

O meu inquérito é muito novo. Estive com ele durante 30 dias. Depois de 30 dias, somos obrigados a solicitar junto à Justiça uma dilação de prazo. Dentro desses 30 dias, foi comprovado especificamente essa parte da Conab que o Dr. João Elias teve a oportunidade de narrar aqui. Parece-me que esse inquérito, depois da Justiça Federal, foi para o Ministério Público. Mas ainda não voltou para mim.

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Sr. Presidente, posso complementar a resposta?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Professor João Elias.

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Em complementação às palavras do Delegado Luiz Fernando, torno público que recebemos um dossiê, chamado secreto, um dossiê anônimo, com nomes, telefones, contas – a começar pelos membros da família Ortiz –, com todo o esquema utilizado para a lavagem de dinheiro, o que se coaduna perfeitamente com as narrativas da Carta Rogatória da Justiça italiana. Telefones de escritório, residência, celular de todas as pessoas, inclusive conta e CPF, já checamos. Há pessoas que têm mais de um CPF, inclusive. Seria fundamental que houvesse uma quebra de sigilo, para se apurar a veracidade. Quer dizer, é mais um indício veemente que não pode passar em brancas nuvens.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora, V. Exª tem a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Pergunto ao delegado se esses dados que foram apresentados eram do seu conhecimento. No processo, as irregularidades que têm sido apuradas mostram apenas irregularidades formais de portaria, mas há vinculação, por meio do tráfico de influência dos traficantes de droga, em relação à questão do licenciamento de bingos.

Pergunto se esses dados apresentados, agora, pelo Professor João Luís, que trazem o envolvimento de muitas pessoas conhecidas internacionalmente por suas relações com a máfia italiana, fazem parte do processo. Em que ponto isso se encontra?

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – Esse procedimento do Dr. João Elias foi passado para mim por fax. Na oportunidade, passarei para essa autoridade policial, esse delegado da SR de São Paulo, que está presidindo esse inquérito da máfia italiana.

Um dos caminhos a serem desenvolvidos no meu inquérito seria esse da máfia, mas tenho que comprovar primeiro tudo que está sendo exposto aqui pelo Dr. João Elias e pelo Procurador Luís Francisco. Terei que comprovar, no desenvolvimento do inquérito, essas irregularidades dentro do Indesp e essa vinculação à máfia; é um dos caminhos que estou seguindo.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Até o momento, quais os motivos que foram identificados pela Polícia Federal com relação às reuniões feitas na Conab? V. Sª leva levantou isso?

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – Os motivos?

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sim, os que foram informados diante dos interrogatórios feitos.

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – As pessoas, em seus depoimentos, não relataram os motivos, por quê? Porque essas reuniões eram feitas a portas fechadas, dentro da Conab, na sala do Sr. Paulo Araújo, Procurador na Conab, parece-me. Eram a portas fechadas, com pessoas do conhecimento apenas do Paulo Joaquim Araújo. Mas essas pessoas relataram que se faziam essas reuniões, e depois eram digitadas no computador algumas mudanças ou a manutenção de certos itens das portarias.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Quais os principais pontos de convergência ou divergência entre o inquérito da Polícia Federal até o momento? E o que tem sido desenvolvido pela Procuradoria do Distrito Federal?

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – Por enquanto, propriamente pelas irregularidades do Indesp, não há ainda uma discrepância. Estão, mais ou menos, convergindo no mesmo ponto.

Agora, quanto a esse problema da máfia italiana, temos alguns documentos, mas esse inquérito – volto a frisar – está na SR de São Paulo.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Está certo, até porque, pela impressão que temos, o outro delegado será chamado a depor nesta Comissão de Assuntos Sociais. No entanto, é evidente que existe uma relação muito grande. Então, certamente, V. Sªs estarão juntos no sentido de proceder às

investigações conjuntamente, até porque as irregularidades que V. Sª está apurando estão completamente vinculadas à questão da lavagem do dinheiro e do narcotráfico.

Então, não há como serem estabelecidos – imagino eu – dois procedimentos distanciados no âmbito da Polícia Federal, porque as irregularidades que estão sendo apontadas não são meramente formais; são irregularidades diante da relação direta com a lavagem do dinheiro, com o licenciamento de bingos e, portanto, com o narcotráfico e com a máfia italiana.

Então, o pensamento da Polícia Federal é no sentido de que esses dois procedimentos administrativos sejam feitos conjuntamente, ou não?

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – Isso vai depender da determinação do nosso Diretor-Geral.

A SRA. HELOÍSA HELENA – O Ministro Rafael Greca, quando esteve aqui prestando depoimento em plenário, afirmou que estaria à disposição do Procurador Luiz Francisco – e aí certamente estará à disposição também da Polícia Federal em relação à quebra do sigilo telefônico e bancário. Como a Polícia Federal tem visto essa iniciativa, no sentido de aproveitar até a disposição do Ministro em abrir mão do sigilo? A Polícia Federal tem pensado em fazer uma acareação entre o Sr. Buffara e o Sr. Tubino , que tem dado declarações públicas? Isso já foi feito? Está sendo pensado? E como é que está sendo feito?

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – Excelência, para que a Polícia Federal solicite uma quebra do sigilo fiscal e bancário de qualquer pessoa, ela deve ter subsídios, e o desenvolvimento desse inquérito policial ou do processo penal final deve estar numa margem de desenvolvimento quase que relatando para pedir, protestar ou solicitar, por meio de uma medida dessa.

Estamos caminhando e esse é um dos pontos que estamos visualizando e deslumbrando. Vamos chegar a ter esses subsídios e, conforme esses subsídios, protestaremos e solicitaremos a quebra do sigilo fiscal de qualquer pessoa, não só do Greca, se por ventura houver indícios e subsídios para isso, como de qualquer pessoa dentro do inquérito policial.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Até o momento, V. Sª tem alguma posição em relação ao que foi apurado até agora? Das pessoas que foram ouvidas, há identificação de irregularidades?

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – Dentro do inquérito, já foram ouvidas várias pessoas, inclusive de entidades, e as casas de bingo relacionadas a essas entidades. O que se pode deslumbrar, a partir do depoimento dessas pessoas – inclusive palavras delas mesmas, ou seja, dessas pessoas que procuraram o credenciamento ou autorização das casas de bingo – foi a bagunça existente dentro do Indesp.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Mas bagunça de que ponto de vista? Bagunça em função dos problemas administrativos, das dificuldades? Que bagunças?

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – Bagunças administrativas. Pessoas sem qualificação para exercer determinadas funções dentro do Indesp.

A SRA. HELOÍSA HELENA – E mesmo assim eles conseguiram credenciamento, licenciamento e estão atuando nos bingos?

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – Muitos não conseguiram essa autorização e nem o credenciamento. Estão aguardando.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Dos dois grandes que conseguiram, eles já foram ouvidos, como por exemplo, o Poupa-Ganha. Eles já foram ouvidos?

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – Do Poupa-Ganha, essas pessoas ainda não foram ouvidas. Elas serão ouvidas aqui, em Brasília. Como estou em São Paulo, diligenciando, essas pessoas serão ouvidas tão logo eu retorne de São Paulo e tão logo o inquérito esteja nas minhas mãos. Como frisei, o inquérito ainda está na Justiça.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Em algum momento dos depoimentos que foram prestados, alguém levantou indícios do tráfico de influência em relação à solicitação de dinheiro, o que tem sido divulgado pelos jornais como a "caixinha para a campanha futura do Governador"? Em algum momento, no inquérito que V. Sª dirige, isso foi relatado por alguém?

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – Excelência, eu não gostaria de ocultar informações de V. Exª, mas esse é um dos caminhos que estão sendo desenvolvidos. O que eu falar aqui pode estar prejudicando o inquérito policial. Gostaria da compreensão de V. Exª.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Terá a compreensão, até no sentido de que possamos ter acesso também ao processo, como vamos requerer. É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes, complementando a pergunta da Senadora Heloísa Helena, pergunto a V. Sª se já leu essa reportagem da revista **IstoÉ**, que dá conta inclusive da confissão de dois bingueiros que teriam pago seis milhões e meio

para o grupo do Ministro Rafael Greca e que, segundo esse grupo, esse dinheiro teria ido para o caixa de campanha do Ministro Rafael Greca. V. Sª já leu essa reportagem? Tem conhecimento?

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – Tive oportunidade, Excelência, de ler essa reportagem. Inclusive, estou em São Paulo justamente para averiguar a respeito...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A respeito dessa denúncia?

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – A respeito dessa reportagem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – João Elias, com a palavra.

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Complementando, seria importante frisar que não é a quebra do sigilo de uma pessoa ou de duas pessoas, mas de um conjunto de pessoas. No Ministério, por exemplo, há um clã formado por pessoas que vieram Paraná, pessoas ligadas ao Ministro, e essa quebra tem que ser procedida, todos os telefones, inclusive celulares, estão à disposição da CPI ou das autoridades policiais ou do Ministério Público, que vão proceder à formulação dessa quebra de sigilo. Só que á algo demorado, lento; numa CPI, procede-se à quebra de sigilo telefônico, bancário, fiscal, de imediato. Há que espancar qualquer dúvida que remanesça. Por exemplo, essa história do clã, Sr. Presidente, permita-me, é um emaranhado de paranaenses que, todos dizem, estão ali para servir ao Ministro, todos. A área de convênios, isso aqui que mostrei, é um fragmento de um cubo de gelo, que se pode fazer com a ponta de um iceberg.

É uma vergonha a área de convênios. A pessoa que ia ficar na área de bingos, está na área de convênios, que é a senhora Cássia, ela afirma peremptoriamente que faz o que o Ministro mandar, se o Ministro mandar passar dez convênios na frente, ela faz sem discutir. Consta inclusive de depoimento de colega nossa nos autos. Então, tem que quebrar sigilo desse grupo de pessoas envolvidas. Todas estão num disquete, basta que se autorize a quebra de sigilo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Segundo inscrito, Senador Roberto Requião.

Com a palavra o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Gostaria de estabelecer, como na reunião anterior, um diálogo interativo com o Dr. Elias e o Dr. Luiz Fernando Ayres.

Eu concordo com a história do jabuti, se tem jabuti em árvore foi porque o homem o colocou lá. Esse jabuti não subiu na árvore apenas agora, com a chegada de o Ministro Rafael Greca no Ministério; esse jabuti já estava encarrapitado há algum tempo. O próprio Ministro, numa entrevista dada em Curitiba, a uma estação de televisão ou rádio, eu tenho a gravação dessa entrevista, diz que o Presidente havia sido induzido em erro, quando assinou o Decreto de 1998.

Na verdade, o jabuti entrou no processo na Lei Zico e saiu na Lei Pelé, o jabuti das máquinas de jogo. Saiu na Lei Pelé com a proibição absoluta da utilização das máquinas caça-níqueis. Mas ele foi novamente colocado em cima da árvore pela mão de o Presidente da República, através do Decreto de 98 e, posteriormente, mais bem acomodado pela Portaria nº 104, antes de o Rafael Greca entrar no Ministério de Esporte e Turismo. Entra o Rafael Greca, o Decreto vai na contramão da Lei Pelé. O Presidente da República cria uma confusão semântica e viabiliza a colocação das máquinas de jogo nas casas lotéricas e nos bingos. O Decreto nº 104 arromba o processo. O Ministro Rafael Greca assume e junto com um grupo toma o comando do processo.

Como isso ocorre? Através de um grupo situado na Conab – farei a pergunta depois – passa-se a elaborar a Portaria nº 23, que é a abertura total para as máquinas de jogo no Brasil. Posteriormente, elabora-se uma medida provisória, que é entregue pelo Ministro Rafael Greca à Casa Civil da Presidência da República. Essa medida provisória transforma em lei o que o Decreto de 98 não havia conseguido fazer, porque o decreto ia contra a Lei Pelé. Ela permite de forma franca, aberta, absoluta, gloriosa e triunfante a utilização de máquinas caça-níqueis no Brasil. Estourou o escândalo, e a Portaria não foi assinada.

O fundamental é que acho que o Congresso Nacional não está dando a importância necessária para as influências que fizeram com que, na palavra do Rafael Greca, o Presidente se enganasse no primeiro momento, e o puseram no processo, num segundo momento.

Eu traria para o conhecimento dos Srs. Senadores o fato de que a mim me parece que o Brasil representa hoje a Colômbia de 15 anos atrás. E na Colômbia foram assassinados 12 juízes da Suprema Corte, 2 do Tribunal de Justiça, 4 candidatos à presidência, 2.000 policiais, 100 promotores e juízes.

É preciso que entendamos como entrou a máfia nesse processo antes do Rafael e no momento em que o Rafael assumiu. A indagação primeira que faria ao Dr. Luiz Fernando Ayres é se a Polícia Federal já investigou quem patrocinou a nomeação dos funcionários que, na Conab, se dedicavam a elaborar a Portaria 23.

O Governo Federal funciona hoje com indicações de bancadas. Essas indicações foram feitas pela Bancada do Paraná, e dentro da Bancada do Paraná, evidentemente, alguém patrocinou, porque há uma divisão de indicações. Inclusive, algum tempo atrás, fiz a denúncia de que se atribuía pontos aos cargos e se dava pontos aos parlamentares, que utilizavam os pontos na indicação. Quem indicou o Sr. Paulo Araújo e o Sr. André Manfredini?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Dr. Luiz Fernando.

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – Em relação ao Indesp, já tive a oportunidade de encaminhar uma solicitação ao Indesp, justamente para saber as pessoas que, porventura, foram demitidas e as pessoas que foram admitidas no Indesp no período de – salvo engano – 1º de janeiro de 1998 até o dia da minha solicitação, que foi antes de remeter para a Justiça. E quanto à Conab, tenho uma pessoa investigando a esse respeito.

Mas, para chegarmos a um denominador comum, V. Exª sabe que requer certo tempo. Essa pessoa tem investigado, tem trazido alguns subsídios, mas tem encontrado, logicamente, algumas dificuldades.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Não me passa pela cabeça que o Presidente Fernando Henrique Cardoso seja o patrono da abertura do jogo no Brasil. Faço oposição ao Presidente, que já foi do meu partido e que conheço há mais de trinta anos. Não levanto essa hipótese. Mas era importante saber quem redigiu o decreto de 98 e quem redigiu a Portaria 104.

Os dados a respeito de quem indicou esse pessoal do Indesp que elaborou a Portaria 23 podem ser conseguidos não no Indesp, mas seguramente na Casa Civil da Presidência da República, que tem o arquivo das indicações, das nomeações e dos patrocínios das nomeações, porque a prática usual desse Governo é no sentido de demitir o indicado quando o deputado que o indicou vota contra o interesse do Governo,. Então, existe esse controle. É muito importante saber isso.

Como é muito importante saber quem redigiu o decreto de 98, que o Presidente assinou. E eu digo com convencimento pleno que assinou sem saber o que estava fazendo, porque, apesar de todos seus erros na condução da política econômica, na sua visão dependentista, não me consta que o Presidente Fernando Henrique Cardoso seja um partidário da máfia italiana e da abertura do jogo.

Então, existe um esquema colocado dentro do Governo, que antecede o ministro Rafael Greca. Agora, o Ministro entra, e a impressão que tenho é a de que no momento em que entrou o grupo que participava com ele desse processo ele se julgou o dono do jogo, dizendo: agora é conosco. Vamos acertar esse negócio. E passaram a se reunir na Conab e a fazer reuniões em São Paulo.

Na última reunião, fiz a revelação de um dado que me chegou às mãos: esse grupo se reunia em São Paulo e ficava num **flat** chamado Partenon. A Polícia Federal já verificou quais eram os freqüentadores do **flat** Partenon. Há dois Partenons em São Paulo: um fica numa rua que tem nome de índio; não é esse, é o outro. A Polícia Federal já verificou a nominata dos hóspedes do hotel Parternon, nas vésperas.da edição da Portaria n.º 23. Esse grupo se reuniu com os bicheiros de São Paulo e tomou uma quantia enorme, em dinheiro, para viabilizar a edição da Portaria n.º 23. Grupo formado, segundo as informações que tenho, pelo Sr. Sérgio Buffara, pelo Sr. André Manfredini e algumas outras pessoas. Eles estavam pedindo recursos para os bicheiros e os maquinistas. Esses recursos serviriam para a Portaria n.º 23 e, posteriormente, para uma medida provisória que legalizaria definitivamente o jogo no Brasil.

Então, a pergunta que faço ao Dr. Delegado é se já verificou no Hotel Pathernon quais eram os freqüentadores do Paraná – são todos paranaenses –, nessa época e se o Dr. Elias poderia me dizer o nome dos redatores da medida provisória, que não chegou a ser assinada pelo Presidente da República, mas que foi entregue quando o Ministro Rafael Greca declarava que o jogo já era uma realidade no Brasil, que era impossível combatê-lo e que o caso, então, era de regulamentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de responder, delegado, posso adiantar que a pergunta que fiz, veiculada na reportagem da **IstoÉ**, revela exatamente essa reunião a que faz referência o Senador Roberto Requião, onde os Srs. Alejandro Ortiz e seu irmão, Johnny Ortiz, confessam que teri-

am pago R$6 milhões e meio para compor o caixa de campanha do Sr. Rafael Greca. Isso consta também de uma reportagem da revista **Veja**, e o Senador Requião está fazendo referência a essa reunião.

Com a palavra V. Sª, para responder a pergunta do Senador Roberto Requião.

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – Como disse anteriormente, Excelência, todas as investigações estão sendo feitas; todas as denúncias estão sendo apuradas, a fim de comprovar a veracidade dessas denúncias, inclusive essa do **Flat** Parthenon também.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – A segunda pergunta é se o Dr. Elias poderia me informar sobre a autoria da medida provisória que não foi assinada, cujo teor legalizaria definitivamente o jogo no Brasil; que eliminava um decreto rigorosamente ilegal e legalizava, pela via de medida provisória, o jogo de máquinas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª faz referência àquela medida provisória do dia 25 de agosto?

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Medida provisória que foi entregue pelo ministro e que não foi assinada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Essa do dia 25 de agosto de 1999?

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o senhor João Elias.

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Se o Senador Roberto Requião me permite, farei um rápido retrospecto, com a seguinte analogia: Se abrirmos o abdômen de um paciente e encontrarmos um tumor muito enraizado, temos duas alternativas: ou procuramos todas as raízes, ou fechamos e esperamos a metástase chegar.

Penso que, no caso da Conab, não pelo órgão em si, aconteceu exatamente isso. Começamos a verificar, pelas investigações, que há um esquema, no Ministério da Agricultura, profundíssimo, com ligações evidentemente com algum parlamentar dessa área de agricultura, porque a esposa do Sr. Paulo Araújo é chefe de gabinete de um; quanto ao outro, o Ministro do PFL de Minas Gerais o indicou; a outra veio indicada pelo Sr. Buffara, inclusive já foi vista, a Srª Paula Milanni, dentro da...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Professor João Elias, como estamos falando não apenas para os Senadores, mas a TV Senado está transmitindo ao vivo, solicitaria que V. Exª declinasse os nomes. Por exemplo, no gabinete de quem a esposa do Paulo Araújo trabalha, e assim por diante.

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Pois não; a Srª Mercedes Brito é chefe de gabinete do Deputado Abelardo Lupion. Algumas vezes o Sr. Buffara me dizia que iria lá, inclusive saía apressadamente porque estava sendo chamado às pressas. O Deputado Carlos Melles, PFL de Minas Gerais, teria indicado o Sr. Manoel Abraão Lemos Neto. Consta que o Poupa-Ganha, de Sergipe, teria indicado o novo chefe da divisão de fiscalização, o Sr. Edson de Palma Lima – está em investigação. A Srª Paula Milanni chegou e assumiu, juntamente com o Sr. Manoel Neto, essa divisão, que não existia, ou seja, uma irregularidade administrativa: duas divisões que não existiam. Ela pegou a bolsa e disse: "Não fico mais aqui!" – e foi embora.

Estive verificando o sistema e pude verificar que ela recebeu dois meses atrasados. E o Procurador, em um depoimento do Sr. Buffara, perguntou quem bancou a vinda desse pessoal de Curitiba para cá, inclusive ela, que ficou dois meses sem receber. Como veio, como voltou, como se alimentava, como morava, é uma incógnita, Senador.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Esse pessoal chegou à Conab na época em que o Sr. Eugênio Stefanelo era o presidente da Conab. O Stefanelo saiu, depois, num escândalo que não se entendeu bem a natureza; que não foi apurado. Em vez de o escândalo ser apurado, Stefanelo foi removido. Esse pessoal fica e passa, então, a operar não mais com as reservas de cereais, com o passeio dos grãos, mas passa a operar diretamente com o bingo e se reúne com os bingueiros de São Paulo. Então, temos aí, um nexo muito claro a ser investigado.

Neste momento, o importante para mim é saber quem redigiu a medida provisória. Se a portaria nº 23 foi – e temos testemunha disso – redigida na Conab por Paulo Araújo e por esse pessoal todo, a medida provisória que o Ministro apresentou também foi redigida pelo mesmo grupo?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Só para esclarecer. V. Exª faz referência à medida provisória que propunha a legalização?

O SR. ROBERTO REQUIÃO -.Faço referência à medida provisória que não foi assinada, que propunha a legalização das máquinas caça-níqueis?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O "liberou geral" para as máquinas caça níqueis?

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Exatamente.

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Também temos aqui a Carta da CNBB, que fala no "ardilíssimo artifício". Porque o ardilíssimo artifício foi este: colocar entre vírgulas uma expressão que se referia à máquina eletrônica do sorteio do bingo, que se chama pipoqueira, "e máquinas eletrônicas programadas, " e continuava. Ou seja, deu permissividade ilegal. Sairíamos da portaria da máfia para medida provisória da máfia, ou seja, a lei da máfia. Ela também foi urdida na Conab, sob a coordenação do Sr. Paulo Araújo. Inclusive, uma ocasião, dentro do INDESP, já nos estertores, pois eu já não aceitava mais esse esquema, ele me mostrou uma parte, que eu repudiei.

A Lei Pelé estabelece que 7% da arrecadação, que não tem como fiscalizar, vá para a entidade esportiva, em prol do Esporte; 28% faça a cobertura que se chama tecnicamente de BDI – Benefício Despesas Indiretas, que é o lucro da administradora, o gasto operacional; e 65% cubra impostos, taxas e prêmios. Ele colocou na medida provisória – não sei se perdurou, repudiei tanto que não acompanhei – que os 65% cobrissem impostos, taxas, prêmios e despesas operacionais, ou seja, na realidade, ele diminuiu o prêmio. Eu disse: como, se os grandes cassinos têm como BDI 15%? Aqui tem 28%, ainda se está aumentando, tirando dos 28% as despesas operacionais e botando lá dentro de 65%? Isso para falsear que não tinha diminuído o prêmio de 7%.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Mas, de qualquer forma, eu acho importante saber como começou esse processo da entrada dos interesses da máfia italiana-espanhola no Brasil? Não entrou pela mão do Rafael Greca. Eles aproveitaram o processo no momento em que o Ministro foi para o Ministério do Turismo. Então, um grupo de pessoas ligadas a estelionatários – o Sr. Sérgio Bufara foi preso em janeiro por estelionato; se não me engano, o seu irmão, Luiz Antonio, também foram sócios naquele Consórcio do rei que colocou o Pelé numa situação extremamente difícil.

Eu acho que os contatos com a Máfia surgem daí. Inclusive, pretendo entregar hoje ao Ministério Público Federal, na pessoa do Dr. Francisco, que está aqui, algumas fotografias que viabilizariam, talvez, a identificação daquele personagem que se apresentava na Conab com uma carteira de identidade falsa. Eu tenho algumas fotografias e se os funcionários da Conab as examinarem, provavelmente identificarão o Sr. Sérgio Bufara como o tal personagem que se apresentava com uma carteira de identidade falsa. Consegui algumas fotografias. Tenho também os números dos telefones usados por esse pessoal do Paraná – celulares e telefones fixos – que, com o sigilo quebrado, com facilidade mostrarão as conexões, quem falava com quem nesse processo. Mas o fundamental é a investigação no flat Partenon e a investigação das raízes desse processo.

A impressão que tenho é a de que o Ministro Rafael Greca acreditava que estava fazendo um nutrido caixa de campanha com a facilitação da agilização de licenças de bingo. E que por trás desse processo seus assessores diretos, estelionatários conhecidos, montaram o esquema com a máfia. Eu conheço o Ministro Rafael Greca. Está muito longe de ser sério. Mas a visão que eu tenho dele também é que está muito longe de ser uma pessoa a se envolver com a máfia italiana. Tem mil defeitos. Não sei se o envolvimento direto com a máfia seria um deles. E eu concedo ao Ministro esta visão: acho que ele estava imaginando que um caixa seria feito com agilização de licenças. Era aquele esquema de cobrar 15 mil dólares de cada bingo eventual ou permanente, para ter agilizado o seu registro. Mas o Sr. Sérgio Buffara, o Sr. Luís Antônio Buffara, e este pessoal que ficou embaixo do processo redigindo a Medida Provisória, fez sim, o contato com a máfia italiana. E isto é uma ameaça para o País. Eu insisto: o Brasil, hoje, é a Colômbia de dez anos atrás. A droga entra pelas toneladas. E a própria prática do sistema da DEIA, norte-americana, de evitar que a droga saia do Brasil acabou estimulando o consumo interno. Porque todo o esforço dos Estados Unidos é evitar que a droga vá aos Estados Unidos. É a apreensão de mercadoria saindo. E isto levou, talvez, Senador, indiretamente aos traficantes tentarem abrir um mercado interno. Porque que é muito mais fácil vender internamente do que levar aos Estados Unidos, onde existe financiamento americano, recursos aportados à Polícia Federal e tudo mais.

Então, nós estamos diante de um problema de proporções muito grandes. E a coisa é muito simples. Quem levou para o Presidente Fernando Henrique, quem o induziu em erro, como diz o Ministro Rafael Greca, para assinar o Decreto de 1998? Quem redigiu e patrocinou a Portaria nº 104? E, posteriormente, como essas pessoas do Paraná chegaram à Conab e se transformaram na ligação com a máfia espanhola e a máfia italiana para a abertura do jogo?

O Senado parece que desistiu de investigar isso. Deu-se por satisfeito com o depoimento ridículo

do Ministro Rafael Greca, onde só faltou recitar poesias do Olavo Bilac, não é?

A SRA. HELOÍSA HELENA – Embora não tenhamos nada contra as poesias.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Nada contra as poesias do Olavo Bilac.

Mas ficou satisfeito. O Ministro falou em **pizza** italiana, falou em ouvir estrelas e não foi a essência do processo. Dizia ele: "Se alguém amassou esse pão envenenado, o Presidente da República e o Brasil dele não comeram". Não é bem assim. O processo de infiltração na Administração Pública vem do início do Governo do Fernando Henrique Cardoso. Vem de dentro do Congresso quando foi votada a Lei Zico. Mérito para o Pelé, que tentou acabar com o bingo no Brasil. Mas ela foi introduzida. O bingo foi reintroduzido, não a máquina de jogo – porque a Lei Zico abria para as máquinas jogo também, os caça-níqueis. O Pelé mandou o projeto sem o bingo, mas, posteriormente, um Decreto do Presidente da República contraria a Lei Pelé. O bingo foi introduzido não pelo Pelé. Foi reintroduzido pela Câmara dos Deputados, pelo **lobby** do jogo.

Agora, atrás disso está o quê? Que grupo de políticos, que grupo de administradores públicos participam desse processo? Quem redigiu a Medida Provisória do dia 25, que não foi assinada? Quem redigiu a 23? Quem redigiu a Portaria nº 104? E quem entregou ao Presidente da República o Decreto que, na contramão da Lei Pelé, abre a possibilidade das máquinas de jogo serem instaladas? Por que, Dr. Luís Fernando? Eu não me incomodo muito com o jogo. O jogo de baralho não me preocupa. Não posso imaginar uma mesa de pôquer com 500 pessoas. É um jogo privado. Não me incomoda o bingo da Igreja, que arrecada dinheiro para manutenção da creche no fim do mês. Mas as máquinas de jogo são um jogo de massa que atinge principalmente as pessoas mais pobres. Vi nos Estados Unidos como funcionam os cassinos hoje. É uma ilusão imaginar que o jogo é o bacará, o **black jack**, é as diversas formas de operar uma roleta. O jogo é a máquina. Tem um cassino de 20 mil metros quadrados, têm 50 metros quadros destinados ao **black jack**. O resto são máquinas eletrônicas caça-níquel, onde centenas de milhares de pessoas passam por ano. Jogam cinco, seis, dez mil de cada vez. É a aposentadoria, é o salário do pobre desaparecendo, dólar por dólar, e máquinas que retêm 80% de todo o recurso que por elas passa. Esse esforço de introdução das máquinas que possibilitam a lavagem do dinheiro, a lavagem através do bingo em que se pode simular uma venda fantástica de cartelas que ninguém comprou e com isso fazer com que o dinheiro se transforme em dinheiro lícito é preocupante.

Os cassinos americanos funcionam paralelamente com hotéis. A pessoa vai a um cassino desses e imediatamente é convidada, se tiver alguma influência no seu país, a freqüentar o hotel, que, por sua vez, é caríssimo. Para se ter uma idéia, um champanhe custa US$500; um apartamento, US$1 mil. Ao final, lhe pedem que assine uma nota confirmando a utilização desses serviços. Mas isto é pago pelo cassino. Por quê? Porque o hotel não tem a tributação que os Estados Unidos impõem ao jogo. Então o hotel tem lucro enquanto o cassino passa a não tê-lo. O cassino paga. Trata-se de um processo de lavagem continuada de dinheiro lá, através de artifícios tributários e a lavagem do narcotráfico, a lavagem do crime organizado.

Estamos diante disso e não podem ser as gracinhas do Ministro Rafael Greca dizendo que é do bem, que é da luz, como se fosse um peixe elétrico, que podem fazer com que o Congresso esqueça o que está acontecendo. Nesta própria Comissão hoje vemos ausência de interesse dos Srs. Senadores; é verdade que temos alguns Senadores interessados no processo. O que está em jogo é a entrada das máfias internacionais de narcotráfico no País.

Tenho comigo algumas notas que o Senador Tião Viana, que não pôde permanecer na reunião por conta de um compromisso partidário, deixou em minhas mãos. Dizem o seguinte:

"De fato não foram os cartéis locais de Cali e Medelin os responsáveis pelo crescimento desconhecido do tráfico de cocaína.

A Colômbia tornou-se potência mundial da droga apenas quando se integrou à **Network** internacional da **cosa nostra** siciliana, interessada na maior rentabilidade da planta – três colheitas ao ano; respeito à da papoula, de onde são extraídos o ópio e a heroína. E só a partir de 70, por intermédio da família mafiosa ítalo-americana Bonano, que a cocaína colombiana inunda os mercados consumidores dos Estados Unidos e da Europa."

Agora vejam V. Exªs:

"Segundo fontes do Tesouro norte-americano, no Brasil são mantidos 17% das contas correntes bancárias dos narcotraficantes colombianos".

Essas são informações trazidas pelo Senador Tião Viana que estou disponibilizando.

Uma outra anotação de S. Exª:

"O despreparo brasileiro vem sendo sentido internacionalmente. Passou o Brasil a ser notado

como o país das máfias emergentes que lavam dinheiro, reciclam o capital limpo em atividades formalmente lícitas, fornecem os insumos químicos – éter e acetona – para os laboratórios clandestinos situados na Região Amazônica e cuidam da passagem por seu território da cocaína e heroína destinadas ao mercado consumidor europeu e provenientes da Colômbia, Peru e Bolívia".

Para o esquema internacional da Máfia italiana a legalização do jogo, que viabiliza com clareza a lavagem de dinheiro do narcotráfico no Brasil, é fundamental. E estamos diante disso. O Congresso sofre hoje uma pressão descabida e despudorada de sindicatos de funcionários de bingos que dizem: "Por favor não nos tirem o emprego", como se em nome do emprego devêssemos, por exemplo, legalizar o consumo da cocaína, que emprega algumas vezes mais trabalhadores do que as casas de bingo.

A minha sugestão, Dr. Delegado, é que as pessoas que dizem que operam o bingo seriamente, principalmente no Rio Grande do Sul, onde surge um **lobby** fortíssimo, transformem os seus espaços em CTGs ou aprendam lambada e organizem escolas de dança, porque não é possível que isso continue. Trata-se de uma ameaça concreta ao Brasil e o apelo que faço, já que as perguntas foram respondidas, é que a investigação se dirija ao elo do patrocínio desse processo, à quebra do sigilo bancário, mas fundamentalmente, que cheguemos no momento a saber quem iludiu o Presidente da República desde o Decreto de 98. E o Ministro Rafael Greca, que fez a acusação da ilusão, deveria ser consultado a respeito disso. O Presidente foi iludido – disse ele com todas as letras -. Por quem? Por que conjunto de forças dentro do Governo brasileiro. É importantíssimo que cheguemos a essa conclusão, que esse processo de investigação não seja abandonado. Isso não é uma brincadeira regional de políticos do Paraná querendo cristianizar o Ministro Rafael Greca. Pouco se me dá, ou, como paranaense, eu até diria que o Rafael Greca fez, com aquele privilégio, a Municípios do Paraná, o que fazem indevidamente, imoralmente, ilegalmente, quase todos os ministros que entram nos governos brasileiros. Privilegiam seu Estado como se não fossem ministros do Brasil.

Não é esse o problema levantado pelo Sr. João Elias. O problema é saber quem está patrocinando o narcotráfico dentro do Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado Senador Requião. Apenas para esclarecer, quando se fala na Portaria nº 23, é porque foi a Portaria nº 23 que permitiu a entrada das máquinas caça-níqueis. E, a partir da entrada das máquinas, surgiu a denúncia da lavagem do dinheiro do narcotráfico, do dinheiro da máfia italiana. Logo depois da Portaria nº 23, houve a liberação da primeira máquina caça-níquel à empresa do Sr. Alejandro Ortiz, furando a fila, uma fila enorme, é preciso que fique claro isso. E, principalmente, que fique claro, Senador Requião, que a medida provisória, que V. Exª insiste em quem teria sido seu autor, levada ao Presidente da República, eu já protocolei, já entreguei para que conste dos Anais da Casa a assinatura, em um ofício, do Sr. Ministro Rafael Greca encaminhando a medida provisória ao Presidente da República. A medida só não foi publicada porque, dessa vez, o Presidente foi bem assessorado no Palácio, e disseram que seria uma loucura publicar a medida provisória que foi encaminhada pelo Ministro Rafael Greca. Essa é a resposta que teria que ficar clara aqui e não ficou.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Senador, eu gostaria de esclarecer alguma coisa sobre a minha posição.

Acredito que tem muita gente que é a favor do jogo, por engano, por inocência, para prestigiar o esporte, para viabilizar recursos, mas tem gente que é a favor do jogo por ingenuidade e tem gente que está privilegiando o jogo por ligações diretas com a máfia italiana e com o narcotráfico.

O narcotráfico se viabiliza, e o Brasil se transforma, em cinco anos, numa Colômbia, se essa escalada de utilização de máquinas e de bingos continuar vigendo.

Não há justificativa para defesa de empregos que possa nos levar a manter a abertura desses salões, onde se pode dar entrada de dinheiro de uma forma absolutamente indevassável pelo Ministério Público, ou pela Secretaria do Tesouro ou pelo Everardo Maciel, na Receita Federal.

A abertura do jogo viabiliza e legaliza a lavagem de dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Requião.

Com a palavra o Senador Ernandes Amorim.

O SR. ERNANDES AMORIM – Sr. Presidente, autoridades aqui presentes, nobres colegas Senadores, ouvi o que a Senadora Heloísa Helena falou sobre a questão do narcotráfico, o mal que está causando à sociedade. É preciso que se tomem providências, como está fazendo a Polícia Federal, a sociedade, mas o Governo também precisa fazer a sua parte. Como bem disse o Senador Requião, os Estados Unidos não deixam que importem drogas. O

nosso País, o Governo brasileiro, também pode fazer alguma coisa nesse sentido.

Tenho debatido muito sobre este problema. Há poucos dias, estive com o Ministro da Justiça, falando da situação das divisas, principalmente do Estado de Rondônia, onde o outro lado é cercado pelo DEA. E o governo americano está investindo dinheiro na plantação do café, da soja, dando emprego àquelas pessoas para mudarem de atividade.

No caso do Brasil, temos uma fronteira de quase mil quilômetros no Estado de Rondônia, cidades onde não há um policial sequer. Então, não é com esse descaso que se vai combater o narcotráfico. É preciso oferecer alternativas de emprego.

As pessoas que se envolvem no narcotráfico, viciadas ou não, têm os seus problemas causados talvez pelo próprio sistema, pelo momento, pela falta de emprego.

Então, oxalá que, nessas discussões todas, se ache um caminho para combater o narcotráfico e também legalizar ou não os jogos, para não ficar na situação em que isso se encontra. Sou a favor que os jogos sejam legalizados, até porque na televisão há jogos, na Caixa Econômica há jogos, o Governo joga com a economia do País no mercado financeiro. Então, o Brasil faz parte disso tudo. Há 49 ou 50 anos, foi legalizado o jogo no Governo Dutra. Daí para cá, vive na clandestinidade. Será que ninguém sabe que existe o jogo do bicho? Será que ninguém sabe que a maioria da população joga? Então, considero isso uma indecência. Falso moralismo é querer acobertar isso e deixar que aconteça na presença de todas autoridades, com o consentimento de todos, sem legalizar.

Quando se quis criar uma CPI no Congresso – e isso é uma das decepções que tive – para apurar essa questão dos jogos, do Indesp, quando chegou ao Senado, o Governo se empenhou cruelmente para não deixar a CPI acontecer. Quer dizer, quem é mais criminoso? As pessoas que estão no jogo é que impedem que se apure essa CPI? Vieram a mim pedir-me que eu retirasse o meu nome da CPI para que ela não prosperasse. E o recado que mandei pelo porta-voz do Governo é que se deve apurar e que o Governo não poderia se rebaixar a nível tal de impedir que os Senadores fizessem o trabalho, que seria dar continuidade a essa CPI, para acabar com esse disse-me-disse, acusando um e outro. Com a CPI, ficaria claro o que está ocorrendo no País.

Por isso, apoio inteiramente as palavras da Senadora. Sempre tenho dito que a Polícia Federal precisa de recursos, precisa de aumentar o seu efetivo. Para os casos de Estados da fronteira como o Amazonas, a Polícia Federal tem um grande projeto, que defendemos no ano passado, que é de, em cada cidade, haver uma corporação, uma representatividade da Polícia Federal. Por quê? Uma cidade de porte médio teria 20 ou 30 policiais convivendo com a sociedade, sabendo o que acontece e, a partir dali, os criminosos teriam que se mudar dali ou não teriam como conviver com a própria Polícia Federal.

Falei isso para o próprio Ministro nesta semana, que tem que tomar posição; e é o Governo federal que tem que fazer isso, que tem que tomar as primeiras medidas.

Quanto a essa questão do Indesp, da Polícia Federal, não ouvi o que o Delegado disse, mas tenho certeza de que está fazendo um bom trabalho e vai colher resultados que vão esclarecer a CPI. Evidentemente, o que se está apurando não é para se levar a público agora, mas, talvez, o próprio inquérito dele, posteriormente, é importante que se tome conhecimento para se saber, se falar, se identificar os verdadeiros culpados dessa coisa toda.

Estive – e o Dr. João Elias sabe disso –, meses atrás, no Indesp, fazendo denúncias que me chegaram da cidade de Sorocaba.

Indago ao Dr. João Elias se foi a partir daquelas denúncias que levei lá que se começou a descobrir que havia, por baixo de tudo, essas irregularidades – tenho certeza de que nem o Professor Tubino, pelo tempo que o conheço e pela sua personalidade e nem tampouco o Dr. João Elias participavam daquele cambalacho –, se foi a partir daquele momento em que chegamos com aquelas denúncias, ou se já estava em trâmite a descoberta dessas irregularidades.

Essa é uma das minhas perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Com a palavra o Professor João Elias.

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Senador Ernandes Amorim, havia a suspeição no ar de caixinha para obtenção de algo que é de direito do cidadão que vai administrar o bingo de uma entidade esportiva.

Assumi dizendo que não há jeitinho, a ordem é cronológica – e o Senador é testemunha disso. Havia muita pressão, inclusive em nome de políticos – não sei se isso é verdadeiro, mas isso eu recebia demais. E eu, inclusive, dizia: "Olha, o seu político é de que partido?" Ele respondia: "PPS". "Pois diga a ele que tenha certeza de que nem PSDB, nem PFL ou PPS

furam a fila. Enquanto eu estiver aqui não tem fura-fila.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena) – Claro, Professor João Elias, que espero que o senhor tenha citado o PPS simplesmente exemplificando, embora não sejam nossos aliados...

O SR. JOÃO ELIAS – A presença do Senador nos trouxe um fato concreto e eu dizia para a minha equipe que não podemos embarcar na panacéia do denuncismo, inclusive do denuncismo anônimo. Tem um caso lá e fecha-se o bingo. Não podemos fechar, porque o próprio presidente do Indesp iria responder por uma ação de perdas e danos ou danos morais, etc.

Então, temos que apurar. A nossa Divisão de Fiscalização e Registro tinha três servidores: o chefe e dois servidores. Dos três, dois estavam o dia todo comigo à noite e no final de semana desenvolvendo um sistema de controle, que depois eles jogaram fora. Não havia nenhum fiscal nos quadros do Indesp, não tínhamos como fiscalizar. Tínhamos que fazer a análise debaixo de uma avalanche, análise processualística, cartorial do processo, sem treinamento, porque a lei atribuiu essa competência ao Indesp e não deu tempo de preparar nem a estrutura e nem o pessoal.

Mas a sua denúncia serviu para corroborar uma suspeição nossa que é fato notório, mas que não poderíamos comprovar. Havia uma pessoa quando cheguei lá, conhecida como Carlinhos, que tinha 128 procurações. Não tinha como dizer que não atenderia. Instituímos que procurador intermediário, que ainda vai dizer lá fora que vai cobrar caro para molhar a mão do pessoal do Indesp e a gente levar a fama, eu e minha equipe só respondemos a três processos por dia. Por que essa concentração? Não sei. Criar dificuldade para vender facilidade? Acredite no Indesp como eu pregava e inclusive disse para o senhor quando esteve lá. Existem entidades esportivas que passaram a acreditar e passaram a se relacionar com o Indesp pelos Correios. Em dois meses e meio foram mais de 1.200 ofícios de diligências, com a equipe trabalhando desesperadamente.

Então, a denúncia serviu para corroborar a suspeição. Mas isso era suspeição – como disse o nobre Senador Roberto Requião – de um esquema privilegiado de atendimento, porque o que se tornou depois muito maior que isso tudo foi o preço cobrado para manter "jabuti na árvore". Isso aí, olhando-se para baixo, para o esquema de "pedágio", teria que pagar pedágio para obter certificado. A taxa era irrisória, a que o Indesp cobrava oficialmente, recolhida no Banco do Brasil; ela era de R$100,00, por doze meses, um certificado de credenciamento. O que o intermediário fazia? Cobrava R$15.000,00 a R$30.000,00 dizendo que tinha que molhar a mão do pessoal do Indesp. Há depoimentos dizendo que havia essa cobrança, mas o "veião" que descobriram e que passaram a utilizar foi o da manutenção do "jabuti" com relação à máquina caça-níqueis e montaram um esquema especialíssimo onde o genro do Sr. Paulo Araújo, Sr. Davi, foi infiltrado na minha equipe. Agradeci porque estava desesperado, era conhecido no Indesp, passava pelos corredores virtuais, porque ali virou uma "muvuca", por determinação do ministro. Passava pelos corredores virtuais e diziam: já vêm roubar funcionários da gente, não pode... Aceitei e era um esquema para garantir a análise do balcão de clientes especiais.

O SR. ERNANDES AMORIM – Uma coisa que me deixou indignado, é verdade, foi quando retiraram as assinaturas, uma parte dos Senadores da Casa, para a formação daquela CPI. Senti-me até traído, porque sei que o meu Estado de Rondônia não recebeu nenhum centavo do Indesp. Ao mesmo tempo, vi o quanto recebeu o Estado do Rio Grande do Norte, como também o Estado do Piauí. Então, isso mostra que existe uma falta de respeito entre os Senadores, pois quando se junta um determinado grupo para retirar a assinatura de uma CPI evidentemente que chega até aparentemente a comprovar que foi em troca de alguns interesses.

Por outro lado, eu queria perguntar a V. Sª quais os políticos que mais se destacaram na liberação dos recursos – Deputados ou Senadores – para o Estado do Rio Grande do Norte e o Estado do Piauí? Quais os Deputados e Senadores que mais se envolveram nessas liberações?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – A área de convênios era vizinha à minha área. Mas era publico e notório que o esquema era político, em depoimento a servidores atendendo a um prefeito a um vereador.

O Sr. Buffara, atendendo: – Mas qual é o seu partido?

Ele falou: -. Ah, então, pode entrar porque aqui o esquema é político.

Há depoimentos de servidores, há um bilhete. O que precisa para celebrar um convênio aqui? Partido político, nome do Deputado que apóia. E aí vem a parte cartorial do processo. Isso aí é o que tenho conhecimento. Conhecimento especificamente de nome ligado a convênio, eu não tenho.

Do Rio Grande do Norte, o que se pode ter como ilação é que após a indicação do Sr. Augusto Viveiros, segundo consta, corre no Indesp, pelo Senador Agripino Maia, do Rio Grande do Norte, após isso aí, houve a avalanche de liberação de recurso para o Rio Grande do Norte. Não estou afirmando, mas é uma conclusão que pode ser precipitada, uma inferência.

O SR. ERNANDES AMORIM – Na verdade, Sr. Presidente, eu pertenço à Comissão de Fiscalização e Controle, aqui no Senado. Como uma CPI tem muito mais motivo para que se desmonte, nós vamos fazer um requerimento à Comissão de Fiscalização e Controle para investigar a aplicação desses recursos nesses dois Estados. Até porque V. Sª diz que em dois meses liberaram aproximadamente R$700 e tantos mil para uma instituição. Quer dizer, isso tem que ser apurado. E nós vamos entrar com esse pedido à Comissão de Fiscalização e Controle para que seja visto a aplicação, além disso, comunicar ao Tribunal de Contas da União que também tem obrigação de imediatamente fazer um levantamento desses recursos que foram aplicados.

Não posso admitir, Sr. Presidente, que, no Senado, os colegas Senadores usem esse expediente para acobertar erros que são hoje do conhecimento público, que o próprio Ministério Público e a Polícia Federal vão apurar. E que, amanhã, vamos dizer assim, sejamos praticamente responsabilizados por não termos tomado a posição correta, que era manter a CPI para apurar esses fatos. Isso me deixou indignado. E eu acho que esse comportamento não deve continuar aqui no Senado. Está certo que há quem apóia o Governo, a maioria apóia o Governo. Mas tem que haver decência na hora de apoiar para não passar por cima de tudo isso. Porque, depois, no geral, parece o que está aí na mídia, que os Senadores, os Parlamentares não procuram ver quem é quem, os responsáveis por essas irregularidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Ernandes Amorim.

Com a palavra o Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de antemão solicito escusas, já que não pude acompanhar o depoimento dos dois convidados e, provavelmente, possa indagar o que já foi respondido.

Vou procurar ser sucinto, objetivo, evitando comentários e apenas formulando perguntas; algumas óbvias, mas necessárias para que fique o registro; e outras com o objetivo de dar maior visibilidade ao que provavelmente já foi dito.

A primeira indagação ao Dr. Luiz Fernando diz respeito ainda àquele valor de R$6.5 milhões que, segundo a revista **IstoÉ**, teria sido entregue ao esquema do Sr. Ministro Rafael Greca com o objetivo de se elaborar uma medida provisória, segundo a carta da CNBB, em que, de forma ardilosa, se liberou o jogo através das máquinas caça-níqueis que o Ministro teima em afirmar que não são máquinas caça-níqueis, mas sim máquinas programadas eletrônicas.

O delegado já informou que continuam as investigações, que a Polícia Federal está investigando. Mas eu insisto: na investigação já feita, essas pessoas que passaram essa informação à revista **IstoÉ** foram ouvidas a respeito desta denúncia de que teriam liberado seis milhões e quinhentos mil reais? Elas já foram ouvidas a respeito desse valor?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Delegado Luís Fernando pode responder.

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – Excelências, essas pessoas já estão na minha pauta cartorária para serem ouvidas.

O SR. ÁLVARO DIAS – Não foram ouvidas ainda?

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – Mas, felizmente ou infelizmente, fui convidado... Inclusive elas seriam ouvidas na terça-feira, ontem, mas como eu fui convidado para vir até aqui, nesta Comissão, estou com viagem marcada ainda hoje para São Paulo, e elas serão ouvidas até o final da duração dessa viagem a São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Álvaro Dias, permita-me só uma colocação.

Como perguntei, no início, se esse inquérito corre em segredo de Justiça e V. Sª respondeu que não, eu pediria a V. Sª o obséquio de encaminhar a esta Comissão o depoimento que colherá dessas duas pessoas. Era só isso.

Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS – Creio ser da maior importância a revelação desse fato à opinião pública, para confirmar a lisura da revista **IstoÉ** na matéria publicada recentemente.

A outra indagação ao Dr. Luís Fernando diz respeito ao Sr. João Paulo Silva Tavares, que participou da elaboração da Portaria nº 23 na Conab e que apresentou carteira de identidade falsa, cometendo o crime de falsidade ideológica. Com isso, impediu que o Ministério Público pudesse ouvi-lo, por se tratar de pessoa desconhecida. O Ministério

Público não o encontrou, pelo menos até o dia em que aqui estiveram os Procuradores prestando esclarecimentos.

Gostaríamos de saber se a Polícia Federal foi mais feliz do que o Ministério Público na caça a essa pessoa desconhecida, se o Sr. João Paulo T. Silva Tavares foi localizado e pôde ser ouvido pela Polícia Federal.

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – Excelência, essa pessoa está sendo investigada em todos os nossos computadores, inclusive com pessoas, a fim de que possa ser identificada. Todos os caminhos investigatórios e diligenciais estão sendo seguidos. Agora, parece que surgiu um outro caminho, apontado pelo Senador Roberto Requião, que também será seguido.

O SR. ÁLVARO DIAS – Pergunto ao Professor João Elias se ele teve a oportunidade de conhecer o João Paulo T. Silva Tavares?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Fui, Senador Álvaro Dias, um dos descobridores do João Paulo T. Silva Tavares. Não o conheci. O Procurador Luís Francisco indagou ao Procurador-Geral do Indesp, Sr. Passani, se o conhecia, porque no dia em que o Sr. Passani esteve lá, 6 de maio, eles têm registro de saída na portaria, com diferença de três segundos. Ou seja, eles saíram juntos. Mas o Sr. Passani disse que não o conhecia. Mas há outras pessoas que saíram juntas também e que serão ouvidas.

Evidentemente, quanto mais depoimentos com negativa tivermos, mais crimes vão se acumulando. Ou, então, dizer: "Olha, realmente eu não sei quem é João Paulo T. Silva Tavares. Se perguntassem outro nome, talvez eu dissesse". Então, dependendo de como a pergunta é formulada, pode-se obter outra resposta. Vai-se aprofundar.

Mas, evidentemente, eu não o conhecia. E diga-se, de passagem: não participei de nenhuma reunião na Conab.

O SR. ÁLVARO DIAS – Aproveitando esse gancho do João Paulo, pergunto ao Professor João Elias se tem convicção de que essa Portaria 23/99 foi elaborada com a inspiração da máfia italiana. O João Paulo se torna um personagem fantasma que nos permite admitir até ser ele um dos representantes também da máfia italiana, porque o que justificaria tanto mistério? Por que tanto mistério? Como o Professor João Elias tem acompanhado os episódios que envolvem o Ministério dos Esportes desde a primeira denúncia, eu indago: qual é a sua convicção? Realmente, a máfia italiana inspirou a elaboração da Portaria 23 e também daquela Medida Provisória ardilosamente elaborada?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Não tenho dúvidas, Senador. Basta que entendamos o grande esquema perpetrado e por dedução do estudo da carta rogatória da justiça italiana. Eles tinham que obter, como diz aqui, um político ou um administrador que concedesse a permissividade legal para o jogo com essas máquinas. Então, eles conseguiram; conseguiram na 104, insisto. O preço para a manutenção do jabuti é outra história, que foi urdida agora, o preço da manutenção, mas a colocação do jabuti foi lá atrás. Por quem? Por eles. Exatamente as empresas, fazendo um mapeamento, como fica clara e cristalina a atuação da máfia italiana no Brasil. O narcotráfico tinha que lavar dinheiro. Eles exportavam cocaína dentro de frutas exóticas. Toda a história, inclusive com confissões depois de presos. Eles tinham que lavar dinheiro e verificaram no Brasil, eles atuavam na Austrália, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Colômbia, inclusive ligados a cassinos colombianos de Bogotá e de Cali. Então, eles tinham que lavar dinheiro e verificaram que tinham que montar um esquema no Brasil através de máquinas. Quem? Aí descobriram Alejandro Ortiz e Ivo Noal. Aqui, três "elogios" a Ivo Noal. Elogios entre aspas. Um senhor espetacular no jogo da contravenção, está condenado, mas não foi preso; ele é muito bom nesse esquema. E a partir dele, coincidentemente, no Rio de Janeiro, há uma fábrica de máquinas caça-níqueis também espanhola Sirça, que firmou contrato com a CA Informática Ltda. CA significa Castor de Andrade Informática Ltda. Em São Paulo, Ivo Noal; em Goiânia, Messias e daí para frente. Então, a influência da máquina, ou seja, a utilização da máquina governamental, não tenho dúvida. Como obter o decreto? Quem assinou, quem levou, não sei. A Portaria 104, não tenho dúvida; o esquema montado para a manutenção do jabuti da árvore, não tenho dúvida, inclusive com a participação da Poliedro Informática, que agora está dentro do Indesp com mais de 15 pessoas. A Poliedro também ligada à agricultura. Uma das sócias é ex-servidora da Agricultura.

O SR. ÁLVARO DIAS – Qual é o trabalho dessa Poliedro no Indesp?

O SR. JOÃO ELIAS – Informatização. Ou seja, o relatório que saiu em 15 dias, como o Ministro falou, que antes não se fazia...

O SR. ÁLVARO DIAS – A Poliedro ganhou a concorrência para realizar esse trabalho?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Não tem concorrência. Estão completamente irregulares dentro do Indesp.

O SR. ÁLVARO DIAS – A Poliedro está trabalhando no Indesp sem concorrência pública?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Completamente sem concorrência pública. A Poliedro, coincidentemente, presta serviços à Conab, a Poliedro, coincidentemente, seu sócio é ex-servidor da Agricultura, o supervisor da Poliedro que está lá dentro, o Sr. Marcos Vinícius, é ex-servidor do Incra, da Agricultura. Está muito bem alinhavado esse cenário, esse filme, esse enredo de novela.

O SR. ÁLVARO DIAS – Tenho a impressão de que o Ministro foi verdadeiro pelo menos num momento do seu depoimento, quando ele, de forma indireta, confessou que ainda não assumiu o Ministério dos Esportes, porque não conhece absolutamente nada do que se passa no Ministério. Não conhece os seus assessores, não sabe quem elaborou o regimento. Aliás, a propósito dessa nova estrutura do Indesp, fui informado por um Deputado Federal, por uma questão de ética não revela o seu nome – que o esboço da proposta de reforma do Indesp, do novo formato do Indesp, que enfeixou na nas mãos do Sr. Buffara todos os poderes, foi mostrado a esse Deputado, pelo próprio Buffara, com a informação de que foi elaborado, pessoalmente, pelo Ministro. Segundo o que o Sr. Buffara disse ao Deputado, o próprio Ministro Greca elaborou, pessoalamente, o novo formado do Indesp. E, da tribuna do Senado, ele adiantou que não participou dessa elaboração.

Indago ao Professor se ele tomou conhecimento da participação do Ministro na elaboração desse novo formato, que transferiu, praticamente, todas as principais responsabilidades do Indesp ao Sr. Buffara.

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Não, efetivamente, conhecimento, até o momento, não tenho. O que posso informar é que ficou claro para mim que o Sr. Ministro colocou um escudo humano à sua frente para que o Procurador não o alvejasse na ação, que foi o Professor Tubino, ou seja, tem que atravessar esse corpo para me alvejar.

E a ação do Procurador, após o depoimento do Sr. Ministro, foi reinquirir o Professor Tubino sobre, inclusive, o aspecto da estrutura do Indesp. E consta na ação – o depoimento dele é de inteiro teor –, que ele escreveu o manuscrito que o Ministro exibiu lá, porque o Consultor Jurídico do Ministério percebeu que a proposta de reestruturação foi para lá sem o parecer do Professor Tubino. Aí voltou e ele, tentando compor – como ele falou –, num clima de confiança, escreveu daquela maneira, contrariado com essa concentração de poder, mas entendeu que, no Regimento, espancaria as dúvidas sobre esse problema.

O SR. ÁLVARO DIAS – Quero grifar, aí, mais uma denúncia do Professor João Elias, que diz respeito a mais uma prática de improbidade administrativa no Ministério, já que não se realiza licitação e se beneficia uma empresa, a Poliedro, para a realização de trabalho sem concorrência pública.

Trata-se de mais uma denúncia séria, e cabe, agora, ao Presidente da República investigar e tomar providências imediatamente.

Professor, as denúncias iniciaram dentro do próprio Ministério, dando conta de que havia um balcão de atendimento especial, com objetivo de atender aos interesses políticos do Ministro, mais precisamente constituindo um caixa de campanha.

Passou-se, a partir desse balcão de atendimento especial, a cobrar propinas para a liberação de bingos e máquinas de jogos a fim de se constituir esse caixa de campanha do Ministro.

Peço a V. Exª que confirme a veracidade dessas denúncias que surgiram no interior do Ministério.

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Vou deixar pública a informação de que quem criou a expressão 'balcão de clientes especiais' fui eu. Só que o Sr. Buffara acreditou que eu estava engolindo o sapo. E eu estava ironizando sutilmente, quando ele disse: "Olha, o Davi vai tomar conta dos processos. Não quero que a Dyleny supervisione – ele se reporta diretamente a você para tirar as dúvidas –, não quero que ela supervisione. E ele vai analisar os processos, vai passar para o Procurador, despachar comigo." E pensei: "Então, não terá minha assinatura nesse processo." Aí, realmente, perpetrei esse procedimento e pedi, também, para as meninas não assinarem no processo. Então, parei, fiquei em silêncio por alguns segundos: "Ah, entendi. É como se existisse um balcão de clientes e atendimentos especiais, não é?" E ele disse: "Puxa vida, gosto de você, porque você, rapidamente, ilustra com inteligência. É isso mesmo: é um balcão de atendimento a clientes especiais." Falei: "Com que finalidade?" Ele falou: "Tudo se resume em apoio político ao Sr. Ministro."

Isso consta no meu depoimento no Ministério Público.

Com relação à caixa, as suspeitas são fortíssimas; a quebra de sigilo mostrará. A finalidade, pode se fazer um **link** por ilação, apoio político ao

Ministro, caixinha, que é pública e notória a evidência desse pedágio, dessa taxa, então, por ilação, pode-se concluir que era para isso, mas não temos confirmação até o momento. Com certeza essa confirmação virá.

O SR. ÁLVARO DIAS – Como sabemos que não são principiantes, duvido que a quebra do sigilo bancário possa apanhá-los. Talvez a quebra do sigilo telefônico seja mais eficiente; é mais fácil apanhá-los pela facilidade de expressão, pela facilidade de dizer coisas, pelo descuido em dizer coisas até irresponsavelmente do que apanhá-los através da conta bancária, já que certamente aprenderam, em iniciativas anteriores, o caminho mais seguro para a consumação do crime.

Essa Diretoria de Ciências Aplicadas ao Esporte, o que é isso, como se procedia nessa Diretoria de Ciências Aplicadas ao Esporte?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Hoje é um descalabro, Senador. A idéia, sob a minha ótica, é espetacular, e foi uma luta do Professor Tubino e da Professora Marieta para que perdurasse essa idéia no novo desenho do Indesp. Os países que avançam no esporte têm como base para sustentação desse avanço a ciência aplicada ao esporte para o rendimento do esporte e para a coibição de práticas não toleradas, como, por exemplo, o **dopping**. O Brasil estava muito cru nisso, não tem um laboratório de **dopping** do porte que precisa. Conseguiram inclusive financiamento para o esporte. A finalidade era capacitar pessoal, implementar laboratórios, financiar, dentro da medida do possível, com a Professora Kátia, da UnB, especialista no assunto, com cursos de especialização sobre a matéria, dirigindo essa área, já meio capenga, porque das duas coordenações gerais dessa área uma foi esvaziada; um DAS-4 está emprestado, está fora do Indesp, o funcionário foi e levou o DAS emprestado, pelo que ouvi, até fevereiro, e o outro, atualmente ocupando, não entende nada de esporte e nem de ciência aplicada ao esporte, nem o diretor nem o coordenador-geral.

O SR. ÁLVARO DIAS – Quem é o diretor?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Alexandre Teixeira, que não pagou a conta no Hotel De Ville.

O SR. ÁLVARO DIAS – Em Guaíra?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Em Guaíra.

O SR. ÁLVARO DIAS – E o coordenador, quem é?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – José Clodomiro Nogueira Russomano, que também não pagou a conta no hotel em Guaíra.

O SR. ÁLVARO DIAS – São paranaenses?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Ambos paranaenses. Um é jornalista e o outro é administrador. Ciência Aplicada ao Esporte, de que jeito!...

O SR. ÁLVARO DIAS – Professor, o senhor teve oportunidade de conhecer o Dr. Paulo Araújo?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Conheci. Fui apresentado a ele como assessor do Ministro.

O SR. ÁLVARO DIAS – O Sr. Paulo Araújo freqüentava o Indesp?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Tinha assento lá, na sala de reuniões.

O SR. ÁLVARO DIAS – E o Ministro visitava o Indesp?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Não, isso era inclusive queixa dos funcionários. O Ministro não visitava, mandou fazer o bradescão, deixou todo mundo insatisfeito, o ambiente de trabalho péssimo, e uma das queixas dos servidores era que o Ministro não conheceu sequer as instalações e nem os servidores do Indesp.

O SR. ÁLVARO DIAS – E o Dr. Paulo Araújo foi nomeado por quem?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Ele foi contratado como colaborador eventual, que é uma figura meio esdrúxula no serviço público. Se tenho um expoente em São Paulo, em Manaus, preciso trazê-lo para uma palestra, e ele não é servidor público, pago uma diária, pago a passagem de ida e volta como colaborador eventual. O que o Sr. Paulo Araújo fez? Fez de conta que era de São Paulo e foi contratado como colaborador eventual, ganhando passagem no trecho São Paulo-Brasília-Goiânia. Reside no Lago Sul. Consta isso no meu pedido de exoneração. Aliás, colaborador eventual, é uma prática que está se tornando perniciosa no ministério. O Indesp tinha uma chefe de divisão de serviços gerais, Dona Conceição, que se aposentou por achar que tinha que ser coordenadora geral, não queria ser chefe de divisão. E fiquei pasmo, investigando nos sistemas: de agosto para cá ela vem sistematicamente recebendo, como colaboradora eventual do Ministério de Esporte e Turismo, cerca de R$4 mil por mês, mais do que o DAS-4. Até novembro, o primeiro pagamento de novembro. O segundo pagamento de novembro, como colaboradora eventual, já foi do Indesp. Acho que acabou o orçamento lá e passaram para cá.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Só para dar uma pequena colaboração. Aqui surgiu uma dúvida. A pergunta do Senador Álvaro Dias é quem

teria contratado o Sr. Paulo Araújo, mesmo como colaborador eventual. Quem contratou?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Ou o ministro ou a secretária executiva.

O SR. ÁLVARO DIAS – O ministro conhecia o Dr. Paulo Araújo?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Segundo o jornalista Juca Kfouri, conhecia.

O SR. ÁLVARO DIAS – A secretária executiva do ministério quem é?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Tereza Maria Bonato de Castro.

O SR. ÁLVARO DIAS – Jornalista de Curitiba, assessora do Ministro Greca.

Então o professor diz: ou foi contratada pela secretária executiva ou pelo ministro.

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – São as duas autoridades competentes para isso, autorizar contratação como colaborador eventual.

O SR. ÁLVARO DIAS – E o ministro disse na tribuna do Senado que não conhecia o Dr. Paulo Araújo. Aliás, lamentavelmente, é preciso frisar que o ministro faltou com a verdade inúmeras vezes, não apenas nesse momento. O próprio jornalista Juca Kfouri confirmou, foi inclusive a razão do convite ao jornalista para comparecer a esta comissão, que foi apresentado ao Sr. Paulo Araújo pelo Ministro Rafael Greca. Isso implica dizer que se o depoimento do ministro fosse numa Comissão Parlamentar de Inquérito e não na tribuna do Senado, ele teria o seu mandato de deputado federal cassado por falta de decoro parlamentar, a exemplo do que ocorreu recentemente na CPI do Narcotráfico. É lamentável que o ministro tenha, dessa forma, desrespeitado o Governo que integra, o Senado da República e principalmente a população do País.

Encerro aqui a minha participação, mais uma vez cumprimentando o professor João Elias pela coragem em denunciar, mantendo-se de forma digna, com a postura ética que se recomenda a todo servidor público no país. Parabéns.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, queria um aparte dentro dessa pergunta, sem querer atravessar a ordem, mas apenas dentro dessa pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª pode conceder o aparte?

O SR. ÁLVARO DIAS – Concedo o aparte.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Obrigado, Senador Álvaro Dias. Cumprimento o professor e demais membros da Comissão. Sr. Presidente, mais uma vez, participo dos trabalhos, desta vez ligeiramente prejudicado por uma consulta médica no próprio departamento médico do Senado. Consultaria, dentro desse ponto específico, que é interessante aprofundarmos, em primeiro lugar, sobre a Poliedro. Também gostaria de saber de quem é a contratação, se é o Indesp, de quando data ou se é do ministério. Seria interessante para a Comissão ter este dado: se, quando o senhor estava lá, a Poliedro já atuava no Indesp. Se o senhor pudesse me responder isso, seria interessante.

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Pois não. É interessante, não sei se ficou claro, talvez com a avalanche das minhas informações, o Paulo Araújo trabalhava no esquema de elaboração dos textos legais, decreto, portaria, medida provisória etc. Ele era Procurador-Geral da Conab, então ele não precisava vir para o ministério, ele estava assentado funcionalmente. Já tinha colocado dentro do Indesp o Sr. David, que, repito, é genro dele. O David é casado com a filha do Paulo Araújo e Mercedes. A filha, se não me engano, Angela Brito, faltou o sobrenome do David...

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Mas, quando ele coloca o David, quem o contrata? O Indesp?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Não. Entra como DAS, como Assessor do Buffara.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Dentro do Indesp?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Dentro do Indesp, o David. Para quê? Ele foi para área financeira, área de convênio, depois o Sr. Buffara colocou-o nos bingos. Acho que estava procurando o melhor caminho para se situar. E aí, até então, o Sr. Paulo Araújo tinha elaborado a estrutura do Indesp, segundo confissão do próprio Buffara, no depoimento ao Ministério Público. Depois, surgiu o "jabuti na árvore", e aí o David veio para ...

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – "Jabuti" é a Portaria nº 104?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – "Jabuti" é a manutenção na 23 do que tinha na 24; ou seja, o oligopólio, os laudos, a palavra "exclusivo" e a palavra "representante comercial exclusivo", quando se referi a ...

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Isso na Portaria nº 23.

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – É a de nº 23; foi mantido o que eu propus: "descer o jabuti da árvore". Isso foi mantido. Por quê? Porque é o funil que a máfia perpetrou, para dominar o mercado de caça-níqueis; só entraria no mercado quem eles

quisessem; qualquer coisa, o laudo era negativo. Então, tinha que pedir no Indesp e aí, no Indesp, tinha o atendimento especial no balcão. E as universidades com o laudo, com o oligopólio, porque há suspeições fortíssimas de corrupção – inclusive, há um banco no exterior, em Tel Aviv, Israel, um banco tem a sigla BLITA. Quer dizer, o depósito dos recursos de corrupção, essa suspeição tem que ter a quebra do sigilo bancário, tem que ter uma CPI.

Então, o Sr. Paulo Araújo era da Conab. Aí, foi dispensado da Conab. Eu tenho inúmeros pareceres dele, como Procurador da Conab, que realmente não recomendam que ele continuasse na Conab. Por exemplo, para ilustrar, a Conab comprou flocos de milho cozido; aí o fornecedor entregou farinha de milho pré-cozido. E aí entregou, e o parecer dele foi: bom, pela efetividade, já que entregou, sou favorável ao pagamento. Coisas desse gênero. Fora a troca de redução de Leite Ninho e óleo de soja por sardinha. E o representante da sardinha, segundo consta, é o Sr. Sérgio Buffara, e coisas que tais. Bom, ele saiu da Conab, e o desespero do Indesp, lá da minha área, era por falta de mão-de-obra. Então, tinha que licitar para se ter digitadores lá dentro. De repente, eu saí e entrou um contingente da Poliedro.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Após a sua saída, contratado por quem? O senhor não sabe dizer?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Sem licitação. Não sei quem está pagando essa conta. Não sei.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Não sabe de quem é o contrato?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Não sei. A Poliedro é melhor do que ninguém para falar. Se não me engano, uma das donas da Poliedro é ex-funcionária do Ministério da Agricultura. Marcos Vinícius é Supervisor da Poliedro lá dentro e é ex-funcionário do Incra. A esposa dele trabalha na Consultoria Jurídica do Ministério do Desporto e Turismo, a Srª Laís. A Poliedro teve um contrato com o Ministério da Agricultura de três milhões de reais, para resolver o problema do **Bug** do Milênio. O Secretário Executivo esperneou e saiu, foi defenestrado.

Então, a Poliedro, que presta serviços à Conab e a outros órgãos, é um alvo fortíssimo e indispensável de investigação; é uma das milhares de raízes do tumor que eu falei – não sei se V. Exª estava presente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Eduardo Siqueira Campos já concluiu a sua parte.

O SR. ÁLVARO DIAS – Vou concluir a minha participação, manifestando mais uma vez, a confiança de todos nós, do Senado, que temos a preocupação de esclarecer os fatos, a confiança que temos no Ministério Público e na Polícia Federal, porque aqui fomos impedidos de investigar da forma mais eficiente, pelo menos até este momento fomos impedidos de fiscalizar de forma eficiente, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que permitiria o que é fundamental para a investigação ter sucesso: a quebra do sigilo telefônico e também do sigilo bancário. Nós enfatizamos a confiança que depositamos e, certamente, a sociedade brasileira terá uma resposta às suas aspirações de esclarecimento dos fatos.

De outro lado, eu gostaria de destacar, para concluir, que além dessa questão da corrupção e da desonestidade que cheiram mal, há sem dúvida – e me perdoem a forma de expressão Há, sem dúvida, um cadáver insepulto na estrutura do Governo do País exalando um mau cheiro incrível. Há. Não há dúvida que existe esse cadáver.

Agora, abstraindo essa questão da corrupção, da desonestidade, é preciso destacar que há uma incompetência absoluta. Incompetência absoluta. Por isso tem razão o Deputado Federal do PFL que declarou, e a **Folha de S.Paulo** publicou, que o Ministro Rafael Greca não tem competência para administrar sequer uma quitanda e administra um Ministério no Governo do Brasil. É uma pena.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Álvaro Dias.

Com a palavra a Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ilustres convidados da nossa audiência pública, que se realiza nesta Comissão de Assuntos Sociais, Professor João Elias Cardoso e Dr. Luís Fernando Aires Machado, Delegado da Polícia Federal, sem dúvida quero iniciar ressaltando a importância desta reunião, deste trabalho onde os senhores, de acordo com o trabalho que estão realizando, com o espaço que ocupam dentro da questão que está em debate, vêm de uma forma, eu diria, também usaria o termo, bastante corajosa, expor nomes, pessoas, fatos e atos que no mínimo têm que se levantar e se aprofundar a responsabilidade. E eu diria a responsabilidade em todos os sentidos, não apenas a que está sendo feita pela polícia, pelo Ministério Público – e que nós gostaríamos até de saber do Delegado, posteriormente, se já há uma previsão para a conclusão desse trabalho, dessa investigação. Por

fim, eu diria também a responsabilidade política, porque estamos aqui numa Casa política. Então a parte judicial, de quem tem que ser responsabilizado, de quem tem que ser preso, de quem tem que ser punido, é outro âmbito. Agora, esta Casa é uma Casa política que tem um compromisso político com a sociedade e tem entre suas atribuições exatamente fiscalizar. E fiscalizar as ações de governo. Então quando aqui se diz que nós tentamos fazer uma CPI – e agora, recentemente, o Senador Álvaro Dias terminou praticamente a sua exposição dizendo: "E fomos impedidos de investigar." – no mínimo esta Casa tem que dar uma resposta à sociedade brasileira de impedidos por quem? Porque aqui, segundo consta na própria Constituição, há uma autonomia de Poderes e de atribuições. Então dizer que se foi impedido de investigar porque não se pôde fazer uma CPI – e diga-se de passagem, assinei esse pedido de CPI que tramitou –, no mínimo nós também temos que dar uma reposta à sociedade brasileira. Foi impedido por quem? Quem retirou a assinatura de um pedido de CPI foi pressionado por quem? Porque aqui está se falando, e muito, em pressão política para liberação de recursos privilegiados. E aí, aqui não se faz a investigação? Pressionado por quem? Então, eu não retiro a responsabilidade política do Governo Federal, e aí eu digo na pessoa do Presidente da República, que não vou dizer que possa estar envolvido em toda essa falcatrua, mas no mínimo ele está pecando por omissão ou conivência. Então a resposta política do Governo Federal também tem que ser dada em relação aos funcionários públicos, ao Ministro, enfim, à todas as denúncias que estão postas aqui. Então seria a primeira consideração.

A segunda consideração, e eu até estava aguardando o retorno do Senador Roberto Requião, porque gostaria de fazer na sua presença, duas questões. Uma quando o Senador Roberto Requião se referiu ao Rio Grande do Sul e particularmente à questão dos bingos, dizendo que seria mais interessante que eles fechassem as portas. Se é que foi assim que eu entendi, Senador Roberto Requião. Eu pediria atenção do Senador Roberto Requião, porque começo a minha fala exatamente por duas considerações que V. Exª e que eu acho que precisam ficar, no mínimo uma precisa ficar um pouco mais clara

V. Exª, que, diga-se de passagem, tem um alto conceito dentro do Estado do Rio Grande do Sul, que conhece o temperamento forte, que conhece a sua forma própria de expor as suas idéias, fez uma certa relação, embora breve, entre a questão dos bingos e os CTGs do Rio Grande do Sul. Eu espero não tenha sido num sentido pejorativo quando se referiu àqueles bingos que estão realmente dentro de um quadro de corrupção e de envolvimento, pois o movimento tradicionalista não pode ser substituído ou ocupado por esses espaços, haja vista ser um movimento altamente respeitado em todo o Estado do ponto de vista cultural e social. Assim sendo, tenho certeza de que entendi bem a observação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Senadora Emilia Fernandes, V. Exª me permite?

A observação foi exatamente contrária. O CTG dá emprego e bingo é a porta de entrada do narcotráfico.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Eu queria ouvir esse reforço por parte de V. Exª para que não pairasse nehuma dúvida. E o segundo aspecto, Senador Roberto Requião, se me permite, imediatamente entrarei nos questionamentos, até porque muitos pontos já foram aqui levantados, mas é bom que a sociedade fique atenta às questões aqui abordadas.

Quando V. Exª disse que só faltou o Ministro Rafael Greca, no plenário da Casa, declamar poesias de Olavo Bilac, eu diria que lindo se pudéssemos não apenas o ministro mas todos nós declamarmos uma poesia como aquela que diz:

"Criança, ama com fé e orgulho a terra em que nasceste.

Criança, não verás nenhum país como este".

Então, que país queremos ver? Um país da justiça, da honestidade, do combate à corrupção, da impunidade e principalmente do envolvimento político de figurões – quando digo políticos, refiro-me a políticos do Executivo, do Judiciário, dos altos escalões do Poder Executivo – nessa bandalheira que está se verificando no País.

Então, quero saudar os nossos convidados, reafirmando a importância das considerações aqui feitas. Perdi parte das exposições. Uma no início e outra durante a fala do convidado por conta de particularidades das nossas atividades. Mas eu ainda gostaria de saber do Dr. João Elias, a quem peço desculpa pela ausência e por estar levando um ponto que pode até não ser respondido caso já tenha sido dito, pois fiquei com uma certa dúvida exatamente sobre os inúmeros problemas que foram levantados durante a auditoria. Eu perguntaria: V. Sª tomou conhecimento quando, como e exata e concretamente que medidas tomou, a quem se dirigiu e que respostas recebeu? Depois V. Sª também disse

– pelo menos foi o que apreendi – que o processo de seleção era exatamente o critério político que imperava. Também, segundo informações que temos, há uma certa concentração em relação a entidades desportivas no que se refere às autorizações emitidas pelo Indesp.

Qual seria exatamente na sua visão o motivo forte e concreto que explicaria essa concentração, por que se dá essa concentração e também esse privilégio que se estabeleceu em cima de algumas entidades que de certa forma têm esse domínio em termos de credenciamento?

E também gostaria de fazer alusão ao seguinte: pelo que compreendi V. Sª afirmou – e eu gostaria que comprovasse – que há um trabalho de desvirtuamento dentro do Ministério e dentro do Indesp quanto ao uso e à destinação dos recursos. V. Sª confirma que estaria se estabelecendo um processo não apenas de propina, de caixa, de favorecimento ao Ministro Rafael Greca, mas também de favorecimento a alguns políticos, influências políticas dentro do Indesp? Perguntaria também a respeito de uma afirmação que V. Sª fez, que estamos numa época de desmascaramento.

Considero esse processo de visibilidade, eu diria, dos problemas, porque os problemas não apareceram agora, eles existem no País em determinados setores, considero positiva essa transparência que se está dando. São Parlamentares que estão sendo cassados, juízes que estão sendo denunciados, toda uma cadeia que, inclusive, está acontecendo dentro do Congresso Nacional.

Por outro lado, vejo que essas questões que estão sendo denunciadas e tornadas públicas não são de agora. Elas existem. V. Sª considera que o processo de fiscalização dentro deste País no combate à corrupção e à impunidade também vem num processo de melhoria ou ainda temos precárias condições de fiscalização? Particularmente, acredito que pecamos muito em relação à questão da fiscalização. Quer seja a fiscalização dentro de um Banco Central, que não fiscaliza o sistema financeiro; quer seja pela fiscalização dentro da Previdência, que não combate a sonegação e o desvio; quer seja pela falta de fiscalização, policiamento e condições de trabalho que são oferecidos aos nossos órgãos de segurança. Refiro-me ao que um Senador colocou, principalmente nas regiões de fronteira. Sou de região de fronteira, de uma cidade do Rio Grande Sul, Santana do Livramento, que é separada apenas por uma rua. E sabemos que o processo de fiscalização é precário. Podem ter certeza que não é o lugar onde acontecem os maiores problemas de corrupção no País. Há outras fronteiras onde há muito mais corrupção, mas falta a estrutura, porque há um desmonte crescente das instituições de segurança. Está aqui o Delegado da Polícia Federal e tenho afirmado isto: não se combate narcotráfico retirando inclusive atribuições da Polícia Federal, como fez o Governo recentemente.

Na hora em que se desmantelam as instituições, V. Sª não entende que isso seria – e aqui cito uma afirmação que não é minha, mas do Deputado Magno Malta, Presidente da CPI do Narcotráfico – a edição de um decreto e uma medida provisória que revoga, que proíbe algo que o próprio Presidente da República, por intermédio do Ministério do Desporto, fez aprovar nesta Casa, que foi recentemente a Lei Pelé, que incluiu os bingos?

Na época, alertávamos para o fato de que não estava ali garantida a fiscalização, tanto no que se referia à autorização como no controle, na supervisão. Então, não seria o caso de o Presidente da CPI do Narcotráfico simplesmente dizer: "vamos fechar os bingos, nivelando todos por baixo, jogando tudo numa vala comum de corrupção"? Quando nós, no mínimo, temos de ter uma certa cautela em relação a isso? Não seria uma tentativa de abafar as denúncias de envolvimento, não apenas da máfia italiana com os funcionários do Indesp, que é gravíssimo, mas inclusive com a possibilidade de envolvimento até desse processo de corrupção, de favorecimentos, envolvendo até o Ministro?

Concluo, Sr. Presidente, pedindo também que V. Sª, Dr. João Elias, aprofunde no assunto e mostre um pouco mais a relação da Conab com todas essas questões: bingo, máquinas caça-níqueis, etc. E fale também sobre a colocação que V. Sª fez, que retiraram da cesta básica recentemente o leite, o que é uma aberração, e colocaram sardinha. Quem é que tem o poder da venda dessa empresas? Será realmente esse Buffara e isso seria mais uma forma de corrupção? E o envolvimento seria da própria Conab nesse processo de corrupção?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, são essa as considerações que eu queria fazer.

Sem dúvida, na minha avaliação, temos de nos aprofundar a respeito da matéria. O Governo tem de dar uma resposta política para a sociedade, e o Senado da República tem que dizer por quem foi impedido de fazer a investigação. Assim, teremos um quadro, no mínimo, um pouco claro.

Essas são as minhas considerações iniciais nesse processo de discussão, em que estamos

tratando a questão dos bingos. Não faço defesa dos jogos; nunca entrei em uma casa de bingos; não conheço bingos, a não ser por pessoas que relatam como funcionam, porém acredito que não se deve, simplesmente, por um canetaço, cortar um processo instalado legalmente, porque eles não praticam a contravenção do jogo. Foi o próprio Presidente da República que disse à sua base governista que votasse aquele projeto. Seria a saída, ou teríamos que procurar esclarecer um pouco mais essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Professor João Elias, solicito que seja breve em sua resposta, porque faltam ainda dois Senadores e temos horário a cumprir. Solicito, assim, que encurte um pouco a sua resposta.

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Pois não.

Senadora, pressionados por quem? Manifesto-me não como funcionário público, mas, sim, como eleitor. Considero mais importante para o eleitor saber por quem seriam pressionados: "Quem retirou?". Isso é mais importante. Eu, por exemplo, como eleitor, não sei quem retirou a assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Um minuto, apenas. Quem apresentou o requerimento fui eu; colhi trinta e quatro assinaturas. Restaram vinte e seis e oito Senadores retiraram as suas assinaturas. O despacho do Presidente com o nome dos oito Senadores que retiraram a assinatura foi distribuído para a imprensa, que, infelizmente, não o publicou.

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Lamento, como eleitor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – No despacho do Presidente do Senado para este Senador, que havia apresentado o requerimento, constam os nomes dos Senadores que retiraram as assinaturas, e está à disposição, inclusive.

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Muito obrigado.

Cabe ressaltar que a auditoria só ocorreu em razão do meu pedido de exoneração. Ela começou a acontecer logo após o meu pedido: a imprensa a veiculou e o Ministro a negou, porque não havia o que auditar no Ministério. E havia quatro colegas meus, da Secretaria Federal de Controle, lá dentro, auditando.

Ela foi formalizada muito tempo depois e o que encontrou? Irregularidades procedimentais em decorrência de haver pouco pessoal e falta de treinamento. Todos os órgãos têm isso: "Tem que se corrigir isso, não se pode fazer mais isso, isso aqui passou", mas esquema, balcão e sindicância ela também encontrou.

O Ministro, quando veio depor, omitiu que o relatório da comissão de sindincância já estava nas suas mãos e que a sindincância sugeriu processo administrativo disciplinar com relação ao Sr. Buffara. Sugeriu nova comissão de sindicância para que eu e o Professor Tubino explicitássemos mais questões, mas processo administrativo disciplinar para o Sr. Buffara. Embora não tenha escrito com todas as letras "indiciado", a Lei nº 8.112 diz que, nesse caso, ele está indiciado. Isso significa apontado, indicado como culpado.

Então, o que houve: "Ah, procedimento, isso tem que se corrigir com gente", mas, se não me engano, vinte e três pessoas foram colocadas rapidamente lá dentro, de forma irregular. Isso não é corrigir. O Ministro elogiou o novo Presidente que, em quinze dias, apresentou o relatório da situação dos bingos eivado de erros, feito pelo pessoal da Poliedro. O programa foi feito por duas ou três pessoas, com o pessoal da Poliedro digitando, e também de forma irregular. Então, não adianta querer corrigir em quinze dias utilizando-se desse subterfúgio.

Quanto ao motivo da concentração do poder, se entendi bem, a concentração do poder é na estrutura, abaixo do Sr. Buffara. Para mim, fica clara, nítida a interligação com o Ministro: era o esquema montado pelo Sr. Ministro. O Sr. Buffara me falou, na conversa inicial: "É para prestar todo o apoio político ao Ministro que é candidato a Governador, quer dizer, ele já está na campanha da sua imagem política e quem sabe – como falei no início, não sei se a senhora assistiu – quem sabe depois de Governador...Qual o motivo da concentração de poder fica nítido isso aí.

Algo que me ocorreu – e devo fazer um parêntese – é que o consórcio do rei Pelé desmentiu que seja sócio. Ele era garoto propaganda do consórcio do rei, ele nunca foi sócio. Tinha o nome usado indevidamente pelo Sr. Buffara, como se sócio fosse, para melhorar a imagem de venda.

Privilégios de algumas entidades não é ação minha e nem da minha equipe privilegiar entidades. Por exemplo, bingo eventual, Poupa Ganha. Segundo relatório da auditoria, 76% do volume de processo é do bingo Poupa Ganha. É a maior rede de bingos do Brasil. Em todo o Estado em que o Poupa Ganha está instalado e que não tenha convênio do Indesp com Loteria Esportiva ou Secretaria Estadual de Fazenda, quem tem que analisar é o Indesp. O volume é monstruoso, embora hajam mazelas, irregularidades e inclusive queixas que recebi no Indesp, e disse que não poderia embarcar na panacéia do denuncismo, mas até o Presidente do Sindicato da Associação dos

Panificadores de Alagoas disse que até a venda de pão em Maceió caiu com a entrada do Poupa Ganha, ou seja, o dono do orçamento familiar retira dinheiro do pão para jogar no Poupa Ganha.

A senhora me perguntou se há favorecimento político de liberação de recursos. Como temos reiterado aqui, há indícios veementíssimos. Mostrei gráficos de liberação de recursos que são indícios veementíssimos. Como se pode afirmar? Não consigo a confissão de ninguém de que esse recurso foi liberado por isso, a não ser sob tortura, que não é permitida em nosso País.

Então, há indícios veementíssimos e não temos como comprovar, a não ser que algum funcionário do Indesp, que é prova testemunhal, aceite depor. Inclusive sei de comentários internos no Indesp – e conseguimos um bilhete de um servidor nesse sentido – dizendo que lá era preciso partilha e tal, e aí um dos que se agarram no DAS, que já citei o nome aqui, o Sr. Zucleane, comentou que já falou com a Cássia, que é Coordenadora de Convênios, que é para não ficar falando isso alto. Ou seja, o critério é eminentemente político.

Sobre desmascaramento. Aproveito a bola na rede para cortar – vamos falar de esportes. Sou da Secretaria Federal de Controle e na introdução das minhas palavras falei, com muito orgulho, que complemento, aproveitando o gancho que a senhora me deu, com muito orgulho e tristeza. Tristeza pelo momento que a Secretaria Federal de Controle está passando que está sendo enxugada, encurtada, demonstrando a determinação política com relação à fiscalização que a senhora me perguntou. Ou seja, as Cisets, que antigamente eram dois ministérios, passaram a ser nos ministérios, sendo da Secretaria Federal de Controle. Agora estão saindo dos ministérios e vai ficar um grupo menor, num ambiente só, o Ministro terá um assessor, DAS 5, para assuntos de controle interno, que pode ser os Cisets atuais ou não.

Evidentemente, há controles que se fazem hoje que poderão deixar de ser feitos, mas há controles que precisam ser feitos e não são. Essas fotografias que mostrei, de liberação de recursos, não era eu quem deveria estar fazendo e sim a Ciset do ministério que tinha que estar fotografando isso e telemonitorando. No órgão central não falamos mais – e costumamos brincar – de controle reativo que aconteceu, vai-se verificar qual foi a causa. Está-se falando em controle tempestivo, mais ainda, controle.

Concluindo, o sistema de fiscalização está à beira da falência. Nós temos, por exemplo, como falou o Senador Álvaro Dias, um cadáver insepulto, cambaleante na Esplanada. O que o controle interno vai fazer? Vai deitá-lo numa mesa de anatomia patológica para fazer a necrópsia. Não é de necrópsia que o controle interno está precisando, não. Nós estamos precisando é de biópsia e, antes, Medicina geral, preventiva, Medicina comunitária. Estamos precisando disso, e não de necrópsia. E, nesse caso, seria até meio biópsia, porque ainda não morreu. Talvez esteja com morte cerebral, meio cambaleante. Quem sabe, doação de órgãos, a que sou contrário.

O Presidente da CPI do Narcotráfico disse que tem de cortar todos os bingos seria uma forma de abafar. Eu fiz esse comentário. Essa medida provisória, esse decreto, isso aí, na minha opinião, é um desvio de foco do problema. Eu acho que um cientista político, um sociólogo pode falar do jogo melhor do que eu. Eu falei que, em dezembro, dispus-me a não jogar mais nem pôquer em roda de amigo. Entretanto, sobre jogo, eu preferia deixar um sociólogo ou um cientista da área falar. Mas para abafar é para abafar; mas, mais do que abafar, na minha avaliação, é para mudar o foco do holofote. Aliás, pediram luz, e tinha de haver luz. Se bem que não adianta você intensificar jato de luz sobre uma pedra, porque o que vai acontecer do outro lado é sombra. Mais sombra, vai aumentar a sombra. Se, hoje, já há penumbra, vai aumentar a sombra. Diferente do que acontece quando se projeta luz sobre um diamante: tem-se do outro lado como prêmio um bonito arco-íris.

Sobre a Conab, é evidente que o problema não é o órgão Conab, mas as pessoas incrustadas na Conab. Parece-me que há um esquema, manuseado de fora da Conab parece-me que do Congresso Nacional. As pessoas são indicadas, assumem ali e têm um esquema junto com a Poliedro. Para mim, ficou nítido dessa maneira...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Professor João Elias, quando se fala em Congresso Nacional, coloca-se sob suspeita todos os Senadores e Deputados. Seria interessante que V. Sª desse o nome dos Parlamentares que têm influência na Conab, segundo V. Sª.

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Eu não posso afirmar que os parlamentares ou que só esses parlamentares têm, mas eu já citei aqui o Deputado Abelardo Lupion. Eu não tenho dúvida, porque o Buffara me falava que era o homem de ligação. Apareceu Paulo Araújo, que eu não conhecia. A esposa do Paulo Araújo trabalhava lá. Então, são ilações, indícios veementíssimos de que o esquema

da Conab estava montado a partir daí e, quem sabe, outros deputados.

O Sr. Russomano se dizia primo do Deputado Russomano. Não sei se é. Ele, inclusive, ficou no apartamento dele quando chegou a Brasília. Uma vez, eu dei carona para ele e realmente o deixei lá, e o peguei lá em outra ocasião. Mas se dizia primo, tem o mesmo sobrenome. Então, não posso dizer que é o Deputado A ou B ou que são esses todos. Uma quebra de sigilo telefônico, Sr. Presidente, elucidaria isso rapidamente.

Então, o esquema da Conab não é a Conab. Ou seja, o Paulo Araújo, que foi utilizado para coordenar isso aí, foi criticado pelo Ministro. Se fosse cozinheiro, fez uma comida que não prestou. Se estivesse envenenada, a Nação não comeu. Então, de advogado foi rebaixado a cozinheiro na analogia do Ministro. Mas ele coordenava apenas a elaboração do papel. Há um esquema muito maior por cima disso que precisa ser desvendado, que não é Conab, embora tenha-se conhecimento de fatos da Conab que, aparentemente, não deram em nada, como é esse caso de pareceres de efetividade. Então, na Conab eu acho que cabe. Assim como houve no Indesp, caberia na Conab uma auditoria de pronto, uma auditoria para investigar fatos que ainda estão sepultados em cova rasa: é a história da sardinha, dos flocos de milho, há diversas histórias, inúmeras histórias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço ao Professor João Elias.

Gostaria de solicitar ao Delegado Luís Fernando que incluísse nas suas investigações uma informação que recebi. Segundo ela, os Srs. Luís Antônio Buffara e Sérgio Buffara, incluídos na ação do Ministério Público, seriam proprietários de muitos armazéns nos portos de Paranaguá e Santos. Seria interessante que se investigasse isso; talvez se chegue a alguma ligação com a Conab, que é a empresa do Ministério da Agricultura responsável pelo armazenamento.

Trata-se apenas de uma informação que recebi. Não estou aqui fazendo afirmação, estou pedindo a investigação sobre essa informação.

Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero mais uma vez reiterar a minha posição pessoal, radical e absolutamente contrária aos jogos. No entanto, a fim de não cometer injustiças, vou me referir a algo que revelei da tribuna quando da realização do depoimento do Ministro Greca. As tais máquinas, que não podem deixar de ser denominadas caça-níqueis, definitivamente, são um câncer que haveremos de extirpar. Elas já estão no Brasil há alguns anos, não é de agora, não é do ano passado e talvez não tenha conexão direta com o episódio que estamos apurando.

Com relação aos bingos, fico com o que disse o Senador Requião. Há bingos e bingos. Acredito que a Caixa Econômica Federal seja o órgão específico para estar à frente disso tudo, é este o procedimento correto.

Vou mais além: gostaria também de deixar claro que esta Casa – se Deus me permitir os oito anos de convívio com os meus pares – não assistirá a uma assinatura minha ser retirada de qualquer papel. Penso muito para assinar, mas, em nenhuma condição, Sr. Presidente, colocaria a minha assinatura em um papel para depois retirá-la. Antes de ser Senador do PFL, sou Senador pelo Estado do Tocantins. Tenho a honra, o orgulho e a responsabilidade de representar aquele povo e o povo brasileiro neste Senado, procedendo da forma pela qual acredito que as coisas devam ser feitas.

Disse também numa reunião desta Comissão que acredito firmemente no trabalho da CPI do Narcotráfico. A lavagem de dinheiro normalmente está ligada a essas máquinas. Portanto, não deveríamos perder tempo: tudo o que foi apurado deveria ser enviado imediatamente à CPI do Narcotráfico, porque, afinal de contas, ela pode quebrar sigilo telefônico, fiscal, pode apurar. Tenho certeza de que o Relator, Moroni Torgan, que é do PFL, não se furtaria a tanto se requerido fosse. Apresentei sugestão nesse sentido a esta Comissão.

Com relação à afirmação que aqui foi feita – supostamente por um Deputado Federal do PFL – de que o Ministro Greca não estaria apto a gerir, a ser administrador sequer de uma quitanda: o nosso partido é um partido que se reúne, que opina sobre tudo, é um partido que está presente sempre e que dá liberdade a seus membros de proferirem as suas opiniões. A última quitanda que vi o Ministro Rafael Greca administrar foi a cidade de Curitiba e – desculpem-me a opinião pessoal – não é esta a opinião do povo de Curitiba, até porque elegeu o seu sucessor, consagrou-o majoritariamente nas últimas eleições. Não tenho notícia de um deferimento de verba do Indesp, do Ministério do Turismo, do Ministério que comanda o Ministro Rafael Greca; não me sinto em condições de aqui, como Senador do PFL, ter que cumprir missão. Não integrei, não integro

e não integrarei tropa de choque de defesa de quem quer que seja, a não ser no interesse do meu Estado.

Então, gostaria de deixar algo claro e fazer algumas colocações importantes. Em primeiro lugar, sempre respeitei o Professor Manoel Tubino, sempre o admirei, mas no dia em que ele disse aqui "assinei contra a minha vontade", já passei a dele discordar. Fui prefeito e me responsabilizo por tudo o que assinei. Não poderia jamais dizer "vou assinar contra a minha vontade". Isso não fica bem para um homem público, não fica bem para o gestor. Diante de um documento com o qual não concordo, não assino. Se o assino, faço-o como o fiz quando prefeito: observando sempre as disposições legais, porque se algum erro ior cometido no decorrer do processo, ele poderá ser revisto posteriormente. Como prefeito, determinei a apuração de atos de servidores públicos que foram para o Ministério Público e acabaram em graves sanções a quem tinha cometido o erro. É importante que se determine a que tempo as coisas ocorreram e o grau de responsabilidade.

Sr. Presidente, quero falar a respeito da colocação do respeitabilíssimo jornalista Juca Kfouri, por quem tenho profunda admiração e não tenho razão alguma para duvidar do seu papel nesse caso. Entretanto, recebi ontem um documento do Ministério, que rastreou a ligação na data em que o jornalista telefonou para aquele órgão. Segundo o respeitado jornalista, o Ministro disse que passaria o telefone para o Sr. Paulo Araújo. Isso, para mim, é de fundamental importância para averiguarmos se o Ministro teria conhecimento ou não, pois se S. Exª está no gabinete e passa o telefone para a pessoa é porque ele a conhece, ou recebeu-a, ou teve contato com ela. Mas, rastreada a ligação, por trabalho do Chefe de Gabinete do Ministro, este afirma que o Ministro passou o telefone para Pedro, o seu Chefe de Gabinete, que discutiu extensivamente o assunto com Juca Kfouri. Portanto, ele pode reafirmar termos de um telefonema que outra pessoa não poderia fazer. E ele envia uma correspondência à **Folha de S.Paulo**.

Estou apenas, Sr. Presidente, dando conhecimento a esta Casa de documentos que recebi e que tenho a obrigação de relatar. Estava junto com o Senador Eduardo Suplicy na CPI dos Bancos, e quando surgiu o fato relacionado ao Professor Francisco Lopes, S. Exª disse: "Meu Deus, esse é um homem a quem admiro, a quem respeito na condição de professor, no seu exercício da cátedra, da sua vida acadêmica". E a própria Bancada do PT havia votado majoritariamente no nome dele para assumir o cargo de Diretor do Banco Central.

Então, quero deixar claro que, como prefeito, fui a Curitiba diversas vezes com várias equipes e levei tecnologia a Palmas, uma cidade planejada, que tem, portanto, alguns projetos oriundos de Curitiba. Assim, como cidadão, guardo uma admiração, um respeito, que só deixarei de ter no dia em que a diligente investigação do Ministério Público apontar resultados e não devido à opinião de alguém. Todo homem público é passível de ser indiciado ou de ter seu nome em uma lista de possíveis réus. Por isso, Sr. Presidente, quero acompanhar as investigações. Se alguém aqui acredita que o Ministro não está apto a gerir sequer uma quitanda, no meu entendimento, Curitiba merece dizer, em respeito ao seu ex-administrador, que essa não é a opinião de sua população.

Portanto, gostaria de reafirmar a nossa posição contrária às máquinas. Temos que estender a discussão sobre os bingos, porque existem entidades sérias que mantêm bingo – a Igreja o mantém há muito tempo. É preciso avaliar essa discussão e separar o joio do trigo.

Entretanto, como única indagação, gostaria de consultar V. Sª se, durante o período em que estava trabalhando, antes de sua saída do Indesp, V. Sª deixou algum documento de sua lavra onde demonstrasse que não concordava com aquilo. Existe algum registro oficial, documentado, do seu inconformismo com a elaboração da Portaria nº 23 ou da Portaria nº 104? Parece-me que esta última é a raiz do problema e ela é de 1998. Ou V. Sª só se manifestou quando pediu demissão? Caso não o tenha feito, não estou dizendo que foi um ato equivocado, mas seria mais um documento para nossas investigações.

Acredito, também, que seria de fundamental importância que a Polícia Federal pudesse constatar a data e a forma da contratação dessa empresa que teria sido supostamente contratada de forma irregular pelo Ministério ou pelo Indesp. Seria importante diferenciar qual órgão fez essa contratação, porque um é uma autarquia autônoma e o outro é uma outra entidade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de passar a palavra ao Professor João Elias, gostaria, a bem da verdade, de fazer uma correção na afirmação feita por um dos Senadores de que um Deputado do PFL teria afirmado que o Ministro Greca não serve nem para gerente de quitanda, essa afirmação não foi de um Deputado, foi de um Senador do PFL. Está aqui

na **Folha de S. Paulo**, do dia oito de novembro, só para efeito de correção.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Mas na matéria não diz o nome?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não, diz que na avaliação da cúpula do pefelista o Ministro Rafael Greca não teve habilidade ao deixar que os bingos e as associações ao crime virasse um tema nacional, foi taxado de administração pouco competente, "não serve nem para gerente de quitanda", tem dito um Senador pefelista.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Queria só fazer um comentário. Estive com o Presidente da República numa certa oportunidade e ele disse: Siqueira, veja o que está aqui no painel da **Folha de S. Paulo,** dizem que eu comentei numa roda que eu não colocaria a minha mão no fogo por um dos meus Ministros, no caso, o Ministro dos Transportes; temos que respeitar a liberdade de imprensa, mas eu jamais fiz esse comentário e tenho que ler isso, não adianta mandar carta que será negado.

Sr. Presidente, participo das reuniões da executiva, vou agora para reunião de liderança, no nosso horário de almoço, e sinceramente acho de pouca credibilidade essa informação, porque se assim fosse tenho certeza absoluta de que isso estaria registrado nas nossas atas das nossas reuniões. Não haveria nenhum constrangimento no fato deste Senador ter ido ao depoimento e manifestado sua opinião.

O que estamos fazendo, na verdade, é buscando a verdade, porque quando alguém é ministro não é ministro de um partido, é um ministro da República, é ministro de um governo, de um partido a que V. Exª pertence, participa da base de apoio, mas certamente não concorda como está fazendo quando a coisa está mal no seu entendimento. O que estou fazendo aqui é buscar a clareza dos fatos e V. Exª acho que já testemunhou isso, votei a favor de todas as convocações. Procuro agir de forma muito reta, respeitosa, porque sei que aí está também o problema das representações, do Estado, não estou dizendo com isso que há implicação política, mas tenho sempre um cuidado muito grande quando relatam algum processo do meu Estado, porque podem dizer que está tendendo ou não. Entendo que esta Comissão age bem, procede bem V. Exª ao aprofundar as investigações, mas acho que se tem que colocar sempre da forma mais livre, como V. Exª tem permitido, as nossas opiniões e as nossas manifestações.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em respeito a V. Exª, vou encaminhar, se V. Exª me permitir, essa mesma publicação dita com outras palavras, em outros jornais, talvez outros jornais estejam também publicando notícias sem veracidade. Vou encaminhar a V. Exª.

Com a palavra o professor João Elias.

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Antes um reparo, se V. Exª me permite. O bingo, esse bingo que se conhece, ligado a entidade esportiva, é administrado pelo Indesp. O Indesp é quem credencia, autoriza e deveria fiscalizar. O bingo de igreja, de quermesse, de entidades filantrópicas, beneficentes é um bingo autorizado pelo Ministério da Justiça, não é o bingo comercial. Então, a legislação já separa esse tipo de bingo.

Quando a avalanche apareceu, apareceu de repente, como toda a avalanche, começa, cai uma pedrinha e de repente apareceu. Ou seja, foi a faca no peito, o Paulo Araújo entrou no Indesp, está aqui para supervisionar a sua área e a procuradoria jurídica, como se fosse um vice-diretor. Disse: como? Não, ele é assessor do Ministro para elaborar o decreto, a medida provisória e tal, e vai trabalhar aqui dentro. Disse: mas escuta, eu não estou entendendo, o que tem a ver com a supervisão operacional? Para colher subsídios. Não era, não correspondeu a verdade, o Sr. Buffara. Ele pedia inclusive processos indeferidos querendo que a situação fosse revertida, porque se a entidade ou a administradora do bingo realizou um bingo com deferimento ou sem deferimento do Indesp, ela incorreu em crime, ele queria como que "maquiar" o crime, dando uma declaração a posteriori. Não aceitamos isso. Começou então a cair a avalanche, eu disse que não aceitava, começamos a insurgir. Participantes da Conab falaram-me que o comentário lá dentro era:" Você tem que exonerar esse cara, esse cara tem luz própria, esse cara vai atrapalhar o esquema, esse cara anda pelas próprias pernas". E "esse cara" era eu. Dizia: "Não eu enquadro, deixa que eu enquadro". Como eu me negava peremptoriamente ao esquema de jeitinho, a tentativa de me enquadrar foi colocando o Paulo para me "peitar", porque o Buffara não tinha coragem para me "peitar". Acho que ele ficava com medo da Ciset – Secretaria Federal de Controle.

Então, ele não tinha coragem realmente. Colocou o Paulo. E o Paulo, quando ele falou isso, eu disse: "não me presto a isso, não". Palavras textuais do Sr. Paulo Araújo com um ar que causa ranço: "não estou entendendo a sua resistência e indignação",

como quem diz assim: "curva, verme. O esquema é esse, se curva".

Não vou me curvar. Não me curvei e não me curvarei.

Entrou de repente. Quando ele começou a apresentar as listas, eu orientei a minha equipe – a Dilene, chefe da divisão – para enrolar, ou seja, vamos informar, quando ele insistir, como está o andamento. E eu dizia: "tem 17 na frente"; "com esse aqui está acontecendo isso". Folheio o processo e digo: "está faltando isso?"

Quando eu dizia isso para ele, de repente, apareceu o que chamamos de uma juntada de documento, ou seja, informava o outro lado e aparecia...

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – E aí passava na frente?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Não, da nossa parte não. Se passou na frente, foi analisado pelo Sr. Davi. E ele, na tentativa de enquadrar, enquadrar, enquadrar determinou que um processo de nº 8, de uma lista de 15 a 20 processos, tornasse prioridade número zero; não era nem um.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Perguntaria a V. Exª, para entender bem o processo. V. Exª tinha um bom relacionamento e acho que mantém até hoje com o professor Manoel Tubino?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Conheci o professor Manoel Tubino lá. Respeitava o nome pelo seu currículo. Por duas vezes, falei com o professor Tubino que estava havendo uma pressão. Eu fui para me despedir. Ele falou: "o Indesp não pode perder sua densidade. Vou conversar com o Buffara e isso vai acabar".

Na segunda vez, ele disse: olha, conversa com ele e tenta reverter isso. Aí eu notei que a pressão estava também sobre o professor Tubino.

Na terceira vez, eu protocolei. Não me dirigi a ninguém.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Se o processo estava sendo furado, se havia um trabalho de atendimento especial – V. Sª manifesta-se contrário a tudo isso e eu não tenho nenhuma razão para duvidar; estou percebendo a sua firmeza – e se um Presidente assinava tudo isso, o senhor nunca teve oportunidade de dizer: "Professor, o senhor não assine mais nada, não coloque a sua assinatura em mais nenhuma autorização, porque está havendo fura".

O senhor chegou a escrever oficialmente? Há algum documento? O senhor posição oficialmente em relação a isso ou alertou-o pessoalmente?

O SR. JOÃO ELIAS CARDOSO – Eu alertei o professor Tubino pessoalmente, duas vezes. Disse-lhe que eu ia sair. Mas ele disse: "não, o Indesp não pode perder a sua densidade". O Lars Grael disse que não aceitava de jeito nenhum. O Paulão, outro diretor, disse que o Indesp não poderia perder o meu concurso.

O processo nº 8, que virou processo nº zero, Federação Brasileira de Vela e Motor. "Tem que ser por que tem que ser".

Eu não tive dúvida. Escrevi: "de ordem do Diretor do Diafe, para imediata análise e parecer".

Está lá. Ele que responda por isso. Mas isso foi, se não me engano, numa quinta ou sexta-feira da semana antecedente ao meu pedido de exoneração – pouco mais de uma semana antes.

O processo foi para uma analista. Ela não estava. Depois do almoço, ela saiu porque teve um problema. E ele insistiu e insistiu. E falei: "olha, a pessoa que sabe analisar isso daí...E era bingo eventual passando à frente na fila de outros bingos eventuais antes daquele. Era bingo eventual do dia 29. E outros de três fins de semana antes seriam preteridos. Ele disse: "mas, então, dá para o Davi analisar".

Eu voltei a despachar: "Por recomendação do Sr. Diretor da Diafe, para o Davi analisar". Registrei isso.

Outro ponto fundamental – não sei se V. Exª viu aqui – é o da formalização da portaria do Indesp. Eu disse que teria que formalizar. Não pode uma portaria nascer, ser publicada. Onde está o processo? A ritualística exige isso. Então, eles disseram: "Providencia isso".

Eu providenciei.

Vou ler rapidamente aqui o memorando que preparei:

"Sr. Diretor,

Refiro-me à Portaria 104/98, do Indesp, que regulamentou a habilitação e funcionamento de máquinas eletrônicas programadas. Sobre a matéria, há quatro pontos que merecem comentários especiais, a saber:

1 – Deve o Indesp buscar parceria com órgão público federal, para, no futuro, vir credenciar outros laboratórios para a realização de análise para emissão de laudo técnico com vista à habilitação de máquina eletrônica programada;

2 – É imperiosa a necessidade de um cadastramento de âmbito nacional das máquinas eletrônicas programadas, para assegurar regularidade do funcionamento das mesmas;

3 – para atingir esse objetivo é necessário tanto, para a habilitação como para autorização individual de funcionamento, que esses procedimentos sejam centralizados no Indesp, que teria que se estruturar para tanto.

Se não houver estruturação, não há como saber que máquina está funcionando e onde. Essa era a minha idéia.

4 – quanto aos aspectos de fiscalização e funcionamento das máquinas, é fundamental que a norma reguladora preveja esse campo de atuação e as sanções aos infratores.

Fundamentado nessas considerações, é que apresento, em anexo, a proposta de portaria a ser baixada pelo Sr. Presidente do Indesp para apreciação de V. Sª.

Entendo, finalmente, que os aspectos jurídicos da norma proposta devem ser analisados pela Procuradoria-Geral do Instituto.

Ou seja, a mim cabia a parte técnica. A Procuradoria deveria manifestar-se formalmente sobre a parte jurídica.

Eu disse que aquele era o meu memorando. Mas não o aceitaram. Perguntei: "que memorando você pretende que eu faça para você assinar, porque eu não vou assinar". Passei, então, à comissão o processo de formalização das máquinas eletrônicas, que começa com o memorando do Sr. Buffara – a minha assinatura não consta deste documento, que foi entregue diretamente ao Procurador:

Sr. Procurador, refiro-me à Portaria104/98 do Indesp que regulamentou a habilitação e o funcionamento de máquinas eletrônicas programadas. Fundamentado no inciso III do art. 7º do Decreto 2.994, esclarecendo que foram debatidas com a área pertinente as questões técnicas, solicito análise dessa unidade no que concerne às questões jurídicas da proposta de portaria que encaminho em anexo.

Ou seja, a formalização não nasceu como eu propus. Fiquei preocupado por não saber como provar tudo isso, até que soube que há programas avançados que detectam mesmo o que tenha sido deletado. Basta acessar a máquina e ter perícia técnica.

Que prevaleça a verdade. Era o que tinha a informar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Wilson.

O SR. CARLOS WILSON – Não acompanhei a famosa retirada de assinatura dos Senadores do requerimento que solicitava a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos. Lembro que V. Exª me pediu e que eu fui o segundo signatário. Gostaria de ouvir de V. Exª uma explicação sobre o porquê de não ter sido formalizada a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tenho em mãos e vou entregar ao Delegado e ao convidado cópia do requerimento que apresentei. Fui o primeiro signatário e V. Exª foi o terceiro, depois do Senador Roberto Requião. O requerimento da CPI foi arquivado por despacho do Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, porque, no intervalo entre a apresentação deste requerimento que fiz à Mesa e a sua publicação, quando se tornaria, portanto, irreversível, houve uma mobilização geral para que alguns Senadores tirassem as suas assinaturas. E oito Senadores, dos 34 que assinaram, acabaram por retirar a sua assinatura. Fiquei, portanto, com um requerimento de 26 assinaturas. Como há a necessidade de 27 assinaturas no mínimo para que uma CPI seja instalada, ficamos com uma assinatura a menos do necessário.

Por isso, essa CPI não foi instalada, infelizmente, porque ela resolveria todas essas dúvidas que foram levantadas aqui e, sobretudo, todas as denúncias feitas de que dinheiro com origem na máfia está indo para o caixa de campanha do Ministro Rafael Greca, por meio da lavagem de dinheiro de narcotráfico, ou de drogas ou de cocaína – como queiram – nas máquinas caça-níqueis.

Essas denúncias não estão sendo feitas por carta anônima, como quiseram dizer, mas a partir de carta rogatória do Ministério Público italiano, que está à disposição do Ministério Público do Brasil, que entrou com uma ação na qual constam o Srs. Luís Antonio Buffara, assessor direto do Ministro Greca, e o próprio Ministro Greca, entre outras pessoas, como indiciados nessa ação, que já está para ser julgada – temos aqui a presença de um dos Procuradores, Luiz Francisco Fernandes – pelo Supremo e, espero – não sei se essa informação está correta –, pelo juiz singular. Pois bem, ela está para ser julgada. Além dessa ação do Ministério Público, há um inquérito. Perguntei ao Delegado Luiz Fernando se é o inquérito que corre sob segredo de justiça, e ele disse que não, portanto poderemos ter acesso a algumas peças, até que isso aconteça.

No entanto, há uma investigação da Polícia Federal, e somente o Senado se negou a investigar denúncias de extrema gravidade, que vão desde a lavagem de dinheiro do narcotráfico até o desvio de dinheiro público para formação de caixa de campa-

nha de um Ministro de Estado, que veio ao Senado para fazer poesia, como disse o Senador Roberto Requião, e não respondeu à nenhuma pergunta direta. S. Exª só respondeu às perguntas já escritas anteriormente, que foram passadas a alguns dos seus correligionários e cuja resposta também já estava escrita.

Então, estamos diante de um fato que considero de extrema gravidade, porque, ao não quererem implantar a CPI, os Senadores negaram a si o direito de fazer valer as suas prerrogativas constitucionais. Considero isso um fato lamentável, Senador Carlos Wilson, em resposta à sua indagação.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª tem a palavra, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Primeiro, desejo saber se no despacho do Presidente Antonio Carlos Magalhães há a informação sobre quais Senadores desistiram da assinatura e se V. Exª pode prestá-la. Segundo, em que pese não ter havido ainda número suficiente de assinaturas para a CPI, havendo 26, à luz dos fatos que estão sendo trazidos ao conhecimento público inclusive pelo trabalho desta Comissão, presidida por V. Exª, quem sabe ainda possa haver a mudança de atitude por parte de algum Senador.

Tendo em vista que depoimentos muito importantes têm sido prestados sobre o assunto a esta Comissão, o que tem colaborado para a apuração dos fatos, pergunto se há ainda depoimentos programados e se eles estão sendo concluídos. Se ainda estão por ser concluídos, qual seria a providência que a Comissão de Assuntos Sociais encaminharia ao Ministério Público, que está examinando o fato, ou seja, aos Procuradores e aos Promotores? Enfim, indago se todos os documentos e depoimentos colhidos por esta Comissão serão encaminhados ao Ministério Público, como um reforço às apurações que têm sido feitas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A primeira pergunta de V. Exª é sobre se eu poderia informar os nomes dos Senadores. Tenho aqui o despacho do Presidente. Acredito que ele seja público, porque não me pediram confidência. Os Senadores que retiraram as suas assinaturas são Gilberto Mestrinho, Gilvam Borges, Wellington Roberto, Gerson Camata, Arlindo Porto, Luiz Otávio e Agnelo Alves. Esses nomes constam no despacho do Presidente do Senado.

Sobre a segunda pergunta de V. Exª, há requerimentos já aprovados para a convocação dos servidores Luiz Antonio Buffara, Paulo Araújo e André Manfredini, todos esses relacionados como participantes das famosas reuniões da Conab, nas quais foi elaborada a Portaria nº 23, que praticamente abriu a possibilidade de se legalizarem as máquinas caça-níqueis no Brasil. São essas as pessoas convocadas. Além do jornalista Juca Kfouri, que só não esteve aqui hoje por impossibilidade da sua agenda, mas já se dispôs a vir em outra oportunidade. Hoje surgiu também a possibilidade, levantada pela Senadora Heloísa Helena, de convidar o delegado que preside o inquérito, pois S. Sª trata de outra questão relacionada ao assunto, ou seja, da lavagem de dinheiro do narcotráfico. Portanto, vamos avaliar a possibilidade de apresentação de um requerimento convidando esse delegado.

Sobre as providências da Comissão, já ouvimos os depoimentos contundentes de dois Procuradores, um deles aqui presente, Luiz Francisco Fernandes, em audiência pública. Esses depoimentos foram tão incisivos e tão claros, no que se refere ao envolvimento de pessoas ligadas ao Ministro e do próprio Ministro, e, sobretudo, deram conta de denúncias formais do Ministério Público italiano de lavagem do dinheiro da máfia italiana, da máfia espanhola, através de jogos no Brasil, especialmente na liberação das máquinas caça-níqueis no Brasil, que decidimos, ontem, encaminhar as notas taquigráficas desses depoimentos, anexando todos os documentos que foram deixados pelos dois Procuradores, dando conta desse envolvimento da máfia italiana com o Ministério do Esporte e Turismo, e até denúncia de que o Ministro Greca estaria comprometido com essas irregularidades.

Então, encaminhamos todas as denúncias à CPI do Narcotráfico da Câmara, porque, se há indícios de que o dinheiro do narcotráfico está sendo lavado por meio das máquinas caça-níqueis, é preciso que a CPI do Narcotráfico tome algumas providências.

Para tanto, sugeri, como primeira medida, que a CPI do Narcotráfico convoque o Ministro Greca para depor sobre este assunto. Essa foi a primeira medida, mas vamos tomar outras. Vamos encaminhar todos esses depoimentos colhidos ao Ministério Público e à Polícia Federal, para que essas instituições colaborarem com a investigação que o Senado não quis fazer.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Complementando a informação dada por V.Exª, a Comissão também encaminhou ao Líder do Governo, Senador José Roberto Arruda, a documentação fornecida pelo Ministério Público, pela Procuradoria, pois, diante do compromisso do Líder do Governo aqui estabelecido de que, havendo indícios formais, assumiria o compromisso de solicitar uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, para, à luz das "descobertas" feitas aqui juntamente com a CPI do Narcotráfico, que pudéssemos identificar, além de outras, a questão da relação do bingo com a lavagem de dinheiro do narcotráfico.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Bem. Antes de encerrarmos a reunião, o Delegado Luís Fernando pede a palavra por alguns minutos.

Com a palavra o Delegado Luiz Fernando.

O SR. LUÍZ FERNANDO AYRES MACHADO – Antes de mais anda, muito me honra estar nesta Casa. Quando for solicitada a minha presença, estarei aqui com certeza.

Gostaria de ressaltar e frisar, mais uma vez, a isenção na apuração feita pelo Departamento da Polícia Federal, que, com certeza, será apartidária e apolítica.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradecemos a presença do Delegado Luiz Fernando, do Professor João Elias, do Luiz Francisco Fernandes, Procurador da República que tem demonstrado muita determinação e, sobretudo, muita dedicação à sua função, agradecemos a presença de todos os Senadores, da Vice-Presidente desta Comissão, que tem dado um grande apoio a esta Comissão para que ela se transforme numa das comissões mais importantes da Casa. Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h34min.)

Ata da 38ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, 53º da Comissão de Assuntos Econômicos e 20º da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada conjuntamente no dia sete de dezembro de 1999.

Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, do dia sete de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sob a Presidência da Senadora Emilia Fernandes, reúnem-se as Comissões de Assuntos Sociais, de Serviços de Infra-Estrutura e de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Pedro Piva, Juvêncio da Fonseca, Heloísa Helena, Antônio Carlos Valadares, Luiz Pontes, Osmar Dias, Geraldo Cândido, José Eduardo Dutra, Ney Suassuna, Carlos Patrocínio, Alberto Silva, Carlos Bezerra, Maria do Carmo Alves, Gerson Camata, Tião Viana e o Deputado Clementino Coelho. Deixam de comparecer os demais membros das Comissões. A Senhora Presidenta declara abertos os trabalhos. A presente reunião destina-se a audiência pública com os Senhores Presidente da Codevasf, Senhor Airson Bezerra Lócio e com o Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Raimundo José Santos Garrido. Os demais convidados, o Presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CEEIVASF), Senhor José Theodomiro de Araújo e o Ex-Chefe da Direção de Recursos Hídricos da Eletrobrás, Senhor Sérgio Barbosa de Almeida, tiveram suas ausências justificadas pela Senadora Heloísa Helena. A finalidade da presente audiência pública é a discussão da utilização do potencial do Rio São Francisco e especialmente o projeto de transposição de suas águas. Após as explanações fazem uso da palavra as Senadoras Heloísa Helena e Emilia Fernandes e os Senadores Geraldo Cândido, Antônio Carlos Valadares, Paulo Souto, Alberto Silva, Ney Suassuna e o Deputado Clementino Coelho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e quinze minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Secretário da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e publicada no Diário **do Senado Federal,** juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Emilia Fernandes,** Presidente da CI – Senador **Osmar Dias,** Presidente da CAS – Senador **Ney Suassuna,** Presidente da CAE.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Declaro aberta a reunião. Damos início, então, à audiência pública conjunta das Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais do Senado, atendendo requerimento das Senadoras Heloísa Helena e Maria do Carmo e do Senador Geraldo Cândido, que a propôs, e aprovado por essas Comissões. A audiência visa iniciar, introduzir o debate em relação à questão relacionada ao potencial hídrico do rio São Francisco e às alternativas que estão sendo

propostas e debatidas. Inclusive os meios de comunicação noticiam que seriam ainda concluídas propostas vindas do Poder Executivo neste mês de dezembro.

Estamos com a presença do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Ney Suassuna, da Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Heloísa Helena. Queremos registrar inicialmente que a proposta da Senadora incluía o Ministro da Integração Nacional, Senador Fernando Bezerra, na pauta dos nossos convidados. Tendo em vista problemas colocados por parte do próprio Ministro, que alegou que gostaria de participar de uma reunião onde estivessem aqui Ministros e não apenas pessoas da área técnica, entendemos por bem estar mantido o convite a S. Exª, mas estamos chamando então nesta reunião os senhores Dr. Airson Bezerra Lócio, Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf, a quem convido para que já componha a mesa conosco, o Dr. Raimundo José Santos Garrido, Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que também convido para que nos acompanhe, na Mesa, os trabalhos. Registro ainda que foram convidados o Dr. José Teodomiro de Araújo, Presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e o Dr. Sérgio Barbosa de Almeida, ex-Chefe de Direção de Recursos Hídricos da Eletrobrás.

Queremos aqui registrar, inclusive manifestar a nossa preocupação, e por que não dizer até o nosso repúdio, tendo em vista a ausência dessas duas pessoas, porque regimentalmente a Casa, quando convida alguém, oferece-lhe a oportunidade de se deslocar de seu local de residência, com passagem, diária, etc., para que, no mínimo, ela possa permanecer e vir atender o chamado do Senado. Infelizmente, por questões burocráticas do Senado, não foram liberadas em tempo hábil, não quero até nem dizer se foram negadas, mas não foram liberadas em tempo hábil condições para que essas duas pessoas viessem a nossa Comissão. Então, como vamos iniciar um debate sobre o assunto, eu acredito que posteriormente todas as pessoas que não estejam aqui, pelo motivo que seja, oportunamente virão.

Queremos também chamar a atenção aos Srs. Senadores de que se encontra nas suas Bancadas um trabalho que é realizado na Biblioteca do Senado e passado aos membros da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, buscando sempre abordar os temas pertinentes a nossa Comissão. E mais precisamente neste material que está sendo distribuído a todos os Srs. Parlamentares, constam exatamente as matérias que ultimamente saíram na imprensa em relação à questão das águas.

No **Jornal do Brasil**, por exemplo, li uma matéria do Sr. Gerson Kelman, que é o assessor especial do Ministro de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e ex-Presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, e é importante que se chame a atenção apenas para dois pontos que esta matéria contém: que o Brasil possui 13% do escoamento total dos rios do planeta, ou seja, trata-se de um patrimônio capaz de despertar a cobiça dos sem-água de todos os quadrantes, e, mais adiante, que a experiência internacional bem-sucedida no manejo dos rios demonstra ser necessário respeitar uma série de regras, mas eu só leria a primeira, porque está à disposição aí, quem desejar pode pegar:

"A prioridade para o uso da água deve ser o abastecimento humano e a dessedentação dos animais".

E mais adiante há uma matéria da **Gazeta Mercantil**, que diz que o projeto de transposição do rio São Francisco começa a sair do papel e diz que o Ministério da Integração Nacional estará concluindo até dezembro os estudos da viabilidade do trabalho, bem como o estudo de impacto ambiental, que esse material terá noventa dias para ser analisado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, e depois ainda dá mais uma série de dados, dizendo até que a transposição terá um custo de dois milhões e deve demorar aproximadamente cinco anos para ser realizada. É apenas uma introdução, para provocar nossos convidados, para que possam, depois, se manifestar.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, que são os que queremos ouvir, passo a palavra ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Ney Suassuna, e, posteriormente, à Senadora Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Srª Presidente desta Comissão, nobre Vice-Presidenta da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Heloísa Helena, minhas senhoras e meus senhores, esta primeira frase dita pela Senadora, no artigo que acaba de citar, para nós, da Paraíba, basta. São vários Estados no Nordeste, mas nenhum tem a condição tão difícil quanto à Paraíba em relação à água. Quando falamos em

transposição, pensamos em água para beber para milhões de pessoas. Não queremos, de maneira alguma, água para irrigação. Temos, no Cariri e no Curimataú paraibano, bem como seus correspondentes nos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, falta de água para consumo humano e animal.

O rio São Francisco tem 60%, e peço que V. Exªs, depois, que me corrijam se eu estiver errado, tem 60% das águas do Nordeste, tem uma vazão, por segundo, de 2.063 metros cúbicos. Queremos tirar 70 metros cúbicos por segundo. Isso não é nada. Esses 70 metros cúbicos são suficientes para regularizar a água em quatro Estados: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e parte do Ceará. São dezesseis milhões de pessoas, sendo que, no caso da Paraíba, hoje, se V. Exªs chegarem a Campina Grande, dos 250 milhões de metros cúbicos que tem em Boqueirão, só temos 70, para tomada d'água com 50. Salinidade excessiva e para tomada d'água com 50. As indústrias que lá estão — inclusive o Senador José Alencar tem uma indústria lá — um custo excessivo, porque está tendo que reciclar a água. Não tem como concorrer. Ele fazia uma camisa de malha a R$0,70, concorria com os chineses. Agora, com a falta d'água, não consegue concorrer com os chineses. São quatro milhões de pessoas que, se não forem atendidas lá no local, virão para São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, formar os anéis de miséria. São pessoas de pouca escolaridade. Dói dizer isso do meu Estado.

Quando falamos de transposição e vemos alguém contra, ficamos pensando: "Não está passando sede". Ele não está tendo 96 cidades, das 223 da Paraíba, sem um pingo d'água nos reservatórios há dois anos, na região do Brejo inclusive. Transposição, para uns, é fato de fazer exposição bonita, a favor ou contra, para nós é bebida, é água, é vida. Então, nós, da Paraíba, estamos extremamente preocupados. E nesta semana a Bancada da Paraíba foi ao Presidente da República. E a resposta de Sua Excelência foi: "O projeto já começou. Já fizemos a viabilidade econômica, estamos concluindo a viabilidade técnica. Vamos fazer esse projeto". Saímos de lá exultantes. No entanto, vemos bispos, padres, em outros Estados se mobilizando contra. Tomara que desta discussão, Srªs Presidentes, saia algum caminho.

A Bancada da Paraíba, junto com a Bancada do Rio Grande do Norte, com a Bancada do Ceará, está convidando a Bancada de Pernambuco e depois vai convidar a Bancada de Alagoas, de Sergipe e, por último, a da Bahia para trocarmos idéias. E vamos dizer isso, é um preceito bíblico. Todos têm direito a ter suas aspirações, e acho que este é o momento. Sergipe, Alagoas, Bahia, têm direito a ter suas aspirações atendidas. Mas no caso da Paraíba, queremos água para beber, nada mais. Tomara, realmente, que tenhamos sucesso e consigamos mais dados, porque nada me convence de que nos 300 últimos quilômetros – e tomara que eu não esteja errado – do rio São Francisco não tem nada, a não ser a água correr para o mar, e para quem é contra, deve ser importante para fazer o oceano Atlântico, porque essa água vai para o mar e não serve para mais nada. Para nós, esses quatro Estados que se encontram na miséria, principalmente em recursos hídricos, especialmente a Paraíba, significam uma redenção.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Senadora Heloísa Helena, pela Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Em primeiro lugar, embora me sinta motivada a entrar no debate propriamente dito, vou, à luz do Regimento, esperar a oportunidade de intervir, pois desejo fazê-lo da forma mais solidária e respeitosa, sob o ponto de vista técnico, à caacidade de recursos hídricos do Nordeste.

Gostaria apenas, Srª Presidente, de deixar nosso protesto em relação à ausência dos outros dois convidados que, infelizmente, não estão presentes em função talvez da inoperância ou falta de vontade política no sentido de possibilitar a vinda dessas duas pessoas, dois técnicos qualificados, que poderiam estabelecer um debate plural. Desejo, também, deixar meu protesto em relação à ausência do Ministro, especialmente diante dos argumentos colocados por V. Exª, onde a síndrome da vaidade passa a ser estabelecida de tal forma nesta Casa que Ministro é um "deus" e não pode discutir com quem está aqui na Terra.

Portanto, é o meu protesto e me reservo a fazer as observações que desejo sobre o projeto e sobre as circunstâncias globais do aproveitamento dos recursos hídricos do Nordeste no tempo que me for regimentalmente concedido.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Assim sendo, de imediato passamos a palavra ao Dr. Airson Bezerra Lócio, Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Regimentalmente, para as disposições iniciais, daríamos de 10 a 15 minutos, com prorrogação, se

necessário. Posteriormente, iniciaríamos o debate a fim de que os palestrantes não esgotem, em um primeiro momento, suas considerações. Podem complementá-las à medida que questionados pelos Parlamentares. Assim, torna-se mais ágil o trabalho. Quinze minutos com um tolerância de mais cinco seria então a proposta. Todos concordam? (Pausa.)

Aprovado.

O Dr. Airson Bezerra Lócio está com a palavra.

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – Excelentíssima Senadora Emilia Fernandes, Senadora Heloísa Helena, Senador Ney Suassuna, Dr. José Luiz Perez Garrido, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores, não sei se a escolha foi a melhor para uma palestra. Atualmente dirijo a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, e a preocupação, na verdade, é provocar o desenvolvimento do próprio Vale. Atuamos em uma infinidade de atividades do Vale do rio São Francisco, desde a pecuária, a piscicultura, etc. Mas o instrumento maior de desenvolvimento daquela região está sendo a irrigação pelo fato de gerar maior emprego, maior renda e dar uma estabilidade maior ao trabalhador para poder garantir seu emprego quase o ano todo. Ou seja, não há problemas climáticos. Creio que a irrigação é um dos instrumentos mais importantes de desenvolvimento do semi-árido. Ocorre que dentro do Vale do rio São Francisco existe uma área vasta de semi-árido, aproximadamente 58% encontra-se dentro da Bacia do rio São Francisco.

Tenho proferido palestras a respeito do desenvolvimento do Vale do rio São Francisco e do semi-árido. É um problema tão grave e tão complexo que jamais poderia ser feito em quinze horas, quanto mais em quinze minutos. Mas o assunto aqui me parece que é o problema da capacidade hídrica do rio São Francisco e o problema da transposição. A Codevasf não tratou ainda da transposição porque pertencia a outro ministério. Somente agora passou a integrar o Ministério da Integração Nacional, ao qual o projeto está diretamente ligado. Mas diria que não há solução, dentro dos estudos da Codevasf, para a região do semi-árido em termos sustentáveis de emprego, de renda, de manter uma região rica, fica sem a participação do rio São Francisco. Não há como resolver o problema do Semi-Árido sem a participação das águas do São Francisco. O problema de barragens e de poço dessalinizador são medidas paliativas que não têm dado resultados. São trezentos anos de repetição de erros. São barragens que não suportam dois, três anos de seca. As águas ficam de má qualidade, salinizadas. Há que se ter uma participação do São Francisco para se garantir essa água.

Esse é o primeiro passo que se está dando, dentro do Semi-Árido e dentro do Governo, para uma solução praticamente definitiva. Eu não concordaria muito com o Senador Ney Suassuna, ou seja, de que o problema é só de abastecimento. O abastecimento humano, na Paraíba, é insignificante em termos de consumo de água. Para que se possa ter uma idéia, no Projeto Senador Nilo Coelho, em Petrolina, a quantidade de água que é gasta em irrigação dá para abastecer duas áreas metropolitanas de Recife. Assim, o volume de água para consumo humano é insignificante. Na hora em que levarmos a água do São Francisco para atender, complementar as barragens e os reservatórios já existentes, a fim de darmos essa garantia de água para a população, verificaremos que o tirar água para o consumo humano é muito pouco. Agora, sem ter nada...É isso que está acontecendo realmente. Nós estamos acompanhando muito o problema da Paraíba.

Assim, este "levar água", como nós chamamos na Codevasf, interligação de bacias – o próprio termo de transposição da água tem sido muito desgastado em razão das reclamações...O Ministério está concluindo os estudos de viabilidade, de meio ambiente, de RIMA etc, para dar esse primeiro grande passo de um projeto que tem que atingir também outras regiões do Semi-Árido, como o Piauí. Nós temos áreas no Piauí em que não há como fazer água de superfície, a não ser levar um pouco dessa água do São Francisco para garantir o abastecimento. Levar para outros Estados também. Pernambuco é apenas uma travessia das águas que vão para esses outros Estados, mas seria também muito beneficiado. O Ministério já se comprometeu a fazer os estudos – isso já vem sendo estudado – sobre canais em Alagoas. Isso porque lá, próximo ao rio São Francisco, não há como desenvolver isso em razão dos próprios solos. É preciso um canal acima do São Francisco.

Em Sergipe, o Projeto Xingó já foi estudado. Trata-se de um canal para levar água e garantir a sua disponibilidade nos reservatórios e na região.

Assim, nós somos favoráveis a esse projeto de levar água para o Semi-Árido. Isso porque não encontramos outra solução a não ser esse paliativo. Quando se fala em um projeto como esse as pessoas dizem que há outras formas mais baratas de se fazer isso. É verdade, há, só que elas não resolvem. Isso já está comprovado. Há 100, 200 anos que se faz

barragens, até barragens excessivamente grandes, e elas não prestam. Eu daria aqui o exemplo de uma barragem no Semi-Árido: 30% dessas águas que são acumuladas em barragens, principalmente quando a barragem tem uma lâmina de água muito grande, evaporam. Os outros 30% poderiam ser utilizados, e os outros 33% seriam como uma reserva técnica, no primeiro ano tudo bem, mas se tivermos uma seca não teremos mais os 30%. Teremos os 30% dos 30 que sobraram. É uma dificuldade. É preciso haver essa interligação com o São Francisco para haver uma garantia. A irrigação é realmente o suporte que dá a sustentabilidade econômica.

Quero chamar a atenção para o fato de que nunca houve um plano de desenvolvimento dessa região semi-árida. Houve sempre ações pontuais, ações paliativas. Fala-se muito em seca. O Sémi-Árido é a própria seca, a palavra já diz isso. Lá chove 800 milímetros e 2000 milímetros são evaporados. Esse déficit hídrico é permanente. Há anos mais ruins, há anos melhores. Às vezes chove de uma vez só, às vezes chove aos pouquinhos. Há aquele tipo de seca verde. É preciso conhecer o Semi-Árido. Há muitas pessoas que falam do Semi-Árido sem ter conhecimento algum. Eu já vi muitas pessoas falarem que lá há muito latifúndio. O que eu sei é que lá há uma terra que não presta para coisa nenhuma. As terras boas constituem os minifúndios. É o contrário. É preciso ter uma grande atenção com relação a isso. Fala-se até em desertificação. O Semi-Árido nordestino não tem desertificação. Afirmo e comprovo que não existe essa desertificação. Existe desertificação no sentido de fome, de desemprego, de miséria. Fala-se até em desapropriar para fazer reforma agrária para colocar outras pessoas na próxima seca, na próxima emergência, na próxima irregularidade climática.

Então, se vai fazer reforma agrária, tem que ter suporte econômico, que dê estabilidade econômica a essas pessoas. O principal é irrigação. Agora, para fazer irrigação, precisa de água. O Vale do São Francisco, como disse o Senador, tem regularizado, em Sobradinho, dois milhões e sessenta metros cúbicos por segundo. Isso é o que está regularizado. Entretanto, há os períodos de seca, em que a água diminui substancialmente, ele não se mantém permanente. Hoje, a Barragem de Sobradinho chegou a ter 11% das suas águas, secou praticamente. Portanto, a liberação dessas águas já era bem inferior à necessidade; até bombas de irrigação já não alcançavam mais a água, porque diminuiu.

Sobre essa diminuição, a Codevasf propõe que se faça um plano de recuperação do rio São Francisco. Não no sentido de recuperá-lo, porque ele está desgastado, acabado – não existe isso. O que existe é pensar no futuro. É aumentar a capacidade hídrica do rio São Francisco, para garantir a navegabilidade. Esse é o primeiro ponto. Garantindo a navegabilidade, vai-se ter excedente de água para irrigar, para levar água a outros Estados, para garantir a energia elétrica. Hoje, a Bacia do São Francisco, segundo dados levantados pela Codevasf, tem cerca de 30 milhões de hectares irrigáveis. Oito milhões estão próximos ao rio, cerca de 60 quilômetros, a uma altura máxima de 100 metros. Mas, a capacidade hídrica do rio São Francisco, hoje, só permite irrigar 800 mil hectares. Já temos cerca de 330 mil irrigações públicas e privadas. Então, há um excedente para irrigação.

Esses 800 mil hectares foi uma negociação feita entre a Codevasf e Chesf, para atingir esse patamar de 800 mil hectares. Mesmo assim, há necessidade de ter uma geradora de energia térmica, para garantir esses períodos mais difíceis, que é um índice de insegurança de 5%.

Essa é a situação.

Apresentamos um plano para aumentar a capacidade hídrica do rio, fazendo aquilo que deveria ter sido feito antes das gerações de energia de Xingó, de Paulo Afonso, que era mais fácil. Deveria ter sido feita a eletrificação em cima, nos tributários, porque aí a água estava disponível. Então, a capacidade de geração de energia do rio São Francisco, o potencial, é da ordem de 22 mil megawatts e hoje tem mais ou menos 11 megawatts. Portanto, esse restante tinha que ser feito acima, e na maioria das localidades não é mais possível, porque há populações, há problemas ambientais, tem que realocar essas barragens e aumentar essa capacidade hídrica do rio São Francisco.

Outra solução seria trazer água de bacias vizinhas, a exemplo do Paranã, até do rio Tocantins, se assim fosse possível e já existem alguns estudos nesse sentido.

Ainda tenho alguns minutos para dizer que com esse plano de levar água hoje, se considerarmos 70 a 75 metros cúbicos por segundo – e a Codevasf, no caso, até defende que seja permanente e não como algumas pessoas têm dito, que é para fazer quando tiver cheias ou tiver muita água, etc., porque, para se criar atividades econômicas, ela tem que ter permanência, tem que ser o tempo todo –, esses 70 metros cúbicos não seriam um grande prejuízo no

momento. Mas, já pensando que tem que aumentar a capacidade hídrica do rio São Francisco.

Imaginamos que o rio São Francisco tem que ter cinco atividades básicas, que são: navegabilidade, eletrificação, irrigação, turismo e agroindústrias, em geral, e um excedente para atender à região semi-árida. Então, essa é a posição que defendemos, porque todos os estudos, vou repetir, mostram que não há solução para as regiões semi-áridas em que não tenha condições de águas subterrâneas. Não é o caso, por exemplo, de parte do Piauí, de uma parte do Rio Grande do Norte, de algumas bacias na Bahia, tipo Tucano, uma pequena bacia em Pernambuco, que é a Bacia do Jatobá. O resto é um semi-árido montado em uma pedra, é embasamento cristalino. Não há água no subsolo. Então, tem que levar água de superfície, através de barramentos, canais reservatórios. Não defendemos grandes barragens, somos até contra. São barragens médias e essa interligação com o São Francisco, que é da maior importância. É o primeiro passo para dar uma solução apresentar um plano de desenvolvimento do semi-árido. O Plano da Codevasf não se prende à parte hídrica. Achamos que o problema não é exclusivamente água. Água é um componente. Temos que ter ali educação, saúde, estrada, eletrificação, preservação ambiental, um conjunto de um plano que seja realmente de desenvolvimento, e, dentro dele, está essa interligação com o São Francisco, que é o que dá o suporte no que se refere à parte hídrica. A Codevasf já tem experiência na parte educacional com um Plano chamado "Projeto Amanhã", que é a organização e capacitação de jovens rurais. Temos que mudar, criar uma nova geração, dentro desses novos patamares. Temos um Projeto Caatinga, aprovado inclusive com recursos japoneses, faltando apenas passar pelo Senado, que é a preservação da Caatinga com o suporte econômico através da pecuária. Agora, temos que deixar de plantar milho e feijão, que são atividades de subsistência, que o cidadão vai plantar no fundo de casa. Isso não é atividade econômica. O que se produz no hectare irrigado de feijão em 90 dias, ali, naquela região de Salgueiro, passa 10 anos para produzir a mesma coisa. Recomendamos, na área irrigada, não plantar feijão, podendo plantar outras que têm um agregado econômico melhor. De forma que não tem como manter, e isso vai demorar ainda muito, os governos distribuindo milho e feijão para produzir coisa nenhuma. Ao contrário. Queima-se a Caatinga, faz a chamada "broca" para plantar, para não produzir coisa nenhuma. E hoje está globalizado. Não tem como produzir algodão no semi-árido porque não concorre mais com Mato Grosso, com Goiás, com Paraná, Santa Catarina. A mamona teve o seu preço lá em baixo; a cera da carnaúba não interessa mais porque hoje é tudo sintético. Então, essa é a grande discussão, Senador, que o pessoal de pesquisa das universidades deve travar: quais são as atividades econômicas possíveis dentro do semi-árido, para transformá-lo numa região rica, e identificamos algumas, que são a piscicultura, a pecuária. A pecuária desde o caprino, do ovino, do bovino, do suíno, da ave. Temos uma produção no Nordeste, no Piauí, no Maranhão e no resto da Bahia de soja e milho e para ir para onde? Vamos trabalhar dentro do próprio semi-árido e criar uma pecuária com essa soja e esse milho, para concorrer com qualquer parte do mundo, porque o clima dá essas condições. Temos a piscicultura que pode-se desenvolver, antes de gastar água na irrigação, utiliza-se na criação de piscicultura e a Codevasf tem um plano disso. Inclusive, o baixo São Francisco pode ser o maior polo de piscicultura do Brasil. O maior déficit que existe neste País é de peixe. A China cria 16 milhões de toneladas de peixe. Temos 70 mil, e o nosso clima é muito melhor. Não tem frio, não tem neve. Então, esse plano de desenvolvimento prevê também levar essa água para outras regiões, em todos os Estados, naturalmente. Mas o primeiro passo que está avançado e que devemos fazer um esforço para que as coisas aconteçam é justamente essa parte do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, e naturalmente de Pernambuco.

Estou à disposição para qualquer indagação.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Muito bem. Obrigado, Dr. Bezerra.

Antes de passarmos a palavra ao Dr. Raimundo, registramos a presença do Deputado Clementino Coelho, de Pernambuco, que agradecemos.

Dr. Garrido, com a palavra.

O SR. RAIMUNDO SANTOS GARRIDO – Obrigado, Sra. Presidenta, Senadora Emilia Fernandes, Srª Vice-Presidente da Comissão, Senadora Heloísa Helena, Sr. Senador Ney Suassuna, Dr. Lóscio, Srªs e Srs. Senadores, demais participantes desta audiência pública, já me antecipei, Srª Presidenta, mostrando que vou fazer uso de projeção de transparências.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Pedimos, Dr. Garrido, que permaneça próximo ao microfone, porque está sendo gravado. Pediria ainda um segundo de escusas porque gostaria de convidar o Senador Alberto Silva, que é o nosso

Vice-Presidente da Comissão de Infra-estrutura, que assumisse temporariamente, uma vez que preciso atender a um compromisso, mas retornarei. Obrigada. Está com a palavra o Dr. Garrido.

O SR. RAIMUNDO SANTOS GARRIDO – Vou trazer para o debate a visão que o Ministério do Meio Ambiente, com a sua especialidade na questão ambiental e de planejamento e gerenciamento de recursos hídricos, o que regimentalmente tem que ter. Sob esse aspecto, preciso abrir um pouco mais a discussão sobre o tema da transposição de bacias hidrográficas deixando que o afunilamento venha ao final e muito provavelmente com os debates, uma vez que transposição de bacias, sendo um tema por excelência da gestão de recursos hídricos, nos obriga a dar uma abordagem que seja tão completa quanto possível para que permita trazer a esta Casa legislativa elementos que sejam úteis na avaliação, seja do potencial hídrico do São Francisco para atendimento a regiões fora da bacia, seja para avaliação do projeto que o Ministério da Integração Nacional hoje oferece, e de outras alternativas que já foram postas em público, até mesmo pela própria Codevasf, cujas palestras do Dr. Lóscio tive oportunidade de assistir em outras ocasiões.

Vou procurar, na abordagem dos 15 minutos, tratar inicialmente do enquadramento geral do problema, justificar a abordagem que o MMA e, em particular, a Secretaria de Recursos Hídricos confere ao problema de transposição de bacias, vou trazer, à título de alerta, pontos relativos a custos que estão atrelados a um projeto de transposição de bacias. Vou procurar também trazer ao debate o que são pontos que sustentam um projeto de transposição, onde se deve lastrear um projeto de transposição para que efetivamente ela possa receber o mérito da aprovação. Falo em abstrato ainda nesses itens. Relacionarei impactos ambientais que são objeto da nossa maior preocupação, sobretudo o projeto que há pouco S. Exª, o Sr. Senador Ney Suassuna, mencionava será apresentado ao Ministério do Meio Ambiente para que, no curso de noventa dias, o aprecie e emita o seu julgamento.

Não posso deixar de tratar do que é a nossa obrigação legal, de prestar obediência absoluta aos termos da Lei nº 9.433, foi sancionada por Sua Excelência, o Senhor Presidente, em oito de janeiro de 1997, depois de cinco longos anos de tramitação na Câmara e uma meteórica passagem de trinta dias pelo Senado Federal. E, havendo tempo, trarei à lume algumas experiências concretas que possam servir de comparação para a questão específica do rio São Francisco.

Como enquadramento geral do problema, o primeiro ponto a ponderar é que uma transposição entre bacias hidrográficas é um empreendimento que se reveste de uma série de características outras que não apenas a de uma obra de construção civil, ainda que seja obra de construção pesada. Uma transposição de bacias é um empreendimento que precisa, ao longo de sua vida útil, contar com um critério de operação, manutenção e revisão a respeito das vazões que venham a ser distribuídas e que foram ali definidas no projeto original.

Basicamente, trataremos, em todo o tempo, de todos os aspectos técnicos, econômicos e políticos que tenham ocorrido nas experiências concretas de outros países, sobretudo para as transposições de grande calibre, ou seja, aquelas que perpassam as linhas de fronteiras de Estados ou Províncias, em países que já viveram a experiência, tem sido a dificuldade, não raro encontrada, para se decidir pela aprovação ou até mesmo para se dizer não a um projeto de transferência de água entre bacias.

O Governo Federal é único e tem o projeto, embora a Codevasf apresente um projeto mais extenso na sua contextura, mas é verdade que os técnicos de cada Ministérios, tendo suas especialidades, se obrigam a debater com maior firmeza, maior cuidado e maior vigilância aqueles pontos que serão, **a posteriori**, cobrados da função inerente àquele Ministério.

Portanto, a transposição é a transferência de um volume de água que vai da bacia para fora, portanto para outras bacias, fazendo com que a quantidade de água que uma bacia recebe é exatamente igual àquela que a primeira perde, deduzidas as perdas no trajeto, por evaporação e por outras fugas que, certamente, ocorrem nesse tipo de projeto.

Ora, isso implica dizer que as duas regiões têm em jogo interesses que precisam ser discutidos. Ali, aludo à transfusão sangüínea como que querendo trazer ao debate o fato de que uma transposição é tema de interesse de uma área doadora e de uma área receptora, tal como um doador de sangue e o paciente que o recebe, e que ambos precisam se colocar de acordo para que haja sucesso naquela pequena cirurgia.

Por outro lado, a região que vai receber águas é uma região que vê o superávit de vazão, naquela região que se coloca como provável candidata a exportadora de águas, o qual pode vir para ela e, com isso, resolver o seu problema de escassez ou

minorá-lo. A sociedade dessa região, candidata à importadora, percebe estar ansiosa ante a possibilidade de minorar, ou mesmo resolver seu problema de déficit hídrico.

Por outra parte, a região que exportará água, se vê ansiosa porque a sociedade daquela região pensa que, ao abrir mão de vazões que hoje lhe são superavitárias, em verdade, estará abrindo mão de desenvolvimento futuro, porque água é elemento comum a várias etapas, a várias nuanças do processo de desenvolvimento sócio-econômico. Por isso, como em vários países que realizaram transposições de grande porte, suscitam-se debates acalorados e mesmo passionais entre as partes envolvidas. Não é outra coisa que temos visto no Brasil, no que diz respeito ao que se anuncia quando se fala em transposição do rio São Francisco.

Sr. Presidente, talvez eu queira protestar pelo uso da prorrogação concedida.

O MMA está ocupado com a formulação e a implementação da política nacional do meio ambiente e, portanto, a política de impactos ambientais diz respeito ao papel do MMA em face de um projeto de transposição. Particularmente, a SRH da estrutura centralizada do MMA formula e implementa a política nacional de recursos hídricos, que visa essencialmente à utilização racional da água, no que tem a ver também, diretamente, com um problema de transposição.

Futuramente, após a tramitação na Câmara e no Senado, do Projeto de Lei nº 1.617, teremos, vinculada ao Ministério, a futura agência nacional de águas, que se ocupará da implementação, remanescendo, portanto, a formulação da política no âmbito da secretaria de recursos hídricos.

Quais são os custos envolvidos com uma transposição? Como disse, a transposição não é uma simples obra de engenharia, tem custos que dizem respeito à realização das obras, às medidas mitigadoras dos impactos ambientais, sobre os quais falarei um pouco à frente, os custos operacionais e os custos com a manutenção. A experiência internacional, sobretudo a americana, demonstrou que, sempre que os custos com a compensação da área exportadora foram satisfeitos via negociação entre essas áreas interessadas, a exportadora e a importadora, que se agregam ao custo de uma transposição, via de regra, fazendo com que os custos das obras dupliquem ou sejam mais do que o dobro quando se toma todo esse total, com um peso maior para os custos da compensação que, certamente, as áreas que hoje estão como candidatas a exportar água, pugnarão na discussão que se travará. Ali só detalho obras tronco, obras de derivação primária e redes de distribuição. O próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso fala: transposição do São Francisco, água de beber. Não fará sentido, se a água não chegar à torneira. Por isso implica incluir nos custos as redes de distribuição, onde forem necessárias. Isso tudo é custo, são parcelas de custo que se agregam ao projeto.

As montagens, as obras e serviços de mitigação de impactos, que separo de medidas gerenciais mitigadoras e as obras relativas à compensação das áreas exportadoras, também separando o item 5 de outras formas de compensação que possam ser colocadas sobre a mesa.

A parcela 2 é relativa à atenuação dos impactos ambientais, o que implica considerar a área de exportação, a área de importação e a área de trajeto da transposição. Mais ainda, subdividem-se em impacto sobre o meio físico, biótico e antrópico que uma transparência rapidamente demonstrará adiante.

Custos operacionais com amortização dos ativos, consumo de energia, mão-de-obra, serviços, etc, e os da manutenção preventiva, corretiva e sistemática.

O que seriam pontos de sustentação de uma transposição entre bacias hidrográficas? O problema comporta dois níveis de abordagem: o primeiro deles é o aspecto do desenvolvimento nacional e o segundo, a ótica regional de que também se reveste o problema.

Ora, quanto ao primeiro ponto, se na inequação o valor econômico da água na região de destino é maior que o valor econômico da água na origem, mais os custos com o transporte dessa água, isso significa dizer os custos da transposição e a sua operação e manutenção, sob a ótica nacional, não há dúvida, um projeto de transposição deve ser feito sob a ótica estritamente nacional , porque estaremos levando água de uma região onde ela é menos produtiva para uma região onde ela é mais produtiva, ainda acrescidos os custos com transporte.

No entanto, se a inequação é o contrário, sob a ótica nacional nenhum projeto de transposição se justifica, mas é preciso que olhemos a ótica regional. E, sob a ótica regional, é preciso que observemos se a área que vai importar água está preparada para receber a vazão transporta. Os rios têm calhas que a natureza lhes deu, por ali passam vazões hoje existentes e, ao se agregarem mais 60, 80, 100, às vezes ao se duplicar a vazão de um rio, é necessário se fazer a ampliação da seção transversal, muitas

vezes com problemas de cidades ribeirinhas, que seriam de outra forma inundadas, aí exigindo-se, talvez, obras de custo pesado para que a região, ao menos sob o aspecto físico, esteja preparada para receber a vazão transposta.

A capacidade de pagamento de beneficiários: pode parecer esdrúxulo trazer para a região mais pobre do Brasil o tema ali relacionado – capacidade de pagar – mas é preciso que olhemos que alguém pagará pela utilização de uma água, talvez a própria região. Está demonstrado que os preços da água bruta são ínfimos. Algumas leis estaduais dizem "cobrar-se-ão preços módicos", então, esse não é um item que chegue a pesar na conta final, qualquer que seja a natureza do usuário de água bruta, e, portanto, tem sentido o parecer. Além disso, procura-se tentar alterar o perfil da economia da região importadora, e lá embaixo da região exportadora, para que ambas, dependendo menos de água, possibilitem que um projeto de transposição seja feito pela menor vazão possível que venha a equacionar o problema da região importadora sem danificar a economia e a demanda por água da região exportadora.

Por fim, naquele item 4.2.2, a compensação pela redução de vazão. Eu dizia que tive oportunidade de, juntamente com o Secretário Rômulo Macedo, visitar o Sr. Ministro Fernando Bezerra três dias antes de S. Exª tomar posse, e S. Exª perguntou-me e a outro colega, Dr. Gérson Telma, que também nos honra com a sua presença, sobre os pontos de vista relativos à transposição. Com muita clareza, eu disse ao então futuro Ministro que, vestindo a indumentária do Governo, era e sou Governo. Embora meu coração seja baiano, essa não era a questão que se punha ali, mas a discussão sobre a compensação que as áreas menciono Sergipe, Alagoas, o próprio Estado de Pernambuco, Minas Gerais e Bahia – certamente colocariam sobre a mesa era uma questão em que S. Exª precisava pensar em encarar num futuro próximo, como quero crer que seja um problema que não será deixado de lado no debate sobre a transposição.

Por último, nacionalmente, aquele item 4.1.2 apenas visa a buscar saídas, com projetos alternativos, quando se percebe que não somente a transposição é a saída única e exclusiva para o problema da escassez numa região. Uma transposição só deve ser feita quando, e somente quando, as soluções com mananciais locais estiverem prestes à exaustão. Enquanto eles não estiverem prestes a serem exauridos, a transposição é sempre uma cirurgia que se deve adiar.

Quantos as impactos ambientais, como não quero ocupar espaço da audiência, trouxe cópias das transparências para entregar à Presidência da Comissão. Os temas são sobre o meio físico, meio biótico e meio antrópico.

No São Francisco, há um destaque a ser feito na questão do setor elétrico, relativa à redução que se vai ter, colocando-se em ociosidade um patrimônio que custou ao País U$15 bilhões, quando vai ser necessária energia para se fazer a transposição no trecho Caprobó-Jati, com uma elevação eu não sei a de hoje, porque não vi a última versão do projeto que, tempos atrás, era bastante grande e que implicava consumo de energia. Na época, quando pude estudar com maior detalhe, sob o ponto-de-vista regional, o problema, o consumo equivalia à carga instalada em Alagoas e Sergipe, somadas. Hoje, eu não sei exatamente quanto está.

Portanto, todo esse conjunto de impactos certamente virá no projeto que será analisado pelo Ibama.

A Lei nº 9.433 estabeleceu, entre seus princípios, que a bacia hidrográfica é uma unidade de planejamento. Os usos múltiplos da água devem ser, tanto quanto possível, respeitados. A água escassa é bem econômico e, como tal, é dotado de valor econômico, que, aliás, lhe serve de base para a cobrança por sua utilização.

Sobretudo, a gestão de recursos hídricos deve ser descentralizada e participativa. Ao redor da mesa do comitê de bacia eu saltei o conselho para falar do comitê , estarão os Governos, nos três níveis de Poder Executivo, sempre que uma bacia tiver rio de domínio da União, os usuários da água, a sociedade civil organizada, todos em conjunto para debater naquele que é o parlamento das águas na região da bacia, para se decidir a repartição das vazões dessas águas. Aí, entra a repartição com uma transposição que se anuncia. É preciso que consideremos o papel relevante que tem o Cedevasf, nesse caso do São Francisco, o comitê da bacia hidrográfica, para que a análise sobre toda decisão que se vai chegar não deixe de considerar tudo quanto pensa quem melhor entende do problema, a sociedade local, o usuário da água local, as Prefeituras, os Vereadores. O Senador Ney Suassuna fazia alusão aos prelados da região, mas eles também devem se manifestar porque estão olhando os interesses do rebanho de que se ocupam. Enfim, o comitê da bacia é um foro em que não se pode desperdiçar a experiência que reúne, para que ele se manifeste sobre a oportunidade de uma transposição.

Por último, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, de que eu devia ter falado antes, é, na instância administrativa, o órgão integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que dirime contendas, avalia questões em que estão em jogo interesses de comitês de bacias, de conselhos estaduais, de representações dos usuários, enfim, de todos que estão interessados na questão de uma transposição.

Há alternativas que não usamos ainda no Brasil, eu não diria que por falta de dedicação, eu não diria isso. O setor de recursos hídricos é nascente, o Ministério que se ocupa da questão se tem debruçado sobre o problema. Os Governos estaduais, sobretudo os do Nordeste eu citaria os do Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia , têm dado exemplo de como fazer gestão de recursos hídricos, mas o passivo vem de longa data. O passivo ambiental e o passivo sobre a base de recursos hídricos não são de duas ou de três décadas, é um passivo que vem de muito tempo.

E muito do que se pode exercitar, buscando-se formas de induzir-se o usuário a uma utilização racional dos recursos hídricos, ainda está por se fazer. Aí, cito o reuso, só existe experimentalmente e na capital de São Paulo, no Brasil. Água com que lavamos as mãos pode transitar para a caixa de descarga, por exemplo, com isso economizando-se no seu gasto.

A recirculação, que é a mesma palavra para o setor industrial, setor produtivo. A prática da irrigação noturna, já exercitada em várias partes do Brasil, via o estímulo da tarifa privilegiada de energia a partir das 18 horas. A recarga de aqüíferos, uma prática que, lamentavelmente, no Brasil ainda não ganhou corpo, mas que é a forma de se guardar, em acumulações subterrâneas favoráveis águas que fiquem imunes ao fenômeno da evaporação, largamente utilizada em outros Países é uma prática que vem dando certo. A utilização combinada de águas de superfície com águas de subsuperfície. É verdade que as nossas formações sedimentares que dão volumes mais favoráveis estão em apenas cerca 40% a 45% do território, formações com areias, argilas e calcárias. Mas é verdade também que estudos para as formações cristalinas, onde há a presença de granitos, gnaisse, micas e basaltos não permitem uma vazão de retirada favorável desses recursos, mas já há experiências feitas em alguns Estados brasileiros, para melhor se aproveitar essas formações cristalinas.

Então, quanto às soluções combinadas ainda não nos ocupamos de fazer a toda prova, com toda nossa capacidade. A dessalinização, projeto do nosso Ministério, por que o Ministro Sarney Filho tem grande apreço e carinho: retiradas de águas em pequenas quantidades para pequenas comunidades. São águas salobras, beirando o salgado, que são dessalinizadas, com isso, amenizando-se a pressão dos mananciais dessas regiões. Hoje são cerca de 800 dessalinizadores no Nordeste já instalados e funcionando. Vale dizer, alguns Estados, como a Bahia, foram pioneiros, há mais de 20 anos, iniciando a prática da dessalinização. O uso de tecnologias limpas nas indústrias para evitar que a poluição dos recursos hídricos seja um fator de que resulte a redução das vazões disponíveis. Os reservatórios estratégicos, que tenham uma relação entre o espelho d'água e a altura média baixa para que a pequena exposição aos raios solares não permita tanta evaporação. Então reservatórios estratégicos são um ponto que ainda precisa ser melhor aproveitado. Tanto quanto possível fazer adutoras por tubulações, evitando-se os canais abertos e, com isso, perdendo-se o mínimo de água nesses transportes entre regiões. Educação ambiental. Obviamente que essa é uma prática que resultará em efeitos positivos no longo prazo. E a cobrança pela utilização dos recursos hídricos, como instrumento que é capaz de harmonizar os interesses entre as forças que dominam a oferta e a demanda em uma bacia hidrográfica.

Peço licença ao Sr. Presidente para, nesses 5 minutos, em lugar de eu apresentar a última transparência que fala de experiências que são de outros países posso até falar ao final , apenas fazer referência ao Pró-água Semi-árido, programa que foi contratado pelo Governo brasileiro junto ao Banco Mundial, em meados do ano de 1998. É um programa que vai a um investimento total, na sua configuração final, de 1 bilhão de dólares, cuja primeira etapa é de 330 milhões de dólares e que já está em franco andamento. Na configuração total do programa, estamos aumentando o horizonte para 10 anos, para que ele seja transformado no programa decenal de recursos hídricos para o Nordeste. Aliás, com a defesa do Sr. Senador Paulo Souto, que em várias ocasiões se tem manifestado sobre a questão, já colhe frutos com obras que têm o maior apelo na questão do abastecimento da região nordestina, em particular dos semi-áridos, que são as adutoras e eu cito obras que já se vão inaugurar proximamente, como Tricitauá(?) e Cascavel, no Estado do Ceará, a

adutora de Mossoró, a maior delas, levando águas do Açude Armando Ribeiro Gonçalves para Mossoró, região que tinha problemas sérios com a depressão do aqüífero açu daquela região. A adutora do Cariri, na Paraíba; a adutora de Arco Verde, em Pernambuco; as adutoras de Amélia Rodrigues e Feijão, na Bahia. Tudo isso juntamente com o programa de fortalecimento institucional tem sido um trabalho que certamente, se procurarmos avaliar os resultados que esse trabalho é capaz de produzir, é possível que avaliemos com uma cautela maior os grandes programas das transposições de grande calibre.

Aqui não me ponho, absolutamente, contrário ao projeto. Aliás, como servidor do Governo Federal, devo me ater, devo me cingir àquilo que é obrigação regimental do Ministério do Meio Ambiente, mas Gestor de Água opina sobre transposição. Gestor de Água é responsável por repartição de vazões dentro e fora da bacia. Gestor de Água, no Brasil, tem que prestar obediência estrita ao que está estabelecido na Legislação Federal e nas Legislações Estaduais para os rios de domínio dos Estados, para que com isso, prestando-se obediência ao princípio básico da unidade hidrográfica, possamos dar a satisfação à sociedade daquela bacia hidrográfica sobre o destino que se vai dar aos seus recursos hídricos.

De modo que o nosso Ministério, em conjunto com a Secretaria de Infra-Estrutura, analisa os termos do projeto que ali vem sendo discutido. No passado, analisamos o projeto que a Codevasf também apresentava, mas temos uma obrigação regimental essencial da qual não podemos arredar pé, segundo afirma claramente o Ministro Sarney Filho, que tem sido quase que um cobrador diuturno da preocupação em relação a impactos ambientais e a repartições de vazões que são objeto da sua pasta ministerial. Portanto, projeto só ecologicamente correto e vazões só adequadamente negociadas e definidas é que devem ser objeto de um sinal verde no que concerne ao papel da pasta do MMA, em particular através da SRH, relativamente a essas propostas.

Peço desculpas pela demora, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, demais participantes, mas era imperioso que eu colocasse questões com essa visão estratégica que o Ministério tem, para que com isso o nosso debate sobre o potencial do São Francisco, em particular sobre a transposição, resulte enriquecido.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Muito bem. Agradecemos ao Dr. Garrido. Ele é um técnico de larga experiência, é conhecido por todos. Deu-nos aqui uma noção muito clara do que é gestão das águas.

Agradecemos e passamos a palavra agora para o nosso outro convidado, Dr. José Teodomiro de Araújo, Presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica... (Pausa.) Não?

A SRA. HELOÍSA HELENA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Um minuto, por favor.

Dr. Sérgio Barbosa de Almeida, ex-Chefe da Direção de Recursos Hídricos da Eletrobrás. (Pausa.) Não veio?

Estão inscritos seis companheiros que vieram aqui e pessoas convidadas. Pergunto aos senhores se desejam fazer as suas perguntas aos dois expositores, que já fizeram as suas exposições, ou se pretendem fazer a sua pergunta ao Dr. Garrido ou ao Presidente da Codevasf. O primeiro inscrito é a Senadora Heloísa Helena. V. Exª deseja perguntar ao Dr. Garrido ou ao Presidente da Codevaf?

A SRA. HELOÍSA HELENA – Aos dois.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Então V. Exª só tem três minutos para um e três minutos para o outro.

O SRA. HELOÍSA HELENA – Impossível.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Então, ótimo. Melhor ainda.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Bom, primeiro, quero mais uma vez justificar a ausência do Dr. José Teodomiro e a do Dr. Sérgio, que não estiveram presentes não por falta de... vontade pessoal. Pelo contrário, estiveram disponíveis todo o tempo para vir, mas, infelizmente, por falta de vontade política da Casa e da Comissão, poderemos efetivamente procurar quem são os responsáveis, eles não vieram porque que o PTA não chegou a tempo para que eles pudessem estar aqui participando deste debate.

Primeiramente, gostaria de acabar com esta conversa de que todas as vezes que tratamos da questão da utilização das águas, dos recursos hídricos do Nordeste ou qualquer outro nome que seja dado, como transposição, mobilidade de águas etc. imediatamente aparece alguém para dizer que há uma briga entre os Estados que têm o rio São Francisco e os outros do Nordeste, que é um egoísmo muito grande das pessoas que estão lá com as suas águas, onde têm acesso à água, ao alimento, em relação às outras que não têm.

Vamos acabar com essa história, porque, em nenhum momento em que esse debate foi feito no Plenário desta Casa, por qualquer organização so-

cial, não vi esse debate, por duas questões: primeiro, porque seria uma gigantesca mediocridade técnica, porque, em todo o lugar do mundo, faz-se transposição, existe a possibilidade de se fazer mobilidade de águas. O minúsculo rio Jordão irriga o Deserto de Israel; a Califórnia é irrigada com água captada do rio São Joaquim a centenas de quilômetros; nas regiões secas da Espanha, que atormentam os produtores de frutas da França, em função da disponibilidade de água; nos Estados Unidos, há redes de canais navegáveis; no Egito; no Brasil, sabemos que a conversa é muita antiga, desde que D. Pedro II prometeu dar as jóias da Coroa para resolver o problema.

A discussão que insistimos em fazer, até com a responsabilidade que o Senado, como representante da Federação, tem que ter, não é a briga dos Estados que têm um rio contra que os não o têm. Primeiramente, isso seria uma falta gigantesca de solidariedade nossa com os nossos irmãos e, em segundo, não podemos aceitar que essa transposição seja apresentada como uma panacéia que venha a resolver os problemas do Nordeste.

Não é verdade, porque, se assim o fosse, na utilização das águas do rio São Francisco, onde esse corta, inclusive no Vale do São Francisco, estão os piores Municípios em relação aos indicadores sociais, nos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas. Os piores Municípios em condições sociais estão justamente lá.

Então, não vamos dizer que isso é a panacéia, que vai resolver todos os problemas do nosso Nordeste, que nós queremos resolver.

Há uma série de perguntas que gostaria de fazer. Gostaria que os ilustres convidados pudessem anotá-las, porque, como são muitas perguntas, talvez haja uma dificuldade no sentido de que eles possam fazer a anotação. Não posso passar, porque só tenho uma cópia.

Primeiro, qual o potencial hídrico subaproveitado no semi-árido? Em 1983, as informações que temos era que se estimava que, nas bacias dos rios Jaguaribe, Piranhas e Apodi, apenas um terço das vazões utilizadas nos açudes existentes eram utilizadas na irrigação; os dois terços restantes permitiriam irrigar cerca de 60 mil hectares que correspondiam ao dobro de toda a irrigação pública do Nordeste.

É importante lembrar também que, com a implantação do açude do Castanhão, as vazões regularizadas foram significativamente ampliadas. Essa informação é verdadeira? Qual a disponibilidade de águas subterrâneas no semi-árido, especialmente das bacias sedimentadas do Cariri, ao sul do Ceará, Tucano, na Bahia, e em todos os outros Estados que seriam beneficiados com a transposição? Com esse potencial de águas subterrâneas do semi-árido, o que efetivamente pode ser aproveitado para as populações locais?

Por que diversos projetos de irrigação, já programados pelo DNOCS, pela Codevasf e por muitos governos estaduais, utilizando a capacidade de recursos hídricos locais, não foram implantados? Quais as medidas adotadas para compatibilizar os objetivos sócio-econômicos da transposição, geração de postos de trabalho, emprego e renda com a realidade fundiária atual, onde predominam latifúndios com baixa utilização racional dos recursos naturais de água e de solo. Do que tem sido pensado e apresentado até agora, o que existe em relação ao zoneamento ecológico, à questão agrária, à questão de possibilidades agrícolas? O que, efetivamente, tem para ser apresentado?

O Governo pretende desapropriar, antes de promover a transposição, as terras que seriam beneficiadas com o projeto e utilizá-las para fins de reforma agrária? Se deixar para tomar essa medida depois de efetuada a transposição, é evidente que o custo será altíssimo, embora sejam áreas que constitucionalmente podem ser desapropriadas. Caso o projeto preveja a implantação de canais nas encostas das diversas bacias hidrográficas receptoras, isso com certeza irá se alterar.

De acordo com o relatório do projeto de transposição de águas do rio São Francisco para o Nordeste Setentrional – o que tem sido apresentado até agora, que não é o projeto completo.... Infelizmente, o Ministro não veio até aqui para possibilitar nossa intervenção no debate e na elaboração do projeto. A principal meta do projeto, que está apresentado textualmente, diz: "Eliminação dos constrangimentos no acesso à água de boa qualidade por parcela expressiva da população brasileira. Em um investimento dessa dimensão, com área geográfica, população envolvida – certamente 7 milhões no ano 2000, 10 milhões em 2025 – com uma inversão financeira, a diversidade de setores usuários com interesses em jogo. Como é a meta? É fundamental direcioná-la para reduzir as enormes desigualdades regionais entre habitantes dessa região?

Há outro destaque que gostaria que fosse discutido: a cobrança do usa da água. Apresenta um viés economicista, mas o próprio relatório, síntese do projeto, diz, na sua página 7, que "parcela expressiva dessa água terá que ser paga pelos beneficiários, garantindo a sustentabilidade operacional do projeto

da transposição". Se for junto com a privatização da Chesf, fica mais complicado.

Outra questão é a inexistência, de acordo com as informações que foram passadas até agora, de complementaridade hidrológica entre as bacias do rio São Francisco. Quero saber o que foi pensado em relação ao fato. Porque um projeto que inclusive pensava nisso, com a transposição das águas do rio Tocantins para o aumento da vazão das águas do rio São Francisco, está na Internet como de autoria da Codevasf. O projeto assegura não só o abastecimento de água, mas irrigação, desenvolvimento econômico, geração de emprego e de renda, dinamização da economia local.

Finalizarei, Sr. Presidente. Considerando o projeto de transposição – não sabemos exatamente qual é – gostaríamos de saber da projeção de investimentos necessários para realizar as obras de transposição. Muitas obras já foram iniciadas neste País. Certamente projetistas e empreiteiros ganharam dinheiro com obras inacabadas que, efetivamente, não asseguraram melhores condições para as populações das regiões. Queremos saber qual é a projeção de investimentos em todos os sentidos: desapropriação de terras, assistência técnica, obras de infra-estrutura, financiamento da produção e da comercialização, implantação de agroindústrias, instalação da infra-estrutura regional para armazenagem e escoamento de produção. Enfim, todos os estudos que dão conta, realmente, da finalidade a que se propõe o projeto.

Outra questão que é de fundamental importância são os estudos realizados em relação aos benefícios e limitações de uma operação que prioriza o bombeamento nos períodos de águas altas na bacia do São Francisco em relação ao valor econômico da água e da energia. O que efetivamente está sendo feito em relação ao projeto, que não conhecemos e queremos conhecer antes de a imprensa informar.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Obrigado, Senadora.

A Senadora fez uma exposição de 12 minutos, conferidos, excelentes as perguntas. Para responder às indagações, com a palavra, primeiramente, o Dr. Garrido, por 5 minutos.

O SR. RAIMUNDO SANTOS GARRIDO – Em relação ao potencial hídrico subaproveitado do Nordeste, ainda temos a cultura da abundância no País, e ainda há muito o que se aproveitar de mananciais locais em várias regiões do Nordeste. A Senadora fez referência ao Castanhão, que o Estado do Ceará, hoje, tem um estoque d'água, quando os volumes estão normais, de quinze bilhões de metros cúbicos. Com o Castanhão, ele se eleva a 21,7 bilhões de metros cúbicos. Então, é óbvio que isso melhora as condições de disponibilidade naquele Estado.

O Estado do Rio Grande do Norte dispõe, por um modelo excepcional que ali se estabeleceu e pelas dimensões convidativas do território, 44 mil quilômetros quadrados, de um açude quase no centro do território. Armando Ribeiro Gonçalves, que acumula 2,5 bilhões de metros cúbicos d'água, e que irradia para o Siridó, para o sertão central, para Mossoró e para a região do Apodi, águas num projeto modelo que aquele Estado vem desenvolvendo.

O Estado da Paraíba é mais sofrido, quero dar razão ao Senador Ney Suassuna. Ele tem Coremas – Mãe D'água, tem Boqueirão e tem pouca opção de obtenção de água, sendo que, em termos de recursos hídricos subterrâneos, é praticamente inexistente a capacidade de resposta naquele território.

Então, numa resposta mais genérica, ainda há muito o que se aproveitar de recursos hídricos, tanto superficiais quanto subterrâneos, no Nordeste. E creio que o Estado da Paraíba, que tem um índice um pouquinho acima de 1.500 metros cúbicos por pessoa, por ano, só ficando em segundo lugar, porque Pernambuco consegue ter um índice menor ainda, de mil trezentos e pouco, é uma situação de estresse hídrico que precisa ser melhor pensada. Mas, ainda assim, Sr. Senador Ney Suassuna, soluções com mananciais locais ainda podem ser produzidas naquele estado. É questão de avaliar um pouco melhor.

Eu pediria para não responder sobre o Projeto de Irrigação do DNOCS e Codevasf. O Dr. Lócio, pelo menos quanto à Codevasf, está mais habilitado a oferecer resposta.

O que tem sido apresentado no que concerne a zoneamento ecológico, questão agrária etc, no corpo do projeto da transposição, efetivamente não vi, nos textos que pude compulsar, dados a esse respeito. Mas, certamente, as preocupações do Ministério da Integração Nacional sobre essas questões são relevantes no contexto do projeto.

Por igual, ofereço a mesma resposta sobre a desapropriação das áreas, com vistas a se ter a questão agrária devidamente equacionada de forma apriorística.

Desigualdades regionais.

Nas desigualdades regionais, quero, Srª Senadora, Sr. Presidente, apostar no Projeto Pró-Água Semi-Árido. O Pró-Água Semi-Árido, um projeto que tem como objetivo central fazer com que a água deixe de ser um fator limitante ao desenvolvimento do semi-árido brasileiro, certamente já é capaz de

produzir ações que vão reduzir as distâncias entre o mais rico e o mais pobre daquela região.

A cobrança pelo uso, e a Srª Senadora faz uma ligação

com a privatização da Companhia Hidroelétrica do São Francisco. A cobrança pelo uso, juntamente com a outorga, em nosso jargão, o licenciamento pelo uso da água, certamente vai ser um elemento que, custando muito pouco, é capaz de trazer resultados econômicos e sociais de muito grande alcance. Por quê? Porque está mostrado – e é da essência da própria experiência brasileira – que onde não havia outorga e passou a existir, os conflitos ou cessaram ou se reduziram drasticamente. A experiência única de cobrança, que é aquela que existe no Estado do Ceará, já mostra que combinando-se cobrança com outorga é capaz de se produzir resultados altamente satisfatórios, e não é isso que temos assistido na política de recursos hídricos daquele Estado. Refiro-me ao Estado do Ceará, que é o único Estado do Brasil hoje onde já se pratica ambos os instrumentos, outorga e cobrança.

Não me sinto, Senadora, autorizado de conhecimento para falar sobre a privatização da Chesf nesse contexto. Não conheço bem a questão **vis-à-vis** a cobrança e a outorga. Posso dizer que mesmo não privatizada, mas uma vez privatizada, a cobrança é elemento essencial para harmonizar os interesses entre quem precisa de água e aqueles que estão fazendo a gestão da água.

A existência da complementaridade hidrológica entre a Bacia do São Francisco e o rio Tocantins, – trata-se da questão da transposição do Tocantins, e V. Exª fez referência ao projeto que está na **internet** da Codevasf –, realmente é uma saída que traz 65 metros cúbicos por segundo para o São Francisco, dando-se uma apontabilidade hídrica favorável a uma transposição. No entanto, é preciso que observemos o seguinte: a transposição do rio Tocantins que vem pelo rio do Sono, entrando na Bahia pelo rio Sapão, daí desaguando no rio Preto, onde tem algumas cidades ribeirinhas e algumas de porte médio como Formosa do Rio Preto, como Santa Rita de Cássia Barreiras já está um pouco mais na bacia principal que é a Bacia do Grande , certamente exigiria obras de aumento da seção transversal do rio e de proteção das margens onde estão situadas essas cidades, sem o que não teríamos condição de fazer essa transposição.

Então, é importante observar que a transposição implica esses cuidados com a seção transversal dos rios que vai receber uma vazão adicional. E digo a V. Exª que a vazão média no rio Preto é de 45 a 48 metros cúbicos por segundo; passaria para mais 65, dando 110 metros cúbicos por segundo, o que convenhamos é um grave problema ambiental que teria de ser mitigado já na fase de projeto.

Mais duas indagações da Srª Senadora sobre os investimentos necessários, incluídas desapropriações de terras, financiamento da produção e todo um conjunto de ações que, se não estiverem concomitantemente implantadas, certamente não darão condição a que o projeto alcance o sucesso esperado. Quero outra vez dizer que, certamente, está no conjunto de preocupações do projeto que está sendo produzido, em sua fase final, pelo Ministério da Integração Nacional, esses itens que são importantes no contexto da transposição.

Por fim, a Srª Senadora se refere aos estudos já realizados em relação aos benefícios do bombeamento. Eu agrego que no projeto de transposição, que tem como ponto de partida Cabrobó até Jati, há todo um conjunto de preocupações com a questão das vazões e aquilo que se requer para que a vazão seja implementada, seja posta em prática, aquela travessia daquela garganta de Pernambuco e a preocupação central. Quero fazer esta referência porque acho importante no contexto do projeto: não é a de abastecer os reservatórios do Nordeste setentrional, pelo simples fato de abastecer; é tanto mais para se fazer a sinergia sazonal que se pode tirar proveito, porque quando as vazões estão mais elevadas no rio São Francisco coincide que costumam estar mais baixas nas bacias do Ceará e nas bacias do Piranhas-Açu e outras bacias que se candidatam a receber essas águas e vice-versa.

Portanto, esse estudo de sincronização, esse estudo de sinergia do qual se pretende tirar proveito pela garantia contra a escassez em um determinado ano seco, seguido de outro ano seco, é objeto da preocupação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Eu pergunto à Senadora se as respostas do Dr. Garrido a satisfizeram, porque há outros companheiros inscritos. (Pausa.)

Dr. Aílson , a Senadora gostaria de ouvir alguma coisa sobre a Codevasf.

V. Sª tem 5 minutos.

O SR. AILSON BEZERRA – Eu diria à Senadora que eu tenho feito algumas palestras sobre o desenvolvimento do semi-árido do Vale do São Francisco; não aceitei nenhum compromisso que não fosse no mínimo de duas horas. De forma que eu não vim aqui realmente fazer uma palestra, vim dar opinião.

No que se refere à irrigação a Codevasf, hoje temos 25 perímetros de irrigação, 3 em implantação e 22 que estão em pleno funcionamento, totalmente ocupados e dirigidos pelo próprios irrigantes. A Codevasf não tem um palmo de terra nesses projetos. Ele implantou e disponibilizou. Como a infra-estrutura comum pertence à União, a Codevasf tem cuidado dessa infra-estrutura comum, principalmente no que se refere à modernização dos projetos mais antigos ou reabilitando aqueles em que houve alguma degradação na infra-estrutura comum; o resto é todo administrado. Podia haver o dobro desses projetos, mas o problema é orçamentário, é financeiro. Nunca houve recursos capazes de desenvolver mais rápido essa necessidade. Mesmo porque essa irrigação tem hoje 30 anos, é muito recente. O Egito tem 5.000 anos de irrigação; a Espanha, mais de mil anos, desde a invasão árabe. Nós estamos aprendendo. Agora é que há uma conscientização para essa irrigação e esse desenvolvimento de tecnologia que foi adaptado. É o momento, agora, de de intensificar a velocidade de implantação desses projetos, porque trazem desenvolvimento e riqueza para a região.

Se houver recurso, com certeza, o DNOCS, a Codevasf, os próprios Estados farão isso mais rápido, porque a tecnologia está à disposição e a consciência da população está muito forte em termos de irrigação. Quando iniciou-se, era preciso convidar as pessoas para participar; hoje a licitação é até uma guerra.

Tenho consciência de que o Semi-Árido não pode continuar com ações pontuais, ações que eu chamo de manutenção da miséria. Há muitos recursos hídricos que precisam ser aproveitados, tem o Proágua com as adutoras para levar água, as águas vão para as cidades, e as cidades vivem em função do campo. As cidades têm umas bodeguinhas, umas lojinhas e vivem em função do campo. Quando há irregularidade climática, o povo que chamo povo do mato, meu povo lá das caatingas morre de fome, e água não mata fome. Há água para beber, porém quero água para produzir, para dar renda. Então, tem-se de criar atividades sustentáveis: mineração, piscicultura, irrigação, pecuária, atividades que dêem sustentabilidade ao homem do sertão, ao homem do campo. Às vezes, discordamos de algumas posições. Reutilização da água: reutilizar o que não existe. Se não há água, como vou reutilizá-la? Esse é um problema. O problema de lá é água na terra ou atividades que não dependam disso.

Há muito assunto para se discutir, mas isso é coisa para um seminário de uma semana, porque o problema é de 300 anos.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Muito obrigado, Doutor.

O próximo inscrito é o Senador Geraldo Cândido, que dispõe de cinco minutos. Escolha para qual dos dois palestrantes V. Exª deseja fazer a sua pergunta, porque há outros inscritos, e o nosso tempo é curto.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, farei algumas perguntas aos dois palestrantes. Se houver tempo, poderão respondê-las.

Antes, gostaria de tecer algumas considerações. Primeiro, é sempre bom avaliarmos a situação da seca no Brasil, que é um fenômeno antigo. Por exemplo, desde 1847, época do Império, um deputado cearense, Marcos Macedo, já havia proposto um projeto para a transposição do rio São Francisco para o rio Jaguaribe.

Eu queria fazer uma pergunta ao Dr. Ailson Bezerra. No mês passado, em Recife, houve um encontro, com a participação de mais de 100 países, para discutir o fenômeno chamado desertificação. O senhor afirmou que isso não existe. Gostaria que o senhor explicasse que fenômeno é esse quando a terra começa a ficar sem vegetação e arenosa. Parece que esse fenômeno começou a aparecer no Brasil.

Um outro detalhe interessante é a questão da água no Nordeste. Pelo que sabemos, o Nordeste tem cerca de 20 bilhões de metros cúbicos de água em açudes, conforme o próprio Dr. Raimundo Santos Garrido afirmou. O problema do Nordeste não é tanto de seca. O problema do Nordeste é a democratização da água, porque a água está lá armazenada, estocada em açudes. São 20 bilhões de metros cúbicos. É muita água. Só o Ceará, como S. Sª afirmou, é verdade, tem mais de 15 bilhões de metros cúbicos de água estocados. O Rio Grande do Norte, que é um Estado menor, tem lá a sua quantidade. Então, o problema é democratizar a água. Essa é a grande realidade do Nordeste.

Ao apresentarmos isso aqui, não estamos querendo dizer que somos contra a questão da transposição. O Dr. Ailson tem razão, é preciso discutir profundamente.

Vou passar às perguntas.

Alguns especialistas em recursos hídricos afirmam que os lençóis de água do Nordeste poderiam irrigar um milhão e meio de hectares. O Governo tem estudos sobre isso?

Como fica a situação dos agricultores que vivem da agricultura de vazante de rios como o Jaguaribe?

Como ficará o sistema de açudes que atualmente vai até o pé do rio Araripe?

Como se dará a industrialização do Semi-Árido proposta no projeto e como será o controle de migração para a área, uma vez que a industrialização é sempre um chamariz, principalmente nesse período de desemprego crescente? Megaprojetos como o da transposição geram grande contingente de trabalhadores temporários. O projeto do Governo prevê alguma política específica para essa população?

Como ficará o arcabouço regulatório da transposição, tendo em vista o fato de que a Agência Nacional de Águas – ANA – ainda não foi sequer criada?

O projeto que cria a ANA, no caso do gerenciamento dos reservatórios de usinas hidroelétricas, prevê que o Operador Nacional do Sistema – ONS – tenha os mesmos poderes da referida Agência.

Num período de estiagem, quem definiria a prioridade entre a geração de energia e uso da água, irrigação, abastecimento das cidades, etc?

Finalmente, o Nordeste, que é abastecido pela energia elétrica gerada pelo rio São Francisco, enfrenta problemas sérios de racionamento. Qual será o custo energético adicional com a implantação da transposição? O sistema Chesf suportará esse acréscimo?

São essas as minhas questões.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir a V. Exª e à Comissão, uma vez que há apenas dois inscritos, que estes fizessem logo as suas perguntas, e, posteriormente, os debatedores dariam as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Acato sua sugestão.

Nesse caso, concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, sabemos atualmente que o projeto mais debatido e polêmico – pelo menos em relação ao Nordeste – é o da transposição das águas do rio São Francisco, importante para vários Estados da nossa Região que têm projetos em andamento ou em fase de execução. Nos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia, por exemplo, há projetos que considero da mais alta relevância para o seu desenvolvimento e que poderiam ser prejudicados se a transposição não fosse devidamente estudada sob o ponto de vista do impacto ambiental causado pela sua execução.

O Estado de Alagoas tem um projeto grandioso – denominado Canal do Sertão –, iniciado em outras gestões, que se constitui hoje numa obra inacabada. Há necessidade de injeção de recursos dos Governos Federal e Estadual para a sua continuidade. Naturalmente, a Bancada de Alagoas deve ter-se interessado por esse projeto e proposto alguma emenda no sentido da sua continuidade.

O Estado de Sergipe tem um projeto – chamado Califórnia – em plena execução, outro recentemente implantado – o Platô de Neópolis – e, ainda, um a ser executado, que, tenho certeza, constará do do PPA, que é o Projeto Xingó, levando a água do Rio São Francisco para a cidade de Poço Redondo, uma das cidades mais pobres do Nordeste dentre aquelas citadas pela Senadora Heloísa Helena.

A Bahia tem um interesse conjugado, simultâneo, com o Estado de Sergipe, que é o Projeto Dois Irmãos. É um canal de trezentos e tantos quilômetros de extensão que sai de Itaparica, percorre uma vasta extensão do Estado da Bahia, penetra no Estado de Sergipe, e esse projeto, se devidamente executado, daria a oportunidade do surgimento de um amplo projeto de irrigação, proporcionando mais de cento e cinqüenta mil empregos na região, juntamente com o Xingó.

Antes porém da minha pergunta, eu diria o que outros já disseram: não há egoísmo da nossa parte de transferir para os demais Estados que precisam de água aquilo que o Rio São Francisco puder transferir. Acho que só damos o sangue quando temos sangue. No caso do Rio São Francisco, ele, em matéria de água, está ficando pálido, ou seja, sem aquelas células vermelhas, com anemia crônica, como falou a Senadora Heloísa Helena.

A pergunta é a seguinte: em face desses interesses que são comuns – nós temos interesse na transposição, não há dúvida, mas, em primeiro lugar, até dentro da lógica regional, temos interesse na execução desses projetos –, como compatibilizar a transposição do Rio São Francisco sem os devidos cuidados, atendendo o que determina a própria Constituição – que preserva o meio ambiental por meio de estudos de impacto para a realização de qualquer projeto de recursos hídricos? Como conciliar os interesses desses Estados que querem a transposição e os interesses dos Estados que desejam continuar os seus projetos e executar novos projetos, que já estão inclusive no PPA, sem o perigo de que eles tenham continuidade e possam ser

executados os novos? Esta era a pergunta que eu gostaria de fazer, principalmente ao Dr. Raimundo Santos Garrido, que está na área do meio ambiente e recursos hídricos, sem desprezar a participação do presidente da Codevasf.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Com a palavra, o Senador Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, rapidamente quero reafirmar o que muitos Senadores disseram, ou seja, que o único propósito que temos é o de conhecermos bem esse projeto, de vermos o que ele significa, sob o ponto de vista global, para o Nordeste. Como realmente não o conhecemos, às vezes essas posições são confundidas com posições preconcebidas, mas a pergunta é rápida e mais ou menos na linha da que fez o Senador Valadares.

Eu gostei muito da imagem da transfusão, que significa um doador e um receptor. Geralmente, o doador é um sujeito que tem saúde, que passou por todos os exames; ele é submetido a uma bateria de exames para ver se essa doação não vai prejudicar a sua saúde já debilitada, e a pergunta que faço é a seguinte: esse doador é hígido, é saudável? Pode fazer isso sem risco para a sua saúde?

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva).– Muito bem. Eu gostaria de colocar a questão da seguinte maneira: creio que todos gostariam de estar bem informados ao sair daqui.

Estou substituindo a Senadora Emilia, que agora está chegando, e, se S. Exª me permitir, eu faria uma colocação para o Dr. Garrido: V. Sª já fez uma exposição completa do que pensa, do que pensa o Ministério, do que pensam as leis brasileiras que estão aí para serem aprovadas. Mas, na verdade, para a pergunta que se faz neste instante, creio que o senhor já tem a resposta na ponta da língua. Ele está perguntando se o rio São Francisco tem água suficiente para atender aos projetos desses Estados um canal com 300 quilômetros requer muita água e aquela idéia de V. S.ª de que a gestão de água dos Estados seria um primeiro passo. À pergunta, eu creio que o senhor poderia responder, e dispõe de cinco minutos.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Com a palavra a eminente Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Como estamos administrando duas Comissões praticamente ao mesmo tempo e como o debate se inicia hoje será aprofundado posteriormente, com a audiência de outras pessoas , abro mão dos meus questionamentos. Mas indagaria a V. Exª se concorda que, ao invés de uma possível inscrição minha, cedamos o espaço para o Deputado por Pernambuco que nos honra com a sua presença, que também poderia fazer um questionamento depois de todos os Senadores falarem, e, logo após, os nossos convidados fariam suas exposições com base nas perguntas feitas.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Muito bem colocado, Senadora.

Com a palavra o Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sou de Pernambuco, Petrolina, Bacia do São Francisco, divisa com a Bahia.

O tema "Transposição do São Francisco" é místico, emocional. O que o Senador Paulo Souto disse aqui é apropriado. Doar só se o doador estiver em plenas condições.

Antes de fazer a minha pergunta, eu pediria ao Sr. Presidente que possibilitasse ao Dr. Raimundo Garrido falar sobre outras experiências de transposição de bacias, para podermos entender o **habitat**, quando aconteceu, a conjuntura, para que possamos comparar.

Parece-nos que o Presidente da Codevasf disse também no Nordeste a falta que a água faz é justamente na produção. A pessoa não morre por inanição de sede, por falta de beber um caneco d'água, um copo d'água.

Quando o Presidente diz que a transposição é só humanitária, para matar a sede, é uma contradição, porque, de acordo com a Senadora, os grotões mais pobres em índice de desenvolvimento social estão à beira do rio. O polígono da maconha no Nordeste está na beira do São Francisco por falta de ocupação econômica. Então, existe uma contradição nisso, com que temos de tomar cuidado.

Há uma outra alternativa naquela matriz, e o Dr. Garrido colocou, que é a questão do custo-benefício. Existem nordestinos no Rio Grande do Norte, na Paraíba, no Ceará nas mesmas condições degradantes que na Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Temos de ver também o custo-benefício de tudo isso. Há também a questão do percurso. Como V. Sª disse, o maior custo é o da compensação. Temos conversado com alguns técnicos que assessoram a Cesp, a hidrovia Tietê-Paraná, todo esse conjunto de lá, e concluímos que há um caminho alternativo que custa mais caro, mas o custo social talvez seja mais compensatório. A questão da elevação encarece muito essa obra e beneficia muito pouco. Há um outro roteiro, que é a saída de Sobradinho, passando pela Bahia, com 50 mil ha o

Projeto Casa Nova , Pontal/Sobradinho, o Canal/Sertão de Pernambuco e, antes de entregar essa água para beber, beneficia-se quase 300 mil hectares do eixo Bahia/Pernambuco. Todavia, não concebo uma transposição dessas, quando estamos discutindo Chesf e vinculando 90% da água para energia, por 35 anos. Essa transposição a que o Presidente se referiu é um início desse processo revolucionário de mudar a face do Semi-Árido, e não é levar a água para beber, mas para operar a mudança mediante essa cadeia de negociação que é a irrigação. Gostaria de ouvir sobre outras experiências e tecer comentários. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Dr. Garrido, pelo avançado da hora, eu me permitiria solicitar ao nosso Deputado por Pernambuco, que, com muito brilhantismo abordou essa questão, que V. Sª se limitasse, por exemplo, a responder, porque praticamente a pergunta é a mesma, mas se o senhor for fazer uma exposição sobre o êxito de outras transposições – e nós teríamos o maior prazer – levaria mais de uma hora aqui porque são vários – eu conheço pelo menos três, pois já visitei, como engenheiro, os três, e sei que para descrever isso eu levaria muito tempo.

Penso que, se o senhor pudesse, passaria um documento para o Deputado, com todas as informações, a fim de que não houvesse, digamos assim, maior extensão do nosso tempo; o senhor teria cinco minutos para responder.

O SR. RAIMUNDO SANTOS GARRIDO – Obrigado, Sr. Presidente. Ficarei, portanto, com duas dívidas. Uma é a do trabalho que, com muito gosto, enviarei ao Deputado Clementino Coelho, e enviarei também para a Comissão sugestão da Senadora Heloísa Helena; e a outra é com o próprio Senador Geraldo Cândido, na sua primeira pergunta sobre se os lençóis do Nordeste dão para 1.500 hectares. Eu não sei com exatidão o que é possível alcançar com os lençóis do Nordeste. O que é importante observar é que vastas porções do Piauí ocidental; o aqüífero-açu, no Rio Grande do Norte; a formação tucano, na Bahia; São Sebastião e praticamente todo o litoral nordestino são regiões de onde se pode sacar água abundantemente.

Algumas capitais são servidas quase, numa percentagem razoável, por água subterrânea. Recife, que apresenta a situação mais preocupante entre as capitais brasileiras, toma mais ou menos 25% a 30% de água do subsolo, só para abastecimento urbano.

Mas a pergunta de V. Exª faz referência à irrigação, e o número exato eu peço vênia para enviar a V. Exª **a posteriori.** Pagarei as duas dívidas em conjunto à Comissão.

Sobre a agricultura de vazante, eu quero oferecer a mesma resposta: como ficarão os vazanteiros? – e o senhor parece que fez referência a uma bacia cearense. Há situações as mais diversas. Agrego, por exemplo, o Baixo São Francisco, que serve de fronteira entre Alagoas e Sergipe. Os vazanteiros são outro problema, que para nós já são um conflito entre esta utilização e a própria hidroenergia – Chesf e Codevasf têm-se encontrado seguidamente, buscando soluções para essa questão da agricultura do vazanteiro. Mas para essa pergunta e para a questão da ANA, em relação aos reservatórios hidroelétricos e o papel do operador nacional, o ONS, que V. Exª alude ter os mesmos poderes que a ANA, eu diria o seguinte, Senador: a palavra-chave nesse contexto é o comitê de bacia. Comitê de bacia como foro de discussão dos problemas da bacia tem lugar para o vazanteiro, para o representante do Governo Federal, para o representante dos setores usuários da água, e não se encontrou outra forma tão mais adequada para se repartir a água de maneira harmônica entre os usuários senão pela negociação, negociação essa que não exclui evidentemente os instrumentos de política que citei anteriormente, como, por exemplo, a outorga e a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Particularmente, quanto ao gerenciamento que a ANA fará dos reservatórios, no caso dos reservatórios de geração de energia hidroelétrica, o Projeto nº 1617, ou talvez 1616, do Governo, ele realmente impõe uma consulta ao operador, ao ONS. Essa consulta, essa articulação, aliás, que ali está proposta, tem sido objeto de comentários e de críticas, inclusive, da própria sociedade civil organizada. Mas eu quero defendê-la neste primeiro momento. O setor de recursos hídricos, sendo um setor novo no Brasil, impõe que, até que o nosso aprendizado se complete, algumas ações que o Governo Federal tem, pelo caráter estratégico daquela ação, a obrigação de não permitir que dê errado – e é o caso da geração de energia elétrica -; ele precisa efetivamente ter o domínio da decisão até que o comitê ganhe maturidade, até que o comitê atinja sua maioridade, e certamente ONS, ANA e todos os demais elementos presentes ao Comitê estarão decidindo em franco processo de negociação. Mas quero, pessoalmente, defender o artigo do projeto de lei que coloca a articulação e, mais do que tudo, a consulta ao operador nacional, porque isso faz parte, neste

primeiro momento, do aprendizado pelo qual está passando o setor de recursos hídricos no Brasil.

Não tenho condições de responder a algumas perguntas de V. Exª, porque dizem respeito a aspectos mais específicos do projeto. Terei imenso prazer em encaminhá-las e trazer respostas depois de entendimento com os meus colegas do Ministério da Integração Nacional, mas tenho absoluta convicção de que questões como o racionamento de energia, **vis-à-vis** custo com a transposição, foi tema pensado ali naquele projeto; a questão do trabalho temporário, que acho da maior relevância e que foi preocupação de V. Exª, sei que isso faz parte das oportunidades de emprego durante o período da implantação do projeto.

V. Exª se referiu à indústria no Semi-Árido e ao controle da migração para a área. Não vi isso, mas terei o cuidado de fazer essa verificação para uma resposta **a posteriori**. Absolutamente, não sei responder sobre os açudes ao pé do rio Araripe, a que V. Exª faz referência.

A última das suas indagações. O arcabouço regulatório sem ANA. Devo dizer que a ANA é uma questão de tempo. A pauta das duas Casas Legislativas, em particular da Câmara, não permitiu a votação, o entendimento a ponto de ser votada a matéria na Câmara, mas tenho a mais nutrida esperança de que no retorno dos trabalhos legislativos, aí não sei dizer se inclusive ou exclusive a convocação extraordinária que a imprensa vem dando conta de que ocorrerá, mas, certamente, ANA é uma questão de poucos meses para que tenhamos nossa agência implantada e que será, juntamente com o SRH, um casamento que acrescenta, porque divide as atividades de formulação de política, que remanescerão com o SRH, daquelas de implementação dessas mesmas políticas que serão da alçada da ANA, com isso dando-se condição de maior flexibilidade para que esse arcabouço melhor funcione, inclusive no que concerne à avaliação do projeto da transposição.

O Senador Antonio Carlos Valadares faz um cotejo e eu avanço, algo que não fiquei de responder, por orientação do Sr. Presidente, entre o projeto polêmico e outros projetos importantes de interesse comum entre várias unidades federadas, e V. Exª citou duas a duas em cada caso.

É da história das transposições no oeste americano que, em geral, as transposições de grande calibre, as que perpassaram as fronteiras estaduais, foram parar exatamente na Casa Legislativa daquele país – como aqui nos encontramos, no Senado Federal –, porque é a casa legislativa que termina por dirimir os conflitos e articular os interesses das unidades federadas.

A história dá conta de que nas transposições do Arizona e do Novo México entre si, a maior parte delas levando água à Califórnia, muitos projetos foram discutidos no Senado americano, e levou-se em conta o conjunto do projeto transposição objeto daquele debate formado com outros projetos de interesse das unidades federadas ali envolvidas.

Quero dizer a V. Exª que, se a história costuma se repetir em ocasiões, ainda que em países distintos, e esse aprendizado americano vier a aqui prevalecer, certamente, num contexto global da questão do Semi-Árido, aí incluído o Proágua Semi-Árido, a idéia da transposição do São Francisco, os projetos individualizados em cada Estado ou de interesse comum a Estados que dividem fronteiras entre si, certamente poderão ser tomados num todo para que daí resulte uma decisão que consulte a avaliação de conjunto e menos a avaliação individualizada desses projetos.

Ao Senador Paulo Souto, que pergunta sobre a higidez do São Francisco, eu espondo que o São Francisco, Sr. Senador, está na UTI. O São Francisco,.se fizermos uma visita. E V. Exª tão bem conhece os trechos médio e baixo do rio São Francisco. Mas se verificarmos, desde o alto, nas cabeceiras, na região da capital do Estado de Minas Gerais, com o descarte de substâncias tóxicas, produto da atividade industrial sem o devido tratamento dos afluentes, se verificarmos que qualquer cidade de médio porte, já que as pequenas talvez não influam tanto na vazão passante do rio, por não terem estação de tratamento de afluentes urbanos, estão contribuindo nocivamente para diminuir a qualidade das águas, pois a lixiviação de produtos fitossanitários, praguicidas, herbicidas e outros tantos utilizados na irrigação forte no oeste da Bahia, em vastas áreas no norte de Minas Gerais, sobretudo no trecho de Juazeiro e Petrolina, estão danificando a saúde do rio, o episódio de assoreamento a que V. Exª alude, questões da erosão verificada em vários pontos do rio, tanto quanto a questão quantitativa mesmo da água, que vem formando bancos de areia em várias regiões do rio, veremos que precisamos promover a recuperação do rio São Francisco.

Nesse sentido quero fazer referência a uma comissão do Senado Federal, que se iniciou em 1995, presidida pelo Senador Renan Calheiros e que teve como Relator o Senador Waldeck Ornelas, Ministro da Previdência e Assistência Social. O relatório que hoje se encontra na Biblioteca do Senado Federal mostra o tanto que se precisa fazer pela bacia do São Francisco a fim de que possa efetivamente se colocar na condição de uma doadora em potencial.

Senador Alberto Silva, se tem água suficiente, acho que a resposta foi um pouco no meio das perguntas. E fiquei de enviar ao Deputado Clementino Coelho a questão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Muito bem.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Pela ordem, Sr. Presidente. Então, pelo que V. Sª afirmou, não há água para a transposição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Srs. Senadores, estou inscrito como um dos inquisidores. Gostaria de aproveitar a oportunidade, com a licença da Presidente, e ao invés de fazer uma pergunta, faria uma pequena exposição. Fui governador de Estado duas vezes e tive a oportunidade de várias vezes ir a Petrolina e conhecer o projeto, a vila Coelho, tudo que há lá, o êxito da Codevasf, conheci tudo isso bem de perto. Mas o que me chamou a atenção agora foram as palavras do Dr. José Luiz Perez Garrido, que diz que temos que cuidar urgentemente do São Francisco. Nesse caso, cara Presidente, ele fala que houve uma Comissão dirigida pelo Senador Renan Calheiros cujo Relator era o Senador Waldeck Ornelas, se não me engano. Vamos transformar nossa comissão talvez em uma comissão como essa. E fazemos uma proposição aos órgãos que cuidam do assunto no sentido de que passemos a cuidar já do São Francisco antes de cuidar de tirar sua água, que já é tão pouca. Então vamos trabalhar em cima disso, cara Presidente, pois creio que assim estaremos contribuindo para garantir ao País a geração de energia que o São Francisco tem nos dado até hoje. Mas se ele vai ficando sem água, assoreado e poluído, acabaremos não tendo nem água para o próprio rio nem para energia elétrica.

O Dr. Garrido conhece uma proposição que fiz, um tanto polêmica. Ele mesmo tratou de me corrigir quando eu disse que estamos tratando de vazões de 60, 70m³ por segundo. Sou engenheiro da área de construção de usinas hidrelétricas, é a minha especialidade. Sei exatamente o que significa 70, 100m³. Mas depois de Xingó são 2.000m³ e a água que vai para o mar. Depois de ter gerado energia, depois de ter passado pela Codevasf, vão para o mar 2.000m³/s de água do São Francisco.

Na ocasião, em um debate que tivemos na **TV Senado**, e foi uma honra para mim estar ao lado do Dr. Garrido, um excelente técnico, assombrou-me ele dizer que, para levantar essa água no ponto que está sendo escolhido, precisa-se da energia correspondente a dois Estados. Então, nesse caso, o custo dessa água vai ficar altíssimo, porque se tem que gastar energia equivalente ao que se gasta em dois Estados; esse número é assustador.

Nesse caso, depois da barragem de Xingó, têm-se 2.000m³/s e essa água vai para o mar. Quantos quilômetros têm da última barragem até chegar ao mar? Mais ou menos uns 150 quilômetros? Talvez. Que 50 quilômetros ainda sofram a influência do mar e a possa ser considerada salinizada. Mas um pouco acima disso, o Dr. Garrido, que tem outros consumos de cidades que estão depois da barragem, nesse caso talvez seja tão pouco o consumo que possamos nos aventurar a dizer por que não tirar 200m³/s depois da barragem e chegarmos à praia, ao nível do mar? O nível da água ou o nível do terreno na foz do rio São Francisco é o mesmo de Recife, Fortaleza – João Pessoa não, porque fica mais para dentro –, mas Cabedelo, Natal.

Se eu não tenho nenhum acidente a transpor e na praia vou ao mesmo nível, o consumo de energia para levar essa água pelo mar ou pela praia, em dutos – hoje em dia se fabricam tubos com um grau de resistividade tão pequeno que a água desliza por dentro –, com estações de rebombeamento nos devidos lugares, e essa água chega às capitais, V. Exªs já prestaram atenção? Ela chega em Recife, vem pelo mar, pela praia. Chega em Natal. Se bem que não vamos dar aquela volta. Segundo o Dr. Garrido, o Ceará parece que já está com o seu problema de gestão de água resolvido. Então, teríamos Pernambuco, Paraíba – o Senador Suassuna não está aqui –, mas se a adutora vai pelo litoral, sem recalques para subir ou para descer, vai de nível, chegaríamos com essa água a um custo muito baixo. É polêmico, mas é real, quem está falando aqui é um Engenheiro desta área. Calcar no nível é muito mais fácil do que subir ou calcar contra a gravidade.

Por último, gostaria de dizer a V. Exªs que estamos fazendo uma experiência que nasceu no meu Governo. A tal roça, a que se refere aqui o Dr. Airson, queimada, devastando a mata, produzindo nada, produzindo feijão para comer, que não vale nada... Temos um projeto, e eu convidaria os companheiros Senadores para conhecê-lo. Agora em dezembro vamos colher feijão e milho para semente, não para comer. Um quilo de feijão para semente custa R$2,50; um quilo de milho para semente custa R$1,20. Com o auxílio da Embrapa e uma tecnologia que praticamente inventamos, estamos tendo uma safra de milho com 200mm de chuva e uma safra de feijão com 100mm de chuva artificialmente, que fizemos lá na Embrapa, com aspersores, mas com uma quantidade enorme de pluviômetros, marcando a chuva que cai, e tensiômetros no chão marcando o que acontece com o grau de umidade do terreno naquela soalheira em que o chão fica com 40º, por conseguinte a evaporação seria violenta, mas nós conseguimos, digamos assim, um milagre de agüentar, sem chuva, 20 dias entre uma chuva de 30mm e uma outra de 30mm.

Somando chuvas de 30mm, de vinte em vinte dias, no período chamado de seca no Semi-Árido – tenho experiência própria como Governador, e o nosso companheiro Valadares também foi Governador à mesma época e se esqueceu de dizer... V. Exª fez uma adutora no seu Governo, não foi?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADRES – Foi no Governo de Augusto Franco. E os projetos de irrigação que falei, como o Califórnia, foi no Governo de João Alves. A implantação desses projetos é que foi no meu Governo.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Lembro-me disso.

Eu quero concluir dizendo que essa experiência no Semi-árido que estamos desenvolvendo, com o apoio da Embrapa e do Ministério da Ciência e Tecnologia, pode se transformar numa solução para o homem que mora lá no Semi-Árido – esse a que o Dr. Airson acaba de se referir –, que é um coitado, que mora lá no campo e que a roça dele não dá para nada.

A renda prevista – quase podemos garantir – desse lavrador, com um hectare, é de R$450,00 por mês – por mês, senhores! –, vendendo feijão para semente e milho para semente. O projeto está pronto para quem quiser ver, já convidei o pessoal da Embrapa e convido os nobres Srs. Senadores. A partir do dia 15 próximo até o fim do mês, vamos colher o feijão que foi produzido com 100 milímetros de chuva e o milho, que deu uma safra precoce, com 200 milímetros. Em qualquer seca do Nordeste chove mais de 300 milímetros. E tem um barracão que recolhe água de uma chuva de 300 milímetros. Temos dois sacos plásticos dentro do armazém que recolhem 30 mil litros cada um. Então, temos 60 mil litros e já fizemos os cálculos. O sistema de fossa do nosso projeto tem reciclagem de água, ela vai e volta. Então, o lavrador tem à sua disposição 60 mil litros de água, com verão, inverno ou o que for, de 300 milímetros, e tem uma roça ao lado que lhe garante, seguramente, um salário de R$400,00 a R$450,00 por mês, vendendo sementes que o Brasil não tem e compra da Monsanto, da Cargil e de outras multinacionais. Não temos sementes, na verdade. Esse projeto pode produzir semente e dá uma renda ao lavrador; além do mais, ele tem energia solar ligada à casa, todo o conforto e pode ter uma professora para ensinar a duas roças daquela, porque o salário dele é suficiente.

Eu queria prestar essas informações, agradecendo à Senadora Emilia, nossa Presidente, a oportunidade que me deu de presidir. E agradeço aos companheiros e aos expositores a lição que recebemos deles sobre o São Francisco.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, quero fazer uma pergunta sobre a presença do Ministro da Integração, uma vez que S. Exª foi convidado e não pôde comparecer, em duas oportunidades, para tratar desse assunto. Eu gostaria de saber quando S. Exª estará presente, porque temos o maior interesse, uma vez que a execução do projeto de transposição ficará a cargo daquele Ministério.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Eu gostaria também de agradecer a presença dos convidados, em nome também da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e dizer da importância do tema, do quanto o Brasil precisa aprender sobre a Região Nordeste, sobre o rio São Francisco, sobre o problema da seca e sobre a angústia em que vive o povo daquela Região. Temos a obrigação – recebo como obrigação, embora Senadora pelo Rio Grande do Sul, longe da Região Nordeste – de nos aprofundarmos nesse tema.

Desde logo, proponho à nossa Comissão, estendendo às outras Comissões, a criação, urgentemente, de uma subcomissão para acompanhar e aprofundar a discussão desse tema, que considero de fundamental importância. Aí construiríamos, a partir da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Assuntos Econômicos, uma grande proposta para a Região Nordeste, com o compromisso de todos os Senadores se debruçarem sobre o tema, que, tenho certeza, é do interesse de todos.

É o início de um debate o que está se travando hoje e daremos continuidade posteriormente.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Pela ordem, Sr. Presidente.

Em nome da Presidência da Comissão de Assuntos Sociais, gostaria de explicar, tanto para a Senadora Emilia como para o Senador Valadares, que quando aprovamos o requerimento na Comissão de Assuntos Sociais e estendemos o convite tanto para a Comissão de Infra-Estrutura como para a Comissão de Assuntos Econômicos, foi inclusive diante de um debate que se realizou na CAE, entre Senadores de Estados que não têm o rio São Francisco e outros Estados também. Já existe uma proposta, inclusive, de um seminário, e há também a Comissão, cuja instalação foi requerida ao Plenário pela Senadora Maria do Carmo, por mim e pelo Senador Valadares. Então, a Mesa Diretora já tem um requerimento para a instalação da Comissão e existe também aprovado um seminário sobre o tema, com a participação de vários técnicos. Em resposta ao Senador Valadares, quero dizer que o Ministro encaminhou à Comissão de Assuntos Sociais e certamente encaminhará também às outras Comissões, uma agenda para que se possa coletivamente escutá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h56min.)

Ata da 39ª reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada dia oito de dezembro de 1999.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos, do dia oito de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Carlos Bezerra, Gilvam Borges, José Alencar, Luiz Estevão, Maguito Vilela, Pedro Simon, Juvêncio da Fonseca, Moreira Mendes, Maria do Carmo Alves, Eduardo Siqueira Campos, Antero Paes de Barros, Lúcio Alcântara, Romero Jucá, Geraldo Cândido, Sebastião Rocha, Heloísa Helena, Tião Viana, Leomar Quintanilha, Luzia Toledo, Álvaro Dias e Emília Fernandes. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando a ausência a Senadora Marina Silva. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a análise da seguinte pauta: **Item um: Apreciação em turno suplementar do substitutivo aprovado ao Projeto de Lei do Senado nº 258, de 1999,** que "Institui a obrigatoriedade de prestação de atendimento cirúrgico-plástico a portadores de defeitos físicos causadores de sofrimento moral relevante". **Autor do Projeto:** Senador Gilvam Borges. **Relatora:** Senadora Marluce Pinto. **Resultado:** definitivamente adotado (art. 284 – R.I). **Item dois: Apreciação em turno suplementar do substitutivo aprovado ao Projeto de Lei do Senado nº 324, de 1999,** que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, a fim de obrigar o Sistema Único de Saúde (SUS) a utilizar, exclusivamente, os medicamentos constantes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME). **Autor do Projeto:** Senador Lúcio Alcântara. **Relator:** Senador Geraldo Althoff. **Resultado:** definitivamente adotado (art. 284 – R.I). **Item três: Projeto de Resolução nº 1, de 1999-CN,** que regulamenta os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.506, de 1997, que Dispõe sobre o valor da pensão do dependente do segurado, do extinto IPC, a ser concedida ou mantida pela União Federal. **Autor:** Câmara dos Deputados. **Relator:** Senador Carlos Bezerra. **Parecer:** pela aprovação, com uma emenda. **Observação:** na reunião do dia 24/11/99, foi concedida vista à Senadora Heloísa Helena pelo prazo de cinco dias (art. 132, § 1º, R.I). **Resultado:** aprovado, com declaração de voto contrário, da Senadora Heloísa Helena. **Item quatro: Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1999, tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 154 e 208, de 1999,** que altera e acrescenta artigos à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre as comissões de conciliação prévia e permitindo a execução de título executivo extrajudicial na justiça do trabalho; dispõe sobre a criação de câmaras intersindicais de conciliação (CICS) e dá outras providências; institui a comissão paritária de conciliação, com a atribuição de harmonizar os interesses envolvidos nos dissídios individuais do trabalho. **Autores:** Presidência da República e Senadores Arlindo Porto e Jefferson Péres. **Relator:** Senador Moreira Mendes. **Parecer:** pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado. **Observação:** na reunião do dia 30/11/99, foi incluído em pauta, a pedido do Relator, no decorrer da reunião e concedida vista coletiva às senadoras Heloísa Helena e Emília Fernandes pelo prazo de cinco dias (art. 132, § 1º – RI). **Discutiram a matéria** as Senadoras Emilia Fernandes, Heloísa Helena e os Senadores Lúcio Alcântara, Moreira Mendes e Juvêncio da Fonseca. **Resultado:** foi apresentada emenda de autoria da Senadora Emília Fernandes, rejeitada pelo Relator. Apresentado requerimento de destaque, a emenda foi rejeitada e o parecer aprovado, com votos contrários das Senadoras Emília Fernandes e Heloísa Helena e do Senador Sebastião Rocha. **Item cinco: Projeto de Lei do Senado nº 323, de 1999,** que "Altera a legislação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido para permitir a dedução, como despesa, no valor integral de bolsas de estudo". **Autor:** Senador Lúcio Alcântara. **Relator:** Senador Djalma Bessa. **Parecer:** pela aprovação. **Resultado:** concedida vista à Senadora Emília Fernandes pelo prazo de cinco dias (art. 132, § 1º – RI). **Item oito: Projeto de Lei do Senado nº 542, de 1999 – Decisão Terminativa,** que "Altera o artigo 20 da Lei nº 8.742, LOAS, e dá outras providências (Dispõe sobre benefício a pessoa idosa ou portadora de deficiência). **Autor:** Senador Luiz Estevão. **Relator:** Senador Juvêncio da Fonseca. **Parecer:** pela rejeição. **Observação:** na reunião do dia 30/11/99, foi concedida vista coletiva pelo prazo de cinco dias, às Senadoras Emilia Fernandes e Heloísa Helena (Art. 132, § 1º – RI). Devolvido, pela Senadora Heloísa Helena, com voto em separado concluindo pela aprovação do projeto. **Resultado:** enviado ao Relator para reexame da matéria, tendo em vista as

considerações do voto em separado da Senadora Heloísa Helena. **Item nove: Projeto de Lei do Senado nº 347, de 1999 – Decisão Terminativa,** que exclui do salário-de-contribuição para a Previdência Social os valores recebidos a título de salário-maternidade e salário-educação. **Autor**: Senador Carlos Bezerra. **Relatora**: Senadora Marina Silva. **Parecer**: pela aprovação, com emenda de redação. **Resultado:** retirado de pauta a pedido da Relatora. Os demais itens da pauta foram adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Osmar Dias**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

Comunico o recebimento de comunicação da assessoria da Senadora Marina Silva solicitando a retirada do item 9 da pauta, do qual é relatora. Por motivos alheios à sua vontade, a Senadora ficou retida em seu Estado esta semana.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à análise das seguintes proposições: apreciação em turno suplementar do substitutivo apresentado pela Senadora Marluce Pinto ao Projeto de Lei do Senado nº 258, de 1999, de autoria do Senador Gilvam Borges, e pelo Senador Geraldo Althoff, ao Projeto de Lei do Senado nº 324, de 1999.

Não sendo oferecidas emendas, os substitutivos são dados como definitivamente adotados sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

Estou referindo-me nesta leitura ao Item 1 e ao Item 2 da pauta. Isso porque nós já votamos o projeto de lei de autoria do Senador Gilvam Borges, que institui a obrigatoriedade de prestação de atendimento cirúrgico plástico a portadores de defeitos físicos causadores de sofrimento moral relevante. A Senadora Marluce Pinto apresentou um substitutivo, que foi aprovado e não houve apresentação de emenda. Por isso, estamos dando como aprovado o projeto em turno suplementar.

O mesmo ocorre com o item 2 da pauta. Esses dois itens já estão aprovados.

Quanto ao Projeto de Resolução nº 1, de 1999, e o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1999, tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 154 e 208, de 1999, Projetos de Lei do Senado 6.692, 155, 323, 347, 522, 542, 586, todos de 1999.

Dando seqüência à pauta, passamos ao Item 3: Projeto de Resolução nº 1, de 1999, que regulamenta os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.506, de 1997, que dispõe sobre o valor da pensão do dependente do segurado do extinto IPC a ser concebido ou mantido pela União Federal. Autor: Câmara do Deputados, Relator – Senador Carlos Bezerra. S. Exª deu parecer pela aprovação, com uma emenda.

Na reunião do dia 24/11 foi concedida vista à Senadora Heloísa Helena pelo prazo de cinco dias. S. Exª devolveu o projeto sem manifestação. Esse relatório já foi apresentado pelo Senador Carlos Bezerra, tanto é que houve pedido de vista. Assim, podemos discutir e votar a matéria.

Vou aguardar a presença da Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena, nós estamos apreciando o Item 3 da pauta. V. Exª havia pedido vista da matéria na reunião passada e a devolveu sem manifestação. Gostaria de saber de V. Exª se há alguma manifestação oral a ser feita.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Há, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Primeiro, houve um problema; ou seja, o voto em separado não foi colocado. Mas eu apenas fiz uma manifestação no sentido de que voto contrariamente ao presente projeto. Não vou estabelecer nenhum mecanismo impeditivo, regimental no sentido de impedir a tramitação, mas vou ler agora meu voto contrário, nos seguintes termos:

A Lei nº 9.506, de 1997, que teve como Relator o ilustre Senador Osmar Dias, que preside esta Comissão, teve por escopo extinguir, como de fato extinguiu, o Instituto de Previdência dos Congressistas, o IPC, e criou em sua substituição o Plano de Seguridade Social dos Congressistas. Duas foram as alterações fundamentais: em primeiro lugar, a filiação ao novo programa securitário passou a ser facultativa. Em segundo lugar, o novo plano só autoriza a concessão de benefícios após preenchidas as condições muito mais rigorosas, inclusive a exigência de idade mínima de sessenta anos. Ocorre que dito diploma legal regulou – e não poderia ser diferente – as relações jurídicas

subsistentes, fundadas no regime anterior. É exatamente essa situação transitória que se pretende regulamentar pela via do presente projeto de resolução. O que se quer, em síntese, é a extensão aos aposentados e pensionistas do IPC do direito à gratificação natalina disposta no art. 76, inciso VIII, da Constituição Federal.

As condições excepcionais que proporcionaram a ex-Congressistas a obtenção de benefícios de aposentadoria do IPC por si só desautorizam o aditamento às suas remunerações de um **plus** representado pelo 13º salário. As aposentadorias e pensões do IPC, confrontadas em seus requisitos com benefícios que exigem de qualquer trabalhador a satisfação de condições de preenchimento muito mais difíceis, devem ser consideradas como privilégios.

Nesse sentido, não nos parece razoável compor o que já é privilégio com novos aditivos remuneratórios à guisa de aplicação isonômica daquilo que é deferido ao servidor público inativo ou ao beneficiário do INSS.

Por essas razões, voto contrariamente ao projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada, com declaração de voto em contrário da Senadora Heloísa Helena.

Item 4 da pauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 50, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 154, 208, de 1999. Esse projeto altera e acrescenta artigos à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre as comissões e conciliação prévia e permitindo a execução de título executivo extrajudicial na Justiça do Trabalho; dispondo, ainda, sobre a criação de câmaras intersindicais de conciliação e dá outras providências; e institui a comissão paritária em conciliação com a atribuição de harmonizar os interesses envolvidos nos dissídios individuais do trabalho. Autores: Presidência da República, Senadores Arlindo Porto e Jefferson Péres. Relator: Senador Moreira Mendes, que deu parecer pela aprovação.

Na reunião do dia 30/11, foi o presente projeto incluído em pauta a pedido do Relator. No decorrer da reunião, foi concedida vista coletiva às Senadoras Heloísa Helena e Emilia Fernandes, pelo prazo de cinco dias.

Consulto a Senadora Heloísa Helena e a Senadora Emilia Fernandes se há alguma manifestação a ser feita.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sim, Sr. Presidente. Como apresentei uma emenda, gostaria de discutir a matéria, inclusive para defender a emenda proposta, já entregue à Mesa, bem como a todos os Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Os Srs. Senadores já têm em mãos essa emenda que a Senadora Emilia Fernandes apresentou? (Pausa.)

Temos, então, que ouvir o Relator a respeito.

Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes para apresentar parecer à emenda da Senadora Emilia Fernandes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a emenda apresentada pela ilustre Senadora tem por objetivo introduzir duas alterações no texto do parágrafo único do art. 625, **e**. Primeiro, determinar que o termo de conciliação seja homologado pelo sindicato da categoria profissional; segundo, estabelecer que o termo de conciliação seja título executivo extrajudicial –só terá eficácia liberatória quanto às parcelas expressamente determinadas.

Preliminarmente, cabe ressaltar que a comissão de conciliação prévia, ao promover a conciliação extrajudicial, ao estimular o entendimento direto entre as partes, surge não apenas como uma etapa preliminar da solução dos litígios, mas também como alternativa à Justiça estatal. Assemelhando-se à negociação, a conciliação poderá até prever concessões mútuas, com a finalidade de se chegar a um acordo e se evitar, dessa forma, que o conflito chegue ao Judiciário.

Assim, não sendo essa Comissão um órgão judicante, a posição do empregado não pode ser encarada como sendo aquela de alguém que naturalmente está em condição de desvantagem porque é leigo na arte de interpretar ou aplicar os princípios e normas trabalhistas.

Convém lembrar, pois, que ele se encontra perante um órgão de conciliação e negociação do qual poderá ou não nascer um acordo conciliatório.

A Comissão, seguramente, estará em condições de ter um bom conhecimento das peculiaridades do respectivo ambiente de trabalho e, por ter competência restrita ao âmbito interno da empresa, não estará afeta a assuntos muito diversificados. Conseqüentemente, terá maiores facilidades em promover de maneira mais efetiva a conciliação sem o risco de reduzi-la a mera formalidade. Por outro lado, salienta-se que o empregado não estará sozinho perante esta comissão, uma vez que seus membros não são

constituídos apenas por representantes dos empregadores. Nesse contexto, a figura do sindicato como instrumento de homologação do termo de conciliação é desnecessária.

Quanto à segunda alteração que se pretende introduzir no dispositivo citado, entendemos que ela não traz qualquer mudança substancial. Ademais, do modo como está redigido, com certeza não acarretará qualquer prejuízo ao trabalhador, mesmo que os aspectos sobre os quais houve mútuo entendimento seja objeto das ressalvas do acordo.

Portanto, Sr. Presidente, a minha posição é pela rejeição das duas emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O parecer é pela rejeição da emenda.

Em discussão.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra a V. Exª.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, sra. Senadora, este projeto busca alterar a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, criando as comissões de conciliação prévia. Embora a intenção do autor tenha sido a de buscar agilização das questões que envolvem os trabalhadores deste País, temos consciência de que os reflexos e resultados poderão não ser os melhores em relação aos direitos dos trabalhadores. Cada vez mais se busca esvaziar não apenas os sindicatos de trabalhadores deste País, a Justiça do Trabalho, que deveria, sim, ser aperfeiçoada, ser estimulada e deveriam ser encontrados caminhos para que realmente se buscasse a garantia dos direitos, pois o que acontece neste País é o inverso.

Vejam V. Exªs que comissão de conciliação que está sendo proposta existiria dentro de cada empresa, com a presença de representantes dos empregadores e dos trabalhadores. Aqueles, lógico, têm no seu quadro funcional assessoria técnica e assessoria jurídica. Os trabalhadores, aqueles operários que estão construindo, fabricando sapatos e os mais diferentes tipos de produtos deste País, desde o mais humilde ao mais qualificado, embora o projeto garanta certa estabilidade – aqueles trabalhadores que fizerem parte da comissão não vão ser despedidos dentro de um ano –, acaba por expor os empregados porque eles vão fazer parte de um grupo que vai defender diretamente, dentro da própria empresa, os trabalhadores. Ele vai se contrapor ao que o empregador está dizendo em relação a um direito de férias, de insalubridade ou qualquer um direito trabalhista em que o trabalhador se sinta aviltado.

Vejam Srs. Senadores, como esvaziamos um espaço de discussão e buscamos então expor os trabalhadores humildes. Já se vê de antemão que a situação dos empregadores será privilegiada.

Um trabalhador pode, inclusive, entrar com três reclamações de direito junto à empresa. Vamos dizer que, no tocante a duas questões, o empregado concordasse em conceder o direito do empregado e, noutra, não. Então, o trabalhador é que terá que assinar o termo de conciliação, expressando uma ressalva de que determinado assunto não foi resolvido. Quer dizer, o ônus dessa parte fica para o empregado, que vai ter que fazer tal declaração.

Então, o que estamos pensando? Vejam Srs. Senadores, até somos contra esse projeto, mas estamos tentando, no mínimo, garantir o direito do trabalhador e dar-lhe a possibilidade – já que não tem obrigação de conhecer profundamente os aspectos jurídicos da CLT, de saber fazer um cálculo das horas extras que aquela determinada empresa lhe deve. Ele sabe que está trabalhando demais? Sabe, agora como fará o cálculo, a quanto tem direito, quanto terá que receber realmente ele não tem obrigação de saber – do direito de ver se aquele termo de conciliação for assinado entre os empregadores e empregados da sua empresa e, no mínimo, se foi feito, corrigido e se chegou a uma conclusão garantindo os seus direitos. Então aí seria homologado pelo sindicato.

E vejam que no art. 625, § 1º, **b**, já consta que a composição da comissão instituída no âmbito da empresa será de dois membros e no máximo dez, fiscalizada pelo sindicato da categoria profissional. Então, como é que vai ser fiscalizado? Alguém pode dizer que o sindicato na hora pode participar. Eu pergunto: um sindicato tem condições de estar em 50 empresas ao mesmo tempo no momento em que estiver acontecendo uma reunião e uma análise dessa comissão de conciliação? É impossível.

Esta é apenas a introdução nova que estou fazendo; não há outra emenda, pelo menos da minha parte só há uma, onde digo: homologado pelo sindicato da categoria profissional, quer dizer, o termo de conciliação. Após a reunião... (o Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Só para pedir silêncio por parte do Plenário.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Então o termo de conciliação seria encaminhado ao sindicato, que, por sua vez com a sua assessoria jurídica, aí sim, com seu corpo técnico, formado por pessoas que conhecem profundamente a CLT e as leis trabalhistas, diria que a condução da causa está correta, estão ga-

rantidos os direitos dos dois lados e realmente está pronta e pode ser definida como uma conciliação. Vejam que não é nada extraordinário, nada impossível porque o próprio projeto prevê a fiscalização do sindicato. Aí se coloca a palavra fiscalização e não se diz como, então é para enganar realmente o trabalhador, pensando que ele vai ter mais ágil a garantia dos seus direitos e o encaminhamento dentro da sua própria empresa.

Então, em nome da garantia de direitos, da valorização dos sindicatos e principalmente para que não passemos a expor os colegas trabalhadores à discussão com os patrões o direito de um outro colega – porque sabemos que isso de certa forma vai acarretar um problema para as pessoas, estamos pedindo a revisão dos Srs. Senadores, pedimos a atenção do Sr. Relator, foi a única emenda – não há uma segunda emenda, não sei se ele se referia à emenda de minha autoria – só acrescentei o termo homologado pelo sindicato da categoria profissional. Quer dizer, desta forma amenizaríamos um pouco a preocupação que os trabalhadores estão tendo, porque eles mesmos estão dizendo: como é que vou me expor; não tenho obrigação de conhecer a CLT, as leis, então, no mínimo, alguém tem que me dar esse assessoramento jurídico. E quem é que tem? Por acaso cada trabalhador vai contratar um advogado na hora? É o sindicato que vai apresentar. Como é que é feita a fiscalização? O projeto está com uma lacuna, já que diz que vai fiscalizar mas não diz como. Então era isso que eu gostaria de dizer: após a reunião, após a decisão o sindicato analisa a decisão e, se houve algo que contrarie o direito ou qualquer legislação referente ao direito dos trabalhadores, o sindicato alerta e aí haveria uma nova revisão, enfim, um novo encaminhamento.

Era este o pensamento que eu gostaria de expressar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pedindo o apoio de V. Exªs a esta emenda, porque aí vamos realmente agilizar o processo, mas agilizar com qualidade, porque agilizar para fragilizar não posso acreditar que seja o sentimento da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ouvi atentamente a Senadora Emilia Fernandes e penso que na argumentação de S. Exª há pontos razoáveis que devem ser considerados. Embora eu tenha lido o projeto rapidamente e por isso possa cometer algum equívoco, pelo que peço desculpas antecipadamente, observei que as comissões podem ser formadas no âmbito da empresa ou no âmbito do sindicato e o empregado terá possibilidade de optar. Se eu fosse o empregado, iria discutir na comissão do sindicato, porque é realmente o fórum mais neutro e haveria menos aquela presença da empresa com seus interesses, que, de alguma maneira, poderia constranger o trabalhador na defesa dos seus interesses.

Assim sendo, eu votaria com a emenda da Senadora Emilia Fernandes se não houvesse a possibilidade de esta Comissão...

A SRA. EMILIA FERNANDES – Senador Lúcio Alcântara, será constituído no âmbito da empresa...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Não, mas há aqui a comissão do sindicato.

A SRA. EMILIA FERNANDES – (fora do microfone) ... é trabalhar para ver que o trabalhador...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Espere um momento, Senadora, se eu estiver enganado vou me corrigir.

O SR. MOREIRA MENDES – A Senadora Emilia Fernandes diz que quem está enganado é V. Exª.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Perfeitamente. Já de pronto isso. Mas, em todo caso, tenho direito de aprender e por isso é que quero me esclarecer. Veja bem: as empresas e os sindicatos, conforme o art. 625, **a**, podem instituir comissões de conciliação prévia, de composição paritária...

A SRA. EMILIA FERNANDES – Não, leia o teor da letra **b**: no âmbito da empresa.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sim, muito bem. Mas já vou avançar porque se trata de todo o procedimento da empresa.

O art. 625, **c** diz:

A comissão, instituída no âmbito do sindicato terá sua constituição e norma de funcionamento definidas...

E mais...

A SRA. EMILIA FERNANDES – Os sindicatos podem dar aos seus representantes, podem fazer o movimento, a assembléia para escolher dentro daquela empresa, mas depois eles vão trabalhar na mesma empresa. Então o movimento é pelo sindicato.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Espere um momento, Senadora. Há um artigo aqui, que não estou encontrando agora, que dá o direito de optar. O Senador Moreira Mendes, que deve estar conhecendo bem o projeto, pode nos ajudar e mostrar o artigo que dá o direito de o empregado optar se quer discutir na comissão da empresa ou na comissão do sindicato, é isso ou não é?

O SR. MOREIRA MENDES – Na verdade, a essência do projeto é facilitar a vida do trabalhador, evitar a demora da Justiça do Trabalho. Esta é a essên-

cia do projeto e o seu objetivo. À medida que se cria, com todo respeito à ilustre Senadora que apresentou a emenda, uma dificuldade a mais estamos obstaculizando o direito do trabalhador. Portanto o objetivo do projeto é que seja rápida a decisão e o que precisa ficar claro é que a comissão é paritária, escolhida pelo sindicato dos empregados e pelos empregadores. Então não há o que discutir porque se são escolhidos pelos seus sindicatos... senão todo mundo vai ficar sob suspeita, até o juiz. Mas o juiz não é escolhido pelo sindicato e o sindicato não homologou? O que resultaria no mesmo raciocínio.

Por esta razão é que defendo a rejeição da emenda porque entendo que o projeto, amplamente discutido na Câmara com todos os segmentos, inclusive com a Oposição, da forma como está exposto, é o que mais convém aos interesses dos trabalhadores sobretudo.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Penso que no caso do art. 625, **c**, não está dito como é a escolha dessa comissão no sindicato; só diz que será em convenção ou acordo coletivo. Então fico na dúvida sobre, por exemplo, como se dará a representação, no caso da comissão do sindicato. Tomemos como exemplo o sindicato dos metalúrgicos, então seria uma representação dos empregados e das empresas metalúrgicas. Realmente não consegui perceber como se dá a constituição dessa comissão quando for no âmbito do sindicato. Enfim, como é que se dá essa representação para constituir essa comissão?

O SR. MOREIRA MENDES – Trata-se de uma decisão **interna corporis** do sindicato como vai escolher a sua representação. Ele pode escolher uma representação para cada empresa. A representação é sempre de funcionários, de empregados da empresa **a, b** ou **c**. Sempre haverá a representação paritária dos empregados igual à representação do empregador. Nós estamos discutindo uma coisa que em minha opinião estamos fugindo... A essência do projeto é dar agilidade aos litígios trabalhistas, evitando a busca da Justiça, tentando-se resolver o assunto no âmbito interno das empresas, dos sindicatos e dos empregados.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Apesar da explicação do Senador Moreira Mendes, isso não está muito claro. Eu estou entendendo que há a opção – se estou entendendo errado, podem corrigir-me – ou de se fazer na empresa ou de se fazer no sindicato. Pela explicação do Senador Moreira Mendes não é assim: o sindicato escolhe e a pessoa vai atuar na empresa. Eu queria esse esclarecimento para saber se realmente é assim. O art. 625, **a**, é muito claro: As empresas e os sindicatos podem instituir comissões de conciliação prévia, de composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, com atribuição de tentar conciliar os conflitos.

O SR. MOREIRA MENDES – Senador, a sua observação realmente tem procedência. Não está definido na lei onde funciona a comissão. Ela tanto pode funcionar no sindicato, como pode funcionar na empresa, como pode funcionar num prédio alugado. O importante é que ela é paritária e composta de representantes dos empregados e de representantes dos empregadores. Os representantes dos empregados são escolhidos pelos sindicatos, se assim entenderem eles. Isso porque também não há uma obrigação nesse sentido.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, eu acho que o projeto tenta estabelecer um mecanismo mais rápido, mais ágil de solução desses conflitos. Esse risco a que a Senadora Emilia Fernandes se referiu é inerente a essas atividades, onde realmente o elo mais frágil é o representado pelo trabalhador. É preciso que se instituam mecanismos, instrumentos que assegurem ao trabalhador o máximo de condições, a fim de que possa lutar pelos seus direitos, inclusive com a possibilidade de recorrer à Justiça do Trabalho se não chegar a uma conciliação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é verdade que essa idéia é bastante interessante, pois é inspirada inclusive no modelo do sindicalismo europeu.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Desculpe-me, mas procurei muito antes e não achei o item. Encontrei-o agora. Trata-se do § 4º, página 32: Caso exista na mesma localidade e para a mesma categoria comissão de empresa e comissão sindical, o interessado optará por uma delas para submeter a sua demanda. Trata-se exatamente daquilo que eu vinha dizendo e não tinha conseguido justificar, sendo competente aquela que primeiro conhecer do pedido. Eu acho que o fórum do empregado no sindicato é muito melhor do que na empresa. Pelo que estou entendendo – corrijam-me se estiver errado –, o § 4º dá ao empregado o direito de optar; ou seja, em vez de discutir na comissão da empresa, ela vai discutir na comissão do sindicato.

Senador, isso é o que está escrito aqui. Não sou eu que estou inventando, ou então não estou entendendo. Aqui não se trata de intersindical. Isso está em outro artigo. Aqui se diz o seguinte: Caso exista na mesma localidade e para a mesma categoria comissão de empresa e comissão sindical.... Por exemplo,

em uma determinada empresa metalúrgica há uma comissão e no sindicato dos metalúrgicos há uma comissão. Eu sou empregado da empresa metalúrgica e filiado àquele sindicato. Não quero discutir o meu problema na comissão da empresa. Eu quero discuti-lo na comissão do sindicato. A lei me assegura esse direito. Assim, na comissão do sindicato é institucional. É sindicato contra sindicato ou representante sindical com representante sindical. As relações são muito mais razoáveis do que as do âmbito da própria empresa, porque são sindicatos que estão discutindo entre si e não um trabalhador – como V. Exª disse, com toda a razão – discutindo com quem tem formação jurídica.

Penso que esse dispositivo atenua a preocupação de V. Exª, a qual penso ter uma certa procedência. No caso, o empregado minimiza esse risco, reduz essa desigualdade no processo de discussão, levando isso para a comissão do sindicato e não para a comissão da empresa.

Era isso o que eu queria dizer. Desculpe-me por ter interrompido o seu pronunciamento. V. Exª, com a elegância de sempre, deu-me a chance de esclarecer o meu ponto de vista. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Não há nenhum problema, Senador Lúcio Alcântara.

Eu até entendo alguns argumentos que são apresentados em relação a esse projeto, argumentos, inclusive, que são apresentados historicamente no movimento sindical, na própria Bancada do Partido dos Trabalhadores, embora a nossa Bancada tenha votado de forma contrária na Câmara. Mas existe um debate antigo a esse respeito.

Realmente, o projeto se inspira em algo interessante: no modelo das relações de trabalho do sindicalismo e da socialdemocracia européia, onde se criam instâncias extrajudiciais que possibilitem agilidade em relação às aspirações dos trabalhadores e às causas trabalhistas. Isso é o que inspira o projeto.

A realidade brasileira, entretanto, é absolutamente adversa, especialmente em relação a este momento em que estamos vivendo: um momento de gigantesca precariedade das relações de trabalho; um momento em que, certamente, em função dessa pressão, as comissões passam a ser hegemonizadas pelos interesses patronais, o que cria uma dificuldade muito maior, uma dificuldade gigantesca, para os trabalhadores, nessas câmaras de conciliação, fazerem valer os seus direitos. Sabemos, inclusive, da pressão existente hoje contra a própria sindicalização. Em muitos episódios, existe uma pressão, no que diz respeito à admissão e à entrega dos contracheques, contra a sindicalização.

Assim, diante de relações de trabalho precárias, diante do terrorismo em relação ao desemprego, diante da pressão contra a sindicalização, efetivamente a idéia é boa, a inspiração é boa, mas a forma como isso acontecerá no cotidiano do Brasil será extremamente complicada.

Haverá a criação de uma estrutura extrajudicial para solucionar conflitos entre empresas e seus empregados em matéria trabalhista, estrutura esta que tem como forma uma comissão prévia e paritária a funcionar seja no âmbito da empresa, seja no âmbito dos sindicatos. Mas, a partir do momento em que se cria uma nova estrutura paralela à Justiça do Trabalho, desvinculada dos sindicatos dos trabalhadores – ela é uma comissão paritária, mas é desvinculada do sindicato –, cria-se também a oportunidade para que empresas criem fóruns próprios, particulares, sem verba pública para tratar de direitos trabalhistas, portanto sem a eficaz fiscalização por meio de um instrumento legal.

É claro que existem distorções favoráveis ao patronato ou a quem quer que seja na Justiça do Trabalho, mas ao menos caberá à Justiça cumprir a legislação. Temos a obrigação de organizar melhor essa legislação e de garantir uma maior agilidade à Justiça do Trabalho.

Essas Comissões Prévias de Conciliação possibilitam claramente a ingerência patronal na suposta busca de justiça e de atribuições que são do sindicato na sua relação com a Justiça do Trabalho. Trata-se, nesse particular, de uma preocupação básica, pois as empresas, mesmo havendo representação paritária na composição das comissões, chamariam para si a solução de conflitos gerados por elas próprias. Vejam que a comissão – paritária sim, mas com influência patronal – chama para si a responsabilidade de resolver um problema criado por ela própria, como empresa, isso porque a comissão funcionaria na própria empresa. E mesmo que funcione nos sindicatos estariam lá representantes dessa própria empresa, advogados, contadores patronais etc. Além do prazo previsto na CLT para o pagamento das verbas rescisórias ao empregado dispensado, as comissões permitiriam um segundo prazo, de 10 dias, para o pagamento das obrigações. Essa é uma das hipóteses possíveis, talvez uma das mais prováveis, ou seja, a empresa, após não pagar o que deve, ganha um novo prazo, mais longo, para pagar o que efetivamente deve. Ao contrário da prece, do discurso fácil do Governo Federal, que efetivamente trabalha na aprova-

ção dessa lei, a criação dessa nova estrutura para apreciação e conciliação de conflito não é tão simples como parece à primeira vista. As comissões de conciliação podem ser objeto inclusive dos mais diversos e vários questionamentos judiciais, desde a sua implementação, as formas como atuam, as dúvidas levantadas demandariam soluções judiciais mais demoradas ainda, de forma que a afirmação dessa estrutura de conciliação extrajudicial é duvidosa e acaba sendo de pouca eficácia para os interesses dos trabalhadores na reivindicação dos seus respectivos direitos.

Uma vez havendo uma nova estrutura, novos atos jurídicos se constituem, novas relações jurídicas se estabelecem e novas obrigações são firmadas. Para isso, cria-se um conjunto de formalidades exigidas pelo próprio direito positivo. O trabalhador, para ter o seu direito não pago, satisfeito, terá que passar por essa nova realidade, se habituar a ela, sem uma promessa definitiva de que as suas relações de trabalho se tornem democráticas e livres para negociações em bases equilibradas. Para tanto, deve-se reconhecer a correlação entre as forças, a correlação dentro da própria relação de trabalho, a correlação entre o capital e o trabalho, e assim dar garantias ao hipossuficiente, que efetivamente é o trabalhador. O trabalhador brasileiro já sabe como percorrer para conseguir seus próprios direitos, conhece igualmente que pode contar com o sindicato, onde as empresas são obrigadas a assinar as homologações dos termos de rescisão do contrato de trabalho. As homologações provocam a oportunidade das empresas de deslocarem para o sindicato e principalmente a oportunidade de os trabalhadores comparecerem ao sindicato e, lá, tendo contato com os seus colegas em situações similares, discutirem com os dirigentes sindicais sobre as suas situações. Ocorre que o ato homologador em sindicato deixaria de ocorrer, já que a comissão de conciliação daquele ato esvaziaria completamente a relação com o movimento sindical. Uma outra questão que deve ser objeto de discussão é a análise de direitos trabalhistas, até porque seus julgamentos importarão custos para a empresa. Se a comissão trabalhar de forma rigorosa, buscando o pagamento dos direitos dos trabalhadores, haverá certamente mais custos para a própria empresa. Se, por um lado, houver menos rigor, ocorrerá menos custos empresariais, nesse sentido, e conforme o histórico da atuação patronal na Justiça do Trabalho, é previsível o esforço empresarial que será feito no sentido de estabelecer menos rigor em relação aos legítimos direitos dos trabalhadores. Não há razão para imaginar que o comportamento procrastinatório visto no Judiciário deixe de ser aplicado nessa nova estrutura. Por que é que isso não vai ser aplicado nessa nova estrutura?

Também não podemos deixar de prever que no futuro recursos judiciais serão levantados pelos trabalhadores ou pelos sindicatos e que serão utilizados também para atrasar, para desmoralizar, para anular o trabalho dessas comissões, ou ainda de anular decisões judiciais que porventura se confrontem com os interesses de comissões hegemonizadas pelos interesses patronais. Enfim, a estrutura que agora se propõe a simplificar a solução de conflitos não simplifica a solução de conflitos, mas, ao contrário, criará mais situações para burocratizar essa solução, tudo em prejuízo dos empregadores– credores.

São esses os motivos que me levam, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a me manifestar contrariamente ao projeto, embora entenda que a idealização dele, inspirada inclusive nos modos das relações de trabalho, das relações trabalhistas, das relações entre capital e trabalho, da social democracia, bem mais benevolente do que as relações implementadas no País, do movimento sindical muito mais fortalecido por décadas de convivência e de relações de trabalho mais respeitosas, infelizmente, no Brasil, essa idealização não se impõe, não pode se impor, em função das relações de trabalho precárias e das relações capital **versus** trabalho, extremamente difíceis. Então, não é possível que a Comissão, que efetivamente pode ser hegemonizada por interesses patronais, porque no Brasil a realidade é essa, acabe sendo fórum para dificultar mais ainda a vida dos trabalhadores brasileiros. E o que é mais grave, se vai ser feita para agilizar, efetivamente pode não ser agilizada, porque pode se criar inclusive mais empecilhos burocráticos, mais revisões, tentativas de anulação dessas decisões, inclusive recorrendo à própria Justiça.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senadora Heloísa Helena.

Quero anunciar a honrosa presença do Deputado Jair Meneguelli nesta Comissão.

O Senador Arlindo Porto pediu a palavra para discutir. Com a palavra V. Exª.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, primeiro vejo aí, de maneira veemente, a manifestação da Senadora Heloísa Helena. E gostaria, como autor do PLS nº 154, de 1999, de oferecer algumas informações aos nobres Pares. Em 1995, há quase cinco anos, no princípio de 1995, apresentamos um projeto de lei propondo instituir as câmaras intersindicais de conciliação. Esse assunto transitou durante quatro anos nesta Comissão. Tivemos oportunidade, à época, buscando a experiência que reconhecemos como bem-sucedida em Minas Gerais, especialmente na região de Patos de Minas,

onde a Junta de Conciliação e Julgamento utiliza de maneira informal esse procedimento, onde todos os sindicatos, patronais e de empregadores já exercem o processo da câmara intersindical de conciliação, buscando debater democraticamente esse projeto. Encaminhamos a todas as centrais sindicais cópias do projeto e recebemos inclusive subsídios que aprimoraram o nosso projeto de lei. Discutimos com as confederações de trabalhadores e de empregadores, o que levou, ao final, através de um brilhante trabalho do Senador Carlos Bezerra, apresentar um substitutivo. Lamentavelmente, a morosidade desta Casa fez com que o projeto não conseguisse ser votado no final do ano passado, haja vista que o Presidente desta Comissão, Senador Ademir Andrade, houve por bem postergar por duas sessões a sua votação. E no dia da última reunião do ano passado, da Legislatura anterior, não conseguimos votar.

Atendendo a preceito regimental, o projeto foi arquivado. Este ano novamente, no mês de março, reapresentamos esse projeto. O projeto, em função da sua importância no processo de relação de mercado de trabalho, teve a sua tramitação. E, dessa vez, ele foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e não a esta comissão. Foi designado o seu relator, que deu parecer favorável. Quando chega a esta Casa o Projeto de Lei da Câmara nº 50, aprovado naquela Casa, onde foi apresentada pelo Senador José Eduardo Dutra a solicitação para que tramitasse em conjunto.

Vejo agora que, mesmo depois de quase cinco anos, aquilo que poderia se caracterizar como algo importante está próximo de se consolidar.

Lamento, apenas, que o Congresso Nacional tenha perdido a oportunidade de ter, de sua iniciativa, a aprovação de algo que consideramos importante, tanto assim que o Poder Executivo absorveu essa proposta.

Louvo a determinação do Ministro Francisco Dornelles, que, de maneira bastante ágil, competente e determinada, fez com que o projeto fosse aprovado na Câmara dos Deputados. Mantivemos alguns contatos com S. Exª, o Sr. Ministro, quando louvamos a atuação do Poder Executivo, especialmente, do Ministério do Trabalho.

Naturalmente, temos alguns questionamentos a fazer em relação à sua eficiência, não obstante estar aqui para apresentar, na busca da agilidade que considero importante e necessária, trazer nosso apoio à proposta do Projeto PLC 50.

Faço, apenas, um questionamento ao Sr. Relator, porque ele apresenta no seu relatório que fica "facultada a conciliação." Gostaria de discutir isso um pouco mais, porque, no nosso entendimento, a faculdade pode ser para a criação das câmaras, mas, em nenhum momento, deve-se facultar ao empregador ou empregado ir à câmara intersindical de conciliação ou, de acordo com a nova denominação dada, às comissões de conciliação prévia, que é o projeto do Governo.

O nosso projeto prevê que somente poderá recorrer à Justiça depois de buscar a tentativa de conciliação. Se a faculdade for para a criação das comissões, entendemos até como razoável. Mas se for facultado que o cidadão ou empregado possa optar entre as câmaras intersindicais de conciliação ou as comissões de conciliação prévia, independente da ida à Justiça, entendemos que fica inócua. Primeiramente, deve existir a obrigatoriedade da tentativa de conciliação. Não acontecendo a conciliação, a partir de uma ata, que deverá ser lavrada em toda tentativa de conciliação, aí, sim, buscar a Justiça.

Caso contrário, estaremos aprovando um projeto que não terá eficiência. As partes estarão buscando a Justiça e o nosso desejo, no meu entendimento, é não buscar a Justiça.

Tive a oportunidade, quando da votação da extinção do juiz classista, de me colocar contrariamente à extinção do juiz classista, porque entendia – e vai acontecer muito brevemente – que, agora, com a extinção definitiva, estaremos assistindo à nomeação de mais juízes, mais auxiliares, mais assessores e mais lentidão na Justiça do Trabalho. A tentativa com essa conciliação é uma relação saudável entre sindicatos de empregados e de empregadores. Entendo que era o fortalecimento do processo sindical e, assim, mais do que nunca, exercer o afastamento da presença do poder público, que não tem mostrado tanta eficiência nessas divergências; basta avaliar a quantidade de processos que estão pendentes de julgamento.

Eu gostaria de debater um pouco com o Relator em relação a isso, e destacar, principalmente, que a relação, a liberdade entre empregados e empregadores deve existir no respeito ao direito do trabalhador para que as questões menores sejam solucionadas.

Hoje, na Junta de Conciliação da cidade de Patos de Minas, minha terra natal, 85% dos casos são resolvidos nas comissões intersindicais de conciliação, onde a presença do sindicato acontece de maneira firme e em vários casos busca-se solução no exercício do labor, na atividade laboral do trabalhador.

Consulto, então, nesse sentido, o nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Moreira Mendes, para responder a essa questão.

O SR. MOREIRA MENDES – Em que pese o respeito que me infunde o ilustre Senador, quero dizer que não vejo como tornar impositiva essa questão, até porque não se pode tirar do trabalhador e nem do empregador o direito de procurar rever qualquer decisão tomada no âmbito da Justiça. Isso é princípio geral; não há como fugir disso.

Entendo que a essência desse projeto é uma coisa nova no Brasil. Trata-se de um avanço que estamos dando nessa questão e, como tudo que é novo, realmente, suscita muita dúvida, mas é preciso acreditar. Temos o defeito de não acreditar no princípio da oralidade, da discussão das coisas com praticidade e rapidez.

A prova de que isso é bom está, exatamente, no exemplo que o Senador de Patos de Minas citou: na sua cidade, 85% das questões são resolvidas em uma comissão informal, porque ela não tem base legal, mas funciona. Nem por isso os empregados estão obrigados a procurar aquela câmara. Eles vão, se quiserem.

Outro argumento importantíssimo: não poderemos instalar essas comissões – é bom que isso fique claro – em todo o Brasil no primeiro instante, até porque a sociedade não está preparada e nem organizada para isso. Os patrões e os empregados não estão preparados. Isso é um processo.

Por isso, tem que ser dada essa elasticidade. Se não houver as comissões, o empregado tem que buscar a Justiça. A Justiça está preparada em todo País, mas as comissões, certamente, não estarão preparadas com essa rapidez.

Portanto, entendo que, nessa fase inicial, a melhor técnica é que não pode ser de forma impositiva, obrigando o empregado a procurar, primeiramente, a junta, até porque ele pode não confiar e ainda acreditar que o melhor é a Justiça.

Então, creio que, nessa primeira fase, até que os envolvidos adquiram aquela confiança de que, realmente, o que está na lei vai dar certo, não se pode impor. E ele deve ter a possibilidade de procurar a Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Para concluir, concedo a palavra ao Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, talvez esteja havendo um conflito não de propostas, mas de comunicação.

O que entendemos é que jamais pode-se imaginar que se vá criar câmaras intersindicais de conciliação – ou o nome do projeto do Governo, que é comissões de conciliações prévias – em todas as cidades. O que se pretende é que o processo sindical possibilite que isso aconteça com mais intensidade em decorrência da eficiência desses sindicatos.

E para que haja câmaras instaladas, há necessidade da conivência das partes e dos sindicatos. Quando tomou-se a decisão de constituir-se câmaras, naturalmente, a opção foi feita de maneira livre e democrática. Só poderá haver câmaras quando existirem os sindicatos patronais e de trabalhadores que se disponham a isso.

No nosso entendimento, a partir da decisão sindical de se ter a câmara, não há como facultar às partes não buscar a câmara, porque, a partir daí, distancia-se do seu objetivo, que é tentar a conciliação. Em qualquer área de atuação em que haja uma Justiça do Trabalho, onde tenha instalada a câmara, o nosso entendimento é que, primeiramente, o empregador e o trabalhador devem ser compulsoriamente levados à busca da conciliação.

A partir do momento em que não se conseguiu a conciliação, aí, sim, o direito indelegável de recorrer à Justiça. Mas não se deve facultar à parte ir à Justiça ou não, ir à câmara ou não, porque aí teríamos apenas mais uma lei que não terá substância. E por isso o nosso projeto de lei.

Vou tomar a liberdade de fazer a leitura do artigo 4º do meu projeto de lei ...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Senador Arlindo Porto, essa faculdade está em qual dispositivo do projeto?

O SR. ARLINDO PORTO – É o que consta do relatório ...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Não, digo no projeto.

O SR. ARLINDO PORTO – No meu projeto. Vou ler, no meu projeto, a minha proposta:

"Existindo câmara instalada ..."

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Não, digo é no projeto de lei que estamos ...

O SR. ARLINDO PORTO – Estamos discutindo os dois projetos. O meu projeto também está em discussão.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sim, mas no projeto do Executivo, onde está a faculdade, porque ele diz que "poderão instituir comissões." Creio que é aí que V. Exª está considerando a faculdade, não é?

O SR. ARLINDO PORTO – Não. O "poderão" entendemos que é natural. Ninguém é obrigado a exigir criação de comissão. O que está previsto no relatório do nobre Senador é que fica facultada a conciliação das partes. A faculdade de procurar ...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Entendi. Estou querendo identificar no projeto do Poder Executivo

onde está o dispositivo que faculta aceitar ou não a conciliação.

O SR. ARLINDO PORTO – Senador, tive a cautela de defender o meu projeto e respeitar o do nobre Senador que diz da faculdade... Não me detive a discutir o projeto do Governo, não obstante ter manifestado o meu posicionamento favorável. Apenas estou levantando o questionamento de se fica obrigatória a participação das partes primeiro da tentativa de conciliação para, depois...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – V. Exª fundamentou que a tentativa de conciliação deveria ser obrigatória e o que deveria ser facultativo seria instituir-se ou não a comissão.

O SR. ARLINDO PORTO – Exatamente.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Na verdade, o projeto tornou a faculdade de instituir a comissão. Se isto não ocorrer, obviamente, não há possibilidade de conciliação; esta só existe se a empresa ou o sindicato instituir a comissão.

Eles podem instituir, mas podem não ter o interesse de fazê-lo.

O SR. ARLINDO PORTO – E quando instituído?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Por isso, percebi que a faculdade está na instituição da comissão.

O meu raciocínio, que pode estar errado, é o de que se a comissão for instituída no sindicato ou em uma empresa, haverá necessariamente a fase inicial da conciliação; agora, se a empresa ou o sindicato não criou a comissão, não há conciliação.

O SR. ARLINDO PORTO – Não há dúvida, Senador Lúcio Alcântara.

Entendo que V. Exª tem razão e o nosso projeto faculta a criação. Criada a comissão, compulsoriamente há que se buscar a conciliação que, se não conseguida, recorre-se à justiça. No projeto de lei do Governo não encontrei algo que caracterize, como está feito no meu. Passo a ler o art. 4º e ouvirei com o máximo prazer o Senador Alcântara.

"Art. 4º. Existindo câmara instalada, o juiz-presidente e os juízes estaduais, no exercício da jurisdição trabalhista, deverão determinar, se desacompanhada a petição inicial da prova de tentativa de breve conciliação, que as partes compareçam obrigatoriamente perante ela no prazo de dez dias."

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Senador Arlindo Porto, entendo que a preocupação de V. Exª está atendida no projeto. Senão, vejamos:

"Art. 625 .....

d) qualquer demanda de natureza trabalhista, será submetida à comissão de conciliação prévia se, na localidade da prestação dos serviços, houver sido instituída a comissão no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria."

No caso, obrigou. A faculdade está justamente no primeiro artigo do projeto, que é de criar a comissão ou não. Uma vez criada, o art. 625, **d**, página 32, obriga que a demanda entre por lá. Este é o meu entendimento.

O SR. ARLINDO PORTO – Assim entende também o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Moreira Mendes gostaria de se manifestar?

Temos, ainda, o Senador Juvêncio da Fonseca inscrito para discutir. Vamos ouvi-lo, mas, antes, gostaria de dizer ao Senador Arlindo Porto, que fez uma reclamação justa do tempo em que o projeto tramitou nesta Comissão, e para ressalvar a atuação da Comissão de Assuntos Sociais, nesta gestão, que este projeto ingressou na Comissão no dia 26-10-99.

Despachamos ao Senador Moreira Mendes que, prontamente, se dispôs a relatá-lo no dia 08-11-99. No entanto, teve que ser devolvido por S. Exª no dia 11, porque houve a apresentação, em plenário, de um requerimento do Senador José Eduardo Dutra pedindo a tramitação conjunta dos Projetos nºs154 e 208. Somente no dia 25/11 é que foi aprovado o requerimento do Senador José Eduardo Dutra. O Senador Moreira Mendes recebeu o projeto para relatar somente no dia 26/11/99.

Portanto, esse projeto praticamente está à disposição da Comissão do dia 26/11 até a data de hoje, o que compensou esse tempo que ele demorou para chegar até aqui. De nosso parte, fizemos com que ele tramitasse o mais rápido possível, dentro do que permite o Regimento.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, peço a palavra para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, talvez tenha havido uma má interpretação, mas o Senador Lúcio Alcântara captou perfeitamente. Em nenhum momento eu questionei, nesta Legislatura, a respeito desta Comissão. Muito pelo contrário, até porque o projeto de minha autoria não está tramitando nesta Comissão. Ele está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Quanto me referi ao projeto, referia-me à Legislatura anterior, pois o projeto entrou nesta Casa e nesta Comissão no ano de 1995. Nesta Comissão, na Legislatura anterior, ficou durante quase quatro anos e, ao final, teve que ser arquivado. Em nenhum momento questionei esta Comissão a respeito; muito pelo contrário, estou lou-

vando a agilidade do projeto do Governo e do nosso que está sendo apensado nesta Comissão.

Não houve, repito, em nenhum momento, esse tipo de manifestação. A Comissão se tem mostrado diligente e o Relator, com a maior diligência possível, fez o seu parecer. Fiz questão de ressaltar também o empenho que teve o nobre Senador Carlos Bezerra. Na Legislatura anterior, nos quatro anos anteriores, esse projeto não tramitou, não obstante todo o nosso empenho e a sua importância.

Por isso, quero louvar novamente esta Comissão, da mesma forma que louvo também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que está com o nosso projeto pronto para entrar em pauta. O Projeto só não foi votado porque foi solicitada vista pelo nobre Senador. Não me referi à morosidade e ao trabalho da Comissão presidida por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Arlindo Porto.

Concedo a palavra ao último a discutir, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu acho que ao final da discussão quase que se chegou à solução final no que diz respeito à interpretação do projeto. Ele está muito claro e tecnicamente perfeito na questão da obrigatoriedade ou não da conciliação prévia.

O art. 625/A diz que as empresas e os sindicatos podem instituir comissões de conciliação. A constituição das comissões é facultativa, pode-se ou não instituir comissões. Esse artigo diz o seguinte: Qualquer demanda de natureza trabalhista será submetida à comissão de conciliação prévia, se na localidade da prestação de serviço houver sido instituída a comissão no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria. Ora, se tiver a comissão instituída, é obrigatória a conciliação através da comissão. A faculdade é apenas de instituir a comissão. Instituída a comissão, é obrigatório. O que eu acho mais interessante ainda: caso exista na mesma localidade e para a mesma categoria, como disse o Senador Lúcio Alcântara, comissão de empresa e comissão sindical, o interessado optará por uma delas para submeter a sua demanda, sendo competente aquela que primeiro conhecer o pedido.

O que eu acho mais importe ainda com relação ao art. 625-E: aceita a conciliação, será lavrado o termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto, pelos membros da Comissão, fornecendo-se cópia às partes.

Parágrafo único. O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral.

Ora, o texto da lei está perfeito. Não vejo onde o empregado vá depender de faculdade para ir à junta. Se a comissão existir, é obrigatório que vá.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Nós vamos colocar a matéria em votação, mas há um requerimento de destaque sobre a mesa apresentado pela Senadora Emilia Fernandes, nos seguintes termos: "Requeiro a V. Exª, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 1 ao PLC nº 50/99 de minha autoria".

Vamos votar.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Para encaminhar, concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós ouvimos atentamente todos os Srs. Parlamentares que se manifestaram sobre essa matéria

Como coloquei no início da discussão, a intenção até pode ser boa, no sentido de que busca a agilização das questões trabalhistas, relativo aos trabalhadores deste País, na garantia e na luta de seus direitos. Porém, exatamente por todas as dúvidas aqui levantadas e ainda que a cada dúvida levantada tenha sido colocada uma certa justificativa, fortaleci minha idéia inicial – e outros Senadores já manifestaram, como a Senadora Heloísa Helena – em relação à fragilidade que o processo traz para a garantia dos direitos dos trabalhadores deste País.

Se, por um lado, alguns sindicatos e alguns trabalhadores estão defendendo, a grande maioria e eu diria os trabalhadores mais humildes, muitos até dentro das suas empresas, em pequenos municípios, que não têm nem ainda a capacidade do acesso a esse projeto, eles estão nos alertando que o projeto não é tão bom como parece.

Primeiro, quanto mais se fala que pode ter comissão dentro de sindicato, pode ter comissão dentro de empresa, pode ter comissão numa localidade, mais dá a transparência da fragilidade desse projeto à medida que estamos construindo definitivamente vários canais para o trabalhador buscar seus direitos. E quando se dá vários canais, sem as condições necessárias do ponto de vista jurídico, do ponto de vista de garantia de debate em termos de igualdade na busca de direitos, mais problemas poderemos estar acarretando futuramente. Vamos criar os trabalhadores organizados em grandes sindicatos, tudo bem, vão fazer suas comissões e vão defender seus direitos. Mas eu pergunto: lá no interior deste País, onde tem uma

pequena empresa, mas que existem trabalhadores sim sendo explorados em horas extras, férias e salários aviltantes, eles vão se defender como? Vão formar qual comissão?

Nós respeitamos idéias diferentes, mas entendemos... E, diga-se de passagem, tenho um vínculo direto com os trabalhadores e sindicatos deste País todo. Quando faço uma argumentação não tiro puramente de dentro da minha cabeça, construo as alternativas, os questionamentos, tentando sensibilizar os nossos colegas Srs. Senadores. Uma coisa é sentirmos, olharmos a letra fria da lei, outra coisa é tentarmos colocar em prática o que está posto.

Estamos fragilizando sim os direitos dos trabalhadores e o que peço apenas na minha emenda, e por isso estou pedindo destaque, é que se instale todas as comissões da forma como o Governo quer, que inclusive investiu pesado em cima desse convencimento com algumas centrais. Por outro lado, estou apenas pedindo que o termo de conciliação feito, assinado, que o sindicato e aí vem, aí sim, Senador, aí estamos incorporando naquela pequena empresa, onde não tem um advogado, não tem um técnico que possa inclusive fazer o cálculo das horas trabalhadas a mais, a que o trabalhador teria direito, que no mínimo o sindicato seja ouvido para que ele diga que realmente foi um bom negócio feito pelo trabalhador com o empregador.

Então, por isso peço que se dê essa oportunidade, para valorizarmos os sindicatos e para nós não jogarmos em mil canais aquele trabalhador. Um vai resolver na comissão, organizado, então estamos criando dois tipos, dois níveis de trabalhador: o organizado, que terá seus direitos garantidos rapidamente e o mais simples, que vai à justiça do trabalho, porque na sua localidade não tem comissão, porque na sua empresa não tem comissão.

Por isso registro meu voto contrário a esse projeto e favorável à minha emenda.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senadora Emilia Fernandes.

Vamos colocar o requerimento da Senadora Emilia Fernandes, que pede destaque para votação em separado da sua emenda.

Está em votação o requerimento da Senadora Emilia Fernandes.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Está aprovado o requerimento, portanto, vamos votar o projeto sem prejuízo da emenda.

V. Exª pediu a palavra pela ordem, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, apenas, embora eu já tenha me pronunciado que voto contrário, claro, votarei, em solidariedade, a favor da emenda apresentada pela Senadora Emilia Fernandes, mas voto contrariamente ao projeto.

Entretanto, diante de todo o debate já feito, inclusive com a participação dos outros Senadores, quero fazer um questionamento ao Relator da compreensão do mesmo em relação às faculdades estabelecidas: primeiro, o que é compreensão, inclusive na leitura do projeto que o que está estabelecido como faculdade é no sentido de se criar ou não as comissões de conciliação. Eu não acredito nessa faculdade porque eu sei como o interesse patronal hegemoniza as relações de trabalho, dificultam as relações capital/trabalho e podem impor, inclusive, aos sindicatos, através de pressão política, que se façam as comissões de conciliação. Mas isso é outra história. Quero saber do Relator se existe compreensão na relatoria, da possibilidade, da faculdade a ser criada de opção do trabalhador de ir ou às comissões de conciliação ou ir à justiça efetiva e formalmente, não após a decisão da comissão, porque após a decisão da comissão é um direito que ele tem, mas se existe a faculdade... Porque a compreensão que tenho é que não existe essa faculdade, mas quero escutar do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Moreira Mendes vai responder essa questão e vamos votar.

O SR. MOREIRA MENDES – Ilustre Senadora, a questão foi colocada com muita clareza pelos Senadores que me antecederam. Mas agora vou dar aqui minha posição como advogado militante. Se eu tivesse numa circunstância em que um cliente chegasse a mim, um empregado, com um fato concreto de que ele, por qualquer motivo, suspeitasse de que a comissão criada no âmbito da empresa não estaria sendo imparcial ou não estivesse dando a segurança de que precisasse, eu responderia a ele e subescreveria uma reclamação dirigida, diretamente, à justiça do trabalho, ao juiz competente do trabalho.

Acho que qualquer situação está sempre sujeita à revisão do Poder Judiciário, o que, entretanto, não prejudica a essência do projeto, que é possibilitar às partes a possibilidade da conciliação prévia, de começar a mudar a cabeça das pessoas no sentido de que é muito mais fácil resolver o problema no âmbito da discussão da comissão paritária que levar à Justiça, que leva muito mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos votar, então.

Já terminamos a discussão, Senador Lúcio Alcântara e há uma reclamação geral para que votemos o projeto. Todos querem votar.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Eu só queria dar um esclarecimento para a Senadora, que acho importante. Ela falou que isso poderia ser uma mecanismo de procrastinação. A lei diz claramente dez dias, se dentro de dez dias não for resolvido vai para a Justiça.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Mas vamos novamente discutir.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Não, eu não falei na procrastinação nesse caso não, Senador Lúcio Alcântara, estou dizendo que a desculpa, o que não é desculpa, é um fato relevante da tramitação agilizada não necessariamente ser consolida por vários aspectos, que, inclusive, um advogado acabou de tratar, o Senador Moreira Mendes, um advogado militante acabou de tratar porque são vários outros casos que podem acontecer.

Desculpe Sr. Presidente, sei que não é mais hora de discutir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos votar o parecer do Senador Moreira Mendes, sem prejuízo da emenda da Senadora Emilia Fernandes.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Moreira Mendes queriam permanecer como se encontram.(Pausa.)

Aprovado o parecer do Senador, com os votos contrários das Senadoras Emilia Fernandes e Heloísa Helena e do Senador Sebastião Rocha.

Agora vamos votar a emenda da Senadora Emilia Fernandes.

Os Srs. Senadores que aprovam a emenda da Senadora Emilia Fernandes permaneçam como se encontram, os que não aprovam que se manifestem.

(Pausa.)

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Não seria melhor colocar quem vota com o Relator e quem vota...

O Relator é contra a emenda.

O SR. PRESIDENTE(Osmar Dias) – Mas estou colocando agora a emenda em votação.

Vou repetir a votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a emenda da Senadora Emilia Fernandes queiram permanecer sentados; os que não aprovam manifestem-se. (Pausa.)

Rejeitada a emenda. Portanto, permanece o parecer do Senador Moreira Mendes.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Pedro Simon havia solicitado que o avisasse no momento da votação, no entanto tivemos aqui um problema de discussão depois de ser colocado em votação, então acabei não me lembrando disso. Peço ao Senador que me desculpe.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, a minha solicitação é no sentido de que se o Plenário estiver de acordo que se registre em Ata o trabalho pioneiro do Senador Arlindo Porto. Infelizmente, projeto nascido no âmbito do Legislativo tramita com uma dificuldade muito grande e com muita lentidão. V. Exª imprimiu um grande dinamismo aos trabalhos da Comissão, com a colaboração da nossa Vice-Presidente e de todos os Membros da Comissão. Mas é justo que se dê esse crédito ao Senador Arlindo Porto, porque, realmente, pelo menos, na Legislatura passada e nesta, ele foi pioneiro nessa matéria.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Registramos isso em Ata também com essa manifestação endossada pela Mesa. Senador Maguito Vilela, consulto V. Exª se poderia colaborar com a Mesa no sentido de relatar o Item 5 da pauta, que passo a ler:

Item 5: Projeto de Lei do Senado n º 323, de 1999, que altera a legislação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido para permitir a dedução como despesa do valor integral de bolsa de estudo. O autor é o Senador Lúcio Alcântara. O Relator é o Senador Djalma Bessa, que não está presente. Então vamos contar com a colaboração e a gentileza do Senador Maguito Vilela, que está com a palavra. Eu pediria silêncio para que possamos ouvir o relatório do Senador Maguito Vilela.

A SRA. EMILIA FERNANDES– Sr. Presidente, pela ordem. Apenas, quero dizer a V. Exª que vou pedir vista do projeto, até para abreviar a sua discussão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, Sra. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 323, de 1999, de iniciativa do eminente Senador Lúcio Alcântara, altera o § 2º do art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a Legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas, bem como da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Com o propósito de evitar abusos nas concessões de bolsas, o projeto determina que a seleção

dos contemplados deve obedecer a procedimentos públicos e igualitários; deve ser feita pela Secretaria de Educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. No prazo regimental, não foi oferecida emenda ao presente projeto. Após audiência desta Comissão, a proposição será enviada à Comissão de Assuntos Econômicos, que terá a decisão terminativa sobre a matéria.

Este, sucintamente, é o relatório.

Seria interessante observar e lembrar a justificação da presente iniciativa: inúmeras entidades vinham usando das deficiências da legislação para, sob o signo da falsa filantropia, gozar de isenções e favores fiscais. Mudanças recentes na Legislação Tributária procuraram conter essas distorções, todavia instituições sérias, que efetivamente exerciam ações de cunho filantrópico acabaram sendo atingidas por essas mudanças, em prejuízo, naturalmente, da população mais pobre.

Esta é uma análise também sucinta.

Cumpre, portanto, à CAE proceder à análise da adequação fiscal da iniciativa em tela.

Quanto ao seu alcance social, nada há a objetar, pois o projeto cria novas oportunidades de acesso à educação para a população de baixa renda.

Portanto, Sr. Presidente, este é o relatório sucintamente com uma análise.

O voto, em vista do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal nº 323, de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço ao Senador Maguito Vilela pela gentileza de colaborar com a Mesa. Antes de discutir, gostaria de fazer uma comunicação à Comissão. Está havendo sessão do Congresso Nacional e o Senador Antonio Carlos Magalhães sugere que os Senadores que ainda não marcaram presença em plenário o façam e que voltem para as Comissões, para que, então, elas possam concluir os trabalhos do ano. Quem não marcou presença no plenário do Senado apenas. Senador Leomar Quintanilha, V. Exª vai e volta? Obrigado.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, eu também preciso ir ao plenário e volto, mas registro e reafirmo meu pedido de vista neste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está concedida vista à Senadora Emilia Fernandes.

Vamos passar ao item 6 da pauta. Tivemos **quorum** até este momento.

Agora, quando vamos iniciar a votação terminativa, precisaríamos do quórum para haver votação dos projetos e limparmos a pauta do ano, então estaríamos realmente com toda a pauta da Comissão resolvida. Não vamos suspender. Vamos colocar em discussão os projetos e pedir para que o pessoal que foi ao plenário volte, para que possamos votar os projetos terminativos.

Item 6 da pauta. Esse projeto já foi discutido, já foi pedida vista e está aqui para nova discussão e votação. Vamos, então, para o item 7, que está na mesma situação; o item 8 está nas mesma situação; o item 9 foi tirado de pauta a pedido da autora, aliás, da Relatora, Senadora Marina Silva.

Passamos ao item nº 10, que é o Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999, que exige decisão terminativa. Permite a utilização do FGTS para compra de casa própria em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências. O autor é o Senador Carlos Patrocínio e o Relator é o Senador Carlos Bezerra.

Pediria ao Senador Juvêncio da Fonseca que colaborasse com a Mesa e lesse o relatório do Senador Carlos Bezerra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999, permite a utilização do Fundo de Garantia para a compra de casa própria em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências. Insere o inciso VII no art. 20, que permite a liquidação e a amortização extraordinária do saldo devedor de financiamentos imobiliários concedidos no âmbito de qualquer sistema de financiamento habitacional, desde que o adquirente não possua outro imóvel de sua propriedade, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS.

Assim, é pela aprovação da proposição, que é de suma importância tanto do ponto de vista social, quanto do ponto de vista econômico.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, vamos suspender esse item da pauta até que tenhamos quórum novamente para votá-lo.

Estando presente o Senador Luiz Estevão, podemos voltar ao item nº 8, mas ele já recebeu relatório...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Seria interessante que eu repetisse ou há alguma modificação?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Na verdade, V. Exª só resumiu o relatório na última reunião.

Vamos passar ao item nº 8 da pauta: Projeto de Lei do Senado nº 542, de 1999, que altera o art. 20 da Lei nº 8.742, LOAS, e dá outras providências. Dispõe sobre benefícios às pessoas idosas e aos portadores

de deficiências. O autor é o Senador Luiz Estevão; o Relator é o Senador Juvêncio da Fonseca, que deu o parecer pela rejeição.

Na reunião do dia 30/11, foi concedida vista coletiva pelo prazo de 5 dias às Senadoras Emilia Fernandes e Heloísa Helena e foi devolvido com o voto em separado da Senadora Heloísa Helena, concluindo pela aprovação do projeto.

Está com a palavra o nobre Relator, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu já havia resumido esse relatório, mas é bom que se faça um relatório um pouco mais detalhado.

Desde a última reunião até esta, em razão também do voto em separado da ilustre Senadora Heloísa Helena, que teceu diversas considerações de natureza social, de interesse social, e analisando bem a proposta feita pelo ilustre Senador Luiz Estevão, chego à conclusão de que a primeira parte do meu relatório, em que optei pela rejeição, com relação à redação do §3º do art. 20, aumentando a renda per capita do texto atual inferior a um quarto do salário mínimo para igual ou inferior a um salário mínimo, eu havia dado o voto pela rejeição em razão justamente de estarem tramitando no Congresso Nacional 12 proposições no mesmo sentido. Não seria justo que eu confirmasse o meu relatório até agora não deixando entrar a 13ª proposição. Que se juntem esses processos para uma definição, uma deliberação final, porque o projeto do Senador Luiz Estevão é socialmente importante, ele é inclusive um instrumento de apressamento também da votação dos processos anteriores e não poderia de forma nenhuma deixar de acatá-lo no sentido da sua tramitação, que eu havia rejeitado.

A segunda parte, que inclui no art. 20 da LOAS o § 9º, estabelecendo que o benefício devido será recebido por família que, na condição prevista no § 3º deste artigo, será responsável pela manutenção e cuidados com o idoso, o relatório – faço sucintamente um resumo – diz o seguinte: a família, na verdade, não pode, sob a identidade de família, receber o benefício. Vai receber o benefício o beneficiário e esse tem três instrumentos de que pode se utilizar para fazer o recebimento, mesmo estando internado, quais sejam: por procurador, quando delega a terceiros o ato de receber, tutela ou curatela. Tutela sendo menor de idade, incapaz, e a curatela quando há uma deficiência psíquica qualquer em que o juiz nomeia um curador.

Então, nessas três hipóteses, Senador Luiz Estevão, é que ocorre o pagamento do benefício por interposta pessoa. Fora daí, dificilmente, poderia a família receber. Quem representaria a família? Acho que o benefício é personalíssimo, é para realmente a pessoa idosa. Doente ou não, deficiente ou não, a própria Justiça tem os seus recursos de representação para esse recebimento. Somos pela rejeição da tramitação com referência ao § 9º do art. 20 da LOAS. Concordamos, modificando o nosso relatório, com o prosseguimento do projeto com referência ao § 3º do mesmo artigo da LOAS.

É o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Quero cumprimentar o Senador Juvêncio por essa posição de transigência, de permitir que esse projeto seja discutido, reconhecendo mérito também no voto em separado da Senadora Heloisa Helena.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – A Senadora Heloísa Helena não estava quando fiz referência ao voto em separado dela, mas fica aqui o registro da minha satisfação de poder acolhê-lo, porque tem seu fundamento social muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Heloísa Helena, V. Exª tem um voto em separado. Pelo Regimento, V. Exª teria a palavra agora. V. Exª quer ouvir o autor ou prefere usar da palavra agora? Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Como acabei tendo que me ausentar um pouco para receber uma ligação de emergência do meu Estado, não consegui entender as observações que foram feitas pelo Senador Juvêncio, porque o meu voto em separado é no sentido de aprovar o Projeto de Lei apresentado pelo Senador Luiz Estevão, que trata das questões relacionadas ao idoso. Como o parecer do Senador Juvêncio era contrário ao Projeto, até com algumas justificativas que tive oportunidade de trabalhar no meu voto em separado, não sei se o Senador garante a tramitação. É isso, Senador Juvêncio?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Ele mudou, alterou o parecer. O Senador Juvêncio pode explicar rapidamente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Com referência ao valor mínimo, valor **per capita** familiar, de um quarto para um salário mínimo, eu havia rejeitado porque há 12 projetos tramitando. Reformulamos o nosso parecer, dizendo: tramite também, mais o décimo terceiro, mas rejeitamos a segunda parte do projeto, quanto à destinação do benefício para a família e não para o idoso, dizendo o seguinte: família não tem personalidade jurídica. O idoso tem a personalidade jurídica, é o favorecido do benefício e pode, por intermédio de procurador, curador ou tutor, receber o seu benefício de acordo com as suas condições de saú-

de, internado ou não em hospital ou asilo. Acho que essa modificação da segunda parte, que é o § 3º, juridicamente, não tem consistência.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA – Diante das considerações feitas e também em nome dos idosos, eu agradeço não só ao Senador Luiz Estevão, pelo projeto, mas especialmente ao Relator, no sentido de possibilitar a garantia da tramitação. Poderemos ter a oportunidade de rediscutir nesta Casa os aspectos que entendemos relevantes e que podem ser obstaculizados pelo Relator. Portanto, nossos agradecimentos, Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Senadora Heloísa Helena, hoje, minha esposa chegou de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Lá, ela fez ontem uma festa espetacular, onde compareceram 800 idosos. O nosso trabalho com idosos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, é espetacular, existe há oito, dez anos, e a nossa convivência com o idoso é muito íntima, um relacionamento muito profundo, principalmente por intermédio da minha esposa, Sueli Brandão. A festa foi linda e, hoje, reformulamos a tese, do nosso ponto de vista, sendo algo muito mais técnico do que social. É uma homenagem ao idoso.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Graças a Deus a sua mulher está na parada. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o autor do projeto, Senador Luiz Estevão.

O SR. LUIZ ESTEVÃO – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Osmar Dias, cara vice-Presidente, Senadora Heloísa Helena, nobre Relator, Senador Juvêncio da Fonseca, quero aqui registrar a minha satisfação pela aprovação deste projeto, pelo bem elaborado parecer do Senador Juvêncio da Fonseca. S. Exª realmente faz uma observação com a qual eu, como autor, concordo, de que seria muito difícil definir quem na família teria a capacidade de receber o benefício e, dessa forma, mantendo o benefício pago ao beneficiário ou delegado a alguém por ele mesmo, esse impasse fica resolvido. Agradeço, porém, a reconsideração da sua posição no sentido de aprovar esse projeto, porque, como ele observou, a aprovação desse projeto no Senado faz com que, no momento em que (inaudível)... se torne lei. E graças à felicíssima intervenção da Senadora Heloisa Helena que, num voto em separado, destaca a importância do projeto, porque é impossível que se considere como carente apenas aquela família que tem uma renda **per capita** de ¼ de salário mínimo. Sabemos que o prolongamento da vida, quer dizer, a possibilidade de viver mais é uma conquista extraordinária da Medicina, mas ela só acontece à custa de um alto investimento em medicamentos e assistência médica. Ou seja, não é uma coisa gratuita, porque as doenças que acometem o idoso são doenças crônicas, com as quais ele tem de conviver mediante o consumo de medicamentos. É sabido ainda que o idoso despende em medicamentos quase oito vezes mais do que uma pessoa na idade adulta. Portanto, se há que se privilegiar alguém no momento de receber esses benefícios é justamente o idoso, para com quem a sociedade tem todos os deveres e todas as obrigações. Portanto, parabéns à Senadora Heloísa Helena, que resgatou a possibilidade, com o seu voto em separado, de aprovação deste projeto e ao Senador Juvêncio da Fonseca. Sou testemunha do extraordinário trabalho feito por sua esposa, que aliás esteve presente numa das reuniões da Subcomissão do Idoso, e vejo que, no final deste ano legislativo de 1999, aprovamos mais um projeto que busca formatar a sociedade do futuro, que será a sociedade da terceira idade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Também queremos cumprimentar o autor do projeto, Senador Luiz Estevão, por sua apresentação. O Senador Luiz Estevão é o Presidente da Subcomissão que trata exatamente deste tema específico: os idosos. Iríamos colocar em votação agora, mas ainda não temos **quorum** de voto. Os Senadores estão participando de várias comissões no momento. Infelizmente, a Comissão de Assuntos Econômicos marcou uma reunião com os governadores exatamente hoje. Mais uma vez, quebra-se o acordo feito entre os presidentes de comissão, de que não se marquem reuniões extraordinárias no horário das ordinárias de outras. Quero registrar, mais uma vez, que a Comissão de Assuntos Econômicos deixou de cumprir o acordo feito na presença do Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, o que vai impedir que esta Comissão esgote a pauta do ano inteiro – ficaríamos, hoje, com a pauta toda livre, com todos os projetos votados, e estaríamos coroando este ano de grande eficiência nesta Comissão. Infelizmente, o acordo não foi cumprido e não temos **quorum** para votar as matérias terminativas. Agora não há o que fazer, porque já discutimos todas as matérias. Teremos que suspender esta reunião.

Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, em complemento à exposição que V. Exª fez, temos um outro agravante: já está sendo aprecia-

do o item 2 da pauta do Congresso Nacional, o que, regimentalmente, impediria a continuidade desta reunião.

Além disso, Sr. Presidente, sou relator do item 6 da pauta, que é um projeto originário da Comissão Mista de Orçamento. Portanto, a minha presença é necessária no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Compreendo V. Exª. Vamos ter que suspender realmente esta reunião.

Não tivemos problema de **quorum** em quase nenhuma reunião, a não ser logo no começo; depois, jamais o tivemos, votamos todas as matérias com **quorum** efetivo. Diante disso, quero aqui registrar o meu agradecimento e também aproveitar a oportunidade para fazer uma sugestão: que fizéssemos uma reunião extraordinária na terça-feira, após a Ordem do Dia, às 17horas, para que pudéssemos votar todos esses itens que ficaram hoje sem votação. Será uma reunião rápida, porque teremos apenas que votar matérias que já foram todas discutidas.

Faço essa proposta ao Plenário.

Antes de deliberarmos sobre ela, no entanto, gostaria de fazer um esclarecimento. O Secretário da Mesa me avisa o seguinte: houve um requerimento de urgência apresentado pelo Senador Carlos Bezerra referente ao Projeto de Resolução nº 1, aquele que trata do IPC e que foi aprovado aqui hoje. Ocorre que ele está ainda na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e só poderemos pedir urgência caso ele saia daquela Comissão. Fica registrado o requerimento do Senador Carlos Bezerra. Levarei ao Plenário esta proposta de urgência, caso seja aprovado hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Era a comunicação que queria fazer.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, estive ausente para registrar minha presença no plenário e gostaria de saber se o item 11, do qual sou relator, foi discutido também. Estou aqui à disposição para fazer a leitura do relatório a ele referente, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Ele foi discutido na reunião passada.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Já foi discutido na reunião passada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Eduardo Siqueira Campos, colaborando com a Comissão, na ausência de V. Exª, fez a leitura do relatório.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Está aguardando apenas a votação?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Houve um pedido vista da Senadora Emilia Fernandes, mas S. Exª já o devolveu sem manifestação. Ele poderia ser votado agora, mas não isso não será possível em função da falta de **quorum.**

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Ele é terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É terminativo.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Todos agora são terminativos.

Agradeço a presença de todos.

Faremos uma reunião na terça-feira, às 17horas, quando, então, finalizaremos o ano com toda a pauta sendo resolvida.

Com a palavra a Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, ontem foi realizado um debate a respeito da utilização dos recursos hídricos do São Francisco. Presentes neste debate estavam alguns representantes do Ministro Fernando Bezerra, que se manifestaram no sentido de que a Comissão entrasse em contato com S. Exª para que aqui viesse na próxima terça-feira, às 18horas. Diante disso, gostaríamos de saber da possibilidade de o Ministro Fernando Bezerra estar aqui presente discutindo a questão da utilização dos recursos hídricos no Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Poderemos fazer a pauta normal – apreciaremos projetos que podem ser votados rapidamente – e depois consultar o Ministro Fernando Bezerra.

Agradeço a presença de todos. Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a sessão às 11h22min)

Ata da 40ª reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada dia quatorze de dezembro de 1999.

Às dezenove horas e quarenta e oito minutos, do dia quatorze de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Gilvam Borges, Luiz Estevão, Maguito Vilela, Marluce Pinto, Pedro Simon, Juvêncio da Fonseca, Djalma Bessa, Moreira Mendes, Maria do Carmo Alves, Eduardo Siqueira Campos, Mozarildo Cavalcanti, Antero Paes de Barros, Lúcio Alcântara, Romero Jucá, Geraldo Cândido, Marina Silva, Heloísa Helena, Tião Viana, Leomar Quintanilha, Luzia Toledo, José Roberto Arruda, Álvaro Dias, Emilia Fernandes, Eduardo Suplicy e Carlos Patrocínio. Deixam

de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a análise das seguintes proposições: **Item 1 da segunda pauta extra: Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1999,** que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Autor:** Presidência da República. **Relator**: Senador Juvêncio da Fonseca. **Parecer**: pela aprovação. **Discutiram a matéria as Senadoras** Marina Silva, Marluce Pinto e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges e Maguito Vilela. **Resultado: aprovado. Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1999 – Decisão Terminativa,** que institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas ao longo do tempo de progressiva erradicação da pobreza, diminuição de desigualdades socio-econômicas, e dá outras providências. **Autor:** Senador Eduardo Suplicy. **Relator**: Senador Luiz Pontes. **Relatora "ad hoc"**: Senadora Heloísa Helena: **Parecer**: pela aprovação, com as alterações introduzidas pelas emendas de nºs 1 a 7-CCJ e subemenda à emenda nº 3-CCJ. **Observação:** na Reunião do dia 30/11/99, foi concedida vista coletiva aos Senadores Sérgio Machado e Geraldo Cândido e à Senadora Emilia Fernandes pelo prazo de cinco dias (art. 132,§ 1º – RI). Devolvido pelo Senador Sérgio Machado sem manifestação escrita. **Discutiram a matéria** os Senadores Moreira Mendes, Gilvam Borges, Maguito Vilela, Eduardo Suplicy, Lúcio Alcântara e as Senadoras Marina Silva, Heloísa Helena e Marluce Pinto. **Resultado: aprovado. Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 92, de 1999 – Decisão Terminativa,** que altera a Lei nº 9.068, de 18 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre o trabalho voluntário e dá outras providências". **Autor:** Senador Carlos Patrocínio. **Relator:** Senador Carlos Bezerra. **Parecer:** pela rejeição. **Observação:** na reunião do dia 6-10-99, foi concedida vista aos Senadores Geraldo Cândido e Leomar Quintanilha pelo prazo de cinco dias (art. 132, § 1º – RI). Devolvido com voto em separado, do Senador Leomar Quintanilha, concluindo por um substitutivo. **Resultado: Adiado. Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 347, de 1999 – Decisão Terminativa,** que exclui do salário-de-contribuição para a Previdência Social os valores recebidos a título de salário-maternidade e salário-educação. **Autor**: Senador Carlos Bezerra. **Relatora**: Senadora Marina Silva. **Parecer**: pela aprovação, com emenda de redação. **Resultado: aprovado. Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999 – Decisão Terminativa,** que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências. **Autor**: Senador Carlos Patrocínio. **Relator:** Senador Carlos Bezerra. **Relator "ad hoc"**: Senador Leomar Quintanilha.. **Parecer:** pela aprovação. **Discutiu a matéria** o Senador Carlos Patrocínio. **Resultado: aprovado. Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 155, de 1999 – Decisão Terminativa**, que altera o artigo 4º, da lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998. **Autor**: Senador Luiz Estevão. **Relator :** Senador Sebastião Rocha. **Relator "ad hoc":** Senador Eduardo Siqueira Campos. **Parecer**: pela aprovação, com uma emenda de redação. **Observação:** na reunião do dia 24/11/99, foi relator "ad hoc" o Senador Eduardo Siqueira Campos e foi concedida vista à Senadora Emilia Fernandes pelo prazo de cinco dias (art. 132, § 1º RI). Devolvido sem manifestação escrita. **Resultado: aprovado. Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 200, de 1999 – Decisão Terminativa da CCJ,** que dispõe sobre a apuração de falta grave para efeito de dispensa do empregado sindicalizado e determina outras providências. **Autor**: Senador Geraldo Cândido. **Relator**: Senador Eduardo Siqueira Campos. **Parecer:** pela aprovação, na forma do substitutivo apresentado. Resultado: aprovado. Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1997 revoga o parágrafo único do art. 442 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Autor: Deputado Aloysio Nunes Ferreira. Relator: **Senador Geraldo Cândido.** Parecer: pela aprovação do Projeto na sua forma original. Observação: na reunião do dia 10/11/99, foi concedida vista coletiva aos Senadores Pedro Simon e Moreira Mendes pelo prazo de cinco dias (art. 132, § 1º -RI). Devolvido pelo Senador Pedro Simon sem manifestação escrita e pelo Senador Moreira Mendes, com voto em separado, concluindo pela rejeição do projeto. Encaminhado, em 24/11/99, para a SSCLSF, para leitura de Requerimento de autoria do Senador Paulo Souto, para que a matéria seja examinada pela **CAE** após exame da **CAS.** Em 8/12/99 o Requerimento foi aprovado em Plenário. **Resultado:** o Projeto foi retirado de pauta para reexame e o Senador Moreira Mendes solicita a retirada do seu voto em separado. **Item 8:** Emenda oferecida no turno suplementar ao substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1999, que altera a redação dos arts. 25, 26, 71 e 73 da lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os planos de

benefícios da Previdência Social, e dá outras providências" estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma. **Autora da emenda:** Senadora Heloísa Helena. **Autora do projeto:** Senadora Marina Silva. **Relatora:** Senadora Luzia Toledo. **Parecer:** pela rejeição da emenda. **Resultado: adiado. Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 542, de 1999 – Decisão Terminativa,** que altera o artigo 20 da Lei nº 8.742, LOAS, e dá outras providências (dispõe sobre benefício a pessoa idosa ou portadora de deficiência). **Autor:** Senador Luiz Estevão. **Relator:** Senador Juvêncio da Fonseca. **Parecer:** pela aprovação, com um emenda. **Observação:** na reunião do dia 30/11/99, foi concedida vista coletiva pelo prazo de cinco dias as Senadoras Emília Fernandes e Heloísa Helena (art. 132,§ 1º – R.I). Devolvido com voto em separado, da Senadora Heloísa Helena, concluindo pela aprovação do projeto. Na reunião do dia 8/12/99, o Relator, Senador Juvêncio da Fonseca, reconsiderou o seu parecer, solicitando sua retirada, para reexame da matéria, tendo em vista o voto em separado da Senadora Heloísa Helena. **Resultado: aprovado. Item 1 da pauta extra: Projeto de Lei do Senado nº 578, de 1999 – Decisão Terminativa,** que autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais da profissão de técnico de segurança do trabalho e dá outras providências. **Autora:** Senadora Emília Fernandes. **Relator:** Senador Lúcio Alcântara. **Parecer:** pelo envio do projeto à **CCJ** para pronunciamento quanto a sua juridicidade e constitucionalidade. **Discutiu a matéria a** Senadora Emília Fernandes. **Resultado: aprovado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Elizabeth Gil Barbosa Vianna, Secretária de Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Osmar Dias,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Aberta a 40ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Romero Jucá.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à análise das seguintes proposições: Projeto de Lei da Câmara nº 31/97, Projetos de Lei do Senado nºs 66, 92, 155, 200, 347, 542 e 586, todos de 1999; Emenda oferecida em turno suplementar ao substitutivo do PLS nº 112/99 e as pautas extras com os Projetos de Lei do Senado nº 578/99 e da Câmara nº 27/99.

Antes de iniciarmos pelos itens da pauta, gostaria de rapidamente dizer que esta Comissão cumpriu um importante papel no Senado Federal. Desde o primeiro dia, com a concordância de todos os Senadores da Comissão, mas com o apoio muito especial da Senadora Heloísa Helena, que é a Vice-Presidente, e com a sua participação praticamente em todas as reuniões e decisões desta Comissão, o que deu à Comissão uma condição especial para que realizássemos o recorde de reuniões durante um ano – 40 reuniões, com esta que estamos realizando agora.

Apreciamos 115 matérias, sendo que esta Comissão aprovou 102 matérias, rejeitou 2, deu parecer pela prejudicialidade em 5, pelo arquivamento em 3, pela apresentação de diversas sugestões ou providências, 1, pela apresentação de Projeto de Lei do Senado 1, pela audiência de outra Comissão, 1.

Realizamos 20 audiências públicas, tendo ouvido 40 pessoas, autoridades de diversas áreas, atendendo a diversos requerimentos dos Srs. Senadores.

Portanto, nessas rápidas palavras, gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à Senadora Heloísa Helena, que partilhou praticamente a Presidência desta Comissão e tem, assim, méritos nesse trabalho que conseguimos realizar, e a cada um dos Senadores, que deram uma demonstração de que esta Comissão, principalmente neste momento em que o País vive o seu maior drama, que é o social, onde todos nós temos uma grande aspiração de que este País possa diminuir as desigualdades, resolver os problemas, principalmente no que se refere ao desemprego, dedicou-se e tratou desses assuntos com a relevância que exigem.

Conseguimos, dessa forma, cumprir com os compromissos assumidos aqui desde a primeira reunião, no sentido de que não iríamos apenas analisar os projetos de lei e as matérias que seriam apresentadas, mas sobretudo iríamos debater as questões relevantes do País. Fizemos isso e, se Deus quiser, estaremos de volta no ano que vem para melhorar ainda mais este desempenho, que foi muito bom. Aliás, estamos recebendo correspondências, **e-mails,** cumprimentando esta Comissão pelo seu desempenho. Agradeço também à **TV Senado,** que transmitiu praticamente todas as reuniões ao vivo, permitindo, dessa forma, que aquilo que fosse discutido, debatido e decidido se tornasse público e de co-

nhecimento da sociedade, que é o que interessa a esta Casa e, principalmente, a esta Comissão.

Tendo dito isso, concedo a palavra, pela ordem, à nobre Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, apenas gostaria de agradecer às considerações elogiosas feitas por V. Exª e compartilhar todas essas considerações com todos os membros da Comissão e, de uma forma muito especial, com o Presidente.

Apesar de sermos de partidos completamente diferentes e termos, inclusive, temperamentos fortes, conseguimos somar no sentido de que esta Comissão pudesse funcionar com o apoio de todos os Senadores e Senadoras, onde, em muitos momentos, apesar das dificuldades, das disputas políticas, conseguimos fazer com que esta Comissão funcionasse muito bem, sendo, tenho a absoluta certeza, motivo de orgulho para todos os que fiscalizam esta Casa, especialmente por meio da **TV Senado**.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senadora Heloisa Helena.

Com a palavra o Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Senadora Vice-Presidente, ao receber pela manhã a pauta dos trabalhos de hoje, logo de início, notei uma lembrança carinhosa a todos nós, Senadores que participamos desta Comissão, desejando-nos um Natal próspero e repleto de muita harmonia e um ano novo com duas mil realizações. Quero agradecer em meu nome – e penso que posso fazê-lo em nome todos os demais Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão. Agradeço a gentileza da lembrança da Presidência e da Vice-Presidência e também de todos os funcionários desta Comissão, que não têm medido esforços para, juntamente conosco, podermos atingir esse resultado tão brilhante dos trabalhos da Comissão.

Realmente, os resultados foram alvissareiros. Mas, se não tivéssemos uma liderança forte, um Presidente convicto das suas obrigações, liderada também pela Vice-Presidente, talvez não tivéssemos conseguido esse trabalho tão significativo. Parabéns, portanto, a V. Exª, assim como à Senadora.

Fica aqui o nosso abraço, o nosso reconhecimento, e desejamos igualmente um Feliz Natal aos membros da Mesa e aos funcionários da Casa. Desejo que tenhamos todos não apenas duas mil, mas, quem sabe, umas quatro mil, seis mil realizações felizes no próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Moreira Mendes.

Também registro os agradecimentos à eficiência da Secretaria desta Comissão, por intermédio da pessoa do funcionário José Roberto e da Beth, que está aqui nos assessorando, já que o José Roberto saiu de férias, antes dos Senadores, com todo o direito.

Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Senador Siqueira Campos, deixe-me fazer apenas um aparte à fala do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Os funcionários desta Casa são todos maravilhosos, tanto os da **TV Senado** quanto os que nos acompanham, mas o único problema é a Beth, que, efetivamente, nos engorda muito, fica o tempo todo com lanches e mais lanches aqui nesta Casa.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, não posso deixar também de prestar o meu depoimento com relação à forma como atuou na direção dos trabalhos o conjunto da Presidência.

Sinto-me amplamente realizado como membro desta Comissão, em que pese as discordâncias de mérito que possam ter havido entre nós, Senadores de todos os Partidos.

Mas há um reconhecimento que julgo ser do nosso dever, que diz respeito aos trabalhos desta Comissão, ao empenho do Presidente e da Vice-Presidente, e também quanto à questão do **quorum** – participo de outras Comissões e vejo essa dificuldade –, com a diligente presença de todos os Senadores no decorrer dos trabalhos. Isso não poderia ter outro resultado senão a apreciação de todas as matérias, como foi muito bem relatado por V. Exª.

Gostaria, Sr. Presidente, apenas para que não perdêssemos a oportunidade, de deixar inscrito também nos **Anais** desta Comissão, algo que entendo ser fundamental para o restabelecimento da verdade.

Permita-me, Sr. Presidente, entrar neste assunto, porque, caso contrário, duas grandes injustiças deixaríamos inscritas aqui sobre um depoimento. Por isso, desejo fazer este reparo. As duas injustiças são com relação ao depoimento do Sr. João Elias Cardoso.

Em parte do seu depoimento – trago aqui as notas taquigráficas –, ele faz uma acusação muito séria. Uma acusação que poderia colocar em dúvida o comportamento de um dos Senadores do meu Partido, do Estado do Piauí.

Disse ele, nas suas afirmações, que havia um Estado recordista na liberação de recursos no Indesp.

Coincidentemente, não sei se a minha percepção foi certa, e já digo prontamente que ele errou. Viu uma fotografia na imprensa de Parlamentar do Piauí saindo do gabinete do Ministro, onde se discutia o depoimento desse Ministro. E continua ele dizendo que, após esse fato, o Estado do Piauí ter-se-ia tornado um campeão de liberação.

Sr. Presidente, é fácil compreender que ele quis deixar aqui, na sua afirmação, a impressão de que, em virtude da sua defesa, do seu trabalho e do seu entendimento, este Senador, Parlamentar do Piauí, o único Parlamentar do Piauí a ser fotografado saindo do Ministério, no exercício de suas funções, de Líder do meu Partido, teria, em contrapartida, recebido volumosas liberações por parte do Indesp.

Pesquisei, junto ao SIAFI, junto às notas taquigráficas, e posso afirmar nesta Comissão que, sendo o Senador Hugo Napoleão oposição ao Governo do Estado, e todos aqui sabem que S. Exª disputou a eleição próxima passada, perdendo aquela eleição por um percentual mínimo, mas é oposição ao Governo do Estado, não há uma liberação sequer para qualquer Município que o Senador Hugo Napoleão represente nesta Casa. Todas as liberações são de projetos do Indesp, inclusive trabalhos em penitenciárias realizados em repasse para o Governo do Estado.

E ficou essa impressão aqui. S. Exª coloca de forma jocosa, no meu entendimento, dizendo que, após a ida daquele Parlamentar, esse é o seu trabalho, o Piauí e o Rio Grande do Norte teriam sido campeões de liberação.

Constato ainda que, no Estado do Rio Grande do Norte, a mesma situação passa o Senador José Agripino, que faz oposição ao Governo do Estado, e as liberações são para o Governo do Estado e não guardam essa coincidência, Sr. Presidente.

Considero importante destacar isso, porque o Senador Hugo Napoleão, embora não me tivesse pedido para fazer essa colocação, mas fiz o trabalho de pesquisa e, a bem da verdade, da conduta, da reputação, e da honorabilidade do Senador Hugo Napoleão e, da mesma forma, Sr. Presidente, não vi um Município do Estado do Tocantins receber qualquer centavo. Essa colocação não foi feita. É importante dizer, porque não abrirei mão do meu papel, do meu trabalho, em favor do meu Estado em todos os Ministérios. Agora, isso não me tira o direito de defender ou mesmo de me contrapor a qualquer que seja dos Ministros, posição que respeito também de V. Exª. Mas acredito ser importante fazer esse restabelecimento.

E, por fim, o segundo e último ponto, Sr. Presidente. Recebi também, por parte daquele Ministério, o extrato de um contrato em que a firma Poliedro é contratada do Ministério de Orçamento e Gestão. É o Ministério que sucede o MARE. Portanto, sendo os Ministérios entes de uma mesma administração, é perfeitamente lícito que um Ministério ceda parte do seu contrato para, na eventualidade e na falta de condições de um Ministério, proceder, por exemplo, um levantamento na área de informática, como foi feito. O Ministério de Orçamento e Gestão que tem um contrato, após licitação e licitação antiga, em solicitação para a qual há correspondência de solicitação, há decisão e há publicação no **Diário Oficial**, foi feita uma afirmação e as notas taquigráficas estão aqui claras: a firma trabalha sem licitação.

Procurados pelo Ministério, inclusive pelos próprios proprietários da firma, disseram: "Senador, não acreditamos que dentro do espírito de justiça e do desempenho dos mandatos dos Srs. Senadores possamos dizer a nossa empresa que vencemos um certame, publicado no **Diário Oficial**, que esteja colocado nas notas da imprensa nacional como se tivéssemos prestado um dia de serviço, para quem quer que seja, sem o devido processo de licitação".

Portanto, Sr. Presidente, tenho, guardo e enviarei para a Presidência desta Comissão o extrato da publicação no **Diário Oficial** e a solicitação que antecede, há muito, o depoimento feito, publicada também no **Diário Oficial**, e documentos públicos que restabelecem a verdade nesses dois casos.

E mais, Sr. Presidente, todos nós estamos atuando dentro das nossas condições, dentro daquilo que nos impõe a condição de Senadores. E só me resta parabenizar V. Exª, a Vice-Presidente, e os demais Pares pelo desempenho de suas funções nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradecemos a V. Exª e ficam consignados os registros que acaba de fazer.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, gostaria de solicitar, como inversão de pauta, que fosse votado o primeiro item, o Projeto de Lei da Câmara nº 27, que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza. Gostaria de apresentar esse requerimento. O Relator é o Senador Juvêncio da Fonseca, que se encontra presente.

Portanto, essa questão poderia entrar na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão a solicitação do Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Está atendida, então, a solicitação de inversão de pauta feita pelo Senador Romero Jucá.

Iniciaremos pelo Item nº 1 da segunda pauta extra, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1999, que regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Autor é a Presidência da República. Relator é o Senador Juvêncio da Fonseca, a quem concedo a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, faço minhas as palavras dos Colegas que manifestaram, neste momento de emoção do Natal que se aproxima, do fim do ano, a satisfação de estar com os companheiros aqui neste trabalho tão profícuo em favor do nosso povo. Posso até afirmar duas coisas: aprendi muito aqui, onde me sinto prestando um grande serviço, talvez até mais do que no plenário. Aqui se processa, na verdade, o grande laboratório social, com várias tendências ideológicas, todo o mundo no anseio e na vontade de prestar um grande serviço ao nosso povo.

Portanto, fica aqui a expressão da minha satisfação de estar com vocês todos, com os meus companheiros Senadoras e Senadores neste trabalho eficiente que esta Comissão mostrou desenvolver este ano não sei quanto aos outros, mas, este ano, fizemos um trabalho eficiente que dignifica e honra a todos nós. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Leitura de relatório) O Projeto de Lei da Câmara.....(inaudível)....., de 1999, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e XXVII, da Constituição Federal, instituindo o sistema nacional de unidade de conservação da natureza, e dá outras providências.

Dentro do objetivo do.....*(inaudível)*....., assim chamado este projeto, identificado com o art. 4º, deve ser ressaltado que visa contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos; proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; contribuir para a preservação e a restauração da diversidade biológica, de ecossistemas naturais; promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais e proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental. As unidades de conservação são divididas em dois grandes grupos: unidade de proteção integral e unidade de uso sustentável.

Apressando o relatório, Sr. Presidente, diria que a grande contribuição deste projeto reside nas inovações de natureza estratégica, que, em termos de política ambiental, redefine o sentido e o alcance do Sistema de Unidade de Conservação, fortalece significativamente o papel da sociedade no desenvolvimento do sistema e estabelece novas fontes de recursos para uma expansão significativa do Sistema. Em termos dessa redefinição, vale ressaltar que o projeto estabelece objetivos bem mais amplos que os tradicionais, vinculados a um papel estritamente ecológico dessas unidades de conservação: contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos; promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; e proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando o seu conhecimento e sua cultura.

Entre as diretrizes que regem o ESNUC??, merece especial destaque a busca de mecanismo que assegure o envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidade de conservação, possibilite a participação efetiva das populações locais na implantação e gestão dessas unidades e torne viável o envolvimento de organizações não governamentais, entidades privadas e pessoas físicas na gestão do sistema.

O projeto consagra, portanto, o moderno princípio de participação efetiva da sociedade civil em todas as etapas necessárias à viabilização do referido sistema. Essa participação social torna-se concreta, por exemplo, no art. 30, no qual se estabelece que as unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público.

No esforço de assegurar os recursos financeiros necessários ao fortalecimento do ESNUC??, o presente projeto de lei prevê que os órgãos ou empresas responsáveis pelo abastecimento de água ou pela geração e distribuição de energia elétrica, beneficiária da proteção oferecida por uma unidade de conservação, devem contribuir financeiramente para a gestão daquela unidade.

As inovações indicadas nestes dois últimos parágrafos representam um passo muito importante, com vistas à superação de um entrave que sempre limitou o desenvolvimento do sistema de unidades de

conservação, qual seja, a escassez de recursos financeiros.

Fazemos, todavia, restrições ao disposto nos arts. 39 e 40 do projeto, que modifica a Lei nº 9.605 – Lei de Crimes Ambientais, alterando o artigo 40 e acrescentando o art. 40-a, de modo a compatibilizá-lo com o presente projeto e, ao mesmo tempo, tornando mais severas as penas por danos causados às unidades de conservação da natureza.

Entendemos que, sob esse novo formato, a penalização adquire uma intensidade desproporcional aos padrões consagrados pela legislação penal brasileira, mas julgamos ser mais aconselhável promover esses ajustes por meio de projeto de lei específico, que altere a própria Lei nº 9.605, de 1998.

Sr. Presidente, gostaria de esclarecer, porque entendo que é importante que se diga isso: crime de homicídio doloso – penalidade: de 6 a 30 anos; crime de homicídio culposo – penalidade de até 3 anos de detenção; crime contra uma unidade de conservação da natureza – doloso: até 6 anos de reclusão; e o culposo seria a metade, 3 anos de reclusão também, e não detenção.

A dosimetria dessas penas é por demais fora de propósito, mas pretendemos, por meio de um projeto próprio, fazer com que essa legislação de crimes ambientais tenha uma forma de compatibilizá-la com o crime cometido.

Com base no exposto, somos pela aprovação no mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 27. Evidencia-se desnecessária, entretanto, uma emenda para correção de erro manifesto contido no § 1º do art. 22. O erro foi sanado por ofício da Casa de origem, a Câmara dos Deputados. E há informação, à página 117 do processado, no sentido de providências para nova publicação de avulsos.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o parecer do Senador Juvêncio da Fonseca.

Com a palavra a Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, brevemente, quero registrar a importância do que estamos votando. É bom ressaltar que este projeto permaneceu por oito anos na Câmara dos Deputados e, durante a sua permanência naquela Casa, houve um debate bastante profícuo sob a liderança do Deputado Fernando Gabeira, que realizou várias audiências públicas nas diversas regiões do nosso País, tentando estabelecer um consenso na instituição deste projeto, o qual considero de alta relevância para a preservação do meio ambiente no nosso País.

Existe um estudo, que foi realizado pela WWF, dando conta de que 75% dos 86 parques e reservas nacionais criados há mais de seis anos estão em completo abandono, ou seja, em uma situação muito difícil por falta da efetiva instituição de mecanismo para sua proteção, bem como para utilização adequada dessas unidades de conservação.

Uma lei dessa natureza ocorre já com um certo déficit da nossa parte, porque já deveríamos ter esse instrumento legal, assim como tivemos, recentemente, a Lei dos Crimes Ambientais, cuja discussão no Congresso foi muito interessante. Eu e o Senador Lúcio Alcântara participamos dessa discussão.

O fato interessante que poderíamos elencar, Sr. Presidente, é que essas unidades de conservação têm uma função muito significativa no que se refere a alguns aspectos, como, por exemplo, a preservação da nossa diversidade biológica, dos nossos recursos naturais, a preservação de culturas associadas a esses recursos naturais, como é o caso das reservas extrativistas das populações tradicionais, que associam seu saber a esses recursos naturais e, por fim, a utilização sustentável, adequada, dos nossos recursos genéticos e biológicos, matéria sobre a qual temos também um projeto de lei, que foi relatado, inclusive, por V. Exª aqui na Casa, que apresentou substitutivo e que já se encontra na Câmara dos Deputados.

De sorte, Sr. Presidente, que, muito embora durante esses oito anos em que o Gabeira teve a oportunidade de dar sua contribuição quando foi Relator da matéria, as audiências públicas realizadas, embora não se tenha chegado ao projeto ideal, o que estamos votando aqui é o que foi possível pactuar de todo um esforço envolvendo os mais diferentes interesses. De sorte que, muito embora tivéssemos emendas a apresentar, tanto os ambientalistas considerados – digamos assim – mais "sacerdotalmente" ligados à causa, quanto alguns que têm pontos de vista diferentes em relação a esta matéria, aquiesceram em torno da idéia de que o País precisa desse instrumento e de que não iríamos apresentar emendas para que a matéria fosse aprovada e não tivesse que retornar à Câmara dos Deputados. Esse é um argumento que nem gosto de utilizar, mas em função da causa, por entender que se essa matéria retorna à Câmara dos Deputados poderemos ter uma situação muito difícil para a sua aprovação, com modificações – sei lá se não vão passar mais oito anos, o que seria um prejuízo muito grande para o patrimônio genético, biológico, para os nossos recursos naturais –, em relação a esses argumentos que aqui apresento é que votamos favoravelmente, muito embora, no que se refere ao conceito de

populações tradicionais, tivéssemos contribuições a dar no que se refere à questão das reservas extrativistas, o critério para a sua criação.

A propósito, temos problemas em relação a essa questão. Quanto à questão das gerações que poderiam ser consideradas para se efetivar como população tradicional, também temos alguma divergência. Mesmo assim, consideramos ser adequada a aprovação desta matéria, de acordo com o relatório apresentado pelo Senador Juvêncio da Fonseca, que procurou até conversar com alguns Senadores, também comigo, e chegamos ao entendimento de que para o País, para as unidades de conservação, para o interesse das comunidades tradicionais, o melhor é aprovarmos agora esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, apenas pela Liderança do PSDB, assim como fez a Líder do PT, para encaminhar favoravelmente e registrar a importância desse projeto, principalmente para nossa Região da Amazônia.

Eu gostaria de recomendar o voto favorável e dizer do meu entendimento também, do amadurecimento na não-apresentação de emendas, exatamente para não fazer com que esse projeto, retornando à Câmara, tenha uma defasagem e um prejuízo ambiental grande nas regiões de fronteira agrícola. Portanto, recomendo o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES – Sr. Presidente, com a objetividade do PMDB, nós recomendamos o voto "sim": urgência e brevidade para que este País se desenvolva.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Gilvam Borges.

Com a palavra o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, eu ia encaminhar, mas naturalmente é desnecessário agora o encaminhamento, então sigo o Senador Gilvam Borges na votação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, eu gostaria antes, apenas, de colocar em votação, de cumprimentar o Relator dessa matéria, que soube ouvir não apenas as postulações do Governo, mas da Oposição também, de forma a fazer um parecer que atendesse amplamente às expectativas também da Oposição, o que não é fácil, em se tratando de um projeto tão polêmico.

Portanto, quero cumprimentar a dedicação e a eficiência do Relator desta matéria, Senador Juvêncio da Fonseca.

Com a palavra a Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, Srª Vice-Presidente, membros desta Comissão, também como representante de um dos Estados da Região Norte, eu não poderia deixar passar esta oportunidade para me solidarizar com o nobre Relator Juvêncio da Fonseca, que realmente foi muito cauteloso na apresentação desse relatório. E como já disseram os demais, poderíamos até fazer uma peça que viesse melhorar muito mais as condições de nossa Região, mas, em decorrência do tempo e se deixarmos ficar como é, no momento, era muito mais prejudicial para todos nós. Então, quero me solidarizar com todos e dizer que sou a favor da aprovação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Terminada a discussão, está em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos agora para o item 1 da pauta normal, que exige decisão terminativa. Há várias votações terminativas, mas vamos aqui considerar aqueles Senadores que pretendem deixar consignados seus votos...

Peço a compreensão dos Senadores para que permaneçam.

Era essa a segunda pauta extra.

Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1999, que exige decisão terminativa. Institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas ao longo do tempo de progressiva erradicação da pobreza, diminuição de desigualdades socioeconômicas e dá outras providências. Autor, Senador Eduardo Suplicy; Relator, Senador Luiz Pontes, que deu o parecer pela aprovação, com as alterações introduzidas pelas Emendas de nºs 1 a 7-CCJ, e Subemenda à Emenda nº 3 – CCJ.

Na reunião de 30/11, foi concedida vista coletiva aos Senadores Sérgio Machado e Geraldo Cândido e à Senadora Emilia Fernandes, pelo prazo de cinco dias, devolvido pelo Senador Sérgio Machado sem manifestação escrita.

Esse projeto já foi discutido. Já podemos votá-lo.

Em votação.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, meu voto é "sim". Vou precisar me retirar para relatar alguns artigos de medida provisória e de suplementação orçamentária. Portanto, quero deixar consignado meu voto favorável, não só neste projeto, mas em todos os projetos da pauta.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, quero aqui, em meu nome e em nome da Liderança do PFL e a pedido do Senador que também se ausentou, Senador Siqueira Campos, encaminhar favoravelmente essa questão de extrema relevância para o País. Começamos neste momento a resgatar o que talvez seja um dos maiores problemas deste País: a questão da pobreza.

Felicito o eminente Senador Eduardo Suplicy pela tenacidade com que sempre se postou nessa luta. Incorporo também o meu pensamento pessoal de apoio à sua proposição. Portanto, em nome do PFL, encaminho favoravelmente a proposição do Senador Eduardo Suplicy.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra V. Exª.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar que, durante os três meses em que trabalhamos na Comissão de Combate à Pobreza, o Senador Eduardo Suplicy incessantemente trabalhou esse tema, buscou junto aos vários técnicos que compareceram à Comissão quais eram suas opiniões sobre a definição de uma linha oficial que caracterizasse a pobreza em nosso País. Ouvimos da parte dos vários técnicos opiniões às vezes divergentes, mas uma grande parte sempre favorável de que precisamos de um instrumento dessa natureza. Tanto é que, no relatório final da Comissão, optamos por sugerir ao Congresso Nacional que as famílias que serão atendidas pela – digamos – bolsa de cidadania ou a renda de cidadania deverão ser caracterizadas por uma lei específica, mediante critério instituído por esse projeto.

De sorte que cumprimento o Senador Eduardo Suplicy. Penso que estamos dando uma grande contribuição – e não poderia deixar de ser diferente o compromisso da nossa Comissão – em oferecer mais esse instrumento significativo para os problemas sociais do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra o Senador Gilvam Borges, para encaminhar; em seguida, o Senador Maguito Vilela.

O SR. GILVAM BORGES – Sr. Presidente, no que tange à iniciativa e à reputação do Senador Eduardo Suplicy, sinceramente não consigo compreender o estabelecimento da linha da pobreza.

O que é pobreza? O que é a pobreza espiritual? É quando o homem é considerado pobre, miserável, ignorante. Qual é o sentido dessa pobreza que se pode estabelecer para podermos aferir um projeto? Esse homem calça sandálias, tênis, o tipo de roupa que ele usa ou porque ele não está empregado ou a atividade que exerce. Ele é considerado pobre, miserável. Portanto, vejo nessa condição, Sr. Presidente, uma discriminação. Se o Senador Suplicy apresenta um projeto viabilizando recursos para a educação, para que essas pessoas possam ter acesso ao crescimento, para que possam ter qualificação profissional, para que possam ter a condição do pleno desenvolvimento das suas atividades, para que possam suprir suas necessidades não só materiais, mas também na condição de seres espirituais, transformadores, de seres que realmente têm a condição e fazem a cultura em todos os aspectos. Pobre, Sr. Presidente, é o diabo! Não podemos, de maneira alguma, fazer uma discriminação como esta. Linha de pobreza, Sr. Presidente?! Linha de riqueza?! Como vamos começar a aferir isso? Acho isso preocupante e quero questionar isso, salvo, realmente, compreendemos, a capacidade, o desempenho, a atuação do nobre Senador Eduardo Suplicy, que, sempre na boa vontade, na intenção de levantar bandeiras e realmente se preocupar com os pobres, os despossuídos, os desqualificados, os desfavelados, os sem-referencial. Realmente, achamos isso muito justo. Eu também, Senador, me preocupo.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. GILVAM BORGES – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O EDUARDO SUPLICY – ... é que possa V. Exª, sobretudo, compreender as razões pelas quais pode ser útil para um país saber quantas pessoas estão vivendo abaixo de certo nível de rendimento que se defina como uma linha oficial de pobreza. Ainda hoje a **Folha de S.Paulo** informou, os jornais informaram, a **Folha** deu em manchete, sua primeira manchete, que 21 milhões e poucos brasileiros até 18 anos, não incluindo os adultos, estão vivendo com menos que meio salário mínimo **per capita**. Ora, perante a Comissão Mista da Pobreza, por exemplo, o economista Rodolfo Hoffmann, ele nos informou que estavam vivendo com menos do que meio salário mínimo **per capita**, em 1997, 28,4% da população, correspondendo a, aproximadamente, 44 milhões de pessoas. Ora, em 1997, se quiséssemos saber, portanto, quantos viviam com menos de meio salário mínimo, eram 44 milhões. Em 1999, quando ficar pronta a PNAD,

saberemos, no ano 2001, no ano 2005, quantas pessoas estarão vivendo abaixo de uma linha que definamos como o mínimo que cada um deveria ter. Portanto, Senador Gilvam Borges, o que essa proposição leva em consideração são recomendações de grandes economistas, de grandes estudiosos da questão de como combater a pobreza. Para citar um, o Prêmio Nobel de Economia, James Tobin, que, a respeito desse assunto, mencionou que a adoção de uma medida quantitativa específica, ainda que arbitrária e questionável, terá conseqüências políticas duráveis e de longo alcance. As administrações serão julgadas por seu sucesso ou falha na redução da prevalência da pobreza medida oficialmente. Enquanto uma família for encontrada abaixo da linha da pobreza, nenhum político será capaz de anunciar vitória na guerra contra a pobreza ou ignorar o conhecimento das obrigações da sociedade para com seus membros mais pobres.

Ainda recentemente, em 1997, a Irlanda adotou um plano, uma estratégia nacional contra a pobreza. E estabeleceu a seguinte meta: no período de 1997 a 2007, a estratégia nacional contra a pobreza deverá reduzir o número daqueles que são consistentemente pobres, por uma medida ali colocada, de 9% a 15%, em 1997, para 5% a 10%, de acordo com a medida de pobreza ali definida. É essa a finalidade. É claro que também examinamos as propostas de como erradicar a pobreza e as colocamos na Comissão Mista de Combate à Pobreza. Mas a própria Comissão consensualmente recomendou que o projeto fosse aprovado. Para que haja uma idéia, afinal, de quantas pessoas são materialmente pobres, pois não têm pelo menos um nível de renda, claro que poderá haver outros, os pobres de espírito ou aqueles que...

O SR. – *(Fora do microfone.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY – Não, V. Exª mencionou que poderia haver outros conceitos de pobreza. Aproveitando o aparte, Sr. Presidente, se me permite ainda o Senador Gilvam Borges, tinha me reservado apenas para falar cinco linhas de uma oração que recomendo a todos: a Oração de São Francisco do livro que acaba de ser lançado do Frei Leonardo Boff. Recomendo a todos os senadores que o leiam e ainda dêem de presente de Natal a seus queridos amigos.

"Senhor, fazei-nos instrumentos de Vossa paz, na medida em que procurarmos viver em paz com nós mesmos, com a comunidade mais próxima, com a sociedade desigual e no meio dos piores conflitos. Que possamos nos esforçar para suportar tensões e contradições, buscando manter comunhão com todas as criaturas e tornando visível a Vossa paz..."

Até mesmo com pessoas que pensam que só por ser um projeto do Senador Eduardo Suplicy devem a ele ser contrários. Mas é direito do Senador Gilvam Borges. Vamos aqui ter um espírito de comunhão e paz, procurando convencê-lo de que a linha oficial de pobreza poderá contribuir para que acabemos com a desigualdade e a pobreza no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Gilvam Borges, para concluir.

O SR. GILVAM BORGES – Agradeço o aparte. Senador Eduardo Suplicy, o grande mal da humanidade é o julgamento precipitado, que não é o caso. Gostaria de dizer a V. Exª que fizemos algumas considerações porque entendemos que é preciso uma avaliação mais profunda. Mas quero homenageá-lo neste momento. Talvez não vá ler alguns versículos, mas quero dizer a V. Exª do respeito pela bandeira que defende. E quero fazer a homenagem proferindo meu voto "sim", pela sua iniciativa, embora saiba perfeitamente que os métodos serão outros. Eu me preocupo muito em estereotipar, marcar, o que acaba por estigmatizar. Isso realmente me preocupa. Mas quero dar o voto, Senador Eduardo Suplicy. Como temos muitas comemorações a serem realizadas, poderia muito bem minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Temos mais dez matérias a serem votadas. Antes das comemorações.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Agradeço a atenção de V. Exª...

O SR. GILVAM BORGES – Considerando que os colegas estão aflitos e irrequietos, vou encerrar minhas palavras.

Gostaria de falar mais um pouco, mas vou encerrar.

Muito obrigado, Senador Suplicy, esta é uma homenagem à sua luta, à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vou sugerir ao Senador Suplicy que ore mais para São Francisco; está precisando de mais orações.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Moreira Mendes havia pedido pela ordem, depois o Senador Maguito Vilela.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, apenas para comunicar que tenho compromissos inadiáveis e pediria permissão para me ausentar. Mas não quero fazer isso sem antes registrar o meu voto, publicamente, favorável ao projeto de lei em discussão e ainda pedir a retirada de um voto que proferi, em separado, do Item 7 da pauta, como cumprimento

de um acordo feito com a Bancada do PT. Estou aqui cumprindo a minha parte, tendo em vista que o Bloco de Oposição fez a sua parte na aprovação de duas matérias na sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Moreira Mendes. Fica consignado o voto de V. Exª.

O SR. GILVAM BORGES – Sr. Presidente, pela ordem.

Devido ao avançado da hora, sugiro a V. Exª que faça a leitura para que, quem sabe, votemos em bloco as matérias pendentes, agilizando, assim, os trabalhos. Se V. Exª concordar, bem; senão, peço a V. Exª que me libere, porque o PMDB tem algumas comemorações a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª está liberado, pois vamos seguir de acordo com o Regimento, não atendendo à sua sugestão.

Passo a palavra ao Senador Maguito Vilela, que, com muita eficiência, presidiu a Comissão da Pobreza e que, sem dúvida nenhuma, já traz resultados, e um deles está aqui nesse projeto de lei apresentado pelo Senador Suplicy.

Com a palavra o Senador Maguito Vilela.

O SR. GILVAM BORGES – Sr. Presidente, deixo consignados os meus votos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, Sra. Vice-Presidente, Srªs e Srs. Senadores, felizmente e graças a Deus, vou poder seguir, mais uma vez, o Líder Gilvam Borges, votando a favor e prestando as minhas homenagens sinceras e profundas ao Senador Eduardo Suplicy, que luta incansavelmente para atingir esse objetivo. Devemos sim, o Brasil deve definir essas metas, deve mapear a linha de pobreza e deve, acima de tudo, atacar a fome, a pobreza no nosso País. Também deve atacar os motivos pelos quais existem tantas desigualdades, tantos pobres, tantos indigentes no nosso País: a má distribuição de renda, a criminosa distribuição de renda deste País; a falta de uma reforma agrária correta, enfim, a falta de investimentos maciços na educação, na habitação, habitação para os pobres. Devemos atacar todos esses motivos pelos quais nos sentimos hoje envergonhados.

Se não fizermos essas definições, vamos ficar vendo as apresentadas, por exemplo, no relatório do UNICEF, que é vergonhoso e humilhante para todos nós. O Brasil tem que mudar essa imagem perante o mundo. Não podemos estar assistindo passivamente a relatórios como esse do UNICEF, publicado pela **Folha de S.Paulo**.

Fez bem o Senador Suplicy em dedicar-se a este projeto, pois S. Exª é, realmente, um estudioso dessa situação. De forma que quero cumprimentá-lo e prestar-lhe as minhas homenagens.

Penso que, no próximo século, no próximo milênio, esta tem que ser a bandeira principal do nosso País: reduzir as desigualdades sociais, combater sistematicamente a fome, procurar reduzir a pobreza no nosso País e dar aos nossos irmãos mais dignidade, mais cidadania.

Sr. Presidente, o meu voto é favorável.

Presto as minhas homenagens ao Senador Suplicy e cumprimento V. Exª pela conduta magnífica que teve à frente desta Comissão, juntamente com a vice-Presidente e todas as Srªs e os Srs. Senadores.

O PMDB marcou uma confraternização para agora exatamente às 21 horas, mas quero deixar consignado meu voto favorável a todas as matérias que serão apreciadas nesta noite.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dia) – Senador Maguito Vilela, queremos deixar registrado aqui os cumprimentos desta Comissão a V. Exª pelo seu trabalho lá na Comissão da Pobreza que V. Exª presidiu.

Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, antes de mais nada, como não tive a oportunidade de fazê-lo no início da reunião, quero congratular-me com a Presidência e a Vice-Presidência pela forma como conduziram os trabalhos desta Comissão.

Eu e acho que alguns outros Senadores somos membros desta Comissão há cinco anos e sabemos que não é fácil conduzir seus trabalhos, pelo fato de ela possuir um número de membros relativamente grande, há dificuldade de **quorum**, superposição com outras Comissões. Então, quero assinalar, deixar registrado o meu aplauso pela forma como V. Exª e a Senadora Heloísa Helena têm conduzido os trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradecemos também a assiduidade de V. Exª nesta Comissão.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Muito obrigado.

Em segundo lugar, quero dizer que vou votar favoravelmente ao projeto do Senador Suplicy. Vou votar em homenagem a ele e porque acho que é útil se ter esse índice. É evidente que o problema da pobreza é muito mais complexo do que o estabelecimento de um indicador para medi-lo. Por exemplo, a inflação. Qual é o índice que mede a inflação? Há o IGPM, o IGPI. Então, é muito difícil.

O Primeiro Ministro Tony Blair lançou na Inglaterra um programa de combate à pobreza, que

será desenvolvido em 20 anos. Vejam que o pobre inglês é completamente diferente do pobre brasileiro. Pois bem, a pobreza vai ser aferida por 42 critérios diferentes. Por exemplo, se o chefe de família está empregado ou não; se tem gravidez precoce. Enfim, são 42 critérios para avaliar a condição de pobreza. É um problema muito complexo.

Mas acho que é útil – S. Exª conhece meu ponto de vista, porque já o manifestei na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania –, porque vai servir como um referencial para que se tenha, vamos dizer assim, elementos constantes para uma aferição. Nesse sentido é que dou meu apoio. E nunca é demais mencionar o empenho de S. Exª nesta questão. V. Exª conta com a nossa simpatia.

Só para ilustrar o debate, S. Exª mencionou o caso da Irlanda. E lembrei-me aqui de um escrito do Jonathan Swift, que é um irlandês, autor de **Viagens de Gulliver** – ele é mais conhecido por este livro, e ele escreveu um livro de pequenas memórias sobre o combate à fome, à pobreza na Irlanda. Ele usa de uma ironia terrível, quando manda assar as criancinhas, para comê-las, para acabar com a fome na Irlanda. É evidente que é uma ironia que ele faz e uma espécie assim de libelo contra o problema da fome. Oportunamente, se alguém tiver interesse em conhecer esse texto, prontifico-me a trazer uma cópia.

A SRA. HELOÍSA HELENA – É um deboche à elite.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Precisamos, talvez, de uma coisa assim chocante, para acordar a sensibilidade que, muitas vezes, está anestesiada ou adormecida.

Portanto, vou votar a favor, porque acho que o projeto é útil e importante. Esses comentários que fiz foi mais à guisa de ilustração e para demonstrar a complexidade do tema.

E por último, Sr. Presidente, quero aproveitar que estou com a palavra, para fazer uma indagação à Mesa.

Sr. Presidente, como aqui uns têm comemorações e outros estão cansados mesmo, pergunto se V. Exª vai discutir os projetos e votar mesmo que os Relatores não estejam presentes. Minha pergunta é pelo seguinte motivo: fui instado pela Presidência da Mesa, com toda razão, e me esforcei para cumprir a solicitação, para colocar em pauta um projeto de autoria da nobre Senadora Emilia Fernandes, que está extrapauta. Então, se V. Exª colocar em pauta mesmo os projetos que estão sem seus Relatores presentes.

Peço que inverta a pauta para que eu pudesse apresentá-lo. Não gostaria de me retirar, deixando delegação de voto. Pergunto à Mesa que orientação será imprimida aos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Lúcio Alcântara, primeiro, agradeço as palavras gentis de V. Exª.

Segundo, em resposta a sua pergunta, de fato, todos nós estamos cansados. Já estamos com horário avançado. Há compromissos assumidos pelos Srs. Senadores. Não teremos mais tempo de analisarmos outras matérias depois desta. Pouco vai adiantar aprovarmos todas as matérias hoje já que entraremos em recesso e não dará tempo de elas seguirem ao Plenário. Estão presentes os relatores de apenas duas matérias de decisão terminativa. Senadores Luiz Estevão, Juvêncio da Fonseca, Marina Silva, Sebastião Rocha, que não está. Então, além dessa, há dois projetos com decisão terminativa com os relatores presentes.

O SR. LUIZ ESTEVÃO – Até já foram lidos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Já foram lidos. Precisamos só votá-los.

Colocarei em votação esses dois projetos e, se os Srs. Senadores quiserem mais algum, que façam a solicitação na oportunidade. Eu gostaria de concluir a discussão deste primeiro item, para garantir, pelo menos, o voto a este.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra a V. Exª.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com referência ao projeto que estamos discutindo, parabenizo o nobre colega Senador Eduardo Suplicy, cujos trabalhos, desde a nossa primeira Legislatura, acompanho e sempre muito voltado para a área social, principalmente o primeiro projeto apresentado por S. Exª que, desde 91, ainda se encontra na Câmara. Votá-lo-emos no Senado brevemente. Surgiu este e hoje temos esta oportunidade. Digo ao Senador Eduardo Suplicy que só temos a louvar sua atuação não só neste projeto como em outros.

Aproveito a oportunidade para parabenizar tanto o Presidente como a Vice-Presidente porque, realmente, neste ano, esta Comissão bateu recorde não só em número de reuniões, como em aprovações e audiências públicas.

Lamentavelmente, tenho de me retirar. Solicito a V. Exª que considere meu voto favorável aos pareceres favoráveis dos Relatores. Assim como o

Senador Maguito Vilela, tenho de me retirar para uma solenidade que o PMDB já, em data muito remota, escolheu este dia achando que estaríamos disponíveis.

Deixo um abraço para todos os que vão ficar e, principalmente, para o casal. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A Mesa cumprimenta V. Exª, que freqüenta esta Comissão com muita assiduidade desde a gestão passada e agora com 100% de presença. O que garantiu também o sucesso da Comissão.

A SRA. HELOISA HELENA – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra a V. Exª.

A SRA. HELOISA HELENA – Sr. Presidente, sei que estamos com nossos horários complicados, mas não poderia deixar de discutir bem rapidamente o projeto de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

Muitas vezes, quando criamos os instrumentos de planejamento, pensamentos que são meramente burocráticos. Não o são! A criação desse instrumento fundamental para o planejamento não é simplesmente burocrático, não! Ele será de fundamental importância para que possamos estabelecer metas orçamentárias, metas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Enfim, todo instrumento de planejamento da ação do Governo passa a ser estabelecido com uma meta formal. Hoje não existe nada disso. Estabelecem-se metas de atendimento para a população pobre por meio do ajuste fiscal, do que sobra depois que se pagam as dívidas interna e externa. Efetivamente, é um instrumento fundamental.

Portanto, está de parabéns o Senador Eduardo Suplicy e todas as forças que estão aqui votando favorável, além de trazer algo que é de fundamental importância, que é a obrigatoriedade de o Presidente da República, na sua posse, estabelecer metas para erradicação da pobreza e criar instrumentos de fiscalização e controle para o combate à pobreza. Portanto, está de parabéns a Comissão e, especialmente, o Senador Eduardo Suplicy e, evidentemente, o Relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está encerrada a discussão, vamos passar à votação. Gostaria de cumprimentar o Senador Suplicy, não só pela sua insistência com esse tema, só isso já leva esta Comissão e prestar uma homenagem a V. Exª, porque V. Exª realmente dá um exemplo de dedicação a esse tema como ninguém. A nossa homenagem particular e a homenagem desta Comissão a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Eu que homenageio V. Exª, a Senadora Heloisa Helena e todos os membros desta Comissão. Acho que nunca havia participado tanto, durante um ano, de uma Comissão da qual não sou membro, como este ano, mas graças à relevância e à intensidade com que a Comissão de Assuntos Sociais trabalhou nesse período. É impressionante, porque tantas vezes me senti aqui, embora não membro, com vontade de vir aqui acompanhar os debates, as discussões. É realmente impressionante, porque houve ocasiões em que a Comissão de Assuntos Sociais, desde que sou Senador, ou seja, desde 91, por vezes deixava de funcionar por semanas e semanas, mas com a dupla de o Presidente Osmar Dias, Heloisa Helena e todos aqui presentes, sou testemunho do quanto todos aqui trabalharam. Meus cumprimentos ao Presidente e a todos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado Senador Eduardo Suplicy, eu e a Senadora Heloisa Helena estamos pensando em convocar V. Exª para ser membro efetivo desta Comissão.

Está em votação.

A votação nominal.

Procede-se à votação.

Está aprovado por unanimidade, com os cumprimentos desta Mesa.

Vamos agora colocar em votação o texto final do Projeto de Lei do Senado nº 66.

Está em discussão. (Pausa.)

Não havendo que queira discutir, encerro a discussão.

Está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Na ausência do Relator, Luiz Pontes, pedimos à Senadora Heloisa Helena que assine como Relatora **ad hoc.**

Passaremos ao Item nº 2, que tem como autor o Senador Carlos Patrocínio, e Relator o Senador Carlos Bezerra, ambos estão ausentes.

Item nº 3, tem como autor o Senador Carlos Bezerra e como Relatora a Senadora Marina Silva. Projeto de Lei do Senado nº 347/99, que exclui do salário de contribuição para Previdência Social os valores recebidos a título de salário maternidade e salário-educação.

Com a palavra a Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, como a matéria já foi debatida na Comissão, se não houver necessidade de reler o relatório, sugeriria que se pas-

sasse à discussão. O Projeto tem alta relevância, o mérito é conhecido de todos. Gostaria apenas de ressaltar que existem algumas emendas de redação apresentadas, mas, de sorte, o projeto deva ser aprovado, muito embora, gostaria de, se não houver necessidade, dispensar a releitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a votação.

Em votação.

(Procede-se à votação.)

Aprovado, por unanimidade.

Passamos ao Item 5 da pauta, que tem como autor o Senador Luiz Estevão e como Relator o Senador Sebastião Rocha.

Projeto de Lei de Senado nº155, altera o art. 4º da Lei 9.732, de 11 de dezembro de 1998.

Na reunião do dia 24 de novembro, foi Relator **ad hoc** o Senador Eduardo Siqueira Campos e foi concedido vista à Senadora Emilia Fernandes, pelo prazo de cinco dias, e foi devolvido sem manifestação escrita da Senadora Emilia Fernandes.

Nós já discutimos este projeto de lei. Podemos, então, colocá-lo em votação se a Senadora Emilia Fernandes não tiver manifestação a ser feita.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Gostaria de registrar, Sr. Presidente, que analisamos o projeto concordamos com o relatório. A nossa dúvida era exatamente em relação ao parágrafo único, que foi alterado pelo Senador Sebastião Rocha. Mas aprovamos o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senadora Emilia Fernandes.

Em votação.

(Procede-se à votação.)

Aprovado.

O Senador Geraldo Cândido solicitou que votemos o projeto do Item 6. O Relator não está presente. É o Senador Eduardo Siqueira Campos, que apresentou um substitutivo. V. Exª quer que coloque em votação?

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Item 6:

Projeto de Lei do Senado nº 200, de 1999, que tem decisão terminativa da CCJ. Dispõe sobre a apuração de falta grave para efeito de dispensa do empregado sindicalizado e determina outras providências.

Esclareço que aqui não é decisão terminativa, apenas na CCJ. Se aprovado aqui, vai à CCJ e a decisão terminativa será lá.

Dispõe sobre a apuração de falta grave para efeito de dispensa do empregado sindicalizado e determina outras providências. Autor: Senador Geraldo Cândido; Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos, que deu parecer pela aprovação na forma do substitutivo apresentado.

Não estando presente o Senador Eduardo Siqueira Campos, consulto se a Senadora Heloisa Helena pode ler o voto.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Posso. Vou fazer um resumo.

O autor justifica a sua proposição, lembrando que a aplicação, por analogia, dos arts. 593 e 599 da CLT aos casos dos empregados referidos no projeto não cabe, razão por que a proposta, para que no plano infraconstitucional seja regulada a despedida de dirigente sindical que comete falta grave.

O Senador Eduardo Siqueira Campos reconhece que a estabilidade do dirigente sindical tem papel importante pelo fato de permitir ao empregado dirigente o exercício de suas funções, sem temer as possíveis represálias. Lembra ainda o Relator que é preciso compreender que a proteção especial da estabilidade dos representantes sindicais não é conferida ao empregado, como ocorria com aqueles empregados estáveis com mais de dez anos na empresa, mas sim a escolha feita pelos seus colegas de profissão.

O projeto, no entender do relator e certamente no entender de todos nós, é meritório, respeita os limites de um direito que deve ser exercido dentro dos parâmetros constitucionais. E como conclusão, a proposição foi acolhida na forma do substitutivo, substitutivo este que também foi acolhido pelo autor do projeto, Senador Geraldo Cândido, que está de parabéns por esta proposição.

É só. Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senadora Heloisa Helena. Este projeto já foi também discutido.

Portanto está em votação.

Este projeto não exige decisão terminativa.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, pediria uma inversão de pauta, que o Projeto de Lei do Senado nº 578, de minha autoria, com relatório do Senador Lúcio Alcântara, fosse votado, pois estamos

aqui desde o início da reunião e considero importante que o analisemos, até porque o parecer remete à Comissão de Constituição e Justiça, já que surgiu um fato novo durante ...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Emilia Fernandes, temos apenas mais dois itens, este que vamos votar agora, que é feito por votação simbólica, ou seja, bem rápido; e colocaríamos o Item 9 e o de V. Exª para encerrar a reunião.

Está em votação o parecer lido pela Senadora Heloisa Helena.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados.

Aprovado o parecer da Senadora Heloisa Helena.

Temos dois projetos, o Item 9 e o Item 1 da pauta extra.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, o Item 7 saiu da pauta?

A SRA. HELOISA HELENA – V. Exª não vai mantê-lo, Senador Geraldo Cândido.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Não, tenho uma proposta para retirar o Item 7 de pauta.

A SRA. HELOISA HELENA – Por quê?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Penso que é um projeto que ainda demanda muita discussão. Eu, particularmente, tenho muitas dúvidas, não vou votar a favor e estou disposto mesmo a pedir verificação de **quorum**, porque é uma matéria que provoca muitas repercussões. O número de Senadores está baixo, e realmente estou disposto a fazer isto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Consulto o Senador Geraldo Cândido, que é o relator, se prefere que retiremos o projeto de pauta.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Este projeto é muito polêmico, já houve até requerimento para que ele seja remetido à CAE, não sei nem por quê. Mas estou de acordo que o retirem de pauta e fique para uma próxima reunião, ano que vem.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Está-se tentando obter um consenso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está atendida a sua solicitação, Senador Lúcio Alcântara.

Passo então ao Item 9 da pauta que já foi discutido e é só votarmos.

Projeto de Lei do Senado nº 542/99, altera o art. 20 da Lei 8.742, LOAS, e dá outras providências.

Dispõe sobre benefício a pessoa idosa ou portadora de deficiência. Autor, Senador Luís Estevão. Relator, Senador Juvêncio da Fonseca, que concedeu o parecer pela aprovação como emenda. Na reunião do dia 30 foi concedida vista coletiva, pelo prazo de cinco dias, às Senadoras Emilia Fernandes e Heloisa Helena, o projeto foi devolvido com o voto em separado da Senadora Heloisa Helena, concluindo pela aprovação do projeto.

Na reunião do dia oito de dezembro, o Relator, Senador Juvêncio da Fonseca, reconsiderou o seu parecer, solicitando a sua retirada, para reexame da matéria, tendo em vista o voto em separado da Senadora Heloisa Helena.

Este projeto está em votação, porque houve a discussão.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, quero apenas registrar que não apresentei voto por escrito tendo em vista que apóio o voto que a Senadora Heloisa Helena apresentou, então desnecessário seria apresentar uma outra manifestação escrita.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora, dentro desta situação, há necessidade de uma manifestação do Relator, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. LUIZ ESTEVÃO – Já houve a manifestação que aconteceu na última reunião da nossa Comissão.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Mesmo porque já elaboramos um outro parecer, acatando o voto em separado da eminente Senadora Heloisa Helena e de acordo com a proposição feita pelo Senador Luiz Estevão, e fizemos a Emenda nº 1 do CAS, suprimindo apenas os arts. 2º, 3º e 4º do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está correto e vamos colocar em votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Aprovado.

O SR. TIÃO VIANA – Solicito a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, peço que conste meu voto, pois não fui chamado ainda.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Tião Viana está consignando voto "sim" também.

Projeto de Lei do Senado nº 578/99, que autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais da profissão de técnico de segurança do trabalho e dá outras providências. Autora: Senadora Emilia Fernandes. Relator: Senador Lúcio Alcântara. Parecer pelo envio do Projeto à CCJ para pronunciamento quanto à sua juridicidade e constitucionalidade.

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, farei um resumo muito breve.

No mérito, sou favorável à proposta da Senadora Emilia Fernandes.

Esses Conselhos são considerados autarquias e, como tal, pela Constituição, a competência para criá-los é privativa do Presidente da República – art. 61, § 1º, inciso II, alínea **e**, da Constituição Federal. Todavia, recentemente, o art. 58, **caput** da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1988, estabeleceu que os serviços de fiscalização de profissões regulamentadas serão exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, mediante autorização legislativa, o que faz supor que podemos ter a iniciativa de criar esses Conselhos. Todavia, a Senadora Emilia Fernandes me alertava que, recentemente, esta Comissão deliberou criando conselhos. O Partido Comunista do Brasil – PcdoB; o Partido dos Trabalhadores – PT – e o Partido Democrático Trabalhista – PDT, promoveram uma ação direta de inconstitucionalidade do art. 58, e seus parágrafos, da Lei nº 9.649, de 1998, alegando que os dispositivos impugnados implicam a violação dos arts. 21, inciso XIV; art. 22, incisos XVI; arts. 39, 62, 70, parágrafo único; art. 71, inciso II e art. 149, da Constituição Federal.

Em 22 de setembro de 1999, o Supremo Tribunal Federal julgou prejudicada a ação apenas no que concerne ao § 3º do art. 58 da Lei nº 9.649, de 27/5/98 e, quanto ao **caput** do artigo e demais parágrafos, deferiu medida cautelar, para suspender-lhe a eficácia até o julgamento final da ação, conforme se constata no relatório do Ministro Sydney Sanches, **in fine**, que transcrevo.

Portanto, Sr. Presidente, concluí dizendo que, antes de nos manifestarmos sobre o mérito da proposição, julgamos ser necessário ser esclarecida a questão da tramitação do presente projeto, em face de medida cautelar deferida pelo Supremo Tribunal Federal, mediante a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A Senadora Emilia Fernandes levantou a tramitação dos projetos e verificou que a decisão da nossa Comissão foi justamente um dia após a concessão da cautelar pelo Supremo Tribunal Federal. Portanto, não tínhamos conhecimento de que o Supremo havia dado essa cautelar.

De forma que, considerando a posição do Supremo, pensei ser recomendável que se ouvisse a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Esse é meu voto, que submeto ao Plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão o parecer do Senador Lúcio Alcântara.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Solicito a palavra, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra a V. Exª.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Quero, Sr. Presidente, ressaltar a importância do mérito, como já foi colocado aqui.

Essa proposição foi criada a partir de um debate e da sugestão da criação do Conselho por meio de representantes do meu Estado, Rio Grande do Sul, em que se estabeleceu um espaço de diálogo, de argumentação e de fundamentação do assunto.

Então, entendemos que a criação do Conselho Regional da profissão de técnico de segurança do trabalho é importante, tendo em vista este momento que se vive, o mercado globalizado, que requer, cada vez mais, o profissionalismo e o acompanhamento dentro de uma linha que se torna até mais viável em relação a prevenção de acidentes e enfatiza exatamente esse espírito quando nós justificamos esse projeto.

O que foi argumentado aqui realmente existe, ocorreu.

Parece-nos que, num primeiro momento, seria o caminho mais viável. Esperamos que, pelo menos, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania faça uma análise diante do que está se passando, desse fato novo que ocorreu entre os outros projetos que aprovamos aqui, como a criação do Conselho dos leiloeiros, dos técnicos agrícolas. Surgiu esse imprevisto. Mas esperamos que isso não inviabilize uma discussão de mérito e até da possível posição da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com uma análise mais profunda, já com uma votação também em relação a toda a discussão que se está travando no Poder Judiciário.

Acatamos o parecer do Relator, aguardando que se possa realmente estabelecer dois pesos e duas medidas, porque será incrível que se aprove o que já está tramitando na Câmara, porque era terminativo aqui – outros projetos já estão lá–, e que este seja impedido de ser votado. Penso que é oportuno o alerta que faz o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço à Senadora Emilia Fernandes.

Senador Leomar Quintanilha, V. Exª quer manifestar-se?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Estou aguardando a conclusão da votação, Sr. Presidente, para me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos colocar em votação. Não vamos colocar em decisão terminativa porque o parecer do Senador Lúcio Alcântara conclui pela remessa à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Penso, Sr. Presidente, que temos de ressalvar o mérito, pois acredi-

to que há uma unanimidade, visto que o Relator manifestou isso. Mas devemos fazer uma ressalva, para que vejamos, do ponto de vista jurídico, a posição da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Lúcio Alcântara queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, temos aqui na pauta dois projetos de autoria do nobre Senador Carlos Patrocínio. Quanto ao primeiro, o Relator manifestou-se pelo arquivamento, e eu apresentei um voto em separado. Como o Relator não está presente, entendo que é razoável que deixemos para apreciar o voto em separado em outra ocasião.

Entretanto, o item nº 4 da pauta é um outro projeto do nobre Senador Carlos Patrocínio, autor que se encontra presente, e o Relator manifestou-se favoravelmente à sua aprovação. Eu instaria a Mesa que pusesse sob apreciação esse projeto. Mas, antes de fazê-lo, gostaria de comunicar, com satisfação, embora tenha demorado muito, o resultado do seminário sobre clonagem e transgênicos, seminário para o qual V. Exª, a nossa eminente Vice-Presidente, e os eminentes Pares desta Comissão tanto contribuíram. Parece-me que o resultado foi realmente um trabalho bastante consistente, que reuniu as cabeças pensantes deste País que se interessam pelo assunto, cientistas dos diversos segmentos organizados da sociedade. Estamos aqui hoje para entregar, em primeira mão, à Mesa, ao Presidente, o produto desse trabalho, que é o relatório do seminário.

Consideramos de bom alvitre, Sr. Presidente, que, junto com o relatório, fosse produzida uma cartilha mais sucinta, mais enxuta, e com um linguajar mais acessível, para que as pessoas que não militam no setor, que não são da área científica pudessem compreender melhor o que é clonagem, o que são transgênicos, enfim, os termos científicos já hoje muito discutidos e muito divulgados na mídia. Portanto, quero fazer chegar às mãos do Presidente alguns exemplares da cartilha e do relatório sobre o seminário, informando, Sr. Presidente, que estarei providenciando a remessa para o gabinete de cada um dos Senadores membros desta Comissão de um exemplar, tanto da cartilha quanto do seminário.

E, por último, queria me associar às manifestações daqueles que me antecederam ao cumprimentar esta Presidência e esta Comissão, inclusive os seus assessores, pela eficiência demonstrada na execução das tarefas a seu cargo. Realmente, foi uma Comissão ativa, foi uma Comissão que produziu muito, foi uma Comissão que, graças à condução firme de sua direção, quer do Presidente quer da Vice-Presidente, se houve com muita competência, com muita seriedade, dando uma demonstração de que o Senado tem muita gente empenhada e interessada em buscar soluções para os graves problemas que afligem a população brasileira. A Comissão de Assuntos Sociais deu efetivamente, nesta sessão legislativa, uma demonstração inquestionável de que está empenhada no cumprimento das suas obrigações.

E, finalmente, desejar à Presidência, ao Vice-Presidente, aos membros desta Mesa e aos funcionários da Comissão de Assuntos Sociais os melhores votos de um feliz Natal e um ano-novo cheio de paz, saúde e muita prosperidade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Leomar Quintanilha; também desejamos cumprimentar V. Exª pelo trabalho que realizou nesse assunto tão polêmico e importante para o País. V. Exª foi persistente na coordenação daquele seminário, que foi transmitido para todo o Brasil. A partir daquele seminário muitas idéias foram modificadas – eu próprio modifiquei algumas das minhas idéias originais a respeito dos transgênicos especialmente – e, por isso, quero cumprimentar V. Exª pela dedicação que deu a esse seminário e também porque V. Exª é parte do sucesso desta Comissão, pode ter certeza.

O SR. TIÃO VIANA – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA – Por ter de estar numa audiência no Ministério da Saúde, solicito a V. Exª que possa consignar o meu voto em relação ao Projeto do Senador Eduardo Suplicy, que institui a linha oficial da pobreza.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Eu sabia que V. Exª ia querer votar naquele projeto.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, só para lembrar, o item 4 da pauta, projeto de autoria do Senador Carlos Patrocínio.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Consulto se há alguma divergência em relação a esse item, porque obviamente nós estamos aqui consultando.

Há alguma divergência em relação ao item 4? Se não houver, sou obrigado a colocar da mesma forma que fiz com os outros. (Pausa) Eu sei que deve haver divergência, mas eu, como Presidente da Mesa,

sou obrigado a colocar o projeto. Se ninguém levanta divergência... (Pausa.)

Projeto de Lei do Senado n.º 586/99, permite a utilização do FGTS para a compra de casa própria em qualquer sistema de financiamento habitacional e dá outras providências. O autor é o Senador Carlos Patrocínio, que nos honra aqui com sua presença. O Relator é o Senador Carlos Bezerra, que deu o parecer pela aprovação. E já que quem se manifestou foi o Senador Leomar Quintanilha, solicito a S. Ex.ª que faça o relatório.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Com muito prazer, Sr. Presidente. É submetido à apreciação desta Comissão um Projeto de Lei do Senado, que permite a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para compra de casa própria em qualquer sistema de financiamento habitacional e dá outras providências.

O nobre Senador Relator apreciou a matéria, com ela concordando e dando o seu parecer favorável, razão pela qual, Sr. Presidente, eu me permitiria divulgar apenas o voto do Relator:

"Não vislumbro inconstitucionalidade ou injuridicidade no projeto disposto em boa técnica legislativa. No mérito, apóio a proposição, que, a par de fazer justiça aos trabalhadores adquirentes de moradia, atualiza a norma reguladora do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e sabiamente delega ao respectivo conselho curador competência para regrar a implementação do benefício.

Voto, assim, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n.º 586, de 1999.

É o voto, Sr. Presidente, com o qual concordo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão. Está em votação e é terminativa.

Foi aprovado o projeto do Senador Carlos Patrocínio, que está com a palavra.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, se V. Ex.ª me permite e, sem demais delongas, quero me associar a todos que expressaram o seu contentamento e os cumprimentos à direção desta Comissão e a seus membros pelo brilhante trabalho efetuado no decorrer deste ano.

Espero que fato idêntico se repita no próximo ano. Agradeço a V. Ex.ª, por ter colocado, embora na ausência do Relator, mas isso é matéria pacífica cujo propósito é aumentar a oferta de empregos e, por conseqüência, de moradias no mercado brasileiro.

Digo também que, na primeira oportunidade, gostaria de ver apreciado o voto em separado do substitutivo apresentado pelo competente Senador Leomar Quintanilha no que diz respeito a um outro projeto de lei que estabelece o trabalho voluntário para aqueles inadimplentes do crédito educativo que é uma matéria que o Governo está estudando e vai implementar.

É capaz que, se votarmos contrariamente, o Governo estará utilizando essa idéia e implantando o serviço voluntário no Brasil afora para aqueles que concluem o curso superior e que são devedores do crédito educativo ou um outro fundo que substitui o Creduc (?), através de uma medida provisória.

Agradeço a V. Ex.ª e a todos os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Ex.ª solicitou?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Não estou solicitando, tendo em vista que o Senador Leomar Quintanilha entendeu que seria bom discutir o assunto com a presença do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos encerrar a reunião, mas gostaria de agradecer a presença de todos e dizer que esta Comissão funcionou muito bem graças à presença e freqüência de todos os Senadores que jamais permitiram que ela funcionasse sem **quorum.** Hoje, último dia, neste horário, tivemos a presença de quase vinte Senadores, o que significa uma resposta aos problemas sociais do País que os Senadores querem dar e o estão fazendo como proposta e com muito trabalho.

Agradeço a presença de todos e sinceramente agradeço à Senadora Heloísa Helena pela colaboração que deu a esta Comissão para que ela se firmasse como sendo importante neste Senado. Muito obrigado.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21h20min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DO IDOSO SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Ata da 2ª Reunião da Subcomissão Permanente do Idoso da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada dia nove de novembro de 1999.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia oito de novembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a Presidência do Senador Luiz Estevão, reúne-se a Subcomissão Permanente do Idoso, com a presença da Senadora Marluce Pinto e do Senador Djalma Bessa. O Senhor Presidente declara abertos os tra-

balhos, passando a Presidência dos trabalhos ao Senador Djalma Bessa. A Senadora Marluce Pinto registra a presença da Dra. Suely Brandão, esposa do Senador Juvêncio da Fonseca, que desenvolve vários trabalhos com idosos, no estado do Mato Grosso do Sul. A presente reunião destina-se a audiência pública com o Presidente do Conselho do Idoso do Estado de São Paulo, Dr. Alfredo Morlini e com o Vice-Presidente do Conselho do Idoso do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Antonio Parissi. Após as explanações, fazem uso da palavra a Senadora Marluce Pinto e a Dra. Suely Brandão e os Senadores Luiz Estevão e Djalma Bessa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Luiz Estevão,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Estevão) – Havendo número regimental, declaro aberta a Segunda Reunião da Subcomissão Permanente do Idoso da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à audiência pública com o Presidente do Conselho do Idoso do Estado de São Paulo, Dr. Alfredo Morlini, e com o representante do Presidente do Conselho do Idoso do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Antônio Parissi, com a finalidade de prestar informações e apresentar proposições com relação às ações de seguridade social, econômica, cultural, moral e recreativa e a atos de assistência e defesa da saúde do idoso.

Convido a que venham a esta Comissão os ilustres palestrantes de hoje, o Dr. Alfredo Morlini e o Dr. Antônio Parissi.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Estevão) – Concedo a palavra a V. Exª.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, com muito prazer, eu gostaria de registrar a presença da Drª Sueli Brandão, que é esposa do nosso Colega, Senador Juvêncio, que hoje não pôde comparecer a nossa reunião, porque está acompanhando o Governador do seu Estado. Ela faz um trabalho muito bonito sobre os idosos em Mato Grosso e teve bastante interesse de vir à nossa Comissão para acompanhar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Estevão) – Gostaria de agradecer a manifestação da Senadora Marluce Pinto, uma das mais entusiastas do trabalho desta Comissão. Agradeço a presença da esposa do nosso nobre Colega, Senador Juvêncio da Fonseca.

Efetivamente, este é e será, a cada dia, o tema mais importante da humanidade: a questão da discussão da qualidade de vida do idoso.

Eu gostaria de passar a Presidência dos trabalhos ao Senador Djalma Bessa, já que, daqui a alguns minutos, serei Relator de um projeto na Comissão de Economia. Retornarei a esta reunião tão logo tenha prestado a relatoria daquele projeto.

O SR. PRESIDENTE (Djalma Bessa) – Concedo a palavra ao Dr. Alfredo Morlini, que fará a sua exposição por 20 ou 30 minutos. Depois, a palavra será franqueada para que os Senadores façam as suas indagações, as suas propostas e as suas sugestões.

Tem a palavra, portanto, o Dr. Alfredo Morlini.

O SR. ALFREDO MORLINI – Sr. Presidente desta Mesa; Srªs e Srs. Senadores aqui presentes; todos que estão aqui me ouvindo nesta hora, devo agradecer o convite e a oportunidade que me é dada de colaborar para que a política nacional do idoso realmente se desenvolva dentro de uma visão nacional e bem objetiva, que alcança até o último cidadão do nosso País.

Venho aqui para apresentar o que o nosso Estado de São Paulo está realizando dentro dessa política que consideramos fundamental para um país que está se desenvolvendo, mas com uma grande participação de uma população idosa, acima dos 60 anos.

O nosso Estado tem uma área de 247.898 quilômetros quadrados. A população do Estado é de 34.120.886 habitantes. A Capital tem 9.939; Municípios, 645; Conselhos Municipais do Idoso, já criados, 132. Informação: aproximadamente 100 municípios estão se movendo nesse sentido.

Temos uma novidade a mais: além da lei municipal que cria os Conselhos Municipais, demos início a um movimento para que cada município tenha uma lei de política municipal do idoso. A razão é garantir a continuidade das ações em favor do idoso, mesmo quando muda a política do município. Isso é muito importante. Às vezes, mudam os governos municipais e muda também a política do idoso. E, para não perder a experiência anterior, pensamos em fazer uma lei específica que recolha todas as ações em favor do idoso do município, dando-lhe, assim, uma cobertura jurídica que lhe garanta a perenidade das ações, a continuidade das ações.

Eis por que temos só três municípios que já têm uma política municipal do idoso. No meu Município, que é Mogi das Cruzes, perto de São Paulo, perten-

cente à Grande São Paulo, já temos essa lei, além de mais dois Municípios: Santa Cruz do Rio Pardo e Dracena.

Esta seria a apresentação do nosso Estado, como realidade geográfica e política. Dentro dessa realidade, estão 7% de idosos com mais de 60 anos. Temos uma realidade de idosos carentes, que aflige a nossa política, e temos a realidade de idosos moradores de ruas.

Agora, qual é a política do nosso Estado, na sua visão mais atualizada, mais moderna, que está em lei, que é a Lei nº 9.892, de 1997? Essa lei saiu do Conselho Estadual do Idoso, no seu esboço inicial; depois, passou pelo exame da Assembléia e foi promulgada pelo Governador Mário Covas em 10 de dezembro de 1997, dia do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Diz essa lei: "A política geral é garantir ao cidadão com mais de 60 anos as condições necessárias para continuar no pleno exercício da cidadania". Este é o nosso ideal principal: o exercício da cidadania do idoso. Por quê? A realidade do nosso Estado é de que muitos idosos estão na marginalidade, são excluídos, não têm voz nem vez. Agora, através dos Conselho Municipais, estamos vendo que há um despertar profundo, sólido, de movimentos e pessoas plenamente interessadas no exercício da cidadania.

Os objetivos específicos e metas dessa política são, principalmente, dirigidos ao direito à vida, à identidade do idoso, ao espaço do idoso e às ações concretas da vida do idoso. Nesses direitos fundamentais, estamos vendo o exercício da cidadania, e as normas da lei da política estadual do idoso estão todas ao redor desses princípios.

Agora, nós nos perguntamos: quem vai formular, supervisionar e avaliar essa política no Estado? É o Conselho Estadual do Idoso. E posso dizer, com muita objetividade, que o nosso Conselho está em perfeita harmonia com a sociedade civil e com o Poder Público. Esse Conselho nosso, pela Lei 9.802, de 1997, é o órgão, como diz a Lei nº 8.842, de caráter permanente, paritário, deliberativo, vinculado à Secretaria do Governo e Gestão Estratégica. Esta é uma novidade que vou deixar neste Plenário: nos unimos o Conselho Estadual à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Foi unido o nosso Conselho à Secretaria de Governo. Os motivos são muitos, entre os quais a elasticidade das verbas de que o Governo dispõe para seu próprio exercício. O Governador dispõe de verbas mais elásticas que a própria Secretaria de Assistência e Desenvolvimento. De modo que os nossos patronos são o Chefe de Gabinete e o Secretário de Governo. De fato, estou aqui por diversos motivos. O nosso escritório é bem amparado, temos uma verba mensal que está ao redor dos R$ 500,00 – não é grande –, temos uma sede muito grande, salas para todos os eventos. Eu, como Presidente do Conselho Estadual, tenho carro à disposição todo dia, a qualquer hora, de modo que me movimento no Estado todo com o carro que o Governo mesmo pôs à disposição não somente do Conselho do Idoso, mas também a outros conselhos ligados à cidadania. As viagens de avião, de carro ou de ônibus, para congressos e encontros que mais se identificam com os problemas do Conselho o Governo também financia. Portanto, sempre temos amparo do Governo nesse sentido. Eis por que pedimos separar, por lei – a Assembléia aprovou – a nossa atividade da parte assistencial. Vou entrar num assunto que, para nós, é muito preocupante e interessante: tirar das atividades do Conselho o caráter assistencialista, que é típico da assistência social. De modo que os direitos à sobrevivência, como a LOAS contempla e vê, são garantidos pela Assistência Social. Quanto à promoção do idoso no exercício da cidadania, achamos que a lei estadual nos dá uma grande abertura para uma atividade não assistencialista. De modo que o benefício de prestação continuada é da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento, e outras providências que garantem o mínimo para a sobrevivência do cidadão idoso, sobretudo o carente, é garantido. Mas, quanto à participação nos atos próprios da vida do idoso, estamos com uma legislação bem aberta, bem ampla e bem compreensiva da vida do cidadão que busca sua verdadeira cidadania. Outra observação que gostaria de fazer é que os conselheiros do nosso Conselho são 26 titulares e 26 suplentes, 4 são da capital, 2 da grande São Paulo e 7 do interior do Estado, representando a sociedade civil; e 13 são os representantes as Secretarias de Estado: onze das Secretarias propriamente, um representante do Fundo Social de Solidariedade do Estado, chefiado pela Primeira Dama do Estado e um Promotor Público representando a Promotoria Pública. Esses conselheiros, que se reúnem mensalmente, nomearam uma diretoria executiva que se reúne semanalmente. Portanto, estamos atuando com uma grande assiduidade. Posso dizer, elogiando os meus colegas que, mesmo do interior, eles vêm para essas reuniões. Se faltaram, foram quatro ou cinco no máximo e com justificativa. Posso dizer que o entusiasmo e a responsabilidade são garantidos.

As atribuições do Conselho são diversas, mas vou salientar algumas rapidamente porque são fun-

damentais. Por exemplo, acionamos os conselheiros representantes do Poder Público ao ponto de haver – e houve – uma sintonia entre a Primeira Dama do Estado, que dirige o Fundo do Solidariedade, as Secretarias de Estado e os nossos conselheiros. A Primeira Dama pediu no mês de março que fosse feita uma ação em favor dos programas de cada Secretaria. Foi incumbido desse trabalho o Secretário da Saúde, que preparou um documento – e o chamou de provocações – com a finalidade de despertar em cada Secretaria, em cada representante o interesse por determinados assuntos. E nasceu esse programa de 36 itens, conclusão de um trabalho de meses.

As conclusões foram tomadas em consideração primeiramente pelos chefes de gabinete de todas as Secretarias envolvidas. Passaram essas conclusões aos Secretários de Estado, que se reuniram no dia 20 de setembro e aprovaram essas decisões, já incluídas no Orçamento do ano 2000. Essa foi a maior conquista que tivemos na área do idoso. Como é interessante ver primeiramente os chefes de gabinetes e depois os Secretários se interessarem por um programa integrado das ações em favor do idoso no Estado! Penso que a sociedade civil não poderia ir além disso. Agora, temos ações concretas, sacramentadas, por assim dizer, num programa de Governo, com previsão para o ano que vem. Essa foi uma das conquistas do Poder Público e da sociedade civil em conjunto para o ano que vem.

Outra metodologia que estamos experimentando é fomentar projetos na base dos Municípios e chegar até às Secretarias, onde serão acompanhados pelos nossos companheiros representantes do Poder Público. Por exemplo, a Secretaria de Cultura tem uma verba boa para projetos culturais em todas as áreas, mas a nossa representante pode tomar em consideração projetos que vêm do interior, projetos de pessoas que nunca foram contempladas. Hoje eles têm projetos de artesanato, pintura e outros que são atendidos pelas Secretarias de Estado. O limite é dado pela quantia do dinheiro que foi destinado àquele fim. Essa metodologia de trabalho despertou muito o interesse do idoso e atendeu a muitas exigências do nosso Estado.

Vou expor as prioridades do nosso trabalho, numerando-as, uma vez que não vou falar muito de todas. A primeira prioridade foi criar os Conselhos Municipais do Estado, em 645 municípios, alguns tão pequeninos que não dá para fazer uma ação volumosa, mas outros têm condições de fazer coisas grandes e bonitas.

Agora chegamos a 132 Conselhos Municipais. Nas minhas andanças pelo Estado, falei a muitos representantes de municípios que não têm Conselho Municipal, mas que, ouvindo falar, se animaram.

Outra área que levamos em consideração, cujo trabalho foi apenas iniciado, é o atendimento e acompanhamento às entidades asiladas. Registradas como entidades sociais filantrópicas temos 635, chamadas asilos ou residências de idosos. A variedade e a falta de orientação no atendimento exigiriam muito mais do Conselho Estadual do Idoso e de todas as secretarias do Estado, mas o trabalho foi iniciado.

Fizemos um estudo sobre a Portaria nº 882, de 1987, que restringe e fiscaliza muito os asilos, para ajudar teoricamente na orientação para essas entidades.

Outra prioridade foram os grupos ou clubes da terceira idade que estão nascendo a toda hora, esperando uma orientação mais sólida – falo do nosso Município –, para que supere muitos problemas, como a falta de recursos.

Outro setor ao qual estamos dando uma certa atenção é o das universidades abertas para a terceira idade, que é um assunto novo, porque ainda lhe falta muita orientação e legislação. É preciso valorizar mais esses cidadãos que querem continuar a sua própria educação, freqüentando cursos superiores.

Um assunto que não desenvolvemos muito, mas que tem atividades paralelas é o voluntariado, o qual, segundo observamos, às vezes é até desprezado. Os voluntários são interpretados como intrusos que querem colocar o nariz nas costas dos outros. Não é assim. Voluntariado tem que ser prestigiado. Formamos um grupo de trabalho, mas não desenvolvemos toda a atividade porque o tempo foi curto: em dois anos não dá para se fazer muita coisa.

A sexta prioridade foram os contatos com a Assembléia Estadual. Os nossos Deputados têm uma ampla atividade, como é lógico, mas quanto ao idosos em geral são atividades produtivas, com muitos projetos em andamento. Nós, como Conselho Estadual, estamos sempre em contato com os Deputados.

Relações com os demais conselhos estaduais de cidadania. Temos seis conselhos ativos: da Criança e do Adolescente, da Juventude, Comunidade Negra, Condição Feminina, Portadores de Deficiências, e Idoso. Estamos todos no mesmo prédio, no centro de São Paulo. Trabalhamos juntos. Temos uma coordenadoria, daí a nossa choradeira diante do Estado para termos sempre mais oportunidades de trabalho.

Temos um relacionamento bastante eficiente com a polícia comunitária em nível estadual, atendimento no nosso expediente, que está na Rua Antonio de Godoy, 122, 11º andar, no bairro de Santa Efigê-

nia, bem no centro. E depois demos prioridade ao programa integrado, do qual falei antes, das diversas secretarias de Estado.

Para encerrar, gostaria de colocar alguns problemas, que acho que é a finalidade desta audiência, do nosso Estado com relação ao atendimento domiciliar. De que forma? Não temos uma experiência específica. Há municípios que já começaram. Há duas experiências em São Paulo do médico de família. Tem outra experiência de uma equipe central que atende em domicílio. Cada município tem as suas soluções, mas são poucos os municípios que aplicam a lei.

Moradia social. É o grande drama do idoso que recebe R$136 por mês. Uma solução para esse problema veio do próprio Governo: 5% das moradias dos conjuntos habitacionais do Estado são destinadas, por lei, ao idoso carente. Presenciei a primeira entrega, no Município de Registro, de 25 moradias térreas para o idoso carente. Foi uma cena emocionante o sorteio da primeira idosa, que na hora representava o seu marido. A alegria de ter, aos 69 anos, aquela casa foi impressionante. Ela pegou no microfone e não soltava mais de tão alegre que ficou. Outra entrega, de 32 apartamentos térreos, aconteceu no Município de Jacareí.

Outro problema sério é o remédio gratuito. É lei, mas falta o remédio. E o idoso, muitas vezes, não tem condições de correr atrás do remédio de graça, por muitos motivos. Os Conselhos Municipais bem organizados tentam resolver, mas muitos Municípios, onde não existe essa organização, não tem condições de atender dessa forma.

Qualificação de profissionais na área do idoso. Ainda estamos na época do atendente de enfermagem cuidando do idoso. Hoje li no Estado de S.Paulo um artigo sobre uma universidade que oferecerá cursos para cuidadores de idosos, com 300 horas de carga horária. A situação está melhorando, mas precisamos qualificar bem o profissional da área do idoso para que ele tenha um emprego e para que entenda de tudo do idoso: patologias, medicina preventiva, fisioterapia, terapia ocupacional, nutrição, enfermagem.

Posso até falar de um curso que estão montando em nível de segundo grau, primeiro a suplência e depois técnico de segundo grau, porque um decreto do Governador abre essa possibilidade. Teríamos profissionais capazes de atender o idoso que tenha um pouco mais de recurso. Uma pessoa que tenha R$600 ou R$700 de aposentadoria pode pagar um profissional mais qualificado. Ele não é mais um coitado, é um idoso que tem recursos e contrata uma auxiliar capaz. É um auxiliar do idoso. O idoso se sente importante.

Seria importante definir o atendimento hospitalar de longa permanência ou leitos geriátricos de longa permanência. Nenhum hospital quer, por 4, 5, 6 ou 7 anos, um idoso que não tem como pagar. Mesmo quando o Governo paga, se não pagar à altura o hospital, as vagas serão fechadas. Em São Paulo, tivemos dois hospitais que fecharam cerca de 450 leitos geriátricos. E para onde vão estes idosos?

Quem criou essa situação foi o Decreto nº 1.948, que, interpretando a Lei da Política Nacional do Idoso, mandou que o idoso, dependendo de médico e de enfermeiro, não fosse cuidado por entidades asilares. O que acontece? Não há uma estrutura que receba o idoso carente nessas condições. Temos algumas experiências no Estado de São Paulo tentando resolver esse tipo de problema, que é muito sério.

Na posse do Conselho Municipal de Osasco, um município grande, o Prefeito disse: "Por favor, achem para nós uma solução para o idoso carente, porque nenhum hospital quer. Por dois dias ou um mês, sim, mas depois, colocado em boas condições, tem que sair".

Outro ponto interessante é a nossa relação com os conselhos regionais de Enfermagem, de Farmácia e de Nutrição, porque eles têm normas e as aplicam bem, mas as entidades asilares não têm condições, na hora, de acompanhar esses órgãos que estão cumprindo sua missão, mas que devem permitir um certo tempo de acomodação para que as entidades aceitem a situação definitiva.

A última idéia que gostaria de sugerir, porque já existe, uma vez que a estamos sugerindo no Estado de São Paulo, é a auto-sustentação das entidades sociais para que não fiquem penduradas nos recursos do município, do estado ou da União. Auto-sustentação tem que ter um apoio oficial. Surgiu, este ano, no Estado de São Paulo, uma agência de desenvolvimento social que vai começar a financiar, porque já tem projetos. Essa agência dá o dinheiro, mas obriga a criação de no mínimo três empregos. Além disso, quem vai cuidar dessa administração tem que fazer cursos junto à Secretaria do Estado.

Há necessidade de conscientizar os idosos e a própria entidade que cuida deles que desenvolvam um trabalho auto-suficiente. Isso é muito importante. A minha entidade tem dois projetos: lavanderia e cozinha industrial, para que possamos atender os nossos residentes e a comunidade. As máquinas ficam ociosas metade do dia, então vamos atender a população ou hotéis e indústrias pequenas que precisam do nosso auxílio.

Gostaria, por último, que fosse definido o perfil do conselheiro da sociedade civil em nível de estado e o conselheiro representante do poder público. Não temos contatos com os outros estados, então encerro com um pedido que seria muito interessante para nós que fosse atendido: a criação do Conselho Nacional do Idoso. Que falta faz este Conselho no sentido de promover o cidadão para continuar no exercício da própria cidadania, deixando de aparecer apenas como um assistido! Que seja um cidadão capaz de administrar também a sua política nacional, junto com o poder público, como está na lei, unindo-se as duas faces: os representantes do poder público, que, neste caso, são os ministérios, e os representantes das entidades civis, que lidam com o idoso e com os próprios idosos presentes.

Vim a Brasília em dois encontros nos quais todos falaram menos os idosos. Não ouvi idosos falarem nesses encontros, o que é muito triste. Eu estava presente, mas também não falei.

Penso que nesses momentos importantes da vida social, pública e de comunidade, o poder público e a sociedade civil podem entrar numa parceria maravilhosa, produtiva e indispensável na nossa época; parceiros no poder público, que, por sua vez, vai ao encontro da cidadania para receber também desta a sua parcela.

Agradeço, Sr. Presidente, pelo tempo que me foi dado, agradeço a todos os senhores pela atenção e saio daqui muito feliz por ter dito o que está aqui dentro. Em nome do meu Conselho Estadual e do povo de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Djalma Bessa) – Convido o Senador Luiz Estevão para presidir os trabalhos.

O SR. LUIZ ESTEVÃO – Agradeço, mas quero dizer que a Presidência está em muito boas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Djalma Bessa)– Obrigado.

Passo a palavra ao Presidente do Conselho do Idoso do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Antônio Parissi. S. Sª dispõe de 20 minutos para fazer sua exposição.

O SR. ANTÔNIO PARISSI – Muito obrigado.

Na verdade, Srs. Senadores, ouvintes, participantes desse importante encontro, não sou o Presidente do Conselho Estadual do Idoso, mas ex-Presidente. Lamentavelmente nosso Presidente, por problemas de saúde, foi impedido de estar aqui presente e me honrou com essa designação.

Quero inicialmente me congratular com a Subcomissão Permanente do Idoso do Senado pelo notável trabalho que vem sendo desenvolvido e que, a um nível tão alto da legislatura nacional, tem uma preocupação permanente com o idoso.

Na década de 70 tínhamos a grande idéia de que o Brasil era um país jovem, quando, na verdade, hoje somos um país que está envelhecendo. Não somos mais um país jovem e temos que ter uma consciência absoluta desta verdade irretorquível. Por isso temos que começar a pensar muito na problemática do idoso. Se hoje, devido à alta incidência de juventude que temos, com problemas enormes entre crianças e adolescentes, problemas de tão difícil solução e, em face do alto número desses cidadãos, há uma marginalização deles, se não nos cuidarmos, dentro de 12 ou 15 anos, teremos um tal contingente de idosos que correremos o risco de marginalizá-los se não tivermos o cuidado devido com esta faixa etária de cidadãos brasileiros.

Venho de um Estado, o Rio Grande do Sul, privilegiado quanto aos aspectos de saúde e de longevidade. Vivemos quase num país europeu, até poderíamos dizer que em termos de envelhecimento somos um país europeu porque o índice de longevidade vai a 72, 73 anos de idade. Temos no Estado a cidade de Veranópolis, onde há o mais alto índice de longevidade do mundo. Certamente isso tudo se deve ao processo de imigração, ao sistema de vida, ao próprio clima e isso implica que naquele Estado a preocupação tem que ser bem maior com o problema do idoso. Hoje no Rio Grande do Sul temos cerca de 1 milhão de idosos, pessoas que representam um número extraordinariamente apreciável de cidadãos que precisam de uma atenção especial. Hoje o Brasil já ultrapassa os 11 ou 12 milhões de idosos, também uma população notável.

Temos um certo pioneirismo na preocupação com o idoso em nível de Brasil. Em 1986 descobrimos que existiam no Estado 20 entidades que se preocupavam com os idosos e cada uma delas trabalhava paralelamente e não se encontravam. Decidimos reuni-las, surgindo o Conselho Estadual de Idosos, em 1988. Ou seja, numa jornada de 2 anos conseguimos estabelecer o Conselho Estadual de Idosos, que já está no 10º ano de vida e do seu trabalho.

Lá, funcionamos com um Conselho Pleno, que é paritário. Somos 22 conselheiros, sendo que 11 são representantes das autoridades estaduais e 11, das sociedades civis.

Este Conselho Pleno é dirigido por um Conselho Diretor, que é eleito a cada dois anos. Aquele tem apenas uma função articuladora, deliberativa, normativa e consultiva, enquanto que este tem uma função determinativa. Ele determina, acompanha, supervisiona e facilita o cumprimento das determinações ou das deliberações do Conselho Pleno. Temos uma Se-

cretaria-Geral, que é o órgão executivo, mais administrativo do Conselho.

Temos oito comissões técnico-operacionais, que se preocupam com a área da saúde, da educação, do lazer, da previdência, da assistência social, das obras assistenciais e da religiosidade do idoso. Aliás, isso é uma novidade que criamos no Rio Grande do Sul, com extraordinário sucesso, que é uma comissão de espiritualidade.

Sabemos que o idoso, no seu fim de vida, ou na sua proximidade, torna-se mais religioso e precisa de algumas forças maiores para orientá-lo e conduzi-lo, muitas vezes, no seu dia-a-dia. E essa comissão de espiritualidade foi criada com extraordinário sucesso. Não temos nenhuma reunião no Rio Grande do Sul, sem que esta seja precedida de uma oração e haja uma participação efetiva da espiritualidade.

Temos ouvido o Padre Alfredo Morlini, que é o Presidente do Conselho Estadual de São Paulo, e estamos com uma série de atividades cuja ação está-se fazendo em conjunto. Temos as mesmas dificuldades e os mesmos desígnios. Muitos são em nível estadual, e a maioria em nível nacional, porque o que interessa ao Rio Grande do Sul, interessa a São Paulo e ao Brasil, em termos do idoso. A preocupação é a mesma em toda a parte.

Talvez, como disse que o Rio Grande do Sul é um Estado privilegiado, não tenhamos os mesmos problemas sérios de outros Estados, quando se trata de saúde e de assistência social.

Quero deixar para os Srs. Senadores os números apreciáveis de uma pesquisa que realizamos no Rio Grande do Sul, que se chama "Um Estudo Multidimensional das Condições de Vida do Idoso do Rio Grande do Sul". Esta pesquisa foi realizada com 7.920 questionários; destes, que foram feitos em todo o Estado do Rio Grande do Sul, houve apenas 1% de recusa. Portanto, essa pesquisa é muito representativa.

Percorremos 79 distritos eleitos regionalmente, sendo que, dentro desses, conseguiu-se absorver a idéia do idoso em 457 Municípios. Foram 550 visitantes e pesquisadores. Disso, tivemos algumas informações extraordinariamente importantes que refletem uma realidade concreta do idoso no Rio Grande do Sul. Há até alguns anos, trabalhávamos com o idoso no Rio Grande do Sul, naturalmente, sem uma idéia exata do que acontecia com ele. Não tínhamos uma noção de como o idoso vivia no Rio Grande do Sul. Essa pesquisa vem-nos dar a realidade concreta do Rio Grande do Sul. Gostaria de dar a V. Exªs alguns dados que considero extraordinariamente importantes, que, de certo modo, também se refletem a nível de Brasil.

Nessa pesquisa, só fizemos um levantamento de idosos não institucionalizados; temos um levantamento claro e concreto, bem elaborado, dentro das organizações estaduais do Rio Grande do Sul dos idosos que estão em asilos. Então, preocupávamo-nos com os idosos fora dos asilos, que estavam vivendo em suas residências, em suas comunidades e no ambiente do seu dia-a-dia.

Então, vimos que 57,96% são mulheres. Verifica-se que a mulher sempre tem uma longevidade maior que a do homem. Este morre mais de acidentes de trabalho, de trânsito, por estresse, talvez porque, no passado, exercia funções que hoje a mulher exerce em igualdade. A velhice de alguns anos atrás era diferente. Hoje, por exemplo, vemos que os idosos são cuidados por mulheres porque vivem mais, são as mulheres que estão dentro de casa cuidando de seus idosos. Não são os homens que cuidam dos idosos. Nota-se, muito embora, um fato extraordinariamente novo no envelhecimento: cada vez mais os idosos estão cuidando dos jovens. Atualmente, temos famílias que vivem da aposentadoria dos idosos em função do problema do desemprego. O idoso está sendo um conselheiro na família, sua saúde é melhor que a de anos atrás. É um homem ou uma mulher de boa cabeça, um orientador eficaz, uma pessoa que está dentro de casa ajudando. Temos que valorizá-lo também por esses aspectos. A mulher é a grande propulsora e defensora do bem-estar do idoso não-institucionalizado, dos que não estão em asilos.

Trinta e três por cento dos idosos do Rio Grande do Sul estão com uma idade entre 70 e 79 anos. É um volume grande de pessoas com idade avançada. Naturalmente, esse fato exige uma intervenção mais qualificada, especialmente nas áreas de saúde e assistência social.

Outro dado: 19,77% são analfabetos. O índice de analfabetismo do Rio Grande do Sul é em torno de 9%. Pergunta-se por que há tanto idoso analfabeto? São idosos questionados nasceram entre 1905 e 1930, era uma época em que não havia educação, viviam mais na área rural. A tendência é termos cada vez menos analfabetos. No Rio Grande do Sul, essa questão nos preocupa muito, pois é muito alto o índice de analfabetos. Estamos procurando promover cursos nas áreas onde se estabeleceu que há o maior número de analfabetos. Os municípios estão instituindo cursos especiais para alfabetização de idosos com extraordinário sucesso. Temos pessoas que com oitenta anos aprenderam a ler. Disseram-nos que só agora podem pegar ônibus sem precisar de ajuda. A

pessoa que nos deu essa informação chorava. Vejam o que significa a leitura para uma pessoa que precisa perguntar qual é o ônibus. Um cidadão assim alegra-se por não depender mais de perguntar, de poder ler o destino do ônibus.

Dezesseis por cento de idosos gaúchos vivem em casas alugadas ou cedidas. Esse fato refere-se ao que falou o Padre Alfredo: a necessidade de uma política habitacional. São 16% de idosos, o que representa cento e sessenta mil idosos que dependem de terceiros, morando nos fundos de um pátio. Não estão dependendo da família, mas de pessoas estranhas para poder viver. É um agravante extraordinário na moradia do idoso. Imaginem para a população nacional! Aliás, não se entende por que não se cria uma legislação para a construção de imóveis para os pobres. É a coisa mais eficiente para a geração de empregos, não é preciso fazer captação no exterior. No momento que se cria um canteiro de obras, gera-se inúmeros empregos, pois o cimento, o tijolo e a areia são nossos. Os operários não precisam de alta qualificação. Não se sabe por que o Governo não dá uma enorme verba para resolver o problema habitacional. Lamentavelmente, nosso BNH, de história tão edificante neste País, não se sabe por que acabou sendo destruído, e, desde lá, nunca mais se conseguiu resolver o problema habitacional.

Mas o idoso tem um problema habitacional que precisa ser resolvido, e talvez muito mais agravado em outros locais que não seja o Rio Grande do Sul.

Temos 15,52% de idosos que moram sós e, naturalmente, que requerem a implantação de uma rede de serviço de apoio, porque esses idosos, vivendo sós, por mais saudáveis que sejam, sempre têm algumas dificuldades de locomoção, alguns até de depressão, por viverem sós. Então, precisamos atender esses idosos que vivem sós.

30,78% dos idosos precisam de auxílio para alimentar-se, para comprar remédios, sendo que a sua principal fonte de ajuda está nos filhos e nos cônjuges, quando um ou outro tem; ou seja, estão dependendo da família. Então, vejam que é um problema que necessita, também, de um programa urgente de rede de serviços que ofereça suporte à ação familiar desses idosos.

49% dos idosos têm uma renda situada entre um e dois salários mínimos. Quer dizer, 50% praticamente dos idosos têm uma renda muito pequena, ínfima – e isso denota as enormes dificuldades que têm os mesmos para viverem.

E 10% não têm renda nenhuma. Portanto, 10% representam cem mil idosos, no Rio Grande do Sul, que não têm renda nenhuma e vivem de necessidade, de caridade, de uma forma ou de outra.

45% têm a sua principal despesa na alimentação e 34% consomem a sua renda total em remédios e saúde em geral. Então, vocês vêem que só no Rio Grande do Sul temos mais de 300 mil idosos que consomem a sua rendinha em remédios. Então, quando o Padre Alfredo falou, aqui, que há necessidade de estabelecer-se uma forma de distribuição do remédio gratuito, do barateamento do remédio, porque mais de 70% – sabe-se, pois os médicos informam –, dos idosos têm problemas hipertensivos e que precisam de remédios diários. Os remédios são caros. Hoje, nota-se que há leis, há estudos, há formas de desenvolvimento em que se procura baratear o remédio, por meio dos remédios genéricos e tudo o mais. Mas os poderes são tão grandes na linha desses laboratórios que eles acabam sabotando essas leis, acabam transformando essas leis, de tal forma que, hoje, estão criando formas de que tem que ser aquele remédio que o médico mandou, e não aquele que o farmacêutico pode dar. E isso dá uma responsabilidade enorme ao farmacêutico. A pessoa pode querer comprar um remédio hipertensivo que custa 8 reais, mas é obrigado a pagar aquele de 70 que o médico mandou. Então, é importante que se crie uma forma de barateamento de remédios para os idosos.

64% dos idosos têm seu tempo livre assistindo à televisão. Isso é um fato muito preocupante. O Padre Alfredo chamou a atenção do voluntariado. Esse voluntariado é extraordinariamente importante. E temos que despertar no idoso a necessidade de ele sair de casa. Vejo, aqui, com grande satisfação, um grande número de idosos. Esses idosos, efetivamente, não estão instalados nas suas casas, estão preocupados com os seus companheiros, com a convivência desses companheiros. Vejo, com satisfação, por exemplo, que no Rio Grande do Sul temos mais de 900 centros de convivência. Hoje, conseguimos mobilizar os idosos, no Rio Grande do Sul. Estamos, também, criando conselhos municipais em todos os Municípios do Rio Grande do Sul. Agora, conselhos municipais não são fáceis de serem criados, porque um conselho municipal exige administração, exige também voluntários locais, porque os conselhos municipais não são pagos, os que trabalham são voluntários. O Padre Alfredo me falava que está à disposição do conselho, cedido pela Arquidiocese, com tempo integral no Conselho, voluntariamente, sem receber um centavo, no máximo que lhe pagam são suas despesas, quando viaja. A mesma coisa acontece com o Conselho lá no Rio Grande do Sul, e creio que também com os municipais. Então, precisa-se de voluntariado, de pes-

soas que tenham tempo disponível para se dedicarem e cuidar de seus companheiros idosos. No entanto, nem todos os municípios conseguem, pois são tantos os Conselhos: temos o Conselhos do Direito da Criança e do Adolescente, o Conselho de Assistência Social, o do Negro, o da Mulher. A maioria dos municípios são pequenos, onde, aliás, nem sempre se consegue um prefeito para dirigir a prefeitura, e quando isso ocorre, às vezes, este prefeito é semi-analfabeto. Houve uma proliferação tão grande de municípios que eles não têm, às vezes, capacidade para criar esses Conselhos. Por isso, temos o cuidado de criar Conselhos efetivos que realmente desenvolvam uma política social do idoso nos municípios.

Dizia eu que temos 900 Centros de Convivência, os quais estão mobilizando o Rio Grande do Sul, porque vivem efetivamente a sua velhice. Lá estão conseguindo trazer os idosos para trabalharem com eles, enfim, tirá-los de dentro de casa.

Há dez anos realizamos o primeiro seminário estadual do idoso em Porto Alegre, RS. Nestes seminários, além de debates de interesse dos idosos, ao final, sempre promovemos momentos de lazer, festivos e de descontração, procurando estimular os idosos para as atividades comunitárias desenvolvidas em seus centros tais como as culturais: poesia, teatro, dança e outras. No primeiro congresso, lembro-me bem, apareceram algumas poetisas, alguns poetas, alguns declamadores, alguns dançarinos, tivemos teatro improvisado – muitas vezes o homem tem que fazer o papel de mulher, e em outras, a mulher faz o papel do homem, porque os homens não participam muito dessas atividades. Permito-me, aqui, contar um fato, que ouvi ali no camarim: o Padre Alfredo, em um município no interior de Campinas, notou, pela primeira vez, que havia um número maior de homens em um encontro – aqui, por exemplo, a maioria são mulheres – e ele ficou extasiado. E em cada lugar que ele vai ele conta que em tal lugar vai muito mais homens que mulheres, e as mulheres sempre se levantam e dizem: "Pelo amor de Deus, diga onde é, porque vamos para lá! Mas esta é uma brincadeira.

Então, esses 900 Centros de Convivência movimentam o Estado do Rio Grande do Sul. Onde há conselhos, os centros de convivência estão se movimentando e conseguem sedes próprias, fazendo com que as pessoas participem efetivamente das atividades.

Para finalizar, gostaria de expor algumas preocupações que temos no Estado do Rio Grande do Sul, como por exemplo, a necessidade de estabelecer um amplo programa de vacinação contra gripe e pneumonia em pessoas acima de 60 anos. Isso é muito importante que se faça, porque sabe-se que o idoso é mais infenso a doenças desse tipo, até tornando perigosa a sua sobrevivência no inverno. A vacinação, hoje, é uma providência tão moderna que não se admite deslizes. Na verdade, trata-se de uma vacina cara, por isso tem que ser facilitada e barateada;

– divulgação e fácil acesso aos exames básicos para detecção precoce de doenças crônico-degenerativas. Por intermédio do SUS tem-se que desenvolver maneiras de os idosos descobrirem, com antecedência, problemas de osteoporose, arteriosclerose, demências, diabetes, hipertensão arterial, câncer do útero, da mama, da próstata, do pulmão e da pele, este último tão comum nos idosos;

– um programa educativo de autocuidado e orientação higiênico-dietética para a manutenção de uma vida mais saudável;

– num nível mais secundário, a criação de ambulatórios especializados em geriatria, dentro da rede pública já instalada, visando ao acompanhamento e ao controle de doenças crônico-degenerativas;

– facilitar a aquisição de medicamentos, através da rede própria ou convênio com farmácias. É aquilo que reiteramos aqui e é uma preocupação nacional;

– em nível terciário, criação de centros-dias e hospitais-dias, gerenciados por equipes interdisciplinares com especialização em gerontologia, que ofereçam serviços de apoio e orientação ao paciente e familiares: alimentação, transporte, assistência médica, social, psicológica, odontológica e de reabilitação; hospitais em que a pessoa vá lá, passe o dia e possa receber essa orientação;

– fiscalização das instituições asilares e exigência do cumprimento das normas mínimas de funcionamento do Ministério da Saúde. Nem sempre essas instituições asilares são bem administradas; muitas são algum comércio e têm que ter uma fiscalização para que ali não sejam explorados os idosos.

Gostaria de dar um testemunho sobre a influência da universidade no Rio Grande do Sul dos idosos. Tenho aqui uma pesquisa, cujo trabalho vou deixar aqui para os Srs. Senadores. Nós, no Rio Grande do Sul, temos 15 universidades; 14 participaram dessa pesquisa. Pela primeira vez, conseguimos juntar as 14 universidades em torno de um trabalho comum. Foi um sucesso, e hoje as 14 universidades estão desenvolvendo tarefas comuns. Depois da pesquisa feita, cada uma assumiu uma região para estudar os aspectos sociais, econômicos e culturais daquela pesquisa. Já temos um trabalho, que estou deixando aqui, da microrregião metropolitana, feito pelas universidades Unisinos, Ubra, Pontifícia Universidade Católica e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Essas fizeram um trabalho sobre os idosos urba-

nos aposentados em Porto Alegre e os seus problemas. É um trabalho bastante interessante que deve ser desenvolvido. As universidades todas estão desenvolvendo um trabalho com os idosos. Hoje, já temos nas nossas universidades centros acadêmicos de idosos, que são presididos e orientados por eles. Temos encontros universitários de idosos que estão sendo realizados. Já estamos no III Encontro Universitário de Idosos, que se faz em nível estadual, em que os idosos universitários estão se encontrando e discutindo os problemas da universidade, e uma série de atividades que estão sendo desenvolvidas pelas universidades.

Outro aspecto importante – e vou deixar aqui um pequeno manual – é a necessidade de, quando se fala do aposentado, ele ser preparado para a aposentadoria. Isso é uma função que temos que divulgar amplamente. Criamos lá o manual de implantação de programas de preparação da aposentadoria. É um manual que poderá servir de orientação para futuros trabalhos. Não temos nenhuma pretensão de ser um trabalho definitivo, mas é o início. Acho que também devemos desenvolver.

Quero dizer aos Srs. Senadores e aos participantes deste encontro que nós, do Rio Grande do Sul, nos sentimos grandemente honrados de termos sido convocados. Esse é o termo correto, porque isso é uma convocação para o trabalho, para vir aqui dar o testemunho do que se desenvolve no Rio Grande do Sul. Temos muito mais a dar e a oferecer da nossa experiência do trabalho com os idosos no Rio Grande do Sul. Essa é a missão de todos nós, brasileiros, fazer com que o idoso tenha consciência de que é um cidadão de direitos, gerador de direitos e que deve permanecer na sociedade com todos os direitos que lhe são disponíveis. Os idosos têm um potencial extraordinário e, unidos, poderão desenvolver atividades enormes e exigir que esses direitos seus sejam cumpridos. A Constituição está aí. Há uma série de leis, muitas outras estão sendo criadas.

Temos acompanhado o Senado, através do Senador Luiz Estevão. Existem inúmeras leis em elaboração e projetos que estão sendo estudados. Precisamos lançar muitos outros projetos, para que, efetivamente, o idoso possa viver com dignidade e ser um cidadão, que não é um traste para a sociedade. A velhice não é uma doença; a velhice é um fenômeno social e, como tal, temos de estudá-lo amplamente e tê-lo presente.

Daí a significação importante desta Subcomissão Permanente do Idoso, que está preocupada com esse fenômeno social. Temos certeza de que daqui sairão muitas orientações, para que não sejamos pegos mais tarde com formas surpreendentes e que não tenhamos aquela terrível perspectiva de que um dia o idoso possa ser marginalizado.

Muito obrigado pela honra de contribuir com o meu testemunho neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Djalma Bessa) – Está encerrada a fase de exposição.

Agora, passaremos a palavra aos Srs. Senadores que desejarem falar, para que formulem as suas indagações e façam os seus esclarecimentos.

Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente em exercício, Senador Djalma Bessa, demais Senadores aqui presentes, Padre Alfredo Morline e Dr. Antônio Parissi, do Rio Grande do Sul, nossos palestrantes, foi um prazer para nós a presença de ambos, principalmente, pelas informações que nos foram dadas na manhã de hoje.

Realmente, chegamos à conclusão de que tanto em São Paulo como no Rio Grande do Sul já há uma preocupação muito grande com os nossos idosos. Isso é muito importante, porque é uma idade muito bonita, apesar de alguns pensarem que o idoso serve para a família apenas como um peso.

Eu, por experiência própria, posso falar nesta reunião, porque tenho a minha mãe viva, graças a Deus, aos 86 anos de idade. Para os seus doze filhos, ela é o maior tesouro que temos aqui na terra. Então, tenho uma preocupação muito grande quando encontro idosos em hospitais, na rua ou em qualquer logradouro público, muitas vezes desprezados até para serem cumprimentados por aqueles que passam e pela própria família, que não tem a devida sensibilidade. Sabemos que isso acontece muito em famílias carentes, já muito sofridas; parece até que perdem um pouco da sua sensibilidade e do seu amor pelos seus entes familiares.

Entretanto, nos últimos anos, após haver essa aposentadoria dos idosos, como foi dito aqui pelo nosso palestrante, há centenas e centenas de famílias sustentadas apenas por aquilo que o idoso percebe, sendo famílias de um número um tanto elevado.

Represento, aqui no Senado, o Estado de Roraima, situado no extremo norte do nosso País, já fronteira com a Venezuela. É um Estado de grande migração, principalmente do Nordeste e especificamente do Estado do Maranhão, onde temos acompanhado de perto o problema do idoso.

Então, é com muita satisfação que ouvi aqui, principalmente do Dr. Antônio, que, no Rio Grande do Sul, hoje, a média de idade chega aos 72 anos. E lembrei-me de que, nos idos de 1991 ou 1992, li na **Man-**

chete um artigo de um médico. Por sinal, por meio da mesma revista, li que havia falecido o Dr. Sá não me lembro do seu primeiro nome, que tinha uma clínica no Bairro Menino Deus. Esse artigo dizia que ele era o papa do tratamento ortomolecular. O Dr. Sá havia sido iniciante aqui no Brasil e trazia a sua fotografia. Ele não era tão idoso. No artigo não estava escrito o porquê da sua morte, se por acidente ou outro motivo. Porém, nesse artigo, dava para perceber a sensibilidade que o Dr. Sá tinha pelos idosos. A sua clínica era exatamente em Porto Alegre, onde ele iniciou; ele havia feito um curso nos Estados Unidos.

Isso é bastante gratificante, porque já se pode ver que as pessoas da classe média e acima têm uma preocupação muito grande em fazer esses tratamentos preventivos para que tenham uma melhor qualidade de vida. Pode ser que nem alongue a vida, mas, pelo menos, terão uma qualidade de vida saudável, que pode se tornar útil.

Ainda hoje comentei com o Senador Djalma Bessa sobre o nosso ilustre colega, Senador Josaphat Marinho, que deixou o Senado aos 84 anos e, se não aparecer algum mal ou acidente, pela sua aparência física e pela sua atuação brilhante, com uma memória cristalina, como lhe é peculiar, ainda poderia ter ficado aqui mais oito anos ou até mais, porque fisicamente aparenta uma pessoa muito mais jovem e de um extraordinário trabalho. Então, chega-se à conclusão que os cuidados que a pessoa tem na sua juventude, na parte mais adulta, contribuirão para que se torne um idoso bastante saudável.

E essa é a nossa obrigação como Parlamentar. Por isso, louvo a iniciativa do nosso colega, Senador Luiz Estevão, que, apesar de tão jovem, teve a brilhante idéia da criação desta Comissão, que serve de advertência não só para os Parlamentares, como para os milhares e milhares de brasileiros que assistem à **TV Senado**, para que tenham muito mais cautela com sua saúde.

É dito que 64% dos idosos assistem à televisão, o que não é tão saudável, porque ficam naquela vida sedentária. Mas os que vieram aqui assistir esta reunião, muitos não tão idosos, se não fazem a sua caminhada diária, tenho certeza, vão passar a fazê-la, vão passear muito mais para evitar o estresse e a depressão, que são males que atacam os idosos nos dias de hoje.

Não tenho, portanto, nenhuma pergunta a fazer, porque as explicações foram brilhantes e esclarecedoras. Quero, pois, parabenizar a ambos e dizer que essas duas explanações vão ser muito úteis para o nosso trabalho nesta Comissão. Continuem com esse trabalho brilhante que V. Sªs estão fazendo em prol dos mais idosos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Djalma Bessa) – Com a palavra a Drª Sueli Brandão, representante do Senador Juvêncio da Fonseca.

A SRA. SUELI BRANDÃO – Meu marido foi Prefeito de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, por duas vezes, e foi vereador também em 1982. Comecei, então, um trabalho com o idoso em 1982, que foi concluído agora, na última gestão dele como prefeito, ou seja, os centros de convivência que V. Exª mencionou.

Trata-se de um trabalho a que, além de ser apaixonada por ele, me dediquei muito. Sou advogada, sou militante, trabalho há muitos anos na área agrária, mas esse trabalho com o idoso me deu uma cancha, uma clareza, deu-me uma cristalina humanidade que eu não tinha antes. Foi uma coisa muito melhor para mim do que propriamente para o idoso. Fiz um trabalho bonito e o concluí.

Quero, portanto, parabenizar esse jovem Senador Luiz Estevão, que é tão jovem, mas tem uma sensibilidade muito grande. Toda pessoa que encara a vida do idoso, o que será daqui a 10, 20, 30 anos, é uma pessoa que tem uma sensibilidade muito maior.

Portanto, parabenizo esta Subcomissão.

Vou assessorar muito mais o meu marido devido a este trabalho, porque tudo o que eu fizer aqui vai refletir no meu Estado e no de V. Exªs também.

Agradeço, portanto, a oportunidade de falar a V. Exªs e, principalmente, a de assistir a esta reunião. Vou-me empenhar, Senadora Marluce Pinto sei que V. Exª é uma mulher batalhadora e trabalhadora–, pois 87% dos idosos acima de 67 anos são mulheres.

Comprometo-me com a Senadora Marluce Pinto a apresentar um bom trabalho junto com meu marido.

Muito obrigada a todos e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Djalma Bessa) – Com a palavra o Senador Luiz Estevão.

O SR. LUIZ ESTEVÃO – Sr. Presidente, Senador Djalma Bessa; Senadora Marluce Pinto, que nos honra com sua presença; Srª Sueli Brandão; Grupo Paz e Amor, do Cruzeiro Velho, formado por esses laboriosos idosos; coordenadora Marlene; professor João Batista de Medeiros, subsecretário do idoso no Governo anterior do Distrito Federal e atual dirigente do grupo da Universidade de Brasília responsável pela questão do idoso, que, com muita honra, presta inestimável colaboração ao nosso gabinete, parabenizo os dois palestrantes de hoje, Pe. Alfredo Morlini,

Presidente do Conselho do Idoso do Estado de São Paulo, e Dr. Antônio Parissi, representante do Presidente do Conselho do Idoso do Estado do Rio Grande do Sul.

Gostaria de salientar algumas ponderações feitas pelos dois palestrantes. Em primeiro lugar, em relação à destinação de 5% das moradias para o idoso. Essa é uma questão extremamente relevante, Sr. Presidente, porque, quando se fala em programa habitacional, geralmente se tem como alvo o jovem casal em processo de constituição de família. Aliás, isso é muito justo, até porque nada mais pertinente do que darmos a um casal que se forma a oportunidade de começar a vida a dois e a constituição da sua família sob um teto seguro, na casa própria. Mas é muito importante também a questão da moradia do idoso. Gostaria que o Pe. Alfredo Morlini enviasse à Subcomissão do Idoso propostas de legislação, para que pudéssemos transformar em efetiva realidade que parte dos programas habitacionais seja direcionada para o idoso.

Um outro aspecto que quero abordar refere-se ao remédio gratuito. As estatísticas mostram que o idoso gasta, com remédios, 10 a 20 vezes mais que um indivíduo de outra faixa etária. E com uma agravante: geralmente, a partir do momento em que o idoso passa a depender de um medicamento para a sua saúde, como essas moléstias normalmente são crônicas, a dependência é permanente. Ou seja, o idoso não pode sofrer um tratamento de 30, 60 ou 90 dias e, em seguida, abandonar o medicamento. Ele vai depender desse medicamento pelo resto da vida.

Um exemplo muito bem citado pela Senadora Marluce Pinto é o caso da hipertensão, cuja ausência de tratamento gera moléstias terríveis para a qualidade de vida do idoso e para o custo de sua sobrevida, em caso de acidentes vascular-cerebrais, que lhe causam seqüelas enormes.

Portanto, gostaria de ouvir sugestões dos palestrantes sobre como garantir efetivamente ao idoso a possibilidade do acesso ao remédio.

O terceiro ponto é atinente ao cuidador do idoso, fundamental para informação. Parece-me que apenas uma universidade brasileira possui a cadeira de Geriatria. Apenas uma! Os hospitais públicos geralmente ou quase na sua totalidade não dispõem de atendimento geriátrico, ou seja, as questões de doença do idoso são tratadas isoladamente, quando, na verdade, constituem um conjunto. É um estágio da vida da pessoa em que as doenças se comunicam e se inter-relacionam.

Então, gostaria de ouvir maiores informações e sugestões inclusive de legislação sobre o cuidador do idoso.

A questão do Conselho Nacional do Idoso julgo efetivamente fundamental. O País, como foi dito, sempre foi jovem, durante 500 anos do nosso Brasil, mas, nunca mais, será o país dos jovens, como a humanidade, nunca mais será a humanidade dos jovens, porque o aumento da longevidade não aumenta a infância, não aumenta a adolescência e não aumenta a vida do jovem adulto; vai aumentar, simplesmente é verdade –, a expectativa de vida na fase de vida do idoso. Portanto, seremos a partir do século 21, do terceiro milênio, o mundo dos idosos, o mundo da terceira idade.

Outra questão que eu gostaria de comentar é a questão da universidade aberta, que, penso, é um tema fundamental. Se tomarmos um indivíduo, hoje, com 60 anos de idade, ele terá concluído seu curso universitário há 35 anos. Foi dito aqui pelo Professor Medeiros, que me passou um papel muito interessante, onde ele fala que o maior mal do idoso é a rotina CRTC: cama, rádio, televisão e cama. É preciso que o idoso tenha uma atividade e que se sinta produtivo. E se sentir produtivo é, muitas vezes, exercer uma profissão, quer dizer, ele ter condições de acesso ao mercado de trabalho. Agora, como é que o idoso vai ter acesso ao mercado de trabalho se, de um lado, ele enfrenta a concorrência de um mercado de trabalho insuficiente para os jovens que demandam esse mercado de trabalho e, do outro lado, ele está completamente despreparado do ponto de vista de qualificação profissional porque encerrou seus estudos há 30, 35 anos. E muitas das profissões, que hoje oferecem espaço no mercado de trabalho, sequer existiam no momento em que ele concluiu seus estudos técnicos de segundo ou de terceiro grau.

Portanto, é um tema extremamente importante, na minha visão, a questão da universidade, do acesso do idoso ao estudo universitário.

Outra questão que eu gostaria também, quem sabe não teremos tempo hoje, mas talvez ter uma colaboração escrita dos palestrantes de hoje, é a questão das restrições do emprego ao idoso. Acostumamo-nos a, inúmeras vezes, ver anúncios dizendo: candidatos até 35 anos. E 35 anos era uma idade tabu, praticamente, no mercado de trabalho brasileiro. Acima de 35, prepare-se para a contagem regressiva porque você não é mais admitido no mercado de trabalho.

Uma outra questão que eu gostaria de conversar, inclusive perguntar aos palestrantes, é se, a exemplo dos notáveis avanços que foram conseguidos, oferecidos, notáveis e indispensáveis avanços,

às crianças com o Estatuto do Menor e do Adolescente, e considerando que o idoso, em muitas maneiras, o mau trato aos idosos, o abuso aos idosos, não será o momento de se pensar também num estatuto do idoso no nosso País?

Temo pelo adiantado da hora, mas eu gostaria de ouvir, quem sabe, por escrito, uma manifestação dos palestrantes sobre esses assuntos que abordei aqui.

O SR. EGON FELDENS – Vou colaborar tanto pessoalmente quanto junto com o nosso conselho, para enviar bastante material, porque, mesmo que não seja um material definitivo, deveria ser, pelo menos, uma pequena colaboração ao trabalho maravilhoso desta Subcomissão que V. Ex.ª preside.

Mas gostaria de lembrar, quanto a habitação, um pormenor que o próprio Secretário da Habitação e Urbanismo do Estado de São Paulo salientou. Nós pretendemos avançar nos projetos em três cidades, pretendemos dar uma atenção especial ao idoso rural, que vive num ambiente bem diferente da cidade e da periferia, homem que nem conhece ônibus, às vezes, homem que não sabe de supermercados, mas homem que gosta do ambiente onde vive, e nós temos um projeto pequenino de seis apartamentinhos para casal ou duas pessoas num bairro de 1.500 habitantes. É bem distante da cidade nossa, onde moro, para idosos. Agora, que acontece? A Secretaria do Estado parece que vai colaborar com 40% do valor financeiro. O restante é a comunidade que vai dar. O projeto é de R$91.000. Mas o entusiasmo que esse projeto está criando na comunidade é indescritível. Por quê? Porque eles dizem: "Os idosos ficam conosco'. Acho bonito! "Os idosos vão continuar conosco". Eis por que já há gente que ofereceu o telhado, outro ofereceu madeira para não sei o quê, para montar o concreto, e outra coisa: eles querem uma construção tipicamente para não criar uma situação de não-harmonia entre as casas que existem e as casas que vão fazer. Só para dizer como são importantes essas pequenas atenções em relação a habitação.

Quanto às universidades abertas, vou mandar o material. Mas há uma preocupação muito interessante. As universidades têm área de ensino, área de pós-graduação, área de extensão universitária. Agora, onde encaixar este ensino, que não é um ensino oficial, não é pós-graduação muitas vezes? Porque quem vai fazer pós-graduação sobre temas do idoso são os jovens. Queremos reconhecer os estudos desses cidadãos, que, como o senhor disse muito bem, querem continuar, querem saber que houve, de novo, depois de 20, 30, 40 anos que deixaram a universidade. É um campo imenso.

Outro assunto a que eu gostaria de voltar é o conselho nacional. O conselho nacional criou uma certa falta??, uma situação muito difícil, conforme conversávamos com o Dr. Antonio: Nós estávamos todos isolados. Nós encontramos às vezes em congressos precedentes de conselhos estaduais, mas a gente vê que há uma riqueza enorme em cada Estado e não há aproveitamento recíproco. Às vezes carecemos de diretrizes que possam produzir muito mais. Às vezes um conselho está parado – por favor, não vou dar o nome do Estado – porque o Governador ainda não entendeu a importância do Conselho Estadual do Idoso. Mas o conselho está criado, só não renovam os cargos porque ainda não viam necessidade do conselho. Se fôssemos unidos, através de uma orientação de um conselho nacional, a coisa seria maravilhosa. Além disso, pelo menos a parte civil, pode ser tudo voluntário. É só custear as viagens, que não podem ser tantas, mas é só custear, encontros, congressos e nisso nós teríamos já um grande apoio com a sociedade civil. Como poder público não precisa ter um funcionário de um alto escalão, pode ser um funcionário competente na área, isso já seria suficiente para termos um diálogo como sociedade civil com o poder público. Agora, sabendo que no Senado tem uma subcomissão especificamente dedicada a isso o diálogo fica ainda mais fácil.

Quanto ao cuidado do idoso o campo é imenso e as propostas são muitas, mas a tendência é de escassez de material. Por quê?

Como V. Exª disse muito bem, o ensino superior não têm cátedras adequadas para atender a demanda. Se não me engano, temos no Brasil poucos geriatras. A capital de São Paulo tinha sete geriatras até poucos anos atrás, agora a coisa se avolumou. Nesse sentido penso que é muito interessante também estudar essa parte relativa a preparação dos cuidadores de idosos.

Após essa minha atitude pessoal, a palavra cuidadosa está na lei, mas é um pouco discriminatória. A palavra cuidadora é ... O ideal seria respeitar o idoso na sua cidadania e quem for cuidar dele só oferece seus auxílios, ou a profissão, como oferece qualquer cidadão qualificado. Mas manter viva a idéia de que o idoso é um ser igual aos outros, não deve passar por tanto humilhação de ser coitado não sei se estou transmitindo a idéia.

Mas auxiliar de idoso é muito diferente, tanto que tenho um sonho e se Deus quiser vai ser realizado. Após formar, no nosso curso de auxiliares de ido-

sos, gostaria até que o nosso pessoal cuidasse das casas, as nossas residências são casinhas, ou apartamentos para duas, três ou só uma pessoa. Que o auxiliar que passasse oferecesse seu serviço. Como se fosse dono da casa o próprio idoso, modo de dizer, o próprio idoso. Aí o outro vai para ele dizer. Precisa de mim? Precisa de faxina? Precisa de um cuidado especial, estou aqui?

Até para tirar, nos asilos, assim chamados, a impressão que estamos tomando conta deles. É tão bonita a idéia, respeita a cidadania do idoso.

Essa é uma pequena colaboração, mas me comprometo a enviar a V. Exªs materiais que possam ser úteis.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO PARISSI – Serei brevíssimo, mas também quero prometer ao Senador Luiz Estevão que temos muito material para mandar-lhe, material que já foi enviado, em outras oportunidades, e que até hoje não tivemos uma resposta, talvez tenha a necessidade de se reavivar.

Sobre a criação de um estatuto do idoso quero dizer que a Lei nº 8.842 é uma espécie de estatuto do idoso. Ela é um marco inicial, onde despertou a necessidade de que a comunidade tem que se preocupar com o idoso, naturalmente que essa política tem que ser exercida por algum órgão responsável, pela assistência e pela promoção social que está um pouco opaco. Há desenvolvimentos através desse trabalho, mas são trabalhos que não têm a dinâmica que seria necessária.

Então o que é preciso fazer é que essa lei funcione mais adequadamente, que os Ministérios que estão nela estabelecidos, com determinações claras, que esses Ministérios exerçam as funções que estão estabelecidas aí dentro dessa lei. E aí vamos ter enes funções de atividades.

Quero também dizer, conforme falou a Senadora Marluce: que é importante o estilo de vida. Quando nascemos, começamos a envelhecer e temos que despertar no jovem o que é o envelhecimento. Não só educá-lo para respeitar o idoso, para ter uma vida idosa digna e boa, que ele compreenda o que será sua velhice, que hoje será o velho de amanhã, e que tenha estilo de vida. Estilo de vida é uma boa caminhada, boa alimentação, não fumar, não beber, fazer tudo moderadamente, dentro dos padrões de saúde; viver alegremente e ter uma boa cabeça, não se deixar estressar. Isso é importante.

No Rio Grande Do Sul, a Pontifícia Universidade Católica tem o curso de Geriatria. Temos também lá o Instituto de Geriatria, extraordinariamente desenvolvido em âmbito internacional. Lá se fazem cursos fortes de geriatria expansivos a todo o País. A universidade, efetivamente, tem uma grande responsabilidade. V. Exª fala que o idoso se educou há cerca de trinta anos, mas o jovem que se forma hoje precisa estar permanentemente informado. É tão dinâmico hoje o conhecimento, que se a pessoa não tem conhecimento não vence na vida. Vejo que o jovem tem essa dificuldade, imagine o idoso. Nós idosos temos que acelerar muito mais que o jovem para estarmos sempre atualizados. Mexer no computador e na Internet não é privilégio de jovem. Metam-se na Internet e vão se rejuvenescer certamente. Temos que estar presentes nesses conhecimentos que surgem, divulgá-los nos nossos centros de convivência.

A senhora disse que lhe fez muito bem trabalhar num centro de convivência. Digo-lhe que trabalhar num centro de convivência é muito mais gratificante para aquele que orienta do que para aquele que é orientado. Esse grau de satisfação, de viver o amor entre as pessoas é extraordinariamente.

O estatuto nós temos; o que é preciso é ele ser reativado substancialmente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Djalma Bessa) – Algum Sr. Senador ainda quer fazer uso da palavra?

O SR. ALFREDO MORLINI – Eu gostaria de tomar o lema do Ano Internacional do Idoso.

Fiz, não digo uma pesquisa escrita, como o Senhor fez no Rio Grande do Sul neste ponto, mas toda vez que se fala de uma sociedade para todas as idades, a turma vibra. Criança, jovem e adulto vibram e parece que o lugar se abre para todos. Quando se fala em atendimento preferencial fecha a cara, não sei se notaram.

Coloca-se na fila do banco e se, por acaso, tiver saúde como nós "mas por que passou na frente?" Se, no metrô, quando uma moça levanta e diz "pode sentar, senhor" e respondermos "olha, moça, agora não precisa. Quando precisar eu vou pedir", ela se sente importante porque enquanto se pede um tratamento preferencial sem necessidade porque quem tem necessidade tem que receber um tratamento preferencial, mas não quem não a tem viva a vida de todo mundo. Fica na fila do banco, faz um pouco de fofoca, vai lembrando as coisas da vida, mas não passa na frente dos outros, diga que é um cidadão igual aos outros.

Eu tenho 72 anos, mas nunca passo na frente. Sinto-me orgulhoso de ver que outros mais novos fazem questão de ficar no lugar, mas não tem necessidade. Por isto é que digo que é tão importante uma sociedade brasileira nacional, nossa sociedade de todas as idades. Por isto,

devemos estar em um círculo onde está a criança e o jovem com dignidade. A criança, ao nosso lado, não se sentirá humilhada porque não temos nada a reclamar contra ela e há uma coisa que nos leva instintivamente a passar na frente dos outros, que é a nossa grande experiência, porque nós fomos crianças como aquela que está ao nosso lado. Se dissermos "cala a boca, porque eu sei mais do que você", ela se sente mal. Mas se dissermos "fala, menino, é a tua vez", ele se sente bem. Eis porque fiz questão, Sr. Presidente, de ter este minutinho para dizer como é bonito poder dizer a todas as pessoas que somos uma sociedade para todas as idades. E o sentido preferencial seja somente no caso de necessidade. Eis a nossa glória poder viver, com toda a experiência que temos, numa sociedade feita para todas as idades. Num centro de convivência estava escrito: "A velhice – a palavra não é certa – é a soma de todas as idades". Nós devemos dizer o contrário, que a sociedade é o convívio de todas as idades.

Esses são os meus votos, Sr. Presidente da Subcomissão, que faço, para que continue com essa juventude brilhante que V. Exª tem, dando a nós, idosos, esse exemplo de como devemos entrar – e o colega do Rio Grande do Sul falou tão bem – unidos, o senhor com todas as idades do nosso País, quanta coisa boa, e lá produzir e construir juntamente com todos os idosos, que lhe querem muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Djalma Bessa) – Esta Comissão já demonstrou até onde vai chegar. Essa é a nossa segunda ou terceira reunião, mas os elementos, as informações, as palestras já nos dão uma base muito extensa no sentido de conhecer a situação e partir para soluções adequadas.

Considere-se que essa movimentação, essa campanha pró-idoso é recente, é, ainda, uma campanha-criança, tem poucos anos de movimentação. Entretanto, se considerarmos a ação que até agora tem sido desenvolvida, já demos centenas se não milhares de passos. Sem, inicialmente, nada formal, nenhuma lei, nenhuma norma, mas o próprio idoso, ou pessoas interessadas no idoso se movimentaram, tomaram a iniciativa, e hoje, em diversos Estados, já há conselhos, trabalhos, atividades, sem aquela formalidade da lei, como aconteceu em Roraima e em Mato Grosso do Sul. São duas pessoas que já se dedicavam a essa área sem nenhuma formalidade, sem nenhum processo, mas entendendo, de sua livre iniciativa e vontade, da sua criatividade, que um dia uma ação como houve em favor do idoso.

E esta Comissão, não tenho dúvida nenhuma, vai dar um grande passo, porque na base do que já existe, a conjuntura, no fato, na situação, será montada uma legislação adequada e segura para nortear os trabalhos da Comissão.

É claro que se tem que considerar as dificuldades que, por certo, tem havido e ainda existem. Mas essas dificuldades, essas pedras no meio do caminho serão removidas, os problemas serão solucionados.

Cabe-me, portanto, com o privilégio de encerrar esses trabalhos, porque o Presidente da Subcomissão, Senador Luiz Estevão, teimou em me manter dirigindo os trabalhos. Cabe-nos agradecer aos palestrantes, Dr. Alfredo Morlini e Dr. Antônio Parissi. Adianto que a Comissão está aberta para qualquer colaboração, comunicação e trabalhos. A Comissão só tem a agradecer essa colaboração e esse apoio de V. Sª.

O idoso realmente agora está tendo essa cobertura e é preciso abrir mais, dando todos os direitos sociais que tem o cidadão. Ele hoje não é mais o excluído e sim o incluído e, como tal, há de usufruir da cidadania que proporciona os direitos sociais que a Constituição adota para todo o cidadão como a educação, saúde, moradia, laser e segurança. A nossa Constituição ainda vai mais longe pois requer e exige que eles sejam protegidos como as crianças.

Portanto, agradeço aos Drs. Alfredo Morlini e Antônio Parissi certos de que prestaram relevantes serviços à Comissão. Somos gratos à presença de V. Sªs mas também pelo trabalho, palestra e conteúdo das exposições que servirão como base valiosa para os trabalhos desta Comissão.

Antes de encerrar a reunião, comunico aos Srs. Senadores que a próxima reunião se realizará no dia 23 de novembro de 1999 com a palestra do Professor Renato Veras, da Universidade Aberta da Terceira Idade, da Universidade do Rio de Janeiro.

(Levanta-se a sessão às 13h24min)

Ata da 3ª Reunião da Subcomissão Permanente do Idoso da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada, em 30 de novembro de 1999.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia trinta de novembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a Presidência do Senador Luiz Estevão, reúne-se a Subcomissão Permanente do Idoso, com a presença do Senador Djalma Bessa. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos,

propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a audiência pública com o Diretor da Universidade Aberta para a Terceira Idade. Após a explanação faz uso da palavra o Senhor Presidente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. Senador **Luiz Estevão,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Estevão) – Senhoras e Senhores, bom-dia. Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente do Idoso da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que já foi enviada ao gabinete de todos os Srs. Senadores. Não havendo qualquer manifestação em contrário, consideramos aprovada a ata.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à audiência pública com o Diretor da Universidade Aberta para a Terceira Idade, Dr. Renato Peixoto Veras.

Antes de passar a palavra ao Dr. Renato, a quem agradeço a gentileza de estar presente nesta manhã de feriado no Distrito Federal em que o Senado Federal mantém suas atividades normais, gostaria de, mais uma vez, lembrar a importância que o tema da terceira idade – registro, inclusive, a presença de um número expressivo dos membros do Clube dos Cinqüentões do Distrito Federal – vem tomando, a cada dia que passa, no Brasil e no mundo. O Brasil, que foi sempre conhecido como um país de jovens, a partir do início do próximo século, do qual estamos distantes trinta e um dias, alcançará o índice de envelhecimento mais rápido entre todos os países do mundo nos últimos vinte anos. Assim, estima-se que 25% da população brasileira terão mais de 60 anos a partir do ano 2025. Daqui a apenas vinte e cinco anos. O país dos jovens, conhecido dessa maneira ao longo de sua história, transformar-se-á no País dos adultos, dos componentes da chamada terceira idade. E de nada adianta termos a extensão da vida das pessoas se não lhes proporcionarmos um acesso à medicina e à saúde que signifiquem, não só a extensão da vida, mas também a possibilidade de desfrutar com qualidade os anos a mais.

Um dos pontos fundamentais para essa meta é o processo de inserção do idoso na vida comunitária, no exercício pleno de sua cidadania, que se dá com o direito ao emprego, ao lazer e ao aprendizado, já que, em um mundo de tão rápidas transformações, nos desatualizamos com incrível velocidade. Por isso, reputamos da maior importância a presença do Dr. Renato Peixoto Veras. Por intermédio de trabalhos como os que S. Sª vem desenvolvendo de forma pioneira e extraordinária no Brasil é que poderemos manter as pessoas, em qualquer faixa de idade, aptas a fazerem reciclagem e a se preparem para o mercado de trabalho e para o exercício pleno das atividades que o ser humano pode exercer.

Com muita alegria, agradeço e registro a presença do Dr. Renato Peixoto Veras. Passo a palavra a S. Exª para que faça sua exposição.

O SR. RENATO PEIXOTO VERAS – Muito obrigado, Senador. É uma grande honra estar no Senado Federal para falar um pouco sobre a questão do envelhecimento, que é algo tão importante.

O título dessa palestra é: País Jovem de Cabelos Brancos. Não somos mais o país da garotada, do futuro, já vivemos um processo de envelhecimento.

É sempre bom, antes de qualquer palestra, saberem quem sou. Sou médico, tenho formação em Psiquiatria, fiz mestrado e doutorado na Inglaterra na área de envelhecimento. Para quem não sabe, atualmente a Organização Mundial de Saúde tem um brasileiro na direção do Projeto de Terceira Idade. Somos um país extremamente importante para a área de envelhecimento. É algo que temos que incorporar em nosso dia-a-dia: o Brasil não é mais um país de jovens.

Na mídia da última década tivemos, ao menos, três temas prevalecentes em nosso dia-a-dia. Quem não se lembra do movimento dos aposentados pela conquista dos 147% ou das 102 mortes da Clínica Santa Genoveva no Rio de Janeiro? Mais recentemente, quem não se lembra da regulamentação dos planos de saúde? São temas que estão presentes no dia-a-dia, mas são pouco associados à questão do envelhecimento. Se formos desmembrar cada um desses itens, veremos que esse pandemônio na aposentadoria, essa dificuldade, está-se dando porque o brasileiro morria três ou quatro anos depois de aposentado. O tempo de vida pós-trabalho era muito pequeno. Hoje, com o aumento da expectativa de vida, temos mais vinte ou vinte e cinco anos a mais. A situação modificou-se de forma muito rápida. Não há país no mundo que tenha feito essa transição, chamada transição demográfica, em 30, 40 anos. Os países ricos, Estados Unidos, Japão, Europa demoraram praticamente o século todo para fazer essa transformação. O que ocorreu na Clínica Santa Genoveva talvez tenha sido um

excesso dos donos, inescrupulosos aliás, que estavam servindo comida estragada, água contaminada e o remédio com prazo de validade vencido.

Mas não foram só os idosos, qualquer adulto, qualquer pessoa que estivesse sob essas condições certamente iria morrer. O tema ficou tão importante, porque os idosos, as pessoas tomaram ciência de que pessoas com doenças crônicas, doenças mais próximas da morte, a grande maioria dessa clínica, que não é uma clínica geriátrica, mas a grande maioria era de população idosa. E, como falamos agora, nos últimos anos, ou no último ano mais particularmente, quando, no Senado Federal e no Congresso Nacional, discute-se tanto a questão da regulamentação dos planos de saúde, não é exatamente a regulamentação uma coisa qualquer. É regulamentação porque os idosos têm mais doenças crônicas e elas demoram mais tempo, necessitam de mais medicamentos, mais médicos, mais internação, ou seja, o custo aumenta. E, portanto, ficou uma grande questão para o Ministério da Saúde, Ministério da Previdência Social, os ministérios da área social e, particularmente, o setor privado da área da saúde, como fazer com esse aumento tão rápido da população idosa. Por isso, esse tema entrou em pauta.

Vamos falar um pouco desse perfil demográfico, e o Senador, inclusive, lembrou dessa mudança tão rápida que está-se dando. O Brasil, em 1950, um dia desses, 50 anos atrás, tínhamos a população idosa de apenas 2 milhões e 100 mil idosos quando falo idoso, refiro-me a todo aquele cidadão de mais de 60 anos. Hoje, somos 15 milhões de idosos e daqui a vinte anos seremos 32 milhões de idosos. Não há país do mundo que tenha feito esse processo de envelhecimento de forma tão rápida. Em apenas uma geração, vamos aumentar 16 vezes, passaremos de 2 milhões para 32 milhões. Enquanto a população total do Brasil, em 1950, era de apenas 50 milhões de habitantes, chegaremos ao ano 2020 em torno de 240 milhões, ou seja, um aumento menor do que cinco vezes, enquanto os idosos crescem quinze vezes. Esse dado é para todo mundo ficar abismado. É muito importante você ter um grupo etário crescendo com essa pujança. Não preciso ir longe, onde mora a minha mãe, em Copacabana, no Rio de Janeiro, 24% da população que lá reside tem mais de 60 anos. Isso quer dizer que em cada quatro moradores de Copacabana um tem mais de 60 anos. Isso só existe em algumas regiões, em alguns bolsões da Costa Leste dos Estados Unidos, na Flórida, ou em algumas cidades pequenas da Suécia. Esse fato é inusitado. É muito importante sabermos que, aqui no Brasil, ali no Rio de Janeiro, em Copacabana, um lugar que todo o mundo conhece, em cada quatro cidadãos que ali moram, um tem mais de 60 anos.

O que precisa ser feito? Políticas sociais, políticas da área da saúde. Ou seja, tem que entrar nas agendas políticas a questão do envelhecimento. O Brasil não é mais jovem. É isso que precisa ficar marcado. O Brasil envelheceu, e se não tivermos ciência disso, vamos ficar parados, achando que, daqui a pouco, quem sabe, fazemos alguma coisa, e, a cada ano que passa, são incorporados, na nossa sociedade, mais 750 mil idosos. Esse é o número de idosos que é incorporado na sociedade brasileira. Em cada ano, no Brasil, no nosso conjunto da população brasileira, são mais 750 mil idosos.

Até 1940, tínhamos muitas pessoas que nasciam, mas morriam demais. Os demógrafos, então, chamam de transição demográfica esse movimento em que você começa a ter uma redução do número de filhos nascidos também com a redução da mortalidade.

Estamos na chamada 3ª fase, em que poucas pessoas estão morrendo ao nascer, porque normalmente se dá entre zero e quatro anos, ou então as causas externas, que são violência, acidentes de trânsito, ou seja, todos os problemas urbanos da sociedade brasileira, aliás da sociedade mundial, que fazem com que haja uma perda dos 15 aos 29 anos, basicamente sexo masculino, o que impede o prosseguimento da vida dessas pessoas. Mas, de qualquer forma, estamos nessa 3ª fase da transição demográfica, em que poucas pessoas morrem, em termos proporcionais, é claro. Poderíamos, ainda, avançar muito nessa área, mas já temos algum coeficiente relativamente bom, ou médio, do tipo país classe média, e estamos com a população chegando tranqüilamente aos 60 anos. Já entramos no que os demólogos chamam da terceira fase da transição demográfica.

Essa transparência que apresento são dados da Organização Pan-americana de Saúde, é apenas para mostrar essa população dos mais velhos, população de mais de 75 anos. No ano 2000, onde estamos, ainda tem um conjunto de população de quase 29 milhões de pessoas, mas vamos crescer muito nos próximos anos. O Brasil vai puxar esse crescimento, já que a Argentina e o Uruguai têm um grande percentual de população idosa. Os Estados Unidos e o Canadá estão mais ou menos estabilizados. O Brasil terá um componente muito importante, a Venezuela também e alguns países que vão puxar esse crescimento.

Esse dado mostra os países mais populosos das Américas. Muita gente pensa que o mais populo-

so são os Estados Unidos ou o Canadá, não é; é o Uruguai. O Uruguai já atingiu o pico máximo, talvez por processos econômicos, migratórios, a população do Uruguai migrou muito para a Argentina ou para o Brasil, e não teve então esse crescimento.

E nesse conjunto de países, em quase 15 países, o Brasil ainda não entrou, a nossa população ainda não chegou aos 9%. Mas chegará e andará a passos largos. Daqui a 20 anos estaremos quase que no topo dessa pirâmide.

Essa transparência mostra um dado importante, que nessa progressão, de 1950 a 2010, nessa linha verde, que o grupo que cresce de fato, o grupo etário que cresce é o da população de mais de 60 anos. A população adulta, ou seja, aquela que paga os impostos, está praticamente estabilizada. Esse aumento em termos proporcionais é muito pequeno, e a população jovem diminui.

Por isso, aliás, esse problema que temos, o problema fiscal. O problema de recursos para o país, já que a população ativa que é a que contribui para o dia-a-dia da sociedade já está na sua carga máxima e ela não crescerá mais.

Portanto, vamos ter que ser criativos, inovadores, de trabalhar com os recursos disponíveis para poder oferecer ao grupo etário que demanda, que mais precisa e mais cresce, serviços de atenção num país onde muito pouco lhe é dado.

São desafios extremamente importantes, extremamente difíceis que vamos ter que enfrentar daqui para frente.

O último dado do IBGE, o PNAD Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio, mostra que a população brasileira, isso em 1997, é de 154 milhões de habitantes, e vemos que homens e mulheres é praticamente igual, um pouco a mais de homens. Mas quando pegamos a população idosa, vemos que as mulheres estão em uma proporção muito maior.

Temos ainda uma população de idosos relativamente jovem, o idoso de 60 a 69 anos. Já estamos invertendo essa pirâmide. Estamos fazendo com que o maior número se dê a partir de 70 anos. Portanto, se muito precisa ser feito agora, mais ainda vamos ter que fazer para não deixar para daqui a 10 anos, quando a situação estiver muito mais grave, se nada for realizado no momento.

Um indicador importante, o indicador de expectativa de vida ao nascer, que é muito usado pelos economistas no dia-a-dia, já é incorporado ao conhecimento da população em geral. Para o Brasil vemos que há um crescimento, quer dizer, a população envelhece. Agora para um Brasil desigual, heterogêneo como o nosso, esse indicador talvez pouco represente.

Hoje a nossa expectativa de vida está em torno de 69 anos. Mas que Brasil é esse que estou falando? Sabemos que a mulher tem uma expectativa de vida de 7 a 8 anos a mais que o homem. Uma mulher moradora de uma cidade urbana tem mais 4 anos, se tiver melhor nível sócio-econômico 5 anos, ou seja, uma brasiliense, uma carioca, uma paulista ou qualquer pessoa de melhor escolaridade está chegando aos 83 ou 85 anos. Enquanto um homem do campo que trabalha de sol a sol, pobre, analfabeto, ele não chega aos 58 anos. Aliás, é por isso que a questão da previdência é tão complicada no nosso País.

Digamos que esse homem, nessa minha imagem, que ele tenha trabalhado com carteira assinada, que sabemos que não é o caso, desde os 15 anos, vai morrer antes sem ter chance de se aposentar, e uma moça que tenha feito concurso, por exemplo ao Banco do Brasil, aos 18 anos, vai trabalhar 30 anos e ela vai ter mais tempo aposentada que no seu período produtivo, no seu período laboral.

Portanto é um Brasil muito complexo. É um país onde temos que nos aprofundar. Na verdade falo muito nas minhas aulas que essa área do envelhecimento não é área para amadores, é uma área extremamente complexa, para profissionais. Por isso que os nossos dados são muito heterogêneos e muito difíceis de serem trabalhados.

O Brasil mudou. O Brasil que um dia desses era rural, hoje é urbano. E quais são as conseqüências? Vamos falar do Rio de Janeiro, que é uma cidade emblemática e que todos conhecem. Lá há as favelas. Citemos o exemplo de uma pessoa que vem do campo e vai para o Rio de Janeiro. Imaginem um idoso com problema articular, subindo a favela do Rio de Janeiro, ou morando a duas ou três horas de distância da estação de trem, em busca de trabalho, sem a formação, sem a qualificação necessária. Que problema! Como é difícil e perversa a situação da nossa sociedade para esse grupo etário.

Isso ocorre no Rio de Janeiro, em São Paulo, em todas as capitais brasileiras, porque o homem que saiu do campo e foi para as grandes cidades em busca do trabalho, de melhores condições de vida, hoje mora muito longe, nas periferias, em locais distantes, ou, no caso do Rio de Janeiro, mora em condições totalmente adversas para uma população, em particular, uma população envelhecida.

Aqui há um dado que considero muito importante que V. Exªs saibam: a questão da relação de estado civil por envelhecimento. Como estamos falando de velhos, estamos falando basicamente da mulher idosa, uma questão muito importante. Por fatores culturais, somos um País latino, onde o homem tem um peso muito importante na sociedade.

Quando um senhor perde a sua companheira, a sociedade diz tranqüilamente assim: "Olha, o senhor deve se casar de novo, porque é impossível ficar sozinho. É necessário encontrar alguém que cuide do senhor, no dia-a-dia". A sociedade quase empurra um casamento de um homem de mais idade com uma mulher. O oposto não ocorre. Quando uma mulher perde o seu companheiro, normalmente ela fica sozinha. E como a expectativa de vida da mulher é de seis a sete anos maior do que a do homem, e normalmente por fatores culturais a mulher sempre casa com uma pessoa mais velha, os dez últimos anos de vida da mulher têm sido a solidão, causando um problema seriíssimo. O homem, como V. Exªs estão tendo a oportunidade de ver nessa transparência, ao perder a sua companheira, o viúvo, rapidamente passa para uma outra curva, que é a curva do casado.

Fiz até um estudo, como uma brincadeira, um estudo pouco científico, mas bastante emblemático, com o qual brinco sempre: "dependendo da conta bancária, esse senhor se casa com uma moça de 50, 40, 30 ou 20 anos".

É interessante falarmos um pouco desse envelhecimento, porque, às vezes, as pessoas se esquecem desses dois fatores. Falamos muito do crescimento do número absoluto ou do número relativo da população idosa. Um fato extremamente importante, em termos da Previdência, por exemplo, é a ampliação dos anos de vida. Portanto, não é apenas porque temos mais idosos ou porque a proporção de idosos aumentou. Aumentou o número de idosos e aumentou o tempo de vida das pessoas. Então, anos/idoso/vida está extremamente mais intenso do que há quinze anos, quando a expectativa de vida interrompia a vida aos 65, 67 anos, e hoje chega tranqüilamente aos 75, 80 anos, principalmente em alguns segmentos sociais.

Temos de falar de doença. Com o envelhecimento populacional, muda por completo o perfil de doenças no País, que é muito importante. Por exemplo, as escolas médicas estão preocupadas em formar pediatras. Certamente isso é um erro de perspectiva. É um cenário equivocado já que, como digo e mostro o IBGE também informa se a população jovem diminui, os idosos crescem. Temos uma formação distorcida, formando profissionais que, na verdade, não estão atendendo à demanda do mercado.

Ocorre o mesmo em relação às doenças. As doenças infecto-parasitárias diminuem de forma importante. As que crescem são as cardiovasculares, são os problemas de coração, e as neoplasias, os cânceres. Infelizmente, no Brasil, também aumentam as causas externas: a questão da violência, os acidentes de trânsito, constituindo um problema mundial.

Menciono isso só para V. Exªs perceberem nesse gráfico que o Brasil mudou em termos de doença. Temos de ter uma nova agenda na área da saúde, porque não se trata mais daquele País que precisava de médicos-sanitaristas, médicos das doenças infecto-parasitárias. Precisamos hoje das duas pontas. Por isso, a situação da saúde é tão complexa. Precisamos, sim, daquele médico para tratar de todos os problemas da malária, dos problemas da Amazônia, e também dos problemas dos grandes centros urbanos, como dengue, como há hoje em dia médicos altamente especializados em problemas cardiovasculares, em câncer, ou seja, com alta tecnologia.

Portanto, mais uma vez, bato nessa tecla: temos de ser criativos, porque senão não há dinheiro no mundo. Temos de ter duas pontas. Hoje em dia, poucos são os países que enfrentam esse dilema. Os países ricos, como os Estados Unidos, o Japão e os países da Europa, hoje, praticamente aplicam todos os seus recursos na ponta, nas doenças crônicas. E os países pobres, os países africanos, basicamente nas doenças agudas. E o Brasil tem que jogar nas duas pontas, porque do contrário não resolverá o problema.

V. Exªs estão vendo o dilema, o problema, a situação adversa que temos. V. Exªs verificarão esses dados se observarem o Sistema Único de Saúde; são dados oficiais, dados do Governo, disponíveis no sistema de informação do Governo, apenas trabalho com essas pilastras em vermelho. Trata-se da situação de custos, ou seja, do dinheiro que o Ministério da Saúde pagou em 1997 aos hospitais conveniados. Na parte amarela, está a proporção da população. V. Exªs percebem que, no grupo até 14 anos, o percentual de gastos é menor. Na outra pilastra, vê-se que a população adulta praticamente gasta na mesma proporção. No entanto, o grupo etário de mais de 60 anos gasta muito mais do que o fazem outros grupos da população. Apesar disso, no Ministério da Saúde, o programa do idoso pertence – digamos – ao 28º escalão e fica num canto escuro – mesmo sendo o grupo etário que mais consome recursos referentes a pagamentos no referido Ministério. Obviamente, alguma providência precisa ser tomada em relação a essa questão.

Esse é um dado da Organização Mundial de Saúde que fiz questão de apresentar – desculpem-me, pois está em inglês, mas, de qualquer forma, é muito emblemático: em 1990, 50% das doenças eram crônicas; em 2020, nos países do terceiro

mundo – ou seja, os países pobres –, praticamente, 80% das doenças serão crônicas. Doença crônica, senhores, tem uma nova formatação e significa muitos médicos e hospitalização, bastantes medicamentos e exames complementares. Equivale a muita parafernália do complexo médico industrial. É diferente.

Sempre falo nas aulas, até para chocar de alguma forma, que, quando se é um planejador de saúde e se fala – por exemplo, quanto ao grupo jovem – de sarampo, afirma-se ser uma doença que, em sete dias, cura ou mata. Em termos de planejamento de saúde, é muito simples, pois é um mal que se esgota rapidamente. Mas, quando mencionamos uma doença cardiovascular, ela perdurará por 20, 30 ou 40 anos. Portanto, são necessários muito recursos e precisamos então atender bem para que haja condições de dar um tratamento adequado à população.

Há algumas doenças consideradas novas. Existe o AVC – acidente vascular cerebral, que aumenta no mundo inteiro, porque a população envelhece. No conjunto de países ricos e pobres, homens e mulheres, V. Exªs observam que a grande diferença está na faixa etária. A partir de 65 anos, a proporção de doenças aumenta sobremaneira, uma vez que a população está envelhecendo. São males caros e complexos. Assim, é preciso que todos tenham em mente a necessidade de modificar esse panorama da forma de tratamento, da não-existência de programas preventivos e da falta de atenção integral à pessoa idosa. Se nada for feito, o custeio da assistência médica ficará muito difícil – praticamente inviável.

Penso ser importante falar dos dados internacionais. Nos Estados Unidos, os idosos constituíam 12% da população em 1988 e recebiam 29% de todas as prescrições, consumindo 35% dos gastos de medicamentos prescritos. Então, 12% da população gastam 35% a mais. No Uruguai, num estudo realizado há pouco tempo – em 1992 –, os idosos consomem 29 prescrições por ano enquanto o conjunto da população não atinge 12 prescrições anuais. Destarte, qualquer índice que utilizarmos para comparação sempre revelará que, na classe do idoso, se consome mais e tudo é mais caro, difícil e complicado.

Discorrerei acerca da tecnologia da saúde – é importante que esse tema fique claro para nós, a fim de entendermos o porquê de a saúde ser tão complexa e de não termos perspectiva, num prazo médio ou longo, de redução de custos. Uma das características da tecnologia da saúde é não ser substitutiva. Esclarecendo, quando falamos de um computador, se fosse há dez anos, eu teria um 286. Depois, passei para um 386, um 486, um **pentium** e um **pentium** 2. Vai-se, a cada dia que passa, galgando uma nova tecnologia e deixando a anterior para trás. Esse procedimento não funciona na área da saúde, na qual existe Raio X, tomógrafo e ressonância magnética e o médico prescreve os três. Não se substitui tecnologia e a cada uma incorporam-se custos, isto é, novos elementos. Vejam como isso é complexo.

Portanto, se agregarmos a situação dos idosos, que consome muito essas novas tecnologias. Vemos a complexidade que temos à frente. Portanto, é hora de se debruçar, encarar essa realidade e colocar nas agendas político-sociais a questão do idoso.

Há um trabalho muito importante do Professor André Médici, que está no Banco Mundial no presente momento, comparando a inflação brasileira nesse período altamente inflacionário de 84 a 91. Obviamente, tínhamos que dolarizar para fazer qualquer cálculo: a inflação geral do Brasil foi de 47%, enquanto a da saúde foi de 154%.

Em qualquer área que se compare, a saúde sempre será mais cara. Normalmente, fala-se muito da construção civil, que tem um índice como é sabido um pouco acima da inflação geral, mas a saúde tem três vezes mais. Temos de encarar isso de frente para tentar mudar um pouco, porque não há dinheiro nessa escalada.

Nessa nova transparência, vêem-se dados do Banco Mundial. É preciso saber com clareza que nós, países da América Latina e do Caribe, no ano 2.030, vamos ter a metade da riqueza que os países ricos tiveram em 1990. Portanto, por mais que o Brasil melhore, por mais que as condições fiquem mais adequadas para todos nós, vamos ter, sempre, menos recursos.

Assim, não podemos seguir exatamente os modelos dos países ricos, como Estados Unidos, Japão e países europeus. Vamos precisar ter os nossos modelos criativos. Não estou falando de baixa qualidade; estou falando de inovações tecnológicas, para que possamos lidar com esse grupo que mais cresce em um País no qual sabemos que os recursos são limitados.

Bato muito nesta tecla: não basta simples mudanças administrativas. Não adianta dizer para o doutor que, em vez de quatro exames, ele só pode pedir três, que vamos reduzir custos. Precisamos de novos paradigmas, de novos modelos. Temos que botar de cabeça para baixo essa situação de cuidado com o idoso, porque, se nada for feito, certamente, a situação tende a piorar.

Tenho uma informação importante: nos Estados Unidos, começa a se falar muito na inflação da saúde,

dos novos modelos, que se deu em 1982, quando a General Motors pagava seguro-saúde, na forma de seguro; ou seja, cada ano aumentava o seguro já que o consumo é maior, na forma tradicional. Em 1982, a General Motors chegou a gastar mais com seguro-saúde para seus empregados do que pagou na compra de aço para a produção de todos os seus carros. A coisa ficou muito emblemática: não é possível que uma montadora de carros gaste mais com seguro-saúde do que na compra de aço para produzir carros! Por isso, nos Estados Unidos, discute-se tanto a questão do **manager care**, ou seja, situações novas de gerenciamento em saúde.

Apresentei esses dados para que V. Exªs pudessem ter uma noção do que é o impacto social do problema do idoso.

Por isso, bato muito nesta tecla: mesmo aquelas pessoas que, de forma egoísta as que não são idosas, não se preocupam com a questão do idoso, elas têm de passar a se preocupar; do contrário, vai faltar dinheiro para elas, porque o idoso, com o crescimento da população, cada vez mais, vai pegar pedaços dos recursos sociais disponíveis.

Então, temos novos desafios a enfrentar. Sabemos que o idoso não é um segmento homogêneo. Temos uma grande parte do idoso autônomos, independentes, saudáveis e ativos. No entanto, 18%, ou seja, 1/5 desses idosos demandam um serviço de saúde. Temos de ter duas políticas distintas: a política de preservar quem está bem, porque sabemos que está bem agora, mas a qualquer momento pode cair naquele grupo de 1/5, que é um grupo mais débil, que vai requerer atendimento qualificado; temos de ter também atenção para esse grupo de 1/5, que já está debilitado, porque, se nada for feito, vai piorar mais ainda, porque o idoso, normalmente, tem uma característica de múltiplas patologias: o idoso sempre tem um problema cardiovascular; um problema cognitivo, como a memória; um problema auditivo; um problema na marcha. Se nada for feito, necessitará de mais médicos e mais exames, e a vida dele e da sua família ficará um inferno.

Portanto, precisamos dessa consciência social em relação ao idoso.

Costumo referir-me à nova idade. Os franceses usam como terminologia a terceira idade. O que seria terceira idade? A primeira idade é quando a criança nasce, incluindo-se o período de formação, da escola etc. A segunda idade é o período produtivo.

A terceira idade, há um tempo, significava o período em que a pessoa começava a sair do mercado de trabalho, as doenças estavam presentes, o período da aposentadoria e da morte chegando. Isso era a terceira idade. A terceira idade sempre foi caracterizada como o período da ida para o aposento, a aposentadoria, o período próximo da morte. Porém, isso mudou. As pessoas, hoje, vão aposentar-se aos 60 anos ou na idade que for, mas vão viver autônomos independentes se serviços de qualidade lhes forem oferecidos, até os 85 anos. Não há sociedade no mundo e a brasileira muito menos que possa desperdiçar 25 anos de vida. Esse senhor que estou apresentando representa a terceira idade. Por isso, já se fala na quarta idade, que seria o período de declínio. Terceira idade não é declínio, desde que assumamos de frente uma bandeira de fazer com que esses idosos sejam saudáveis. Esse homem tem de ser um cidadão brasileiro. Não podemos tirar dele o direito a 25 anos a mais de vida. Talvez a maior conquista deste século não tenha sido o fato de o homem ter ido à Lua, ou o avanço tecnológico, mas a mudança na expectativa de vida do brasileiro, que passou de 33 para 70 anos. Dobramos o tempo de vida, apenas porque nascemos neste século. Se tivéssemos nascido no século passado, eu e até o Senador possivelmente já estaríamos mortos, porque a expectativa de vida não passava dos 30 anos.

Não vou abordar muito este tema de capacidade funcional, mas, para o idoso é diferente. Não podemos falar só em doença. Temos de manter uma vida autônoma e independente, com integração social, o idoso produtivo e participante. É preciso articular saúde, questões sociais, dar informações para o idoso e integrá-lo, para que possa ser produtivo trabalhando em algum coisa de que goste, tendo um **hobby** que lhe seja agradável. Ou seja, é necessário criar esse espaço que a universidade aberta à terceira idade está promovendo, que é oferecer cursos para o idoso, visando não apenas à informação, mas também, e principalmente, a sua integração à sociedade.

Vou dar um exemplo: dos 120 cursos que oferecemos lá na Unati Universidade Aberta da Terceira Idade, um deles é informática. Ao oferecer curso de informática para o idoso tenho um problema, pois há 20 vagas e uma demanda de 350 pessoas. É uma loucura, porque o curso é gratuito, de boa qualidade, oferecido por uma universidade pública conceituada, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ao oferecer tal curso ao idoso, a primeira coisa que pretendo é desmistificar. Eu sempre indago na primeira aula: "O senhor sabe usar o telefone?" "Sei, por quê?" "Quando discar 247, é 247. Se discar 274, cai em outro telefone. A mesma coisa. Se apertar o ícone, o botão errado, cairá em outro programa. Então, é uma ló-

gica simples." Só que esse senhor tem 70 anos e, quando se aposentou há 15 anos, no escritório não havia computador. Se houvesse, saberia manejar da mesma forma que sabe manejar o telefone, por exemplo. Então, é desmistificar, é tirar essa pseudo-idéia de que o idoso não é capaz. É sim. É capaz. Talvez aprenda de uma forma um pouco mais lenta e diferenciada, mas é capaz.

O segundo objetivo desse curso para o idoso é quem sabe oferecer informações, como entrar na Internet, fazer uma planilha, um banco de dados, um processador de texto; oferecer-lhe mercado de trabalho numa hora vaga. O maior mérito de um programa desses é o seguinte: imaginem um senhor de 70 anos no domingo, quando ia visitar a sua filha e seu netinho, um rapaz de 22 anos, que fazia engenharia na PUC. O avô passava cabisbaixo no corredor do quarto e nem entrava, porque o rapaz estava mexendo com algo demoníaco, algo que não conseguia enxergar. Hoje, porém, ele abre a porta e diz: "Aperta F1, que você tem **help on line**". Ou seja, cria diálogo, interesse entre gerações. Temos de ser criativos para colocar gerações distintas em contato. Não adianta dizer para um idoso conversar com o seu neto, pois não adianta dizer para um menino de cerca de 20 anos que o seu avô é uma pessoa interessante. Não, temos de ser criativos. Temos de criar mecanismos visando a essa interligação. O trabalho intergeracional é de fundamental importância. Integrar o idoso à sociedade é um compromisso nosso, é um compromisso do Governo, da Academia e de toda a sociedade brasileira.

Envelhecimento saudável é a grande meta, é o tema da Organização Mundial de Saúde. Estamos terminando este ano, o Ano Internacional do Idoso, e temos de trabalhar nessa linha.

Vou passar este slide, que é mais complexo. Temos de falar um pouco mais de coisas mais operacionais. O que vou mostrar agora para vocês é o seguinte: a linha horizontal representa a idade; a vertical, a capacidade funcional. Todo mundo tem, por exemplo, massa muscular. Nasce, tem um período de desenvolvimento e, depois, a queda. Temos que fazer todo esforço para que essa queda seja o mais lenta possível. Então, em termos teóricos, uma possibilidade seria fazer com que se adquirisse mais essa massa muscular, no exemplo que estou dando, para que, no período de queda, haja um acúmulo, uma reserva, e possa esgotá-la antes de passar à linha da incapacidade. A pior coisa é o idoso que vai ficar incapaz no final da vida. Outra estratégia seria fazer com que o declínio fosse o mais lento possível. Como se pode fazer isso? Com hábitos saudáveis, exercícios, evitar açúcar, tabaco. Ou seja, temos estratégias muito importantes.

É importante saber também que o Brasil tem um número de médicos acima do necessário; no entanto, o número de geriatras está muito aquém. Não conheço um geriatra, e posso falar de cadeira, porque recebo centenas de telefonemas por mês de pessoas pedindo informação sobre geriatra. No Rio de Janeiro e em São Paulo, duas cidades que conheço bem, não há geriatra qualificado em condições de atender, porque quase nenhum geriatra tem disponibilidade de horário por dois ou três meses. Portanto, nem que seja do ponto de vista do mercado de trabalho, geriatria talvez seja a única especialidade da Medicina que, hoje, tem uma grande demanda.

Com a nova regulamentação dos planos de saúde, essa situação mudou por completo, porque, hoje, os planos não podem aumentar os seus custos depois de 60 anos. Portanto, vamos ter de fazer com que funcione esta lei, e os idosos tenham direito e possam ser atendidos. Também não adianta não ter mais aumento se o serviço de qualidade não for prestado. Quero bater nesta tecla: não bastam mudanças administrativas; temos de mudar o modelo. É um novo paradigma e um novo momento: a população envelheceu, o Brasil não é mais jovem, o Brasil mudou. Na Medicina, por exemplo, precisamos de soluções criativas, inovadoras, ações preventivas, educacionais, usar informações epidemiológicas e ter a história natural da doença para que se possam fazer algumas previsões. Temos de trabalhar muito mais na linha de antecipação do que na causa. O hospital não pode ser porta de entrada, mas a última instância, o limite último.

Para tanto, no nosso projeto da Unati, temos, no nosso ambulatório de saúde algo muito mais amplo do que um ambulatório de saúde comum. Hoje em dia, é lugar comum falar que os ambulatórios de atendimento à população têm de ter o médico, o enfermeiro, o assistente social e o psicólogo, ou seja, a equipe de saúde. Ampliamos um pouco mais essa equipe de saúde. Por quê? Há uma queixa muito comum entre os idosos. Por exemplo, um senhor com mais de 70 anos, que tem um apartamento e está querendo deixá-lo para a sua neta, sua filha, quem for. Isso dá muita ansiedade e faz com que esse senhor procure um médico; não vai direto a um psiquiatra que ouve a sua história e prescreve um valium, um benzodiazepínico para aplacar essa ansiedade do idoso. Mas é claro que isso não adianta. Indo ao ambulatório da Unati, esse senhor seria atendido por um advogado. A questão dele é de ordem jurídica; trata-se de organizar os

papéis e fazer com que ele possa transferir esse bem para a sua filha ou sua neta. Então, essa compreensão muito mais ampla de equipe de saúde não fica limitada ao campo do saber biomédico ou biológico. É alguma coisa de fundamental importância.

Precisamos dessa consciência, porque isso dá qualidade de vida para o idoso, reduzindo custos. Se nada for feito, esse idoso vai entrar nesse ciclo maluco da Medicina, precisando de mais médico, mais exames, mais medicamentos, com um custo altíssimo e piorando a sua qualidade de vida. Portanto, gastar um pouquinho em alguns momentos, desde que seja bem feito, é uma redução de custo e uma melhoria do cuidado, da atenção.

O que deve, então, conter o novo modelo de cuidado? Epidemiologia é um ramo da Medicina, da saúde que permite antever as possibilidades de saúde e os fatores de risco. Conhecer as causas da doença é importante para que se possa trabalhar numa linha de postergação da doença. Como prevenir alguma coisa já instalada? Não se pode prevenir muitas doenças do idoso, mas pode-se adiá-las. E a grande estratégia é adiar por 15, 20, 30 anos, e a pessoa morre antes de outro problema, mas não vai ser aquele problema cardiovascular, por exemplo. Tem-se que evitar ao máximo hospital e usar mais estruturas como o **home care**, que é a internação domiciliar. É bom e interessante para o idoso, porque não o tira do meio familiar. E, hoje, com a miniaturização dos equipamentos, consegue-se montar muitos serviços. Hoje em dia, todas as grandes seguradoras brasileiras estão optando pelo **home care**. Sei que o Ministério da Saúde está entrando nessa linha, porque é melhor e mais barato. Temos de ter sempre esse binômio presente: melhorar a qualidade e, ao fazê-lo, reduzir custos. Portanto, isso tem de estar muito presente, não só para o Governo, mas também para o setor privado, já que, hoje, 43 milhões de brasileiros possuem planos privados de saúde, e o setor privado desempenha um papel muito importante nesse cuidado. Isso apenas é o **Getting keeper,** que é o médico líder, o médico de formação. Tem de haver essa pessoa, que é o médico de família, como traduzimos no Brasil. Deve-se voltar àquela medicina de conhecer bem a pessoa, saber da sua história, saber das suas mazelas, porque é por aí que se pode dar um atendimento integral à população idosa.

Deve haver estímulo a um programa de integração social. A integração social não é a infantilização do idoso. Não é isso. É possibilitar ao idoso acesso à informação, fazer dele um cidadão e, ao mesmo tempo que se está propiciando ao idoso essa atividade, pode-se observá-lo e perceber como está sua marcha, sua fala, sua memória. Se houver qualquer mudança no seu dia-a-dia, pode-se encaminhá-lo de forma mais rápida, como falei, objetivando a prevenção ou a postergação da doença, para que um atendimento qualificado possa ser dado.

Isso tudo que estou falando é o nosso projeto da Unati. É o projeto de um grande centro de convivência que oferece qualidade, assistência para o idoso, informação para o seu dia-a-dia, com esse olhar cuidadoso de antecipação da saúde. Não trabalhamos com a doença. É um projeto de saúde; é um projeto de manutenção da qualidade de vida; manutenção, então, do dia-a-dia desse idoso.

Hoje em dia, com a medicina, temos de usar muito mais a informática, temos de ter grandes bancos de dados para acompanhar esse idoso. Sabemos da epidemiologia, sabemos da história nacional da doença. Portanto, alguns indícios que podem acontecer hoje, no dia-a-dia desse idoso, pode-se prever certamente alguns desajustes daqui a cinco, oito ou dez anos. É hora de intervir, antes que o problema se instale.

Devemos saber que temos de substituir essa tecnologia do maquinário. É muito exame complementar. A cada dia surgem novas máquinas, novos equipamentos. Temos de usar muito mais o conhecimento, o saber, a informação. Estamos entrando no Terceiro Milênio, que é o milênio da informação. Não é o milênio da parafernália dos equipamentos.

Na Unati, um grande centro de convivência, é isso o que temos de buscar: um local onde o idoso se entregue; levá-lo para uma universidade, que é um local de jovens; quebrar preconceitos. Foi esse o tema do Ministério da Saúde "Idoso é o seu preconceito". Quer dizer, acabar com essa idéia, até por um fator objetivo: somos 15 milhões de idosos. A cada dia teremos mais idosos na sociedade, e todos seremos velhos daqui a pouco. Portanto, temos de incorporar no nosso dia-a-dia essa questão do envelhecimento.

Uma universidade pública ou privada é o local ideal para que se possam agregar idosos ao lado de jovens, para poder passar as informações, ter esse olhar de saúde para manter o idoso saudável e passar basicamente essa informação e treinar profissionais. Temos de ter mais pessoas qualificadas para esse dia-a-dia do cuidado do idoso. E a universidade é um local como esse.

Uma concepção inovadora de universidade para o idoso é que, a partir de um idoso, você trabalha em todas as dimensões: a parte da pesquisa, a parte do ensino e a parte do cuidado com a saúde. Portan-

to, tem de haver um cuidado integral inter-relacionado.

Hoje, na Unati, que é esse nosso centro, o único centro brasileiro com referência na Organização Mundial de Saúde, temos uma área de pesquisa muito desenvolvida; temos um centro de documentação porque resolvemos não ter uma biblioteca. Temos tudo informatizado. Qualquer pesquisador, se quiser alguma informação, pode fazer contato conosco. Nós o informaremos em que biblioteca pode ser encontrada a sua informação.

Hoje não faz sentido ter todos os livros e todas as revistas, inclusive não há dinheiro para isso, mas é importante que qualquer pessoa saiba. Então, a área da pesquisa é muito importante. Temos uma produção de livros muita intensa. Cada ano produzimos dois ou três livros. Acabei de lançar um livro há mais ou menos um mês sobre a questão da aposentadoria, a terceira idade, a questão do Terceiro Milênio, os desafios que vamos ter pela frente.

Temos todos esses cursos; oferecemos mais de 120, como falei, para dois mil idosos, em todas as áreas. Temos curso de inglês, francês, alemão, espanhol, na parte de línguas. Temos visitas a museus, temos dança, temos Tai Chi Chuan, temos cursos de sexualidade.

A Aids, no Brasil, está aumentando. Sabem para que faixa etária? Para os idosos. No Rio de Janeiro, a última prevalência, informada pela Secretaria Municipal de Saúde, é que o grupo dos idosos aumentou em 73% do último censo, realizado há dois anos.

Portanto, com 15 milhões de idosos presentes na sociedade, temos de encarar de frente essa situação. Por isso, faço-lhes o convite para visitarem o **site** da Unati, que está bem qualificado.

Como última mensagem, a Organização Mundial de Saúde tem dito muito que não vamos apenas aumentar o tempo de vida. Não se trata apenas de alongar o elástico; temos de qualificar o tempo de vida a mais que será vivido. Este foi o **slogan** da Organização Mundial de Saúde: "Mais vida, mais saudável com qualidade".

A evolução tecnológica está fazendo com que o homem viva mais, e o nosso compromisso é fazer com que esses anos a mais de vida sejam vividos com qualidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Estevão) – Eu gostaria de dizer que, regimentalmente, é proibida a manifestação sobre os pronunciamentos das autoridades ou dos Senadores. Mas eu mesmo me atrevi a quebrar o Regimento e aplaudi a palestra do Dr. Renato Veras, porque é realmente extraordinária.

O conhecimento de causa de S. Sª é profundamente extenso. Ele aborda de uma maneira muito rápida e objetiva todos os temas que dizem respeito à qualidade de vida do idoso. É o que ele disse: não adianta estender a vida se não dermos qualidade a essa extensão. Essa é a grande discussão que a Subcomissão do Idoso pretender travar.

Ao se prolongar a vida dos seres humanos, a ciência, a tecnologia e a medicina não o fazem com a infância, com a adolescência ou com a idade adulta. A única faixa etária da existência do ser humano que está sendo prolongada é justamente a chamada terceira idade. E, como o Dr. Renato lembrou bem, já há que se fazer uma distinção entre a terceira e uma quarta idade, em função de que, com o progresso da medicina e com a melhora da alimentação e da qualidade de vida, a possibilidade de se desfrutar plenamente da vida social e produtiva das pessoas acima de 60 anos hoje é uma realidade.

Aproveito a presença do Dr. Renato para lhe fazer algumas perguntas a respeito do trabalho específico da Unati. O que precisamos é que esse trabalho não seja isolado, ou seja, não exista somente no Rio de Janeiro. Trata-se de um trabalho tão bem-sucedido e vitorioso que precisamos estendê-lo para o resto do Brasil.

Algumas considerações feitas pelo Dr. Renato são verdadeiras. O mundo caminhará para haver muito mais geriatras do que pediatras, por exemplo. Vamos ver, dentro de muito pouco tempo, na minha opinião, por exemplo, escolas públicas sendo desativadas para serem transformadas em centros de convivência de idosos ou de aprendizado de idosos por uma questão numérica. Se, no momento atual, a cada ano 750 mil pessoas se tornam idosas no Brasil, não temos essa quantidade de crianças nascendo no País. Chego a dizer que, em um cálculo aproximado, talvez tenhamos, a cada ano, dois mil idosos para cada criança que nasce no Brasil atualmente. E esse número vai se modificar, aumentando cada vez mais a diferença.

Portanto, essas são reflexões extremamente importantes, de onde surge a pergunta: quem pode preparar o Brasil para a realidade do amanhã? Quem pode e deve fazer isso é justamente o Congresso Nacional, porque no Senado e na Câmara dos Deputados é que são formuladas as leis e discutidas as questões do orçamento da saúde, da Previdência Social, dos direitos e deveres da sociedade perante os idosos.

Por isso, tomei a iniciativa, com o apoio de todos os Pares, Colegas Senadores, de criar a Subcomissão Permanente do Idoso, que estará reunida de forma permanente para que o tema "Terceira Idade, Idoso e Qualidade de Vida" esteja sempre presente na mente dos legisladores brasileiros.

Passo a palavra novamente ao Dr. Renato para lhe fazer algumas indagações. Em primeiro lugar, em que consiste efetivamente o trabalho da Unati, referindo-se à universidade aberta para a terceira idade? Ela foi iniciativa de quem? Foram os idosos que pediram ou foram jovens que, com uma percepção da importância do trabalho, tomaram a iniciativa?

A Universidade da Terceira Idade é formadora de profissionais de nível superior ou é a infantilização da terceira idade, ou seja, apenas um lazer e ocupação de tempo ocioso?

Os cursos oferecidos pela Unati são pagos ou gratuitos? Se forem pagos, como ficam os idosos que não podem pagar? Que tipo de escolaridade o idoso precisa comprovar para freqüentar os cursos da Unati para a terceira idade? Existe limitação de idade? Existem provas a serem feitas para o ingresso na Unati? Existem outras universidades abertas para a terceira idade? Enfim, essas são as primeiras questões que eu colocaria para resposta do Dr. Renato.

O SR. RENATO PEIXOTO VERAS Agradeço as considerações do Senador. Creio que esta é uma oportunidade muito boa para apresentar um pouco do nosso trabalho.

A Unati Universidade Aberta da Terceira Idade é um projeto da UERJ e se deu da seguinte maneira: eu estava na Inglaterra fazendo o meu doutorado nesse período, e o Prof. Américo Piquet Carneiro, um saudoso professor, talvez um dos maiores clínicos que o Brasil já teve, um médico extremamente importante, um homem que, como Midas, onde colocava a mão virava ouro, percebeu, aos 80 anos de idade, a importância de trabalhar com a terceira idade. Apesar de um clínico com essa qualidade, com formação, ele sempre esteve voltado à questão da saúde coletiva, da medicina social, preocupações num campo muito mais amplo. Ao invés do indivíduo, ele trabalhava muito o coletivo.

Começamos a escrever um livro. Eu ainda estava na Inglaterra, quando, na minha volta, resolvemos pensar um pouco mais a questão do idoso. Tínhamos muito claro que não iríamos pensar apenas do ponto de vista médico, já que eu, médico, e o Prof. Piquet Carneiro, médico, seria um programa de medicina. Programas de medicina há vários por aí, não é o caso. Tínhamos clara essa transição demográfica, que o Brasil está ficando cada vez mais velho. Tínhamos que formar pessoal, qualificar pessoas para tratar dos idosos. Por outro lado, há uma carência de serviços neste País para o idoso, que fica em casa, sem fazer nada. Ele fica vendo televisão à tarde, conversando com a vizinha. Isso é bom um ou dois dias, mas, depois de alguns anos, é um tédio total. E por que, então, a depressão aumenta tanto na terceira idade, principalmente nas mulheres? Precisávamos também dar oportunidade, já que esse tema estava cada vez mais relevante, a pesquisadores para trabalhar com esse tema, que tivessem informações qualificadas, o que é feito, o que é produzido no Brasil e no mundo.

Então, apesar dos limites financeiros, não podíamos pensar num projeto único, um projeto pontual, um projeto apenas de atendimento médico. Pensamos grande. Pensamos, portanto, em formar uma mini-universidade.

A partir desse objeto idoso, você trabalha em todas as dimensões: trabalha na formação de recursos humanos, mas também trabalha na informação para o idoso; trabalha na produção científica, no conhecimento acadêmico, na produção de livros e também na informação mais diversificada para as pessoas que não são do Rio de Janeiro, que podem acessar por telefone, por carta ou internet.

Principalmente, não podíamos deixar de lado, até pela minha formação e do Prof. Piquet Carneiro, toda a questão da assistência médica. É uma formação de médicos residentes e ambulatórios, com essa nova concepção. O ambulatório não pode ficar restrito a esse saber limitado do campo biomédico, é um saber muito maior. Um exemplo: fiz uma parceria com a Escola Superior de Desenho Industrial, a ESDI, do Rio de Janeiro, da UERJ, que pertence à nossa universidade, que é muito importante, uma escola de desenho industrial de extrema qualidade. E fomos informados por alguns idosos que eles assistiam à televisão e, ao se levantarem, precisavam de um pegador, alguma forma de auxiliá-los a se levantar, já que o problema articular já estava bastante grave. Isso é uma queixa normal, e todos os geriatras falam nisso.

Havia um grupo de senhoras para o qual não adiantava, por mais que pedíssemos, sabíamos que ele não tinha instalado esses equipamentos. Fiz uma solicitação para que a equipe de assistentes sociais fizesse uma visita a algumas dessas senhoras. Percebi que tinham um poder financeiro maior, moravam em belos apartamentos. É apenas um exemplo emblemático. Elas moravam em regiões melhores do Rio, tinham suas salas com belas gravuras, belos ob-

jetos de arte. Ou seja, é uma coisa muito bonita, muito qualificada. E era praticamente impossível pedir para uma senhora dessas colocar um pegador de banheiro na sua sala, que quebraria toda a harmonia. O que fiz? Solicitei ao pessoal da ESDI que desenhasse algum pegador, alguma coisa arquitetonicamente mais agradável naquele ambiente. Isso é prevenção em saúde. Se não fizermos isso, essa senhora cai e tem uma fratura de colo de fêmur, que custa caríssimo. É uma desagregação social. Compreender os vários segmentos sociais é um dos nossos compromissos.

Outra coisa que fazemos na Unati, para não pensarem que é um programa elitista, são cursos de alfabetização, que oferecemos para o pessoal da Mangueira. A Dª Zica, da Mangueira – ela não freqüentou curso porque é alfabetizada – organizou um grupo de pessoas da favela, da Estação Primeira da Mangueira tão importante para o Rio de Janeiro no carnaval que freqüentassem a Unati. Por outro lado, também organizei é claro que tinha uma questão de divulgação, um certo **marketing** um curso de um professor que fazia poesias gregas e dávamos em duas salas ao lado alfabetização e poesia grega. Então, tinha pessoas de baixo nível, baixa escolaridade com pessoas de alto nível, fazendo essa integração entre grupos sociais distintos.

Na grade curricular da Unati oferecemos tudo que uma universidade pública qualificada poderia oferecer e por isso é de graça. Aliás, de graça não existe, já que todo almoço alguém paga a conta. O cidadão carioca, o fluminense, através de seus impostos, ele mantém a Universidade do Rio de Janeiro e eu, como membro da direção da universidade, quero oferecer o melhor serviço à população que paga os seus impostos.

Infelizmente, hoje, a procura na Unati é de 12.000 pessoas para 2.000 vagas e não temos mais como crescer, porque há um limite físico. Então, esse modelo da Unati estou tentando transportar para as outras universidades, para outros locais, para o setor privado, principalmente com cursos de preparação para a aposentadoria, já que é um transtorno muito grande essa volta para casa. Muitas pessoas – costumo brincar vão conhecer suas esposas no período de aposentadoria, porque saem o dia todo de casa, domingo é o dia da visita dos filhos e não sabem mais como é o dia-a-dia. Por isso acontecem tantas dificuldades nessa volta do período laboral para casa.

Temos essa articulação dos vários setores oferecendo cursos, formação, formando profissionais e, agora, estou organizando cursos para a garotada da graduação em todas as áreas: tecnológica, saúde, educacional e sociológica, para que as pessoas encarem de frente essa questão do envelhecimento.

Envelhecimento é uma transformação importante que impacta em qualquer área que trabalhemos. Se falarmos em saúde, ela fica evidente; se falarmos da previdência, mais ainda; mas, se falarmos na questão arquitetônica – alguém já pensou nisso – a questão urbana nas cidades, já que cada vez teremos mais cadeiras de roda e degraus altos. Em muitos prédios em Brasília não há corrimão, que é fundamental para os velhos. Esta é uma cidade maravilhosa, desenhada pelos maiores arquitetos do mundo e devemos pensar como vamos integrar isso. É uma área que tem espaço para todos e nada melhor do que uma universidade para pensar sempre em inovações.

Por isso, temos que ter cada vez mais pessoas envolvidas no campo da terceira idade, porque ainda me sinto um pouco isolado.

Preciso de mais companheiros ao meu lado para que possamos pensar nas inovações tecnológicas de fundamental importância para dar melhor qualidade e melhor cuidar da população maior de 60 anos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Estevão) – Gostaria apenas de fazer um registro, lembrar que o Dr. Renato Veras falou com muito entusiasmo da nossa cidade que queremos bem, que é Brasília, e que foi projetada por um dos maiores arquitetos e gênios da humanidade. Nunca é demais lembrar que, quando Niemeyer projetou Brasília, tinha 50 anos e até hoje continua projetando e hoje tem 92 anos de idade. Portanto, Brasília é fruto do talento de dois homens, Niemeyer e Lúcio Costa, ambos já na terceira idade, o que é uma mostra da vitalidade e da importância, e construíram essa cidade, que é uma das mais jovens do mundo, do ponto de vista construtivo, ou seja, o idoso sabe pensar à frente, de vanguarda realmente.

O senhor falou em 2.000 vagas anualmente. Que cursos são esses que oferecem 2.000 vagas na Unati?

O SR. RENATO PEIXOTO VERAS – Na verdade, Senador, estamos falando de 120 cursos que oferecem cada cerca de 20 vagas. Temos várias áreas, como de Língua em que temos Inglês, Francês, Espanhol... Agora, não é um inglês qualquer e sim um que desenvolvemos com tecnologia apropriada para o idoso.

Quando vamos nesses cursos oferecidos na cidade é aquela coisa massificada para a garotada, muita repetição, música alta, a forma mais adequada

tecnologicamente para esse grupo etário. Para o idoso fazemos de outra forma. Pegamos a música que tocam o coração da década de 50 e a estrutura gramatical é traduzida e discutida com a pessoa, de forma mais lenta, carinhosa e cuidadosa e ao mesmo tempo trazendo emoção e possibilidade do aprendizado.

Tudo que oferecemos tem esse cuidado de oferecer a tecnologia adequada.

Na parte de literatura, temos vários cursos de literatura portuguesa, parte de línguas, jogos de xadrez, que é muito bom a ativação da memória, ginástica, tai chi, toda uma linha de sexualidade, que eu não havia citado aqui, porque acabou o preconceito de que a mulher, o homem de mais de 60 anos não tem relação sexual, não namora, não sai.

Lá, na Unati, nós já vimos três casamentos. São pessoas que estão juntas, felizes, alegres, participando da vida, estão indo a museus. Nos cursos que nós oferecemos, há visitas a monumentos, histórias da cidade, museus. Temos toda uma linha da parte, digamos, mais cognitiva como exercício de memória, ativação de memória. Temos toda a parte de corpo, de arte, de cinema. A parte histórica, informações sobre economia, como houve a implantação do Plano Real. Então, nós levamos vários economistas, pessoas as mais renomadas para falar aos idosos.

Inclusive, há um dado importante para mostrar para vocês que eu sempre procuro qualificar a questão do envelhecimento. Nós fizemos um jogo de futebol entre os idosos e nós trouxemos para apitar o Zico e o Roberto Dinamite. Por quê? São símbolos de pessoas importantes do Rio de Janeiro. Fizemos uma palestra em um dos aniversários da Unati cujo tema era "Beleza Estética". Eu levei o Ivo Pitangui e a Xuxa.

Meio na brincadeira, mostramos o que há por trás disso: qualificar o idoso. Porque o idoso está muito acostumado a lhe ser oferecido o que há de pior. Quais são os programas de terceira idade que existem no País? Claro que há muitas exceções, mas, na grande maioria, é aquele professor que ele foi contratado por um semestre para dar aula, por exemplo, no curso de Geografia. Uma pessoa bem-formada, com bom currículo, é contratado pela universidade. Normalmente uma universidade privada que tem um contrato temporário. Essa pessoa começa a dar aula e o pessoal percebe que, apesar de ser uma pessoa qualificada, ele não consegue transmitir aqueles ensinamentos. Aí fazem um abaixo-assinado, vai para o Pró-Reitor e é contratado um novo professor para lecionar aquela disciplina. Mas aquele tem um contrato fixo. O que faz? Transfere esse professor para a aula no curso de terceira idade. Isso acontece aos montes pelo País. É um absurdo! Mas isso acontece.

Esse cuidado na qualificação do idoso é que representa valorização. O idoso se sente muito importante lá na Uerj, porque sabe que, se é oferecido para a garotada, para ele vai ser oferecido melhor, ou, pelo menos, nesse patamar, nesse mesmo nível.

A importância de se articular um projeto que dê dignidade, qualidade de vida, cidadania, ensinamento para os idosos e, também, para a população que vai lidar com os idosos, a par da pesquisa e do atendimento médico, quer dizer, um projeto global, é isso que eu entendo como modelo pelo menos o nosso modelo é muito bem-sucedido –, que é inclusive modelo que a Organização Mundial de Saúde. Está como referência mundial. A Unati é um dos exemplos. Eu como Consultor da Organização Mundial de Saúde, tenho viajado muito, tenho apresentado esse apresentado esse projeto e não digo que é a única possibilidade, mas é uma soluçãozinha que nós demos. E é isto que nós temos que fazer: debruçarmo-nos sobre o nosso conhecimento para espalhar a idéia por aí.

No Rio de Janeiro, infelizmente, a Unat oferece atividade para 2.000 pessoas e atendimento ambulatorial para 1.000. No Rio da Janeiro, são 750 mil idosos. Portanto, é hora de as outras universidades pública e privadas e principalmente o setor privado começar a oferecer serviço. Porque, se o idoso em casa está com problema de saúde, ou está sendo mal atendido, certamente, o seu filho vai sair do trabalho e o transtorno social ou o transtorno financeiro que ele pode ocasionar será muito grande.

E nós sabemos que há algumas leis, algumas formas de proteção social. E, se não tem, é hora de o Senado e a Câmara dos Deputados, o conjunto das autoridades deste País encarar a situação. O Brasil mudou, não é mais jovem. Não adianta nós termos só política para jovens, tem que haver política para idosos.

Eu falei, na semana passada, no Ministério da Saúde, que, com esse aumento da prevalência do HIV, da Aids, em população idosa, nós temos que fazer campanhas de distribuição da camisinha só para a garotada. Tem que fazer para os idosos também. E nós temos lá, inclusive, um curso na Unati sobre sexualidade, onde há demonstração de como usar camisinha. Porque nós temos que encarar essa situação.

O que era, no século passado, uma mulher balzaquiana? Era uma mulher de trinta anos. Hoje, eu acho que está nas bancas, no mundo das revistas semanais, eu acho que na Revista **Época** as mulheres depois de 40 estão tendo filho. E é normal.

O Viagra está aí. O que faz o homem alongar o período da sua sexualidade. Até o final do ano deve ser lançado na Europa – no Brasil vai chegar em dois ou três meses o correspondente feminino. Quer dizer, a sexualidade aumenta, a expectativa de vida aumenta, o tempo de vida aumenta. E a sociedade precisa tomar consciência disso para aumentar as possibilidades de essa vida ser vivida de forma mais qualificada.

O projeto da Unati não vou dizer que é o único, é o modelo absoluto. Não. Mas é alguma coisa bem-sucedida. Eu acho que nós devemos copiar as boas experiências, já que as experiências internacionais, que são algumas interessantes, mas normalmente muito caro. O modelo americano, por exemplo, de alta tecnologia, que é a questão residência para idosos, infelizmente não está no poder aquisitivo do conjunto da população brasileira.

O modelo francês das universidades para terceira idade é voltado à parte de ensino. Sabemos que a população de mais de 60 anos possui um nível de escolaridade ainda baixo, já que a população brasileira só agora começa a ter uma formação melhor e entrar na universidade. Na Alemanha e no Japão existe muita tecnologia de ponta, muitos equipamentos, que também fogem um pouco da nossa realidade. A realidade brasileira é a de um país tropical, alegre, com um povo comunicativo. É necessário haver centros de convivência, a antecipação do problema de doenças, informações qualificadas, sem infantilizar o idoso, incorporá-lo à sociedade, criar possibilidades de mercado de trabalho. Quem já esteve na Europa pôde ver que nos museus geralmente há um senhor de terno e gravata ou uma senhora atendendo a clientela, com toda a experiência de vida, toda a sua bagagem cultural passando para os jovens. Aqui no Brasil, não. Aqui, vamos a espaços culturais e normalmente não há ninguém. Quando há, geralmente são pessoas jovens.

Devemos ser criativos a fim de criar mercado de trabalho para essa faixa da população, que atualmente é de 30 milhões e, futuramente, será de 32 milhões. Ninguém está propondo o extermínio. Não há nenhum doido querendo matá-los. Então, o que fazer com essa faixa de 32 milhões da população daqui a pouco? Temos que pensar. A universidade, o Senado Federal e até as leis brasileiras possuem um papel importante e precisam encarar essa população que cresce.

Sempre digo, em minhas conferências, que não sei como estará o dólar no próximo ano, ou o real, ou quem será eleito nas próximas eleições. Mas tenho uma certeza: a cada ano que passa, teremos mais 750 mil idosos na população e alguma coisa a ser feita. Nas agendas políticas tem que ser incluído o problema do idoso. Se nada for feito, faltará, não apenas para o idoso, mas para o conjunto da sociedade. É um grande alerta que acredito deve estar presente em todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Estevão) – Muito obrigado, Professor Renato Veras. Gostaria de fazer uma pergunta sobre o reingresso do idoso na universidade. Por exemplo, atualmente, as pessoas se formam com vinte, vinte e poucos anos de idade, exerce uma profissão durante vinte e cinco a trinta anos e está em uma idade ainda de grande atividade física e extraordinária capacidade intelectual. Mas, de repente, se sente desatualizada para voltar a buscar uma colocação no mercado de trabalho. O normal seria que pudesse voltar à universidade, quem sabe para fazer um outro curso. Todos sabemos, até fiquei espantado, que, na universidade, não sei se na UERJ, um dos menores índices de demanda para um curso era no curso de Engenharia. Havia 12 candidatos por vaga. Quando há 10, 15 anos, era um dos cursos de maior demanda. E cursos que não existiam, hoje, são os de maior demanda nas universidades públicas, o que demonstra que mudou o perfil do aprendizado e o perfil da oferta de emprego.

Como V. Sª analisaria a questão do reingresso da pessoa, a partir de uma certa idade, à universidade? Deveria ser pela fórmula do vestibular?

O SR. RENATO PEIXOTO VERAS – Imagino que deveríamos pensar, em primeiro lugar, em cursos especializados para a população idosa. O exemplo que dei do homem ou da senhora em um museu como recepcionista qualificado é algo interessante. Imagine um currículo onde houvesse língua, informática, cidadania, artes, história da arte. Ou seja, uma coisa nova. Temos que criar algo específico para esse novo grupo etário.

Com relação ao idoso voltar à universidade, existe um problema, que é alvo de discussão no Ministério da Educação, de que deveria haver a garantia de vagas ou cotas para o idoso. Isso foi tentado há algum tempo no Rio de Janeiro, mas me parece que foi mal-sucedido. Houve a garantia de 5% das vagas para os idosos. Mas existem outros segmentos sociais: a mulher, o deficiente, etc. Ou seja, começam as reivindicações. Creio que, no momento, ainda estamos atrasados para oferecer serviços para o idoso que talvez cursos livres, de atualização, informação, desenvolvimento e

tecnologia apropriada para o idoso seja algo muito interessante.

Outra idéia interessante que o Senador acabou de apontar é que é um absurdo universidades públicas com vagas ociosas. Por que não reservar essas vagas não apenas para idosos, mas também outros segmentos sociais? É uma questão que está sendo colocada. Até bem pouco tempo atrás as pessoas não imaginavam o idoso na universidade ou na volta ao aprendizado. O meu projeto é transformar a Unati em uma unidade acadêmica, um instituto, que realize não apenas cursos livres, mas cursos de formação. Penso muito nos cursos de formação nessa área. Procurar um novo campo, um novo mercado de trabalho.

Apenas para ilustrar, logo que comecei a montar a Unati, havia estado na Inglaterra, onde morei muito tempo e conheço bem, e na minha universidade tinha uma loja de **fast food**, um **McDonald's**, que tinha pessoas idosas.

Resolvi, então, fazer uma cartinha para o Diretor de **marketing**, em São Paulo, uma cartinha meio desaforada, dizendo que era um absurdo, que eles não estavam percebendo o perfil demográfico brasileiro, que o Brasil estava envelhecendo e que eles só estavam pensando na garotada, etc. E pensei: vamos ver qual a reação. É claro que com uma carta dessas ou ele rasgava ou me convidava outro dia para uma conversa com ele. Foi o que ele fez, convidou-me para conversar e nos propusemos a formar alguns idosos, assim um tipo de rosto, aquela senhora que vai à mesa e pergunta como está a comida, etc., mesmo que o ritmo seja mais lento, dá um pouco mais de diferenciação para essa loja de sanduíches. E falei para eles: em termos mercadológicos, é interessante que essa senhora, ao ir à loja, está atraindo o seu netinho e está criando um novo mercado consumidor de sanduíches, que vocês não têm entre a população idosa.

Foi muito interessante, fizemos um pequeno piloto, mas como é uma cadeia que é **franchising** nem todas essas pessoas têm essa percepção. O que temos hoje com relação ao idoso no Brasil é que nem todos os empresários, todas as pessoas estão ainda suficientemente alertadas para esse crescimento populacional. As pessoas acham a idéia boa, mas quem sabe daqui a dois ou três anos. Mas eu acho que não, penso que é para agora, para ontem, inclusive.

Se já tivéssemos feito algumas ações nessa linha, que as pessoas chamam de inovadoras ou até inovadoras demais, até um pouco audaciosas... acho que nós precisamos entrar nesse campo de desbravar algumas novidades, porque, se ficarmos num lugar comum, certamente será uma dificuldade.

Um senhor de sessenta anos, que vai ter mais vinte, vinte e cinco anos de vida ativa, não pode ficar em casa, ser desperdiçado. E é esse, na verdade, o compromisso de universidades, de pessoas que estão pensando, pessoas que estão no meio acadêmico, de pensar quais são as áreas que se encaixam bem para o idoso.

Uma cidade como o Rio de Janeiro, a questão do turismo, por exemplo, no Nordeste brasileiro, com as praias, a questão de serviços, a parte de informática, que cresce tanto, o desenvolvimento de **software** ou pesquisas hoje na Internet, que, às vezes, demora-se muito para conseguir acessar a página que você quer. Quer dizer, tem-se muito mercado pela frente, lembrando que a população está envelhecendo no mundo. Estamos falando nos próximos 15, 20 anos. Mas, se fizermos um progressão de mais 50 anos, com o avanço principalmente molecular, ou com o avanço genético, a expectativa de vida chegará certamente aos 130, 140 anos.

Então, daqui a pouco, teremos que pensar em dois períodos de trabalho, onde se tem o primeiro período de trabalho para os 60, 65 ou 70 anos, como for, um período de reorganização e uma volta para um outro trabalho. Temos que pensar à frente, temos que pensar grande, temos que pensar nas dificuldades que temos que enfrentar. E aí é a grande contribuição que as pessoas interessadas na questão da terceira idade, o Senador com o empenho de colocar à frente essa questão no Senado, deve fazer, andar de braços dados, para que a causa da terceira idade seja uma agenda política, uma agenda do dia-a-dia no Senado Federal.

Esse, na verdade, é o meu grande interesse. Por isso, o meu grande prazer de estar aqui e o meu agradecimento por esse convite.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Estevão) – Mais uma vez quero agradecer, penhoradamente, em nome do Senado Federal e da Subcomissão Permanente do Idoso e da Comissão de Assuntos Sociais a presença do Dr. Renato Peixoto Veras e dizer a ele que esta é a terceira reunião de trabalhos que realizamos. Pretendemos ter uma agenda muito forte para o próximo ano. No próximo ano, inclusive, o Brasil vai sediar uma Conferência Internacional sobre a Questão da Terceira Idade. O Dr. Renato me lembrava aqui que o Presidente da Organização Mundial de Saúde para as Questões da Terceira Idade é um médico brasileiro, o que mostra, realmente, que o mundo inteiro está preocupado com o rápido processo de mudança do perfil demográfico da população brasileira.

O mundo se preocupa com essa questão do Brasil de amanhã e, mais do que ninguém, nós temos o dever de nos preocuparmos, porque cabe a nós, como eu disse, formatar este Brasil, que vai proporcionar que a extensão do período de vida, como o Professor Renato disse, que pode chegar num futuro muito breve a 120 ou mais anos de idade, se faça com o pleno exercício da cidadania, com possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, em escolas e universidades para reciclagem de aprendizado e com a integração plena do idoso na vida da sociedade.

Agradeço muito ao Professor Medeiros, que tem me dado uma extraordinária colaboração no sentido de procurar dinamizar e implementar os trabalhos desta Comissão, ele que hoje é um contratado da Universidade de Brasília. Recomendaria, inclusive, que, se possível, houvesse um encontro do Dr. Renato nessa ou em outra próxima oportunidade conosco com a Reitoria da UnB, para vermos que passo poderíamos dar no sentido de aproveitar a experiência da Unati e implementá-la no Distrito Federal, já que temos a Universidade de Brasília que é um padrão de excelência em ensino, uma das melhores universidades brasileiras, e agradecer a presença aqui das amigas e amigos do Clube dos Cinmüentões, lembrando inclusive que é um clube do qual já tenho direito, por idade, a fazer parte.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h55min.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da 16ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 51ª Legislatura, realizada em 23 de junho de 1999.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e três de junho do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores, Romeu Tuma, Pedro Piva, Mauro Miranda, Bernardo Cabral, Emilia Fernandes, Artur Da Tavola, Geraldo Althoff, Carlos Wilson, Hugo Napoleão, João Alberto Souza, Lúdio Coelho, Mozarildo Cavalcanti, Wellington Roberto, Lucio Alcântara, Eduardo Suplicy e José Fogaça. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se à apreciação dos itens constantes da pauta. Dando início aos trabalhos, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Senador ROMEU TUMA, Relator do item 01 da pauta; Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1999, "que Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências". Colocado em discussão faz uso da palavra pela ordem a senadora EMILIA FERNANDES. Ficam adiados por falta de **quorum** para deliberação os itens 02 e 03 da pauta. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião conjunta, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **José Sarney**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

A nossa reunião de hoje é uma reunião extraordinária em virtude de ontem, que era o dia da realização de nossos trabalhos, não termos tido número, em face das votações no plenário que se prolongaram até o fim do expediente, e, além disso, o Regimento proíbe a reunião de comissões concomitantemente com o plenário.

Em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Temos hoje dois projetos em pauta.

Item nº 1– Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1999, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria Agência Brasileira de Inteligência, Abin, e dá outras providências. Esta matéria já foi objeto de leitura do parecer nesta Comissão, tendo pedido vista a Senadora Emilia Fernandes. Foi concedida uma vista coletiva também solicitada pelo Senador Artur da Távola. Depois de duas semanas estamos trazendo mais uma vez o assunto para a decisão final da Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, que é o Relator da matéria.

O SR: ROMEU TUMA – Sr. Presidente, como V. Exª já afirmou, esta matéria já foi discutida e praticamente já tínhamos entrado em fase de votação. A Senadora Emilia Fernandes pediu vista na

penúltima reunião e, pela sua ausência, V. Exª suspendeu a discussão final, para que S. Exª pudesse estar presente.

Rejeitei a emenda da Senadora Emilia Fernandes porque, embora um pouco nos moldes da emenda do Senador José Eduardo Dutra, que era contra a criação das DEAS, a respeito das quais forneci a explicação necessária e me pediram as contas do número de funcionários, se contrapõe um pouco às razões apresentadas pelo nobre Senador, considerando que havia número suficiente no antigo SNI, na Abin de hoje, para os estoques do Governo sobre os DEAS. Expliquei, então, e isso vem ao encontro da preocupação da Senadora Emilia, que é a renovação dos quadros. Parece-me que essa é a idéia principal de S. Exª, que também acho justa, mas seria praticamente impossível se anular todos os funcionários que existem hoje na Abin, que foram transferidos para a Abin, e recomeçar com nomeações para todos os quadros. O Governo se propôs a criar um número de DEAS destinados à contratação de pessoal realmente qualificado e preparado para a agência, para poder inclusive atender com presteza a todas as informações solicitadas pelo Congresso, através da comissão que vai ser formada para fiscalizar as atividades da Agência Brasileira de Informações.

Rejeitamos, então, porque o projeto está perfeitamente enquadrado nas necessidades do País e a única emenda que fizemos foi definindo quais serão os membros dessa Comissão do Congresso, tanto pela Mesa da Câmara como pela Mesa do Senado.

Era isso que tinha a expor, em vista de já ser do conhecimento da maioria dos membros toda a discussão do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Sr. Presidente, está havendo uma concomitância de horários entre a Comissão de Relações Exteriores e a de Educação. Por coincidência, eu faço parte das duas, e mais da CPI.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – E o Presidente também faz parte da Comissão de Educação.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – E o Presidente também, exatamente. E como lá tenho umas tarefas de relatoria, pediria a V. Exª e aos Pares que pudesse deixar o meu voto favorável já consignado – as formalidades estão todas cumpridas – e me retiraria para a Comissão de Educação, se V. Exª não se importar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Eu pediria a V. Exª que ficasse um minuto para que tivéssemos a Comissão com a sua maioria.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Tenho medo que a matéria entre em discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Mas eu queria submeter a matéria, porque sua discussão é exclusivamente a respeito da emenda da Senador Emilia Fernandes. Então, submeteria a votos a matéria ressalvada a emenda.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação a matéria, ressalvada a emenda da Senadora Emília Fernandes.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Assim, considero aprovado o parecer ressalvada a emenda da Senadora Emilia Fernandes.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra a nobre Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ilustre Relator, Senador Romeu Tuma, sem dúvida esse Projeto de Lei nº 07, de 1999, da Câmara, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e dá outras providências.

A matéria foi ao exame da Comissão de Constituição e Justiça, veio a esta Comissão de Relações Exteriores. Nas duas oportunidades, o ilustre Senador Romeu Tuma foi o Relator. Na apreciação do projeto, foram apresentadas algumas emendas, sendo que uma delas foi acatada pelo Relator da Comissão e as outras, rejeitadas.

Além de ressaltar o excelente trabalho do Relator, quero aqui registrar que a emenda que S. Exª acatou, na nossa avaliação, deu mais consistência ao texto, pois estabeleceu a competência daqueles que realmente devem fazer o controle de fiscalização externa das atividades de inteligência – os membros do Congresso Nacional.

Os pareceres do Senador mereceram o nosso apoiamento. No entanto, pedimos vista da matéria porque a consideramos importante e precisávamos analisá-la. Consideramos que o parecer atendeu, inclusive, aos ditames de técnica legislativa.

Mas, a título de contribuição, buscamos melhorar a proposição, tornando-a mais consistente com a realidade atual do País. Então, apresentamos

uma emenda, que, lamentavelmente respeitamos a decisão , foi rejeitada pelo Relator. O nosso objetivo, até por razões de bom senso, era a não-transferência do pessoal da inteligência locado hoje na Casa Militar da Presidência da República para a nova agência a ser criada.

O Senador José Eduardo Dutra debateu essa matéria na Comissão de Constituição e Justiça, oportunidade em que tentou impugnar a criação de novos cargos em comissão para a estruturação da ABIN, sob o argumento, em síntese, de que não seria apropriado o aumento de despesas, nesta fase de contenção, pois bastaria deslocar o pessoal da Casa Militar para esse órgão.

A avaliação que fazemos, contudo e acredito que a sociedade brasileira vem fazendo o mesmo – é que se trata de um fato público e notório e há um manto de incertezas – para não dizer suspeição – a respeito da conduta de alguns agentes – não queremos generalizar – da inteligência locados na Casa Militar da Presidência da República. Os fatos estão aí para comprovar.

Então, por isso estávamos pensando que, ao invés do que havia proposto o Senador Dutra, o mais adequado seria obstaculizar a transferência desse pessoal para a ABIN.

Acredito que essa questão do custo não seria a mais importante, mas, diante da negativa – e vejo que a decisão da maioria da Comissão é no sentido de apoiar o parecer contrário à nossa emenda –, apenas queremos registrar a nossa preocupação porque entendemos que hoje há fatos e dados que não estão suficientemente esclarecidos o que, de certa forma, nos preocupa.

Registramos, assim, nossa preocupação sobre a proposta que apresentamos; mas nos dobramos à decisão da maioria logicamente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) A matéria já foi aprovada, e a Senadora Emilia Fernandes pede apenas que se registre a sua posição e o seu voto favorável a sua emenda. A Ata fará constar o voto da Srª Senadora.

Sendo assim, considero aprovado o parecer pela Comissão.

O Item 2 é um requerimento do Senador Tião Viana no sentido de criarmos uma Comissão da Amazônia – patrimônio ameaçado.

Como o Senador Tião Viana está ausente, vou, então, adiar a matéria, se os Srs. Senadores concordarem. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h48min.)

Ata da 17ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 51ª Legislatura, realizada em 3 de agosto de 1999.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia três de agosto do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissao de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores, Pedro Piva, Mauro Miranda, Bernardo Cabral, Tiao Viana, Emilia Fernandes, Artur da Tavola, Mozarildo Cavalcanti, José Fogaça, Gilberto Mestrinho, João Alberto Souza, Jose Jorge e Lauro Campos. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião conjunta destina-se à apreciação dos itens constantes da pauta. Dando início o senhor Presidente concede a palavra ao senhor Senador Mozarildo Cavalcanti, Relator do item 01 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1998, "Que dá nova redação a dispositivo da Lei nº 2929, de 27 de outubro de 1956, que disciplina o processo de alteração ou retificação de idade dos Oficiais das Forças Armadas e dá outras providências".Colocado em votação o parecer com emenda redacional é aprovado. Na seqüência faz uso da palavra o senhor Senador João Alberto Souza, Relator do item 02 da pauta; Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 1999, "Que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica, em Brasília, em 28 de agosto de 1997". Colocado em discussão e, não havendo quem queira discutir, é aprovado o Parecer. Na seqüência, o senhor Presidente concede vistas do item 03 da pauta ao senhor Senador Tião Viana. Ficam adiados os itens 04 e extra-pauta. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião conjunta, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **José Sarney,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está aberta a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Vamos iniciar os nossos trabalhos e a pauta de hoje envolve três matérias submetidas a parecer da Comissão e dois requerimentos.

Item 1 :

Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1998, que dá nova redação a dispositivo da Lei nº 2.929, de 27 de outubro de 1956, que disciplina o processo de alteração ou retificação de idade dos oficiais das Forças Armadas e dá outras providências.

O Relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti, a quem concedo a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como já foi distribuído a todos os Srs. Senadores, vou me ater à leitura do voto.

Pelo exposto, opino favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 47, 1998, observada a seguinte emenda substitutiva de redação: Projeto de Lei da Câmara nº 47, dá nova redação a dispositivo da Lei nº 2.929, de 27 de outubro de 1956, que disciplina o processo de alteração ou retificação de dados das Forças Armadas e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art.3º, da Lei nº 2.929, de 27 de outubro de 1956, alterada pela Lei nº 3.507, de 27 de dezembro de 1958, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º, § 1º A idade do oficial não poderá ser alterada ao retificada quando: a) consignada por mais de cinco anos consecutivos em seus assentamentos militares ou no almanaque da respectiva força, exceto nos casos em que ficarem patentes os erros administrativos previstos nas alíneas **"a", "b"** e **"c"** do **caput** deste artigo; b) o requerente tiver verificado praça com idade inferior a que deveria possuir, contrariando a legislação em vigor na época do alistamento, seleção ou matrícula em escola preparatória ou de formação.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Relator propõe uma emenda substitutiva ao projeto original.

Como a emenda uma vez aprovada passa a ser da Comissão, pediria ao Relator que explicitasse a diferença entre a emenda substitutiva e a emenda original.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI – Na emenda original as alterações propostas, a mudança do § 1º do art. 3º não muda a substância mas a torna doutrinária e objetiva. A reclusão de exceções à proibição de alteração, ou seja, a retificação de idade do oficial no inciso I do § 1º é medida de justiça, pois se a incorreção foi causada por erro administrativo que não prejudica o interessado não há por que não corrigi-la.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Vejo que V. Exª explica à Comissão o que eu desejava de que se trata de uma emenda redacional, que não atinge o cerne da matéria, sendo assim, é uma emenda para esclarecer mais o texto e não uma emenda de substância.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI De redação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os Srs. Senadores que aprovam o parecer com a emenda substitutiva queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 2: Projeto de Decreto Legislativo nº 117, que aprova o texto do acordo de cooperação técnica, celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica, em Brasília, em 28 de agosto de 1997.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Alberto Souza, Relator da matéria.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senhor Presidente da República, em conformidade com o disposto no art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submete à consideração dos membros do Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos nº 407, de 18 de novembro de 1997, do seu Ministro de Estado e Relações Exteriores, o texto do acordo de cooperação técnica celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da Jamaica, em Brasília, 28 de agosto de 1997.

Sr. Presidente, o meu relatório e parecer foram distribuídos a todos os Srs. Senadores. Assim sendo, eu gostaria de pronunciar o meu voto.

Em face do exposto e concordando com o conhecimento do Sr. Ministro das Relações Exteriores, Luís Felipe Lampreia, de que o intercâmbio comercial entre os dois países situa-se aquém de suas possibilidades, votamos pela aprovação do presente acordo, para desenvolvê-lo em bases recíprocas e confiáveis. Afinal, a Jamaica é a terceira maior ilha do mar do Caribe, com bom pólo turístico e boa atividade hoteleira, além de grande produtora de bauxita e de cana-de-açúcar.

É o meu voto, é o meu parecer pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável à aprovação do acordo.

Os Srs. Senadores que aprovarem permaneçam como se encontram. (Pausa).

Aprovado.

Item 3 da pauta.

Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 1999, que aprova o texto do acordo de cooperação judiciária em matéria penal, celebrado entre a República Fede-

rativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA Sr. Presidente, com base no Regimento Interno, solicito vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem V. Exª a vista solicitada.

Item IV. Requerimento.

Requeiro, nos termos dos incisos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada por esta Comissão uma audiência pública, nos moldes de uma mesa-redonda, sobre o tema **A Amazônia, Patrimônio Ameaçado,** com as seguintes autoridades: Comandante do Exército, General Gleuber Vieira; Ministro das Relações Exteriores, Ministro Luís Felipe Palmeira Lampreia; Ministro do Meio Ambiente, Deputado José Sarney Filho; representante da Greenpeace, o Padre Paulino Baldassare e o Senador Gilberto Mestrinho.

A Presidência teve oportunidade de dialogar com o Senador Tião Viana a respeito desse requerimento. O objetivo de S. Exª é abrir uma discussão sobre o problema da Amazônia, sobre os diversos aspectos. Nesse sentido, solicitei ao Senador Tião Viana que remetesse à Mesa, detalhadamente, os objetivos que deseja alcançar, bem como uma proposta da temática a ser abordada pelas diversas autoridades que S. Exª sugere.

Em face dessa diligência, ele concordou em enviar à Mesa um documento nesses termos. Diante dessa nova posição, acho que a Comissão terá oportunidade de decidir, tendo absoluta liberdade para escolher os depoentes e cada um na sua data marcada, uma vez que também ponderei a S. Exª que, nesta comissão, seria inusitado que promovêssemos uma mesa-redonda, já que um seminário seria de maior profundidade e atingiria os mesmos objetivos.

Concedo a palavra ao Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA Sr. Presidente, já que está aberta a hipótese das sugestões para essa matéria, creio que seria interessante sugerir ao Senador Tião Viana a inclusão do nome do poeta Thiago de Melo nessa relação, até porque é um parecer não oficial junto à pessoas que são extremas conhecedoras dessa matéria como as que estão ali indicadas. Uma pessoa que mora na Amazônia, que se tem constantemente manifestado.

Sugeriria também colocar o nome do Ministro Chefe da Casa Militar, de vez que nesta Casa se discutiu com grande intensidade na legislatura passada a questão do Sivam e, portanto, toda essa matéria relacionada com a questão da segurança da Amazônia. É interessante como matéria a ser agregada à oportuna sugestão do Senador Tião Viana.

O meu único receio quanto a essas Comissões, com alguns anos de experiência aqui e na Câmara, é que, infelizmente, venham as pessoas a falar para muito poucos Senadores. De qualquer maneira, se pudéssemos obviar isso conseguindo uma presença um pouco mais gratificante para quem é convidado, seria também uma terceira sugestão que eu deixaria aqui, sobre a mesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem a palavra V. Exª

O SR. MOREIRA MENDES – Queria apenas registrar a minha alegria pelo requerimento formulado pelo Tião Viana, que demonstra a preocupação desse ilustre Senador com a nossa Amazônia. Quero parabenizá-lo, portanto, por essa atitude, sem com isso, entretanto, reservar-me com relação ao nominato e à escolha das autoridades que deverão prestar os seus depoimentos aqui.

Concordo, igualmente, com a observação feita pelo Senador Artur da Távola com relação à falta de platéia para tão importante evento. Fica aqui, portanto, reforçando a palavra de S. Exª, a lembrança de que esse é um tema da mais extrema importância para os brasileiros, sobretudo para nós, que vivemos na Amazônia. Se o evento vier a acontecer, os Senadores deverão prestigiá-lo, comparecendo e debatendo o assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Obrigado, Senador Moreira Mendes.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra, o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Presidente, eu sugeriria ao Senador Tião Viana que as pessoas que virão falar sobre Amazônia o fizessem perante a Comissão, porque interessam a todos nós os problemas amazônicos e, assim, teríamos não somente platéia maior, como conhecimento melhor, no universo de Senadores e das pessoas que vierem, da questão amazônica e do enfoque de cada uma delas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra, o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradeço ao Presidente José Sarney pela cla-

reza com que expôs a minha intenção de debate. Gostaria apenas de acrescentar que aceitei prontamente a sugestão de S. Exª porque é fruto de uma memória histórica do comportamento da Comissão e porque achou que uma ordem funcional que pudesse ser feita, atendendo a uma diminuição do número de debatedores, poderia contribuir mais com a minha intenção. Por isso, aceitei-a prontamente.

Acredito que o debate sobre a Amazônia deva estar na ordem do dia do Brasil e, por isso, a Comissão de Relações Exteriores se atualiza profundamente quando o propõe. Tentei sugerir esses componentes exatamente para elevar a figura forte, sábia e de amor ao Brasil que tem tido o Exército brasileiro, pois, em relação à questão amazônica, é quem está na vanguarda do debate. Lamentavelmente, as outras forças do Governo Federal não estão acompanhando essa velocidade e a responsabilidade com que o Exército brasileiro tem atuado nessa questão.

Também tentei estabelecer a presença do contraditório. Sem ele, não haveria riqueza num debate que não é somente da Comissão de Relações Exteriores, mas do Brasil. No entanto, acatei prontamente a sugestão de uma experiência que S. Exª tem aqui, maior do que a de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Muito obrigado.

Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Tião Viana, até apresentei um requerimento, extrapauta, propondo a inclusão de mais dois debatedores, quer dizer, concordando plenamente com a idéia do Senador Tião Viana de que esse tema, Amazônia, está incluído dentro do tema da defesa nacional.

Realmente, o Exército brasileiro está na vanguarda desse problema e, na verdade, tem sido até atrapalhado por outros órgãos do próprio Governo. Então, são oportunos o debate e a interferência do Presidente da Comissão no sentido de dar a esse evento uma organização melhor e, a nós, a oportunidade clara de proporcionarmos um debate que tenha começo, meio, fim e conseqüência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, cumprimento V. Exª pela orientação dada à Comissão e também ao Senador Tião Viana pelo formulação do requerimento. Entretanto, sugiro ao Senador Artur da Távola inclusive pode ser o General Cardoso que seria importante o comparecimento do atual responsável pela implantação do Projeto Sivam, a fim de que tomássemos conhecimento de como anda o projeto, ou seja, em que pé ele se encontra e quanto tempo ainda falta para a sua completa implantação.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Acato a sugestão de V. Exª, que, acredito, mais oportuna e mais adequada do que a que eu fiz.

O SR. ROMEU TUMA – Penso que assim teríamos uma idéia real do projeto. Acredito que também seria útil discutirmos a respeito do Projeto Calha Norte, que, me parece, está totalmente abandonado. Trata-se de um projeto que V. Exª implantou em Tabatinga, em sua segunda fase, com um resultado altamente positivo. Posteriormente ele foi abandonado, e hoje praticamente não há verba nem para a manutenção de suas unidades. Portanto, poderíamos discuti-lo, inclusive no sentido de termos uma visão orçamentária futura, a fim de que tais projetos possam tramitar sem que nos preocupemos, como, por exemplo, o discurso proferido hoje, em Plenário, sobre a internacionalização da Amazônia – acredito que proferido por V. Exª, oportunidade em que o cumprimento.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Senador Romeu Tuma, o Projeto Calha Norte foi o projeto mais importante e mais racional de integração da Amazônia, especialmente das longas fronteiras da Região à comunidade nacional, e que, inexplicavelmente, foi abandonado.

O SR. JOÃO ALBERTO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO – Sr. Presidente, é de louvar a atitude do Senador Tião Viana por apresentar o requerimento em que todos discutiremos sobre a Amazônia. V. Exª é Presidente da Comissão e talvez conheça melhor do que nós os problemas da Amazônia. Creio que V. Exª, que foi Presidente da República, Governador de um Estado que também faz parte da Amazônia, poderia, juntamente com o Senador Tião Viana, coordenar a vinda dessas pessoas à Comissão. Inclusive que não fosse feito um grande debate e, como disse o Senador Artur da Távola, que não tivéssemos platéia nesse grande debate. Tenho a impressão de que, como conhecedor da Amazônia, V. Exª poderia coordenar a reunião nesta Comissão com êxito, conforme a vontade de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Estabeleci, com o Senador Tião Viana, uma sistemática para a abordagem deste assunto. Em primeiro lugar, traçaremos os objetivos dessa série de palestras

que aqui serão proferidas, a nível de um seminário, uma reflexão sobre a Amazônia. Uma vez definida essa agenda, então teríamos um núcleo básico das pessoas que ouviríamos. Em seguida, não será uma audiência fechada de um determinado número de pessoas. À proporção que o debate for se processando, se necessário, com a colaboração de todos os Senadores, poderemos ouvir outras pessoas, por sugestão dos Srs. Senadores, ou por necessidade mesmo do próprio seminário. Creio que adotando essa sistemática, estaremos caminhando no sentido de darmos uma contribuição ao debate. Caso a Comissão concorde, será essa a diretriz adotada.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, esclareço ao Senador João Alberto que eu teria imensa honra em acompanhar o seminário sob a coordenação do Presidente José Sarney. Aliás, quando fiz a sugestão de pauta e de nomes foi exatamente transferindo toda a confiança a fim de que a Presidência da Comissão coordenasse todo o seminário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª teve essa compreensão desde o início.

O Item 5 da pauta é um requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti também nesse mesmo sentido. Penso que o requerimento se encontra prejudicado em face da decisão tomada sobre o outro requerimento.

Está encerrada a apreciação da pauta.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Sr. Presidente, creio que aqui é o lugar adequado para eu manifestar o que se segue. Quero apenas manifestar a minha profunda estranheza e decepção ao ver uma fotografia do Presidente Fernando Henrique Cardoso condecorando com a Ordem do Rio Branco o Ditador Fujimori.

Uma coisa são os deveres de Estado que implicam na convivência entre governantes, e todos nós e V. Exª mais do que ninguém o sabemos e conhecemos. Outra coisa são atos simbólicos, que ficam muito graves em alguém que sempre se caracterizou por defender a democracia, que passou por agruras pelas quais todos passamos e que, uma vez no poder, simbolicamente, a meu juízo, não pode, nem mesmo com os deveres de Chefe de Estado a condecoração da Ordem do Rio Branco nada tem a ver diretamente com isso, embora seja o Presidente da República quem a defira –, nem de longe, numa ordem democrática, entregar essa comenda a um sistema de governo absolutamente ditatorial na América do Sul.

Manifesto esse meu posicionamento nesta Comissão, porque aqui é o lugar em que devemos debater essas matérias. E me parece oportuno abordá-las.

Isso se deu quando o Congresso estava em recesso, e, naquela ocasião, não tivemos oportunidade de manifestar essa decepção, a qual manifesto aqui de público com a mesma franqueza com a qual tantas vezes tenho apoiado o Governo do Presidente Fernando Henrique.

Sinceramente, não esperava chegar ao ponto em que o Presidente da República, do meu Partido, condecorasse ditadores com tanto empenho e com tanta alegria como foi feito.

É a comunicação que queria fazer à Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª.

Quero apenas lembrar a todos os membros da Comissão que está sendo feita a disseminação seletiva de informação sobre tudo o que ocorre no setor internacional, para melhorar o trabalho da Comissão e, ao mesmo tempo, para servir de subsídio ao trabalho dos Srs. Senadores.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h09min.)

Ata da 18ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 51ª Legislatura, realizada em 10 de agosto de 1999.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia dez de agosto do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores, Pedro Piva, Mauro Miranda, Bernardo Cabral, Tião Viana, Emilia Fernandes, Artur da Tavola, Mozarildo Cavalcanti, Gilberto Mestrinho, Moreira Mendes, João Alberto Souza, Jose Jorge, Pedro Simon, Romeu Tuma e Paulo Souto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se à apreciação dos itens constantes da pauta. Dando início o senhor Presidente concede a palavra ao senhor Senador Moreira Mendes, Relator

do item 02 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo n.º 118, de 1999, " Que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 21 de novembro de 1997". Colocado em votação o parecer é aprovado. Na seqüência faz uso da palavra o senhor Senador Gilberto Mestrinho, Relator do item 03 da pauta; Projeto de Decreto Legislativo n.º 120, de 1999, "Que aprova o texto da Emenda ao estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil-CLAC, Resolução A13-1(Ampliação da área Geográfica da CLAC para a Incorporação de outros Estados da América), decidida na 13º Assembléia, realizada em Santiago do Chile, de 21 a 24 de julho de 1998". Colocado em discussão,e, não havendo quem queira discutir , é aprovado o Parecer. No prosseguimento, o senhor Presidente concede a palavra ao senhor Senador Romeu Tuma, Relator do item 04 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo n.º 125, de 1999, " Que aprova o texto da Convenção sobre os Aspectos Civis do Seqüestro de Crianças,concluída na Cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980, com vistas à Adesão pelo Governo Brasileiro". Colocado em votação o parecer é aprovado. Dando continuidade faz uso da palavra o senhor Senador Bernardo Cabral, Relator do item extra-pauta; Projeto de Decreto Legislativo nº119, de 1999, "Que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996". Colocado em votação é aprovado o Parecer. Fica adiada a apreciação do item extra-pauta. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião conjunta, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **José Sarney**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está aberta a sessão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Esta é a 18ª Reunião Ordinária.

Na pauta dos nossos trabalhos, há um requerimento e três projetos de lei.

O Item 01 da nossa reunião é o requerimento do Senador Tião Viana pedindo que a Comissão realize um seminário com o tema "A Amazônia, patrimônio ameaçado". Na sessão passada, a Comissão decidiu que o Senador Tião Viana apresentasse detalhadamente os objetivos desta reunião com a temática a ser abordada. Ele remeteu à Presidência da Comissão uma proposta, e estamos fazendo distribuir a todos os membros da Comissão para que a examinem e apresentem sugestões e, na próxima reunião, então, com as sugestões apresentadas, nós a colocaremos em votação definitiva, com o formato proposto de como realizaríamos o seminário. Se a Comissão assim decidir, será esse o procedimento.

O item 02 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 118 que aprova o texto do acordo básico de cooperação científica, técnica e tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 21 de novembro de 1997. É Relator da matéria o Senador Moreira Mendes, a quem concedo a palavra.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, com a aquiescência da Mesa, vou-me permitir a dispensa do relatório e passar ao parecer, tendo em vista que já foi distribuído aos eminentes pares cópia do relatório.

Parecer.

Conforme a exposição de motivos do Exmº Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, o acordo em apreço visa a substituir e a atualizar o ato internacional que vinha amparando a cooperação científica, técnica e tecnológica entre o Brasil e a Federação Russa, que se tornou obsoleto em vista das transformações ocorridas naquele país quando da extinção da União Soviética. A principal inovação em relação ao acordo anterior é a participação na cooperação de empresas públicas e privadas. Por outro lado, o art. 5º regulamenta a questão da propriedade intelectual resultante das pesquisas a serem desenvolvidas. À luz desse dispositivo, as partes comprometem-se a garantir a proteção desses direitos, segundo à legislação vigente em seus respectivos países e em conformidade com os compromissos assumidos por eles.

As iniciativas de cooperação em âmbito internacional, que buscam dinamizar e aprimorar a pesquisa científica e tecnológica, prestam excelente contribuição ao progresso social e econômico das sociedades desenvolvidas, estreitando ainda mais as relações entre as instituições dos países em questão.

Assim sendo, reputamos o diploma legal em tela como do mais alto interesse para o Brasil, particularmente tendo em vista o seu objetivo de promoção e intensificação da pesquisa no campo da ciência e da tecnologia.

Em vista de todo o exposto, voto favoravelmente à aprovação do texto do acordo básico de cooperação científica, técnica e tecnológica celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação Russa, em Brasília, em 21 de novembro de 1997, na forma do Projeto de Decreto Legislati-

vo nº 118, de 1999, PDC nº 783/99 na Câmara dos Deputados.

É o voto e o parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável.

Os Srs. Senadores que aprovarem o parecer permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item 03:

"Projeto de Decreto Legislativo nº 120, que aprova o texto da emenda ao Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil, Resolução nº A-13/1, ampliação da área geográfica da CLAC para a incorporação de outros Estados da América, decidida na 13ª Assembléia realizada em Santiago do Chile, de 21 a 24 de julho de 1998".

É Relator da matéria o Senador Gilberto Mestrinho, a quem concedo a palavra.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Presidente da República submeteu ao Congresso o Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 1999, aprovando o texto da emenda ao Estatuto da Comissão Latino-Americana da Aviação Civil CLAC para a incorporação de outros Estados da América, o que foi decidido na reunião de Santiago, de 21 a 24 de julho de 1998.

O objetivo é o de ampliar a área geográfica da CLAC, tendo em vista que o art. 1º do seu Estatuto só permite adesão de países da América do Sul, América Central, México e Caribe. Em face disso, foi elaborada a emenda, o que leva a deduzir que as alterações analisadas são de ordem quantitativa e terminológica, e não invalidam os objetivos iniciais da CLAC.

Não há o que se objetar das inovações, como esse aplauso por ter ensejado a transformação de um instrumento restrito em organismo de alcance pan-americano, capaz de possibilitar uma maior integração da região, o adequado tratamento de termo de interesse mútuo, o estabelecimento de mecanismos de cooperação e a superação de eventuais divergências.

Por isso, votamos favoravelmente à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Parecer favorável.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 4:

"Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 1999, que aprova o texto da Convenção sobre os Aspectos Civis do Seqüestro Internacional de Crianças, concluída na Cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980, com vistas à adesão pelo Governo brasileiro.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, em substituição ao Senador Romeu Tuma.

O SR. JOSÉ JORGE – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto já foi distribuído, como o Presidente José Sarney acabou de citar, e aprova o texto da Convenção sobre os Aspectos Civis do Seqüestro Internacional de Crianças, concluído na Cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980. Portanto, esse projeto é bastante antigo. O Brasil praticamente está entrando depois de 20 anos.

Lerei o voto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Mas o projeto chegou à Comissão recentemente.

O SR. JOSÉ JORGE – Ótimo. Lerei o voto.

"A Convenção sobre os Aspectos Civis do Seqüestro Internacional de Crianças busca fornecer instrumentos legais destinados a promover a proteção da criança, no plano internacional, dos efeitos prejudiciais resultantes de mudanças de domicílio ou de retenções ilícitas. Visa, ademais, estabelecer procedimentos que garantam o retorno imediato da criança ao estado de sua residência habitual, bem como assegurar a proteção do direito de visita. Para tanto, são criados mecanismos de cooperação entre as autoridades centrais dos Estados contratantes, que deverão cooperar, entre si, para assegurar a proteção das crianças e alcançar os objetivos da Convenção.

Dada a importância de ser revista a proteção dos interesses da criança em todas as questões relativas à sua guarda, e, tendo em vista que a presente Convenção não conflita com o Estatuto da Criança e do Adolescente* Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 adotando, ademais, uma abordagem fundamentada nos direitos humanos, constitui ela, a nossa ver, relevante avanço jurídico no que diz respeito à legislação internacional em matéria de proteção de menores.

Em face do exposto, voto favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 1999, que aprova o texto da Convenção sobre os Aspectos Civis do Seqüestro Internacional de Crianças, celebrado na Cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980. O nosso voto é favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Parecer favorável.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 5 da pauta:

"Projeto de Decreto Legislativo nº 119, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em matéria penal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996.

O Relator é o Senador Pedro Simon, a quem concedo a palavra.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com base no art. 84 da Carta Magna, o Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 485, de 29 de abril de 1997, submete ao exame dos senhores membros do Congresso Nacional o texto de acordo de cooperação judiciária em matéria penal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, no dia 28 de maio de 1996, em Paris.

Acompanha o citado documento a competente exposição de motivos, datada de 25 de abril de 1997, do Sr. Ministro das Relações Exteriores.

O estudo feito pelo Senador Bernardo Cabral diz que está tudo solidamente correto e, pelo que S. Exª expõe, a aprovação do texto do acordo de cooperação judiciária em matéria penal, celebrado entre o Governo de Paris e o Governo brasileiro, deve ser aprovado integralmente por esta Comissão.

É o parecer favorável, que nós endossamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.

Aprovado.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Se fosse possível, eu gostaria de falar sem a televisão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em reunião secreta?

O SR. PEDRO SIMON – Não, não precisa ser secreta, só gostaria que não estivesse presente a televisão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª está com um fato raro aqui na nossa Comissão.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, primeiramente não é verdade. Se o amigo verificar, vai ver que são muitas vezes em que falo...

Sr. Presidente, estou vindo de Buenos Aires, onde estive com nosso Embaixador. Disse-lhe que, com relação a essas conversas que tivemos sobre a situação do Brasil com a Argentina, na minha opinião seria interessante que a Comissão de Relações Exteriores do Senado ouvisse o depoimento do Embaixador, se fosse convidado. E S. Exª disse-me que estaria inteiramente à disposição.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Acredito que o outro assunto também seja extremamente importante, porque diz respeito a uma tendência intervencionista que cresce internacionalmente e que está sendo exercida pelos países fortes, numa violação a um dos preceitos mais importantes da convivência internacional, o da não-intervenção.

Temos dois assuntos a serem tratados; se fosse só o Mercosul, creio que seria útil que convidássemos o Embaixador da Argentina; mas como temos também o problema da Colômbia, que requer análise mais profunda, conforme exposto pelo Senador Pedro Simon, creio que seria o caso de convidarmos o Ministro das Relações Exteriores para que abordasse os dois assuntos na Comissão.

Por outro lado, sugiro não só aos eminentes Colegas da Comissão, mas também aos demais Srs. Senadores, que mais ativamente déssemos suporte ao Mercosul, dados os problemas conjunturais que ora atravessa. É necessário manifestar ao povo argentino, uruguaio e paraguaio que há uma vontade política de manutenção do Mercosul. Consideramos que as dificuldades devam ser superadas. E esse apoio político do Congresso Nacional é muito importante para as decisões que o Governo terá de tomar neste momento.

Se a Comissão assim entender, já temos duas linhas de conduta para consultarmos os Srs. Senadores: uma da convocação do Ministro das Relações Exteriores para abordar os dois assuntos, ou então convocaríamos os dois Embaixadores.

Queria que os Srs. Senadores encaminhassem a discussão.

Com a palavra o Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, parabenizo o ilustre Senador pelos assuntos levantados nesta reunião, pois são realmente da mais alta importância.

Como integrante da Bancada do Estado de Rondônia e, por conseguinte, integrando a Amazônia, posso atestar e testemunhar que há realmente uma

infiltração, pelo menos no Estado de Rondônia – já denunciada da tribuna do Plenário do Senado –, de tendência guerrilheira no interior do Estado. Há informações de que existe semelhante movimento no Estado do Acre – também já denunciado pelo Senador Bernardo Cabral. Isso pode ter uma relação com a citada questão da Colômbia.

Alerto apenas para a importância dessa tendência intervencionista, pois é muito oportuno que se discuta nesta Comissão e no Senado essa tendência de infiltração terrorista na Amazônia. Devido à extensa fronteira entre Brasil e Colômbia, justifica-se mais uma vez a relevância da proposta do Senador de se convocar autoridades para discutir a questão.

Parabenizo o Senador pela proposta.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – O Senador Pedro Simon propôs a vinda do Chanceler Luiz Felipe Lampreia.

Se for possível, proponho que, além do Chanceler, venha o nosso Embaixador na Argentina. A Argentina é o principal parceiro brasileiro no Mercosul, e esses últimos acontecimentos ocorridos na Argentina preocupam o País e interferem no funcionamento do Mercosul. A Argentina terá eleições daqui a 90 dias, e será uma mudança total, seja qual for o candidato vencedor, na economia no governo argentino.

Estendo, assim, o convite ao Embaixador Sebastião Rego Barros, que, inclusive, respondeu contundentemente aos jornais diante de uma provocação contra o Mercosul na Argentina. Agiu muito bem em defesa da soberania do Brasil. Seria importante que ouvíssemos um grande quadro do Itamaraty.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, não queria avançar, mas é importante esse detalhe. Saiu uma declaração nossa, do Brasil, muito boa, mas a manchete da imprensa foi muito pesada, pois dizia que achávamos não ser o momento de o Presidente da Argentina vir ao Brasil. A notícia dizia que era melhor deixar para outra oportunidade, etc.

Eu estava na Argentina quando foi publicada essa reportagem, como resposta do nosso governo ao governo argentino. Eles tiveram uma atitude dura, e respondemos rispidamente. Então, houve a interferência da Embaixada, fizeram uma movimentação, e o Presidente Menem veio naquela noite, porque ou ele respondia a essa nota ou vinha. Ele chegou às nove horas da noite, e houve o entendimento, porque a resposta da Argentina seria ainda mais pesada.

O Senador Pedro Piva tem razão. É hora de fazermos um esforço para esvaziar esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Sr. Presidente, sejamos francos. O nosso Chanceler não foi muito hábil nessa matéria. A sua declaração deu margem a todos esses mal-entendidos aludidos pelo Senador Pedro Simon.

Sr. Presidente, V. Exª tem um papel muito relevante nesse momento. V. Ex.ª não é apenas o Senador e o Presidente da Comissão. V. Ex.ª é um ex-Presidente e uma figura internacional, a personalidade que criou o Mercosul.

Nesse sentido, gostaria de enfatizar o que disse V. Ex.ª, ampliando os conceitos perfeitos emitidos pelo Senador Pedro Simon e de sugerir, como uma idéia a ser pensada, a hipótese de V. Ex.ª convocar, aqui no Brasil, os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores dos respectivos Senados da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, tendo em vista o estudo de uma nota comum, em conjunto com a Comissão, assim como fazem os membros do Poder Executivo, na direção dessa defesa do Mercosul, à qual V. Ex.ª e o Senador Pedro Simon aludiram. Por quê? Porque, então, haveria um fato político novo, inusitado, de reunião de Presidentes de Comissões de Relações Exteriores dos Parlamentos, que os levaria a se engajarem nessa questão, não ficando ela exclusivamente adstrita ao que até agora aconteceu, ou seja, ao Poder Executivo, ao Ministério das Relações Exteriores. Não seria uma interferência; seria uma manifestação parlamentar de apoio, de endosso — a expressão foi de V. Ex.ª —, para exprimir a vontade política. Assim, deixo essa sugestão com V. Ex.ª.

No tocante à questão da Colômbia, sugiro que também ouçamos o seu Embaixador no Brasil, uma vez que S. Exª deve possuir informações — pode ser em uma reunião fechada —, a fim de que tenhamos a oportunidade de manifestar essa solidariedade inter-regional, fundamental para a nossa América, já que a Amazônia fica comprometida com essa infiltração extraterritorial, que, a cada dia, torna-se perceptível e que tende a crescer.

São essas, por conseguinte, as duas sugestões: a de um movimento bem forte com os parlamentos, no caso do Mercosul; e também, em um primeiro momento, o convite ao Embaixador da Colômbia, para que possamos ouvi-lo a esse respeito, mostrando o interesse do Brasil ou também da nossa Comissão nessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O adendo de V. Ex.ª, Senador Artur da Távola, vem completar e mostrar o quadro geral das nossas preocupações.

Agradeço-lhe a lembrança, que deve ser trabalhada. Nesse sentido, atendendo à sua sugestão, até telefonarei para os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores dos Senados da Argentina, Paraguai e Uruguai, a fim de consultá-los sobre se poderíamos fazer uma reunião dessa natureza. Na próxima reunião da nossa Comissão, transmitirei, então, o que tenha ouvido dos nossos eminentes colegas desses países que fazem parte conosco do Mercosul.

Quanto à convocação dos embaixadores, pondero à Comissão que há um problema de hierarquia, para o qual não podemos deixar de estar atentos. Se convocarmos o Ministro das Relações Exteriores, para tratar desses assuntos, evidentemente, não poderemos convocar os embaixadores, até mesmo porque o Itamaraty tem o seu serviço diplomático organizado, extraordinariamente competente, há mais de 150 anos. E existe um sistema de informações permanente que faz com que a chancelaria tenha conhecimento de tudo que ocorre nos diversos países, por intermédio de um sistema de comunicações centralizado aqui, para que sejam tomadas as decisões.

Desse modo, ao ouvirmos o Ministro das Relações Exteriores, estaríamos ouvindo os embaixadores, porque as informações que S. Ex.ª trará à Comissão são as que lhe são transmitidas pelas embaixadas brasileiras nos respectivos países. Por isso, expus, no início da reunião, a seguinte proposição: ou convocaríamos um embaixador e outro, e não o Ministro, ou, no caso de convocarmos este último, ficaríamos impossibilitados de convocar aqueles.

Seria, portanto, de boa norma da Comissão que não precisávamos mais e não que não quiséssemos. Nós não precisaríamos mais ouvir os embaixadores, uma vez que, através do Ministro, nós já estaríamos ouvindo-os.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Quer dizer, no caso, nem o Embaixador do Brasil na Argentina nem o na Colômbia?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Nem um nem outro. Já o Ministro, S. Exª viria...

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Eu ouviria o Embaixador da Colômbia no Brasil. Minha sugestão tinha sido esta.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Aí a situação se complica um pouco mais. Não temos condições de convocá-los nem de convidá-los, porque esses embaixadores, em função de seus cargos como diplomatas, necessitariam pedir autorização para os seus respectivos governos. E, na vida internacional, há o princípio da reciprocidade. Portanto, naturalmente, teria de convocar a nossa chancelaria para examinar a hipótese de o nosso Embaixador na Colômbia ser convidado ou, de qualquer maneira, solicitado se seria de boa norma para o nosso País que lá ele comparecesse ao parlamento.

Então essas questões, no terreno diplomático, são muito delicadas, mas fazem parte de regras estabelecidas ao longo de muitos e muitos anos, de décadas e que fazem a convivência internacional.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Sr. Presidente, não querendo dialogar com V. Exª, nem fazendo também questão fechada ou cerrada do assunto, apenas uma lembrança: o Embaixador da França foi convidado e veio a esta Comissão se não me engano V. Exª era o Presidente quando a França explodiu a primeira bomba atômica no Atol de Mururoa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Para não alongarmos, talvez eu possa recordar que essa é uma situação diferente. Quer dizer, o embaixador manifesta o desejo de vir aqui, sem nenhum convite nosso; nós o receberemos com a maior civilidade e com a maior cortesia, mas não podemos ter a iniciativa desse convite. Se o embaixador da Colômbia quiser vir à Comissão, solicitar à Comissão que o receba, nesse caso não teríamos nenhuma maneira, seria um gesto indelicado se não o recebêssemos na nossa Comissão.

Colocada a questão nesses termos, com o consenso de toda a Comissão, vou conversar com o Ministro das Relações Exteriores e convidá-lo para que aqui venha, porque é desejo do Congresso, pelo que eu estou sentido, expressar a sua vontade política no sentido das teses de consolidação do Mercosul e, ao mesmo tempo, nossas apreensões sobre essa tendência intervencionista que está-se verificando no setor internacional.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h22min.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da 19ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 51ª Legislatura, realizada em 24 de agosto de 1999.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de agosto do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, João Alberto Souza, Mauro Miranda, Wellington Roberto, José Fogaça, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, José

Jorge, Moreira Mendes, Carlos Wilson, Pedro Piva, Eduardo Suplicy, Tião Viana, Luiz Estevão, Pedro Simon, Hugo Napoleão, Geraldo Althoff e Romero Jucá. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se à apreciação dos itens constantes da pauta, e ainda a ouvir as exposições que farão os senhores Pedro Paulo Pinto Assunção, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá cujo Relator é o Senhor Senador José Jorge, e o Senhor Sèrgio de Queiroz Duartte, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia e República Eslovaca, cujo Relator é o Senhor Senador José Jorge. Encerradas as exposições, o Senhor Presidente deixa a cadeira Presidencial, conforme determina o regimento interno do Senado Federal, para, na condição de Relator emitir Parecer sobre o item 08 da pauta; Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1999 "que altera e revoga dispositivos da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, e dá outras providências". Colocado em votação é aprovado o Parecer. Ficam adiados os itens 03, 04, 05, 06, 07 da pauta e, ainda os itens 01 e 02 da extra-pauta. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. Senador **José Sarney,** Presidente.

(Reunião Secreta)

Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto às Repúblicas da Croácia e Eslovaca.

Sr. Presidente, o currículo do Sr. Sérgio de Queiroz Duarte demonstra bastante experiência em diversos postos, e já é Embaixador na Áustria. Portanto, nosso parecer é favorável a que seja aprovado também para esses dois países, conforme solicita o Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Parecer favorável.

Vamos passar à votação.

Como a votação é nominal e secreta, eu pediria aos Srs. Senadores que a fizessem.

Está suspensa a reunião para que a votação possa se processar. (Pausa.)

Quanto à indicação do Embaixador para exercer a função cumulativa de Embaixador junto à República da Croácia e da República Eslovaca, o nome Sérgio de Queiroz Duarte foi aprovado por dez votos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h29min.)

Ata da 21ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 51ª Legislatura, realizada em 1º de setembro de 1999.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia primeiro de setembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Mauro Miranda, José Fogaça, Romeu Tuma, José Jorge, Mozarildo Cavalcanti, Lúdio Coelho, Pedro Piva, Tião Viana, Hugo Napoleão, José Agripino, Geraldo Althoff, Lúcio Alcântara e Emília Fernandes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se à preciação dos itens constantes da pauta, e ainda a ouvir a exposição que fará o senhor José Nogueira Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Israel, cujo Relator é o Senhor Senador Geraldo Althoff. Ficam adiados os itens 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, e 11 da pauta. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. Senador José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – **Item 1**:

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. José Nogueira Filho, Ministro de Primeira Classe do quadro permanente de carreira diplomática, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel. Relator, Senador Geraldo Althoff. S. Exª não está presente.

Peço ao Senador Mozarildo que faça o relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI – Mensagem Presidencial nº 160, de 1999, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. José Nogueira Filho, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

Relatório: Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação, que o Senhor Presidente da República deseja fazer, do Sr. José Nogueira Filho, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha do Chefe de Missão Diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o **curriculum vitae** do interessado, que, segundo o referido documento, nasceu em São Paulo, no dia 4 de setembro de 1937, e é filho de José Nogueira e Eneida Vilhaça Nogueira. O indicado é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade Católica de Direito de Santos, e fez, no Instituto Rio Branco, o curso de preparação à carreira de diplomata. Obteve o **Profice Certificate in English,** pela Universidade de Michigan, e é diplomado em língua francesa pela Associação de Cultura Franco Brasileira de Santos. No Instituto Rio Branco fez parte de bancas examinadoras de concursos para o CPCD e o CAI. Na carreira diplomática exerceu os seguintes cargos: Terceiro-Secretário, concurso 1964; Segundo-Secretário, merecimento 1966; Primeiro-Secretário, merecimento 1973; Conselheiro, merecimento 1975; Ministro de Segunda Classe, merecimento 1978; Ministro de Primeira Classe 1986.

O diplomata em questão exerceu postos e funções de relevância para o País, tais como: Assessor do Ministro de Estado das Relações Exteriores 1974/1975; Chefe do Departamento da Europa 1986/1988; Chefe do Departamento das Américas 1988/1990; Membro do Conselho de Administração da Interpub Nacional – 1988/1990; Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores 1990/1991; Secretário-Geral de Controle – 1992; Secretário de Controle Interno – 1992.

Serviu ao Brasil nos seguintes postos: Porto Príncipe – Encarregado de Negócios, 1964; Panamá Terceiro-Secretário em missão transitória, 1966; Genebra – Delegação Permanente, Chefe do Serviço de Seleção de Imigrantes, 1967; e Segundo-Secretário, de 1967 a 1969. Buenos Aires, Segundo-Secretário – 1969 a 1972; e Primeiro-Secretário, em 1973. Em Washington, Ministro-Conselheiro, de 1979 a 1983 e encarregado de negócios, em 1983. Em Lisboa, Ministro-Conselheiro, em 1983 a 1985, e encarregado de negócios, de 1984 a 1985. Em Havana, Embaixador, de 1993 a 1996; Saint Jones, Embaixador, cumulativamente, de 1995 a 1996. San Juan, Porto Rico, Cônsul-Geral, de 1997 a 1999.

Participou de comissões, conferências, grupos de trabalho internacionais e várias comitivas presidenciais. Recebeu condecorações nacionais e estrangeiras.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório, que, a nosso ver, contém as informações necessárias à deliberação desta Comissão, sob a indicação feita pelo Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Com a palavra o Sr. Embaixador José Nogueira Filho, para fazer a sua exposição.

O SR. JOSÉ NOGUEIRA FILHO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando nós, brasileiros, inseridos na civilização cristã ocidental, preparamo-nos para entrar no Terceiro Milênio. Os povos da antiga Palestina, quer tenham estado na diáspora, ou não, já terão visto passar mais de 5 mil anos de História, segundo o seu Calendário. Aquela terra no Oriente, para muitos, santa, para outros, prometida, para tantos sonho distante e lar desfeito, ou apenas terra ou falta dela, não só está prenhe de história de guerreiros e de profetas, mas profundamente impregnada de espiritualidade.

Na região surgiram as três principais religiões monoteístas, que viram a luz em nosso Planeta: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. E enfrenta hoje aquela terra, Srs. Senadores, um dos grandes conflitos de dor e desacerto, pelo qual passou a raça humana. Ali, os herdeiros do Patriarca Abraão e os seguidores do Profeta Maomé, irmãos no sangue antigo, mas não na fé, disputam um território que é pequeno, árido e desolado em grande parte, onde, palmo a palmo, nos campos de guerra, declarada ou não, ou nas mesas de negociação, ostensivas ou não, se joga a cada dia a própria existência.

Depois de marcos fundamentais, como o Congresso Sionista, em 1897, e a Declaração de Balfur, em 1917, os fatos são contemporâneos. Em 1947, deixam a Palestina os ingleses, mandatários do terri-

tório, desde o final da primeira Guerra Mundial. Expulso dali o Império Otomano. Cria-se, por decisão das Nações Unidas, em assembléia historicamente presidida por nosso conterrâneo, Osvaldo Aranha, o que esperava a comunidade internacional pudesse ser a solução para o conflito já existente. Um Estado judeu e um Estado palestino associados em união econômica. Organizam-se os judeus em estado, e é proclamada a sua independência em 1948. Levantam-se contra o novo estado os palestinos, que desde há muito também aí viviam. E com eles, os países árabes vizinhos.

Inicia-se, então, meio século, na verdade tempo curto em termos bíblicos, de guerras violentas e rápidas, pois o terreno é aberto, e de quase permanente estado de tensão, terror e morte, a afligir os povos da área, cujas fronteiras e populações têm ido e vindo, ao sabor das armas vitoriosas ou derrotadas. Sucedem-se nesse processo, nomes como de David de Bengurion, Golda Meir, Begin, Rabim, Xamir, Shimon Perez, de um lado, e de outro, vultos como Nasser, Sadhat, Hussein, da Jordânia e agora seu filho, Ab Dulla II, Hassan II, do Marrocos, Arafat, todos líderes de seus povos, mais ou menos guerreiros, mais ou menos pacificadores; alguns deles, como se recordam, visitaram esta nossa Capital.

Ao longo desses anos, o cansaço e o sofrimento dos povos envolvidos, em muitos casos, mais do que a vontade dos seus dirigentes e elites, inclusive religiosas, bem como mudanças profundas no quadro regional e internacional, terão aos poucos propiciado espaço para o entendimento, ao invés da confrontação. Começa, assim, um penoso processo de negociação, em aberto até hoje, com suas esperanças e frustrações, e suas promessas ainda não cumpridas. O último acordo de nossos dias mantém vivo o processo, apesar das dificuldades inerentes à sua implementação.

Paralelamente à comunidade internacional, através da Organização das Nações Unidas ou fora dela, busca traçar os parâmetros que encaminham uma solução para o conflito. Surgem, entre outras, as conhecidas Resoluções nºs 242 e 338 e, com elas, a fórmula "Terra por Paz", hoje qualificada pelo conceito "Terra por Segurança". De um lado, insta-se à desocupação dos territórios conquistados pela força e, de outro, reconhece-se o direito de todos os povos da região de viverem em paz, em fronteiras conhecidas internacionalmente.

A essas premissas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, adere o Brasil, que tem procurado exercer um papel de moderação, bom senso e realismo de acordo com nossas tradições. Ao longo desse processo, reconhece-se a Organização para a Liberação da Palestina – a OLP – como representante dos legítimos direitos e interesses do povo palestino e cria-se uma figura singular no contexto internacional, que é a Autoridade Nacional Palestina, organizada para gerir – enquanto se negocia o **status** definitivo – os destinos de seu povo nos territórios ocupados.

Concomitantemente, o Conselho Nacional Palestino retira de sua Carta Constitutiva os dispositivos contrários à existência do Estado de Israel. Fez-se a paz com o Egito, fez-se a paz com a Jordânia. Resta conflitiva situação no Líbano e sensível e perigosa situação com a Síria. É um processo dramático e turbulento. A ação de um, reação de outro, causa ou efeito, culpa ou inocência.

Srªs e Srs. Senadores, essas não são questões de fácil resposta. Diz-se que aquela terra é pequena. São pouco mais de 20 mil Km^2 no que é Israel, cerca de 7 mil Km^2 no que se conhece como margem ocidental ou Cisjordânia e Gaza, cuja jurisdição aos poucos passa para a Autoridade Palestina. São seis milhões de habitantes em Israel, dois milhões e meio nos territórios ocupados, US$16 mil **per capita** de renda anual em Israel e US$1,6 mil nos territórios palestinos. A taxa de mortalidade infantil é 8 por mil em Israel e 31 por mil nos territórios ocupados. São números cuja disparidade aflige e que falam por si, pois encerram um dos problemas estruturais mais sérios de ordem social e econômica que a região deverá enfrentar e resolver uma vez equacionadas as questões de política e de segurança. Só então, algum dia, ali se poderá alcançar a verdadeira paz.

Além de pequena, a terra é pouco fértil. Mas o engenho e o trabalho de seus habitantes, aliados ao apoio material – que não tem faltado da parte de Israel –, transformaram-na em celeiro de alimentos com apreciáveis excedentes exportáveis. Em Israel, implantou-se também um dos pólos mais desenvolvidos e avançados do mundo em termos de produção industrial e de pesquisa científica e tecnológica.

O Brasil tem procurado manter, tanto com o Estado de Israel quanto com a Autoridade Palestina, relações que se caracterizam por um espírito construtivo e de colaboração, tendo em vista interesses nacionais próprios, além da existência, inclusive, de expressivos setores da sociedade brasileira de ascendência árabe ou judia e da conveniência de se resolver, pelo caminho da negociação, um dos mais sensíveis pontos de fricção internacional de nossos dias.

Nossas relações com Israel remontam aos dias da criação do Estado Hebreu, que teve no Bra-

sil um dos primeiros países a dar-lhe reconhecimento formal. Mantemos representação diplomática em Tel Aviv desde 1951. Por sua vez, Israel inaugurou sua embaixada em Brasília em 1958. Nossas relações são corretas e construtivas, como disse, e beneficiam-se de uma natural interação entre segmentos das sociedades brasileira e israelense. A cooperação tem sido ampla e pode ser aumentada, principalmente nos setores de cooperação técnica, científica e tecnológica na área da agricultura, da irrigação e da biotecnologia – para a qual contamos com instrumentos institucionais adequados. O comércio é fluido, assim como as relações econômicas e empresariais, que podem, contudo, ser dinamizadas.

Estou convencido de que novas e crescentes oportunidades de negócios e empreendimentos surgirão, inclusive na área de serviços, como conseqüência natural da instauração de um clima de paz e harmonia na região.

Sr. Presidente, nesse contexto, e nesse momento, está sendo assinado, no Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, um acordo Brasil–Israel para a supressão de vistos em passaportes comuns, o que já era vigente para passaportes diplomáticos e oficiais. Isso reflete um elevado grau de confiança e de entendimento entre as duas partes. Por sua vez, com a Autoridade Palestina mantemos relações de cordialidade e respeito em certo sentido pioneiras, uma vez que precedem os acordos recentes, que conferiram maior nitidez ao **status** internacional da OLP.

Na medida das circunstâncias, de forma prudente, firme e coerente, demos os passos possíveis e necessários para a manutenção de relações apropriadas e oportunas com os representantes palestinos. As relações formais tiveram início em 1975, quando a OLP foi autorizada a manter em Brasília, na representação da Liga dos Estados Árabes, um funcionário encarregado dos assuntos palestinos. Em 1993, foi inaugurado o escritório da Delegação Especial Palestina em Brasília.

Nos últimos tempos, foi possível dar início ao que desejamos seja uma dinamização das nossas relações com aquela Autoridade. Entendemos que a intensificação dessas relações deverá ser consoante aos desdobramentos do processo de paz, sem prejuízo de nossas relações com Israel, que possui dinâmica e mérito próprios.

Voltando a Israel, Srs. Senadores, alguns breves comentários sobre a situação da economia do país, que, ao longo dos últimos 50 anos, passou por mudanças estruturais de monta, transformando-se de uma economia apenas local, baseada na agricultura, comércio e indústria ligeira numa economia competitiva internacionalmente, em setores de ponta como telecomunicações, eletrônica, informática, bioquímica e biotecnologia. Nos últimos anos, para enfrentar sintomas de redução de crescimento, desemprego crescente e queda de investimentos estrangeiros, o país introduziu reformas na direção de uma economia mais aberta, mais competitiva, mais orientada para o mercado.

No campo político, Israel acaba de sair de uma das muitas crises internas pelas quais tem passado. Desde sua criação como Estado, o Líder do Partido ou do Bloco majoritário no Parlamento era automaticamente designado para as funções de Primeiro-Ministro. A reforma eleitoral, que entrou em vigor nas eleições de 1996, introduziu a eleição direta do Primeiro-Ministro para um período de quatro anos com o objetivo de dar maior estabilidade ao governo.

Em 1996, os israelenses elegeram como Primeiro Ministro Benjamin Netanyahu, Líder do Partido Likud, conservador. A coligação que o sustentava não resistiu ao seu estilo político e às agruras do processo de paz. Assim, o primeiro Primeiro-Ministro eleito por voto direto teve o seu mandato encurtado em mais de um ano, tendo sido convocadas as eleições gerais antecipadas por decisão do Parlamento, ocorridas em 19 de maio deste ano.

Às urnas compareceram 86% dos 4,2 milhões de eleitores, dos quais 56% votaram em Ehud Barak, 44% em Netanyahu, elegendo-se assim, o candidato trabalhista por ampla margem como Primeiro-Ministro de Israel, no primeiro turno de votação. Paralelamente, procedeu-se a eleição dos 120 membros do Parlamento, tendo-se verificado uma tendência das eleições anteriores com uma grande dispersão de votos entre os partidos tradicionais e outros mais recentes, representativos mais de facções ou setores do que de programas ou de ideologias. A coligação com maior número de deputados eleitos, a de Barak, obteve 26 cadeiras, ou seja, pouco mais de 20% da composição do Parlamento. O Primeiro-Ministro governa, pois, em aliança com deputados eleitos por alguns de outros partidos de variadas tendências, embora o seu mandato popular tenha sido direto e majoritário. Por outro lado, a campanha eleitoral foi perigosamente desagregadora e expôs as fraturas que parecem aumentar no tecido social da população de Israel. Foram exploradas e ampliadas as divisões existentes entre seculares e religiosos, esquerda e direita, ortodoxos e sionistas, asquenazitas e sefarditas, antigos e novos imigrantes.

Ao eleger Barak, o povo de Israel terá votado pela unidade interna e pela paz externa. Os primeiros passos deste, como Primeiro-Ministro, parecem indicar que procura lograr o que chamou de a paz dos bravos entre os povos da região. Se assim for, a exemplo de Rabin, poderá entrar na história como um grande guerreiro transformado em pacificador. Há espinhos, no entanto, e muitos, em seu caminho.

Diga-se, de passagem, que as dificuldades não são exclusivas do lado israelense. Também Yasser Arafat, do lado palestino, equilibra-se entre o necessário e o possível, não podendo mostrar-se fraco, para não ver seu comando interno comprometido, nem belicoso, para não perder o apoio internacional do qual depende.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, para finalizar, eu gostaria de formular alguns comentários sobre o processo de paz, como síntese e como conclusão.

Há, nesse processo, um grande caminho a percorrer, qual seja: a situação da Palestina não está definida em termos de territórios sob a sua jurisdição e seu alcance, repartição de recursos hídricos, destino dos refugiados, entre outros problemas, o que gera tensão permanente. Persiste incômoda e perigosa situação no sul do Líbano, onde incidentes, escaramuças e atentados fazem parte, virtualmente, do cotidiano. As Alturas de Golan, ocupadas por Israel, entorpecem as relações do Estado judeu com a Síria. Jerusalém, reivindicada como capital histórica e religiosa por judeus e palestinos e parte dela, até há pouco, pelo reino ashemita da Jordânia, é ponto crítico e aberto no processo de paz. A situação de Jerusalém e de outros sítios, como Belém e Nazaré, é também motivo de preocupação para os cristãos de todo o mundo. Reina a paz com o Egito e a Jordânia, mas é paz que deve ser cuidada a cada dia.

Qualifica e complica esse elenco de dificuldades – permito-me ressaltar para concluir – a necessidade que tem Israel de conciliar seu interesse nacional, em termo de Estado, com milenares preceitos e tradições religiosas de que estão impregnadas importantes parcelas da população.

Outro grande desafio é o de integrar e harmonizar o seu povo, formado por imigrantes vindos do mundo inteiro, com diferentes níveis de educação e percepções culturais, cujo denominador comum, sem dúvida forte, é, em maior ou menor grau, a religião. No caso hebreu, virtual forma de vida e a lembrança ancestral de uma terra prometida, a bíblica Canaã.

Do lado palestino, o desafio pode ser ainda maior. Há uma pátria a organizar, um Estado por criar, um território a desenvolver, um povo para educar, alimentar, dar saúde, bem-estar e justiça. Lá, também, como em Israel, há antigas e fundas feridas a sanar.

Os obstáculos, pois, são imensos para a região. Uma vez e quando resolvidos os problemas políticos e de segurança, o desafio definitivo será o de aproximar o patamar de bem-estar daqueles povos, que não resistirão por muito tempo a um nível, ou desnível, de prosperidade em que um deles disponha de uma renda **per capita** dez vezes superior a do vizinho. A comunidade internacional poderá apoiar, como tem apoiado, o processo de paz e, depois, o da construção. Mas a solução para o desafio deverá vir de dentro, a partir da ação concertada de israelenses e palestinos. Para isso, invocando as palavras do profeta Isaías, terão de transformar suas espadas em arados.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Obrigado, Embaixador Nogueira.

Consulto os Srs. Senadores se vamos fazer as perguntas em público ou se transformamos a reunião em secreta. (Pausa.)

Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – A votação pode ser secreta ou pública?

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Pode ser secreta ou pode ser pública.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Bom, dependendo, Sr. Presidente, das perguntas que forem feitas. Da minha parte, não creio que necessitem da reunião secreta nem comprometerá uma visão do Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Em votação.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Eu pediria a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Com a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Embaixador, a pergunta é a respeito do posicionamento do Brasil, o posicionamento da Diplomacia brasileira hoje relativamente a esse processo de paz em Israel.

Sabemos que, no final do ano passado, houve um acordo firmado nos Estados Unidos, do qual o Presidente Clinton participou diretamente. Foi muito noticiado em todas as redes de televisão internacionais e os jornais também deram grande dimensão. Participou a Autoridade Nacional Palestina também desse acordo e o representante do Estado de Israel. Ali parece que foram previstas sucessivas concessões de parte do Governo de Israel. E a pergunta a V. Exª é: como o Governo brasileiro vê esse acordo, em

que nível ele se encontra e se o Governo brasileiro entende que ele deva ser levado a suas últimas conseqüências, ou seja, implementado inteiramente.

Parece-me que há ali a previsão da devolução de territórios, a construção de um aeroporto que desse plena autonomia à Autoridade Nacional Palestina. Qual é a nossa posição brasileira em relação a isso? Somos favoráveis, somos eqüidistantes? Qual é a posição oficial do Brasil?

O SR. JOSÉ NOGUEIRA FILHO – Pois não, Sr. Senador José Fogaça.

O senhor se referiu aos acordos de 1998 de Wild River, em que, mediante esforços da diplomacia norte-americana, reuniram-se nos Estados Unidos os dirigentes da Palestina, Yasser Arafat, o então Primeiro-Ministro de Israel, Netanyahu e, em algum momento, participou também das discussões o próprio Presidente Clinton e, em um lance que eu chamaria de dramático, saiu de seu leito no hospital o próprio Rei da Jordânia, alguns meses antes de morrer, para procurar contribuir para o sucesso daquelas negociações.

Respondendo especificamente à pergunta de V. Exª, o Governo brasileiro vê o acordo de Wild River como uma contribuição muito importante para a boa condução do processo de paz naquela região, ou seja, apoiamos, então, esse processo de paz e no momento o que está sobre a mesa, inclusive nestas horas, a Secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, deverá estar chegando ao Oriente Médio para um novo ciclo de negociações que se espera possam apresentar resultados positivos. Foi um acordo sofrido na sua discussão, na sua negociação e está sendo um acordo sofrido na sua execução. Diria que foi uma das causas da queda do Primeiro-Ministro Netanyahu a forma como foi administrada do lado israelense diversos itens e diversos compromissos que foram assumidos.

De uma maneira muito nítida, no Acordo, ficou claro o que se pretendia era lograr segurança através da concessão de território. Então foram assumidos compromissos da parte de Israel de entregar cerca de 13% do território da margem ocidental do Rio Jordão, da Cisjordânia, para o controle dos palestinos, através de um mecanismo muito complexo de divisão de território, em território "c", território "b", território "a". Desses, os palestinos tinham toda a jurisdição, exceto de segurança, da área externa de imigração. Noutros, a segurança interna era compartilhada com Israel; noutros, o controle era totalmente de Israel.

Netanyahu restituiu apenas 2%, e o processo ficou bloqueado até a eleição de Barak. Netanyahu e o gabinete israelense consideram que o lado palestino não cumpriu com os seus compromissos em relação à segurança. E o lado palestino alega que os israelenses não cumpriram a sua parte relativa à entrega de territórios.

Então, o que está agora em discussão e que poderá resultar em uma conferência amanhã, na cidade de Alexandria, no Egito, com a presença da Secretária de Estado americana, é o desbloqueio disso. Ou seja, o Primeiro Ministro Barak está formulando uma proposta de ampliação dos prazos de entrega de forma que ele tenha, segundo ele, melhores condições de segurança para poder controlar a passagem da jurisdição para a Palestina.

O aeroporto que o senhor mencionou já foi construído. O aeroporto internacional em Gaza já está funcionando. O porto ainda não, mas se estão dando passos iniciais para a sua construção.

Também em relação à questão da passagem segura entre a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, há duas propostas israelenses de criação de duas vias diretas para que os dois setores palestinos possam comunicar-se entre si.

O que hoje ainda está causando dificuldade é a questão da restituição dos prisioneiros palestinos pelos israelenses. Houve um acordo no sentido de que haveria a entrega de 750 prisioneiros. Houve uma entrega pelo Primeiro-Ministro Netanyahu, mas a maioria deles foi condenada por crimes comuns. Não eram esses exatamente os tipos de prisioneiros que os palestinos desejavam.

Também há, até hoje, uma posição muito firme por parte do Estado de Israel no sentido de que ele não libertará prisioneiros que tenham as mão manchadas de sangue; ou seja, aqueles acusados de crimes de morte.

Esse é o estado geral da implementação dos acordos.

Volto a ressaltar que o Governo brasileiro considera esse um passo positivo na direção, enfim, do que se espera seja a paz, um dia, na região.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Ministro. Estou satisfeito com a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Ninguém mais deseja questionar? (Pausa.) Com a palavra o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Presidente, Sr. Embaixador Nogueira Filho, apenas quero desejar a V. Exª todo sucesso durante a sua missão no Estado de Israel.

Como V. Exª disse, há uma ligação muito grande, até sentimental, entre a sociedade brasileira e o Estado de Israel não só pela questão religiosa somos uma maioria cristã, católica, e o Estado de Israel é a terra do Cristo, mas também pela influência da colonização brasileira com a presença árabe, por meio, especialmente, dos sírios e libaneses, que estão naquele contexto que influi na segurança e no processo de estabilidade do Oriente Médio, que tem Israel como epicentro.

V. Exª terá a oportunidade de viver um momento muito importante, talvez a pacificação sonhada milenariamente pelos palestinos e pelos judeus naquela região. Na verdade, as condições de paz são difíceis pelo lado israelense, pelos grupos religiosos existentes, até preconceitos de origem, judeus de origem africana e judeus de origem não-africana, afradísios sunitas, e os ortodoxos, os sunitas, mas especialmente porque o Estado, a Autoridade Palestina, que também enfrenta problemas com a questão do Hamas, do Hezbollah e até o início, o princípio de contestação da própria autoridade do líder Arafat, faz um esforço grande e há uma compreensão, agora aparente, já visível, da população de Israel, dos judeus de Israel, de que esse estado de pré-guerra não pode perdurar mais e tem causado prejuízos a todos. Já há uma vontade de pacificação e a eleição do Barak foi exatamente uma demonstração coletiva de apoio a um processo de pacificação, porque ele nunca escondeu, na campanha política, a orientação que seguiria e o Partido Trabalhista de Israel também sempre manteve essa posição. Então, a vitória esmagadora, bonita, que teve foi um voto do povo de Israel a favor da pacificação.

A mesma coisa ocorre com o comportamento dos países árabes, países que cercam e são inimigos tradicionais de Israel, que estão demonstrando uma posição nova: a Síria, que era a mais rebelde de todos, já aceitando negociar desde que as forças de Israel saiam do Líbano; a posição do Rei Abdullah, expulsando da Jordânia o Hamas. Quer dizer, tudo isso são demonstrações extraordinárias de que V. Exª vai ver o momento, se Deus quiser – o Deus de todas as religiões tem Israel como centro –, o momento feliz da pacificação do Oriente Médio. E nós, brasileiros – muitos de nós temos sangue judeu, outros têm sangue libanês, outros têm sangue sírio –, ficaremos muito felizes.

O Brasil ajudou a criar o Estado de Israel e teve Osvaldo Aranha como, vamos dizer, um dos grandes apóstolos da luta de Israel, apoiando Ben-Gurion, Golda Meir, depois, já na geração nova, esses líderes que passaram, Rabin foi um sacrificado, e Shimon Perez, que até hoje é um baluarte desse processo. Então, V. Exª vai viver, acredito, a felicidade de, na Terra Santa, encontrar a pacificação e a paz.

Parabéns e sucesso na missão.

O SR. ROMEU TUMA – Apenas, como descendente de árabe, eu não ia usar da palavra. Não vou questionar, porque todo mundo pode falar de um lado e do outro. É uma coisa delicada.

No entanto, temos uma devoção forte na religião, acreditamos em Deus e sabemos o que aquela região sofre desde as Doze Tribos de Judá, quer dizer, são características dessa luta que vem desde o início do cristianismo, dessas disputas constantes naquela região. Essa previsão é concreta, acredito eu, não é um sonho do nosso Governador, amigo e Senador, Gilberto Mestrinho, que a expôs aqui com tanta inteligência, com tanta clareza e com conhecimento, porque eu sei que S. Exª permanentemente está estudando as coisas internacionais e aqui expõe com vigor os seus pontos de vista. Eu também farei orações, porque eu sei e conheço V. Exª e o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Eleito por unanimidade.

Dando prosseguimento aos nossos trabalhos, concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, não entendo a razão ...

(Corte na Gravação)

O SR. JOSÉ JORGE – Pelo que V. Sª falou, o nosso País não é como Israel, que tem vários problemas, tais como divergências internas, as de natureza religiosa, social, política, e que, inclusive, está em guerra com quase todos os seus vizinhos, e, no entanto, consegue desenvolver sua economia no campo da ciência e da tecnologia, na área industrial, no setor agrícola, por intermédio da irrigação etc. No entanto, se o compararmos ao Brasil, veremos que praticamente não possuímos quaisquer divergências interna graves, não temos grupos religiosos ou regiões em conflito. Nada disto existe no Brasil e, na verdade, não conseguimos fazer com que nossa economia cresça. Creio que há uma diferença fundamental. Refiro-me à questão da educação. Esta a grande diferença entre Brasil e Israel que, apesar de todas essas dificuldades acima citadas, possui um povo educado; e nós, com tantas facilidades, não temos um povo educado. Penso que não há outro caminho para o Brasil que não seja investir mais em educação. Cheguei a essa conclusão após ouvir a palestra de V. Sª .

Muito obrigado e boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Muito obrigado, Senador.

Pediria ao Ministro que aguardasse na sala ao lado.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, apenas para dizer que não posso entender a razão de os Senadores terem saído e, basicamente, inviabilizando a continuidade da reunião. Entendo que temos pontos importantes a tratar.

O SR. ROMEU TUMA – Permita-me um aparte, para não trazer desilusão a V. Exª. Sei o quanto são importantes os requerimentos que, praticamente, estão encaminhados e, por sinal, bem encaminhados. Apenas, o desejo é a presença do Senador Sarney – desculpa-me, Sr. Presidente, com todo o meu respeito, pois S. Exª vem conduzindo essa tese que V. Exª levanta e que todos queremos ouvir sobre a Amazônia. Inclusive, quero comunicar-lhe que hoje conversei com o Ministro Elcio Alvares. Falei com S. Exª sobre a criação de um Ministério da Defesa e da sua importância. Disse-me que até se comunicou com o Senador José Sarney – e acredito que V. Exª aceitará, pois a considero muito correta, sobre a possibilidade de S. Exª vir com os três comandantes militares que seriam convidados. Assim, dependendo das perguntas e das circunstâncias, caso fossem reservadas, porquanto haverá comentário de Forças Militares, dispositivos e outros. Algumas questões são, realmente, reservadas não aos Senadores, mas ao público em geral. Isso, às vezes, deve ser tratado de forma reservada. S. Exª viria com os comandantes das três Forças Armadas que estariam presentes para as informações. Isso evitaria a presença de um apenas e, assim, ficarem as informações fracionadas. Desta forma, haverá avanços. O senhor Ministro disse que falaria direto com o Senador José Sarney. Acredito que a tese de V. Exª e a do Senador Gilberto Mestrinho, com as quais estamos concordando, estão avançando e bem. Não sei se V. Exª está contra essa idéia de eles virem juntos.

O SR. TIÃO VIANA – Não, pelo contrário.

O SR. ROMEU TUMA – Isso até iria enriquecer os esclarecimentos com mais oportunidade.

O SR. TIÃO VIANA – Faço questão de registrar que engrandece a minha proposta essa sugestão de V. Exª. Eu já havia inclusive ouvido um representante do Ministério do Exército que lembrava a importância do Ministro da Defesa, o que não estava na proposta que eu havia feito. O que eu posso dizer, Sr. Presidente, agradecendo a solidariedade permanente do Senador Gilberto Mestrinho a esse pleito, para que haja esse seminário e essa audiência pública, é que a equipe da administração da Comissão de Relações Exteriores e seus funcionários estão mostrando grande respeito no cumprimento dessa meta e dessa agenda da Comissão. Eu, por uma formação democrática, não me sentiria à vontade de pedir a aprovação do requerimento com um **quorum** deste.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h21min.)

Ata da 22ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 51ª Legislatura, realizada em 14 de setembro de 1999.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia catorze de setembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Mauro Miranda, Wellington Roberto, José Fogaça, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Artur da Távola, Pedro Piva, Tião Viana, Luiz Estevão, Marluce Pinto, Lúcio Alcântara, Sebastião Rocha e Emília Fernandes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a apreciação dos itens constantes da pauta, e ainda a ouvir a exposição que fará o senhor José Nogueira Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, Designado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Israel, cujo Relator é o Senhor Senador Geraldo Althoff. Ficam adiados os itens 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11 da pauta. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **José Sarney,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – No livro de presenças, há número legal.

Está aberta a 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Item 1 da pauta:

Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1998, que aprova o texto do acordo de cooperação, na área de turismo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné Bissau, em Brasília, 10 de julho de 1997.

Relator – Senador Bernardo Cabral.

Com a palavra V. Exª.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a matéria diz respeito, conforme V. Exª anunciou, a um acordo de cooperação, na área de turismo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné Bissau, em Brasília, em 10 de julho de 1997.

A exposição de motivos, Sr. Presidente, que acompanhou a indicação do Presidente da República, mostra como é necessária a celebração desse acordo. E, por isso mesmo, quando tramitou na Câmara dos Deputados, a matéria obteve aprovação das diversas Comissões: Relações Exteriores e Defesa Nacional, Economia, Indústria e Comércio.

Aqui, com um parecer do Sr. Deputado Nilson Gibson, foi aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 624, de 1998, contemplado com a nota do Relator de boa técnica legislativa e requisitos essenciais de jurisdicidade e constitucionalidade.

Os atos internacionais anteriores, Sr. Presidente, quanto à matéria, fazem com que o Brasil, ao assinar acordo de cooperação na área de turismo, também com o Governo da República da Guiné Bissau, fique se escudando nas fortalecidas relações de amizade.

O que pretende esta matéria, Sr. Presidente? Fortalecer as atividades turísticas entre as respectivas Repúblicas, da Guiné-Bissau e do Brasil, por meio de incentivos empresariais que incluam operadores, empresas de aviação e redes hoteleiras, entidades que, inegavelmente, formam o tripé básico para uma atividade técnica cada vez mais sofisticada e rentabilidade financeira nada desprezível.

Deixo de me reportar à área da Guiné Bissau, onde é sua localização, porque a inteligência dos meus eminentes colegas Senadores já demonstrou que não se torna necessário.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, em face do exposto, entendemos válida, por meio do presente ato internacional, a determinação de ambos os países em fortalecer suas relações político-econômicas, por meio de uma cooperação turística, dentro de um quadro de reciprocidade e absoluta confiança.

Por essa razão, opino pela aprovação do mencionado texto e submeto a matéria a considerações de V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Solicito a inversão de pauta do item 11, em função de que tenho um compromisso na Comissão de Orçamento e são três Comissões reunidas ao mesmo tempo –, pois tenho uma relatoria importante a fazer em seguida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a inversão da pauta.

Item 11:

Com a palavra o Senador Tião Viana, para relatar um requerimento de sua autoria.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, o requerimento faz uma tentativa de que a Comissão de Relações Exteriores coordene, por meio de V. Exª, um seminário com o tema "Amazônia Como Um Patrimônio Ameaçado", comprometendo e ponderando se há, ou não, o risco de ameaça à unidade nacional.

E proponho também a presença dos Srs. Ministros de Estado, do Sr. Ministro de Meio Ambiente, representante da sociedade civil da Amazônia, das populações tradicionais, do Exmº Sr. Comandante do Exército, do Sr. Ministro das Relações Exteriores, do Senador Gilberto Mestrinho e de um representante de uma Organização Não-Governamental chamada **Greenpeace**.

E, ao mesmo tempo, em conversa e amadurecimento desta proposta, tenho o entendimento de que o Ministro da Defesa, Elcio Alvares, pode perfeitamente substituir o Comandante do Exército. Num primeiro momento, estaria mais adequado ao perfil de representante do Estado Nacional. E o apelo final que faço é de que V. Exª possa coordenar, de maneira tranqüila, para um melhor aproveitamento do conteúdo e da forma desse seminário, a presente proposta de requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Louvo a compreensão de V. Exª substituindo o General Gleuber Vieira pelo Ministro da Defesa, conforme tivemos oportunidade de falar e, ao mesmo tempo, eu proponho, em face do requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti, que nós tenhamos uma quarta reunião na qual seja ouvido o Ministro da Justiça e o Ministro Fer-

nando Bezerra, uma vez que essas duas autoridades não estão incluídas.....

Com a sua concordância nós faríamos dessa maneira.

O SR. TIÃO VIANA – Sem nenhuma divergência.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Se os Srs. Senadores concordam considero aprovado.

Em face da decisão tomada creio que o item 12, que é o requerimento do Senador Roberto Freire nesse mesmo sentido, e o Senador Mozarildo Cavalcanti estão prejudicados.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, ainda com a palavra eu gostaria de solicitar que o item 09, do qual também sou Relator, pudesse ser concluído neste momento, pois é um assunto que não traz divergência à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana para relatar o item 09.

O SR. TIÃO VIANA – O projeto do decreto legislativo que aprova o texto de protocolo de emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica firmado em Caracas, em 14 de dezembro de 1998.

Sr. Presidente, os oito governos que estão envolvidos no Tratado de Cooperação Amazônica tomaram a decisão de propor aos seus respectivos congressos nacionais a iniciativa de criar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, OTCA, que passará a dispor de personalidade jurídica internacional conforme modificação a ser introduzida no art. 22 do tratado pelo presente protocolo de emenda. Um novo organismo contará com secretaria permanente dirigida por um Secretário-Geral em substituição ou mecanismo atual de secretaria **pro tempore** de atribuições mais limitadas.

O meu voto é pela aprovação entendendo que é um acordo comum que envolve 8 países que estão ligados ao Tratado de Cooperação Amazônica e só faço uma ressalva de ordem verbal porque o regimento não me permitiria. O entendimento do parecer, do ponto de vista legal, é o de que a Comissão de Relações Exteriores possa provocar a esta Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, Sr. Presidente que nos informe periodicamente a evolução do trabalho desta Organização do Tratado, para que possamos estar atualizados permanentemente das atribuições e do desenvolvimento deste trabalho.

O meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 2:

Projeto de Decreto Legislativo nº 17 que aprova o texto do Acordo Sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina, no Rio de Janeiro em 27 de abril de 1997.

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral para relatar e ao Senador Moreira Mendes que relatem os itens 6, 7 e 8 da pauta.

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – *(Fora do microfone)* ..... apresenta tanto uma conseqüência quanto uma evolução da crescente integração que vem ocorrendo entre Brasil e Argentina do contexto Mercosul, a facilitação do transporte fluvial no Rio Uruguai faz a fronteira entre o Brasil e a Argentina, certamente contribuirá para aproximação das populações fronteiriças e para maior integração e desenvolvimento econômico da região na fronteira comum dos dois países.

Salienta o eminente Senador Wellington Roberto que o referido acordo está em perfeita consonância com os objetivos maiores da política externa brasileira e por essa razão dá o seu voto pela aprovação do projeto de decreto legislativo.

E o parecer, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 6:

Projeto de Decreto Legislativo nº 148 que aprova o texto da Convenção Interamericana para Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas, concluída em Caracas, 1º de dezembro de 1996.

Com a palavra o Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de parecer desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 1998 (nº 633, de 1998, da Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana de Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas, concluído em Caracas, em 1º de dezembro de 1996.

O parecer e relatório são do eminente Senador Romeu Tuma, a quem, neste momento, tenho a honra de substituir como Relator **ad hoc**, que, através de significativo trabalho, extenso, faz o relatório, tecendo uma análise circunstanciada de todos os seus artigos.

Peço vênia para dispensar a leitura, passando diretamente ao voto, tendo em vista que a matéria já foi previamente distribuída.

Voto

"Muitos argumentos contribuem para a aprovação do presente texto pelo Senado Federal. O Brasil foi o país-sede da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que proclamou a Declaração do Rio, em 1992, fundamento do texto interamericano analisado. Colaborou ativamente na elaboração do texto ora submetido à aprovação congressual a ponto de se poder dizer que é proposta nossa a sua abertura à adesão de Estados não-pertencentes à região, devido ao caráter migratório das tartarugas marinhas. Finalmente, vem empreendendo, por meio do Projeto Tamar, trabalho louvável de proteção e conservação das espécies.

É, portanto, oportuno e conveniente que o nosso País pretenda formalizar sua vinculação a um instrumento internacional elogiado por governos, ecologistas e organizações não-governamentais, acolhendo normas multilaterais que disciplinem aspectos ambientais correlacionados a atividades econômicas.

Nosso voto é, portanto, favorável à aprovação da presente matéria, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 1998.

É o voto."

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 7: Projeto de Decreto Legislativo nº 36, que aprova o Texto do Acordo sobre Isenção de Vistos celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina, em São Borja, no Rio Grande do Sul, em 1997.

Com a palavra o Senador Bernardo Cabral, em substituição ao Relator, Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, o eminente Senador Gilberto Mestrinho, que, neste instante, se encontra na Comissão de Orçamento, conforme comunicação feita a V. Exª, relata a matéria e faz um destaque que se torna necessário colocar em relevo.

Diz o relatório, Sr. Presidente:

"A questão da concessão de isenção de vistos consulares para diversas categorias de profissionais que viajam entre o Brasil e a Argentina vem assumindo crescente importância à medida que se avolumam os negócios entre os dois países, resultantes do processo de integração em curso.

O tema sobre o qual versa o presente Acordo vem assumindo novas dimensões na sub-região desde o momento em que Brasil e Argentina decidiram redirecionar suas políticas de desenvolvimento para estruturação de mercados abertos, com forte presença da iniciativa privada, fato que venha gerar um crescente trânsito binacional entre os países."

E diz que a adoção de um acordo de isenção de vistos consulares para as diversas categorias profissionais pelos dois principais sócios do Mercosul constitui um importante avanço no que tange ao aperfeiçoamento e aprofundamento do processo de integração, configurando-se um pré-requisito para que a atividade econômica na região possa se expandir sem entraves e contribuir para o seu processo de desenvolvimento.

Neste passo, Sr. Presidente, permito-me acrescentar, porque tomei conhecimento, participei das tratativas, ainda que à distância, que V. Exª desenvolveu com o então Presidente da República Argentina nesta caminhada.

De modo, Sr. Presidente, que o voto é favorável à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo que a ele dá o Senador Gilberto Mestrinho. Na qualidade de Relator **ad hoc,** também o acompanho.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam sentados.

Está aprovado.

Item 8:

Projeto de Decreto Legislativo nº 43, que aprova o texto do protocolo de defesa da concorrência do Mercosul, assinado em Fortaleza no dia 17 de dezembro de 1996, bem como o respectivo anexo, assinado em Assunção em 18 de junho de 1997.

Com a palavra o Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em substituição ao Senador Artur da Távola, que, mais uma vez, demonstra, em seu relatório, neste parecer, a sua capacidade e inteligência, esta Comissão está analisando o Projeto de Decreto Legislativo nº 43.

O projeto aprova o texto do protocolo de defesa da concorrência do Mercosul, assinado em Fortaleza, no dia 17 de dezembro de 1996, bem como o respec-

tivo anexo, assinado em Assunção em 18 de junho de 1997.

Por se tratar de matéria de interesse do Mercosul, o diploma internacional em pauta foi previamente submetido à representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Em seguida, vem o ilustre Relator, em seu relatório, levantando dados e comentando artigo por artigo, o qual, mais uma vez, peço vênia para dispensar a leitura e passo ao voto.

A definição e a consolidação de um conjunto de normas destinadas a salvaguardar a prática da livre concorrência mercantil no espaço econômico integrado visa a assegurar o crescimento equilibrado e harmônico das relações comerciais intrazonais e o aumento da competitividade das empresas sediadas no Mercosul.

Assim sendo, a adoção de um regime comum de defesa da concorrência pelos Estados-parte do Mercosul constitui importante avanço no que tange ao aperfeiçoamento e aprofundamento do processo de integração.

O protocolo de defesa da concorrência no Mercosul reflete os novos avanços do moderno Direito Comercial a estipular mecanismos ágeis de intervenção por parte do poder público no funcionamento do mercado. Dessa forma, garantindo a livre concorrência e coibindo possíveis abusos por parte de alguns operadores econômicos.

É de se destacar no ato internacional em tela a criação de sistemas de cooperação entre os órgãos nacionais responsáveis pela concorrência em cada Estado-parte, bem como de procedimentos necessários para a apuração de denúncias, o que deverá contribuir para o crescimento harmônico das relações comerciais e entre os Estados-parte do Mercosul e para o aumento da competitividade das empresas que nele operam.

A aprovação de tão importante instrumento pelo Congresso Nacional, em um momento em que o Mercosul vem sofrendo um grande impacto resultante da desvalorização cambial brasileira, muito contribui para sinalizar aos nossos parceiros a firme vontade política do Brasil em favor do aprofundamento e da consolidação da integração regional.

Por todo o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 1999, que aprova o texto do protocolo de defesa da concorrência do Mercosul, assinado em Fortaleza em data já anteriormente mencionada.

É o voto e o parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovado.

Item 10:

Projeto de Decreto Legislativo nº 134, que aprova a adesão da República Federativa do Brasil ao texto do acordo de cooperação entre a República Popular de Angola, República de Cabo Verde, a República de Guiné Bissau, República Popular de Moçambique, a República Portuguesa e a República Democrática da Santo Tomé e Príncipe no domínio do desporto, concluída em Lisboa em 20 de janeiro de 1990.

Com a palavra o Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, igualmente, tenho a honra de substituir, neste momento, o Senador Mauro Miranda, Relator designado.

O relatório apresentado pelo mesmo no parecer em questão, ora sob análise, também dispensa a leitura, tendo sido distribuído previamente. Assim votou o Relator. Como o referido acima, o acordo ora sob exame procura estreitar a aproximação do Brasil com Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, no âmbito do desporto, objetivando reforçar as relações desportivas já existentes entre o nosso País e as citadas Repúblicas.

Parece-nos evidente, na atualidade, um certo distanciamento esportivo entre Brasil e Portugal, bem como com suas ex-colônias, hoje Repúblicas independentes e politicamente consolidadas. Para reverter semelhante quadro, nada como balizar novos rumos ao inaugurar nova vertente de colaboração intracomunitária, no dizer do chanceler brasileiro, na sua exposição de motivos. E aí está a nova vertente, consubstanciada em propósitos cooperativistas, os quais se traduzem em apoio de identidades públicas e privadas ao desporto. Assim, o intercâmbio de peritos e técnicos nas variadas modalidades desportivas, a previsão de estágios clubísticos e a troca permanente de informações ao alcance dos modernos meios de comunicação contribuirão, por certo, com o enriquecimento mútuo. Dentro do acordo, igualmente salutar é saber que o financiamento das atividades desportivas, art. 11, será feito pelas partes, conforme o estabelecido nos arts. 1º e 2º da Conferência, ou seja, em conformidade com a ordem jurídica interna de cada país parte.

Em face de todo o exposto, entendemos que o acordo em tela contém fortes possibilidades de êxito multilateral em termos de cooperação desportiva en-

tre os cinco países de expressão portuguesa acima mencionados. Votamos, pois, pela aprovação integral do texto do acordo de cooperação entre a República de Angola, República do Cabo Verde, República da Guiné-Bissau, República Popular de Moçambique, República portuguesa e República Democrática de São Tomé e Príncipe, no domínio do desporto, concluído em Lisboa em 20 de janeiro de 1990, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 1999.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Embora esse acordo tenha sido celebrado em 1990, eu quero esclarecer à Comissão que ele entrou na Comissão no dia 3 de agosto deste ano, e nós então estamos votando dentro da celeridade como a Comissão está trabalhando. O parecer é favorável.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 3 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo 18, que aprova o texto do acordo sobre o exercício do emprego por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca, em Praga, em 13 de julho de 1997.

Com a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, o item fala do convênio entre a República do Brasil e o Governo da Argentina.

Esse já foi lido. É o item 10.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – É o item 4?

O SR. TIÃO VIANA – É o que fala do acordo com a Argentina.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – É o item 4. V. Exª tem a palavra.

O SR. TIÃO VIANA – É só eu me situar aqui, que eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – É a Argentina.

O SR. TIÃO VIANA – É com a Argentina mesmo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – É, 97.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, o Relator titular é o Senador José Fogaça. É um projeto que aprova o texto de acordo de integração cultural celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina, em Brasília, em 10 de novembro de 1997.

Segundo a exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores, encaminhada a esta Casa, o acordo de integração cultural visa a propiciar condições de natureza institucional para aprofundar o intercâmbio cultural entre o Brasil e a Argentina.

Do parecer. O ato internacional sob exame vem incrementar a integração cultural entre a Argentina e o Brasil, corroborando a importância conferida pelo Governo brasileiro às iniciativas conducentes à integração do Cone Sul. Com efeito, a adoção de instrumentos internacionais que aprofundem o intercâmbio cultural bilateral entre os dois países contribui sobremaneira para o fortalecimento do processo de integração, porquanto promove o conhecimento recíproco entre os povos irmãos. Esperamos que acordos semelhantes sejam concluídos também com o Uruguai e o Paraguai.

Por todo o exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do acordo de integração, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da Argentina.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 5.

Mais uma vez, temos a oportunidade de aprovar um texto de acordo entre a integração cultural celebrada entre o Governo da República do Brasil e o da República da Argentina, em Brasília, a 10 de novembro de 1997.

É o item 5, referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 17.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Relatório elaborado pelo Senador José Fogaça.

Deixo de ler o relatório, porque já foi distribuído.

O ato internacional sob exame vem incrementar a integração cultural entre a Argentina e o Brasil, corroborando a importância conferida pelo Governo brasileiro às iniciativas condicentes à integração do Cone Sul.

Com efeito, a adoção de instrumentos internacionais que aprofundem o intercâmbio cultural bilateral entre os dois países contribui sobremaneira para o fortalecimento do processo de integração, porquanto promove o conhecimento recíproco entre os povos irmãos.

Esperamos que acordos semelhantes sejam concluídos também com o Uruguai e o Paraguai.

A criação de uma comissão, nos termos propostos no art. 12, constitui importante passo no sentido de proporcionar as iniciativas necessárias ao almeja-

do fortalecimento e dinamização das relações culturais entre Brasil e Argentina.

Voto

Por todo o exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do acordo de integração cultural, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os pareceres já foram distribuídos a todos os Srs. Senadores com antecedência necessária à inclusão na pauta de hoje.

Em votação o parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, para uma comunicação.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, o Ministro Elcio Alvares mostrou-se interessado em comparecer à reunião especial desta Comissão que tratará do problema da Amazônia, tendo em vista a presença dos três comandantes militares, a fim de exporem a situação e responderem a todos os questionamentos, visando o esclarecimento dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Já aprovamos o requerimento. Apenas substituímos a convocação do comandante do Exército pelo Ministro da Defesa, ficando a seu critério acompanhar-se das pessoas que desejar.

O SR. ROMEU TUMA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h40min.)

Ata da 23ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 51ª Legislatura, realizada em 28 de setembro de 1999.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e oito de setembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores João Alberto Souza, Mauro Miranda, Wellington Roberto, José Fogaça, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti , José Jorge, Artur da Távola, Pedro Piva, Tião Viana, Eduardo Suplicy, Luiz Estevão e Djalma Bessa. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se à apreciação dos itens constantes da pauta. Dando início , o senhor Presidente da Comissão concede a palavra ao senhor Senador Mozarildo Cavalcanti, Relator do item 01 da pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998, "Que estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ). O parecer é favorável. Não havendo discussão é aprovado o parecer. No prosseguimento, o senhor Senador Tião Viana, solicita nos termos regimentais vistas ao item 02 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo ne 131, de 1997, 'Que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997". Vistas concedida. Faz uso da palavra, o senhor Senador Mozarildo Cavalcanti, Relator do item 03 da pauta: **Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 1999,** "Que aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Presos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, em 20 de agosto de 1998". Favorável, o parecer é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. Senador **José Sarney,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Há número legal. Está aberta a 23ª reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Temos na pauta três projetos.

Item nº 1:

Projeto de Lei da Câmara nº 26, que estabelece as sanções administrativas e penais, em caso de rea-

lização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo.

O Relator da matéria é o Senador Mozarildo Cavalcanti, a quem concedo a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, peço dispensa da leitura do relatório, uma vez que ele foi distribuído a todos os Senadores, passando à leitura do voto.

Em treze de março de 1996, o Governo brasileiro ratificou a Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo, CEPAQ.

Esta convenção estabelece, no seu art. 7º, a aprovação de legislação implementadora em cada Estado-parte, com previsão de sanções a pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividades por ela proibidas. Neste sentido, a comissão interministerial, criada pelo Poder Executivo para gerenciar a implementação da convenção, preparou o projeto de lei ora em análise, que justamente estatui sanções administrativas e tipos penais para violação das disposições do tratado.

Com base no exposto, considerando a adequação jurídica e a boa técnica legislativa da proposição em tela, concluo este parecer, opinando pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998, que estabelece sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, vou submetê-lo à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item nº 2:**

Projeto de Decreto Legislativo nº 131, que aprova o texto do acordo de parceria e cooperação em matéria de segurança pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, solicito vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está concedida.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item nº 3:**

Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 1999, que aprova o texto do acordo sobre transferência de presos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, em 20 de agosto de 1998.

O Relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti, a quem concedo a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o voto é o seguinte: a preocupação manifestada pelo Brasil e pelo Reino Unido, no tocante à possibilidade conferida aos seus nacionais de cumprir pena no país de origem, parece louvável e digna de aprovação pelo Senado Federal. As razões de ordem humanitária têm estado presentes no Direito Penal moderno e é norma constante no art. 5º, da Constituição brasileira, assegurar ao preso assistência da família.

O fato do presente acordo aplicar-se a sentenças impostas antes ou depois de sua entrada em vigor revela mais uma atitude elogiável, em matéria penal, que é o fato de as normas jurídicas poderem retroagir para beneficiar o réu.

As cláusulas de salvaguarda definidas no texto evitam a impunidade em local para onde o preso for transferido e o fato de a transferência não ser automática e depender de aprovação bilateral, resguardadas as soberanias dos Estados contratantes.

Todas as características acima mencionadas do presente acordo comprovam que ele é conveniente e oportuno quanto ao mérito e, ao mesmo tempo, constitucional, jurídico e tecnicamente correto.

Nosso voto é pela aprovação da matéria, analisada nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 1999.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir o parecer, vou submetê-lo a votos.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Esgotada a Ordem do Dia da nossa reunião, antes de encerrá-la, lembro à Comissão que, amanhã, às 18h30, comparecerá a nossa Comissão o Dr. Gustavo Bell, Vice-Presidente, da Colômbia, que, visitando o Brasil, solicitou ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores que o recebesse, porque desejava expor a conjuntura política e econômica do seu país e os desdobramentos do processo para a paz iniciado pelo Presidente Andrés Pastrana Arango.

Assim, lembrando aos Srs. Senadores a presença do Vice-Presidente da Colômbia, peço que todos prestigiem a reunião que realizaremos amanhã.

Concedo a palavra ao nobre Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, desde já justifico a essa Presidência que lamentavelmente não poderei estar amanhã aqui em face de um outro compromisso anteriormente assumido com a Associação Brasileira das Agências de Viagem.

Reconheço que a presença do Vice-Presidente da Colômbia é de extrema importância para essa Comissão, sobretudo para nós, que somos da Amazônia, por esta ser uma oportunidade que teremos de ouvir as ponderações do Vice-Presidente. De qualquer sorte, sei que a Amazônia estará muito bem representada, pois temos vários membros que compõem esta Comissão.

Quero desde já informar a V. Exª que lamentavelmente não poderei estar presente.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, nessa mesma esteira, quero pedir a V. Exª que considere a minha possibilidade de chegar aqui um pouco atrasado amanhã. Às 18h30, tenho uma reunião marcada com o Procurador-Geral da República. Peço a V. Exª que considere. Vou chegar atrasado, mas quero pelo menos ouvir parte da exposição.

Peço, então, permissão a V. Exª, como soldado da Comissão de Relações Exteriores, para chegar atrasado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência lamenta a ausência dos Srs. Senadores Bernardo Cabral e Moreira Mentes.

O SR. BERNARDO CABRAL – Não, eu estarei presente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Ao mesmo tempo, recusa-se a dar a palavra a outros Senadores para que não ofereçam justificativas para se ausentarem.

Nada mais havendo a tratar, **está encerrada a** reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h12min.)

Ata da 24ª Reunião (Extraordinária), da 1ª Sessão Legislativa, da 51ª Legislatura, realizada em 29 de setembro de 1999.

Às dezoito horas e trinta minutos do dia vinte e nove de setembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Mauro Miranda, João Alberto Souza, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, José Jorge, Carlos Wilson, Lúdio Coelho, Artur da Távola, Pedro Piva, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, José Agripino, Roberto Saturnino, Sebastião Rocha e Emília Fernandes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição que fará o Excelentíssimo senhor GUSTAVO BELL, Vice-Presidente da Colômbia para expor a conjuntura política e econômica de seu país e os desdobramentos do ***Processo para A Paz*** iniciado pelo Governo do Presidente Andrés Pastrana Borrero. Encerrada a exposição usaram da palavra os senhores Senadores João Alberto Souza, Gilberto Mestrinho, Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino, Pedro Simon, Emília Fernandes, Lúdio Coelho e Romeu Tuma. Usou ainda da palavra o Senhor Fabio Valencio Cossio, Representante do Governo Colombiano junto a FARC. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. Senador **José Sarney,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está aberta a reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal que tem por finalidade especial receber a visita do Vice-Presidente da Colômbia, Sr. Gustavo Bell Lemos, que se faz acompanhado do ex-Senador Fábio Valencia Cossio, representante do Presidente Andrés Pastrana Borrero para o processo para a paz e do Embaixador da Colômbia no Brasil, Sr. Mario Galofre Cano.

Desejo agradecer ao Sr. Vice-Presidente o interesse que demonstrou de ter contato com as Srªs e Srs. Senadores e esta Comissão e a possibilidade de expor o caminho em que se encontra o processo de paz na Colômbia. Nesse sentido S. Exª aqui está. Temos uma grande honra em recebê-lo – creio que falo em nome de todas as Srªs e Srs. Senadores.

A Colômbia é um país que tem relações muito estreitas com o Brasil. Todas as coisas se podem mudar no mundo menos a geografia, que nos colocou, para a eternidade, juntos.

Consulto o Sr. Vice-Presidente se deseja, inicialmente, expor perante a Comissão como se encontra atualmente o processo de paz na Colômbia. (Pausa.)

Com a palavra o Sr. Vice-Presidente, Dr. Gustavo Bell Lemos.

O SR. GUSTAVO BELL LEMOS – *(Pronunciamento em espanhol.)*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Agradeço ao Sr. Vice-Presidente as suas palavras. Como já disse, a visita do Vice-Presidente da Colômbia a esta Comissão foi agendada por S. Exª mesmo, o que muito nos honra, a fim de que, durante a sua permanência no Brasil, tivesse contato com a Comissão de Relações Exteriores.

E, ao mesmo tempo, transmitiu-me S. Exª que desejava dialogar com os Srs. Senadores para esclarecer aqueles pontos que V. Exªs desejarem sobre a situação, os acontecimentos da Colômbia. Assim, sem nenhuma forma regimental, apenas num diálogo que foi proposto pelo Sr. Vice-Presidente, pediria permissão para passarmos à segunda etapa dos nossos trabalhos.

Gostaria de apresentar-lhe os Senadores que estão presentes na Comissão. Da direita para a esquerda: Senador José Jorge, do Partido da Frente Liberal, do Estado de Pernambuco; Senador Romeu Tuma, do Partido da Frente Liberal, de São Paulo; Senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, de São Paulo; Senador Roberto Saturnino, do Partido Socialista Brasileiro, do Rio de Janeiro; Senador Lúdio Coelho, do Partido Social Democrata Brasileiro, de Mato Grosso; Senador Gilberto Mestrinho, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, do Amazonas; Senador João Alberto, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, do Maranhão; Senadora Emília Fernandes, do Partido Democrático Trabalhista, do Rio Grande do Sul; Senador Pedro Piva, do Partido Social Democrático Brasileiro, de São Paulo; Senador Sebastião Rocha, do Partido Democrático Trabalhista, do Amapá; Senador Mauro Miranda, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, de Goiás.

Então, facultaria a palavra aos ilustres Senadores. Em primeiro lugar, concederia ao Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Presidente, seria interessante ouvirmos o Dr. Fábio primeiro.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Gilberto Mestrinho, já consultei o Dr. Fábio, e S. Exª me assegurou que desejava intervir nas respostas às perguntas que fossem feitas pelos ilustres Senadores. Conforme o assunto, estaria disposto a dialogar com os Senadores desta Comissão.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA – Sr. Presidente, gostaria de fazer duas perguntas pontuais. Primeiro, são quatro as facções na Colômbia, questiono se o movimento é ideológico, se o grupamento, pelo entendimento do Governo, é sério. Falo da guerrilha.

O SR. ROMEU TUMA – Senador, V. Exª está perguntando se as quatro facções têm o mesmo objetivo ideológico, é isso?

O SR. JOÃO ALBERTO – Não, quero saber se o movimento é ideológico, se o movimento não é de traficantes, se é de idéias, se a guerrilha é de idéias e se o movimento é sério, sério, digo, quanto ao pensamento deles. Se não são mercenários, se não são traficantes. Como é que o Governo classifica o movimento?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Dr. Fábio que deseja responder a esta pergunta.

O SR. FÁBIO VALENCIA COSSIO – *(Pronunciamento em espanhol.)*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Agradeço ao Dr. Fábio.

Com a palavra o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Vice-Presidente, Sr. Representante do Governo colombiano nas negociações com a guerrilha, Sr. Embaixador, Sr. Presidente Sarney. Pergunto-lhe se me compreende, se não, poderei falar em espanhol.

Represento o Estado que possui 1.600 km de fronteira com a Colômbia, exatamente na parte amazônica da Colômbia que é cerca de quase 60% do território colombiano. Depois dos colombianos começa a Amazônia, a floresta imensa, é exatamente onde estão as áreas de atuação dos narcotraficantes.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Se V. Exª sabe tão bem o espanhol, então, por atenção ao Vice-Presidente, e para aprendermos melhor com o seu espanhol, sugiro que fale o espanhol, Presidente, porque entendemos bem o espanhol. Então, por atenção aos visitantes...

O SR. – Entonces, adelante, como disse.

O SR. – *(Pronunciamento em espanhol.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY – *(Falha na gravação)*...que é campeão do mundo, mesmo que Serra Leoa tenha um índice de gini um pouco maior, por diversos outros indicadores, a nossa situação é pior. Entretanto, não temos uma luta de guerrilhas no Brasil hoje, ainda que a explosão social por muitas formas já esteja ocorrendo.

Ontem, na **Folha de S.Paulo**, o Sr. Hernan Ramirez, apresentado como integrante da Comissão Internacional da FARC-EP, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, escreveu um breve artigo.

Se me permite, Sr. Presidente, eu gostaria de citar apenas um parágrafo...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Eduardo Suplicy, o meu dever como Presidente da Comissão é dizer que o Sr. Vice-Presidente tem um compromisso às 20 horas. Então, como temos vários colegas nossos que vão participar desta reunião, eu pediria a colaboração de V. Exª, como de todos, para que cumpríssemos o horário.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Então, acredito que o Vice-Presidente deva conhecer, e muito melhor do que o que estaria aqui. A plataforma da FARC-EP bem como das demais, da ELN e da EPL, se pudermos dizer, quais seriam alguns dos objetivos que, nesta negociação, expressos pelos movimentos guerrilheiros, como pela FARC-EP, que o governo colombiano está dizendo que poderá considerar qual a tratativa que está ocorrendo com respeito aos objetivos que eles estão colocando e aquilo que constitui objetivo do Governo Pastrana hoje, do qual V. Exª é o Vice-Presidente. Se, sobretudo, dentre os instrumentos de realização de justiça poderia nos dizer quais os que o Governo pretende implementar o quanto antes.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Vice-Presidente, Gustavo Bell Lemos.

O SR. GUSTAVO BELL LEMOS – *(Pronunciamento em espanhol.)*

(Falha na gravação)

...que obviamente afeta a capacidade do governo de financiar os gastos públicos que podem trazer melhorias sociais às classes menos favorecidas.

É preciso neste momento adotar uma série de medidas fiscais e reestruturar o gasto público, assumir o setor financeiro, que entrou em crise, assumir os custos do terremoto da Armenia, que já custou mais de um bilhão de pesos, enfim, enfrentar uma série de situações bastante adversas que limitam a capacidade do governo de fazer gastos sociais, gastos públicos.

Já foi apresentado à comunidade internacional um pacote de medidas que recebeu respaldo tanto do Fundo Monetário Internacional, como do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial. Essas medidas vão permitir ao país sair dessa crise econômica. Esperamos que a médio prazo, com o processo de paz andando e adotando-se medidas econômicas, possa ter início essa grande transformação social que é o que se pretende com o processo de paz.

Sabemos creio que nisso há consenso que isso não se faz da noite para o dia, mas de qualquer maneira essa confrontação armada já serviu para sensibilizar os partidos políticos quanto ao seu compromisso político de impulsionar grandes transformações sociais para poder construir um país muito mais democrático e muito mais justo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente José Sarney, eminente Vice-Presidente Dr. Gustavo, embaixador representante do Governo junto às FARC, foi afirmado pelas autoridades colombianas que as FARC representam 85% do total das forças de guerrilha dentro da Colômbia. Sendo as FARC um movimento guerrilheiro, um movimento ideológico marxista-lenista, como já foi definido, e que têm o objetivo muito claro da conquista do poder logicamente que na compreensão, no entendimento das FARC essa conquista do poder só poderá acontecer em favor deles, pela força –, qual é, de fato, no entendimento das autoridades colombianas, a expectativa com relação a um acordo, a um entendimento em favor da paz? Ou seja, já compreendemos, estamos todos apoiando e muito desejosos de que a solução seja pela paz. O Brasil todo se empenha nesse sentido. Estamos muito sensibilizados com o esforço do governo colombiano na busca pela paz, mas do lado oposto, do lado das FARC, qual é a disposição real demonstrada para negociar um entendimento pela paz, um processo de paz na Colômbia?

Segundo ponto: é verdadeiro que as FARC ocupam hoje em torno de 40% do território colombiano? Qual é esse percentual, haja vista que há controvérsias na imprensa internacional? Qual é de fato esse percentual de ocupação das FARC do ponto de vista da ocupação geográfica territorial? Se essa ocupação é progressiva, como mostra a imprensa

internacional, sobretudo a imprensa brasileira, me parece que a conjuntura não é muito favorável a esse processo de paz, e é essa a nossa preocupação, haja vista que há um movimento ideológico que, como disse no começo, tem como objetivo concreto a conquista do poder. Diante desse quadro, pergunto: quais são as bases, as linhas gerais – sabe-se que já há um caminho de entendimento entre o governo e as FARC –, a base desse entendimento que traz essa esperança para o governo colombiano de conquistar a paz? Podemos ter esperança de que a Colômbia encontre em breve a paz? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Dr. Fábio.

O SR. FÁBIO VALENCIA COSSIO – *(Pronunciamento em espanhol.)*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, Senador José Sarney, Sr. Vice-Presidente, Sr. Dr. Fábio Valencia Cossio, Embaixador, quero expressar um agradecimento profundo pela presença de V. Exªs, pela disposição em informar correta e precisamente o que se passa na Colômbia.

Nós, cidadãos brasileiros e Parlamentares, vivemos das informações que nos são trazidas pela mídia, freqüentemente distorcidas em função de interesses econômicos ou políticos. Por exemplo, a caracterização das zonas de distensão – não sabíamos precisamente do que se tratava e imaginávamos que fossem zonas ocupadas pela guerrilha, onde o Estado colombiano não estaria presente – e outras particularidades que V. Exªs nos trouxeram, de extrema importância.

Além do agradecimento, quero fazer um pedido e uma pergunta. A pergunta já foi quase toda respondida pelo Dr. Fábio Valencia Cossio ao Senador Sebastião Rocha. O Vice-Presidente nos falou de um otimismo relativo no sucesso das negociações e gostaria de conhecer os fundamentos concretos que levam a tal otimismo. O Dr. Fábio Valencia Cossio nos apontou que há uma disposição na própria agenda, no próprio temário das negociações, por parte dos grupos guerrilheiros de aceitarem alguns pressupostos da vida democrática. E, de outro lado, a vontade política da Nação incorpora, parece-me, um desejo também das elites econômicas colombianas tradicionais de cederem alguma coisa em benefício das reivindicações dos grupos guerrilheiros. Quer dizer, se houver esse encontro de vontades políticas, realmente nascerá uma boa probabilidade de sucesso, que é muito importante para nós.

Claro que nós, brasileiros, nos sentimos muito ligados à Nação e ao povo colombiano. Temos o maior interesse em que o assunto seja resolvido de uma forma satisfatória e democrática, sem intervenção de outra nação, mas com a ajuda possível, sim, é evidente.

Dessa forma, pergunto que fundamentos concretos, práticos existem para alimentar um otimismo? O Dr. Fábio Valencia Cossio, em grande parte, já respondeu, mas, se houver algum acréscimo, gostaria de escutar.

E o pedido é que, assim como estamos sendo hoje informados corretamente sobre a situação da Colômbia, que fôssemos sendo informados, periodicamente, ao curso das negociações, sobre o andamento delas. Por exemplo, que o Sr. Embaixador, periodicamente, nos desse uma notícia que não fosse distorcida pela mídia, mas que refletisse a realidade do que está se passando nessas negociações. Esse pedido atende um anseio nosso, que é verdadeiro, de colaborar de todas as formas possíveis para o êxito desta negociação de importância fundamental.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Dr. Fábio Valencia Cossio.

O SR. FÁBIO VALENCIA COSSIO – (Pronunciamento em espanhol.)

O SR. ROBERTO SATURNINO – Isto V. Exª sente claramente. Há uma disposição da guerrilha em buscar o poder através da democracia.

O SR. FÁBIO VALENCIA COSSIO – (Pronunciamento em espanhol.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Antes de passar a palavra ao Senador Lúdio Coelho, informo à Comissão que o Sr. Embaixador pede-me que recorde a V. Exªs que todos os Srs. Senadores já receberam e estão convidados para participar da recepção que, em seguida, se realizará na Embaixada da Colômbia e também que recorde ao Sr. Fábio Corso(?) que a Constituição brasileira tem como princípios nacionais o respeito à soberania, a não-interferência em negócios internos e a busca sempre por meio do diálogo e da paz.

Com a palavra o Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO – Compreendo a urgência que tem o Sr. Vice-Presidente por ter compromisso e consegui entender um pouco a complexidade dos problemas por que passa a Nação colombiana.

Não tenho perguntas a fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Serei breve. Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Embaixador, Sr. Negociador, não posso deixar de lembrar que, durante a gestão do Presidente José Sarney à frente do Executivo brasileiro, S. Exª, como estadista, teve como visão principal estabelecer uma nova política externa para o Brasil: a harmonia dos países que compõem o continente sul-americano e o apoio na volta à democracia a todos os países. Acredito que tenha conseguido praticamente 100% dos seus objetivos. Não podemos esquecer isso, até pelas colocações que tem feito e por esta oportunidade de os senhores estarem aqui com o Senador José Sarney na Presidência desta Comissão. Esse encontro traz de volta a expectativa que S. Exª sempre teve, a de que a paz se consegue por intermédio do diálogo, do apoio dos países vizinhos e, sem dúvida alguma, alcançando essa paz, atingiremos a harmonia e a comercialização, por meio da qual o progresso poderá vir trazendo maior tranqüilidade às sociedades menos favorecidas pela sorte.

Eu não poderia deixar de lembrar isso, Presidente José Sarney, com quem tive oportunidade de trabalhar, e de dedicar-me um pouco a essa preocupação de V. Exª quanto à importância da vigilância da nossa fronteira. É claro que V. Exª já respondeu às perguntas que poderíamos fazer a esse respeito. Mas o Presidente José Sarney fez e estimulou o Projeto Calha Norte, um projeto muito importante, que consiste na ocupação física do lado brasileiro das nossas fronteiras e no estabelecimento de uma evolução natural da parte econômica dos Estados que compõem a Amazônia Legal. E, ao longo do tempo, essa ocupação, sem dúvida alguma, com a presença física de militares e daqueles que pudessem investir naquela região, traria uma tranqüilidade maior para impedir a liberdade e a fragilidade hoje existente nas nossas fronteiras. Mesmo eu trabalhei com membros da Colômbia em várias operações de adensamento de demarcação de fronteira, estabelecimento de ligações de telefonia e eletricidade, sempre em harmonia, buscando, com esse trabalho, impedir que forças do narcotráfico, principalmente o narcotráfico à época, pudessem transitar livremente, sem nenhuma preocupação, pelo território brasileiro e colombiano, passando com produtos de precursores com muita facilidade. O Brasil chegou a ser o principal fornecedor de produtos químicos para a indústria da cocaína.

Tenho uma grande preocupação. Vi um programa da Globo em que um líder, em uma exposição que fez, disse que cobram impostos dos narcotraficantes para poderem sobreviver, visto que uma parte da criminalidade começou a perder força dentro da Colômbia. Eles passaram a cobrar impostos sobre a produção de cocaína principalmente, da qual a Colômbia é considerada a maior produtora internacional. A minha preocupação é se eles poderiam ter influência nesse processo de paz junto às forças armadas revolucionárias da Colômbia.

No tempo de V. Exª, criou-se o controle de fornecimento de precursores e fabricação de químicos pela Polícia Federal. Hoje, no Brasil, tem diminuído muito esse fluxo. O que há são pistas clandestinas operadas dos dois lados com muita facilidade pela vigilância. Vem-se desenvolvendo o projeto do Sivam. Acho que amanhã irá uma comissão do Senado e da Câmara dos Deputados à região para receber dos comandos militares a exposição sobre o funcionamento do projeto. Por proposta dos Senadores que aqui se encontram, poderíamos levar algumas das informações consistentes que V. Exª está nos trazendo com sinceridade, Senador Saturnino. Estamos tomando conhecimento do interesse de paz por parte do governo, não simplesmente eliminando as forças revolucionárias, mas atraindo-as para um projeto de paz de interesse da Colômbia e de todo o continente.

Outro dia, o Senador Sebastião Rocha, num discurso, disse que ficava um pouco confuso. Há o entrelaçamento entre as forças revolucionárias e o narcotráfico? Ou há apenas um apoio de respeito para se fazer essa arrecadação financeira?

Creio que o narcotráfico não teria muito interesse em um processo de paz. Todas as informações que chegam ao conhecimento daqueles que têm interesse em acompanhar esse processo deletério da sociedade, que é narcotráfico, falam em bilhões. Hoje li que circulam mais de US$700 bilhões por ano no narcotráfico. Então, é o maior negócio do mundo, maior até que o petróleo. Eles não teriam nenhum interesse em um processo de paz, porque, automaticamente suas lavouras seriam substituídas por algo que trouxesse uma renda satisfatória para o campesino, visto que esta é uma revolução do campo para a cidade, segundo a exposição do negociador.

Até que ponto o narcotráfico tem vinculação com o homem do campo? Aqueles que trabalham pelo salário do narcotráfico podem estar prejudicando esse projeto de paz?

O SR. FÁBIO VALENCIA COSSIO – *(Pronunciamento em espanhol.)*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra à Senadora Emília Fernandes.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, Vice-Presidente da Colômbia, Dr. Fábio Valencia; Sr.

Embaixador, Dr. Mário, ressalto a importância desta visita ao nosso País e ao Congresso Nacional e os contatos feitos com o Poder Executivo. Entendemos ser altamente salutar que o Governo da Colômbia venha expor a sua política de paz, a defesa dos direitos humanos e explicar de certa forma a situação das negociações com a guerrilha e, principalmente, tentar reverter – e acredito que isso possa acontecer – esse discurso internacional que, de certa forma, defende a intervenção militar ou política no país. Há segmentos, nesse sentido, nas posições internacionais.

Temos a consciência que o país vive um momento, já antigo, de uma guerra civil profundamente preocupante, sentimento esse compartilhado no Brasil. Aqui se acentuou muito a questão dos grupos e forças rebeldes de esquerda. Mas sabemos que também existem movimentos paramilitares de direita, atuando nesse conflito. Levanto essas questões para discussão. Lógico que a situação se agrava com o narcotráfico. Quando os senhores dizem que o objetivo hoje está sendo recolhido do seio da sociedade, também dos guerrilheiros e por parte do governo é a paz, com o intuito de construir uma nova política para a Colômbia, pergunto: para que isso aconteça, na minha avaliação, há que se tratar, além das conseqüências que estão ocorrendo nesse país, com as disparidades sociais que existem, o acentuado número de pessoas que vivem na pobreza, essa concentração de renda, esses desencontros que acontecem, temos de tentar combater as causas. Os senhores apontaram que uma das causas é que os guerrilheiros querem chegar ao poder. É um motivo aceitável, dentro de um processo democrático, desde que se construa essa caminhada de uma forma positiva. Então, a busca da paz é importante.

Perguntaria: em relação a esses movimentos paramilitares de direita – dos quais gostaria de ter alguma explicação – o agravamento da situação de conflito nesses últimos anos os senhores atribuiriam a que ou a quem?

Essa política, iniciada em 1990, voltada mais para um sistema neoliberal de privatizações, de abertura do País, de apoio ao capital estrangeiro, teria sido uma das causas do conflito? Como se combateria com ações concretas essa questão do narcotráfico?

No início da explanação, o Vice-Presidente disse que o narcotráfico era o grande problema hoje do País e que dele se beneficiam vários setores. Sabemos, então, que mexer com narcotráfico dentro do País, da forma como ele se enraizou, é profundamente preocupante. Deve-se ter toda uma conscientização. O narcotráfico, além de financiar, de certa forma, a guerrilha, encontra-se também em outros setores da sociedade colombiana, como governamental e empresarial? Não afirmo, apenas faço um questionamento a V. Sªs.

Representantes da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em visita ao país, concluíram haver um quadro de extrema violência naquele país, com mais de um milhão de refugiados internos, os **desplazados**. Desejo que o Brasil se envolva mais na construção desse processo de paz, lógico que garantindo a soberania e respeitando o país de V. Sªs.

Cumprimento V. Sªs pela visão clara e pela colocação positiva da não-aceitação à intervenção de forças externas. Esse é o ponto fundamental que vai fazer a união do povo colombiano. Além da questão de fronteiras que V. Sªs já colocaram, espero que o Brasil possa dar um exemplo em termos de busca dessa construção da paz para outros países da América e do mundo inteiro.

São as considerações que tinha a fazer, cumprimentando o esforço e acreditando que, se já iniciou o diálogo, temos de apostar nele.

O SR. FÁBIO VALENCIA COSSIO – (Pronunciamento em espanhol.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o último orador inscrito, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, Senhor Vice-Presidente, Dr. Gustavo, Sr. Embaixador, Sr. Mário e Sr. Fábio, representantes do governo junto aos movimentos internos, quero felicitar V. Exªs pela honra que nos deram de comparecer a esta Comissão. Quero dizer e aí secundo o que disse o Senador Roberto Saturnino – que a mim me emocionou a sinceridade, a pureza e a profundidade da manifestação feita aqui. V. Exªs deixam transparecer no semblante, na forma como apresentaram, o patriotismo, a dedicação e que estão aqui expondo idéias e buscando aquilo que é obrigação nossa, irmão latino-americanos, a aliança, a solidariedade e, no que for possível, o apoio que é absolutamente necessário.

Ouvi, com muita alegria, a manifestação de V. Exª, Senhor Vice-Presidente, de repulsa total à intervenção estrangeira. Estávamos, até eu diria, angustiados com o que a imprensa vinha insistindo com relação a convites, inclusive dos Estados Unidos, para que Brasil, Argentina e outros países formassem uma força de intervenção na Colômbia. Eu também, como a maioria, a unanimidade na Comissão, repudiamos de todas as formas esse tipo de intervenção. Não sei se isso se confirmou. Acredito até que foi boataria de jornal, mas lá pelas tantas já teria aparecido uma notícia de que o Governo argentino

teria se oferecido para enviar forças para esse entendimento. Não acredito. Mas se assim fosse, teria a nossa repulsa total. O que acho de certa forma é que nós, latino-americanos, tínhamos de ter um entrosamento melhor, uma integração melhor, no sentido de auto-ajudarmos, nos darmos colaboração, solidariedade.

Faço justiça ao Presidente Sarney. Quando foi Presidente da República do Brasil, iniciou um diálogo, um entendimento com praticamente todos os países da América Latina. Graças a Deus, não é o caso da Colômbia, que tem uma longa tradição de democracia, mas há países da América Latina em que a democracia é exceção, é um hiato num regime discricionário.

Quando o Sr. José Sarney foi Presidente, houve a feliz coincidência de o chamado Cone Sul – o cone da ditadura, da tortura e da violência – ter-se transformado num cone de democracia com Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai e Brasil. Então, iniciou-se um movimento de integração de democracia e de entrosamento que me pareceu realmente muito importante. Esse movimento inclusive – de intervenção do Brasil e da Argentina, dos nossos Presidentes –, de certa forma, impediu que o Paraguai se tornasse um regime de força, que não pode ser adotado por esse movimento do Mercosul. Houve um auxílio muito grande nesse âmbito.

Sendo possível, há uma interferência no sentido de que o Peru diminua as suas idas para o movimento discricionário e assuma um entendimento melhor acerca desse assunto. É o que se está tentando fazer nesse País. Mas falta um melhor entrosamento para verificar o que podemos realizar – não como quer o norte-americano. Devemos ver – o Brasil e os demais países da América – como podemos colaborar.

O nosso querido Senador Gilberto Mestrinho salientou – como igualmente procedeu o Senador Romeu Tuma – o que também foi feito no Governo Sarney, que considero da maior importância, isto é, o Projeto Calha Norte, altamente positivo para nós. Trata-se de um projeto de ocupação, que objetiva, quanto àquele território, dar trabalho, desenvolver, construir estrada e fazer ocupações, para que uma zona tão intensa não fique praticamente relegada ao abandono total. Não há no mundo uma área com tantos aeroportos clandestinos como na nossa Amazônia, fato que nos deixa numa situação de inferioridade.

V. Exªs são heróis, porque, na verdade, o destino levou-os a essa série de fatos. Primeiramente, os americanos tiraram-lhes o Panamá, um território colombiano, que tornaria o seu país o mais importante da América Latina, que permitiria a ligação entre os dois oceanos. Mas levaram-no sem mais nem menos.

Não sei como V. Exªs estão considerando essa questão. O que V. Exªs pensam? O norte-americano sairá do Panamá, entregará o Canal ao Panamá? O que ocorrerá no Panamá – porque V. Exªs são vizinhos, diretamente ligados – se for entregue à população o comando do Canal? Dizem alguns que o Panamá sofrerá um enorme desgaste. São aproximadamente US$400 milhões deixados lá permanentemente pelos norte-americanos. Uma das fontes do Panamá são as tropas norte-americanas que lá estão. Dizem outros que não sabem o que acontecerá – pois o Panamá não tem forças de ocupação – nem como eles farão essa fiscalização.

Ouvi com angústia as notícias da intervenção, porque, na realidade, entrar na Colômbia é pior do que entrar no Vietnã. Primeiramente, não se sabe onde começa a Colômbia, onde termina o Brasil, onde começa o Panamá nem onde termina a Venezuela, porque a floresta amazônica é uma só. No momento em que entrarem ali, sabemos que há um grande interesse internacional naquele lugar. São os mais variados argumentos, como a existência dos índios ianomâmis. Sou totalmente favorável ao respeito e à garantia aos índios, embora os norte-americanos sejam as pessoas que menos podem cobrar respeito pelos índios, pois massacraram os deles e acabaram com suas florestas. Não sobrou nada das florestas nem dos índios norte-americanos. Tudo bem que haja essa preocupação, mas, daí, a querer pegar nossa zona de fronteira com a Colômbia e a Venezuela para, ali, criar uma nação yanomami, é um pretexto. Na verdade, há muito tempo, percebemos que isso está existindo com relação à Amazônia. É preocupação nossa – da Colômbia, da Venezuela, do Brasil – explorar a Amazônia da melhor maneira possível, de maneira razoável, e garanti-la como nossa.

Uma coisa que vi na análise que se fez é que a Colômbia, de certa forma, não vê com muita simpatia a aproximação com o Brasil e com os outros países da América do Sul, porque a Colômbia é mais ligada ao México, à Venezuela, aos Estados Unidos. Entre o Mercosul, de um lado, e o NAFTA, de outro, ela tem mais propensão a se integrar no NAFTA, junto com o México e os Estados Unidos.

Eu não sei – e é uma das coisas que gostaria de perguntar –: se a Colômbia pensa que o Brasil é um país expansionista, que tem algum interesse em aumentar o seu território, ou coisa que o valha. Será que é isso, que, graças à Deus, hoje, entre Brasil e Argentina desapareceu? Será que ainda se vende lá a idéia de que o Brasil é um país enorme, com interesse de intervir ou aumentar seu território? Coisa em que nós, absolutamente, não pensamos. O Brasil – e o Sr.

Embaixador há de ver isso todos os dias, pois convive conosco – está muito satisfeito com o seu território. Ainda temos problemas enormes a serem solucionados. Gostaríamos, no próximo milênio, de ser um país que represente no mundo a paz, a não-intervenção.

V. Exª falou dos problemas sociais da Colômbia. Nós, no Brasil, não temos autoridade para falar sobre os problemas sociais de ninguém, porque os nossos são tão graves, são tão difíceis, as diferenças que temos são tão intensas, que devemos é pedir conselhos para resolvê-los. Não queremos dar aula a ninguém.

Confesso que importante autoridade colombiana – eu não poderia dizer o nome – disse-me que o governo colombiano é contra a intervenção, mas, se fosse feito um plebiscito na Colômbia, a maioria da população aceitaria a intervenção de forças para terminar com o que está acontecendo lá. Até me espantei, mas ele disse "Não, estou falando sério. Nós, não, o governo colombiano não tem nenhuma dúvida de que não. Eu, quando era do governo, também não".

Há um entendimento geral entre os partidos, na Colômbia, de que isso não é possível, mas o povo está tão cansado, tão esgotado com essas coisas que estão acontecendo que, se houver uma propaganda da intervenção de uma força de paz, e depois houver um plebiscito, a resposta poderia ser favorável. Isso realmente me preocupou.

Sr. Presidente, Senador José Sarney, quero felicitar a V. Exª e dizer ao Sr. Embaixador que hoje vivemos um momento muito importante. É um exemplo para todos nós o que os senhores estão fazendo. Foi bom esse encontro porque tomamos conhecimento da realidade pela discussão e não pelos jornais, por meio de notícias que, muitas vezes, são plantadas e não sabemos de onde vêm.

Eu gostaria de dizer que sinto muita alegria e muito orgulho de ter participado desse encontro. A América Latina tem um grande destino, é um povo de paz, de desenvolvimento, embora vivamos uma hora cruel. Se olharmos para o mundo, veremos que nós, da América Latina, não precisaríamos de ninguém, pois temos tudo. Temos o petróleo, a agricultura, o progresso, temos tudo: petróleo, agricultura, temos tudo o que se pode imaginar, em água doce, em reservas etc. Tudo o que se podia imaginar para ser uma grande região, a mais potente, nós temos. E, no entanto, somos considerados a região mais atrasada, mais pobre, de maiores injustiças sociais. Acredito que temos condições de vencer isso. Agora, para vencermos isso, para ocuparmos o nosso lugar, para termos o nosso espaço, creio que temos que nos unir, temos que nos integrar.

O Senador Mestrinho disse muito bem: os Estados Unidos acham que 190 países são pouco, porque eles querem dividir, esfacelar. Isso faz parte deles. A Inglaterra, quando perdeu seu domínio, todas as regiões de que a Inglaterra saiu, ela fez questão de esfacelar. Saiu, mas deixou a Índia de um lado e o Paquistão de outro para brigarem e lutarem a vida inteira.

O que pudermos fazer para nos integrarmos, acredito, é importante.

Senti e reli, reconheci que a Colômbia tem isso, até pelos interesses comerciais, pelos interesses financeiros, tem uma certa identidade com os Estados Unidos. Esqueceu-se de que eles levaram o Canal do Panamá e vê com uma certa expectativa.

Do fundo do coração, meu Presidente, seria muito importante se nós, latino-americanos, nos uníssemos mais e nos integrássemos mais, tivéssemos mais carinho e mais respeito, porque não há nenhuma dúvida: para nós crescermos, para ocuparmos o nosso espaço, só todos nós juntos; nenhum vai sozinho, deixando o resto em uma situação indiferente.

Muito carinho, muito respeito, muita admiração, minhas felicitações, e meus votos de muita felicidade a V. Exª e ao querido povo colombiano.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exªs são testemunhas da gratidão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal pelas suas presenças nesta tarde, pelas importantes informações que deram à Comissão e que constituem um valioso subsídio para os nossos trabalhos e para uma avaliação precisa da situação da Colômbia.

Peço que transmitam ao Presidente Andrés Pastrana Arango os nossos votos, que acredito serem de todo o povo e do Governo brasileiros, de êxito na sua missão e no seu trabalho. E peço permissão à Comissão para adicionar um toque pessoal meu, que é de uma homenagem à memória de dois grandes Presidentes da Colômbia, que foram meus amigos, que eram Pastrana Borrero, pai do atual Presidente, e D. Virgilio Barco, que tiveram uma luta extraordinária contra o narcotráfico e pela restauração da ordem dentro da Colômbia e cujos nomes estão integrados dentro da história colombiana.

Muito obrigado.

(Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 20h37min.)

Ata da 25ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 51ª Legislatura, realizada em 5 de outubro de 1999.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia cinco de outubro do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Mauro Miranda, Wellington Roberto, Romeu Tuma, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Lúdio Coelho, Pedro Piva, Tião Viana, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Emilia Fernandes e Djalma Bessa. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a apreciação dos itens constantes da pauta. Dando início, o Senhor Presidente da Comissão coloca em votação requerimento de autoria do Senhor Senador Tião Viana, solicitando nos termos regimentais, sobrestamento da apreciação e encaminhamento à CCJ do item 02 da pauta: Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997, "Que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997", cujo Relator é o Senhor Senador Mauro Miranda. Colocado em votação é aprovado o requerimento. No prosseguimento faz uso da palavra o senhor Senador Romeu Tuma, Relator do Item 03 – Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 1999, "que aprova o texto de modificações ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, que tratam de revisão da alocação de capital, **quorum** e estrutura de votação, aprovado por ocasião da 34ª Assembléia Anual de Governadores, realizada em Abidjan, Costa do Marfim". O parecer é favorável. Não havendo discussão é aprovado o parecer. Na seqüência, e já na presença do Relator, é aprovado o Item 01 da pauta: Mensagem nº 159, de 1999, "Que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Paulo Tarso Flecha de Lima, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Albânia", cujo Relator é o Senhor Senador Gilberto Mestrinho. Dando continuidade, o Senhor Presidente da Comissão concede a palavra ao Senhor Senador Mauro Miranda, autor do item extrapauta: Requerimento nº 573, de 1999, "que requer voto de solidariedade ao Governo de Taiwan, pelas vítimas do terremoto que atingiu o País". Colocado em votação o requerimento é aprovado. Fazendo uso da palavra, o Senhor Senador Eduardo Suplicy solicita vistas ao item 04 da pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1999, "Que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agencia Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providencias". Vistas concedida. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. Senador **José Sarney** – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão da 25ª reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

A nossa pauta consta de quatro itens. O primeiro deles é a Mensagem nº 159, que submete à apreciação do Senado o nome do Sr. Paulo Tarso Flecha de Lima para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República italiana, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Albânia.

Peço ao Senador Moreira Mendes que, como relator **ad hoc**, faça a leitura da Mensagem.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, com fundamento nas disposições da Carta Magna, o Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 1.122, submete à apreciação dos Senhores membros do Senado Federal a escolha que deseja fazer do Sr. Paulo Tarso Flecha de Lima para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República italiana, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Albânia.

Peço vênia à Presidência para dispensar a leitura do relatório, porque o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, pelos relevantes serviços já prestados a esta Nação, dispensa comentários, e eu passaria rapidamente ao voto.

Em face do exposto, entendemos que os Ss. membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional já possuem os elementos informativos suficientes e necessários à apreciação do Sr. Paulo Tarso Flecha de Lima para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Repú-

blica italiana, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Albânia."

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A função cumulativa de Embaixador, de acordo com orientação que tem tomado a Comissão, não necessita de audiência pessoal do Embaixador, uma vez que ele já esteve presente a esta Casa quando foi designado para exercer a Embaixada em Roma.

O parecer é favorável e, em sendo assim, podemos passar à votação.

O SR. MOREIRA MENDES – Eu queria emendar, Sr. Presidente, dizendo que concluí o relatório ....

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Vamos proceder à votação nominal, porque, assim, os nossos trabalhos ficarão melhor ordenados.

Item 2:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131

(Aprova o texto do acordo de parceria e de cooperação em matéria de segurança pública celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República francesa em Brasília, em 12 de março de 1997.)

Pediu vista da matéria o Senador Tião Viana.

Está concedida vista.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª pediu vista não foi desse...

O SR. TIÃO VIANA – Foi desse projeto, na semana passada, e...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está oferecendo voto em separado?

O SR. TIÃO VIANA – Já tenho voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Então, V. Exª pode oferecer o voto.

O SR. TIÃO VIANA – Vou fazer a leitura do voto.

Sr. Presidente, é um projeto que conta com uma situação de acompanhamento judicioso do Partido dos Trabalhadores, quando na Câmara dos Deputados, por meio da Deputada Sandra Starling; no Senado Federal, por meio da Senadora Benedita da Silva; e manifestação a respeito do assunto, com apreensão, do Senador Eduardo Suplicy.

Então, o voto em separado tem a seguinte referência:

Trata-se de acordo bilateral de elevada importância para as relações entre Brasil e França, considerados os nobres propósitos e esforços dos respectivos governos no que concerne à repressão de atividades ilícitas de âmbito transnacional. Nunca é despiciendo recordar que o Brasil possui a maior fronteira terrestre com a área integrante da circunscrição territorial do Estado francês, na linha limítrofe com o Estado do Amapá e a Guiana Francesa. Daí, a necessidade de pactuação entre ambos os países no sentido de efetiva cooperação para coibir o trânsito internacional de delinqüentes e reprimir a prática de atos criminosos de repercussão em território brasileiro e francês.

Todavia, conforme relata o Senador Mauro Miranda, a tramitação dessa matéria não tem ocorrido de modo pacífico. Na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, há restrição à expressão "imigração irregular", constante do art. 1º do acordo, bem assim objeções ao art. 4º em toda a sua inteireza, que versa sobre procedimentos a serem adotados em casos de imigração ilegal e irregular. Foram apostas por manifestações da Deputada Sandra Starling e da Senadora Benedita da Silva.

Com efeito, em se considerando o fator socioeconômico do trânsito de pessoas entre países um processo natural, quando o que está em jogo é a sobrevivência de seres humanos oriundos de zonas economicamente deprimidas, via de regra exauridas em seus recursos em razão do sistema de exploração colonial, é razoável examinar as partes impugnadas sob o enfoque da licitude do estado de necessidade, um processo que, além de natural, parece ser de difícil equacionamento, se abordado sob a ótica da normatização repressiva

A propósito, vale recordar que o próprio Primeiro-Ministro francês, Lionel Jospin, por ocasião da greve de fome de imigrantes africanos da Igreja de Saint Bernard, em 1996, teceu severas críticas à legislação francesa atinente ao tema.

Trata-se de matéria que, sobretudo em tempos de globalização e relativização do conceito de soberania nacional, deve ser cotejada à luz dos princípios de prevalência dos direitos humanos, não-discriminação e cooperação entre os povos que regem o Brasil nas suas relações internacionais – art. 4º, inciso II, VIII e IX, da Constituição Federal.

Assim, com base nos arts. 92, 101, inciso I, 133, inciso V, letra "d", e 335, inciso I, todos do Regimento Interno, proponho o sobrestamento do processo decisório no âmbito desta Comissão e seu envio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que, incidentalmente, decida aquele colegiado a respeito da constitucionalidade ou não das partes do

acordo, devidamente contestadas, e sobre a procedência de via, emendas, reservas parciais ao texto, com base no art. 49, inciso I, da Constituição Federal.

Sobre este último aspecto, cumpre registrar: em 1961, acordo sobre comércio e pagamento, celebrado entre o Brasil e a Tchecoslováquia, a 24 de junho de 1960, foi aprovado no Congresso Nacional com emendas – Decreto Legislativo nº 17/61. Em 1992, a Convenção sobre os Direitos dos Tratados, concluída em Viena, em 23 de maio de 1969, foi aprovada nas Comissões Competentes da Câmara dos Deputados, com reservas a alguns dispositivos. Em 1993, na Consulta nº 7–A, formulada pela Presidência da Câmara dos Deputados e a CCJR, essa Comissão respondeu afirmativamente sobre a possibilidade de o Congresso referendar parcialmente tratados internacionais, celebrados pelo Presidente da República. Em 1995, no exame da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará! em 9 de julho de 1994, o Congresso Nacional aprovou tal instrumento, retirando-se a reserva aposta pelo Poder Executivo – Decreto Legislativo nº 107/95. Em 1996, nos Tratados de Extradição Brasil–Canadá e Brasil–Coréia, as Comissões competentes da Câmara dos Deputados aprovaram os respectivos diplomas, com reservas. Em 1996, nos Acordos para a Promoção e a Proteção Recíprocas de Investimentos, firmados pelo Brasil com a Suíça, Portugal, Chile e Reino Unido, as Comissões competentes da Câmara dos Deputados aprovaram ditos instrumentos internacionais com cláusulas interpretativas. Ainda poderiam ser citadas as interveniências do Poder Legislativo nos casos das Convenções nº 103 e 106 da OIT; dos instrumentos resultantes das negociações para a renovação da Lista 3, Brasil–GATT, 1960, e do Acordo de Investimento entre o Brasil e os Estados Unidos, assinado em Washington, em 6 de fevereiro de 1965. Em todas essas ocasiões, o Congresso Nacional não corroborou integralmente a posição defendida pelo Ministério das Relações Exteriores e externou o seu particular entendimento nos necessários decretos legislativos.

Como se vê, há precedência a possibilitar uma abordagem de aprovação do acordo com restrições, o que, aliás, é sustentado pela melhor doutrina sobre a matéria no magistério de Antônio Paulo de Medeiros, Doutor em Direito da USP, Professor Titular de Direito Internacional Público da PUC, do Rio Grande do Sul, em sua recente obra *O Poder de Celebrar Tratados*, Porto Alegre, Sérgio Fabris, 1995, página 171 e seguintes.

Pelo exposto, manifesto-me pela orientação a ser dada à matéria nos termos deste voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O voto em separado do Senador Tião Viana oferece indagações sobre a necessidade de a Comissão ouvir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em face da sua dúvida sobre a constitucionalidade. Penso que as razões são procedentes. Consultarei a Comissão se devemos conferir ou não.

O SR. ROMEU TUMA – Esse já passou pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Não, Exª. Não passou ainda.

O SR. TIÃO VIANA – Esse não passou ainda, Sr. Presidente; eu fiz a consulta.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O projeto que mandamos à Comissão de Constituição e Justiça é o da Abin. Se os Srs. Senadores estão de acordo, enviaremos para a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. MAURO MIRANDA – Sr. Presidente, como Relator, acato a sugestão do nobre Senador Tião Viana para termos mais dados à mão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Relator concorda, os Srs. Senadores estão também de acordo. É concedida a audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

Item 3: Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 1999. Aprova o texto de modificações ao convênio constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, que tratam da revisão, da locação de capital, quorum, estrutura de votação, aprovado por ocasião da 34ª Assembléia Anual de Governadores, realizada em Abidjan, Costa do Marfim. Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, se dispensada a leitura do relatório, eu passo à leitura do voto.

Trata-se de ato internacional deliberado no âmbito e que não apresenta qualquer comprometimento de interesses nacionais maiores, devendo ser ratificado pelo Brasil, até por razões de aperfeiçoamento formal do sistema, criteriosamente discutido, negociado e pactuado.

Por derradeiro e por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais aspectos constitucional e legal e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 1999 (nº 31, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto de modificações ao convênio constitutivo do Banco Africano de

Desenvolvimento, que tratam de revisão, de alocação de capital, quorum, estrutura de votação, aprovado por ocasião da 34ª Assembléia Anual de Governadores, realizada em Abidjan, Costa do Marfim.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável. Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 7, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência e dá outras providências. Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Da mesma forma, farei a leitura do voto.

Parece-nos oportuna a iniciativa do Excelentíssimo Senhor Presidente da República de propor ao Congresso Nacional o presente projeto de lei. Com efeito, urge que o Brasil tenha, como qualquer outro País, um órgão de inteligência, instituído nos marcos do regime democrático.

Do mesmo modo, afiguram-se a nosso juízo convenientes e consentâneos com o interesse público os termos em que a matéria está posta, como ressalta a Exposição de Motivos conjunta 052 CMPR–MARE, encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República em 29 de agosto de 1998, subscrita pelo então Sr. Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira e pelo Sr. Chefe da Casa Militar da Presidência da República, General Alberto Cardoso, **verbis**: "A presente iniciativa resulta das diretrizes traçadas por V. Exª, para dar resposta efetiva à necessidade essencial ao estado democrático de direito de municiar o Governo com informações estratégicas, produzidas em tempo hábil, em absoluta sintonia com a Constituição e as leis do País, assegurando-lhe o conhecimento antecipado de fatos e fatores relacionados com o desenvolvimento e a segurança do Estado em todas as áreas da vida nacional".

Assim, as questões centrais indicadas ao chefe do Poder Executivo, autor da proposição, são, ao nosso ver, possibilitar ao Estado um órgão de inteligência eficiente sem que, para tanto, seja necessário malferir qualquer direito individual consagrado na Constituição do País ou nas expressões utilizadas pelos Srs. Ministros de Estado, na mencionada exposição de motivos: "Dotar o Estado brasileiro de mais um instrumento para a preservação de sua soberania, para a garantia de suas instituições, com respeito absoluto à dignidade humana e aos direitos individuais".

O texto que ora examinamos, substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei inicial do Poder Executivo, foi feliz quanto a esse desiderato, da mesma maneira que o fora a proposição original. Sobressai no projeto e nas peças que o acompanham a preocupação em afirmar que o funcionamento da Abin se dará coerentemente com a defesa do Estado democrático de direito e o respeito à dignidade da pessoa humana, como se pôde extrair, por exemplo, do §1º do art. 1º e do parágrafo único do art. 3º.

Para ajustar o que asseveramos, vale a pena transcrever o texto do parágrafo único do art. 3º do Projeto de Lei sob comento:

> "As atividades de inteligência serão desenvolvidas no que se refere, nos limites de sua extensão, ao uso de técnicas e meios sigilosos, com restrita observância dos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios que regem os interesses e a segurança do Estado."

Importa assinalar que, nos termos da proposição, a Agência Brasileira de Inteligência submete-se a controles internos e externos, cabendo àquela Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (art. 14) e a este Poder Legislativo, na forma a ser estabelecido em ato do Congresso Nacional (art. 6º).

Somos assim, mais uma vez, favoráveis ao Projeto no mérito. Entretanto, mantemos igualmente a posição defendida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Parece-nos necessário aperfeiçoá-lo, explicitando o papel do Congresso Nacional na fiscalização do sistema, determinando a participação nele dos Líderes da Maioria e da Minoria, assim como dos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas do Congresso Nacional, nos termos da seguinte emenda:

Emenda nº 1, do Relator

Acrescenta-se ao art. 6º, §§1º e 2º, com a seguinte redação:

Art.6º.....

§1º Integrarão o órgão de controle externo da atividade de inteligência os Líderes da Maioria e da Minoria da Câmara dos Deputados, assim como os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 2º O ato a que se refere o **caput** desse artigo definirá o funcionamento do órgão de controle e a forma de desenvolvimento dos seus trabalhos, com vistas ao controle e fiscalização dos atos decorrentes da execução da política nacional de inteligência.

Em face do exposto, opinando pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1999, acrescido da Emenda nº 1 do Relator.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª acolhe a emenda?

O SR. ROMEU TUMA – A emenda foi acolhida, porque ficou discutido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quem seriam os membros da Comissão de Fiscalização.

Então, achamos por bem definir a participação dos Líderes para que a Minoria tivesse participação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – É emenda de redação?

O SR. ROMEU TUMA – É emenda de redação.

Trata-se de uma emenda do Relator, para voltar à Câmara dos Deputados; já é do conhecimento do próprio Governo. Ela procura definir, realmente, ...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador, o exame do mérito da matéria é da competência da Comissão de Relações Exteriores. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina a constitucionalidade e a juridicidade da matéria. Pergunto, então, se a emenda é de mérito.

O SR. ROMEU TUMA – É de mérito.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Então é da nossa competência. V. Exª está oferecendo-a neste momento.

Em discussão o parecer com a emenda do Sr. Relator.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço vista porque gostaria de analisar melhor o projeto referente à Agência Brasileira de Inteligência, para que, no prazo regimental, possa apresentar voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Vou conceder vista a V. Exª, mas gostaria de dizer que este projeto já foi aprovado pela Comissão. Estamos apenas recebendo-o de volta para exame da emenda a que está sendo submetida, uma vez que não podemos rever o parecer anterior da Comissão.

Pergunto se dessa maneira V. Exª mantém o pedido de vista sobre a emenda.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mantenho.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – É concedida a vista a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Temos ainda sobre a mesa o Requerimento de nº 573, que é do Senador Mauro Miranda, pedindo, nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, a aprovação de voto de solidariedade ao Governo e ao povo de Taiwan pelo fato de a população daquele País ter sido vítima de um terremoto, matando mais de duas mil pessoas, além de ter deixado feridos mais de cinco mil taiwanenses.

Trata-se de um requerimento do Senador Mauro Miranda, e pergunto se a Comissão está de acordo. (Pausa.)

Aprovado.

Agora, vamos passar à votação do Item 1, sobre a escolha do nome do Sr. Paulo de Tarso Flecha de Lima para exercer o cargo de Embaixador cumulativo na República da Albânia. Pediria aos presentes que aguardassem fora da sala a votação, uma vez que o Regimento determina que ela seja secreta.

Procede-se à votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Foi aprovado o item 01 por 11 votos.

Nada mais a tratar, declaro encerrada a nossa reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h35min.)

Ata da 26ª Reunião (Extraordinária), da 1ª Sessão Legislativa, da 51ª Legislatura, realizada em 13 de outubro de 1999.

Às dezoito horas do dia treze de outubro do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, João Alberto Souza, José Fogaça, Romeu Tuma, José Jorge, Mozarildo Cavalcanti, Lúdio Coelho, Pedro Piva, Tião Viana, Djalma Bessa, Lúcio Alcântara, e Emilia Fernandes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a apreciação das propostas de emendas coletivas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao Orçamento de 2000. Dando inicio, a Comissão discute e aprova as seguintes emendas: Emenda nº 1 – Contribuição ao Sistema das Nações Unidas –

Nacional–NA no valor de 50.000,000 apresentada pela Senhor Senador JOSÉ SARNEY; Emenda nº 2 – Cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa–Nacional–NA no valor de 2.500,000, apresentada pelo Senhor Senador José Sarney; Emenda nº 3 – Representação Diplomática e Consular no Exterior–Nacional–NA, no valor de 70.000,000, apresentada pela Senhor Senador JOSÉ SARNEY; Emenda nº 4 – Ações de Inteligência Nacional–Nacional–NA, no valor de 14.000.000, apresentada pelo Senhor Senador Romeu Tuma; Emenda nº 5 – Implantação de infra–estrutura básica nos municípios mais carentes da região da Calha Norte–Região Norte – NO no valor de 26.580.000, apresentada pelo Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Gilberto Mestrinho, Marluce Pinto e Romeu Tuma. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

Senador **Romeu Tuma** – Presidente Interino.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está aberta a sessão extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Esta reunião foi convocada especificamente para que a Comissão possa apresentar, perante a Comissão de Orçamento, as emendas que julgar necessárias ao interesse das nossas relações internacionais. Acredito que se a Comissão não o fizesse, deixaria de cumprir uma de suas finalidades. Como o prazo está esgotando-se, temos que apresentá-las até o fim da semana.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Seria até o dia 22.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sim, mas, na próxima reunião, não teríamos condições de discuti-las.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ROMEU TUMA – Queria fazer uma sugestão, se fosse possível, no sentido de a Comissão delegar a V. Exª a propositura e elaboração das emendas, pois sei que há dívidas internacionais com entidades a que o Brasil pertence.

Já fui dirigente de um órgão público e conheço as dificuldades que enfrentamos, quando não pagamos as mensalidades junto aos órgãos internacionais. Proporia que isso ficasse a critério de V. Exª, que tem uma visão muito mais ampla do que a minha quanto ao caráter de interesse da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Tuma, agradeço muito a deferência de V. Exª, mas acredito que a Comissão de Orçamento tenha um número limitado de emendas que podem ser apresentadas pela Comissão. São cinco emendas. Temos a orientação de propor à Comissão a apresentação de emendas que digam respeito exclusivamente ao desempenho de nossa missão diplomática no exterior, sem descer a casos específicos. Na mesa, há cinco emendas e mais uma, da Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Chego neste momento e gostaria de saber, Sr. Presidente, como V. Exª está fazendo o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Vou ler as cinco emendas relativas à Comissão.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Depois teremos oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A primeira emenda que proponho que a Comissão aprove diz respeito aos organismos internacionais. Todos nós sabemos que não é uma situação confortável para o nosso País o atraso das nossas contribuições aos organismos internacionais, tais como Nações Unidas, OEA e outros dos quais o Brasil faz parte. Então, a primeira emenda seria justamente uma manifestação da Comissão no sentido de que o Brasil tenha as suas contribuições atualizadas e, com isso, tenha maior condição junto a esses organismos.

A outra emenda refere-se à necessidade de reforçar a ação do Itamaraty no sentido da promoção das exportações brasileiras de bens e serviços. Hoje, um dos assuntos mais importantes do Brasil é a necessidade de recomposição da nossa balança comercial, e creio que o Ministério das Relações Exteriores seja um bom instrumento para promover essas exportações. É uma emenda institucional, também do interesse da Comissão.

A terceira emenda é justamente para aumentar as verbas do Itamaraty destinadas à área cultural, que é tão importante para as nossas relações internacionais, como a manutenção dos Centros de Estudos Brasileiros que se encontram em todos os lugares do mundo por onde temos oportunidade de passar. Uma das comprovações quanto às

deficiências que existem são as queixas apresentadas quanto à falta de recursos para o funcionamento dessas instituições.

A outra emenda que proponho à Comissão refere-se à recomposição que permitiria a intensificação de atividade de cooperação com os países de língua portuguesa. Também seria uma manifestação da Comissão no sentido de mostrar que temos interesse em fortificar os laços da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A quinta emenda é a recomposição indispensável para possibilitar o desempenho, nos 140 novos postos do exterior, das funções básicas da diplomacia, como representação, negociação e informação. Essa emenda também se destina a mostrar que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional está interessada e deseja que o nosso serviço diplomático tenha recursos e meios para cumprir, cada vez melhor, a sua tarefa de representar o Brasil perante outras nações.

São essas as cinco emendas que possuo.

Há também uma emenda da Senadora Emilia Fernandes, que pede a construção da estação terrena de rastreio e controle de satélite Wimp, em Santa Maria, ao Ministério de Ciência e Tecnologia, no valor de R$12,8 milhões.

Pediria à Senadora Emilia Fernandes que justificasse.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa obra está sendo construída no extremo sul do Estado, mas não é exclusiva do Rio Grande do Sul. É uma obra estratégica, para a qual a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional destinou recursos em 1997, 1998 e 1999. Se esse valor fosse realmente contemplado, a obra seria concluída. Ela tem importância estratégica para o País, porque integra um conjunto de estações de rastreamento de satélites que já existem em outros pontos do Brasil e daria cobertura para todo o extremo sul não só do Brasil, mas da América do Sul, completando o sistema de controle aéreo do território nacional. No panorama nacional e internacional, é logisticamente estratégico, sob o ponto de vista técnico, científico, diplomático e de defesa nacional, que esteja em funcionamento esse complexo de pesquisas espaciais que consolidam a atual política de desenvolvimento das atividades espaciais.

Além da segurança nacional, o sistema é fundamental para a agricultura, porque, se já estivesse em funcionamento, questões como El Ninõ e La Ninã poderiam ser administradas. Elas fazem um levantamento, por meio de sensoriamento remoto, de informações climáticas, meteorológicas, e, inclusive, um acompanhamento preventivo em relação à camada de ozônio. Então, isso é algo que propiciará uma cobertura nacional.

As obras da estação terrena de rastreio e controle de satélites já tiveram o seu começo a partir de recursos provenientes de emenda aprovada nesta Comissão, em 1997, 1998 e 1999, quando foi assegurada a construção da segunda fase. A primeira fase, em 1997 e 1998, com os recursos que foram colocados a partir do apoio desta Comissão, foi concluída, e, em 1999, iniciou-se a segunda fase. Os recursos que estão sendo pedidos propiciarão a conclusão dessa obra.

É uma obra importante, e a nossa Comissão teria que primar para não deixá-la inacabada. São recursos da União a serem alocados para uma obra que é estratégica para o desenvolvimento do nosso País nessa área de rastreamento e controle espacial, que hoje é fundamental, pois significa avanço tecnológico.

Por isso, faço um apelo a V. Exª. Há todo um trabalho documentado, com fotos, dos dois anos anteriores. Os senadores poderão tomar conhecimento de toda essa documentação.

O SR. ROMEU TUMA – No orçamento não está prevista nenhuma verba? Trata-se de continuidade de uma obra; não sei se está prevista alguma verba orçamentária.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Não temos essa informação ainda, mas posso afirmar que essa obra só tem continuidade graças ao empenho desta Comissão. Então, gostaria que fosse encontrada uma alternativa nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senadora Emilia Fernandes, na condição de Presidente, devo informar à Comissão que essa emenda se refere à área do Ministério de Ciência e Tecnologia, de maneira que seria difícil para nós justificar a apresentação de uma emenda.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Ela é considerada estratégica.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os argumentos de V. Exª são procedentes, todos nós concordamos. No entanto, penso que a melhor orientação para a Comissão é a de emendar o que se refere ao orçamento do Ministério das Relações Exteriores, em coisas específicas às suas finalidades e suas políticas estratégicas, bem como à defesa nacional.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Mas é uma questão de defesa nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Eu seria o primeiro a ajudar V. Exª no sentido de sugerir à Comissão de Ciência e Tecnologia da Casa que acolhesse a sua emenda ou de buscar outra maneira de ela ser apresentada. Acredito que, nesta Comissão, não. Essa é a minha opinião, a não ser que os Srs. Senadores queiram adotar outra posição.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, V. Exª estava nesta Presidência, foi quem abraçou essa emenda. Lamento profundamente que, agora, esta Comissão recue, apesar de ser um trabalho já iniciado, considerado de segurança nacional. Eu não saberia explicar quanto ao ponto de vista técnico, mas poderia vir a esta Comissão todo o pessoal vinculado ao Governo. Trata-se de uma obra do Governo Federal.

Entendo a preocupação de V. Exª, mas essa obra não se afasta das atribuições da nossa Comissão, tanto que em 1997, 1998 e 1999 foi aprovada e está em andamento. O Governo teve sensibilidade ao garantir essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Não estou dizendo que ela se afasta, mas creio que não temos competência para fazer emenda relativa a qualquer outro orçamento que não seja o do Ministério das Relações Exteriores. Esse é o meu ponto de vista, não sei se a Comissão também entende assim.

A SRA. EMILIA FERNANDES – A Comissão aprovou por unanimidade, Sr. Presidente, nos últimos três anos. Lamento que agora haja uma mudança de rumo, de orientação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Estou apenas ponderando à Comissão essa mudança.

A SRA. EMILIA FERNANDES – E V. Exª era Presidente nos dois primeiros anos.

O SR. PRESIDENTE.(José Sarney) – Sim, fui Presidente, mas, talvez, em outros momentos, não tenhamos tido oportunidade de apresentar emendas sobre as políticas estratégicas do próprio Ministério das Relações Exteriores. Se não houvesse as cinco emendas apresentadas, eu teria que tirar uma delas. Eu me sentiria em grande dificuldade ao tirar uma emenda que diz respeito a uma política estratégica do Ministério das Relações Exteriores e colocar um assunto específico da Comissão de Ciência e Tecnologia. Se outras emendas pudessem ser apresentadas, eu seria o primeiro a dizer a V. Exª que isso seria julgado pela Comissão de Orçamento.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Como o foi das outras vezes, com aprovação. Lamento, Sr. Presidente, porque é uma obra que já está sendo concluída.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Gostaria de ouvir o Presidente da Comissão de Orçamento, que faz parte da nossa Comissão também.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Em princípio, Sr. Presidente, as emendas apresentadas por V. Exª são importantes para o País. No entanto, a nossa Comissão é a de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Houve vários debates na Comissão acerca da questão preocupante da fronteira da Amazônia, que agora fica em uma espécie de esquecimento.

É muito bom estarmos em dia com os organismos internacionais, mas os Estados Unidos devem à ONU US$1,5 bilhão. Há pouco, o Secretário-Geral da ONU dizia que, se os americanos não pagarem pelo menos US$500 milhões até novembro, perderão o direito de voto.

Temos problemas de fronteira. Há o Projeto Calha Norte, que é fundamental, pois significa defesa nacional para a região amazônica e para o País, e foi contemplado com uma migalha nesse orçamento, algo em torno de R$3 milhões; há uma imensidão de trabalho a ser realizado. Ali trabalham o Exército, a Marinha, a Aeronáutica e a Polícia Federal, todos em conjunto, para a defesa do interesse cada vez maior da fronteira brasileira.

Então, seria importante repensarmos isso e fazermos pelo menos uma emenda voltada para a questão da defesa nacional naquela região. A nossa Comissão também é de defesa nacional.

É preciso levar em conta também outro fato: as emendas ao Orçamento deste ano têm que constar do PPA. Os projetos que não constarem do PPA não poderão ser emendados, salvo se for emendado o PPA, para, depois, ser emendado o Orçamento. Se a emenda for rejeitada no PPA, perderá no Orçamento. Isso faz parte da instrução que foi aprovada.

Com isso, apenas confesso a procedência das emendas de V. Exª, mas entendo que a defesa nacional deveria ter pelo menos uma emenda privilegiando ou atenuando a situação difícil da fronteira amazônica. Há pouco tempo, o Presidente esteve lá em companhia de senadores – assim como nós – e viu as dificuldades enfrentadas por aquela região perigosa, cada dia mais preocupante e sujeita não só à transformação em uma área de risco para o País, para a sociedade brasileira, com a questão da droga, como também para a soberania nacional, com a cobiça que há no exterior.

Queria apenas trazer esse alerta.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Gilberto Mestrinho, apenas estou cumprindo uma lacuna, mas não queria que a Comissão deixasse de

apresentar as suas emendas. Eu o fiz de uma maneira totalmente impessoal, para respaldar a ação da nossa diplomacia.

Na Presidência, só recebemos uma emenda, que é a da Senadora Emilia Fernandes. De acordo com os nossos trabalhos, se qualquer Senador apresentar outras emendas que nos digam respeito, imediatamente estaremos prontos a submetê-las à decisão da Comissão, como o estamos fazendo. Não o fiz, porque não havia nenhuma outra emenda que tivesse sido submetida a esta Presidência; por isso estamos apresentando apenas essas emendas.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Não há, em absoluto, nenhuma crítica à posição de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Esses assuntos levantados por V. Exª são da maior importância. Acredito que vão existir emendas a esse respeito perante a Comissão, porque é um assunto que tem sido tratado com bastante freqüência. Anteontem, o Senador Mozarildo Cavalcanti fez um discurso importante sobre a Amazônia e levantou esse problema em relação ao Projeto Calha Norte. O Senador Pedro Simon também falou sobre o assunto.

Entrega-me a Secretaria outra emenda referente ao orçamento da Presidência da República. Esta emenda vem restabelecer os valores mínimos necessários para que a Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar possa efetuar ações de inteligência em um país de proporções continentais. Ela está sendo apresentada pelo Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao Senador Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, é uma emenda que foi solicitada pelo ex-Gabinete Militar. O General Cardoso falou comigo sobre a importância do fortalecimento orçamentário da Secretaria que dirige. A ABIN – Agência Brasileira de Informações está praticamente sem verba orçamentária, porque é recém-criada. Há possibilidade de dotá-la com alguma verba e de submeter à Comissão, sem prejuízo da tese de V. Exª, que considero de grande valia também.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A emenda de V. Exª está dentro das atribuições desta Comissão, que é a defesa nacional.

Então, vamos proceder à votação.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Faria uma pergunta a V. Exª sobre determinada procedência.

Estou tomando conhecimento das emendas que V. Exª está lendo, agora. Considero o alerta que o Senador Gilberto Mestrinho nos faz de total importância. Agora o Senador Tuma também apresenta uma emenda. Particularmente, confesso a V. Exª que tomei conhecimento da pauta no dia de hoje e acredito que, assim como eu, alguns senadores, que talvez não estejam na Casa. Não sei se todos têm conhecimento de que hoje seria a decisão na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Perguntaria a V. Exª se seria possível recebermos essas emendas todas e termos até terça-feira ou quarta-feira da semana para nos manifestar, construir, verificar e analisar. Não temos, em princípio, uma posição contrária às emendas que V. Exª propõe; no entanto, se V. Exª apresentasse uma sobre a Amazônia, inclinar-me-ia a votar pela Amazônia, eliminando alguma das que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Essa é a nossa tarefa. Eu também examinaria, mas não posso examinar o que não existe.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, estamos no prazo. Tomamos conhecimento de que a documentação referente à minha emenda está chegando via Correios; há toda uma documentação fotográfica. Não consegui entregar a tempo, porque o prazo era até o dia 22, e não fomos alertados de que hoje era o dia da reunião.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senadora Emilia Fernandes, esclareço mais uma vez à Comissão...

A SRA. EMILIA FERNANDES – Faria um apelo a V. Exª para que fizéssemos a reunião na terça-feira à tarde.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Vou atender ao apelo de V. Exª, mas quero dizer que estou apresentando as emendas, porque não existia nenhuma.

O que tem ocorrido no Senado é que a Comissão não apresenta emendas, o que constitui uma situação muito ruim para a Comissão. Quis que a lacuna fosse preenchida, apresentando emendas que nem tenham caráter pessoal nem se refiram a algum Estado. Todas elas dizem respeito assuntos específicos: política cultural, povos de língua portuguesa, pagamento aos organismos de que fazemos parte. São emendas perfeitamente justificáveis com a política da Comissão de querer fortalecer a ação diplomática do Brasil. Esta foi a minha função.

V. Exª me apresenta sua emenda, e eu a estou lendo. O que quero ponderar é que temos de tirar uma emenda da Comissão, para colocar outra relativa ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Fico, de certo modo, em dificuldade, mas, se a Comissão deseja que V. Exª apresente na próxima reunião, não faço qualquer objeção.

Simplesmente convoquei para hoje, porque antes de ontem não houve reunião, e a nossa pauta para a próxima terça-feira será destinada a um seminário proposto pelos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Tião Viana, no qual ouviremos o Ministro do Meio Ambiente e o Frei Paulino.

Convoquei a reunião, para que tivéssemos esta oportunidade, até mesmo porque falei ao Senador Romeu Tuma que não estaria presente na próxima reunião. Peço desculpas aos demais Colegas, mas vou representar o Senado na Câmara de Comércio Brasil–Estados Unidos, na próxima semana.

Não faço qualquer objeção em adiarmos, para que a Comissão proceda da maneira que entender conveniente. Não tenho nada a defender, senão a própria Comissão.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª tem a palavra.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, com relação a isso não há dúvida: o comportamento de V. Exª é incensurável e demonstra o zelo em fazer com que a Comissão não passe como omissa diante da prerrogativa que tem de apresentar emendas.

As ações que são objeto dos cuidados da Comissão – de resto, as outras também, como as do Itamaraty, em nossas relações internacionais – se ressentem gravemente de recursos. Percebi que V. Exª está cuidando da cultura, da questão dos países lusófonos, de problemas que são da maior importância para nós, como a defesa nacional. Não há o que discutir sobre este aspecto, e V. Ex.ª teve a cautela de apresentar a proposta, como a Senadora Emilia Fernandes e os Senadores Gilberto Mestrinho e Romeu Tuma.

Gostaria de propor, até porque V. Exª não vai estar presente na próxima reunião em função do compromisso que terá que atender, que fixássemos um critério. Temos direito a cinco emendas na Comissão; destinaríamos três à parte de relações exteriores e duas à defesa nacional. Evidentemente, se houver 10 ou 15 propostas, vamos examiná-las, mas obedecendo a esse critério. A partir disso, teríamos um ponto de partida e, na próxima reunião, deliberaríamos em função de propostas que viessem a ser apresentadas, além das que já estão sobre a mesa. Esta é a sugestão que faço e que a Comissão levará em conta, ou não, se a entender conveniente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Não tenho nenhuma objeção a que seja feito dessa maneira. Há somente uma emenda no que se refere à defesa nacional.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Se for reaberto o prazo...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sim, se for reaberto o prazo, a Comissão examinará e decidirá o que for conveniente.

O SR. JOÃO ALBERTO SILVA – Quando seria a reunião, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Comissão é que vai decidir. Eu não estarei presente; o senador que for presidir a reunião é quem vai decidir. Eu viajo amanhã.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – O prazo final será o dia 22.

Sr. Presidente, gostaria de fazer um adendo. Há, salvo engano, 10 emendas do PPA.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Exatamente.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, é possível que a Comissão, mesmo sem a presença de V. Ex.ª, debruce-se sobre essas questões e faça uma análise mais detida em uma reunião extraordinária.

Parece-me que as propostas de V. Ex.ª têm um caráter muito genérico; pretendem atender a um sentido amplo, e não especificamente a só um projeto. V. Ex.ª se referiu ao pagamento das dívidas do Brasil com os organismos dos quais faz parte; na verdade, é uma emenda que visa muito mais a indicar, do que propriamente definir em torno de um projeto específico.

A proposta da Senadora Emilia Fernandes é sobre um projeto específico, que já deve constar do Orçamento de 1999, como deve ter constado do de 1998. Pela LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, é obrigatório que os projetos inacabados no Orçamento de 1999 tenham asseguradas verbas para sua continuidade no Orçamento do ano 2000.

Não pode haver, por exemplo, nenhuma obra nova, iniciada pelo Governo Federal – o Senador Gilberto Mestrinho pode ajudar-nos no sentido de esclarecer isso melhor –, se não forem asseguradas as verbas de continuidade de todas as obras em andamento; deve existir, seguramente, recurso para esse fim. O que imagino que a Senadora Emilia

Fernandes deseja — não recebi o material que S. Exª recebeu...

A SRA. EMILIA FERNANDES – Eu não o recebi. Ele está chegando pelos Correios.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Não conheço a ponto de saber se isso consta da lei orçamentária original. Assim, precisamos de tempo para examinar se isso está na lei orçamentária, em que níveis a matéria está sendo tratada – poderá haver um recurso para o ano 2000, inferior ao que a Senadora Emilia Fernandes está propondo, uma vez que o de S. Exª dá por definitivamente acabada a obra.

Podemos fazer um estudo, uma comparação e tomar uma decisão em torno das diversas propostas. Faço o registro de que todas as propostas de V. Exª são inteiramente compatíveis não só com a Comissão, mas com o interesse público. Não há dúvida de que V. Exª pensou em sentido abrangente.

Em minha opinião, também somos obrigados a analisar e a considerar a proposta trazida pela Senadora Emilia Fernandes e devemos fazê-lo à luz das informações de que no momento não dispomos: com base no orçamento e nos valores que possivelmente constem da lei orçamentária. Assim, poderemos ter mais condições de julgar se a emenda merece ser contemplada em detrimento de uma daquelas propostas por V. Ex.ª, todas elas do interesse do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador José Fogaça, antes, a Comissão teria que estabelecer um critério que seria o de poder oferecer emendas à parte orçamentária, que não digam respeito à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Este é um ponto sobre o qual tem que ser adotada uma preliminar. A minha idéia é a de que, quando a Comissão de Orçamento estabelecer em suas diretrizes que as comissões devem apresentar emendas, estas são as que dizem respeito às atividades da Comissão, a sua contribuição, à função que lhe está sendo atribuída.

O que quis, com isso, foi mostrar que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional está preocupada, em primeiro lugar, com a posição do Brasil nos organismos internacionais. Isso não significa que vamos pagar o que devemos a esses organismos – isso é impossível –, mas é muito constrangedor, quando chegarmos à Organização dos Estados Americanos, ouvirmos que o Brasil é o último de todos os pagadores daquele organismo, aquele que está mais atrasado. Se isso ocorrer, nós, da Comissão, poderemos dizer: a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional emendou no sentido de que o Brasil pague seus compromissos internacionais nos organismos de que participa.

Por outro lado, se nos referimos à comunidade de língua portuguesa, somos obrigados a dizer que esta Comissão está preocupada com aquela comunidade, de tal modo que agora em que há o problema do Timor Leste, apresentamos uma emenda, mostrando que a Comissão estava preocupada com o assunto.

A outra parte é relativa ao setor cultural. A Comissão está preocupada com a falta de apoio no exterior em nossas relações culturais. Chegamos a Paris e olhamos a casa do Brasil a reclamar que está atrasada, que não recebe recursos, que está condenada a não atender os estudantes, os bolsistas que ali estão. Se chegarmos à Espanha, vamos verificar a mesma situação. Mostramos que a Comissão está interessada nesses assuntos. A minha visão foi a de defender a Comissão.

No que se refere às exportações brasileiras, a Comissão está preocupada com esse problema, tanto que apresentou uma emenda, dando aos nossos agentes comerciais do Ministério das Relações Exteriores condições para que possam divulgar o Brasil e suas condições de exportação. Enfim, são políticas que acredito que a própria Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional não levará muito em consideração; no entanto, temos condições de dizer que estamos cumprindo a nossa missão. Esse foi o meu objetivo.

Se a Comissão, todavia, entende que devemos ter outro objetivo; se considera que devemos votar projetos específicos de qualquer Ministério, de outra área que diga respeito à área internacional, não estou aqui para contrariar o seu desejo. O pensamento da Presidência da Comissão foi no sentido de prestigiá-la. Muito obrigado.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Presidente, acredito que a proposta da Senadora Emilia Fernandes seria cabível na Comissão de Infra-Estrutura, por tratar de um assunto básico de infra-estrutura do País, e não na nossa Comissão.

S. Ex.ª se propõe até a apresentá-la naquela Comissão. E nós cuidaríamos dos demais assuntos.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Foram três anos; agora em que se está para concluir, não é mais do interesse nacional. Não compreendo a mudança de pensamento e de atitude da Comissão. Se fosse algo novo, mas a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional bancou essa obra, porque considerou de estratégia nacional.

Respeito V. Exª, sei da sua melhor intenção, mas lamento por ser um dado...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senadora Emilia Fernandes, lamento sinceramente dizer a V. Exª que o meu ponto de vista é este, mas estou pronto a me submeter à decisão da Comissão.

Pude ver, em muitos anos, como membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que não apresentávamos emendas e não estávamos interessados em políticas a serem seguidas pela Comissão. O que estou querendo é que ela esteja presente. Se essas emendas terão êxito ou não não é um problema nosso, mas pelo menos a Comissão está interessada nesses problemas.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, a Comissão não apresentou emenda no ano passado?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Não sei, porque não estava na Presidência da Comissão.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Apresentou e foi aprovada.

Tenho cópia de emendas feitas em outros anos, que foram aprovadas pela Comissão.

O SR. LÚDIO COELHO – Estou de acordo com V. Exª em examinarmos emendas que dizem respeito a nossa Comissão.

Pergunto: das emendas que V. Exª propôs constam valores?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – É claro. São valores simplesmente indicativos, mas quem vai decidir é a Comissão de Orçamento, que tem os seus tetos.

Vamos adiar para outra reunião ou decidir?

Atendendo à consideração do Senador Lúcio Alcântara, proponho, uma vez que há uma emenda relativa à defesa nacional, que retiremos uma delas e incluamos esta.

O SR. JOÃO ALBERTO SILVA – Sr. Presidente, não poderíamos fundir as cinco emendas em três?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Pelo critério da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, não podemos.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – A natureza da emenda impede a fusão.

O SR. JOÃO ALBERTO SILVA – Quando ouço "países de língua portuguesa" e "cultura", entendo que pode ser uma única emenda.

O SR. ROMEU TUMA – Não. A verba é específica.

O SR. JOÃO ALBERTO SILVA – Votaríamos três agora...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A minha proposta é a de colocar, uma vez que não temos nenhuma outra emenda, quatro emendas nossas e uma de defesa nacional. Substituiríamos uma emenda dessas e, de comum acordo com o autor da emenda, colocaríamos mais uma. Também poderíamos apresentar outra relativa ao Projeto Calha Norte. Ficaríamos três a dois.

Os Senadores Gilberto Mestrinho e Mozarildo Cavalcanti estariam encarregados de formular a emenda e de trazê-la. Eu assinaria.

O SR. ROMEU TUMA – Eu assinaria também.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Peço desculpas à Senadora Emilia Fernandes. Vamos apoiá-la na outra Comissão; o Presidente da Comissão de Orçamento também se compromete a isso.

O SR. ROMEU TUMA – Indago do Senador Gilberto Mestrinho se já há contemplação de alguma verba.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Verificarei no Orçamento, porque são cinco volumes. A minha memória é boa, mas não posso gravar tudo. Informarei ao Senador qual é o melhor caminho.

O SR. JOÃO ALBERTO SILVA – Votaríamos as três, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaríamos as cinco.

O SR. JOÃO ALBERTO SILVA – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Uma relativa ao Calha Norte; outra, a Rabin; e três, ao Ministério das Relações Exteriores.

Se os Srs. Senadores estão de acordo, assim será feito. (Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar a Presidente vai encerrar a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h55min.)

Ata da 27ª Reunião (Extraordinária), da 1ª Sessão Legislativa, da 51ª Legislatura, realizada em 20 de outubro de 1999

Às dezoito horas do dia vinte de outubro do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Gilberto Mestrinho, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Mauro Miranda, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Moreira Mendes, Artur da Távola, Pedro Piva, Tião Viana, Pedro Simon, Sebastião Rocha e Djalma Bessa. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião, a

primeira do Seminário Amazônia, Patrimônio Ameaçado?, destina-se a ouvir as exposições que farão, pela ordem, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Meio-Ambiente Deputado José Sarney Filho, sobre o controle da devastação ambiental da Amazônia para consolidar a imagem do Brasil como um país ético e com capacidade para exercer sua autonomia sobre essa porção do território brasileiro; e, ainda, o Padre Paolino Baldarassi, sobre a realidade atual e cotidiana das populações tradicionais da Amazônia e o controle sobre a devastação. Falaram ainda perante a Comissão as Senhoras Mary Alegrete e Marília Marreco, Assessoras do Ministério do Meio-Ambiente. Para debater fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Moreira Mendes, Gilberto Mestrinho, Tião Viana e Marina Silva. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. Senador **José Sarney** – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Declaro aberta a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Contaremos hoje com as presenças do Ministro José Sarney Filho e do Padre Paolino Baldarassi, resultantes de proposta apresentada a esta comissão pelo eminente Senador Tião Viana, do Acre, de discutirmos a Amazônia, o momento amazônico e as suas implicações, não só no cenário brasileiro como no cenário internacional.

Assim, convido S. Exª o Sr. Ministro e o Padre Paolino a tomarem assento à Mesa. (Pausa.)

Antes de conceder a palavra ao Ministro José Sarney Filho, quero esclarecer que, após a exposição do Sr. Ministro e do Padre Paolino, que é uma figura legendária na Amazônia, haverá debate não só entre os senadores como também com o público presente.

Com a palavra o Ministro José Sarney Filho.

O SR. JOSÉ SARNEY FILHO – Meu caro Presidente desta Comissão, Senador Amazonino Mendes, Padre Paolino, Sr. Senador Gilberto Mestrinho, Srªs e Srs. Senadores aqui presentes, Srªs e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores: inicialmente, gostaria de registrar minha enorme satisfação em, mais uma vez, retornar ao Congresso Nacional, minha casa – como todos sabem, sou Deputado Federal –, agora a convite da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debatermos tema da maior magnitude, que é a Amazônia brasileira.

Nove meses se passaram desde a minha posse no Ministério do Meio Ambiente, tempo em que diretrizes foram definidas, obstáculos contornados e, sobretudo, portas foram abertas à participação dos diversos segmentos envolvidos com a questão ambiental. A impressão primeira de que as dificuldades seriam enormes foi aos poucos substituída pela certeza de que a vontade de acertar é que, de fato, nos faz superar velhos entraves e pensar em novas soluções para o viver harmônico entre o crescimento econômico e a conservação ambiental.

Para continuidade do proveitoso caminho percorrido até agora à frente do Ministério, seguimos contando com o firme apoio do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e com a colaboração do Congresso Nacional. O apoio de toda a sociedade, enfim, é necessário para que o desenvolvimento sustentável, de fato, se estabeleça em nossa cultura administrativa afastando-nos, cada vez mais, da desordem que tem, historicamente, caracterizado a ocupação de nosso Território e a exploração de nossos recursos naturais.

É para mim, repito, uma oportunidade ímpar estar presente num fórum como este, e espero que troquemos preciosas informações e experiências no debate profícuo que, tenho a certeza, teremos a seguir.

A Grande Amazônia, abrangendo cerca de 60% da superfície conjunta da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela, é um dos maiores patrimônios naturais do Planeta, representado em números cuja magnitude chama a atenção de todos os povos da Terra: são 7,8 milhões de quilômetros quadrados, 5% da área terrestre do globo; aproximadamente 20% da água potável do planeta corre por sua bacia hidrográfica, o que, em si, já é um dado da maior importância se considerarmos que a água é um bem escasso em muitos países, e sua escassez tende a se tornar um problema grave para a maioria da população do planeta nos próximos 25 anos. A grande Amazônia abriga 1/3 das florestas latifoliadas, 10% da biota e o maior rio do mundo em extensão e volume d'água. Nada menos que 25.000 quilômetros constituem as vias navegáveis do rio Amazonas e seus tributários. Não é sem motivos, portanto, que, em uma pesquisa recentemente realizada, constatou-se que a palavra Amazônia é a

segunda mais conhecida em nosso planeta. Não menos impressionante são os números que expressam a biodiversidade dessa enorme região: calcula-se 1,5 milhão de espécies vegetais já catalogadas; estimativas apontam para a existência de aproximadamente 300 espécies de mamíferos, 950 tipos de pássaros, 100 variedades de anfíbios, 2.500 de peixes, 30 milhões de invertebrados, habitando a maior floresta úmida do Planeta. São aproximações sujeitas à revisão na medida em que aumentarmos nossos conhecimentos sobre esse vasto continente.

Além da extensão de sua área, de suas reservas de água potável e de sua biodiversidade, não podemos nos esquecer das riquezas do subsolo amazônico, enorme quantidade de minerais com valor de mercado ainda em grande parte inexplorados.

Vamos considerar, então, os vários aspectos do tema proposto. É certo que não devemos descartar de todo o receio de tentativas de internacionalização da Amazônia. Considero, entretanto, que o reavivamento do temor de que nossa soberania se encontre ameaçada na Amazônia em função da questão ambiental é apenas uma atualização de temores do passado presentes em nossa cultura antes mesmo de a questão ambiental tornar-se um tema candente para a população mundial. Tais temores manifestam-se, sobretudo, por quatro maneiras distintas: o receio de que os povos indígenas venham pleitear soberania; receio de uma possível reação internacional contra o narcotráfico; receio de que uma suposta incapacidade de protegermos nossos recursos naturais justifique um movimento mundial em favor da internacionalização da Amazônia; ou, finalmente, o receio de que as ONG sejam formas camufladas de atuação de interesses estrangeiros que podem colocar em risco nossa soberania. Quanto ao primeiro temor, no meu entender, o processo de demarcação das terras indígenas, bastante acelerado nos últimos anos, só contribui para integrar a população indígena à nacionalidade brasileira. É importante registrar que, nos últimos anos, conseguimos reverter a curva descendente da população indígena brasileira, um indicador seguro, embora muito distante, da melhoria da qualidade de vida daquelas populações. O combate ao narcotráfico, segundo motivo de apreensão, será muito fortalecido quando se concluir a implantação do projeto Sivam. Esse tema, no entanto, será objeto da palestra do Exmo. Sr. Ministro da Defesa, que poderá melhor desenvolvê-lo. Do mesmo modo, já há um palestrante incumbido de discutir o papel das ONG's na Amazônia, meu querido amigo e nosso Presidente, o Senador Gilberto Mestrinho. Restrinjo-me, portanto, a discorrer sobre o tema que me foi proposto, qual seja, o controle da devastação ambiental da Amazônia como forma de consolidar a imagem do Brasil como um país ético e capaz de exercer sua soberania sobre essa porção do território nacional. Seria desnecessário dizer que acredito firmemente na nossa capacidade de conter o processo de destruição da Amazônia, razão pela qual aceitei o convite para exercer o posto de Ministro do Meio Ambiente. Garantir a conservação da maior floresta tropical do planeta não é tarefa fácil. Estou consciente de que, apesar de o tema ambiental já se fazer presente no planejamento estatal brasileiro – e muito contribuímos para isso, discutindo o novo PPA, o Avança Brasil, com o Ministério do Planejamento –, ainda temos dificuldades, e não são poucas para vencer a fragmentação setorial da administração pública brasileira.

O tratamento setorial dos problemas brasileiros, eu já afirmava isso quando era Parlamentar, é contraditório com o próprio conceito de desenvolvimento sustentável. Nós, da área ambiental, não podemos nunca nos furtar a discutir temas de ordem econômica, social e política da agenda do Governo, procurando sempre integrar esses vários temas afetos a diferentes setores em uma única visão.

Questões como as reformas previdenciária, tributária e política são relevantes para nós, as elevadas taxas de juros, que prejudicam o crescimento econômico, ou os índices altos de desemprego, que aumentam o número de excluídos dos benefícios sociais, não são temas que podem ser desprezados pela área ambiental. Todas essas questões têm impacto sobre o meio ambiente na medida em que são definidoras de um padrão de desenvolvimento para o País.

Nós que lutamos pelo desenvolvimento ambientalmente sustentável não podemos ficar alheios a esses debates. Essa é a razão por que estabelecemos uma estratégia de inserção transversal dentro da máquina estatal. Procuramos estabelecer parceria com todos os setores governamentais na ânsia de contaminá-los com critérios de sustentabilidade ambiental, que devem permear as ações desencadeadas por suas políticas públicas.

No tocante à Amazônia, nos interessa em particular as parcerias em curso com os Ministérios

responsáveis pelos investimentos em infra-estrutura previstos no PPA, com o Ministério da Fazenda e com os Ministérios da Agricultura e da política fundiária. A implementação de uma política harmônica entre esses setores governamentais é de uma importância estratégica, vital para o futuro da Amazônia.

Sabemos pela experiência passada que os fluxos migratórios, os assentamentos da reforma agrária e as atividades econômicas em geral tendem a acompanhar os eixos viários, sendo mais intensa a ocupação do solo amazônico quanto melhores forem as condições de infra-estrutura disponíveis. Por isso, vimos acompanhando com a maior atenção os debates que antecedem a aprovação do PPA no Congresso Nacional e, com a atenção redobrada, acompanharemos sua implementação no futuro, sempre instigando os outros setores governamentais a adotarem a necessária prudência com o meio ambiente.

Temos procurado, na medida do possível, anteciparmo-nos aos fatos potencialmente causadores de degradação ambiental. Temos nos valido para tanto de cenários prospectivos obtidos em estudos que, partindo de um diagnóstico da situação física, econômica e ambiental do País, projetam cenários futuros e elaboram propostas de políticas públicas que orientem o modelo de desenvolvimento em direção à sustentabilidade almejada.

A Secretaria de Coordenação da Amazônia, cuja Secretária, Dª Mary Helena Allegrett, aqui se encontra, encomendou um estudo dessa natureza a eminente professora Berta Becker, visando a preparação da reunião com os doadores do PPG–7, que se inicia na próxima semana. Esse estudo procura antecipar o cenário futuro da Amazônia, resultante da implementação dos eixos de desenvolvimento e integração nacional previstos no Plano Avança Brasil.

Todos os estudos apontam que a Amazônia deverá integrar-se definitivamente aos mercados nacional e internacional. Descortina-se, desse modo, a existência de três macrorregiões na Amazônia brasileira. A primeira representada pelo arco do desmatamento, que atravessa o sul do Acre, Rondônia, Mato Grosso, sul do Pará, Tocantins e Maranhão. A segunda, ao centro da região representada pela faixa situada ao norte do arco do desmatamento, abarcando os Estados de Roraima, Amapá, parte do Pará e Amazonas. E, finalmente, a região oeste que compreende partes altas dos rios Negro, Solimões e Purus.

A primeira macrorregião já se encontra altamente impactada pela ação humana e necessita de uma política de consolidação das atividades econômicas ali desenvolvidas, com especial atenção para a intensificação do uso econômico das áreas degradadas e para a conservação dos remanescentes de florestas. A segunda macrorregião contém vastas áreas de florestas intocadas ao norte do Pará e em todo o Estado do Amapá bem como áreas de alto índice de conservação, porém com forte expectativa de ocupação acelerada nos próximos anos, como é o caso dos Estados de Roraima e Amapá e a região sob influência de Santarém. Esta macrorregião carece de uma forte política de ordenamento territorial que se antecipe e regule o processo de ocupação, para o qual o zoneamento ecológico-econômico será de fundamental importância.

Finalmente, a terceira macrorregião é caracterizada pela ausência de atividades econômicas de impacto e, conseqüentemente, pela existências de vastas regiões de floresta primária. Não se vislumbra, até o momento, qualquer tendência de extensão da fronteira agrícola para essas áreas. Trata-se, pois, de uma macrorregião que exige um terceiro enfoque de políticas públicas mais voltado para a preservação ambiental e para o desenvolvimento de atividades econômicas comprovadamente sustentáveis.

Se me detenho um pouco mais na análise prospectiva da região amazônica, faço com a intenção de obter a atenção dos senhores e senhoras presentes para a importância que atribuo à ação preventiva do Ministério do Meio Ambiente com o objetivo de impedir o dano ambiental, em lugar de tentar repará-lo após o mal feito. Ao promover a análise prospectiva do planejamento econômico para a Amazônia, a intenção não é questionar o PPA, mas instigar o diálogo no Governo para que seus vários setores estejam afinados, considerando a extensão das conseqüências de suas ações para o meio ambiente. Com isso, será possível uma ação intragovernamental coordenada que compatibilize o desenvolvimento econômico com a preservação dos recursos naturais.

Senhores e senhoras, além de uma inserção transversal na máquina do Estado e da manutenção de um diálogo constante e profícuo com os demais Poderes da República, procuro também compartilhar com segmentos organizados da sociedade as responsabilidades pelos projetos de nossa iniciativa, o mesmo fazendo com os Poderes estadual e munici-

pal. Em outras palavras, tenho a convicção de que a preservação do meio ambiente só será eficaz em nosso País quando o conjunto da sociedade assumi-la para si, sem esperar que ilusoriamente o Poder Público apenas resolva o problema. Ou compartilhamos hoje a responsabilidade pela defesa do meio ambiente ou compartilharemos amanhã os males provocados por sua degradação.

Essa é minha convicção. Por isso tenho enfatizado tanto a necessidade de promovermos em programa próprio e em todos os demais programas o componente da educação ambiental. Para tanto, criei uma diretoria especial diretamente ligada ao meu gabinete, orientada para atuar por meio de agendas associadas com outros organismos do Governo, com movimentos sociais, organizações não-governamentais e setor produtivo para capacitação de agentes educativos e para disseminação de experiências de sustentabilidade ambiental. Articulação é a palavra-chave. É esse o espírito que procuro imprimir a todos os programas do meu Ministério. A preservação do meio ambiente exige uma atitude pró-ativa, positiva, promotora de mudanças no modelo de desenvolvimento econômico, na mentalidade das pessoas e na cultura de um povo.

Considerem o exemplo das queimadas na Amazônia. Faz parte da cultura dos caboclos e dos colonos que se dirigem para a região o uso da queimada como forma de limpar o terreno para o plantio. Em uma área com a imensidão da Amazônia, mesmo se dispuséssemos de todos os recursos, e não os temos, para reprimir o uso da queimada, não conseguiríamos controlar completamente o seu uso, porque ele está inscrito na cultura daquele povo. É essa cultura que precisa ser modificada. Nesse sentido, venho implementando a campanha integrada de controle e fiscalização da Amazônia intitulado *Operação Amazônia Fique Legal.* Essa operação constitui-se em um esforço de regularização e de fiscalização das atividades econômicas na região, para a qual o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama contam com a participação dos Governos estaduais, do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e da Polícia Federal

Não nos interessa apenas flagrar os desmatamentos ilegais e o escoamento da madeira deles retirada. Queremos também estimular a regularização das atividades que se desenvolvem na região. Para tanto, estão sendo instalados, principalmente em áreas não atendidas pelo Ibama, postos volantes, onde os interessados podem receber orientação sobre os planos de manejo para extração de madeira, autorização para o desmate ou para queima controlada, podendo inclusive regularizar a situação de seus empreendimentos.

A parceria com as Forças Armadas está sendo fundamental para o sucesso da operação. Foi celebrado convênio com o Exército, por meio do seu Comando de Operações Terrestres, viabilizando a participação do Exército na operações de fiscalização, mais especificamente nas atividades de planejamento, reconhecimento e ações de segurança, com emprego de seis helicópteros. O preparo logístico de que dispõe o Exército, a experiência em ações do gênero e, principalmente, o desejável caráter ostensível que caracteriza a mobilização dessa Força têm sido fundamentais para o alcance das metas pretendidas.

Os riscos de incêndios, resultantes do descontrole das queimadas para o plantio, que ocorrem até o início de outubro, também estiveram na mira da operação. Esse controle é feito pelo Programa de Prevenção e Controle às Queimadas e aos Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento – Proarco. Os resultados relativos ao período de março a setembro, justamente o período crítico em se tratando da Amazônia, são animadores. O satélite NOAA-12 registrou redução do número de queimadas este ano na Amazônia.

No mês de setembro, para nos atermos aos dados mais recentes, foram registrados 22.101 focos de calor contra 26.213 registros no mesmo mês do ano passado. Uma queda de 15,7% no número de ocorrências.

É importante aqui ressaltar que este ano tivemos uma condição climática muito mais adversa. E em todo o resto do País, tirando o Arco do Desflorestamento, o número de focos de calor aumentou sensivelmente. O que se quer dizer com isso? Que quando se age, quando se faz, quando se trabalha, quando se atua, os resultados aparecem. Ainda não na medida nem na forma que desejaríamos, mas os primeiros resultados estão aparecendo.

Dados atualizados pelo Ibama até o dia 10 deste mês, de outubro, atestam que foram apreendidos 114,8 mil metros cúbicos de madeira, ultrapassando, já agora, a meta de 100 mil metros cúbicos estabelecida para o ano em curso. Foram lavrados 2.328 autos de infração, flagrando-se 85.835 hectares de desmatamentos e 34.483 hectares de queimadas não autorizadas a tempo de se deter o progresso de atividades predatórias em vastas áreas

da região. Atividade fiscalizadora do Ibama, cuja Presidente também está aqui, Drª Marília Marreco, em parceria com outros órgãos Federais e Estaduais da Administração Direta vem gerando, portanto, bons resultados.

Com recursos adiantados pelo Ministério do Meio Ambiente, enquanto esperamos a conclusão dos trâmites burocráticos para liberação dos recursos garantidos pelo Banco Mundial, iniciamos treinamento de brigadas em municípios em Arco do Desmatamento da Amazônia, formando homens aptos a prevenir e combater os focos de incêndios.

Os resultados são, reconhecemos e é bom frisar, ainda insuficientes para o controle do processo de devastação da região, que até a década de 70 atingia apenas 3% de sua cobertura vegetal, saltando para 13% nas duas últimas décadas. Temos que deter esse ritmo avassalador e sabemos que a fiscalização não é suficiente para tal. É preciso muito mais do que fiscalizar e punir. É preciso redimensionar o modelo de desenvolvimento, estabelecer pacto com agentes sociais responsáveis por essa devastação, propor alternativas econômicas viáveis e substitutas aos atuais padrões de exploração econômica da região. Enfim, é necessário uma forte articulação política para se conseguir mudar uma cultura danosa e substituí-la por outra benéfica para o meio ambiente.

É com esse espírito que a Secretaria de Coordenação da Amazônia vem atuando. Suas ações estão divididas em três programas integrantes do Plano Plurianual de Governo, atualmente em discussão no Congresso Nacional. São eles: o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, o Programa Turismo Verde e o Programa Pró-Bem da Amazônia. O primeiro reúne um grande número de projetos e ações de proteção e de incentivo à produção sustentável, visando apoiar o desenvolvimento da região. Os dois últimos, mais específicos, destinam-se a estruturar atividades novas de baixo impacto ambiental e de alto retorno econômico e social. Esses últimos, inclusive, constituem parte do Programa Avança Brasil. O Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia visa, primeiramente, desenvolver ações de controle e prevenção de desmatamentos, queimadas e incêndios, articulando vários órgãos da administração pública em torno do Programa "Amazônia, Fique Legal" mencionado anteriormente. Por outro lado, o Programa procura, também, instituir pactos políticos com o objetivo de formular uma agenda positiva para a Amazônia. Trata-se de estabelecer pactos políticos com os Estados que permitem implementar alternativas ao desmatamento, em parceria com setores da agricultura familiar, agroextrativismo, pesca artesanal, madeireiros, agropecuários e agricultores sem terra, por meio das atividades de inseminação, de alternativas tecnológicas, zoneamento ecológico econômico, regularização fundiária de florestas nativas e apoio institucional.

Estão sendo realizadas reuniões com todos os Estados da Amazônia por sugestão, por nós acatada, da Comissão da Amazônia da Câmara dos Deputados. Já foram estabelecidas agendas positivas e eu, pessoalmente, participei de algumas dessas reuniões nos Estados de Mato Grosso, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. A formulação de agendas para todos os Estados da Amazônia deverá estar concluída até o final do mês de dezembro, a partir do que será possível consolidar o processo regional. Ao final, mais de sessenta entidades terão participado do processo em Brasília e mais de vinte, em cada um dos Estados.

Outra ação prevista no Programa refere-se à expansão e consolidação de um sistema de áreas protegidas. Essa ação objetiva promover a criação, implantação e desenvolvimento de áreas protegidas da Amazônia com a meta de atender o compromisso do Presidente da República de preservar pelo menos 10% das florestas tropicais brasileiras. Ainda, outro conjunto de ações do Programa compõe o programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil – PPG–7. O seu objetivo é maximizar os benefícios ambientais das florestas tropicais brasileiras na região amazônica, mediante atividades sustentáveis que contribuam para a redução da taxa de desmatamento por meio dos seguintes objetivos específicos: desenvolvimento sustentável com melhor qualidade de vida, conservação da biodiversidade, redução das emissões de carbono e cooperação multilateral exemplar. O último conjunto de ações pertence ao Programa de Apoio ao Agroextrativismo. As populações tradicionais da Amazônia, representadas por índios ribeirinhos extrativistas, coexistem com a floresta há décadas, garantindo o seu sustento com baixíssimos impactos ambientais. Essa situação tem sido constantemente ameaçada pelas diversas formas predatórias de ocupação da região, resultando, muitas vezes, no êxodo da população na direção da periferia das cidades e/ou substituição de áreas florestadas por áreas degradadas, gerando conseqüências de alto impacto ambiental.

Faz-se necessário, por um lado, promover a sustentabilidade dos meios de vida das populações tradicionais que coexistem com a floresta e, por outro, reconhecer e recompensar os serviços ambientais oferecidos pela floresta amazônica. Para tanto, foi criado o Programa "Amazônia Solidária" que visa promover a ascensão econômica e social dos seringueiros da Amazônia Legal mediante mecanismos específicos de incentivo ao uso múltiplo da floresta. Em1998 foram alocados 4,3 milhões, integralmente despendidos em projetos de apoio ao extrativismo sustentável na Amazônia por meio de ações coordenadas pelo Ministério do Meio Ambiente em articulação com as comunidades interessadas. Para este ano de1999, acaba de ser aprovado pelo Senado pedido de crédito especial no valor de 11 milhões, que permitirá a continuidade das ações deste importante programa. Aqui devo ressaltar que esse pedido se dá por meio de crédito especial porque não foi previsto no Orçamento do ano passado.

O segundo grande programa sob responsabilidade da minha Pasta, voltado especificamente para a Amazônia, é o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo da Amazônia Legal, ou Programa Turismo Verde, do Avança Brasil.

Seus objetivos são:

– promover o desenvolvimento ordenado e integrado do ecoturismo;

– fomentar a formação e a capacitação para o desenvolvimento das atividades de ecoturismo por meio do fortalecimento institucional;

– promover a articulação e o intercâmbio de informações entre os órgãos governamentais e entidades do setor privado;

– implementar infra-estrutura ecoturística, viabilizando os serviços nas áreas de pólos ecoturísticos previamente selecionados.

O programa será executado em duas fases. Os recursos de pré–investimento totalizam 13,5 milhões e para a fase de investimentos estão sinalizados recursos da ordem de US$200 milhões. Como parte desse processo, foi recentemente encerrada com êxito missão de negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, sendo a próxima etapa a aprovação do projeto por sua diretoria e autorização de contratação de empréstimo por esta Casa.

O termo de adesão ao projeto deve ser firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e os Governadores da Amazônia até o final do ano.

Um aspecto bastante importante a ser abordado, aliás, diz respeito a nossa nova postura frente aos organismos internacionais de financiamento aos projetos de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

O programa-piloto é um exemplo. Trata-se de uma doação que revela o interesse dos países desenvolvidos em contribuir com alternativas para a degradação da floresta. O programa foi criado a pedido dos países do G–7 e recebe apoio financeiro de todos eles, bem como da comissão da Comunidade Européia e da Holanda.

O montante total de compromissos de assistência financeira e técnica do programa piloto até a presente data, incluindo os projetos bilaterais associados, equivale aproximadamente a US$250 milhões.

O programa é coordenado pelo Banco Mundial, em conformidade com acordo celebrado entre os participantes do programa piloto.

Mudamos nossa postura em relação ao programa na medida em que até pouco tempo o programa piloto vinha sendo conduzido pela óptica dos países doadores, mas quem tem que dar o norte para o programa, segundo o nosso entendimento, é o próprio Governo brasileiro. Nós, do Ministério do Meio Ambiente, criamos um programa de desenvolvimento sustentável para as florestas tropicais brasileiras que vai acolher as contribuições dos países desenvolvidos mas na condição de que a liderança seja brasileira. Os países doadores e as instituições multilaterais são parceiros na medida em que estabelecemos as regras e as prioridades.

A experiência já mostrou que quando não sabemos o que queremos, quando não definimos as prioridades os organismos internacionais ocupam esse espaço vazio. Experimentamos colocar a condição de nossa liderança na última reunião do PPG–7 em Paris, em abril último, e ela foi bem aceita com compromissos de novas doações para o programa. Manteremos nossa posição no próximo encontro do Pró–PG–7 que ocorrerá na semana próxima aqui em Brasília.

Somente assim acredito que poderemos equacionar as visões contraditórias de conservação pura e simples da biodiversidade, defendida pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento com equilíbrio ambiental por nós defendido.

Cada vez que o Brasil não diz o que quer fazer alguém diz o que o Brasil deve fazer. Quando concluirmos as negociações das agendas positivas nos Estados da Amazônia seremos nós mesmos os condutores da mudança de rumos que deverá

orientar o novo modelo de desenvolvimento da região.

Um dos aspectos que deve fundamentar esse novo modelo de desenvolvimento é o controle do Governo sobre o acesso aos recursos genéticos.

Os dados apresentados pela Comissão Externa da Câmara de Deputados que investigou a biopirataria na Amazônia mostram a magnitude do problema. Os números relacionados aos produtos biotecnológicos e aos lucros deles advindos são impressionantes. Os EUA, por exemplo, possuem 1.308 empresas de biotecnologia, com lucros estimados em 13 bilhões de dólares ao ano. Somente em 1986, despenderam US$7,7 bilhões em pesquisas e desenvolvimento de produtos tecnológicos. Seus agentes subtraem espécimes de nossa floresta, levando também com elas a sabedoria de nossas populações tradicionais sobre a indicação de uso dos princípios ativos dos materiais pesquisados.

Ao assim procederem, conseguem uma enorme economia nos custos e um conseqüente aumento na margem de lucro na venda dos produtos resultantes. Calcula-se que a apropriação de nossas tecnologias domésticas chegam a significar uma economia de cerca de 80% nos custos necessários para o desenvolvimento de um único medicamento que pode gerar até um bilhão de dólares em lucros anuais.

A economia que o conhecimento tradicional possibilita pode chegar a US$300 milhões para um único produto, conforme os dados consolidados no relatório. São US$300 milhões franqueados às indústrias, principalmente americanas, para cada medicamento desenvolvido.

Para compensarmos essa perda, para diminuirmos pelo menos o impacto desse assalto, só vejo uma saída: contrapor a biopirataria e a bioprospecção. No caso dos recursos genéticos, os países desenvolvidos têm um interesse objetivo e estratégico, enquanto que o Brasil ainda não dispõe de regulação do setor, não dispõe de investimento suficiente no desenvolvimento de biotecnologia e sequer possui capacidade operacional para o controle da evasão desses recursos.

Nossa posição ainda é bastante frágil. Só muito recentemente, por intermédio do Ministério, começamos a desenvolver um programa orientado para a questão. Tenho insistido em que somente por meio do conhecimento poderemos obter o domínio sobre os nossos valiosíssimo patrimônio genético.

Pensando nisso, estamos conduzindo, na Secretaria de Coordenação da Amazônia, o Programa brasileiro de ecologia molecular para o uso sustentável da biodiversidade da Amazônia – Probem. O Programa pretende contribuir para o desenvolvimento da bioindústria do País, especificamente na região amazônica, atuando na geração de conhecimentos e na transferência de tecnologias, mediante diversas modalidades de parceria, constituições de pesquisas, com empresas nacionais e internacionais.

Pretendemos, por meio de convênio com a Suframa, construir o Centro de Biotecnologia da Amazônia. A construção deste Centro é peça fundamental para a adequada bioprospecção dos recursos genéticos da Amazônia, que deve ser desenvolvida por uma rede de laboratórios, congregando esforços de cientistas do Brasil e do exterior. Essa condição é necessária para que desenvolvamos tecnologia própria na produção de fármacos e de outros produtos com alto valor agregado, cuja produção em escala industrial pode alavancar o desenvolvimento da região sem produzir danos ao meio ambiente.

Novamente, será imprescindível uma postura soberana do Brasil na discussão e negociação dos contratos de bioprospecção. O controle sobre o acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento dos povos tradicionais é o grande desafio que temos pela frente. Se mantivermos a altivez necessária e negociarmos bem, poderemos comemorar o alcance de um novo modelo para a região; senão, prevalecerá a biopirataria, liderando toda a exploração desordenada e caótica da riqueza amazônica.

Também está a caminho, por nossa iniciativa,, uma portaria interministerial, a ser expedida pelos Ministérios da Justiça, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia, que determina que a coleta, a remessa e a pesquisa de material genético necessitarão de autorização interministerial. As deliberações sobre os pedidos de autorização serão fundamentados por pareceres técnicos de um grupo de trabalho permanente, integrado por representantes dos Ministérios citados, por representantes do foro da ONGs ambientalistas e por representantes da comunidade científica.

Essa providência é uma forma de tentarmos diminuir, ainda que provisoriamente, a sangria de nossos recursos genéticos, enquanto aguardamos ansiosamente a aprovação, pelo Congresso Nacional, da lei que disciplinará o acesso a esses recursos e ao conhecimento das populações tradicionais.

Além desse conjunto de ações desenvolvidas pela Secretaria de Coordenação da Amazônia, venho

orientando as demais Secretarias do Ministério do Meio Ambiente para definirem projetos específicos para a região. Assim, a Secretaria de Qualidade Ambiental e Assentamentos Humanos já iniciou estudos, objetivando preparar um projeto voltado exclusivamente para os centros urbanos da Amazônia, visando a consolidar sua rede urbana no arco de desmatamento.

À Secretaria de Produção e Desenvolvimento Sustentável compete a tarefa de promover o zoneamento ecológico e econômico da região, enquanto à Secretaria de Recursos Hídricos cabe desenvolver o Plano de Gestão das Águas do Eixo Araguaia/Tocantins e o Programa Pró-água II, que definirá um plano de gestão dos recursos hídricos da bacia amazônica.

Como as senhoras e os senhores podem ver, é amplo o aspecto de atuação do Ministério do Meio Ambiente – e não poderia ser de outra maneira. É próprio da visão ambiental considerar todos os aspectos da atividade humana de maneira integrada, posto que a qualidade do ambiente em que vivemos é a resultante do conjunto das atividades por nós desenvolvidas.

É justamente por ser assim que as ações do Ministério do Meio Ambiente têm que necessariamente estar voltadas para fora, para a articulação com outros setores do Executivo Federal, com os Três Poderes da República, com os três níveis de Governo, com a sociedade civil, com o setor produtivo, enfim, com todos aqueles que já despertaram, ou terão algum dia de despertar, para a necessidade de construirmos uma nova ordem mundial, fundada na sustentabilidade, no desenvolvimento econômico e social, compatível com a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras.

Estou convicto de que o Brasil, justamente por abrigar a maior floresta intocada da Terra, mais do que qualquer outro povo, tem condições de mostrar o caminho, dando àqueles que cobiçam nossas riquezas o exemplo ético que lhes faltou ao longo de suas histórias.

Para que as ameaças existentes sobre o nosso patrimônio na Amazônia sejam superadas, o Brasil precisa seguir uma estratégia de desenvolvimento calcada na combinação de dois fatores: uma ação interna contundente, que fortaleça as instituições reguladoras da vida nacional e que promova políticas públicas orientadoras do crescimento econômico em bases sustentáveis com participação da sociedade; uma postura soberana nas negociações externas definidoras de nossa posição nas relações internacionais, que determinam nossa inserção no mercado mundial e nas instâncias de decisões das políticas globais.

Sinto-me numa posição bastante confortável para concluir, dessa forma, minha exposição, uma vez que esse ponto de vista não está apenas freqüentando oportunamente essa abordagem teórica da qual estive até agora encarregado. Ao contrário, esse ponto de vista, esses princípios aqui defendidos, estão em prática no cotidiano da política ambiental brasileira que ora conduzo à frente do Ministério do Meio Ambiente.

Assim, fortalecemos a fiscalização ambiental, adotamos posturas soberanas nas renegociações com as instituições multinacionais de financiamento aos nossos projetos e orientamos nossa política para que o desenvolvimento sustentável esteja permeando todas as ações de Governo.

A participação da sociedade na construção de um novo modelo de desenvolvimento, como condicionante fundamental à sua legitimidade, também freqüenta o cotidiano das ações de política ambiental. Nós, do Meio Ambiente, já temos instrumentos eficazes de natureza extremamente democrática e que necessitam ser cada vez mais difundidos, como os Comitês de Bacia, a Agenda Positiva na Amazônia, a Agenda 21 Nacional e as Agendas 21 locais.

Não tenho dúvidas de que o aprofundamento da democracia é a via que nos conduzirá ao êxito na construção de um projeto de desenvolvimento social e ambientalmente justo nas escalas nacional e global. Nos fundamentos de uma nova ordem planetária haverá de estar incorporado um estilo de vida mantenedor do ambiente equilibrado, da justa distribuição da renda gerada pelo crescimento econômico e da eqüitativa participação política de todos os povos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Tenho a satisfação de registrar as presenças do Presidente do Instituto Político de Estratégia Brasileira, Dr. Roosevelt Santana, do Embaixador do Suriname no Brasil, Sr. Rupert Cristopher, da Presidente interina do Ibama, Drª Marília Marreco Cerqueira e do Presidente da Comissão da Amazônia na Câmara dos Deputados, Deputado Josué Bengtson.

Tenho a satisfação de anunciar a presença de uma figura lendária na Amazônia, o Padre Paolino

Baldarassi, antes de me retirar para a Comissão de Assuntos Econômicos.

O Padre Paolino tem uma longa história de vida e de exemplo. Ele veio da Itália aos vinte anos – fugiu da perseguição do Mussolini – e chegou ao Brasil pesando 19 quilos. Imaginem V. Exªs, naquela época, um foragido estrangeiro, aos vinte anos e pesando 19 quilos!

Entretanto, o Padre Paolino antes de aqui chegar, estava em uma desobriga, tendo andado 166 quilômetros para tal. Às vezes, cansamo-nos quando percorremos os corredores do Senado por esses túneis do tempo, e o Padre Paolino, nesta idade, e com muita fé, enfrentou 166 quilômetros, a pé, antes de pegar o avião para Brasília.

Concedo a palavra ao Padre Paolino Baldarassi.

O SR. PAOLINO BALDARASSI – Sinto-me um pouco confuso numa reunião de "grandes"; eu sou "o pouco" representante dos pequenos.

Em primeiro lugar, não esperava nem sonhava com este convite. Havia tomado o meu caminho, por três meses, visitando as comunidades do rio Oiaco. Em junho, com o rio seco, visitei as comunidades indígenas do rio Purus. Agora, estava fazendo as comunidades do rio Oiaco, que, a cada ano, são 300 quilômetros percorridos à pé, dentro da mata. Vou à pé, não porque me falte um cavalo ou um burro; vou à pé, em primeiro lugar, por uma devoção que fiz, para ser sempre atendido – tive 82 malárias...

O Senador Gilberto Mestrinho disse que eu saí fugido de Mussolini, mas não foi bem assim. Durante a guerra, passei tanta fome – eu era o último soldado do Exército de Mussolini. Quando me chamaram para ser soldado, apresentei-me, e disseram-me: "O governo não tem mais fuzil nem tem mais farda para você. Você fica só à disposição." E eis que, quando tive que me colocar à disposição, a coisa era feia. De um lado, os rebeldes e, do outro, os fascistas. Os alemães me colocaram para vigiar os fios do telefone; e, à noite, os partisães ou os rebeldes, vinham cortar os fios do telefone. Eu devia ficar lá fazendo o quê? Se eu ficasse lá, os rebeldes me matavam, pois eu não tinha com o que me defender, e fugi. Quando cheguei em casa, papai, que era um soldado velho da I Guerra Mundial, disse-me: "Sabe o que você é agora? Um desertor! Portanto, você é digno de ser fuzilado! E começou a chorar. "Dê o seu jeito". Os americanos estavam chegando e os alemães estavam se retirando.

Eu fugi, peguei um caminhão, pensava que fosse um caminhão americano, e era um caminhão alemão. Montei sobre o caminhão, os aviões começaram a descer e a metralhar. O caminhão parou e eles viram que eu estava lá em cima e disseram: o que você está fazendo aí? Estou indo para Bolonha. Diz: olha, eu pensava que me fuzilassem e diz: você fica olhando os aviões, quando os aviões chegam, batem assim porque caíamos dentro de buracos para nos esconder. Quando eu cheguei em Bolonha fui para entrar em local e disse: foge, foge, porque a SS alemã pegou todos os padres onde estava hospedado e disse: vai fuzilá-lo daqui dezoito dias. Eu digo: caí em lugar bom.

Aí fui andando, fugindo de lá, para cá e um certo momento fiquei doente, doente. Me botaram num hospital para morrer. Era só pelo e osso. Quando chegaram os americanos, chegou um soldado americano, viu a minha face que devia ser bem bonita e disse: esse aqui deve estar com muita fome. Deu-me um pão e eu comi todinho, me deu outro e eu comi todinho, me deu outro e eu comi todinho. Mas será possível? E daí comecei a provocar. Era tanto o desespero da fome que só sonhava em comer, só pensava em comer. Não tinha medo de bomba. Mas era tanta fome que era um desastre. Quando me colocaram no hospital, eu com 20 anos pesava 19 quilos, era só a ossada. E eles tiraram fotografia e disseram: este é o resto do exército de Mussolini.

Depois da guerra, eu pensava sempre: sofri tanto na minha vida, perdi um irmão queimado num bombardeio, a minha cidadezinha ficou destruída completamente, perdi a mamãe em conseqüência dos desgostos e da guerra. Eu disse: vou escolher um lugar para trabalhar entre os pobres. Não me interessa riqueza, não me interessa nada. Ou África, tinha ouvido falar de um lugar longe que era o Acre, e disse: ou África ou Acre. Aí me decidi vir para o Acre. Diziam que a vida no Acre é horrível, ninguém quer ir para o Acre. Quem passou tanta fome, se tiver pelo menos folha para eu comer vai agüentar o Acre também. E agüentei. Na primeira viagem que fiz no rio peguei a malária. Cheguei no primeiro lugar que se chamava Brasiléia e eu estava com malária. Um frio danado e eu disse: quis fazer o corajoso, talvez eu agüente só 15 dias. E os 15 dias foram longe. São 44 anos que estou no Acre e na mata. Posso dizer que moro na mata. Seis meses por ano estou na mata. Fazendo o quê? Não fui para o Acre para riqueza, para nada, fui para me identificar com aquele que sofre. Sofri tanto na vida que queria ser um alívio para as pessoas que sofriam. Portanto, lá estou.

Aqui me disseram para falar um pouquinho das populações do tempo moderno. Em primeiro lugar, posso dizer uma visão de 43 anos pode ficar

comprido, mas em primeiro lugar encontrei um povo que vivia todo na mata. O povo nordestino, um povo que foi julgado pelos americanos. Os americanos queriam ganhar a guerra, perderam na Malásia e eu estava na Itália, a Itália apoiava o Japão e então nunca tinha olhado com muito gosto o Brasil e nem agora: os americanos fazem o que querem; eles não apreciam o Brasil de jeito nenhum. Ultimamente, leram as cartas de Nixon, que revelavam um solene desprezo pelo Brasil. Portanto, tenho uma solene desconfiança do que vem dos Estados Unidos.

Penso que devemos confiar na nossa bondade, na nossa força, na força do nosso povo. O nosso povo é um povo pioneiro e corajoso. Quis experimentar o que é ser seringueiro. Passei fome na vida e pensei poder também ser seringueiro. Um dia fui cortar a seringa, levantei-me às onze horas da noite, com o porongo, para andar à noite sozinho na mata. Era um dia de friagem. Lá, a friagem são aquelas camadas de frio que chegam de repente. Depois de pouco tempo, não agüentava mais subir na tripeça. O que é uma tripeça? É um pau comprido, cortadinho até em cima, com quinze degraus. Quando cheguei à metade, deu-me um medo, que não sabia nem subir nem baixar. Eu disse: não dá para ser seringueiro, não. Baixei tranqüilamente, voltei para casa e disse: realmente, a vida de seringueiro é a vida de um herói. Seja o que for, ele é um herói. Quem vai à mata, à noite, sozinho, enfrentando a escuridão da mata, as cobras e os outros perigos é realmente um herói. O que se fez desse herói, afinal? Vão ver as cidades de Sena Madureira e Rio Branco. São heróis degradados e pobres, empurrando um carrinho para vender picolé, quando não são entregues à má vida. Mas quem fez isso? A nossa sociedade. Primeiro, foi a investida dos grandes fazendeiros, que chegaram lá e jogaram para fora os seringueiros sem piedade. Uma vez, um seringueiro veio a nós. Quando vimos a desgraça, que não tinha jeito de defender os seringueiros eles não tinham direito a nada , eu perguntava para o Heitor se não havia um jeito de defender aquele seringueiro. Heitor é ativo, foi ao Incra, foi para cá e para lá, e conseguiu uma lei de Castelo Branco e uma lei de Garrastazu Médici. Então, ele me deu isso e ficou calado.

Fiz o catecismo da terra. Fiz bater a máquina o catecismo da terra e, numa das colocações, dizia: "Cole isso na parede. Se alguém quiser te colocar para fora, pergunte: o senhor sabe ler? Leia aí. O que está escrito? Eu tenho direito à terra; são 18 anos, por isso tenho direito a ela". E esse catecismo da terra valeu para mim muita dor de cabeça. Tanto é verdade, que um amigo me disse: "Paolino, como amigo, venho-te dizer uma coisa: peça a teu bispo a transferência, porque antes ou depois te tiram a vida". Então, eu disse claramente: se me tirarem a vida, Deus me dê um bom lugar; se eles me ferirem, o bispo tem um bom hospital para me tratar; e se eles errarem, vão aprender de um seringueiro a atirar direito. Quando terminei de falar isso, ele disse: "Está bom, como o senhor é teimoso, não quero mais insistir".

A situação foi esta: as investidas enormes de compradores de terra. Compravam a terra por assim dizer, porque, com incentivos fiscais, não compravam a terra. Infelizmente, quem dava a terra a eles era a União. Talvez se pensasse assim. Eu não condeno ninguém.

Quando cheguei ao Acre, pensava que o maior inimigo daquele Estado era a mata. Tenho uma mentalidade como a dos outros. Pensava que aquela mata deveria ser tirada para fazer o faroeste americano – essa era a minha mentalidade. Portanto, não condeno ninguém nesse sentido.

Não tínhamos também tantos recursos para reconhecer que a camada de ozônio, com as grandes queimadas, se acabaria, acabando também a nossa vida. Repito: não quero condenar ninguém, quero dizer apenas que, em um certo momento, quando vi que jogavam para fora os seringueiros sem um pouco de pena... Chegou-se a um ponto em que um seringueiro disse: "Não saio, porque o padre disse que temos uma lei que nos protege. Leia aí". E disseram: "Isso aqui não vale nada". Queria rasgar isso. "Bom, essa aqui é a do padre. O senhor não rasgue não".

Então, ele deixou. Sabem o que fizeram? Despejaram seis latas de gasolina dentro da barraca e enquanto ele estava lá tranqüilamente dormindo, tocaram fogo nas latas de gasolina. Avalia-se que um dos rapazes havia chegado e deu fé da enorme fogueira. Só deu tempo de tirar os meninos e salvá-los. É claro que o pobre do seringueiro teve de sair.

Se nos queixarmos que agora os seringueiros não valem nada, que são vagabundos e que não querem saber de nada, é porque nós os colocamos nisso. Foram as investidas dos fazendeiros e dos madeireiros que fizeram isso: jogaram esses pobres analfabetos nas cidades.

Quando digo analfabetos, lembro que fui um péssimo aluno. Estudei porque papai era um homem rígido, mas eu não gostava de estudar de jeito nenhum. Entretanto, Deus escreve certo por linhas tortas. Fiz mais de cem escolas, porque na primeira

viagem que fiz, de seis meses, não encontrei uma escola sequer. E disse: "Será que o seringueiro não tem direito a estudar alguma coisa?"

Quando mandei fazer uma escola no seringal, um seringalista disse: "Não quero que os meus seringueiros saibam ler, porque é bom que o seringueiro não saiba ler". Qual é o motivo? Se souber ler, verá as roubalheiras nas notas dadas a ele. Por isso as dificuldades que encontrava para fazer escola nos seringais.

Essas investidas foram a causa de muitos desgostos, de muitas preocupações. Às vezes, davam-me vontade de dizer: "Deixa andar". Entretanto, havia uma voz que dizia: "Ajude o pobre; vamos fazer alguma coisa".

O último recurso foi contra os madeireiros. Tive de entrar na mata. Foi a guerra fria – de fora e de dentro. Como fiz? Às três horas da madrugada, em um barco pequeno, subi o rio e, para chegar a um ponto, entrei na mata. Os grandes madeireiros estavam em algum lugar. Queria fazer uma análise, como havia feito antigamente o grande general Aníbal, que pegou os romanos de surpresa. Eu disse: "Vou pegar os madeireiros de surpresa". Quando cheguei a um certo ponto – estava lá tomando um cafezinho, cansado –, escutei um motor. Fui ver o que estava acontecendo e percebi que era o dono do seringal, que havia notado que eu havia saído. Ele tinha vendido as madeiras aos madeireiros e disse: "O padre vai estragar tudo". Quando chegou, disse: "Aonde o senhor vai?" Eu respondi: "Eu vou para a minha viagem". E ele perguntou: "O senhor, quando viajar, vai botar no rádio e avisar a todos?" Eu respondi: "Mas eu vou a uma viagem de passeio". Ele, vendo isso, continuou a viagem. E ele não me teria deixado passar se eu chegasse até os seus seringais, onde havia os madeireiros, porque, depois, para Heitor, ele quis fazer a mesma coisa e não o deixaram passar de jeito nenhum.

Mas eu, não. O seringal era antes; eu entrei e peguei de surpresa todos os lá de trás; reuni todos os seringueiros e disse: "Não vamos deixar derrubar as vossas matas; se vocês deixarem derrubar vossas matas, estão perdidos." Um deles disse: "Padre, mas estamos morrendo de fome. A borracha não dá mais dinheiro. O jeito é vender o nosso mogno e, depois, com R$5, ir para a cidade." Eu respondi: "O que você vai fazer na cidade?" Ele disse: "Eu vou dar um jeito." Eu disse novamente: "Não, você vai passar é fome. Vocês me ajudam que vamos empatar." A derrubada já tinha atingindo duas mil árvores de mogno.

Eles não estavam acreditando. Estavam era com medo. Eu perguntei a um deles: "Quantas árvores você derrubou?" Ele disse: "Vinte." Bom, vinte é pouco, não vale a pena nem me esforçar. Perguntei a outro: "Quantas árvores você derrubou?" Ele disse: "Quinze." Não, eu tinha ouvido falar que já tinha derrubado não sei quantas. Mas era medo, um grande medo.

Em certo momento, por um acaso, eu tinha escrito ao nosso Presidente e ele me tinha dado uma resposta em um telegrama assim, bem comprido, que me acompanhava na luta. Essa foi a minha salvação. Quando li, vi que o nosso povo ainda estima o Chefe da Nação. Quando mostrei o telegrama do Presidente, eles se animaram e disseram: "Então, nós somos apoiados pelo Presidente." Aí, começaram a se abrir. Eu perguntei novamente: "Quantas árvores você derrubou?" Um respondeu: "Trezentas." Continuei perguntando: "Quantas você derrubou?" "Cento e oitenta." Disse: "Ah, é? Antes eram 25, antes eram 13..."

Aí começou a guerra fria: os madeireiros mandaram dizer: "Diga ao padre que se ele não sair vamos matá-lo com metralhadora, ou passar em cima com trator." E os seringueiros, apavorados, vieram me falar. Mas também enganavam, pois chegavam lá e diziam aos madeireiros: "O Pe. Paolino está com 200 homens armados lá dentro." E eu estava lá dentro com um medo que nunca passei na minha vida, nem durante a guerra. Eu fazia promessa para que ele não começasse a derrubar, porque não saberia o que fazer. Era a guerra fria.

Uma noite fiquei impressionado. A minha rede estava armada em uma salinha, quando ouvi a esposa de um dos melhores homens que me apoiava e que iria me ajudar a reunir gente para empatar, dizendo chorando: "Jorge, deixa de seguir o padre, porque eles já falaram que vão te matar." Aí, a coisa piorou para mim; fiquei apavorado mesmo. Disse: "Rapaz, será um banho de sangue?" Será que fiz uma doidice, uma bobagem? Não soube o que fazer. Mas uma senhora me disse: "Padre, fiz uma promessa a São Francisco, o senhor vai ser protegido".

De fato, fiquei por lá durante um mês e não entraram. Cheguei a Rio Branco e falei na televisão, falei no Ibama, que me apoiou e eles não entraram de jeito nenhum. Daí por diante, foi um alarde em toda a Amazônia. Quando vi um monte de madeira lá em cima, comecei a chorar. Sentei-me e disse: "É como quando Jeremias se sentou sobre as ruínas de Jerusalém. Daqui a cinco anos, este pobre Acre será um grande deserto. Um deserto enorme." E escrevi

um artigo à **A Gazeta**, de Rio Branco, dizendo: "Como Isaías chorava, Paolino chora sobre as matas que estão desaparecendo." Mas aquele artigo me custou caro. A resposta foi um artigo dos madeireiros que me chamaram de "vendido", de "homem atrasado que não queria o progresso do Acre, que não queria nada." Quando vi o artigo, disse: "É, sempre querendo entrar onde não querem".

De toda maneira, a Polícia Federal, pouco tempo depois, escreveu um artigo onde me deu razão completamente. Diziam que eles pagavam imposto. No entanto, eles tiraram quase 40 mil metros de madeira nobre e pagaram apenas por 400m. E diziam que tinham razão.

De qualquer modo, o que interessa agora à população moderna é o seguinte: eles, primeiramente, tinham um patrão, que levava e distribuía a mercadoria, ganhando com ela e com a borracha. Posteriormente, houve fazendeiro que não queria mais saber de mata nem de nada.

Agora há a terceira parte. O nosso povo humilde deve organizar-se. E por isso, estamos formando associações. É um povo humilde, simples, mas, às vezes, duro de compreender. Como eles foram muito maltratado, devemos ter toda a paciência, toda a bondade em apoiá-los a todo o momento. Atualmente, existem essas pequenas associações, em que eles se reúnem e discutem seus problemas. Afinal de contas, não se deve destruir uma mata.

Estão-me dizendo que o Sr. Ministro precisa sair pois irá viajar. Portanto, podemos terminar esta parte.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Peço licença ao Pe. Paolino Baldarassi para que continue sua exposição posteriormente. O Ministro terá de viajar para Manaus e seu vôo é às 8h40min. Portanto, já está passando do horário de S. Ex.ª pegar o avião.

Peço àqueles que se inscreveram para perguntas que as formulem por escrito e as encaminhem ao gabinete do Senador Tião Viana, que as levará ao conhecimento do Ministro, o qual prometeu responder a todas.

Assim, Sr. Ministro, muito obrigado pela sua presença.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ROMEU TUMA – O Ministro José Sarney Filho não pode sair daqui sem que lhe agradeçamos por tudo que tem feito, pelo sacrifício de ter vindo, embora já tivesse uma viagem programada, e pelo trabalho que vem desenvolvendo à frente do seu Ministério. Temos acompanhado de perto o empenho de S. Exª, até porque somos interessados em tudo o que diz respeito à biodiversidade, à proteção da madeira.

Agradeço também ao nosso padre soldado de Cristo, defensor de várias frentes, que, com o sacrifício da própria saúde, aqui vem para nos explicar o que se passa na Amazônia.

Presto, também, uma homenagem ao Senador Tião Viana, autor do requerimento, seguido por aqueles que, representando o Norte, vêm trabalhando nesse sentido: os Senadores Gilberto Mestrinho, Bernardo Cabral, Marina Silva, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, que, nesta Comissão, têm todo o tempo, com a elegância e a firmeza do Presidente José Sarney, defendido os temas ligados à Região Norte e à Região Amazônica.

Antes de o Ministro sair, gostaria de fazer essa referência, que é do fundo da alma, do fundo do coração, porque sou apaixonado pela Amazônia. Acredito que lá não nasci, porque Cristo não quis, mas a minha alma, indubitavelmente, encontra-se na Amazônia.

O trabalho de V. Ex.ª vem revolucionando o seu Ministério, montando um mosaico que, sem dúvida alguma, promoverá a defesa dos interesses nacionais. Acredito que nem americanos nem ninguém nos afastará do nosso imenso desejo de termos a Amazônia sob nossa soberania.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Ministro José Sarney Filho, o Senador Romeu Tuma interpretou muito bem o sentimento da Comissão. Agradecemos a V. Ex.ª e tenha a certeza de que os trabalhos irão continuar com o Pe. Paolino e V. Ex.ª fará uma boa viagem a Manaus. Manaus é uma terra gostosa.

A SRA. MARINA SILVA – V. Ex.ª está legislando em causa própria.

O SR. JOSÉ SARNEY FILHO – Muito obrigado, Senador Gilberto Mestrinho, muito obrigado, Senador Romeu Tuma, muito obrigado a todos. Foi um prazer. E quero dizer que eu estou inteiramente à disposição do Comissão, do Senado e do Congresso, sempre que for preciso. Se ainda for preciso, até mesmo durante este seminário, coloco-me inteiramente à disposição. Aqui também vão ficar a Dr.ª Maria Alegrete, que é Secretária de Coordenação da Amazônia, e a Dr.ª Marília Marreco com mais alguns assessores.

Se por acaso nas perguntas houver o desejo de alguém de ser esclarecido logo, as duas, a Presidente

e a Secretária, estão inteiramente aptas a dar as respostas, porque são colaboradoras muito próximas. Quero agradecer ao Padre Paolino e ao Padre Heitor. Estivemos com o Presidente da República há pouco. E viemos para o Congresso juntos. O Presidente nos recebeu muito bem. Para mim é um prazer e uma honra muito especial, como Ministro do Meio Ambiente, estar ao lado de uma figura com história, o discurso, o cargo do senhor. Muito mais do que isso: ele tem uma história de vida em favor da biodiversidade, em favor da Amazônia, em favor daquelas populações. Portanto, é uma honra e um prazer muito grande.

Agradeço mais uma vez a todos os senhores e senhoras. Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. ROMEU TUMAM – Presidente, uma das senhoras poderia ir à mesa ?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Dr.ª Marília Marreco Cerqueira e Dr.ª Mary Alegret.

Padre Paolino, por favor, pode continuar.

O SR. PAOLINO BALDARASSI – Estou concluindo – quando começo a falar, nunca termino. Em primeiro lugar: o sentido construtivo do nosso Acre. Nós devemos proteger o povo que está lá e tirá-lo da cidade. Vocês souberam das violências no Acre: Hildebrando e o resto. A coragem de D. Moacir que foi sempre o meu apoio. Mas isso foi gerado pelo desemprego geral de tantas pessoas que eram pioneiras e que foram morar na cidade. Um seringueiro que vive isolado no meio da mata não tem tanta socialidade. Ele não tem condições de agüentar facilmente o vizinho. Até por um cachorro, matam. Eu vi que, por causa de um cachorro que ia na estrada do outro, mataram. E dizem: "Como é isso? A culpa não é dele! Que assistência eles tiveram? A do padre, que está uma vez a cada dois anos nos lugares? Depois de onze anos, fui ver lá. Sabiam rezar a ave-maria. Mas diziam: "O padre aqui?

Nós queremos dele tantas virtudes que não temos. Nós os colocamos no meio de só violência e droga". Claro que também quem o bom facilmente se deteriora. Um seringueiro muito amigo e muito trabalhador decidiu, contra o meu parecer, ir para as ruas. Ele disse: "Nós sabemos trabalhar. Nas ruas nós vamos receber, vamos viver". Ele foi para a rua. Os três rapazes que ele tinha começaram a sair à noite. Um chegou às quatro horas da madrugada. E ele começou a dizer: "Meu filho, eu não queria isso não". Ele respondeu: "Ah! é? O senhor não quer que eu faça isso?" Mas meus colegas me disseram que eu deveria dar uma surra no pai, se ele dissesse alguma coisa. Eu disse: "É? Seus filhos já aprenderam isso?" Ele disse: "Aprenderam. Peguei meus filhos e voltei para a mata."

O novo Governador Jorge Viana pretende fazer uns pólos ao redor da cidade para todo mundo trabalhar e para dar um preço digno a essa abençoada borracha. O seringueiro faz 800 quilos de borracha por ano com sacrifício, mas R$800,00 é bem pouco. São oito meses com um salário menor que o salário mínimo. Podemos viver uma vida sacrificada assim? Há a necessidade absoluta de se dar à borracha um preço digno.

A nossa mata é riquíssima. Fiquei espantado quando disseram que a unha de gato é preciosíssima – unha de gato são espinhos.

Deve-se gastar um pouco mais de dinheiro com pesquisas. Uma castanheira em pé vale mais que vinte cabeças de gato. A castanha tem uma valor produtivo de 43%. Foram derrubadas mais de 100 mil castanheiras.

É verdade que os americanos vão dizer que a castanha brasileira dá câncer. Eles podem dizer isso, porque querem acabar com elas. Quando soube disso, fiquei irado. Talvez escreverei uma carta ao Sr. Clinton. Como podem dizer que a castanha está dando câncer? Como a castanha dá câncer?

A castanha é um alimento produtivo. Este ano e o passado foram ótimos. Os seringueiros abriram o coração. A lata de castanha saiu por até R$10, e eles ficavam satisfeitos quando vendiam por R$3. Com isso, as nossas matas começaram a viver de novo. Temos de dar valor à castanha.

Há culturas que funcionam muito bem dentro da mata, como o cacau. Novo Olinda fracassou completamente. Derrubaram a mata todinha e plantaram o cacau. Deu a vassoura de bruxa, e terminou um projeto governamental que gastou milhões e milhões, quando é possível plantar o cacau, o cupuaçu e a pupunha dentro da mata. A pupunha está dando que é uma maravilha.

Ao longo das estradas de rodagem, com um asfalto bem feito, conservado, com pontes de alvenaria, podem-se colocar os colonos dos dois lados. Esses colonos vivem afastados. Sempre chamei aquela colônia de "colônia penal do Incra". O Incra colocou no Projeto Boa Esperança 280 famílias, das quais só restaram cinco. O restante derrubou a mata, aquelas bonitas castanheiras e seringueiras com fervor e, depois, vendeu a terra para os fazendeiros por um pouco e mais nada. Devemos evitar isso.

Ao longo da estrada, deve-se encontrar uma maneira de colocar o pobre do colono, para ter escoamento. Bastaria que houvesse cinco quilômetros de um lado e cinco quilômetros do outro. Depois, deve-se ensinar a tecnologia e orientar sobre o que plantar. Ao invés de destruir, deve-se começar a reflorestar. Esse é o meu sonho.

O seringueiro tem condição de ter uma esperança. A castanha deu um dinheirozinho, a borracha vai dar um dinheirozinho; e agora há a copaíba. Falaram que a copaíba será um espetáculo. Há ainda a pimenta longa. Todos os dias, escuto falar de muitas plantações que dão dinheiro, sem precisar derrubar a mata. Onde tem a mata ainda há esperança.

Digo que devemos tratar de paz quando os aviões não bombardeiam, quando os canhões ficam calados. Devemos tratar da mata até que a temos em pé porque; depois de derrubada, a coisa está dura, horrível, está quase impossível. Ainda há muita mata bonita. Vi 180 quilômetros de mata. Infelizmente parece que as grandes construções estão mudando até. O rio seco, o igarapé seco. Passei sede quando nos outros anos havia água à vontade. Há pocinhos e mais nada, devido a tantas destruições temos a mudança completa em nosso planeta; mas podemos reconstruir.

Penso que quando um dia o Bispo desanimado diz "é irreversível, padre, não dá para ficar lutando contra o impossível". Eu digo "vamos tentar, puxa de um lado, puxa de um outro e, em um certo momento, tem quem apóie". Agora, há tanta gente de boa vontade que tem vontade mesmo de seguir os passos de gente que antes dizia que era louca, mas estamos chegando a um ponto em que a Amazônia é um valor maravilhoso, um diamante verde e precioso que devemos conservar e se eles dizem, especialmente os americanos, que não temos condições de conservá-la, é ambição, é ganância e não acreditamos nisso. Se houver uma política boa, muito boa vontade, temos condições.

Os estrangeiros podem nos ajudar, é claro e na nossa pobreza aceitamos. Ajudar é uma coisa, dominar e roubar é outra. Roubar as nossas riquezas para fazer depois milhões, tirar os nossos remédios da mata para revender para o Brasil a um preço absurdo, isso não aceitamos. Até que tenhamos a mata, há uma esperança porque temos um cofre que está cheio. Muitas pessoas dizem "os seringais estão todos desertos, não há mais ninguém". Mas, o seringal deserto é um garimpo. Amanhã, se houver uma forma de dar condições humanas ao seringueiro, vão se encher de novo os seringais atravessados por caminhos de asfalto, de turismo e tudo, mas com a mata em pé não há perigo, em uma mata bonita. Está aqui a esperança e digo sempre ao seringueiro "espero que um dia ele tenha a luz elétrica". Ele responde: "não dá". Com uma placa solar para cada seringueiro ele teria a luz elétrica em casa. Não é um sonho impossível e se ele tiver a luz em casa dirá "chegou o nosso tempo".

Nós também somos gente porque antigamente quando os seringueiros vinham na rua botavam a mão no bolso. Sabem por quê? Tinham medo de mostrar a mão que era preta quando ele defumava. Ele tinha medo e botava no bolso, significando com isso "não sou gente, sou um pobre analfabeto". Agora, que não se defumam mais, ele poderá dizer "eu também sou gente, sou uma pessoa que dever ser considerada". E, assim, tolerando os defeitos que ele tem – e se ele os tem nós temos muito mais – vamos compensar os defeitos de um e de outro com a bondade de um e de outro. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – O Senador Tião Viana abriu mão de fazer perguntas porque as fará em Plenário.

Passo a palavra ao Senador Moreira Mendes, de Rondônia.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, senhoras integrantes da Mesa, meu estimado colega Senador Tião Viana, a quem, inicialmente, dirijo minhas palavras, cumprimentando pela brilhante idéia de levar avante este debate, que é de extrema importância para nós que vivemos na Amazônia.

Na verdade, não tenho perguntas a fazer. Apenas quero fazer uma reflexão sobre o exemplo que traz para nós o Padre Paolino.

Padre Paolino, quero dizer que fico honrado e, de certa forma, até emocionado em me dirigir ao senhor que nas minhas veias corre sangue italiano. Meus avós são italianos. E, quando vejo essa sua força, aquilo que o senhor nos transmite, essa força de vontade, esse exemplo de vida, fico até emocionado. Entendo que, das suas palavras aqui, a grande reflexão, a grande lição que podemos tomar... Se eu penso que não erro ao afirmar que o senhor deve ter algo em torno de 70 ou 75 anos, porque, se na época da guerra, o senhor estava com vinte anos, tenho 53, com vinte, nasci depois da guerra, tenho impressão que o senhor deve ter uns 75 anos. Se o senhor, com essa idade...

O SR. HEITOR TURRINI – Desculpem-me, mas vou dizer eu, então. O Frei Paolino é exatamente

43 dias mais velho do que eu. Desde 12 anos vivemos juntos. Eu quis completar, com muito prazer, sua curiosidade indireta. Ele tem 73 anos e alguns meses. Eu tenho 73 anos e 43 dias menos que ele. (Risos.) Mas eu explico: durante a guerra, houve mobilização geral. De 15 anos para cima o Governo chamava para o exército. Portanto, eu já era soldado com 18 anos. Em tempo normal, não seria soldado. Se o senhor for ao cemitério militar dos alemães, encontrará soldados que morreram com 15 anos. Alemães eram soldados com 15 anos, como o soldado italiano, soldado fracassado...

O SR. MOREIRA MENDES – Muito bem. Mas o senhor, com essa idade, traz aqui o exemplo que nós todos devemos seguir. Nos gabinetes de Brasília, às vezes, procura-se o que fazer e como fazer com a nossa Amazônia, e o senhor, com toda a sua simplicidade, trouxe aqui, claramente, que é preciso ter determinação e vontade e, sobretudo, que é possível que nós todos que vivemos na Amazônia a recuperemos.

A outra grande lição que tiro das suas palavras, padre, é a de que as soluções para os problemas da Amazônia devem ser tiradas, sobretudo, das pessoas que vivem na Amazônia, que sentem seus problemas e sabem como resolvê-los. Isso não significa, absolutamente, que os técnicos não devem ter sua parcela, mas penso – e esta é a grande reflexão que tiro das suas palavras – que os assuntos da Amazônia devem ser tratados, resolvidos, equacionados pelos homens e mulheres que vivem lá.

Fico, realmente, muito feliz em estar aqui hoje, conversando, ouvindo suas palavras, que, para mim, são um ensinamento. Não sou da Amazônia, mas estou lá há quase 30 anos e espero chegar aos 40 ou 50 anos, para dar minha contribuição. E veja, padre, que fui uma pessoa que chegou à Amazônia com a mesma convicção com que o senhor chegou, de que não precisava mata, de que nós tínhamos que tirá-la e ocupar por meio de outras formas. E hoje penso exatamente como o senhor, cheguei à mesma conclusão de que é possível conviver com nossa floresta, com nossas riquezas, por meio de um trabalho nosso. E digo isso com muita tranqüilidade, porque mudei minha cabeça com relação a essa questão da Amazônia. Mas também não podemos – é a última reflexão – nos esquecer de que na Amazônia, além de todas as comunidades tradicionais, de todas as pessoas que encontramos lá, existem também milhões de brasileiros que acreditaram e que foram para lá. Portanto, é preciso uma solução que consiga contemplar todos os interesses de preservação e conservação das nossas riquezas naturais, mas sobretudo das populações tradicionais e também de todos aqueles que – como eu – acreditaram e para lá se dirigiram.

Para finalizar, Sr. Presidente, tirando das reflexões que o padre, com tanta sabedoria, colocou aqui com a sua simplicidade, tirar aqui as reflexões que possam ser transmitidas ao pessoal técnico no Ministério do Meio Ambiente, para aproveitá-las e encontrarmos finalmente o caminho que possa levar à solução dos problemas da Amazônia.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, quero apenas justificar a minha saída. V. Exª sabe que tenho uma reunião, e não gostaria de sair sem antes dar duas palavras aos Padres Paolino e Heitor.

Há algum tempo, me dei ao trabalho de pesquisar a repressão pelo mundo – e ela geralmente é aguda nos regimes ditatoriais – e encontrei uma história de um prelado do porto, Bispo Dom Antônio, que verberava sempre contra a ditadura, ora através de artigos e, aos domingos, quando exercia o seu papel de pastor, durante a missa.

Como era um crítico candente do regime ditatorial, recebeu a notícia – e V. Exªs devem conhecer o episódio – dizendo que como ele estava censurando o Governo iam cortar-lhe a língua e decepar-lhe os braços – a língua para que não falasse e os braços para que não continuasse escrevendo.

No domingo seguinte, após receber essa ameaça, ele foi para o púlpito e declarou que havia recebido a ameaça. Que lhe cortassem a língua, não importava, ele deixaria de falar; que lhe decepassem as mãos, tampouco, ele não escreveria mais, mas se lhe deixassem as pernas, ele continuaria seguindo para frente. Essa é a idéia que tive do Padre Paolino. Caminhando para frente, em uma região que ao lá chegar era inóspita, saindo moço de uma guerra para entrar em outra onde conserva essa idade madura. Essa idade madura que o nosso Senador Moreira Mendes se impressionou é porque talvez ele não quisesse revelar que quando a mocidade contribui, no seu caminho, para a alegria do seu namoro, só na idade madura ele adquiri a consciência de transmitir aos seus o que é a maturidade. É nela, na idade madura. Essa maturidade está aqui bem definida.

Se pudesse lhe dizer que considero os dois – apesar da diferença de idade – simples garotos na idade da maturidade. Quando aqui cheguei e antes de sair – por isso pedi a palavra pela ordem ao eminente Senador Gilberto Mestrinho –, quero lhes dizer que a minha presença seria absolutamente dispensável, não só porque o Senador representa o Amazonas,

mas os dois companheiros do Acre – que tanto tem aqui desenvolvido sua atuação –, nossa Senadora Marina Silva e o nosso Senador Tião Viana, falaram muito do Padre Paolino e do Padre Heitor.

A minha ausência, portanto, agora, justifica-se, porque não tenho mais como continuar. Mas, na ausência sintam a presença da minha homenagem, do meu respeito pela luta que venho mantendo e que nem sempre é reconhecida e muito menos proclamada.

Quero dizer, Senador Gilberto Mestrinho, que quando V. Exª, em nome do Amazonas, nem precisava fazer, fizer a sua intervenção, estará também fazendo em meu nome.

Peço permissão para me retirar à vista dessa circunstância.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, Srs.Senadores, Frei Paolino, Srªs Representantes do Ministério, preliminarmente, cumprimento Frei Paolino, como já disse o Senador Mendes, pela aula de como se recuperar aquilo que parece perdido ao longo do tempo e até pela história de pirataria à época, explicada pelo senhor com muita simpatia, com muita alma e muito coração.

Não sei se Mussolini merece algumas orações, mas as faria porque, como cristão, todos devemos rezar pelas almas boas ou más. Cristo perdoa sempre. Talvez, a grande virtude de Mussolini foi a de permitir que Frei Paolino aqui viesse parar. Com sua juventude, sua coragem, deixou a farda do exército italiano e vestiu a farda do exército de Cristo e aqui veio pregar a religião, a sinceridade, a honestidade e a proteção àqueles que da terra tiram o seu sustento.

As mãos negras dos garimpeiros e seringueiros nos são trazidas nas histórias permanentemente contada em discursos emotivos e muito fortes da Senadora Marina Silva nesses cinco anos em que convivemos com sua presença marcante e corajosa. Acreditamos que as notas taquigráficas da história que o senhor trouxe – história com "h", faço questão que isso seja consignado – nos orientará na busca de algumas decisões que possam manter vivo o seu trabalho com muito mais força e menos sacrifício de pessoas como o senhor e daqueles com que o senhor, com tanto carinho, soube comanda na sua resistência aos que com as ameaças tentavam silenciá-lo.

Esse debate que aqui se desenvolve, por meio de requerimento do Senador Tião Viana, tem uma importância vital numa hora crítica para a nacionalidade, principalmente quando o Senador Gilberto Mestrinho, um profundo conhecedor de tudo quanto diga a respeito à Amazônia – e aqui tem dado aula para ministros, para pessoas que venham como conhecedores literários da Amazônia –, dá as explicações de caminhadas.

Certo dia, durante uma vista ao Projeto Calha Norte, tive a oportunidade de ser seu companheiro de quarto e perguntei se ele não se incomodava de ter um paulista dormindo ao seu lado. S. Exª respondeu-me; "Não se preocupe, sou índio". Portanto, é uma pessoa que lá nasceu, viveu e que continua trabalhando pela Amazônia.

Conheço o Acre, o visitei em momentos difíceis, estive em Xapuri, em Basiléia, estive em vários lugares, na época em que chefiava a Polícia Federal. Em Basiléia, descendo de um avião apreendido de traficantes, e o piloto também tinha sido preso anteriormente como traficante, quase que caímos na pista difícil de Basiléia. O Delegado me acompanhava, e toda vez que uma pessoa, com muita simpatia, me cumprimentava, ele dizia, assim: "Cuidado, esse mexe com a coisa!" Eu dizia: está bem. No quinto, eu disse que me apresentasse quem não mexesse com a coisa. Então, eu penso que só no seringal, na mata, só aqueles trabalhadores honestos que lutavam para sobreviver não mexiam com a coisa, que era o tráfico de drogas pela fronteira com a Bolívia. Então, nós tivemos algum conhecimento, ainda que superficial. Passamos a admirar o Acre.

E quando vem essa história das apurações da CPI de que o crime organizado lá tem sua presença marcante, nós nos revoltamos. Não podemos de apoiar o Governador, que tem a coragem de enfrentar toda essa gama de violência, de organização criminosa que tenta subjugá-lo, tentando desonrá-lo na sua gestão como Governador. É obrigação nossa dar-lhe esse apoio não por intermédio do Senador Tião Viana, que tem o seu valor, mas diretamente a S. Exª, que tem tido a hombridade de enfrentar, talvez, como o senhor, padre, as ameaças que não param num Estado em que o crime, às vezes, tem mais força do que a própria organização governamental. Estamos aprendendo essas lições aos poucos, talvez um pouco mais velhos, mas dizem que a gente só aprende com a maturidade.

Quando visitamos Cuba, tivemos vários contatos com o comandante Fidel. O Presidente eleito Fernando Collor de Mello ia assumir a Presidência, e Sua Excelência manifestou a mim e ao Ministro da Saúde, Seigo Tsuzuki, o desejo de comparecer à posse. Claro que nós íamos transmitir

ao Presidente José Sarney, que era um estadista, uma pessoa reconhecidamente amante da unidade do continente sul-americano. Tínhamos certeza de que esse convite seria feito.

Sua Excelência disse-me: "V. Exª conhece o Presidente Fernando Collor de Mello?" Eu respondi: conheço; fui até convidado para continuar na Polícia Federal". Sua Excelência disse: "Então, leva um recado a Sua Excelência." Eu disse: se não for ofensivo... Sua Excelência, disse: "Não. Diz a Sua Excelência que o jovem precisa e deve se cercar do conselho dos mais velhos, porque se eu, à época em que assumi o comando de Cuba, tivesse a idade que hoje tenho, talvez não tivesse praticado um monte de besteiras que fiz durante o início da minha gestão".

Então, aí está a maturidade do senhor. O exemplo que o senhor traz do seu trabalho, da sua força em 53 anos de Brasil. O Frei Heitor nos dá tranqüilamente esse exemplo.

Quanto à castanha – só para ilustrar um pouco –, gostaria de dizer que eu estava lendo um artigo médico que diz que comer castanha de vez em quando faz bem à saúde porque combate os radicais livres. O senhor, como médico, sabe que previne o infarto e as doenças cardíacas. Então, dizer que dá câncer é mentira. Ela dá é a saúde cardíaca, que é o comando do corpo.

Agora, para o nosso Ministério, gostaria de fazer uma pergunta bastante simples e prática. Eu tive várias vezes na Amazônia. E, na penúltima vez ,que lá estivemos, visitamos alguns pelotões e batalhões de fronteira, onde biólogos, farmacêuticos e médicos têm selecionado algumas plantas medicinais da Amazônia. Foram coletados mais de 1000 tipos de ervas medicamentosas. Eles tinham uma grande dificuldade e pediam encarecidamente que houvesse investimento para transformar essas plantas medicinais em produtos farmacêuticos que pudessem ser vendidos beneficiar as comunidades que vivem na Amazônia.

Eu pergunto: com a instalação do Sivam, com a presença de várias autoridades na região, o Ministério tem algum projeto no sentido de que essa exploração seja feita de forma a obter investimentos sérios, não apenas de pesquisa científica, mas a fim de que os benefícios financeiros deles advindos possam ser revertidos às comunidades que lá vivem, segundo o Padre aqui mencionou.

Obrigado, Sr. Presidente e demais senhores, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Com a palavra a Srª Mary Allegret.

A SRA. MARY ALLEGRET – Srs. Senadores, Srª Senadora, gostaria de reafirmar o que disse o Ministro José Sarney Filho em relação ao Programa de Biologia Molecular pelo qual é responsável a Secretaria de Coordenação da Amazônia. É uma iniciativa extremamente importante. Talvez seja o primeiro programa governamental orientado para estabelecer bases para contratos de bioprospecção que permitam a utilização da biodiversidade com fins econômicos e sociais.

O programa envolve a construção de um Centro de Biotecnologia da Amazônia, em Manaus, e é inteiramente custeado com recursos do Orçamento da União, ou seja, é um programa nacional, envolvendo a construção desse centro de biotecnologia, que é o centro de uma rede de laboratórios que já existem e de outros que serão construídos. O objetivo desse centro não é o de realizar pesquisas, mas estabelecer o elo entre a pesquisa já existente e o mercado. É esse o foco do programa. Não se trata de um programa que vai aumentar, neste momento, o conhecimento, pois já existe um conhecimento acumulado, suficiente, tanto na área de fármacos quanto na de produtos potenciais alimentares. Todos os que foram aqui mencionados possuem essas potencialidades tanto na área curativa quanto na alimentar.

O centro é a primeira iniciativa. Os recursos já foram alocados, mas existem alguns problemas operacionais, inclusive um que está pendente aqui no Senado Federal, que é uma mudança de rubrica no recurso do programa, pois não está em rubrica de investimento. Por essa razão, o Centro de Biotecnologia ainda não iniciou a obra, apesar da licitação já estar pronta. Mas são problemas que serão superados; estão sendo superados. O importante é que, quando o Ministro José Sarney Filho assumiu o cargo, o programa era – e ainda é – pouco conhecido. Esperamos trabalhar e discutir mais especificamente o programa, tanto aqui no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados. É importante que seja melhor conhecido. Assim, há um limite no momento.

A legislação que regula o acesso aos recursos genéticos e o reconhecimento do conhecimento associado às plantas e aos microorganismos, que é um projeto de origem da Senadora Marina Silva, ainda não foi aprovada. Ainda não existe, pois, uma base legal que permita que os contratos de bioprospecção sejam feitos fora da ilegalidade. Por essa razão, atualmente a biopirataria é a maior ameaça à Amazônia. A legalização é fundamental. É

um requisito fundamental a fim de que a biotecnologia, a indústria biotecnológica, possa se desenvolver no País.

Em função disso, o Ministro José Sarney Filho tomou a iniciativa, juntamente com o Ministro da Ciência e Tecnologia, de criar uma portaria interministerial que permita que esse vácuo legal seja temporariamente coberto pela criação de uma Comissão que analise os pedidos, tanto de pesquisa quanto de processamento de recursos da biotecnologia ou da biodiversidade. Resolvida a questão legal, acredito que teremos as bases jurídicas, econômicas e o quadro político apropriado para fazer com que a biotecnologia e o uso sustentável da biodiversidade sejam efetivamente desenvolvidos no País.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão. Esta Comissão teria que tomar como decisão apoiar inteiramente e buscar a solução da legalidade e aprovação do projeto da Senadora Marina Silva, que, praticamente, foi aprovado por unanimidade. Também, quando possível, poderíamos fazer uma viagem de visita aos institutos da Amazônia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – A contribuição do Senador Romeu Tuma é de grande importância para a Comissão. Agradeço também à Drª Mary Alegret, pela clareza com que expõe o assunto, que é vital para a visão de soberania que o Governo brasileiro deve ter.

Regimentalmente, os Senadores têm direito a falar antes dos Srs. Deputados, mas a Senadora Marina Silva, última senadora inscrita, cede a sua inscrição, inicialmente, ao Deputado Nilson Mourão, e, posteriormente, ao Deputado Márcio Bittar. Depois a Senadora Marina Silva fala, seguida pelo Deputado Sérgio Barros, e passamos para os senhores não-parlamentares, que são dois inscritos.

Pediria objetividade, em função do tempo. O Padre Paolino está enfermo. Ontem, passou a noite inteira febril e em atendimento médico, mas está aqui agüentando esse debate de grande importância.

Com a palavra o Deputado Federal Nilson Mourão, do Partido dos Trabalhadores do Acre.

O SR. NILSON MOURÃO – Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Presidente da Mesa, Senador Tião Viana, autor dessa importante iniciativa; as assessoras do Ministro; Frei Paolino; Frei Heitor; demais Senadores; colegas Deputados Estaduais e outras autoridades aqui presentes nesta reunião.

Em primeiro lugar, cumprimento aqui Frei Paolino pela sua legenda, pela sua história, ele que teve um episódio, no início da sua juventude, com relação à questão militar na Itália. E já que não conseguiu ser soldado lá, pode-se considerar, no Brasil e no Acre, um soldado da borracha, um soldado da Amazônia, talvez com patentes ainda maiores. Sua história engrandece a todos nós.

Gostaria, com brevidade, de fazer duas perguntas ao Ministro Sarney – e gostaria de ser atendido pela Drª Mary Alegret e pela Drª Marília – que dizem respeito ao momento atual em que vivemos e às reservas extrativistas. Temos já conhecimento de várias solicitações e processos relativos às reservas extrativistas. Sou acreano, mas sou filho de Tarauacá, e gostaria de ver a reserva extrativista do Alto Tarauacá ser concretizada no tempo mais breve possível. A população está pedindo, o prefeito do Município acha importante essa iniciativa, e não consigo visualizar as razões que não levaram ainda à definição e à concretização da reserva extrativista de Tarauacá.

Também pergunto sobre a reserva de Tucuruí, que é uma questão fundamental que o Governo Federal discutirá nos próximos dias. O Governo adiou a decisão, mas não está fora da agenda a privatização de Tucuruí. Podemos ver um processo como esse, já praticamente na sua fase final, com todas as condições de ser transformado em reserva extrativista, e esse processo não se conclui. Temos as demais reservas que foram citadas.

Por último, gostaria de enfatizar a importância de se agilizar os R$11 milhões destinados à Amazônia Solidária, para a compra da safra deste ano da borracha e da castanha, particularmente fundamental no Acre, além dos demais programas que o Governo Federal tem para a Amazônia.

Era o que tinha a dizer, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Com a palavra a Drª Mary Alegret e a Drª Marília, que deverá complementar.

A DRA. MARY ALEGRET – Em primeiro lugar, gostaria de falar que essa menção à criação de novas reservas extrativistas é uma oportunidade para fazer um comentário.

Nos últimos anos, o processo de criação de reservas extrativistas passou a ficar muito burocratizado e entendido muito mais como uma unidade de conservação do que como uma área de benefício social. Em função disso, o Ministro determinou uma mudança nos procedimentos, que inclusive a Presidente do Ibama já formalizou, de que a reserva extrativista seja considerada ao mesmo tempo uma área de proteção e uma unidade de

reforma agrária. Então, esses obstáculos estavam dificultando muito esse processo de criação – há uma lista de mais de 20 reservas para serem criadas –, estava havendo esse impedimento burocrático, mas isso já foi superado.

Mas há um outro aspecto a ser considerado, e nesse aspecto Tarauacá é uma dessas áreas que estão em processo de preparação para a criação e que certamente vão ter uma agilidade maior em função da mudança da regra burocrática que aconteceu acho que não faz nem um mês.

Mas há ainda um outro aspecto na criação das reservas, Deputado, que é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Peço licença à Drª Mary Alegret apenas para, em dever regimental, agradecer, com muita honra, a presença do Embaixador do Suriname, Embaixador Rupert Cristopher, neste seminário.

Muito obrigado, Sr. Embaixador.

Continua com a palavra a Drª Mary Alegret.

A SRA. MARY ALEGRET – Existe um outro aspecto importante para ser analisado que é o fato de que vários Estados não concordam com a criação de reservas extrativistas. Em função disso, o Ministro tem sido bastante cuidadoso e adotado uma postura bastante correta, na minha avaliação. O Ministro tem procurado o diálogo com os Governadores, com os Parlamentares, nos casos onde existem várias propostas de criação de reservas prontas mas não existe o apoio no âmbito estadual para que sejam criadas. Isso está acontecendo em vários Estados. As comunidades demandam a criação das reservas ao Ministério, o processo burocrático se completa, mas os Estados não concordam.

No passado, algumas áreas foram criadas independente da aprovação dos Estados. Mas essa não é a orientação do Ministro Sarney Filho, porque ele sabe que, se os Estados não forem consultados, as reservas também não terão o apoio dos Estados na implementação, dependem também de recursos dos Estados, nas áreas da saúde e educação, para serem implementadas.

Então, existem várias reservas nessa situação, nos Estados de Rondônia, do Amazonas, do Pará. E eu gostaria inclusive de esclarecer que em muitos casos tem sido definida a criação de reservas extrativistas como uma intervenção do Governo Federal. É o caso, por exemplo, de Tucuruí. Estou no meio de um processo de discussão intensa em Tucuruí e inclusive o Ministério tem sido chamado como um ministério que está fazendo uma intervenção de âmbito estadual, propondo a criação da reserva de Tucuruí.

Portanto, o caso de Tucuruí é um caso complexo, porque a proposta de criação da reserva extrativista no Lago de Tucuruí envolve mais oito municípios, envolve um conjunto de atividades econômicas de grande complexidade no entorno do Lago, uma usina hidroelétrica, uma área de segurança nacional, uma área onde existe uma atividade de pesca relevante, importante, e, em função disso, tenho pessoalmente conduzido todas as discussões para a criação dessas reservas extrativistas lá em Tucuruí, ouvindo todas as partes: as prefeituras, os pescadores artesanais, a Associação dos Pescadores Profissionais, as lideranças e as comunidades extrativistas. Já tivemos três grandes reuniões em Tucuruí, a última foi nesse final de semana passado, e nós do Ministério do Meio Ambiente já elaboramos e apresentamos, agora na semana passada, uma proposta que concilia a criação de uma área de proteção ambiental em torno do Lago de Tucuruí e uma reserva extrativista dentro e nos limites da APA, contemplando tanto os direitos e as reivindicações das comunidades de pesca que ali existem quanto a necessidade de um macrozoneamento do Lago de Tucuruí.

Essa é uma questão sobre a qual tenho completa segurança no encaminhamento, venho discutindo com todas as partes e acho que a reserva extrativista assumir a responsabilidade do gerenciamento do Lago de Tucuruí inteiro é uma proposta incompatível com a complexidade daquela área. Portanto estamos apresentando uma alternativa negociada. Quem apresenta a proposta de criação da área de proteção ambiental é o Governo do Estado do Pará e já me reuni com o Governador, com o Vice-Governador e com os Secretários várias vezes para combinar uma solução que tanto é boa para a comunidade dos extrativistas, quanto para os complexos problemas de gerenciamento ambiental do Lago e do seu entorno.

Por último, sendo mais rápida, em relação aos R$11 milhões do Amazônia Solidária, queremos, inclusive, agradecer o esforço do Senador e da Senadora no sentido de aprovar esse crédito. Fizemos recentemente uma avaliação de como foram aplicados os recursos no ano passado. Agora existe um consenso sobre como serão aplicados; só estamos esperando que esses recursos cheguem ao Ministério. É uma questão de tramitação rápida.

Toda a preparação para a aplicação dos recursos, inclusive para a compra da borracha já está

planejada e assegurada, só esperando que esses recursos sejam internalizados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – A Drª Marília Cerqueira sente-se contemplada com a resposta da Drª Mary Alegret e ...

A SRA. MARINA SILVA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Pois não, Senadora.

A SRA. MARINA SILVA – Sugiro, se for possível e se estiverem de acordo os Srs. Deputados, que se façam as perguntas em blocos para que os nossos expositores possam se manifestar em relação a todas elas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Acatada a questão de ordem da Senadora Marina.

Com a palavra agora o Deputado Márcio Bittar, depois a Senadora Marina; no final, as respostas da mesa.

Márcio Bittar é Deputado Federal pelo PPS, representando o Estado do Acre.

O SR. MÁRCIO BITTAR – Com muito prazer.

Senador Tião Viana, em primeiro lugar, quero parabenizar esta Comissão e dizer o quão oportuno entendo ser a sua iniciativa. O tema é de tal importância que confesso até um certo nervosismo ao participar de um debate como este, talvez até pela presença de pessoas tão importantes e tão conhecidas e reconhecidas em nível nacional e internacional nessa luta que podemos resumir numa tentativa de fazer com que o mundo se desenvolva de forma sustentável.

Poderia começar, colocando as minhas idéias em ordem, tentando enaltecer também a figura do Padre Paolino, que conheço, o qual milita no município que me adotou como filho, Sena Madureira, dizendo quão verdadeiro é o relato que ele faz. Conheço um pouco aquilo que ele conhece muito: Rio Macauã, Rio Iacó.

Poderia também, por que não dizer, enaltecer esta mulher que tem o direito de possuir divergências, mas, com certeza absoluta, tenho o prazer de havê-la como representante do Estado do Acre, a qual admiro por sua coragem, que é a Senadora Marina Silva, até porque, nesta época, já se tornou charmoso, bonito e fácil defender essa questão, mas a Senadora sabe o quanto foi difícil e doloroso, no passado, essa defesa, que teve forte repercussão negativa no Estado, até de forma institucional. Não sei o quanto isso ajudaria a responder aquela pergunta.

Estou tentando assenhorar-me do assunto de forma mais limpa possível e despreconceituosa. Parece-me que é uma questão mundial. Se o Ministro estivesse aqui, gostaria de acrescentar que numa daquelas tentativas que ele nominou, existe uma forma de intervenção chamada criação de protetorados. Na revista **Poder** há um artigo enorme, do Professor José Walter Bautista Vidal, falando um pouco sobre isto: o novo colonialismo.

O certo é que países ricos, não apenas os Estados Unidos, mas também a Alemanha, Itália, França e alguns outros, já conseguiram codificar o mundo. Eles sabem que os seus recursos, energias naturais, os seus potenciais naturais ou acabaram ou estão em vias de acabar, como é o caso da energia vinda do petróleo, do carvão mineral, que, além de tudo, têm data para acabar, sendo esgotáveis e poluentes. Com essa constatação, passam os olhos para o terreno alheio, e, nesse terreno alheio, está o Brasil, com o seu Pantanal, com a nossa Amazônia.

Penso que às vezes, numa reunião como essa, parece que todo mundo afina para um mesmo caminho, inclusive pessoas de partido diferente, pessoas que ocupam posição no Governo. E aí fica uma pergunta: por que não é equacionada? Afinal de contas, há quase 30 anos, estamos na terceira década, em que muitos dos termos usados e das opiniões e até das sugestões não são mais novas com a mecanização do solo já degradado e outros tantos. E por que é que não se chega à prática de começar a equacionar a questão, no caso da Amazônia?

Não estou aqui para fazer uma crítica ao Governo ou coisa parecida, mas, para mim, é claro que o modelo econômico atual no mundo é calçado em três pilares. Primeiro, elege a questão financeira, econômica, monetária como o Deus supremo, onde uma moeda hoje nem mesmo é papel, é uma coisa digital, volátil, que se transfere de um canto para o outro e que consegue barrar em valor aquilo que temos de riqueza, que é a natureza, que são os nossos produtos, que são as nossas reservas. Calca-se na política neoliberal e no consenso de **Washington**. E para mim é claro que o nosso Governo, pelo menos até o momento, tem essa opção, de se acoplar a essa política internacional, de seguir esses passos, de onde só posso concluir que toda a boa vontade, toda a capacidade, toda a inteligência de pessoas indiscutivelmente vinculadas a essa questão e não conseguimos dar passos mais concretos nessa direção.

É bom ressaltar, se é verdade, como é verdade o que o Padre Paolino relata aqui, o que Marina já vem relatando há muito tempo, e, como disse,

conheço um pouco, mas o Padre Paolino conhece muito mais. Mas também é verdade que hoje há colocações e mais colocações no caso do Acre, que estão desocupadas, e que já não há mais fazendeiros a expulsar. Há colocações e mais colocações nos seringais que estão abandonadas. No rio Macauã, no rio laque e assim por diante. Quer dizer, há uma questão concreta. Como produzir, como escoar, onde obter mercado para consumir os produtos da região Amazônia? Esse é um problema não equacionado, não encaminhado. E aí, Senador Tião Viana, questões como, por exemplo: lembro-me de participar, com muito prazer, no começo deste ano, de uma reunião, já com algumas pessoas do Ministério do Meio Ambiente, onde colocamos algumas questões que não víamos, pelo menos a concretude, a não ser que tenha interpretado de forma equivocada, mas me pareceu que havia um consenso, que nessa questão da Amazônia era necessário se criar quase que como um grupo interministerial para discutir de forma ampla com todos os ministérios afetos a essa área uma solução que pudesse ser encaminhada. Não sei como está isso.

Por exemplo, outra questão, Padre Paolino, que vem aqui emprestar, e, na verdade, Padre Paolino, quando o senhor fala que estava numa sala de grandes, eu lhe digo que muito maior é o senhor, que tem o poder de falar e ser escutado, o que talvez a Bancada do Acre, com exceção da Senadora Marina Silva, não tenha. Isso é motivo de orgulho para nós e sinal do trabalho que o senhor tem feito no Acre nesse tempo todo. De qualquer forma, quando parece que tudo caminha para um consenso nacional, o Orçamento do ano que vem para a região Norte, na proposta do Governo Federal, coloca a região Norte como a última região do País. De repente, sem que nós possamos discutir, está-se propondo a privatização da Eletronorte. Inclusive, na sexta-feira, no grande expediente, estarei falando sobre a questão. Quer dizer, isso não é a política neoliberal? A saída, a ausência do Estado como um mantenedor de uma política desenvolvimentista? Penso que sim. Então, Senador Tião Viana, na verdade, não tenho uma pergunta objetiva. Quero comungar da preocupação. Quero, inclusive, lamentar não por que as pessoas que o estão representando não tenham capacidade – elas a têm; eu as conheço pelo menos um pouco e sei que o Ministro não se nega a isso. Quanto mais o Ministro puder vir aqui para debater conosco, melhor será, já que, além de ser capaz, é um Deputado Federal, representante do povo neste Parlamento e representante legítimo do Governo no papel que desempenha no Executivo.

Senador, parece-me que, enquanto a Nação, sem radicalismo, sem histerismo, sem achar que amanhã haverá intervenção... O protetorado, ao qual me referia e sobre o qual lia nessa semana, diz mais ou menos que, dificilmente, organismos internacionais, representantes que são do poderio econômico internacional – esse sobre o qual acabei de falar –, irão bancar uma atividade no Brasil ou na Amazônia em que não estejam estabelecidos critérios que, com certeza, atendam aos interesses deles, muito mais do que aos nossos.

Estou tentando não passar um visão nacionalista boba. Mas penso, Senador Tião Viana, que V. Exª está de parabéns pela iniciativa. Procurei vir aqui desde o primeiro momento para escutar o que aqui é dito e para tentar contribuir.

Parece-me que o nosso árduo trabalho é o de conseguir criar uma consciência do que está acontecendo no Globo, de qual o nosso papel, para podermos estabelecer – e é algo corajoso, que talvez não seja alcançado amanhã – com o mundo uma relação igualitária. Devemos entender que não vamos preservar o Acre ou a Amazônia apenas para irmos ao encontro dos interesses daquele Estado ou daquela região; vamos preservá-los para o mundo. Mas qual é a troca que haveremos de ter nesse mundo? Até o momento, infelizmente, a troca é extremamente desumana. O Padre Paolino conhece muito bem isso e sabe que o que vemos na Amazônia e, em especial, no Acre é algo que nos enche de tristeza.

Eu o parabenizo! Apenas gostaria de deixar um pedido. Tenho uma emenda constitucional. Discordo, por exemplo, do que o Deputado Nilson Mourão falou em relação à criação de uma nova reserva extrativista no Município de Itaraocá. Não entro no mérito da reserva em si, mas tenho uma emenda que propõe – inclusive, baseado nessas preocupações – que o Estado, o Executivo, o Legislativo e as Prefeituras, legitimamente eleitas, participem de um colégio para discutir a criação ou não de unidades de conservação, a fim de que possa haver um chamamento maior para o debate, um envolvimento, a fim de que não aconteça, conseqüentemente, o que ocorre em algumas unidades de conservação, que é atestado pela WWF e pelo Banco Mundial como um dos problemas ali existentes: é detectada a ausência dos poderes públicos municipais e estaduais.

Já pedi à assessora do Ministro que marcasse uma audiência para conversarmos um pouco sobre

isso e gostaria, quem sabe, de contar com o apoio do Ministério nessa matéria.

Mais uma vez, Senador, parabéns! Termino dizendo que esse tipo de iniciativa que V. Exª tomou no dia de hoje é o que, para mim, dignifica e orgulha a ação da Bancada acreana. V. Exª, fazendo isso, evidentemente está ajudando a dignificar não apenas o vosso nome, mas o de nossa Bancada como um todo. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Agradeço ao Deputado Márcio Bittar.

As respostas serão dadas. A Drª Marília tem interesse em fazer comentários ao final. Há mais três oradores inscritos. Em primeiro lugar, falará a Senadora Marina Silva; depois, falará o Deputado Sérgio Barros, e, em seguida, o Sr. Roosevelt usará da palavra.

Solicito aos senhores muita objetividade nas suas colocações, em função da situação de enfermidade do Padre Paolino, que, durante toda a noite, sentiu-se mal e que, com certeza, ainda está um pouco abatido. Mas estamos todos interessados nos depoimentos e nas manifestações que vão ocorrer agora.

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Primeiramente, quero lamentar por estar participando já na fase da objetividade. Infelizmente, hoje tivemos uma votação no Congresso Nacional que reputo da maior importância: era a indicação para o Superior Tribunal Militar de uma pessoa com a qual temos discordância, em função dos episódios ocorridos quando da invasão da Siderúrgica Nacional, que resultaram no assassinato de três operários. Lamentavelmente, essa pessoa agora foi premiada com o cargo de juiz do Superior Tribunal Militar. Aproveito para pedir desculpas e justificar o meu atraso, pois a discussão rolou durante muito tempo.

Gostaria também de parabenizar o Senador Tião Viana pela iniciativa deste seminário, tão importante para a Comissão de Relações Exteriores e para o Congresso Nacional, e dizer que este é apenas o início, teremos o desdobramento dessa atividade em outras oportunidades.

É essencial tratarmos da Amazônica neste momento em que estamos vivendo a ameaça e a oportunidade dessa ameaça. E gostaria de dizer que a presença de pessoas como o Padre Heitor e o Padre Paolino dentro desta Casa, perante os Srs. Senadores e Deputados, é, digamos assim, um pouco como se estivéssemos colocando os nossos pés debaixo de uma pilastra. De vez em quando, para falarmos algumas coisas, precisamos ter algum tipo de densidade, e essa densidade é claro que não encontramos na palavra fria do discurso, não encontramos na letra fria das leis, encontramos no exemplo concreto da vida de pessoas que tiveram a grandeza de renunciar a si mesmas em função de objetivos que edificam a todos, e identifico na figura dos dois queridos padres esse tipo de postura, o que me motiva muito.

Para nós, da Bancada do Estado do Acre, que estamos aqui, é motivo de orgulho também porque durante vinte anos fincamos a esperança de que era possível reverter esse discurso que dizia que o Padre Paolino era atrasado, era contra o progresso, o desenvolvimento; conseguimos a chance de provar que atrasado é destruir aquele patrimônio fantástico que temos de floresta, de caça, de microorganismos, de biodiversidade, em troca de muitas vezes colocar capim para criar apenas micuim; atrasada é a visão que não compreende que os seringueiros, os índios têm uma contribuição a oferecer à nossa cultura, à nossa ciência, enfim, tudo isso que a Amazônia, pela sua diversidade biológica e pela sua diversidade cultural, é capaz de nos oferecer.

Fico muito feliz e orgulhosa de saber que temos esses guardiões, no bom sentido, desse nosso patrimônio, que identifico na figura dessas pessoas, assim como na de Chico Mendes e de vários outros que devem existir na Amazônia.

Queria fazer apenas uma pergunta, que pode ser, digamos assim, respondida inicialmente pela Drª Mary Alegret, sobre algumas iniciativas que temos na Amazônia. Por exemplo, foi criado há mais ou menos três anos, por sugestão do, na época prefeito, Jorge Viana, pelo Governador de Estado do Amapá e por mim própria – assim que cheguei ao Congresso Nacional tomei essa iniciativa –, uma linha de crédito especial para os extrativistas. Levamos essa sugestão ao Governo Federal, por meio do Banco da Amazônia, e ela hoje está em andamento – é esse **folder** que os senhores têm em mãos –, é o Prodex. Gostaria de saber qual está sendo a contribuição dessa linha de crédito junto às populações extrativistas e qual a repercussão – se o Ministério ou o próprio Ibama já tiverem esse dado – em relação à preservação do meio ambiente?

Uma outra questão que faço refere-se à lei do subsídio da borracha. Num esforço muito grande, mobilizamos o Congresso Nacional, numa sessão especial, só para aprovar aquele subsídio da borracha, numa época em que essa palavra soava como um palavrão. Além da presença dos seringueiros, que se

mobilizaram para vir a Brasília e foram o motivo da vitória desse pleito, contamos com a audiência que o Padre Paolino teve com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, junto com o Padre Heitor, quando disseram da importância de se aprovar aquela proposta para que os seringueiros não morressem de fome. Foi aprovado o subsídio de R$0,90 e hoje foram identificados problemas na liberação desses recursos porque só os empresários ligados ao cultivo é que tiveram acesso aos recursos. Infelizmente, os seringueiros que se mobilizaram, que são a causa da criação deste subsídio, sob a argumentação de que seriam investimentos na área ambiental, não foram beneficiados.

Hoje apresentamos uma proposta, o meu gabinete e o Governo do Acre, para que estes recursos não fiquem mais no Ministério da Agricultura, mas que a parte referente aos seringueiros fique no Ministério do Meio Ambiente, porque o Ministério da Agricultura cuida do cultivo e do meio ambiente cuida o Ministério do Meio Ambiente com maior sensibilidade para com os seringueiros, portanto, com menos burocracia.

Outra pergunta que faço é sobre ao Programa Amazônia Solidária. Hoje apresentamos aqui na Comissão de Assuntos Sociais uma emenda no valor de R$11 milhões para viabilizar o programa para o ano 2000, mas, infelizmente, não conseguimos persuadir o conjunto dos parlamentares e esta emenda ficou em terceiro lugar, não foi aprovada.

A saída que encontramos foi fazer com que o recurso, que é para toda a Amazônia, para as três regiões, ou seja, uma parte do Maranhão, uma parte do Centro-Oeste e todos os nove Estados da Amazônia, teve que sair da quota-parte do Governo do Acre, por compreendermos que esta proposta é muito importante. A pergunta que faço é com relação à possibilidade de este programa ser efetivado como um programa e que possa começar no ano com orçamento e ter continuidade, porque a repercussão é muito interessante.

Devo aqui fazer um registro. Conheço o empenho da Drª Mary Allegret na viabilização desta proposta e inclusive ela nos ajudou a formular, na época, em 1996, a proposta; mas, infelizmente, não contamos com o apoio e nem a sensibilidade da área econômica do Governo. Então, quando vejo o relato dramático do padre Paolino, ao mesmo tempo acompanhado do seu sonho e sua esperança, sinto que tudo é ameaça, mas que há também muitas oportunidades. Talvez se formos capazes de transformar essas oportunidades em programas concretos possamos evitar que um padre de 73 anos e pesando pouco mais de quarenta quilos tenha que enfrentar uma realidade tão dura e crua com poucos recursos, quando institucionalmente hoje podemos dar essas respostas.

Hoje temos a ação do Governo do Acre tentando fazer com que esses programas se encontrem com os programas do Governo Federal, mas tenho absoluta certeza de que se não transformarmos as experiências pontuais, que já estão acontecendo no Acre e no Estado do Amapá, em políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia podemos estar, mais uma vez, fadados ao fracasso por ficarmos apenas nas experiências pontuais.

Para concluir, quero perguntar também sobre o projeto de lei que está tramitando com relação ao da biodiversidade, a Drª Mary já se pronunciou favorável a ele, e queria saber com relação à reserva que cria um fundo de apoio aos Estados e Municípios que tenham áreas de preservação ambiental, reservas extrativistas e reservas indígenas demarcadas.

Considero este projeto muito importante, porque viabilizará recursos a fundo perdido para atividades de desenvolvimento sustentável. O projeto já foi aprovado, por unanimidade, nas comissões de mérito e gostaria de contar com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, podendo fazer com que meio ambiente ande associado a desenvolvimento, porque nos acusam de só defender a preservação por si só, mas defendemos a preservação dentro de um critério socioambiental que coloca dentro dessa discussão a questão da sustentabilidade ,da justiça social e da preservação do meio ambiente.

Parabenizo mais uma vez o Senador Tião Viana, fico feliz de estar aqui com os nossos inspiradores e ao mesmo tempo fiscalizadores desse sonho que é termos uma Amazônia justa e sustentável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Agradeço de maneira muito sincera à Senadora Marina Silva pela contribuição que traz ao Seminário. Teremos ainda momentos muito interessantes com a presença de Ministros de Estado. Quero dizer que, para nós da Amazônia, o Padre Paolino e o Padre Heitor se constituem na pedra fundamental desta causa tão bela, que é a causa do desenvolvimento sustentável, da valorização, do desenvolvimento humano equilibrado com a natureza e com o meio ambiente. A Senadora Marina Silva tem sido no Congresso Nacional legítima representante do povo amazônico, um verdadeiro anjo da guarda das populações

tradicionais da Amazônia. Eu diria que, se eles foram a pedra fundamental daquela Região, ela é o portal da Amazônia para as populações urbanas.

Temos mais dois oradores inscritos, que são o Deputado Federal pelo PSDB do Acre, Sérgio Barros e depois o Presidente do Instituto Político e Estratégico, Dr. Roosevelt Santana.

Concedo a palavra ao Dr. Sérgio Barros, lembrando a necessidade da objetividade. Devemos ser breves, sobretudo pelo estado de saúde do Padre Paolino.

O SR. SÉRGIO BARROS – Sr. Presidente, tentarei ser breve, até pelo adiantado da hora. Gostaria, em primeiro lugar, de parabenizá-lo, nobre Senador Tião Viana, pela brilhante idéia da realização deste evento, deste Seminário: Amazônia, Patrimônio Ameaçado. Realmente, é uma patrimônio ameaçado. Cumprimento o Ministros nas pessoas da Drª Mary e da Drª Marília Marreco.

O Padre Paolino foi, como V. Exª colocou, foi como um soldado de Mussolini, mas coloco-o como general das florestas da Amazônia. Eu, que tive a satisfação e o prazer de conhecê-lo em 1977, quando o INCRA implantou o projeto de colonização Boa Esperança, confesso que até certo ponto emocionei-me ontem ouvindo nossa nobre Senadora Marina Silva. S. Exª falava com aquela propriedade, colocando do coração boca afora a condição dos nossos indígenas. S. Exª visitou essa área por esses dias no Mato Grosso do Sul.

Conheço o Acre. Sou acreano por opção há vinte anos. Portanto, amazônida da Amazônia, tive oportunidade de, nesses últimos 20 anos, correr não só o Estado do Acre, mas toda a Amazônia, do Mato Grosso ao Pará. Quando se fala em patrimônio ameaçado, vejo que isso acontece em função da nossa presença física. A falta das políticas públicas nos últimos anos, nessas últimas décadas ocasionou isso. Não posso entender porque, logo após a Segunda Guerra Mundial, o Acre foi o terceiro Estado da Federação a contribuir com a arrecadação do território nacional. Portanto, é difícil entender uma situação como a que o acre vive hoje.

Por outro lado, nosso Colega Márcio Bittar fala da preocupação e dos projetos. Há muitos programas em que temos visto o esforço do Ministério, o esforço do Governo Federal no sentido de realmente implementar as ações. No entanto, preocupa-me muito o fato de que, mesmo agora, quando vemos que há preocupação por parte do Governo do Acre de criar alternativas para um desenvolvimento sustentável, é difícil podermos ver essas ações. Precisamos da determinação dos órgãos do Governo Federal.

Eu perguntaria, no caso, ao Ministério do Meio Ambiente qual o relacionamento desse Ministério com os demais órgãos, com os demais institutos de pesquisa, com os demais Ministérios envolvidos, como o da Agricultura o da Reforma Agrária e também a Funai. Temos muitas reservas em Roraima e no Amazonas, onde há uma reserva Ianomâmi que foi demarcada em 1992, representa basicamente 70% da dimensão do Estado do Acre. E que, em 1991, uma das ações mais reais que o Governo Sarney fez naquela época foi, na verdade, tirar todos os garimpeiros da reserva Ianomâmi, porque ali estava um caos.

Eu, que estive lá, naquela época, por muitas vezes, acho que ali aconteceu um faroeste americano que quem viu, quem participou não verá jamais em lugar nenhum do mundo. Foi um faroeste dos anos americanos, que era de carruagem, e ali existia um faroeste que era com aviões, ali tinham basicamente 1.200, 1.400 pequenas aeronaves. Agora, o que foi feito de lá para cá nessa reserva, na reserva Ianomâmi? O que está sendo feito na reserva Chico Mendes, que é de quase um milhão de hectares? Quando se fala em criar novas reservas, realmente tem que se ter bastante preocupação. Temos ali várias situações, por exemplo, a reserva Macauã, no Acre. Temos uma reserva, que não me lembro, acho que é Mapiá, aqui, no Amazonas conheço bem aquela reserva. O que está sendo feito em termos reais, de pé no chão, em termos de desenvolvimento sustentável?

Temos também, me lembrando aqui, uma outra reserva, que hoje coloco que é da União, uma área que o Incra, através da Justiça Federal, fez um todo processo judicial, e na realidade é patrimônio da União, é patrimônio, portanto, do Estado do Acre. O Padre Paolino tenho certeza que conhece parte dessa área, a própria Drª Mary Alegret já esteve lá. São as áreas que vão do Envira ao rio Xandres, em Santa Rosa do Purus, todos aqueles seringais todos. É uma área basicamente de um milhão de hectares. Existe uma ocupação até bastante intensa, o Padre Paolino deve conhecer, abaixo do seringal funil, que várias pessoas me procuraram, mesmo em Sena Madureira, pedindo para que o Incra crie uma reserva extrativista ali. Vejo que não há problema fundiário. O Estado do Acre, o Estado do Amazonas não têm problema fundiário, pela legislação que têm.

Vejo que o Incra, ao longo desses 20 anos de atuação, com todos os seus erros, teve muitos

acertos, e pôde conter, na verdade, uma ocupação que talvez pudesse ser desenfreada.

Agora, vejo as palavras do Padre Paolino, o soldado que hoje é o general da Amazônia, como coloco, e que, quando chegou, tinha aquela visão, a de que teríamos que ali explorar, devastar, desmatar, plantar. E, ao longo, foi-se mudando e vem uma outra situação. Aí temos que ter, sim, através dos Ministérios, e levar aos Ministérios o respeito que deva ter com relação a todos aqueles que hoje ocupam a região da Amazônia, que vieram de outros estados da Federação, que vieram de outros países, que ali desenvolveram, ali constituíram as suas famílias e que, muitas vezes, até imagino que se não fosse essa imigração, principalmente na condição do Acre, vejo que o Acre hoje, pelo que vi dos últimos dois governos, poderia ser um grande seringal abandonado, porque quando se fala do extrativismo, que se fala da Amazônia, o que é que se está extraindo da Amazônia nesses últimos dez anos? Absolutamente nada. Então, aí sim, faltam políticas públicas para que realmente possamos tirar e colocar lá naquele cidadão que mora – o Padre Paolino talvez conheça; se o senhor fizer um sobrevôo, saindo de Assis Brasil, em linha reta, a Santa Rosa do Purus, fico a pensar, conheço bem ali, tem uma colocação que talvez nas imagens de satélite não apareça, pela dimensão da sua ocupação, que deve ser uma área de 20 por 30, existe ali um cidadão que mora, um seringueiro – distante das margens dos rios, ali central. Incrível o negócio. Nas imagens de satélite não é possível captar, pela sua dimensão.

Mas eu gostaria, para resumir, nobre Presidente, que fosse levado a fim e como proposição, não podemos conter o desmatamento das pequenas e médias propriedades se não existir um trabalho de recuperação das áreas degradadas. Quando foi colocada na Agenda Positiva toda essa discussão, a relação, Padre Paolino, para uma família que mora lá em Sena, um pequeno produtor rural, plantar três hectares, não vai sobreviver. É fácil alguém colocar que ele pode fazer três hectares. Então, aí, o governo precisa subsidiar, porque três hectares vão produzir o quê? Mil quilos, mil e duzentos quilos de milho, por exemplo. Isso vai custar o quê? Muito pouco.

Temos que ter incentivos de recuperação, tem que ter um programa nacional. Foi o que sempre coloquei. Tem que ter essa condição para que possamos minimizar a situação: a criação da agroindústria, do zoneamento, que, felizmente, em nosso Estado, já está bem avançado, e que os outros Estado da Amazônia devem ter.

É fundamental a ocupação estratégica do território da Amazônia. Para isso eu chamaria a atenção dos senhores, eu queria ver se o Padre Paolino concordaria ou não, mas eu vejo que tem que existir uma ocupação estratégica da Amazônia. Ao longo das divisas da Amazônia deve haver pequenas concentrações. O senhor falou de chegar a luz, a educação, a saúde. Imagine isso em áreas lá do extrema, áreas indígenas, onde vi, com tristeza, a situação de abandono em que se encontram aqueles índios.

O Governo tem que fomentar negócios para que realmente possamos trazer riquezas.

Mais uma vez, quero parabenizar o Sr. Presidente, o nobre Senador Tião Viana, que, junto com a Senadora Marina Silva e os demais parlamentares do nosso Estado, está dando uma grande contribuição não só à Amazônia, mas a todo o nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Agradeço ao nobre Deputado Sérgio Barros.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Dr. Roosevelt Santana , lembrando da objetividade, em função da enfermidade do Padre Paolino.

O SR. ROOSEVELT SANTANA – Procurarei ser o mais objetivo possível, mas eu não posso deixar de mencionar de que trazer a Amazônia ao debate é sempre uma necessidade, por causa do grande desconhecimento sobre a região. Por isso, cumprimento o Senador Tião Viana pela brilhante iniciativa. Nossa colocação aqui é com relação ao que vimos hoje, nesta primeira reunião, algumas perplexidades. Todos acabam tendo as mesmas opiniões. E por que não se chega à prática? Qual é a troca da Amazônia com o mundo? São algumas perplexidades: falta da presença física do Governo, tantos programas para a Amazônia, visibilidade da ação, faltam políticas públicas, ocupação estratégica da Amazônica – quero chamar a atenção para essa prática. Nosso instituto preconiza o incentiva ao uso do planejamento estratégico, seja no Governo, seja na iniciativa privada. Percebemos que para a Amazônia falta, por parte do Governo, um plano estratégico. Por isso, todas essas perplexidades.

Por quê? Não sabemos aonde vamos chegar, não sabemos como chegar, não sabemos por onde chegar. Qual é a visão de futuro que o Governo tem para a Amazônia hoje? Essa é a grande pergunta. Por quê? Porque não se elaborou um processo de planejamento estratégico com essa definição da

visão, que seria compartilhado por todos os interessados da Amazônia, inclusive a grande população que lá está.

A Secretaria do Meio Ambiente da Amazônia, hoje Secretaria de Coordenação, nasceu em 1993. O governo mais uma vez reagiu; houve o problema dos ianomâmis, foi criado o Ministério da Amazônia, que, em seguida, foi transformado na Secretaria da Amazônia. A cada fato, a cada evento, cria-se um programa, um projeto novo. Falta uma direção, falta planejamento estratégico para a Amazônia.

Essa Secretaria nasceu com a primeira tarefa de criar a política nacional para a Amazônia. E como foi feita essa política nacional? Pela criação de grupos de trabalho que envolveram todos os setores do Governo e dos Governos estaduais da Amazônia também. Isso é o que o nosso Ministro mencionou como a "estratégia de inserção horizontal". Faltou aprofundar essa estratégia e buscar a estratégia de inserção vertical, ir até os municípios, as comunidades. Por quê? Porque da política não se partiu para um plano estratégico, não se traçaram as direções a seguir. Isso é o que está faltando hoje. Para encerrar, coloco à disposição do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria da Amazônia quanto desta Casa o nosso trabalho, do Instituto Estratégico. Nós temos metodologias e boas cabeças para elaborar planejamento estratégico. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Agradeço, com muita satisfação, o Dr. Roosevelt Santana, que é o Presidente do Instituto Político e Estratégico Brasileiro, que traz uma grande contribuição. Agradeço, de modo muito sincero, aos demais acadêmicos, representantes de universidades, de instituições governamentais que acompanham este seminário.

Passamos à fase de encerramento, em que serão apresentadas respostas de maneira objetiva, é claro.

Inicialmente, o Frei Heitor Turrini, que é um paralelo da vida; sua vida e a do Padre Paolino confundem-se muito, porque se trata da mesma causa, a mesma capacidade de luta e de resistência. São dois heróis da Amazônia, que serão lembrados, se Deus quiser, daqui a três mil anos.

A SRA. MARINA SILVA – São uma espécie de Moisés e Aarão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Isso mesmo, Senadora Marina Silva.

Então, Frei Heitor, com 1 minuto ou até 2 minutos, posteriormente, o Frei Paolino, para encerramento. Depois, as nossas doutoras.

O SR. *(fora do microfone)* – Sr. Presidente, um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Foi a pedido dele, porque ele sabe como se conduzir nessas situações. Ele saiu de uma audiência com o Presidente da República, junto com o Padre Paolino e o Ministro Sarney Filho, uma audiência muito oportuna, com a possibilidade de mais solidariedade para a Amazônia brasileira, e seguramente ele vai saber aproveitar bem o tempo que tem. Lembro ao Frei Heitor que este seminário está sendo registrado para todo o Brasil, transmitido pela TV Senado.

O SR. HEITOR TURRINI – É verdade que a Bíblia reza "unius dies sicut mille", um dia é como mil dias. Então, espero que o meu minutinho corresponda a mil minutos no pensamento, na esperança e na fé. Não tenho palavras para agradecer uma ocasião desta.

Considero-me um sacristão do Frei Paolino, devotíssimo amigo há exatamente 65 anos. Convivemos desde o seminário até hoje, até mesmo no Pronto Socorro, quando, esta noite, às 2 horas da madrugada, estávamos lá – Paolino com alta febre e tudo o mais.

Estou feliz. Estou feliz, nesses 49 anos em que vivemos neste Brasil. E quero dizer, com todo o coração abençoado, que ninguém se escandalize se amo mais o Brasil hoje do que a minha terra, onde nasci, a poucos quilômetros da casa de Frei Paolino.

Gente, todos nós temos defeitos, temos limites. Podemos ter errado. Estamos no fim de uma caminhada de 500 anos, da caminhada branca, no fim de uma caminhada de povos tradicionais, 10, 20, 30 mil anos. Temos cometido erros e ainda cometeremos mais. Acho simpática a existência de poder errar e poder acertar. Temos errado, isso não é uma consolação, é claro; é apenas uma esperança de acertar.

Hoje, desculpem-me, considero-me uma árvore amazônica, vivo com ela, penso com ela, choro com ela. Gostaria de dar os mesmos frutos de uma árvore dessa terra, porque a selva amazônica é fantástica. Acredito em tudo o que vocês falaram; foi comovedor para mim. O meu minuto já deve estar nos três quartos, acabando, mas acreditem que o meu coração está com vocês nesta Casa.

Queridos deputados, queridos senadores hoje, já disse ao Presidente da República, no ouvido e outra vez na frente de outros , querido Presidente, cumpra o seu dever! Que o Poder Legislativo e o Poder Judiciário cumpram o seu dever, como nos esforçamos também em cumprir o nosso dever!

Agradeço a Deus, porque, há poucas horas, pensei que seria impossível ao Frei Paolino fazer um pronunciamento, pois às 8 horas ainda estava com 38,3 graus de febre, e lá pelas 9h30min, estava com 35,1 graus. No final, ele conseguiu estar aqui. A todos vocês agradecemos. Estamos em fim de ano, um belo Natal a vocês, um bom milênio e coragem: o Brasil é bonito e a Amazônia é maravilhosa! A todos vocês muito obrigado! (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Com a palavra o Frei Paolino para o encerramento.

O SR. PAOLINO BALDARASSI – Como comecei dizendo que era uma voz humilde, que me seqüestraram das matas, porque não esperava e, como disse, havia feito uma caminhada de 160 quilômetros. A causa da minha febre foi carrapato. Sim, fiz exames. Tive 82 malárias, e os sintomas eram de malária. Lá tenho o laboratório, veio o médico que o Dr. João me mandou, olhou toda a minha barriga e perguntou o que era aquilo. Disse-lhe que eram marcas dos carrapatos que eu havia arrancado. Ele disse, então, que a causa de minha febre era devido àqueles carrapatos. Nunca pensei. Essa febre foi embora. Do jeito que estava ontem certamente não teria tido condições de vir aqui. De toda maneira, sinto–me satisfeito em ser a voz dos humildes, dos pobres e, de um modo especial, para dar uma visão talvez exagerada das necessidades do nosso povo.

Sinto-me a voz, como disse antes; sou um autofalante. Quando comecei a detectar os problemas, o fazia como o cachorro detecta a caça e depois entregava ao Pe. Heitor, que se tornava um trator, que levava à frente nos jornais, na televisão e até a Finlândia, Estados Unidos, Inglaterra. Colocamos na frente do Presidente 40 quilos de assinaturas de todas as partes do mundo em favor da Amazônia. Sem o Pe. Heitor eu poderia detectar a caça, mas, se não tivesse o fuzil para dar o tiro, não teria condição. Ele fazia o que devia e mandava para frente a situação. Graças a Deus, de uma voz que era considerada a voz daquele que não queria o progresso, começou-se a dizer que não era mais assim, mas que possuía um sentido para o povo da Amazônia como também para o progresso.

Acredito no que o Deputado diz sobre a reserva extrativista Chico Mendes. Está-se trabalhando. A reserva extrativista, neste ano, movimentou-se muito bem com a castanha. Produzindo-se castanha lá dentro, há condições de trabalho. Venho da reserva Chico Mendes. Há os seringais vazios. Como o seringueiro ficava lá morrendo de fome, se não tinha patrão, se não tinha mais a borracha que desse dinheiro? Digo que tendo terra, tendo direção e boa vontade, pior seria se todo o Acre fosse destruído. Então não haveria mais jeito. Tinha condições para criar bois, mas com as grandes secas, como no Ceará, tinha que pedir dinheiro ao Governo. Então, digo que há condições. Não tenham medo de reserva extrativista. Quanto mais reservas houver, melhor, porque poderemos encher de gente. Coloca o valor da castanha, a fábrica da castanha, o valor do café, o valor da pupunha, sem condição. Não posso jogar para lá gente se não tem condição, mas, tendo condição...A reserva extrativista Chico Mendes, o ano passado, pagou muito bem. Tem condição, se tiver apoio, honestidade. Claro que se o dinheiro do Governo Federal vai para o bolso de certas pessoas, não vai para frente nada, é claro que não vai para frente. Vão dizer: O padre é mentiroso. E depois dizer: Não pode ter luz elétrica...Todos podem ter luz elétrica, até dentro da mata. Pode haver uma antena parabólica lá no meio da mata, é uma luz elétrica ótima. Portanto temos condições. Se há dinheiro para jogar sobre a Iugoslávia uma bomba no valor de US$1 milhão, os americanos e os europeus que nos dêem dinheiro também para pelo menos dar uma televisão aos colonos e aos nossos seringueiros. Tem condição. É possível, é só ter um pouco de boa vontade.

Termino porque, se não, canso todo mundo. Agradeço de coração ao Tião, que foi me buscar, me seqüestrar lá no fim do mundo para o bem dos pobres, do nosso Acre, que por muitos anos foi esquecido. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Nós que agradecemos de modo muito sincero ao Frei Heitor e ao Frei Paolino, lembrando que, hoje, a consciência ambiental está se proliferando. O próprio Ministro do Meio Ambiente colocou como componente fundamental da luta pelo meio ambiente e pela preservação o componente de educação ambiental. Se hoje o americano utiliza a figura do Rei Leão para retratar e mostrar o horizonte da consciência e do sentido importante e fundamental da preservação, talvez tenhamos aqui duas figuras, dois reis leões que estão disponíveis para serem lembrados, filmados e registrados como uma referência para a juventude brasileira do que é viver com amor e poder pensar em construir coisas boas para esse Planeta.

Para encerramento, a Drª Marília Marreco Cerqueira e depois a Drª Mary Alegret, lembrando ainda que elas ainda têm a missão de algumas respostas.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA – Boa-noite. Será bem curta a minha intervenção, na qual abordarei a proposta do Deputado Bittar em relação à criação de unidade de conservação, não só no caso de reservas extrativistas, mas qualquer tipo de unidade de conservação.

O projeto de lei que foi encaminhado pelo Poder Executivo, recebeu um substitutivo na Câmara dos Deputados e se encontra agora no Senado, já prevê a questão de consultas, não só aos governos estaduais e municipais, mas também à sociedade como um todo em relação à questão da criação de unidade de conservação. Então acredito que talvez não haja necessidade de uma emenda constitucional e que o projeto de lei que está em tramitação atenda justamente a essa questão de consulta em relação à criação de unidades de conservação, prevendo inclusive uma comissão de gestão para cada uma dessas unidades que for criada.

A SRA. MARY ALEGRET – Agora eu vou fazer a reclamação de que o debate vai acabar quando começa a ficar bom.

Vou tentar fazer uma resposta para o conjunto das perguntas que foram colocadas aqui.

Começando pelo último aspecto do estratégico, o Ministério do Meio Ambiente fez um planejamento estratégico, a Amazônia também, e acho que podemos e gostaria muito de discutir e aprofundar esse planejamento que elaboramos e que tem como um dos objetivos estratégicos de atuação da Secretaria de Coordenação da Amazônia é a permanência da populações tradicionais na floresta, porque elas asseguram ocupação estratégica em pontos estratégicos. A permanência dessas populações na floresta diminui o impacto sobre as cidades, evita a migração e, além disso, são protetoras do patrimônio natural da Amazônia. Dentro desse objetivo estratégico, por exemplo, todas as áreas que protegem essas populações também servem como amparo e limite à expansão do desmatamento, e, como o controle do desmatamento é um objetivo estratégico, então as populações tradicionais da Amazônia, no nosso programa, exercem um papel extremamente importante.

Em função disso, até agora, recentemente, muitas iniciativas que a Senador Marina Silva citou foram feitas. Eu diria que, nesses últimos 20 anos, muitas iniciativas surgiram para valorizar essas populações dentro da perspectiva estratégica para a Amazônia.

A proposta que estamos tentando implementar é a que estamos chamando de um Programa de Apoio ao Agroextrativismo, que organiza esse conjunto de iniciativas. Esse programa implica o quê? A regularização fundiária, que vem sendo falada pelo Pe. Paolino; quer dizer, que impede a expulsão. Isso já é um mérito de todas essas áreas criadas. O primeiro mérito é este: acaba o conflito fundiário. Essas populações passam a ter esperança, expectativa de vida; passa a haver preço, mercado, crédito, assistência técnica e capacidade para fazer negócios.

Essa iniciativa da Senadora, o Prodex, hoje já tem mais de três mil seringueiros financiados. Isso é absolutamente novo na Amazônia. Nunca houve linha de crédito para esse segmento da região. São mais ou menos R$6,5 milhões alocados nesse crédito. Mas a quantia é pouca, porque há R$20 milhões alocados anualmente para esse crédito, que ainda não conseguiram ser aplicados. Portanto, o crédito sozinho, sem esses outros componentes, não vai resolver a questão. Os recursos do Programa Amazônia Solidária, mencionado pela Senadora, que acabou de ser aprovado, têm o objetivo de delinear a integração dessas ações. Aí vamos conseguir ser mais eficazes.

Ao crédito, associa-se uma iniciativa de preço de mercado, de tecnologia e assistência técnica. Quer dizer, se juntarmos esses elementos mais a regularização fundiária, poderemos começar a tratar do assunto com propriedade.

Para não falar na outra questão que foi abordada aqui, da articulação com outros ministérios, que também é um ponto chave, porque o Ministério do Meio Ambiente não detém os instrumentos econômicos, eu gostaria da falar sobre duas iniciativas que são altamente relevantes. A primeira é a Portaria nº 88 do Incra, que foi publicada agora, dia 6 de outubro. É uma portaria que inclusive cita as iniciativas da Secretaria das Agendas Positivas. Apenas fazendo um parêntese, as Agendas Positivas são a construção desse consenso nessa região, contribuição do Ministério nesse sentido. Considerando os resultados das Agendas Positivas, o Ministro de Política Fundiária fez a portaria proibindo desapropriações e reforma agrária em área de floresta nativa. Ou seja, isto é um enorme avanço, porque grande parte do problema do desmatamento está relacionado à ocupação em projetos de assentamentos, em projetos de reforma agrária que não são viáveis economicamente e que levam, depois, as populações a saírem dessas áreas.

A determinação do Ministro Raul Jungmann já é o resultado dessa articulação, iniciada quando o Ministro Sarney Filho assumiu. Isso já é uma

realidade que terá um impacto muito importante na Amazônia. Tanto terá impacto que já existe muita reação contrária.

A segunda iniciativa importante é uma portaria interministerial do Ministro do Maio Ambiente com o Ministro de Política Fundiária, no sentido de criar o Projeto de Desenvolvimento Sustentável, que é uma combinação de reserva extrativista e reforma agrária. Ou seja, é o que estamos chamando e é uma demanda das comunidades da Amazônia: a reforma agrária ambiental. É a criação das áreas com os benefícios da reforma agrária. É o Pronaf para o seringueiro, ou seja, para o ribeirinho, para o pescador; para essa população que nunca teve acesso aos recursos financeiros da reforma agrária, que é um dos maiores orçamentos da União. São R$3 bilhões. A população terá acesso a partir dessa modalidade. Ou seja, é uma modalidade que reconhece os benefícios da reserva extrativista. Não vai dividir a terra, vai valorizar os recursos e dar acesso ao crédito. Por exemplo, o Prodex poderá se beneficiar da assistência técnica do Pronaf.

Essa combinação das duas modalidades de reforma agrária, o prazo para conclusão da proposta é agora no final deste mês, na próxima semana. O grupo de trabalho vem acelerando, já tem uma primeira proposta que já está discutida. Isso poderá também responder a muitos problemas de regularização fundiária, de conflitos e de devastação na Amazônia. Então o que falta, tentando em poucas palavras dizer pelo menos a minha opinião a respeito da questão fundamental que o Sr. Deputado Márcio Bittar colocou, é que nós não conseguimos, ainda, falar a língua econômica da floresta. Nós não temos a economia da floresta. Enquanto não tivermos a economia da floresta, enquanto não tivermos o valor econômico da floresta em pé – não a árvore, mas a floresta. Enquanto esse problema não for equacionado, não vamos adiante. É por isso que nós estamos com iniciativas pontuais, mas elas não equacionam o problemas estratégico da Amazônia.

E, só concluindo, Senador, além de parabenizar V. Exª por esta iniciativa, eu queria dizer que o ponto estratégico da Amazônia, hoje, é conseguirmos dar mais espaço, ou seja, sair da esfera ambiental só e entrar nos mecanismos que valorizem a borracha, a castanha, a copaíba, a unha-de-gato e todos esses outros produtos, mas para isto nós vamos ter que falar a linguagem da economia neoliberal porque ela não contempla uma coisa que é o valor da floresta que requer um subsídio que é o subsídio da natureza. Quem criou o seringal e o castanhal foi a natureza. Quem paga pela manutenção? Quem pagou para que essa reserva de recursos naturais exista? Ninguém paga e, se ninguém pagar o valor da floresta, o produto não terá valor no mercado. Então, nós precisamos fazer essa discussão da economia da floresta, de preferência aqui, porque o quadro pode mudar em larga escala.

Obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Agradeço, com muita satisfação, a Drª Mary Alegret e a Drª Marília Cerqueira pela contribuição que comprovam, com as suas exposições e as suas argumentações, que o Ministério do Meio Ambiente seja, talvez, o Ministério que mais procura parceria para um debate com a sociedade e que procura envolver a sociedade deste País nas suas ações, nas suas metas e nos seus propósitos.

Talvez o que esteja faltando seja, de fato, a conquista e o resultado de uma coisa que se chama motivação – compartilhar com os demais atores sociais esta responsabilidade tão grande que é o desenvolvimento sustentável. Eu não poderia encerrar, cometendo a injustiça de não citar e agradecer, de maneira muito especial, além do Ministro Sarney Filho, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores que é o Senador José Sarney que, de maneira muito clara, objetiva e com pronta sensibilidade, atendeu ao requerimento, junto com os demais Srs. Senadores, e apoiou, de maneira integral, o encontro da Comissão de Relações Exteriores, e nos permite este encontro e, a partir da próxima semana, estará em nosso meio dirigindo este Seminário.

Gostaria de lembrar ao senhores que teremos ainda no Seminário, no próximo dia 26, o Ministro da Defesa – Sr. Elcio Álvares, o Ministro das Relações Exteriores, Sr. Luiz Felipe Lampreia e, no dia 27, o nobre Senador Gilberto Mestrinho e o Diretor Executivo do **Greenpeace**, Dr. Roberto Kishinami e, também, no dia 28, que poderá se somar com o dia 27, o Ministro da Integração Regional, Fernando Bezerra.

O Presidente Sarney foi muito feliz numa entrevista dada à TV Senado quando colocou que no passado o Brasil olhava para as suas fronteiras do sul, achando que o Rio da Prata era o grande detalhe perigoso que nos colocava em risco enquanto Nação e, hoje, o Brasil deveria estar olhando para as fronteiras do norte, entendendo que ali está o grande risco que pode nos colocar numa condição inferior no próximo século, para o próximo milênio, porque, como muito bem fala o Padre Paolino, o diamante verde do

Planeta está em nossas mãos e depende apenas da nossa inteligência, da decisão política para nós garantirmos uma belíssima unidade nacional e um belíssimo desenvolvimento humano, quem sabe, compartilhando com a tese dos novos e grandes pensadores da Amazônia, que defendem a utopia de um mundo rural para este Planeta, como o José Fernandes do Rego, Senadora Marina Silva, Governador Jorge Viana, os companheiros do Amapá, a Drª Mary Alegret e tantos outros.

Então, com uma alegria enorme e em nome da Comissão de Relações Exteriores, concedemos ainda a Medalha do Congresso Nacional ao Frei Paolino como encerramento deste Encontro.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

Ata da 28ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 51ª Legislatura, realizada em 26 de outubro de 1999.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e seis de outubro do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Carlos Wilson, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Mauro Miranda, Wellington Roberto, Romeu Tuma, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, José Jorge, Lúdio Coelho, Pedro Piva, Tião Viana, Marluce Pinto, Sebastião Rocha e Roberto Saturnino. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a apreciação dos itens constantes da pauta. Dando início, o Senhor Presidente interino da Comissão, Senador Carlos Wilson propõe que seja invertida a pauta, obtendo a concordância dos demais membros presentes à reunião. Na seqüência faz uso da palavra o Senhor Senador Mozarildo Cavalcanti, designado para fazer a leitura de Parecer favorável ao Item 02 – Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1999, "Que aprova o texto do Convênio de Cooperação Educativa, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Brasília, em 10 de novembro de 1997", cujo Relator é o Senhor Senador Lauro Campos. Não havendo discussão é aprovado o Parecer. Dando continuidade, o Senhor Presidente da Comissão concede a palavra ao Senhor Senador Romeu Tuma, Relator do item 01 da pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1999, "Que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agencia Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências". O Parecer é favorável ao projeto e contrário à emenda apresentada pelo Senhor Senador Eduardo Suplicy. Não havendo discussão é aprovado o Parecer e rejeitada a Emenda, com voto contrário do Senhor Senador Tião Viana. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

Senador **Carlos Wilson** – Presidente

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Srªs e Srs. Senadores, dou como aberta a 28ª reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores sobre se podemos inverter a pauta, ou seja, relatando o Projeto 2 e depois o Projeto 1. (Pausa.)

O Projeto 2 tem como Relator o Senador Lauro Campos, que não se encontra presente, e eu solicitaria a atenção do Senador Mozarildo Cavalcanti para que lesse o relatório preparado pelo Senador Lauro Campos.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como foi distribuído a V. Exªs, vou dispensar a leitura do relatório, se houver concordância da Presidência da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Com certeza.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI – Passo à leitura do parecer.

O ato internacional sob exame vem implementar a relação bilateral Brasil/Argentina em matéria educacional, corroborando a importância conferida pelo Governo brasileiro às iniciativas conducentes à integração do Cone Sul.

Representa, ademais, importante avanço para o Mercosul no campo educacional, inserindo-se no âmbito do protocolo sobre a integração educativa e reconhecimento de certificados, títulos e estudos de nível primário e médio não-técnico, firmado pelos Governos do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai em agosto de 1994, em Buenos Aires.

O convênio em tela amplia e atualiza a cooperação educacional Brasil/Argentina, regulamentada atualmente em artigos específicos do

Convênio de Intercâmbio Cultural celebrado entre os dois países em 25 de janeiro de 1968, portanto em data anterior ao início do Mercosul.

É de se ressaltar a importância da cooperação educativa no âmbito do progresso integracionista como fator de produção, de circulação e de intercâmbio de conhecimento. Contribui ela, ademais, para a formação de quadros altamente especializados e possibilita aos países signatários do convênio levar a cabo iniciativas conjuntas voltadas para a pesquisa e o desenvolvimento.

A inclusão de conteúdos relativos à integração regional nos diferentes níveis educacionais, prevista pelo acordo em apreço, contribuirá de forma decisiva para a construção de uma consciência integracionista entre a população da sub-região, substituindo a visão concorrencial que atualmente prevalece no Mercosul por uma percepção voltada para a cooperação e a complementaridade.

Vemos de maneira favorável a constituição de uma Comissão Mista educativa, à qual caberá a operacionalização e monitoramento do convênio em tela, mediante a elaboração e avaliação dos problemas executivos específicos, bem como a proposição de protocolos adicionais. A Comissão será presidida pelas autoridades nomeadas pelos respectivos Ministérios da Educação, em coordenação com as áreas competentes de ambas as Chancelarias.

Ante o exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1999.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Lido pelo Senador Mozarildo Cavalcanti o parecer do Senador Lauro Campos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 762, de 1999, que aprova o Convênio de Cooperação Educativa entre o Brasil e a Argentina, coloco-o em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao Item 1 da pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1999, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência ABIN, e dá outras providências.

Este projeto tem como Relator o Senador Romeu Tuma. Foi apresentado pelo Senador Eduardo Suplicy um voto em separado. Então, solicito do Senador Romeu Tuma, como Relator, que se posicione em relação à emenda do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei sucinto, porque o projeto já veio a esta Comissão esta é a segunda vez , tendo sido aprovado; depois foi à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde a mesma emenda foi apresentada pelo Senador José Eduardo Dutra e rejeitada.

O Senador Suplicy apresenta voto em separado baseando-se no seu argumento e confirmando a emenda do Senador José Eduardo Dutra. Então, pelos mesmos motivos que rejeitei a emenda, eu a rejeito com os mesmos argumentos que apresentei nas duas Comissões, quando esse assunto foi discutido.

Dada a gravidade do assunto relativo à área de informações, com os incidentes que vêm acontecendo, ao longo deste ano, poderíamos gerenciar a aprovação desse projeto, para que realmente houvesse, já por definição, o novo quadro da Agência Nacional de Informações. Assim, o próprio Parlamento, como está inserto numa emenda que apresentamos e que foi aprovada nas duas Comissões, poderá fiscalizar essa atividade.

A tramitação desse projeto encaminhado pela Presidência da República já dura dois anos no Congresso. Peço que concordem comigo nessa rejeição, porque será a renovação dos quadros da Agência. E o novo chefe poderá selecionar aqueles que considera ideais para substituir alguns cargos antigos e para que haja uma estrutura nova competente. O Governo, sem dúvida nenhuma, pode ter um serviço de informações à altura das suas necessidades.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Ouvido o Senador Romeu Tuma, que se posiciona pela rejeição da emenda do Senador Eduardo Suplicy, continua em discussão a matéria.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o voto e a emenda do Senador Eduardo Suplicy, prevalecendo o parecer do Relator, Senador Romeu Tuma.

Aqueles Senadores que aprovam o parecer do Senador Romeu Tuma e, conseqüentemente, rejeitam a emenda do Senador Eduardo Suplicy queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, com o voto contra do Senador Tião Viana.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, expliquei ao Senador Tião Viana os motivos que me levaram a rejeitar e depois, particularmente, eu lhe explicarei com mais detalhes, porque respeito muito a posição do PT nessa situação, mas também gostaria que eles

entendessem a urgência e a necessidade de aprovar o projeto conforme veio da Câmara, com a nossa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Não havendo mais nada a tratar, esta Presidência agradece o comparecimento das Srªs e dos Srs. Senadores, dando por encerrada a 28ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

(Levanta-se a reunião às 17h32min.)

Ata da 29ª Reunião (Extraordinária), da 1ª Sessão Legislativa , da 51ª Legislatura, realizada em 10 de novembro de 1999.

Às dezoito horas do dia dez de novembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ SARNEY, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Piva, Lúdio Coelho, Tião Viana e Eduardo Suplicy. Estiveram ainda presentes as senhoras Senadoras Heloísa Helena e Marina Silva, bem como o Deputado Marcio Bittar. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião, a Segunda do Seminário Amazônia, Patrimônio Ameaçado?, destina-se a ouvir as exposições que farão, pela ordem, o Excelentíssimo Senhor Senador Gilberto Mestrinho, sob o tema "As ONG na Amazônia, que se afirmam como defensoras da unidade nacional ou agem influenciadas pela cobiça internacional da região"; e o Diretor Executivo do **Greenpeace**, Dr. Roberto Kishinami, com o tema "A comunidade internacional reconhece e respeita efetivamente a autonomia do Brasil sobre a Amazônia brasileira?". Para debater fizeram uso da palavra os senhores Senadores Tião Viana, Eduardo Suplicy, Heloísa Helena e Marina Silva. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

Senador **José Sarney** – Presidente

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está aberta a reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Nesta segunda reunião, prossegue o Seminário "Amazônia, patrimônio ameaçado". Teremos a satisfação de ouvir hoje duas palestras: uma do Senador Gilberto Mestrinho, sob o tema "As ONG na Amazônia, que se afirmam como defensoras da unidade nacional ou agem influenciadas pela cobiça internacional da região"; outra do Sr. Diretor Executivo do **Greenpeace**, Dr. Roberto Kishinami, com o tema "A comunidade internacional reconhece e respeita efetivamente a autonomia do Brasil sobre a Amazônia brasileira?".

Antes de dar a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho, convido para participar da Mesa o Deputado José Geraldo Riva, presidente da Associação do Parlamento Amazônico. Convido também para tomar assento à mesa o Dr. Roberto Kishinami, segundo palestrante. Concedo a palavra ao nosso Colega Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Srs. Senadores, platéia, inicialmente, temos que registrar a feliz iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em atender ao requerimento do Senador Tião Viana, iniciante do processo, e do Senador Mozarildo Cavalcanti, de estabelecer este debate que consiste da discussão conjuntural da Amazônia, sua inserção no País como um todo, nas fronteiras nacionais, a evolução histórica do processo de ocupação e seu encaminhamento para o futuro.

Para melhor compreender a Amazônia, vamos fazer uma regressão mental para o tempo em que estudamos geografia e visualizar, numa imagem virtual, a posição da Amazônia no mapa do Brasil e sua posição em relação aos países lindeiros. É uma vasta área. A Amazônia brasileira cobre 550 milhões de hectares; há mais 220 milhões de hectares nos países que integram a chamada "Concha Amazônica", que são exatamente a região do Pando e do Benis, na Bolívia, o Departamento de Loreto e Amazonas, no Peru, o Departamento de Amazonas na Colômbia, o Departamento de Amazonas na savana venezuelana e as áreas fronteiriças da República da Guiana, República do Suriname e a Guiana Francesa, a única que ainda não adquiriu **status** de país independente. Essa região, que constitui uma fronteira, parte delimitada por rios, parte por linhas geodésicas, alguns lagos, supera linearmente mais de seis mil quilômetros de fronteira, separando exatamente a parte brasileira da parte dos países que integram a parte chamada Amazônica.

E essa Amazônia como surgiu? Essa Amazônia, em épocas imemoriais, constituiu um grande mar que, com o primeiro alude do sistema Parimo-Roraima e, posteriormente, o alude dos An-

des – os mais recentes historicamente –, criou a maior bacia sedimentar existente no Planeta. O mar foi expulso e, em seu lugar, uma grande quantidade de sedimentos passou a constituir a chamada Planície Amazônica, que ficou limitada, ao norte, com o sistema Parima ou Roraima; a oeste, com os contrafortes dos Andes; e ao sul e sudeste, com os contrafortes do sistema do Brasil central, o espigão do Brasil central.

Nessa região, com esse alude de terra, em alguns lugares, só a bacia sedimentar, a camada aluvional, chega a ter mais de três mil quilômetros de profundidade. No início, tratava-se de uma região semi desértica. Segundo os estudiosos, era um grande cerrado, parecido com os cerrados do Brasil central, onde talvez viveram animais como os purossauros, provavelmente os maiores carnívoros que já existiram sobre a terra. Elas chegavam a ultrapassar, em tamanho, pelos estudos dos especialistas, mais de 14 metros. Há no museu de Nova Iorque e na Universidade do Acre estudos mostrando o que eram os purossauros, jacarés gigantes que viviam na região. Havia também os mastodontes, os criptodontes, porque o lugar era um lavrado, um cerrado, e os animais viviam ali.

Quando veio a última glaciação, há pouco mais de dez mil anos, inexplicavelmente sob um aspecto e explicavelmente sob outro – talvez todos saibam hoje, pelo menos os que procuram estudar as questões ambientais –, a maior concentração de gás carbônico existente sobre a terra está exatamente sobre a Amazônia. Essa concentração de gás carbônico, pelas condições de clima, sol e umidade, transformam esse gás carbônico numa bateria de gás carbônico, que são as árvores. As árvores não são nada mais nada menos que uma bateria de gás carbônico transformado em madeira. Daí ter surgido a grande floresta na região amazônica.

Então, a amazônica é a única região do mundo – contrariando muitas teorias – que foi inicialmente um semi deserto ou quase deserto e que se transformou em floresta, a maior floresta também existente sobre a superfície da terra, a floresta Amazônica, que tem 550 milhões de hectares no Brasil e 20 milhões de hectares nos países lindeiros.

Essa floresta, em determinadas áreas, conservou aquela característica inicial. Por exemplo, no vale entre o Juruá e o Purus estão os campos gerais do Puciari, 2,2 mil hectares de campos naturais de cerrados ou de lavrados, como chamamos, nos campos gerais de Roraima, ao norte, imensos campos naturais típicos daquela região. Esses campos naturais de Roraima descem um pouco ao norte da região fronteiriça com as Guianas e vai até por trás de Óbidos, no Pará. E, no Brasil central, já quase na pré-amazônia, mas ainda na região amazônica, os cerrados mato-grossenses – na parte virada para a Amazônia.

Então, essa é a característica da região, com uma enorme quantidade de rios. Também um potencial hidrográfico fantástico de rios, capazes de gerar mais energia do que o total gerado no País, se fosse aproveitado todo o potencial hidrelétrico da região; capazes de, em um minuto e meio, fornecer a toda humanidade existente hoje, no fim deste mês, quando haverá seis milhões de pessoas, 150 litros de água para cada uma. O rio Amazonas joga seis milhões de litros de água por segundo no oceano.

E o que existe nessa Amazônia? Durante muito tempo, discutiu-se a impossibilidade de existirem jazimentos minerais na Amazônia, porque, geologicamente, era uma terra muito nova, uma área sedimentar; portanto, não havia idade para formação de minérios, para jazimentos geológicos na região.

No entanto, aos poucos, o homem, com a sua criatividade, inventou o satélite, os testes ultra-sônicos, fotografia de satélite em profundidade e ficou deslumbrado, de repente. O mundo acreditava que aquela região não tinha possibilidade de possuir minérios em suas entranhas e até havia cogitado antes, sem nenhum protesto – salvo o nosso, da Amazônia, na época – afogar a floresta Amazônica com a construção do lago Hudson; a suposição, naquela ocasião, também era a de que os jazimentos minerais estariam nos contrafortes do serro Mandina e serra Parima. Seria mais fácil, afogando-se a floresta, chegar lá com o transporte. Então, o mundo batia palmas.

Quando Hermann Kant esteve no Brasil, foi recebido como herói. Fez palestras, com uma cobertura imensa da imprensa, e não houve protesto. Ele queria, simplesmente, afogar a floresta Amazônica, sobre a qual alguns teimam em dizer a bobagem de que é o pulmão do mundo – todos sabem que está desmistificada essa idéia.

Essa Amazônia foi conceituada pelos estudiosos e pesquisadores, simplesmente, como a maior província mineral existente sob a Terra. O potencial mineral da região foi avaliado em U$6 trilhões. E mais: minérios nobres, como ouro, platina, nióbio, urânio, cassiterita, tantalita; além de outros minérios de alto valor econômico: ferro, cobre, titânio.

Então, quando isso foi descoberto na região, o que coincidiu também com a descoberta de que,

apesar da floresta amazônica ser altamente heterogênea, há áreas da floresta de segmentos mais ou menos homogêneos. No Pará, por exemplo, mogno; no Alto Solimões, mogno; na região do Alto Juruá também de cedro e mogno. Bem, com essas duas descobertas – riqueza mineral e riqueza vegetal – os mercados internacionais ficaram apavorados. Era preciso impedir, a qualquer preço e a qualquer custo, o desenvolvimento da Amazônia, que começou a haver protetores internacionais, uma quantidade muito grande de organizações se reuniram para proteger a Amazônia. Vieram as notícias mentirosas sobre as possíveis ocorrências danosas ao mundo lá na Amazônia.

Aqui no Brasil, com a preocupação internacional em relação à região, em relação ao possível desenvolvimento da região, aqui mesmo, também foram montadas subsidiárias dessas organizações, porque a Amazônia é altamente lucrativa, traz grandes benefícios dada às técnicas de que é possível difundir uma idéia, ampliá-las nos meios de comunicação, fazer uma espécie, pelo medo, pela ameaça, pela formação de tensões psíquicas na sociedade, criar um clima de cultura para que boatos ou versões distorçam os fatos, sejam apresentados à opinião pública e ela as aceite. Nelson Rodrigues já dizia isso: no Brasil, o importante não é o fato, o importante é a versão.

E, de repente, passaram a noticiar acontecimentos terríveis em relação à Amazônia, especialmente após a elaboração de programas internacionais de ajuda à região. Essas organizações vieram para cá e adotaram o mesmo princípio de lavagem cerebral dos teóricos do Instituto Tavstok *, baseados no princípio de que é preciso envenenar a mente da sociedade para que ela acredite em fatos irreais e, assim, atingir seus objetivos.

Começaram as campanhas, tudo a serviço do Estado, esse ângulo holandês, francês, que estava e que domina esses mercados, especialmente de minérios e o madeireiro mundial.

Essas organizações vieram para cá, são montadas aqui, não criam nenhuma identificação com a realidade brasileira e mesmo com a questão ambiental quando se fala em Amazônia. Por quê? Porque o recurso natural importante existente sobre a terra é o homem – este é o mais importante de todos. No dia em que desaparecermos, a Terra não terá nenhuma importância. Esta deve ser a visão. E o homem com inteligência, com conhecimento, vai usar o meio ambiente para o seu benefício. Porque, quando alguém prefere tratar e dar mais importância aos animais que aos seres humanos, a seguir, ele tratará os seres humanos como animais. Foi isso que Hitler fez. Ele foi o primeiro Chefe de Estado que estabeleceu política ambiental e de proteção aos animais.

São esses princípios, quase todos fundados em princípios fascistas, que norteiam essa compulsão de uma política ambiental falsa em relação à Amazônia. Não existe degradação na Amazônia. Francisco Orenalla desceu o rio Amazonas em 1546; de 1546 para 1999, quase 500 anos. Estivemos alguns dias na região, sim, induzidos por aqueles que hoje pensam diferente, porque os projetos errados já executados na Amazônia foram inspirados e financiados pelo Banco Mundial, e os grandes proprietários eram companhias estrangeiras, não eram nacionais. Os projetos do Pará eram todos da Mercedes, da Volkswagem, de companhias assim, no sul do Pará.

Esse princípio nos remete a uma reflexão e verificação de um fato: quando lerem notícias, e vou dar exemplos concretos, sobre desmatamentos na Amazônia ou sobre madeira ilegal retirada na Amazônia... Há poucos dias, um dos jornais mais importantes do País, sério, profundo estudioso de economia, dizia o seguinte: da Amazônia, no ano passado, saíram 40 milhões de metros cúbicos de madeira, dos quais somente 20% legais. E ele dizia: segundo uns e segundo outros, 28 milhões. Quando lerem uma notícia assim, para esclarecimento, façam o seguinte raciocínio: um navio, o maior navio que possa trafegar nos rios amazônicos, é capaz de carregar apenas 5 mil metros cúbicos por vez. Então, para carregar 40 milhões de metros cúbicos, precisaríamos de 8 mil navios por ano, 666,6 navios por mês, 22,2 navios por dia, 2,2 navios por hora se fossem 40 milhões. Se fossem 28 milhões, precisaríamos de 466 navios por mês, 15,5 navios por dia e 1 navio a cada 90 minutos. Imaginem como ficaria o tráfego nos rios amazônicos se isso fosse verdade. E tempo para carregar os navios? Como carregar os navios? Onde carregar os navios? E mercado no mundo para essa madeira? Isso é para vermos como são as notícias que dão. Fazem esse escândalo e são divulgados lá fora. Certa vez a NASA, que é um órgão da maior seriedade internacional, divulgou nas televisões do mundo inteiro as conseqüências do desmatamento na Amazônia, das queimadas na Amazônia e mostrou os campos gerais do Buceari, isso foi divulgado no mundo inteiro com estardalhaço. Só que quando ela viu o equívoco e desmentiu, o desmentido foi dado discretamente e ninguém soube mais nada disso. Um

Presidente da República do Brasil me contou, não era o Dr. Sarney, que viajava de avião sobre os campos gerais de Roraima e foi chamado para olhar da janela do avião o resultado do desmatamento da Amazônia. Eram os campos gerais de Roraima.

Essas são as notícias que dão sobre a Amazônia fazendo esse escândalo e apavorando com notícias alarmantes da destruição da Amazônia. Para lhes dar um exemplo, toda a Amazônia Legal tinha, no início desse século, 372 mil habitantes. Hoje tem 20 milhões. Não dá nem para dizer quantas vezes são. O meu Estado, na década de 40, tinha pouco mais de 400 mil habitantes; hoje, tem 3 milhões, tem 1.8 da floresta original desbastada. Fizeram Manaus, cidades e estradas do interior, etc. e não chega a 2% o desmatamento da floresta original. A Amazônia inteira não tem 11% da floresta original, apesar dos erros praticados. Quando a necessidade de preservação da região para manter, para defender, para conservar. Toda a biodiversidade da região é a manutenção de apenas 10% da floresta. Daí, o próprio acordo que o Governo brasileiro fez sobre isso.

Mas, a cada dia, vêem-se as notícias e, o que é pior, a política ambiental do Governo brasileiro, totalmente contrária aos interesses da Amazônia, porque não objetiva atender aos anseios da população amazônida que lá vive; ela objetiva expulsar o homem da Amazônia, criando condições de tornar impossível a vida na região.

Tenho, aqui, o boletim paroquial feito por uma freira, que sequer conheço, em viagem pelo interior, onde se diz o seguinte:

> Contudo, o que mais nos impressionou foram os fatos relacionados ao Ibama, que, nessa época, estava supervisionando e punindo as irregularidades cometidas contra as leis de preservação do meio ambiente.

Foram narrados fatos como estes:

> Os fiscais do Ibama invadiram algumas casas flutuantes em busca de material de pesca, de quelônios*, de pirarucus*, peixes-bois e madeiras. Ameaçaram os moradores do interior, chegando a usar de agressão física e psicológica. Panelas são jogadas no chão se acaso contiverem alguns desses produtos proibidos.

Veja, Sr. Presidente: panelas são jogadas ao chão se o miserável infeliz tiver, dentro dela, um pedaço de caça, por exemplo.

> A presença deles é ameaçadora, porque usam armas e, às vezes, atiram para o alto, ou usam-nas para bater nos pescadores. Chegaram ao ponto de atirar em panelas que estavam em cima do fogão. De uma casa, levaram o fogão e a botija de gás, sob a alegação de que os mesmos haviam sido comprados com o dinheiro adquirido pela exploração de madeira. Os moradores argumentaram o direito de usufruto da terra onde moram para a sua própria sobrevivência e ouviram, como resposta, o incentivo para se mudarem para a cidade, pois que todo o Interior seria área de preservação.

O objetivo internacional é esse.

> Um rapaz pego em flagrante foi obrigado a carregar sozinho um arrastão" – arrastão é uma rede de pescar muito grande – "passando por sobre tambores, mergulhando, em seguida, para buscar quelônios" – que nós chamamos bichos de casco, como tartarugas, tracajás, capitaris, essas coisas – entregar aos fiscais e, cada vez que ele retornava, recebia saraivada de balas ao seu redor. Todos os seus bens foram apreendidos. Como conseqüência, adoeceu e teve que emprestar dinheiro dos parentes para se tratar em Manacapuru.

Essa, uma colaboração da Irmã redentorista Marta Inês Vigne e Marta Valéria Cunha.

E por que isso? Porque é preciso esvaziar a Amazônia; é preciso que os brasileiros saiam da Amazônia para que fique mais fácil o seu domínio e o seu controle, o que eles já vêm conseguindo. E como? Além da política ambiental, há a política indigenista. Posso falar isso com muita liberdade, porque quem primeiro pediu a demarcação das terras dos índios – e a maioria aqui ainda não havia sequer nascido – fui eu. Primeiro, porque fui criado no meio deles; segundo, porque tenho parentes e ancestrais indígenas. Mas uma demarcação de terras indígenas de acordo com as reais necessidades do índio, e não de acordo com interesses dos falsos protetores de índios.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Gilberto Mestrinho, peço licença para interrompê-lo, porque tenho de receber o Vice-Presidente da Bolívia, que está visitando esta Casa. Em seguida, voltarei a presidir a Comissão. Solicito ao Senador

Mozarildo Cavalcanti que ocupe a Presidência neste lapso de tempo.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Foi acertada no exterior uma política de ocupação das fronteiras amazônicas, a pretexto de defender as populações indígenas. Houve um encontro na Inglaterra, depois que vieram os ingleses ao nosso País e fizeram um levantamento total dos seus interesses, em que se discutiu sobre a necessidade de se impor ao Governo brasileiro – essa discussão deu-se na presença da Rainha, do Duque de Edimburgo e do Ministro de Relações Exteriores da Inglaterra, dos que vieram ao Brasil e de outros – a demarcação do Parque, da reserva yanomami. Descobriram que esses índios existiam lá há mais de 20 mil anos.

Segundo os yanomamis, com quem eu convivo – há menos de um mês estive no meio deles, conversando com os tuxauas –, eles queriam a demarcação de suas terras, com muita justiça. Mas os yanomamis são quatro grupos diferentes. Todos são yanomami, mas são diferentes, falam, inclusive, dialetos distintos e vivem numa briga constante entre si. Os yanomamis tinham por hábito – agora não estão fazendo mais isso – matar as filhas mulheres que nasciam. Havia, então, uma falta muito grande de mulher que até hoje ainda existe nas aldeias yanomamis. Eles brigavam por roubar mulheres dos outros grupos que escapavam dessa matança inicial.

Eles queriam a demarcação. São 150 aldeamentos, chamadas ilhas ou grupos onde estão as aldeias. No Governo Sarney, foram feitas portarias que dariam 1,724 milhão de hectares aos 150 aldeamentos desejados pelos yanomamis. Eles queriam essa divisão. O Governo Sarney fez um estudo e ia fazer essa demarcação. Mas, embora isso interessasse aos índios, não interessava aos seus protetores. Quem já ouviu falar no **Guiana Shield**, o Escudo da Guiana, sabe que se trata de uma região cobiçada há muito tempo, que vai do Orenoco, Casiquiare, Rio Negro e Atlântico, riquíssimo em mineral. **********por intermédio do Presidente da República, assinou a demarcação de 9.200 mil hectares de terras para os 4 mil ianomamis que vivem naquela área de fronteira entre o Brasil e a Venezuela – o mesmo conseguido com o Governo venezuelano, Carlos Andrés Pérez, a reserva da biosfera, na área ianomâmi, do orinoco-casiquiari, na Venezuela.

Estava pronta a chamada nação ianomâmi do futuro. Só que os índios não querem isso. Qualquer um pode ir lá conversar com os índios. Os caciques não querem isso. Então, vamos visualizar a imagem inicial da daquela floresta da Venezuela, uma reserva de 9 milhões de hectares. Aí, descobre-se que havia os índios tucanos, cerca de 18 mil, quase todos alfabetizados. Lá, os salesianos fizeram um grande trabalho no passado, mas foram acusados pelas organizações não governamentais de genocidas e tiveram quase todos que sair de lá. Algumas freiras ainda estão lá, num esforço muito grande, num trabalho fantástico de educação, de identificação cultural, de respeito não à cultura, mas aos hábitos dos índios.

As áreas tucanas pegam a fronteira colombiana exatamente até o pescoço do cachorro – porque há a Cabeça do Cachorro – e um pouco abaixo da cabeça, já na parte do pescoço do cachorro. Essa área tem 8.200 mil hectares. Os tucanos nunca pensaram nisso. São vereadores, comerciantes, empregados da Prefeitura, do Estado, uns estudam na universidade. Fizeram isso para lá, eles nem sabiam, ficaram surpresos. Todavia, não está fechado o cerco das fronteiras, precisava fechar a parte de baixo. Então, começaram a cuidar da reserva do Javari. Na reserva do Javari, no lado brasileiro, de 8 milhões de hectares, não vivem mais de 600 índios. São os chamados índios caceteiros ou curubas, que vivem um período no Brasil, outro no Peru. Vivem na região de fronteira um período muito grande, e o javari às vezes é estreito. Mas isso é o berço das futuras nações. Eu já vi mapa do Brasil na Europa em que a nação yanomami é como se fosse uma nação diferente, uma outra nação. Sabe-se que lideranças indígenas estão estudando em universidades federais, preparando-se para serem os futuros dirigentes dessas chamadas novas nações, porque eles acreditam que podem fazer no Brasil o que fizeram na África.

Se os senhores fizerem um exame ainda nessa imagem visual dos mapas, verão que, na década de 1970, o mundo tinha mais ou menos 63 ou 65 países, não mais do que isso. Até a semana passada, porém, havia 193. Eles fazem a divisão para dominar melhor. Fica muito mais fácil dominar dividido do que unido.

Fizeram todas essas reservas na região. E mais do que isso, fronteiriço com as reservas, o Governo brasileiro criou os chamados parques nacionais e as reservas ecológicas. E agora quer fazer os chamados também foi ditado pelo Banco Mundial corredores ecológicos. Não levaram em conta nem a superfície, porque, por exemplo no meu Estado, o Amazonas, estão previstos cinco corredores ecológicos. Esses corredores têm 140 quilômetros de largura, as áreas vizinhas são protegidas também. Nesses corredores ecológicos não se pode fazer nada. Então, imaginem que cinco vezes cento e quarenta são setecentos

quilômetros. As áreas entre os corredores são protegidas também, ninguém pode fazer nada. Mas o Amazonas, de norte a sul, são mais de 800 Km. Então, como viver ali, se tudo é proibido?

Essa situação, infelizmente, conta com o apoio, o entusiasmo do Governo brasileiro. Isso é feito pelo Governo brasileiro. Lamentavelmente, digo isso aqui. Parece-me que é um compromisso internacional que o Brasil tem para agir assim. Qual o suporte disso? São as chamadas organizações não-governamentais. Existem boas organizações não-governamentais, com trabalho, mas quase todas se dizem dedicar à questão ambiental ou à questão indígena, porém, quase todas defendem outros interesses que não são os interesses do Brasil, não são os interesses da Amazônia, não são os interesse da nossa gente, porque nenhuma delas sugere uma forma de gerar um emprego. Elas fazem escândalo, inclusive programados, nas televisões e nos jornais. Observem como são os escândalos que saem na televisão, as fardas usadas, as roupas e tudo aquilo. Como fazem? Mas geraram algum emprego? Geraram o pão para alguém? Geraram alguma atividade econômica? Melhoraram a qualidade de vida do povo? Não. Esta, infelizmente, é a dolorosa realidade. E há uma quantidade enorme de organizações que trabalham na Amazônia – posso até ler o nome de algumas delas. Há o WWF, presidido pelo Duque de Edimburgo, príncipe consorte, marido da rainha, com quem já conversei sobre isso; por duas vezes tivemos longas discussões; o Fundo Mundial para a Natureza; **Greenpeace**, do nosso amigo presente aqui; **Friends of the Earth**, Amigos da Terra; **Environmental Defense Fund; Conservation Internacional; Woods Hole Research Center**; Grupo Trabalho Amazônico; Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia e uma infinidade de outras ONG subsidiárias; o Conselho Indigenista Missionário, o Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas; o Conselho Indígena de Roraima; a Comissão para a Criação do Parque Ianomâmi; **Survival International**, um braço da WWF; Cultural Survival; Oxfam; **Amazon Watch, Amazon Coalition** e muitas outras ONG que não vou citar aqui, fora as brasileiras, ou supostamente brasileiras.

Essas ONG recebem recursos e atuam e agora querem inclusive recursos do Governo brasileiro, com quem estão fazendo alguns convênios. São-lhes então repassados recursos.

Há pouco o Senador Mozarildo Cavalcanti citou um fato, uma ONG que recebia 6 milhões para um programa de saúde na área indígena, terceirizava o serviço por 1,5 milhão e não se sabe do restante. Quer dizer, há esse comércio entre eles. Isso acontece, isso vem acontecendo lá.

E vou contar a V. Exªs uma história. Durante a Eco-92, estivemos empenhados naquela luta, naquela batalha, em debates, reuniões, palestras, e discutimos muito. Por sermos seres humanos, e gregários, às vezes fazemos amizade até com aqueles que têm pontos de vista diferentes dos nossos. E fiz amizade, na época, com um americano, dono de uma ONG, e, depois de uma certa intimidade, um dia disse-lhe: contem-e sua história. E ele me disse: "Vou lhe contar. Já que estou sabendo do seu entusiasmo com o caboclo da Amazônia, em oferecer a ele melhores condições de vida, vou lhe contar. Trabalho com os índios do Equador. Levei lá uns técnicos e ensinei os índios a fazer bichinhos e objetos de jarina – um coco que temos na floresta amazônica, antigamente chamava-se marfim vegetal, com o qual faziam-se botões antes de surgir o plástico; é um verdadeiro marfim mesmo. Ensinei os índios a fazerem esses bichinhos. Gasto anualmente com esses índios US$800 mil e recebo em contribuições, em doações, US$6,4 milhões. Era uma proteção fantástica aos índios equatorianos. E assim trabalham muitas delas. Muitas delas neste País, principalmente na Amazônia.

Uma vez eu estava em Paris, lá no **Champs Elysées**, sentado no **Maison d'Alsace** , e vieram umas moças falar comigo. Queriam a minha contribuição para uma liga de Defesa da Amazônia, lá em Paris. (Risos.) Eu disse: "– Mas, logo comigo?!" Não sabiam quem eu era. "Mas, logo comigo?" Eu disse: "– Padre Amazoni". Mas então, é assim: no mundo, muita gente.

Foi publicado um livro, agora, falando sobre essas organizações, e digo que tem algumas sérias. Cuidando da Amazônia são 320 organizações. Essas internacionais, porque o livro não teve acesso ainda ao Brasil São. 320 organizações falando de ONG em relação a Amazônia. E fazem aquela campanha de plástico, de adesivos: "Queime um brasileiro e salve a Amazônia!", não sei o quê? Quer dizer, "Salve a Amazônia e queime um brasileiro!" É exatamente isso. **Burn a brazilian** – como eles dizem, não é? Então fazem isso. Fazem isso e essa política toda é lá. E vêm esses defensores de lá, como se fossem, como se fossem... Primeiro, para conhecer a Amazônia você tem que viver a Amazônia. Essa coisa tão diversificada, tão fantástica não se aprende na escola. Aprende na vivência. Aprende na vivência do dia-a-dia, observando, vendo. Assim que se conhece

a Amazônia. Então chegam lá ditando as normas: "Nós viemos salvar a Amazônia. A Amazônia é a nossa prioridade número um agora."

Como conhecer o Amazonas se conheceram Manaus ontem, à maneira deles, e hoje já estão dando lições? Por quê? Porque os interesses são outros. Hoje, no mundo, não é só no Brasil, no mundo existem, existem... Breve vão pedir oficialização, mas existe, quase oficializada, uma profissão nova: ongueiro. Participantes de ONG. O que você faz? Trabalho na ONG, numa ONG. Não é na UNE, é na ONG. Já existe isso.

Então veio isso, assim, lá na região e começam os combates. Começam os combates, por exemplo, todo mundo sabe que não existe economia sem transporte. E o país que não tiver uma malha de transporte não pode ter economia desenvolvida, especialmente um país da dimensão continental que é o Brasil.

Por que os Estados Unidos dominam o mercado de grãos no mundo? Não é só pela eficiência do trabalho deles, não. A malha de transportes que eles têm, possibilitou a que eles chegassem nos mercados com preços que ninguém pode concorrer. Então o Brasil, de repente, passou a descobrir que era fundamental ter uma malha de transporte. E pensou em fazer as hidrovias, o transporte intermodal. Começou lá com a hidrovia do Madeira, um esforço muito grande. Tentando fazer, porque a pressão é grande, Araguaia/Tocantins. Lá a hidrovia... fez Tietê/Paraná, do Paraná/Paraguai. Mas a pressão contra isso é terrível. Não se pode e não se deve fazer isso. Todos os dias há movimentos de ONG contrários às hidrovias.

Há poucos dias, li um comunicado de um capitão da Marinha desmentindo que era o responsável pelo desbarrancamento total de um rio. Ele disse: "Se isso acontecesse, haveria um dilúvio!".

Só a região de cerrado de Mato Grosso – não estou falando nem do Tocantins ou do Mato Grosso do Sul – é maior que o **corn belt** americano, o centro de produção de grãos dos Estados Unidos. No dia em que aproveitarmos a produção do cerrado – o cerrado como elemento de produção de grãos –, haverá uma produção fantástica, maior do que a produção total de grãos do Brasil hoje.

A hidrovia vai fazer com que, por exemplo, a soja brasileira fique US$30 mais barata no mercado internacional, e isso abalará grandes interesses. Então, é preciso impedir que se faça isso, que se construa essa hidrovia. Vamos tentar não fazer isso com a hidrovia do Madeira.

Esse é o grande problema. Há esses aspectos que ninguém leva em consideração, mesmo que as pessoas leiam jornais e revistas e assistam à televisão.

Qualquer um de nós pode ir a um restaurante em Brasília, em São Paulo ou no Rio de Janeiro, pedir um cardápio e escolher caititu ou uma caça qualquer, como o jacaré. Os restaurantes de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Brasília estão vendendo esse tipo de produto, e o caboclo que vive na Amazônia não pode comer jacaré, paca ou cutia e, em breve, não poderá comer nem veado. Como é que esse homem vai entender isso? Ele vê os anúncios de televisão, e o fiscal do Ibama metralha a panela dele. Ninguém entende isso. É injusto, é desumano, é cruel e anticristão!

Deus quando fez o mundo – todas as religiões ensinam isso – fez o homem e o meio ambiente, para que o homem, com o suor do seu rosto, tirasse do meio ambiente o seu sustento e o de sua família. Esse é um princípio cristão. Ele veio ao mundo para salvar o homem, segundo ensinam também todos os livros religiosos. Cada profeta, de qualquer religião, veio ao mundo para salvar o homem, que é o que há de mais importante na terra.

Os senhores já imaginaram que a nossa superfície é de 550 milhões de hectares, dos quais 369 milhões são compostos de floresta de terra firme? Um país como a Finlândia, que, na Amazônia, seria um grande quintal pelo seu pequeno tamanho, é cheio de lagos. Que nós, com essa imensidão de madeiras e de florestas, não tenhamos participação quase nenhuma no mercado internacional? Não se exporta sequer o correspondente a US$500 milhões de produtos florestais da região. A Finlândia, só de produtos florestais, exporta por ano mais de US$10 bilhões de uma floresta que fica seis meses gelada, congelada, e onde um pinheiro leva 80 anos para crescer. Enquanto essa ***maoma meratinga***, a virola, lá na várzea amazônica, produz, em dez anos, o mínimo de 8 metros cúbicos de madeira, e pode-se fazer o aproveitamento de madeira da região sem qualquer dano ambiental.

Vou dar mais um exemplo: durante 50 anos, toda a energia gerada na Amazônia, para eletricidade, para bombeamento de água, para transporte urbano – já que as primeiras cidades brasileiras a terem bonde foi lá na região e onde primeiro houve energia elétrica foi em Manaus – foi tirada da floresta. Havia muitos barcos que sobiam e desciam o rio, provocando um grande tráfego fluvial naquele tempo, e toda a energia era tirada da floresta.

Era a lenha, que era tirada da floresta. Foi o ciclo da máquina a vapor.

Lembro-me, eu era garoto, que andava nos barcos e havia os portos de lenha, onde os barcos paravam para receber lenha. Andavam um pouco e, novamente, paravam para pegar lenha. Mas, se procurarmos hoje de onde saiu essa lenha na floresta, não encontraremos nenhum sinal. Por quê? Porque a floresta se renova, desde que não se faça o corte rasteiro. E, pelos instrumentos de uso e pela natureza do homem na época, e hoje ainda, ele derrubava as árvores com machado; assim, só podia cortá-las à altura do peito. Dessa forma, deixavam-se os filhotes da árvore. A árvore-mãe rebrotava, os filhotes cresciam e, uma vez que se abria uma clareira, podiam fazer a fotossíntese e crescer, renovando-se a floresta.

Então, meus amigos, se quiséssemos fazer efetivamente uma política de melhoria da atmosfera em gás carbônico – CO2, conservando e melhorando a Floresta Amazônica, dando melhores condições de vida àquela gente, a melhor forma seria efetivamente manejar a floresta. Primeiro, porque o homem, tirando a madeira, melhoraria sua qualidade de vida; segundo, porque, tirando uma árvore velha, renasceria uma árvore nova que absorveria mais CO2 da atmosfera, criando um ciclo de melhoria do meio ambiente e de riqueza para o homem.

Essa é que seria a filosofia correta a se aplicar na região. Hoje há conhecimento científico e técnico para isso. Se o Governo brasileiro, se as organizações não-governamentais quisessem efetivamente contribuir para o desenvolvimento da região era levar essa sugestão, essa idéia, esse trabalho, esse ensinamento, essa profissionalização, e não se atracar em acusações do tipo "vocês são destruidores", "vocês são amadores", "vou fechar a serraria, vou fechar isso, aquilo". Do que o homem vai viver? Como o homem vai alimentar seus filhos? Em troca de quê? De agradar a Rainha da Inglaterra? Agradar o Duque de Edimburgo? Não, isso não! Esta, infelizmente, é a realidade da região.

Porém, assim se faz naquela região. Acredito que a sociedade brasileira está despertando para essa realidade. Na medida em que vai informando melhor, que se vai exercitando o sentido crítico da coisa, ela passa a compreender que há muita versão e pouco fato e que as versões, geralmente, estão a gosto dos interesses que não contribuem para a melhoria dos fatos ou das populações que são atingidas pelos fatos.

Então, sei que existem pessoas que pensam que sou inimigo dos ecologistas e ambientalistas, mas nunca fui, porque, quando abro os olhos, quando acordo, vejo o meio ambiente, sei se está bom ou ruim e começo a fazer um questionamento da coisa. Sou contra a farsa, a desinformação, os interesses outros por trás da política ambientalista ou indigenista. Isto é a realidade. Este é o meu posicionamento, sempre foi assim.

Como exemplo de homem público, fui tantas vezes Governador pelo Estado do Amazonas. Tenho influência política naquela região há muitos anos, mais do que a idade de muitos dos presentes, e é o Estado mais conservado do mundo. A floresta mais conservada do mundo é a do meu Estado, onde eles tinham distribuidor.

Chegaram até a dizer que eu era um distribuidor de motosserra. Nunca dei uma motossera. O Governo do Amazonas já fez isso, mas não no meu Governo. Uma vez, um tuxaua me chamou em sua tribo – no Governo do Amazonas, eles nunca me chamaram de Governador, mas sim de pessoa ou Gilberto –, dizendo que queria falar comigo em separado e pediu uma motosserra, porque não agüentava mais um machado. Ele já estava velho, pois um índio, com 40 anos, já era considerado velho. Disse a ele que não lhe poderia dar a motosserra, porque, sem nunca ter dado uma motosserra, já era acusado de ser destruidor de florestas, imagine se a desse logo para um índio! Eu disse que poderia ajudá-lo no sentido de conversar com um índio mais novo para que trabalhasse com ele.

O meu ponto de vista é esse. Todos estão vendo que o interesse é muito diferente do que se diz. A quantidade de pessoas que andam na região amazônica, dizendo-se interessadas em ajudar, ensinar ou trazer a palavra de Cristo ou coisa qualquer. No fundo, vejam o que existe. Há uma empresa do mundo farmacêutico que possuía, ano retrasado, três mil bactérias e fungos da Amazônia para serem patenteados. Amanhã, essa empresa vai nos vender os produtos. O quartzo, por exemplo. O melhor quartzo existente é o brasileiro. Vendemos a R$0,20 o quilo e compramos a U$2 mil. Tal fato está acontecendo com espécies da flora e da fauna, porque fungos, bactérias e princípios ativos de plantas medicinais estão sendo biopirateados todo os dias. Ainda ontem, a televisão mostrava que estão levando aranhas. Uma das aranhas que estão levando produz uma teia cinqüenta vezes mais forte que o aço. Assim o fazem todos os dias. Não temos noção da quantidade de remédios que estão sendo

patenteados. Aprovamos aqui uma Lei de Patente criminosa que dá direitos a eles, e a nós, nenhum. Infelizmente, é a realidade. Desconfio dos que vão para lá salvar árvores. **********ram, pois a região estava fora dos tratados internacionais. Até quando foi acertado que deveria ser colocado um marco e que a capital deveria demarcar a presença brasileira no Javari, o irmão do Marquês de Pombal não foi ao Javari; subiu o Rio Negro e foi a Barcelos. Fomos nós que conquistamos a região e somos nós que a mantemos. Não sou xenófobo, creio que os estrangeiros podem nos dar uma contribuição; só não podem nos ditar lições sobre o que entendemos, sobre o que conhecemos e vivenciamos.

O Senador Tião Viana e a Senadora Marina Silva, em breve, sofrerão pressões. Está sendo feito um bom projeto para o Acre. Trata-se de um projeto de utilização do látex em instrumentos cirúrgicos. Verão, breve, a oposição que vão sofrer quando entrarem em um mercado cativo. Aparecerão salvadores para dizer que aquela atividade vai modificar a cultura do acreano. Vai acontecer isso. Como aconteceu com o Amazonas quando, à época áurea da borracha, começou-se a industrializar a borracha, lá no Amazonas. A pressão internacional foi terrível. Antes de que acabasse a borracha, acabaram-se as indústrias de lá. Essa é que é a realidade.

Poderemos continuar aqui, mas, Sr. Presidente, Senador José Sarney – vou falar na sua presença, e o senhor até poderia me dar uma contribuição sobre isso –, no seu Governo, o senhor tentou fazer a demarcação da área indígena ianomâmi de acordo com interesses dos índios ianomâmis – 150 ilhas para os quatro grupos étnicos ianomâmis, como eles queriam, em áreas descontínuas. Quando o senhor saiu, veio a pressão do governo inglês, dando nome aos bois, do Príncipe Philip, marido da rainha, exigindo do Governo brasileiro a demarcação, de acordo com o croqui estabelecido pela Srª Clara Pandolfo, em área contínua de 2 milhões e 200 mil hectares. Essa é a verdade.

Quando a sua demarcação, em 150 áreas indígenas, era o que os índios queriam, e era 1 milhão e 740, mil hectares. Isso eu que falei aqui, e resolvi, agora, falar na sua presença.

Mas, enfim, a Amazônia é exatamente isso. É exatamente essa realidade. Já falei um bocado de tempo, aqui, e poderia falar muito mais, mas há outro palestrante, aqui, e há o debate em que estarei à disposição, aqui, depois do auditório.

Muito obrigado pela atenção! Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo que me deu e pela tolerância de todos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Quero a concordância da Comissão, para que tenhamos a exposição do Dr. Roberto, e, depois, então, os Senadores teriam o debate, porque a agenda e o formato desse seminário, segundo a proposta do Senador Tião Viana, foi no sentido de termos, uma visão do contraditório. Penso que seja importante para que o problema possa ser visto na sua totalidade.

Se os Senadores concordassem, faríamos dessa maneira.

A SRA. MARINA SILVA – Para um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A senhora sempre nos leva a bons caminhos, esclarecendo.

A SRA. MARINA SILVA – Muito obrigada.

Primeiro, cumprimento esta Comissão por essa iniciativa, Comissão presidida por V. Exª, cumprimento e parabenizo a iniciativa do Senador Tião Viana. Estou, juntamente com o Senador Eduardo Suplicy, na Comissão de Combate à Pobreza, e lamentavelmente perdi a exposição do Senador Gilberto Mestrinho, em função de que estávamos exatamente, neste momento, com o Relator do Orçamento, tentando viabilizar os recursos para o orçamento social, à medida em que os prazos se esgotam, e não tínhamos outra alternativa, a não ser hoje, colocar, senão iríamos fazer um bom relatório, mas, sem os recursos para encaminhar a questão do combate à pobreza, inclusive à nossa querida Amazônia, não daria. Então, daí, a minha chegada atrasada juntamente com o Senador Eduardo Suplicy.

E quero também esclarecer já para os Membros da Comissão, pelo respeito que tenho por todos os Colegas e pelo respeito que tenho a essa iniciativa, pelos dois expositores, dizer que, lamentavelmente, talvez eu não possa participar da fase do debate, coisa que gostaria muito de fazer aqui, nesta Comissão, para colocar também os meus pontos de vista e a experiência que tenho tanto na relação com a sociedade civil quanto com as questões de ações de governo e com as ONG. Lamento, porque o nosso avião sai exatamente às 8 horas, amanhã, para a audiência pública da Comissão, a qual não posso faltar.

Então, já estou fazendo esta antecipação. Quero ficar, pelo menos, até a exposição que teremos, ainda a pouco, do Diretor do **Greenpeace**. Mas, infelizmente, talvez não possa participar do debate.

Faço questão de fazer este registro, porque considero uma perda, principalmente para mim, não poder estar aqui, para colocar alguns pontos de vista.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Portanto, é com muita satisfação que dou a palavra ao Dr. Roberto Kishiname.

O SR. ROBERTO KISHINAME – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero, antes de mais nada, agradecer a oportunidade desta participação, deste depoimento. Espero poder responder às várias questões que já foram colocadas pelo Exmº Sr. Senador Gilberto Mestrinho a respeito do papel das ONG e, particularmente, da organização que estou aqui representando, o **Greenpeace**.

Se V. Exª me permite, Sr. Presidente, vou antes ler um texto que já havia preparado para expor a esta Comissão. Gostaria de solicitar que me fosse concedido posteriormente algum tempo para que eu pudesse responder a questões específicas, porque acho que o Exmº Sr. Senador Gilberto Mestrinho efetivamente coloca questões que são de interesse não só desta Casa, mas são questões que interessam ao conjunto da população e da sociedade brasileira.

Para esta participação, tomei como guia a questão que foi colocada pela Comissão: A comunidade internacional reconhece e respeita efetivamente a autonomia do Brasil sobre a Amazônia brasileira?

Em primeiro lugar, em nome do **Greenpeace**, agradeço o convite desta Casa para participação neste seminário. Ainda em nome da organização, parabenizo a iniciativa de autoria do Exmº Senador Tião Viana, principalmente pela busca da polêmica desveladora e construtiva que a sua pauta permite entrever. A questão acima formulada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para a nossa participação exige uma declaração preliminar. É preciso esclarecer, para evitar confusões, que não nos pretendemos porta-vozes ou representantes da comunidade internacional. Não acreditamos que essa seja a intenção da Comissão.

Como organização internacional financiada diretamente por três milhões de cidadãos e cidadãs em 104 nações e com entidades formalmente constituídas em 42 países, o Brasil incluído, representamos uma pequena parcela desta comunidade internacional. Aquela parcela que apóia uma organização independente, sem financiamento de governos, indústrias, partidos políticos ou grupos de pressão, e que busca a preservação daquilo que é bem comum: nosso meio ambiente, o planeta com sua diversidade biológica, cultural e econômica.

A resposta à questão formulada é, sem dúvida, sim. A parcela da comunidade internacional que representamos reconhece e respeita efetivamente a autonomia do Brasil sobre a Amazônia brasileira.

Esse testemunho, embora verdadeiro, ainda não nos permite uma boa resposta para a Amazônia, seu meio e sua gente. Assim, com a devida vênia desta Casa, vou tecer considerações que, correndo o risco de polemizar, a meu ver, permitem avançar em direção a uma resposta ao título do seminário: "Amazônia, patrimônio ameaçado?"

Nessa direção, manifesto nossa concordância, em essência, com o texto do Exmº Sr. Senador Tião Viana, que, na justificação deste seminário, faz um diagnóstico a respeito da situação da Amazônia. O diagnóstico subjacente àquele texto é de que o Brasil está hoje de costas para a Amazônia. Essa é uma das coisas que neste País, no nosso modesto entender, tem que mudar. E por onde começar a mudança? Atrevo-me a dizer que a partir dos políticos deste País e, particularmente, dos estados da Amazônia.

Assim, esta Casa é o lugar privilegiado para expor e discutir alguns dos fatos da nossa cultura que, intencionalmente ou não, tendem a eternizar uma postura arrogante e contraditoriamente derrotista com relação à Amazônia, suas riquezas, sua gente e seu futuro. É um lugar privilegiado porque mais do que a Amazônia a questão colocada pelo título do seminário remete a uma discussão do significado e do futuro do País e do seu modelo federativo.

O primeiro aspecto da nossa cultura política a modificar é a que assume a Amazônia como um vazio demográfico e econômico. Este conceito equivocado, no nosso entender, está na base de praticamente todas as políticas nacionais de curto e longo prazos, como, por exemplo, a de defesa nacional, de reforma agrária, de redistribuição das rendas fiscais, de subsídio à industrialização, de equalização do poder da região frente as demais e até mesmo de proteção ambiental. O resultado prático desse conceito equivocado é o incentivo oficial e oficializado à transferência, de tempos em tempos, de contigentes de brasileiros para a região, via projetos de colonização, de assentamentos da reforma agrária, de construção de infra-estrutura, tipo rodovias, sem mencionar as experiências do passado, como a extração de látex, a produção de sisal e outras bem ou mal sucedidas.

A título de testemunho pessoal, devo dizer que em minhas andanças pela Amazônia tenho

encontrado comunidades inteiras de famílias que, chamadas em algum momento pela promessa de um eldorado na forma de terra, título de posse, apoio à produção e a vida digna com educação e saúde para os filhos, encontram-se hoje literalmente abandonadas à própria sorte. A verdade nua e crua é que este mesmo País, com tanta terra disponível em áreas já deflorestadas, tem usado o assentamento de parcelas desassistidas da população em áreas remotas da Amazônia para, literalmente, esquecê-las no momento seguinte. Esta é a conseqüência cruel e cotidiana desse paradigma para a Amazônia, que assume como um vazio demográfico e econômico e, por decorrência, um espaço político e empresarial a preencher.

Para mudar esse paradigma é preciso antes que os Exm^{os} Srs. Senadores e Deputados reconheçam que a Amazônia não é um vazio, primeiro do ponto de vista demográfico. A rigor, ela sempre teve a população adaptada a seu meio, a seu ritmo e clima. Da população original, restam hoje cerca de 200 mil, segundo os dados da Coordenação da Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, enquanto das populações transferidas no passado mais recente restam hoje aquelas que, por seleção, sabem como lidar com o meio ambiente e que desde que tivessem o merecido tratamento, enquanto cidadãos, gerariam mais riqueza tanto para si quanto para o restante do País.

Aqui entra a segunda mudança no paradigma. A Amazônia não é um vazio econômico, ao contrário, ela é uma enorme riqueza que, por ignorância, na falta de uma explicação mais simples e convincente, não temos sabido realizar. Sobre isso gostaria de fornecer adiante alguns exemplos do que, a nosso ver, poderiam estar sendo incentivados e implantados. Ressalto que a falha em explorar devidamente os recursos existentes na Amazônia não é dos amazônidas, mas, ao contrário, de todos nós, brasileiros.

Muitas propostas têm sido elaboradas para a Amazônia, algumas mesmo nesta Casa. Todas elas teriam de ser revisitadas sob uma nova ótica. Proponho que todas as propostas elaboradas, sob a idéia de que há na Amazônia um vazio a preencher, sejam simplesmente abandonadas. Esta é a visão herdada dos nossos colonizadores. Foram eles que, ao negarem qualquer **status** de cidadania aos que aqui já viviam, pretenderam civilizar o nosso meio.

Se essa idéia permitiu a construção de praticamente tudo que temos de sociedade industrial e contemporânea no País, é chegada a hora de abandoná-la na Amazônia, que demanda uma nova maneira de olhar, viver e explorar. Atitudes aparentemente simples de mudar, mas que exigem a participação plena dos que ali vivem, exploram e aprendem.

Das riquezas existentes na Amazônia não preciso me estender. A justificação do Senador Tião Viana para esse seminário traz um pequeno listado das riquezas que têm sido subtraídas, seja pelo seu comércio ilegal, seja pela extração legalizada. Há outras omitidas, certamente, porque não couberam no texto reduzido de uma justificação.

Além disso, gostaria de acrescentar isso não está no texto que o Senador Gilberto Mestrinho também fez uma boa exposição das riquezas que estão na Amazônia e que têm certamente de ser consideradas na busca de um futuro para a região.

Entre essas riquezas que foram omitidas, citaria a diversidade cultural como um dos elementos únicos da região e cujo valor vai muito além do econômico. Ao mesmo tempo que as diferenças culturais no interior da Amazônia são a expressão humana mais refinada do engenho e arte na exploração sustentável dos recursos naturais em escala local, são elas os elementos essenciais na construção de uma nova economia de larga escala na região, antes de mais nada, porque a diversidade cultural acompanha a diversidade dos ecossistemas.

Entender a complexidade dos ecossistemas amazônicos, mesmo que com o único fim prático de identificar e explorar os recursos, transformando-os em moeda de troca, passa necessariamente pela aceitação, antes mesmo da compreensão e do entendimento das culturas ali existentes.

Mas essa diversidade cultural da Amazônia tem um papel maior do que o econômico. Ela é a unidade elementar na reconstrução contínua da nacionalidade. Se reduzíssemos o conceito de nacionalidade ao de homogeneidade, não poderíamos mais falar em Nação, no sentido moderno; estaríamos reduzidos às noções de povos, grupos, tribos ou feudos.

Em todos os cantos do mundo, nacionalidades foram e são construídas e reconstruídas. De um lado, pela força e, de outro, pela aceitação e reconhecimento das diferenças. Sem esse segundo elemento, a primeira é pura destruição e guerra é seu nome mais comum.

No mundo cada vez mais globalizado, o reconhecimento do direito à diferença é o principal elemento coesionador da nacionalidade. No nosso caso, mais importante ainda se considerarmos a

distância entre a Amazônia e o restante do País, que, como disse no início, está hoje de costas para a Amazônia.

Aqui cabe uma palavra sobre internacionalização da Amazônia. Como representante de uma organização internacional que trabalha fortemente nos fóruns internacionais, que incidem sobre a proteção ambiental, trago à consideração dos Srs. Senadores uma percepção diferente do que tem significado e do que significa essa internacionalização nesta Casa.

De um lado, é fato que os olhos de grandes corporações multinacionais hoje se voltam cobiçosamente para a Amazônia. Poderia citar, à guisa de exemplos, as empresas multinacionais dos setores madeireiros e de mineração como dois bons exemplos de olhos de rapina. Entretanto, ao sermos honestos conosco e com o povo, a quem temos a obrigação de responder pelos nossos atos V. Exªs porque foram por eles eleitos, e nós porque somos por eles financiados diremos que os mesmos olhos de rapina já agem aqui dentro do País por conterrâneos e estrangeiros que têm extraído da natureza amazônica as suas riquezas, que ali existem desde muito antes que qualquer mapa político dos países fosse desenhado, sem que qualquer benefício tenha retornado às comunidades que ali vivem, para não falar da natureza e do restante da sociedade brasileira.

A internacionalização da Amazônia é um fato antigo. Em rigor, até onde conhecemos, ela se inicia com a chegada dos portugueses e espanhóis à região.

Do ponto de vista de quem já ali habitava, o processo começa então há cinco séculos e hoje assiste-se a uma aceleração do processo.

Como primeiro indício dessa internacionalização, eu poderia citar a quantidade de grandes áreas de terra, acima de 100 mil hectares, nas mãos de entidades e pessoas estrangeiras. O segundo indício pode ser a quantidade de projetos de mineração de grande porte em espera pela aprovação de uma lei que as torne legais em áreas indígenas, que são áreas da União. Exploração mineral em terras indígenas em que necessariamente estarão presentes multinacionais mineradoras; se não diretamente envolvidas em operações locais, com certeza, ao longo da cadeia de comercialização e transformação.

Eu gostaria de estender esse conceito de internacionalização à exploração dos recursos genéticos da Amazônia, somada à comercialização legal ou ilegal das suas espécies animais e vegetais; à conversão de áreas de florestas em plantios de soja voltados para o mercado externo; à prática predatória de combinar assentamentos em pequenas propriedades com suprimento de matéria-prima, madeira, à indústria exportadora; e, não menos relevante, à construção de infra-estrutura na região para o atendimento de necessidades de energia e transporte de outras regiões do País.

Em todas as atividades anteriormente referidas, há um elemento em comum: explora-se de maneira não sustentável recursos da região para suprir mercados externos – parte delas na Região Sul e Sudeste do País – sem que benefícios proporcionais retornem à população, às unidades da federação e aos municípios e núcleos urbânicos amazônicos.

Coloco todas essas atividades como parte do processo de internacionalização também, porque não a vejo como mera questão de propriedade. Ao contrário. Ao falar de atividades econômicas, o que nos interessa ver, em um primeiro momento, é o montante dos benefícios que gera e quem dela se apropria: a população local, as municipalidades envolvidas, as unidades federativas da União ou o País como um todo? A resposta para essas perguntas, na grande maioria das atividades de maior porte acima descritas, é um simples e redondo "não".

Portanto, antes mesmo de discutir os impactos ambientais que geram, e para quem está sendo deixada a conta da destruição, a questão central é tomar consciência de que as atividades hoje existentes não nos int**********ação do comércio internacional, como, por exemplo, a Organização Mundial do Comércio, que, na sua próxima reunião na cidade norte-americana de Seattle, que vem sendo chamada de Rodada do Milênio, que irá ocorrer no final deste mês de novembro de 1999, pretende incluir em sua agenda a desregulamentação do acesso empresarial aos recursos naturais em qualquer parte do Planeta. A vigorar esse objetivo, que não vai ser certamente decidido em uma única reunião, mas que pode ser estabelecida como diretriz...

O SR. TIÃO VIANA – Dr. Roberto, solicito que o senhor repita essa decisão do OMC, por gentileza.

O SR. ROBERTO KISHINAMI – Dentro da Organização Mundial de Comércio, há uma pressão hoje liderada pelos Estados Unidos para incluir na sua agenda a desregulamentação do acesso aos recursos naturais, começando pelos recursos florestais em qualquer parte do planeta, o que significaria que o livre comércio estaria acima de qualquer acordo e de qualquer tipo de legislação de proteção. É essa a intenção. Mas a vigorar esse

objetivo, que não vai ser decidido em uma única reunião, mas que pode ser estabelecido como diretriz para as renegociações futuras sobre patente e propriedade intelectual acordos internacionais de proteção ambiental, barreiras não alfandegárias e tudo o mais, que, mesmo remotamente, tem a ver com o comércio internacional, o poder das nações de regulamentação do uso dos seus recursos naturais e nesse caso, inclui-se a Amazônia será irremediavelmente prejudicado.

O debate internacional hoje estabelecido acerca deste tema hoje não é segredo. A pressão dominante, que vem dos Estados Unidos, visa subordinar todos os acordos setoriais ou temáticos, com destaque para os de proteção ao meio ambiente, ao livre comércio, à lei de patente e de propriedade intelectual.

Faço aqui um parêntese para solicitar à Casa que, mediante esta Comissão, tome o assunto em suas mãos. Sem ferir as competências específicas do Executivo, que creio estão sendo bem conduzidas, cabe ao Senado brasileiro uma participação na definição dos princípios a serem assumidos pelo Governo nessa negociação. Se política é a arte da negociação, esta última só é legítima na escala internacional se baseada em princípios que expressem o melhor das vontades nacionais. No caso em particular, não tenho dúvidas de que o povo brasileiro deseja manter sua autonomia na definição das políticas de proteção e de uso dos recursos naturais, incluída a Amazônia.

Para fazer valer essa vontade, o País conta hoje com claras vantagens, como, por exemplo, o reconhecimento da Comunidade internacional para muito além daquela que representamos do direito de o Brasil gerir os seus recursos naturais; o respeito dessa mesma Comunidade ao Governo brasileiro, com destaque para o Ministro José Sarney Filho, do Meio Ambiente, que tem mostrado, interna e externamente, real e efetivo compromisso com a proteção do patrimônio natural e cultural do País; e, por fim, a legitimidade de uma estrutura de poder democraticamente eleita.

Aproveito este momento para responder a algumas das críticas que têm sido feitas ao **Greenpeace** por seu trabalho de proteção ao meio ambiente na Amazônia. Nessas críticas, a presença do **Greenpeace** na Amazônia por meio de um escritório em Manaus e atividades de **camping** tem sido usada para exemplificar a internacionalização da região. Como procurei mostrar anteriormente, a internacionalização que nada tem a ver com o **Greenpeace**, por quê? De um lado, antecede a Organização e, de outro, é movida hoje por interesses contra os quais temos lutado desde a fundação da nossa Organização. O problema dessas críticas é que elas mobilizam a atenção do público e das autoridades do País na direção errada. Ao invés de atacarem os reais processos de internacionalização, como os oriundos da Organização Mundial de Comércio, não raras vezes despendem valiosos recursos materiais e humanos do País em ataques às organizações da sociedade civil, como o **Greenpeace.**

Por fim, gostaria de rapidamente mencionar algumas atividades que poderiam ser incentivadas para, simultaneamente, preservar o meio ambiente para as gerações futuras, gerar renda para as populações que lá vivem e produzir benefícios palpáveis para todo o País. Ressalto que são apenas algumas as atividades possíveis, dadas aqui a título de exemplo e com o propósito de realçar as mudanças de postura necessárias à sua completa consecução.

Não pretendo, de forma alguma, esgotar as possibilidades, dado que, em sua maior parte, ainda estão por serem identificadas e desenvolvidas.

Essas atividades são identificadas e formuladas segundo um princípio comum: a de que a proteção do meio ambiente amazônico só pode ser alcançada com a participação plena das populações que nela vivem. Este princípio, aparentemente simples, precisa ser resgatado, dado que muitas vezes somos pegos na armadilha conceitual de que a Amazônia é um vazio, e, por decorrência, a sua proteção, tanto quanto a sua corrente destruição, é obra que só vai ser alcançada pela atuação de externos. "Estrangeiros do Sul e Sudeste do Brasil e de outros países" são importantes sim na proteção da Amazônia, mas, de forma alguma podem substituir a população local. Como disse desde o início, é ela que tem as soluções, ainda que hoje em pequena escala por falta de apoio e condições para generalizá-las.

O primeiro exemplo que tomo tem por base as reservas extrativistas, cujo conceito fundamental é, acredito, do conhecimento de todos. Essas reservas têm sido ultimamente questionadas, em função do baixo retorno financeiro que produzem, ou, em linguagem técnica, de sua inviabilidade econômica. No nosso ver, há nisso um profundo equívoco. O problema aqui é que essas reservas não têm recebido o devido tratamento por parte, não só mas principalmente, do Poder Público. Há um entendimento equivocado do que elas significam, que

impede que elas realizem plenamente o seu papel. Vejamos por quê. A maior parte dessas reservas foi inicialmente estabelecida com base na presença de comunidades de seringueiros. No entanto, o raciocínio que vou expor a seguir serve igualmente ao conjunto das reservas hoje existentes. A questão a ser feita em direção a uma solução é: qual o papel de uma reserva extrativista? Alguns dirão: uma reforma agrária ecológica. Outros, ainda, dirão: uma forma de preservar áreas com biodiversidade única e populações tradicionais. Ao nosso entender, estas respostas são ainda parciais. Entendemos ser o principal papel de uma reserva extrativista, estabelecida nesse exemplo pela presença tradicional dos seringueiros, o de preservar a biodiversidade das variedades de seringa, ou **hevea***. Esta função específica é a que a justifica e norteia. Ou deveria ser, já que há vários empecilhos colocados a esse objetivo, alguns deles nesta Casa. Os fatos fundamentais a considerar são apenas dois: o primeiro é que os negócios com borracha natural, látex, movimentam pelo mundo alguns bilhões de dólares. Sem dados recentes à mão, podemos simplesmente considerar que a indústria automobilística, que ainda é uma das principais geradoras de renda em todo o mundo, coloca, em cada veículo, o número mínimo de cinco desses objetos, os pneus, produzidos em grande parte ainda com borracha natural, o mesmo ocorrendo com outros componentes e acessórios. Esse mesmo negócio, que gera bilhões de dólares todos os anos pelo mundo afora, depende, para sua continuidade, das espécies de seringais que estão na Amazônia. Este é o segundo fato a considerar. É comum a descrição do Ciclo da Borracha como algo que terminou com a transferência de sementes de **hevea** para as plantações do Sudeste Asiático. Há nisto uma meia-verdade. A verdade completa é que essas mesmas e novas plantações, seja no Sudeste Asiático, seja no Sudeste do Brasil, dependem, para sua continuidade, de periódicos reforços de novas variedades, vindas, em última instância, da Amazônia. Isso porque, no futuro visível, toda sorte de melhoramentos que a técnica humana é capaz de produzir, permitindo a seleção de características desejáveis ao plantio uniforme, depende de um único laboratório capaz de produzir continuamente novas variedades de **hevea**, que é o ambiente amazônico. Assim, se, por hipótese, o desmatamento da Amazônia resultasse no desaparecimento ou mesmo no empobrecimento genético da **hevea**, a indústria da borracha, tal qual existe no mundo todo hoje, teria simplesmente o seu fim decretado. Questão de décadas? Talvez. Mas qualquer data, nesse caso, representa a morte decretada de uma indústria que movimenta bilhões de dólares, gera milhões de empregos e presta serviços que, em grande parte, são ainda insubstituíveis. Aqui, leva-se à consideração destes dois fatos: a simples conclusão de que as reservas extrativistas, com espécies de seringa e com populações tradicionais de seringueiros, são ao final, prestadores de serviços para a indústria da borracha. Como prestadores de serviços, deveriam ter as suas funções definidas e, em troca do serviço realizado, serem remunerados. Remunerados por quem? Pelos contribuintes? Não. Pelos consumidores de produtos de borracha. Como funcionaria isso? A nossa proposta: é da maneira mais simples possível.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Permita-me, Sr. Presidente.

Dr. Roberto Kishinami, eu e a Senadora Marina temos uma missão do Senado que nos obriga a nos ausentar de pronto – estamos no último minuto para não perder o vôo. Quero dizer que não se trata de um desrespeito a V. Sª nem muito menos ao Senador Gilberto Mestrinho. Gostaria muito de aqui estar, mas, às vezes, o Senado nos atribui inúmeras funções simultâneas. Então, vamos acompanhar com atenção tudo o que estão dizendo. Gostaria, inclusive, de dizer que tenho o maior interesse de participar do debate que está se travando, mas pedimos licença para nos ausentar. Perdão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Quero comunicar ao Senador Suplicy que é desejo da Presidência da Comissão que esses debates sejam publicados em anais da Comissão. V. Exª terá acesso a todos eles.

O SR. ROBERTO KISHINAMI – Muito obrigado.

O primeiro passo é ter uma lei de acesso à biodiversidade aprovada e vigente. A Exmª Senadora Marina Silva teve a iniciativa de apresentar o primeiro projeto de acesso à biodiversidade, e hoje encontram-se sob exame três projetos concorrentes e complementares, depois de anos de discussão pública e contribuições de diferentes segmentos da sociedade. É hora de aprovar um projeto de lei que, idealmente, mantenha o espírito do projeto original e incorpore as contribuições em debate, para depois regulamentá-lo, permitindo, então, que o País pare de perder recursos e ter o seu futuro comprometido com a perda de biodiversidade.

Aprovada e regulamentada a lei de acesso à biodiversidade, as atividades dos seringueiros em

identificar, classificar, mapear e caracterizar as diferentes variedades de seringa ou hévea – o que pode ser feito árvore por árvore nas reservas – poderá ser parte de um trabalho institucional e sistemático da manutenção da biodiversidade natural das espécies de seringas. Esse sistema, complementado pela atuação das instituições de pesquisas já existentes na Amazônia, permitiria, então, a criação de um negócio, ou melhor, corrigindo, a regulamentação de um negócio que já existe hoje de forma clandestina, qual seja, a retirada periódica e constante de novas cepas de seringa da Amazônia para, depois de trabalhos em laboratório, realimentar as plantações de seringueiras em diferentes partes do mundo. Assim, estar-se-á regulamentando e ordenando um negócio que existe desde o assim chamado fim do ciclo da borracha no Brasil.

Aqui, ainda entra em cena uma outra ferramenta jurídica: a Convenção da Biodiversidade, de que o Brasil é parte. Nessa convenção, cujo objetivo é a proteção da biodiversidade global, há espaço para o estabelecimento de protocolos voltados para os setores econômicos ou ecossistemas regionais.

Diferentemente de outros acordos, como o Sites, voltado para o comércio de espécies em perigo de extinção, a Convenção da Biodiversidade tem condições para abrigar um protocolo de proteção de biodiversidade de hévea, envolvendo países, indústrias, comunidades de reserva extrativistas, instituições de pesquisas, instituições certificadoras de origem de espécies e outras, de modo que parte dos recursos gerados pela venda dos produtos de borracha em todo o mundo remunerem o trabalho das reservas e dos extrativistas.

Assim, em três parágrafos, descrevi o processo como as reservas extrativistas, cuja viabilidade econômica é atualmente objeto de questionamento, passariam a ter um relevante papel na geração de benefícios e recursos para as comunidades, para os Municípios e Estados que o sediam, bem como ao País. Muitos podem argumentar que, sob essas poucas palavras, há muito o que fazer. É verdade, mas, como sempre, em qualquer parte do mundo, não há benefício real e duradouro que não venha do trabalho.

Disposição para o trabalho é o que não falta em nós, em V. Exªs e, mais importante, no povo da Amazônia. Assim, só poderemos ter sucesso ao decidirmos caminhar nessa direção.

Nossa aposta nas reservas extrativistas não se resume a palavras. Nesse momento, estamos financiando, junto com o Conselho Nacional de Seringueiros, o Centro Nacional de Populações Tradicionais do Ibama e a Universidade de Brasília, um projeto piloto de produção de borracha de alta qualidade na reserva extrativista de Carauari, um projeto associado ao anteriormente referido pelo Senador Gilberto Mestrinho.

O objetivo desse projeto é, além de gerar renda para os seringueiros pelo aumento do valor agregado de seu trabalho tradicional, introduzir uma tecnologia que melhore as condições de trabalho e de vida das famílias dos seringueiros. A experiência segue em ritmo acelerado e, no início do próximo ano, deverão estar sendo comercializados os primeiros produtos com essa borracha de alta qualidade das reservas extrativistas de Carauari e do Alto Juruá.

Outro exemplo que gostaria de acrescentar a essa exposição é a área de turismo e de atividades desportivas. Nessa direção, os Estados e o Governo Federal já tomaram importantes iniciativas. É questão de tempo que essas atividades na Amazônia venham a ser regulamentadas. Aqui, ao contrário do exemplo anterior, o das reservas extrativistas, a regulamentação deveria começar a ser traçada a partir das comunidades afetadas nos Municípios ou, alternativamente, nos ecossistemas identificados como de interesse para os empreendimentos de turismo e atividades esportivas.

O conhecimento local das comunidades tradicionais sobre o comportamento dos diversos aspectos da natureza é o elemento-chave para o sucesso de qualquer um e de todos esses empreendimentos. Assim, há que se estar atento para que essas mesmas comunidades tradicionais sejam beneficiárias dos resultados econômicos do que vier a se implantar, para não repetir os erros já conhecidos nas regiões costeiras do País, em que, pela posse e pelo controle de praias, ilhas e bosques, por pessoas, empresas particulares, muitas delas multinacionais, eliminam-se a possibilidade de sobrevivência de comunidades pesqueiras ou extrativistas tradicionais, que, não raras vezes, se vêem despreparadas até mesmo para obter empregos permanentes nos empreendimentos, o que lhes rouba as condições de sobrevivência.

Poderia estender-me por muitos outros projetos, mas cito apenas dois que poderiam gerar, desde que corretamente regulamentados, benefícios econômicos significativos. No caso das reservas, estamos falando em cifras da ordem de centenas de milhões de dólares todos os anos, se limitarmos o percentual que viria como remuneração ao trabalho das reservas

extrativistas em unidades de centavo de dólar por unidades de produto de borracha vendida, tipo pneus.

No setor de turismo e atividades esportivas, a cifra deve chegar aos bilhões de dólares. Para dar uma idéia do tamanho da economia de que estamos falando nesse particular exemplo: a Costa Rica é um pequeno país da América Central cuja área florestada usada para atividades de turismo é, certamente, menor do que o menor dos Estados da Amazônia. No entanto, a Costa Rica gera, líquidos, US$300 milhões em atividades de turismo. No outro extremo, a indústria da pesca desportiva, para citar apenas uma atividade difundida também no Brasil, movimenta, nos Estados Unidos, anualmente, US$120 bilhões todos os anos.

Finalmente, uma palavra sobre instrumentos econômicos de incentivo a atividades econômicas desejáveis para a Amazônia. Dado o potencial de contribuição significativa, a economia brasileira, pelas atividades que usem a floresta tal qual é e está hoje, contraposto ao ritmo atual de desflorestamento que, se mantido pelos próximos anos, certamente comprometerá a possibilidade de implantação dessas mesmas atividades, faz-se necessário estabelecer mecanismos fiscais de manutenção das coberturas vegetais nativas nas propriedades amazônicas. Além das regulamentações já existentes e do reforço à fiscalização, como é a orientação atual do Ministério do Meio Ambiente e do Executivo, medidas que viessem beneficiar os particulares que mantivessem intocados os ecossistemas sob sua guarda por força da propriedade, por isenção fiscal e proporcional do ITR ou por transferência de arrecadação fiscal, como no chamado ICMS Ecológico, teríamos medidas com um duplo papel: de um lado, representariam pré-investimentos em atividades sustentáveis e, de outro, sinalizariam aos agentes econômicos, nacionais e estrangeiros, sobre o que se pretende para a região, sua natureza e sua gente.

Não vou me estender mais, porque acredito ter dado os elementos para a compreensão de qual a missão de que somos depositários com relação à Amazônia. Acredito que os questionamentos e os debates posteriores em torno de temas que já foram, inclusive, levantados pelo Senador Gilberto Mestrinho trarão novas oportunidades de esclarecimento.

Ao terminar, ap**********gem e pelo senso de oportunidade para este debate. Em nome dos três milhões de cidadãos e cidadãs que, em todo o mundo, nos apóiam e financiam, faço sinceros votos de que esta Casa mantenha aberto este seminário, tornando-o um fórum de discussão permanente das alternativas e dos problemas atuais da Amazônia. É o que merece, tenho certeza, a população da região, suas gerações atuais e futuras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Vamos passar à segunda parte dos nossos trabalhos.

Temos inscritos alguns Senadores: o Senador Mozarildo Cavalcanti, ausente; o Senador Bernardo Cabral, ausente; o Senador Tuma, que se ausentou; Senador Lúdio Coelho, que se ausentou; Senador Suplicy, que não está presente. Também se ausentou a Senadora Marina Silva.

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero parabenizar a já conhecida atitude exemplar do Presidente desta Comissão com respeito à pluralidade da nossa sociedade. Também gostaria de parabenizar o nosso companheiro, Senador Tião Viana, pela atitude de trazer o debate a esta Casa, e saudar os debatedores: Senador Gilberto Mestrinho, Dr. Roberto, representando o Greenpeace, enfim, a todos os presentes.

Conversando com o Senador Tião Viana, disse-lhe que vim a este debate muito mais para ouvir, aprender, do que propriamente para dele participar. Sou de uma região completamente diferente da Amazônia; sou do Nordeste. Embora tenhamos o abraço de Deus representado pelo nosso rio São Francisco, a nossa região é completamente diferente. A Amazônia tem as belíssimas flores exóticas e nós temos a suavidade da chuva no final do ano, uma diversidade vegetal completamente...

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Tem inclusive a Rosa das Alagoas.

A SRA. HELOÍSA HELENA – ... completamente diferente da Amazônia; os nossos irmãos sertanejos não têm a diversidade do alimento vegetal e comem frutos de palmas, das mais diversas formas. Então, é algo completamente diferente. E é exatamente pelo fato de o Brasil ser um país tão belo e diferente que vim a esta Comissão, pois a diversidade cultural, a pluralidade da nossa sociedade e a diversidade ecológica faz com que tenhamos a obrigação de agir com independência nesta Casa, cumprindo as nossas simplórias obrigações constitucionais, trazendo a este País o grito de "pátria minha".

É evidente que tenho algumas preocupações em relação a organizações não-governamentais, como falou o Senador Gilberto Mestrinho, pois sei que algumas delas e também muitas personalidades políticas e empresariais não estão a serviço da defesa deste País. Preocupo-me também com a suposta intervenção das grandes potências na Amazônia, assim como com o receituário imposto ao nosso País pelo Fundo Monetário Internacional, talvez muito mais explícito quando se pensa na destruição da infra-estrutura do nosso País, do patrimônio nacional, na destruição de histórias de vida que são apresentadas nas frias estatísticas oficiais, pois milhares de pessoas sofrem com a intervenção direta do Fundo Monetário Internacional.

Portanto, não são apenas as ONG que estão querendo interferir no nosso País, mas principalmente o Fundo Monetário Internacional e as instituições multilaterais de financiamento, que têm destruído nações inteiras. Não existe nada mais doloroso hoje no mundo do que identificarmos que a principal causa de morte nas mulheres e a segunda nos homens é a tuberculose. Essa doença está relacionada ao desmantelamento do setor de saúde pública, à miséria, à fome, à humilhação, ao sofrimento.

Portanto, estamos sob a intervenção gravíssima, perversa e cruel do Fundo Monetário Internacional, contra o qual espero que todos os brasileiros comprometidos com a pátria rebelem-se.

Sei que existem problemas nas ONG. Inclusive, Senador Gilberto Mestrinho, no meu Estado existem oito povos indígenas e, por isso, tenho a obrigação de dizer do meu respeito pelo Conselho Missionário Indigenista. Tenho atuado muito menos do que deveria nessa área, porque tenho me dedicado mais a algumas Organizações Não-Governamentais que tratam de uma outra espécie: as crianças pobres e miseráveis. Conheço várias pessoas qualificadas, honestas, decentes e comprometidas, trabalhando em Organizações Não-Governamentais que atuam nas áreas de ecologia e de proteção aos povos indígenas do meu Estado. Por isso, tenho obrigação de dizer do respeito que tenho por muitas Organizações Não-Governamentais do nosso País. Nunca tive a oportunidade de atuar com o **Greenpeace**, mas respeito muito a atuação dessa entidade em vários países.

Tanto nas considerações do Senador Gilberto Mestrinho quanto nas do Dr. Roberto, falou-se nas alternativas concretas e eficazes de garantia do desenvolvimento econômico, portanto, de dinamização da economia local e geração de emprego e renda dessa região. Sabemos que as Organizações Não-Governamentais não são responsáveis pela crise econômica do nosso País nem da Amazônia.

Sinceramente, não consigo entender, talvez por ter vindo de uma região tão empobrecida. Acredito muito na redenção do Nordeste, no seu potencial de áreas agricultáveis e de recursos hídricos, no nosso complexo lagunar. Ora, se acredito tanto na produção e no desenvolvimento do nosso Nordeste, submetido à fome e à miséria pela irresponsabilidade de nossas elites econômicas e políticas, imaginem o quanto acredito nas possibilidades da Amazônia!

Se, no Nordeste, buscamos alternativas de produção de alimento até em cactos, imaginem a produção de alimentos da Amazônia. Se no nosso Nordeste, já temos várias experiências das chamadas farmácias vivas de produção de medicamentos, reconhecidos cientificamente, imaginem as alternativas gigantescas que existem na nossa Amazônia, cuja riqueza e patrimônio são tão grandes! E sabemos que a grande disputa do próximo século será a tecnologia e os recursos naturais, especialmente a água. Temos uma enorme obrigação com a preservação dos recursos hídricos e naturais da Amazônia.

Não consigo entender por que não se buscam alternativas concretas de desenvolvimento econômico, de dinamização da economia local, de geração de emprego e renda. A limitação dos meus neurônios abalados pela miséria da infância talvez esteja impedindo-me de ver isso. Eu não consigo entender que a única alternativa seja a das motosserras das madeireiras. É impossível com um potencial gigantesco como o da Amazônia.

São alguns questionamentos que eu gostaria que os debatedores trabalhassem. Precisamos de mais alternativas concretas. Tanto o Dr. Roberto, como o Senador Gilberto Mestrinho trataram o assunto com muita competência e clareza. Mas eu gostaria que isso fosse apresentado com números; que fossem dadas respostas: como produzir desenvolvimento econômico? Como gerar empregos nessas atividades? Como gerar renda? Pois trata-se de atividades que realmente produzem riqueza e podem ser fonte de partilha de riqueza, com respeito, com o mais absoluto respeito a esse belíssimo patrimônio da humanidade que é a nossa querida Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o nobre Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Nobre Senadora Heloísa Helena, lá das Alagoas, é um prazer muito grande para nós do Amazonas, com excesso de águas, falar ao Nordeste, sem água.

Em Alagoas, a situação é mais difícil, porque Alagoas tem menos do que o mínimo de reserva de água recomendada pela Organização Mundial de Saúde. E a tendência de Alagoas – como de alguns outros Estados do Nordeste – é a cada dia a situação piorar.

Por isso, o mundo, salvo aqueles que fazem turismo sexual em algumas praias do Ceará e de Pernambuco – segundo as televisões, não está muito interessado no nosso Nordeste. Está interessado, sim, na Amazônia. Por que esse interesse? Porque a Amazônia sofre dos mesmos que levaram o Nordeste à situação atual .

E o problema do Nordeste é água!! No entanto, todos sabem – a grande maioria sabe – que o Nordeste está em cima de um grande lençol de água a uma profundidade de 300 a 800 metros em média. A Petrobras seria muito mais útil cavando poços de água do que cavando poços de petróleo. Um dos problemas do Nordeste seria resolvido: o problema da água. Já aconteceu em Mossoró. A Petrobrás foi procurar petróleo, cavou o poço e achou água. Até hoje a cidade é abastecida por esse poço.

Então, o problema do Nordeste não é tão difícil. E a nobre Senadora tem toda a razão de ter esperanças no desenvolvimento do Nordeste. Mas foram apresentadas e explicadas bem pelo Sr. Roberto e também, em parte, pelo Senador Roberto Freire as causas maiores.

Nós na Amazônia somos obrigados à chamada renúncia econômica. Por que renúncia econômica? Porque somos proibidos de tudo; e a cada dia aumentam as proibições. O homem podia trabalhar na região sem prejudicar a floresta, porque a atividade econômica na Amazônia não prejudica a floresta. E isso foi dito aqui. E lá está a prova disso. Já disse aqui que, durante 50 anos, o nosso combustível era a lenha tirada da floresta. Nós trabalhávamos a floresta. Demos metade da receita tirada da floresta. As cidades da Amazônia tiveram energia e água. E os prédios lá, inclusive o Teatro Amazonas e o Teatro Pará, importantes no Brasil, todos saíram da floresta. E não houve dano ambiental. Essa história de dano ambiental é conseqüência de um conceito minuciosamente estudado – existe um livro a respeito: "Os Senhores do Mundo, Dominadores do Ambiente". Essas pessoas impuseram um modelo como o qual não podemos, na Amazônia, fazer nada. O homem não pode trabalhar a floresta.

Por exemplo, existe uma portaria regulamentando a implantação de um projeto de manejo florestal. Recentemente, mostrei ao Ministro José Sarney Filho a tolice que havia na história do manejo florestal. O que seria o manejo florestal? Em primeiro lugar, uma área manejada deve ter em média 200 mil hectares, o que é nada na Amazônia. É um alfinete em uma avenida, em um campo de golfe. Não é nada. Trata-se de áreas inventariadas, que são retiradas anualmente para um projeto de 25 anos de manejo, porque, em 25 anos, a floresta se refaz. Quando se fala nos 200 mil hectares necessários para isso, com a regulamentação da portaria, fere-se o que disse o Dr. Roberto sobre a venda de apenas 100 hectares na Amazônia. Ora, em 100 hectares não se planta nem couve, em termos de Amazônia, pela sua grandiosidade.

Entretanto, se pegássemos 200 mil hectares, racionalmente, em blocos de 10 mil hectares – não houvesse essa toada de ferir a Constituição –, geraríamos 116 mil empregos diretos, o que renderia uma contribuição muito grande de impostos para estados e municípios.

Concordo com o Dr. Roberto, mas discordo quando diz que, nas atividades econômicas da região, as prefeituras, os estados e a população não obtiveram benefícios. Os estados foram beneficiados, vivem disso. As populações foram beneficiadas, estão vivas até hoje. E os municípios foram beneficiados. Há os impostos cobrados e há os benefícios. A atividade econômica gera impostos.

Existem, pois, alternativas que não danificam a floresta, o chamado conservacionismo florestal. É a conservação. Essa alternativa não modifica o Canadá, a Finlândia, a Suécia, o norte da Rússia, embora a grande maioria de suas florestas seja plantada, e agora não está mais prejudicando a África central, equatorial, pois estão trabalhando direito lá.

Tive o trabalho de visitar todas as florestas do mundo a fim de observar como procediam. E todos ganham dinheiro com a floresta, mantêm o meio ambiente, as populações têm renda familiar alta. Só o Brasil não pode utilizar sua floresta. Só não se pode mexer na Amazônia. É um absurdo! Deve-se preservar, considerar intocável. Então, o homem não pode explorar a floresta, não pode caçar, quando o mundo inteiro caça?

Agora não mostram mais, mas continua existindo a caça à raposa, que é a caça mais absurda que se pode fazer, porque o animal fica entocado,

preso, e vêm os cães, com o Príncipe Philip e o Príncipe Charles, para matá-lo. No entanto, no mundo inteiro condenam essa prática.

Na França, na Itália e na Suíça, que é um país minúsculo, há a temporada de caça, mas o homem da Amazônia não pode caçar e quase não pode pescar, porque descobriram que as espécies estão em extinção, e nunca houve tanto peixe como agora. E mais, agora estão criando peixes, mas é preciso mantê-los.

Contarei apenas um fato elucidativo. Uma vez, chegou lá uma funcionária do Ibama que tinha feito uma bobagem terrível na questão da madeira. De helicóptero, ela conseguiu ver uma jangada no fundo do rio – ora, jangada não vai para o fundo – e veio aplicar a multa. Protestei contra isso, e o Presidente mandou que ela fosse falar comigo em Manaus. Ela chegou nervosa, e eu disse: "Não, sou um cavalheiro. V. Sª sente-se, que quero conversar." Ela sentou-se, e eu lhe contei a bobagem que ela vinha fazendo: "Isso não está certo. Não é por causa de um minuto no jornal da Globo que se faz isso". No fim, soube que tudo fora montado. Vinha a história do defeso do peixe. Eu disse: "V. Sª sabe quanto mede o rio Amazonas da fronteira da Colômbia até a foz, a baía de Marajó?" Ela respondeu que não. E dialogamos:– São quatro mil quilômetros aproximadamente. Mil e seiscentos de Manaus até a foz e dois mil quilômetros até a fronteira com a Colômbia e o Peru. A senhora sabe que os rios da margens esquerda são de água preta e, da margem direita, de água branca? — Não, senhor. – A senhora sabe que os regimes desses rios são diferentes? – Não, senhor. – E como a senhora quer fazer um defeso igual nessa Amazônia inteira? – De fato, o senhor tem razão. Assessoraram-me mal.

A realidade é essa. O homem não pode fazer nada na região. Quando ele quer trabalhar, não pode, o Governo não deixa, porque existe, efetivamente, um plano internacional de esvaziamento da Amazônia. Isto existe, está claro. Ontem ou anteontem baixaram um ato que proíbe fazer assentamentos na Amazônia. Não se pode fazer venda de terra; não se pode fazer desapropriação; não se pode fazer mais nada. Estão condenando o homem à desgraça.

V. Exªs sabem que houve um acordo, em Quioto, para o seqüestro de carbono. Verificaram que, efetivamente, a árvore retira carbono da atmosfera. O mundo preocupa-se com isso, e eu critico. Quando se queima uma fogueira na Amazônia, é um escândalo mundial, mas ninguém diz nada da indústria automobilística, dos 400 milhões de veículos que jogam poluição no ar 24 horas por dia. A indústria automobilística é poderosa, e a indústria do combustível é mais poderosa ainda, e não se diz nada.

Uma erupção do Pinatubo, que houve há uns anos, nas Filipinas, equivale a sete florestas como a Amazônica queimadas, inteiramente queimadas. Só uma erupção do Pinatubo mudou, naquele tempo, até em quatro graus o clima da Terra.

Há muita mistificação e a nobre Senadora tem razão: há uma conivência real do Governo brasileiro nessa questão, nessas medidas todas.

Aproveito para fazer apenas alguns comentários sobre o que o Dr. Roberto disse. O Dr. Roberto expôs coisas boas aqui. Se a intenção do Greenpeace é efetivamente essa (risos), é apenas uma correção, temos que corrigir certos pontos. Se é essa, vamos adiante.

Quero dizer que é errado pensar que sou contra ambientalista, contra ecologista, não sou. Mas – vou repetir – sou contra a farsa e contra o mau uso de uma terminologia que não deve ser aplicada na região, e as mentiras que dizem sobre a Amazônia. Isso me revolta, portanto falo, e devo falar para no mundo inteiro.

Certa vez, eu estava fazendo uma palestra na Universidade de Glasgow, na Escócia, e um provocador me perguntou: "Não, mas vocês queimam a floresta"? Eu disse: Não, não queimamos. Houve um tempo que usávamos a floresta para fazer lenha, porque vocês fizeram a máquina a vapor, obrigaram-nos a usá-la e nos ensinaram a vendê-la, porque não tínhamos óleo. (risos.)

Outra vez, fazendo uma palestra no MIT, em Boston, e ali está a fina flor das ONG – pelo menos as que me combatiam – e fui lá fazer uma palestra para estudantes e "ongueiros" (risos) – não há sentido pejorativo algum, só estou dizendo porque hoje é uma nova profissão. Eu estava fazendo a palestra e lá um provocador disse: "Mas, lá no Amazonas, vocês praticam genocídio de índios". Eu disse: Olha, essa informação está um pouco distorcida, não existe isso. Por exemplo, a minha avó morreu com noventa e poucos anos, era filha de índio. Vivo lá com os índios, recebo os índios na minha casa, sentam comigo à mesa, almoçam comigo, vou às aldeias, convivo com eles. E você anda o Brasil inteiro e é mais ou menos assim, porque todos nós já somos mesclados. Mas estranho você se preocupar tanto com o índio, porque, quando eu vinha para cá, passei na praça tal e vi uma estátua muito bonita de um herói americano. Sabe de quem era? Era do General Custer. Sabe a glória dele? Exterminar os índios. Aí o fogo deles

baixou. E depois tem mais: índio aqui para vocês sabe para que serve? Para mostrar onde é o mictório. Porque todo mictório de Boston dos bares e restaurantes tem uma cara de índio. (Risos.)

Como eu disse, concordo, o ponto de vista é esse mesmo. Apenas tenho umas discordância aqui, como já falei na primeira questão. Há benefícios para os municípios, estados e a população, porque, gerando trabalho e renda, é benefício, é melhor do que não ter nada. Agora, quero lhe dizer que essa questão de o mundo criar o imposto sobre a borracha e nos pagar é sonho. É sonho porque, no acordo de Kioto, foi estabelecido, quanto à questão do seqüestro de carbono de que comecei a falar, que os países iriam fazer o levantamento. Aqueles países que poluem pagariam para os que limpam. Para eles, somos mais lixeiros eles querem a floresta porque somos lixeiros da humanidade. Eles alegaram logo. Os americanos disseram "não". Efetivamente plantam muita árvore lá. As árvores estão crescendo. Quando a árvore está crescendo, absorve carbono, libera oxigênio e**********ão poucas. Tínhamos uma quantidade muito grande de serrarias, mas, com a proteção do magnífico trabalho do Ibama, já acabaram quase todas.

Passeando-se de jangada por um pátio daqueles, veremos que já não são mais árvores propriamente, são canos. Todas elas são brocadas. O cupim come o âmago e deixa aquele buraco. Por quê? Porque são velhas. Temos alta umidade. Os resíduos, folhas e folhagens caem. Então, o fungo nasce com grande facilidade. Por isso, temos uma extraordinária biodiversidade de fungos e bactérias. Podemos explorar, manejar a floresta sem causar danos.

Quanto à borracha, o máximo que poderíamos explorar na Amazônia, produzir com toda a força, se ainda houvesse seringueiros na Amazônia... No Acre e no Pando, na Bolívia, ainda há quem sabe cortar seringa. Não existem mais seringueiros nem quem queira ser seringueiro. Por quê? Um bom seringueiro, num bom seringal, por safra eles chamam fábrico , por fábrico, faz 350 quilos de borracha. Por trezentos e cinqüenta quilos, recebem menos de meio salário mínimo por mês. É uma atividade de miséria. Não queremos preservar a miséria na Amazônia, queremos desenvolvimento.

Quanto às reservas extrativistas, é um sonho romântico, bonito, mas preserva a miséria. Se ver menino barrigudo, coitadinho, pobre, miserável é bonito, defendo essa atividade. Mas não querendo isso, não! Mesmo por que ninguém quer mais essa atividade. Alguns ainda querem. Visitei uma dessas reservas nacionais ecológicas, que estão sendo implantadas agora. Na festa, todos estavam falando. Não estava muito interessado, fui conversar com os moradores. Falei: "Afinal, o que está havendo aqui. Melhorou ou não para vocês?" Eles disseram: "Uns seis ou oito conseguiram o cargo de guarda-florestal, andam nessas canoas de motor de popa e ganham um salário e meio ou dois salários por mês. Mas o que estranhamos é que saem daqui, semanalmente, caixas e caixas de material da floresta e de ovas de peixe, de todas as espécies. Saem só embaladas, outras congeladas e vão embora. Para eles, talvez, essa atividade interesse, para o povo não. Mas toda contribuição é boa. Acredito que podemos trocar idéias, encontrar caminhos, corrigir certos pontos de vista, talvez pela não-vivência da região Amazônica. A verdade é que o processo da internacionalização não são as madeireiras nem as mineradoras. A atividade econômica é bem-vinda na região. A atividade mineradora, no mundo inteiro, é dominada pelos consórcios que ligaram as casas reais da Europa antigas e atuais, e grupo de banqueiros que controlam o mercado mineral. Há um grupo que controla 64% do cobalto. Se eu tivesse mais tempo, poderia explicar melhor. O que temos que fazer é defender o nosso direito de como eles devem atuar no Brasil. Reserva indígena? Chama os índios, e diz: olha, na sua área tem, por exemplo, a de Surucucu, existe a maior reserva de caciterita em todo o mundo. Vocês vão permitir? Vocês vão ter um **royalties** disso. Vocês vão ganhar tanto. E vamos explorar, porque, lá no fundo, não beneficia ninguém. O índio continua miserável. Eu vi. É doloroso. Vi, há menos de um mês, um cacique, aliás, três tuxauas ianomamis, de diferentes idades, porque eram de grupos diferentes. Ele foi me mostrar. As mulheres passavam com uma tiara de imbira na cabeça e um cesto as costas. Ele me dizendo: elas andam três horas lá da maloca para a serra para buscar a banana. Três horas para ir, sem parar, e três horas para voltar. Então, elas têm que ir um dia, dormir lá e depois voltar. A mulher já não agüentava mais. São quilômetros com aquele peso imenso e às vezes com o filho para carregar. O índio não quer mais isso. Ele não suporta isso mais. É desumano, é injusto, não fazermos um trabalho correto em relação ao índio. Levar ao índio o apoio efetivo, os benefícios da civilização, respeitar certas culturas dele. Digo certas por que temos que combater o caixiri. O caixiri é uma bebida que faz com que eles fiquem bêbados por uma semana. Educar para não fazer isso, porque é negativo. Esse é o trabalho que se deve fazer. No

mais, acredito, Dr. Roberto, que quem quiser ir para a Amazônia, interessar-se efetivamente, honestamente, seriamente, em contribuir para o desenvolvimento da Amazônia é bem-vindo. Eu dou as boas-vindas. Quem não pensa assim, acha que sou o maior inimigo dos ecologistas, fazem essa imagem de mim. Felizmente, os meus princípios são cristãos e defendo o meu ponto de vista ecológico, que é antropocêntrico e cristão. O homem, em primeiro lugar, e as idéias do Cristo, depois, em segundo lugar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Dr. Roberto Kishinami e vou pedir aos presentes que sejamos concisos porque estamos com a nossa hora bastante avançada e temos que encerrar a nossa reunião.

O DR. ROBERTO KISHINAMI – Obrigado.

Vou procurar ser breve e pegar os pontos principais.

Agradeço as boas-vindas do Senador Gilberto Mestrinho, porque, na verdade, há um tempo tivemos uma recepção do Governador. Para ser bem sincero, na época, senti falta da mesma recepção do ilustre e bem conhecido Senador.

Fizemos uma escolha estratégica ao definir a Amazônia como área de trabalho para as próximas décadas, que foi uma instalação no Estado do Amazonas. Isso se deu por uma razão bem simples, ou seja, porque é efetivamente o Estado que tem a maior proporção do seu território protegido e é onde, na verdade, se trava hoje uma espécie de batalha para definir se esta preservação continua ou se o Estado do Amazonas vai passar a abrigar o tipo de atividade que esteve sediado, nas últimas décadas, no Estado do Pará, onde, infelizmente, parece não encontra mais as mesmas condições de permanência.

Refiro-me à indústria madeireira do Sul do Pará, que, na década de 70, foi importante para a construção e o aparecimento mesmo de cidades inteiras e que, hoje, esgotados os recursos florestais naquela região, está se dirigindo para Oeste, significa dizer, dando um salto na região do Xingu, estabelecendo novas áreas de exploração madeireira ainda dentro do Estado do Pará, mas já se dirigindo para uma área extremamente importante, anteriormente já referida pelo Senador, que é uma área entre o Juruá e o Purús. Nessa área, temos hoje três grandes empresas madeireiras, que adquiriram terras em grande extensão – e aqui faço uma observação: trata-se de áreas com mais de 100 mil hectares; portanto, são grandes áreas, em qualquer parte do País, mesmo na Amazônia. Uma delas sozinha tem 200 mil hectares. Se formos somar isso ao que as outras duas têm na mesma região, chegaremos a alguma coisa da ordem de 400 mil hectares, na mão de três empresas madeireiras.

Então, a nossa eleição do Estado do Amazonas, com uma localização na Cidade de Manaus, está guiada, na verdade, por esse tipo de enfrentamento, quer dizer, colocamo-nos como uma organização da sociedade civil que tem por função, única e simplesmente, atuar em campo, investigar, usando os direitos que são de qualquer cidadão, para, então, nos casos identificados, expor às autoridades e ao público. É isso o que fazemos.

Certamente, o trabalho por toda a Amazônia vai tomar o nosso tempo por décadas. Hoje tenho, nesse escritório em Manaus, cinco pessoas contratadas, são funcionários da organização que dirijo aqui no Brasil. O nosso objetivo é chegar a uma equipe de, aproximadamente, quinze pessoas – e todas elas da região. Região esta que, para nós, não termina na fronteira brasileira; existe uma Amazônia compartilhada por outros oito países – nove com o Brasil, evidentemente –, e o que acontece em cada país é de interesse dos demais que compartilham o mesmo ecossistema.

É por essa razão que, no passado, procurou-se estabelecer o Pacto Amazônico, um tratado, inclusive com validade internacional, que infelizmente, não tem sido mobilizado para buscar alternativas econômicas para a região.

Esclareço que não é o nosso objetivo manter o grau de pobreza, de precariedade em que vivem as populações hoje na Amazônia. Penso que essa situação não é desejável ou mesmo aceitável do ponto de vista de qualquer cidadão ou cidadã. Efetivamente, as pessoas que vivem naquela região – e é uma região complexa, falamos sempre de uma Amazônia, mas a verdade é que estamos falando em algo pelo menos do ponto de vista biológico, mínimo de vinte diferentes ecossistemas – se formos analisar corretamente, olhando as culturas que ali existem, são certamente dezenas de Amazônias. O objetivo nosso é contribuir para que a vida dessas pessoas na região melhore e tenham até mais do que os benefícios que a sociedade industrial, moderna, hoje, proporciona a um cidadão médio em qualquer parte do mundo.

Na verdade, as pessoas que vivem na Amazônia têm as condições e o direito a uma vida efetivamente melhor, porque estão localizadas, inclusive, num lugar com uma riqueza natural única. E ao

estarem ali localizadas, reaprendendo continuamente e mantendo esse aprendizado como cultura, na verdade, adquirem, a meu ver, o direito a ter até uma vida melhor do que o cidadão comum em outras partes do mundo.

Falando de outras partes do mundo, há, no nosso entendimento – uma coisa que se choca, na verdade, com as crenças do Senador Gilberto Mestrinho – no passado, que as populações na Europa e mesmo nos Estados Unidos destruíram as suas coberturas vegetais originais. Usaram isso, claro, para acumular, conquistar, para serem o que são hoje, grandes potências. Mas a verdade é que hoje esses países, as suas populações e o seu futuro, na verdade, dependem da preservação de áreas como a Amazônia, não só a Amazônia mas também a Amazônia. E se há essa dependência, a nossa crença é que as pessoas nesses outros lugares do mundo tendem pagar por isso. E quando dizemos pagar, estamos falando em, efetivamente, colocar recursos para a preservação, tanto quanto para o desenvolvimento de atividades, como duas delas, descrevi aqui, são geradoras de renda, de benefícios para a população local.

Estou falando em pagar não como se fosse esmola ou atos de caridade, mas, efetivamente, retribuir em moeda uma dependência que eles têm com relação à região, um benefício que essas populações têm pela simples existência da Amazônia. É disso que estou falando.

Assim como vejo os recursos que os nossos doadores nos dão – e posso adiantar aqui, são da ordem de U$150 milhões por ano – que vêm para o **Greenpeace**, e nisso o **Greenpeace** é uma das menores organizações internacionais, cada centavo que entra considero não como caridade, mas como investimento. Cada um dos nossos doadores está fazendo, através de nós, um investimento no futuro. Nesse sentido, essa é uma organização absolutamente antropocêntrica, nós nos vemos como uma organização que trabalha pela preservação, no fundo, da espécie. A diferença que temos provavelmente em alguns momentos de debate com o Senador é ...

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Preferia que dissesse conservação da espécie.

O SR. ROBERTO KISHINAMI – Ou a garantia de sobrevivência da espécie. O que provavelmente há de discordância é que falamos em espécie. Então nós olhamos o longo prazo, nós queremos, como disse aqui, uma vida melhor para o povo da Amazônia para sempre. Não uma melhora que venha, por exemplo, com indústrias, como essas que se implantaram no sul do Pará, há 20 ou 30 anos atrás, e, hoje, abandonam a região, deixam cidades inteiras, que tem uma cara, na verdade, de cidade abandonada, como essas que se vê em filmes do velho oeste, cidades de garimpo, porque são, efetivamente o que fizeram, garimparam, exploraram, esgotaram e, hoje, simplesmente deixam a região, vão para outro lugar onde possam garimpar. E o que aconteceu com a gente que se moveu para esses lugares? Forneceu para essas empresas mão-de-obra, trabalho, vida; hoje estão novamente entregues à sua própria sorte, é essa a situação. Então a nossa responsabilidade tem que ser, na hora em que falamos em atividades econômicas para a região, olhar por gerações; sejamos generosos, não podemos, em hipótese alguma, face ao que já aprendemos e ao que já sabemos, ser irresponsáveis a ponto de promover uma repetição desses mesmos erros, ou ainda promover a continuidade e o aprofundamento desses erros na Amazônia. É nossa responsabilidade mudar isso, porque as condições naturais para isso estão dadas, as condições subjetivas, que é a vontade do povo e a possibilidade de chegarmos a acordos em fóruns como esse, também estão dadas. Então é nossa obrigação procurar isso.

Gostaria de terminar agradecendo, na pessoa do Presidente desta Comissão, Senador José Sarney, a oportunidade por estar aqui. Parabenizar novamente a coragem por abrigar e incentivar a polêmica, e faço, repito, votos sinceros para que esse fórum permaneça aberto para a polêmica, para o debate e para o confronto, na busca da melhor alternativa, da melhor solução, porque creio que não está em nenhum de nós a verdade, essa verdade tem que ser buscada no confronto, na exposição franca e aberta de idéias. Quem foge disso, na verdade, não quer o melhor para os outros, procura, na verdade, interesses pessoais ou menores. Obrigado.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Gostaria de ter uma intervenção rápida.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Faço um apelo ao Senador Gilberto Mestrinho para que sejamos realmente breves, porque temos que encerrar a reunião dentro de 10 minutos.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – O Dr. Roberto colocou bem alguns aspectos, já falei isso aqui, apenas tem uma certa compulsão contra a atividade econômica de exploração florestal, e leva em conta aquilo que foi feito no passado, com razão, houve erros, já falei aqui, mas não leva em conta que hoje se faz manejo florestal com altos resultados.

Lembro-me, estive na Malásia, por exemplo, em Sarawak, quando começou a exploração madeireira mais extensiva na Malásia e depois chegaram ao manejo efetivo, com resultados fantásticos. Andava eu certa vez com um rapaz lá e ele me mostrava: aquela árvore é minha; aquela outra árvore é minha e do meu irmão. Quer dizer, eles mantêm a floresta, plantando e replantando. Hoje, a atividade deles gera dois milhões de empregos em um país pequeno. As madeireiras, na Malásia, geram dois milhões de empregos. E nós aqui não podemos gerar um, porque a nossa lei ambiental não deixa.

Então é possível fazer manejo florestal, mesmo porque não podemos deixar que o futuro seja o eterno escravizador da Amazônia. Foi baseando-se no futuro que este País não andou. Por que o futuro? O homem vive o hoje; o amanhã nunca chega. Duvido que o amanhã chegue. Sempre haverá o amanhã, como o ontem não volta. Vivemos o hoje.

Os países desenvolvidos, como diz o Dr. Roberto, conseguiram esse benefício todo porque exploraram seus recursos naturais; hoje, mandam em todos nós, dominam o mundo, querem estabelecer, inclusive, com essas políticas, o governo único, que já quase existe. Por que não temos o direito de explorar, com muito mais inteligência, com muito mais racionalidade, com muito mais tecnologia, aqueles recursos que temos, e de melhorar as condições de vida de nossa gente? Esta é que é a realidade, esta é que deve ser a nossa postura. Muito obrigado.

O SR. MARCIO BITTAR – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra V. Exª.

O SR. MARCIO BITTAR – Assisti a todo o debate e fiquei muito satisfeito ao ver o confronto, mas queria deixar aqui um apelo, um convite, uma sugestão ao Diretor Executivo do Greenpeace, para que volte ao Estado do Pará, porque talvez S. Sª não tenha estado lá por muitos anos.

A região que V. Sª menciona, o sul do Pará, é hoje uma região pujante, onde não existe, como V. Sª disse, terra abandonada, cidade-fantasma; ao contrário, as terras degradas foram transformadas em áreas produtivas. Estamos produzindo soja no sul do Pará, temos energia, estradas, e as cidades são muito bonitas e têm um povo trabalhador.

Talvez V. Sª precise fazer uma reciclagem no seu modo de conduzir o seu discurso.

O SR. ROBERTO KISHINAMI – Senador, agradeço o convite e certamente vou voltar. Estive recentemente lá e as cidades a que me refiro são cidades que estão no mapa.

E não só no mapa. São cidades que estão documentadas. Tenho hoje uma equipe percorrendo o sul do Pará e gostaria de pedir a oportunidade de, em vez de ficarmos em uma discussão puramente opinativa, ao final desse trabalho de levantamento, expô-lo aqui no Senado

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Sª poderia mandar à Comissão um documento, uma nota a respeito desse assunto, para publicarmos nos Anais do Senado?

O SR. ROBERTO KISHINAMI – Ótimo. Tenho já alguns relatórios que deixarei com V. Exª. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Eu não queria terminar esta reunião sem dar oportunidade aos dois Deputados que aqui estiveram e se inscreveram. Assim, eu pediria que, em um minuto, cada um nos desse a sua colaboração. Deputados Marcio Bittar e Sérgio Barros.

O SR. MARCIO BITTAR – Sr. Presidente, na verdade, um minuto é suficiente. Eu tinha realmente algumas questões a fazer mas me sinto bastante contemplado com o que ouvi.

Quero apenas parabenizar mais uma vez o colega de Bancada do Acre, o companheiro Tião Viana, por ter tomada a iniciativa. Para mim só a fala do Senador Gilberto Mestrinho já justificou, na minha expectativa, o que o Senador Tião Viana fez, trazendo este debate para a Comissão.

Quero dizer, Senador, que já o acompanhava de longe, por entrevistas aqui e acolá, como a que V. Exª deu no Programa do Jô Soares, quando, pelo que me lembro, se a memória não me trai, pouco foi permitido a V. Exª desenvolver raciocínio. Não vejo as entidades não governamentais como inimigas. Agora é absolutamente sério e fato que a energia do terceiro milênio não será mais a que é utilizada hoje e os países que a utilizam e que a dominam voltam os olhos para o terreno alheio, e nesse terreno alheio está incluído o Brasil.

Um minuto é suficiente para dizer apenas isso e para parabenizar também. É uma honra participar de uma reunião co**********
****
****
**********ambém é uma satisfação e uma honra. Como representante do Acre, eu queria, embora em um minuto seja um pouco difícil,

parabenizar nosso Colega de Bancada, Senador Tião Viana, e os expositores, o brilhante Senador Gilberto Mestrinho, o Governador, o Dr. Roberto Richnami pela exposição. Ouvi com clareza os Colegas que os antecederam, sobretudo a Senadora Heloisa Helena que, com bastante propriedade e com ansiedade mostra o Nordeste. Sou amazônida por opção, vivo no Acre há 20 anos, sou do interior de São Paulo e, pela primeira vez como Parlamentar, confesso que muitas vezes não entendo como um país tão rico, com uma Amazônia tão rica, está vivendo, como o próprio Senador colocou, quase que dominado por situações do exterior.

Tive oportunidade de talvez por 7 ou 8 vezes ir ao exterior e ver que realmente não existe essa condição que se coloca aqui em nosso país. Tenho o maior respeito pelas organizações que estão atuando no País, mas vejo a questão com muita preocupação e penso que tem que estar, sim, associada às nossas instituições de pesquisa, de ensino. Este seminário: "Amazônia, um patrimônio ameaçado eu" sugeriria, Sr. Presidente, para que não ficasse apenas nos Anais da Casa reuniões tão importantes como esta que já tivemos e que teremos pela frente, que levássemos à frente, não sei de que forma, o Senado, a Câmara e o Governo Federal porque vejo que, depois dos governos militares, época em que foi implementada uma ocupação da Amazônia – se foi certa ou errada é outra situação – qual é o projeto, em termos de Governo Federal, para o desenvolvimento da nossa Amazônia.

Gostaria de deixar a preocupação nossa com relação a esse contexto, que deve ser nacional, a preocupação do Governo Federal com relação a suas políticas públicas, visando sempre ao homem em primeiro lugar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Agradeço a V. Exª a compreensão. Concedo a palavra ao Senador Tião Viana que, pelo fato de ter requerido esse seminário, falará muito pouco. Mais pelos fatos e pouco pelas palavras.

O SR. TIÃO VIANA – Agradeço ao Presidente Sarney e quero apenas registrar minha satisfação por assistir a um encontro que não julgo ser de um contraditório, Sr. Presidente, depois de ouvir as relações eufêmicas entre o Greenpeace e o Senador Gilberto Mestrinho, mas de controvérsia sobre o modelo Amazônico. Fico muito feliz e gostaria apenas de fazer uma ponderação muito breve.

O Ministro Sarney Filho esteve aqui na abertura deste Seminário e colocou algo que me deixou muito preocupado: a previsão técnica do Ministério do Meio Ambiente dimensiona em US$13,5 bilhões só a evasão de dinheiro como conseqüência da biopirataria amazônica. Só na Comunidade Européia, uma receita anual de mais de US$1 bilhão atuais. Fico imaginando aquele nosso povo amazônico tendo acesso a esse recurso e podendo apostar no seu desenvolvimento humano e socioeconômico.

Imagino que esse assunto deve ter um tratamento especial. E esse seminário na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional afirma um ponto forte do Senado com a preocupação deste País e expõe um fato a mais.

O Presidente Sarney fez um depoimento na TV Senado, e faço uma solicitação, Sr. Presidente, para que ele conste como o primeiro ponto da memória desse seminário sobre a Amazônia. Nós, da Oposição, fazemos esse discurso toda a semana, mas V. Exª, por ser uma instituição nacional, fez uma exposição – tenho a cópia na minha casa; penso que ela é da maior importância – mostrando que o Governo brasileiro precisa ter um senso de prioridade atualizado em relação à Amazônia e ao que ela representa para nós e para o planeta inteiro.

Às Organizações Não-Governamentais, faço um apelo, para que coloquem como ponto fundamental do seu estatuto – não sei se isso já consta, Dr. Roberto – o respeito à soberania, à autodeterminação e à unidade dos países. Esse é um elemento fundamental, e agradeço aos senhores por terem trazido para o nosso País a consciência ambiental que aqui não existia. Havia aqui um preconceito. Isso era tido como um ato da chamada Direita do País, e aí sacrificaram o Senador Gilberto Mestrinho.

Hoje há um sentimento universal de consciência ambiental, e temos o dever de tratar isso com muito carinho. O Brasil de hoje é a Colômbia de ontem. E não podemos aceitar a perda da nossa unidade, da nossa soberania, seja por qualquer razão. O fim é o homem e, seguramente, a paz mundial, e o nosso País não aceitará a internacionalização da Amazônia. Sei que o **Greenpeace** tem muito respeito pelo nosso País e age em favor da causa humana. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Antes de encerrar esta reunião, tenho de cumprir um dever formal de submeter à Comissão a aprovação do requerimento para o nosso próximo seminário, que tratará da propriedade intelectual no novo milênio. Precisamos tomar providências para dar continuidade a esse trabalho que estamos fazendo aqui, com o apoio da Comissão.

Também quero avisar que, na próxima terça-feira, na reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, vamos receber a comissão de trabalho da Fundação Bienal de São Paulo, que vai levar aos museus internacionais tudo o que diz respeito à mostra dos 500 anos do Brasil.

E, finalmente, desejo agradecer ao Senador Gilberto Mestrinho por sua conferência – extremamente importante, além de ser lúcida, concisa, prática, objetiva – em que expôs suas posições.

Agradeço também ao Dr. Roberto Kishinami pela oportunidade que nos deu de ouvir aqui a sua exposição sobre os trabalhos desenvolvidos pelo **Greenpeace.**

Há mais de quatro anos, quando exerci a Presidência do Senado, tive a oportunidade de dizer que hoje há um novo interlocutor da sociedade democrática, que é a opinião pública, expressa por meio da mídia, da sociedade civil organizada, das Organizações Não-Governamentais. O Muro de Berlim não caiu só sobre o mundo comunista, mas também sobre a democracia representativa. Os Parlamentos têm de conviver, daqui para frente, para cumprir com sua finalidade, com a sua legitimidade representativa e também devem estar abertos a todo esse mecanismo, que é, como eu disse, um novo interlocutor da sociedade democrática.

Assim, o **Greenpeace**, uma Organização Não-Governamental que trabalha no mundo inteiro com seus objetivos, será sempre bem acolhido nesta Casa, será ouvido, porque, sem dúvida alguma, para os nossos trabalhos isso constitui um valioso subsídio. É com esse espírito que lhe quero agradecer por sua presença. Esse é o sentimento de todos nós desta Comissão. Aqui estamos justamente para debater, esperando que, desse debate, possam sair conclusões que melhorem o trabalho do Parlamento e ajudem o nosso País.

Mais uma vez, muito obrigado a todos e, em particular, ao Senador Gilberto Mestrinho.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h03min.)

Ata da 30ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 51ª Legislatura, realizada em 16 de novembro de 1999.

Às dezoito horas do dia dezesseis de novembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores João Alberto de Souza, José Fogaça, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Artur da Távola, Pedro Piva, Lúdio Coelho, Tião Viana, Eduardo Suplicy, José Alencar, Pedro Simon, Romero Jucá e Sergio Machado. Estiveram ainda presentes o senhor Senador Jefferson Peres e a senhora Senadora Marina Silva. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião, a Terceira do Seminário Amazônia, Patrimônio Ameaçado?, destina-se a ouvir as exposições que farão, pela ordem, o Excelentíssimo senhor Elcio Alvarez, Ministro da Defesa, que abordará os seguintes temas: a) Em que medida há risco de internacionalização da Amazônia?, b) O Governo Brasileiro está hoje devidamente estruturado para defender a Amazônia?, c) Em que estágio encontra-se o projeto Sivam?, d) Qual a avaliação que se tem do projeto Calha Norte e qual o comprometimento do atual Governo com a sua retomada?, e o Excelentíssimo Senhor Secretário Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, abordando os seguintes temas: a) Quais providências têm sido tomadas para prevenir e contestar matérias que são veiculadas na imprensa internacional questionando a autoridade do Brasil sobre a Amazônia?, b) A questão da autonomia do Brasil sobre a Amazônia no âmbito da política externa brasileira. Falaram ainda perante a Comissão o Brigadeiro José Orlando Bellon, o General Werlon Coaracy D'Roure, e o Coronel Claudimar. Para debater fizeram uso da palavra os senhores Senadores Tião Viana, Eduardo Suplicy, Jefferson Peres, José Fogaça, Romeu Tuma, Bernardo Cabral, Mozarildo Cavalcanti, Lúdio Coelho, José Alencar, Pedro Simon, Romero Jucá, Sergio Machado e Marina Silva. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **José Sarney** – Presidente

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está aberta a 30ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Esta reunião tem a finalidade específica de prosseguirmos no Seminário Amazônia, Patrimônio Ameaçado. Hoje, teremos a satisfação de ouvir o Sr. Ministro da Defesa, Elcio Alvares, que, durante tanto tempo, com o seu patriotismo, brilhantismo e experiência política, participou dos trabalhos desta Casa.

É com imensa satisfação que concedo a palavra ao Ministro Elcio Alvares, para que possa fazer a exposição introdutória, aqui no Seminário, do tema que vai discernir.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente José Sarney, eminentes colegas, senhoras e senhores presentes, gostaria, inicialmente, de fazer um registro que é natural. Depois de tantos anos nesta Casa, nós, naturalmente, sentimos emoção, alegria e honra. Honra por estar aqui ao lado do Presidente José Sarney, uma das figuras mais emblemáticas da política brasileira tive a honra de ser seu colega ao longo de oito anos e retornar ao convívio dos Senadores, que de uma forma ou de outra me ensinaram, no exercício diário do trato da coisa pública, a amar cada vez mais este País.

Hoje, retorno à Comissão com a grave responsabilidade de ser o Ministro da Defesa do nosso País. Venho dentro de**********
****

principalmente os três temas da internacionalização da Amazônia, o Projeto Calha Norte e o Projeto Sivam, de dar uma posição bastante clara e objetiva desses projetos que são fundamentais. Trata-se de dois projetos e de uma questão que envolve a todos os brasileiros, que é a preservação da nossa Amazônia.

Ao contrário do que sempre fiz aqui, quando gostava de falar de improviso, hoje trouxe uma fala rápida, incisiva...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) (Faz soar a campainha) – Interrompo a sua exposição para registrar a presença na Comissão do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Seixas Corrêa*, que muitas vezes ocupou interinamente o Ministério. S. Exª aqui se encontra nessa qualidade.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. ELCIO ALVARES – Também quero saudar, com muita alegria, o Embaixador Seixas Corrêa, que tem sido um grande colaborador do Governo em vários setores, tendo uma interface muito grande com o nosso Ministério da Defesa.

Retornando à fala inicial, quero acrescentar que tenho reafirmado, em várias oportunidades, a importância do trabalho integrado do Ministério da Defesa com o Congresso Nacional. No Poder Legislativo, particularizo como de alta relevância o diálogo com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando devem ser discutidos os temas de maior expressão relacionados com a defesa.

Hoje retorno, com prazer, ao Senado Federal, Casa com a qual estabeleci vínculos afetivos permanentes e pela qual guardo a maior admiração e respeito, para contribuir com algumas idéias nos debates sobre a a Amazônia brasileira.

Felicito-o, Sr. Presidente, V. Exª e os Srs. Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado por esta iniciativa e agradeço desde já o convite para a honrosa participação nos debates conseqüentes.

Na abordagem do tema deste nosso encontro, recordo-me agora de uma indagação que freqüentemente as elites brasileiras, preocupadas com a questão Amazônica, fazem. O que temos feito para merecer a Amazônia que temos? É inegável que a região amazônica continua na agenda internacional, quer para congelá-la e impedir o seu desenvolvimento, quer seja para estudá-la e explorá-la. O interesse internacional por suas imensuráveis riquezas não pode ser ignorado.

O Governo brasileiro vem destinando, ao longo de sucessivas administrações, significativa atenção à região amazônica, no sentido de promover a harmonização entre seu processo de desenvolvimento e as necessidades ambientais e humanas. Há uma luta constante contra a insuficiência de meios, diante da gigantesca área considerada. Entretanto, essa realidade não pode nos abater, pois, como nos lembrou o General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia; muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados de conquistá-la e mantê-la.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem dedicado parcela ponderável de suas políticas de governo à Amazônia. Foi assim que Sua Excelência, chamando a atenção para as ameaças que envolviam a Amazônia, estabeleceu, na política de defesa nacional aprovada em 1996, a diretriz "proteger a Amazônia brasileira com apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar". Mesmo antes, o Chefe do Executivo criou o Conselho Nacional da Amazônia Legal, o Conamaz, como órgão colegiado

integrante da estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente, que reúne todos os demais ministros e governadores de estados da área, para assessorá-lo, coordenar e harmonizar as ações relacionadas com a política nacional integrada para a Amazônia Legal.

Essa política, também aprovada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, a 14 de julho de 1995, tem como objetivo final a elevação da qualidade de vida da população mediante o desenvolvimento sustentável, repousado nos mecanismos de internalização da riqueza e no aproveitamento da ciência e da tecnologia.

O Presidente não se tem poupado a estar presente nos mais distantes rincões da Amazônia. Pessoalmente sou testemunha desse esforço: Sua Excelência tem revelado grande interesse pelos projetos estratégicos especiais para a região, entre os quais se situa o Programa Calha Norte e o Projeto Sipam/Sivam. Como sabemos, o Programa Calha Norte transcende em muito o aspecto da vigilância da região, é multidisciplinar e de considerável alcance social, abrange uma vasta área de mais de um e meio milhão de quilômetros quadrados, representando 14% do território nacional e inclui cerca de 6.000 quilômetros de fronteira, ou seja, praticamente um terço. Esse programa é prioritário para a integração dessa área ao restante do País e constitui a afirmação da presença do Estado na fronteira norte com o propósito de criar melhores condições de vida para os brasileiros que nela habitam e de garantir a nossa soberania na região.

Gostaria de abrir parênteses e render homenagem de corpo presente àquele que, com sua visão de estadista, percebeu a importância do Programa Calha Norte. A princípio esse programa foi estigmatizado e tentaram caracterizá-lo como um programa essencialmente militar. O Presidente José Sarney, que se encontra aqui presente, foi o idealizador desse programa, grande parte do que foi realizado na Amazônia deve-se ao seu governo. Tivemos hoje oportunidade de examinar os índices de aplicação de recursos: inegavelmente, no Governo José Sarney tivemos um volume muito grande, um aporte financeiro muito grande que permitiu que hoje na Amazônia tenhamos realmente o esboço de um programa já realizado e que vai permitir o seu desenvolvimento por meio de outras obras que irão complementar aquelas realizadas no Governo José Sarney.

Por sua vez, o Projeto Sipam/Sivam tem como propósito integrar, avaliar e difundir conhecimentos que permitam ações globais e coordenadas dos órgãos governamentais na Região Amazônica, a fim de potencializar seus recursos. As principais áreas de contribuição do projeto compreendem a proteção ambiental, o controle da ocupação e do uso do solo, a vigilância e o controle das fronteiras, a prevenção e o controle de endemias e epidemias, a defesa civil, a identificação e o combate das atividades ilícitas, a proteção de terras indígenas, a vigilância e o controle do tráfego aéreo, da circulação fluvial e outros. Ao alcançar, com seu serviço, uma área de 5,2 milhões de quilômetros quadrados, que correspondem a 61% do território nacional, o Projeto Sipam/Sivam demonstra claramente a sua grandiosidade e a sua importância para nosso País.

Tudo, porém, que se possa planejar ou imaginar fazer pela Amazônia Brasileira depende de maior prioridade na alocação de recursos orçamentários, tarefa para a qual torna-se imprescindível o apoio dos Srs. Congressistas e, especialmente, dos Srs. Senadores, aqueles que conhecem tão de perto a nossa realidade amazônica.

Sr. Presidente, estou plenamente convencido de que a criação do Ministério da Defesa, por decisão do Presidente da República, e amplo apoio do Congresso Nacional, constitui um passo decisivo na implementação das políticas de governo para a Amazônia. Agora mesmo, o Presidente da República resolveu atribuir um importante papel ao Ministério da Defesa na condução do Programa Calha Norte e do Projeto Sipam/Sivam. Vamos enfrentar esse desafio com o entusiasmo e com a determinação de sempre.

Gostaria, Sr. Presidente, perante os eminentes Senadores da República, de fazer algumas colocações que julgo da mais alta importância para examinarmos exatamente o que está sendo feito na Amazônia e o que se pretende fazer. Convoquei para que me acompanhassem nesta exposição três eminentes auxiliares: um Secretário do Ministério da Defesa, que é o General Werlon Coaracy D'Roure, que é o Secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais. Evidentemente, quando se cogita da internacionalização da visão da Amazônia como um ente que merece nossa atenção política, a presença do General D'Roure é, indubitavelmente, uma presença necessária, não só por seu conhecimento, mas por ser um elemento do Ministério da Defesa, que tem sobre os ombros a responsabilidade de comandar esse setor.

Quero ressaltar que o Projeto Sivam já é conhecido de todos nós. Tivemos aqui, quando exerci a Liderança do Governo, há alguns anos, com a

participação de muitos dos Senadores aqui presentes, um trabalho muito grande para a aprovação do Sivam, que foi um projeto rumoroso. Hoje, na condição de Ministro de Estado da Defesa, posso asseverar que agimos absolutamente certo quando aprovamos o Sivam e permitimos a realização de um dos projetos mais importantes para a consolidação efetiva da nossa presença na Amazônia e, acima de tudo, para alargar o horizonte dos vários campos, porque o Sivam é um projeto que tem várias pontas: garante a preservação do nosso ambiente, nossa tranqüilidade no espaço aéreo, toda nossa política de fronteira e tem o ensino à distância. Hoje, considero que a soma de produtos do Projeto Sivam é da mais alta importância, não só para a região em si, mas para o País.

O Projeto Sivam, em praticamente mais dois ou três anos, estará inteiramente realizado e seus produtos serão administrados pelo Sipam, cujo conselho será instalado depois de amanhã e, a partir daí, teremos uma mecânica de execução cada vez mais agilizada, compatível com o desenvolvimento do Projeto Sivam.

Temos aqui o Brigadeiro José Orlando Bellon, que é um dos maiores conhecedores do tema e tem a responsabilidade de ser o elemento de atividade permanente dentro do Projeto Sivam. Qualquer pergunta que tenhamos em termos do Projeto Sivam poderá ser respondida por ele. Também temos a presença do Coronel Claudimar Magalhães Nunes, que é o nosso grande conhecedor do Projeto Calha Norte e o vive com intensidade. É importante, na vida administrativa do País, que as pessoas tenham amor à causa que defendem em favor de toda a coletividade. Tenho certeza absoluta de que a equipe formada pelo Brigadeiro Bellon, pelo General D'Roure e pelo Coronel Claudimar está inteiramente identificada com os altos propósitos não só da nossa política de manutenção e preservação da Amazônia, mas também dos projetos que lhes são afetos.

Portanto, eminentes Senadores, hoje comparecemos aqui na consciência de que cada vez mais ampliaremos o debate. E gostaria de dar um relevo especial aos dois projetos.

A alocação de recursos do projeto Sivam já foi garantida pelo Senado. Portanto, o projeto se realiza naturalmente, uma vez que tem o respaldo financeiro que lhe permite essa tranqüilidade.

No entanto, como Ministro da Defesa, como homem que vê a Amazônia da maneira mais reverenciosa possível, gostaria de convocar todos para somar esforços em favor do Programa Calha Norte, que tem uma participação orçamentária bastante reduzida. Logicamente, como Ministro de Estado, tenho uma visão orçamentária, mas acredito, sinceramente, que os Srs. Sendores e Srs. Deputados envolvidos no problema, não só aqueles da região Amazônica, mas de outros rincões do Brasil, vão colaborar com o levantamento do Programa. O Calha Norte é fundamental.

Hoje, quando temos a visão do que foi realizado – e é notável como houve realização nesse período –, temos de nos conscientizar de que a política da Amazônia está diretamente ligada ao fortalecimento da estrutura do Calha Norte.

Distingo o Senador Jefferson Péres, que tem ligações diretas dentro do projeto e que tem me procurado, assim como o Senador Mozarildo Cavalcanti. Sei que todos os parlamentares que estão aqui têm a visão completa desse problema.

E agora – tenho esse sentimento e quero passá-lo com muita alegria – foi uma surpresa muito grande para mim, quando, em um debate na Comissão de Defesa da Câmara dos Deputados, todos foram a favor do Calha Norte, mesmo com a presença de um grande número de deputados de oposição. Havia o entendimento de que esse projeto realmente representa um avanço muito grande.

Portanto, hoje, depois de todas as informações técnicas sobre os projetos que serão debatidos, gostaria de deixar gravado, de forma indelével, o sentimento do Ministro da Defesa. Devemos nos unir e nos fortalecer em defesa do Calha Norte. Estaremos cometendo um gesto do mais alto alcance, principalmente em favor da política que se está instalando na Amazônia, que requer cada vez mais a nossa presença e a nossa participação.

No que se refere às Forças Armadas, todos os senhores acompanham o caso de perto, elas sempre estiveram presentes no Calha Norte. E eu diria, se alguns ministérios, no desenvolvimento do projeto, abstiveram-se de uma prática maior de ação, a hora agora é de convocação. Com a projeção do PPA, os ministérios que de uma forma ou de outra estão ligados ao Calha Norte têm de ser convocados para dar a sua contribuição, principalmente considerando as relevantes razões sociais que acodem dentro desse projeto.

As Forças Armadas cumprem o seu papel. Recentemente, os senhores tiveram oportunidade de verificar que tivemos uma ação coordenada, envolvendo vários assuntos, principalmente os pertinentes à nossa fronteira com a Colômbia e com a Venezuela, mas acho que há uma razão muito forte.

Outro dia, no meu gabinete, conversava com o Senador Jefferson Péres sobre o problema de uma balsa, no extremo norte do Brasil, que depende do Calha Norte para facilitar o transporte daquela população. E o País não lhes pode negar esse pedido de maneira alguma, porque aqueles desbravadores que lá estão, com a presença das Forças Armadas, precisam da nossa assistência permanente.

Portanto, registro, com muita alegria também, a presença do Senador Bernardo Cabral, um homem identificado com os problemas da Amazônia e que muito nos honra com sua presença neste momento.

Vou encerrando, Sr. Presidente, minha breve exposição. Não tive a veleidade de colocar temas por inteiro, porque temos um prazo, mas me coloco inteiramente à disposição dos Srs. Parlamentares.

Peço ao Sr. Presidente, se S. Exª me permitir, assim como ao Plenário, que do debate dos temas participem três excelentes colaboradores da área, pessoas inteiramente identificadas com os programas para os devidos esclarecimentos. Apesar de eu estar inteiramente voltado para esses projetos, até em razão da natureza do meu cargo, acredito que teríamos uma visão muito mais abrangente, porque eles é que têm responsabilidade, dentro do Ministério da Defesa, de sustentar essas posições tão legítimas em favor do interesse nacional.

Portanto, Sr. Presidente, coloco-me inteiramente à vontade para a argüição dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE(José Sarney) – Quero esclarecer e recordar que o tema desta tarde em que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pretende tratar é o seguinte: Em que medida há risco de internacionalização da Amazônia? O Governo brasileiro está devidamente estruturado para defender a Amazônia? Em que estado se encontra o Projeto Sivam? Qual a avaliação que se tem do Projeto Calha Norte e qual o comprometimento do Governo com esse Projeto?

Então, vamos passar à segunda parte dos nossos trabalhos, que é, justamente, o debate com os Srs. Senadores. Quero pedir a colaboração de todos, porque vamos ter uma longa reunião. Depois do Ministro da Defesa, teremos que ouvir o Ministro das Relações Exteriores, que também vai falar perante este Seminário, temos muitos colegas que desejam intervir na discussão, e assim eu pediria que nós cumpríssemos o nosso Regimento que determina: que cada orador tenha direito a cinco minutos e o Sr. Ministro cinco minutos na sua resposta.

Temos como primeiro orador inscrito, o Senador José Fogaça a quem passo a palavra. (Pausa.)

Eu entendi que o Sr. Ministro desejaria que os militares também pudessem responder às perguntas, e não fazer exposição cada um deles. V. Exª tem absoluta liberdade; se deseja que cada um deles faça uma exposição preliminar ou apenas responda as perguntas que forem feitas pelos Senadores.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, permita-me fazer uma ponderação. Nós preparamos um trabalho alentado, mas em virtude da premência do tempo, tenho conhecimento da intimidade da Casa, tanto o General D'Roure, quanto Claudimar, o Bellon como eu mesmo me reservaria para então, numa outra oportunidade; trazer aqui, o mais breve possível, esses três trabalhos que foram primorosos, mas que pelo somatório de que nós já tivemos durante a discussão preliminar, gastaria um tempo muito grande.

Então, eu acho que seria mais interessante, se me permitir o Sr. Presidente e os eminentes Senadores, formalizarmos perguntas e os nossos três assessores, de acordo com o setor de cada um deles, caso a Presidência concorde, dariam uma resposta objetiva, para cumprir o prazo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Muito obrigado ao Sr. Ministro, eu queria apenas esclarecer que nós podemos compatibilizar as duas fórmulas, uma vez que vamos publicar os **Anais** deste Seminário e cada uma das exposições que foram feitas poderão ser incluídas nos mesmos posteriormente, juntamente com os debates desta Comissão.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – O Ministro Elcio Álvares vai ficar aqui até o final ou ele tem compromisso, terá que se retirar antes?

O SR. ELCIO ALVARES – Não. Eu permaneço.

O SR. JEFFERSON PÉRES– Então, a razão da minha pergunta é o seguinte: não seria melhor – e estava comentando aqui com o Senador José Fogaça – que ouvíssemos a exposição do Embaixador, para depois os Senadores argüírem ambos? Eu não sei, é uma sugestão. Isso seria mais prático.

O SR PRESIDENTE (José Sarney) – Essa foi a maneira como na última reunião nós dirigimos os nossos trabalhos. Se os Senadores concordam, podemos ouvir, logo em seguida, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Seixas Correia. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra o Embaixador Seixas Correia.

O SR. SEIXAS CORREIA – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr,. Ministro, autoridades aqui presentes, Srªs e Srs. Senadores, é com muita satisfação que o Itamaraty participa deste Seminário sobre a Amazônia, organizado pela a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Trata-se, evidentemente, de um dos temas de maior relevância para o nosso País e para a política externa brasileira.

Ao Itamaraty foi solicitado comentários sobre dois temas; um tema de ordem geral, a questão de autonomia do Brasil sobre a Amazônia, no âmbito da política externa brasileira, e um tema mais específico, que providências têm sido tomadas para prevenir e contestar matérias que são veiculadas na imprensa internacional questionando a autoridade do Brasil sobre a Amazônia. Tratarei de ser breve e sintetizar nossa visão sobre os dois pontos, deixando depois com a Comissão para publicação pelos **Anais** uma matéria mais extensa que elaborei.

É natural que a Amazônia, onde está localizada a maior floresta e a maior bacia hidrográfica do mundo, desperte o interesse da comunidade internacional. Devemos estar, como historicamente sempre esteve o Brasil, atentos para que esse interesse internacional não se transforme em ameaça à nossa soberania, mas sim que constitua um símbolo para elevar a nossa presença na região e tirar proveito das vantagens que a cooperação pode proporcionar para projetos de interesse nacional.

A dimensão internacional da Amazônia fica evidente no momento em que consideramos que, das dez fronteiras internacionais do Brasil, sete encontram-se quase que integralmente dentro da área de influência da Bacia Amazônia cerca de 13.190 Km, ou seja, quase 80% do total de 16.889 km da fronteira terrestre do Brasil .

A fundação de Brasília mudou definitivamente o quadro de isolamento da Amazônia ao introduzir transformações progressivas que redundaram em desenvolvimento para toda a região: a colonização espontânea da Belém–Brasília, o ressurgimento de Manaus como Zona Franca, os incentivos da Sudam, os projetos agropecuários, as frentes pioneiras que acompanharam a Transamazônica, as estradas de penetração, a descoberta de ferro, alumínio e ouro na região.

Paulatinamente, o Brasil foi promovendo a ocupação desses espaços fronteiriços. O Projeto Calha Norte, de iniciativa de visão do ex-Presidente José Sarney, procurou organizar a ação radial do Estado, tal como comentou com muita precisão e habilidade o Ministro Elcio Alvares, cujas palavras subscrevo integralmente a respeito da importância do Calha Norte.

"A ação diplomática do Brasil na região Amazônica pôde organizar-se em três grandes planos complementares e articulados entre si: o plano bilateral, ou seja, as relações do Brasil com cada um dos países Amazônicos; o plano regional, a cooperação que está organizada em torno do âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica – TCA; e o plano multilateral, que se verifica no contexto de conferências internacionais sobre temas afetos ao meio ambiente e acordos e projetos de cooperação ambiental.

Analisemos cada um desses planos de ação diplomática. Primeiro: o plano bilateral. O Brasil procura pautar suas políticas com os países amazônicos pelo binômio integração/cooperação. Nas Comissões de Vizinhança que existem entre o Brasil e a Colômbia ou o Brasil e o Peru e a Comissão Binacional de Alto Nível Brasil-Venezuela – COBAN, tem produzido frutos particularmente positivos para a integração e a cooperação das populações locais. É impressionante o inventário de projetos que estão em curso ou planejados por cada um dos países amazônicos. Vou dar uma síntese de cada um.

Com a Bolívia, logramos a finalização da obra do Gasoduto, inaugurado em fevereiro último, que passa a ser o eixo central de nossa relação com aquele país com o qual compartilhamos a nossa mais extensa fronteira terrestre. Além disso, a projetada pavimentação da rodovia Santa Cruz de La Sierra/ Porto Soares/Corumbá reforçará o interesse boliviano pela integração física entre os nossos países.

Com a Colômbia, há negociações em curso em torno de um grande projeto siderúrgico de carvão colombiano e minério de ferro brasileiro. Com a Guiana, há projetos de construção de ponte sobre o rio Itacatu e da interconexão viária Boa Vista – Georgetown. Esse projeto se insere, é bom que se diga, no chamado Arco Norte do Programa Brasil em Ação que consiste em realizar obras em estradas brasileiras de Amapá e Roraima, de forma a permitir a ligação Boa Vista/Macapá, passando pelas Guianas.

Com o Suriname, estamos desenvolvendo projetos de cooperação técnica na área de agricultura e mineração, bem como no setor de aqüicultura, para a produção de tambaquis.

Com a Guiana Francesa, há estudos e projetos em andamento para a construção de pequenas

hidrelétricas, para a continuação das obras da Rodovia Macapá–Caiena e para as áreas de saúde pública e educação, que terão impacto imediato no Departamento da Guiana e no Amapá. O lado francês vem logrando avanços na construção da estrada que liga Regina a Saint-Georges de Oiapoque. Há ainda um projeto de construção de uma ponte sobre o Rio Oiapoque, de aproximadamente 300 metros de arco.

Com o Peru, compartilhamos uma parte importante da Floresta Amazônica. Não existe uma estrada pavimentada entre os dois países. Sua construção, unindo o Acre ao Departamento de Madre de Dios e aos Portos de Ilo e Matarani, no Pacífico, é uma das prioridades do relacionamento bilateral, pela perspectiva que se abrirá para o aumento do fluxo comercial, para a penetração dos nossos produtos nos mercados da Bacia do Pacífico, para a redução dos custos de transporte e para a incorporação de uma área estratégica hoje vulnerável a atividades clandestinas como o contrabando e o narcotráfico.

Com o Equador – não propriamente um país limítrofe do Brasil, mas um país amazônico inteiramente integrado nesse processo, além do importante papel que exercemos nas negociações de paz entre aquele país e o Peru –, o Governo brasileiro vem estudando a modalidade que permita apoiarmos os dois países na captação de recursos para o financiamento internacional dos projetos de integração fronteiriça acordados no âmbito do acordo de paz subscrito em Brasília.

Por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação, a ABC, vinculada ao Itamaraty, está sendo desenvolvido também um projeto no Parque Nacional de Sangay, que visa criar melhores condições de vida para as populações da selva equatoriana: desenvolvimento de culturas adaptadas à região, recuperação de solos degradados por práticas agrícolas tradicionais, etc.

Com a Venezuela, finalmente, o relacionamento, nos últimos cinco anos, intensificou-se e diversificou-se de forma singular. A pavimentação da Rodovia Caracas–Boa Vista–Manaus, a construção em curso da linha elétrica de Guri, para abastecer Roraima, e o fato de a Venezuela ter passado a ser um dos nossos três maiores fornecedores de petróleo são fatos da maior relevância.

Essas são as relações do Brasil com cada um dos países amazônicos.

No segundo plano de ação diplomático, chamado Plano Regional, é bom sempre lembrar que foi do Brasil a iniciativa de negociação do Tratado de Cooperação Amazônico, TCA. Este instrumento, firmado em julho de 1978, foi concebido como núcleo político que agregou, em torno de objetivos compartilhados, a ação dos oito países amazônicos. Voltado para o desafio da proteção dos recursos ecológicos e da promoção do crescimento econômico, o TCA foi uma das primeiras expressões do conceito de desenvolvimento sustentado, que viria depois a ser encampado como eixo de referência das discussões ambientais internacionais, particularmente após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92.

No plano da política externa, estamos convencidos de que o caminho a seguir para enfrentar os problemas transfronteiriços da Amazônia é o do aprimoramento da malha de cooperação e intercâmbio com os países vizinhos nos campos político e militar, econômico e comercial, científico e tecnológico.

É importante destacar que o princípio da responsabilidade exclusiva dos países amazônicos pelo desenvolvimento da região é uma exigência da própria natureza transnacional da bacia. Com uma extensão de quase sete milhões de quilômetros – cerca de 34% da América do Sul –, a Amazônia não cabe por inteiro dentro da soberania de um só país, nem mesmo do Brasil. O próprio Rio Amazonas – é bom lembrar – tem as suas nascentes fora do Brasil.

Em dezembro de 1998, foi aprovado o protocolo de emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica, cuja entrada em vigor representará a efetiva transformação do tratado em um organismo internacional dotado de personalidade jurídica. Será o primeiro organismo internacional a ter sede oficial em Brasília, a chamada Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA. Essa decisão busca conferir um sentido dinâmico e estratégico à atuação dos Estados-partes por intermédio de uma secretaria permanente que estará instalada em Brasília.

O protocolo de emenda foi aprovado pelo Congresso Nacional, foi finalizado em 28 de outubro último, e o Brasil deverá ser o terceiro País a ratificar a emenda, depois do Peru e da Bolívia.

Terceiro plano de ação diplomática, o Plano Internacional Multilateral.

Foi especialmente a partir do final dos anos 80 que a situação das florestas passou a receber especial atenção, à luz da divulgação das taxas de desmatamento no mundo e das perspectivas do aumento das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera.

As florestas e a biodiversidade são elementos de atração para obtenção de investimentos internacionais, ambas constituem recursos estratégicos para o País. Cabe ao Brasil conciliar adequadamente o imperativo de conservar e utilizar sustentavelmente a floresta e a biodiversidade amazônicas com as atividades em curso na região, como agricultura, mineração e geração de energia. Nesse complexo contexto, a política externa busca exercer papel de mediação entre os interesses nacionais e as discussões nos foros internacionais, regionais e bilaterais.

Mediante ampliação do debate com todas as forças políticas e sociais do País, o aprofundamento do conhecimento da realidade amazônica e a verificação das concordâncias e das divergências, a diplomacia procura formular, preservar e promover o interesse nacional nas mesas de negociação. Com suas antenas voltadas para o que se passa em todos os quadrantes do mundo e por meio de um processo mais intenso de consulta com os diferentes segmentos da sociedade brasileira preocupados com a Amazônia, o Itamarati vem trabalhando tanto no sentido de assegurar sustentabilidade às políticas públicas soberanamente implantadas pelo Governo brasileiro, quanto com vistas a ordenar proveitosamente a cooperação internacional para a promoção do bem-estar social e o progresso econômico das populações amazônicas.

Na Conferência do Rio, em 1992, por exemplo, os países em desenvolvimento, em especial Brasil, Índia, Malásia e Gabão, lograram evitar a pressão, sobretudo dos países desenvolvidos, no sentido de se negociar uma convenção de florestas desequilibrada. Acordaram-se, então, as ações para o combate ao desmatamento, incluídas na Agenda 21 da Conferência do Rio, bem como uma declaração de princípios sobre florestas, as quais procuraram conferir um tratamento integrado à temática florestal, incluindo, além do aspecto da conservação, o seu manejo e o desenvolvimento sustentável.

O primeiro relatório nacional para a convenção sobre diversidade biológica, citando estudos de entidades estrangeiras, assinala que o Brasil é o País de maior megabiodiversidade do planeta, entre os 17 que reúnem 70% das espécies vegetais e animais. Tal se deve não só ao número de espécies aqui encontradas mas também ao seu grau de endemismo, e nesse particular a Amazônia ocupa lugar de destaque ao concentrar um volume considerável de espécies. Toda essa riqueza tem para nós uma expressão econômica importante. Quarenta por cento do PIB brasileiro, representado pela agroindústria, se beneficia diretamente da diversidade biológica.

A consciência da importância econômica e ambiental adquirida pelos recursos biológicos e genéticos, bem como pelos ecossistemas levou, no início dos anos 90, à negociação e adoção de uma convenção sobre a diversidade biológica, que foi aberta a assinatura na Conferência do Rio, em 1992, e entrou em vigor em dezembro de 1993. Ao consagrar o reconhecimento da soberania nacional sobre os recursos da biodiversidade, ao reconhecer o direito dos países determinarem por legislação nacional o regime de acesso a esses recursos e ao preconizar a celebração de contratos bilaterais para o acesso a cada recurso genético com a contrapartida da repartição dos benefícios, a Convenção instalou um novo modelo internacional de grande interesse para o Brasil.

Ainda no campo das negociações internacionais afetas ao meio ambiente, eu gostaria de mencionar o programa-piloto para a proteção de florestas tropicais no Brasil, o chamado PPG-7, que é um programa do Governo brasileiro com apoio financeiro e técnico dos países do G-7 e da União Européia. Os denominados participantes do programa são o Governo do Brasil, o Banco Mundial e os países doadores: Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Países Baixos, Reino Unido, Estados Unidos e a Comissão da União Européia.

No período de 26 a 29 de outubro último, realizou-se em Brasília a reunião dos participantes do PPG-7. O principal resultado dessa reunião foi a criação de uma comissão de coordenação conjunta para agilizar o funcionamento do programa, encabeçada pelo Governo brasileiro.

Essa nova comissão, que funcionará em Brasília, espera poder facilitar o repasse dos recursos para os mais de 300 projetos na Amazônia e na Mata Atlântica.

Na reunião, foi acordada a criação de uma comissão de transição, que deverá estudar formas de tornar o programa mais operacional. Brasília deverá ser a sede do programa, que representa a maior iniciativa de cooperação ambiental no mundo.

Quanto ao segundo tema proposto no seminário, que se refere às providências tomadas pelo Brasil para prevenir e contestar matérias que são veiculadas na imprensa internacional, questionando a autoridade do Brasil sobre a Amazônia, eu queria, primeiro, recordar o famoso projeto que teve tanta repercussão na década de 60, a proposta do

futurólogo americano Herman Kahn, do Institute Hudson, que sugeria fossem construídas 7 barragens para criar 5 lagos gigantescos na Bacia Amazônica, que forneceriam energia motriz para toda a América do Sul. Foi o rechaço firme do Governo brasileiro o elemento que finalmente impediu a concretização dessa monstruosidade.

Nos anos 70 e 80, por sua vez, disseminou-se a falsa teoria de que a Amazônia era o pulmão do mundo e que, portanto, deveria ser considerada cómo uma região de responsabilidade internacional.

A propagação dessas idéias pelo mundo despertou compreensível preocupação quanto à suposta intenção de internacionalização da Amazônia, e as reações contrárias foram muito fortes.

Discutia-se, então, a nossa capacidade de exercer soberania nas vastas extensões amazônicas. Na realidade, naquele período as críticas recorrentes e as acusações dirigidas ao Brasil de ser incapaz de administrar o seu estoque natural de riquezas vinham impregnadas de tendenciosa simplificação do problema, traindo ao mesmo tempo seja visões paternalistas de tipo benevolente, seja objetivos inconfessáveis de dominação. Visões e objetivos esses que o Brasil sempre combateu com determinação e êxito.

Graças a nossa persistente vigilância, não creio que a soberania brasileira tenha sido materialmente ferida em qualquer época. O Brasil sempre deu provas de que exerce controle adequado sobre a região e sempre foi capaz de afastar as ameaças reais e imaginárias que se fizeram sentir na Amazônia.

Assim continuamos, agora ainda mais fortalecidos pela malha de interesses compartilhados que, de acordo com a estratégia de nossa política externa e de segurança, se criou na região com base nos projetos bilaterais que fomos implementando com os países vizinhos e com base no Tratado de Cooperação Amazônica.

É verdade, no entanto, que esporadicamente são veiculadas nos meios de comunicação internacionais matérias com acusações, análises distorcidas ou parciais sobre a realidade brasileira. Para prevenir e contestar essas matérias, a Assessoria de Comunicação Social do Itamaraty – ACS – promove várias iniciativas, como o Programa de Formadores de Opinião que promove, com o apoio das nossas missões diplomáticas, visitas ao Brasil de jornalistas de órgãos de imprensa de grande penetração; o Programa de Divulgação da Realidade Brasileira, que consiste na divulgação, no exterior, de publicações diversas com informações atualizadas sobre o Brasil, tais como: "O Brasil em Síntese", editado nos idiomas espanhol, inglês, francês e japonês; "Imagens do Brasil", editado em espanhol; e "Brasil nas Escolas", editado em inglês e japonês. São igualmente distribuídas grandes quantidades de publicações patrocinadas pelo Governo Federal e pelos Governos Estaduais e Municipais.

Como parte desse esforço, o Itamaraty lançou, em 1998, o CD-ROM "Brasil em Foco", também disponível na **home page** do Ministério, que dedica especial atenção aos temas nacionais de proteção ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável e às grandes questões da amazônia.

O terceiro instrumento que utilizamos para combater distorções da mídia internacional é o do monitoramento das principais notícias sobre o Brasil veiculadas no Brasil e no exterior. A Assessoria de Comunicação Social mantém contato diário com todos os órgãos da imprensa nacional para corrigir matérias publicadas com equívocos e promove **briefing** sobre os temas de política externa de atualidade. Transmite igualmente aos nossos postos no exterior informações diversas, habilitando-os a responder a acusações infundadas e a esclarecer informações distorcidas. Não se descarta também, sempre que factível, resposta direta e bem fundamentada de nossos embaixadores no exterior ou de altos funcionários da Secretaria de Estado.

Todos esses procedimentos, Sr. Presidente, conjugados com os reflexos positivos das políticas ativas empreendidas pelo Brasil na região, isolada e conjuntamente com os seus vizinhos, têm sido capazes de neutralizar o noticiário equivocado ou tendencioso que volta e meia surge sobre a Amazônia na mídia internacional. O diálogo franco e transparente com os países amazônicos sobre as questões que nos afetam mutuamente, aliado à identificação e promoção de projetos regionais e de interesse bilateral, à cooperação crescente no seio do Tratado de Cooperação Amazônica, à participação ativa do Brasil em reuniões multilaterais sobre questões que envolvem riqueza da região e a ampla divulgação de informações em âmbito internacional sobre iniciativas do Governo e sociedade civil, ilustram o comprometimento do Ministério das Relações Exteriores na consolidação de uma agenda positiva para a região amazônica e refletem a nossa convicção de que o binômio cooperação X integração é o que se revela mais adequado para portar as soluções que buscamos para a região amazônica,

patrimônio soberano e indelegável da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Vamos passar então à segunda parte dos nossos trabalhos.

Peço, como já disse, a compreensão dos Srs. Senadores. Se durante a exposição tiver de advertir qualquer um é exclusivamente em relação ao cumprimento do nosso tempo.

O Sr. Ministro conhece perfeitamente, foi Senador quando eu era Presidente, o zelo que tinha pela observância do Regimento. Assim farei com os Senadores e com os Ministros, para que a nossa reunião possa ter grande proveito e aproveitemos melhor o tempo.

Com a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar o Ministro Elcio Alvares, nosso ex-colega do Senado; Embaixador Seixas Corrêa; demais integrantes, o General Werlon D'Roure, que foi no período da Assembléia Nacional Constituinte um debatedor intenso e democrático em nome do Ministério do Exército; o Brigadeiro Bellon; e o Coronel Claudimar, que também nos dão a honra da sua presença.

Srs. Ministros, ocorre que nos fóruns internacionais tem prevalecido uma tese que preocupa os brasileiros, a tese de que, nesse período de globalização e de esgotamento da Guerra Fria, desapareceram os inimigos em conflito que ocuparam o palco internacional durante 50 anos e que, agora, a humanidade precisaria unir esforços para enfrentar os inimigos comuns: a própria humanidade. Então, seria a necessidade de subordinar essas grandes áreas de preservação ecológica e espaços de fronteira ao controle e para o efeito de proteger os interesses da humanidade, subordinando essas áreas aos interesses globais da humanidade, e, dentro dessa perspectiva, encontrar-se-a a região amazônica, onde há a ameaça do narcotráfico e onde há a ameaça da destruição ambiental.

Ora, subordinar aos interesses da humanidade significaria que políticas e diretrizes sobre a Amazônia seriam estabelecidas em fóruns internacionais dentro dos quais o Brasil teria uma reduzida ou quase nenhuma presença. Essa tese tem prevalecido, na minha opinião, tem aparecido insistentemente nos seminários internacionais em que se analisa a questão tanto da integração econômica entre os países, quanto da questão ambiental, quanto do interesse de defesa dos países e, é claro, também em relação à necessidade do combate internacional ao narcotráfico.

Parece-me que o que tem sido feito até agora, Sr. Ministro, é absolutamente respeitável, importante e necessário e conta com a aprovação do Senado, como já teve efetivamente. No que se refere ao Projeto Calha Norte, nunca ouvi, aqui no Congresso Nacional, discursos contrários a ele. Se houve, foi no seu início, por desconhecimento das suas intenções; depois, viu-se que era uma montagem de infra-estrutura, de preservação de soberania, que servia aos interesses da Nação. Quanto ao Projeto Sivam, o erro de viés que aqui experimentamos no seu início, por ocasião da aprovação do projeto financeiro do Sivam, que nada tem a ver com o Sivam em si, também me parece que há hoje uma compreensão de sua importância enquanto um instrumento de informações. Um país que não tem informações sobre a sua área, o seu território não tem controle soberano desse território.

De forma que entendo não haver questionamento quanto à validade desses dois projetos. O que me parece que falta, Sr. Ministro, neste momento – e não quero responsabilizar este Governo, já que penso ser uma questão nacional e também de todos os governos subseqüentes – é um centro de idéias, um gerenciamento centralizado, nuclearizado em um grande plano diretor de desenvolvimento sustentável da Amazônia, que, em primeiro plano, seria nacional e, em segundo plano, evidentemente, trataria da cooperação internacional.

Avalio que o Embaixador Seixas Correia nos deu uma idéia das ações que vêm sendo tomadas pela diplomacia brasileira no sentido de dar viabilidade a certos projetos, em certas áreas onde estamos iniciando projetos de infra-estrutura, estradas; enfim, a possibilidade de o País abrir essa região gradativamente. Agora não existe ainda, e não é uma questão nacionalmente defendida, ou seja, não ocupa o centro das discussões nacionais a questão de um grande projeto ordenado de desenvolvimento econômico sustentável da Amazônia. Não tenho qualquer dúvida de que isso seria a forma mais clara, mais inequívoca, mais segura, mais sólida de o Brasil assegurar aos outros países que a Amazônia vai se desenvolver mediante um critério de respeito a um zoneamento ecológico, a um zoneamento agrícola, um critério de respeito às áreas de florestas tropicais. Quer dizer, um projeto que tivesse essa amplitude e essa ambição, com gerenciamento central e uma visão única que

pudesse estabelecer equilíbrio. Se uma estrada vai cruzar o Acre para chegar à fronteira e abrir caminhos ao Pacífico, é evidente que ela tem de estar equilibrada com uma série de medidas de preservação ambiental, senão será combatida pelos grupos de defesa da ecologia.

O Programa Brasil em Ação existe e tem as suas ações, mas ainda não há no Brasil um grande plano diretor de desenvolvimento sustentável. Acho que isso, exposto ao mundo pelos fóruns internacionais, seria a defesa mais objetiva, sem dúvida alguma, a mais inequívoca das posições do Brasil, no sentido de preservar o ambiente, garantir os espaços estratégicos de fronteira e também não abrir mão do controle soberano do seu território.

O Brasil respeita os princípios do desenvolvimento sustentável, quer combater o narcotráfico a partir de uma aliança internacional, mas não abre mão do controle da soberania sobre o seu território.

Esse grande projeto de desenvolvimento ainda está por nascer. Gostaria de ouvir a palavra dos Srs. Ministros a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Muito obrigado, Senador José Fogaça.

Concedo a palavra ao Ministro Elcio Alvares. V. Exª dispõe de 5 minutos.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, vou falar rapidamente, porque o horário está conspirando. O Senador José Fogaça fez uma abordagem que se constitui numa preocupação, já na intimidade do Ministério da Defesa. Conforme falei, estamos realizando agora um estudo no Estado Maior de Defesa, visando à elaboração desse projeto. As ações da Amazônia são coordenadas pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ministro José Sarney Filho, que tem a iniciativa.

Agora, estamos mostrando ao Presidente da República que surgiu o nome Grande Plano de Desenvolvimento Sustentado. As ações do Governo na Amazônia são esparsas; não há uma grande convergência de ação. Talvez aí resida o grande questionamento. Há uma presença, mas as ações são esparsas.

No momento em que estamos formando o Sivam – e o volume de informações é muito grande – e o Calha Norte está sendo encarecido com tanta premência, tenho a impressão, Senador José Fogaça, que começamos a abrir um horizonte.

Antes de o Presidente da República viajar para Cuba e Itália, tive a oportunidade de falar a Sua Excelência que o Estado Maior de Defesa do Ministério da Defesa estava elaborando um projeto, no qual seriam convocadas todas as entidades, governos federal, estadual, municipal, para fazer realmente um grande plano em favor da Amazônia, com convergência e otimização das ações, para que as ações não se perdessem e fizéssemos um diagnóstico de toda a problemática.

Hoje, temos uma penetração muito grande dentro da Amazônia. A sua observação é correta. Essas dúvidas, esses questionamentos de ordem internacional devem-se ao fato de que não demos uma demonstração ainda efetiva de que somos capazes de administrar a Amazônia.

Acrescentaria, além do narcotráfico e o meio ambiente citados por V. Exª, a questão do contrabando. Temos que nos aparelhar para mostrar ao mundo que o Brasil tem capacidade de gestão para tomar conta da Amazônia plenamente e, a partir daí, o Governo convergir as suas ações.

O caso do Calha Norte é típico. Hoje, se perguntarem a respeito do Calha Norte, estão apenas as Forças Armadas lá, sustentando um programa com muito patriotismo, e outros Ministérios não avançaram. Talvez porque fosse muito longe, em determinada extremidade do Amazonas, os Ministérios da Saúde e da Educação, todos os que têm envolvimento, recuaram.

Agora, já posso dar uma notícia, que já foi debatida. Paralelamente ao Sivam, está sendo criado o Sipam, que seria um Conselho para receber todos os produtos Sivam. Como a Secretaria Executiva do Ministério do Sipam pertence ao Ministério da Defesa. Precisamos de um órgão de execução e, a partir daí, vamos ter, depois de amanhã, a instalação do Conselho do Sipam. Partiremos para a Secretaria Executiva, e, em colaboração com o Ministro José Sarney Filho, faremos um levantamento global.

Nesse ponto, Senador Fogaça, seria muito importante ampliar o debate para esse plano. Diria, com certeza absoluta, que em 3 ou 4 meses o Governo Fernando Henrique Cardoso já poderá anunciar uma ação integrada em favor da Amazônia.

Hoje, há um interesse político muito grande e inegável. Temos uma situação que cada vez mais, se aprimora. Estamos nos preparando para controlar o espaço aéreo, estamos realizando gestões nesse sentido. É fundamental. O Sivam nos dará produtos muito importantes para que possamos afirmar nossa presença, por inteiro, na Amazônia. Creio que sua sugestão é perfeitamente correta. Há dúvidas surgidas em congressos e por intermédio de declarações de líderes mundiais preocupados com a Amazônia. Se o Brasil preencher, realmente, o que é

necessário para a administração dos interesses da Amazônia, não teremos dúvidas ao afirmar que nosso domínio é total e pleno. A idéia de V. Exª já foi, inclusive, explanada ao Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso e está sendo objeto de estudo pelo Estado-Maior de defesa. É o Brigadeiro Nelson de Souza Taveira e sua equipe, com todos os elementos do Ministério e a presença do Ministro José Sarney Filho, que têm hoje a responsabilidade de coordenar as atividades na Amazônia Legal, o que também será imprescindível.

Creio que o debate será muito amplo. Os senadores que têm grande interesse na área terão oportunidade de prestar uma colaboração legítima e necessária.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Ministro Seixas Corrêa. V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. SEIXAS CORRÊA – Obrigado, Sr. Presidente, utilizarei parte dos cinco minutos.

Terei pouco a acrescentar à brilhante resposta do Senador Elcio Alvares, com o qual estou inteiramente de acordo. A sugestão do Senador José Fogaça é extremamente pertinente em todo o processo de aceitação, de compreensão internacional de nossas políticas. Falta, às vezes, o que chamo de "elemento de credibilidade". O que dá força às políticas é capacidade de serem entendidas adequadamente no contexto internacional. Para que haja credibilidade é preciso que as políticas sejam consistentes, que tenham capacidade de implantação de recursos aplicados a projetos, uma implementação estrita e com seguimento. O caminho poderá ser a criação de uma grande agência, de um foro, de um mecanismo institucional. Pode haver outros.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – O PPA já deu, de certa forma, um caminho: o gerenciamento de projetos por uma disciplina interministerial.

O SR. SEIXAS CORRÊA – Parece-me muito bem.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Creio que não há necessidade de criar uma instituição, apenas uma gerência centralizada do Projeto Amazonas, que seria o caminho.

O SR. SEIXAS CORRÊA – Acrescentaria, Sr. Presidente, a idéia de que tudo deve ser visto em uma perspectiva regional. A Amazônia – certamente V. Exªs conhecem mais do que eu as condições físicas da Região – é integrada. O traçado de suas fronteiras é um capricho do homem resultante das tradições, da história e das políticas, não necessariamente da vontade da natureza. É muito importante que a perspectiva regional seja mantida, assim como o fortalecimento do Tratado de Cooperação Amazônica. Ano que vem, esperamos que sua implantação esteja pronta. Já temos instalações no Anexo do Palácio do Itamaraty para o funcionamento da Secretaria Permanente da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Acredito que essas duas dimensões: um gerenciamento interno mais eficaz, consistente, crível e a articulação intensa com os países amazônicos darão o elemento de credibilidade a que todos almejamos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Pergunto ao Senador José Fogaça se S. Exª gostaria de usar os dois minutos restantes?

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Não, Sr. Presidente, estou inteiramente satisfeito com a resposta.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de cumprimentar tanto o Ministro da Defesa, Elcio Alvares, quanto o Embaixador Seixas Corrêa pelas brilhantes exposições. É evidente que tanto numa exposição quanto na outra permanecem algumas indagações como, por exemplo, a observação feita pelo Senador José Fogaça sobre a necessidade de um planejamento e de uma ação integrada na Amazônia. O que se vê, por exemplo, é que um órgão federal, como o Incra, assenta colonos na Amazônia e outro, como o Ibama, diz que o colono não pode derrubar a mata, que o colono não pode queimar. Então, a partir de um exemplo simples como esse, notamos a desconexão das ações de planejamento na Amazônia.

E se tomarmos o aspecto macro, por exemplo, se observarmos a questão das grandes reservas indígenas na Amazônia, que abrangem a faixa de fronteira e, o que é pior, coincidindo com reservas indígena de países vizinhos, aí veremos que se questiona a soberania do País, talvez porque surjam essas indagações sobre até onde, efetivamente, a soberania do Brasil na Amazônia está ou não em risco.

Uma outra questão fundamental que vejo é, por exemplo, do ponto de vista diplomático – e o Ministro poderia responder depois –, por que o Mercosul não avança para a parte norte do Brasil. O Mercosul, e o ex-Presidente José Sarney, que aqui está presente, foi um grande impulsionador desse projeto, hoje está

circunscrito apenas aos países que fazem fronteira com o sul do Brasil; deixa justamente os Estados que mais precisariam desse incentivo, que são os Estados do Norte, que fazem fronteira, portanto, com países como a Venezuela, a Guiana, a Colômbia, países, do ponto de vista do interesse estratégico, até mais importantes, de fora. E ficamos, então, com a Amazônia, no meu entender, também por essas razões, desguarnecida.

Com relação ao Calha Norte, creio que é unânime, hoje, no Senado Federal, a sensação e a certeza da importância desse projeto, tanto é que, na Comissão, aprovamos uma emenda de comissão, como também na bancada regional aprovamos outra emenda. Penso que a consciência da importância do Calha Norte está completamente contemplada.

No entanto, no que tange à integração, ao desenvolvimento das ações, para efetivamente garantir que a Amazônia se desenvolva dentro de padrões aceitáveis, e sem, como eu disse, essa desconexão das ações dos órgãos federais na região, aí eu gostaria de ouvir, apesar de já ter o Ministro avançado um pouquinho, o que é preciso fazermos, juntos. É preciso que a desconexão desapareça e que possamos ter certeza de que, num espaço de tempo mais curto, teremos a Amazônia resguardada, desenvolvida e brasileira.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Ministro Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES – Senador Mozarildo Cavalcanti, percebemos que há uma certa identidade entre a sua pergunta e a do Senador José Fogaça. No momento em que se questiona um organismo, em que se questiona a convergência de ações, para otimizá-las, obviamente está faltando um mecanismo maior para dar seguimento a essas idéias, que, hoje, tenho a impressão de que são idéias universais, seja no Senado Federal seja na Câmara dos Deputados.

A questão do Ibama e do Incra é interessante. Na Amazônia, principalmente, ninguém pode raciocinar sem levar em conta o problema do meio ambiente. Creio que um dos grandes temas da Amazônia é a questão do meio ambiente. E esse é um desafio para o Governo: como podemos compatibilizar a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento sustentado. Este é um questionamento.

Se tivermos que examinar a grosso modo a participação do Incra e do Ibama, veremos que falta convergência. Se vamos ter uma ação de Governo determinada e há um organismo que manifesta as normas, as regras para a utilização do solo, é evidente que esses organismos têm de entrar em entendimento para dar execução ao projeto.

O que falta, no meu modo de sentir, essa é a proposta que está sendo debatida no âmbito do Governo e o Estado Maior da Defesa está fazendo um grande estudo, é acionar esses dispositivos. Como o Ministro José Sarney Filho tem tido uma atuação muito intensa em defesa do nosso meio ambiente, penso que a ele compete, hoje, pela estrutura que existe no atual Governo, ter a iniciativa da ação, dentro da Amazônia, e coordenar os ministérios.

Vamos procurá-lo, porque o seu dinamismo, o seu modo de encarar o problema da Amazônia, com muita dedicação, nos facilitará ao tentarmos a montagem, colocação até do Senador José Fogaça, de um grande plano de desenvolvimento sustentado. Mas isso tem que ser debatido. O Governo não pode ter também a pretensão de querer resolver esse programa em um gabinete fechado. A exemplo do que estamos fazendo, faço esse registro aqui da Comissão, estamos também debatendo alguns temas mais importantes.

O próprio Senador Mozarildo Cavalcanti citou um exemplo. O assunto é muito importante e precisa dessa integração do Legislativo com o Executivo. Agora, o Projeto Calha Norte, declaro isso publicamente, tem um alento muito forte pela ação dos elementos integrantes do Legislativo, no momento em que as duas Comissões de Defesa, tanto a do Senado como a da Câmara faço questão de registrar a ação da Comissão de Defesa Nacional da Câmara tomam a iniciativa de, em uma emenda dela, colocar o Projeto Calha Norte como prioridade. Também com todas as Comissões voltadas para os problemas regionais timbrados nesse sentido, teremos um suporte financeiro fundamental.

Agora, se me perguntassem qual a previsão do investimento dentro do Calha Norte, responderia: temos uma previsão, que o Coronel Claudimar nos passou, até certo ponto razoavelmente modesta, mas o Calha Norte é muito ambicioso. Acredito que quanto mais pudermos realizar para alocar recursos em favor do Calha Norte mais importante será.

Senador Mozarildo Cavalcanti, mais ou menos dentro da linha de resposta ao Senador José Fogaça, temos uma preocupação muito grande com essa sinergia de ações para que possamos realmente dar uma resposta concreta. Ações esparsas, dualidade de orientação, ausência e omissão não colaboram para essa grande visão que estamos tendo da Amazônia.

Portanto, faremos esse debate de uma maneira pública. Considero importante, pela minha formação de Parlamentar, a participação das duas Comissões: a de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e a de Defesa Nacional da Câmara. São participações fundamentais.

Comprometo-me, desde já, no momento em que o projeto estiver sendo amadurecido para um debate maior já instância da Presidência da República, a estabelecer aqui uma discussão que será muito salutar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Esclareço ao Sr. Ministro da Defesa que, se alguns dos seus assessores desejar elucidar perguntas específicas, os mesmos poderão usar da palavra para fazê-lo.

O SR. ELCIO ALVARES – Agradeço. Sendo necessário, solicitarei, principalmente sobre os dados mais complexos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Seixas Corrêa.

O SR. SEIXAS CORRÊA – Obrigado, Sr. Presidente.

O Senador Mozarildo Cavalcanti tocou em um ponto interessantíssimo. Há uma percepção no Brasil, em muitos setores, talvez até derivada do próprio nome do Mercosul, que trata de um esquema de integração que privilegia os Estados do Sul. Isso não está fundado em dados, em realidade, mas as percepções, no fundo, são tão importantes quanto os dados da realidade. É preciso não deixar de esclarecer, cada vez que esse tema surgir, a sua real dimensão.

O que é o Mercosul? Essencialmente, o Mercosul é, no seu processo de construção, até agora, um mecanismo de integração que tem características de uma área de livre comércio. Está passando para um processo de finalização de uma união aduaneira e seguirá o seu caminho adiante em busca da criação do chamado mercado comum. Cada uma dessas etapas de integração utiliza mecanismos distintos de integração.

Até agora, o Mercosul tem-se utilizado essencialmente de tarifa, como maneira de promover a integração, com a diminuição das tarifas internas, a redução a zero das tarifas internas, no interior do bloco, e a unificação das tarifas externas, a chamada tarifa externa comum. As tarifas valem para o Brasil inteiro. O País não pode promover ou assinar acordos internacionais de comércio que valham apenas para uma parte do seu território. Portanto, a mesma tarifa que vige para um produto no Mercosul no caso, praticamente, todos já estão chegando a zero ou já chegaram a zero em Manaus, vige em Porto Alegre. É a mesma tarifa.

O que aconteceu? Por que o Mercosul se viu mais potencializado e mais utilizado no Sul do País? Porque as áreas de complementaridade das sub-regiões brasileiras, Sul e Sudeste, com as correspondentes da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, eram mais imediatas, mais evidentes e mais claramente aproveitáveis em termos de interesse.

Isso seria uma matéria para outro seminário, mas quando entrarmos, pois devemos entrar agora, na consolidação da união aduaneira, como estamos chamando, e no aprofundamento do Mercosul, começaremos a entrar na terceira fase: a construção do mercado comum. Nessa fase, teremos, com base no que se espera, uma coordenação de políticas macroeconômicas por aproximações. Vamos induzir a todo um processo de integração setorial, a um melhor aproveitamento das sinergias, das vantagens comparativas e das complementaridades entre os diferentes setores das nossas economias.

Muitos dos problemas que vemos hoje no Mercosul são derivados da insuficiência do instrumento tarifa para gerir processos mais complexos de integração. Então, supõe-se que, nessa terceira fase, poderemos contemplar projetos que terão essa vigência mais evidente para o Norte e para o Nordeste do Brasil em termos da integração do Mercosul.

Assim, será muito interessante esperarmos essa oportunidade. Até agora, o que houve foi uma iniciativa frustada e malfeita, tomada pelo lado argentino, de uma integração entre a Patagônia e a Amazônia. Era uma idéia que tinha um sentido estético e que até ficou conhecida como "Patazônia". Mas descobrimos que não seria possível – no que tange a sinergias evidentes ou a possibilidades mais imediatas – integrar regiões tão diferentes e tão diversas, com problemas tão profundamente distintos, como são os da Patagônia e os da Amazônia.

Mas essa iniciativa, se bem que frustada, já revelou um interesse muito claro, tanto argentino como brasileiro – no caso, a iniciativa foi argentina –, de integrar ao processo do Mercosul as regiões mais afastadas do seu eixo principal. Esse é um compromisso do Mercosul e, certamente, é um interesse do Governo Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Seria a hora de retomarmos a idéia do Merconorte.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Primeiramente, apresento meus cumprimentos ao Ministro Elcio

Alvares pela reiteração – que já fez tantas vezes a mim e em público – do compromisso do seu Ministério com a Amazônia.

Também saúdo o Embaixador Seixas Corrêa pela objetividade da sua exposição inicial. Louvo, sobretudo, esse caráter objetivo, porque algo que me causa enorme desconforto é a maneira emocional – que freqüentemente descamba para o passional – de se discutir a Amazônia. Isso me causa um enorme desconforto, porque procuro ser cartesiano.

A tese da conspiração internacional para ocupar a Amazônia não me preocupa, pois me parece fantasiosa. Também não há que se pensar na internacionalização da Amazônia. Isso teria embasamento jurídico na Carta da Nações Unidas e, fora desse âmbito, seria uma intervenção militar, uma ação imperialista que me parece impensável nos dias de hoje. Mas o Brasil precisa firmar a sua soberania em relação à Amazônia com ações efetivas.

Senador Elcio Alvares – vou chamá-lo sempre assim e não por Ministro –, quanto ao binômio Sivam-Calha Norte, quando estes estiverem efetivamente implantados – e hoje, no Senado, há um consenso de que são absolutamente prioritários e indispensáveis –, parece-me que o arco norte da fronteira internacional do País estará razoavelmente protegido.

Mas o que ficará faltando, Sr. Ministro... Coube a um gaúcho dizer isso. Eu não diria que o Senador José Fogaça usou de telepatia, mas tenho a impressão de que lhe transmiti o que eu queria dizer. Concordo com S. Exª em gênero, número e grau.

O que está faltando, realmente, para completar, é um plano de desenvolvimento sustentável da Amazônia. Precisamos abandonar ações pontuais e isoladas para fazer isso de forma integrada em um grande planejamento para a região. Isso está faltando.

Como V. Exª já observou, se não puder vir de cima para baixo, terá de passar por um processo de discussão que envolva todos os segmentos das sociedades amazônicas, é claro! E há a necessidade de recursos permanentes.

Talvez a criação de um grande fundo de investimentos, não sei, isso terá que ser discutido, mas é preciso um plano de desenvolvimento sustentável da Amazônia.

E, nesse plano de desenvolvimento sustentável da Amazônia, creio que o Ministério do Meio Ambiente terá de ter um papel fundamental, cêntrico. Vamos deixar de ilusões, não há como fazer o desenvolvimento da Amazônia sem se pensar em proteção do meio ambiente. O Ministério do Meio Ambiente não pode deixar de ser ouvido sempre, permanentemente.

E, neste ponto, Ministro Elcio Alvares, ressalto que o Conomas, que deveria ser o órgão coordenador, quase não se reúne – não neste Governo; ele sempre se reuniu muito poucas vezes. Creio que o Conomas precisa se reunir periodicamente para integrar as ações governamentais em relação à Amazônia, independentemente do plano. Creio que isso precisa ser feito.

Espero que se ampliem e se intensifiquem o Sivam, o Projeto Calha Norte, o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia e mais as ações que o Ministro Seixas Corrêa nos transmitiu. E publicidade lá fora, não deixar sem resposta nenhuma das acusações, geralmente infundadas, sobre a Amazônia: essa idéia fantasiosa de que cometemos genocídio contra as populações indígenas ou de que somos devastadores irresponsáveis. Deve haver muitos que gostariam até de devastar a Amazônia aqui no Brasil, mas é claro que isso não é política de governo.

Creio que, feito isso, não há por que temer pelo futuro da Amazônia, que ela deixe de pertencer, mesmo em um futuro remoto, ao Brasil. Não vejo como.

Creio que, basicamente, seria isso. Não tenho perguntas específicas a fazer, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

O SR. ELCIO ALVARES – Sinto muita alegria ao ver que a opinião geral está tomando a direção de um plano, que vamos debater em toda a extensão. Pareceu-me, desde o primeiro momento, a coisa mais racional a ser feita.

Quando falei, aqui, com ênfase, no Ministério do Meio Ambiente, do Ministro Sarney Filho, é porque também considero uma falácia pensarmos no desenvolvimento de uma ação na Amazônia sem termos como elemento básico o meio ambiente. Citamos, aqui, no rol de três problemas elencados, três pontos que merecem atenção, o meio ambiente.

Quanto à questão atual, precisa ser feita uma crítica com muita grandeza: a empolgação do Calha Norte tocou profundamente o meio militar. Eu posso garantir isso. Até hoje a gente sente que todas as ações – o pouco que foi feito nesses últimos tempos – foram no sentido da ação militar. Os outros Ministérios tiveram uma atitude mais contemplativa.

O PPA, que está sendo montado – vamos ter um grande instrumento –, é um projeto de programas. Podemos acioná-lo e convocar todos para esse

esforço. Este plano, aqui, não precisa ser um plano definido, com rubrica orçamentária. Definindo-se os critérios, as normas que serão usadas, será a convocação de todos os demais setores do Governo, porque pode-se flexibilizar, dentro dos programas já existentes, uma ação mais concreta em favor da Amazônia.

Então, na pauta das nossas preocupações e certezas, está a convicção de que é muito importante o debate, principalmente no âmbito das duas Comissões da Câmara e do Senado, dessa projeção que nos próximos meses vamos ter.

Adianto que, dentro da visão muito detalhista, muito precisa do Ministério, o Estado Maior de Defesa está fazendo levantamento de todas as ações de governo na Amazônia, seja do Governo Federal, seja do Governo Municipal ou do Governo Estadual. Vamos ter um diagnóstico, um raio X da Amazônia em si. A partir daí, nós nos podemos dar inclusive o trabalho, que é necessário, de ver onde existe superposição e definir efetivamente um projeto com a sinergia necessária para atender esses reclamos. E os elementos que representam a Amazônia e mesmo aqueles que têm interesse pelo problema amazônico vão dar uma contribuição muito efetiva, porque acredito sinceramente que essa discussão da Amazônia seria feita indubitavelmente no eixo do Poder, que é Brasília, mas nós nos vamos deslocar para a região e, mediante uma ação de presença, trazer também a comunidade para essa realidade que se vai implantar.

Penso mesmo, pelas reações dos parlamentares e jornalistas que têm acompanhando essas idas de representantes do Ministério da Defesa à Amazônia dois Deputados, de Oposição por sinal, deram-me um depoimento muito importante. Disseram que foi comovente a ida, porque é um trabalho que empolga; e o Senador Jefferson Péres logicamente vê o que ocorre com sua habitual tranqüilidade. Mas a Amazônia tem um pouco de emoção. Temos de ter a realidade do seu problema. Não podemos afastar-nos disso. A Amazônia hoje, porém, representa para nós, brasileiros, um ponto importante. E a resposta que temos de dar no âmbito internacional é exatamente esse trabalho.

Então, Senador Jefferson Péres, a sua observação tem procedência. Precisamos deixar um pouco a emoção para ficarmos mais próximos da racionalidade. Todavia, pôr todo ardor no momento em que, como foi registrado aqui, as Comissões estão destinando suas verbas às emendas, os órgãos próprios o estão fazendo. Se isso está de fato acontecendo, o que significa? Já é consagração por parte do Legislativo de um assunto que, dentro do Executivo pretendo, se Deus me permitir lá com os nossos companheiros do Ministério da Defesa, dentro de dois meses, obter um diagnóstico muito preciso, que pode servir de ensejo para uma outra reunião num debate muito mais amplo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Ministro Seixas Corrêa.

O SR. SEIXAS CORRÊA – Faço uso da palavra simplesmente para agradecer a referência do Senador Jefferson Péres e para assegurá-lhe de que o nosso acompanhamento do noticiário e das atividades no exterior é intenso e não vai, em momento algum, esmorecer. Gosto até de pensar que temos, nesse acompanhamento, preocupação com esse tema da Amazônia, a idéia de estabelecer uma espécie de um "Sivam mediato", visando detectar com antecipação toda possibilidade, por menor que seja, de alguma má informação ou de informação tendenciosa. A nossa atuação, à medida que continuarmos tendo mais recursos inclusive orçamentários para tal fim, será a de intensificar essa atividade.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Jefferson Péres, V. Exª deseja usar os dois minutos que o Regimento lhe faculta para uma réplica?

O SR. JEFFERSON PÉRES – Um minuto apenas para uma observação. Ministro Elcio Alvares, não me entenda mal. Eu não quero frieza em relação à Amazônia. Estou lá desde pequenininho, desde que nasci e, ainda hoje, quando viajo pelo interior, emociono-me.

O que estou preconizando é que não se deve defender a Amazônia com discursos passionais, mas sim com ações efetivas do Governo ou da sociedade brasileira, que deve passar ao mundo o seguinte recado: Estamos defendendo a Amazônia não porque vocês nos estão cobrando ou com medo de intervenção, mas porque é do interesse e temos consciência disso.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Lúdio Coelho. Sem a frieza, o calor da Amazônia.

O SR. LÚDIO COELHO – Tenho a impressão de que os Senadores José Fogaça e Jefferson Péres transmitiram o pensamento generalizado, pelo menos, quanto ao meu, eles o fizeram. As medidas tomadas pelas diversas áreas do Governo brasileiro estão atendendo às necessidades da Amazônia no presente, estão fazendo o que os meios permitem. Quase todas as nações que formam a Amazônia

dispõem de poucos recursos. Penso que aquilo que o Ministro das Relações Exteriores transmitiu sobre medidas conjuntas com as demais nações é o caminho. O desenvolvimento da Amazônia deve ser feito em conjunto com as demais nações.

Uma coisa para a qual desejo chamar a atenção do Sr. Ministro aqui presente é a preocupação enorme com a preservação do meio ambiente, preocupação que também tenho, mas não chego ao extremo de pensar que nosso País vai se desenvolver não usando os meios da natureza que todas as demais Nações do mundo usaram. Eu não acho que o nosso País possa se dar ao luxo de, em determinadas áreas, reservar 80% do território nacional para ficar intocável. Acho que devemos tomar cuidado para evitar exageros na preservação do meio ambiente, que é um relacionamento de defesa recíproca do homem e do meio. Cumpre defender o outro para se servir deles.

Pergunto ao Sr. Ministro se há alguma preocupação da área de segurança nacional com as guerrilhas da Colômbia. Recebi hoje um documento que vou transmitir rapidamente aqui, de um Congresso que vai acontecer em Belém, convocado pelo Exército de Libertação da Colômbia, Exército Zapatista de Libertação Nacional, Frente Zapatista de Libertação Nacional, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

Então, pergunto ao Sr. Ministro: como V. Ex.ª vê isso?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Ministro Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES– O Ministério da Defesa, juntamente com as três Forças, está muito atento com relação à situação da Amazônia. Nós aqui estamos debatendo uma problemática que envolve o desenvolvimento sustentado, a preocupação com o meio ambiente, mas não perdemos, em nenhum momento, a ótica da nossa integridade, da nossa segurança.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, na recente viagem realizada a Lima, fez um pronunciamento muito oportuno lá no Congresso peruano, deixou clara a nossa posição, e ninguém melhor do que o Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa para fazer essa colocação. Vou fazê-la dentro do meu enfoque como Ministro da Defesa. Recentemente, o Exército realizou uma manobra de grande porte. É uma sinalização de que estamos presentes. Estamos muito atentos à questão, mas timbramos com a norma de comportamento diplomático muito importante. Respeitamos a soberania da Colômbia e, evidentemente, acompanhamos com muito respeito o que ocorre, entendendo que é um problema interno. Agora, compete a nós, brasileiros, e se houvesse uma gestão em nível diplomático, examinar o problema mais de perto. Enquanto não houver qualquer aceno do Governo colombiano, a nossa postura é essa, de permanente de vigilância dentro da nossa integridade. Mas não é somente em relação à Colômbia especificamente, mas a toda a linha de fronteira que temos. A ação, quando enfatizamos o Calha Norte, naturalmente já é um projeto que nos permite ter a visualização da nossa fronteira, que é fundamental. Agora, nessa questão, estamos num país eminentemente democrático, e, quanto a realizar congresso, reuniões, a favor e contra, o Brasil não tem uma posição oficial de apoio. A nossa posição oficial de apoio é ao Governo colombiano.

Agora, a obrigação do Ministério da Defesa, por meio dos nossos representantes das Forças Armadas, é uma presença constante, e isso temos feito. Então, na questão da Colômbia, torno a repetir, o Governo brasileiro respeita a soberania colombiana, é um problema interno do País, mas isso não impede que nós outros, que estamos aqui no Brasil... Mas também não é só naquele local. Eu acho que – e eu conversava há pouco com um Governador de Estado – a nossa preocupação é em toda a fronteira. Mais tarde, desenvolvendo-se o Projeto Sivam e todos os seus complementos, em que há um projeto de aquisição de caças-leves, vamos estender.

Temos situações não com o espírito de guerra civil que há na Colômbia, mas, quanto ao narcotráfico, trata-se de uma questão em que se não atuamos diretamente em virtude de dispositivo constitucional, uma vez que compete à Polícia Federal a responsabilidade, as Forças Armadas sempre estiveram dentro da política de logística e de inteligência. Há uma região na fronteira com o Mato Grosso, temos a questão de Foz do Iguaçu e todas são preocupações que temos e vamos fazer um trabalho mais perfeito de fiscalização do espaço aéreo.

Assim, respondo ao Senador Lúdio Coelho que o Brasil timbra, neste momento, pelo respeito à situação interna da Colômbia. Na parte que compete ao Ministério da Defesa, estaremos atentos principalmente naquela região amazônica. Parece-me, outrossim, que o Embaixador Seixas Corrêa seja a pessoa mais indicada porque, dentro da mecânica de relações diplomáticas, o Itamaraty tem tido uma posição muito correta, muito prudente, respeitando todos os compromissos internacionais

que assumimos. Esta é a minha parte, e o Embaixador Seixas Corrêa pode complementar pelo aspecto diplomático.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Sr. Ministro Seixas Corrêa.

O SR. SEIXAS CORRÊA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Complementando a exposição do Ministro Elcio Alvares, este é um tema vastíssimo, que envolve não só considerações de ordem de Direito Internacional, como de segurança nacional e situações práticas.

O Ministro Lampreia, na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, meses atrás, teve a oportunidade de expor, com bastante detalhes, a posição do Brasil no contexto do problema colombiano. No caso, temos um princípio basilar, o da não-intervenção, em que o Governo brasileiro se pauta em suas relações internacionais e não admitimos intervenções estrangeiras nos assuntos internos brasileiros e não faremos o mesmo com outros países.

Certos problemas, no entanto, como é o caso do problema colombiano, são intrusivos. Temos com a Colômbia uma fronteira terrestre de 1.600 quilômetros, praticamente indefesa, porosa por definição. Esta fronteira pode ser vulnerada nos dois sentidos. Houve, no passado, casos de incursões momentâneas, esporádicas no território nacional e há também a possibilidade do suprimento através do território nacional, ou seja, forças que vêm interagindo nos dois sentidos e tornando o problema mais complexo. Obviamente que um problema que tem essa natureza desperta uma sensibilidade diferente.

Neste momento, o que está acontecendo, e o congresso a que o Senador alude deve ser parte desse processo – eu não tinha conhecimento desse congresso –, mas é bastante crível a notícia, porque o que estão buscando as forças dos diferentes movimentos de guerrilha é muito simples: reconhecimento internacional. O que estão buscando, na realidade, é internacionalizar o conflito, da mesma forma que o Exército Zapatista, no México, costuma fazer. É por meio da internacionalização que esses movimentos adquirem força, credibilidade, respeitabilidade e passam a atuar como agentes de direito internacional, com todas as conseqüências decorrentes do processo negociador.

A nossa preocupação dentro do princípio da não-intervenção é evitar qualquer ação que conduza a um tipo de reconhecimento internacional. Buscamos e não nos oporemos, como o Presidente Fernando Henrique Cardoso declarou com muita clareza em várias oportunidades, não nos furtaremos a atender a eventuais pedidos das autoridades colombianas de que, de alguma forma, participemos do processo de paz. Uma coisa é participar de um processo de paz, que tem por definição uma dimensão internacional; outra coisa é permitir, ou deixar que se internacionalize o conflito. Pode parecer uma nuança, mas é uma nuança extremamente importante em termos de definição da política brasileira. E essa definição se torna ainda mais importante e sensível porque qual é o vetor histórico principal da política internacional brasileira na Amazônia? É impedir, obstinadamente, a presença de governos ou entidades extra-regionais. Tivemos, historicamente, um cuidado, desde nossos colonizadores lusos, inclusive por meio de políticas difíceis de defesa, em fechar a livre navegação do Amazonas, em contrapartida ao que nós forçávamos no Prata, que era a livre navegação. Por quê? Porque éramos obstinados, e ainda somos hoje, em evitar qualquer presença extra-regional na região.

Quando, em algum momento, meses atrás, se falou muito na Argentina em termos de presença e participação, fomos muito claros. Aqui estamos tratando de um problema com países amazônicos. Aqui só entram países amazônicos, país de fora não "pia". É isso que estamos procurando fazer fortalecendo, por meio desse diálogo, buscando – o Ministro Elcio Alvares caracterizou muito bem qual a política de segurança, com os meios de que dispomos, que não são os ideais, mas são os de que dispomos – procurar fazer com que a nossa fronteira seja o menos porosa possível nos dois sentidos, evitar a internacionalização do conflito por meio de qualquer medida que implique o reconhecimento de forças operando fora da constitucionalidade, da institucionalidade do processo político colombiano, e não nos furtarmos a coadjuvar no que for julgado que podemos ser úteis no processo de paz, no entendimento de que será esse fortalecimento que nos impedirá que forças extra-regionais possam agir sobre esse contexto. É uma situação muito complexa, delicada, que envolve elementos de natureza estratégica e militar de política internacional e que vem sendo seguida com bastante cuidado pelo Governo e com grande entrosamento sobretudo pelas duas áreas mais diretamente afetas à condução desse problema, que são o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores, e que deve contar com um interesse muito importante e muito constante

do Poder Legislativo, para que todos os ângulos dessa complexa questão estejam bem ajustados.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, dada a pergunta feita pelo Senador Lúdio Coelho, vou procurar informar a Comissão de Relações Exteriores a respeito do simpósio internacional que o Prefeito Edmilson Rodrigues, de Belém, está organizando para o próximo mês de dezembro, onde haverá uma avaliação crítica das diversas formas do neoliberalismo, uma avaliação crítica. Diversos eminentes professores estão sendo convidados e haverá o programa completo, mas faço questão de enviar à Presidência da Comissão e ao Senador Lúdio Coelho.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª já está inscrito para inquirir no devido momento.

Com a palavra o Senador José Alencar.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Sr. Presidente, Sr. Ministro Elcio Alvares, Sr. Ministro Seixas Correa, demais membros da Mesa, Srs. Senadores, quando recebemos esse folheto, o tema "Amazônia: Patrimônio Ameaçado", é claro que nos trouxe desconforto e preocupação, como traz para todos os brasileiros.

O SR. SEIXAS CORRÊA – Com uma interrogação. (Risos)

O SR. JOSÉ ALENCAR – Sim. Voltando à frase: Amazônia, patrimônio ameaçado?

De qualquer maneira, mesmo com a interrogação, ele significa obviamente esse desconforto para todos nós, brasileiros.

Então, quando temos a satisfação de participar, nesta Comissão de Relações Exteriores, de uma reunião dessa importância, ocasião em que o eminente Ministro Elcio Alvares assim como o eminente Embaixador Seixas Corrêa nos traz informações que, de certa forma, nos tranqüilizam, eu gostaria de trazer ao Sr. Ministro uma observação que penso deva ser levada em conta hoje na vida brasileira.

Sabemos que o grande problema de ameaça à Amazônia advém dessa demonstração nossa de incapacidade de ocupá-la. Eu gostaria – e me permito, Sr. Presidente – de lembrar que em outros tempos tivemos, por exemplo, no Estado Novo, a participação do Estado para resolver o problema da produção siderúrgica no Brasil com a criação da CSN. O Estado chegou e criou a CSN. Na mesma época, as potencialidades minerais foram viabilizadas também pelo Estado com a criação da Vale do Rio Doce. Depois, no início dos anos 50, com as preocupações do "petróleo é nosso", também veio o Estado e viabilizou a produção de petróleo no Brasil. E hoje estamos com a produção de mais de um milhão de barris por dia.

Mais tarde, o Presidente Juscelino, que queria industrializar o Brasil e sabia que precisava de energia elétrica, foi buscar na potencialidade hidráulica condições para realizar esse grande trabalho de industrializar o Brasil, criando condições para isso por meio da produção de energia elétrica.

Então, por analogia, permito-me trazer o seguinte: a Amazônia possui potencialidades econômicas imensuráveis de solo, de sub-solo, com bacias hidrográficas das mais ricas do Planeta, possui uma potencialidade turística imensurável, mas é claro que um grande projeto para transformar toda essa potencialidade amazônica em realidade será um projeto nacional que o Estado não pode ficar de fora, ainda que estejamos atravessando uma fase em que caiu de moda a participação do Estado, que se retira das atividades até mesmo, por exemplo, da telefonia, que também foi viabilizada pelo Estado.

Todos pensam que o Estado deva ser cada ver menor. Concordamos, mas isso não significa que ele deva ser fraco. Ele pode ser menor, ele pode delegar à iniciativa privada algumas atividades que possam ser levadas a efeito por ela, mas o Estado não pode ser pequeno; ele tem de ser cada vez mais forte.

Agora, por exemplo, o Estado tem de ser forte para viabilizar as potencialidades da Amazônia, porque são projetos que vão depender da participação direta do Estado, sem o que eles não se demarrariam, ainda que as potencialidades econômicas sejam muito grandes e que poderão viabilizar grandes empreendimentos. Mas só o Estado poderá dar essa demarragem. E é prioridade nacional, é prioridade nacional que afastemos de uma vez por todas essa ameaça ao patrimônio amazônico brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Não havendo nenhuma pergunta, podemos dar a palavra a um orador.

Não sei se os Ministros desejam fazer alguma observação.

O SR. ÉLCIO ALVARES – Sr. Presidente, só gostaria de fazer homenagem ao Senador José de Alencar.

Tenho o maior apreço pelo Senador José de Alencar. O seminário é instigante no título "Patrimônio Ameaçado". Pergunto: como estamos defendendo uma ação que temos competência para tomar e vamos tomá-la, tiro a interrogação, afirmando que é o

patrimônio que vamos preservar; que é patrimônio preservado em todos os sentidos. Então, Senador José de Alencar, afirmo que a minha ótica em relação à Amazônia é otimista, no sentido exatamente da convocação de todos os esforços para valorizar a nossa presença.

Percebi claramente que a Amazônia é uma questão de afirmação. Nós só podemos exibir qualquer indagação, qualquer possibilidade remota, se demonstrarmos competência em fazer com que todos sintam que nós temos presença efetiva na Amazônia.

O indagativo foi instigante. Traz o debate, porque há dúvidas. Mas, num futuro seminário, se Deus quiser, em mais algum tempo, teremos uma resposta francamente otimista de afirmação de presença na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As sempre competentes e precisas intervenções do Senador José de Alencar mostram que todos estamos de acordo.

Com a palavra o Senador Bernardo Cabral.

O SR. JOSÉ DE ALENCAR – Sr. Presidente, eu poderia, dos dois minutos, gastar um

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Pode.

O SR. JOSÉ DE ALENCAR – Desenvolvemos um esforço provavelmente muito mais épico do que esse que nós temos de desenvolver hoje para ocupar a Amazônia e acabar com a ameaça: foram as Entradas que estenderam as nossas fronteiras além da linha das Tordesilhas. Meu Deus, que coisa fantástica foi aquele episódio da força física! Não havia tecnologia; não havia nada.

As coisas, hoje, são mais simples. Os geólogos falam que há 3,5 milhões de km2 de bacia sedimentar na Amazônia. Nós nem começamos a prospectar petróleo naquela região. E não há como ocupar a Amazônia sem recursos. O Brasil tem que se voltar para grandes empreendimentos e enriquecer. Temos de abandonar a idéia de que, para sermos honestos, temos que dizer que somos pobres. São justamente os países ricos, especialmente os do G–7, que, de vez em quando, colocam em dúvida a nossa capacidade de tomar conta disso que é nosso: a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Muito obrigado. Agradeço a homenagem ao Maranhão, porque foi daquele Estado que saiu Francisco Caldeira Castelo Branco, atravessou a Linha das Tordesilhas, fundando Belém do Pará, Santarém, Óbidos e Alenquer, como se fosse um grande novo Tejo.

Com a palavra o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, José Sarney, eu me dispenso das maiores homenagens, homenageando já a todos que compõem a Mesa, para passar às minhas perguntas.

Pretendo fazer uma indagação ao Ministro Seixas Corrêa, Ministro das Relações Exteriores em exercício; a seguir, ao Ministro Élcio Álvares; depois, ao General D'Roure e também ao Coronel Claudionor Lisboa, do Programa Calha Norte.

Começo já pelo Embaixador Seixas Corrêa. A dicotomia ideológica então existente, de um lado o regime socialista da ex–União Soviética e de outro o regime capitalista dos Estados Unidos, após a queda do Leste Europeu cedeu lugar às chamadas "fronteiras econômicas". Desaparecidas as fronteiras ideológicas, o país mais forte economicamente tenta subjugar o mais fraco. E aí estamos chegando à globalização. A pergunta parte dessa premissa, já que o Embaixador Seixas Corrêa falou no lago amazônico. Em 1968, o Sr. Hermann Kahn e o seu segundo, o Sr. Robert Panero não conseguiram levar adiante suas idéias.. Á época eu era Deputado Federal, e, sem falsa modéstia, pedi a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi instaurada. E talvez aí o Governo tivesse um instrumento para afastá-la. Mas com os mitos do pulmão do mundo, da homogeneidade amazônica, de vez em quando notamos que vêm para cá, de forma solerte, agora até já atravessam as organizações não-governamentais para essa chamada globalização.

O Embaixador Seixas Corrêa declarou, e registrei, que a Amazônia era um patrimônio delegável da sociedade brasileira. Foi exatamente esse o texto. Ora, Sr. Presidente, o Presidente da República está chegando à Itália. E lá, provavelmente somos um país cuja dívida externa é muito grande, o FMI está aí, há uma regra internacional atualmente que declara a toda hora que a Amazônia é patrimônio mundial. Esse **slogan** vem adquirindo cada vez mais uma força tão grande que pergunto se é do conhecimento do Embaixador Seixas Corrêa uma denúncia que o jornalista Carlos Chagas fez dizendo que na reunião da Itália haveria uma pressão sobre o Presidente Fernando Henrique Cardoso, paralela à chamada globalização da economia, de concordar com a Amazônia patrimônio mundial.

A segunda pergunta, eminente Ministro...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Bernardo Cabral, já que V. Exª adotou essa didática, pediria também adotarmos a didática de o Ministro responder à pergunta de V. Exª.

O SR. BERNARDO CABRAL – Perfeitamente.

O SR. SEIXAS CORRÊA – Senador, com toda objetividade, não li o artigo do jornalista Carlos Chagas. Não tinha conhecimento. E não tenho a menor dúvida de que se um assunto desse surgir, a atitude do Presidente, como não poderia deixar de ser, será peremptoriamente contrária a qualquer conversa a respeito.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Bernardo Cabral, V. Exª pode continuar.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, ao eminente e sempre brilhante colega, o Ministro Elcio Alvares continua com a argumentação de Senador, não perde a oportunidade disso, o que faz muito bem. Atividades clandestinas, ponto registrado pelo Embaixador Seixas Corrêa, contrabando e narcotráfico. Foi exatamente essa expressão, com a responsabilidade que tem, com a qual concordo. Mas há, logo a seguir, Sr. Presidente, denúncia feita por mim, da tribuna, por delegação do Senador Nabor Júnior, sobre o problema da guerrilha no Acre. E em um aparte que me ofereceu o eminente Senador Tião Viana, disse da preocupação de seu irmão, Governador Jorge Viana, dizendo que já existe um movimento paramilitar naquela área.

Ora, o Projeto Calha Norte – que era chamado projeto e hoje é Programa Calha Norte – nasceu sob o estigma de que era militar, quando não tem nada a ver com isso. Só os militares, aliás, juntamente com o Itamaraty, é que cumpriram com as obrigações. Os demais Ministérios se omitiram, desertaram, fugiram e não fizeram absolutamente nada. Ministro Elcio Alvares, um técnico burocrata do Tesouro Nacional tentou sugerir a extinção do Programa Calha Norte. Com a reação do Poder Legislativo e de V. Exª, pois hoje o programa está subordinado – ainda bem – ao Ministério da Defesa, isso cessou ou pelo menos suavizou, já que temos aí o chamado PPA.

A minha pergunta a V. Exª é: o Orçamento está contemplando o Ministério da Defesa para a missão com que ele foi criado?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Sr. Ministro Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES – Eu gostaria de informar ao Senador Bernardo Cabral e a todos os senadores que, quando houve essa tentativa de alijar, de transformar o Calha Norte como um apêndice de um projeto geral, vim exatamente do Acre para Brasília com o Presidente Fernando Henrique Cardoso – o Governador Jorge Viana teria ido conosco – e o Presidente reagiu imediatamente: "Este projeto não pode ser tocado".

E, obviamente, depois de montado o Orçamento, entramos em campo imediatamente, porque, quando tomamos conhecimento desse fato que o Senador Bernardo Cabral relata – e que é verdadeiro –, levamos à determinação do Presidente e fizemos sentir ao Ministério de Orçamento e Gestão a necessidade. E aí voltou novamente o programa – porque o Senador Bernardo Cabral já está adequado à visão do PPA – Calha Norte e, como programa, ele foi mencionado com R$3,7 milhões aproximadamente. Logicamente, quem conhece a grandeza do Calha Norte – e estou diante aqui do responsável, do idealizador do Calha Norte, que é o Presidente José Sarney – sabe que é pouco.

Tivemos determinados anos, e já assinalei aqui na palestra inicial, que o Calha Norte ficou numa posição privilegiada e montamos, realmente, uma estrutura que até hoje responde. Mas, um fato grave, hoje, num debate interno lá no Ministério da Defesa, tive a notícia de que as pistas construídas já estão precisando dos naturais reparos, ou seja, o programa não pode ser, de maneira nenhuma, colocado num nicho de R$3,7 milhões.

Aí, eu quero dizer ao Senador Bernardo Cabral, é notável... (Interferência do Senador Pedro Simon fora do microfone)

Agora o Senador Pedro Simon formula uma pergunta no velho sentido que conheço e tem toda razão. Inclusive o Senador Bernardo Cabral, na ocasião, teve a oportunidade de registrar isso num pronunciamento que acompanhei com muita atenção.

O SR. BERNARDO CABRAL – E V. Exª teve a gentileza de me telefonar.

O SR. ELCIO ALVARES – E quero dizer o seguinte: os Senadores e mais os Deputados, dentro da mecânica orçamental, técnica e clássica, já estão tratando de dar o reparo necessário. E tive uma notícia muito boa, que quero fazê-la de público aqui: tomei conhecimento de que o Relator do Orçamento do Ministério da Defesa – S. Exª está presente –, para gáudio nosso, é o Senador Romero Jucá, indicado pela Liderança do PSDB, Senador Sérgio Machado.

Então, os Senadores da Amazônia não vão ter dúvida nenhuma. O Senador Romero Jucá é um homem da região, vamos ter um acesso muito grande nesse debate e sinceramente – aproveitando o ensejo da pergunta do Senador Bernardo Cabral –, vou torcer, como Ministro da Defesa, ardorosamente, para que o Programa Calha Norte seja contemplado com uma rubrica maior. Logicamente a posição do Governo está definida no Orçamento, mas o Congresso, por intermédio da sua Comissão de

Orçamento, pode efetivamente mudar. E, para isso, já colocamos à disposição do Senador Romero Jucá, que está aqui presente, todo o mecanismo do Ministério da Defesa para prestar os esclarecimentos. Fazemos um apelo ao Senador Romero Jucá para que nos contemplasse, dentro da batalha orçamentária, com a dotação que realmente o Programa Calha Norte precisa. E dependendo de mim, estarei presente ao lado dos Senadores da Amazônia, para lutar ardorosamente por essa elevação dos R$3,7 milhões.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, estou satisfeito com a resposta e faço uma pergunta ao General D´Roure.

O problema é a questão indígena. O General Roure, como aqui já foi registrado, foi um excelente assessor militar na época da Assembléia Nacional Constituinte. Faço questão de registrar isso. Hoje, como General do Exército, ele deve ter mais informações para dar uma resposta ao Senado. Por que, naquela altura, dizia-se que os índios Ianomami estavam sendo dizimados e hoje sua população dobrou? Sobre a velha tese de transformar nação indígena sob o pálio da ONU, quero que o General Roure me diga: Qual é o perigo para a Nação brasileira disso acontecer?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o General D´Roure.

O SR. WERLON COARACY D´ROURE – Veja bem, Senador, sua pergunta realmente me inquieta, mas creio que é um direito conquistado, na medida em que o incomodei por dois anos sucessivamente.

A figura da reserva ianomâmi, naquele ano distante de 86, parece–me não tenho convicções era um projeto de um Senador de época. Esse projeto teve sucessivas votações adiadas até que se esgotou pelo término da legislatura. Não acompanhei de perto a votação, já no Governo Collor, da delimitação do projeto ianomâmi.

Vou me apropriar da sua indagação até porque me parece que ela tem uma conotação ambivalente, na medida em que transita entre os conceitos clássicos de Direito Internacional Público do qual não sou titular. Faço o contraditório com o ilustre bacharel, ex-Presidente da OAB e ex-Ministro da Justiça.

A dificuldade de época foi um entendimento pleno do que poderia ser uma reserva ianomâmi na divisa Amazonas, Roraima e Venezuela. O que nos assaltava em indagação não era necessariamente o conceito clássico do DIP, de coisa abandonada ou **res derelicta**. O que tínhamos dificuldade em entender era, instalada a reserva ianomâmi, com a extensão desse território ultrapassando fronteiras, como seria entendido no Direito Internacional Público a figura do **res nullius**, qual seja, uma estrutura aborígine, certamente, sem organização preestabelecida. Como seria entendida à luz do Direito Internacional Público?

A dúvida que hoje V. Exª manifesta me assalta. Permito-me valer do conhecimento e da área de atuação do nosso Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Ministro Seixas Corrêa.

O SR. SEIXAS CORRÊA – Senador, hoje em dia, não conheço, em andamento, com qualquer grau de credibilidade, nenhum projeto de criação de uma nação organizada, algo tão impensado e fora de qualquer realidade. Não creio que tenha a menor viabilidade.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, estou satisfeito. Eu queria ouvir a opinião do General D´Roure, que continua com a mesma inquietação que era nossa, e da saída estratégica e diplomática do Embaixador Seixas Corrêa, que não quis entrar em matéria que não convém porque as preside.

Sr. Presidente, na gestão de V. Exª, o Programa Calha Norte, então Projeto Calha Norte, teve seu auge em matéria financeira e foi decrescendo, decrescendo, decrescendo, o que me deu a idéia ainda bem que hoje retificada de que o Governo estava não só eqüidistante, mas indiferente com o Calha Norte.

Sr. Presidente, passo agora à última pergunta ao Coronel Claudimar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. BERNARDO CABRAL – Houve uma manobra militar recente, conforme sabe o Coronel Claudimar, e muito bem comandada pelo General de Exército Luiz Gonzaga Lessa, o Comandante Militar da Amazônia, naquela região, sobretudo, Querari/Cabeça de Cachorro. É uma área que o Sr. Coronel Claudimar, como administrador do Programa Norte, deve estar muito inquieto.

Minha pergunta é como a sua inquietação se reduzirá, já que as verbas ainda não são satisfatórias. Eu gostaria, Sr. Presidente, que fosse esclarecido para que os Srs. Senadores pudessem se alinhar na defesa cada vez maior do Programa Calha Norte.

O SR. CLAUDIMAR MAGALHÃES NUNES – Senador Bernardo Cabral, coincidentemente, na

semana passada, o programa esteve naquela região para fazer uma avaliação do problema Calha Norte, na região do Alto Rio Negro, que pega toda a Cabeça do Cachorro, exatamente Querari, Uaretê, Pari/ Cachoeira e até o Alto Solimões, no sentido de levantar as ações necessárias imediatas, já para o ano 2000, e as ações futuras para toda a região. É evidente que são necessários recursos para implementar uma série de ações, e é uma área extremamente carente. Ao longo desses 14 anos do Programa, fez-se muita coisa, mas, pela amplitude da área e dimensões das necessidades, foi muito pouco. Trata-se de uma área em que até hoje as condições socio-econômicas se modificam.

Com relação à visita realizada recentemente, todas as necessidades foram levantadas e atualizadas e os objetivos não atingidos anteriormente já estão sendo avaliados. No caso de falta de recursos para implementar essas ações, dificilmente vamos encontrar parceria. O Calha Norte procura desenvolver parcerias com os Ministérios, realizando uma reunião de coordenação por ano, uma em cada Estado. Em 1997, foi em Roraima; em 1998, no Pará; em 1999, no Amapá. No próximo ano, pretende-se realizar uma no Estado do Amazonas e será o último rodízio feito nos quatro Estados.

O assunto é debatido nos quatro grupos, com representantes de todos os Ministérios, e todas as ações a serem desenvolvidas na área são levantadas pelo Estado. É a maneira que se tem buscado para direcionar as ações dos Ministérios nos seus programas para a área. Como não tem havido comprometimento formal dos Ministérios para desenvolver as ações, não tem havido resultado efetivo, apesar de alguma coisa ter sido feita. Portanto, fora dos recursos e das parcerias, não há muito que se possa fazer mesmo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Muito obrigado, Coronel Claudimar.

O SR. BERNARDO CABRAL – Estou satisfeito, Sr. Presidente. Cedo os meus dois minutos para outro colega.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra a Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar, mais uma vez, a iniciativa do Senador Tião Viana em propor este Seminário a esta Comissão. Foi bastante forte o compromisso assumido pelo Ministro da Defesa, nosso ex-Colega de Senado, Senador Élcio Álvares, que nos honra com a sua presença. No próximo seminário, ele espera que essa interrogação tenha sido eliminada, até porque o conjunto de problemas que fazem com que a Amazônia seja um patrimônio ameaçado é gigantesco.

Vou tecer alguns comentários que acho interessantes. Infelizmente, não tive oportunidade de ouvir a exposição dos senhores, pois hoje foi um dia muito importante para nós que fazemos parte da Comissão que está tratando de medidas de erradicação de pobreza. Mesmo sendo o término dos trabalhos, tive que continuar operando questões que considero fundamental, porque daqui a pouco será realizada uma reunião com parlamentares para apresentar questões para entidades da sociedade civil.

Com relação à Amazônia enquanto patrimônio ameaçado, creio que uma das ameaças mais importantes e significativas que estamos vivendo decorre de políticas errôneas levadas a cabo após a falência da antiga empresa extrativista, com os modelos centrados nos grandes projetos. A ameaça se constitui por um equívoco de enfoque. O primeiro deles é o de considerar a Amazônia um vazio demográfico. O segundo é de considerar a Amazônia uma floresta homogênea. E o terceiro é de pensar o desenvolvimento na Amazônia e não o desenvolvimento da Amazônia. O desenvolvimento na Amazônia faz com que pensemos em política de defesa na Amazônia, grandes projetos na Amazônia, ação de governo na Amazônia, ao invés de pensarmos em um processo que seja endógeno, onde a própria Amazônia possa estar gerando suas respostas. A partir dessa matriz, foram desenvolvidos uma série de equívocos que levam a Amazônia a ser vista, não só por nós amazônidas, mas por todo o povo brasileiro e até por aqueles que nos são externos, como sendo um patrimônio ameaçado.

A idéia desses grandes projetos nos levou à destruição de 13 mil quilômetros quadrados, que foram queimados ano passado. Se continuarmos com essa proporção, em trinta ou cinqüenta anos, e isso é uma realidade, não mais existirá a Amazônia. Não sou eu quem está dizendo isso, são as pesquisas técnicas das áreas alternativas e também as do Governo, das instituições de pesquisas oficiais.

Há um segundo aspecto que considero importante também nessa relação. A Amazônia é um espaço efetivamente de diversidade, seja ela cultural, ambiental, diversidade que, durante mais de cem anos, sobreviveu graças a três coisas interessantes: primeiro, uma relação direta do comércio. A Amazônia já nasceu globalizada, praticamente; vendíamos borracha diretamente para os mercados

externos; segundo, a Amazônia tinha, como pressuposto, a relação entre aqueles que a ocuparam de forma tradicional, a partir dos índios e dos seringueiros do Nordeste, utilizando apenas dois produtos da sua biodiversidade, representando 40% das nossas exportações, nos tempos áureos, em que o Brasil também exportava outros produtos como café, cana-de-açúcar e assim por diante. Durante esse período fomos "prósperos", porque a população – pobres, seringueiros, caboclos e ribeirinhos – não se apropriou dessa riqueza. No entanto, essa riqueza também não foi apropriada pela Amazônia. Infelizmente, não houve nenhum investimentos, o que tivemos ali, inclusive, foi a clonagem da nossa seringa, que, digamos, enriqueceu os bancos de germoplasma da Malásia.

Portanto, Sr. Presidente, quero dizer que esse início nos dá um recado muito importante: se durante quase um século nós nos viabilizamos econômica, social e culturalmente a partir da exploração de apenas dois produtos da nossa biodiversidade, onde a tecnologia, principalmente no campo da biotecnologia, ainda era insuficiente, o que não poderá ser feito hoje com todo o avanço técnico que temos para nos viabilizarmos econômica, social e ambientalmente a partir dos produtos? Digo, a nossa diversividade cultural poderá possibilitar que tenhamos uma diversidade econômica.

Na Amazônia, não podemos pensar em apenas uma atividade econômica. Se pensarmos só em pecuária é fracasso, se pensarmos só madeira é fracasso, se pensarmos só minério é fracasso. Qualquer política de defesa para a Amazônia que não considerar esses aspectos, estaremos fadados também ao fracasso. O que assegura – acho que alguns dos senhores não são da área militar – a soberania na Amazônia é a resistência dos nossos caboclos, dos nossos ribeirinhos, dos nossos índios, ali, marcando presença com a nossa língua, com a nossa cultura em nosso território.

Ora, se esses segmentos da sociedade continuarem sem política pública, refiro-me à saúde, à educação, à diversificação da economia, à modernização da economia extrativista, o que poderá acontecer com a Amazônia é exatamente o que tem ocorrido com os nossos países irmãos, dos ditos plantios ilícitos – para sermos elegantes com os países irmãos.

E, além do mais, hoje, já temos graves problemas nesse campo, temos graves problemas na nossa soberania, no que se refere ao tráfico de madeira na nossa região de fronteira – basta irmos até a Serra do Moa, no meu Estado, o Acre.

Perguntaria aos senhores, e deixo a Mesa livre para responder: o que os senhores acham de experiências que já vêm sendo realizadas, por exemplo, as do PPG-7, programa piloto, que são experiências demonstrativas? Qual é a avaliação que se tem, digamos assim? Projetos, como por exemplo, zoneamento ecológico econômico para toda a região, embora já tenhamos algumas experiências por parte de governos estaduais, como é o caso do Governo do Estado do Acre; também projetos que vêm sendo implementados, ainda de forma embrionária, como é o caso do programa Amazônia Solidária; linha de crédito especial para os extrativistas, como é o caso do Prodex, e tantas outras iniciativas. Inclusive, há a idéia de um custo ambiental para a Amazônia para que aqueles que nos são externos parem de dizer que não temos políticas públicas de proteção para a Amazônia.

O PP-G7 destinou oito milhões a um programa – a serem gastos, parece-me, em três ou quatro anos – e faz o maior estardalhaço. São importantes essas experiências demonstrativas. O Banco da Amazônia disponibilizou R$24 milhões para uma linha de crédito especial para os extrativistas, mas ninguém sabe disso. Os extrativistas não têm assistência técnica para poder tomar esses recursos. Nós temos políticas para a Amazônia, mas não sabemos é levá-las a cabo em parceria com o Governo do Estado, com municípios e comunidades.

A essas perguntas quero somar a observação de que esse seminário é muito importante. É animador ver o Ministro da Defesa e outras pessoas do Governo discutindo a Amazônia, a sua soberania. Ressalto que, para mim, o que assegura a soberania é a presença do homem e políticas públicas na Amazônia que façam com que essa presença seja respeitada, de modo a podermos dizer: "Não se preocupem com a Amazônia, porque dela estamos cuidando". Aqueles que se preocupam devem se unir e zelar pelo respeito a nossa soberania.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Muito obrigado, Senadora Marina Silva. Infelizmente, tenho que repetir o velho Antonio Carlos: o tempo, o inimigo.

Com a palavra o Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES – Fico muito feliz com a participação da Senadora Marina Silva, que acrescenta uma dose de experiência pessoal ao debate. Considero-me privilegiado por ter acompanhado o Presidente Fernando Henrique Cardoso, juntamente com a Senadora Marina e

outros integrantes da comitiva, à localidade de Xapuri, local onde se desenvolve o projeto dos companheiros de Chico Mendes e onde a Senadora Marina é muito atuante.

No transcurso de todos os debates, muito aberto e informal, com Presidente da República dentro de Xapuri, tivemos a oportunidade de ouvir algo que acredito ser importante para responder algumas das perguntas formuladas pela Senadora Marina.

O Ministro Sarney Filho, com um conhecimento muito grande de causa, deixou clara a preocupação do Governo com esses problemas que foram elencados pela Senadora Marina. Levando em conta o contexto da valorização da pessoa humana, quero expressar o meu pensamento como Ministro da Defesa. Estamos altamente preocupados com esse aspecto e a ação das Forças Armadas, faço questão de proclamar, é sempre no sentido da valorização da pessoa humana.

Quando estamos nos extremos do Amazonas, estamos realizando uma missão patriótica, de compreensão desse aspecto. Cito um caso recente que foi noticiado pelos jornais. A Marinha é responsável pela ida de um navio que atende às populações ribeirinhas. O jornalista Márcio Moreira Alves participou de uma de suas viagens e registrou um episódio envolvendo uma cabocla. Felizmente, anuncio aqui, ela foi examinada e foi constatado que ela não tinha nenhum problema de câncer.

Gostaria de adjcionar algo a esse quadro que a Senadora Marina pinta. É evidente que temos que respeitar o processo cultural, a questão da terra, que é tão extremada naquele lugar – tive a oportunidade de assistir aos debates e ouvi a colocação que estava sendo feita –, mas não podemos deixar de pensar num contexto maior.

No meu modo de sentir, o grande desafio é ter em mente esse enfoque humano ressaltado pela Senadora Marina – é um enfoque realista, de quem vive a realidade da Amazônia –, sem perder de vista a montagem de um grande projeto que realmente coloque a Amazônia num contexto internacional.

Por mais que tenhamos esse viés – considero um viés –, não podemos perder de vista, conforme foi colocado aqui pelos eminentes Senadores, o que representa a Amazônia hoje dentro do contexto internacional. Será muito importante a integração, o respeito a esse tipo de colocação que é feita pelas lideranças, e V. Exª é uma das lideranças. O Governador Jorge Viana pauta-se mais ou menos por sua linha de raciocínio e tem tido do Governo do Presidente Fernando Henrique todo o apoio, respeitando esse ângulo.

Agora, temos de compreender que o todo da Amazônia requer uma política de conjugação. É muito importante essa colocação que V. Exª fez, que fotografa a realidade do dia-a-dia, do quotidiano daqueles que V. Exª carinhosamente chama povos da floresta. Mas temos também que considerar um contexto maior, de compromisso com a implementação de um grande projeto.

No caso específico das Forças Armadas, Senadora Marina, estamos absolutamente dentro dessa visão social, mas não podemos deixar de respeitar o ponto de vista estratégico e certos compromissos – eu diria – de preservação da Amazônia, principalmente do meio ambiente, que estão relacionados dentro de providências que o Governo teve oportunidade de anunciar, inclusive falar em Xapuri, através do Ministro Sarney Filho.

Fiquei muito feliz porque em uma das minhas primeiras viagens à região, vi **in loco** o que é a ação de elementos que têm realmente o cuidado com a preservação daqueles que foram os pioneiros no processo de habitação da Amazônia.

Acredito que os temas que enfoca são altamente polêmicos, e dentro dessa visão maior do debate das matérias V. Exª terá muito ensejo de colocar o vosso posicionamento, que é respeitável. Mas alguns conceitos que foram elaborados, me permitiria, através da avaliação, exclusivo de Ministro da Defesa, fazer a dimensão exata da participação, dentro de uma linha mais objetiva de V. Exª em relação à terra do que a visão global do problema da Amazônia, que, até certo ponto, nos preocupa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Na observação da Senadora Marina Silva remanesce uma questão a respeito do PPG-7, segundo pude depreender. Peço ao Ministro das Relações Exteriores, Seixas Corrêa, que preste alguns esclarecimentos.

O SR. SEIXAS CORRÊA – Na intervenção inicial que fiz me referi, até com certa extensão, a esse tema do PPG–7 e expressei a expectativa de que possamos finalmente dar alguma organicidade para ordenarmos o desembolso dos recursos e o encaminhamento dos projetos, de forma mais ágil, equitativa e objetiva, a partir da última reunião que tivemos em Brasília, no mês passado.

Esse é um projeto que nasceu com grande expectativa e que até agora, como V. Exª muito bem observou, gerou resultados pouco expressivos, se compararmos com os que internamente temos

expendidos. A nossa expectativa agora é de que com essa nova orientação possamos ter um enfoque mais objetivo e mais em conformidade com as nossas políticas e expectativas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª tem, na forma regimental, dois minutos para réplica.

A SRA. MARINA SILVA – Talvez eu não tenha me feito compreender adequadamente, mas acredito que não me referi apenas a uma visão localizada da Amazônia. Quando falo em zoneamento ecológico da região estou falando de macropolítica para a Amazônia; quando falo das experiências do PPG–7, que são experiências pulverizadas e que precisam ser transformadas em políticas orgânicas para a Amazônia, estou me referindo a macropolítica para a Amazônia, e quando falo da compatibilização entre a ação que assegure a presença do Estado, inclusive levando em conta esse terreno do referencial, da diversidade cultural, econômica, da nossa própria biodiversidade, com as ações de defesa nacional, acho que estou falando em macropolítica para a Amazônia.

Então, esses elementos todos combinados se constituem no grande desafio que temos, em termos de dar as respostas para a Amazônia. É claro que se os senhores me perguntarem como fazer, não vou poder dizer porque se eu perguntar, os senhores também não vão poder dizer e eu não exigiria que fizessem isso aqui, mas acho que essa é a nossa estrela de Davi, até porque já temos experiências pontuais bastante significativas que poderão nos levar a esse caminho.

Insisto na tese de que uma visão externa da Amazônia – sem considerar os seus fatores internos – levou a equívocos muito profundos e que agora, pelo que compreendo, tanto da parte do Ministro do Meio Ambiente quanto de alguns segmentos de Governo e da própria sociedade amazônida, estão dispostos a corrigir esses processos.

Então, gostaria de fazer essa observação porque realmente as experiências locais são importantes, mas não as desvinculamos de um processo global, até porque, como falei anteriormente, a Amazônia felizmente ou infelizmente já nasceu globalizada, já que trocávamos borracha por uma lata de manteiga que vinha da França.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Vou pedir licença para, durante dois minutos, atender a uma ligação aqui na Secretaria. Passo, portanto, a Presidência ao Senador Romeu Tuma. Em seguida, voltarei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Ministro Elcio Alvares para responder à Senadora Marina Silva.

O SR. ELCIO ALVARES – Quero dizer da minha admiração pela Senadora Marina Silva. V. Exª sabe muito bem disto.

Há um detalhe que quero chamar a atenção. Fui testemunha da presença do Presidente Fernando Henrique Cardoso no Acre, prestigiando uma ação de V. Exª, fato que dá uma idéia da dimensão do sentimento de S. Exª em relação à Amazônia. É evidente que se fosse apenas um interesse regionalizado, local, o Presidente Fernando Henrique não iria se deslocar de Rio Branco até Xapuri.

A opinião de V. Exª, Senadora Marina Silva, é respeitada sob todos os pontos de vista. Se como Senador tinha uma admiração permanente por V. Exª, como Ministro da Defesa tenho a obrigação de dizer que suas idéias são sempre colocadas num plano elevado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está satisfeita, Senadora?

A SRA. MARINA SILVA – *(fora do microfone)*

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso é uma semente para o debate se aprofundar.

A SRA. MARINA SILVA – S. Exª ainda vai voltar e estarei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se Deus quiser.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Ministro Elcio Alvares, Embaixador Seixas Corrêa, Senhores Membros da Mesa, tendo em vista que tantas perguntas já foram formuladas, quero dedicar um tempo a um assunto que não foi tratado com minúcia, a não ser na exposição introdutória do Ministro Elcio Alvares, que, infelizmente, não pude ouvir desde o início, pois tive de acompanhar o Senador Lauro Campos, que teve uma indisposição. Mas Senador Tião Viana levou-o até uma clínica, onde S. Exª está sendo atendido e, felizmente, já se recupera.

Apreciaria muito esta oportunidade de ter algumas informações, tendo em vista a presença do Brigadeiro José Orlando Bellon, do Comitê de Implantação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia. O Senado tem uma responsabilidade muito especial sobre esse projeto, uma vez que, em dezembro de 1994, foi aqui aprovada sua primeira versão. No entanto, como gerou enorme debate, na legislatura seguinte foi criada uma comissão, presidida pelo Senador Antonio Carlos Magalhães,

para examinar tudo o que viria a acorrer com o Projeto Sivam, o que resultou em nova apreciação e votação da matéria.

Então, tive a oportunidade de enviar ao Ministro de Estado e Projetos Especiais um requerimento de informações que contou com a colaboração do Brigadeiro Bellon na resposta às questões, mas percebo que os senhores estão hoje preparados para uma exposição detalhada. Apreciaria muito se pudéssemos dedicar, pelo menos cinco minutos, a essa exposição.

Lembro-me dos números extraordinários, da ordem de US$2,5 bilhões, que o Senado aprovou para autorizar a operação financeira que iria resultar no Projeto Sivam. Trata-se de um desembolso de recursos do Governo brasileiro de alta monta. Para que seja plenamente justificado esse dispêndio, é importante que tenhamos esclarecimentos os mais completos possíveis sobre o que se está fazendo, quais os objetivos que já estão sendo alcançados, quais os benefícios decorrentes da implantação do Projeto Sivam e gostaria até de assinalar que uma das questões que foram objeto de minhas preocupações no requerimento é que para as obras civis relativas ao Sivam havia sido aprovado no Projeto de Resolução a destinação de US$110 milhões e foram destinados para essas obras civis algo em torno de R$287 milhões. Inclusive perguntei a respeito disso e havia estranhado até porque foram empresários que estranharam, o que objeto de divulgação na imprensa. Quarenta e oito empresas haviam se posicionado para participar do edital, entretanto, na fase final da licitação, apenas uma empresa, a Schahin Cury, ficou e se responsabilizou por isso.

Eu apreciaria se pudéssemos, portanto, ter a explicação mais completa possível do estágio em que se encontra o Projeto Sivam, agradeceria esses detalhes para que todos pudessem conhecer e apreciaria que o Ministro ou os responsáveis pudessem nos transmitir e que, mesmo curta, no período regimental, possa-nos... Por mim poderia ouvir por quanto tempo fosse necessário. Gostaria de ouvir a explicação...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tenho o difícil dever de conduzir a reunião de modo a que ela possa atender a todos e aos seus objetivos.

Concedo a palavra ao Brigadeiro José Orlando Bellon.

O SR. JOSÉ ORLANDO BELLON – Muito obrigado. Primeiro gostaria de fazer uma correção, talvez os números não digam a verdade como V. Exª colocou: não se trata de US$2,5 bilhões, na verdade, o financiamento é de US$1,395 bilhão. Esse é o montante financiado para que implementemos o projeto.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Faz pouco mais de quatro anos. Lembro-me que era um volume muito grande de recursos. Então, US$1,4 bilhão, em números redondos.

O SR. JOSÉ ORLANDO BELLON – Mas, sucintamente, sobre o estágio atual do Projeto, é bom lembrar que a empresa que ganhou a concorrência recebeu a notícia em julho de 1994 e que em janeiro e fevereiro de 1995 dever-se-ia iniciar o contrato. Com a falência da Esca, voltou-se o problema, o Senado teve que reavaliar e, na verdade, esse contrato só entrou em vigor no final de agosto de 1997, é um projeto com preço fixo, irreajustável e prazo limitado por cinco anos. Então, temos de julho de 1997 a julho de 2002 para implementá-lo completamente. O estágio dele hoje, se compararmos à curva "S" do Projeto, está 8% a 10% atrasado, atraso provocado por nós. O principal foi devido à troca dos aviões. No projeto inicial a Embraer só fabricava o Brasília, não havia o jato, quando, graças ao atraso do Projeto, inclusive, a Embraer com esse maravilhoso avião 145. Nós então trocamos, a Aeronáutica, inclusive, paga essa diferença de aproximadamente US$100 milhões para termos agora oito aviões 145. Isso deu um atraso em tudo que deve ser implementado ao redor desse avião. Consolidado esse atraso, eu diria que dá em torno de 6 meses nas grandes áreas, nos aviões principalmente. Há outros que estão em dia, mas são atrasos totalmente recuperáveis. Tenho, inclusive gráficos. As três primeiras aeronaves estão atrasadas, as últimas duas aeronaves de vigilância aérea não. A primeira aeronave de sensoriamento remoto está atrasada porque houve essa modificação, mas as duas últimas não. Nisso há um atraso inicial nessa ordem. Para se ter uma idéia, na parte financeira, deveríamos ter executado mais de US$500 milhões e executamos até a semana passada, US$477 milhões – pagamentos feitos às várias empresas. De um modo geral, o **software,** por exemplo, que é a base de estrutura lógica e de inteligência do sistema, sofreu um atraso porque nós não aceitamos os trabalhos feitos pela empresa Raytheon. Tivemos que fazer voltar, por quase oito meses, esses trabalhos, a fim de que os aceitássemos dentro das normas que havíamos estabelecido. Mas já estão em prosseguimento. Então, os atrasos que existem no projeto hoje são atrasos totalmente recuperados. Eles estão dentro do

prazo limite dos cinco anos de implementação: julho de 2002. Preparei, Senador – e depois ficará à disposição do Presidente para distribuir aos Senadores – uma informação sucinta sobre cada fase de implementação de maior porte no Projeto Sivam. Não dá para me delongar pelo tempo, mas está definido neste documento que passarei às mãos do Presidente para distribuir, se for o caso.

Mas o senhor já pode ver um primeiro benefício: a indústria nacional, a Embraer propriamente dita, graças a esse projeto Sivam esse avião ela já o vende no exterior. Competiu com os americanos na Grécia, país da OTAN, e venceu o conjunto brasileiro/sueco. Então o avião radar já vendeu para a Grécia e já está sendo quase vendido para o México. É um benefício tremendo da indústria nacional: é poder político e estratégico, é influência do Brasil, mostrando do que é capaz. Destinou-se um pouco de recurso e condições de ele desenvolver o projeto; e o brasileiro, juntamente com o sueco e outros, conseguiu apresentar um produto válido numa situação de guerra. É um avião que faz o desbalanceamento.

Esse é um benefício. Vários outros benefícios advirão no momento em que o projeto estiver totalmente implementado. O primeiro produto do Sivam totalmente entregue já existe: chama-se elevação das características do IMPI. Então o IMPI, com a sua estação de recepção de satélite em Cuiabá e a de tratamento, em Cachoeira Paulista, já está totalmente entregue, antes do prazo em aproximadamente dois meses. Gastou-se pouco mais de 10 milhões de dólares. Hoje, o IMPI tem a capacidade de processar todas as imagens dos satélites que fazem o sensoreamento remoto e em muita velocidade. Antes se levava, por exemplo, 180 a 200 minutos; hoje se faz em 15 minutos. Isso dá uma capacidade fabulosa ao IMPI de produzir as cartas que servem para a meteorologia e ao problema de desflorestamento na Amazônia.

Então, o primeiro produto do Projeto Sivam já está em operação a tempo e a hora, conforme contratado. E assim virão outros produtos. Os oito primeiros radares já foram recebidos em fábrica; três já estão para chegar em Manaus até o final desse mês; no máximo até início de dezembro. E já começaremos a implementar esses equipamentos em vários locais. As obras civis sofreram um pequeno atraso – respondendo à última questão do senhor – mas elas tiveram um atraso justamente por causa desse processo licitatório. Houve pedidos de alteração de datas de entrega. Chegamos a atrasar quase seis meses. Isso fez com que a empresa vencedora tivesse um problema muito sério para os primeiros sítios. Há um atraso de dois meses em algumas obras; três, em outras. Mas são atrasos das primeiras, o que significa que nas próximas entraremos novamente em cronograma. Ou seja, esse atraso é todo recuperável; é compreensível e recuperável, pela dimensão do projeto, pelo tempo que se tem para implementá-lo – cinco anos.

Quanto às obras civis, há o problema dos cento e dez milhões de dólares. Cento e dez milhões de dólares foi o que se conseguiu para implementação de infra-estrutura. E não são só obras civis – só paredes e tetos; é todo um conjunto de sistemas, com energia confiável, com climatização adequada para cada um desses sistemas. Para se ter uma idéia, toda a parte – e foi uma questão que o senhor colocou para nós; já temos a resposta e deverá chegar ao senhor – perto de quarenta milhões de dólares, que antes compraríamos de equipamentos no exterior, o nosso Ministro resolveu diferente. Perguntou:

"Há similar no Brasil?"

"Sim."

"Então, deixe de comprar no exterior e compre no Brasil."

São os geradores, a parte de energia, que tem que ser duplicada, no mínimo, e tem que ser confiável.

Esse conjunto está inserido na infra–estrutura, assim como a climatização. Cento e dez milhões de dólares seriam, digamos, duzentos milhões de reais. Duzentos e oitenta e sete milhões foi o valor que a empresa vencedora apresentou para nós – e ganhou a concorrência dessa forma. Colocando-se só essa parte de energia, V. Exª verá que ultrapassaria inclusive R$287 milhões. É uma das explicações que se dá daquele valor em dólar e por que acontece isso na concorrência.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Eu entendi na explicação por escrito.

O SR. JOSÉ ORLANDO BELLON – Sim senhor. Sobre o problema das 48 empresas. Por que uma só se, na verdade, 48 compraram o edital. O edital era bastante restrito, realmente. As empresas poderiam ficar em consórcio em grupos de até 3. O mercado dizia: "Ninguém vai entrar mais nisso, porque as 3 maiores do Brasil se consorciaram". E as outras até não queriam apresentar nenhuma proposta, porque as 3 maiores do Brasil estavam em consórcio.

Na verdade, as 3 maiores do Brasil e outras tantas que se consorciaram tentaram, por todos os meios, fazer com que liberássemos o teto. Sabemos,

porque construímos na Amazônia. Uma outra comissão que temos, que eu também presido, constrói na Amazônia. Sabemos avaliar valores, preços de obras civis.

E dissemos: para as obras civis do Sivam o custo básico é este. Admite-se até tanto por cento, de 10 a 15% de teto. E esse teto não satisfazia principalmente as grandes empresas, que têm grandes custos para levar esses projetos. Elas queriam que abríssemos o teto. Mas nós dissemos: "Não vamos abrir o teto. O nosso teto fica perto de 300 milhões. E sabíamos que elas queriam que abríssemos o teto para 430 milhões." Dissemos: "De jeito nenhum; não há recursos e nem é só pelo problema de falta de recursos; não há como justificar, porque sabemos qual seria o teto máximo".

Daí eu ter documentos, até por escrito, das 3 maiores e de outras que, na véspera, disseram que, infelizmente, como mantivemos o teto, não tinham condições de participar do certame, porque o custo delas era maior. Para que entrassem, era preciso muito mais do que os 300 milhões. Esta foi a razão, e houve, perdoem-me o termo, realmente boicote.

Mais de 10 empresas, representando grupos de 3, chegaram lá, apresentaram-se; duas entraram com as suas kombis carregadas de propostas, uma delas, registrada dentro da nossa organização, foi induzida a sair. E saiu. Era um dos consórcios. Só ficou a Schahin Cury. E ela apresentou um preço abaixo do nosso teto. Ganhou. Pela lei, perfeitamente resguardada. E assim continuamos a implementação do projeto.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, agradeço essas informações. São muito relevantes para nós, que tivemos a responsabilidade de aqui ter uma grande discussão sobre o Sivam e inclusive de votar essa matéria.

Agradeço essas informações e gostaria de passar às mãos de V. Exª este documento, porque, no ínterim, telefonei para o Prefeito Edimilson Rodrigues, para esclarecer inteiramente a dúvida suscitada, e inclusive perguntar tanto ao Ministro da Defesa quanto ao representante do Ministro das Relações Exteriores, a respeito desse II Encontro Americano pela Humanidade contra o Neoliberalismo que a Prefeitura está organizando em Belém do Pará, de 6 a 11 de dezembro. Como construir a sociedade que queremos, questão central.

O Prefeito Edimilson Rodrigues, do Partido dos Trabalhadores, informou-me que os Ministros responsáveis pela área podem estar seguros de que ele está procurando fazer tudo na mais absoluta legalidade, no respeito às instituições. Inúmeras personalidades e autoridades estão sendo convidadas, como a Srª Danielle Mitterrand, e eminentes economistas. Haverá representações de inúmeras nações indígenas brasileiras, que deverão comparecer, bem como de outros países.

O temário está aqui, Sr. Presidente. Faço questão de encaminhar a V. Exª e aos demais Senadores, inclusive ao Senador Lúdio Coelho.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência se compromete a mandar tirar xerox e distribuir a todos os Senadores.

O SR. EDUARDO SUPLICY – E aos próprios Ministros, para que eles tomem conhecimento e assim tenham uma informação precisa. Obrigado, Sr. Presidente. Estão também abertas as inscrições para o Encontro, inclusive do Senador Lúdio Coelho.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – O Senador Romero Jucá diz que está sendo chamado pela Comissão de Orçamento. Eu pergunto se eu poderia trocar com ele.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – É um direito de V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, eu procurarei ser rápido, apesar do tema ser tão palpitante, especificamente para mim, como Senador da Amazônia. Realmente, o Secretário da Receita, Everardo Maciel* está discutindo, na Comissão de Orçamento, como vamos arranjar receita para melhorar o Orçamento. Como sou Relator do Ministério da Defesa, penso que seja do interesse do próprio Ministério que eu possa me deslocar até lá.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Defenda o orçamento da Defesa.

O SR. ROMERO JUCÁ – Pois é, Presidente.

Antes de tratar de questões operacionais, farei uma reflexão sobre o tema deste debate de tão alto nível e parabenizo a Comissão de Relações Exteriores.

O tema "Amazônia, patrimônio ameaçado" – para chegar na questão operacional, que é objeto específico deste debate –, se a pergunta for: se o patrimônio é a terra brasileira e a ameaça é externa, eu diria que não. Fui Presidente da Funai, demarquei terras indígenas – aliás, quero discordar do que disse aqui o Senador Bernardo Cabral. A questão da demarcação da área Yanomami, na minha visão, não traz nenhum problema à integridade da terra brasileira. Demarcamos terras indígenas como terra da União; os índios são brasileiros. Do lado da Venezuela, as terras indígenas não são demarcadas, mas, na verdade, eles fazem reservas ecológicas e os

índios vivem nelas. Não há nenhuma similaridade e nenhuma perspectiva de qualquer movimento para tomar terra indígena. Vejo nessa afirmação um discurso antigo, já vencido ao longo do tempo.

As terras indígenas precisam e devem ser demarcadas. O problema não é demarcar terra indígena, mas deixar a comunidade indígena, como o restante da comunidade amazônica, desassistida, e, ao ficar desassistida, fica, na verdade, à mercê de buscas de recursos, como o narcotráfico e outras atividades econômicas, para dar um pouco de sustentação. Esse é o perigo. A demarcação das terras indígenas deve ser buscada, inclusive pelo próprio Ministério da Defesa. A questão da demarcação das terras indígenas deve ser de todos nós brasileiros.

Por essa óptica, o patrimônio não está ameaçado. No entanto, se o patrimônio for riqueza e se ameaça qualquer tipo de ação predatória ou de perda, realmente, não estamos sendo ameaçados; mas desestruturados. A cada dia, a questão do garimpo, o patrimônio do garimpeiro está diminuindo. O garimpeiro que usa mercúrio está comprometendo a sua saúde, comprometendo os rios, comprometendo as comunidades indígenas. A questão da madeira é outro problema grave. Para onde se olha, veremos que existe mais do que ameaça, existem perdas, para a Amazônia, para o homem da Amazônia e para o patrimônio brasileiro. Temos de buscar um caminho para reequacionar, redirecionar toda essa intervenção. Eis onde quero chegar.

Durante dezenas de anos, discutiu-se a questão do desenvolvimento regional. O discurso era: temos de desenvolver as regiões pobres, o Nordeste, a região amazônia. Na verdade, listei algumas instituições que já existem há vários anos: Sudam, Suframa, Ibama, Incra, Funai, Ministério do Meio Ambiente, Governo do Estado, Petrobrás, com Urucu, Eletronorte, DNPM. São muitas as instituições, mas, na verdade, nunca se teve uma política mais forte de desenvolvimento e de resgate da Amazônia.

Quando se começou a discutir a questão da Amazônia com mais força? Quando há o "risco" de perda da territorialidade, ou a questão do patrimônio ameaçado como a questão territorial. É aí que se começa, realmente, a discutir a questão da defesa e do risco da integridade.

Penso, como amazônida, que temos que usar a questão da defesa como apelo nacional não é apelo para nós. Como a Senadora Marina Silva disse, estamos cuidando, ninguém vai invadir a Amazônia. Agora, para o restante do Brasil, o apelo da questão da defesa é um apelo que se sobressai. Não resta dúvida quanto a isso. Então, esse apelo, esse gancho da defesa deve ser usado para se arquitetar o que foi dito aqui de diversos modos por diversos Senadores, que é a ação integrada do Governo brasileiro. É a decisão política de resgatar-se a Amazônia, não dos estrangeiros, mas da miséria, da pobreza, do desconhecimento para o conhecimento e para a dignidade. Penso que essa é a grande questão.

O Projeto Sivam e o Calha Norte, de certa forma, começam a agir desse modo. Quer dizer, é o gancho da defesa articulando ações de outros Ministérios. Eu esperava ter visto isso na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e não vi. As ações foram incipientes, até tímidas para o que poderia ter sido feito. Agora, vemos no PPA o Arco Norte, vemos essas questões todas....

Então, o importante é se buscar efetivamente uma ação coordenada. Aí, por mais importância que tenha o Ministério do Meio Ambiente e que tenham outras entidades, vejo diferentemente dos outros que falaram aqui , na questão e no apelo da defesa, a questão mais forte, porque esse é o entendimento que levará à decisão política de se operacionalizar os investimentos necessários. Um bilhão e trezentos, como falou o Senador Eduardo Suplicy, como sendo muito dinheiro, para quem conhece a Amazônia, ainda é muito pouco. Quem voa uma hora e meia, duas horas, saindo de Manaus para ir ao Aretê ou a São Gabriel da Cachoeira ou ao Acre, vai ver o quanto é grande a Amazônia e quantos problemas temos lá. Um bilhão e trezentos ainda é muito pouco.

Neste momento, quero referir-me à questão do orçamento, em que sou relator. O orçamento do Ministério da Defesa para essa questão é muito pouco mesmo. Vamos ter de fazer uma ação articulada e, aqui, devolvo a bola ao Ministro da Defesa e ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Vamos ter de articular com o Relator-Geral do Orçamento, com o Presidente da Comissão de Orçamento e com o próprio Ministro Martus Tavares caminhos alternativos para reforçar o recurso do Ministério da Defesa. Não dá para se atender, da forma necessária, ao Ministério da Defesa hoje com o orçamento que temos. Não temos recursos de contrapartida do Sivam, não temos recursos para o Calha Norte. Três milhões e setecentos mil reais para o Programa Calha Norte, na Amazônia, é uma piada. Se fosse R$100 milhões, seria pouco e não se tem onde buscar esses R$100 milhões.

Encerro a minha participação fazendo um pedido ao Ministro Elcio Álvares, para que procuremos nos articular com a área econômica do Governo, e, nessa questão específica, deixar de ser Ministério da Defesa, para ser Ministério do Ataque. Vamos ter de atacar o Ministro Pedro Malan, o Ministro Martus Tavares e buscar recursos. Não há recursos no orçamento hoje, para atender, da forma necessária, ao Projeto Calha Norte, ao Sivam e aos outros programas, que, no gancho da defesa, são integridade da Amazônia, mas, na verdade, devem ser muito mais um gestor do restante dos programas do Governo que efetivamente uma ação isolada e específica de defesa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Antes de conceder a palavra ao Ministro Elcio Álvares, peço desculpas a ele, ao Ministro Seixas Correia e a todos que aqui se encontram, porque vou ter de me retirar. Tenho um compromisso inadiável, assumido há vários dias para esta hora, de maneira que ficarei privado de assistir ao término da reunião. Transmitirei a Presidência ao Senador Tião Viana, que foi o autor do requerimento aprovado pela Comissão, para a realização deste seminário.

Congratulo-me com todos os Senadores pelo alto nível do debate, que foi muito proveitoso, com bons e valiosos subsídios para a atividade da Comissão e do Congresso Nacional.

Muito obrigado. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Na ausência do Senador Romero Jucá, passamos a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu queria, preliminarmente, cumprimentar o Senador Tião Viana pela iniciativa do seu requerimento de convite às autoridades para fazer uma exposição e um debate sobre as preocupantes questões amazônicas. A visão estadista do Presidente José Sarney transformou-se neste importante seminário sobre a Amazônia e levado à sociedade brasileira. É uma visão um pouco apaixonada, mas é de alma, de beleza da Amazônia, sem que a sociedade brasileira, principalmente os Estados do Centro-Oeste e do Sul, tenha conhecimento de tudo aquilo que vem sendo debatido neste dia, com a presença dos Srs. Ministros e dos Srs. Oficiais do Exército e da Aeronáutica. É uma pena que a Marinha não esteja presente, a não ser na citação do Ministro Elcio Alvares, nosso almirante que aí se encontra.

Sou amigo da Marinha. Dizem que é bom ser amigo da Marinha, pois ela não nos deixa na estrada, caso contrário morreríamos afogado. Queria homenagear também a Marinha pelo que tem feito na região amazônica.

Tive oportunidade, por nomeação do então Presidente José Sarney, de conhecer, a serviço, praticamente toda a região amazônica, quando combati não só o narcotráfico, mas também o que vinha depredando a amazônia: o garimpo desorganizado, o furto e o roubo da madeira e uma série de problemas citados pelo Sr. Senador na sua exposição, e que ainda persistem.

Falou o Ministro Seixas Corrêa sobre o problema dos lagos proposto pelo Instituto Hudson. Quando eu era rapaz, Senador Pedro Simon, ainda na faculdade e iniciando a minha carreira na Polícia, comprei um radiogravador para ouvir a rádio tirana da Albânia, que durante vários meses fez acusação contra o Governo americano, que queria criar os lagos na amazônia. Então isso realmente existiu e foi profundamente combatido pela rádio tirana da Albânia. Devo ter ainda, em algum lugar, algumas gravações, pois era um programa em português feito por volta das 22h. A amazônia já despertava o interesse internacional há mais de 40 anos, e essa perseguição vem até hoje. Não sei se esse PPG–7, com os investimentos estrangeiros – vários países foram citados na exposição de V. Exª –, poderá um dia não vir a gerenciar a atividade como auxiliar ou colaborador, mas gerenciar as aplicações dos meios oferecidos como colaboração. Mas sei que o Itamarati está vigilante e cuidará dessa parte.

Queria ser testemunha do Brigadeiro Bellon sobre o Sivam. Estive recentemente, a convite do General Lessa, na região amazônica, principalmente no projeto Calha Norte, e vários Srs. Parlamentares se interessaram e o Exército nos convidou a visitá-lo. Fomos ao canteiro de obras da Chaim, em São Gabriel da Cachoeira, para visitar o primeiro radar já instalado e em funcionamento, e ficamos conhecendo inclusive a aclimatação, assunto muito importante em uma região tão difícil, a qual mantém os equipamentos em atividade, inclusive os geradores, sem que sofram prejuízos durante o seu trabalho. Foi uma visita interessante e importante. Começamos a sentir que o Sivam está nascendo e crescendo.

Consegui, talvez por uma questão circunstancial, indo a São José dos Campos, ver o primeiro avião flecha fazendo testes em naquela cidade, e acredito que seja esse o que V. Exª descreveu aqui. Foi interessante e diferente porque, quando discutimos o primeiro projeto do Sivam na Comissão de Assuntos Econômicos, mostravam o avião com aquele bandejão no teto, mas esse era

bem diferente. Era uma flecha. Acredito que a modernidade tecnológica já avançou muito nesse aspecto de sensoreamento aéreo.

E aqui o Ministro Elcio Alvares observou que começam a discutir sobre o Sipam. Achei que o Sivam e o Sipam teriam, vamos dizer, interligados o seu nascedouro e o seu planejamento. Seriam interdependentes um do outro. Recentemente foi aprovada também a parte de possibilidade de financiamento externo, dentro de um novo Regimento aqui do Senado, que irá proporcional à Polícia Federal o Pró-Amazônia. Penso que esses projetos interligados são importantes para que não haja uma superposição de atividades, porque o Brasil dispõe de poucos meios, não só financeiros como humanos também. Entendemos que tem de haver uma coordenação central e que não pode fugir, ficando um pouco com o Ministério do Meio Ambiente e um pouco com o Ministério da Defesa, e as Forças Armadas, dentro do colocado como missão constitucional.

Outro ponto que entendemos importantíssimo o Presidente José Sarney sempre defendeu essa tese é que o projeto Calha Norte não é um projeto militar, até porque a sua instituição atrai cinco ou seis ministérios que deixaram de cumprir as suas etapas dentro do que foi programado. Ouvi recentemente sempre acompanhei a importância da presença militar. Toda a atividade civil que teria de ser feita pelo Ministério da Saúde ou por outros Ministérios, é feita pelas Forças Armadas, principalmente no aspecto saúde, com os hospitais militares. Um deles está inclusive abandonado porque não foi ocupado pelo Ministério da Saúde com investimentos, os equipamentos estão se deteriorando, e o Exército está disposto a assumir e a dar atendimento às comunidades que lá vivem.

Se não existissem as Forças Armadas, jamais teriam aquelas populações qualquer tipo de assistência o que foi tão bem levantado pela Senadora Marina, profunda conhecedora de todos os problemas que existem na região.

Lá no Acre eu estive acompanhando uma comissão do Parlamento americano, principalmente Senadores, há uns dez anos. Eu fui fazer a segurança a mando, à época, do Ministro da Justiça. O interessante é que foi exposta a abertura da BR...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) BR-317.

O SR ROMEU TUMA – Que até a Venezuela para alcançar o Pacífico. E a grande crítica feita publicamente pelos Senadores americanos é que aquilo não iria beneficiar o Brasil. Apenas estávamos prestando serviços ao governo japonês para mandar para lá a madeira que seria derrubada para a abertura dessa estrada.

Havia, e sempre houve, interesse pelo não-desenvolvimento sustentado da região amazônica, porque a cada passo o gerenciamento será sempre acusatório contra o Brasil no sentido de que ele não é capaz de gerenciar o território amazônico.

Eu tinha aqui o problema da Itália, que o Senador Bernardo Cabral levantou. Acho importante o noticiário de que o Presidente ia lá atraído apenas para poder ter essa cooperação do gerenciamento da Amazônia, mas o Ministro já fez a sua explicação.

Era isso. Não sei se caberia uma explicação dos Srs. Ministros ou estou apenas testemunhando o trabalho e a coragem com que têm enfrentado os problemas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Com a palavra o Ministro da Defesa Élcio Álvares.

O SR. ÉLCIO ÁLVARES – Faço uso da palavra apenas para manifestar ao Senador Romeu Tuma a nossa palavra de agradecimento.

O Senador Romeu Tuma, em todas as oportunidades, tem sido um dedicado relator dos assuntos atinentes à defesa, acompanhando todo esse processo de desenvolvimento, não só no momento em que os projetos das áreas das três Forças, Marinha, Exército e Aeronáutica vêm a esta Casa, S. Exª tem sido realmente um estudioso, em contato permanente conosco.

Estimamos realmente que o Senador Romeu Tuma sempre acompanhe todas as nossas viagens, principalmente nesta região amazônica, e nos dê, como sempre tem feito até agora, através de relatorias muito objetivas e concretas, o apoio que as Forças Armadas realmente precisam.

Como Ministro da Defesa, penso que é do meu dever, no momento em que o Senador Romeu Tuma me propicia esse ensejo de fazer o registro a respeito da minha visão, como civil, primeiro Ministro da Defesa, sobre o trabalho das Forças Armadas brasileiras.

As Forças Armadas atuam hoje em praticamente todo o Território Nacional, mas merece um capítulo à parte o trabalho realizado na Amazônia. É preciso que todos tomem conhecimento. Estou me empenhando como Ministro da Defesa, e estou me empenhando como Ministro da Defesa. Todas as vezes que nos deslocarmos para a Amazônia, quero fazer essa comunicação à Comissão de Defesa a participação dos Senadores e Deputados na visualização desse trabalho. Até por índole, os militares são introspectivos. Eles preferem às vezes

trabalhar para o lado de dentro. É necessário, neste momento, que a Nação brasileira tome conhecimento, porque o trabalho desenvólvimento é uma trabalho da mais alta relevância em termos de patriotismo.

Em relação à Amazônia, quero fazer esse registro com muita ênfase: nós temos realmente dado cumprimento a uma missão que considero, além de patriótica, fundamental para o País. É necessário, com a participação dos Senadores e Deputados, que os outros Ministérios também se engajem. Com essa visão do PPA nós podemos fazer isso. A Senadora Marina Silva interpretou de uma maneira diferente. Tenho muita admiração pela Senadora Marina Silva, ela vive a terra. Estive lá em Xapuri, vi a integração da Senadora Marina Silva com todo aquele pessoal em volta daquele Município acreano. Se nós, Forças Armadas, colocarmos o macro, a questão estratégia em primeiro plano e esquecermos a pessoa, a criatura humana que está lá dentro daquela imensidão amazônica, estaremos cometendo um pecado capital.

Nesse ponto, quero reiterar ao Senador Romeu Tuma, que viajou recentemente, e aos demais Senadores, que nós vamos ter muito empenho exatamente de continuar cada vez mais esse trabalho que as Forças Armadas Brasileiras vêm realizando. Acho que é um compromisso que elas têm com o desiderato militar, mas acima de tudo é um compromisso que assumem com o País, que deve merecer o debate mais amplo para que não aja nenhuma dúvida da sua participação, principalmente nessa batalha que estamos realizando na Amazônia. Ela é fundamental para afirmação dos nossos propósitos, não só sob o aspecto defesa, que é a parte pertinente ao meu Ministério, mas principalmente para afirmar a soberania e a nacionalidade brasileira.

Faço esse registro, Senador Romeu Tuma, agradecendo mais uma vez a atuação de V. Exª, mas também prestando uma homenagem, já que eu sei que V. Exª é exemplo de outros Parlamentares, jornalistas, pessoas que acompanharam essa última excursão, tiveram a oportunidade de ver de perto o que é esse trabalho na área interiorana da Amazônia.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, ficou uma dúvida Fui o Relator de uma matéria sobre aeronaves hostis e parece que está paralisada. Com o sensoreamento do SIVAM, provavelmente vai ter que vir a público. O Ministro da Aeronáutica, principal comandante-do-ar, por várias vezes tem dito da incapacidade de interceptar aeronaves com transporte de drogas, contrabando, porque ainda não foi regulamentada a lei aprovada pelo Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Tem a palavra o Ministro Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES – Além de ter o privilégio de ter participado da votação da matéria relatada pelo Senador Romeu Tuma, quero fazer o esclarecimento no momento que nós estamos pensando grande a Amazônia, estamos nos preocupando. Evidentemente esse projeto, de uma forma ou de outra, virá para pauta do debate. A regulamentação de um projeto como esse, pelas implicações internacionais, não pode ser feita de imediato. Ao Senador Romeu Tuma presto este esclarecimento: a matéria está na pauta dos nossos trabalhos e depende de exaustivos estudos, além de contatos naturais pela integração de vários países dentro dessa mecânica.

O Itamaraty acompanha muito de perto também essa questão, e nós estamos ativos. No instante que estamos definindo uma política de espaço aéreo, esse projeto ganha uma relevância muito grande.

O SR. ROMEU TUMA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Com a palavra o nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, prezado Ministro Seixas Correia, Srs. Militares, meu prezado amigo, Senador Elcio Alvares, nosso bravo Ministro da Defesa, eu acho que foi muito importante o debate feito aqui, sob a inspiração de V. Exª, Senador Tião Viana. Foram muito oportunas as exposições feitas pelos ilustres Ministros nesta reunião.

Em primeiro lugar, essa é uma questão nossa, Brasil. Não é do atual Governo, não é da nossa geração, mas do Brasil ao longo do seu tempo. Herdamos dos nossos antepassados essa pátria desse tamanho e temos a obrigação – o mínimo que temos de fazer – de deixar desse tamanho a pátria para os que vêm depois de nós, para nossos filhos e para os nossos descendentes.

Acho então que não está errada essa manchete, que não quer dizer: Amazônia, patrimônio ameaçado. Ela estaria errada se fosse: Amazônia, patrimônio perdido, porque ameaçada ela está pela cobiça internacional. Isso não quer dizer que vamos perdê-la, agora que existe ameaça, que isso vem de longe, que o ilustre chanceler expôs na questão dos lagos, isso sabemos que sim, que os nossos irmãos do continente norte olham assim para o mapa e não conseguem entender um país do tamanho do nosso, achando que deveríamos imitar a América espanhola, que se subdividiu em uma série de

países, isso sabemos. O que já foi feito no México, que perdeu metade do seu território, o que já foi feito na Colômbia, que perdeu o canal do Panamá e um país de sua extensão, do seu território, isso já sabemos.

Falando com o atual Comandante do Exército na Amazônia, e de modo especial quando estive lá falando com o General Santa Cruz, então comandante, lá na escola em Manaus, exatamente quem cuida da preocupação da defesa da Amazônia, vemos a análise e a exposição que fazem acerca da preocupação exatamente dessa cobiça internacional.

Até acho compreensível – quer dizer, cá entre nós, se sou japonês, se sou italiano, se sou argentino – dizer que a Amazônia é muito grande para ser nossa, que ela é o pulmão do mundo, que ela é a última reserva florestal e que tem que ser guardada, que ela mexe com as correntezas e não sei mais o quê, até vou concordar com isso. Então, é um assunto que, a não ser nós, Brasil, no que se refere ao resto da humanidade até aceito essa tese. Podemos nos dar o luxo de termos a quantidade de água que temos, quando, no início do próximo século já se verá uma escassez de água doce enquanto lá existe aquela imensidão de água perdida, sendo a população mundial de 6 bilhões de pessoas dos quais 2 bilhões passam fome e temos uma área enorme onde podemos produzir. Isso pode ser tema da próxima tese a surgir, ou seja, a ONU produzir na Amazônia ou em qualquer outro lugar com abundância e com tecnologia, o que é mais fácil no mundo, para distribuir gêneros alimentícios e equacionar o problema da fome no mundo ou algo parecido.

Se me perguntarem como cidadão, como brasileiro, quais os dois mais sérios problemas que vejo no meu País hoje, eu responderia que vejo como os grandes problemas, os que eu colocaria em primeiro lugar os milhões de brasileiros que passam fome, quer dizer, tem gente no Brasil que morre de fome – esse problema é o que temos que colocar em primeiríssimo lugar, e o problema de garantir a Amazônia para nós e garantir a sua preservação. Acho que isso é o essencial do que podemos fazer.

E quero dizer, meu bravo Ministro Elcio Alvares, que acho que o Governo está fazendo o que deve fazer, é que aumentou a cobiça lá de fora. Então temos que responder. E se há uma questão que acho que temos que agir numa unidade total é essa que está para nós colocada neste momento. Não se trata de dizer que não está se fazendo e deveria fazer isso ou aquilo; acho que é até impatriótico, acho até um absurdo de repente alguém surgir com a bandeira de criticar algo na Amazônia que não foi feito, que foi feito isso ou aquilo. Não. Ali é um negócio sobre o qual temos que ter unanimidade , porque ali é uma unanimidade nossa com relação ao que devemos fazer.

Acho que quando o meu querido Senador José Alencar fez a interessante análise, na verdade ele expôs que houve momentos da história do Brasil em que o País nunca teve concorrência entre o dinheiro público e o dinheiro privado. Na história do Brasil o público chegou onde não tinha nada, não havia qualquer chance. Volta Redonda foi criada porque ou iniciávamos a produção de aço com capital público, ou então ela não existiria, porque não havia, em nível nacional ou internacional, quem quisesse produzi-lo.

Isso valeu para outros vários segmentos. A telefonia, que agora está sendo privatizada – não quero discutir isso –, era privada no Brasil. No Rio Grande do Sul, ela era privada. Aliás, da mesma forma que a energia elétrica. Se o Governo entrou para fazer, se Juscelino entrou, se se fez uso do dinheiro público, foi porque com o dinheiro privado não andava.

Agora é diferente, agora vai funcionar, então se privatiza. Neste caso, a análise, como diz o Senador José Alencar, é se não é a de termos um plano real.

Dois grandes projetos na Amazônia são bem importantes. Eu era Ministro da Agricultura, no Governo do Presidente Sarney, e convivi com o Chefe da Casa Militar, o General Denys, que foi o coordenador, o grande apaixonado por essa matéria, que se esforçou e criou o Calha Norte. Acho que foi uma grande tese, uma tese excepcional. Andando por lá, vemos isso.

É muito difícil ir a uma região como a Amazônia – por isso, como diz o nosso querido Ministro da Defesa, os ministérios civis fugiram. Uma coisa é destacar um coronel, um general; outra é dizer a um médico para ir para a Amazônia. Não temos esse espírito dentro do Brasil ainda.

As Forças Armadas têm as condições de determinar, de criar uma unidade do Exército, de fazer o pessoal ir para lá. Lamentavelmente, nos outros ministérios não há esse espírito de patriotismo, de grandeza, de disciplina, de hierarquia e até de obediência.

Na verdade, R$4 milhões é brincadeira. Acredito que vamos ter que equacionar, vamos ter que resolver isso. Sei como é um orçamento. Quando se manda um orçamento para o Congresso, manda-se às pressas. Ali, vamos vendo as prioridades, de acordo com as questões de cada dia. Acho que de-

ve-se aumentar, para essa matéria, porque ela tem realmente significado.

Vejo, por exemplo, no meu Estado, que temos uma cidade, Santiago, que tem quatro unidades do Exército. Houve uma época, no Brasil, em que se achava que a guerra, que a luta, que a ameaça não vinha lá de cima, mas lá de baixo. Os norte-americanos estimularam isso durante muito tempo: "É inevitável uma guerra do Brasil com a Argentina". E sendo inevitável a guerra do Brasil com a Argentina, tínhamos que preparar nossa defesa. E durante 100 anos metade do Exército brasileiro esteve no Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina. Temos uma cidade como Santiago que tem quatro unidades do Exército; uma cidade como Alegrete que tem quatro batalhões do Exército. Acho que houve um momento em que isso teve o seu significado.

Agora, essas unidades podem ser deslocadas para lá. Acho que não há nada melhor. Vi, naquelas unidades que visitei, a integração. Ali tudo é feito com um outro estilo. O quartel que é feito na Amazônia obedece à necessidade da Amazônia, é aberto para o civil. Não é como no Sul, em que o exército é fechado, militar. Ali, eu diria, ele é uma entidade comunitária, com participação do conjunto da sociedade. Ao redor daquele batalhão é que funciona a sociedade, é que vivem as pessoas que estão ali.

Acho lamentável que se tenha extinto um projeto como o Rondon. Quando estive em Roraima, vi os reflexos do Projeto Rondon, pela ligação que ele tinha com a Universidade de Santa Maria. Dezenas e dezenas de jovens lá estiveram e muitos até ficaram ali, colaborando extraordinariamente para o desenvolvimento daquela região.

Esse é um projeto que pode ser revivido com um grande significado. Para o estudante, ele é ótimo, formidável, dá uma perspectiva enorme; e para a região também dá uma perspectiva da maior importância.

Então, acho que o objetivo do seminário, prezado Presidente Tião, foi muito importante. Estamos aqui reunidos, debatendo o assunto, não pelo patriotismo de querer – nós, o Congresso Nacional – ver o Amazonas crescer, desenvolver. Estou aqui porque não quero perder a Amazônia. Sou franco. Podem compreender que minha posição é errada, grosseira ou ridícula. Não vou mentir. Não quero estar vivo no dia em que perdermos um pedaço do Brasil. Essa fato apavora-me! Tenho quarenta anos de vida pública. Quero deixar, para os que vierem depois de mim, um país do tamanho que conheci. Sobrará a questão do desenvolvimento, do crescimento. Para onde iremos e como iremos são outras questões. Creio que há notícias que estão crescendo. O representante dos Estados Americanos andou por aqui. Fez a consulta. Sabemos que esta foi feita. Perguntaram o que pensamos sobre uma intervenção na Colômbia. A Argentina se ofereceu e colocou gente à disposição. Felizmente, os outros países da América, a começar pelo Brasil, disseram que não admitiriam. Há muitos argentinos que querem. Temos mais de 1.000 quilômetros de fronteira seca entre Brasil e Colômbia. Lá está o caos, sabemos disso. Há 1/3 do território que essa gente está dominando. O tráfico de entorpecentes é mais grave do que imaginamos. Até pouco tempo, falávamos na Amazônia como um corredor de passagem da droga. Agora, o que vemos é que há gangues organizadas que comandam a questão daqui. É grave. Não é à-toa que o Presidente da República, com muita sabedoria, deu uma ordem total. É uma questão da maior gravidade, da maior seriedade. É evidente que a Amazônia é uma região em que há muita cobiça. Não temos no mundo atual a questão da bipolaridade. Há anos, quando os Estados Unidos mandaram invadir Cuba, a Rússia interveio mostrando seu arsenal. Fizeram uma acordo: se parassem a invasão, retirariam os foguetes. Não há mais isso. O mundo atual é uma tropa romana que determina, orienta, pensa, decide e faz o que bem entende. Dentro desse contexto, queremos fazer o máximo possível. Não quero ser apavorado. Pelo amor de Deus! Temos capacidade, dignidade, prestígio, credibilidade e precisamos avançar um pouco mais nesse sentido. Mal não faz. Por medo devemos gastar o máximo possível na Amazônia. Não será um dinheiro jogado fora. Podem pensar que é bobagem do Senador Pedro Simon a proposta de que devemos olhar a Amazônia e nela gastar um dinheiro que, na realidade, será jogado fora. Não será. Mesmo que não invadam, que nada aconteça, que seja um exagero a precaução, por meio desta faremos mais escolas, mais estradas, produziremos mais tecnologia. Vamos desenvolver a região, que participará da sociedade brasileira. É um contexto.

Sou de uma região onde houve colonização italiana. Aliás no Espírito Santo também, bravo Senador Elcio Alvares. Estou vendo a novela **Terra Nostra** que mostra pessoas que vieram do sul da Itália para São Paulo. Há diferença entre os imigrantes que foram para São Paulo e os que foram para o Rio Grande do Sul. Naquele Estados, Dom

Pedro II, em 1870, fez uma colonização agrária. Pegou uma região enorme, minha terra, Caxias, onde só havia mata, montanhas e morros e para lá levou os italianos. Comprou enxadas, pás e alguns sacos de mudas. Essa gente criou uma civilização fantástica. Hoje é o que há de mais moderno no Rio Grande o Sul. Em São Paulo foi diferente. De certa forma, os italianos vieram para substituir o trabalho escravo na cafeicultura, na lavoura de cana-de-açúcar. Não ganharam um pedaço de terra. No Rio Grande do Sul ganharam uns 30 hectares, avançaram e se desenvolveram. Por que não pensar nessas questões? Por que não pensar nessas questões? Por que não pensar numa questão dessa natureza?

A rigor, estamos vendo que, do Rio Grande de Sul, saíram 1,8 milhão de riograndenses, com seu dinheiro, com suas famílias, e levaram o progresso para o Mato Grosso, para o sul do Maranhão, para a Bahia. Foram para várias regiões, compraram um pedaço de terra e levaram para ali o desenvolvimento.

Creio que essa é uma grande fórmula. Meu querido Ministro Elcio Alvares, deveríamos pensar grande e olhar essa questão com mais carinho, com mais afeto e com uma preocupação exagerada. Prefiro que riam de mim por eu estar sonhando de forma exagerada. Prefiro que digam que estou vendo fantasmas de dia. Prefiro que pensem isso de mim a que eu durma tranqüilo e, de repente, as coisas aconteçam.

Perdoem-me, mas era isso que eu queria dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE(Tião Viana) – No encerramento do nosso seminário, concedo a palavra ao Ministro Elcio Alvares. Depois, falará o Embaixador.

O SR. ELCIO ALVARES – Ao término do nosso trabalho, vou fazer um registro que é marcado por um toque de emoção.

Vejo o Senador Pedro Simon e me lembro de dois fatores muito importantes na minha vida. Por mais que o tempo passe, não apagamos nunca os lances que foram decisivos na nossa existência.

Um dia fui ministro pela primeira vez, na Pasta da Indústria, do Comércio e do Turismo. Devo muito ao Senador Pedro Simon essa indicação. O Senador Pedro Simon foi altamente generoso comigo naquela fase da nossa vida, que é muito intensa. Houve a realização da comissão que apreciou a questão do **impeachment** e a realização da CPI do Orçamento. E o Senador Pedro Simon teve para comigo um gesto – conheço-o muito bem – que marcou muito a minha vida.

Depois, houve um outro gesto, anterior àquele, do Senador Pedro Simon, que foi Líder do Governo nesta Casa. E quem conhece o seu estilo pode imaginar a maneira com que S. Exª conduziu os assuntos de governo aqui, com esse patriotismo, com essa franqueza. O Senador Pedro Simon distinguiu um Vice-líder, e eu fui o Vice-líder de S. Exª. Pude sentir de perto qual era realmente a sua visão das coisas. E isso nos aproximou muito. Às vezes, estávamos em campos opostos, por uma questão de idéia, mas nunca sem aquela convergência natural dos que têm amor ao País.

Em todos os momentos em que fui Líder nesta Casa, a participação do Senador Pedro Simon sempre foi marcada pela lealdade e pela sinceridade. E S. Exª sabe muito bem – às vezes, foi até portador de mensagens – que eu sempre falei ao Presidente sobre sua sinceridade e seu propósito ao defender seus pontos de vista.

Então, quando vejo o Senador Pedro Simon falando, num "quase depoimento" marcado pelo sentimento, compreendo muito bem quão grande é a nossa responsabilidade. A exemplo do Senador Pedro Simon, são milhões de brasileiros que pensam da mesma maneira.

Fiz uma colocação: "O uso do cachimbo faz a boca torta". Trabalhei por muitos anos com o Senador Jefferson Péres, e, como Senador, como Líder, tínhamos a obrigação de ler nas entrelinhas. O Senador Jefferson Péres é um homem muito sincero, é um dos Senadores que se manifesta com muita tranqüilidade. S. Exª fala o que pensa. E ninguém pense que S. Exª agracia alguém com adjetivos que sejam marcados apenas pela vontade de agradar.

Prestei atenção à fala do Senador Jefferson Péres, que disse que tratamos da questão da Amazônia com emoção. O Senador Jefferson Péres não está presente aqui neste momento, mas a minha homenagem é prestada a S. Exª, que sabe que ela é verdadeira. Perdoe-me, Senador, mas, se não dermos emoção a esse caso da Amazônia, estaremos fugindo a um compromisso íntimo de patriotismo. E o Senador Pedro Simon retrata por inteiro aquilo que falei há pouco: temos de lutar, com emoção e com garra, por um patrimônio que Deus nos conferiu e pelo qual temos a obrigação de zelar.

Como Ministro da Defesa, às vezes eu me pergunto a esse respeito. Isto caracteriza um pouco a vida parlamentar: às vezes, tenho arroubos de entusiasmo. Temos de lutar com entusiasmo. E, nesse caso, Senador Pedro Simon, foi muito gratificante ouvir a última oração pronunciada por V. Exª. Vamos lutar

pela Amazônia com racionalidade, vamos lutar pela Amazônia com a visão da Senadora Marina Silva e com o sentimento do Senador Tião Viana, que conhece melhor do que ninguém o que é esse desafio que está diante de todos nós.

Esses que são da Amazônia e que falaram aqui – os Senadores Bernardo Cabral, Romero Jucá e tantos outros –, com a colaboração magnífica dos que prestaram depoimento de vivência, a exemplo do Senador José Alencar, que nos acompanha até agora, me dão a noção exata das coisas que têm de ser cometidas ao Ministério da Defesa.

E eu lhes digo, com a intimidade daquele que teve a grande honra de pertencer a esta Casa, com a responsabilidade que tenho hoje e da mesma maneira que recebi quando o Senador Pedro Simon me distinguiu tanto na audiência com o Presidente Itamar Franco, com toda a sinceridade, que este seminário foi altamente gratificante para nós que integramos o Ministério da Defesa, a exemplo dos três companheiros que estão aqui, o Brigadeiro Bellon, o Coronel Claudimar, o General D'Roure, além dos assessores que estão aqui presentes nos acompanhando.

Temos o compromisso assumido, compromisso formal, de dar realmente ao Ministério da Defesa essa ótica, que é a ótica de preocupação de todos. Estamos fazendo um trabalho, torno a repetir, elaborado pelo Estado-Maior de Defesa, que vem ao encontro desses anseios. E não quero ter a vaidade, não quero ter a presunção de que esse trabalho fique adstrito a um gesto do Executivo. Vamos discutir aqui dentro, vamos ver quais são os problemas que têm preferência para podermos elaborar uma ação de governo que seja marcada pela intimidade absoluta que deve haver na questão da Amazônia.

A Amazônia é uma causa de todos. O Senador tem razão. Não pode haver oposição, não pode haver partido contra. A Amazônia é uma convergência. Podemos ter idéias diferentes para encontrarmos o objetivo final. E é em nome disso que estamos aqui. Acho que neste momento em que estamos debatendo com tanto empenho a questão da Amazônia nós confluímos. A visão do nosso Embaixador Seixas Corrêa é também muito convergente. É a visão da diplomacia, a visão do Itamaraty. A visão dos Srs. Senadores é a visão da realidade nacional pelo ângulo político; e a nossa visão, com a responsabilidade de ser o primeiro civil a ser Ministro da Defesa, é uma visão de ajustar aquilo que é a realidade da nossa Amazônia ao sentimento de uma Casa a que tenho o mais profundo respeito, que é o Senado da República.

Portanto, encerro, agradecendo a todos a atenção. Quero cumprimentar o Senador Tião Viana pela oportunidade que nos proporcionou. Agradeço aos companheiros que vieram aqui e compuseram a mesa conosco. Deixo registrado que não poderia ter um melhor encerramento para esta reunião, dentro da minha visão de emoção, da minha visão, às vezes, quem sabe, de saudade, do que as palavras do Senador Pedro Simon, que me fizeram lembrar muita coisa importante da minha vida e me fizeram, cada vez mais – e ele sabe disso, é muito sincero –, aumentar a minha admiração por esse notável Senador do Rio Grande do Sul, que me ensinou muita coisa da vida no convívio de oito anos de mandato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Quero, antes de passar a palavra para o encerramento do Ministro Seixas Corrêa, agradecer, em nome do Senado Federal, ao General D'Roure, Secretário de Política Estratégica e Assuntos Internacionais, ao Brigadeiro Bellon, do Projeto Sivam, e ao Coronel Claudimar, do Projeto Calha Norte.

Com a palavra para encerramento o Ministro Seixas Corrêa.

O SR. SEIXAS CORRÊA – Muito obrigado, Senador.

Queria agradecer a V. Exª e a todos os ilustres integrantes do Senado Federal por esta extraordinária oportunidade que nos propiciou, por este diálogo. Acredito que nada mais oportuno que essa reunião tivesse sido estruturada em torno da presença do nosso Ministro da Defesa e do Ministério das Relações Exteriores. Digo isso porque são dois Ministérios que trabalham quotidianamente com a matéria-prima que é a defesa da soberania. E a defesa da soberania é essencialmente o ângulo sob o qual a questão da Amazônia sempre foi vista pelo Brasil, pela sociedade brasileira. E foi graças a essa ação e a essa visão histórica que a Amazônia pôde ser preservada.

Já enfrentamos ameaças maiores em todo o período colonial, mesmo no período da Constituição da independência do Brasil. Quem não se lembrará no século XIX das incursões das potências imperialistas européias pelos territórios da China, por exemplo? E, se não fosse a obstinação luso-brasileira de manter a Amazônia fechada, quantas reduções não teriam sido implantadas ao longo dos nossos rios, como o foram ao longo da China? Já enfrentamos essas ameaças e já as vencemos.

O Governo brasileiro, o Brasil e a sociedade brasileira, por intermédio de todos os seus Representantes, sobretudo onde a soberania está mais legitimamente representada, que é no Congresso Nacional, a fonte legitimadora de toda a soberania nacional, sempre estiveram presentes e sempre estarão na nossa dimensão.

Foi muito enriquecedor para mim e para os meus colaboradores, que me acompanharam nesta reunião, escutar, ouvir e sentir essas visões convergentes. O Ministro Elcio Alvares retratou muito bem essa convergência na sua intervenção. A Amazônia nos une em torno daquele que é o grande patrimônio brasileiro: a soberania do seu espaço nacional. Tanto a política externa como a política de defesa sempre estiveram irmanadas e convergentes na defesa desse patrimônio; não faltarão nunca a esse encontro com a sociedade brasileira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Agradeço, em nome do Senado Federal e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, todos os senhores presentes.

Informo ainda aos Srs. Senadores que o Sr. Ministro da Defesa nos deixa como lembrança uma síntese do Projeto Sivam, daquilo que julga importante ser dividido com os Srs. Senadores. Quem quiser, poderá ter acesso a essa síntese junto à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Encerro, lembrando que a Amazônia é, de fato, um horizonte que tem uma enorme presença e alternativas de possibilidades em seu futuro. O Ministro Sarney Filho, quando esteve aqui, lamentou profundamente, com toda a tranqüilidade, um dado técnico: US$13,5 bilhões já foram evadidos da Amazônia brasileira, somente em biopirataria. Não é uma novidade o fato da cobiça e do que possa ocorrer com a Amazônia no seu futuro.

Esta Comissão fica muito feliz de poder reunir aquilo que é a linha tradicional do Itamaraty: o não-envolvimento com a política interna. No entanto, aqui se afirma como extremamente indissociável a política interna apresentada pelo Ministério da Defesa e a política externa representada pelo nosso Itamaraty.

Concluo essa parte do seminário, lembrando ainda que amanhã teremos a presença do Ministro da Justiça, Sr. José Carlos Dias, e do Superintendente da Sudam, Maurício Benedito Barreira, para um debate dentro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Encerraria, lembrando o Frei Heitor Tourraine, que esteve aqui e disse: "Quem ama a Deus, ama a Amazônia".

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 21h05min.)

Ata da 31ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 51ª Legislatura, realizada em 17 de novembro de 1999.

Às dezoito horas do dia dezessete de novembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ SARNEY, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Mauro Miranda, Wellington Roberto, João Alberto de Souza, José Fogaça, Romeu Tuma, Mozarildo Cavalcanti, Carlos Wilson, Pedro Piva, Tião Viana , Luiz Estevão, Marluce Pinto, José Alencar, Pedro Simon, Romero Jucá e Sebastião Rocha. Estiveram ainda presentes os Senhores Senadores Jefferson Peres e Amir Lando. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião, a quarta do Seminário Amazônia, Patrimônio Ameaçado?, destina-se a ouvir as exposições que farão, pela ordem, o Excelentíssimo Senhor José Carlos Dias , Ministro da Justiça e o Senhor Superintendente da Sudam, Dr. Maurício Vasconcelos. Para debater fizeram uso da palavra os senhores Senadores Tião Viana, Jefferson Peres, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Simon, Pedro Piva e Amir Lando. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. – Senador **José Sarney** – Presidente

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está aberta a 31ª reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Prosseguiremos no Seminário "Amazônia, patrimônio ameaçado", tendo hoje as presenças do Sr. Ministro da Justiça, o Professor José Carlos Dias, e do Superintendente da Sudan, o Dr. Maurício Vasconcelos.

Conforme todos os Srs. Senadores sabem, a sistemática do nosso trabalho envolve primeiramente

uma exposição do Sr. Ministro da Justiça e, em seguida, do Superintendente da Sudan, Dr. Maurício Vasconcelos. Posteriormente, os Srs. Senadores terão a oportunidade de participar de um debate, no qual serão levantadas algumas perguntas, a serem esclarecidas pelos palestrantes.

Com grande satisfação, informo que esse seminário tem alcançado seus objetivos. Hoje, estamos realizando a nossa última reunião, depois de colhermos valiosos subsídios para os trabalhos desta Casa e dos parlamentares e também para um acervo de consulta do Senado Federal.

Concedo, com muita satisfação, a palavra ao Sr. Ministro da Justiça, o Professor José Carlos Dias, que está fazendo um trabalho extraordinário à frente de sua Pasta.

O SR. JOSÉ CARLOS DIAS – Eminente Presidente José Sarney, nobres Senadores, Sr. Superintendente Maurício Vasconcelos, que divide comigo a responsabilidade desta tarde, antes de tudo, quero registrar a minha honra e a minha emoção de, pela primeira vez, comparecer ao Senado como Ministro para, formalmente, apresentar uma exposição e ser submetido às indagações dos Srs. Senadores.

Estou ainda há pouco tempo no Ministério da Justiça – cerca de quatro meses –, tomando contato com uma realidade bem mais séria, bem mais grave no que diz respeito à questão da segurança, do que, como cidadão, imaginava. Não tenho dúvidas de que entendo estar em minhas mãos uma das prioridades desse Governo, que é enfrentar a questão do crime organizado, especialmente do narcotráfico. Tenho dito que o narcotráfico, parece-me, imagino assim, como o crime-matriz, a partir do qual, num processo de metástase, todo o tecido social, todas as células vão sendo contaminadas. De modo que, realmente, se espalha por toda a sociedade e pelo próprio Poder Público, as instituições. A degeneração é terrível no nível não só da questão da segurança pessoal, mas da questão da corrosão ética da Nação. É preciso que tenhamos a coragem de reconhecer que é isso que tem acontecido em outros países onde o narcotráfico dominou o próprio poder político.

Como brasileiros, vemos assustados esse problema penetrar nos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. Graças a Deus, podemos dizer que ainda há tempo e que já se está acordando para essa realidade. Estamos enfrentando essa situação, e o Congresso Nacional está dando uma participação importante; a CPI do Narcotráfico, efetivamente, está dando uma contribuição muito grande. Há um trabalho de entrosamento com a Polícia Federal, com o Ministério Público e com os governos estaduais, onde a questão é mais séria.

Então, neste momento, quando estamos aqui discutindo a Amazônia, naquilo que me toca, o que posso dizer é que a grande preocupação é, realmente, termos um Estado apto a enfrentar a questão da segurança e do crime organizado, especificamente o narcotráfico, de uma forma cada vez mais competente.

Ao lado do Projeto Sivam, há o Projeto Pró-Amazônia e o Promotec, que objetivam aparelhar a Polícia Federal para exercitar o seu papel de uma forma mais moderna, mais competente e devem merecer apoio internacional. Deverei celebrar, nos próximos meses, em nome do Governo brasileiro, esse convênio em que o Brasil receberá apoio para o desenvolvimento desses projetos.

Em síntese, o Projeto Pró-Amazônia e o Promotec pretendem atingir os seguintes objetivos:

Ampliar, efetivar e solidificar a presença da Polícia Federal em todo o território nacional com a criação de novas unidades operacionais em pontos estratégicos e modernização das existentes atualmente, predominantemente na região amazônica;

Reciclar, aumentar, capacitar e treinar o efetivo da Polícia Federal com a finalidade de viabilizar o desempenho das múltiplas atividades da sua competência;

Implantar programas de capacitação de recursos humanos;

Implantar meios de transportes aéreos;

Estreitar a cooperação de informações, ações, operações conjuntas etc.

Não vou cansá-los lendo todo este programa, mas o que quero adiantar é que antes de receber esses recursos externos, com os quais contamos, já estamos avançando nessa direção: a Polícia Federal está merecendo uma atenção toda especial por parte do Governo. Quero ressaltar que é importante esse estímulo. O Diretor-Geral da Polícia Federal, que foi superintendente de Minas, é uma pessoa em quem deposito muita confiança. Praticamente todos os dias, tenho me comunicado com ele e acompanhado o desenvolvimento das investigações que estão sendo levadas a efeito em vários Estados. O Presidente autorizou a criação de mais mil cargos para a Polícia Federal e, fora isso, estamos modernizando a Polícia Federal com mais instrumentos, mais equipamentos, helicópteros etc.

Recentemente, estive no Estado do Acre e pude constatar que, graças ao trabalho conjugado entre os membros da CPI do Narcotráfico, Polícia Federal, Ministério Público, Governo do Estado, acima de partidos políticos, todos absolutamente unidos, foi possível realizar o trabalho que estamos vendo: hoje, o Acre está muito mais oxigenado. Ontem, foi oferecida denúncia contra mais um grupo de pessoas que, realmente, faziam parte do crime organizado no Estado do Acre.

A minha explanação é bastante singela; gostaria apenas de dizer que nos diz respeito a questão da segurança, estamos querendo implantar para todo o Brasil, mas com uma preocupação específica para a região amazônica. Creio que essa região tem de ter a nossa prioridade, porque é a região em que realmente, neste momento, mais está presente o problema do crime organizado. Estou à disposição para outros esclarecimentos que possa vir a dar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Como o Sr. Ministro da Justiça vai ausentar-se por motivo de viagem, vamos facultar aos Srs. Senadores a inquiri-lo sobre diversos assuntos relativos à segurança na área da Amazônia.

Será uma exposição breve e, em seguida, teremos bastante tempo para discutir com o Dr. Maurício Vasconcelos os problemas relativos à Sudam, um órgão da maior importância e que merece um debate mais aprofundado.

Passemos à segunda parte dos nossos trabalhos. Faculto o uso da palavra aos Srs. Senadores que queiram fazer indagações ao Sr. Ministro da Justiça.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Ministro, é uma satisfação tê-lo aqui na Comissão. Apenas comento a afirmativa que a grande imprensa e autoridades de Estado têm divulgado concernente ao fato de a Amazônia ser hoje parte da rota do narcotráfico internacional.

Tenho lido acerca de alguns trabalhos de investigação do narcotráfico. O Instituto Giovanni Falcone aponta uma situação que me preocupa muito, pois afirma que o Tesouro Nacional americano prevê que 17% das contas bancárias dos narcotraficantes colombianos estão depositadas em bancos brasileiros e que 25% do dinheiro que circula no Planeta é fruto do narcotráfico.

Hoje estamos lidando com uma organização que movimenta centenas de bilhões de dólares. A Colômbia, como todos sabem, até o final da década de 70, não produzia nada de cocaína, nem heroína, por meio de papoula, e hoje é o que é, com ameaça inclusive à democracia. Houve, no processo de avanço do narcotráfico colombiano, a morte do 12 Ministros da Suprema Corte, 4 candidatos à Presidência da República, 100 magistrados entre promotores e juízes , 2 mil policiais.

Portanto, fico extremamente apreensivo, pois, se não houver por parte do Estado brasileiro a preocupação externada por V. Exª, talvez estaremos correndo um risco muito grande de ser a Colômbia amanhã. Logo, é muito clara a sua preocupação. O Presidente Fernando Henrique alertou-nos dessa preocupação, incorporando-a. E pergunto: há um mesmo compromisso dos outros Ministérios em relação a essa situação do grande risco do narcotráfico ou ainda há uma fragilidade de interpretação e sensibilidade de outros Ministérios no tocante a essa questão?

O SR. JOSÉ CARLOS DIAS – Entendo que o Presidente Fernando Henrique Cardoso está absolutamente consciente de que essa questão é prioritária. Sem resolvermos isso, nós não teremos condição de paz neste País. Portanto, é indiscutível que os outros Ministros devem estar cientes disso. Tenho percebido essa sensibilidade, quando lutei para obter recursos destinados à Polícia Federal, a fim de reformar um presídio no Acre e conseguir crédito extraordinário, porque é indispensável que isso aconteça. Quer dizer, esses projetos não participei deles, porque já os encontrei prontos da Amazônia e Promotec completam, com o Sivam, realmente um plano de fortalecimento da segurança interna. Não posso dizer, com toda a tranqüilidade, que se esgota aí a necessidade. Não posso dizê-lo primeiro porque eu não sou um especialista nessa tecnologia. Isso temos de ouvir de pessoas que são realmente especialistas e administrar e escolher quem ensina para a gente quando nós não sabemos. E depois, porque é muito complexa a questão da segurança, nós precisamos também contar com o apoio dos Estados, pois sabemos muito bem que os Estados são os responsáveis pela sua própria segurança. Ontem passei todo o dia com todos os Secretários, só dois não puderam comparecer, de Segurança Pública do Brasil inteiro, discutindo um plano, uma política nacional de segurança pública – prioridades, formas, trocas de experiências... E foi um dia realmente cansativo, mas foi muito rico, com a participação de todos os Secretários, e o importante é que nessa questão não existe realmente partidarismo. Nós vimos lá, ontem, todos os

Secretários sem problema algum de distinções ideológicas, todos preocupados em discutir a questão da segurança. Porque esta questão que nós enfrentamos, a do crime organizado, na outra ponta está lá o problema da violência urbana.

Digo com sinceridade, eu que sempre sustentei como advogado, naquela formação libertária que temos como advogados, que sempre sustentei a questão de uma posição radical em termos de sigilo bancário, até como cláusula pétrea da Constituição, incluído aqui no art. 5º, e começo a questionar se não é o caso de nós abrirmos a discussão de que cada cidadão tem de saber que as suas contas bancárias não podem estar acima do interesse público. E, na realidade, é o sistema financeiro quem mais insiste em manter o sigilo. O jogo estando posto, todo mundo sabendo que a conta é uma coisa, e pode ser examinada, não se colhem surpresas as intimidades. Está certo? Saber o que gastou, para quem deu o cheque, questões que realmente estão ligadas muitas vezes à intimidade. Então essa é a fundamentação do sigilo. O que não pode ser é o sigilo servir muitas vezes para impedir a apuração dos fatos.

Eu não tenho isso como uma formação firmada, mas eu digo que a minha preocupação é tão grande que eu começo a balançar naquela posição que é típica do advogado. Agora, realmente não adianta nós ficarmos... Se formos analisar o problema da lavagem de dinheiro, do que tem saído deste País – Imagina-se que por Foz do Iguaçu alcança-se a cifra de 50 bilhões, o que teria saído pela CC–5 de Foz do Iguaçu. É extraordinário imaginar que isso é mais do que as nossas reservas. Então, ao mesmo tempo em que se combate aqui, nós temos de encarar a questão do crime financeiro, do crime do colarinho branco, e enfrentar outras áreas para ver até que ponto são ou não vasos comunicantes outras questões que vão sendo apuradas dentro de uma especialização maior.

Hoje eu tenho, no meu gabinete, um núcleo especial de combate à impunidade em que houve posse ontem, criado por decreto presidencial. Lá estão dois representantes meus, um Procurador de Justiça aposentado de São Paulo, com uma longa experiência; um Delegado jovem, brilhante de São Paulo, especializado em lavagem de dinheiro no FBI e que eu trouxe para Brasília; e mais dois Delegados da Polícia Federal de absoluta confiança e competência, indicados pelo Diretor; dois Procuradores da República. Para dar sustentação a esse corpo operativo, há o representante do General Cardoso, que é o General Serra; o representante do COAF – Conselho de Controle de Atividade Financeira; da Receita Federal e do Banco Central, para agilizar as informações. Funciona esse núcleo como uma UTI móvel, deslocando-se para pontos em que existe a necessidade emergencial, para solucionar questões e para dar suporte à força local, à polícia local.

Tenho – e não imaginei que isso fosse acontecer – acompanhado essa ação e, com minha ótica profissional de advogado criminal, acompanho as investigações. Esse é o trabalho que propomos fazer. O núcleo poderá ser reproduzido em outros Estados, se funcionar bem porque é preciso agilidade.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Tião Viana, V. Exª deseja usar o tempo para a réplica?

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, quero apenas agradecer o que tem sido feito pelo Estado do Acre nessa parceria. A minha pergunta tinha este objetivo, qual seja, dizer que não acredito que, sem a ação efetiva de outros órgãos – como, por exemplo, a Receita Federal – possamos ter êxito na luta contra o narcotráfico.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem a palavra o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Eminente Presidente, Sr. Ministro da Justiça, Sr. Superintendente da Sudam, o Sr. Ministro colocou muito bem a questão do narcotráfico. O Brasil está servindo ou sendo identificado como rota de escoamento especialmente da produção da Colômbia e da Bolívia. O Peru é o produtor da folha, mas o refino é na Colômbia.

Essa questão preocupa a todos nós, pelos efeitos maléficos que todos sabemos que a droga causa. Além disso, temos de ter cuidado com a fronteira amazônica. Na região que vai da Guiana Francesa à Bolívia, há mais de cinco mil quilômetros de fronteiras, algumas dessas em áreas de rios, lagos, mas a maioria em linhas geodésicas, ou seja, fronteiras secas.

No caso específico da Calha Norte do Amazonas, a nossa fronteira foi toda transformada em região indígena, em reservas que chamam de nações indígenas. Estão nove milhões e duzentos mil hectares da reserva Ianomami ao norte da fronteira com a Venezuela; a reserva Tucano, que é lindeira com a Ianomami, vai até bem abaixo da "Cabeça do cachorro" no norte do Amazonas. E agora está pronta para ser demarcada a reserva Tucano com oito milhões e duzentos mil hectares. Logo abaixo, há uma reserva próxima de ser demarcada, a do Javari, de quase oito milhões de hectares. Somente no Estado

do Amazonas, que é o maior Estado brasileiro, 22% da superfície do território total, de área indígena, área em que o domínio seria da Funai com os índios. A Funai, todos sabem, não é aceita pelos índios por razões que eles alegam e que muitos de nós conhecemos. Faço um apelo a V. Exª para ter um cuidado especial com a Funai, porque é um órgão que até hoje não disse a que veio, ou melhor, disse muito mal a que veio, no próprio conceito dos índios.

Segundo, a questão da demarcação dessas reservas, deve haver um certo cuidado naquilo que é interesse externo, o que é interesse nacional e, especialmente, o que é, efetivamente, interesse do índio. Quando se conversa com os tuxauas indígenas, todos eles, a grande maioria deles é contra a imensidão da demarcação e essa tentativa de isolá-los do convívio com a sociedade branca. Eles querem os benefícios do progresso, da sociedade, mas mantendo seus hábitos, suas tradições. Mas eles querem se integrar. O índio hoje quer ser advogado, médico, quer estudar nas cidades, ele quer os benefícios da civilização. Ele luta por isso.

Há pouco tempo eu estava falando com os ianomâmis, que mostraram os sacrifícios da mulher andar quatro, seis horas com a imbira na cabeça, carregando o jamaxi , para buscar banana na roça. Seis horas para ir e seis para voltar. O sacrifício eles não aceitam mais, porque a televisão chegou a todos os lugares, a antena parabólica, e eles vêem que o mundo civilizado não é assim. Eles vêem que uma aspirina faz muito mais efeito e causa muito menos males orgânicos do que as infusões que o pajé faz. E nós ficamos aqui, falando na cultura indígena, no conhecimento indígena. O índio tem uma vivência, porque não conhece outra coisa. São crendices. A quantidade de pessoas que se encontra com o que nós chamamos de "barriga d'água", que é a cirrose hepática, é conseqüência da sacaca, que eles tomam em grandes quantidades. Ela serve para o fígado, contudo causa barriga d'água. O índio conhece a floresta? Sim. Ele conhece ervas? Sim. Agora, ele não tem conhecimento científico algum para pegar o princípio ativo, na quantidade certa, para beneficiar o civilizado. Então, o que ele quer? Ele quer um intercâmbio de conhecimento para fazer isso.

Essas populações em questão, que têm como hábito usar na cerimônia religiosa o epadu, uma coca de alta qualidade, são uma presa fácil para os donos dos cartéis da Colômbia e do Peru. Nós falamos muito na Colômbia, mas a plantação da coca é no Peru. A Colômbia é refinadora e domina o mercado. É lá e na Bolívia. Esse é o arco de produção. E o índio é atraído por isso. E as polícias estaduais não podem andar nessas áreas para fiscalizar. As extensões são imensas. O epadu nasce no meio da floresta.

Deve haver um cuidado, uma fórmula nessa questão da demarcação das terras indígenas, porque nós estamos criando um cerco ao Brasil, em áreas sem dono, porque elas não têm dono, a Funai não existe, os índios não querem o compromisso com a Funai, porque têm uma experiência amarga desde o tempo do SPI. E esta é a grande ameaça, por quê? Pelo uso, amanhã, das populações indígenas e das áreas vazias para o estímulo ao narcotráfico na região amazônica. Esse é um perigo que corremos e onde começa a nossa luta no Congresso para instrumentar as Forças Armadas e a Polícia Federal com recursos para poderem chegar efetivamente à atuação nessa área.

Ainda há pouco tempo, quando houve aquela crise maior na fronteira, foram designados 120 agentes federais para irem à fronteira com a Colômbia, mas eles demoraram porque não tinham recursos para se movimentar, segundo me informou o Senador Romeu Tuma.

Então, como o senhor colocou, essa é a prioridade 1 da atuação. Acontece que a defesa da Amazônia engloba uma série de providências do Governo. No caso do Ministério da Justiça, a Polícia Federal poderia atuar futuramente, quando instalarmos o Sivam, podendo monitorar a região – é um processo fantástico para a região. Há a questão de um tratamento diferente para as chamadas nações indígenas – não propriamente populações, mas o conceito de nações indígenas em que os mapas na Europa já mostram o Brasil destacando essas nações – e a questão ambiental, que também está sendo entrave para o desenvolvimento da Amazônia e facilitando essas atividades.

Verificamos agora mesmo que a Amazônia e a região Centro-Oeste foram as que mais empobreceram no País, conforme levantamento da Comissão da Pobreza, por causa da política ambiental, que expulsou o homem do interior, que não pode tirar madeira, fazer o roçado, que são crimes ambientais, que jogou 9% da população da Amazônia – tínhamos 7,8% de pobres e hoje temos 17% de miseráveis. O próprio relatório diz que é conseqüência da paralisação da atividade madeireira na região, que pode ser feita sem danos ambientais. Esse é o preço que estamos pagando. Acredito, Ministro, que se V. Exª continuar levando avante o que foi explanado na sua exposição, colaborando conosco e com a região, ao dar o enfoque... – falo isso

com muita tranqüilidade porque quem primeiro falou em demarcação de terra indígena no Brasil fui eu, há mais de 40 anos, por razões sentimentais, em homenagem à minha avó. Mas, demarcar as terras indígenas de acordo com o número de índios. Não podemos agora dar 8 milhões de hectares para 600 índios que nem sequer vivem no Brasil, vivem parte do tempo no Brasil e parte do tempo no Peru. É só cruzar o rio Jaguari que, na vazante, é mais estreito que esta sala, facilitando o trânsito. Esse cuidado deve ser tomado porque isso aí vai contribuir para manter a nossa soberania pela presença brasileira naquela região. Sr. Ministro, meus cumprimentos pela colocação feita inicialmente e apelo no sentido de que o Ministério não só verifique essa ação da Funai, para que trabalhe efetivamente em benefício da integração do índio à sociedade – como querem os índios – e não fazendo um **apartheid** – como querem alguns – aqui no Norte do Brasil, especialmente na Amazônia. Combatemos o **apartheid** na África do Sul e queremos fazer isso com os índios brasileiros. Muito obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Pergunto se o Ministro deseja fazer alguma intervenção.

O SR. JOSÉ CARLOS DIAS – Agradeço muito a cooperação do eminente Senador. Quero confessar humildemente que a questão do índio para mim é fascinante. Mas sou ainda sou jejuno, estou procurando estudar. E depoimentos como o de V. Exª, indiscutivelmente, são fundamentais para que eu possa tentar levar avante uma política correta e que seja boa para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro da Justiça, creio que V. Exª dirige uma Pasta que talvez seja a mais importante nesse momento para a Amazônia, porque a ela estão subordinadas a Polícia Federal e a Fundação Nacional do Índio. O Professor Gilberto Mestrinho explicitou muito bem essa questão, de que nós, representantes da Amazônia, não temos nada contra a demarcação das reservas indígenas. Pelo contrário, achamos que elas já deveriam estar demarcadas, mas de acordo com o que pensam os índios e com o que pensam também os não-índios residentes naquela região. O que temos visto, Sr. Ministro, é, na verdade, uma atuação muito forte das chamadas ONG – Organizações Não-Governamentais –, que vêm interferindo nesse processo desde o levantamento da área à limitação da batalha pela sua demarcação. Apenas para ilustrar, Sr. Ministro, com documento da própria Fundação Nacional do Índio que tenho em mão, no período de 97 a 99, foram autorizadas a atuarem em reservas indígenas 41 Organizações Não-Governamentais. Dessas 41, Sr. Ministro, apenas 3 são brasileiras. Não há nenhum xenofobismo nisso. Até nós acharíamos que, se essas organizações viessem efetivamente para fazer um trabalho que nos ajudasse, no sentido de valorizar o índio, de proteger a Amazônia, de garantir a nossa soberania, isso realmente mereceria até aplausos. Mas não é o que estamos vendo. Todos os dias há notícias nos jornais de biopirataria de ações dessas entidades. Recentemente, há uma que está prestando serviço de saúde e assistência indígena terceirizados para essas organizações não-governamentais com origem internacional. Então, há associação dessas organizações não-governamentais em vastas áreas indígenas na Amazônia Legal com o narcotráfico. Também temos documentos da própria Funai comprovando que, no Estado do Maranhão, por exemplo, em tribos indígenas, são plantadas maconha e outras drogas por incentivo de narcotraficantes. Estes, portanto, se protegem, porque são os índios que plantam a maconha e, depois, eles a comercializam para eles. Sabemos que, na Amazônia, também já foi constatado que os índios são utilizados para transportar os insumos necessários para o refino da cocaína.Portanto, essas áreas estão desprotegidas na visão do Governo. Ao mesmo tempo em que não há controle algum, a porta está aberta não apenas para o narcotráfico como para a biopirataria e para ações efetivas de internacionalização da Amazônia.

Como eu disse, Sr. Ministro, não temos nenhum preconceito em relação à demarcação de terras indígenas. Mas, como V. Exª disse, temos de nos manter informados a respeito – já tive a oportunidade de estar com V. Exª no seu gabinete e conversamos sobre isso. Os dados são interessantes com relação a essas reservas indígenas. Por exemplo, a coincidência das reservas com o mapa geológico na questão das riquezas minerais. Por exemplo, no meu Estado de Roraima, há 54% da sua área destinada para reservas indígenas demarcadas, delimitadas ou pretendidas. O mapa casa exatamente com o mapa do Projeto Radan. O mais interessante é que, por exemplo, aproximadamente 12% o Brasil já tem demarcado para reservas indígenas. É um número recorde no mundo. Desses 12%, a distribuição é estrondosamente contra a Amazônia, não porque lá por acaso esteja a maior parte dos índios. Na região Centro-Oeste há apenas 8% de área destinada aos

índios. No Nordeste, no Sudeste, no Sul, onde se encontravam os índios quando os europeus aqui chegaram, apenas 1,41%, 0,10% e 0,39%, respectivamente. Na região Norte, 21,19%. Assim, é preciso que encaremos a situação em que vive a Amazônia atualmente, com o exemplo da Colômbia, do Peru e da própria Bolívia, de maneira geoestratégica melhor, que pensemos que o Estado brasileiro tem de estar mais presente naquela região de fronteira, seja pela criação de instalações militares, ou da presença da Polícia Federal, ou até mesmo pela criação de novas unidades da Federação. Pois aqueles Estados monstruosos, como o Amazonas, com 1.600.000Km², comportariam pelo menos dois ou três territórios federais, para não falar em um novo estado. Gostaria de colocar minha preocupação com todos estes fatos: narcotráfico, biopirataria, ONG, demarcações aleatórias. No próximo ano, vamos comemorar os 500 anos do Brasil. Faço uma sugestão. A Funai merece realmente ser remodelada profundamente. Criei um projeto propondo a extinção da Funai. Retirei-o porque penso que a Funai é mais vítima do que réu na história. Proponho que, no próximo ano, se escolha um índio para presidir a Funai, evitando-se os intermediários que falam pelos índios sem procuração deles. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O SR. JOSÉ CARLOS DIAS – No mesmo sentido, agradeço seu depoimento, que é da maior valia. Realmente escapavam-me algumas questões. A avaliação da estratégia e as questões referentes às ONG devem ser bem observadas. Tenho muito empenho em que a Funai possa cumprir o quanto possível a sua função, mas nunca perdendo como referência essas informações e o conhecimento que V. Exªs possuem e que para mim é novidade. Poder conhecer pessoalmente, visitar essas áreas é uma tarefa que me imponho e que julgo ser do meu dever como brasileiro ocupando hoje o Ministério da Justiça. Eu não imaginava que a segurança fosse ocupar tanto meu tempo e a questão da demarcação, e que eu não pudesse me dedicar com mais urgência ainda a tais questões, que têm urgência também. Portanto, é um compromisso que assumo com V. Exª

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Ministro, infelizmente, não tive oportunidade de ouvir sua exposição, pois me encontrava em plenário. Concordo com o fato de que há questões a serem levadas em conta quando se trata de demarcação de terras indígenas. Há casos específicos como a área indígena demarcada Raposa Serra do Sol e de populações não indígenas que lá vivem, há décadas. Isso tem de ser levado em conta. Normalmente, numa discussão sobre se as áreas demarcadas são grandes ou pequenas ou se há interesses escusos por trás das ONG, creio que não se pode generalizar. Existem ONG de picaretagem e outras que ganharam Prêmio Nobel. Não se pode colocar todas em um mesmo saco. Há ONG da maior seriedade. Não importa que sejam japonesas, alemãs ou escandinavas. Assim, Sr. Ministro, tudo isso tem de ser levado em conta. Mas V. Exª sabe, tão bem quanto eu, que temos uma dívida histórica com as populações indígenas. Estamos nos aproximando dos 500 anos do Brasil, e houve um morticínio físico muito grande, não vamos deixar que continue o morticínio cultural, Sr. Ministro! Sugiro a V. Exª que fixe um cronograma, com prazos e metas inclusive, mas temos de fazer a demarcação de terras indígenas, sim, Sr. Presidente! Isso é imperativo – repito – na nossa consciência! Espero que V. Exª possa fazer isso na sua gestão! Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS DIAS – Também espero.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Ministro, Sr. Presidente da Sudam, vejo, com muito respeito, a sua presença e o esforço de V. Exª à frente do Ministério. O Ministério, representado por V. Exª, nunca esteve tanto nas manchetes dos jornais atualmente, infelizmente por motivos negativos. A violência; os menores, em São Paulo; o que aconteceu no Shopping; as notícias, que vêm se repetindo, e agora o trabalho desta CPI, que considero emocionante e que realmente vem fazendo aquilo que há muito tempo se esperava que o Brasil fizesse. E não é atribuição do Parlamento. A exemplo da operação "Mãos Limpas", na Itália, tentamos fazer algo semelhante aqui no Brasil. Mas tudo isso está levando a uma situação muito difícil, parece-me. Se aproveitarmos essa onda de escândalos, que não são novos, já existiam, portanto não é de agora, para iniciar uma caminhada no sentido contrário, o que é importante, vejo em V. Exª, no Presidente da República e na sociedade brasileira o sentido de se buscar isso. No que se refere à questão da Amazônia, aqui analisada sob vários ângulos, eu gostaria de dizer a V. Exª – sou lá do Rio Grande do Sul – que tenho uma enorme angústia, a esse respeito, ou seja:

as notícias, as informações e a generalização com relação à cobiça externa relativa à Amazônia. Sabemos que esta questão é antiga. Há muito e muito tempo, vários países olham com inveja, com cobiça, com interrogação aquele espaço, utilizando as mais variadas argumentações. Uma hora porque é pulmão do mundo; outra hora porque é a maior reserva de floresta tropical existente; depois porque é uma área enorme, onde se podia equacionar os problemas de todas as nações do mundo. As razões são as mais variadas, mas, na verdade, essa cobiça é real. Só ultimamente ela vem crescendo, avançando, prosperando. Os fatos que estão acontecendo na Colômbia, de um modo muito especial, levaram os americanos a proporem, se os países americanos concordassem, uma intervenção na Colômbia, inclusive com presença de tropas. E o dramático nisso tudo é que pesquisas internas na Colômbia dizem que parece que eles até gostariam disso, tal a preocupação com o movimento, que vem crescendo: guerrilheiros tradicionais de outro lado, misturando essas lutas internas, essas divisões políticas, que vêm de muito tempo, com o narcotráfico, não se sabendo onde termina o banditismo e onde começa a luta política, porque ambos se organizaram, chegando à tragédia. Tendo em vista convite feito por esta Comissão ao vice-Presidente da Colômbia, disse S. Exª que existem áreas que o governo colombiano já entregou para esses grupos ilegais, no sentido de ali eles poderem ter uma certa autonomia, reconhecendo que aquilo é necessário para a sobrevivência dele. Então, dentro desse contexto que o Brasil respondeu – e acho que respondeu correto –, não concordando com o envio de tropas. A Argentina, pelo que consta no jornal, de saída, já se ofereceu. Achou que era muito interessante, não saiu, mas a idéia ficou, a notícia existe. Portanto, a minha preocupação, à margem de todas as nossas questões brasileiras, o povoamento da Amazônia, como vamos desenvolvê-la, a sua desertificação, os indígenas, as riquezas, os minerais, as reservas extraordinárias de produtos medicinais, se estamos indo bem ou mal, se o Calha Norte foi bom, eu acho que foi ótimo , se deve continuar ou não. Essas são questões que debatemos. Eu disse ontem e repito hoje: se me perguntassem quais são as duas questões que considero prioritárias e absolutas para o Brasil, responderia que, para mim, Pedro Simon, são os milhões de brasileiros que estão morrendo de fome – temos obrigação, como caridade e fé, de fazer alguma coisa para que não morram de fome – e o perigo de perdermos um pedaço da Amazônia. É um patrimônio de 500 anos que recebemos. Temos a obrigação de passá-la aos nossos descendentes do tamanho que a recebemos. Essa ameaça é séria e grave demais.Ontem, estiveram aqui o Ministro da Defesa, Sr. Elcio Alvares, e o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Sr. Seixas Corrêa, que fizeram uma análise muito serena, muito tranqüila e muito positiva. Que bom que seja assim! Disse e repito: prefiro que tenhamos a angústia de uma preocupação exagerada, ainda que ela seja demais, prefiro o demais ao de menos e a sermos surpreendidos por um fato não desejado por nós. À margem da preocupação respeitável e legítima dos parlamentares da Amazônia, que estão debatendo com brilhantismo neste seminário convocado pela representação da Amazônia, nós, como representantes do Brasil inteiro, temos de ter a preocupação de ver o tamanho do Brasil. Os nossos irmãos da América do Norte são atualmente a polícia do mundo. Com o desaparecimento da União Soviética, do comunismo, eles ditam as normas sobre o que fazer e não fazer, o que está certo e o que está errado. Na história deles, nunca tiveram nenhum *(ininteligível)* em tomar decisões que somam para eles. Foi assim quando eles dividiram a Colômbia e criaram a região do Panamá, criaram um país independente, até hoje sob a tutela americana. Foi assim quando levaram metade do México. Essa preocupação é real. O que nos assusta é que, nas notícias de jornal, neste mundo globalizado de que se fala tanto, vendem-se todas as notícias contra nós: que estamos massacrando os indígenas, que estamos desertificando a Amazônia, que ela se transformará num imenso deserto, que o mundo precisa do oxigênio da Floresta, que a Amazônia tem não sei quantos por cento das reservas de águas doces do mundo, que tem de haver autorização. Na China, Itália, Alemanha, Austrália, em outro país da América do Norte, eles usam tantos argumentos que nos chega a parecer justo que a ONU considere a Amazônia patrimônio da humanidade para usá-la a favor do mundo inteiro. Se deixarmos essa ser a tônica geral do que se fala sobre a Amazônia, daqui a pouco, dirão: "O Brasil é um país incompetente, que não tem condições de fazer isso. Com o dinheiro da ONU, com o dinheiro dos maiores, vamos fazer da Amazônia um patrimônio da humanidade, onde haja prosperidade, desenvolvimento e seja mais lá o quê." Isso me assusta! Não tenho preocupação alguma se são graves ou não com relação às áreas indígenas. Vemos um querido e competente Senador da Amazônia, que foi governador tantas vezes,

preocupando-se com as áreas indígenas. Em compensação, outro companheiro, também Senador da Amazônia, diz que não há alguma preocupação nesse sentido, pedindo exatamente o contrário. Nessa questão, minha única interrogação é se é real que há zonas que delimitamos como áreas indígenas, região de fronteira, que estão exatamente na fronteira do Brasil com algum país do lado de lá, e que os yanomamis estão do lado de cá e do lado de lá. Não havia razão para fazer isso.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Pois não.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Não tenho propriamente preocupação com a área indígena. Preocupa-me é que a preservação da área indígena sirva de pretexto para a ocupação da Amazônia ou de desmembramento do País. Preocupa-me também que áreas indígenas sejam usadas para produzir tóxicos para substituir a produção peruana. Há quarenta anos eu defendo a demarcação de área indígena, mas não aceito dar uma extensão imensa para meia dúzia de índios.

O SR. PEDRO SIMON – Já encerro, Sr. Presidente. Se V. Exª entendeu diferente, peço desculpas, mas o sentido que quis dar às minhas palavras foi esse que V. Exª realçou. Eu quis acrescentar a essa questão o problema de ter demarcação na fronteira do lado de cá e do lado de lá, o que pode dar margem para a criação de uma nação indígena. Daqui a pouco quererem criar uma região independente. Podem dar o território que bem entenderem aos índios, mas que não seja na região de fronteira. A Constituição define o que seja área de fronteira e diz que essa área é patrimônio da União. Acho que seria interessante levar essa definição em conta, principalmente quando se vê que se coloca indígena do lado de cá e indígena do lado de lá.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Do lado de cá é Ianomâmi e do lado venezuelano é reserva da bioesfera.

O SR. PEDRO SIMON – Esse é o aspecto que ressaltei.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Pedro Simon, o Sr. Ministro acaba de me dizer que dentro de dez minutos precisa sair da reunião. V. Exª pode ainda concluir o seu pensamento, mas peço que seja breve. V. Exª ainda tem direito a dois minutos de réplica.

O SR. PEDRO SIMON – Já encerrei, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Ministro da Justiça.

O SR. JOSÉ CARLOS DIAS – O depoimento do Ministro da Defesa nos transmitiu muita segurança, mas essa preocupação do Senador Pedro Simon é procedente. Não podemos permitir que eventualmente, sob o pretexto de que, por exemplo, a região está sob o domínio do crime organizado ou de que ela passou a ser uma extensão da Colômbia, venhamos a ter a nossa soberania violentada. Tenho muito receio de que a luta contra o narcotráfico possa servir de pretexto para invasão, violação à soberania. Devemos zelar por nosso território. Não estou aqui invadindo a área do Ministério da Defesa, mas sou responsável pela segurança interna, porque o Ministério da Justiça é Ministério do Interior também. É óbvio que a questão da segurança não é só uma questão de lutar contra o crime organizado, mas devemos evitar que ele venha a servir de pretexto para termos violada a nossa soberania.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Agradeço ao Sr. Ministro da Justiça a honra que nos deu com a sua presença nesta Casa e quero dizer que conseguimos, no tempo que V. Exª nos concedeu, encerrar os nossos trabalhos. V. Exª está dispensado de participar da nossa reunião. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS DIAS – Queria agradecer a todos os Senadores, a V. Exª, Presidente Sarney. É uma honra estar aqui. Será sempre uma honra, uma alegria poder aprender. Exerci a Secretaria da Justiça no Governo Montoro, mas não sou político, só sou um advogado. Vejo-me agora, surpreendentemente, como Ministro da Justiça e por isso tenho muito o que aprender com V. Exª, que tanto conhece o Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª fica devedor de alguns esclarecimentos à Comissão. Em outra oportunidade teremos a honra de recebê-lo nesta Casa. Muito obrigado. Vamos prosseguir com os nossos trabalhos. Com a palavra o Dr. Mauricio Vasconcelos.

O SR. MAURÍCIO VASCONCELOS – Exmº Sr. Senador José Sarney, Presidente desta Comissão, e a quem tive a honra de servir como colaborador em seu Governo, Srªs e Srs. Senadores, compareço a esta Comissão com muita honra, muita alegria. Devo registrar que estou há pouco mais de 30 dias na Superintendência da Sudam. Como tal, não poderia correr o risco de cometer equívocos em uma matéria tão vasta e complexa como é a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Dr. Maurício, infelizmente estamos tendo uma sessão

tumultuada nesta tarde, porque há várias matérias sendo apreciadas no plenário. Pediria, então, a sua compreensão, pois o Presidente da Casa está-nos chamando para formarmos o **quorum** da Casa. Suspenderei a reunião por 10 minutos, mas em seguida retornaremos e teremos satisfação em ouvi-lo. Está suspensa a reunião. (*Suspende-se a reunião.)*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está reaberta a nossa reunião, vamos continuar a ouvir o Dr. Maurício Vasconcelos, que é um técnico excepcional, com grandes serviços prestados ao País nos diversos cargos que tem ocupado, e traz a sua experiência, colocando–a a serviço da Amazônia, na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Com a palavra o Dr. Maurício.

O SR. MAURÍCIO VASCONCELOS – Senador José Sarney, retomo no ponto em que comentava que estou há pouco mais de 30 dias à frente da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. O tema deste seminário é suficientemente vasto e complexo. E para não me permitir cometer equívocos, fiz um registro por escrito das coisas que considero importantes para transmitir a V. Exªs. Sob o ponto de vista da perspectiva da Sudam, vou privilegiar a ótica do desenvolvimento e dividir a apresentação basicamente comentando características importantes da Amazônia, a questão do desenvolvimento da Amazônia e a atuação da Sudam nesse contexto. Provavelmente, vou-me repetir em relação a depoimentos anteriores, mas considero importante registrar que a Amazônia Brasileira possui uma extensão de mais de cinco milhões de quilômetros quadrados, que corresponde a 59% do território nacional e, aproximadamente, 70% da chamada PanAmazônica* ou Amazônia Continental, que inclui áreas pertencentes ao Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana. A região Amazônica no Brasil limita-se com todos esses países, à exceção do Equador, detendo uma faixa de fronteira superior a 12 mil quilômetros.A Amazônia conserva, ainda hoje, as principais características do seu patrimônio natural e a essência da sua riqueza biológica. Constitui um complexo ecológico transnacional, integrado e articulado pela continuidade e contigüidade da floresta, que, juntamente com amplo sistema fluvial da· região, unifica vários subsistemas ecológicos da América Latina. A extensão territorial da Amazônia brasileira lhe confere o estatuto de quase continente, detendo a principal fonte de água doce do planeta e 1/3 das florestas tropicais úmidas, representando, por si só, um grande potencial ecológico, econômico e político, de importância estratégica nacional. A região detém, também, apreciável reserva de minérios tradicionais: ferro, bauxita, ouro, cassiterita e de outros, com novas aplicações tecnológicas, como nióbio, manganês e titânio, apresentando, também, ambientes geológicos promissores para pesquisa mineral. Com uma bacia hidrográfica superior a seis milhões de quilômetros quadrados, reúne um considerável potencial hidrelétrico e inestimáveis recursos pesqueiros, além de vastas áreas de várzeas, com potencial agrícola ainda inexplorado. É o potencial dessa riqueza – e lamento que o Senador Pedro Simon não esteja aqui – é que tem atraído a cobiça e as atenções internacionais para a Amazônia, a ponto de se propor o compartilhamento de sua soberania, como bem retratam declarações de eminentes personalidades mundiais, que me permiti extrair de um recente artigo do Prof. Armando Mendes, na **Gazeta Mercantil**, que considerei extremamente interessante. Como, por exemplo: "Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós" – Al Gore, Senador e, hoje, Vice-Presidente dos Estados Unidos, em 1989. "O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia" – François Mitterrand, Presidente da França, também em 1989. "O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes" – Mikhail Gorbachev, Presidente da, então, União Soviética, em 1992. Apesar de toda a sua pujança e extensão territorial, a Amazônia detém somente cerca de 11,3% da população nacional e uma participação de apenas 6,5% no PIB brasileiro, absorvendo menos de 6% da energia elétrica consumida no País, enquanto o Sudeste consome mais de 63%. Nesse quadro, quais as perspectivas de desenvolvimento da Amazônia? A realidade atual da Amazônia, que combina modernização econômica, pobreza e desigualdade social, com deterioração parcial e localizada dos ecossistemas, exige uma redefinição de fundos no modelo e estratégia de desenvolvimento regional. Nessa perspectiva, as condições nacionais e internacionais demandam e permitem a introdução de uma nova concepção de desenvolvimento, ajustadas aos novos conceitos e valores emergentes no mundo inteiro, aproveitando oportunidades e suas vantagens competitivas. A resposta ao processo predatório de ocupação econômica e demográfica da Amazônia, nas últimas décadas, não pode ser a preservação, pura e simples, dos recursos naturais da região e a

estagnação do desenvolvimento regional, por razões que são óbvias. Representaria o congelamento ou o retrocesso nas condições de vida do nível de renda e emprego da maioria da população amazônida. Em termos políticos e sociais, não é viável, uma vez que, na falta de alternativas de desenvolvimento sustentável, o modelo predatório de ocupação e exploração econômica imediata tenderia a se perpetuar na Amazônia. E os avanços da ciência e da tecnologia permitem perfeitamente o crescimento econômico em bases técnicas consistentes, com a conservação e reprodução dos sistemas ecológicos, abrindo alternativas à dicotomia simplista entre crescimento econômico e conservação ambiental. A alternativa mais rica e plena de perspectivas para a Amazônia reside no desafio da implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável, que contemple o crescimento e a elevação do produto e da renda regional, a geração de emprego e a melhoria das condições de vida da população, assegurando, ao mesmo tempo, a conservação dos recursos ambientais. Esse modelo de desenvolvimento pressupõe a mudança na estrutura produtiva, no padrão tecnológico e na distribuição espacial e social dos custos e benefícios do crescimento econômico como forma de promover o desenvolvimento regional com eqüidade social e conservação dos recursos naturais. De fato, a Amazônia, apesar de ter experimentado nas últimas décadas um intenso e acelerado processo de ocupação, transformação, integração e crescimento econômico, ainda representa a maior riqueza natural em densidade florestal do mundo, o que lhe confere a importância estratégica no contexto do desenho de uma nova geografia socioeconômica brasileira. A região apresenta condições e potencialidades que permitem situá-la como um caso especial de desenvolvimento em termos mundiais, de modo a promover, mediante um planejamento inovador, a utilização sustentável de sua base de recursos, que poderá abrir novos caminhos para a cristalização das oportunidades de progresso para a região e para o Brasil. Nesse contexto, destacam-se a existência de elementos sociais e culturais típicos, as baixas densidades demográficas e a extensão territorial que representa um duplo patrimônio: o de terras propriamente dito e o de imenso capital natural, onde se ressalta a biodiversidade. Essa característica torna a Amazônia uma grande usina de vida e informação genética, constituindo uma base importantíssima para o desenvolvimento da biotecnologia, vertente decisiva do novo padrão tecnológico emergente em escala internacional. Por outro lado, sua posição geográfica a coloca em situação estratégica como área central entre os novos blocos de poder, favorecendo a política multilateralista perseguida pelo Governo brasileiro.O processo de integração e modernização econômica da Amazônia ocorreu de forma muito concentrada em alguns poucos núcleos de investimento e produção que apresentam fortes ligações com o exterior e efeito irradiador limitado na economia regional. Na esteira da estratégia nacional de reforços das complementaridades entre a economia brasileira e o resto do mundo, esse fato pode se constituir em vantagem, mediante o aproveitamento das possibilidades de crescimento derivadas da adequada exploração das ligações externas, contudo coloco o desafio de evitar o agravamento dos desequilíbrios intra-regionais. Apesar das vantagens apresentadas, no caso da Amazônia alguns fatores podem ser apontados como entraves ao alcance dos objetivos de integração do desenvolvimento regional com distribuição mais justa e eqüitativa da renda entre as regiões. E eu destacaria um deficiente sistema de gestão do território amazônico, em especial quanto ao controle e fiscalização, o que reduz as possibilidades de domínio da informação sobre seus problemas e a riqueza de seus ecossistemas, além de favorecer as atividades ilícitas na região. Uma reduzida capacidade científica e tecnológica instalada que limita iniciativas para conservação, recuperação e aproveitamento econômico sustentado de seus recursos naturais, bem como para a solução local de problemas peculiares à região, óbices a melhoria da qualidade de vida. Escassez e deficiência de infra-estrutura econômica que compromete a integração inter e intra-regional sobejamente conhecida. Baixos níveis educacionais, grave quadro de desarticulação agrária do qual derivam sérios conflitos pela posse da terra, determinando a expulsão de populações tradicionais que passam a engrossar frentes migratórias para a periferia das cidades, alimentando outros tipos de tensão social no meio urbano. Crescente e desordenado processo de urbanização, determinando enormes carências de habitabilidade, emprego, engendrando sérios problemas ambientais e sociais. Incipiência na utilização de processos disciplinadores de gestão ambiental, envolvendo as funções de zoneamento ecológico-econômico, instrumento indispensável ao planejamento do desenvolvimento sustentável, além do monitoramento do controle e da fiscalização

ambientais. E eu destacaria, com ênfase, falta de uma agenda de consenso ou pacto político regional. Com essa contextualização, a Sudam, como órgão do Ministério da Integração Nacional, entende que o desenvolvimento sustentável da Amazônia deve perseguir pelo menos quatro grandes objetivos: a reestruturação da base produtiva, a elevação da base regional de informação e conhecimento, a promoção da integração interna e externa e a promoção da valorização humana e social do amazônida. A sustentabilidade do novo paradigma de desenvolvimento brasileiro na Amazônia depende da superação de um desafio recorrente, que é o de dar um salto efetivo, no sentido de inserir a população regional como agente ativo e beneficiário do processo de mudanças. Isso implica em medidas arrojadas de redução da pobreza e aumento da inclusão social e de garantias de direitos e estímulos aos deveres da cidadania no contexto singular de diferenciação cultural e distância social em relação ao País. O alcance desses objetivos, entretanto, requer uma revisão profunda do atual modelo de gestão de desenvolvimento regional, bem como do aparato instrumental que se mostram insuficientes e inadequados frente aos desafios a serem enfrentados. Por outro lado, há de se estabelecer uma efetiva coordenação das ações do Governo Federal para a região, já que hoje existe uma multiplicidade de órgãos interagindo sobre a Amazônia, a exemplo de Sudam, Basa, Suframa, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Defesa e outros. Nesse sentido, vale ressaltar que, no âmbito da reforma da estrutura administrativa promovida pelo Governo Federal, a criação do Ministério da Integração Nacional simboliza clara vontade política do Governo de revitalizar as instituições e instrumentos de cunho regional, de modo que possam contribuir de forma mais efetiva ao esforço nacional de desenvolvimento. Nesse mister, encontra-se em curso no Ministério da Integração Nacional a elaboração de proposta visando à reestruturação e modernização da Sudam, a fim de que ela possa cumprir, de fato, o seu papel estratégico de agência de desenvolvimento. Do mesmo modo, vêm sendo realizados estudos sobre a reformulação do Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, uma vez que, por força da Medida Provisória nº 1.911, é função institucional do Ministério da Integração estabelecer diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos oriundos desses fundos. Busca-se com essa medida maximizar eficiência e eficácia desses instrumentos de promoção do desenvolvimento, bem como adequá-los à nova proposta do Estado brasileiro e torná-los compatíveis com o mundo globalizado e com o Brasil do Real. O desenvolvimento da Amazônia de forma sustentável não representa apenas uma aspiração dos amazônidas, mas também uma importante contribuição para inserção competitiva do Brasil no contexto internacional, explorando a vertente mais inovadora da biodiversidade e do desenvolvimento do paradigma tecnológico. E a responsabilidade de implementá-lo requer uma ação compartilhada de Governo em todos os seus níveis e de toda a sociedade brasileira. Aqui relembro uma frase que me ficou na memória do então Presidente Sarney que disse: "quem tem uma Amazônia como a nossa não deve temer o futuro". É inegável que a Amazônia se constitui em um poderoso elemento de negociação e barganha diplomática sobre cooperação econômica e técnica com nossos parceiros, uma vez que o mundo percebe o significativo valor dos seus recursos naturais e ambientais. Mas, da perspectiva dos países centrais, interessa apenas deter o processo de desenvolvimento e o domínio do Brasil sobre a região e suas riquezas. Aliam essa postura conservacionista à pretensão de um amplo e fácil acesso à informação genética contida em nossas florestas tropicais. Este é o nosso grande trunfo nessa virada de século para conquistas e acordos favoráveis nas negociações com os países mais desenvolvidos. Entretanto, as negociações não terão qualquer mérito, se não percebermos nossas potencialidades e detivermos o processo de destruição da biodiversidade resultante da ocupação tradicional e acelerada da fronteira. E, mais importante ainda, não teremos como colher os frutos dos acordos e negociações com nossos parceiros institucionais, se a própria Amazônia e o Brasil não construírem suas bases de capacitação científica e tecnológica que lhes permitam assimilar e dominar o conhecimento sobre a biodiversidade da Amazônia. É partindo dessa concepção que o projeto nacional de desenvolvimento, consubstanciado no Programa Brasil em Ação, recém-lançado pelo Governo Federal, enfatiza que na Amazônia os projetos de informação e conhecimento têm uma dimensão estratégica ímpar. Por ser uma região com grande diversidade de recursos naturais, os empreendimentos vão privilegiar a biotecnologia, setor em que a pesquisa tecnológica e a capacitação profissional são fundamentais. Nesse contexto é proposta a implantação de uma rede nacional de biotecnologia e capacitação tecnológica e

empresarial para explorar aqueles recursos. Vejamos a atuação da Sudam. A Sudam, como órgão federal vinculado ao Ministério da Integração Nacional e responsável pelo planejamento do desenvolvimento da Amazônia, tem dado atenção especial à questão da conservação e preservação do meio ambiente. Nesse sentido merecem destaque algumas ações que vêm sendo executadas em parceria com os governos estaduais e municipais, entidades de ensino e pesquisa, setor privado e organizações não-governamentais. No campo do desenvolvimento científico e tecnológico, sobressai a estruturação e implantação da rede para conservação e uso dos recursos genéticos amazônicos – Genamaz, da qual fazem parte 25 instituições de pesquisa científica e tecnológica atuantes na Amazônia. Seu objetivo é construir mecanismos técnico–institucionais de articulação entre políticas nacionais e regionais para conservação e uso dos recursos genéticos da região, de modo a permitir seu aproveitamento socioeconômico, transformando esse potencial natural em fonte de renda e emprego para a sociedade regional. Dentre as ações efetivamente já concretizadas pela rede, citam-se o levantamento da capacidade instalada nas instituições de pesquisa; a estruturação do Sistema de Informações de Recursos Genéticos da Amazônia – SIRGAMAZ; o projeto de formação de recursos humanos com a finalidade de formar massa crítica nas instituições regionais de ensino e pesquisa, abrangendo áreas temáticas relativas a recursos genéticos e biotecnologia para os segmentos vegetal, animal e microorganismos; a realização de estudos de mercado para fármacos, corantes naturais, conservantes, aromatizantes, bioinseticidas e óleos vegetais essenciais e o apoio a diversos projetos de pesquisa tecnológica. A Sudam possui também um centro de hidroclimatologia e censoreamento remoto que realiza análise e acompanhamento de atividades relacionadas ao levantamento e monitoramento dos recursos naturais terrestres e atmosféricos a partir de censores remotos e telemétricos, assim como de dados hidrológicos e meteorológicos de estações convencionais de superfície. Além desse centro, o órgão dispõe em sua estrutura de um centro de tecnologia madeireira localizada em Santarém, no Estado do Pará, que vem acumulando há vários anos um significativo estoque de conhecimento nas áreas de tecnologia de madeira, silvicultura, manejo florestal e meio ambiente, além de dar assistência técnica e treinamento de pessoal ao segmento florestal madeireiro. No que concerne a esse segmento, é evidente o potencial da Amazônia. Contudo, há que se reforçarem a atenção e a preocupação com as questões ambientais advindas da exploração irracional. Nesse sentido, a Sudam vem investindo em estudos para a caracterização de pólos florestais madeireiros, de modo a retratar a sua realidade atual e a propor alternativas ecologicamente sustentáveis, a fim de direcionar os investimentos para áreas definidas, bem como reorganizar os pólos preestabelecidos.Vale enfatizar ainda que a Sudam, como administradora da política de incentivos fiscais na Amazônia, vem adotando medidas restritivas à implantação de empreendimentos que favoreçam o desmatamento e a concentração fundiária, gerando os impactos sociais e ambientais negativos. Assim, a par da observância rigorosa da legislação ambiental, somente são aprovados projetos portuários que contemplam, entre outras exigências, a localização em áreas já alteradas e a adoção de tecnologias modernas que permitam o aumento da produtividade, a redução da idade de abate dos animais e da utilização de grandes áreas de pastagens, fazendo diminuir, dessa forma, os impactos sociais e ambientais a eles associados. Outra atividade de significativo relevo para a economia regional, a pesca, também está sendo objeto de atenção especial. Acaba de ser concluído o projeto executivo para a implantação da rede amazônica de centros de excelência e núcleos de difusão para o setor pesqueiro, elaborado em parceria com instituições de pesquisa, fomento, extensão, organização de pescadores, representantes do setor produtivo e lideranças empresariais do ramo. Essa rede tem como objetivo promover o desenvolvimento da pesca extrativa e de cultivo da região, mediante a estruturação de políticas de ação e de fomento nos campos socioeconômico e tecnológico, assim como de criação, de consolidação e de ampliação de uma competência regional sobre recursos piscículos. Essa é, de uma forma sintética, a visão da Sudam sobre a desenvolvimento da Amazônia que, ao contrário do Nordeste, é essencialmente um problema de ocupação produtiva com racionalidade ambiental, o que exige política compensatória das grandes distâncias continentais, da ausência de infra-estruturas econômica, social, científica, tecnológica e financeira e das demais externalidades que têm inibido a competitividade e auto-sustentabilidade da região. Nunca é demais lembrar que a Amazônia não é só uma questão estratégica e de desequilíbrio regional, é, sobretudo,

uma questão de soberania nacional. Eram essas as informações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Dr. Maurício, V. Sª iniciou sua exposição falando da tal cobiça internacional com relação à Amazônia. A minha posição difere um pouco da defendida pelos meus companheiros, o que não me impressiona, nem me preocupa muito.O único risco remoto de perdermos a Amazônia ocorrerá se praticarmos três holocaustos. O primeiro seria o holocausto ecológico, se fôssemos tão irresponsáveis a ponto de deixar que a região fosse devastada numa política desenvolvimentista predatória. O segundo, o holocausto étnico, se deixarmos que as populações indígenas sejam culturalmente dizimadas. O terceiro, seria o holocausto social, se permitirmos que se continue agravando a situação das populações mais pobres, principalmente do interior da nossa região, o que as deixariam expostas, como presas fáceis do narcotráfico. É a minha convicção, o meu ponto de vista. Se tivermos uma política ambiental responsável, uma política indigenista e uma política de desenvolvimento sustentável, o risco será zero de perdermos a Amazônia, porque simplesmente não daríamos o pretexto, num futuro talvez remoto, para que essa tal intervenção de algum modo se faça.Então, depende de nós mesmos mantermos a Amazônia. Ou temos competência para desenvolver a região, de forma responsável, ou então seremos incompetentes mesmo, e aí não sei o que pode acontecer. Então está nas nossas mãos manter a soberania brasileira sobre a Amazônia. É por isso que estou relativamente tranqüilo, porque acho que não seremos irresponsáveis. Pode haver atuações pontualmente irresponsáveis, mas nós, como povo, certamente não seremos irresponsáveis a esse ponto. Então, isso me tranqüiliza. Mas não vou discutir isso aqui. O problema é a Sudam, que entra no terceiro ponto, que é exatamente a possibilidade de fazermos um desenvolvimento sustentável. A Sudam é o segundo modelo de desenvolvimento que se faz na Amazônia. O primeiro foi o antigo Sudhevea, mediante recurso orçamentário. A sucessora, com a vinculação dos 3% da Receita Federal, a política de desenvolvimento regional, a segunda foi a Sudam, sucessora que já sofreu mudanças. Já foi feito o balanço da Sudam em vários tempos diferentes. Já se sabe hoje que a Sudam, com todos os seus erros, com todos os seus desvios no passado, cumpriu bem ou mal um papel na região e ainda está cumprindo. Mas parece que vamos entrar numa terceira etapa. O Ministro Fernando Bezerra anuncia a transformação da Sudam e da Sudene em agências de desenvolvimento. Eu não sei se trata apenas de uma mudança estrutural dessas agências ou se S. Exª quer reformular o modelo de desenvolvimento também, modificando inclusive os incentivos fiscais. A minha pergunta é muito objetiva. Sei que o Ministro lançou essa transformação talvez como um balão de ensaio e vai discutir isso em vários níveis, mas como V. Sª é um homem da confiança do Ministro, deve ter conversado muito com S. Exª, e a pergunta objetiva que faço é esta: o Ministro já tem as linhas gerais do que seria essa terceira fase das políticas federais para Amazônia ou não? Isso ainda é uma coisa muito embrionária? Tenho muito curiosidade a respeito disso.

O SR. MAURÍCIO VASCONCELOS – Pois não, Senador, gostaria de comentar a questão por mim mencionada da cobiça. Exatamente, nessa linha, no sentido de reconhecer que a cobiça existe, é uma realidade, e, se não tivermos um programa responsável de desenvolvimento da região, nessas três dimensões mencionadas por V. Exª, certamente estaremos correndo riscos de soberania. Tenho fundadas esperanças de que estamos num momento extremamente feliz para traçarmos um programa de desenvolvimento da Amazônia. Por que isso? Primeiro, porque temos o programa "Avança Brasil", o Plano Plurianual, que, para o período 2000/2003, destina para a Amazônia cerca de R$36 bilhões de investimentos, dos quais grande parte para infra-estrutura. Sabemos, e foi aqui colocado nesse documento – aproveito para comentar que já está evidentemente à disposição da secretaria da Comissão, para ser distribuído aos senhores – que é um grande problema da Amazônia. Então, um programa de infra-estrutura, ainda que tenha na sua concepção a necessidade de cerca de metade sob responsabildade da iniciativa privada, ele ataca um diagnóstico correto, porque quebra o isolamento da região e faz a sua conexão com os mercados internos e externos através de investimentos na estrutura portuária, hidroviária, rodoviária, aeroportuária, ferroviária, de energia e assim por diante, suprindo carências fundamentais, para atrair investimentos para a região. Então, penso que esse plano é extremamente bem-vindo neste momento. Por outro lado, há um ministério para criar e articular as ações de desenvolvimento regional no contexto de uma política nacional. Então, as definições fundamentais estão colocadas para o deslanche de um programa de desenvolvimento da Amazônia. No entanto, no que

se refere à Sudam, é inegável que esse órgão não teria condições de conduzir um programa como esse com a sua estrutura atual. No próximo dia 28 de novembro, ela fará 33 anos. Portanto, é uma estrutura envelhecida, carente de modernização, de revitalização; os seus critérios de atuação devem ser modificados. Foi esse um dos motivos que mais me estimulou a aceitar o convite do Ministro Fernando Bezerra. Esse trabalho envolve também o Nordeste. Seria impensável manter o Nordeste funcionando com o atual sistema de incentivos fiscais, alterando-se apenas a Amazônia, ainda que se possa ter projetos-piloto na Amazônia. Então, o Ministério da Integração Nacional está trabalhando nas duas regiões. Existe um contrato com a Fundação Getúlio Vargas, que disponibiliza os seus técnicos mais competentes para a elaboração de proposta nesse sentido, além de assessores especiais do Ministro Fernando Bezerra que estão atuando essa área, com a participação da Sudam e da Sudene. Até o momento, existem propostas de meio caminho, Senador, propostas preliminares sobre as quais, inclusive, posicionei-me contrariamente. Como, por exemplo, na área acadêmica, nada melhordo que o livre pensar, mas, propostas de colocar na mão do sistema financeiro privado a gestão dos incentivos fiscais, parece-me algo inadequado.Todavia, está se caminhando na linha da formulação. Eu lhe diria que neste momento o assunto não está maduro que permita um avanço de suas linhas mais importantes. No entanto, o objetivo do Ministério é de uma reformulação do Sistema de Incentivos Fiscais e das Agências Regionais de Desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Fico satisfeito por participar deste Simpósio, porque, parece-me, sou o único sulista aqui, mas um sulista apaixonado pela Amazônia e pelo País. Queria parabenizá-lo, Sr. Presidente, por esse ciclo que tem promovido nesta Comissão. V. Exª, repete a sua atuação como Presidente da República, sempre preocupado com os problemas maiores da Nação brasileira, e, indiscutivelmente, a Amazônia e a Sudam são problemáticas. Quem tem Amazônia não teme o futuro. Mas é preciso, Sr. Presidente, que esse futuro se transforme em presente. Eu acabo de dizer que há 33 anos possuímos a nossa Amazônia com todos seus acertos, exuberante, de uma riqueza fantástica, mas que é alvo de cobiça e de inveja de todos os países. Não podemos nos esquecer de que aqueles que clamam por uma Amazônia intocada, uma Amazônia pulmão do mundo, dizimaram as suas florestas, as suas riquezas naturais, e, agora, cobram do Brasil essa atuação. Deveríamos cobrar um dízimo por esse ar puro, cobrar alguma participação nessa pureza do ar. Sr. Presidente, deveríamos encarar as madeiras e a atividade madeireira da Amazônia como é feito em outros setores. Por exemplo, no Sul, há uma empresa relativamente grande, em que não se corta a madeira. Nós colhemos madeira, porque apenas cortamos, reflorestamos e sempre melhoramos.O desenvolvimento sustentado da Amazônia é fundamental. Está nas mãos de V. Exª essa realização. Essa sua intenção de modificar, de dinamizar a Sudam, é fundamental. O meu amigo Senador Jefferson Péres, que já se ausentou, disse que não tem medo, porque seria o holocausto uma ação contra a Amazônia. Eu lembraria que holocausto existe. Neste século, já existiram alguns. Então devemos ficar muito calmos, não muitos receosos, mas atentos a esse holocausto que pode vir, se não houver uma atuação firme, decidida, mas uma atuação racional. Não se pode tratar a Amazônia emocionalmente, não se pode tratar nada emocionalmente. A política e a arte de governar são uma fusão da racionalidade com a emocionalidade. Temos também de pensar que não se pode governar só com a razão. Sr. Presidente, fico satisfeito com a sua fala de que a Sudam será reformulada, porque me parece que ela estava um pouco esquecida. É uma área difícil essa infra-estrutura, que é necessária, todos sabemos, as estradas, as comunicações começam a melhorar , mas é preciso uma atuação decidida, firme, para mudar a estrutura da Sudam, que essa burocracia seja um pouco mais aliviada e que os projetos que lá existem possam ser reformulados e novos projetos avancem para que a Amazônia encontre o seu caminho, que é o da prosperidade, indiscutivelmente; preservada, como tem que ser. Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO VASCONCELOS – Senador Pedro Piva, agradeço as suas observações. Penso que realmente vem ao encontro das prioridades com que estamos trabalhando. A idéia não é esperar que haja a reformulação do sistema de incentivos fiscais e a criação de novas agências regionais para incorporar aperfeiçoamentos no dia-a-dia da Sudam, até porque essas modificações dependerão, em grande parte, do Congresso Nacional. Trata-se de modificar a legislação de incentivos. Já estamos incorporando algumas mudanças visando, primeiro, a uma revisão de todas as exigências burocráticas que os empresários têm de cumprir

.....

sejam expostas no Conselho deliberativo do órgão

com muito mais densidade e segurança sobre aquilo que se está aprovando. Vamos alterar os critérios de análise dos projetos. Existe a proposta de terceirizar a fiscalização dos projetos. Estamos estudando, junto com o Banco da Amazônia, modificações no sistema de **funding** dos projetos, porque sabemos que uma exigência de 50% de recursos próprios é algo absolutamente inadequado para a região. Se o grande capital é financiado com 70%, às vezes, 80%, de recursos oficiais do BNDES, que é a minha instituição, como exigir do empresário local 50% de recursos próprios? Isso é evidentemente algo que tem de ser modificado e estamos trabalhando junto com o Banco da Amazônia no sentido de agregar aos recursos do Finam* os recursos do Fundo Constitucional do Norte de modo a compor um sistema de recursos que dê ao empresário um caminho muito mais seguro para implementação dos projetos numa região com as dificuldades que tem a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem a palavra ao Senador Amir Lando, em seguida, ao Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Superintendente da Sudam, não pude assistir a toda a exposição mas, passando os olhos ligeiramente, tive oportunidade de verificar os prolegômenos dela. Às conclusões, pude também assisti-las. De modo que, em primeiro lugar, queria saudar esse pensamento novo que hoje invade a Sudam. Vou dar meu testemunho, mesmo não sendo amazonense, nem acreano. Fui a Rondônia há 30 anos. Nesses 30 anos, pude observar isso. Fui com o vigor da juventude e o idealismo de quem queria realmente ajudar uma região. Atuei exatamente no ramo da colonização. Desde aquele tempo, já nos preocupávamos com a questão do meio ambiente, da biodiversidade, do potencial madeireiro, propriamente dito, que víamos se transformar em gases nas queimadas.Na verdade, o discurso sempre foi o mesmo; sempre houve essa discussão bifronte: de um lado, uma posição de conservação ambiental e, de outro lado, a ocupação. A ocupação da mata encerra um confronto necessário e insolúvel, porque não há dúvidas de que o homem que chega e quer semear o grão precisa extrair a floresta. Esta afirmação é primária e até selvagem, no sentido de não atender a uma orientação mais moderna das políticas preservacionistas; porém, não há dúvida de que existe e é, até certo ponto, insuperável. Ou a Amazônia fica como está, ou será necessariamente ocupada e, em parte, será retirada a floresta primária. Este é um ponto com o qual não podemos sonhar. O desenvolvimento sustentado, o extrativismo vegetal ainda não encontram padrões de sobrevivência para uma vida digna e razoável.Estudei profundamente os seringais. No seringal, havia um sistema fechado, quase que feudal, para buscar auto-suficiência; todavia, esta auto-suficiência, evidentemente, não levava a padrões de vida razoável. Euclides da Cunha, quando esteve no Acre, descreveu isso muito bem na obra "Terra sem História" e em outras, numa seqüência, em que ele descreve a vida do seringueiro. Ele diz que era um homem condenado a carregar, todos os dias, a mesma carga, pela mesma estrada, em uma ronda pelo seringal.Em relação a essa idéia de aproveitar a Amazônia, de aumentar o contingente populacional com o extrativismo vegetal e mesmo aproveitar o potencial madeireiro, não temos mecanismos comerciais capazes. Inclusive, pensávamos, na época, em criar um grande mecanismo comercial para poder colocar a nossa produção madeireira no mercado internacional, mas isso é complicado. O comércio se rege por normas que não estão sob o controle do Governo. São normas da oferta e da procura e não existem regras para domá-las.Então, em primeiro lugar, a Amazônia tem de ser olhada em várias Amazônias. Rondônia é um exemplo. Rondônia tem 17% da sua área já desmatada, com quase 2 milhões de pessoas vivendo lá. Em 1970, quando cheguei, não havia mais que setenta mil pessoas. Então, essa corrente migratória ocupou – e lá não tem quem entre. Realmente, V. Exª fez citações com muita precisão: "Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós." Isto eu ouvi, como Parlamentar, na Alemanha, na França, por onde andei. Ouvi que a Amazônia não era um bem nacional, mas, sim, um bem da humanidade. Essas posições da soberania relativa são uma tese que ganha força nos fóruns internacionais. Penso que todos conhecemos essas posturas, dos interesses externos sobre a Amazônia. É um fato. Agora, em verdade, ocupamos essa região de Rondônia. São as terras altas. As terras altas da Amazônia têm um comportamento diferente, como o Acre também em grande parte, como a região Noroeste do Amazonas, como é a do Mato Grosso. É preciso que se diga que todo mundo falava, naquela época, Lutzenberger e outros que estavam encarregados do meio ambiente, que em 15 anos, a Amazônia seria um deserto Não é verdade! Hoje há pesquisas, e pesquisas sérias da USP e institutos da França e Alemanha, e nos Estados Unidos inclusive o Milillo, que era o assessor do Bill Clinton para assuntos do meio ambiente da América Latina, também participou dessas pesquisas. E temos uma mancha, algo parecido com

4 Rondônias, algo como 1 bilhão de hectares, que são terras onde houve um aproveitamento...A pesquisa feita nessas áreas, sobretudo de pastagens, porque não tinha uma agricultura contínua nesses 80 anos, mas as pastagens na sede dos seringais sim, mostrou que o PH elevou-se do momento da derrubada da floresta, que a matéria orgânica, que é algo inexplicável, até inédita, como o nitrogênio e outros, aumentou de um percentual de 12% para 22%. É difícil, Sr. Presidente, eu fazer uma exposição em uma área tão grande e com uma história tão vasta no tempo que V. Exª me delega. Então evidente que queria para concluir, e vai ser impossível, dizer que temos várias amazonias. Temos esse conflito, ou ocupamos. E lá em Rondônia ninguém vai mexer. Não há exército do mundo, nem o Exército americano, que não conseguiu enfrentar o Vietnã. Lá temos os nossos colonos, que hoje receberam o lote do Incra, são mais do que os vietcongs, porque amam e darão a última gota para defender a sua soberania e, mais do que isso, a sua própria propriedade. Então esses colonos que lá estão, é evidente que farão a soberania. A verificação das fronteiras, que era idéia da Lei nº 601, de 1.850, hoje é uma hipótese verdadeira em Rondônia. Então quer dizer, ninguém vai voltar. Agora como evidente...temos inclusive o zoneamento geoecológico, etc. econômico....Agora o importante é o seguinte. Esse modelo lá se fixou, e estamos produzindo, e essa mancha de terra também não vai ser deserto. E o que hoje vemos uma geração de riquezas, um padrão de vida, os Governos estaduais e o Governo Federal vão mal, mas a população, sobretudo do interior do Estado, está produzindo riquezas e melhorando. Basta olhar a arquitetura que se muda a cada...Quero dizer, então, que temos que tratar diferentes amazônias. Acho que esse caminho agora que a Sudam se envereda é aquele de valorizar. Estou lutando muito, inclusive pela universidade virtual, o ensino à distância. Estamos trabalhando essas idéias, porque temos primeiro que formar essa massa crítica. E para dizer que acho que teremos que pensar que Rondônia tem um tratamento e investir na capacidade local, porque não adianta os grandes grupos, como foi a Sabin, por exemplo, que formam um patrimônio fictício e obtém grandes recursos para grandes projetos, mas não dão em nada, nenhum benefício social. Então vamos investir nessa capacitação, em pequenos recursos, e a Sudam sim, então, terá gente que ama a terra, que vive lá, que tem um nome, e esses vão realmente gerar riqueza. Temos que evitar o desperdício, mandando a matéria prima para o Sul, e não industrializando, por exemplo, em Rondônia. Hoje já se pode ter uma indústria agropecuária de grande porte.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Amir Lando, apenas estou cumprimento o regimento. Lamento profundamente, mas o tempo era o inimigo.

O SR. AMIR LANDO – Peço desculpas pelo meu excesso, mas não poderia abordar uma questão como essa de maneira sucinta, pois são 30 anos de experiência que mantive quase como, posso dizer, o poema: Se por 20 anos nessa furna escura deixei dormir a minha insatisfação, agora quis manifestar ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Muito obrigado.Com a palavra o Dr. Maurício Vasconcelos.

O SR. MAURÍCIO VASCONCELOS – Sr. Senador, sinto–me, então, mais tranqüilo porque tenho só 30 dias de Sudam e estou aprendendo. Considero suas contribuições mostram um caminho importante de trabalho.Estamos lá com a posição de cooperação técnica com os Estados visando a um duplo objetivo. Queremos criar sistemas avançados da Sudam nas estruturas das Secretarias de Planejamento, de modo a disseminar as informações sobre o órgão, e, com isso, potencializar a demanda por parte dos empresários locais, até porque não temos orçamento para formar escritórios. Temos que fazer essa parceria. E de outro lado, queremos interagir com as propostas de desenvolvimento dos Estados, que estão estudando as suas economias e que estão hoje com um conhecimento muito profundo sobre o que se deve fazer para o desenvolvimento dos seus Estados. Quer dizer, as estruturas dos Governos estaduais aumentaram muito o seu estoque de conhecimento. Fiz aqui uma referência no diagnóstico a uma deficiência no estoque de conhecimento sobre a Amazônia. Então essa articulação com os Estados permitirá isso e, acredito, atender a essas prioridades que o senhor citou.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) Com a palavra o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Presidente, Dr. Maurício, Presidente da Sudam, infelizmente quando cheguei a sua palestra já estava um pouco adiantada, mas li, um pouco rapidamente, o conteúdo e fiquei satisfeito inicialmente com dois aspectos filosóficos: primeiro, o de encarar a Amazônia, saindo desse romantismo e modismo da preservação para a realidade da conservação. O espírito deve ser efetivamente o de uma visão conservacionista da Amazônia. Quem pensar em um mundo, em uma realidade, até na própria vida, no sentido de

conservar, está praticando verdadeiro crime, quer manter sem evolução, quer manter sem desenvolvimento. Então a Amazônia deve ser vista sob o ponto de vista conservacionista e vendo efetivamente a realidade e a mitificação. É preciso conhecer a história da Amazônia e conhecer os fenômenos climatológicos que acontecem todos os dias na humanidade. Agora mesmo, nesta semana, estamos esperando grandes explosões solares, que alteram o clima da terra e têm efeito marcante naquele ciclo de 12 anos do buraco de ozônio, pelo qual muitas vezes culpam a pobre Amazônia, com as suas queimadas, que não chegam a dar 1% do que os 400 milhões de veículos automotores jogam na atmosfera a cada ano. Então essa postura conservacionista em relação à Amazônia, vendo-se a realidade, seguindo aquele princípio que Gailbraith menciona de que só há duas formas de desenvolver um povo, uma comunidade: retirar aquela população daquela comunidade subdesenvolvida, pobre, miserável e colocá-la no meio desenvolvido pelo menos ela será miserável no meio desenvolvido, terá melhores condições de sobrevivência ou então levar o conhecimento, a tecnologia, os recursos, o **know-how** para esta região e promover o seu desenvolvimento.Isso eu percebi em suas palavras e no contexto quando fala em desenvolver tecnologicamente conhecimento científico para a própria região. Agora esse conhecimento científico tem de ser efetivo, real, e não o falso conhecimento científico que está sendo impingido a nós, no Brasil. Isso tem sido uma constante na própria questão ambiental, porque, no Brasil, quando se fala em meio ambiente, são esquecidas as cidades, as metrópoles, os grandes centros urbanos, onde está a poluição, a miséria, o subdesenvolvimento efetivo e se pensa na floresta amazônica. Parece que meio ambiente é somente a floresta amazônica, quando não é. A própria floresta amazônica não tem, segundo os estudiosos do correto do processo, essa importância que se dá no meio ambiente. As chuvas não são conseqüência da floresta, são evaporação do mar; quanto à produção de oxigênio, o saldo é negativo pela idade da floresta. Então, que males nós causamos à atmosfera? Tem que ser dado esse enfoque. De que desmistificando a falsa informação nós podemos manejar efetivamente a floresta amazônica, com aqueles cuidados que o caboclo conhece. Tem que ser racionalizado apenas. E aí entra o **know-how**, entra o conhecimento científico, para que nós possamos fazer aquilo, manter aquilo que alguns chamam de desenvolvimento sustentável – uma palavra que é meio contestada, confundida também com crescimento, que é uma coisa totalmente diferente. Mas o desenvolvimento para a região é, como diz o Senador Amir Lando, fundamental. Ou nós integramos aquela região, com o desenvolvimento racional, correto – correto, dentro da realidade amazônica e não daqueles mitos que nos impingem de fora –, ou ela será uma poço de miséria e de narcotráfico, de produção de cocaína, de coca, de epadu, de maconha, etc. Eu fiquei satisfeito com isso, porque V. Exª foge do romantismo de alguns nas chamadas reservas extrativistas. O Senador Amir Lando não concluiu o raciocínio dele, mas um bom seringueiro, num bom seringal, produz, no máximo, por ano, 350 quilos. A R$1 o quilo, são R$350 por ano. Quer dizer, miséria eterna. Então pensar nisso é tolice, pensar nisso é condenar o homem a ser miserável a vida toda. Nós temos que manejar a floresta, procurar os cultivares de várzea, de ciclo curto, para dar aproveitamento correto; fazer silvicultura em alta extensão. Eu conheço o centro de Santarém há muitos anos; foi uma das primeiras experiências de plantação de cedro e mogno. E é possível fazer isso. É que não nos deixam fazer. O que fazem é desinformação. Porque, hoje, fazer política ambiental no País é lucrativo! A falsa política ambiental. Há mais de trezentas Ongs cuidando disso no País. Mais de trezentas Ongs protegem a Amazônia. Já se vê que é uma boa atividade. E muitas delas não sabem nem onde fica a Amazônia. Mas protegem a Amazônia e ganham dinheiro com ela! Daí a transformação da Sudam numa agência de desenvolvimento, para fazer um gerenciamento indutivo do desenvolvimento na região. É importante. Fazer que o fundo constitucional não sirva para manter a inviabilidade do Banco da Amazônia. O fundo constitucional, que é administrado pelo banco, hoje sustenta o Banco da Amazônia. Ele não foi feito para ser aplicado em títulos do Tesouro, mas para ajudar a Amazônia a se desenvolver. Essa é que é a realidade. No entanto, o banco precisa ser mantido e não se faz empréstimo, não se faz financiamento. Se exige, como o senhor falou, mudar as normas. Quem tem 50% para fazer um projeto não precisa da ajuda do banco. Faz um projeto menor e depois amplia. Essa é a realidade.Então, nós, que vivemos na Amazônia, desde o discurso do Getúlio – de quem eu falo com liberdade, porque fui partidário dele –, desde o Discurso do Rio Amazonas, quando ele prometeu que o rio Amazonas deixaria de ser uma simples página da história da Pátria para se transformar num capítulo da história da civilização, vemos que as coisas estão como estão.Quando se fez a SPVEA, na emenda

constitucional e se copiou até o relatório do **Tennessee Act,** do Ato do **Tennessee** porque se pegar a justificativa do Congresso, do relatório verificar-se-á que é o mesmo de lá, só fizeram traduzir e colocar os nomes brasileiros. Esta é a realidade do que aconteceu. Então é preciso mudar, é preciso modificar e é preciso transformar a Sudam numa agência de desenvolvimento, com a consciência de que é possível desenvolver a Amazônia sem criar problemas ambientais, sem fazer com que a população empobreça como empobreceu nesses 10 anos, pois o nível de pobreza cresceu 110%, porque se expulsou o homem do interior, o Ibama expulsou o homem do interior e passou a ser miserável na cidade. As reservas, os parques nacionais jogaram o homem para fora, para os municípios, esta é a realidade da Amazônia. Então é preciso que se cumpra um programa assim para que a Amazônia encontre seu caminho e com isso possamos dela desfrutar muito tempo. A Amazônia, pouca gente sabe, já foi próspera em épocas memoriais; não é na época da borracha, mas antes dos incas já havia a cultura maia, uma cultura pré-maia, pré-incaica, pré-colombiana já havia em Marajó. Há pesquisas, há estudos até da arquitetura da época, de Anie Roosevelt, que atestam que na Amazônia brasileira, fronteiriça com o Departamento de Panda e Bene, na Colômbia, e de Loreto, no Peru, viviam grandes civilizações ali pré-incaicas. E não se sabe por que acabaram. Não foi o homem que as dizimou, não foi a civilização porque eles eram anteriores à civilização. Eles eram a civilização, como foram os incas depois e que desceram, que estiveram no norte do Amazonas até a região de Sete Lagos, aquilo foi diferente. Então, devemos ter cuidado com essa preocupação excessiva que há com a questão ambiental, com isso e com aquilo, mas as teses que advogam não têm substância científica, não se sustentam. Esta é a realidade.Então, temos que ser pragmáticos, temos que olhar as coisas como são, temos que ver que há efetivamente cobiça nacional em relação à Amazônia. Cito esta frase e podia citar mais outras dez de outros estadistas internacionais. Tudo isso existe, que as reservas indígenas foram impostas de fora para cá todos sabemos, que foram impostas até pela Rainha da Inglaterra e pelo Príncipe Philip, Sabemos que quando se realizaram os encontros, os responsáveis pelo Brasil anularam as portarias do Presidente Sarney que davam apenas 150 regiões aos ianomâmis, ou seja, 1,720.milhão de hectares e transformaram em 9,2 milhões de hectares de reservas contínuas, anulando as portarias que Sua Excelência havia deixado

.....

ante é parente do peixe-boi. Passaram mais de 15 anos estudando o perfil genético do cromossoma da preguiça e assim poderia citar vários exemplos. Agora, encontrei no mundo inteiro – do Instituto Oceanográfico de Moscou às universidades americanas, passando pela Royal Society de Engenharia e pela Kew Garden, em Londres; por institutos de pesquisa de Milão, na Itália; pelo Instituto de Engenharia da França –, em todos os lugares, encontrei cientistas. Levaram tudo com eles e estão servindo o mundo. Por isso, no mundo, há milhares de produtos e que passaram pelo INPA, no Amazonas. Fizeram pesquisa no INPA, mas não deixaram nada lá patentes nossos que não nos servem.

Até hoje, estamos pagando as supostas ajudas internacionais de financiamento para prepararmos os quatro cientistas brasileiros. Eles vêm aqui com essas bolsas, estudam e voltam para seus países, a fim de lá trabalharem, e nós aqui, tolos e coitados, estamos pagando a conta por eles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Dr. Maurício Vasconcelos.

O SR. MAURÍCIO VASCONCELOS – Senador Gilberto Mestrinho, V. Exª é um profundo conhecedor da Amazônia. Para mim, é uma alegria muito grande e uma oportunidade excepcional poder aprender com suas palavras.

Temos a convicção de que a Amazônia é pobre porque produz pouco e de que se deve aumentar a sua produção. Como eu disse, penso que há uma convergência de fatores extremamente importante para que isso ocorra, que são os investimentos em infra-estrutura e essa ação de governo dentro de uma visão realista.

Citaria aqui a questão da legislação ambiental. Em vários casos, essa legislação deve ser repensada e revista, como, por exemplo, no que diz respeito à necessidade de se manterem 50% da área de uma reserva para fazer investimentos agrícolas ou de se manterem 80%, se não houver o zoneamento econômico e ecológico. Como tornar um projeto rentável com a exigência de que 80% da área seja improdutiva?

São questões que efetivamente merecem um reexame. Por outro lado, há a questão do real conhecimento científico; penso que é muito importante distingui-lo dos mitos. Há potencialidades agrícolas fantásticas na Amazônia. Há a cultura da palma, mostrando as possibilidades de recuperação de área degradada, com alta produtividade, com inserção no

mercado internacional, com agregação de renda e de emprego. São questões que efetivamente precisamos aprofundar. Precisamos de instrumentos de ação de governo efetivos para viabilizar os projetos.

É nessa linha que estamos imaginando uma nova Sudam. Temos muito a percorrer. Certamente, essa interação com as experiências de V. Exªs será muito útil para nós.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Chegamos ao fim dos nossos trabalhos. Quero congratular-me com a Comissão na sua totalidade, com os Srs. Senadores que participaram ativamente dos nossos trabalhos ao longo de todo o seminário, quando discutimos a questão da Amazônia e diversos assuntos sob vários ângulos.

Hoje, no nosso último dia de reunião, temos a satisfação de contar com a presença do Dr. Maurício Vasconcelos, que, como eu disse, é um técnico extremamente competente, um homem que tem o pé no chão e que, na Sudam, tem uma grande missão, que é a de atualizar e modernizar aquele órgão.

Falou-se aqui da existência de 33 anos da Sudam. Isso mostra que é necessário justamente um esforço muito grande neste momento, para aquele órgão possa adaptar-se. Trata-se de um tempo largo, em que o Brasil deu imensos passos, em que a situação mundial se modificou e em que os problemas da Amazônia adquiriram vários outros aspectos.

Recordo que estive presente na Operação Amazônia há 33 anos. Estava no navio Rosa da Fonseca, em companhia de todos os técnicos que formularam esse desenho, que era o desenho da SPVEA, que, naquele tempo, foi substituído pelo desenho da Sudam. Enfim, na criação da Zona Franca de Manaus, eu estava presente. Participei daquele grupo e acompanhei o desenvolvimento que houve sobre o projeto que tínhamos para a região. Acredito que cumpriu sua finalidade ao longo do tempo. Hoje, o modelo está esgotado. Evidentemente, ninguém melhor do que o Dr. Maurício, que tem experiência de planejamento, poderá dar melhor contribuição. Creio que é o sentimento de todos que representam a Amazônia. É necessária uma reformulação dos mecanismos que atualmente têm ação na Amazônia.

Quero agradecer a sua presença e a de todos os técnicos que acompanharam nossos trabalhos. Gostaria de fazer uma referência especial ao Senador Tião Viana, que teve a iniciativa de nos motivar para que pudéssemos realizar o seminário que hoje encerramos.

Quero comunicar à Comissão que, na próxima quarta-feira, teremos uma pauta cultural. Teremos oportunidade de ouvir a Comissão do 5º Centenário sobre a grande exposição que está sendo feita para percorrer o mundo, para levar ao mundo a imagem dos 500 anos do Brasil. Creio que esse assunto interessa à Comissão de Relações Exteriores. A missão vai expor nos maiores museus do mundo. É importante que a Comissão tome conhecimento desse trabalho gigantesco que está sendo feito. Trata-se de uma megaexposição. Em 1922, no Centenário da Independência, tivemos uma exposição no Rio de Janeiro. Nos 500 anos, tal exposição será o ponto alto de tudo o que estamos realizando.

Creio que é importante para a Comissão, e faço um apelo para que todos os nossos Senadores estejam presentes na quarta-feira, às 10h30min.

Está encerrada a nossa reunião.

(Levanta-se a reunião às19h59min.)

Ata da 32ª Reunião (Extraordinária), da 1ª Sessão Legislativa, da 51ª Legislatura, realizada em 24 de novembro de 1999.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de novembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador José Sarney, Reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no Recinto da Reunião os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, João Alberto de Souza, José Fogaça, Bernardo Cabral, José Jorge, Moreira Mendes, Romeu Tuma, Mozarildo Cavalcanti, Carlos Wilson, Pedro Piva, Tião Viana, Marluce Pinto, Romero Jucá e Emilia Fernandes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião, destina-se a apreciação dos itens constantes da pauta, e, ainda a ouvir a exposição que fará o Sr. Edmar Cid Ferreira, Presidente da Fundação Bienal de São Paulo sobre o tema – Brasil 500 Anos de Artes Visuais. Dando início, o senhor Presidente concede a palavra ao senhor Senador Tião Viana, Relator do item 2 da pauta; Projeto de Decreto Legislativo nº 247, de 1999, "que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Projetos Demonstrativos – Reforço", celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa da Alemanha, em Brasília, em 10 de março de 1999". O Parecer é favorável. Colocado em votação, é aprovado o Parecer.

Fica adiada a apreciação do item 1 da pauta; Requerimento nº 376, de 1999, "que requer voto de apoio desta Casa Legislativa ao Governo brasileiro e ao Mercosul, pelo firme posicionamento assumido em defesa da redução das barreiras comerciais impostas pela União Européia aos produtos da região, especialmente os agrícolas, condição esta indispensável a uma aproximação entre os dois blocos", cujo Relator é o senhor Senador Bernardo Cabral. Na seqüência, o senhor Presidente da Comissão, Senador José Sarney, concede a palavra ao expositor convidado, Dr. Edmar Cid Ferreira. Para debater fizeram uso da palavra os senhores Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Mauro Miranda, Hugo Napoleão e Moreira Mendes. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma.

Senador **José Sarney** – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está aberta a 31ª reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Os nossos trabalhos hoje estão divididos em duas partes: haverá uma pauta extra e, em seguida, teremos a satisfação de ouvir o Sr. Edemar Cid Ferreira, Presidente da Fundação Bienal de São Paulo, que fará uma comunicação à Comissão sobre a exposição que o Brasil vai fazer em comemoração aos seus 500 anos, um marco na divulgação da história da arte brasileira durante os 500 anos de existência do nosso País e que percorrerá os museus do mundo inteiro.

Na pauta dos nossos trabalhos, há dois requerimentos. O Requerimento nº 376 requer apoio da Casa legislativa do Governo brasileiro e ao Mercosul, pelo posicionamento assumido em defesa da redução das barreiras comerciais. O Relator é o Senador Bernardo Cabral. Como o parecer é contrário, peço à Comissão que adiemos o exame da matéria, pela ausência do Relator.

Item 2

Projeto de Decreto Legislativo nº 247/99, que aprova o texto do acordo sobre cooperação financeira para o empreendimento de projetos demonstrativos – reforço, celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa da Alemanha, em Brasília, em 10 de março de 1999.

Relator: Senador Tião Viana.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou direto ao voto, que acredito está muito objetivo e traduz exatamente o sentimento de interpretação em relação a todo o Projeto.

Voto

O Ato Internacional em discussão foi celebrado visando formalizar a doação do Governo da República Federal da Alemanha no valor de 15 milhões de marcos alemães ao programa piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil.

Trata-se, na realidade, da segunda doação por parte daquele Governo ao Subprograma de Projetos Demonstrativos (PDA), do qual resultou a primeira doação, no valor de 20 milhões de marços, em 6 de abril de 1995.

O Programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil é um dos mais importantes instrumentos de cooperação entre o nosso País e a comunidade internacional, no que respeita à questão de meio ambiente.

Dentre suas metas principais, destacam-se a redução dos desmatamentos, a proteção aos recursos genéticos dos ecossistemas, a viabilização de um modelo de desenvolvimento que harmonize objetivos econômicos e socioambientais no manejo das florestas tropicais e que integre em suas políticas públicas os problemas ambientais. Desenvolvido no âmbito do programa piloto, o Subprograma Projetos Demonstrativos visa a contribuir para a preservação da Amazônia, da Mata Atlântica e de seus ecossistemas associados, estimulando e apoiando projetos de gerenciamento e conservação de recursos naturais executados pelas comunidades locais.

Cabe ressaltar que não parece haver, seja nas cláusulas do acordo em análise, seja nas metas estabelecidas pelo Subprograma Projetos Demonstrativos, qualquer sinal de referência que venha a ferir ou ameaçar a soberania brasileira ou os interesses nacionais. Ao contrário, a presente proposição baseia-se na saudável e profícua parceria entre países cujas relações de cooperação e amizade fundamentam-se no princípio básico de que viver bem e em harmonia com o meio ambiente é direito de todos os cidadãos.

Por todo o exposto, somos pela aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Proponho à Comissão que apóie a convocação pela Presidência do Sr. Ministro de Ciência e Tecnologia, bem como do Presidente da Agência Aeroespacial, para, perante, esta Comissão, informar sobre os recentes acordos realizados entre a Ucrânia e o Brasil, no sentido da utilização da Base de Alcântara para lançamento de foguetes.

Como o assunto interessa à área de relações internacionais e defesa nacional, assuntos esses submetidos a esta Comissão, penso que seria de grande interesse que tivéssemos um conhecimento detalhado desses acordos que são extremamente importantes para o Brasil e que representam uma nova etapa no desenvolvimento espacial do nosso País.

Se a Comissão concordar, convidarei o Presidente da Comissão Espacial e, ao mesmo tempo, o Ministro da Ciência e Tecnologia. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, a Secretaria da Comissão tomará as providências necessárias.

Peço ao Sr. Secretário da Comissão que faça introduzir no plenário o Dr. Edemar Cid Ferreira.

Esclareço à Comissão que o Dr. Edemar Cid Ferreira é Presidente da Associação Brasil 500 anos de Artes Visuais, da Fundação Bienal de São Paulo, organismo que está encarregado de promover a maior exposição já realizada neste País, a qual deve marcar a história da arte brasileira, pois envolve os 500 anos de arte do nosso País, desde as primeiras manifestações artísticas detectadas até as mais recentes.

Essa exposição deverá percorrer o mundo inteiro, levando aos grandes museus internacionais uma visão do nosso País, não somente uma visão econômica, mas também uma visão cultural. Todos nós sabemos que, no mundo moderno, qualquer país, para ser uma potência política, militar e econômica, necessariamente tem de ser uma potência cultural. O Brasil hoje é a oitava economia mundial, mas, na realidade, no setor internacional, ainda se desconhece a força da cultura brasileira, a sua originalidade e a contribuição que ela tem dado à história da arte na face da Terra. Essa exposição se destina justamente a essa projeção internacional do Brasil nesse setor extremamente importante.

O Dr. Edemar Cid Ferreira é um benemérito das artes, uma vez que, como voluntário, tem tido uma atuação destacada nesse setor. Foi ele o Presidente da Fundação Bienal de São Paulo por alguns anos. Fez ressurgir a Bienal de São Paulo e deu-lhe projeção. Hoje ele coloca o Brasil no mapa mundial das grandes exposições de arte. É ele que está encarregado desse trabalho e que, num esforço extraordinário, vem desenvolvendo-o.

Ele hoje está honrando a nossa Comissão. A convite nosso, veio aqui para relatar o que será essa exposição dos 500 anos do Brasil. Quero agradecer e louvar a ação do Dr. Edemar Cid Ferreira no setor cultural. O Brasil lhe agradece, porque tem nele uma referência do que pode um homem fazer com o seu talento e com o seu espírito público em favor das artes no País, abandonando seus interesses pessoais para se dedicar às coisas do espírito, que são importantes.

Concedo a palavra ao Dr. Cid Ferreira.

O SR. EDEMAR CID FERREIRA – Sr. Presidente José Sarney, Srªs e Srs. Senadores, sinto-me muito prestigiado em estar aqui para fazer essa explanação e agradeço as gentis palavras do Presidente.

Na Fundação Bienal, há três anos, temos desenvolvido o trabalho de rastrear a História do Brasil nesses 500 anos e de apresentá-la de uma maneira condensada nas comemorações do quinto centenário.

Há três anos, contratamos um grupo de curadores que rastrearam, junto com pesquisadores, toda a história das artes no Brasil, desde a arqueologia, passando pela arte indígena, pela história da arte afro-brasileira, arte barroca, arte moderna, contemporânea, a arte dos viajantes que estiveram no Brasil. Enfim, durante três anos conseguimos reunir um acervo bastante importante do que ocorreu neste País.

Por conta desse rastreamento, conseguimos catalogar as obras e fazer com que cada um dos onze segmentos tenham realmente uma catalogação efetiva. Isso representa a edição de um catálogo, para cada setor, bastante rico nesses registros, que formarão uma grande enciclopédia, um grande **vade-mécum** da arte brasileira, que preenche uma importante lacuna na bibliografia brasileira, porque esse rastreamento nunca foi feito.

A partir desse núcleo, dessa catalogação, dessa grande enciclopédia, que estará em todas as mídias, na Internet, em CD-Room, ficou claro para a Fundação Bienal que era um material muito rico, esteticamente muito bonito e muito importante, e que, a

partir do momento em que essa exposição estiver reunida, os brasileiros terão a oportunidade de ver o quão importante é a arte brasileira e qual o arquivo da memória brasileira que está dentro da nossa história.

Isso fará com que o brasileiro melhore a sua auto-estima e tenha uma consciência do seu passado, tenha uma memória da qual se orgulhar. Foi em razão disso que programamos uma importante exposição, que estará ocorrendo, a partir de 24 de abril do ano que vem até 7 de setembro, no Parque do Ibirapuera, e irá ocupar os três principais prédios daquele parque. Será uma exposição de cinqüenta mil metros quadrados, talvez uma das mais completas que estará ocorrendo no mundo em relação às artes de um país.

Assim, a exposição fará uma intinerância nacional, percorrerá as principais capitais do País. E cada uma delas terá uma parte dessa exposição. Estamos procurando adequá-la para que, em cada capital, ela tenha o tamanho e a dimensão necessária ao espaço disponível. Isso fará com que, nos próximos dois anos, o Brasil inteiro tenha a chance e a oportunidade de ver a memória de seu País e passe a ter uma nova referência cultural.

Tomamos a decisão de fazer com que a exposição fizesse também uma intinerância internacional. Uma vez que está bastante curada do ponto de vista de material e de história do País, procuramos os mais importantes museus do mundo para que pudessem abrigar a exposição. Mas fizemos de uma maneira diferenciada da que o Brasil tem feito no exterior. Ou seja, quando temos uma exposição, alugamos o museu e levamos a exposição do Brasil para aquele local. Desta vez, buscamos fazer de uma maneira diferente. O que queremos, e estamos conseguindo, é que os países olhem a arte brasileira. Temos já contratados os principais museus do Ocidente, que vão receber a exposição e vão também fazer a curadoria com os curadores brasileiros. Assim, faremos a exposição no Guggenheim, em Nova Iorque; no Guggenheim, em Bilbao; no Louvre; no Jeu de Paume; no Museu de Artes Contemporâneas, em Bordeaux; depois estaremos em Lisboa, no Gulbenkian, e também no Porto; em Buenos Aires, no Museu de Belas-Artes; e na Inglaterra, no British Museum, em Londres, e também em Oxford e Cambridge.

De modo que, a partir de outubro do ano 2000 até janeiro de 2002, o Brasil estará presente nos mais importantes museus do mundo, mas de uma maneira diferenciada. O que vai acontecer, por exemplo, no Guggenheim, em Nova Iorque? Nós estaremos no Guggenheim, em Nova Iorque, na 5ª Avenida, o prédio todo, de outubro a dezembro de 2001. Durante esse período, o Brasil estará retratado com o olhar dos curadores americanos. Eles já estiveram aqui conosco uma vez, estão voltando agora e ficarão até o próximo ano revendo todo o material sobre o Brasil. Em outubro de 2001, nós teremos um retrato de tudo o que ocorreu no Brasil. As pessoas, os americanos e os visitantes de Nova Iorque que estiverem lá, ao visitarem o Guggenheim, na 5ª Avenida, verão a expressão importante do Brasil. Isso é muito significativo porque, quando isso ocorre, dá uma referência muito forte à imagem de uma nação.

O que está ocorrendo é que os principais curadores do mundo, os principais curadores desses museus estão falando do Brasil. Não é o Brasil falando de si próprio, mas uma visão dos principais museus avalizando a arte brasileira. Isso aconteceu no ano passado com a China. O Brasil é o segundo país do mundo convidado a fazer esse tipo de trabalho junto com o Guggenheim. A exposição da China no ano passado foi um sucesso enorme, e isso foi uma referência para nós trabalharmos essa exposição brasileira.

Nós, primeiro, ancoramos essa exposição nesses grandes museus. Simultaneamente, por exemplo, com o Guggenheim, em Nova Iorque, nós estaremos também no British Museum, em Londres, no mesmo período, de outubro a dezembro. Essa visão está ancorada nos grandes museus. Estamos agora, então, criando novas linguagens culturais em volta do museu, dentro das cidades. Na cidade de Nova Iorque, teremos, nesse período de outubro a dezembro, eventos no Metropolitan Opera House, no New York City Ballet, no Carnegie Hall, no Museu de História Natural, enfim, em todos os grandes eventos culturais, em todas as linguagens de dança, música, teatro, nós estaremos presentes, mas com a mesma visão, com a visão do Metropolitan Opera House, trazendo algum evento, alguma ópera brasileira, mas com produção deles, não nossa produção sobre eles. Da mesma maneira o balé, não nós levando o balé brasileiro para o exterior, mas fazendo com que o New York City Ballet venha ao Brasil, produza uma obra brasileira, uma obra do balé brasileiro em cima da cultura brasileira, até aproveitando também artistas nacionais. Isso também ocorrerá na área até da culinária. O sentido é fazer com que os principais **chefs** de cozinha também venham ao Brasil e aqui apreendam a cozinha brasileira e possam também

levar esse mesmo talento para os principais restaurantes de Nova Iorque.

O que se pretende, então, é que, durante este período de outubro a dezembro, em Nova Iorque, em Londres, em Paris, nós tenhamos uma presença extremamente forte e rica do Brasil. Isto por intermédio dos principais museus, das principais entidades, das principais casas de cultura do mundo. Isso, seguramente, fará com que a imagem do Brasil melhore em relação ao que ela é hoje. Quando esses grandes eventos culturais, como o Presidente Sarney estava acabando de dizer, quando essas atividades culturais são atividades de vanguarda, elas passam a ter uma referência do seu próprio país, na verdade, as lideranças internacionais, as lideranças financeiras, comerciais, políticas, da mídia, passam a ter um respeito maior, porque vêm registrada de uma curadoria que tem o respeito dessas lideranças. Isso, sem dúvida alguma, melhorará a imagem do Brasil. Melhorará também a auto-estima do brasileiro, porque, na medida em que o brasileiro vê que seu país, sua cultura está sendo exposta em todas as suas linguagens culturais do mundo, nos setores e nos assentos mais importantes do mundo, isso fará com que o brasileiro melhore sua auto-estima e passe a ter orgulho de seu país.

Entendemos que este é um trabalho político, que essa exposição acabou por trazer em seu bojo. A exposição foi crescendo nesses três anos e vai ganhando cada vez mais uma dimensão própria, até porque estamos preenchendo uma lacuna nas exposições nacionais, e passa a ser uma exposição muito referencial.

Gostaria de dizer que existe um apoio extremamente grande e importante dos Ministérios da Cultura, do Ministro Francisco Weffort, e das Relações Exteriores, do Ministro Luiz Felipe Lampreia. Este último tão importante que há um diplomata residente no projeto. O Itamaraty disponibilizou um diplomata que reside no projeto já há alguns meses e anda conosco pelos principais países nas grandes reuniões com os museus e também com ajuda, evidentemente, das embaixadas brasileiras. Há também a importante ajuda do Ministro Rafael Greca, Presidente do V Centenário. O apoio logístico do Governo é bastante substancioso.

Gostaria também de precisar aos senhores, Sr. Presidente, que é uma exposição da iniciativa privada, fundeada pela iniciativa privada, formatada por um grupo de empresários e intelectuais que se reúnem no Conselho da Fundação Bienal de São Paulo, que há cinqüenta anos presta esse serviço ao País, tanto no Brasil quanto no exterior. Desta vez, criamos uma entidade específica para o projeto, uma empresa de propósito único, que foi a Associação dos 500 Anos, exatamente a fim de montar a exposição. É uma exposição que está se tornando extremamente valiosa, importante, e, por conseqüência, bastante dispendiosa. Como não poderíamos errar nessa exposição, espera-se que ela tenha uma qualidade muito importante, pois será realizada uma única vez e será um registro histórico importante, até pela feitura da grande catalogação de obras brasileiras, tomamos a iniciativa de fundear financeiramente o projeto, que, até o momento, não conta com nenhum recurso externo, a não ser da própria Fundação e dos conselheiros da Fundação Bienal.

A exposição encontra-se absolutamente pronta, toda formatada e financiada. Assim, temos ido agora, à busca de patrocinadores e temos obtido uma receptividade que, posso assegurar aos senhores, nunca antes ocorreu. Realizamos várias bienais e fiz o **fund rasing** dessas exposições. Mas quero dizer que a empresa nacional é extremamente solidária e participativa com o projeto. Em todas as empresas que tenho visitado, seja nacionais ou internacionais, tenho obtido respostas positivas e entusiasmadas e uma participação bastante forte. Repito, é um projeto ambicioso, portanto, muito caro. Mas temos obtido respostas bastante entusiasmadas das empresas.

Fico feliz por estar aqui fazendo esta exposição. Agradeço muito o convite do Presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, do Presidente da Comissão, Senador José Sarney, e dos Senadores que nos ouvem. E fico muito feliz de podermos anunciar, aqui, esse importante projeto, que, acredito, trará um benefício ao País.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Dr. Edemar Cid Ferreira, é da rotina de nossos trabalhos sempre os Senadores dialogarem com os visitantes. Assim sendo, com a sua concordância, teremos a oportunidade de dar a palavra a alguns Senadores que desejam tecer considerações a respeito do assunto que V. Sª acaba de expor perante a Comissão.

Antes de conceder a palavra ao Senador José Jorge, gostaria de dizer que penso que é muito importante o aspecto que V. Sª realçou perante a Comissão, de que se trata de uma iniciativa privada de empresários brasileiros, de mecenas brasileiros, podemos dizer assim, tendo à frente a figura de V. Sª,

que tem sido realmente o homem aquem as artes brasileiras devem muito.

Com a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero me congratular com V. Sª, pela iniciativa, pela qualidade dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos – podemos, inclusive, observar por esse que não chega a ser um catálogo, é como se fosse um folder da exposição, mas ele é tão bem feito que parece até um catálogo. Já havíamos recebido inclusive este folder em nosso gabinete há algum tempo.

Quero concordar com a idéia de que essa exposição, de âmbito nacional, vai, ter uma importância muito grande, porque ela vai de certa maneira, ensinar a História do Brasil por meio da História da Arte, porque, na verdade, a História da Arte acompanha a História do País ou os fatos de natureza política, econômica e social que influenciam a arte naquele momento. Então, todos os jovens, e mesmo os adultos, vão poder aprender a História do Brasil por meio da História da Arte, que é uma forma até mais agradável de aprender. Portanto, penso que essa iniciativa é muito importante.

Em segundo lugar, creio que também o fato de se aproveitar para catalogar todo esse acervo, de diversos livros, de CD-ROM, Internet, é também um incentivo muito importante, porque, a partir daí, poder-se-á estudar com maior detalhe a História da Arte brasileira, que sabemos tem muito pouca coisa publicada. Enquanto vemos no mundo inteiro, vamos supor, se pegarmos os pintores impressionistas franceses, devem ter mais de 300 livros publicados somente sobre uma determinada fase da arte, aqui no Brasil, praticamente não temos nada, a não ser especificamente sobre um determinado artista, mas nada com esse contexto global.

Então, acho isso importante, como também a questão de levar esse material para os grandes museus. Porque, normalmente, só se tem grandes públicos em grandes museus. Agora mesmo tive a oportunidade de ver em Paris a Exposição de Arte Barroca Brasileira, no Petit Palais, quando notei que havia um grande público, porque é um museu que está no circuito turístico e dos próprios, no caso, franceses, dos parisienses, que estão acostumados a periodicamente assistir àquelas exposições.

Penso que é muito mais importante fazer uma exposição num museu como o Guggenheim, de Nova Iorque, ou no British Museum, em Londres, do que mesmo se ter um local próprio para se fazer a exposição onde fica meio fora daquele circuito que as pessoas já estão acostumadas a ir.

Portanto, creio que esses três aspectos são muito importantes.

Agora, penso que há um aspecto que V. Sª não citou e que eu gostaria de lembrar, que é a questão, que nós podemos chamar, não educacional propriamente, mas didática. Porque temos aqui a exposição, esse material multimídia que vai ser preparado e que V. Sª disse que serão 11 volumes, um volume para cada segmento destes aqui – Arte Indígena, Arte do Século XIX, Arte do Século XX etc. –, mas esse será um material de grande porte. Acho que também é importante que se tenha algum material que possa ser usado especificamente na escola. Então, evidentemente que ele não pode ter essa quantidade tão grande de informações e toda essa estrutura, porque terão esses onze volumes, e também não pode ser tão pequeno quanto este aqui, tão sofisticado. Então, já que se tem todo o material, toda a estrutura, talvez se pudesse aproveitar para realizar um volume de natureza didática, no sentido escolar, para ser utilizado na escola, para que os alunos pudessem, diretamente, aprender com esse material, também em multimídia. Quer dizer, seria uma espécie de filhote, porque, já que se tem a maior parte, fica mais fácil de se realizar esse filhote.

Era esse o aspecto que eu queria frisar e, mais uma vez, congratular–me com V. Sª por essa grande iniciativa, que sem dúvida vai divulgar muito a arte brasileira no mundo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Dr. Edemar Cid Ferreira.

O SR. EDEMAR CID FERREIRA – Muito obrigado, Senador José Jorge.

Efetivamente, estamos pensando num resumo.

Há oito anos, quando fizemos uma exposição sobre a arte brasileira no século XX, fizemos também uma edição juntamente com o Ministério da Educação que foi distribuída para as escolas. Estamos tentando fazer um resumo desse material que, em termos de custo e preço, possa ser bastante popular de sorte que preencha essa lacuna.

Agradeço muito a lembrança de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, Sr. Edmar, como testemunha e como paulista, já que o Presidente José Sarney fez as referências corretas a respeito de tudo o que V. Sª tem feito para o bem da cultura e da arte no Brasil , eu gostaria de enfatizar o seu trabalho praticamente diário à frente da Bienal

de São Paulo, reconstruindo até o próprio prédio, que tinha muita dificuldade em oferecer exposição aos artistas que lá expõem.

Há poucos dias, V. Sª abriu a Exposição Internacional. Moro naquele caminho e já sei a dificuldade que o trânsito oferece quando a Bienal apresenta principalmente um programa. Acompanhei também o da arquitetura moderna: uma Bienal específica sobre a arte na arquitetura, na construção. Foi um programa bastante interessante que contou com os Institutos de Engenharia e Arquitetura. Tudo encabeçado por V. Sª

Tive a oportunidade, por confiança do Presidente José Sarney, que me designou Diretor da Polícia Federal, de conhecer praticamente todos os recantos, todas as áreas difíceis do País, mas também a beleza da arte que encontrei em vários locais por que passei: arte indígena, arte africana e tantas outras. Rapidamente olhando o **folder** com que V. Sª nos presenteou agora, vejo que ela traduz realmente o que se vê em realidade pelo País.

Cumprimento V. Sª por essa iniciativa, na certeza de que, por tudo o que representa em matéria de seriedade, contará com todo o apoio dos empresários brasileiros. Cumprimento o Presidente José Sarney pela iniciativa de trazer ao Senado e ao público brasileiro em geral, pela **TV Senado**, tudo o que se está fazendo para que comemoremos com bastante alegria os 500 Anos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Muito obrigado.

Com a palavra o Sr. Edemar Cid Ferreira.

O SR. EDEMAR CID FERREIRA – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Fico muito envaidecido com suas palavras.

A Fundação Bienal possui muitos conselheiros. O Presidente Carlos Bratke, um dos grandes responsáveis pela Bienal de Arquitetura, tem se dedicado **full time** a essa atividade; assim como Júlio Landmann, que fez a importante última Bienal Internacional e o Vice-Presidente, Sr. Pedro Paulo de Sena Madureira. Enfim, temos um grupo efetivo de importantes empresários e intelectuais que colaboram com bastante vontade. Por isso o sucesso da Bienal. Sou pequena parte nesse todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Corrijo uma lacuna da Mesa, convidando o Sr. Pedro Paulo Madureira, como Vice-Presidente, um dos grandes intelectuais deste País e expressão do setor editorial brasileiro, para tomar assento à Mesa.

Com a palavra o Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA – Sr. Presidente, cumprimento esta Presidência pelo convite ao Sr. Edemar, que está aqui conosco hoje.

Ficamos feliz por essa iniciativa, ainda mais porque é voluntária, como diz o Presidente José Sarney, no sentido de agregar toda essa história e levar para fora. É importantíssima a extroversão da nossa arte, porque, creio, também vai dar essa auto-estima, como o senhor falou, vai dar um reflexo em cada bairro, em cada periferia, em cada cidade. Na arte, no futebol, por exemplo, quando sai o Pelé, que é o maior do mundo, dá um reflexo em cada campo de futebol, em cada periferia, a força que tem essa mídia internacional e nacional. O orgulho que têm, hoje, os artistas brasileiros de perceberem essa arte barroca, fazendo tanto sucesso em Paris, por exemplo, todos os jornais, **Figaro**, **Le Monde**, todos eles noticiando com grande destaque essa arte barroca que se encontra em Paris hoje. Então, acredito muito que essa extroversão vai propiciar muito também o reencontro nosso, até das periferias. Só acredito em progresso cultural mesmo, muito menos com educação, mas muito mais através das artes. A marca, por exemplo, de uma escola de arte ou de dança na periferia de quaisquer dessas cidades nossas toma uma dimensão diferente, a cultura naquele lugar e a auto-estima de cada bairro em função de uma promoção na área artística em cada bairro e cidade. Acredito muito nesse sentido, na auto-estima brasileira, mas acredito que vai ter um reflexo interno formidável, espetacular. É o que espero mais no sentido de que essas populações mais humildes busquem outra vez essa auto-estima e essa preparação para um grande salto da arte toda.

Então, vejo essa extroversão maravilhosa, louvo-a, ainda mais buscando os curadores internacionais, para verificarem quais são os valores que vão reconhecer aqui dentro. Penso que isso é importantíssimo para nós, mas penso, no dia seguinte, que, em cada bairro, quem sabe, vai ter alguma pessoa com iniciativa de fazer alguma arte local, em cada canto do nosso País, para nos dar uma alavancagem na nossa cultura nacional.

Agradeço profundamente, Presidente, essa iniciativa de V. Exª, este homem que tem uma história maravilhosa como Presidente da República, como político, mas, sobretudo na área da arte, sei o carinho que ele tem para com a literatura e todos os segmentos. Então, agradeço demais a presença de V. Sª, torço pelo sucesso e colocamo-nos, tenho certeza, a Comissão e o Senado todo, à sua disposição, para, se pudermos, colaborar em alguma área, e es-

taremos dispostos para endossar, para estimular, para estar presente, para colaborar nesse feito tão importante para o nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Muito obrigado, Senador Mauro Miranda.

Com a palavra o Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, ilustre Presidente da Fundação Bienal, que nos dá a honra da sua visita hoje, aqui, nesta Comissão, sobretudo, porque nos traz informações das mais relevantes nessa questão das artes nacionais, e eu diria até da cultura nacional.

Primeiro, quero parabenizá-lo pela coragem e pela desenvoltura em levar avante um projeto tão brilhante quanto este, que é levar a nossa arte ao conhecimento do mundo. Segundo, pela reflexão que nos dá oportunidade de fazer de que a preservação, a divulgação e o incentivo das artes no Brasil se dá, lamentavelmente, ainda numa pequena escala e graças a pessoas abnegadas como V. Sa., como o Presidente Sarney que ajuda, que incentiva muito.

E percebo isso, claramente, embora de um Estado distante, ainda novo, meu Estado é Rondônia, mas percebo lá, tenho impressão que tal qual em todos os outros Estados brasileiros, até os mais desenvolvidos, que pouca importância se dá às artes e à cultura nacional. E quando vejo atitudes como a de V. Sª e de toda Fundação Bienal, no sentido de, com muita luta, com muita disposição, com muita vontade, levar avante projetos como esse, sinceramente, fico orgulhoso. E quero, aqui, em nome do meu Estado, parabenizar V. Sª e toda a Fundação pelo seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Muito obrigado, Senador.

O SR. EDEMAR CID FERREIRA – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de, inicialmente, trazer minhas congratulações a V. Exª pela feliz iniciativa. Afinal, creio que em nosso País, infelizmente, estamos muito a desejar com a questão cultural e humanística. Há uma sede natural do desenvolvimento desse aspecto, que traz um **background** indispensável para a formação humana. Creio que, dentro desse contexto, insere-se com precisão o Dr. Edemar Cid Ferreira, a quem trago, igualmente, meus cumprimentos, uma vez que não apenas nas artes visuais, mas na própria história, na questão do levantamento documental das administrações brasileiras, da história monetária, por exemplo, e, sobretudo, na música, em todos os setores, o presidente da Bienal está presente na vida brasileira. Eu que tive a honra, ainda que durante pouco tempo e em caráter de interinidade, de ser Ministro da Cultura do Governo de V. Exª, entre os Ministros Celso Furtado e José Aparecido, tive oportunidade de acompanhar, por pouco tempo, a evolução daquele setor tão fundamental e ao qual V. Exª mesmo, Sr. Presidente, tem dedicado toda sua vida, como intelectual que é e membro brilhante da Academia Brasileira de Letras.

De modo que eu gostaria de consignar e fazer este modesto registro, porque creio ser indispensável no momento em que todos nós temos sede de cultura.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Muito obrigado, Senador Hugo Napoleão.

O SR. EDEMAR CID FERREIRA – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Não havendo mais nenhum Colega que queira fazer uso da palavra, encerrarei esta reunião, mais uma vez agradecendo ao Dr. Edemar Cid Ferreira sua presença e dizer que tenho procurado, na Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que os nossos trabalhos não se limitem somente a uma visão política e a uma visão dos interesses econômicos do País, mas que também tenhamos uma visão e uma dedicação grande a promover relações e cooperação culturais em nível internacional. Isso ficou bem patente quando esta Comissão incluiu entre as emendas de Comissão ao Orçamento uma delas, dando recursos para que nossos agentes diplomáticos tivessem condições de promover o setor cultural.

Esta reunião está inserida dentro dessa orientação que penso ser extremamente importante para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; quer dizer, a visão de que a cultura sempre deve estar presente na nossa atividade, e na nossa atividade internacional sobretudo.

A sociedade industrial gera valores materiais. Sabemos perfeitamente que todo esforço de todas as nações, com o espectro da sociedade industrial, está voltado a gerar bens materiais e os bens espirituais e culturais ficam relegados a uma marginalização, a uma parte de menor atenção. Então, o que nós temos que fazer hoje é aquilo que o Galbraith recomendava: tentar colocar dentro dos objetivos da sociedade industrial, dessa sociedade de consumo, não só essa visão econômica, mas também que a

sociedade possa produzir bens culturais e espirituais porque, sem dúvida, esse é o grande caminho pelo qual o homem pode melhorar cada vez mais sua sorte e seu destino na face da Terra, distinguindo-o, sem dúvida, de uma simples vontade de ter condições materiais e boas de vida. As coisas do espírito dão uma nova dimensão ao homem.

É nesse sentido que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional está promovendo hoje, aqui, a audiência com o Presidente da Fundação Brasil 500 Anos, da Bienal de São Paulo, pois acredito que essa exposição é extremamente importante, talvez seja a primeira que marcará nossos 500 anos; uma exposição gigantesca que percorrerá o mundo inteiro, que já está trabalhando há alguns anos e produzirá um **vade mecum** de cerca de 11 volumes sobre a arte brasileira. Não estamos no princípio nem no meio nem no sonho de um projeto; este é um projeto que já está caminhando, sendo realizado e, ano que vem, será apresentado na sua conclusão. Isso representa um trabalho de muitos anos.

Cabe a nós, no setor político do País, que é o Senado Federal, dizer que estamos atentos e louvando aqueles que se dedicam a esse setor. Essa é uma maneira de mostrar que esta Casa tem respeito pelos que trabalham nessa direção. É isso que estamos fazendo, principalmente este, que é um projeto sem recursos públicos, mas apenas recursos privados, um volume de recursos muito grande. Devemos estimular os empresários brasileiros para que eles tenham essa visão de que a empresa moderna não é aquela que visa somente o lucro, mas tem objetivos sociais e, dentro desses objetivos sociais, está, sem dúvida, a cultura.

Muito obrigado, Dr. Sidney, por sua vinda a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h53min.)

Ata da 33ª Reunião (Extraordinária), da 7ª Sessão Legislativa, da 51ª Legislatura, realizada em 8 de dezembro de 1999.

Às dezessete horas do dia oito de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a presidência do Senhor Senador Carlos Wilson, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes no recinto os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Mauro Miranda, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, José Jorge, Moreira Mendes, Lúdio Coelho, Pedro Piva, Eduardo Suplicy, Tião Viana, José Alencar e Lúcio Alcântara. Havendo o número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A seguir o Senhor Presidente esclarece que a presente reunião destina-se à apreciação dos itens constantes da pauta e ainda a ouvir a exposição que fará o Senhor José Israel Vargas, designado para exercer o cargo de Chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, cujo relator é o Senhor Senador Romeu Tuma. Terminada a exposição, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Moreira Mendes, relator do item 1 da pauta, o Projeto de Decreto Legislativo nº 272 que "aprova o texto do Acordo de sede celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Associação dos Países Produtores de Estanho, em Brasília, em 27 de maio de 1999". O parecer é favorável e não havendo quem queira discutir é aprovado o parecer. Na seqüência, o Senhor Senador Carlos Wilson passa a presidência ao Senhor Senador Lúdio Coelho para relatar o item 2 da pauta, o Projeto De Decreto Legislativo nº 273 que "aprova os textos da Convenção 182 e da Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação", o parecer é favorável. Não havendo quem queira discutir, é aprovado o parecer. Ainda com a palavra o Senhor Senador Carlos Wilson, relator do item 3 da pauta, o Projeto De Decreto Legislativo nº 274 que "aprova os textos da Convenção 138 e da Recomendação 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego, adotados em junho de 1973, em Genebra". É aprovado o parecer. Não havendo nada mais a discutir o Senhor Presidente declara encerrada a reunião, e, para constar, eu Marcos Santos Parente Filho, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, parte integrante da mesma. Senador **Carlos Wilson** – Presidente

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a realizar-se dia 8 de dezembro de 1999, quarta-feira, às 17 horas.

A Presidência vai inverter a pauta, tendo em vista a sabatina do Dr. Israel Vargas, indicado para exercer o cargo de Chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Solicito à Secretaria da Comissão que faça entrar no recinto da Comissão o Dr. Israel Vargas.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao nosso companheiro Moreira Mendes, para uma questão de ordem.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, eu ia exatamente pedir que a pauta não fosse invertida, porque tenho uma audiência marcada e sou relator de uma matéria de extrema importância.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Como sei que esta Comissão conta sempre com a compreensão do Senador Moreira Mendes, sem consultá-lo já antecipei, sabendo que ia contar com a compreensão do mesmo.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, para fazer a leitura do relatório da indicação do Ministro Israel Vargas.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, com apoio no art. 52, inciso IV, da Constituição Federal e do disposto no art. 18, §1º, nºs 56 e 59 do Regulamento Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem assim no art. 55, § 1º, do Anexo I do Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, o Senhor Presidente da República submete à apreciação dos senhores membros do Senado Federal a escolha que deseja fazer do nome do Sr. José Israel Vargas para exercer o cargo de Chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Efetivamente, reza o art. 52, inciso IV, e 84, inciso VII, da Constituição, que "compete privativamente ao Senado Federal (...)"

E aí vem toda a disposição do artigo invocado para a apreciação do nome apresentado.

Do **curriculum vitae** apresentado pelo indicado (folhas 9 e 10) consta o seu nascimento em Paracatu, Minas Gerais, em 9 de janeiro de 1928. É bacharel e licenciado em Química pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1952, havendo ingressado no seu corpo docente em 1953. Ademais, é PhD pela Universidade de Cambridge, Inglaterra, em 1959; Professor Catedrático de físico-química e química superior em 1964; pesquisador titular do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e emérito da Universidade Federal de Minas Gerais. O indicado presidencial exerceu vários cargos e funções de destaque no Brasil e no exterior, estando até a presente data exercendo a função de assessor especial da Casa Civil da Presidência da República. É portador de várias condecorações e prêmios, os quais lhes foram concedidos por instituições militares do Brasil, entidades acadêmicas da França e da Argentina, além da Unesco e da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Na área de pesquisa, produziu trabalhos físico-químicos variados.

Em face do exposto, entendemos que os senhores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional já possuem os elementos suficientes e necessários à aprovação do nome do Sr. José Israel Vargas, indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República para exercer o cargo de Chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Queria apenas dar o meu testemunho de, conhecendo o Professor José Israel Vargas, à época em que foi Ministro de Estado, como uma pessoa competente, correta, consciente das suas obrigações e sempre tendo com o objetivo principal a nação brasileira. É um homem de bem e que, sem dúvida nenhuma, deverá ser aprovada por esta Comissão, e o Brasil terá, junto à Unesco, um representante à altura.

Essas são as minhas ponderações, Sr. Presidente. Era o que tinha a relatar, visto ser o **curruiculum vitae** maior que o tempo que dispomos para podermos nos referir aos trabalhos do eminente brasileiro José Israel Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Lido o relatório do Senador Romeu Tuma, concedo a palavra ao Professor Israel Vargas, para que faça a sua exposição.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS – Excelentíssimo Senador, Presidente desta importante Comissão, Sr. Carlos Wilson, eminente Senador Romeu Tuma, Relator desta Comissão, que me honrou com estas palavras tão eloqüentemente gentis e seguramente injustas pela sua excessiva generosidade a meu respeito, queridos amigos, Senador Saturnino Braga, velho amigo conhecido, amigos comuns e de luta, senhoras e senhores, se contar com o apoio e o voto de V. Exªs, pretendo, evidentemente, como Chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Unesco, prosseguir no cumprimento do mandato naquele importante órgão das Nações Unidas, encarregado de promover a paz e a cooperação internacional por meio da educação, da ciência, da cultura e, mais recentemente, embora isso não esteja incluído formalmente no dístico da Unesco, também da área de informação e comunicação, que vêm revolucionando as nossas vidas.

A sensibilidade internacional para a problemática da cooperação intelectual internacional antecede a criação da Unesco. De fato, foi a Primeira Guerra Mundial, por intermédio da guerra química e da utilização intensiva da ciência nas armas de destruição, que despertou a humanidade para a necessidade da cooperação intelectual internacional. Foi assim que a Liga das Nações, já em 1922, criou um comitê intelectual internacional, de que participavam Madame Curie, Einstein, Bergson e gente do mais alto nível, o qual teve repercussão imediata no Brasil, com a criação do IBEC, já antes da Segunda Guerra Mundial, com nomes como Miguel Osório de Almeida, Sobral Pinto, que ilustraram esta Comissão.

A Unesco, fundada por meio da Conferência de Londres, em 1945, teve a sua carta ratificada em 6 de novembro de 1946 por 20 países, entre os quais o Brasil, que é um de seus criadores. Estiveram presentes à Conferência de Londres Paulo Carneiro e Abgar Renault. Ressalta-se, sobretudo, a presença de Paulo Carneiro, eminente intelectual, cientista brasileiro que serviu à Unesco em Paris, durante 36 anos, 19 dos quais como Delegado Permanente, e que foi também Presidente da Conferência Geral do Conselho Executivo. Tive a honra de substitui-lo, completando o seu mandato por seu falecimento, já no início dos anos oitenta.

Um dos objetivos principais da Unesco é o de contribuir para a paz e a segurança do mundo por meio do estímulo à cooperação entre países e à educação, à ciência e à comunicação, de modo a promover o respeito universal pela justiça, pela obediência à lei, pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, que são assegurados aos povos da Terra, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião, na Carta das Nações Unidas.

De fato, a Constituição da Unesco, no seu art. 1º, reza muito belamente, em uma formulação do grande poeta americano Archibald Macleish, que a guerra e a violência nascem na mente dos homens e que é na mente dos homens que as trincheiras da paz devem ser erigidas. Este é um objetivo extremamente nobre. Fico honrado de poder representar o Brasil na execução de tal projeto.

A Unesco tem atuação mundial pelo mundo todo, muito importante no Brasil, ainda nos anos mais recentes, sobre o impulso. É um dever reconhecer – e o faço com grande prazer – que o representante da Unesco, Dr. Jorge Werthein, vem realizando um trabalho muito importante entre nós.

Ontem à noite, tive oportunidade de assistir pela televisão a uma reunião presidida pelo Senador Pedro Simon, da qual participou o Senador Romeu Tuma, sobre toda a problemática da violência na comunicação, da influência sobre a juventude, num trabalho muito importante.

É interessante, além dessas áreas, a inserção do Brasil em projetos extremamente importantes na área de comunicação, de informação e de informática a serviço da educação, da cultura e da cooperação internacional.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, participei de um projeto extremamente importante do Instituto de Estudos Avançados da Universidade das Nações Unidas que consiste em promover a tradução automática, em tempo real, por meio da **Internet**, em quinze línguas. Digita-se em português, traduz-se em chinês, e imediatamente há uma resposta do computador sobre como foi feita a tradução e se há reparos a fazer, se for o caso. Esse não é um sonho, é um projeto pronto, em andamento. O vocabulário vem sendo enriquecido e, nos próximos dois anos, essas quinze línguas, que representam 2/3 das línguas faladas no mundo, serão acessíveis a todos, com uma contribuição cultural imensa: cada um utilizará sua própria língua, tendo acesso às culturas, às informações existentes em todos bancos de dados , num intercâmbio com todas as outras línguas.

Isso, seguramente, terá um grande impacto e cria a possibilidade de criação de uma universidade virtual. O Governo brasileiro tem colocado esses projetos, bem como o uso de satélites e telecomunicações pela educação e pela cultura, como tópicos prioritários que o Brasil defenderia, por meio da sua delegação permanente e da sua comunidade científica e intelectual, sem falar no impacto que a tecnologia desse tipo de abordagem terá na promoção dos altos objetivos da Unesco, quais sejam os de promover a paz e o entendimento entre os povos, por meio da cooperação intelectual de todos nós.

Sr. Presidente, este seria um breve exórdio sobre o que penso ser minha atividade envolvendo a Unesco. Estou, evidentemente, à disposição de V. Exªs para a aferição de praxe, na esperança de contar com o apoio desta alta Comissão.

O SR. ROMEU TUMA – Vi no currículo de V. Sª que foi Vice-Presidente da Comissão Independente dos Oceanos e Presidente da Comissão Nacional Independente sobre Oceanos. Acompanhei vários debates que ocorreram antes da reunião de Portugal e, como o Brasil é signatário de vários acordos, fui alertado, à época, que o Brasil, se não apresentasse

seu plano de ocupação das 200 milhas, poderia perder essa condição internacional. Ouvi isso de um dentista do Rio de Janeiro muito dedicado à ecologia, ao trabalho de participação, ao trabalho com membros da marinha.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS – Trata-se de um mineiro, aliás, nosso patrício. Seu nome é Olímpio.

O SR. ROMEU TUMA – Fiquei muito preocupado com o tema e não imaginava que o Brasil poderia estar sujeito a perder algo. V. Sª poderia dizer-me se isso avançou, pois ali havia trabalhos excelentes que seriam apresentados nessa reunião de Lisboa.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS – Participei dessa reunião como Vice-Presidente. Essa Comissão foi criada sob a inspiração do Presidente Mario Soares, que me honrou com o convite para ser Vice-Presidente, representando o continente latino-americano nessa Comissão. Havia cinco Vice-Presidentes.

Uma das deliberações desse comitê internacional, composto por 15 membros de alto nível, foi a de criação de comissões nacionais. Enfim, sugeriu-se a criação da comissão nacional no âmbito da Academia Brasileira de Ciências. Dela participaram e participam três ex-Ministros da Marinha, um ex-Ministro do Meio Ambiente, do Interior, Professor Dr. Henrique Brandão Cavalcanti, membros da comunidade científica brasileira, do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo. Essa comissão produziu um relatório para os tomadores de decisão que foi enviado ao Congresso Nacional.

V. Exª tem razão. Um dos dispositivos do acordo do direito dos mares define que os países detentores da plataforma continental tinham um prazo determinado para fazer o levantamento dos seus recursos, vivos e não vivos, também minerais. Isso vem sendo realizado a contento pela Comissão Interministerial de Assuntos do Mar, cuja secretaria executiva é gerenciada pelo Ministério da Marinha, onde estão representadas diversas entidades. Um dos projetos, cujo nome é Reviser, tem esse objetivo.

Na comissão nacional, além desses antigos Ministros da Marinha, estão os armadores, a Federação das Indústrias de São Paulo, do Rio de Janeiro, do norte do Rio Grande do Sul. Foram feitos vários seminários sobre esses temas no Nordeste, em Pelotas, no Rio de Janeiro, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em São Paulo. Temos entre nós o Professor Vicente Marotta Rangel, um grande especialista, Juiz da Corte Internacional do Direito do Mar. Ele participou conosco, colaborou altamente nesse campo.

Temos uma imensa costa com mais de oito mil km². E mais: a plataforma continental brasileira representa quatro milhões de Km², quase a metade do nosso território emerso. É uma grande riqueza, que exige, ao mesmo tempo, um grande esforço de exportação, de estudo científico, tecnológico. Há alguns projetos muito interessantes na baía de Angra dos Reis, em Florianópolis e no Rio Grande do Sul. Há um trabalho extremamente interessante que consiste na repopulação da baía de Angra dos Reis, com moluscos, com o desenvolvimento de vieiras. Importou-se do Pacífico até pérolas para a criação nessa região.

Como Ministro da Ciência e Tecnologia, tive oportunidade de apoiar esse laboratório. Há também a cooperação internacional do Chile, de dois ou três laboratórios americanos. Essa é uma área de grande importância. Essa comissão fez uma pesquisa de opinião sobre o brasileiro e o mar. Tivemos também o apoio e a participação de meios de comunicação variados, inclusive das Organizações Globo. O Dr. Roberto Marinho teria sido um mergulhador no passado muito conhecido e apoiou bastante o trabalho da comissão.

O SR. SATURNINO BRAGA – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. SATURNINO BRAGA – Esse assunto foge um pouco ao objeto, mas é uma curiosidade despertada pela pergunta do Senador Romeu Tuma.

Lembro-me de que, há uma ou duas décadas, a perspectiva de exploração do fundo do mar era uma promessa quase tão importante quanto a informática ou a biotecnologia. Parece-me que não se confirmou essa perspectiva, que parecia muito importante. Mas eu queria ouvir a sua opinião, como pessoa dedicada a esse assunto.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS – Efetivamente, só conhecemos 2% do fundo marinho. Analogamente ao que foi feito na área nuclear, têm sido feitos apelos consideráveis aos Estados Unidos e à antiga União Soviética para que se torne disponível a imensa quantidade de dados sobre o fundo marinho. O conhecimento do fundo do mar, das correntes e da distribuição térmica fazia parte de toda a problemática da guerra. Então, analogamente à Conferência de Genebra sobre as aplicações pacíficas da energia nuclear, há um apelo feito por esta Comissão. Devo

dizer que, com algum sucesso, esses dados vêm sendo liberados paulatinamente.

Quanto ao potencial de recursos minerais, houve a descoberta dos chamados grãos ou nódulos marinhos, que são ricos em manganês e, assim, eram extremamente importantes para o Brasil numa certa fase. Quando V. Exª estava no BNDES, estudavam-se temas como o esgotamento das reservas de manganês do Amapá e o potencial desses nódulos marinhos em relação ao atendimento das nossas necessidades. Felizmente, foram descobertas grandes reservas de manganês em Mato Grosso, no Urucum, e essa oportunidade se esgotou, de certa maneira.

Por outro lado, as emissões submarinas de águas quentes e ricas, em geral, em enxofre geraram organismos absolutamente novos, que não dependem de oxigênio, por exemplo. Seus metabolismos não envolvem a presença de oxigênio. Têm um grande potencial, inclusive, para a pesquisa medicinal, para a geração de novas drogas. Isso vem sendo estudado.

De outro lado, em algumas fraturas, como a famosa fratura do Mar Vermelho, existe uma série de navios oceanográficos extremamente equipados na busca de ouro submarino. Um dos mestres do Professor Ubirajara Brito, que está presente aqui, era um dos pioneiros nessa pesquisa.

Há uma grande ignorância, pois há um grande potencial de busca. E, seguramente, há de novo uma expectativa de grandes riquezas, a qual, especificamente nesse caso, não se realizou por causa das necessidades. Na Guerra Fria, havia duas fontes de manganês no mundo: a Coréia do Norte e o Brasil. Com o fim da Guerra Fria, também se amainou a urgência desse trabalho.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Professor, tivemos notícias sobre a saída dos Estados Unidos da Unesco e sobre o desfalque, em termos financeiros, ocasionado por esse fato. Pelas informações de que dispõe, S. Sª saberia dizer se a Unesco conseguiu superar a grave crise financeira que viveu? A Unesco ainda tem condições de desenvolver projetos importantes?

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS – Senador Roberto Saturnino, participei intensamente de toda essa problemática, porque eu era Presidente do Conselho Executivo quando esses problemas ocorreram.

De fato, a Unesco, pela sua própria natureza, é uma organização ligada à reflexão, à atividade cultural e intelectual etc., era o palco de choques ideológicos não desprezíveis.

Os Estados Unidos saíram da Unesco, sob a argumentação de que ela estava politizada. De fato, o meu raciocínio e reação, à época e posteriormente, foi que essa politização era sempre bem-vinda quando favorecia os Estados Unidos. Portanto, a politização era, de um lado e de outro, inevitável, porque a Unesco é uma organização intergovernamental, e assim sendo, os governos refletem os seus interesses nacionais e as suas aspirações e dificuldades também políticas.

O senhor não ignora de que há em certos setores da opinião pública americana algumas manifestações contra a existência das próprias Nações Unidas; e a Unesco, em razão de todo esse contexto cultural, político e ideológico, era a mais vulnerável e foi escolhida, vamos ser francos, pelas administrações republicanos e o Congresso, o Senado americano é republicano, que tinham, têm e continua a ter muitas restrições ao fato de que a Unesco é um forum de reflexão.

De outro lado, a Unesco teve um papel importante na visão de que o desenvolvimento não é meramente econômico. Ele tem a sua dimensão cultural, educacional, e a Unesco sempre foi a porta-bandeira dessas aspirações.

Vejo agora, com certo otimismo, o fato de que o novo Diretor-Geral da Unesco é japonês. O Japão é o maior contribuinte da Unesco. O fato de o Japão haver aceito, e mais do que aceito, ter pleiteado a diretoria-geral da Unesco é um sinal de que o Japão, que tem um imenso potencial na área das novas tecnologias, sobretudo da informação, estará disposto a investir mais na Unesco e pôr essas tecnologias a serviço do desenvolvimento e da cooperação intelectual.

A Inglaterra, que havia acompanhado os Estados Unidos, como V. Exª sabe, regressou. Ela é parte da Unesco, e a administração Clinton tem favorecido a Unesco. Continua participando de uma série de atividades: o patrimônio físico e cultural da humanidade; na área da Oceanografia, a Comissão Oceanográfica Internacional, o Comitê Hidrológico Internacional. Ou seja, os grandes programas científicos globais vêm contando ainda com a presença americana.

À época, eu dizia para os meus amigos americanos que eles aderiram a um clube, mas só gostam de praticar os esportes nobres e por isso pagam por eles, tanto que continuaram a contribuir

para o fundo do patrimônio e, enfim, a várias outras atividades.

Vejo com certo otimismo, sobretudo por meio de projetos como os que eu citei, a presença mais marcante e importante da Unesco no mundo, embora, por exemplo, aqui no Brasil, ela seja extremamente importante e benéfica, eu diria.

O SR. SATURNINO BRAGA – E o Brasil está em dia com as suas obrigações?

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS – Ao que estou informado, nós estamos devendo esse biênio. Pagamos o biênio que antecedeu a essa conferência geral, no mês passado, para poder votar, mas temos prazo de pagamento, ou seja, estamos dentro do quadro legal. Temos prazo de pagamento desse biênio 98/99.

Teremos de pagar isso até o ano 2000. A contribuição brasileira é de quase 2% do orçamento da Unesco, que, para este biênio, é de 544 milhões de dólares o orçamento direto mais cerca de 270 a 300 milhões de dólares, do chamado orçamento de participação.

Ele tem um papel catalisador apenas, mas mobiliza grandes recursos. Então, a nossa contribuição é da ordem ligeiramente inferior a 2% do orçamento da Unesco. E nós lucramos, eu creio, bastante mais do que essa contribuição.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, quero fazer minhas as palavras finais do Relator, Senador Romeu Tuma, e dizer que o Professor Israel Vargas, como Chefe da nossa Delegação, como nosso Embaixador na Unesco, vai valorizar extremamente a presença do Brasil neste importante Órgão. Por tudo que conheço – acompanho, há muito tempo, a vida do Professor Vargas –, considero para nós brasileiros um orgulho. A sua figura de homem público e de cientista nos orgulha e a sua presença na Unesco será importantíssimo para a valorização do Brasil.

Temos aqui no Senado uma Subcomissão, que já é permanente, dedicada ao cinema, à indústria do cinema. Então, eu pediria ao Embaixador que, assumindo lá, nos mantivesse informado de tudo o que a Unesco... O cinema é uma indústria absolutamente dominada por uma potência cinematográfica incontrastável que são os Estados Unidos. Mas o Brasil se esforça junto com outros países para afirmar a sua indústria e a sua cultura através do cinema. Então, estamos muito interessados em informação sobre tudo que se passa de cinema no mundo, especialmente na Europa. Eu pediria, desde logo, ao nosso futuro Embaixador que nos mantivesse informado sobre isso.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS – Senador Roberto Saturnino, desde logo, agradeço, fico extremamente honrado com suas palavras e com o seu apoio. E devo dizer, V. Exª não ignora, que essa problemática do cinema se dando em Paris é especificamente e especialmente examinada por causa do próprio papel da França, que deseja manter a sua inserção nesse setor extremamente importante. E eu, que já fui um cinéfilo muito presente, seguramente terei em mente essa nova fonte de informações e de debate sobre essa questão, mantendo a Comissão aqui informada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Depois das perguntas do Senador Roberto Saturnino, indago se algum Senador ainda gostaria de se manifestar?

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Tem a palavra o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Apenas para louvar o acerto do Governo em indicar o Dr. José Israel Vargas para Embaixador do Brasil na Unesco.

Acredito que o Brasil está muito bem representado pelo trabalho, pela tradição, pelo conhecimento, pela experiência, pela vivência de Brasil que ele tem, e dará um grande Embaixador do Brasil nesse importante Órgão internacional.

É apenas para registrar isso e dar o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Muito obrigado, Senador Gilberto Mestrinho.

Indago se algum Senador ainda gostaria de se manifestar em relação à indicação do professor Israel Vargas para a Unesco.

Senador José Alencar pediu a palavra?

O SR. JOSÉ ALENCAR – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, apenas para dizer da satisfação que tenho de ainda ter podido chagar aqui e participar desta reunião da Comissão, em que recebe a presença do nosso caríssimo e eminente homem público, que é o Professor José Israel Vargas. Fico realmente satisfeito pelo fato de o nome dele estar sendo aqui recebido de forma tão favo-

rável, pelo seu passado, pela sua cultura, por tudo aquilo que ele representa como verdadeiro brasileiro, que tem demonstrado em todos os momentos na vida pública rica de que participou a sua honorabilidade, a sua dedicação, a sua cultura, o seu apreço pelas coisas do Brasil.

De maneira que estamos de parabéns quando enviamos para a Unesco um homem da cepa e do quilate de José Israel Vargas.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS – Senador, se me permite eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Tem a palavra o professor José Israel Vargas, com certeza.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS – ...de agradecer as manifestações do Senador Gilberto Mestrinho, com quem tive a honra de manter-me em contato e tratar dos problemas da nossa Amazônia, que S. Exª tão bem conhece, e também do meu querido José Alencar, meu colega e amigo de tantas lutas em Minas Gerais, o digno Senador da minha terra, que conta com vários anos de campanha como grande empresário, primeiro como líder na Associação Comercial, depois na Federação das Indústrias de Minas Gerais, que tão bem presidiu e com tanto brilho, que hoje se encontra nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Com a palavra, o Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO – A ida do Dr. Israel à Unesco engrandecerá o nome do nosso País naquela entidade. Estou seguro, Dr. Israel, de que vai ser bom para o nosso País tê-lo como representante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Piva, pela ordem.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Ministro, a amizade que nos une é muito antiga, e o respeito também. Fizemos algumas viagens, até com o Presidente da República. Já estive na França com V. Exª; estivemos juntos em uma viagem oficial do Presidente, quando V. Exª era Ministro. V. Exª sempre se houve de uma maneira clara, definitiva, tanto que sua passagem pelo Ministério da Ciência e Tecnologia foi das mais longas, senão a mais longa. V. Exª imprimiu, com a sua inteligência, com seu pulso forte, uma direção que honrou o País e que certamente trará frutos no futuro.

Nessa sua nova missão, Sr. Ministro, certamente o Brasil terá um nome à altura da sua grandeza. Penso que o Brasil ganha, e V. Exª também. Conhecedor dos problemas internacionais – da França e de todos os países –, a sua experiência será muito boa para todos nós. Desejamos-lhe boa gestão. Nós aguardamos a sua brilhante carreira em Paris, durante a qual, temos certeza de que repetirá, com o mesmo brilho, tudo aquilo que fez durante sua vida pública e privada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Depois das manifestações dos Srs. Senadores, submeterei o nome do Ministro Israel Vargas à votação.

Alguns Srs. Senadores já se manifestaram, como os Senadores Bernardo Cabral e Lúcio Alcântara. Assim sendo, suspenderei a reunião por dois minutos, para que aqueles Srs. Senadores que ainda não votaram possam exercer o seu direito de voto.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, penso que meio minuto basta para dar o voto ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Eu pediria ao Senador Moreira Mendes que auxiliasse a Mesa como escrutinador.

(Faz soar a campainha.) Reaberta a reunião, quero anunciar o resultado.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, são 11 votos favoráveis, nenhum contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Anunciando o resultado de 11 votos favoráveis e nenhum contrário, expresso minha satisfação, Professor Israel, pela indicação de V. Exª para nosso Embaixador junto à Unesco, bem como pelo reconhecimento desta Comissão, que, por unanimidade, aprova o nome de V. Exª. O testemunho que aqui foi dado por todos os Srs. Senadores que se manifestaram é uma demonstração do reconhecimento do talento, da dignidade, da correção de V. Exª.

Portanto, ganha o Brasil e também o Ministro Israel Vargas, que nos representará com muita dignidade, como tem feito durante toda sua vida.

Fico muito feliz, como Presidente desta reunião, por ter tido a oportunidade de dirigir os trabalhos da indicação do Professor Israel Vargas para nosso Embaixador junto à Unesco. (Palmas.)

O SR. ISRAEL VARGAS – Sr. Presidente, permita-me expressar duas breves palavras: Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Quero avisar aos Colegas Senadores que a reunião continua. Temos outros itens na pauta.

Retomando a ordem dos nossos trabalhos, vou conceder a palavra ao eminente Senador Moreira Mendes, pedindo desculpas porque o Item 1 deveria ser relatado pelo mesmo, mas dentro da compreensão que o caracteriza, ele abriu mão, e volto à pauta inicial.

Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes, como Relator do Item 1 da pauta.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de parecer da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 1999, PDC nº 345, de 1999, da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do acordo de sede celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Associação dos Países Produtores de Estanho, em Brasília, em 27 de maio de 1999.

Tendo em vista que já foi distribuído o parecer a todos os Srs. Senadores, eu pediria permissão à Presidência dos trabalhos para dispensar a leitura do relatório e passar à leitura do voto.

VOTO

Cuida-se aqui de um típico acordo de sede entre o Governo brasileiro e uma organização internacional. Na última Conferência de Ministros da Associação dos Países Produtores de Estanho (ATPC) – sua sigla em inglês –, o Brasil candidatou-se a País sede, e, depois de uma longa batalha travada, principalmente nos bastidores, saiu vitorioso.

Em conseqüência, no dia 27 de maio, assinou-se o presente acordo de sede entre o Governo brasileiro e a ATPC, transferindo-se a sede da Organização da Malásia para o Brasil.

É indiscutível a importância de se trazer a sede de uma organização internacional para o País. Esses benefícios são de ordem política, com uma repercussão no cenário internacional e de natureza econômica, pois, pela injeção dos recursos financeiros na economia local, trazidos pelos diversos parceiros externos.

Além da conveniência técnica e política do acordo em questão, sua aprovação denoda ainda certa urgência, porque os antigos escritórios de Kuala Lumpur foram fechados e a existência concreta da entidade internacional está a depender da sua abertura no Brasil. A urgência se agrava, se considerarmos que o Governo está a arcar com pesados custos cumulativos de armazenagem e de aduana no porto do Rio de Janeiro, pelo depósito dos equipamentos e provimentos da antiga sede.

Com base no exposto, considerando ser todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, conclui este parecer pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 1999, que aprova o texto do acordo de sede celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Associação dos Países Produtores de Estanho, assinado em Brasília, em 27 de maio de 1999.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Lido o voto do Senador Moreira Mendes, indago de algum Senador se gostaria de discutir o voto do Relator. (Pausa.)

Não havendo nenhum Senador que queira discutir, vou colocar em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o relatório do Senador Moreira Mendes.

Vou pedir ao nosso companheiro, guru e amigo Senador Lúdio Coelho que presida a sessão.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino pela ordem.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Pelas razões expostas pelo Relator, no seu voto, creio que seria de bom alvitre que esta Comissão requeresse urgência para este projeto que acabamos de aprovar. Já tem urgência?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Já. Lembrando que foi muito oportuna a colocação do Senador Roberto Saturnino. Seria bom se esta Comissão pedisse urgência para a indicação do Ministro Israel Vargas.

O SR. ROBERTO SATURNINO – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Aprovada a urgência. Vou passar a Presidência ao nobre Senador Lúdio Coelho e poderei ler, como Relator, o relatório dos dois próximos itens das pauta.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Com a palavra o Senador Carlos Wilson.

O SR. CARLOS WILSON – Sr. Presidente, fui incumbido de relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 1999, da Câmara dos Deputados, que aprova os textos da Convenção nº 138 e da Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre a idade mínima de admissão ao emprego, adotada em junho de 1973, em Genebra.

Nosso relatório tem como fundamento o disposto no art. 149, inciso I, da Constituição. O Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 1.484, de 19 de outubro de 1999, submete ao Congresso Nacional os textos da Convenção nº 138 e da Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre a idade mínima de admissão ao emprego, adotada em junho de 1973, em Genebra.

A Convenção foi inicialmente apreciada pela Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto de decreto legislativo decorrente da mensagem formulada por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O texto da Convenção foi remetido, também, para ser analisado pelas Comissões de Constituição, Justiça e de Redação, de Seguridade Social e Família, do Trabalho, de Administração e Serviços Públicos com pareceres proferidos e aprovados em plenário na fase final de tramitação.

A mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados, em 20 de outubro de 1999. O Projeto de Decreto Legislativo recebeu a chancela daquela Casa em 25 de novembro de 1999, chegando ao Senado Federal no dia 30 de novembro subseqüente. Foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 3 de dezembro de 1999.

A Convenção nº 138 reveste-se de mecanismos próprios que podem adaptar-se a diversas circunstâncias socioeconômicas, de modo a não se transformar em uma camisa-de-força para os países ratificantes. Esse caráter do acordo está bem resumido na Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores que acompanha a mensagem nos seguintes termos: "A Convenção nº 138 da OIT, sobre a idade mínima de admissão ao emprego tem como objetivo estabelecer patamares mínimos de idade para a admissão ao emprego e ao trabalho e mecanismos para sua progressiva elevação como forma de prevenir e eliminar o trabalho infantil."

A Convenção nº 138 da OIT, sobre idade mínima foi originalmente encaminhada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, em 28 de agosto de 1974, tendo sido rejeitada em 1991 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação da Convenção em análise, opino pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 1999, que aprova os textos da Convenção nº 138 e da Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre a idade mínima de admissão ao emprego, adotados em junho de 1973, em Genebra.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Em discussão.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, creio ser importante que o Brasil assuma esse compromisso para evitar o trabalho infantil, mas gostaria de registrar que seria próprio que o Governo acelerasse seu empenho com medidas que efetivamente erradicassem o trabalho infantil em território brasileiro. E menciono que o Senado Federal deu passos importantes, mas ainda não concluídos do ponto de vista do Congresso Nacional, sobre esse assunto, ao aprovar em novembro último um projeto de lei de minha autoria que torna mais adequado o benefício às famílias que, tendo renda menor que meio salário mínimo, e crianças até 14 anos, possam receber um complemento, ao invés de ser tão exíguo, restrito, como definido na Lei nº 9.533, de 15 reais vezes o número de criança até 14 aos menos metade da renda familiar **per capita**, passa a ser uma proporção da diferença entre o número de pessoas na família vezes meio salário mínimo, que é o patamar definido, menos a renda familiar, que pode ser 30%, 40% ou 50%, de acordo com a disponibilidade de recursos.

Caminharemos mais rapidamente na direção a meios de erradicar o trabalho infantil de vez, na medida em que instituirmos a todas as famílias, a todas as pessoas no Brasil, o direito a uma renda, como um direito à cidadania, uma renda mínima garantida.

Era isso o que gostaria de salientar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Colocadas as ponderações do Senador Eduardo Suplicy, Senador Carlos Wilson com a palavra.

O SR. CARLOS WILSON – Tendo a palavra e ouvi as ponderações do Senador Eduardo Suplicy, que foi um projeto que foi relatado por mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se alguém quer discutir o Projeto do Senador Eduardo Suplicy, relatado pelo Senador Carlos Wilson.

Concordando o Senador Eduardo Suplicy, peço que aqueles que estejam de acordo que permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório do Senador Carlos Wilson.

Solicito a V. Exª que faça a leitura do item nº 2.

Projeto de Decreto Legislativo nº 273, que aprova os textos de Convenção nº 182 e da Recomendação nº 190 da Organização Internacional do Trabalho, OIT, sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para a sua eliminação.

Tem a palavra o Senador Carlos Wilson.

• **O SR. CARLOS WILSON** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 273, de 1999, que aprova os textos da Convenção nº 182 e da Recomendação nº 190 da Organização Internacional do Trabalho, OIT, sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para a sua eliminação. Para fins de outorga legislativa, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal, e do art. 19 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, que incumbe a serem signatários à obrigação de submeter as convenções internacionais do trabalho aos seus poderes competentes, para efeito de incorporação aos ordenamentos jurídicos internos.

Acompanha a Mensagem Presidencial nº 1.485/99, que encaminha a presente convenção ao Congresso Nacional, exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores da qual cabe destacar o seguinte:

"A nova Convenção tem como objetivo a adoção, pelos estados ratificantes, de conjunto de medidas abrangentes que incluam a elaboração e implementação de programas nacionais de ação, com vistas à eliminação das piores formas de trabalho infantil, definidas como: trabalho escravo e práticas análogas; prostituição e participação na produção de pornografia; participação em atividades ilícitas, como o tráfico de entorpecentes; e outros tipos de trabalho que prejudicam a saúde, a segurança e a moral das crianças."

Para seus efeitos, a nova Convenção vem a designar o termo criança como toda pessoa menor de 18 anos.

A Recomendação nº 190, que acompanha a Convenção nº 182, sobre as piores formas de trabalho infantil, embora não imponha obrigações, propõe medidas e oferece diretrizes aos estados ratificantes, com vistas à implementação eficaz dos dispositivos da nova Convenção.

A ratificação da Convenção nº 182 da OIT, sobre as piores formas de trabalho infantil, viria somar-se ao conjunto de iniciativas que o Governo brasileiro em suas diferentes esferas e em parceria com a sociedade civil tem empreendido no sentido de banir do País a prática da exploração infantil. Constituiria, ademais, passo coerente para compromissos internacionais que o Brasil vem assumindo no âmbito da OIT e do Mercosul, com vistas à legítima promoção de direitos trabalhistas fundamentais, entre os quais a erradicação do trabalho infantil ocupa e deverá sempre ocupar lugar especial de destaque.

Pelo exposto, tendo em vista se a Convenção nº 182 da OIT, que aprova os textos da Convenção nº 182 e da Recomendação nº 190 da Organização Internacional do Trabalho, sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil, oportuna e conveniente aos interesses nacionais, bem assim constitucional e legal, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 273, de 1999, ora apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em discussão o parecer.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, queria cumprimentar o Senador Carlos Wilson pela beleza do seu parecer, numa hora em que o Brasil vem sendo acusado, em reunião internacional, de exploração indevida da mão-de-obra infantil. V. Exª faz com toda a segurança um parecer favorável a esse acordo internacional que o Brasil já assinou e que o Senado vem ratificar a aprovação.

Ponho em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. CARLOS WILSON – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse requerida urgência, para que na próxima semana esse projeto fosse ao plenário para ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já foi encaminhado e me parece que terça-feira deverá entrar em Ordem do Dia, segundo informou, porque a razão que V. Exª invoca da urgência eu tinha pedido ao Secretário que verificasse.

Dou por encerrada a presente reunião, não havendo mais nada a ser tratado.

(Levanta-se a reunião às 18h53min.)



EDIÇÃO DE HOJE: 536 PÁGINAS